ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 60

Brasília - DF, sexta-feira, 28 de março de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 29
Ministério da Cultura 31
Ministério da Defesa 35
Ministério da Educação 36
Ministério da Fazenda 48
Ministério da Justiça 137
Ministério da Pesca e Aquicultura 142
Ministério da Previdência Social 147
Ministério da Saúde 147
Ministério das Comunicações 158
Ministério das Relações Exteriores 254
Ministério de Minas e Energia 254
Ministério do Desenvolvimento Agrário 262
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 264
Ministério do Meio Ambiente 265
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 268
Ministério do Trabalho e Emprego 269
Ministério dos Transportes 274
Conselho Nacional do Ministério Público 276
Ministério Público da União 276
Tribunal de Contas da União 280
Poder Legislativo 288
Poder Judiciário 288
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 330

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 28. .....

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
José Henrique Paim Fernandes
Sergio Braune Solon de Pontes
Miguel Rossetto

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.214, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Transforma Regiões Militares e Divisões de Exército, cria a 5ª Divisão de Exército e altera a denominação da Brigada de Operações Especiais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transformada a 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército em 5ª Região Militar, com sede na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, subordinada ao Comando Militar do Sul.

Art. 2º Fica transformada a 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército em 7ª Região Militar, com sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, subordinada ao Comando Militar do Nordeste.

Art. 3º Fica transformada a 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército em 8ª Região Militar, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, subordinada ao Comando Militar do Norte.

Art. 4º Fica criada e ativada a 5ª Divisão de Exército, com sede na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, subordinada ao Comando Militar do Sul.

Art. 5º A Brigada de Operações Especiais, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, passa a ser denominada Comando de Operações Especiais, subordinado ao Comando Militar do Planalto.

Art. 6º O Comandante do Exército editará os atos complementares necessários à execução do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados:

I - o art. 1º do Decreto nº 72.637, de 17 de agosto de 1973; e

II - o art. 1º do Decreto nº 4.964, de 28 de janeiro de 2004.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO Nº 8.215, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre o remanejamento, em caráter temporário, de cargo em comissão para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica remanejado, até 15 de janeiro de 2015, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 102.5.

§ 1º O cargo a que se refere o **caput** destina-se ao assessoramento do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ficará alocado no Gabinete do Ministro.

§ 2º O cargo referido no **caput** não integrará a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, devendo constar do ato de nomeação seu caráter de transitoriedade, mediante remissão ao **caput**.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no **caput**, o cargo será restituído à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ficando seu ocupante automaticamente exonerado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
José Elito Carvalho Siqueira

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, o General de Exército BERTRAND RACT MADOUX, Comandante do Exército da República Francesa.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ADMITIR

a partir de 31 de março de 2014, no grau de Comendador do Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, o General de Brigada JOÃO BATISTA BEZERRA LEONEL FILHO.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER

a partir de 31 de março de 2014, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao Grau de Grã-Cruz:

General de Exército GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS;

General de Exército JUAREZ APARECIDO DE PAULA CUNHA;

General de Exército ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO;

General de Exército GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA; e

General de Exército JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS;

II - ao Grau de Grande-Oficial:

General de Divisão PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA;

General de Divisão HUMBERTO FRANCISCO MADEIRA MASCARENHAS;

General de Divisão WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO;

General de Divisão ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY;

General de Divisão EDUARDO ARNAUD CYPRIANO;

General de Divisão JOSÉ LUIZ DIAS FREITAS;

General de Divisão LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA;

General de Divisão DECIO DOS SANTOS BRASIL;

General de Divisão AJAX PORTO PINHEIRO;

General de Divisão MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS;

General de Divisão WALMIR ALMADA SCHNEIDER FILHO;

General de Divisão ANTONIO MAXWELL DE OLIVEIRA EUFRÁSIO;

General de Divisão LUIZ CLÁUDIO CYRILLO;

General de Divisão CARLOS DOS SANTOS SARDINHA;

General de Divisão FERNANDO RODRIGUES GOULART;

General de Divisão PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA;

General de Divisão JOSÉ LUIZ JABORANDY RODRIGUES; e

General de Divisão LAERTE DE SOUZA SANTOS; e

III - ao Grau de Comendador:

General de Brigada MARCOS ANDRÉ DA SILVA ALVIM;

General de Brigada ANTONIO EUDES LIMA DA SILVA;

General de Brigada DECÍLIO DE MEDEIROS SALES;

General de Brigada CARLOS ALBERTO MANSUR;

General de Brigada SEVERINO DE RAMOS BENTO DA PAIXÃO;

General de Brigada ANTÔNIO CARLOS BARBOTEO PINTO;

General de Brigada RIYUZO IKEDA;

General de Brigada ANTONIO CÉSAR ALVES ROCHA;

General de Brigada PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA;

General de Brigada JOÃO CHALELLA JÚNIOR;

General de Brigada JOSÉ CARLOS BRAGA DE AVELLAR;

General de Brigada LUIZ CLÁUDIO GOMES GONÇALVES;

General de Brigada ARNALDO ALVES DA COSTA NETO;

General de Brigada ACHILLES FURLAN NETO;

General de Brigada ANTONIO MANOEL DE BARROS;

General de Brigada LUCIANO JOSÉ PENNA;

General de Brigada ANDRÉ LUIZ SILVEIRA;

General de Brigada RICHARD FERNANDEZ NUNES;

General de Brigada RUI YUTAKA MATSUDA;

General de Brigada JORGE ANTONIO SMICELATO;

General de Brigada EDUARDO PAIVA MAURMANN; e

General de Brigada LUIS HENRIQUE DE ANDRADE.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto no art. 12 e no art. 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, ao Grau de Grande Oficial, o Vice-Almirante GASTÓN FERNANDO ERICE, Chefe do Estado-Maior Geral da Armada Argentina (Comandante da Marinha Argentina).

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 65, de 27 de março de 2014. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR PRESIDENTE
Em 26 de março de 2014

Entidade: AR ABCERTIFICA
CNPJ: 19.109.359/0001-20
Processo Nº: 00100.000061/2014-52

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 39/45), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ABCERTIFICA, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR ABCERTIFICA
CNPJ: 019.109.359/0001-20
Processo Nº: 00100.000068/2014-74

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 60/66), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ABCERTIFICA, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CMED nº 2, de 12 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2014, Seção 1, página 2, Art. 2º, § 1º ,Inciso III,

Onde se lê:

III - Medicamentos classificados no Nível 3, referentes às classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem havido repasse da produtividade nestas classes: - 1,02% (um vírgula zero dois por cento);

Leia-se:

III - Medicamentos classificados no Nível 3, referentes às classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem havido repasse da produtividade nestas classes: 1,02% (um vírgula zero dois por cento);

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2014

Processo nº 50306.002132/2013-32.
Nº 2 - **O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência e, considerando análise dos fatos apurados em decorrência do contido no referido Processo Administrativo Contencioso, instaurado em 30 de agosto de 2013 pela Ordem de Serviço nº 268-2013-SFC, decide:

I - Pela ratificação da penalidade de MULTA pecuniária à NAVEGAÇÃO PIMENTEL SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 09.313.348/0001-03, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos I, IV e VI do artigo 24 da Resolução nº 1.588/ANTAQ.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE
Em 24 de março de 2014

Processo nº 50300.001149/2013-22.
Nº 4 - **O GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência e, considerando análise dos fatos apurados em decorrência do contido no referido Processo Administrativo Contencioso Simplificado (PAS), instaurado em 16 de maio de 2013 pela Ordem de Serviço nº 08-2013-GFN, decide:

I - Pela aplicação da penalidade de MULTA pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) à empresa EMBARCAÇÃO OLVEIRA E OLIVEIRA LTDA, CNPJ 01.894.911/0001-72, pelo cometimento das infrações previstas no art.23, incisos II, III, VI, XIII, XV, XXV, XVII e XXX, da Resolução nº 1274-ANTAQ.

ESPEDITO SEVERIANO SALES FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHOS DA CHEFE
Em 9 de janeiro de 2014

Nº 3 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2013-AP-ODSE-292-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002114/2013-61, instaurado em 27 de agosto de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 292/2013-UARBL, decide por aplicar penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) à empresa A. A. DOS SANTOS PEREIRA TRANSPORTE - ME, por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXIII, da Resolução n° 912/ANTAQ.

Em 22 de janeiro de 2014

Nº 11 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório RETE nº 001/2013-AP-ODSE-219-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50305.001602/2013-51, instaurado em 25 de junho de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 219/2013-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) à empresa SERVPORTO - SERVIÇOS GERAIS E APOIO PORTUÁRIO LTDA. - ME pelo cometimento do previsto no art. 21, inciso IV, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510/ANTAQ, sendo:

R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 21, inciso IV, da Resolução nº 2.510/ANTAQ (deixou de apresentar prova de regularidade perante a Fazenda Federal, conforme obrigação prevista no art. 7º, inciso II, da mesma Resolução);

R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 21, inciso IV, da Resolução nº 2.510/ANTAQ (deixou de apresentar prova de regularidade perante ao INSS, conforme obrigação prevista no art. 7º, inciso II, da mesma Resolução);

R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 21, inciso IV, da Resolução nº 2.510/ANTAQ (deixou de apresentar prova de regularidade de contribuição sindical, conforme obrigação prevista no art. 7º, inciso II, da mesma Resolução).

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SALVADOR

DESPACHO DO CHEFE
Em 22 de janeiro de 2014

Nº 4 - **O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SALVADOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no RELA-000001-2014-AP-ODSE-0089-13-UARSV, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado 50311.002239/2012-21, instaurado em 01/11/2012, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 000104-2012-UARSV, decide, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, indicar as penalidades pelas infrações apuradas:

Considerando a infração apontada no RELA nº 001/2012-AP-ODSE-065-12-UARSV, a EBN não informou a interrupção na prestação dos serviços autorizados, agravada pela reincidência genérica em irregularidades desta empresa, esta autoridade julgadora, com fulcro nos Art. 74 e 75 da Resolução nº 987/08-ANTAQ, decide:

1. Aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 300,00, (trezentos reais) à empresa Fluvial São Pedro Ltda, CNPJ 13.343.561/0001-35, por infração ao Art. 14, VI, da Resolução nº 1.274/2009-ANTAQ, com penalidade prevista no Art. 21, inciso I.

ALFEU PEDREIRA LUEDY

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de março de 2014

Nº 2 - **O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 175, de 4 de setembro de 2002, do Senhor Diretor-Geral da ANTAQ, com base na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no inciso XXXII do art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, combinado com o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.000552/2006-13, resolve habilitar ao tráfego marítimo internacional as instalações do terminal portuário de uso privado da empresa RIO TURIA SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA., localizado na Av. Beira Mar, s/nº, bairro Vila Itupanema, Município de Barcarena/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.023.849/0001-67, em vista de o mesmo possuir as condições adequadas para a realização de operações portuárias, respeitadas as características do projeto, o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos e o disposto no Termo de Autorização nº 314 - ANTAQ, de 18 de janeiro de 2007.

JOSE RICARDO RUSCHEL DOS SANTOS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 310, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Aprova a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 133.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, XI, XXX e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00065.010375/2013-56, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 133 (RBAC no 133), intitulado "Operação de aeronaves de asas rotativas com cargas externas", consistente na alteração da Seção 133.14, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"133.14 Transporte de materiais sujeitos a restrições

A autorização emitida segundo este Regulamento poderá ser suspensa ou cassada se o seu detentor transportar ou permitir que seja transportado artigo perigoso, proibido ou restrito, em desacordo com as normas que os regulam, por qualquer aeronave de sua propriedade ou por ele operada." (NR)

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO PASSOS SIMÃO
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÕES DE 25 DE MARÇO DE 2014 (*)

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de março de 2014, decide:

Nº 24 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA. - ME, CNPJ nº 05.594.264/0001-34, com sede social em Florianópolis (SC), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aerolevantamento. Processo nº 00058.093873/2013-15.

Nº 25 - Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A. e nos termos da Nota Técnica nº 131/2013/GGCP/SAR, o pedido de isenção parcial de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 25.809(a) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 25 (RBAC nº 25), Emenda 25-127, referente aos meios de visualização das condições no exterior da cabine através de uma saída de emergência do Tipo III localizada sobre a asa, para a aeronave EMB-550. Processo nº 00066.001218/2014-21.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

CLÁUDIO PASSOS SIMÃO
Diretor-Presidente
Substituto

(*) Republicada por ter saído no DOU de 27/03/2014, Seção 1, pág. 2, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 739, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionados, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aereonaves	Data
2014S03-05	EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Brasil	Instalação de um piso de acabamento para interior "Stone Flooring"	Embraer modelo EMB-135BJ	18.03.2014
2014S03-06	Amtech Aeronautical Limited - Canada	SH02-40 (Spectrolab SX-5/SX-16/XP and Trakkabeam A800 Searchlight Installations)	Eurocopter France modelos AS 350 B, AS 350 B1, AS 350 B2, AS 350 B3 e AS 350 BA	20.03.2014
2014S03-07	Flyht Aerospace Solutions Ltd. - Canada	SA12-35 (AFIRS 228 Automated Flight Information Reporting System Installation)	ATR modelos ATR 42-300, ATR 42-320, ATR 72-101, ATR 72-102, ATR 72-201, ATR 72-202, ATR 72-212 e ATR 72-212A	20.03.2014

Art. 2º O inteiro teor das aprovações citadas acima se encontram disponíveis no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www2.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 740, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 3246, de 11 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista o que consta no processo nº 00065.011481/2013-57, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção de nº 9707-04/ANAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção de Produto Aeronáutico FLY PROPAGANDA AÉREA LTDA.

Art. 2º Informações atualizadas dos certificados das empresas de manutenção aeronáutica, assim como seu escopo, podem ser consultadas no sítio eletrônico da ANAC, pelo endereço: http://www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO VALENTE PEREIRA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 742, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Altera a inscrição do aeródromo privado Municipal de Vera (MT)(código OACI: SJEM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 30 de abril de 2015. Processo nº 00065.022842/2014-71. Fica revogada a Portaria nº 0644, de 29 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 81, Seção 1, Página 33, de 30 de abril de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2014

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 3375, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 745 -Tornar pública a revogação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) no 2001-09-7CLC-01-01, emitido em 11 de dezembro de 2006, em favor da empresa Lafir Táxi Aéreo Ltda., determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00065.038826/2014-09, com base no art. 18 da Portaria 190 GC5/2001 e na seção 119.40(a)(2)(d) do RBAC 119, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 N° 21/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 25/03/2014.

Nº 746 - Tornar pública a revogação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) no 2008-01-7CKL-01-01, emitido em 10 de janeiro de 2008, em favor da empresa Atlanta Táxi Aéreo S/A, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00065.039140/2014-27, com base no art. 18 da Portaria 190 GC5/2001 e na seção 119.40(a)(2)(d) do RBAC 119, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 N° 22/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 25/03/2014.

Nº 747 - Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) n° 2003-01-7CDX-01-03, emitido em 29 de agosto de 2007 em favor da empresa MANAUS AEROTAXI LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n° 00065.000128/2014-22, em virtude de terem sido atingidas as condições de conformidade com a regulamentação vigente, permitindo a operação da empresa, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 n.º 20/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 24/03/2014.

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 3375, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 748 - Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aeroagrícola (COA) nº 2014-03-5IHY-04-00, emitido em 25 de março de 2014, em favor de DESTAQUE AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC 137, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00068.000499/2014-84, a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício 180/2014/GOAG-PA/SPO, a contar da data de 25.03.2014.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

BALANÇO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Ao presente relatório se incorporam os pareceres das auditorias interna e independente, bem como o do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Em 2013, ano em que completou 40 anos, a Infraero enfrentou o seu maior desafio. Com o processo de concessão, iniciado em 2011, a Empresa assumiu novo papel no cenário da exploração da infraestrutura aeroportuária: o de acionista das concessionárias dos três aeroportos concedidos.

Se, por um lado, a transferência, no início daquele ano, dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília à iniciativa privada causou impacto relevante no seu equilíbrio financeiro, já que esses aeroportos representavam cerca de 19% do movimento de aeronaves, 29% do movimento de passageiros e 58% do movimento de carga, além de 37% das receitas operacionais e 22% das despesas operacionais, por outro, o fato representou a constituição dos primeiros ativos reais no portfólio de aeroportos da Empresa.

Os esforços, em 2013, focaram-se em vários aspectos relacionados a esse contexto, dentre eles a preparação da Empresa para atuar como sócia das concessões, contribuindo para que os ativos gerem os benefícios estabelecidos no processo de concessão, como o de ampliar a oferta de infraestrutura e melhorar a qualidade dos serviços, bem como o de gerar valor para os acionistas.

Adicionalmente, a Empresa iniciou um forte processo de reorganização empresarial para enfrentar os desafios impostos pelo novo modelo, tendo como diretriz a de ser competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios. Corrigir o desbalanceamento da estrutura organizacional, frente às mudanças e alterações em seus componentes operacionais, com as concessões de aeroportos, e aos desafios impostos pelo comportamento atual do mercado de aviação civil, é uma tarefa que se iniciou em 2013 e que continuará ao longo dos próximos anos.

O ajustamento do modelo organizacional voltou-se também para a implantação de novos modelos de gestão de projetos e processos e de gestão de engenharia. Esses esforços, com o apoio de consultorias externas, visam trazer para a Empresa as melhores práticas de governança das ações estratégicas para a entrega efetiva de resultados.

Outra medida essencial, que de fato figurou no topo das ações adotadas, foi a revisão do seu próprio negócio, agora denominado "Soluções Aeroportuárias", por ser a expressão que melhor conceitua o conjunto de serviços com o qual a Empresa transforma o valor percebido de seus clientes em geração de receita, imprescindível para o seu crescimento.

Como consequência, foi atualizada sua missão, que passou a ser a de "oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis, aproximando pessoas e negócios" e da visão de futuro, tendo como primeiro ciclo, com horizonte para 2016, denominado "Ciclo de Transformação", o de levar a Empresa a ser "a referência brasileira em soluções aeroportuárias".

Outro desafio foi o início do desenvolvimento de um novo plano de cargos, carreiras e salários (PCCS), no qual os empregados da Infraero terão possibilidades de desenvolvimento de suas carreiras em funções técnicas ou gerenciais, com critérios claros e objetivos para ascensão, além de priorizar as promoções por merecimento em detrimento da antiguidade.

A Empresa se credenciou também como Centro de Instrução, apta a atender concessionários, empresas e demais integrantes da aviação civil, tendo como meta a implantação de uma Universidade Corporativa própria, que contará com a experiência e o conhecimento acumulados em seus 40 anos de existência. A realização de cursos e ações educativas tornam-se assim geradoras de receitas.

No campo da sustentabilidade financeira, a Empresa implantou, com apoio de consultoria externa, metodologia de gestão de receitas e despesas, orientada pela negociação e pelo monitoramento de metas de desempenho, de modo a permitir a melhoria da produtividade e o ganho de eficiência. Os resultados efetivos em relação ao exercício anterior, de acordo com o escopo do projeto, indicaram uma economia da ordem de 2,8% na despesa operacional, com arrecadação superior de 9,6% na receita.

Mesmo com as concessões, já incluindo as dos aeroportos do Galeão e Confins, previstas para 2014, a Empresa continua a ser a maior operadora aeroportuária do País, em número de aeroportos e passageiros, além de exercer a função estratégica da União nas parcerias com a iniciativa privada. São administrados pela Infraero, hoje, 63 aeroportos, 75 estações prestadoras de serviços de telecomunicações e de tráfego aéreo (EPTAs) e 31 terminais de logística de carga.

O montante dos nossos investimentos na infraestrutura aeroportuária brasileira bateu novo recorde: a execução de R$ 2,31 bilhões, 36,5% superior ao investido em 2012, sendo R$ 1,64 bilhão em empreendimentos e equipamentos R$ 0,67 bilhão no capital social das concessionárias dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Na busca de novas frentes para a geração de receitas, a Empresa está desenvolvendo projeto para criação de uma subsidiária para oferecer aos governos federal, estaduais e municipais, operadores privados nacionais e internacionais e à própria Infraero, serviços de consultoria e de suporte à gestão de aeroportos, de desenvolvimento da infraestrutura, de treinamento de pessoal e outros relacionados à exploração de aeroportos no Brasil e no exterior.

Inserida que está no segmento aeroportuário, com excelentes perspectivas de crescimento nos próximos anos, a Empresa deve olhar para o futuro vislumbrando um cenário propício à ampliação da sua atuação, partindo da condição de maior operador nacional para ser referência em negócios aeroportuários no Brasil e no Exterior. Esse é o caminho que seguiremos.

GUSTAVO DO VALE
Presidente da Infraero

PERFIL

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, com sede em Brasília - DF, é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Prestando serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, a Infraero administra 63 aeroportos, 31 Terminais de Logística de Carga e 75 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). A organização administrativa da Empresa constitui-se de uma Sede e nove Superintendências Regionais, nas quais se vinculam os aeroportos e as EPTAs.

Esta Empresa desenvolve atividades nas áreas de logística para operação de passageiros e de aeronaves; logística de carga aérea; comercialização de áreas e venda de serviços; telecomunicações em aeroportos e navegação aérea, e para desenvolver esse trabalho conta com 31,9 mil colaboradores distribuídos pelas diversas regiões do País, sendo 13,1 mil empregados orgânicos e 18,8 mil empregados terceirizados.

Presente em todos os estados da federação, a Rede de aeroportos administrados pela Infraero contabilizou, em 2013, 2,3 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras, transportando 135,7 milhões de passageiros. Foram movimentadas, também, 483,2 mil toneladas nos Terminais de Logística de Carga.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O mapa a seguir evidencia os principais pontos de presença da Empresa no território brasileiro.



Mapa da Rede de Aeroportos da Infraero

Identidade Corporativa

Negócios
"Soluções aeroportuárias."

Missão
"Oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis aproximando pessoas e negócios."

Visão 2016
"Ser a referência brasileira em soluções aeroportuárias."

Valores
- Compromisso com os clientes;
- Efetividade e competitividade;
- Valorização dos colaboradores;
- Inovação, qualidade e segurança;
- Ética e responsabilidade socioambiental;
- Geração de resultados;
- Orgulho de ser Infraero.

Governança

Para garantir o fortalecimento da governança corporativa, a Infraero dispõe de uma estrutura organizacional composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão soberano da Infraero, representada pela reunião dos acionistas. Sua função é discutir, deliberar e votar a respeito de demonstrações financeiras; destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; alienação das ações do seu capital ou de suas controladas; alterações no Estatuto Social; abertura do seu capital e emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, entre outras atribuições.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Infraero é o órgão de deliberação colegiada responsável por estabelecer as políticas da Empresa, bem como prestar orientações à sua Diretoria Executiva. Seus membros são eleitos pela Assembleia Geral, sendo o representante dos empregados eleito pela categoria, possuindo mandato de três anos, com possibilidade de reeleição.
Compõem o Conselho de Administração da Infraero:
Guilherme Walder Mora Ramalho (Presidente): Representante da SAC/PR
Antonio Gustavo Matos do Vale (Membro): Representante da SAC/PR - Presidente da Infraero
Licinio Velasco Júnior (Membro): Representante da SAC/PR
Mario José Soares Esteves Filho (Membro): Representante da SAC/PR
Rafael Rodrigues Filho (Membro): Representante do Ministério da Defesa (MD)
Célio Alberto Barros de Lima (Membro): Representante dos empregados da Infraero
Maria Fernandes Caldas (Membro): Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Infraero é constituída de um Presidente e sete Diretores, cujas responsabilidades envolvem a administração geral dos negócios da Empresa, assim como a execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
Compõem a Diretoria Executiva da Infraero:
Antonio Gustavo Matos do Vale: Presidente
André Luis Marques de Barros: Diretor Comercial
Francisco José de Siqueira: Diretor Jurídico
Geraldo Moreira Neves: Diretor de Administração
Jaime Henrique Caldas Parreira: Diretor de Engenharia
João Márcio Jordão: Diretor de Operações
José Irenaldo Leite de Ataíde: Diretor Financeiro
Mauro Roberto Pacheco de Lima: Diretor de Planejamento

Conselho Fiscal

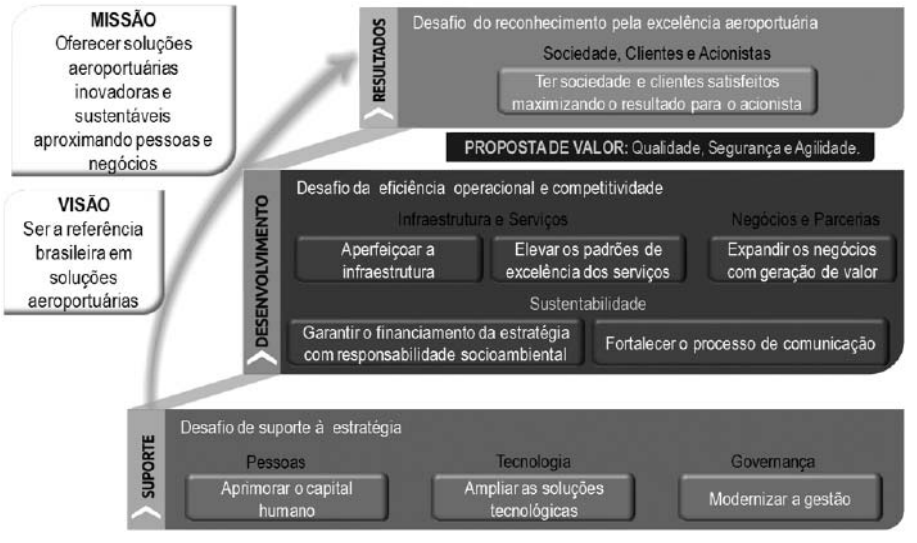
O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização dos atos praticados pelos administradores, bem como pela verificação do cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Cabe ao Conselho Fiscal examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício, o relatório anual da administração e os processos de prestação de contas.
Compõem o Conselho Fiscal da Infraero:
Sérgio Cruz (Titular e Presidente): Representante da SAC/PR
Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho (Titular): Representante da SAC/PR
Lílian Maria Cordeiro (Titular): Representante da STN/MF
Maurício Melo Chaves (Suplente): Representante da SAC/PR
Fernando Antônio Ribeiro Soares (Suplente): Representante da SAC/PR
Sheila Benjuino de Carvalho (Suplente): Representante da STN/MF

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Com a consolidação dos novos cenários, sobretudo das concessões levadas a termo pelo governo federal, houve a necessidade de mudanças nas estratégias empresariais da Infraero para os próximos períodos. Assim, em 2013, a Empresa iniciou uma série de trabalhos objetivando a modernização da sua gestão.

Estratégia da Evolução

Ao final da primeira fase de concessões de aeroportos, a Infraero passou a ter outras operadoras como sócias em Brasília, Guarulhos e Campinas. A Empresa viu-se diante de um cenário inédito, com a concorrência das novas operadoras e a inevitável comparação entre os aeroportos. Essa mudança é positiva e ao mesmo tempo coloca a Empresa diante de um grande desafio que é o de se reposicionar estrategicamente.
Nesse aspecto uma das mais importantes decisões ocorridas no início de 2013 foi a revisão da sua identidade corporativa e o reposicionamento estratégico da Empresa no contexto do novo ambiente. Como primeiro passo essencial a esse reposicionamento, a Empresa estabeleceu uma nova declaração de negócio como "Soluções Aeroportuárias", como expressão que melhor conceitua o conjunto de serviços com o qual a Empresa transforma o valor percebido de seus clientes em geração de receita, imprescindíveis para o seu crescimento.
Acompanhando o novo pensamento, a definição da missão deixa claro aos clientes e sociedade a razão de ser da Empresa que é "oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis aproximando pessoas e negócios" e sinaliza claramente a vocação da Infraero em prover soluções que prioritariamente entreguem valor aos clientes e à sociedade, sem, obviamente, esquecer a necessidade de retorno que a organização precisa obter e alinha as áreas responsáveis pela sustentabilidade financeira à missão.
O Plano Estratégico foi estruturado sob a égide do conceito de "Evolução", materializado, principalmente, na definição da visão de futuro em três dimensões complementares e progressivas: a primeira até 2016, que é considerada o "ciclo de transformação", a segunda até 2020, denominada o "ciclo da consolidação" e, finalmente, a terceira até 2028 como o "ciclo da liderança". Essa nova postura tem como objetivo oferecer maior consistência à fase mais crítica do Plano Estratégico, que é o de dar vida a sua execução e estabelecer meios de governança que confirmem o alcance dos objetivos propostos.
Assim, o Mapa Estratégico foi redesenhado e contempla no ciclo inicial os objetivos, as metas e os projetos que sustentarão a Empresa na fase de transformação.



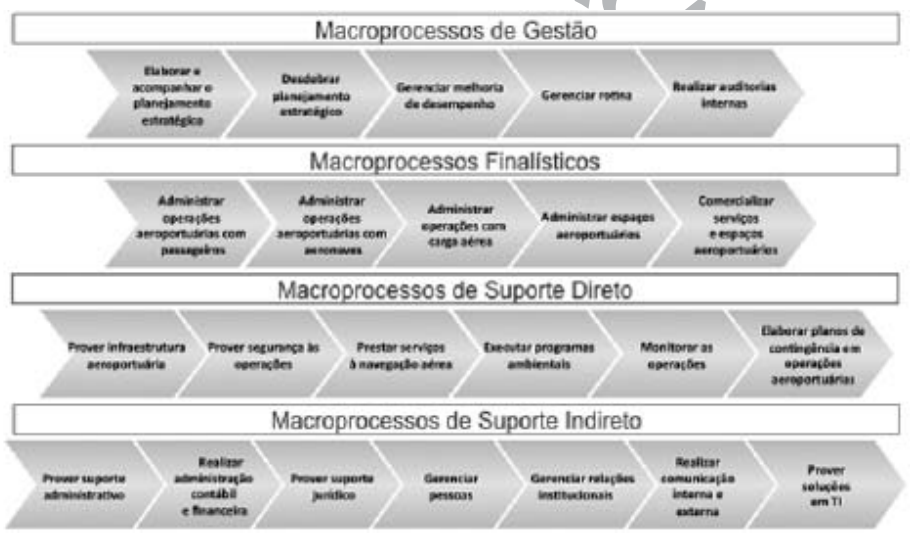
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Mapa Estratégico 2013-2016

Para dar lastro a todas as alterações necessárias ao conceito de Evolução foi também fundamental pontuar aquilo que a Empresa acredita para definir claramente o que a direciona. Assim, atitudes como "o compromisso com o cliente", a necessidade de "inovação, qualidade e segurança" e principalmente o sentimento de ter "orgulho de ser Infraero", entre outros, foram identificados como aspectos que movem a sua força de trabalho, passando a constar textualmente na relação dos valores.
Merece destaque a observação de que as profundas alterações iniciadas em 2013 visam principalmente garantir a perpetuidade da Empresa num cenário competitivo e de exigências, no qual só sobrevivem aqueles que constantemente se reinventam. É a reafirmação de uma grande organização que aprendeu muito com a experiência do seu passado, vive intensamente o seu presente e crê fortemente na sua importância para o futuro do Brasil.

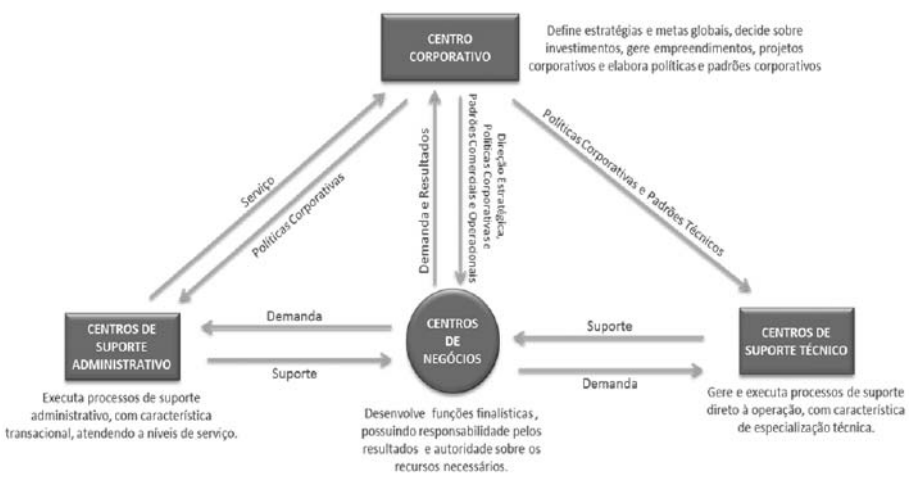
Novo Modelo Organizacional da Infraero

Ao encontro do novo posicionamento estratégico aprovado e diante de desafios como o crescimento expressivo da demanda do mercado da aviação civil brasileira, a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços ofertados e de acelerar os investimentos na infraestrutura aeroportuária, além, é claro, a concessão dos aeroportos mais rentáveis da Rede, uma das primeiras tarefas a serem enfrentadas foi o de estabelecer um novo modelo organizacional para a Infraero.
Esse novo modelo tem como diretriz tornar a Infraero uma empresa mais competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios. Corrigir o desbalanceamento da estrutura organizacional frente às mudanças e alterações em seus componentes operacionais, com as concessões de aeroportos, e aos desafios impostos pelo comportamento atual do mercado de aviação civil é uma tarefa que se iniciou em 2013, mas que continuará ao longo dos próximos anos. O trabalho de reorganização tem o apoio da Falconi Consultores de Resultado.
O projeto estratégico compreende três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa da Infraero, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, a qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.
O novo modelo organizacional foi elaborado com base nos estudos produzidos pela Falconi e nos direcionadores estratégicos estabelecidos pela Diretoria Executiva à luz de entrevistas realizadas com os dirigentes da Empresa e com autoridades governamentais ligadas ao setor da aviação civil, dentre os quais se destacam:
Tornar a Infraero competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios;
Definir a Sede com papel normativo, fiscal e decisório, otimizando o tempo de resposta para as decisões estratégicas da Empresa;
Definir os aeroportos como Centros de Negócios, com autonomia, metas direcionadoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho;
Redefinir a atuação das estruturas de suporte aos aeroportos;
Redirecionar a função comercial para um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.
De acordo com os direcionadores estratégicos e o diagnóstico da gestão elaborado pela consultoria contratada, foram identificados os processos organizacionais a partir do que foi possível elaborar a Cadeia de Valor da Infraero, que subsidiou a concepção do novo modelo organizacional.



Cadeia de Valor da Infraero

Nesse sentido, o objetivo do novo modelo organizacional é garantir níveis adequados de serviço, expansão célere da infraestrutura e capacidade de geração de receitas com vistas a financiar os empreendimentos e custear as ações de melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Fonte: adaptado de Falconi Consultores de Resultado.

Relacionamento entre as entidades organizacionais

No que se refere à estrutura organizacional das dependências da Empresa, considerou-se diretrizes que propõem definir a Sede como Centro Corporativo, estratégico, dotado de níveis hierárquicos restritos à Diretoria, Superintendência e Gerência. Além disso, o modelo requer a segregação das atividades estratégicas e transacionais, transferindo estas últimas ao Centro de Suporte Administrativo.
Os Centros de Suporte Técnico-Administrativos, por sua vez, centralizam os processos administrativos e prestam suporte técnico aos aeroportos. A relação entre os aeroportos (centros de negócios) e os centros de suporte será pautada por Acordos de Nível de Serviço, os quais firmam acordo entre a área prestadora do serviço e o Aeroporto, descrevendo o serviço a ser realizado, suas metas de qualidade e tempo de entrega, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como penalidades e compensações pelo não cumprimento dos requisitos definidos.
Todas as iniciativas necessárias à sustentabilidade do novo conceito estão sendo organizadas e implementadas por meio de um Plano de Implantação e por ferramentas apoiadas nos comitês estratégicos, instituídos para promover a integração entre decisões estratégicas da Empresa e sua implementação nas camadas técnicas. Esses comitês devem criar as condições para a participação das áreas interessadas e Diretorias, avaliação técnica adequada, tempestividade do processo decisório e monitoramento adequado dos processos sobre assuntos específicos, dentre eles gestão estratégica; gestão de projetos; gestão de empreendimentos; gestão de processos; gestão de recursos humanos; gestão de risco; desenvolvimento aeroportuário; e desenvolvimento tecnológico.
Diante do cenário no qual a Infraero se insere, ações de reorganização aparecem como elemento essencial à rotina dos negócios, conferindo à Empresa a oportunidade de adotar estratégias mais adequadas para sua sustentabilidade e desenvolvimento. As instabilidades econômicas reforçam a necessidade e importância de realizar ações de modo a obter uma estrutura organizacional preparada para as mudanças constantes do mercado. A partir de um amplo diagnóstico e tratamento de fatores, que englobam entre diversas iniciativas a gestão organizacional, posicionamento estratégico, gestão societária, capital humano e situação financeira. O processo de reorganização, portanto, deve ser contínuo, apoiando a expansão dos negócios e a competitividade da Empresa.

Gestão de Projetos

Desde a sua implantação, o Escritório de Projetos (PMO Corporativo) vem aprimorando as práticas de gerenciamento dos projetos estratégicos na Infraero com o intuito de melhorar o desempenho das ações, cujo foco seja a geração de resultados que contribuam para o reconhecimento pela excelência aeroportuária, por parte da sociedade, clientes e acionistas.
O aprimoramento dessas práticas também é resultado do novo modelo de gestão organizacional, e no que diz respeito à gestão de projetos, esse aprimoramento consiste na implementação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos, realizada com a participação da Falconi.
Essa implementação foi iniciada com a realização de uma avaliação de maturidade em gerenciamento de projetos com o objetivo de se verificar o quão a Infraero usa o método com efetividade e quais os pontos de melhoria identificados. O resultado da avaliação, no início do exercício, foi de 1,65 pontos, o que significa que a Infraero está no estágio inicial em gerenciamento de projetos. Ao final de 2013, outra avaliação foi realizada e as expectativas foram superadas, pois a pontuação obtida foi de 2,20, ou seja, a Infraero já possui um conjunto de procedimentos padronizados e agora irá aperfeiçoá-lo. As avaliações foram executadas de acordo com o Modelo de Maturidade em Gerenciamento de Projetos, de Prado.
Com a utilização da Metodologia de Projetos Estratégicos, o PMO Corporativo assessorou o planejamento e está monitorando a execução de 22 projetos do total de 27 aprovados pela Diretoria Executiva, que compõem a carteira em 2013. Os demais projetos ainda estão em fase de planejamento ou aguardam a aprovação dos planos por parte dos seus *Sponsors*. Com essa composição toda a carteira apresentou um desvio médio de 1,7% em relação aos prazos e não apresentou desvio de orçamento.
Em grande parte, os bons resultados observados na implementação da metodologia e nos projetos, em si, se devem ao modelo de governança aprovado pela Diretoria Executiva, o qual tem contribuído para o acompanhamento intensivo dos projetos estratégicos e para a sinergia entre todos os envolvidos, dentre os quais o Comitê de Projetos Estratégicos (COPE), os *Sponsors* e os Líderes de Projetos.
O COPE, que é formado pelos Diretores de Administração, Comercial, Financeiro, Jurídico e de Planejamento, tem como principais atribuições avaliar o andamento dos projetos estratégicos, principalmente no que se refere aos prazos, ao orçamento e ao escopo, e atuar como facilitador entre os principais envolvidos na execução dos projetos, visando ao cumprimento dos seus objetivos.
Também em 2013 foi implantada a metodologia de gestão de portfólio que tem por finalidade o suporte na escolha da melhor carteira de projetos e empreendimentos para viabilizar a execução das estratégias da Infraero. O modelo consiste em identificar e separar as propostas de projetos e empreendimentos elaboradas por toda organização, nas cestas Fortalecimento Institucional e Governança, Excelência dos Serviços, Alavancagem de Resultados Econômico-Financeiros e Projetos Mandatórios, com o intuito de favorecer a avaliação, a priorização e uma pré-seleção dos projetos que passarão a compor a carteira. Em novembro de 2013 a proposta do portfólio de projetos para 2014 foi concluída e a Diretoria Executiva contou com essa ferramenta para sua tomada de decisão. A carteira passou a ter 69 projetos e 11 novos empreendimentos, cujos recursos orçamentários necessários para a execução também foram aprovados em conjunto.

Gestão de Processos

Dentre os trabalhos realizados pela Falconi na frente de reorganização administrativa, destaca-se a identificação de mais de 100 processos da Empresa, tendo sido priorizados pela Diretoria Executiva o mapeamento e reprojeto de 32. Esses processos, após serem reprojetados, serão monitorados para garantir o desempenho esperado pela alta administração.
No escopo do trabalho a ser desenvolvido com o apoio da consultoria, também está a configuração e implantação do Escritório de Processos, que será responsável pelo mapeamento, reprojeto e acompanhamento dos Processos Prioritários e de Suporte ao Negócio Infraero.
Para acompanhamento estratégico dos processos prioritários foi criado pela Diretoria Executiva o Comitê de Processos Corporativos (COGEP). Este Comitê possibilitará ambiente estratégico propício à implantação da Gestão de Processos Corporativos na Empresa, permitindo retratar a situação atual e descrever a visão futura dos processos de negócio, além de otimizar e evidenciar em qual grau de maturidade os processos se encontram, para efetivamente se tornarem competitivos no mercado da aviação civil, além de verificar o desempenho dos Acordos de Níveis de Serviços e o desempenho dos Centros de Suporte, desenvolvendo uma nova cultura voltada à inovação.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Principais resultados e indicadores

O ano de 2013 foi o ano dos investimentos na infraestrutura aeroportuária brasileira. A Infraero bateu novo recorde de investimentos com a execução de R$ 2.313,1 milhões, 36,5% superior ao montante investido em 2012. Destaca-se que foram investidos R$ 1.044,2 milhões em empreendimentos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e integralizados R$ 672,4 milhões no capital social das concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Para financiar tais obras, que traduz os investimentos estratégicos do Governo Federal, a União aportou R$ 2.202,3 milhões no capital social da Infraero.
A gestão financeira da Empresa esteve centrada na otimização dos gastos e na gestão do fluxo de caixa, visando amenizar a perda de receitas advindas da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos no exercício anterior. Os aeroportos concedidos passaram a ser administrados por Sociedades

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de Propósito Específicos (SPE's), das quais a Infraero detém 49% do capital.
O Lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização, provisões e resultado da equivalência patrimonial (EBITDA ajustado) foi de R$ 156,5 milhões, o que representa uma margem de 5,1% no ano, 3,0 pontos percentuais superior ao apurado em 2012 sem os aeroportos concedidos.
O movimento operacional apresentou redução em relação ao exercício de 2012, em decorrência das concessões de Brasília, Campinas e Guarulhos, aeroportos que representavam 29% dos passageiros operados, 19% das aeronaves e 58% da carga aérea. Outro fator que contribuiu para diminuição do movimento operacional foi a revisão da malha aérea pelas principais companhias aéreas, bem como a fusão da Webjet com a Gol e a da Trip com a Azul. No segmento de carga aérea, a queda da carga exportada deve-se, principalmente, pela desaceleração da economia e da alta do dólar verificada no exercício.Com isso, a redução do movimento de passageiros foi de 27,2%; o de aeronaves 22,0% e 51,5% para a carga aérea.
Em relação aos indicadores de produtividade destaca-se que a receita operacional por *Work Load Unit* (WLU), equilavente a um passageiro ou cem quilos de carga, foi de R$ 22,0 por unidade operada, ou seja, equivalente ao resultado apurado no exercício anterior. Quando considerada a relação com custo dos serviços prestados, a redução foi de 12,9% em relação a 2012 em função da queda do movimento operacional.
O indicador que apura o investimento por empregado foi de R$ 171,6 mil de investimento realizado por empregado, o que representa 43,4% de crescimento no ano. Em relação a *Work Load Unit* (WLU) o indicador ficou em R$ 16,5 por unidade operada, um aumento de 90,7%.

Resultados	Unidade	2012 Sem Concessão	2012 Com Concessão	2013	% Sem	% Com
Receitas Brutas	R$ milhões	4.365,4	2.786,2	3.097,5	(29,0)	11,2
Custo dos Serviços Prestados	R$ milhões	2.687,2	2.003,7	2.207,6	(17,8)	10,2
Lucro Bruto	R$ milhões	1.678,2	782,6	889,9	(47,0)	13,7
Ebitda Ajustado (1)	R$ milhões	925,2	59,3	156,5	(83,1)	n.m.
Investimentos	R$ milhões	1.694,7	1.694,7	2.313,1	36,5	
Passageiros (3)	mil	186,4	135,6	135,7	(27,2)	0,1
Aeronaves (3)	mil	2.938,3	2.424,0	2.290,9	(22,0)	(5,5)
Carga Aérea (3)	mil ton	997,2	483,7	483,2	(51,5)	(0,1)
Work Load Unit - WLU (2)	milhões	196,4	140,4	140,6	(28,4)	0,1
Indicadores de Desempenho					%	%
Margem Ebitda (1)	%	21,2	2,1	5,1		
WLU por Força de Trabalho	mil	4,8	4,5	4,3	(10,1)	(3,7)
WLU por Custo dos Serviços Prestados	mil	73,1	70,1	63,7	(12,9)	(9,1)
Receita Operacional por WLU	R$	22,2	19,8	22,0	(0,9)	11,1
Investimento por Empregado	R$ mil	119,7	146,2	171,6	43,4	17,4
Investimento por WLU	R$	8,6	12,1	16,5	90,7	36,4

Notas:
Valores do Balanço Patrimonial e DRE de 2012 reapresentados para efeito de comparabilidade.
(1) Ebitda Ajustado - Lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização, provisões, resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.
(2) WLU - equivalente a 1 passageiro ou 100 kg de carga
(3) Movimento operacional sem os dados dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos a partir da data de concessão.

Destaques em resultados e indicadores

Desempenho Operacional

Descrição	Unidade	2012 Sem Concessão	2012 Com Concessão	2013	% Sem	% Com
Passageiros	**PAX milhões**	**186,4**	**135,6**	**135,7**	**(27,2)**	**0,1**
.Doméstico	PAX milhões	169,0	128,7	129,2	(23,6)	0,4
.Internacional	PAX milhões	17,4	6,9	6,6	(62,2)	(4,5)
Carga Aérea	**TON mil**	**997,2**	**483,7**	**483,2**	**(51,5)**	**(0,1)**
.Importação	TON mil	432,5	174,5	168,0	(61,2)	(3,7)
.Exportação	TON mil	251,5	75,6	75,4	(70,0)	(0,4)
.Carga Nacional	TON mil	313,2	233,6	239,8	(23,4)	2,7
Aeronaves	**AER mil**	**2.938,3**	**2.424,0**	**2.290,9**	**(22,0)**	**(5,5)**
.Doméstico	AER mil	2.775,1	2.344,9	2.226,1	(19,8)	(5,1)
.Internacional	AER mil	163,2	79,1	64,8	(60,3)	(18,1)
Empregados Total (Média anual)	**Unt.**	**40.678**	**31.180**	**32.408**	**(20,3)**	**3,9**
.Orgânicos (Média anual)	Unt.	14.163	11.591	13.477	(4,8)	16,3
.Terceirizados (Média anual)	Unt.	26.515	19.589	18.931	(28,6)	(3,4)

Nota: Movimento operacional sem os dados dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos a partir da data da concessão

Desempenho operacional

O desempenho operacional da Infraero foi influenciado pela transferência dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos às novas concessionárias no final de 2012.
O movimento de passageiros, que agrega o embarque, desembarque e conexão, foi de 135,7 milhões, redução de 27,2% em relação ao mesmo período do exercício anterior, sendo 129,2 milhões de domésticos e 6,6 milhões de internacionais.
Em relação ao movimento operacional de aeronaves, pouso e decolagem, chegou-se a 2.290,9 mil operações, o que representa 22,0% inferior ao verificado em 2012, sendo 2.226,1 mil de operações domésticas e 64,8 mil de internacionais.
O movimento de carga aérea apresentou queda em todos os segmentos, sendo 61,2% na importação, 70,0% na exportação e 23,4% na carga nacional. Foram movimentadas 483,2 mil toneladas ante as 997,2 mil toneladas em 2012.
Comparando os dados operacionais realizados em 2013 com o movimento de 2012 sem os aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, verifica-se que o movimento de passageiros permaneceu estável e o segmento de aeronaves 5,5%. No segmento de carga aéreo a queda do movimento operacional foi de 0,1%, sendo que carga nacional apresentou aumento de 2,7%.
Com a concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos e do Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), houve redução do efetivo da empresa em 4,8% e no efetivo terceirizado de 28,6%.

Resultado Financeiro

(Em milhões)

Descrição	2012 Sem Concessão	2012 Com Concessão	2013	% Sem	% Com
Receita Bruta	4.365,4	2.786,2	3.097,5	(29,0)	11,2
. Aeronáuticas	2.121,8	1.500,7	1.649,3	(22,3)	9,9
. Comerciais	2.243,6	1.285,6	1.448,2	(35,5)	12,7
Resultado Operacional Recorrente	994,8	70,2	80,8	(91,9)	15,1
Custo dos Serviços Prestados	2.687,2	2.003,7	2.207,6	(17,8)	10,2
Despesas Operacionais	860,6	860,6	933,0	8,4	8,4
EBITDA Ajustado[1]	925,2	59,3	156,5	(83,1)	n.m.
Lucro/Prejuízo Líquido antes dos Investimentos da União	396,7	(328,5)	(1.224,6)	(408,7)	272,8
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	114,6	(528,8)	(2.654,8)	n.m.	n.m.
Dividendos - Juros s/Capital Próprio	25,6	25,6	-		
Partic. Empregados e Dirigentes no Resultado	6,8	6,8	-		

1)EBITDA Ajustado - Lucro antes dos impostos, juros, da depreciação, amortização, provisões , resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.

Resumo da demonstração do resultado financeiro

A receita bruta do exercício atingiu o montante de R$ 3.097,5 milhões, sendo R$ 1.649,3 milhões de receitas aeronáuticas e R$ 1.448,2 milhões de receitas comerciais.
O faturamento foi 29,0% abaixo do exercício anterior em função da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, os quais faturaram juntos R$ 1.586,7 em 2012, bem como do não reajuste tarifário (embarque, pouso e permanência) previsto na Resolução nº. 216/2012. Destaca-se ainda que foi implantada a tarifa de conexão, Resolução nº 274/ANAC, sendo que a cobrança pela Infraero iniciou-se em 19 de julho de 2013.
O EBITDA ajustado, calculado antes de juros, impostos, depreciação, provisões, amortização, Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), Obras em Bens da União (OBU) e o Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentou resultado de R$ 156,5 milhões, gerando margem de 5,1%.
O Prejuízo Líquido (antes dos investimentos para União) foi de R$ 1.224,6 milhões em decorrência dos seguintes fatores, bem como para atender aos princípios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):
Provisão para redução ao valor recuperável - *impairment*, considerando que a recuperabilidade dos ativos da Infraero foi calculada com base na estimativa dos fluxos de caixa de cinco anos futuros dos aeroportos da Rede, R$ 398,6 milhões;
Provisão de devedores duvidosos em função de alteração do critério de reconhecimento da legislação fiscal para toda dívida em aberto de empresas em processo de falência ou recuperação judicial, R$ 383,1 milhões;
Provisão do incentivo dos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e foram confirmados pela área de Recursos Humanos, R$ 191,3 milhões;
Pagamento de incentivo e indenizações aos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência e a Aposentadoria (PDITA), R$ 141,9 milhões;
Perda, por operações descontinuadas, referente ao provisionamento do montante dos ativos dos aeroportos do Galeão e Confins que estão previstos para serem transferidos a iniciativa privada em agosto de 2014, R$ 54,3 milhões;
Ganho com equivalência patrimonial com base nos resultados apurados das concessionárias dos referidos aeroportos, nas quais a Infraero mantém participação acionária de 49%, R$ 31,4 milhões;
Provisão de diversos responsáveis relativa a pagamento de multas que estão em processo de apuração de responsabilidade, R$ 3,8 milhões;
Provisão de perdas de estoque no montante de R$ 0,9 milhão.
Foram investidos R$ 1.430,2 milhões nos aeroportos da rede Infraero. Este valor foi registrado como despesa do período, tendo em vista tratar-se de investimentos realizados em bens da União. Após as deduções dos investimentos em obras e serviços de engenharia o prejuízo apurado no exercício foi de R$ 2.654,8 milhões.
Na comparação dos resultados da Empresa sem os aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos na base de 2012, verifica-se que as receitas brutas apresentaram crescimento de 11,2%, com destaque para o crescimento das receitas comerciais em 12,7%. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 10,2% em função, principalmente, da absorção dos empregados que não foram aproveitados pelos concessionários dos aeroportos concedidos. O lucro bruto (resultado operacional recorrente) foi de R$ 80,8 milhões, 15,1% superior ao verificado 2012.

Participações por segmento de negócio em relação à Receita Bruta

(Em milhões)

Descrição	2012 Sem Concessão	2012 Com Concessão	2013	% Sem	% Com	Participação
Passageiros	1.289,5	928,9	961,8	(25,4)	3,5	31%
Aeronaves	832,4	571,8	687,5	(17,4)	20,2	22%
Carga Aérea	833,9	366,4	391,8	(53,0)	6,9	13%
Concessão de Áreas	1.341,7	868,2	994,2	(25,9)	14,5	32%
Exploração de Serviços	68,0	50,9	62,2	(8,5)	22,1	2%
Total	**4.365,4**	**2.786,2**	**3.097,5**	**(29,0)**	**11,2**	**100%**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As receitas por segmentos de negócio apresentaram redução em vista da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.
Na apuração dos resultados com a exclusão dos aeroportos concedidos em 2012, verifica-se que o segmento de aeronaves apresentou crescimento de 20,2% em função da arrecadação das receitas de navegação aérea e da tarifa de conexão, cuja cobrança foi autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Resolução nº 274/Anac.
O segmento de carga aérea encerrou o exercício com R$ 391,8 milhões faturados, aumento de 6,9%, em decorrência da valorização do Dólar. No segmento de concessão de áreas, as receitas foram de R$ 994,2 milhões, crescimento de 14,5% em decorrência das ações voltadas à concessão de novas áreas comerciais e à realização de licitações para áreas existentes, principalmente nas atividades de restaurantes, bares, lanchonetes, estacionamento arrendado e companhias de transporte aéreo.
No segmento de exploração de serviços o crescimento foi de 22,1% em função da comercialização de nova atividade de cursos e treinamentos ministrados pela Infraero, presenciais ou não, gerando no exercício, R$ 6,4 milhões de faturamento.

Custos e Despesas Operacionais

No tocante ao custo dos serviços prestados, a redução foi de apenas 17,8% em relação ao exercício anterior, chegando ao montante de R$ 2.207,6 milhões.
O crescimento das despesas com pessoal deveu-se ao reajuste decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2014 de 6,5% a partir de maio, 1% de promoção a partir de agosto, concessão de 1,25% de ganho real a partir de setembro e a concessão de 60 vales alimentação extra.
Os custos com serviços contratados e material de consumo apresentaram redução menor que o esperado, em consequência da ampliação e repactuações dos contratos operacionais e de manutenção nos aeroportos, para conformidade com os normativos vigentes, como por exemplo, a proteção à aviação civil, assistência médica emergencial e o serviço de combate a incêndio - serviços essenciais à operacionalidade dos aeroportos, cujos procedimentos são moldados a partir de normas oriundas da Anac.
As despesas operacionais apresentaram aumento de 8,4%, chegando a R$ 933,0 milhões, principalmente em função da contratação de consultoria para mapeamento de processos da Empresa; gestão matricial de receitas e despesas; reestruturação organizacional; conversão das demonstrações financeiras para padrão internacional e estudo atuarial do plano de previdência privado e benefícios pós emprego da Infraero.

Ativos, Passivos e Gestão Financeira

(Em milhões)

Descrição	2012	2013	%
Ativo	**2.413,3**	**2.204,2**	**(8,7)**
Circulante	1.129,9	538,3	(52,4)
Não Circulante	1.283,4	1.666,0	29,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	221,6	47,2	(78,7)
Superávit/Déficit Financeiro	(1.036,8)	(173,8)	(83,2)
Passivo	**2.413,3**	**2.204,2**	**(8,7)**
Circulante	849,2	1.005,5	18,4
Não Circulante	437,3	605,9	38,5
Patrimônio Líquido	1.126,8	592,8	(47,4)

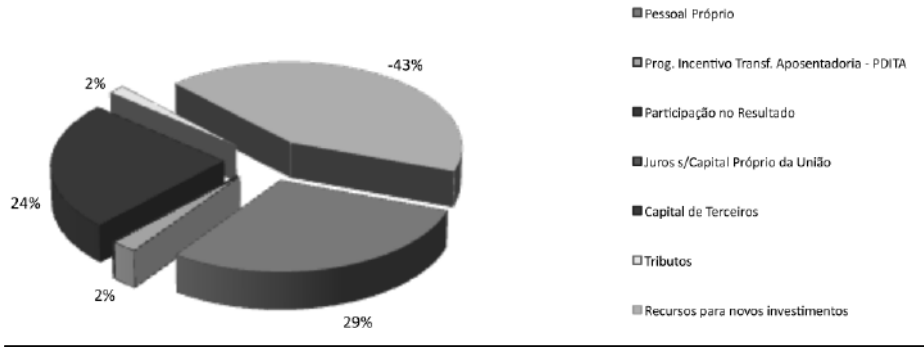
Nota: Valores do Balanço Patrimonial de 2012 reapresentados para efeito de comparabilidade.

Balanço patrimonial e disponibilidades

Os ativos totais da Empresa apresentaram aumento de 8,7%, chegando ao montante de R$ 2.204,2 milhões. Em destaque está a redução de contas a receber em função da baixa de devedores duvidosos pela alteração do critério de reconhecimento da provisão e a redução do imobilizado em função do teste de recuperação do ativo, no montante de R$ 398,6 milhões, bem como o aumento dos investimentos em função dos aportes de capital, no montante de R$ 672,4 milhões, realizados pela Infraero nas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) de Brasília, Campinas e Guarulhos.
O saldo das disponibilidades encerrou o exercício com R$ 99,4 milhões, sendo R$ 60,1 milhões de recursos próprios e R$ 39,3 milhões de terceiros. Em decorrência do montante investido a Empresa apresentou *déficit* financeiro primário de R$ 173,8 milhões.
O passivo circulante apresentou aumento do 18,4% no período e o passivo não circulante apresentou aumento de 38,5%, principalmente em função da provisão do Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) dos empregados que realizaram a adesão e do reconhecimento do valor presente das obrigações com assistência médica e previdência complementar no Benefício Pós- emprego.

Distribuição do Valor Adicionado - DVA

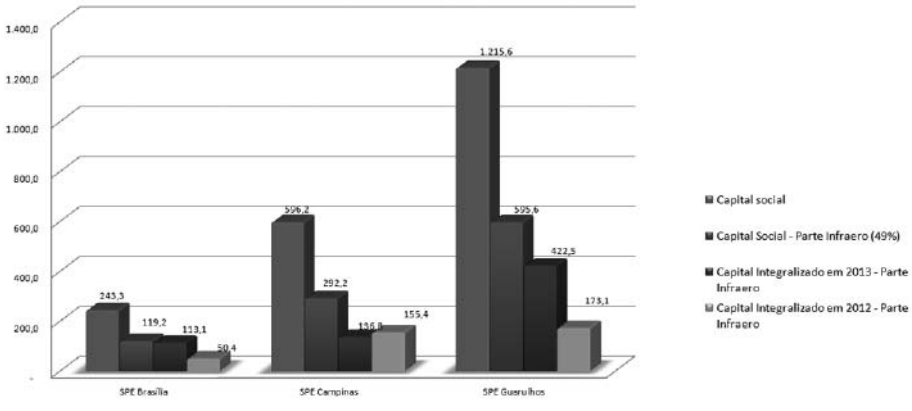
A distribuição do valor adicionado, que representa a riqueza nova criada pela Infraero, atingiu o montante R$ 909,2 milhões, redução de 64,9% em relação ao exercício anterior. A distribuição do valor adicionado pode ser observada no gráfico a seguir:



Distribuição do Valor Adicionado

Participação nas Sociedades de Propósito Específico - SPE

Em 2012, o Governo Federal realizou o leilão de concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos à iniciativa privada. Cada aeroporto concedido é administrado por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), da qual a Infraero detém 49% do capital, participando das principais decisões da companhia.
A Infraero aportou R$ 50,4 milhões para constituição do capital das Sociedades de Propósito Específico de Brasília, R$ 155,4 milhões para a de Campinas e R$ 173,1 milhões para a de Guarulhos em 2012. Para 2013 foram aportados R$ 113,1 milhões para Sociedades de Propósito Específico de Brasília, R$ 136,8 milhões para Campinas e R$ 422,5 milhões para Guarulhos.



Capital Social das SPE'S (Em milhões)

Plano de Investimento da Infraero

(Em milhões)

Descrição	2012	2013	%
a) Com Recursos Próprios da INFRAERO:	**506,3**	**1.640,2**	**224,0**
. Equipamentos/Terrenos	224,1	210,0	
. Obras e Equipamentos (Próprios/Aporte)	282,2	1.430,2	
b) Com Recursos ATAERO (Parte INFRAERO)	**808,9**	**-**	**n.m.**
. Equipamentos (Transf. para União)	8,3	-	
. Obras e Equipamentos (Transf. Para União)	800,6	-	
Total dos Dispêndios da INFRAERO	**1.315,2**	**1.640,2**	**24,7**
c) Com Recursos de Convênios	**0,6**	**0,5**	**(11,3)**
d) Aporte de Capital nas SPE's	**378,9**	**672,4**	
. Aporte de Capital	378,9	672,4	
Total de Investimentos	**1.694,7**	**2.313,1**	**36,5**

Investimentos

A execução dos investimentos atingiu o montante recorde de R$ 2.313,1 milhões, sendo R$ 1.640,1 milhões em equipamentos, obras e serviços de engenharia e R$ 672,4 milhões em aporte de capital nas SPE's - concessionárias dos aeroportos concedidos. Este volume de investimentos realizados representam 36,5% de crescimento em relação ao exercício de 2012. Os investimentos foram financiados pelo Governo Federal que realizou aporte de capital da Infraero no montante de R$ 2.202,3 milhões.
A Infraero, por ser uma empresa pública independente, participa do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimento (OI) que são elaborados anualmente pelas empresas estatais. Trata-se de conjunto sistematizado de informações econômico-financeiras, com o objetivo de avaliar o desempenho das citadas empresas, compatibilizando-o com as metas de política econômica governamental. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) é responsável pela coordenação da elaboração e pelo acompanhamento da execução das referidas peças orçamentárias.
Os investimentos realizados pela Infraero representaram 82,7% dos limites estabelecidos no Orçamento de Investimentos da Infraero, peça integrante da Lei Orçamentária Anual (LOA), e no Programa de Dispêndios Globais (PDG). No que se refere especificamente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que traduz os investimentos estratégicos do Governo Federal, foram investidos R$ 1.044,2 milhões.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com relação às obras concluídas em 2013, destacam-se as obras de ampliação do pátio de aeronaves em Salvador, reforma e ampliação do terminal de cargas em Curitiba, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Foz do Iguaçu, ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves em Macapá.
Com o objetivo de promover a segurança da aviação civil ampliando a proteção aos passageiros, a Infraero adquiriu 85 detectores de metal tipo pórtico; 10 equipamentos de raios-X para inspeção de bagagem despachada e carga aérea; 36 veículos de resgate e salvamento; 25 simuladores de torre em 3D; implantação de sistema de TV e vigilância, além de melhorias nas instalações das Seções Contra-Incêndio.
Quanto aos equipamentos operacionais, destacam-se os recursos investidos na aquisição de quatro equipamentos limpa-pista; 44 escadas rolantes; esteiras de bagagem; balcões de check-in; 9.558 carrinhos transportadores de bagagens; 26 empilhadeiras, 11 envolvedoras e 15 transelevadores para utilização nos terminais de carga; dentre outros.
Para modernizar seu parque tecnológico, promover melhorias na comunicação e desenvolver os sistemas de informações, a Empresa adquiriu novos equipamentos de radiocomunicação; investiu na modernização e padronização do Sistema de informação de Voo (SIV), por meio de solução *videowall*; na aquisição e renovação de licenças de uso de *softwares*.
Durante o ano de 2013 a Infraero deu continuidade aos processos de desapropriação e aquisição de áreas para incorporação aos sítios aeroportuários, como patrimônio da União. Destaca-se a desapropriação de áreas em Porto Alegre, para ampliação da pista de pouso e decolagem e novo Terminal de Carga Aérea do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Além das desapropriações de áreas nos aeroportos de Campinas e Guarulhos, que ficaram a cargo do poder concedente, conforme Anexo 3 do Edital de Concessão nº 02/2011.
Estão em curso ações de desapropriação das áreas para ampliação da pista de pouso do Aeroporto de Joinville, a construção do novo terminal de passageiros de Teresina e a construção da terceira pista de pouso de Curitiba.

(Em milhões)

Programas	2012	2013
Desenvolvimento de Aeroportos	790,7	1.133,4
Desenvolvimento de Navegação Aérea	48,8	29,1
Desenvolvimento de Segurança Aeroportuária	45,1	72,9
Desenvolvimento de Operação Aeroportuária	229,6	202,1
Desenvolvimento de Logística de Carga	37,3	36,1
Desenvolvimento Comercial e Industrial	5,2	4,4
Gestão de Pessoas	0,7	-
Desenvolvimento de Tecnologia e Sistemas Aeroportuários	58,9	56,0
Desenvolvimento da Manutenção	68,7	69,8
Gestão Ambiental	14,9	14,3
Apoio Administrativo	15,3	22,0
Aporte SPE's	378,9	672,4
Convênios	0,6	0,5
Total de Investimentos	**1.694,7**	**2.313,1**

Plano de Investimentos

EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

Em relação aos serviços prestados, o desafio é manter níveis elevados de operacionalidade e disponibilidade de instalações e serviços, tendo em vista o volume cada vez maior de passageiros embarcados e desembarcados.

Eficiência Operacional em Aeroportos

Em 2012, por solicitação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), a Infraero assumiu o compromisso de implantar nos aeroportos Sede da Copa do Mundo, o Projeto Eficiência Operacional em Aeroportos (PEOA) que visa diagnosticar, propor e implantar melhorias nos processos de embarque e desembarque de passageiros, manuseio de bagagens e na gestão do Centro de Gerenciamento Aeroportuário (CGA).
A proposta é garantir maior conforto ao cliente, por meio do aprimoramento dos processos de maior impacto junto aos passageiros, incrementando melhorias, de forma que o cliente usufrua de um atendimento mais eficiente nos aeroportos.
Em 2012 o Projeto foi implantado nos aeroportos do Galeão, Confins, Congonhas, Santos Dumont e Fortaleza. Em 2013 foi desenvolvido nos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba, perfazendo nove aeroportos implantados de um total de 11, que serão finalizados em 2014.
Os ganhos de eficiência obtidos nos nove aeroportos contemplados pelo Projeto estão descritos a seguir:

Processos	Galeão	Confins	Congonhas	Santos Dumont	Fortaleza	Salvador	Porto Alegre	Recife	Curitiba
Alfândega	13,00%	60,00%	-	-	-	66,67%	-	17,00%	43,81%
Canal de Inspeção	52,00%	54,00%	29,00%	33,33%	50,00%	20,00%	20,25%	0,00%	50,42%
Check-in	25,00%	24,50%	23,00%	9,42%	19,50%	24,80%	27,95%	13,62%	16,83%
Emigração	23,00%	80,00%	-	-	76,50%	50,00%	0,00%	-	58,45%
Imigração	46,00%	33,00%	-	-	28,00%	26,92%	0,00%	40,00%	74,68%
Restituição de Bagagem	28,00%	31,00%	17,67%	3,57%	-	10,66%	0,00%	3,87%	18,52%
Resultado dos Processos	**31,17%**	**47,08%**	**23,22%**	**15,44%**	**43,50%**	**33,17%**	**9,64%**	**14,89%**	**43,78%**

Ganhos no processamento de passageiros

Para manutenção desses resultados foi definido no Plano Estratégico da Infraero que o Índice de Eficiência Operacional aferido por meio da aplicação de protocolo específico, deverá atingir em 2013, 2014, 2015 e 2016 as metas de 90%, 95% 98% e 100%, respectivamente. Em 2013, os aeroportos de Confins, Galeão, Congonhas, Fortaleza e Santos Dumont atingiram o Índice de Eficiência Operacional de 94,52%, 94,90%, 95,65%, 94,87% e 88,81%, respectivamente.

Segurança Aeroportuária

A Infraero trabalhou em conjunto com outros órgãos públicos envolvidos nas ações de segurança dos grandes eventos como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, bem como no planejamento e capacitação dos aeroportos, aperfeiçoando/revisando processos e investindo em equipamentos de tecnologia avançada para que os próximos eventos, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, transcorram sem incidentes.
Para garantir a qualidade do serviço prestado, foram realizadas inspeções nos principais aeroportos da Rede e elaborados estudos técnicos para otimizar os recursos disponíveis, por meio da padronização de alguns processos, aquisição de equipamentos modernos e adequação dos recursos humanos. Algumas ações de melhoria geraram uma economia, em 2013, de R$ 7,5 milhões.
Os aeroportos da Infraero receberam investimentos em equipamentos e infraestrutura destinados a manter a excelência na segurança, da ordem de R$ 53 milhões, destinados, em 2013, para as atividades de *safety* e *security*.
Dentre os equipamentos já instalados ou em processo de entrega, cabe destacar o reaparelhamento das seções contraincêndio com a aquisição de 36 carros de resgate de salvamento, 80 carros contraincêndio com tecnologia de ponta, 770 equipamentos de proteção individual (EPI) compostos por roupas de aproximação, capacetes, luvas, botas e balaclavas, bem como desencarceradores, almofadas pneumáticas e turbo ventiladores utilizados em possíveis ocorrências.
No tocante a inibição de ilícitos, merece destaque a aquisição de 180 equipamentos de raios-x para inspeção de bagagens de mão, 13 equipamentos de raios-x de carga e 47 detectores de traços explosivos e narcóticos.
A Empresa também teve participação ativa na elaboração de especificações técnicas para aquisição de carros contraincêndio que a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) está adquirindo para os aeroportos regionais.
A Infraero comercializou treinamentos na área de Segurança Aeroportuária para a Concessionária do Aeroporto de Brasília, Aeroporto Cascavel e Gestão de SESCINC - Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis para a SAC/PR. Também foram realizados cursos para a formação técnica de empregados e instrutores com foco nas atividades da segurança de aviação civil e prevenção e combate a incêndios.

Gerenciamento da Segurança Operacional

Os processos de certificação operacional de aeroportos foram intensificados ao longo dos anos com alinhamento à norma da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Em 2013, foi concedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o Certificado Operacional ao Aeroporto Internacional de Maceió. Esse certificado atesta que as condições operacionais do aeroporto estão em conformidade com os requisitos de segurança operacional, regulamentos da Anac e com as especificações do Manual de Operações de Aeródromo (MOPS), complementando o processo de homologação.
A Infraero também se concentrou em ações de formação profissional autorizadas pela Anac. Realizou duas turmas para o Curso de Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO), elaborou o Curso de Projeto de Aeródromo e fez diversas vídeo conferências, de forma a capacitar os gestores dos aeroportos.
Durante o ano, foram elaboradas Normas Internas, Manuais de Procedimento e seis Estudos Aeronáuticos foram encaminhados à Anac. Além disso, foram realizadas 10 Auditorias de Segurança Operacional e, em um trabalho pioneiro, foi firmado contrato para realização da 1ª Auditoria Externa de Segurança Operacional ocorrida no Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos.

Operações e Serviços Aeroportuários

Em 2013 foi realizado o Plano de Contingência Operacional para os dois grandes eventos nacionais que aconteceram no País, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, além da revisão dos Planos de Contingenciamento de Pátio de Estacionamento de Aeronaves para a Copa do Mundo 2014.
Ainda com foco no evento esportivo, há o Projeto de Acessibilidade, no qual prevê a acessibilidade nos 11 aeroportos das cidades sede da Copa - Confins, Fortaleza, Galeão, Santos Dumont, Congonhas, Salvador, Recife, Cuiabá, Curitiba, Manaus e Porto Alegre e o projeto estratégico do Centro de Gestão Aeroportuária (CGA), com implantação prevista para 2014 nos aeroportos de Recife, Fortaleza e Salvador, e do Centro de Gestão Integrada na Sede da Infraero, em Brasília.
Outra ação relevante refere-se à implantação, junto à área de Tecnologia da Informação, do Sistema de Controle e Aprovação de Voos (SICAV), através da metodologia *Scrum*, partindo do mapeamento e fluxo do processo, tendo como resultados a eliminação de impressão em papel e redução no tempo de processamento dos pedidos.
Houve também, a elaboração do projeto *Business Intelligence* (BI), no qual permitirá a centralização dos dados operacionais e a geração de relatórios de forma ágil e padronizada.
No contexto de aperfeiçoamento, foi homologada a primeira etapa da modernização do Sistema Integrado de Soluções Operacionais (SISO), que passará para a plataforma WEB e permitirá a unificação dos módulos atuais, e desenvolvida e implantada solução tecnológica para a gestão dos planos de ação dos aeroportos administrados pela Infraero.

Operações e Serviços de Navegação Aérea

Dada a importância estratégica da prestação de serviços de Navegação Aérea como alicerce para a vitalidade de ambientes de negócios, movimentação de cargas, transporte de passageiros, sobretudo para a integração nacional, reforça-se a necessidade de evolução de tais serviços, com foco no compromisso com a sociedade. Nessa perspectiva, as ações e projetos desenvolvidos pela Infraero pautaram-se pelos requisitos de qualidade, segurança, eficiência e disponibilidade, inerentes à atividade.
Com esse foco e em face ao cenário atual, impactado pela perda de receitas em função das concessões de aeroportos à iniciativa privada, a preocupação com a situação da Empresa trouxe a exploração de novas possibilidades, traduzidas na criação de um Plano de Negócios, que, apesar de estar em fase de aperfeiçoamento, desencadeou uma série de ações que podem tornar a atividade de Navegação Aérea em fonte de receitas, a exemplo da proposta de implantação do Serviço de Informação de Voo em Aeródromo Remoto (r-AFIS), que possibilitará uma economia de escala por meio do aproveitamento do efetivo e da estrutura administrativa de uma localidade para a prestação dos referidos serviços a várias localidades, inclusive àquelas contempladas pelo Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal.
É válido destacar, ainda em decorrência das mudanças de cenário, a concepção do Projeto Reorganização da Navegação Aérea, com vistas ao atendimento a exigências regulatórias - Portaria Normativa Interministerial nº 24, de 04 de janeiro de 2012 -, ao aperfeiçoamento dos serviços, bem como ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da atividade de Navegação Aérea.
Além disso, em 2013, assim como nos exercícios anteriores, foram realizadas ações relacionadas à adequação das estruturas organizacionais às normas e tecnologias nacionais e internacionais, tendo como pilar a segurança operacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em relação aos investimentos, soma-se o montante de R$ 50 milhões em contratos em fase de execução. Deste valor, já foram realizados investimentos da ordem de R$ 29 milhões voltados para aquisição de equipamentos e construção, reforma, ampliação e adequação dos módulos de Navegação Aérea, por meio do Programa 121 - Desenvolvimento da Navegação Aérea.

Manutenção

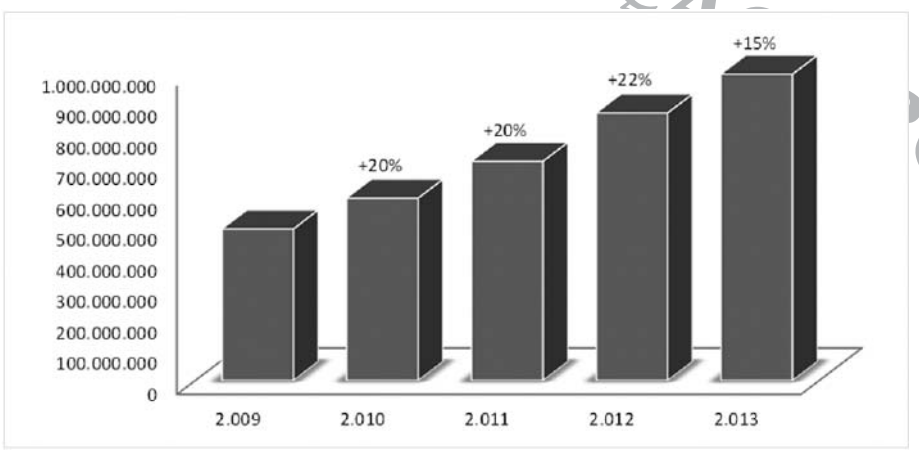
A Infraero, em um processo contínuo de melhoria na prestação de serviços e a fim de garantir um nível elevado de disponibilidade dos cerca de 110 mil ativos sob sua responsabilidade, apresentou uma evolução técnica significativa em 2013 com a execução de ações que visam uma adequada operacionalidade dos aeroportos da Rede.
Em 2013, foi realizada a migração total dos contratos contínuos de manutenção para o formato de remuneração por desempenho. Houve ainda a contratação dos serviços de levantamento da irregularidade longitudinal e transversal para todas as 73 pistas de pousos e decolagens administradas pela Infraero.
Foram publicados manuais de procedimentos de manutenção e termos de referência para contratação de serviços de revitalização e manutenção dos aeroportos da Rede. Houve ainda realização de auditoria de qualidade nos processos de manutenção, capacitação de empregados e participação das inspeções técnicas nos sistemas elétricos dos aeroportos das cidades Sede da Copa das Confederações.

DESENVOLVIMENTO DOS NEGÓCIOS

A gestão comercial da Infraero está dividida em duas áreas, a de Negócios Comerciais e a de Logística de Carga, que contribuíram com 47% do total das receitas operacionais da Empresa em 2013. A atividade comercial somada à exploração de serviços atingiu 34% e a atividade de logística de carga registrou 13% de participação nas receitas operacionais.

Negócios Comerciais

Mesmo em cenários de crises internacionais e retração econômica, os negócios comerciais se consolidaram como principal fonte de recursos financeiros da Infraero. Em 2013 as receitas de concessão de uso de áreas somaram R$ 994,2 milhões, com crescimento da arrecadação de 14,5% quando comparado ao exercício de 2012.
Do total das receitas operacionais em 2013, a exploração de negócios comerciais responde por 32% da receita e, somada a receita de armazenagem e capatazia e exploração de serviços, representa 47% da receita total da Infraero.
O varejo aeroportuário vem realizando desde 2010 uma gestão arrojada (crescimentos sucessivos de receita de 20%, 20%, 22% e 15%) que culminou, em 2013, na captação de receita global para os próximos 25 anos, da ordem de R$ 745 milhões.



Evolução das receitas do varejo aeroportuário (excluídas as receitas dos aeroportos concedidos)

Estas receitas são derivadas das ações de:
Expansão dos Clientes Corporativos;
Concessão
de uso de áreas destinadas às ações consideradas de oportunidade e de ocupação eventual, com comercialização de produtos e serviços;
Implantação de Lanchonetes com Preços Controlados - em alinhamento com as diretrizes da Casa Civil da Presidência da República. Foram inauguradas as lojas em: Curitiba, Natal, Porto Alegre, Recife, Galeão, Santos Dumont, Salvador, Congonhas, Londrina e Campo Grande e em fase de licitação em: Manaus, Fortaleza, Cuiabá e Confins;
Concessões de áreas externas; e
Estacionamento Aeroporto de Salvador Estacionamento Aeroporto de Manaus
Prospecção de grupos internacionais visando maior concorrência no segmento de lojas francas.
Na busca de novos parceiros comerciais, a Infraero participou da ABF *Franchising Expo* 2013 juntamente com as concessionárias dos aeroportos de Viracopos e Brasília. Foram prospectadas mais de 90 empresas com potencial para investir nos nossos aeroportos.
Para divulgar as oportunidades diferenciais de mercado, os formatos de comercialização e as características da ação promocional da Empresa, foi elaborado material para promover as oportunidades de negócios existentes na Rede Infraero com mídia aeroportuária e ações promocionais.
A partir de pesquisa realizada junto aos principais canais de mídia, cujo objetivo é nortear os agentes comerciais quanto aos valores referenciais por m² praticados no mercado, foi elaborada uma tabela de preços referenciais, bem como os requisitos técnicos de publicidade para projetos de obras, que estabelece os critérios conceituais para o desenvolvimento de Planos Gerais de Mídia em conjunto com os projetos de terminais de passageiros.
Dentre os projetos estratégicos, podemos destacar o Operador Master que tem como objetivo otimizar o processo de gestão dos espaços publicitários com estruturas fixas, minimizar os custos e garantir a receita com a Mídia Aeroportuária. O Operador Master já foi implantado no Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves, com valor global em torno de R$ 16 milhões e no Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha, com valor global em torno de R$ 1 milhão, ambos pelo prazo de 60 meses.
Visando a redução de custos na aquisição de equipamentos operacionais, por meio de concessão de uso de área comercial destinada a exploração de publicidade com geração de receita, foi realizado o projeto de Divisores de Fluxo com Publicidade.

Evolução das receitas do varejo aeroportuário

O projeto foi realizado em parceria com a área de operações e foi implantado nos aeroportos de São Paulo/Congonhas, Confins, Fortaleza, Florianópolis, Galeão, Santos Dumont, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Vitória, Manaus, Belém, Goiânia, Cuiabá e São Luis, com previsão de receita global da ordem de R$ 1 milhão.
As ações promocionais negociadas durante a Copa das Confederações, entre a Sede e os patrocinadores oficiais do evento, destacando-se Coca-Cola, Adidas, AmBev e Liberty Seguros, somaram mais de R$ 780 mil.
Na exploração da atividade de estacionamento de veículos, foi desenvolvido projeto que prevê o uso do QR CODE para memorização de informações de localização de vagas nos estacionamentos, que será replicado a todos os estacionamentos da Rede Infraero.
Em abril de 2013 foi publicada a segunda Convocação Pública para ampliação da oferta de internet sem fio gratuita, nos aeroportos da Infraero que não possuem o serviço. A expectativa é que no primeiro trimestre de 2014 os aeroportos de Aracaju, Belém, São Luis, João Pessoa, Maceió, Porto Velho, Florianópolis, Rio Branco, Vitória e Cuiabá já tenham internet *WiFi* disponibilizada aos seus usuários.
As concessões de uso de áreas para exploração de estacionamento representou um incremento de receita comercial de mais de R$ 3,4 milhões, em seis aeroportos: Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Manaus, Foz do Iguaçu e Porto Velho.
Foram realizadas diversas ações de *marketing* comercial, no decorrer deste ano, dentre elas temos:
O INFRAMIX - Sistema de Gestão de Áreas Comerciais/Publicidade, que concluíu a fase de testes para produção do módulo I - Gestão de Mídia Aeroportuária;
Foram implementadas em nove aeroportos Lanchonetes com Preços Registrados, estando em desenvolvimento a Campanha Publicitária "Lanche Popular" com a confecção de peças para a divulgação do Projeto;
Análise das solicitações de alterações e atualização dos *mixes* comerciais, além da elaboração de nova metodologia para atender o processo, visando a prospecção de novos negócios e a viabilidade da continuidade dos negócios atuais dos contratos vincendos, incrementando assim a receita comercial;
Implantação da 1ª etapa da Identificação Visual *Aeroshopping*, para incluir identificadores da marca *Aeroshopping*, visando destacar as atividades comerciais do terminal de passageiros, com pilotos em Santos Dumont e Congonhas;
Implantação da loja "Negócios em Aeroportos" no Aeroporto Santos Dumont, visando fortalecer o relacionamento com o mercado empreendedor, a prospecção de potenciais parceiros, a comunicação das oportunidades de negócios comerciais nos aeroportos da Rede Infraero e o incremento das receitas comerciais. Está em andamento a implantação de novas lojas em mais seis aeroportos;
Apoio ao desenvolvimento do aplicativo AeroPERTO com o objetivo de indicar quais as atividades comerciais existentes nos aeroportos.

Logística de Carga

Ao longo de 2013 foram desenvolvidas diversas ações no sentido de assegurar que os usuários da infraestrutura aeroportuária recebam serviços cada vez mais ágeis, seguros e eficientes, com maior integração na cadeia logística e rentabilidade em seus negócios. A consequência natural dessa atuação foi a elevação das receitas da atividade de Logística de Carga da Infraero, resultou em um faturamento próximo de R$ 514,8 milhões (valor com Ataero), ao final do período, representando um crescimento de 5,6% em relação a 2012.
A movimentação de carga pelos 31 Terminais de Logística da Rede Infraero em 2013 atingiu a marca de 483,2 mil toneladas, representando um crescimento de 22,3% do valor CIF (*Cost, Insurance, Freight*) importado, em relação ao exercício de 2012, alcançando a marca de R$ 53,7 bilhões.
Assim como em anos anteriores, em 2013 a Logística de Carga da Infraero buscou, por meio do Programa Infraero de Eficiência Logística (PIEL), destacar as empresas mais eficientes no desembaraço de cargas importadas, tendo como objetivo estimular a concorrência saudável entre os participantes. Os eventos de premiação das melhores empresas, em cada segmento e localidade foram realizados em: Manaus, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, e Salvador, que realizaram o lançamento do Programa.
A Logística de Carga da Infraero investiu cerca de R$ 36 milhões em modernização, ampliação e aquisição de equipamentos para vários Terminais de Logística de Carga, com destaque para: o transelevador Linha Azul do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; o início das obras de construção do complexo logístico do Aeroporto de Palmas; o incremento e reposição do parque de empilhadeiras da Rede; e a instalação da subestação de energia para o transelevador frigorificado do Aeroporto Internacional do Galeão, dentre outros.
As ações empreendidas para atração e fidelização de clientes da Carga Aérea resultaram na assinatura de 221 Termos de Acordo para Concessão de Flexibilização Tarifária de Armazenagem para diversos segmentos. O cumprimento do cronograma de negociações e visitas a clientes estratégicos alcançou a marca de 218 reuniões realizadas em 2013.
Foram desenvolvidas, também, outras ações para melhoria dos serviços prestados, tais como: promoção e divulgação, capacitação de colaboradores, normatização e padronização de procedimentos e melhorias técnico-operacionais ligadas à automação e sistematização dos processos.
Dentre as principais ações desenvolvidas se destacam: a publicação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para a Sede da Infraero, com a finalidade de armazenagem de medicamentos, matérias-primas e insumos farmacêuticos; o treinamento de 270 empregados no curso corporativo obrigatório de Transporte de Artigos Perigosos; a realização de sete inspeções operacionais nos Terminais de Logística da Rede; a elaboração de estudos para construção dos novos Complexos Logísticos de Palmas, Uberlândia, Navegantes, Joinvile, Vitória e Teresina; e a criação de manuais técnicos para projetos de engenharia de complexos logísticos, evidenciando o Modelo de projeto de Condomínios Logísticos - Carga Nacional; Norma de Programação Visual para áreas dos Terminais de Logística; memorial de requisitos de infraestrutura para empreendimentos do complexo logístico e atualização do memorial de critérios e condicionantes de arquitetura de Terminais de Carga.

APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA

Desenvolvimento Aeroportuário

Em 2013 foi realizado o planejamento operacional de diversos aeroportos procurando garantir a curto, médio e longo prazos, ações que viabilizem capacidade para a demanda prevista, especialmente em cidades médias cujo crescimento econômico pressiona o crescimento das atividades de transporte aéreo.
Foram revisados os Planos Diretores de 11 aeroportos segundo as orientações da Anac e iniciada a revisão de mais nove aeroportos que deverão ser aprovados no primeiro trimestre de 2014.
Nesse ano, foram retomadas as tratativas para assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os novos prefeitos dos Municípios de Juazeiro, São José dos Campos, Manaus e Goiânia. A partir dos trabalhos decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com diversos municípios foi possível observar a evolução de propostas concretas de adequação da legislação urbana no entorno dos aeroportos, considerando os ajustes necessários ao Zoneamento de Uso do Solo. Tais ajustes são realizados com base em trabalho cooperativo entre técnicos da Infraero e das prefeituras, contemplando, entre outros, o atendimento às restrições de uso do solo e gabarito de edificações localizadas na área de influência dos planos de proteção das operações aeroportuárias.
Foram submetidas para validação da Anac as curvas de ruído referentes aos aeroportos de Campina Grande, Goiânia, Joinville, Uberlândia, Belém e Santarém, tendo sido validadas as curvas de ruído dos aeroportos de Juazeiro do Norte, Fortaleza, Aracaju, Porto Alegre, Campo Grande e Belém. Os estudos de ruído são instrumentos adotados para orientação do planejamento de ações de gerenciamento dos impactos de ruído das operações aeroportuárias, bem como do processo de licenciamento ambiental da infraestrutura, seja na fase de planejamento ou de operação. Em 2013 foram desenvolvidos estudos de uso de solo referentes aos aeroportos de Juazeiro do Norte, Goiânia, Joinville, São José dos Campos e Belém, estando em fase final de análise as propostas de uso do solo para atualização do Plano Específico de Zoneamento de Ruído (PEZR) dos aeroportos de Fortaleza, Aracaju, Macapá, Porto Alegre e Campo Grande e ainda foram elaborados estudos de mobilidade urbana dos aeroportos de Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Goiânia e Boa Vista.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os estudos de Mobilidade Urbana estão focados na integração dos sistemas de transportes e acesso com o objetivo de promover maior conforto, qualidade e segurança para os usuários, além da necessária compatibilização com os projetos de transportes em desenvolvimento pelos órgãos públicos. Assim, foram realizados os estudos dos aeroportos de Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Goiânia e Boa Vista, compreendendo os seguintes aspectos: Diagnóstico da Situação Atual; Estudo de Alternativas, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental (EVTEA) e um Relatório Final, cujo objetivo é a consolidação das informações em um único volume, de fácil leitura, permitindo ampla divulgação das demandas dos aeroportos para atendimento a seus clientes.

Gestão de Empreendimentos

A Infraero está investindo na implantação de uma nova metodologia de acompanhamento e controle de empreendimentos. Esta nova forma de monitoramento pretende aumentar o nível de sucesso dos projetos e empreendimentos relacionados à ampliação e reforma da infraestrutura dos aeroportos brasileiros, considerando o cumprimento dos prazos e custos planejados, baixo nível de mudança de escopo e entrega do benefício esperado com o cliente satisfeito.
A nova metodologia está baseada nas boas práticas disseminadas pelo *Project Management Institute* (PMI) e pretende estabelecer uma linguagem comum entre todas as partes envolvidas nos empreendimentos, processos comuns entre as áreas técnicas e metodologia singular, ou seja, estabelecer um nível de maturidade compatível com as pretensões da Empresa em alcançar o sucesso esperado.
Dentro destes processos destaca-se à etapa de pré-empreendimento, estabelecendo a interface entre os clientes internos (áreas de Operações, de Logística de Carga, Comerciais e de Navegação Aérea) e as áreas de suporte (Engenharia e TI) para a definição do escopo, do custo e dos prazos dos empreendimentos, no intuito de obter subsídios para aprovação do investimento no Portfólio da Empresa.
No ano de 2013 foram desenvolvidos documentos de pré-empreendimento dos novos terminais de passageiros dos aeroportos de Uberlândia, Teresina, João Pessoa e Petrolina; da nova área terminal e da nova pista de pouso e decolagem do aeroporto de Cuiabá; e das novas torres de controle dos aeroportos de Altamira, João Pessoa, Juazeiro e Montes Claros.
Além disso, foi efetuada a avaliação dos processos internos e da interface com as demais áreas da Empresa visando maior eficiência da etapa de pré-empreendimento.
Foram treinadas na nova metodologia mais de 100 empregados entre as Diretorias de Engenharia e de Planejamento.
Esta metodologia está consolidada por meio de duas bases: Norma e Governança. A Norma de Gestão de Projetos é a norma que foi aprovada em novembro de 2013 e estabelece o manual de gerenciamento de projetos (MGP) e o manual de gerenciamento de empreendimentos (MGE) como os novos padrões técnicos de gestão para que sejam acompanhados e seguidos pelos líderes de projetos e pelos líderes de empreendimentos, como também de todas as partes interessadas em busca do sucesso de cada empreendimento.
A Governança se refere à implantação do escritório de gerenciamento de empreendimentos (PMO) e ao escritório de suporte aos projetos (PSO) na sede da Empresa. Estas estruturas têm como atribuições: auxiliar os líderes de empreendimentos e os líderes de projetos nos processos de gestão; estabelecer as boas práticas em gerenciamentos; monitorar o desempenho dos empreendimentos; atualizar e divulgar a metodologia de gerenciamento de projetos e treinar as equipes de gerenciamento nas boas práticas de gestão estabelecidas na norma e nos manuais citados.
Tanto o PMO, como o PSO trabalharam em 2013 na manutenção e evolução do portal de empreendimentos, geração de indicadores de contratos, de projetos e de empreendimentos; realizaram diversos treinamentos corporativos e estabeleceram melhorias no processo de comunicação dos empreendimentos da empresa. Também foram realizadas avaliações de maturidade para medir a evolução da equipe na utilização das boas práticas implantadas e com isso elaborar plano de ação para alcançar as metas traçadas para o ano corrente e o próximo.
As equipes das Gerências Temporárias de Empreendimentos também foram treinadas e têm acompanhamento local de consultores da Fundação para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), contratados para desenvolver esta metodologia, treinar e capacitar os colaboradores nestas boas práticas e realizar o acompanhamento e monitoramento das equipes, visando à melhoria contínua dos processos.
A equipe orgânica do PSO realizou o projeto para treinamento na metodologia de gerenciamento de projetos e implantação da planilha de indicadores de contratos com as equipes das gerências de engenharia das Superintendências Regionais. Também iniciou a implantação de um projeto piloto na Regional Norte para estabelecer um escritório de suporte aos projetos locais.

Obras de Engenharia

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais uma vez se constituiu na peça fundamental para a Infraero executar seus investimentos e atender o compromisso do desenvolvimento de uma infraestrutura aeroportuária de qualidade.
No decorrer do ano a Infraero buscou na execução dos investimentos um sentido mais amplo para promover e otimizar a infraestrutura aeroportuária nacional e, assim, o ano de 2013 fica marcado pela ênfase nos projetos aeroportuários voltados para o atendimento dessas necessidades, assegurando a satisfação de toda a sociedade.
Na sequência são apresentadas as principais realizações, obras desempenhadas pela Infraero no ano de 2013, que merecem destaque dentro do cenário aeroportuário nacional e que contribuíram para a formatação deste contexto.

Obras concluídas em 2013:
Ampliação do pátio de aeronaves do Aeroporto de Salvador;
Reforma e ampliação do terminal de cargas do Aeroporto de Curitiba;
Ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves do Aeroporto de Macapá;
Construção da torre de controle e seção de combate a incêndio do Aeroporto de Vitória;
Reparos no asfalto da pista de pouso, pista de táxi e pátio de aeronaves, e no pavimento rígido da pista de pouso e do pátio do Aeroporto de Carajás;
Construção do controle de aproximação/grupamento de navegação aérea (estruturado) do Aeroporto de Ilhéus;
Reforma e adequação do sistema de balizamento da cabeceira da pista do Aeroporto de Uberlândia;
Sistema de TV de vigilância do Aeroporto de São José dos Campos;
Recuperação do pavimento do pátio norte e sinalização e construção da nova torre de controle, incluindo o acesso viário, do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha;
Construção do grupamento de navegação aérea (estruturado) do Aeroporto de Macaé;
Recapeamento do sistema de pista do Aeroporto de Altamira;
Recuperação da cerca operacional do Aeroporto de Campina Grande;
Infraestrutura do Sistema ILS (*Instrument Landing System*) Cat I do Aeroporto de Joinville;
Reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto de Foz do Iguaçu;
Reforma e ampliação das salas de embarque e desembarque do Aeroporto de Petrolina;
Alargamento dos acostamentos da pista de pouso e decolagem e da pista de táxi e construção do módulo operacional do desembarque do terminal de passageiros 1 do Aeroporto de Porto Alegre.

SUPORTE AOS NEGÓCIOS

Atuação Jurídica

A atuação jurídica marca-se, inicialmente, com as ações de consultoria e assessoria legal, visando garantir a segurança jurídica dos negócios desenvolvidos pela Infraero, por meio da realização do controle preventivo da legalidade dos atos praticados.
Nesse contexto, ressalta-se a realização de estudos e a efetivação de ações tendentes à constituição da subsidiária da estatal aeroportuária denominada Infraero Serviços, especialmente no que se refere aos atos de contratação da empresa de consultoria que auxiliará na seleção do parceiro internacional estratégico para compor a referida sociedade, a qual irá ampliar o portfólio de negócios hoje desenvolvidos pela Infraero.
Em continuidade à parceria firmada com sócios privados para a operação e exploração dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, houve forte atuação jurídica para viabilização da negociação da estrutura das operações de financiamento de longo prazo das concessionárias desses aeroportos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ultrapassaram a cifra de R$ 6 bilhões.
Na seara das licitações e contratações, merecem destaque o assessoramento legal prestado aos gestores da Empresa na execução dos empreendimentos de obras de engenharia e na aquisição de equipamentos para os aeroportos localizados em cidades que sediarão e darão suporte à Copa de Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, e a retomada das obras de reforma e ampliação dos aeroportos de Goiânia e Vitória, mediante articulação com o Tribunal de Contas da União.
Com as recentes alterações na regulação do setor de aviação civil brasileiro, a Infraero iniciou, em 2013, a execução do "Projeto Estratégico Adequação do Marco Regulatório Interno", visando dotar a Empresa de um novo modelo normativo que consolide e mantenha atualizados todos os instrumentos normativos internos, de forma harmônica com as regulamentações específicas do setor e com todo o ordenamento jurídico vigente. A implantação desse modelo normativo contará com o suporte de uma área específica para tratar de assuntos regulatórios, a ser implantada em 2014, a qual também dará destaque especial à missão de prover o tratamento adequado ao conjunto de leis, regulamentos e normas que afetam diretamente o ambiente de negócio.
Durante o exercício de 2013, intensificaram-se as ações para solução de conflitos de interesse entre a Infraero e entidades e órgãos da Administração Pública perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, da Advocacia Geral da União (AGU), reduzindo, portanto, o acionamento do Poder Judiciário em relação às controvérsias passíveis de solução mediante a utilização das formas alternativas de composição de litígios.
Como exemplo de sucesso dessa estratégia destaca-se a obtenção de provimento cautelar, em relação à cobrança efetuada pela Receita Federal do Brasil no valor de aproximadamente R$ 54 milhões, mediante o deferimento de liminar pelo Ministro da AGU, concedida no âmbito de procedimento instaurado perante a Câmara de Conciliação, suspendendo a exigibilidade do crédito cobrado sem a necessidade de a Infraero ter de dispor da referida importância por meio de depósito perante o Poder Judiciário.
Foram defendidos, ainda, os direitos e interesses da Infraero em cerca de 20 mil ações judiciais, ativas e passivas, das quais 55% são de natureza trabalhista.
Para fortalecer o controle e a gestão do risco dessas ações judiciais, iniciou-se a implantação de procedimento de classificação e avaliação dessas ações, alinhado com as boas práticas internacionais, no âmbito do "Projeto Estratégico Avaliação e Classificação de Risco de Ações Judiciais", tendo conseguido superar a meta de 50% das 20 mil ações classificadas e avaliadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 37 do *International Accounting Standard Board* (IASB), adotada pelo Brasil conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Tendo presente o fato de que 55% das ações judiciais da Infraero são de natureza trabalhista, foi criado o "Projeto Estratégico Redução do Passivo Trabalhista" com a finalidade de aumentar o índice de sucesso da Empresa nessas ações, promovendo a redução do passivo trabalhista de empregados terceirizados e orgânicos.
No que tange às demais ações judiciais, que correspondem a 45% do conjunto de ações judiciais, foram priorizados em 2013 aquelas que têm maior impacto nos negócios da Empresa. Nesse sentido foram instituídos os seguintes Projetos Estratégicos:
"Recuperação de Créditos em Juízo", com o objetivo de aumentar o recebimento de créditos vencidos e não pagos, melhorar o processo de cobrança, estabelecer uma gestão mais eficiente dos créditos a cargo da área jurídica;
"Reintegração de Posse de Áreas", visando à redução do tempo médio de obtenção de decisões judiciais para reintegração de posse de áreas aeroportuárias e a consequente desocupação dos espaços ocupados indevidamente, possibilitando o aumento de receitas com novas concessões das áreas reintegradas.
Merece destaque, ainda, o "Projeto Estratégico Espaço Livre - Aeroportos", que visa desonerar a infraestrutura aeroportuária no intuito de otimizá-la, possibilitando o aumento de receitas, a eficiência operacional e a melhoria visual dos aeroportos. Nesse contexto, a Infraero, em articulação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Poder Judiciário, viabilizou a venda em leilão de sucatas de aeronaves e outros ativos que se encontravam em sítios aeroportuários administrados pela Empresa pertencentes às massas falidas da Vasp, Transbrasil e Varig Log.
Focada na melhoria contínua, a Infraero iniciou a execução do "Projeto Estratégico Sistema de Gestão de Processos da Área Jurídica", visando à aquisição e implantação de sistema informatizado para a gestão do contencioso judicial e administrativo.
Na seara correcional, houve avanços na atuação preventiva, mediante assinatura de termos de adequação de conduta funcional, como alternativa ao procedimento de apuração de responsabilidade nas ocorrências de baixo potencial ofensivo. Este instrumento, de caráter preventivo e pedagógico, é inerente ao poder natural de gestão no âmbito da Empresa, devendo ser utilizado pelos ocupantes de cargos e funções de chefia nas ocorrências que não constituam motivo suficiente para a abertura de processo disciplinar específico.
A racionalização da atuação disciplinar alcançada com a prática dos termos de adequação de conduta permitiu viabilizar, em 2013, a solução consensual, sem a instauração de processos disciplinares, de 38 ocorrências de menor potencial ofensivo, tais como a inobservância de normas, o descumprimento de ordens, a inexecução de tarefas e outras questões oriundas do relacionamento no ambiente de trabalho.

Licitações e Compras

A Empresa elaborou proposta de regulamento de procedimento licitatório simplificado, tendo como base a legislação que determina que a contratação de bens e serviços pela Infraero e suas controladas, a exemplo dos procedimentos facultados a Petrobrás, bem como as permissões e concessão de uso de áreas, instalações e equipamentos aeroportuários deve observar este tipo de procedimento.
Esse regulamento proposto conferirá à Infraero a flexibilidade de atuação indispensável para garantir-lhe competividade e igualdade de oportunidades, frente aos demais agentes econômicos, no desenvolvimento das atividades vinculadas à infraestrutura aeroportuária.
No que concerne às licitações realizadas em 2013, houve uma redução em torno de 15% no tempo médio de processamento em relação ao ano anterior. Cerca de 1.700 licitações foram concluídas durante o ano, entre modalidade Menor Preço e Maior Oferta, com destaque para a modalidade Pregão, que foi responsável por 92% deste volume.
Houve uma economia de cerca de R$ 309 milhões, em relação aos valores estimados para contratação, bem como a perspectiva de receita adicional superior a R$ 460 milhões, em relação aos valores precificados para o prazo de vigência dos contratos decorrentes das licitações para concessão de uso de áreas.

Acordo de Níveis de Serviços (ANS) para Contratos de Limpeza

Considerando que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou uma Instrução Normativa, com regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados na forma de Acordo de Níveis de Serviço (ANS), a qual permite à Administração adequar o pagamento dos serviços prestados aos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

resultados efetivamente obtidos, a Infraero empenhou-se para a obtenção da promoção do bem comum e do interesse coletivo, visando o acompanhamento das atividades necessárias ao seu funcionamento para garantir que sejam realizadas com qualidade.
Nesse contexto, a Infraero passou a praticar o modelo de contratação, preconizado pela Instrução Normativa, ou seja, estabelecer um acordo entre as partes visando, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, com foco no resultado dos serviços prestados, deixando de controlar quantidade de matérias, mão de obra, equipamentos e demais ferramentas necessárias à boa execução dos serviços contratados, as quais não são sua área de atuação nem de expertise e com o foco voltado diretamente na qualidade da prestação do serviço.
O principal objetivo do ANS praticado pela Infraero é obter o máximo da qualidade dos serviços executados, atingindo padrões estabelecidos e gerando grau positivo de satisfação dos usuários dos aeroportos, com a consequente diminuição das reclamações negativas de clientes e redução dos custos de contratação de serviços nesta modalidade.
Um ponto de grande importância na metodologia refere-se à flexibilização que a empresa licitante terá para realizar com qualidade o objeto contratado, uma vez que poderá aumentar a produtividade mínima estabelecida, além de adequar a quantidade de produtos e materiais, para mais ou para menos, ficando sob a responsabilidade da contratada a garantia de que os mesmos atenderão aos requisitos ambientais e de qualidade exigidos no Termo de Referência e no Acordo de Nível de Serviço, poderá também ajustar a planilha de composição dos postos, para mais ou para menos, ficando mantidos os tetos para margem de contribuição, encargos tributários e encargos sociais.
Outro fator inovador com a metodologia do ANS diz respeito à fiscalização operacional, que passa a ser realizada de forma automatizada, proporcionando facilidade tanto para a Infraero, com a redução do tempo gasto e comprovação de evidências da qualidade do serviço prestado, como para a empresa contratada, a qual terá acesso às vistorias em tempo integral, permitindo tratar as ocorrências para que não comprometa seu desempenho e consequentemente o valor a ser recebido pela prestação do serviço.
Em 2013 a modelagem de contratação por acordo de nível de serviço foi implementada nos aeroportos de Curitiba, Bacacheri, Congonhas, Recife, Petrolina e Cuiabá, e na Superintendência Regional do Nordeste.

Tecnologia da Informação

Para exercer seu papel estratégico e ao mesmo tempo operacional, fornecendo soluções integradas que contemplem a utilização da Tecnologia da Informação (TI) como ferramenta fundamental na gestão dos negócios da Infraero, a área de TI realizou diversas ações em 2013, dentre as quais merecem destaque:
- Criação do Comitê de Desenvolvimento Tecnológico (CODET), para apoiar os processos estratégicos da empresa relacionados à tecnologia. O CODET amplia a atuação quanto ao eixo tecnológico cujo escopo compreende a Tecnologia da Informação e as demais tecnologias relacionadas às diversas áreas de atuação da Empresa, para assegurar que o uso da tecnologia atenda aos objetivos do negócio;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), alinhado ao Plano Empresarial da Infraero, com o propósito de estabelecer um modelo de governança, apoiar processos e atender às demandas da organização, bem como otimizar os recursos e promover o atendimento priorizado das demandas das áreas da empresa, melhorando a qualidade na prestação de serviços de TI da Infraero;
- Apoio na operacionalização dos serviços de voz e dados, instalado nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, durante a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), bem como o desenvolvimento do Plano de Acionamento para a Copa e Grandes Eventos, contendo orientação para eventuais problemas que vierem ocorrer no período crítico, servindo de complemento para os processos e procedimentos já aplicáveis na solução de contorno de TI em cada um dos aeroportos envolvidos;
- Implantação de sistema de radiocomunicação digital nos aeroportos localizados nas cidades- sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e demais aeroportos que compõem a infraestrutura de apoio a esse evento, visando a modernização, segurança e excelência nas operações aeroportuárias. Em 2013, Os aeroportos de Santos Dumont e Natal foram contemplados com o sistema mencionado, enquanto que os aeroportos de Jacarepaguá, Recife, Fortaleza e Salvador estão em fase de conclusão.
- Disponibilização do mapa de situação operacional dos aeroportos no portal da Infraero;
- Definição dos padrões dos sistemas eletrônicos objetivando atualizar o Memorial de Critérios e Condicionates (MCC) para estabelecer um modelo padrão de automação, definindo os critérios e condicionantes que deverão ser tomados como referência para a elaboração dos projetos de sistemas eletrônicos na Infraero;
- Definição dos requisitos técnicos e funcionais para os sistemas de controle de acesso e sistema de TV e vigilância da Infraero. Padronização dos processos de integração e das funcionalidades do SISA (solução integrada de segurança aeroportuária), definição das áreas monitoradas pelo STVV, criação do modelo de integração e revisão dos requisitos funcionais dos sistemas eletrônicos (SICA e STVV), para subsidiar novas contratações;
- Aquisição do *Software* de Simuladores de Controle de Aeródromo Tridimensional e Controle de Aproximação 2D (SIMULADOR TWR3D/APP2D), para capacitação dos profissionais da torre de controle e elevar os padrões de qualidade dos serviços de navegação aérea prestados pela Infraero;
- Aquisição de *tablets* para uso de sistemas/aplicações operacionais para que osprofissionais da área de operações aeroportuárias possam desenvolver com mobilidade suas atividades, por meio de ferramentas de tecnologia da informação que atendam às demandas por informações, colaboração e comunicação, onde se espera aumentar substancialmente a performance do grupo ereduzir o tempo de resposta de suas ações, notadamente, os profissionais que se deslocam pelo saguão do aeroporto e têm a missão de oferecer esclarecimentos ao público;
- Aquisição de Solução para Controle de Processos Judiciais e Administrativos (SCPJA), com implantação prevista para 2014, que tem por objetivo atender as demandas de controle e acompanhamento de processos judiciais e administrativos da Diretoria Jurídica, contemplando, inclusive, a análise de riscos para efeito de provisionamento contábil.
- Desenvolvimento de diversos sistemas, tais como:
Software móvel para vistoria dos serviços de limpeza e dispositivos móveis (SVLT), para garantir a eficiência e eficácia na gestão dos contratos dos serviços de limpeza da Infraero;
Sistema de Integração eSocial (SIES), para monitorar continuamente os eventos trabalhistas e previdenciários ocorridos dentro da Empresa;
Sistema de Monitoramento de Equipamentos do Aeroporto (MEA), destinado ao gerenciamento e à visualização gráfica da situação operacional dos principais recursos aeroportuários do aeroporto Santos Dumont;
Sistema de Monitoramento de Superfície de Pavimentos (SMSP), possibilitando um melhor monitoramento das condições das superfícies de pavimentos de todas as pistas administradas pela Infraero;
Sistema Simulador de Testes Operacionais (SSTO), desenvolvido com o objetivo de avaliar os conhecimentos técnicos dos operadores de navegação aérea;
Sistema de Controle de Aprovação de Voos (Sicav), que trata da gestão das solicitações de inclusão, alteração e exclusão de voos pelas companhias aéreas, bem como disponibilizar *workflow* para que as solicitações sejam avaliadas pelo gestor aeroportuário, revisado pelo responsável da Sede e, posteriormente, encaminhadas para a Anac;
Sistema RPE Web, como o objetivo de automatizar a inserção das informações do Resumo de Passageiros Embarcados (RPE) pelas empresas aéreas;
Sistema de relatório de prevenções online da Infraero (Relprev), para possibilitar qualquer pessoa que identificar uma situação potencial de perigo, relacionada à segurança de voo, ou que dela tiver conhecimento, possa reportá-la por meio de um Relprev;
Rescisão de Contrato de Trabalho (RCT), que visa automatizar os processos de rescisão de contrato trabalhista, para facilitar os cálculos da rescisão, diminuir os retrabalhos e agilizar o processo, tornando-o confiável, contribuindo substancialmente no processamento das rescisões geradas pelo Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA);
Sistema de Gestão de Seleção (SGS), que tem por objetivo permitir selecionar empregados para participação em programas de desenvolvimento, tais como pós-graduação e escola de gestão;
Manutenção e melhorias do Sistema TECAplus, que permite melhor monitoramento e recolhimento de receitas, aumentando o desempenho do sistema e gerando receitas para a Empresa.

CUIDANDO DE SEU CORPO FUNCIONAL

A Infraero, em 2013, teve um orçamento de R$ 32 milhões para ações de treinamento com foco em capacitação e desenvolvimento de seus empregados, bem como o atendimento à comunidade aeroportuária, com destaque para os seguintes eventos:
Cursos corporativos: 375
Eventos de ensino à distância: 654
Eventos da escola de gestão: 137
Participação no exterior: 06
Programa de capacitação de língua estrangeira: 502
Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica (PAEAT): 80
Programa de ensino superior: 134
Programa de pós-graduação: 163
Projeto Copa 2014: 287
Treinamentos corporativos regionais: 557
Treinamentos de mercado: 279
Eventos internos: 4.281
Programa de capacitação intensiva em inglês para navegação aérea: 229
Programa de educação formal: 06
Treinamento em serviço: 02
Treinamento exclusivo para parceiros e terceiros: 17
Comercialização de cursos: 681
A Empresa promoveu, também, cursos de Desenvolvimento de Executivos, de Programa de Capacitação para Resultados e de Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais.
Dessa maneira, no ano de 2013, a Infraero teve cerca de 140 mil participações de empregados orgânicos, terceirizados, contratados e comunidade aeroportuária em ações educacionais.
A Infraero obteve a autorização por meio de portarias e autorizações para ministrar treinamentos. Esse fato permitiu o fortalecimento da Empresa enquanto Centro de Instrução. A atividade se encontra em pleno desenvolvimento e em 2013 teve o faturamento de aproximadamente R$ 6,4 milhões. Além dos concessionários e de empresas da aviação civil, atendeu a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República em um programa para a capacitação dos empregados dos aeroportos regionais.
Outro destaque importante foi a implantação da Universidade Corporativa da Infraero, que teve início em setembro, e já foram realizadas as interfaces com todas as áreas que darão suporte para esta iniciativa. Um dos maiores benefícios será o incremento da comercialização de cursos e ações educativas gerando receita para a Empresa.
Ao longo de 2013, houve o desenvolvimento de proposta de um novo plano de cargos, carreiras e salários (PCCS). O novo PCCS proporciona aos empregados da Infraero possibilidades de desenvolvimento de carreira em função técnica ou gerencial, com critérios claros e objetivos para a ascensão nos cargos, além de priorizar as promoções por merecimento em detrimento da antiguidade. Foram mapeados junto às áreas técnicas os requisitos necessários aos empregados que assumirem os cargos técnicos e as atividades a serem realizadas por eles. Esta proposta encontra-se em discussão em uma Comissão Paritária constituída entre a Infraero e o Sindicado Nacional dos Aeroportuários.
Foi desenvolvido também um novo modelo de arquitetura organizacional de recursos humanos (RH) e descrição das atividades das áreas, com fortalecimento da gestão de pessoas e estratégia de RH. Foram propostas áreas como consultoria interna de pessoas, planejamento de recursos humanos e gestão de competências dos empregados, além da centralização e automação dos processos transacionais de RH e benefícios.
Os processos de RH foram revisados para atender a nova estrutura proposta, com destaque para a implementação do novo modelo de avaliação de competências, que avaliará as competências básicas e gerenciais dos empregados e as competências técnicas mapeadas junto às áreas técnicas da Infraero. Os processos de acompanhamento de indicadores de RH, recrutamento interno, novo modelo de planejamento de programas de desenvolvimento, treinamento e centralização dos processos de administração de pessoal e benefícios também foram desenhados.

Ética Empresarial

A Infraero disseminou recomendações de caráter geral, para todos os empregados, no sentido de que sejam evitadas situações de violência psicológica no trabalho, assédio moral, conflitos de interesses, discriminações, orientando, desta forma, o adequado comportamento esperado no âmbito da Empresa e promovendo a boa convivência corporativa entre os empregados.
No período da Copa das Confederações, foram divulgadas orientações básicas acerca de brindes, presentes, conflitos de interesses, relacionamento com empresas parceiras e terceirizadas, no intuito de nortear as condutas dos agentes públicos de modo geral.
Em parceria com os representantes locais da ética foram realizadas palestras sobre ética empresarial, com o objetivo de disseminar e aprimorar os conhecimentos sobre ética, conduta corporativa, conflitos de interesses, assédio moral e violência psicológica no trabalho no âmbito da Rede Infraero. Ao todo foram ministradas 37 palestras, na Sede e nos aeroportos, totalizando 1.343 participações.
Dentre as ações preventivas, registram-se as orientações, consultas e esclarecimentos prestados aos empregados das diversas dependências, por meio do correio eletrônico da Comissão de Ética, por telefone e presencialmente.
No exercício de 2013 foram respondidos 203 questionamentos de diferentes localidades, solicitando orientações, esclarecimentos ou consultas sobre assuntos diversos.

A Comissão de Ética deu prosseguimento a 40 processos remanescentes do exercício anterior, além das 45 novas denúncias que foram registradas no exercício de 2013.
A Infraero, juntamente com 18 outras empresas estatais, participa do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, que tem por objetivo geral buscar o desenvolvimento e fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de gestão da ética, de forma a aprimorar o relacionamento das empresas estatais com os seus diversos públicos e com a sociedade em geral.
Neste exercício, a Infraero sediou a 68ª Reunião do Fórum, no dia 13 de dezembro de 2013, contando com a participação das seguintes empresas estatais: Casa da Moeda, Correios, Caixa Econômica Federal, Indústrias Nucleares do Brasil, Furnas, Eletronorte, Emgea, Dataprev, Banco do Brasil, Eletronuclear, Chesf, Petrobras Distribuidora, Banco do Nordeste do Brasil, Nuclep, Petrobrás e o Banco Central, como convidado.

Dinâmica Laboral

O Programa Corporativo de Promoção à Saúde do Trabalhador implantado na Empresa em 2012 em 2013, por meio do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PSMT) e o Programa de Acompanhamento Sócio-ocupacional (PAS).
O Programa de Saúde Mental no Trabalho está sendo implantado de forma gradual e este ano chegou às Regionais Norte, Nordeste e São Paulo.
O Programa de Acompanhamento Sócio-ocupacional (PAS) também foi implantado nas Regionais e na Sede, tendo como finalidade mapear o perfil dos empregados afastados por período superior a 15 dias, por motivo de saúde, divulgar informações sobre direitos e benefícios sociais e promover ações socioeducativas de prevenção e promoção à saúde.
Em 2013, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional foi padronizado e estabelecido um modelo nacional, com as diretrizes para a área de medicina ocupacional com base nos riscos à saúde dos empregados, especialmente os identificados nas avaliações do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
O Sistema Med.Seg.Net foi implantado nas Superintendências Regionais, permitindo a automatização dos exames ocupacionais e a convocação dos empregados para os exames periódicos por meio eletrônico, além de identificar quais as principais doenças dos empregados.
A Empresa também elaborou um plano nacional de ações e estratégias de intervenção com foco na prevenção dos riscos de acidentes do trabalho e adquiriu equipamentos de segurança e saúde, bem como

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

realizou ações de estímulo e conscientização dos colaboradores quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual e adoção de comportamentos seguros.

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A Infraero atua estabelecendo relações éticas e responsáveis com os seus diversos públicos de interesse, reforçando a aplicação dos princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas práticas administrativas.

Respeito ao meio ambiente

Para melhorar a gestão dos resíduos aeroportuários, foram adquiridas 58 balanças eletrônicas para quantificar a produção de resíduos sólidos nos aeroportos. Além disso, trabalhou-se no desenvolvimento do Projeto de Coleta Seletiva em todos os aeroportos da Rede, objetivando a redução de custos com a destinação dos resíduos, ganho financeiro com a venda de espaços comerciais existentes nas lixeiras e ganho de imagem com a destinação dos resíduos às cooperativas de catadores de lixo em todos os estados da federação.
No que se refere à redução do risco de colisões da fauna com aeronaves, cabe destacar a participação no grupo que desenvolveu a minuta de Decreto para regulamentar a Lei nº 12.725/2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, bem como a atuação nas deliberações da Comissão de Gerenciamento do Perigo da Fauna (CGPF).
Com relação ao licenciamento ambiental, as principais ações realizadas foram: obtenção de 41 licenciamentos; elaboração do memorial de requisitos de meio ambiente para empreendimentos; desenvolvimento da norma interna de licenciamento ambiental; manual de procedimentos para termos de compromissos ambientais e mapeamento do processo de arqueologia em aeroportos.
Em relação à flora e a proteção do solo, as principais ações foram o desenvolvimento de três especificações técnicas: elaboração de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); elaboração de inventário florestal e realização de supressão de vegetação; elaboração de projeto de recomposição florestal para os aeroportos de Fortaleza, Petrolina e Aracaju, além da execução de censo florestal para o Aeroporto de Aracaju e análise das questões relacionadas à compensação florestal do Aeroporto de Brasília.
A Infraero elaborou um plano de trabalho para as Superintendências Regionais buscando sensibilizá-las quanto à aplicação de projetos ambientais, tais como reuso de água de teste dos caminhões de combate a incêndio; aproveitamento de água de chuva nas Seções de Combate a Incêndio (SCI); implantação de novos hidrômetros e sistema de medição à distância (telemetria), aplicação de lâmpadas LED, energia solar e novas tecnologias nos aeroportos.
Além dos aeroportos do Galeão, Confins e Belém a Infraero passa a contar com a implantação de novos hidrômetros e sistema de medição à distância (telemetria) nos aeroportos de Joinville, Londrina e Foz do Iguaçu.
A gestão da energia elétrica propiciou a economia de R$ 16 milhões em 2013, se comparado ao ano anterior. Dentre as ações, destacam-se: adequação ao perfil de carga elétrica; das demandas contratadas e modalidades tarifárias das unidades consumidoras; recuperação das despesas de energia elétrica dos estabelecimentos de outros órgãos nos aeroportos; substituição nos sistemas de iluminação com lâmpadas LED.
A Infraero desenvolve projeto para implantação de facilidades fixas no Aeroporto de Congonhas, que por meio de equipamentos de apoio às aeronaves em solo proverá energia 400hz e ar condicionado, possibilitando a redução de ruído e emissões nas atividades de pátio.

Direitos humanos

Em 2013, a Infraero deu continuidade ao Acordo de Cooperação firmado com a Secretaria Nacional de Justiça, que viabilizou postos avançados nos aeroportos administrados pela Empresa, objetivando o enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Esse acordo é de suma importância nesse processo de combate ao tráfico de pessoas que acontece com a finalidade de exploração sexual, trabalho escravo e até, tráfico de órgãos em outros Países.
A Infraero continua integrando a "Campanha Nacional de Busca e Defesa de Crianças Desaparecidas", convite que foi feito à Empresa em setembro de 2011, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Esta adesão foi importante pelo fato de os aeroportos fazerem parte da rota de saída do País dessas pessoas. O CFM mantém parceria com companhias aéreas, hotéis, Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Saúde.
Em outubro de 2013 a Infraero participou do lançamento do *hotsite* "Médicos em resgate de crianças desaparecidas", promovido pelo CMF, que consiste em um sistema que permite o cadastramento de busca de crianças desaparecidas de diversos Países. A ferramenta servirá a todos os envolvidos na referida campanha, além de conter orientações e medidas de segurança para evitar o aumento do número de desaparecidos.
A Empresa continua apoiando o projeto "Vivavida", cujo propósito é profissionalizar jovens entre 16 e 21 anos, vítimas de exploração sexual, atuando em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) na divulgação de vídeos e *banners* nos aeroportos, principalmente do nordeste, conscientizando e sensibilizando os usuários sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Padrões de trabalho

Adotando práticas trabalhistas orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é prioridade para a Infraero oferecer um ambiente organizacional que gere boas condições de trabalho e promova a motivação dos empregados. Com esse objetivo desenvolve ações que visam ao aperfeiçoamento e à valorização de seus empregados, para a alcançar a excelência dos serviços aeroportuários e de navegação aérea.
Além das práticas trabalhistas orientadas pela OIT, no que diz respeito ao público interno, a Infraero foi premiada por duas vezes consecutivas com o "Selo Pró-Equidade de Gênero", pela implementação de um plano de ação que atendeu ao Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, que consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo corporativo.

Combate à corrupção

A Infraero integra o Cadastro Empresa Pró-Ética. O Cadastro é uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais com todos os seus públicos. Ao aderir ao Cadastro, a Empresa assumiu o compromisso público e voluntário de adotar medidas para prevenir e combater a corrupção, em favor da ética e da integridade, na condução dos seus negócios.
A Infraero também é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção desde 2010. O Pacto, criado em 2006, era direcionado somente a empresas privadas, sendo a primeira empresa pública a assinar o documento, compondo, desde o início, o Grupo de Trabalho.
Em 2013, para permanecer no Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, implantou a Plataforma Virtual de Monitoramento do Pacto, cujos objetivos são: monitorar compromissos; dar visibilidade e transparência às práticas de integridade das empresas signatárias; fortalecer o Pacto Empresarial pela Integridade Contra a Corrupção; realizar diagnóstico sobre as práticas de promoção de integridade nas empresas signatárias do Pacto; gerar referência, a partir das práticas das empresas signatárias; gerar relatórios individuais orientadores da evolução das empresas em relação à integridade; oferecer subsídio ao planejamento das empresas na adoção de práticas de integridade. Desta forma, enquanto signatária do Pacto e integrante do Grupo de Trabalho do Pacto realizou o preenchimento da plataforma.
Com o objetivo de fortalecer e intensificar a fiscalização da Empresa em relação aos fornecedores/parceiros e prestadores de serviços especializados, a Infraero ratifica o compromisso de não contratar empresas que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS) da CGU, além de realizar parceria com aquele órgão no sentido de manter atualizado o cadastro.

Pacto Global

A Infraero é signatária desde 2004 do Pacto Global, um conjunto de princípios ligados a direitos humanos, padrões de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, aliando negócios a desenvolvimento sustentável, a serem utilizados como ponto de partida para o engajamento de diferentes setores empresariais nesses temas.
Anualmente a Empresa elabora e envia às Nações Unidas o relatório de Comunicado de Progresso (COP), que também se encontra disponibilizado no site da Infraero.

Infraero Social

A Empresa desenvolve o Programa Infraero Social, que tem como missão contribuir, por meio de parcerias, para o desenvolvimento social sustentável das comunidades carentes circunvizinhas aos aeroportos, abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo próspero e socialmente mais justo, com público-alvo formado por crianças, jovens e adultos, a partir dos sete anos de idade, em situação de risco social e/ou integrantes de famílias de baixa renda, residentes nas comunidades do entorno dos aeroportos.
Atualmente o Programa conta com 57 projetos sociais em desenvolvimento, atendendo aproximadamente 17 mil pessoas, por ano, entre crianças, jovens e adultos. Detalhes sobre o Programa podem ser encontrados no site da Infraero.

Balanço Social

Para acompanhar e avaliar a ampliação de práticas socialmente responsáveis na gestão dos seus negócios, a Infraero adota o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas (Ibase) e verifica os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.
Em seu Balanço Social a Empresa apresenta um instrumento estratégico que tem por objetivo avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Esse instrumento reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Essas atividades buscam melhorar a qualidade de vida para todos, tornando pública a responsabilidade social empresarial construindo maiores vínculos entre a Empresa, a sociedade e o meio ambiente.

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			3.031.311			4.116.116
Resultado operacional (RO)			-1.224.575			606.525
Folha de pagamento bruta (FPB)			1.565.291			1.443.582
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	145.808	9,32%	4,81%	138.094	9,57%	3,35%
Encargos sociais compulsórios	300.153	19,18%	9,90%	302.705	20,97%	7,35%
Previdência privada	55.447	3,54%	1,83%	65.858	4,56%	1,60%
Saúde	128.741	8,22%	4,25%	120.714	8,36%	2,93%
Segurança e saúde no trabalho	2.207	0,14%	0,07%	2.505	0,17%	0,06%
Educação	3.125	0,20%	0,10%	8.331	0,58%	0,20%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.745	1,13%	0,59%	19.440	1,35%	0,47%
Creches ou auxílio-creche	5.681	0,36%	0,19%	5.739	0,40%	0,14%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	6.829	0,47%	0,17%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	658.907	42,09%	21,74%	670.215	46,43%	16,28%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	229	-0,02%	0,01%	740	0,12%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	399	0,07%	0,01%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	2.250	-0,18%	0,07%	2.270	0,37%	0,06%
Combate à fome e segurança alimentar	915	-0,07%	0,03%	897	0,15%	0,02%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	3.394	-0,26%	0,11%	4.306	0,71%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	98.911	-8,08%	3,26%	335.783	55,36%	8,16%
Total - Indicadores sociais externos	102.305	-8,35%	3,37%	340.089	56,07%	8,26%
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	14.321	-1,17%	0,47%	14.141	2,33%	0,34%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	29	0,00%	0,00%	65	0,01%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	14.350	-1,17%	0,47%	14.206	2,34%	0,35%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2013**			**2012**		
Nº de empregados(as) ao final do período	13.080			14.121		
Nº de admissões durante o período	129			866		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	18.931			25.485		
Nº de estagiários(as)	32			753		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	6.043			6.173		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.996			4.332		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	29,22%			32,39%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4.403			4.758		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	31,01%			27,77%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	39			37		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2013 Valor (Mil reais)**			**Metas 2014**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,53			20,53		
Número total de acidentes de trabalho	78			78		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	(X) não se envolverá	( ) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.580	no Procon _____	na Justiça 72	na empresa 13905	no Procon _____	na Justiça 72
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,2 %	no Procon ___ %	na Justiça ___ %	na empresa 100 %	no Procon ___ %	na Justiça ___ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2013:**			**Em 2012:**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	185,83% governo 0% acionistas	237,75% colaboradores(as) 0% terceiros	-323,58% retido	23,50 % governo 0,97 % acionistas	71,91 % colaboradores(as) ___ % terceiros	3,12 % retido
7 - Outras Informações						
Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. CNPJ 00.352.294/0001-10 - CÓDIGO 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem - Brasília - DF. A Infraero não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de crianças ou adolescentes e não está envolvida com corrupção. Nossa Empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa.						

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Balanço Social Infraero 2013

FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Ouvidoria

A Infraero tem como um de seus principais compromissos "ouvir o cliente". Criada em 2003, a Ouvidoria da Infraero consolidou-se como o canal oficial da Empresa para interação com a sociedade.
Prova disso são os retornos dados aos quase 20 mil registros recebidos ao longo de 2013, entre reclamações, sugestões, solicitações, pedidos de informações, elogios e denúncias, que tiveram 98,4% das demandas respondidas no prazo médio de oito dias.
Com base nas informações contidas no sistema de Ouvidoria, foram emitidos diversos relatórios gerenciais periódicos sob demanda das áreas da Empresa. Esses relatórios possibilitaram uma visão aplicada dos pontos críticos a serem tratados, servindo de importante ferramenta para uma gestão integrada, fornecendo subsídios para a adoção de medidas e estratégia de gestão, visando sempre o aperfeiçoamento, melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela Empresa e geração de novos negócios, de forma a assegurar a excelência no atendimento e satisfação dos usuários.
A Ouvidoria deu continuidade ao Projeto de Pós-Atendimento, que tem por objetivo aprimorar e acompanhar a resolução de conflitos e a implantação de melhorias, evitando reincidências.
Também coordenou e executou as atividades relacionadas ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), reforçando o relacionamento transparente da Infraero com a sociedade. Por meio desse serviço, qualquer cidadão pode protocolar requerimentos de informações de interesse público. Cerca de 350 pedidos de acesso a informações foram registrados e atendidos dentro do prazo previsto na Lei, com prazo médio de resposta de 11 dias.

Comunicação interna e externa

A Infraero trabalha para estabelecer políticas e programas de comunicação interna, com o objetivo de integrar os empregados e disseminar os valores e a cultura da Empresa.
Na busca pela redução de custos e sintonizada com as tendências mundiais, em 2013 a Infraero migrou grande parte de seus veículos e canais de comunicação impressos para o formato digital, revitalizou a intranet e, cada vez mais, incorpora serviços e informação digital.
Foi realizado estudo de identidade visual, nova arquitetura da informação e novas funcionalidades, além da uniformização das infranets em um único modelo corporativo. Outra medida implantada foi a liberação, dentro da Empresa, do acesso dos empregados às Redes Sociais.
Dentre as ações de comunicação externa e de acordo com a política de priorizar a informação digital, foram criados *hotsites* - dentre os quais se destaca o de obras, onde a Infraero dá transparência às entregas de empreendimentos sob sua gestão. Já o de logística de cargas tem o objetivo de aproximar e fidelizar os clientes desse serviço com a Empresa.
Outro destaque é o novo aplicativo para dispositivos móveis da Infraero, o Aeroperto. Trata-se de um verdadeiro balcão de informações nas mãos do passageiro, com a oferta de serviço e informação sobre o que fazer no terminal e no entorno dos aeroportos.

Pesquisa

Sintonizada com as premissas do Plano Estratégico, foi realizada pela FGV Projetos, entidade com tradição e grande credibilidade no mercado, a Pesquisa de Satisfação e de Avaliação de Imagem e Qualidade dos Serviços prestados pela Infraero.
Aplicada em 17 aeroportos - entre eles, todos aqueles localizados nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014 - ela auferiu a qualidade dos serviços prestados pela Empresa e o atendimento às necessidades do nosso principal cliente - o passageiro.

Patrocínios

A Infraero foi a primeira Empresa a patrocinar o Judô brasileiro e completou nove anos acreditando na modalidade que mais trouxe medalhas para o Brasil nas Olimpíadas de Londres de 2012. Em 2013 manteve o investimento e as principais contrapartidas nas modalidades Olímpica e Paraolímpica.
O 1º Seminário Brasileiro de Operadores de Aeroportos também contou com o apoio institucional da Infraero.

Relacionamento com o passageiro

O pioneirismo e a inovação da Infraero também se verificaram com a criação de uma *Fun Zone* no Aeroporto do Galeão durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) - evento que reuniu no Rio de Janeiro, em julho, peregrinos de vários países, liderado pelo Papa Francisco.

Tratou-se de uma área de acolhimento, serviço e entretenimento para o cliente e trouxe um novo conceito de atendimento para a Empresa atuar em grandes eventos. A *Fun Zone* gerou um grande valor para a marca Infraero e uma experiência de viagem positiva para o cliente.

Já o projeto Excelência no Relacionamento com o Cliente foi implantado primeiramente nos aeroportos Sede da Copa das Confederações, e seu foco principal está no direcionamento das atividades dos empregados da Infraero para o bom atendimento e a satisfação dos clientes.

Campanhas

Devido ao porte e relevância dos empreendimentos sob responsabilidade da Infraero em todo o País, foi realizada campanha publicitária em 2013, que contemplou obras e entregas em aeroportos da Rede. A campanha continua gerando repercussão junto ao público.
A inovação da Infraero em 2013 foi marcada com o lançamento do ELO - sistema de conectores climatizados que faz a interligação, no nível do solo, entre os terminais e as aeronaves, permitindo que passageiros, inclusive aqueles portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, embarquem e desembarquem simultaneamente com conforto, segurança e acessibilidade.
A Infraero foi a grande vencedora da TranspoQuip/2013, evento que divulga as melhores soluções de infraestrutura para estradas, ferrovias, portos e aeroportos na América Latina.
Em 2013, data em que a Empresa completou 40 anos de existência, foi produzido livro comemorativo, além de informativos digitais com fatos históricos. Foram desenvolvidas campanhas internas sobre o novo Plano Estratégico, divulgação de ações específicas das áreas da Empresa e campanhas motivacionais para a redução de custos.
O projeto Lanche Popular - lojas de alimentação que oferecem produtos com preços controlados - teve sua campanha publicitária iniciada em 2013, com a sinalização das lojas participantes.

Resumo do Currículo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Walder Mora Ramalho (Presidente) - Representante da SAC/PR - Secretário Executivo
Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-graduação em Administração de Empresas (CEAG) pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). É membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É atualmente o Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Foi Diretor de Infraestrutura para a Copa de 2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2011 até junho de 2012 e atuou como Assessor para a área de infraestrutura da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República de 2007 a 2011. É Coordenador da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Antonio Gustavo Matos do Vale (Membro) - Representante da SAC/PR - Presidente da Infraero
Graduado em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em Belo Horizonte. Especializado em Análise de Sistemas de Informação pelo Centro de Desenvolvimento em Administração "Paulo Camillo de Oliveira Penna", da Fundação João Pinheiro. Foi Diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (maio de 2003 a fevereiro de 2011); Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura (agosto de 2001 a janeiro de 2003) e Diretor de Tecnologia e Infraestrutura do Banco do Brasil S.A. (abril a agosto de 2001); Consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais, atual Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural (DILID), do Banco Central do Brasil (abril de 2000 a abril de 2001). Atual membro do Conselho de Administração da Infraero, também teve participação no Conselho da Telemar Norte Leste S.A.; da BrasilPrev Previdência Privada S.A.; e da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus). Assumiu a Presidência da Infraero em março de 2011.

Licinio Velasco Júnior (Membro) - Representante da SAC/PR
Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Doutorado em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Mestrados em Ciências Políticas, pelo Iuperj e em Administração pelo Instituto Coppead/UFRJ. Aposentado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assessor da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República de junho 2011 a março de 2012. É membro do Conselho de Administração da Infraero desde agosto de 2011.

Mario José Soares Esteves Filho (Membro) - Representante da SAC/PR
Engenheiro de Produção formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialização em Análise de Sistemas pela PUC-Rio e pós-graduação em Economia Industrial e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da UFRJ. Foi engenheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até junho de 2013 quando se aposentou. Entre outras funções executivas foi superintendente de controle, de tecnologia da informação e processos e chefe de política financeira. Membro associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Concluiu os cursos de formação de conselheiro de administração da Fundação Dom Cabral (FDC) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Conselheiro de Administração da Infraero desde abril de 2013.

Rafael Rodrigues Filho (Membro) - Representante do Ministério da Defesa (MD)
Ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), tendo se formado na Academia da Força Aérea (AFA). Realizou todos os cursos da carreira. Exerceu anteriormente as funções de comandante de esquadrilha do 1º Esquadrão de Instrução Aérea (AFA), chefe do Centro de Operações Aéreas (2ª Força Aérea), chefe da Divisão de Instrução Profissional (IAC), comandante do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo, comandante do Grupo de Serviço de Base (BAGL), comandante interino da Base Aérea do Galeão, chefe da Assessoria de Controle do Espaço Aéreo e de Aviação Civil (GABAER), representante do Brasil no Conselho da OACI (Montreal - Canadá), chefe do Subdepartamento de Infraestrutura do Departamento de Aviação Civil (DAC), presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de tráfego Aéreo (CINDACTA I), vice-diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional e atualmente exerce o cargo de diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, desde março de 2013.

Célio Alberto Barros de Lima (Membro) - Representante dos Empregados da Infraero
Formado em Economia pela Universidade Federal de Rondônia (1993), bacharel em Direito pela Faculdade São Lucas (2010) e concluindo pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia (Unir/RO). Exerceu os cargos de secretário geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), diretor de Comunicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da Central Única dos Trabalhadores (CNTT/CUT), entidade que representa 1,3 milhão de trabalhadores no País, e secretário de Saúde da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Rondônia (CUT/RO). É empregado da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero desde 1989.

Maria Fernandes Caldas (Membro) - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Arquiteta formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente diretora de Infraestrutura Social e Urbana da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Exerceu anteriormente as funções de secretária de Planejamento Urbano, secretária de Planejamento, Orçamento e Informação e secretária municipal de Políticas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte.

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Gustavo Matos do Vale: Presidente da Infraero
Graduado em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em Belo Horizonte. Especializado em Análise de Sistemas de Informação pelo Centro de Desenvolvimento em Administração "Paulo Camillo de Oliveira Penna", da Fundação João Pinheiro. Foi Diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (maio de 2003 a fevereiro de 2011); Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura (agosto de 2001 a janeiro de 2003) e Diretor de Tecnologia e Infraestrutura do Banco do Brasil S.A. (abril a agosto de 2001); Consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais, atual Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural (DILID), do Banco Central do Brasil (abril de 2000 a abril de 2001). Atual membro do Conselho de Administração da Infraero, também teve participação no Conselho da Telemar Norte Leste S.A.; da BrasilPrev Previdência Privada S.A.; e da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus). Assumiu a Presidência da Infraero em março de 2011.

André Luis Marques de Barros: Diretor Comercial
Formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); pós-graduado em Administração Financeira e Orçamentária pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/DF); pós-graduado em Gestão Aeroportuária pela Universidade de Brasília (UnB/DF). Na Infraero já desempenhou várias atividades de coordenação e gerência. Exerceu, também, os cargos de assessor da Diretoria de Operações (2007 a 2009); superintendente do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (2009 a 2011); superintendente Regional do Centro-Oeste (2011 a 2012); superintendente de Tecnologia da Informação (2012); superintendente Regional do Rio de Janeiro (janeiro a outubro de 2013). Assumiu a Diretoria Comercial em outubro de 2013.

Francisco José de Siqueira: Diretor Jurídico
Graduado em Direito (1975), em Administração de Empresas (1978) e Administração Pública (1980), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Direito Público (1986), também pela

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UFPE. Procurador aposentado do Banco Central (BC), originário do concurso público de 1976. Exerceu os cargos de subprocurador-geral (1997-2003) e de procurador-geral (2003-2010) do Banco Central. Professor de Direito Comercial e Direito Empresarial, da Universidade Católica de Salvador (1988-1997), da Universidade Católica de Brasília, nos cursos de graduação e pós-graduação (2000-2002), e do Centro de Educação Superior de Brasília (2001-2007). Autor de várias publicações de doutrina jurídica sobre o Sistema Financeiro. Integrou o Tribunal do FONPLATA - Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (2001-2009) - Organismo Internacional constituído por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai -, do qual por duas vezes foi presidente (2003-2004 e 2008-2009). Desempenhou missão especial junto ao Bank for Internacional Settlements (BIS) e ao Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos (CEMLA), na Cidade do México (dez/2010-fev/2011). Assumiu o cargo de Diretor Jurídico da Infraero em junho de 2011.

Geraldo Moreira Neves: Diretor de Administração
Formado em Administração Pública e de Empresas pela União Pioneira de Integração Social (UPIS) em 1990. É MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão Empresarial pela Universidade de Brasília (UnB). Na Infraero já desempenhou várias atividades coordenando e participando de comissões de estudos e planejamento. Exerceu, também, os cargos de superintendente de Planejamento e Gestão, Controle Empresarial, Tecnologia da Informação, Auditoria Interna e Diretor Comercial. Foi eleito Aeroportuário do Ano de 1999 pelos empregados da Infraero e homenageado com a Medalha Mérito Santos Dumont pelo Comando da Aeronáutica, em maio de 2000 e com a Medalha Ordem do Mérito da Defesa, em setembro de 2010. É empregado da Infraero desde 1984. Assumiu a Diretoria de Administração em outubro de 2013.

Jaime Henrique Caldas Parreira: Diretor de Engenharia
Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Santos; MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão de Aeroportos pela Universidade de Brasília (UnB); qualificado nas áreas de Infraestrutura Aeroportuária e Gestão da Qualidade Total em Serviços, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Planejamento em Aeroportos, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); Aeroportos e Meio Ambiente, Gerenciamento e Certificação Operacional de Aeroportos, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Atuou como Superintendente do Aeroporto Internacional de Campo Grande, do Aeroporto Campo de Marte e do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos; foi assessor especial da presidência de 2009 a 2010, ano este em que assumiu a Diretoria de Engenharia.

João Márcio Jordão: Diretor de Operações
Engenheiro Civil com MBA (*Master in Business Administration*) em Administração. Iniciou sua carreira na Infraero em 1987, como técnico em mecânica. Entre outras ocupações, foi supervisor de Manutenção, supervisor de Operações, chefe da Divisão de Planejamento Operacional, gerente de Operações e superintendente do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Possui cursos de Certificação Operacional de Aeroportos, Gerenciamento de Segurança Operacional, Gestão Aeroportuária, Infraestrutura Aeroportuária, Facilitação e Segurança da Aviação Civil, Inspeção Aeroportuária, Estágio de Segurança de Voo e *Airport Investigator's Course*. Homenageado com a Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico e Medalha Ordem do Mérito da Defesa.

José Irenaldo Leite de Ataíde: Diretor Financeiro
Graduado em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia (1978); graduado em Direito, com habilitação em Direito Constitucional (1989); especializado em Sociologia do Desenvolvimento (1982), todos pela Universidade de Brasília (UnB). Especializado em Sistema Financeiro Nacional (1994), pela Universidade de São Paulo/Fipecafi. Exerceu o cargo de analista, integrante da carreira de especialista do Banco Central (1974 a 2011). Foi chefe do Departamento de Liquidações Extrajudiciais (2000 a 2010), consultor da Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central (2010 a 2011) e diretor de Gestão de Empreendimentos da Infraero no período de janeiro de 2012 a março de 2013. Assumiu a Diretoria Financeira da Infraero em março de 2013.

Mauro Roberto Pacheco de Lima: Diretor de Planejamento
É bacharel em Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e pós-graduado em Análise de Sistemas e em Planejamento e Gestão Empresarial pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Exerceu diversas funções gerenciais na antiga Superintendência Regional de Brasília, no Aeroporto Internacional de Brasília e na Sede da Empresa, onde foi, por último, superintendente de Controladoria. Exerceu a Diretoria Financeira entre dezembro de 2008 e março de 2013. É empregado da Infraero desde 1985.

CONSELHO FISCAL

Sérgio Cruz (Membro): Representante da SAC/PR
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ocupa, desde janeiro de 2000, o cargo efetivo de Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi coordenador-geral de Orçamento e Finanças e subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte de 2005 a 2011. Exerce, desde junho de 2011, o cargo de diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho (Membro): Representante da SAC/PR
Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Foi chefe de Gabinete do Desembargador Federal - Paulo Américo Maia Filho (abril de 2004 a agosto de 2013), delegado regional do trabalho (novembro de 1999 a junho de 2003), diretor administrativo do Hospital Santa Paula (fevereiro de 1996 a novembro de 1999), Juiz Classista da Junta de Conciliação e Julgamento e Itabaiana (março de 1993 a janeiro de 1996), assessor do Desembargador Federal - Tarcízio de Miranda Monte (janeiro de 1990 a janeiro de 1993), assessor especial do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública - Ministro Aluízio Alves (janeiro de 1985 a dezembro de 1989). Ocupa desde setembro de 2013, o cargo de secretário de Aeroportos na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

Lílian Maria Cordeiro (Membro): Representante da STN/MF
Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA). Pós-graduação em Economia do Setor Público (FGV) e Políticas Públicas (UnB). Participação nos Conselhos Fiscais do SERPRO, ELETROACRE, CEAGESP, CBTU, CODEBA e NOVACAP. Desde 1994 ocupa o cargo de analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Maurício Melo Chaves (Membro Suplente): Representante da SAC/PR
Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília (1989) e curso de formação para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Atuou como gerente e assessor de Diretoria no Banco de Brasília até junho de 1998 quando ingressou na carreira de analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocupou cargos no Governo Federal como coordenador de Orçamento e assessor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Esporte (janeiro de 2004 a junho de 2011), foi membro da Comissão de Ética Pública do Ministério do Esporte e, desde julho de 2011, ocupa a coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna da SAC/PR.

Fernando Antônio Ribeiro Soares (Membro Suplente): Representante da SAC/PR
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1995, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília em 2000 e 2006, respectivamente. É professor de economia há 17 anos. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi diretor do Departamento de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, onde atuou nas áreas de Planejamento, Advocacia da Concorrência e Regulação Econômica, e também assessor na Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda. É, na atualidade, coordenador-geral de Estruturação de Projetos e Financiamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Sheila Benjuino de Carvalho (Membro Suplente): Representante da STN/MF
Graduada e mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduada em Previdência Social pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-graduada em Gestão da Qualidade em Serviços pelo IESB. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional desde dezembro de 1996. Exerceu as funções de gerente de Recursos Humanos na STN (novembro de 2011 a janeiro de 2013), gerente de Informação Substituta na STN (setembro de 2010 a novembro de 2011), gerente de Ouvidoria no Grupo Caixa Seguros (julho de 2005 a março de 2010), gerente executiva na Caixa Seguros (abril de 2000 a junho de 2005), coordenadora-geral no Ministério da Previdência (outubro de 1998 a março de 2000).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços Patrimoniais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

ATIVO	Notas Explicativas	31.12.13	31.12.12 (reapresentado)	01.01.12 (reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.224	221.646	1.258.258
Contas a receber	5	332.534	685.910	586.254
Impostos, taxas e contribuições	7	78.295	156.296	56.127
Estoques	6	61.582	59.778	70.781
Despesas antecipadas	9	17.140	6.297	5.953
Outros		1.486	-	-
		538.262	**1.129.927**	**1.977.373**
Não Circulante				
Contas a receber	5	15.494	19.251	17.799
Aplicações	4	52.244	49.415	48.660
Depósitos judiciais	14	194.695	172.054	136.360
Investimentos	10	1.120.885	419.112	77.454
Imobilizado	11	224.576	590.896	540.112
Intangível	11	58.087	32.656	33.791
		1.665.982	**1.283.385**	**854.177**
Total do Ativo		**2.204.244**	**2.413.312**	**2.831.550**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO	Notas Explicativas	31.12.13	31.12.12 (reapresentado)	01.01.12 (reapresentado)
Circulante				
Recursos de terceiros	12	160.009	69.455	763.948
Fornecedores de bens e serviços		342.184	435.714	337.906
Encargos trabalhistas		149.505	150.021	139.464
Impostos, taxas e contribuições	7	122.062	119.479	129.121
Previdência complementar		11.328	16.720	11.382
Juros sobre capital próprio e dividendos		-	25.590	37.250
Participação nos lucros	21a	286	6.698	9.329
Cauções de terceiros		18.893	18.162	10.215
Provisão para indenizações	13	191.282	-	-
Outras obrigações		9.998	7.370	7.098
		1.005.546	**849.209**	**1.445.713**
Não Circulante				
Provisões para contingências	14	326.914	272.128	252.600
Previdência complementar		508	31.657	-
Benefício pós-emprego	21b e d	278.382	133.353	-
Participação nos lucros		60	172	-
		605.864	**437.310**	**252.600**
Patrimônio Líquido				
Capital social	15a	1.819.506	1.009.336	1.009.336
Reservas de lucros		206.058	250.809	123.901
Prejuízos acumulados		(2.610.015)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	15d	(278.382)	(133.353)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.455.666	-	-
Total do Patrimônio + AFAC		**592.833**	**1.126.793**	**1.133.237**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.204.244**	**2.413.312**	**2.831.550**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demonstrações de Resultados

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	31.12.13	31.12.12 (reapresentado)	01.01.12 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	**3.031.311**	**4.116.116**	**3.531.222**
(-) Custos operacionais	19	**(2.207.614)**	**(2.687.168)**	**(2.440.836)**
(=) Lucro bruto		**823.697**	**1.428.948**	**1.090.386**
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	19	(305.068)	(263.436)	(207.259)
Administrativas	19	(563.120)	(535.625)	(460.435)
Comerciais	19	(64.793)	(61.308)	(51.296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5c	(386.950)	(54.985)	(35.709)
Provisão para estoques	6	(901)	-	-
Provisão para contingências		(76.355)	(42.436)	(56.912)
Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)		(333.151)	(13.280)	(2.112)
Provisão para imobilizado (Impairment)	11b	(452.887)	-	-
Receitas eventuais		21.684	13.544	20.141
Resultado de equivalência patrimonial	10	31.368	(37.180)	-
Participação nos lucros		-	(6.829)	(9.312)
Outras receitas / (despesas)	20	54.213	(46.910)	(7.039)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		**(1.252.262)**	**380.300**	**280.454**
Resultado financeiro líquido	18	27.687	111.149	118.453
Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União		**(1.224.575)**	**491.449**	**398.907**
Recursos aplicados em bens da União	24	(1.430.191)	(282.163)	(213.928)
Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)		**(2.654.766)**	**209.286**	**184.979**
(-) Imposto de renda e contribuição social	7d	-	(56.787)	(37.451)
Prejuízo/Lucro Líquido		**(2.654.766)**	**152.499**	**147.528**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva de lucros	Dividendos a disposição	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do PL + AFAC
Saldos em 01/01/2012		**1.009.336**	**123.901**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.133.237**
Constituição de benefício pós-emprego		-	-	-	-	(133.353)	-	(133.353)
Lucro do Exercício		-	-	152.498	-	-	-	152.498
Destinações:								
Reserva legal		-	5.387	(5.387)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	(25.590)	-	-	-	(25.590)
Retenção de lucros		-	76.769	(76.769)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012		**1.009.336**	**206.058**	**44.752**	**-**	**(133.353)**	**-**	**1.126.793**
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	(145.029)	-	(145.029)
Aumento de capital		810.170	-	-	-	-	-	810.170
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	1.455.666	1.455.666
Absorção de prejuízo		-	-	(44.752)	44.752	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(2.654.766)	-	-	(2.654.766)
Saldos em 31/12/2013		**1.819.506**	**206.058**	**-**	**(2.610.015)**	**(278.382)**	**1.455.666**	**592.833**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Prejuízo / Lucro do exercício		**(2.654.766)**	**152.499**	**147.528**
Ajuste Benefício Pós Emprego		(145.029)	(133.353)	-
Total do resultado abrangente do exercício		**(2.799.795)**	**19.146**	**147.528**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia		(2.799.795)	19.146	147.528
Não controladores		-	-	-
		(2.799.795)	**19.146**	**147.528**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	(1.224.575)	491.449	398.907
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	90.980	111.179	94.571
Valor residual dos bens baixados	5.904	65.338	2.366
Perda por redução do ativo imobilizado	452.887	-	-
Resultado de equivalência	(31.368)	37.180	-
Juros sobre capital próprio	-	1.183	1.085
	(706.172)	**706.329**	**496.928**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Contas a receber	656.464	59.311	(170.678)
Estoques	(1.804)	11.003	(13.901)
Outras contas a receber	62.843	(90.418)	6.593
Depósitos judiciais	(22.641)	(35.695)	(25.280)
Provisões em diversos responsáveis	3.836	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(303.168)	(171.268)	35.709
Fornecedores	(93.530)	97.808	77.539
Obrigações tributárias	2.584	(9.643)	28.114
Obrigações sociais	(515)	10.557	19.729
Outras contas a pagar	3.359	8.219	10.276
Provisão para contingências	54.786	19.528	39.033
Provisão para indenização	191.282	-	-
Previdência complementar	(36.541)	36.996	1.344
Provisão do IR e CSLL	-	(56.787)	(37.451)
	516.953	**(120.389)**	**(28.973)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(189.219)**	**585.941**	**467.955**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de investimentos	(670.406)	(378.838)	(28.916)
Aquisições de bens do imobilizado	(170.641)	(212.720)	(194.977)
Aquisições de bens do intangível	(38.240)	(13.446)	(18.437)
Receitas Ataero	-	91.942	546.691
Investimentos - Ataero	-	(795.125)	(683.655)
Variação em recursos de terceiros	90.555	8.690	8.094
Obras em bens da união	(1.430.191)	(282.163)	(213.928)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(2.218.924)**	**(1.581.660)**	**(585.128)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	810.170	-	-
Recursos para aumento de capital	1.455.666	-	-
Juros sobre capital próprio	(25.590)	(38.433)	(30.058)
Participação nos lucros	(6.524)	(2.459)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**2.233.722**	**(40.892)**	**(30.058)**
Redução líquido de caixa	**(174.422)**	**(1.036.612)**	**(147.230)**
Caixa no início do período	221.646	1.258.258	1.405.488
Caixa no final do período	47.224	221.646	1.258.258
Redução líquido de caixa	**(174.422)**	**(1.036.612)**	**(147.230)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos Valores Adicionados

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	31.12.13	31.12.12 (reapresentado)	01.01.12 (reapresentado)
(=) Receitas				
Receitas Operacionais		3.097.358	4.365.363	3.757.104
Outras Receitas		101.359	44.453	44.878
		3.198.717	**4.409.816**	**3.801.982**
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais e serviços de terceiros		(1.202.255)	(1.535.784)	(1.384.992)
Outras despesas		(25.462)	(77.819)	(31.774)
		(1.227.717)	**(1.613.603)**	**(1.416.766)**
(=) Valor adicionado bruto		**1.971.000**	**2.796.212**	**2.385.215**
(-) Retenções				
Provisão para contingências		(76.355)	(42.438)	(56.912)
Provisão (Impairment)	11b	(452.887)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5c	(386.950)	(54.985)	(35.709)
Provisão Indenização	13	(191.282)	-	-
Estoques	6	(901)	-	-
(-) Depreciação e amortização	11d	(90.980)	(111.179)	(94.571)
(=) Valor adicionado líquido		**771.645**	**2.587.611**	**2.198.024**
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	18	106.236	124.313	131.990
Resultado de equivalência	10	31.368	(37.180)	-
(=) Valor adicionado total a distribuir		**909.248**	**2.674.744**	**2.330.014**
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos		1.956.364	1.891.106	1.679.958
		1.956.364	**1.891.106**	**1.679.958**
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos		98.911	335.813	275.062
		98.911	**335.813**	**275.062**
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	18	78.549	13.164	13.538
Obras em bens da União	24	1.430.191	282.163	213.928
		1.508.740	**295.327**	**227.466**
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio		-	25.590	37.250
Lucro / (prejuízo) do exercício		(2.654.766)	126.909	110.279
		(2.654.766)	**152.499**	**147.528**
Valor adicionado total distribuído		**909.248**	**2.674.744**	**2.330.014**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 - Contexto Operacional e Institucional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero é uma empresa pública de propriedade da União instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR.
A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem conferidas pela SAC-PR.
Atualmente, administra 63 aeroportos e 31 terminais de logística de carga, bem como diversas unidades de navegação aérea. Os Grupamentos de Navegação Aérea - GNA e as Unidades Técnica de Aeronavegação - UTA, em 2013, passaram a operar sob a forma de Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA. Totalizam, atualmente, 75 EPTAs, dentre as quais cinco (5) pertencem a terceiros e são operadas pela Infraero mediante convênio ou contrato.
Com a concessão de aeroportos realizada pelo Governo Federal, a Empresa tornou-se acionista de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) concessionárias dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos, e conta com 49% do capital social de cada um, participando da governança com poder de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, entretanto sem possuir o controle dos aeroportos. Ressalta-se que a Infraero ainda é responsável pela operação de navegação aérea nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.
Dos 63 aeroportos, inclui-se, também, Galeão e Confins, que estão em processo de concessão, no qual a Infraero será acionista, com 49% do capital social de cada um, por meio de Sociedade de Propósito Específico (SPE). A previsão é que em agosto de 2014 os aeroportos sejam transferidos à iniciativa privada.
O modelo de regulação das tarifas aeroportuárias e o reajuste anual, utilizando-se do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, considerando a incidência do Fator-X de produtividade, foi definido pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, quando da publicação da Resolução nº 180, de 25 de janeiro de 2011. Entretanto em 2013, as tarifas aeroportuárias não sofreram reajuste.
Ao longo do exercício foram investidos R$ 2.313,0 milhões em obras, serviços de engenharia, equipamentos e aporte de capital nas SPE's concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Destaca-se os investimentos realizados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, R$ 1,044 bilhão. Para financiar tais investimentos a União realizou aportes de capital na Infraero no montante de R$ 2.202,3 milhões.
No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.
Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.
Objetivando adequar a Empresa ao novo cenário da aviação civil a Administração contratou consultoria especializada para atuar em três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, na qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.
O novo modelo operacional fundamenta-se em estudos com vistas a tornar a Infraero mais competitiva, com otimização de tempo de resposta para as decisões estratégicas da empresa, maior autonomia para os aeroportos, metas direcionadoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho, além de um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.

Nota 2 - Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Contábeis - CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

Apuração do Resultado
O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante
Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.

Contas a Receber
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Incluem as contas a receber decorrentes das operações de receitas comerciais, embarque, armazenamento e capatazia, pouso e permanência, comunicação e auxílio para navegação aérea, exploração de serviços, conexão e cursos e treinamentos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques
Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio ponderado ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Investimentos
Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 - Investimento em Coligada e em Controlada.
Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na companhia.
A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.
Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.
Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.
Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Perdas em Sentenças Judiciais
As perdas em sentenças judiciais são constituídas pelas ações judiciais transitadas em julgado em fase de execução, com o registro de que se encontra em andamento Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais, independentemente das fases em que se encontrem os processos, para efeito de estimativa do valor das eventuais perdas delas decorrentes.

Provisões Cíveis e Trabalhistas
A Companhia reconhece provisões cíveis e trabalhistas.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros Ativos e Passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Imposto de Renda e Contribuição Social
A tributação sobre o lucro do exercício refere-se ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.
Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e são constituídos, quando aplicáveis, em conformidade com CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Benefício a Empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.
A Infraero contrata anualmente empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. Dessa forma, os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, para as Demonstrações Contábeis de 2014, serão avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nesse normativo.
A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas ao INFRAPREV, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.
Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.
Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.
O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.
Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.
O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.
Os seguintes montantes serão reconhecidos na demonstração do resultado abrangente:
Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
Também são concedidos benefícios de plano de assistência à saúde, odontológica e participação no resultado.
O plano de assistência médica é administrado pela própria Companhia. Tanto o plano de assistência médica como o odontológico, é financiado em regime de caixa.

Reconhecimento de Receita
Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:
Receita da prestação de serviços
A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.
Receita financeira
A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC nº 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Moeda Funcional
As demonstrações contábeis são apresentas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estimativas e premissas
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA
Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

Operações Descontinuadas
O Decreto n.º 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. Diante do exposto, foi constituída provisão para perdas relativo aos bens que serão descontinuados em decorrência dessas concessões.

Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas
Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis foram recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data da classificação.
Na demonstração do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.
Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Nota 3 - Informações para Efeito de Comparabilidade

A Companhia apresenta a reconciliação do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultados consolidados, dos exercícios tornados públicos anteriormente referente aos períodos de 31 de dezembro de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

ATIVO	Publicado em 31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	(Ref.)	Reapresentado em 31/12/2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	270.961	(49.315)	-	(a)	221.646
Contas a receber	867.823	(181.913)	-		685.910
(-) Perdas Estimadas em Créd. Liq. Duv.	(181.913)	181.913	-		-
(-) Provisão Diversos Responsáveis	-	-	-		-
Impostos, taxas e contribuições	156.296	-	-		156.296
Estoques	59.778	-	-		59.778
Despesas antecipadas	6.297	-	-		6.297
	1.179.242	**(49.315)**	-		**1.129.927**
Não Circulante					
Contas a receber	334.102	(314.852)	-		19.251
(-) Perdas Estimadas em Créd. Liq. Duv.	(314.852)	314.852	-		-
Depósitos judiciais	172.054	-	-		172.054
Aplicações	-	49.416	-		49.415
Aplicações em Notas do Tesouro	101	(101)	-		-
Investimentos	365.417	-	53.695	(b)	419.112
Imobilizado	599.839	-	(8.943)	(c)	590.896
Intangível	32.656	-	-		32.656
	1.189.317	**49.315**	**44.752**		**1.283.385**
Total do Ativo	**2.368.560**	**-**	**44.752**		**2.413.312**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO	Publicado em 31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	(Ref.)	Reapresentado em 31/12/2012
Circulante					
Recursos de terceiros	69.455	69.455	-	(d)	69.455
Vinculados a Investimentos	66.765	(66.765)	-	(d)	-
Comando da Aeronáutica	2.690	(2.690)	-	(d)	-
Tesouro Nacional	-	-	-		-
Fornecedores de bens e serviços	435.714	-	-		435.714
Encargos trabalhistas	150.021	-	-		150.021
Impostos, taxas e contribuições	119.479	-	-		119.479
Previdência complementar	16.720	-	-		16.720
Juros sobre capital próprio e dividendos	25.590	-	-		25.590
Participação nos lucros	6.698	-	-		6.698
Cauções de terceiros	18.162	-	-		18.162
Outras obrigações	7.370	-	-		7.370
Provisão para indenizações	-	-	-		-
	849.209	**-**	**-**		**849.209**
Não Circulante					
Provisões Trabalhistas e Cíveis	209.522	62.606	-		272.128
Provisão para Perdas em Sentenças Judiciais	62.606	(62.606)	-		-
Previdência complementar	31.657	-	-		31.657
Benefício pós-emprego	133.353	-	-		133.353
Participação nos lucros	172	-	-		172
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-		-
	437.310	**-**	**-**		**437.310**
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.009.336	-	-		1.009.336
Reservas de lucros	206.058	-	44.752	(b/c)	250.810
Ajuste de avaliação patrimonial	(133.353)	-	-		(133.353)
Prejuízos acumulados	-	-	-		-
Aporte de Capital	-	-	-		-
	1.082.041	**-**	**44.752**		**1.126.793**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.368.560**	**-**	**44.752**		**2.413.312**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	Publicado em 31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	(Ref.)	Reapresentado em 31/12/2012
Receita operacional líquida	**4.116.116**	-	-		**4.116.116**
(-) Custos operacionais	**(2.687.168)**	-	-		**(2.687.168)**
(=) Lucro bruto	**1.428.948**	-	-		**1.428.948**
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	(263.436)	-	-		(263.436)
Administrativas	(526.883)	-	(8.943)	(c)	(535.826)
Comerciais	(61.306)	-	-		(61.306)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.985)	-	-		(54.985)
Provisão para contingências	(42.436)	-	-		(42.436)
Provisão para Indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	(13.280)	-	-		(13.280)
Receitas eventuais	13.544	-	-		13.544
Resultado de equivalência patrimonial	(90.875)	-	53.695	(b)	(37.180)
Participação nos lucros	(6.829)	-	-		(6.829)
Outras receitas / (despesas)	(46.910)	-	-		(46.910)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	**335.548**	-	**44.752**	(b/c)	**380.300**
Resultado financeiro líquido	85.559	25.590	-	(e)	111.149
Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União	**421.107**	**25.590**	**44.752**		**491.449**
Recursos aplicados em bens da União	(282.163)	-	-		(282.163)
Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)	**138.944**	**25.590**	**44.752**		**209.286**
(-) Imposto de renda e contribuição social	(56.787)	-	-		(56.787)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	25.590	(25.590)	-	(e)	-
Prejuízo/Lucro Líquido	**107.747**	-	**44.752**		**152.499**

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	Notas Explicativas	Publicado em 31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajuste)	(Ref.)	Reapresentado em 31/12/2012
(=) Receitas						
Receitas Operacionais		4.365.363	-	-		4.365.363
Outras Receitas		44.453	-	-		44.453
		4.409.816	-	-		**4.409.816**
(-) Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais e serviços de terceiros		(1.535.784)	-	-		(1.535.784)
Outras despesas		(77.819)	-	-		(77.819)
		(1.613.603)	-	-		**(1.613.603)**
(=) Valor adicionado bruto		**2.796.213**	-	-		**2.796.213**
(-) Retenções						
Provisão para contingências		(42.438)	-	-		(42.438)
Provisão (Impairment)		-	-	-		-
Provisão para Créd. de Liq. Duv.		(54.985)	-	-		(54.985)
Provisão Indenização		-	-	-		-
Estoques		-	-	-		-
(-) Depreciação e amortização		**(102.236)**	-	**(8.943)**	(c)	**(111.179)**
(=) Valor adicionado líquido		**2.596.554**	-	**(8.943)**	(c)	**2.587.611**
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras		124.313	-	-		124.313
Resultado de equivalência		(90.875)	-	53.695	(b)	(37.180)
(=) Valor adicionado total a distribuir		**2.629.992**	-	**44.752**	**(b/c)**	**2.674.744**
Distribuição do valor adicionado						
Salários e encargos		1.891.106	-	-		1.891.106
		1.891.106	-	-		**1.891.106**
Impostos, taxas e contribuições						
Tributos		335.813	-	-		335.813
		335.813	-	-		**335.813**
Remuneração de capitais de terceiros						
Despesas financeiras		13.164	-	-		13.164
Obras em bens da União		282.163	-	-		282.163
		295.327	-	-		**295.327**
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre o capital próprio		25.590	-	-		25.590
Lucro / (prejuízo) do exercício		82.157	-	44.752	(b/c)	126.909
		107.747	-	**44.752**		**152.499**
Valor adicionado total distribuído		**2.629.993**	-	-		**2.674.745**

EXEMPLAR

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	Publicado em 31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	(Ref.)	Reapresentado em 31/12/2012 (reapresentado)
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	**446.697**	**-**	**-**		**491.449**
Itens que não afetam o caixa operacional					
Depreciação e amortização	102.236	-	8.943	(c)	111.179
Valor residual dos bens baixados	65.338	-	-		65.338
Resultado de equivalência	90.875	-	(53.695)	(b)	37.180
Juros sobre capital próprio	1.183	-	-		1.183
	706.329	**-**	**(44.752)**		**706.329**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo					
Contas a receber	59.311	-	-		59.311
Estoques	11.003	-	-		11.003
Outras contas a receber	(89.591)	(827)	-	(a)	(90.418)
Depósitos judiciais	(35.695)	-	-		(35.695)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(171.268)	-	-		(171.268)
Fornecedores	97.808	-	-		97.808
Obrigações tributárias	(9.643)	-	-		(9.643)
Obrigações sociais	10.557	-	-		10.557
Outras contas a pagar	8.219	-	-		8.219
Provisão para contingências	19.528	-	-		19.528
Previdência complementar	36.996	-	-		36.996
Provisão do IR e CSLL	(56.787)	-	-		(56.787)
	(119.562)	**(827)**	**-**		**(120.389)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**586.767**	**(827)**	**(44.752)**		**585.940**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisições de investimentos	(378.838)	-	-		(378.838)
Aquisições de bens do imobilizado	(212.720)	-	-		(212.720)
Aquisições de bens do intangível	(13.446)	-	-		(13.446)
Receitas Ataero	91.942	-	-		91.942
Investimentos - Ataero	(795.125)	-	-		(795.125)
Variação em recursos de terceiros	8.690	-	-		8.690
Obras em bens da união	(282.163)	-	-		(282.163)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(1.581.660)**	**-**	**-**		**(1.581.660)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital	-	-	-		-
Recursos para aumento de capital	-	-	-		-
Juros sobre capital próprio	(38.433)	-	-		(38.433)
Participação nos lucros	(2.459)	-	-		(2.459)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(40.892)**	**-**	**-**		**(40.892)**
Redução líquido de caixa	**(1.035.785)**	**(827)**	**(44.752)**		**(1.036.612)**
Caixa no início do período	1.306.746	-	-		1.258.258
Caixa no final do período	270.961	-	-		221.646
Redução líquido de caixa	**(1.035.785)**	**(827)**	**(44.752)**		**(1.036.612)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. Desse grupo, foram reclassificados R$ 49 mil para a conta de aplicações financeiras (não circulante) por representar ativos que não estão disponíveis para uso.

Refere-se ao ajuste no cálculo da equivalência patrimonial sobre os investimentos de 49% nas SPE's. Foi realizado novo cálculo tomando como período base dezembro, pois no cálculo anterior foi considerado o período base novembro.

Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um período. Desse grupo, foram ajustados R$ 8.943 mil relativo a depreciação de bens registrados indevidamente no ativo em processo de aquisição não depreciados no período. Além disso, inclui a baixa de bens repassados à Inframerica que ainda constavam no ativo da Infraero.

Referem-se a divulgação do grupo para melhor evidenciar os valores de terceiros considerando a irrelevância do montante relacionado ao Comando da Aeronáutica.

A reversão da conta de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no valor de R$ 25.590 mil reclassificada para a conta de Despesa Financeira foi em decorrência da opção pela melhor prática adotada no mercado considerando que a despesa não deve ser evidenciada na DRE, fazendo-o apenas na DMPL.

Nota 4 - Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
I - Caixa e Bancos	3.403	2.956	2.261
Aplicação Financeira	43.821	218.691	1.255.998
Certificados de Depósito Bancário	42.719	217.651	1.255.998
Outros	1.102	1.039	-
Total	47.224	221.646	1.258.258

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
II - Aplicações	52.244	49.415	48.660
Convênios e TCCA's	52.143	49.315	48.488
Depósitos Judiciais	101	101	172
Total	52.244	49.415	48.660

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos. Esses fundos são de renda fixa compostos por títulos que fazem parte da carteira teórica do índice IRFM-1 (LTN e NTN-F).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras públicas.

Nota 5 - Contas a Receber

Composição do Contas a Receber

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	322.548	301.759	250.723
Embarques e Conexão	67.187	96.248	122.014
Armazenagem e Capatazia	15.057	16.830	15.397
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	80.074	670.508	624.955
Outros	60.595	116.581	258.999
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(197.433)	(496.765)	(668.033)
Total	348.028	705.160	604.053
Circulante	332.534	685.910	586.254
Não Circulante	15.494	19.251	17.799

b) Composição por Idade de Vencimento

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
A Vencer	238.759	440.227	573.825
Vencidas	273.941	407.842	394.394
De 1 a 30 dias	52.128	176.458	16.486
De 31 a 60 dias	12.014	3.020	33.563
De 61 a 90 dias	8.490	15.967	4.799
De 91 a 120 dias	14.519	16.332	5.087
De 121 a 180 dias	14.871	17.075	8.641
Há mais de 180 dias	171.919	178.990	325.818
Total	512.700	848.069	968.220

c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96, a conjuntura econômica, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância.

PCLD - Circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Saldo no início do período	*(181.913)*	*(182.134)*	*(168.487)*
Adições	*(112.356)*	-	-
Transferência	*4.706*	*221*	*(13.647)*
Reversões	*154.473*	-	-
Saldo no fim do período	(135.089)	(181.913)	(182.134)

PCLD - Não Circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Saldo no início do período	*(314.852)*	*(485.899)*	*(463.838)*
Adições	*(56.199)*	*(37.494)*	*(42.283)*
Transferência	*(4.706)*	*(221)*	*13.647*
Reversões	*313.413*	*208.762*	*6.575*
Saldo no fim do período	(62.344)	(314.852)	(485.899)

DOCUMENTO POR TERCEIROS

Nota 6 - Estoques

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Materiais Auxiliares e de Manutenção	60.771	57.046	69.135
Importação em andamento	363	1.690	1.091
Outros	1.349	1.043	*554*
Provisão para Perdas	*(901)*	-	-
Total	61.582	59.778	70.781

A Infraero possui 27 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística.
Para estimativa do valor registrado na provisão foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.
Neste contexto, foi definido que para os estoques de Materiais de Consumo os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a provisão de obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.
Sendo assim, os valores destes dois grupos quando somados nos períodos analisados compõe o montante de R$ 901 mil, que foram provisionados, em 2013, para melhor apresentação do saldo dos estoques. Essa provisão corresponde aos valores registrados no estoque entre os anos de 2000 a 2010 no caso dos Materiais de Consumo, e 2000 a 2004 para os Materiais de Manutenção já obsoletos e sem condições de utilização.

Nota 7 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Tributos a Recuperar

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R$ 78.295 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.262	1.198
PASEP e COFINS	42.277	18.597	2.001
INSS	636	399	67
Imposto a Recuperar (retido) - Lei 9430/96	30.734	29.767	22.698
IRRF	4.330	80.067	25.316
Outros	318	26.204	4.846
Total	78.295	156.296	56.127

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

A Infraero de acordo com o CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente.
Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro, a Infraero não deverá registrar o ativo fiscal diferido, pois não possui expectativa de geração de lucros tributários futuros.

c) Tributos a Recolher

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
PASEP e COFINS	-	3.102	16.528
FGTS	10.691	10.729	10.046
INSS s/ Folha de Pagamento	29.176	28.378	27.303
INSS s/ Terceiros	14.659	12.193	13.402
Imposto a Recolher (retenção) - Lei 9430/96	28.682	27.891	26.278
Outros	38.854	37.184	35.565
Total	122.062	119.479	129.121

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.
Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(2.654.766)	209.286	184.979
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	56.787	37.451
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício	308.636	29.054	(21.423)
Adições	1.372.951	643.893	762.286
Exclusões	(1.064.316)	(614.839)	(783.709)
Compensação de B.C. negativa e prejuízo fiscal de exercícios anteriores	-	(74.185)	(49.067)
Deduções Legais	-	(2.042)	(1.451)
Total dos impostos no resultado	-	56.787	37.451

Nota 8 - Partes Relacionadas

As informações financeiras dos investimentos da Empresa em coligadas estão apresentadas na tabela a seguir:

		49% da participação societária	
Razão Social	País - Sede	2013	2012
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	*Brasil*	595.623	173.132
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	*Brasil*	163.469	50.384
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	*Brasil*	292.158	155.351

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Pró-Labore	3.605	3.036	2.279
Encargos	1.397	1.214	1.807
Benefícios	173	166	110
Outros	-	1	-
Total	5.175	4.417	4.196

A Companhia não possui planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

Nota 9 - Despesas Pagas Antecipadamente

Composição	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Gastos com Apólices de Seguros *	4.680	4.140	5.440
Despesas Antecipadas com Pessoal	10.775	2.154	512
Outros Gastos	1.685	3	1
Total	17.140	6.297	5.953

* São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Nota 10 - Investimentos

a) Composição

Os investimentos, no valor líquido de R$ 1.112.748 mil, correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R$ 70.504 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Ações em Incentivos Fiscais	24.597	26.575	26.575
Obras de Arte	1.526	1.526	1.556
Participação em Fundos	397	397	397
SPEs	1.051.250	378.867	-
Perdas por equivalência patrimonial	(5.812)	(37.180)	-
Imobilizado não destinado a uso	70.504	70.504	70.504
Total dos Investimentos	1.142.463	440.690	99.032
(-) Provisão para Perdas	(21.578)	(21.578)	(21.578)
Total	1.120.885	419.112	77.454

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) Participação da Companhia em Coligadas

As participações em coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais ajustados das respectivas investidas em cada data-base.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2013
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	251.133	(83.725)	49%	(41.025)	292.158
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	97.742	(43.778)	49%	(21.451)	163.469
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	652.287	115.640	49%	56.664	595.623
				(5.812)	1.051.250

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2012
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	139.925	(31.481)	49%	(15.425)	155.351
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	34.298	(32.798)	49%	(16.086)	50.384
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	167.464	(11.569)	49%	(5.669)	173.132
				(37.180)	378.867

No exercício de 2013 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R$ 628.107 mil nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Brasília, Guarulhos e Campinas, correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, artigo 248, inciso I.

c) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:

	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Aporte de Capital	155.351	50.384	173.132	378.867
Resultado de equivalência patrimonial	(15.425)	(16.086)	(5.669)	(37.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	139.925	34.298	167.464	341.687
Aporte de Capital	136.807	113.085	422.491	672.383
Resultado de equivalência patrimonial	(25.599)	(5.365)	62.332	31.368
Saldos em 31 de dezembro de 2013	251.133	142.018	652.287	1.045.438
Total	251.133	142.018	652.287	1.045.438

Aportes de capital

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.
No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Viracopos S.A. R$ 136.807 mil (Cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil reais), representados por 136.807.061 ações ordinárias.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.
No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Inframérica BSB S.A. R$ 113.085 mil (Cento e treze milhões e oitenta e cinco mil reais), representados por 113.085.751 ações ordinárias.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A
No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A, o valor de R$ 422.491 mil (Quatrocentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil reais), representados por 422.490.740 ações ordinárias.

Nota 11 - Imobilizado e Intangível

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Outros	Redução ao Valor Recuperável	Total
Custo do Imobilizado Bruto									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	15.077	4.534	505.717	240.258	115.366	141.645	199	-	1.022.796
Adições	-	47	95.429	12.511	53.253	51.469	12	-	212.720
Baixa	-	(13)	(102.488)	(28.508)	(17.528)	(4.447)	(3)	-	(152.985)
Transferências	-	-	(6.310)	18.497	2.447	(14.588)	(46)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.077	4.568	492.349	242.758	153.538	174.079	163	-	1.082.532
Adições	-	387	80.928	22.888	20.834	45.569	36	-	170.641
Baixa	-	(1.359)	(74.937)	(36.495)	(11.869)	-	(66)	-	(124.726)
Transferências	-	(300)	119.281	(246)	12.006	(130.714)	(27)	-	-
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(1.486)	-	(1.486)
Red. a Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(452.887)	(452.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.077	3.296	617.620	228.906	174.510	88.934	(1.382)	(452.887)	674.074
Depreciação Acumulada									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	(3.217)	(262.457)	(163.512)	(53.445)	-	(52)	-	(482.684)
Adições	-	(93)	(53.495)	(21.756)	(12.305)	-	(6)	-	(87.655)
Baixa	-	-	49.685	18.555	10.463	-	-	-	78.703
Transferências	-	-	(19)	23	(4)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(3.310)	(266.286)	(166.690)	(55.291)	-	(58)	-	(491.636)
Adições	-	(95)	(38.751)	(26.388)	(13.400)	-	(7)	-	(78.641)
Baixa	-	1.355	71.763	36.124	11.472	-	66	-	120.780
Transferências	-	-	(13.581)	14.215	(634)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.050)	(246.855)	(142.740)	(57.853)	-	1	-	(449.498)
Imobilizado Líquido									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	15.077	1.317	243.260	76.745	61.921	141.645	147	-	540.112
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.077	1.258	226.063	76.068	98.247	174.079	105	-	590.896
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.077	1.246	370.765	86.166	116.656	88.934	(1.380)	(452.887)	224.576

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR

	Licença de Uso de Software	Marcas, Direitos e Patentes	Software em Desenvolvimento	Total
Custo do Intangível Bruto				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	112.487	338	1.050	113.875
Adições	13.317	79	50	13.446
Baixa	(15.014)	(4)	-	(15.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	110.790	413	1.100	112.303
Adições	38.064	1	175	38.240
Baixa	(54.578)	(4)	-	(54.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94.276	410	1.275	95.961
Amortização Acumulada				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(80.020)	(64)	-	(80.084)
Adições	(14.277)	(303)	-	(14.580)
Baixa	14.844	173	-	15.017
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(79.453)	(194)	-	(79.647)
Adições	(12.204)	(135)	-	(12.339)
Baixa	54.108	4	-	54.112
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(37.549)	(325)	-	(37.874)
Intangível Líquido				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	32.467	274	1.050	33.791
Saldo em 31 de dezembro de 2012	31.337	219	1.100	32.656
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.727	85	1.275	58.087

A Companhia não possui leasing e nem ativos dados em garantia.

O saldo de bens de Imobilizado em andamento é constituído principalmente por adiantamento a fornecedores.

a) Itens Totalmente Depreciados / Amortizados

Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados itens no ativo intangível totalmente amortizados.

b) Revisão da Vida Útil

A Companhia deprecia o ativo imobilizado e intangível pelo método linear, usando taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxa Média Anual Depreciação - Anterior	Taxa Média Anual Depreciação - Atual
Imobilizado:		
Edifícios e Benfeitorias	4%	4%
Instalações, Maquinas e Equipamentos	10%	10%
Veículos	20%	20%
Móveis e Utensílios	10%	11%
Intangível:		
Licença de Uso de Software	20%	20%
Marcas, Direitos e Patentes	20%	20%
Outros	-	-

A Infraero realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para a maioria dos bens do segmento de aeroportos. A Infraero tem como sua menor unidade geradora de caixa o aeroporto e com base nesta definição e das premissas utilizadas (taxa de desconto TJLP/PIB/Taxa de Câmbio, e prazo de 5 anos) foi identificado uma perda no ativo imobilizado e intangível na ordem de R$ 398.578 mil, ensejando, portanto, o reconhecimento dessa perda decorrente de ajustes de variação patrimonial.

Conforme preconiza o item 33 do ICPC 10, a revisão da vida útil dos bens foi realizada pelos profissionais da Infraero por possuírem conhecimentos técnicos e específicos.

Resultados Financeiros	31/12/2013
Período de Análise	5 anos
Redução por Impairment	398.578
Custo de Capital – TJLP	5%
Taxa de Retorno do Investimento (TIR)	-
Prazo de Recuperação do Ativo	-

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c) Operações Descontinuadas

O Decreto nº 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. A ANAC iniciou o processo por meio da publicação, no Diário Oficial da União de 3/10/2013, do Edital do Leilão nº 1/2013, a fim de selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais do Galeão e Confins. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. A concessão do Aeroporto do Galeão foi arrematada por R$ 19 bilhões pelo consórcio Aeroportos do Futuro. O valor da concessão do Aeroporto de Confins ficou em R$ 1,096 bilhão pelo Consórcio AeroBrasil. O recurso arrecadado será repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, os Aeroportos do Galeão e Confins estavam classificados no grupo operação descontinuada no valor de R$ 54.310 mil.

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto do Galeão é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita	559.180	508.317	382.150
Despesa	(497.218)	(367.327)	(322.909)
Lucro Bruto	61.963	140.990	59.241
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos	61.963	140.990	59.241
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada	61.963	140.990	59.241

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto de Confins é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita	178.883	160.506	160.390
Despesa	(119.247)	(101.553)	(89.958)
Lucro Bruto	59.636	58.953	70.432
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos	59.636	58.953	70.432
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada	59.636	58.953	70.432

d) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização estão reconhecidos na demonstração de resultado como segue:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Despesas de Depreciação	78.641	96.598	94.571
Despesas de Amortização	12.339	14.580	1
Total	90.980	111.179	94.572

Nota 12 - Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
(a) Convênios	32.506	30.261	27.760
(b) Fundo Nacional de Aviação Civil	120.153	33.066	-
(c) Prefeituras e Administradoras	4.225	3.438	2.529
(d) Comando da Aeronáutica	3.125	2.690	22.153
(e) ATAERO	-	-	703.182
(f) Tesouro Nacional	-	-	8.324
Total	160.009	69.455	763.948

EXEMPLAR DA IMPRENSA NACIONAL

Convênios - Relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.
Fundo Nacional de Aviação Civil - Recursos relativos a Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, definiu que, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.
Prefeituras e Administradoras - são valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.
Comando da Aeronáutica - recursos relativos, principalmente, arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.
O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios dos recursos de terceiros no período:

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Tributos/Desp. Financeiras		
FNAC	1.496.379	1.098	1.410.390	-	120.153	33.066
Convênios	-	2.777	532	-	32.507	30.261
Ministério do Turismo	-	2.645	508	-	30.666	28.529
Governo Estado da Bahia	-	132	24	-	1.840	1.732
Comando da Aeronáutica	158	283	311	-	3.125	2.690
Outros	94.609	-	93.824	-	4.224	3.438
Total	1.591.147	4.159	1.505.056	-	160.009	69.455

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Tributos/Desp. Financeiras		
FNAC	1.981.223	3.563	1.951.720	-	33.066	-
ATAERO	44.684	47.258	806.739	(11.615)	-	703.182
Convênios	-	(626)	(3.128)	-	30.261	27.760
Ministério do Turismo	-	(775)	(3.159)	-	28.529	26.145
Governo Estado da Bahia	-	148	31	-	1.732	1.615
Comando da Aeronáutica	180	289	19.933	-	2.690	22.153
Tesouro Nacional	-	-	8.324	-	-	8.324
Outros	55.615	-	54.706	-	3.438	2.529
Total	2.081.702	50.484	2.838.294	(11.615)	69.455	763.948

Nota 13 - Provisão para Indenizações

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Provisão para Indenizações	191.282	-	-
Total	191.282	-	-

a) Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

Nota 14 - Provisão para Contingências

A provisão de R$ 326.913 mil foi constituída para fazer face às prováveis perdas em processos trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, representados por ações em fase de execução e ações julgadas em fase de recurso para instâncias superiores. Essas provisões estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Provisões	326.913	272.128	252.600
Trabalhistas	224.613	173.989	152.748
Cíveis	102.300	98.139	99.852
Previdenciárias	-	32.392	28.782
Demais Ações	*102.300*	*65.748*	*71.070*
Total	326.913	272.128	252.600

A movimentação ocorrida nas provisões trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, no ano de 2013, foi

de R$ 54.786 mil, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2013
Trabalhistas	173.988	70.394	(19.768)	213.533
Cíveis	98.139	15.439	(11.278)	103.235
Total	272.128	85.832	(31.046)	326.914

	01/01/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2012 (reapresentado)
Trabalhistas	152.748	61.134	(39.893)	173.988
Cíveis	99.852	9.301	(11.014)	98.139
Total	252.600	70.435	(50.907)	272.128

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias, exigidas judicialmente, e ficam registrados no Ativo da Infraero até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 representam R$ 194.695 mil.
A Empresa não realiza provisões relativamente às ações judiciais cuja decisão tenha sido improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito. Registre-se, por relevante, que se encontra em execução Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais até junho de 2014, qualquer que seja a fase dos processos, de interesse da Empresa, com a finalidade de estimar os valores contingentes delas resultantes, nos termos do Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Segue conteúdo das ações judiciais que merecem destaque:

a) Ações Trabalhistas

Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários - Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

Nota 15 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 representa R$ 1.819.506 mil e sua composição é a seguinte:

Quantidade de Ações	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
UNIÃO	12.628.143	7.136.773	7.136.773
UNIÃO (Extinto Fundo Nancional de Desenvolvimento - FND)	197.350	197.350	197.350
Total	12.825.493	7.334.123	7.334.123

R$	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
UNIÃO	1.791.509	982.177	982.177
UNIÃO (Extinto Fundo Nancional de Desenvolvimento - FND)	27.997	27.159	27.159
Total	1.819.506	1.009.336	1.009.336

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R$ 810.170 mil com a emissão de 5.491.370 ações novas, sem valor nominal. O aumento é proveniente dos aportes realizados pela União. O Capital Social passou a ter o valor de R$ 1.819.506 mil.
Os aportes de capital, são recursos recebidos da União destinados a aumento de capital concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC até a data da integralização. Dos aportes realizados em 2013 falta integralizar R$ 1.402.258 mil.
Em 30 de dezembro de 2010 foi publicada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431/11, que, dentre outros assuntos, dispôs sobre a extinção do FND e a transferência de seus direitos sobre títulos e valores mobiliários para a União. Tal fato foi reconhecido pela Infraero, contudo, até a conclusão do inventário, os valores serão demonstrados separadamente.

b) Reservas de Incentivo Fiscal

Devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia - Finam devem ser reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2013 não foram realizadas aplicações no Finam, permanecendo então com as aplicações anteriores de R$ 3.350 mil.
Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de prejuízo.

c) Reserva Legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital.

EXEMPLAR DE USO PROIBIDO A TERCEIROS

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência de sua avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Imobiliários - CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.
Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrigando valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que não afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.
Em 2013 foi reconhecida a obrigação com assistência médico-hospitalar no valor de R$ 134,9 milhões e previdência complementar no valor de R$ 10 milhões relativos a benefícios pós-emprego concedidos conforme Nota 21 d.

Nota 16 - Ativo e Passivo Compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação. O Ativo e Passivo Compensado da Companhia são representados pelos Bens da União, Garantias Caucionárias de Terceiros e Almoxarifados da União.
No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens da União:

	Taxa de Depreciação	31/12/2013 Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	31/12/2012 (reapresentado) Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	35.808	(26.695)	(15.723)	661	645.824	651.773
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	1.246.039	(648)	(17.468)	146	12.100.912	10.872.844
Bens da União com a Concessão		148.254	-	694.900	-	3.606.666	2.763.512
Custo		1.430.100	(27.343)	661.708	807	16.353.403	14.288.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(250.961)	10.426	(1.039.102)	(80)	(4.727.469)	(3.447.751)
Total		1.179.140	(16.917)	(377.394)	727	11.625.934	10.840.378

	Taxa de Depreciação	31/12/2012 (reapresentado) Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	01/01/2012 (reapresentado) Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	44.237	(146.501)	(6.104)	(783)	651.773	760.924
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	839.258	(27.882)	(3.435.991)	254	10.872.844	13.497.205
Bens da União com a Concessão		64.324	-	2.699.188	-	2.763.512	-
Custo		947.819	(174.383)	(742.907)	(529)	14.288.129	14.258.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(370.874)	108.649	815.622	(372)	(3.447.751)	(4.000.776)
Total		576.945	(65.734)	72.715	(901)	10.840.378	10.257.353

Garantias Caucionárias de Terceiros

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.
Em 31 de dezembro de 2013 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R$ 4.117.580 mil e em 31 de dezembro de 2012 R$ 2.832.536 mil.

Nota 17 - Receita Líquida

As receitas, com exceção das financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita Bruta	**3.097.358**	**4.365.362**	**3.757.104**
Comerciais	995.811	1.341.676	1.141.922
Embarque	935.370	1.274.186	1.075.620
Armazenagem e Capatazia	391.829	833.920	659.130
Pouso e Permanência	345.190	521.107	440.813
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	342.209	311.266	377.219
Exploração de Serviços	54.125	67.055	62.400
Conexão	26.406	15.268	-
Cursos e Treinamentos	6.418	884	-
Deduções	**(66.047)**	**(249.247)**	**(225.883)**
PASEP	(11.781)	(44.604)	(40.291)
COFINS	(54.266)	(204.642)	(185.591)
Receita Líquida	3.031.311	4.116.116	3.531.222

Nota 18 - Resultado Financeiro

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita financeira	**93.114**	**114.056**	**119.313**
Rendimento de aplicação financeira	19.651	86.962	158.038
Juros recebidos	66.860	71.592	66.225
Outros juros e descontos obtidos	6.604	(44.499)	(104.950)
Despesa financeira	**(68.898)**	**(6.801)**	**(13.441)**
Atualização monetária (a)	(68.311)	(6.791)	(5.706)
Outros juros, multas e atualizações	(587)	(10)	(7.735)
Impostos sobre operações financeiras	**(3.385)**	**(51)**	**(48)**
Variação cambial, líquidas	**6.855**	***3.946***	***12.629***
Resultado financeiro	27.687	111.149	118.453

Representam na sua maioria, a atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União.

Nota 19 - Despesas por Natureza

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Custo dos Serviços Prestados			
Pessoal	1.078.971	1.210.410	1.136.097
Depreciações e Amortizacões	59.224	66.339	60.796
Serviços Contratados e Locações	722.968	968.749	834.052
Utilidades - Serviços Públicos	205.296	256.552	236.103
Outras Despesas	141.155	185.118	173.789
Total	2.207.614	2.687.168	2.440.836
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional			
Pessoal	275.331	230.089	187.059
Depreciações e Amortizacões	3.156	6.008	4.082
Outras Despesas	26.579	27.338	16.118
Total	305.066	263.436	207.259
Administrativas			
Pessoal	405.144	377.770	299.567
Depreciações e Amortizacões	24.333	37.460	28.331
Serviços Contratados e Locações	54.308	51.537	42.196
Utilidades - Serviços Públicos	24.112	27.154	29.226
Outras Despesas	55.223	41.904	61.115
Total	563.120	535.826	460.435
Comerciais			
Pessoal	55.048	52.728	45.811
Depreciações e Amortizacões	4.268	1.372	1.362
Materiais de Consumo	5.477	7.209	4.124
Total	64.793	61.308	51.296

Nota 20 - Outras Receitas / (Despesas)

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Outras receitas / (despesas)	54.213	(46.910)	(7.038)
Total	54.213	(46.910)	(7.038)

O item outras receitas / despesas é composto pelo resultado apurado entre os cancelamentos de receitas e as anulações de despesas ocorridas no exercício anterior e ainda pelas operações não ligadas diretamente à atividade fim da empresa com maior relevância para as multas aplicadas aos fornecedores pelo não cumprimento do objeto contratado, bem como a ressarcimentos dos gastos com energia, material de consumo, telefone, entre outros, rateados e cobrados das empresas que utilizam áreas nos aeroportos por meio de concessão. Referem-se, ainda, a créditos de clientes inadimplentes considerados como perdas e posteriormente recuperados.

Nota 21 - Benefícios a Empregados

a) Participação no Lucro do Resultado
O sistema de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.
O PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e funções. Periodicamente é realizado o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-o aos novos planos e estratégias de negócios.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) Programa de Desligamento Incentivado
A Infraero possui dois programas de desligamento incentivado, o PDITA e o PDVI.

PDITA
Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. A adesão ao programa pode ser realizada desde 15 de agosto de 2012 e terá duração até 18 (dezoito) meses, coincidindo com o término do Período de Transição do Processo de Concessão.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	834	53	-
Montante envolvido – R$ mil	141.869	12.733	-

PDVI

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivos aos empregados que aderiram ao programa.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	-	2	11
Montante envolvido – R$ mil	-	547	2.111.563

c) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigente
Plano BDI	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BDII	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil dos participantes dos planos

Planos	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD I	49	80	129	60	73	133	73	73	146
Plano BD II	4	8	12	4	9	13	4	11	15
Plano CV	11.591	1.969	13.560	12.166	1.763	13.929	11.358	1.689	13.047

*Compõem os Ativos, os participantes autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido (BPD).
**Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio doença.

Em 2013, o plano de Benefício I foi saldado gerando uma obrigação de R$ 1.331 mil a ser liquidado em 19 meses, o qual foi reconhecido pela Companhia.

A provisão matemática a constituir referente a contribuições amortizantes por serviços passados do plano CV registrado em 2012 foi revertida em virtude de determinação do Órgão fiscalizador - PREVIC.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial, de acordo com as normas de contabilidade emitidas pelo CPC e contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Empresa. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

31/12/2013	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Ativo total marcado a mercado	74.186	11.089	2.339.626
(-) Exigível Operacional	(84)	(9)	(12.370)
(-) Exigível Contingencial	(405)	(91)	(2.323)
(-) Fundo Previdencial	-	-	(20.817)
(-) Fundo Administrativo	(2.771)	(841)	85.663
(-) Fundo de Investimentos	(605)	(96)	(10.935)
(=) Ativo Líquido de Cobertura	-	-	2.207.518
(-) Contribuição Definida (BC)	-	-	(23.113)
(-) Contribuição Definida (BaC)	-	-	(1.362.064)
(=) Valor Justo dos Ativos	70.321	10.053	822.341

Composição Familiar:

Plano I de Benefícios Saldado e Plano II de Benefício Definido:
Benefícios a Conceder: Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório "Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013", elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
Percentual de Casados: 100%.
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
Filho temporário até os 24 anos.

Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:
Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos (aposentadorias): Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório "Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013", elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
Percentual de Casados: 100%
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
Filho temporário até 24 anos.

Benefícios Concedidos (pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Taxa de Desconto Atuarial Real:
A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da empresa Infraero em cada plano são as seguintes:

	Duration (anos)	Vencimento	Vencimento NTN_B	Taxa de desconto 31/12/2013
Plano I de Benefícios Saldados	21,26	2034	15.05.35	6,47%
Plano II de Benefício Definido	22,84	2038	15.05.35	6,47%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	31,22	2044	15.05.45	6,50%

A duration foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo valor do benefício (projetado para os ativos e concedidos para os assistidos), considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.

Valor Justo dos Ativos do Plano:

31/12/2013	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Ativo total marcado a mercado	74.186	11.089	2.339.626
(-) Exigível Operacional	(84)	(9)	(12.370)
(-) Exigível Contingencial	(405)	(91)	(2.323)
(-) Fundo Previdencial	-	-	(20.817)
(-) Fundo Administrativo	(2.771)	(841)	85.663
(-) Fundo de Investimentos	(605)	(96)	(10.935)
(=) Ativo Líquido de Cobertura	-	-	2.207.518
(-) Contribuição Definida (BC)	-	-	(23.113)
(-) Contribuição Definida (BaC)	-	-	(1.362.064)
(=) Valor Justo dos Ativos	70.321	10.053	822.341

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

OBS.: O Plano CV, por ser um plano solidário com a Patrocinadora Infraprev, foi efetuado, a seguir, o rateio do Valor Justo dos Ativos considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à Patrocinadora Infraero:

	Total	Infraero	Proporção
Obrigações Atuariais	832.555	812.335	98,77%
Valor Justo dos Ativos	822.341	812.246*	98,77%

*Valor calculado pela proporção das Obrigações sobre o Valor Justo dos Ativos do plano.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
1.Ativo Líquido de Cobertura do Plano	**31/12/2013**	**31/12/2013**	**31/12/2013**
1.1.Valor Justo dos Ativos do Plano	70.321	10.053	812.246
2.Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	**31/12/2013**	**31/12/2013**	**31/12/2013**
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	61.178	5.684	822.335
2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (=-1x1.1)	(70.321)	(10.053)	(812.246)
2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2)	(9.143)	(4.369)	10.089
2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4)	(9.143)	(4.369)	10.089
2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido	(9.143)	(4.369)	10.089
2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-	-
2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício	-	-	-
2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 – 2.8)	-	-	-
2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9)	-	-	10.089

Para o Plano BD I e BD II, existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.
Para o Plano CV, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia (déficit) de R$ 10.089 mil.

d) Plano de Assistência Médica
A Infraero oferece aos empregados ativos e inativos o Programa de Assistência Médica da Infraero - PAMI, que se constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Companhia, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.
O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Infraero por no mínimo 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

	31/12/2013
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado
Regime Financeiro	Capitalização
Fator de Capacidade sobre os salários	1
Fator de Capacidade sobre os benefícios	1
Taxa de desconto*	6,5% a.a.
Expectativa de Inflação	5,98% a.a., conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 27/12/2013 para o IPCA em 2014
Crescimento Real dos Salários	2,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas agravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de rotatividade (Turnover)	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -A partir de 59 anos: nula
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)**	3,0% a.a. (real)
Idade de saída da empresa***	58 anos de idade e no mínimo 10 anos de empresa

* A taxa de desconto atuarial real utilizada foi de 6,50% ao ano, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes (35 anos) - NTN-B em 31/12/2013 com vencimento em 15/05/2045. A duration do compromisso dos benefícios (35 anos), foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo custo inicial de cada um dos empregados, considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.
** A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.
***A idade de 58 anos foi estabelecida com base no critério de elegibilidade estabelecido no Regulamento do Plano de Previdência CV. O critério de tempo mínimo de empresa de 10 anos levou em consideração a regra para permanecer no Plano de Saúde após a aposentadoria. Assim, considerando que podem permanecer no Plano de Saúde somente os funcionários que se aposentarem tendo trabalhado na Infraero por tempo igual ou superior a 10 anos, este critério será considerado para fins de definição da idade de aposentadoria.

Análise de Permanência no Plano de Saúde:
A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Como a permanência no Plano de Saúde não implica no pagamento de mensalidade, somente no pagamento do valor da coparticipação referente aos atendimentos assistenciais, considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar:
Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

Aging Factor:
O chamado Aging Factor representa o aumento dos custos médico-hospitalares em decorrência do envelhecimento dos indivíduos. Esse aumento foi estimado considerando a variação nos custos assistenciais por faixa etária apurados na avaliação do histórico do Plano de Saúde da Infraero, observando-se o período de janeiro/2012 a dezembro/2013. Os resultados da análise realizada são mostrados nas tabelas a seguir, que apresentam, respectivamente, o custo anual de acordo com a faixa etária do empregado e a variação entre as faixas.
Os custos anuais apurados e a variação desses, por faixa etária, são apresentados a seguir:

Faixa Etária	Custo Anual	Variação
0 a 18 anos	0,95	0%
19 a 23 anos	1,84	93,63%
24 a 28 anos	2,45	33,03%
29 a 33 anos	2,97	21,06%
34 a 38 anos	3,20	7,79%
39 a 43 anos	3,10	-3,30%
44 a 48 anos	3,53	14,16%
49 a 53 anos	3,74	5,69%
54 a 58 anos	4,38	17,25%
29 a 68 anos	4,98	13,74%
69 anos ou mais	9,05	81,55%

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

	Total	Benefícios a Conceder	Benefícios Concedidos
1.Ativo Líquido de Cobertura do Plano – 31/12/2013	**31/12/2013**	**31/12/2013**	**31/12/2013**
1.1.Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-
2.Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	**31/12/2013**	**31/12/2013**	**31/12/2013**
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.201.005	932.712	268.293
2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (=-1x1.1)	-	-	-
2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2)	1.201.005	932.712	268.293
2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4)	1.201.005	932.712	268.293
2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido	1.201.005	932.712	268.293
2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-	-
2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício	-	-	-
2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 – 2.8)	-	-	-
2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9)	1.201.005	932.712	268.293
2.11. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-	-
2.12 Passivo/(ativo) atuarial a reconhecer neste exercício (2.10 – 2.11)	1.201.005	932.712	268.293

Objetivando calcular a obrigação com assistência médica pós-emprego, a Infraero contratou a consultoria Mirador, que apresentou, em relatório atuarial, o valor presente das obrigações com a assistência médica de R$ 1.201.005 mil. Deste montante, R$ 932.712 mil representam benefícios a conceder e R$ 268.293 mil benefícios concedidos, que, por se tratar de remensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, foi reconhecido em 2013 como outros resultados abrangentes.

Nota 22 - Cobertura de Seguros

A Infraero adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	US$ 500.000.000,00	R$ 8.035.981,20	30/6/2013 a 30/6/2014	.....
Riscos Operacionais (RO)	Tókio Marine Seguradora	R$ 7.753.450.936,66	R$ 1.050.000,00	13/8/2013 a 12/8/2014	.....
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	DP - R$ 30.000,00[1] DM - R$ 25.000,00[1]	R$ 105.250,00	2/6/2013 a 1/6/2014	.....
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	MBM Seguros S/A	R$ 23.000,00[2]	R$ 42.000,00	9/11/2013 a 8/11/2014	.....
Seguro de Vida em Grupo (SVG)	Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S. A.	R$ 1.181.191.384,23	R$ 148.043,85	3/7/2013 a 3/7/2014	.....

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nota 23 - Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) Comerciais; (ii) Embarque; (iii) Armazenagem e Capatazia; (iv) Pouso e Permanência; (v) Comunicação e Auxilio à Navegação Aérea; (vi) Exploração de Serviços; (vii) Conexão e (viii) Cursos e Treinamentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.008.834	909.403	380.990	335.666	351.992	12.513	25.673	6.240
Custo dos Serviços Prestados	(46.306)	(835.637)	(230.068)	(510.123)	(430.541)	(148.541)	(5.682)	(715)
Lucro Operacional do Exercício	**962.528**	**73.766**	**150.922**	**(174.458)**	**(78.549)**	**(136.028)**	**19.991**	**5.525**
Despesas	(19.570)	(353.156)	(97.231)	(215.588)	(181.955)	(62.776)	(2.401)	(302)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(23.394)	(422.166)	(116.231)	(257.715)	(217.511)	(75.043)	(2.871)	(362)
Prejuízo Operacional do Exercício	919.565	(701.555)	(62.541)	(647.760)	(478.015)	(273.847)	14.718	4.861

31/12/2012

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.285.578	1.196.429	783.218	489.324	308.679	37.721	14.337	830
Custo dos Serviços Prestados	(53.495)	(972.953)	(435.498)	(658.929)	(398.382)	(160.905)	(6.616)	(391)
Lucro Operacional do Exercício	**1.232.083**	**223.476**	**347.720**	**(169.605)**	**(89.702)**	**(123.184)**	**7.721**	**439**
Despesas	(17.132)	(311.590)	(139.469)	(211.023)	(127.583)	(51.530)	(2.119)	(125)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.531)	(27.854)	(12.467)	(18.864)	(11.405)	(4.606)	(189)	(11)
Lucro Operacional do Exercício	1.213.419	(115.967)	195.784	(399.492)	(228.690)	(179.320)	5.412	303

01/01/2012

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.095.560	1.010.894	621.044	414.260	352.777	36.246	417	24
Custo dos Serviços Prestados	(84.039)	(816.809)	(402.156)	(629.771)	(352.514)	(155.547)	-	-
Lucro Operacional Bruto	**1.011.521**	**194.085**	**218.888**	**(215.511)**	**263**	**(119.301)**	**417**	**24**
Despesas	(24.755)	(240.605)	(118.462)	(185.510)	(103.839)	(45.819)	-	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	947	9.207	4.533	7.099	3.973	1.753	-	-
Lucro Operacional Do Exercício	987.713	(37.314)	104.959	(393.924)	(99.602)	(163.366)	417	24

Nota 24 - Recursos Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2013 foram aplicados R$ 1.430.191 mil. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

Nota 25 - Investimentos Realizados

A Infraero realizou em 2013 investimentos no montante de R$ 2.312.499 mil, desse valor R$ 1.640.116 mil em obras e serviços de engenharia e R$ 672.383 mil em aportes nas SPE's. Em equipamentos, terrenos, móveis e utensílios foram aplicados R$ 170.641 mil.

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2013, constantes no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:

Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia

	2013
AVIAÇÃO CIVIL	
Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)	*30.030*
Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)	*8.594*
Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)	*32.571*
Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercilio Luz (SC)	*81.583*
Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)	*40.197*
Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES)	*25.888*
Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon (MT)	*38.658*
Adequação do Aeroporto do Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP)	*500*
Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos (SP)	*150.483*
Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (RJ)	*145.368*
Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado - São Luis (MA)	*1.106*
Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (AM)	*192.929*
Adequação do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (MG)	*132.648*
Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (CE)	*50.898*
Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas (PR)	*36.432*
Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)	*249*
Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)	*61.135*
Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)	*13.260*
Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro Santos Dumont - (RJ)	*14.980*
Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)	*395*
Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)	*847*
Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária	*450.247*
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	*41.131*
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	*55.944*
Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo	*34.042*
Subtotal	***1.640.116***
APORTES NAS SPE's	
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	*113.085*
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	*136.808*
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	*422.491*
Subtotal	***672.383***
Total	***2.312.499***

Equipamentos, Móveis e Utensílios.

	2013
Outros Equipamentos	7.924
Elevadores e Outros	416
Equipamento de Audio, Video e Comunicação	12.041
Equipamento de Bagagens	6.703
Equipamento de Energia	7.298
Equipamento de Estacionamento	1.204
Equipamentos de Informática	20.085
Equipamento de Manutenção	7.650
Equipamento de Navegação Aérea	4.893
Equipamento de Refrigeração	3.092
Equipamento de Resgate e Salvamento	284
Equipamento de Saúde	1.725
Equipamentos de Telefonia	1.094
Equipamentos do Teca	9.736
Instalações e Benfeitorias	16.759
Móveis e Utensílios	11.823
Segurança e Vigilância	39.573
Sinalização de Pista	1.638
Sistema de TV e Vigilância	973
Veículos	3.308
Imobilizado em andamento	12.423
Total	170.641

Nota 26 - Medida Provisória (MP) nº 627

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que, dentre outros assuntos, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15, da Lei nº 11.941/2009, e altera a legislação relacionada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A MP ainda revoga diversos dispositivos da legislação tributária, a partir de 1º de janeiro de 2015, que em sua maioria possuem discussão pendente ou de certa forma questionável no âmbito judicial e/ou administrativo. A MP entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto para os seguintes assuntos:

a) disposições relativas à revogação do RTT e seus aspectos de adaptação, para os anos-calendário 2008 a 2013, cujas determinações foram amplamente manifestadas pela RFB na Instrução Normativa nº 1.397 de 2013;

b) possibilidade de opção pelos efeitos da revogação do RTT a partir de 1º de janeiro de 2014, em relação ao arts. 1º a 66 da referida MP; e

c) alterações relativas ao parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional.

Optando pela aplicação da nova legislação (afastamento do RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção será irretratável e sujeitará os contribuintes às disposições dos artigos 1º a 66 da referida MP e às revogações previstas no artigo 99 da MP.

A MP também permite a opção da adoção das novas regras para a tributação em bases universais (artigos 72 a 91), que também será irretratável e sujeitará o contribuinte às novas determinações da legislação.

Atualmente a MP encontra-se em discussão no congresso nacional, onde já foram apresentadas mais de 500 emendas ao texto original.

A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP nº 627 e IN nº 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. A Administração acompanhará as possíveis alterações que o texto dessa MP sofrerá até sua conversão em lei para decidir quanto a adesão optativa para o ano calendário de 2014, bem como, novas manifestações da RFB sobre os demais procedimentos que devem ser atendidos pelas empresas.

Brasília (DF), 19 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
GUILHERME WALDER MORA RAMALHO

Conselheiros
ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
RAFAEL RODRIGUES FILHO
MARIO JOSÉ SOARES ESTEVES FILHO
LICINIO VELASCO JÚNIOR
CÉLIO ALBERTO BARROS DE LIMA
MARIA FERNANDES CALDAS

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
Presidente
GERALDO MOREIRA NEVES
Diretor de Administração
ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS
Diretor Comercial
MAURO ROBERTO PACHECO DE LIMA
Diretor de Planejamento
JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA
Diretor de Engenharia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAIDE
Diretor Financeiro
FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA
Diretor Jurídico
ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS
Diretor de Operações Interino
KEITE DE SOUSA VIANA PRAZER
Gerente de Contabilidade e Custos
CRC - DF 011692/O-2

CONSELHO FISCAL DA INFRAERO

Presidente: SERGIO CRUZ
Membro: NELSON EDMUNDO FORTE FERNANDES DE NEGREIROS DEODATO FILHO
Membro: LILIAN MARIA CORDEIRO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.
Base para opinião com ressalva
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na rubrica de investimento o total de R$1.045.438 mil referente à sua participação em Sociedades de Propósito Especifico (SPE`s) em 31 de dezembro de 2013. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito de R$163.469 mil deste valor, pelo não acesso às informações contábeis da Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., a administração e aos auditores da respectiva SPE. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes no investimento, bem como os possíveis reflexos sobre o resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2013.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência complementar, denominada Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, que administra três planos previdenciários - Plano I - Benefício Definido (BD), Plano II - Benefício Definido (BD) e Plano III - Contribuição Definida (CD), com aproximadamente 14.127 participantes. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2013, a Infraero possui registrado no passivo não circulante o montante de R$278.382 mil, com o objetivo de complementar o déficit atuarial daqueles planos de benefícios. Em dezembro de 2012, a Deliberação CVM nº 695/12 tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) com efeito a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Infraero aplicou a referida Deliberação para os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2013, de forma retrospectiva. Todavia, os saldos das provisões atuariais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, não foram remensurados conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 695 e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, em razão da revisão e andamento dos trabalhos dos atuários externos contratados que, até a conclusão de nossos exames não ter sido concluído. Dessa forma, não possuímos elementos suficientes para concluir sobre a adequação do saldo da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e no passivo não circulante no montante de R$278.382 mil em 31 de dezembro de 2013.
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R$194.695 mil e R$326.913 mil, respectivamente, bem como seus possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários.
Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfases
Conforme descrito na nota explicativa n°7 c), a Companhia não recolhe aos Cofres Municipais onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, por prestar em nome da União um serviços público Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância em alguns Estados Brasileiros. Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, que consideram a possibilidade de perda da causa remota, a Diretoria Executiva decidiu não constituir nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2013. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.
Conforme descrito na nota explicativa n°16, a Companhia mantém registrado em contas de compensação os investimentos realizados em bens móveis e imóveis de propriedade da União que são considerados necessários a execução e manutenção das atividades aeroportuárias que em 31 de dezembro de 2013, monta R$11.625.934 mil. Esses ativos são de propriedade da União, que a qualquer momento pode exigir que a Companhia devolva os mesmos ou transfira-os a iniciativa privada. A Companhia não registra tais investimentos no Ativo Imobilizado, pois neste momento considera que os ativos não geram beneficio econômico futuro, conforme previsto no CPC 27. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.
As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, o Governo Federal realizou a concessão de aeroportos que impactaram de forma significativa nos resultados da Companhia, gerando deficiência de capital de giro, e elevação da participação de capital dos seus acionistas. O plano da Administração da Companhia, parcialmente apresentado na nota explicativa nº 1, em conjunto com seu acionista controlador, consiste em providências para a reestruturação de suas operações, visando ao reequilíbrio econômico, financeiro e operacional, à melhoria da geração de fluxos de caixa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Outros assuntos
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações descritas no parágrafo "Base para opinião com ressalva", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 25 de fevereiro de 2013, com ressalva quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo "base para opinião com ressalva, relacionado ao investimento nas SPE`s" e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO que sofreu alteração no exercício de 2012, passando a constituir a Receita do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC; ii) Não recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e do IPTU - Imposto Territorial Urbano, por entenderem que a Infraero possui imunidade tributária; iii) Constituição de provisão ao Programa de Assistência Médica da Infraero; iv) Registro do ativo compensado que representa os bens da União Federal.
Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Goiânia,19 de março de 2014.
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - GO

ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - GO

FERNANDO EDUARDO RAMOS DOS SANTOS
Contador CRC 1 GO 014553/O-0-GO

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA INFRAERO

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em reunião realizada nesta data, de conformidade com os incisos II e VII, do art. 163 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual referente ao Exercício de 2013, composto pelo Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente, ciente das ressalvas e ênfases constantes do Parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como das providências que estão sendo adotadas para suas regularizações, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 21 de março de 2014.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 322, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e no Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010;

Considerando o que consta do Programa Executivo referente à Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica no Campo da Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 30 de junho de 2011;

Considerando as disposições contidas no Documento de Projeto intitulado "Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-chave do Brasil" (Projeto GFL-4C79-2722), executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com o PNUMA, organismo internacional cooperante, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF);

Considerando que o referido Projeto tem por objetivo reforçar a capacidade técnica do governo brasileiro para a implementação de ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, através da elaboração de um cenário de referência atualizado e de novos cenários de baixo carbono para os períodos 2012-2035 e 2035-2050, bem como da execução de atividades de capacitação nos níveis federal e estadual;

Considerando, ainda, as competências do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação como órgão executor nacional do mencionado Projeto de cooperação técnica internacional, nos termos do Decreto nº 5.151 de 22/07/2004 e da Portaria MRE nº 717 de 09/12/2006, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Técnico Consultivo do Projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-chave do Brasil, com a finalidade de subsidiar a execução do Projeto pela equipe responsável, no MCTI e no PNUMA, bem como auxiliar o Comitê Diretivo do Projeto no direcionamento estratégico das atividades previstas.

Art. 2º O Comitê Técnico Consultivo será composto por um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
II - Ministério da Fazenda;
III - Ministério do Meio Ambiente;
IV - Casa Civil da Presidência da República;
V - Ministério das Minas e Energia;
VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
VII - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - Ministério das Cidades;
IX - Ministério dos Transportes;
X - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
XI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
XII - Ministério das Relações Exteriores;
XIII - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e
XIV - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

§ 1º Os membros titulares e suplentes de cada órgão e entidade a que se refere o caput deste artigo, uma vez indicados pelos seus respectivos dirigentes máximos, serão designados por meio de Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 2º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 3º O Comitê Técnico Consultivo poderá convidar representantes de outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, de entidades privadas, de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais, com o propósito de contribuir para a execução dos seus trabalhos.

Art. 3º Poderão ser criados grupos de trabalho sobre questões científicas e técnicas específicas em suporte às atividades do Comitê Técnico Consultivo.

Art. 4º A coordenação do Comitê será exercida pelo representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação exercerá o papel de Secretaria-Executiva do Comitê, ficando responsável por prover o suporte técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art. 6º As reuniões do Comitê Técnico Consultivo acontecerão ordinariamente uma vez a cada seis meses e, extraordinariamente, por convocação da sua Secretaria-Executiva, sempre que necessário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

PORTARIA Nº 325, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica o representante da contraparte brasileira, DR. MARCOS PEREIRA MARINHO AIDAR, do Instituto de Botânica de São Paulo - IBOT, autorizadO a realizar coleta de dados no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado: "Testing the Microbial - ENzyme Decomposition (MEND) Model of Soil Carbon and Nitrogen Cycling at Serra do Mar, São Paulo", Processo CNPq nº 000413/2014-3, em cooperação com o Climate Change Science Institute e com o Enviromental Sciences Division, Oak Ridge National Laboratory, EUA, representados pela DRA. MELANIE ANNA MAYES, contraparte estrangeira, pelo prazo de um ano, contado a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º. A autorização de que trata este artigo compreende a participação da representante da contraparte estrangeira nos trabalhos de campo.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer Técnico nº. 3.952/2014, publicado no DOU Nº 53, Seção 1, pág.4, de 19/3/2014, onde lê-se: "(...) sementes de milho" (...), leia-se "(...) sementes de algodão".

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 27 de março de 2014

532ª Relação de revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à pesquisa - Fundação ASTEF	900.1063/2008	08.918.421/0001-08

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
http://www.in.gov.br
e-mail: ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 26 de março de 2014

Nº 13 -
Processo Administrativo nº 01400.012475/2010-89 (PRONAC nº 10-5387)
Recorrente: Amazon Book e Arts Limitada - ME (CNPJ: 04.361.294/0001-38).

Considerando o disposto no § 1° do art. 50 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, declaro concordância com os fundamentos das manifestações técnica e jurídica proferidas nos autos do processo administrativo nº 01400.012475/2010-89, e NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Amazon Books e Arts Limitada - ME.

SERGIO BRAUNE SOLON DE PONTES

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 59, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0097 - Miss Presidiária
Processo: 01580.005603/2014-91
Proponente: Syndrome Filmes e Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.409.976/0001-97
Valor total aprovado: R$ 950.724,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 903.187,80
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 20.844-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 515, realizada em 11/03/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0100 - Maracanã
Processo: 01580.043754/2013-66
Proponente: Total Entertainment Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.206.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.145.700,00
Banco: 001- agência: 3520-3 conta corrente: 26.476-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 514, realizada em 26/02/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

14-0101 - Tire-Me Desse Horror!
Processo: 01580.008185/2014-93
Proponente: Sambaqui Cultural Cine Vídeo Ltda.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 00.508.766/0001-81
Valor total aprovado: R$ 840.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 798.000,00
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 9.108-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 514, realizada em 26/02/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0102 - O Julgamento do Dr. Antonio
Processo: 01580.003717/2014-04
Proponente: Escrevendo & Filmes Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 12.953.770/0001-38
Valor total aprovado: R$ 6.218.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.792-1
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.791-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 513, realizada em 18/02/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002 e o disposto nos incisos I e III, do art. 14 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 517 ª Reunião, de 25/03/2014, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Modernização - Cineflix - Cineflix Shopping Galeria, apresentado pela empresa Redecine CPQ Cinematográfica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.665.262/0001-14, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização de 01 (um) complexo com 05 (cinco) salas, localizado à Rod. Dom Pedro I, KM 131,5, s/n, lj A201, A100A, A100B, A200A e A200B, Jardim Nilópolis, 13091-901, Campinas, SP.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002 e o disposto nos incisos I e III, do art. 14 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 517ª Reunião, de 25/03/2014, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Modernização - Cineflix - Cineflix Shopping Total, apresentado pela empresa Redecine Total Cinematográfica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.034.577/0001-09, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização de 01 (um) complexo de 05 (cinco) salas, localizado à Av. Cristóvão Colombo, nº 545, prédio 01, loja 2226, Floresta, 90560-003, Porto Alegre, RS.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002 e o disposto nos incisos I e III, do art. 14 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 517ª Reunião, de 25/03/2014, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Modernização - Cine 7ª Arte - Caldas Novas, apresentado pela empresa Rafael Guimarães Rosa Ribeiro - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.857.338/0001-15, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização de 01 (uma) sala do complexo, localizado à Rua P, s/n, Qd. 14-A, Lt. 01, Centro, 75690-000, Caldas Novas, GO.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 61, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0170 - Jango
Processo: 01580.010703/2013-58
Proponente: RF Cinema e TV Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.668.295/0001-42
Valor total aprovado: R$ 11.878.737,12
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.454-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 39.773-3
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.456-3
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0219 - Um Homem Entre Abelhas
Processo: 01580.014023/2013-11
Proponente: RT2A Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.998.046/0001-28
Valor total aprovado: R$ 4.592.900,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.432-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.863.255,00
Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.434-4
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.762-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0069 - Jaula de Ouro
Processo: 01580.001672/2013-44
Proponente: Nation & Nação Produções Artísticas Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.790.022/0001-04
Valor total aprovado: R$ 3.300.650,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 535.150,00
Banco: 001- agência: 0663-7 conta corrente: 31.894-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0663-7 conta corrente: 33.722-6
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0502 - Tudo Bom, Tudo Bem
Processo: 01580.047350/2009-65
Proponente: Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.
Cidade/UF: Osasco / SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34
Valor total aprovado: de R$ 4.774.577,19 para R$ 4.717.239,19
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 10.485-X
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.033.515,91 para R$ 2.460.135,91
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 10.487-6
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 240.000,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 10.486-8
Prazo de captação: até 31/12/2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Revisar a aprovação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0444 - Todas as Manhãs do Mundo - O Filme
Processo: 01580.019570/2013-85
Proponente: Canal Azul Consultoria Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.234.675,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 672.941,25
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 15.973-5
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.232-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 5º Autorizar a alteração de agência bancária e as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente está autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0005 - A Tampa da Privada
Processo: 01580.043601/2013-19
Proponente: AB & Baldi Serviço de Digitação Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.907.913/0001-00
Valor total aprovado: R$ 999.379,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 949.410,05
Banco: 001- agência: 2801-0 conta corrente: 80.804-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0169 - Querido Embaixador
Processo: 01580.017375/2010-78
Proponente: Toscana Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 29.254.331/0001-30
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0126 - Entre Vales
Processo: 01580.012059/2008-95
Proponente: Polo de Imagem Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.382.581/0001-61
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 8º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0262 - Se Deus Vier Que Venha Armado
Processo: 01580.023909/2009-61
Proponente: Plano Geral Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.207.523/0001-90
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.
09-0492 - Center Cine e a Excelência no Interior
Processo: 01580.046288/2009-94
Proponente: Center Cine e Eventos Ltda.
Cidade/UF: Oliveira / MG
CNPJ: 10.311.428/0001-09
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 9º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a receber o investimento do FUNCINE ANIMA SP, nos termos do art. 41 da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001.

12-0033 - Os Bárbaros de Brattawich - Desenvolvimento
Processo: 01580.002645/2012-16
Proponente: Animatório Comunicação Visual Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.742.175/0001-86
Prazo de captação: 01/01/2014 até 31/12/2014.

Art. 10º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 14, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I desta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II desta Portaria.

III -Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV -Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

V -Os Relatórios e quaisquer outros materiais provenientes das pesquisas abaixo relacionadas ficam obrigados a inserir a logomarca do Iphan, conforme Marca e Manual de Aplicação disponível no endereço eletrônico www.iphan.gov.br.

VI -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01 - Processo n.º 01506.004416/2013-00
Projeto: Prospecção Arqueológica e Programa de Educação Patrimonial do Empreendimento Implantação de Obras de Loteamento Mistos Arborais
Arqueólogo Coordenador: Edson Luis Gomes
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo - Museu da Cidade
Área de Abrangência: Município de Campinas, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 12 (doze) meses
02 - Processo n.º 01510.000702/2014-18
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Duplicação da Rodovia BR-280, Trecho São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC
Área de Abrangência: Municípios São Francisco do Sul, Araquari, Joinville, Guaramirim de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
03 - Processo n.º 01512.003400/2012-10
Projeto: Programa de Monitoramento e Resgate Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230 kV Pontal - Viamão III
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Apoio Institucional: Centro Universitário UNIVATES
Área de Abrangência: Municípios de Alvorada e Viamão, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 16 (dezesseis) meses
04 - Processo n.º 01496.000287/2014-10
Projeto: Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras de Instalação das Linhas de Transmissão do Complexo Eólico Santos
Arqueólogo Coordenador: Isaac Amorim dos Santos
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Município de Trairí, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
05 - Processo nº. 01514.006752/2013-80
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência da Fazenda Ouro Branco
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
06 - Processo nº. 01514.007155/2013-72
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência da Fazenda Boa Vista
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Formoso, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
07- Processo nº. 01408.000361/2014-40
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo da Área da Fazenda Paquequê, destinado ao Loteamento Nova Sousa
Arqueólogo Coordenador: Valdeci dos Santos Júnior
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Município de Sousa, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO II

01 - Processo n.º 01410.000527/2013-06
Projeto: Diagnóstico Arqueológico interventivo na ADA e AID da UHE Tabajara
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia Regional de Rondônia
Área de Abrangência: Município de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02 - Processo nº. 01402.001065/2012-54
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Danúbio
Arqueólogo Coordenador: Waldimir Maia Leite Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 01 (um) mês
03 - Processo nº. 01402.001076/2012-34
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Lira
Arqueólogo Coordenador: Mauro Alexandre Farias Fontes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
04 - Processo nº. 01402.001074/2012-45
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Coqueiral
Arqueóloga Coordenadora: Lívia de Oliveira e Lucas
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
05 - Processo nº. 01402.001077/2012-89
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Colibri
Arqueólogo Coordenador: Lívia de Oliveira e Lucas
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
06 - Processo nº. 01402.001073/2012-09
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Boreas
Arqueólogo Coordenador: Rafael Barreto Ruben Silveira Negreiros
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
07 - Processo nº. 01402.001066/2012-07
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Cruzeiro
Arqueólogo Coordenador: Lívia de Oliveira e Lucas
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
08 - Processo nº. 01402.001078/2012-23
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Florenz
Arqueólogo Coordenador: Waldimir Maia Leite Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
09 - Processo nº. 01402.001067/2012-43
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Amontada
Arqueóloga Coordenadora: Rafael Barreto Ruben Silveira Negreiros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 01 (um) mês
10 - Processo nº. 01402.001075/2012-90
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Notus
Arqueólogo Coordenador: Mauro Alexandre Farias Fontes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 01 (um) mês
11 - Processo nº. 01402.001068/2012-98
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Aristarco
Arqueóloga Coordenadora: Rafael Barreto Ruben Silveira Negreiros
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 01 (um) mês
12 - Processo nº. 01402.001069/2012-32
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Japurá
Arqueóloga Coordenadora: Waldimir Maia Leite Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01(um) mês
13 - Processo nº. 01402.001072/2012-56
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Caiçara
Arqueólogo Coordenador: Lívia de Oliveira e Lucas
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês
14 - Processo nº. 01402.001070/2012-67
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Bartolomeu
Arqueólogo Coordenador: Rafael Barreto Ruben Silveira Negreiros
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande, Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 01 (um) mês

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 175, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar público o(s) projeto(s) relacionado(s) no anexo abaixo, incentivado(s) por meio da Lei 8.313/91 que teve/tiveram sua(s) REPROVAÇÃO (ÕES) quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário Oficial da União de 01/07/2013, constante(s) no anexo I.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto	Área
097089	BRASIL ARTE EM CINCO CANTOS	Artemidia Marketing Cultural Ltda	01.923.694/0002-82	BRASIL ARTE EM CINCO CANTOS será um livro de arte sobre o artesanato brasileiro, formado por ensaios fotográficos de Gustavo Malheiros sobre cada artesão, a comunidade onde vive e o tipo de artesanato a que se dedica. O livro é um convite para o leitor percorrer o país, através das mãos mágicas de nossos artesãos.	Humanidades
084902	Sucatinha	Ray Beatriz Alves Pereira Me Produções	06.893.447/0001-13	Edição de livro de autoria de Darcia Owada sobre a preservação do meio ambiente e reciclagem.	Humanidades
046655	Convento Franciscano e Igreja de Santo Antônio/Cairu 2004	Grupo Ecológico Humanista PAPAMEL	16.413.510/0001-20	O objetivo do projeto é a restauração e a revitalização da Igreja e Convento de Santo Antônio, em Cairu - BA, tendo como meta principal atender ás necessidades referentes aos trabalhos de assitência religiosa e social das comunidades sob sua responsabilidade.	Patrimônio Cultural

PORTARIA Nº 176, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
140285 - 2o. Edital e Temporada de Teatro em Brusque/SC (2o.ET&T).
Vallezen Produções Ltda
CNPJ/CPF: 07.198.357/0001-75
Processo: 01400000292201444
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 384.444,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o 2o. edital de teatro em Brusque/SC, selecionando em duas categorias: infanto-juvenil e adulto, sete espetáculos nacionais e dois locais além de três espetáculos convidados a serem disponibilizada para um público nas 30 apresentações durante a temporada de teatro de 2014/15.Outra ação é a oficina/montagem teatral com duração de 200 horas, destinada a atores da região, ou interessados em conhecer e fazer teatro, que será selecionada via edital sendo o 13o.espetáculo da Temporada.
142180 - 9o Encontro Estadual de Invernadas
Tabla Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 10.324.353/0001-09
Processo: 01400004435201497
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 92.500,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 13/04/2014
Resumo do Projeto: Promover e realizar 9º Encontro Estadual de Invernadas -São Lourenço em Dança que ocorrerá nos dias 12 e 13 de abril de 2014, no camping municipal de São Lourenço do Sul, integrando mais de 32 CTGS e 56 invernadas, De acordo com a idade dos integrantes, as Invernadas são divididas em Mirim (até 11 anos), Juvenil (até 17 anos), Adulta (até 25 anos), Xiru (até 55 anos) e Monarca (acima de 60 anos). Totalizando ao todo o minimo de 56 apresentações de dança durante os dias de evento.
142297 - BOI-BUMBÁ Folclore e Tradição - Ensaios Manaus 2014
M.F. Promoções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 04.373.290/0001-70
Processo: 01400004609201411
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado R$: R$ 1.310.700,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/08/2014
Resumo do Projeto: Realizar os ensaios dos Bois CAPRICHOSO e GARANTIDO em Manaus, através das Associações constituídas em Manaus: Movimento Marujada e Movimento Amigos do Garantido. Os eventos serão realizados com vistas à divulgação do Festival Folclórico de Parintins em Manaus. Preparar os participantes de Manaus, buscando aperfeiçoar a harmonia para o Festival, nas apresentações Cênicas, de Danças, das Tribos Coreografadas,e do ritmo musical do Festival: a Toada de Boi-Bumbá.
1310485 - Flor de Liv
Livia Maria izar Abreu fernandes Alvarenga
CNPJ/CPF: 005.948.679-16
Processo: 01400036130201363
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 460.710,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Através do espetáculo musical Flor de Liv pretendemos realizar 32 apresentações nas cidades de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ampliando assim a atuação em atividades culturais e sociais, atingindo todas as faixas etárias. Pretendemos proporcionar ao publico mais do que um musical com texto e músicas agradáveis e de fácil compreensão, que se fala de amor e bem viver, inspirado em relações amorosas e na descoberta da natureza interior.
140710 - SÃO JOÃO DE CARUARU
ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.649.116/0001-68
Processo: 01400001713201454
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 1.928.139,50
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 30/09/2014
Resumo do Projeto: Realização do São João de Caruaru, o melhor São João do mundo. Um evento de patrimônio cultural que enfatiza as quadrilhas juninas, o forró tradicional, a gastronomia típica, a decoração cenográfica que remonta a antigas cidades do interior e os demais ícones da popular festa junina nordestina, oferecendo à população local e ao turista um mês de festa gratuita com a apresentação de 75 grupos folclóricos.
140711 - Suburbano Coração
Academia de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 02.764.752/0001-54
Processo: 01400001714201407
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 816.903,80
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Difundir a dramaturgia de um dos autores mais importantes da cena brasileira, Naum Alves de Souza, realizando a montagem teatral da peça "Suburbano Coração", com composições de Chico Buarque, que comemora 70 anos em 2014 e direção de Nelson Baskerville. O projeto conta também com um ciclo de leituras de contos inéditos de Naum e mais 6 textos, sendo 4 inéditos, dirigidos por renomados diretores, tais como, a título de exemplo, Irene Ravache, Yara Novaes ,Felipe Hirsch e Leonardo Moreira. O projeto é uma homenagem a este criador sem limites e sem fronteiras, que não só tem o dom da palavra e do desenho, mas também domina a estética como poucos. Seja no teatro, na música, na ópera, na dança, no cinema, a base de suas criações é feita de refinada observação e transformada em arte.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1311062 - CANTO CORAL - NOSSO MOMENTO - ANO II
Josimeire Trevisan de Campos
CNPJ/CPF: 120.295.748-05
Processo: 01400038877201356
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 212.410,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Dar continuidade ao projeto "CANTO CORAL - NOSSO MOMENTO" para o ano de 2014, desenvolvendo um trabalho de inclusão social de idosos, com a formação de Coral com idosos em Belo Horizonte e realização de apresentações do Coral, Com realização de 06 apresentações, sendo uma a cada dois meses.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
133117 - RESGATE DAS MÚSICAS E TRADIÇÕES DO POVO KAMBEBA/OMÁGUA
DANIELLE SOPRANO PEREIRA
CNPJ/CPF: 644.762.512-34
Processo: 01400010491201380
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado R$: R$ 505.300,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é a gravação de um CD com o registro de músicas indígenas tradicionais do povo Kambeba/Omágua, cantadas na língua materna (Kambeba), e contemporâneas, em língua Tupi Amazônico (2º língua desta etnia). Além do registro sonoro, o projeto prevê ainda registro em DVD com depoimentos de indígenas de todas as aldeias que serão visitadas, e 01 ESPETÁCULO DE LANÇAMENTO NA CIDADE DE MANAUS ? REGIÃO ONDE SE CONCENTRAM AS PRINCIPAIS ALDEIAS DA ETNIA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
141973 - Bras-Ilha
Mariana Reis de Oliveira Gomes
CNPJ/CPF: 036.779.971-51
Processo: 01400004132201474
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado R$: R$ 90.530,00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Edição de livro sendo 1.000(mil) exemplares, bilíngue (português e inglês). ,fazer registro histórico de Brasília, explorando a relação que pessoas criativas de várias áreas têm com a cidade.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
1311176 - 1º Festival Internacional de Música Eletrônica de São Bernardo do Campo
Emerson Silva Santos
CNPJ/CPF: 166.698.118-45
Processo: 01400044542201377
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado R$: 332662.00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/08/2014
Resumo do Projeto: Este projeto visa a realização do 1º Festival Internacional de Música Eletrônica de São Bernardo Do Campo. A música eletrônica passou de vertentes da música erudita a um elemento de música popular, primeiramente bastante relacionado ao Rock e posteriormente tornando-se um gênero musical próprio. O evento acontecerá durante 02 dias na cidade de São Bernardo do Campo no mês de Junho com público estimado de 3.000 pessoas.
1311326 - SABORES DE CONTAGEM
GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA COSTA
CNPJ/CPF: 053.743.476-32
Processo: 01400044850201301
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado R$: 196878.00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 07/08/2014
Resumo do Projeto: Promover um Festival Gastronomico com a população de Contagem, no mês de Maio, mostrando as diferentes tipos de pratos culinários tradicionais de cada comunidade (Arturos, Ciriacos, Ciganos, Italiano, Alemães , Japoneses), o evento contará com 25 barracas de comidas típicas, 5 barracas de bebidas típicas, dois shows de artistas locais e um show de encerramento , o evento total terá uma duração de 12 horas , além disso contará com curso de culinária, degustação , cozinha infantil (oficinas) e intervenções teatrais.
1310543 - Turma do Toy
Ludmila Maria de Araújo e Silva
CNPJ/CPF: 540.936.786-34
Processo: 01400036215201341
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: 259875.00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/07/2014
Resumo do Projeto: ?Turma do Toy? é um projeto de criação e produção de CD e DVD com clipe de músicas infantis inéditas, em desenho animado 2D, para crianças de 0 a 5 anos. Serão 10 músicas de natureza didática e educativa, que visam contribuir para o processo de formação cultural da criança. Com um repertório bastante variado, o projeto irá conquistar as crianças com seus personagens divertidos e carismáticos.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
1310534 - Projeto Ateliê Jari: Arte e cultura itinerante pelo rio das castanhas
MARIA VERAMONI DE ARAÚJO COUTINHO
CNPJ/CPF: 579.856.422-34
Processo: 01400036206201351
Cidade: Laranjal do Jari - AP;
Valor Aprovado R$: 107850.00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Pretende desenvolver oficinas de arte e criatividade, a bordo do ?Barco Ateliê? para a produção de artes visuais (pintura, desenho, escultura, produção com reciclados e com resíduos da floresta) para a população do Vale do Jari, no percurso que vai de Jarilândia à Cachoeira de Santo Antônio, abrangendo a margem paraense e amapaense. Desenvolver-se-á em L. do Jari e V. do Jari, (Ap) e em Monte Dourado (Pa).
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
137911 - PROJETO AR
OOTB PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 05.013.231/0001-53
Processo: 01400019914201327
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 544120.00
Prazo de Captação: 28/03/2014 à 07/06/2014
Resumo do Projeto: Realizar um evento de acesso gratuito, com duração de 2 dias, na favela do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde os participantes poderão receber e compartilhar informações e participar de palestras, workshops e feiras tendo como pano de fundo a quebra de barreiras proporcionada pelo mundo digital. O evento busca gerar a reflexão e a criação de uma nova realidade ativa e colaborativa dentro das favelas cariocas.

PORTARIA Nº 177, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 4244 - Natal Encantado de Camanducaia
Espaço Ampliar Assessoria Projetos e Eventos
CNPJ/CPF: 05.818.903/0001-06
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 27/03/2014 a 31/12/2014
12 8707 - Congresso Nacional de Sexologia
FM Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 15.281.532/0001-11
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
13 6969 - NASCE UMA CIDADE
ASSOCIACAO COLETIVO TEATRAL SALA PRETA
CNPJ/CPF: 13.446.994/0001-16
RJ - Barra Mansa
Período de captação: 26/03/2014 a 31/12/2014
12 8625 - CANTAR - III EDIÇÃO
Casa de Cultura José Gonzaga Vieira
CNPJ/CPF: 06.885.165/0001-74
PR - Londrina
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
12 4532 - O Tudo Numa Coisa Só
O Teatro Mágico - Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.151.402/0001-07
SP - Osasco
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 3 MUSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 3965 - Musicando
Instituto Pró Criança e Adolescente de Parobé
CNPJ/CPF: 04.327.486/0001-28
RS - Parobé
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 9837 - CASA DO MARANHÃO - Centro de Interpretação Turístico Cultural do Maranhão
Sociedade Artística e Cultural do Maranhão - SACMA
CNPJ/CPF: 02.170.815/0001-44
MA - São Luís
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 10583 - Fortaleza do Morro de São Paulo
Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo SUl - IDES
CNPJ/CPF: 02.275.306/0001-86
BA - Ituberá
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7876 - CAMINHOS DO RIO - Roteiro: A Origem da Cidade do Rio de Janeiro. Segunda edição.
Restauro - Editora, Pesquisas e Projetos
CNPJ/CPF: 32.220.261/0001-03
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 31/05/2014 a 31/12/2014

ANEXO II

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
11 12421 - SAÚDE-TERRA
Sandra de Fatima Ferreira da Silva
CNPJ/CPF: 424.221.911-34
GO - Alto Paraíso de Goiás
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

PORTARIA Nº 178, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 13 0733 - "Concertos Online 2013", na portaria de aprovação n. 164/13 de 02/04/2013, publicado no D.O.U. de 03/04/2013, para "Concertos Online".

PRONAC: 12 4562 - "Eklétikos (Título Provisório)", na portaria de aprovação n. 530/12 de 18/09/2013, publicado no D.O.U. de 19/09/2014, para "Intimidades".

PRONAC: 10 11950 - "A mão afro brasileira na arte contemporânea, vinte anos depois", na portaria de aprovação n. 128/11 de 14/03/2011, publicado no D.O.U. de 15/03/2011, para "Concertos Online".

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

PORTARIA N°179, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 46 de 29 de janeiro de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas reprovadas no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art. 43 e art.44 da Portaria nº 46, de 13 de março de 1998.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
02 3220	Portais do Novo Milênio	Instituto Cultural Eco-Economico Espírito Santo	05.015.167/0001-40	Editar livro de arte bilingüe, contendo pinturas de paisagens nos saguões dos quinze principais aeroportos do Brasil, retratados pelo artista plástico Otoniel Fernandes Neto	341.210,00	278.459,04	177.000,00
02 0012	Viagem Cultural à São Miguel das Missões	Opus Assessoria e Promoções Artísticas Ltda.	88.916.135/0001-42	O projeto "Viagem Cultural à São Miguel das Missões", visa o desenvolvimento de atividades, em programas educacionais e culturais integrados, proporcionando: palestra preparatória para professores, projeções de palestras seguidas de debates sobre a história do Rio Grande do Sul, Missões e Arte Missioneira, visitas a exposições, de pinturas sobre as Missões, apresentações do espetáculo Som e Luz, concursos de crônicas e poesias e uma produção de um documentário com depoimentos de estudantes e professores.	500.000,00	509.600,00	129.500,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

00 3584	Artes nas Praças	CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente	00.468.786/0001-76	Transformar um espaço público em local de desenvolvimento diversos eventos culturais nos segmentos do Teatro, Circo e Dança. O projeto será desenvolvido nos seguintes municípios do Rio de Janeiro: Guapimirim, São Gonçalo e Magé.	873.877,23	806.070,48	611.955,20
04 4436	Projeto Bonecos Contadores	Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro	33.628.769/0001-08	O projeto "Bonecos Contadores", visa capacitar os participantes da oficina para o conhecimento teórico do teatro de animação com bonecos, estimular a produção coletivizada e criar a prática de encontros entre os jovens da comunidade de Cidade Alta, no Rio de Janeiro/RJ.	189764,30	145178,00	100.000,00
01 4315	Angra 500 Anos	Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade - IDEIAS	04.589.916/0001-80	O projeto pretende enfocar não só o "descobrimento" de Angra dos Reis, como questões convencionalmente chamados de desenvolvimento sustentável por meio de pesquisas de campo e pelo mapeamento das atividades culturais.	353.162,00	280.851,19	280.000,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 35/AMRJ, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Efeito suspensivo à penalidade nos termos do art. 109, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666/93.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo subitem 12.3.1, das Normas Sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos da Marinha do Brasil - SGM - 102 (Rev. 3), e em virtude de recurso apresentado pela contratada, nos termos do art. 109, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666/93, atribuiu o efeito suspensivo à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de seis (6) meses, aplicada à firma ROYALT ASSESSORIA TÉCNICA NAVAL E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 00.821.786/0001-08, pela Portaria nº 35/AMRJ, de 11 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Contra-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.877ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (Refº) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.459/2013 - Fato da navegação envolvendo as motos aquáticas "BORGES" e "AG", ocorrido na praia da Enseada, Guarujá, São Paulo, em 24 de março de 2013.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Antonio Pereira de Moura. (Condutor inabilitado da moto aquática "BORGES") e Rogério Stella Neto (Condutor inabilitado da moto aquática "AG").

Nº 28.128/2013 - Acidente da navegação envolvendo a balsa flutuante "PORTO DE ITACOATIARA", ocorrido no rio Amazonas, Itacoatiara, Amazonas, em 02 de maio de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Eram Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (Responsável pela balsa).

Nº 28.236/2013 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "DON FABIO" com a balsa "DAISA" e um trabalhador, ocorrido no porto de SUAPE, Ipojuca, Pernambuco, em 09 de junho de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Delta Navegação e Serviços Ltda. (Locadora da balsa "DAISA"), Consórcio Cabeços (Locatária da balsa "DAISA").

Nº 27.360/2012 - Fato da navegação envolvendo o flutuante "PORTO DE MANACAPURU", não inscrito, localizado no rio Solimões, Manacapuru, Amazonas, ocorrido em 12 de maio de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias (SNPH) (Proprietária/Armadora).

Nº 28.131/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa "O APOCALIPSE", não inscrita, e a LM "LUIZ GAÚCHO", ocorridos no lago de Alvarães, Amazonas, em 19 de maio de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: José Isaac Ribeiro da Silva (Condutor/Proprietário da canoa "O APOCALIPSE") e Edenilson Litaiff Mendes (Condutor da LM "LUIZ GAÚCHO").

JULGAMENTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Nº 27.289/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "VEJA ARIES", de bandeira de Antigua e Barbuda, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Conakry, Guiné, para o porto de Paranaguá, Paraná, Brasil, nos dias 09 e 11 de janeiro de 2012.

Embargos de Declaração interposto em 18FEV2014. Embargante: Cyril Grasparil Bayombong (Comandante), Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503). Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Decisão unânime: conhecer e julgar improcedente o recurso de embargos de declaração, mantendo-se a decisão atacada.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 25.215/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo BM "JOSÉ VITOR" e a balsa "MARGLEISSON III" com uma canoa de madeira sem nome, não inscrita, e um de seus ocupantes, ocorridos no rio Solimões, nas proximidades da Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Manacapuru, Amazonas, em 17 de janeiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Valdenor Ferreira Batista (Comandante do BM "JOSÉ VITOR"), Advª Drª Karla Janaina Machado Garcia (OAB/AM 5.733). Clotildo Monteiro de Oliveira (Proprietário/Armador do BM "JOSÉ VITOR"), Adv. Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho. (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroação) e o fato da navegação, tipificado no art. 15. letra "a" (impropriedade da embarcação), ambos da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de negligência e imprudência dos Representados, acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, incisos II e VII. 124. incisos III e IX e parágrafos 1° e 2°, 127 e 135, inciso II, todos os artigos da Lei n° 2.180/54. aplicar ao 1° Representado, Valdenor Ferreira Batista, MAF. Comandante do comboio, a pena de multa de R$1.000.00 (mil reais) cumulativamente com a pena de suspensão por 30 dias, e ao 2° Representado, Clotildo Monteiro de Oliveira, proprietário e armador do B/M "JOSÉ VÍTOR", a pena de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais). Custas processuais proporcionais às penas de multa. Oficiar á Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, as infrações ao RLESTA apontadas nos autos do IAFN: art. 11 (tripulante não habilitado) da responsabilidade de quem assumiu, Valdenor Ferreira Batista, e de quem contratou o tripulante sem a habilitação adequada, Clotildo Monteiro de Oliveira, proprietário e armador do B/M "JOSÉ VÍTOR", e aos artigos art. 19, inciso l (falta de despacho do comboio) e art. 22, inciso V (tripulação em desacordo com o constante na lista de tripulantes), da responsabilidade de Clotildo Monteiro de Oliveira, proprietário e armador do B/M "JOSÉ VÍTOR". Enviar cópia do Acórdão ao Ministério Público do Estado do Amazonas, com fulcro no art. 21, da lei n° 2.180/54.

Nº 26.320/2011 - Acidentes da navegação envolvendo a LM "PAPALÉGUAS", ocorridos na enseada de Palmas, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sidney Luiz Domingues Júnior (Marinheiro/Condutor) - Revel. Alcir Rodrigues dos Anjos (Passageiro) - Revel. Andrea Fernanda Sandalic (Coproprietária), Advª Drª Denise Aguiar (OAB/RJ 159.567). Marcelo do Rosário Oliveira (Coproprietário), Adv. Dr. Pedro Henrique Salomão Ramalho (OAB/RJ 170.747). Decisão unânime: rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva levantada pela defesa de Andréa Fernanda Sandalic e, no mérito, julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alíneas "a" e "b", como decorrente da imprudência e da negligência dos representados Sr. Sidney Luiz Domingues Júnior, Alcir Rodrigues dos Anjos, Andréa Fernanda Sandalic e Marcelo do Rosário Oliveira, condenando-os à pena de repreensão e multa no valor de R$ 100,00 (cem reais) cada um, com fulcro nos arts. 121, incs. I e VII, c/c art. 124, inc. IX, todos da Lei 2.180/54. Custas processuais divididas em partes iguais, isenta a representada Andréa Fernanda Sandalic do pagamento de sua parcela em deferimento ao pleito de gratuidade de justiça. Oficiar a Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis agente local da Autoridade Marítima, para que aplique aos proprietários da lancha "PAPALÉGUAS", Sra. Andréa Fernanda Sandalic e Sr. Marcelo do Rosário Oliveira, as sanções previstas nos arts. 16, inc. I (deixar de inscrever a embarcação) e 22, inc. I (transportar passageiros em excesso), do Dec. 2596/98 - RLESTA.

Nº 26.767/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e um de seus ocupantes, ocorridos no rio Aripuanã, Apuí, Amazonas, em 20 de maio de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Joel Ferreira Marques (Condutor inabilitado) e Jocelino Ferreira Cavalcante (Proprietário), Advª Drª Franciele Lise (OAB/AM 5.053). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação (naufrágio) previsto no art. 14, alínea "a" da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, exculpando os representados Joel Ferreira Marques e Jocelino Ferreira Cavalcante, e julgar a exposição a risco previsto no art. 15, alínea "e", condenando por imprudência Joel Ferreira Marques e por negligência Jocelino Ferreira Cavalcante, ambos à pena de repreensão e multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, incisos I e VII, art. 135, inciso II, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94. Isentar ambos os representados do pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, a infração ao art. 11, art. 15, inciso I e art. 16, inciso I, todos do RLESTA e ao art. 15 da Lei n° 8.374/91 cometida por Jocelino Ferreira Cavalcante, proprietário da canoa, e a infração ao art. 11 do RLESTA, cometida por Joel Ferreira Marques condutor da canoa

ARQUIVAMENTO

Nº 27.527/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "CS CAPRICE", de bandeira bahamense, e dois trabalhadores portuários, ocorrido no Terminal Portuário de Florianópolis, Santa Catarina, em 11 de janeiro de 2012. Com pedido de Arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: reconhecer que o acontecimento narrado nos Autos caracteriza-se como fato da navegação tipificado no art. 15, alínea"e" da Lei nº 2.180/54 e retornar os Autos à PEM para que avalie as condutas das pessoas envolvidas e ofereça a ação que julgar pertinente.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.214/2013 - Acidente da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, ocorrido nas proximidades da ilha Jurubaíba, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 05 de fevereiro de 2013.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria, às fls. 54/55. Deixa-se de comunicar às infrações apuradas no decorrer do inquérito, face a não identificação dos possíveis responsáveis ou proprietários da embarcação sinistrada, objeto destes Autos.

Nº 28.294/2013 - Acidente da navegação envolvendo a LM "PITBIL", ocorrido no litoral de Cabo Frio, Rio de Janeiro, em 09 de abril de 2013.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.916/2013 - Fato da navegação envolvendo o NM "MSC FANTASIA", de bandeira panamenha, e um passageiro, ocorrido durante a travessia de Santos, São Paulo, para Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 06 de dezembro de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 28.064/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a plataforma "NORBE VI", de bandeira panamenha, ocorridos na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 20 de abril de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (avaria ou defeito) e o fato da navegação tipificado no art. 15 , alínea "e" (exposição a risco) da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada com a devida precisão, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h37min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 25 de março de 2014.
Vice-Almirante LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.771/12 - lancha "DONA RAIMUNDA" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Francisco Alves da Silva (Prop./Cond. inabilitado)- Revel
Representado : Luís Ribeiro de Lima (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (OAB/AM 3.524)
Despacho : "Apesar de regularmente citado, conforme certidão de fls. 169, o representado Francisco Alves da Silva não apresentou defesa no prazo, motivo pelo qual decreto sua revelia. Notifique-se nos termos do art. 83, parágrafo 3º, do RIPTM."
Proc. nº 27.162/12 - NT "GUARÁ"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Fabricio Lima de Souza (Comandante)- Revel
Representado : Isaac Alberto Mazal (Prático)
Advogada : Dra. Camila Reinoso Lemos (OAB/RJ 174.225)
Representada : Suelen Aparecida de Lima Santos do Nascimento
Advogados : Dra. Tatiana Lima da Silva (OAB/RJ 176.995)
: Dr. Rodrigo Augusto Ferreira (OAB/RJ 169.336)
Representado : Josias Amador da Silva (Comandante)
Advogado : Dr. Roberto Ramos Riff (OAB/RJ 114.353)
Despacho : "Apesar de regularmente citado, conforme certidão de fls. 386, verso, o representado Fabrício Lima de Souza não apresentou defesa no prazo, motivo pelo qual decreto sua revelia. Notifique-se nos termos do art. 83, parágrafo 3º, do RIPTM."
Proc. nº 27.405/12 - NM "GRANDE AMBURGO"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Ercules Rone Lopes
Advogada : Dra. Daniela Gobi Martinelli (OAB/ES 18.100)
Representado : Luiz Carlos da Silva - Revel
Representado : Leonardo Rosa Neto
Advogado : Dr. Roberto Garcia Merçon (OAB/ES 6.445)
Despacho : "Apesar de regularmente citado, conforme certidão de fls. 224, o representado Luiz Carlos da Silva não apresentou defesa no prazo, motivo pelo qual decreto sua revelia. Notifique-se nos termos do art. 83, parágrafo 3º, do RIPTM."
Proc. nº 28.251/13 - "COS KNIGHT"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Ercules Rone Lopes
Advogada : Dra. Daniela Gobi Martinelli (OAB/ES 18.100)
Representado : SCPar Porto de Imbituba S.A. (Administradora do porto)
Advogado : Dr. Rafael Oneda (OAB/SC 22.989)
Despacho : "Defiro parcialmente a petição de fl. 194, facultando ao requerente a extração das cópias dos autos, entretanto indefiro o requerido quanto alguém que não seja o próprio advogado fazer carga dos Autos."
Proc. nº 27.922/13 - Rb "SEA POLLOCK"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : João Carlos Vidal (Marinheiro de Convés)- Revel
: Jocimar Silva Claussen de Oliveira (MAC)- Revel
Despacho : "Apesar de regularmente citados, conforme certidão de fls. 234 e 240, os representados João Carlos Vidal e Jocimar Silva Claussen de Oliveira não apresentaram defesa no prazo, motivo pelo qual decreto a revelia dos representados. Notifique-se nos termos do art. 83, parágrafo 3º, do RIPTM."
Proc. nº 24.774/10 - NM "NEUSA" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Eudvan de Melo Lucena (Comandante)
Advogado : Dr. Nilto Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460)
Representado : Alexandre da Silva Oliveira (Imediato)
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Despacho : "Libere-se o valor remanescente dos honorários do perito. As partes, prazo comum de 20 dias, para, querendo, apresentarem laudos técnicos para seus respectivos assistentes."
Proc. nº 25.743/11 - Rb "REDENÇÃO"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Joel Rocha Soares (Engenheiro Naval)
Advogada : Dra. Tatiana Stroppa (OAB/SP 210.003)
Despacho : "Ao Representado sobre laudo pericial juntado."
Despacho : "Encerro a Instrução. À PEM para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.480/12 - "LADY VANDA"e outra
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Carlos Antonio da Silva (Condutor)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução. Às partes para Provas."
Prazo comum de: "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.334/12 - Rb "AGRONÔMICO" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Pedro Peixoto de Farias (Condutor do Comboio)
Advogado : Dr. Manoel Altemar Moutinho de Souza (OAB/PA 12.139)
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.744/13 - "RODRIGUES CORREA DE ABAETE"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Raimundo Pinheiro Guimarães (Comandante)
: Roberto Marcio Lobato Pereira (Comandante)
: Abraão Lobato Martins (Tripulante)
: Sandro Gonçalves Martins (Tripulante)
: Julião Diniz Leão (Tripulante)
: Manoel Pedro da Paixão Lopes (Tripulante)
Despacho : "Citem-se os representados Srs. Raimundo Pinheiro Guimarães (Afretador/Armador), Roberto Marcio Lobato Pereira (Comandante), Abraão Lobato Martins (Tripulante), Sandro Gonçalves Martins (Tripulante), Julião Diniz Leão (Tripulante) e Manoel Pedro da Paixão Lopes (Tripulante)."
Proc. nº 27.791/13 - PLATAFORMA "CHERNE-2"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (Prop./Armadora)
: Oscar José de Carvalho Viana (Gerente Set. de Plataforma)
: Helder Savio de Aguiar (Coord. de Man. da Plataforma)
Advogado : Dr. Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.753/12 - "SANAVE VII"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luiz Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Sabino de Oliveira Comércio e Navegação S/A. (Proprietária)
Advogado : Dr. Cássio Chaves Cunha (OAB-PA 12.268)
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para Provas."
Prazo : "05 (cinco)dias."
Proc. nº 27.880/13 - Embarcação "RIO DOS CURRAIS"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros
Representados : Paulo Roberto da Silva Alves (Comandante/Mestre)
: Paulo Ricardo Monteiro Hepp (Proprietário)
Advogado : Dr. Mauro José da Silva Jaeger (OAB/RS 14.178)
Despacho : "Aos Representados para especificarem, justificadamente, as provas que pretendem produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Em 27 de março de 2014.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 788, DE 24 DE MARÇO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 002, de 12/02/2014, publicado no D.O.U. de 14/02/2014, retificado no DOU de 24/02/2014 e 27/02/2014, conforme segue:

Unidade	Curso/ Departamento	Á rea	Carga Hor á ria	Classe/ Padr ã o	Candidato	Classifi - ca çã o
CAUA	Coordenação Acadêmica	Dança do Ventre e Dança Contemporânea.	40h	Professor Auxiliar, Nível I.	Meiry Rubia Barbosa do Nascimento	1°
		Regência, Canto Coral, Técnica Vocal e Teoria Musical.	40h	Professor Auxiliar, Nível I.	Oder Júnior Silva de Sá	1º
		Violão, Guitarra e Teoria Musical.	40h	Professor Auxiliar, Nível I.	Neil Armistrong Queiroz Natividade	1º
		Musicalização, Flauta Doce e Teoria Musical.	40h	Professor Auxiliar, Nível I.	Edine Hsu	1º
FCF	Coordenação Acadêmica	Citologia Clínica	20h	Professor Auxiliar, Nível I.	Ivanete de Lima Sampaio	1º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIA Nº 794, DE 25 DE MARÇO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo destinado à contratação de Professor Visitante, objeto do Aviso de Seleção nº 06, de 19/09/2013, publicado no D.O.U. de 23/09/2013, retificado no DOU de 26/09/2013, 10/10/2013 e 11/11/2013, conforme segue:

Programa	Área de Conhecimento	Classe/ Padrão/Carga Horária	Candidato	Classificação
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Processamento Digital de Sinais	Professor Adjunto A, Nível 1 Dedicação Exclusiva	João Evangelista Neto	1º
			Eddie Batista de Lima Filho	2º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 433, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Vice Reitor da Universidade Federal do Amapá em exercício, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no Item 15.8 do Edital nº 07/2013-DEPSEC/UNIFAP de 22/03/2013 e tendo em vista o que consta no Memo. nº 038/2014 - DAP/PROGEP/UNIFAP de 26 de Março de 2014, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por mais 1 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público para o cargo efetivo de Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Amapá regido pelo Edital nº 07 de 22 de Março de 2013, publicado no Diário Oficial da União - DOU na seção 3, páginas 26, 27 e 28 de 28 de Março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de março de 2014

O Diretor-Geral do Hospital Universitário da UFGD, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial contido no art. XXXIII da PORTARIA Nº 62 de 3 de fevereiro de 2009, acolhe e adota a Nota Técnica nº 16/2014 do Setor Jurídico do HU/UFGD/EBSERH, na forma do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, e decide:

a) aplicação de multa à empresa ÁGILA ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS LTDA, CNPJ nº 11.643.096/0001-22, de R$ 4.302,00 (quatro mil trezentos e dois reais), pelo atraso na entrega do objeto contratado;

Intima-se a empresa para que, querendo, apresente Recurso, conforme previsto no Art. 109 da Lei 8.666/93, no prazo de cinco (5) dias úteis a contar do recebimento da intimação.

O Diretor Geral do Hospital Universitário da UFGD, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial contido no art. XXXIII da PORTARIA Nº 62 de 3 de fevereiro de 2009, acolhe e adota a Nota Técnica nº 15/2014 do Setor Jurídico do HU/UFGD/EBSERH, na forma do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, e decide:

a) aplicação de multa à empresa VIX COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 14.832.987/0001-15, de R$ 106,74 (cento e seis reais e setenta e quatro centavos), pelo atraso na entrega do objeto contratado;

Intima-se a empresa para que, querendo, apresente Recurso, conforme previsto no Art. 109 da Lei 8.666/93, no prazo de cinco (5) dias úteis a contar do recebimento da intimação.

AGENOR PEREIRA DE AZEVEDO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 20 DE MARÇO DE 2014

Nº 5.667 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 333ª reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, em 24 de fevereiro de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.008496/2013-80, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 55/2013, de 14 de novembro de 2013, publicado no DOU de 18.11.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto, A, nível 1, área Genética e Evolução, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Maykon Passos Cristiano e Danon Clemes Cardoso. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.668 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 333ª reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, em 24 de fevereiro de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.008498/2013-79, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 55/2013, de 14 de novembro de 2013, publicado no DOU de 18.11.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto, A, nível 1, área Ciência da Computação/Sistema de Informação para a Web, em que foi aprovada a candidata Amanda Sávio Nascimento e Silva. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.669 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 333ª reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 13 de fevereiro de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.007124/2013-36, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 45/2013, de 18 de setembro de 2013, publicado no DOU de 19.09.2013 e retificado no DOU de 20.09.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto, A, nível 1, área Geofísica, em que não houve candidato aprovado.

Nº 5.670 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 333ª reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 13 de fevereiro de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.007125/2013-81, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 45/2013, de 18 de setembro de 2013, publicado no DOU de 19.09.2013 e retificado no DOU de 20.09.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Conformação Mecânica, em que não houve candidato aprovado.

Nº 5.671 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 333ª reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 13 de fevereiro de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.006218/2013-98, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 39/2013, de 16 de agosto de 2013, publicado no DOU de 19.08.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Assistente, A, nível 1, área Arquitetura e Urbanismo/Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo/História da Arquitetura e Urbanismo/Teoria da Arquitetura/História do Urbanismo/Teoria do Urbanismo, em que foi aprovada a candidata Patrícia Thome Junqueira Schettino. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria Nº 194/2013, de 31/01/2013, publicado no DOU de 01.02.2013, resolve:

Nº 254 - Retificar a Portaria nº 44/2011-CCS/UFPI, de 08.09.2011, publicada no DOU de 12.09.2011, referente a Homologação do processo seletivo para a contratação de Professor Substituto, área de Nutrição e Dietética, onde se lê: NAYRA DO SOCORRO DOS SANTOS CALDAS CARVALHO DE ALMEIDA TEIXEIRA, leia-se: NAYRA DO SOCORRO CALDAS CARVALHO DE ALMEIDA TEIXEIRA.

Nº 256 - Retificar a Portaria nº 05/2012-CABJ/UFPI, de 23.02.2012, referente a Homologação do processo seletivo para contratação de Professor Substituto, área de Letras Português/Inglês, publicada no DOU de 24.02.2012, Seção 01, pág.09, onde se lê: ORLEANS OLIVEIRA DE SOUSA; leia-se: ORLEANS DE OLIVEIRA DE SOUSA.

LAURO OLIVEIRA VIANA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014(*)

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, Professor José Ricardo Martins da Silva, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 15/08/2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 16/08/2012, e considerando: - a solicitação constante do Memorando nº 108/2014-PROPPI/REITORIA/IFNMG, de 10 de fevereiro de 2014; - a necessidade de alteração do Regimento Geral e do Regimento Interno do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; - o Art. 17 do Regimento Geral do IFNMG, que permite ao Reitor, em caráter excepcional, justificado pela urgência da matéria, a edição de Portaria ad referendum do Conselho Superior, resolve:

Artigo 1º. Aprovar, ad referendum do Conselho Superior, o acréscimo do Inciso XIII ao Art. 43 do Regimento Geral do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, aprovado pela Resolução CS nº 16, de 19 de novembro de 2010 e alterações posteriores, como segue:

"Art. 43. Compete ao Reitor:

(...)

XIII - ordenar despesas no âmbito da Reitoria do IFNMG".

Artigo 2º. Aprovar, ad referendum do Conselho Superior, o acréscimo do Inciso XIII ao Art. 37 do Regimento Interno da Reitoria do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, aprovado pela Resolução CS nº 27/2012, de 04 de julho de 2012, referendada pela Resolução CS nº 05/2013, de 26 de abril de 2013, como segue:

"Art. 37. Compete à Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira:

(...)

XIII - responder, juntamente com o Reitor, pela gestão financeira da Reitoria do IFNMG."

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor a contar desta data.

JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 50, de 14-3-2014, Seção 1, pág. 10, com incorreção no original.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

PORTARIA Nº 159, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Reitor Pro-Tempore do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1004, de 08/10/2013, publicada no D.O.U. de 09/10/2013, considerando o Memo nº 061/2014-GR, resolve:

ALTERAR, "ad referendum", o Organograma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, na forma a seguir especificada:

1 - Criar o Cargo de Diretor Geral do Campus Serra Talhada, código CD-02;

2 - Criar o Cargo de Diretor Geral do Campus Santa Maria da Boa Vista, código CD-02;

3 - Criar o Cargo de Diretor de Administração e Planejamento do Campus Serra Talhada, código CD-04;

4 - Criar o Cargo de Diretor de Administração e Planejamento do Campus Santa Maria da Boa Vista, código CD-04;

5 - Criar o Cargo de Diretor de Ensino do Campus Serra Talhada, código CD-04;

6 - Criar o Cargo de Diretor de Ensino do Campus Santa Maria da Boa Vista, código CD-04;

7 - Extinguir o Cargo de Assessor de Desenvolvimento Institucional, código CD-03;

IVALDO JOSÉ DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 194, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - FADERGS, com sede no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S.A., conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201364573	(73476) Administração, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 703, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua General Vitorino, nº 25, Centro, Porto Alegre/RS.	Rua Riachuelo, nº 1.257, Centro, Porto Alegre/RS.
02	201364574	(88070) Ciências Contábeis, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 703, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua General Vitorino, nº 25, Centro, Porto Alegre/RS.	Rua Riachuelo, nº 1.257, Centro, Porto Alegre/RS.
03	201364575	(109384) Ciências Econômicas, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 218, de 01/11/2012, D.O.U. de 07/11/2012.	Rua General Vitorino, nº 25, Centro, Porto Alegre/RS.	Rua Riachuelo, nº 1.257, Centro, Porto Alegre/RS.

PORTARIA Nº 195, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Decisão - FADEC, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pela Faculdade da Cidade de Florianópolis FACIF LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201353405	(122398) Administração, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 737, de 30/12/2013, D.O.U. de 31/12/2013.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.
02	201353406	(22114) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.307, de 30/06/2005, D.O.U. de 04/07/2005.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.
03	201353407	(25630) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.307, de 30/06/2005, D.O.U. de 04/07/2005.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.
04	201353408	(25631) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.307, de 30/06/2005, D.O.U. de 04/07/2005.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.
05	201353409	(29313) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.307, de 30/06/2005, D.O.U. de 04/07/2005.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.
06	201353410	(31020) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.307, de 30/06/2005, D.O.U. de 04/07/2005.	Rua Santos Dumont, nº 104, Centro, Florianópolis/SC.	Rua Marechal Guilherme, nº 65, Centro, Florianópolis/SC.

PORTARIA Nº 196, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, com sede no Município de São Gonçalo (campus fora de sede), Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201400032	(63420) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 827, de 20/09/2007, D.O.U. de 21/09/2007.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
02	201400033	(84899) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
03	201400034	(150334) Logística, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
04	201400035	(80472) Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 154, de 23/02/2011, D.O.U. de 25/02/2011.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
05	201400036	(80505) Petróleo e Gás, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 316, de 17/04/2007, D.O.U. de 19/04/2007.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
06	201400037	(103203) Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 22, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07	201400038	(73115) Direito, Bacharelado.	Autorização: Resolução CONSUNI nº 486/ 2003, de 04/12/2003.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
08	201400039	(111166) História, Licenciatura.	Renovação: Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, D.O.U. de 27/12/2012.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
09	201400040	(69380) Letras - Língua Portuguesa, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 66, de 29/05/2006 , D.O.U. de 31/05/2006.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.
10	201400041	(73131) Pedagogia, Licenciatura.	Renovação: Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, D.O.U. de 27/12/2012.	Avenida São Gonçalo, nº 100, Rodovia Niterói-Manilha, São Gonçalo/RJ.	Rua Manuel João Gonçalves, nº 410/412, Alcântara, São Gonçalo/RJ.

PORTARIA Nº 197, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia TECBRASIL - UNIDADE NOVO HAMBURGO - Ftec Novo Hamburgo, com sede no Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Centro Superior de Tecnologia TECBRASIL LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201400179	(1101541) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 409, de 30/08/2013, D.O.U. de 02/09/2013.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.
02	201400180	(1046773) Comércio Exterior, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 22, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.
03	201400181	(1046778) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.
04	201400182	(1109815) Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 298, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.
05	201400183	(1046779) Marketing, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.
06	201400184	(1046780) Processos Gerenciais, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Domingos de Almeida, nº 255, Centro, Novo Hamburgo/RS.	Rua Silveira Martins, nº 780, Centro, Novo Hamburgo/RS.

PORTARIA Nº 198, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Ciências da Vida - FCV, com sede no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro de Estudos III Millenium LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201210662	(1060149) Biotecnologia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 138, de 13/01/2011, D.O.U. de 17/01/2011.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.
02	201210664	(97454) Enfermagem, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 758, de 13/10/2006, D.O.U. de 16/10/2006.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.
03	201210665	(1069464) Farmácia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 1.468, de 21/09/2010, D.O.U. de 22/09/2010.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.
04	201210666	(1060161) Nutrição, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 87, de 27/01/2010, D.O.U. de 28/01/2010.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.
05	201210667	(97453) Enfermagem, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 1.977, de 23/11/2010, D.O.U. de 24/11/2010.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.
06	201210668	(98153) Psicologia, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 703, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Campinas, nº 417, Canaan, Sete Lagoas/MG.	Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG.

PORTARIA Nº 199 DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia Francisco Morato - FFRAMO, com sede no Município de Francisco Morato, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Moinho Velho LTDA - ME, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201356998	(1108096) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 290, de 22/07/2011, D.O.U. de 25/07/2011.	Rua Antônio Soriano Dias, nº 1.020, Belém Capela, Francisco Morato/SP.	Rua dos Cravos, nº 560, Vila Espanhola, Francisco Morato/SP.
02	201356999	(1108100) Gestão Financeira, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 290, de 22/07/2011, D.O.U. de 25/07/2011.	Rua Antônio Soriano Dias, nº 1.020, Belém Capela, Francisco Morato/SP.	Rua dos Cravos, nº 560, Vila Espanhola, Francisco Morato/SP.
03	201357000	(1108097) Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 290, de 22/07/2011, D.O.U. de 25/07/2011.	Rua Antônio Soriano Dias, nº 1.020, Belém Capela, Francisco Morato/SP.	Rua dos Cravos, nº 560, Vila Espanhola, Francisco Morato/SP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 200, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Empresarial de Chapecó - FAEM, com sede no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, mantida pela UCEFF - Unidade Central de Educação FAEM FACULDADE LTDA - EPP, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201359920	(1139935) Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 132, de 13/06/2011, D.O.U. de 14/06/2011.	Rua Lauro Müller, nº 767-E, Santa Maria, Chapecó/SC.	Avenida Irineu Bornhausen, E, nº 2.045, Palmital, Chapecó/SC.
02	201359921	(1077549) Engenharia Civil, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 1.555, de 24/09/2010, D.O.U. de 27/09/2010.	Rua Lauro Müller, nº 767-E, Santa Maria, Chapecó/SC.	Avenida Irineu Bornhausen, E, nº 2.045, Palmital, Chapecó/SC.
03	201359922	(5000516) Engenharia Civil, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 1.555, de 24/09/2010, D.O.U. de 27/09/2010.	Rua Lauro Müller, nº 767-E, Santa Maria, Chapecó/SC.	Avenida Irineu Bornhausen, E, nº 2.045, Palmital, Chapecó/SC.
04	201359923	(117519) Engenharia de Produção, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 652, de 10/12/2013, D.O.U. de 11/12/2013.	Rua Lauro Müller, nº 767-E, Santa Maria, Chapecó/SC.	Avenida Irineu Bornhausen, E, nº 2.045, Palmital, Chapecó/SC.
05	201359924	(1193781) Engenharia Mecânica, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 296, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua Lauro Müller, nº 767-E, Santa Maria, Chapecó/SC.	Avenida Irineu Bornhausen, E, nº 2.045, Palmital, Chapecó/SC.

PORTARIA Nº 201, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Mauá de Brasília - MAUADF, com sede no Distrito Federal, mantida pela Instituto Mauá de Pesquisa e Educação - ME, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201353534	(86582) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 287, de 06/03/2009, D.O.U. de 09/03/2009.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.
02	201353535	(96929) Artes Visuais, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 615, de 13/09/2006, D.O.U. de 15/09/2006.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.
03	201353536	(5000941) Direito, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 26, de 13/03/2012, D.O.U. de 14/03/2012.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.
04	201353537	(5000025) Educação Física, Licenciatura.	Autorização: Portaria SESU nº 1.502, de 13/10/2009, D.O.U. de 14/10/2009.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.
05	201353538	(96928) Letras - Inglês, Licenciatura.	Autorização: Portaria SESU nº 614, de 13/09/2006, D.O.U. de 15/09/2006.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.
06	201353539	(96927) Letras, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 328, de 24/07/2013, D.O.U. de 25/07/2013.	Colônia Agrícola Vicente Pires, salas 101/132, nº 54, Taguatinga, Brasília/DF.	Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga Norte, Brasília/DF.

PORTARIA Nº 202, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Michelangelo - MICHELANGELO, com sede no Distrito Federal, mantida pela Associação Rivail, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201355122	(114965) Pedagogia, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 1.286, de 19/04/2005, D.O.U. de 20/04/2005.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.
02	201355124	(114960) Computação, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 4.005, de 06/12/2004, D.O.U. de 08/12/2004.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.
03	201355126	(114969) Sistema de Informação, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 3.352, de 18/10/2004, D.O.U. de 20/10/2004.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.
04	201355272	(114954) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 2.079, de 09/07/2004, D.O.U. de 13/07/2004.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.
05	201355504	(114956) Ciências Contábeis, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 3.317, de 18/10/2004, D.O.U. de 19/10/2004.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.
06	201355505	(114964) Letras - Inglês, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 4.006, de 06/12/2004, D.O.U. de 08/12/2004.	Setor Norte, CL 214 Bloco D, s/nº 1º e 2º Andares, Brasília/DF.	CL 115, Lote E, Avenida dos Alagados, s/nº, Santa Maria, Brasília/DF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 203, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelas Faculdades Integradas Ipiranga - FAINTIPI, com sede no Município de Belém, Estado do Pará, mantidas pela Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará - ADEPA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201364642	(75909) Design Gráfico, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 486, de 20/12/2011, D.O.U. de 22/12/2011.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Avenida Pedro Miranda, nº 2.563, Pedreira, Belém/PA.
02	201364643	(101161) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 46, de 22/05/2012, D.O.U. de 24/05/2012.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Avenida Pedro Miranda, nº 2.563, Pedreira, Belém/PA.
03	201364644	(80982) Redes de Computadores, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 471, de 22/11/2011, D.O.U. de 24/11/2011.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Avenida Pedro Miranda, nº 2.563, Pedreira, Belém/PA.
04	201400010	(80984) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 705, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
05	201400011	(80980) Gestão de Segurança Privada, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 43, de 05/02/2014, D.O.U. de 06/02/2014.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
06	201400012	(104088) Gestão Financeira, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 12, de 02/03/2012, D.O.U. de 06/03/2012.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
07	201400013	(101385) Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 490, de 20/12/2011, D.O.U. de 23/12/2011.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
08	201400014	(101383) Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 20, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rodovia BR 316, Km 0, nº 500, Cabanagem, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
09	201400153	(88548) Administração, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 705, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
10	201400155	(88546) Turismo, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 705, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
11	201400156	(101784) Gestão Pública, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 469, de 22/11/2011, D.O.U. de 24/11/2011.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
12	201400187	(101788) Processos Gerenciais, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 705, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.
13	201400188	(101790) Gestão Comercial, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 705, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Almirante Barroso, nº 777, Marco, Belém/PA.	Travessa Quatorze de Março, nº 1682, Umarizal, Belém/PA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 204, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia de Alagoas - FAT/AL, com sede no Município de Maceió, Estado das Alagoas, mantida pela FAPEC - Fundação Alagoana de Pesquisa, Educação e Cultura, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201364583	(58560) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
02	201364668	(58252) Comércio Exterior, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 103, de 02/01/2007, D.O.U. de 05/01/2007.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
03	201364669	(88862) Eventos, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 488, de 20/12/2011, D.O.U. de 23/12/2011.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
04	201364670	(58250) Gestão de Cooperativas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 102, de 02/01/2007, D.O.U. de 05/01/2007.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
05	201364671	(58248) Gestão de Turismo, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 64, de 15/02/2013, D.O.U. de 18/02/2013.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
06	201364672	(58564) Gestão Financeira, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
07	201364673	(1120587) Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 136, de 14/09/2010, D.O.U. de 16/09/2010.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
08	201364674	(58558) Marketing, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.
09	201364675	(88860) Produção Publicitária, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 491, de 20/12/2011, D.O.U. de 23/12/2011.	Avenida Presidente Roosevelt, nº 1.200, Serraria, Maceió/AL.	Avenida Antônio Lisboa de Amorim, nº 220, Antares, Maceió/AL.

PORTARIA Nº 205, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia FUNDETEC - FATEF, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela FUNDETEC - Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia, Educação e Comunicação, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201361085	(97191) Comércio Exterior, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 183, de 23/02/2011, D.O.U. de 25/02/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
02	201361086	(97171) Gestão Ambiental, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 21, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
03	201361087	(97169) Gestão Comercial, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 135, de 21/02/2011, D.O.U. de 22/02/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
04	201361088	(97193) Gestão da Qualidade, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 19, de 10/01/2011, D.O.U. de 12/01/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
05	201361089	(97189) Gestão da Tecnologia da Informação, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 23, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
06	201361090	(97173) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
07	201361091	(97161) Gestão de Telecomunicações, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 189, de 01/10/2012, D.O.U. de 03/10/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
08	201361092	(97177) Gestão de Turismo, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 486, de 20/12/2011, D.O.U. de 22/12/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
09	201361093	(97167) Gestão Financeira, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 24, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
10	201361094	(97183) Gestão Hospitalar, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 12, de 02/03/2012, D.O.U. de 06/03/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
11	201361095	(97163) Gestão Pública, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 121, de 15/03/2013, D.O.U. de 18/03/2013.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
12	201361096	(97175) Hotelaria, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 493, de 20/12/2011, D.O.U. de 23/12/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
13	201361097	(97181) Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 21, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
14	201361098	(97179) Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 490, de 20/12/2011, D.O.U. de 23/12/2011.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.
15	201361099	(97165) Processos Gerenciais, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 704, de 18/12/2013, D.O.U. de 19/12/2013.	Rua Alameda Nothmann, nº 598, Santa Cecília, São Paulo/SP.	Rua João Martins, nº 448, Parque Cruzeiro do Sul, São Paulo/SP.

PORTARIA Nº 206, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, com sede no Município de Itabira (campus fora de sede), Estado de Minas Gerais, mantida pela Universidade Federal de Itajubá, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201356016	(1102592) Engenharia Ambiental, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 516, de 15/10/2013, D.O.U. de 16/10/2013.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
02	201356017	(1102594) Engenharia da Mobilidade, Bacharelado.	Autorização: Parecer CNE/CES nº 204, de 09/06/2011, D.O.U. de 13/06/2011.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
03	201356018	(121099) Engenharia de Computação, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 37, de 19/04/2012, D.O.U. de 20/04/2012.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
04	201356020	(1102522) Engenharia de Controle e Automação, Bacharelado.	Autorização: Parecer CNE/CES nº 204, de 09/06/2011, D.O.U. de 13/06/2011.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
05	201356021	(121101) Engenharia de Materiais, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 39, de 19/04/2012, D.O.U. de 20/04/2012.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
06	201356022	(1102590) Engenharia de Produção, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 112, de 14/02/2014, D.O.U. de 17/02/2014.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
07	201356023	(1102595) Engenharia de Saúde e Segurança, Bacharelado.	Autorização: Resolução CONSUNI-UNIFEI nº 10, D.O.U. de 27/06/2009.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
08	201356024	(121105) Engenharia Elétrica, Bacharelado.	Autorização: Resolução CONSUNI-UNIFEI nº 05, D.O.U. de 12/05/2008.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.
09	201356025	(1102589) Engenharia Mecânica, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 297, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua São Paulo, ITEC, nº 377, Amazonas, Itabira/MG.	Rua Irmã Ivone Drummond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG.

PORTARIA Nº 207, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelo Instituto Batista de Ensino Superior de Alagoas - IBESA, com sede no Município de Maceió, Estado das Alagoas, mantida pela Convenção Batista Alagoana, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201202287	(119814) Fisioterapia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 379, de 19/03/2009, D.O.U. de 20/03/2009.	Avenida Aristeu de Andrade, nº 256, Farol, Maceió/AL.	Avenida Menino Marcelo, nº 1.600, Serraria, Maceió/AL.
02	201203716	(5000259) Pedagogia, Licenciatura.	Autorização: Portaria SESU nº 1.816, de 22/12/2009, D.O.U. de 23/12/2009.	Avenida Aristeu de Andrade, nº 256, Farol, Maceió/AL.	Avenida Menino Marcelo, nº 1.600, Serraria, Maceió/AL.
03	201203717	(351810) Educação Física, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 481, de 16/08/2006, D.O.U. de 17/08/2006.	Avenida Aristeu de Andrade, nº 256, Farol, Maceió/AL.	Avenida Menino Marcelo, nº 1.600, Serraria, Maceió/AL.
04	201203718	(51810) Educação Física, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 481, de 16/08/2006, D.O.U. de 17/08/2006.	Avenida Aristeu de Andrade, nº 256, Farol, Maceió/AL.	Avenida Menino Marcelo, nº 1.600, Serraria, Maceió/AL.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 208, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelas Instituições de Educação Superior constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Mantida	Mantenedora	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201115476	(104106) Petróleo e Gás, Tecnológico.	(3506) Faculdade de Ciências Educacionais de Sergipe - FCES	(2215) Associação de Administração do Ensino e da Pesquisa de Sergipe S/S LTDA	Reconhecimento: Portaria SERES nº 603, de 19/11/2013, D.O.U. de 20/11/2013.	Avenida Delmiro Gouveia, s/nº, Shopping Riomar 2º piso, Coroa do Meio, Aracaju/SE.	Travessa Sargento Duque, nº 85, Industrial, Aracaju/SE.
02	201202266	(100712) Direito, Bacharelado.	(1821) Faculdade Lions - FAC-LIONS	(1206) Fundação Educacional de Goiás	Autorização: Portaria MEC nº 125, de 25/01/2007, D.O.U. de 26/01/2007.	Rua Armogaste José da Silveira, 350, Colégio Gonçalves Lêdo, Setor Fama, Goiânia/GO.	Alameda dos Bambus, Quadra CL-01, Lote 02/03/04/05/06/07, Sitio de Recreio Mansões Bernardo Sayão, Goiânia/GO.
03	201302930	(1089622) Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado	(3990) Faculdade Anhanguera de Tecnologia de São Bernardo - FAT	(2600) Anhanguera Educacional LTDA	Autorização: Portaria SESU nº 1.482, de 21/09/2010, D.O.U. de 22/09/2010.	Rua Atlântica, nº 700, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP.	Avenida Dr. Rudge Ramos, nº 1501, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP.
04	201302933	(1113254) Enfermagem, Bacharelado.	(1478) Faculdade Anhanguera de São Bernardo - FASBC	(2600) Anhanguera Educacional LTDA	Autorização: Portaria SESU nº 1.811, de 27/10/2010, D.O.U. de 28/10/2010.	Avenida Senador Vergueiro, nº 505, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP.	Avenida Dr. Rudge Ramos, nº 1501, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP.
05	201353272	(1108453) Radiologia, Tecnológico.	(1478) Faculdade Anhanguera de São Bernardo - FASBC	(2600) Anhanguera Educacional LTDA	Autorização: Portaria SETEC nº 149, de 13/10/2010, D.O.U. de 14/10/2010.	Avenida Senador Vergueiro, nº 505, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP.	Avenida Dr. Rudge Ramos, nº 1501, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP.
06	201359858	(59090) Administração, Bacharelado.	(1821) Faculdade Lions - FAC-LIONS	(1206) Fundação Educacional de Goiás	Autorização: Portaria MEC nº 4.047 de 30/12/2002, D.O.U. de 31/12/2002.	Rua Armogaste José da Silveira, 350, Colégio Gonçalves Lêdo, Setor Fama, Goiânia/GO.	Alameda dos Bambus, Quadra CL-01, Lote 02/03/04/05/06/07, Sitio de Recreio Mansões Bernardo Sayão, Goiânia/GO.

PORTARIA Nº 209, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa n° 1, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201352938	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA VENEZUELA, 01, UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES
2.	201352799	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	RUA GENERAL VITORINO, 25, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
3.	201352804	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	5ª AVENIDA, 1.100, - , MUNICÍPIOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
4.	201352529	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA PROFESSOR SAMPAIO, 19, PARTE, CAMARIM, QUEIMADOS/RJ
5.	201353816	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAEM FACULDADE LTDA - EPP	RUA LAURO MÜLLER, 767-E, SANTA MARIA, CHAPECÓ/SC
6.	201353722	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	5ª AVENIDA, 1.100, - , MUNICÍPIOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
7.	201353993	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE MACAPÁ	UNIAO DE FACULDADES DO AMAPA LTDA	RODOVIA DUQUE DE CAXIAS, S/N, KM 05, CABRALZINHO, MACAPÁ/AP
8.	201353194	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA SÃO VICENTE DE PAULO, 300, ANTONIO BEZERRA, FORTALEZA/CE
9.	201352500	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADA	RUA JUVÊNCIO ALVES, 660, CENTRO, QUIXADÁ/CE
10.	201352818	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE FLAMINGO	FLAMINGO 2001 CURSO FUNDAMENTAL	RUA GEORGE SMITH, 122, LAPA, SÃO PAULO/SP
11.	201353652	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, 229, CENTRO, BETIM/MG
12.	201353139	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA ESTADOS UNIDOS, 18, EDF. WILDBERGER, 1º ANDAR, COMÉRCIO, SALVADOR/BA
13.	201353479	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
14.	201353726	DESIGN (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	5ª AVENIDA, 1.100, - , MUNICÍPIOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
15.	201353464	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADA	RUA JUVÊNCIO ALVES, 660, CENTRO, QUIXADÁ/CE
16.	201353694	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA JEQUITIBÁ, 401, HORTO, IPATINGA/MG
17.	201354014	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
18.	201353463	FILOSOFIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADA	RUA JUVÊNCIO ALVES, 660, CENTRO, QUIXADÁ/CE
19.	201353691	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA JEQUITIBÁ, 401, HORTO, IPATINGA/MG
20.	201352524	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 2384 - VILAR DOS TELLES, 2.384, VILAR DOS TELES, SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
21.	201352878	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MARECHAL RONDON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	VISCINAL NILO LISBOA CHAVASCO, 5000, CHACARA SALTINHO, SÃO MANUEL/SP
22.	201353706	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, ARAÇÁ, LINHARES/ES
23.	201353952	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS	AV. ALMEIDA GARRET, 267, JARDIM NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CAMPINAS/SP
24.	201353760	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FUNDACAO JOSE AUGUSTO VIEIRA	PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA, 40, CIDADE NOVA, LAGARTO/SE
25.	201353601	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	RUA PROFESSOR SANDOVAL ARROXELAS, 239, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL
26.	201354824	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA S.A	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
27.	201352577	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FASIPE	FASIPE CENTRO EDUCACIONAL LTDA - ME	RUA CARINE, 11, RESIDENCIAL FLORENCIA, SINOP/MT
28.	201353211	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

29.	201353155	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS SIMONSEN	ORGANIZACAO BRASILEIRA DE CULTURA E EDUCACAO ORBRACE	RUA IBITIUVA, 151, PADRE MIGUEL, RIO DE JANEIRO/RJ
30.	201352906	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA SÃO VICENTE DE PAULO, 300, ANTONIO BEZERRA, FORTALEZA/CE
31.	201353548	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAEM FACULDADE LTDA - EPP	RUA LAURO MÜLLER, 767-E, SANTA MARIA, CHAPECÓ/SC
32.	201352562	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA VENEZUELA, 01, UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES
33.	201352796	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	RUA GENERAL VITORINO, 25, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
34.	201353695	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, ARAÇÁ, LINHARES/ES
35.	201354825	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DOCTUM DE JUIZ DE FORA	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	ESTRADA DOM ORIONE, S/N, DOM BOSCO, JUIZ DE FORA/MG
36.	201353412	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE FLAMINGO	FLAMINGO 2001 CURSO FUNDAMENTAL	RUA GEORGE SMITH, 122, LAPA, SÃO PAULO/SP
37.	201353668	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE TEIXEIRA DE FREITAS	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, 3000, BR 101 KM 879,4, BELA VISTA, TEIXEIRA DE FREITAS/BA
38.	201352791	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	RUA GENERAL VITORINO, 25, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS

PORTARIA Nº 210, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa n° 1, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201353572	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 67, ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB
2.	201352908	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FOCCA - FACULDADE DE OLINDA	ASSOCIACAO OLINDENSE DOM VITAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA DO BONFIM, 37, TÉRREO, CARMO, OLINDA/PE
3.	201354411	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE DIVINÓPOLIS - FPD	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SANTOS DUMONT, 1.001, DO CARMO, DIVINÓPOLIS/MG
4.	201354342	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES ATIBAIA	INSTITUICAO EDUCACIONAL ATIBAIENSE LIMITADA	ESTRADA MUNICIPAL JUCA SANCHES, 1050, JARDIM BROGOTÁ, ATIBAIA/SP
5.	201353577	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO GERALDO	ESCOLA SAO GERALDO LTDA	RUA 13 DE MAIO, 40, SÃO GERALDO, CARIACICA/ES
6.	201353645	BIOMEDICINA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SANTA RITA DE CASSIA	AVENIDA JAÇANÃ, 648, JAÇANÃ, SÃO PAULO/SP
7.	201353285	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SANTA MARIA	LACERDA & GOLDFARB LTDA - EPP	BR 230 KM, S/N, SÍTIO SERROTE, CRISTO REI, CAJAZEIRAS/PB
8.	201353279	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB
9.	201353184	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
10.	201353114	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE MINAS	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CRISTIANO FERREIRA VARELLA, 655, RODOVIA BR 116 KM 701, UNIVERSITÁRIO, MURIAÉ/MG
11.	201353671	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS - ESTÁCIO FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 355, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
12.	201352692	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PANAMERICANA DE JI-PARANÁ	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA	ROD 135 KM 01, ESTRADA NOVA LONDRINA, ZONA RURAL, JI-PARANÁ/RO
13.	201354214	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNIDA DE SUZANO	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SUPERIOR DE SUZANO	RUA JOSÉ CORREIA GONÇALVES, 57, CENTRO, SUZANO/SP
14.	201354614	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNIDA DE SUZANO	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SUPERIOR DE SUZANO	RUA JOSÉ CORREIA GONÇALVES, 57, CENTRO, SUZANO/SP
15.	201353550	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	RUA PROFESSOR FERNANDO ROCHA, 326, SUBDISTRITO DE SÃO CAETANO, SALVADOR/BA
16.	201354412	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE DIVINÓPOLIS - FPD	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SANTOS DUMONT, 1.001, DO CARMO, DIVINÓPOLIS/MG
17.	201353602	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	INFNET EDUCACAO LTDA.	RUA SÃO JOSÉ, 90, 2º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
18.	201353966	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNA DE CONTAGEM	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA JOÃO CESAR DE OLIVEIRA, 6.620, BEATRIZ, CONTAGEM/MG
19.	201352879	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MARECHAL RONDON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	VISCINAL NILO LISBOA CHAVASCO, 5000, CHACARA SALTINHO, SÃO MANUEL/SP
20.	201352468	BIOMEDICINA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS - FASB	INSTITUTO AVANCADO DE ENSINO SUPERIOR DE BARREIRAS - IAESB	BR 135 KM 01, 2341, BOA SORTE, BARREIRAS/BA
21.	201353978	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHAO LTDA - ME	RUA AARÃO REIS, 1000, CENTRO, CAXIAS/MA
22.	201355460	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNIDA DE SUZANO	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SUPERIOR DE SUZANO	RUA JOSÉ CORREIA GONÇALVES, 57, CENTRO, SUZANO/SP
23.	201352964	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
24.	201353711	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO SUL	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ SOARES PINHEIRO, 1191, LOMANTO JÚNIOR, ITABUNA/BA
25.	201352477	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE	ISEPE - INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO , PESQUISAS E EXTENSAO LTDA	RUA JOAQUIM MENELEU DE ALMEIDA TORRES, 101, PIÇARRAS, GUARATUBA/PR
26.	201354924	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	RUA HALFELD, 1179, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG
27.	201352557	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	AVENIDA SERGIO HENN, 1787, DIAMANTINO, SANTARÉM/PA
28.	201353704	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA TIMBIRAS, 1.375, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
29.	201354112	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PIRACICABA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E EDUCACIONAL DE PIRACICABA LTDA	RUA SILVA JARDIM, 1763, CIDADE ALTA, PIRACICABA/SP
30.	201352900	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI	INSTITUTO DE GESTAO EDUCACIONAL SIGNORELLI LTDA.	RUA ARAGUAIA, 03, FREGUESIA DE JACAREPAGUÁ, RIO DE JANEIRO/RJ
31.	201354796	GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
32.	201353552	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	RUA PROFESSOR FERNANDO ROCHA, 326, SUBDISTRITO DE SÃO CAETANO, SALVADOR/BA
33.	201352788	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA SOCIEDADE SIMPLES LTDA	BR 230, KM 14, CABEDELO, CABEDELO/PB
34.	201352876	BIOMEDICINA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MARECHAL RONDON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	VISCINAL NILO LISBOA CHAVASCO, 5000, CHACARA SALTINHO, SÃO MANUEL/SP
35.	201353785	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	INFNET EDUCACAO LTDA.	RUA SÃO JOSÉ, 90, 2º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
36.	201353873	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DE PRIMAVERA DO LESTE	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PAULO CEZAR PEREIRA ARANDA, 241, JARDIM RIVA, PRIMAVERA DO LESTE/MT
37.	201353182	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
38.	201354504	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SUDOESTE PAULISTA	INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA	AVENIDA PROF. CELSO FERREIRA DA SILVA, 1001, JARDIM EUROPA, AVARÉ/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

39.	201352966	MATEMÁTICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
40.	201353705	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA TIMBIRAS, 1.375, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
41.	201353938	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAEM FACULDADE LTDA - EPP	RUA LAURO MÜLLER, 767-E, SANTA MARIA, CHAPECÓ/SC
42.	201352587	JORNALISMO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO	RUA ALAGOAS, 903, PRÉDIO 5, HIGIENÓPPOLIS, SÃO PAULO/SP
43.	201353712	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO SUL	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ SOARES PINHEIRO, 1191, LOMANTO JÚNIOR, ITABUNA/BA

PORTARIA Nº 211, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa n° 1, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201353914	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE AÇÃO	SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA S/S LTDA - EPP	RUA COELHO NETO, 170, CENTRO, RIO DO SUL/SC
2.	201353573	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES RIOGRANDENSES	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA TUPI, 200, PASSO DA AREIA, PORTO ALEGRE/RS
3.	201305093	LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	ESTRADA BR 307 KM 3 - ESTRADA DO AEROPORTO, S/Nº, CACHOEIRINHA, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM
4.	201352512	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA	RUA DARCY CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE, 600, ALFA SUL, MANHUAÇU/MG
5.	201353579	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	AVENIDA LAERTON PAULINELLI, 153, MONSENHOR PARREIRAS, LUZ/MG
6.	201354011	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA EDELINA MENEGHEL RANDO, 151, VILA MACEDO, BANDEIRANTES/PR
7.	201354053	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
8.	201353768	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES RIOGRANDENSES	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA TUPI, 200, PASSO DA AREIA, PORTO ALEGRE/RS
9.	201352582	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA	SERVICOS EDUCACIONAIS DO LITORAL PAULISTA LTDA.	RUA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA, 836, CANTO DO FORTE, PRAIA GRANDE/SP
10.	201353593	AGRIMENSURA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA	SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA - SOCAN	RUA RODRIGUES ALVES, 756, CENTRO, ANDRADINA/SP
11.	201353654	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES RIOGRANDENSES	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 626, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
12.	201303135	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
13.	201353910	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA EDELINA MENEGHEL RANDO, 151, VILA MACEDO, BANDEIRANTES/PR
14.	201353707	GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
15.	201354347	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	AVENIDA DOM JOSÉ GASPAR, 500, CORAÇÃO EUCARÍSTICO, BELO HORIZONTE/MG
16.	201352738	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE GUAIANÃS	SOCIEDADE DE ENSINO GUAIANAS S/S LTDA	RUA OTELO AUGUSTO RIBEIRO, 411, GUAIANASES, SÃO PAULO/SP
17.	201353901	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA - FIBRA	FACULDADES INTEGRADAS BRASIL AMAZONIA S/S LTDA	AVENIDA GENERALÍSSIMO DEODORO, 1532, AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, NAZARÉ, BELÉM/PA
18.	201354345	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	AV. PADRE FRANCIS CLETUS COX, 1661, JARDIM COUNTRY CLUB, POÇOS DE CALDAS/MG
19.	201353336	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES RIOGRANDENSES	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA TUPI, 200, PASSO DA AREIA, PORTO ALEGRE/RS
20.	201303131	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
21.	201353708	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA EDELINA MENEGHEL RANDO, 151, VILA MACEDO, BANDEIRANTES/PR
22.	201352576	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FASIPE	FASIPE CENTRO EDUCACIONAL LTDA - ME	RUA CARINE, 11, RESIDENCIAL FLORENCIA, SINOP/MT
23.	201352600	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DON DOMÊNICO	ASSOCIACAO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJA	AV. DR. ARTHUR COSTA FILHO, 20, VILA MAIA, GUARUJÁ/SP

PORTARIA Nº 212, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa n° 1, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201353190	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA CONDE DA BOA VISTA, 1.410, EMPRESARIAL PALMIRA, BOA VISTA, RECIFE/PE
2.	201354113	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ASCES	ASSOCIACAO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES	AVENIDA PORTUGAL, 584, UNIVERSITÁRIO, CARUARU/PE
3.	201352555	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	AVENIDA SERGIO HENN, 1787, DIAMANTINO, SANTARÉM/PA
4.	201352877	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MARECHAL RONDON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	VISCINAL NILO LISBOA CHAVASCO, 5000, CHACARA SALTINHO, SÃO MANUEL/SP
5.	201353103	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
6.	201353219	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CAMBURY DE FORMOSA	CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA	RUA MANOEL ALVES FERREIRA, 404, BLOCO 01, CENTRO, FORMOSA/GO
7.	201352809	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	RUA PROFESSOR SANDOVAL ARROXELAS, 239, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL
8.	201352779	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
9.	201352564	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	IPTAN- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES LTDA	AVENIDA LEITE DE CASTRO, 1.101, FÁBRICAS, SÃO JOÃO DEL REI/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.	201353770	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	RUA CORONEL ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 700, DOM EXPEDITO, SOBRAL/CE
11.	201353106	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
12.	201352907	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FOCCA - FACULDADE DE OLINDA	ASSOCIACAO OLINDENSE DOM VITAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA DO BONFIM, 37, TÉRREO, CARMO, OLINDA/PE
13.	201353949	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROMOCAO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A	ESTRADA MUNICIPAL UNICAMP/TELEBRÁS, KM 1, S/N, BARÃO GERALDO, CAMPINAS/SP
14.	201353773	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTENSIVA	CLAUDER CIARLINI FILHO & CIA	RUA BARÃO DE ARATANHA, 51, CENTRO, FORTALEZA/CE
15.	201354043	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DAS ÁGUAS EMENDADAS - FAE	JUPASA EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP	AVENIDA INDEPENDÊNCIA SCC, QUADRA 1, BLOCO C, S/N, ED. PLAZA SHOPPING SALAS M-07 E M-08, PLANALTINA, BRASÍLIA/DF
16.	201353444	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA
17.	201354484	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
18.	201353504	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA & CIA LTDA - ME	RUA LEONOR TELES, 153, CONJUNTO ABILIO NERY, ADRIANOPOLIS, MANAUS/AM
19.	201352909	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FOCCA - FACULDADE DE OLINDA	ASSOCIACAO OLINDENSE DOM VITAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA DO BONFIM, 37, TÉRREO, CARMO, OLINDA/PE
20.	201353445	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA
21.	201353502	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA & CIA LTDA - ME	RUA LEONOR TELES, 153, CONJUNTO ABILIO NERY, ADRIANOPOLIS, MANAUS/AM
22.	201353900	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA - FIBRA	FACULDADES INTEGRADAS BRASIL AMAZONIA S/S LTDA	AVENIDA GENERALÍSSIMO DEODORO, 1532, AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, NAZARÉ, BELÉM/PA
23.	201352780	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
24.	201353163	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MARTHA FALCÃO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA	RUA NATAL, 300, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
25.	201354482	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
26.	201353501	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA & CIA LTDA - ME	RUA LEONOR TELES, 153, CONJUNTO ABILIO NERY, ADRIANOPOLIS, MANAUS/AM
27.	201352701	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	RUA ALTINO SERBETO DE BARROS, 140, ITAIGARA, SALVADOR/BA
28.	201353105	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
29.	201353758	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ASCES	ASSOCIACAO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES	AVENIDA PORTUGAL, 584, UNIVERSITÁRIO, CARUARU/PE
30.	201353964	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNA DE CONTAGEM	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA JOÃO CESAR DE OLIVEIRA, 6.620, BEATRIZ, CONTAGEM/MG
31.	201353141	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	RUA JAGUARIBE , 699, SANTA CECILIA , SÃO PAULO/SP
32.	201353933	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA ESTADOS UNIDOS, 18, EDF. WILDBERGER, 1º ANDAR, COMÉRCIO, SALVADOR/BA
33.	201353442	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA
34.	201353802	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA - AENSA	AV. PEDRO LUIZ RIBEIRO QD. 01, LT. 01, 01, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO, CONJUNTO BELA MORADA, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
35.	201353962	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE FLAMINGO	FLAMINGO 2001 CURSO FUNDAMENTAL	RUA GEORGE SMITH, 122, LAPA, SÃO PAULO/SP
36.	201354171	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANTA RITA	ENTIDADE MANTENEDORA DE ENSINO - SANTA RITA LTDA	ESTRADA REAL KM 2, S/N, CAIXA POSTAL 26, RODOVIA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
37.	201352951	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ALIANÇA	CIESPI-CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	RUA SÃO PEDRO, 965, CENTRO, TERESINA/PI
38.	201354093	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE LAURO FREITAS	CETEBA - CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DA BAHIA LTDA	ESTRADA DO COCO KM 4,5, S/N, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
39.	201353189	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA CONDE DA BOA VISTA, 1.410, EMPRESARIAL PALMIRA, BOA VISTA, RECIFE/PE
40.	201354034	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROMOCAO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A	ESTRADA MUNICIPAL UNICAMP/TELEBRÁS, KM 1, S/N, BARÃO GERALDO, CAMPINAS/SP
41.	201355014	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FACISA	CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA	AV: SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1901, ITARARÉ, CAMPINA GRANDE/PB
42.	201354807	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EDUVALE DE AVARÉ	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO VALE DA JURUMIRIM	AVENIDA PREF. MISAEL EUPHRASIO LEAL, 347, JARDIM AMÉRICA, AVARÉ/SP
43.	201352851	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS - ESTÁCIO FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 355, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
44.	201353902	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA - FIBRA	FACULDADES INTEGRADAS BRASIL AMAZONIA S/S LTDA	AVENIDA GENERALÍSSIMO DEODORO, 1532, AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, NAZARÉ, BELÉM/PA
45.	201354182	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE ITEANA DE BOTUCATU	INSTITUICAO TOLEDO DE ENSINO	AVENIDA ALCIDES CAGLIARI, 2.601, JARDIM EVELYN, BOTUCATU/SP
46.	201352926	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NOVOS HORIZONTES	INSTITUTO NOVOS HORIZONTES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA LTDA.	RUA ALVARENGA PEIXOTO, 1270, SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE/MG
47.	201354994	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE CAMPINA GRANDE	CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA	AV SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1901, ITARARÉ, CAMPINA GRANDE/PB
48.	201353688	FARMÁCIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ALIANÇA	CIESPI-CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	RUA SÃO PEDRO, 965, CENTRO, TERESINA/PI
49.	201353447	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 213, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa n° 1, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201353893	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	CENTRO EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA.	AVENIDA TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, 1.000, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS, FOZ DO IGUAÇU/PR
2.	201354735	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	CENTRO EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA.	AVENIDA TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, 1.000, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS, FOZ DO IGUAÇU/PR
3.	201353657	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IPOJUCA	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA S/A	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASE, 800, INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE
4.	201353656	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IPOJUCA	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA S/A	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASE, 800, INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE
5.	201354596	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
6.	201354709	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	FUNDACAO DE ROTARIANOS DE SAO PAULO	RUA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO DO ROSÁRIO, 133, LAPA, SÃO PAULO/SP
7.	201352497	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA LINS DE VASCONCELOS, 1264, CAMBUCI, SÃO PAULO/SP
8.	201355170	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE NOVA ANDRADINA - FACINAN	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO CONE SUL	AVENIDA ANTÔNIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE, 910, CENTRO, NOVA ANDRADINA/MS

9.	201352613	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	AVENIDA VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 72, REDUTO, BELÉM/PA
10.	201354590	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
11.	201353561	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DO CENTRO LESTE	U.C.L. - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DO CENTRO LESTE	RODOVIA ES-10, KM, 6, CAMARÁ, SERRA/ES
12.	201354538	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE JEQUIÉ	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ANTONIO ORRICO, 357, CAMPUS, SÃO JUDAS TADEU, JEQUIÉ/BA
13.	201354640	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE IGARASSU	ASSOCIACAO IGARASSUENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RODOVIA BR 101-NORTE, KM 25, S/N, CENTRO, IGARASSU/PE
14.	201354591	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
15.	201353655	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IPOJUCA	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA S/A	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASE, 800, INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE
16.	201353238	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE DE JAGUARIÚNA	INSTITUTO EDUCACIONAL JAGUARY LTDA	RODOVIA ADHEMAR DE BARROS SP 340 , S/N , TANQUINHO VELHO , JAGUARIÚNA/SP
17.	201354207	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PARAÍSO DO CEARÁ	FIUSA EDUCACIONAL S/SIMPLES LTDA - EPP	RUA SÃO BENEDITO, 344, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
18.	201353527	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE LAURO FREITAS	CETEBA - CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DA BAHIA LTDA	ESTRADA DO COCO KM 4,5, S/N, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
19.	201352679	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS	DINAMICA ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA - ME	AV. 210, 386, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA/GO
20.	201352499	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA LINS DE VASCONCELOS, 1264, CAMBUCI, SÃO PAULO/SP
21.	201352925	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRAL CANTAREIRA	ASSOCIACAO JOAO MEINBERG DE ENSINO DE SAO PAULO	RUA MARCOS ARRUDA, 729, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
22.	201354328	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DECISÃO	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA S/C	AVENIDA DOUTOR CLÁUDIO JOSÉ GUEIROS LEITE, 2939, JANGA, PAULISTA/PE
23.	201354453	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO TECNICO E SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
24.	201354593	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
25.	201353585	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURICIO DE NASSAU DE NATAL	SOCIEDADE EDUCACIONAL CARVALHO GOMES LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE, 1.514, ESTRADA DE PONTA NEGRA, CAPIM MACIO, NATAL/RN
26.	201353483	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	AV. SÃO MIGUEL, 4335, PONTE RASA, SÃO PAULO/SP
27.	201354447	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO TECNICO E SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
28.	201354615	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA DO ROSÁRIO, 300, MACEDO, GUARULHOS/SP
29.	201355586	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
30.	201354793	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NELÍCIO CORDEIRO, S/N, ISRAEL PINHEIRO, NANUQUE/MG
31.	201352573	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE VÉRTICE	SOEGAR-SOCIEDADE EDUCACIONAL GARDINGO LTDA - EPP	RUA BERNARDO TORRES, 180, RETIRO, MATIPÓ/MG
32.	201354618	FARMÁCIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ OLEGÁRIO DE BARROS, 46/58, VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, TAUBATÉ/SP
33.	201354595	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
34.	201354211	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	ROD. GAL. ALFREDO BRUNO GOMES MARTINS, S/N, 19, , BRAGA, CABO FRIO/RJ
35.	201354451	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO FUNDAMENTAL MEDIO TECNICO E SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
36.	201352612	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	AVENIDA VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 72, REDUTO, BELÉM/PA
37.	201355584	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
38.	201353875	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	CENTRO EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA.	AVENIDA TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, 1.000, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS, FOZ DO IGUAÇU/PR
39.	201355575	GASTRONOMIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ALAGOAS	FAPEC - FUNDACAO ALAGOANA DE PESQUISA, EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, 1200, SERRARIA, MACEIÓ/AL
40.	201354592	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
41.	201354554	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM	RUA MAJOR GOTE, 1901, CÔNEGO GETÚLIO, PATOS DE MINAS/MG
42.	201353340	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO MIGUEL	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA - ME	RUA DOM BOSCO, 1308, BOA VISTA, RECIFE/PE
43.	201354648	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	RUA JOÃO GOULART, 666, CAIXA POSTAL 2066, MATO GROSSO, PORTO VELHO/RO
44.	201353562	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO CENTRO LESTE	U.C.L. - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DO CENTRO LESTE	RODOVIA ES-10, KM, 6, CAMARÁ, SERRA/ES
45.	201354313	MARKETING (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DECISÃO	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA S/C	AVENIDA DOUTOR CLÁUDIO JOSÉ GUEIROS LEITE, 2939, JANGA, PAULISTA/PE
46.	201353887	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE	ISEPE - INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO , PESQUISAS E EXTENSAO LTDA	RUA JOAQUIM MENELEU DE ALMEIDA TORRES, 101, PIÇARRAS, GUARATUBA/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 214, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013, alterada pela Portaria nº 41, de 20 de janeiro de 2014, do Ministério da Educação, e considerando o processo nº 23000.001046/2014-55 e a Nota Técnica nº 243/2014/DPR/GAB/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido, no âmbito da política de transferência assistida, o pedido de aumento de 170 (cento e setenta) vagas do curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Universidade Estácio de Sá, localizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA, para o funcionamento em novo endereço: Campus João Uchôa, situado à Rua Bispo, nº 83, bairro de Rio Comprido, Município do Rio de Janeiro.

§ 1º O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa, excepcionalmente, a ser 410 (quatrocentos e dez).

§ 2º Transcorridos 6 (seis) meses da publicação desta Portaria, o número total anual de vagas para o curso referido no caput passará a ser 240 (duzentos e quarenta).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE BELAS ARTES

PORTARIA Nº 3.012, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Carlos Gonçalves Terra, nomeado pela portaria nº15572 de 16/12/2013, publicada no DOU nº244 de 17/12/2013 no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público a aprovação em 1° lugar da candidata abaixo citada para exercer o cargo de Professor Substituto 20 hs, do Departamento BAB, Setor: Artes Base/ Artes Visuais/ Oficina da Forma A/ Oficina da Forma B/ Escultura em Metal 1/ Escultura em Metal 2, conforme Edital 42 de 13 de fevereiro de 2014, DOU n° 34 de 18 de fevereiro de 2014, seção 03, pág. 135.

Candidata: Isabela Freire de Sá Roriz

CARLOS GONÇALVES TERRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PORTARIA Nº 314, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2012, resolve:

Descentralizar o Crédito Orçamentário, referente ao Termo de Cooperação nº 02/2013 UFERSA, processo nº 23091.004148/2013-70, celebrado entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA e Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com o objetivo de realização de concurso público, Fundamentação Legal: Decreto nº 7.160/07; e Portaria Interministerial 507/10. Valor: R$ 271.556,93 da ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, PTRES: 061073, Fonte 0112, através da Nota de Credito n° 2014NC000004, conforme resumo abaixo:

ND	Descrição	Valor R$
339030	Material de Consumo	18.588,00
339036	Outros Serv. Pessoa Fisica	144.933,77
339039	Outros Serv. Pessoa Juridica	35.940,00
339047	Obrigações tribut. e contributivas	72.095,16
Total da descentralização		271.556,93

JOSÉ DE ARIMATEA DE MATOS

Ministério da Fazenda

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Este relatório se baseia nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa em 31 de dezembro de 2013. Entretanto, os valores e suas formas de apresentação são resultado de ajustes gerenciais, podendo haver diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira Caixa e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da Caixa.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento.

Os valores referentes ao exercício de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Além disso, em novembro de 2013, a Caixa recepcionou ofício emitido pelo Banco Central do Brasil contendo orientação específica para registro dos saldos das contas encerradas por inconformidades cadastrais (CPF/CNPJ irregulares), o que implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela Caixa referente ao tratamento desses depósitos.

Anteriormente, a Caixa classificava os depósitos com irregularidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros atrelados aos depósitos; dessa forma, o saldo desses depósitos era apropriado em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os saldos dessas contas encerradas por irregularidade cadastral passaram a ser registrados no passivo.

Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números inteiros, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 2013, a Caixa era responsável pela administração de mais de R$ 1,5 trilhão de ativos, dos quais R$ 858,3 bilhões são ativos próprios, consolidando-se como o quarto maior banco em ativos do país. Durante o ano, a Instituição atuou na oferta de crédito, buscando prospectar novos negócios e oferecer produtos diferenciados aos seus clientes, preocupando-se ainda com a manutenção das melhores taxas do mercado. Com o lucro líquido de R$ 6,7 bilhões no ano, 19,2% a mais do que o registrado em 2012, e retorno sobre o patrimônio liquido médio de 26,2% a Caixa comprova o êxito dessa estratégia e a rentabilidade sobre o patrimônio investido.

A carteira de crédito ampliada atingiu, em 2013, saldo de R$ 494,2 bilhões, crescimento de 36,8% em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional, que evoluiu 31,4%, atingindo o saldo de R$ 270,4 bilhões, o que representa 68,5% do mercado e demonstra que a Instituição continua tendo a preferência da população na compra da casa própria.

Além disso, a Instituição alcançou a marca de R$ 209,6 bilhões de saldo na Poupança, 18,9% maior que no ano de 2012, mantendo com isso 35,1% de participação no mercado. As captações líquidas da poupança atingiram a marca de R$ 23,0 bilhões, alta de 47,6% na mesma comparação.

A Caixa foi responsável ainda pelo pagamento de 181,2 milhões de benefícios sociais, além da distribuição de 169,0 milhões de benefícios ao trabalhador, entre eles Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, e pela arrecadação de R$ 11,4 bilhões com as loterias, dos quais 5,2 bilhões retornaram à sociedade por meio de repasses e tributos. Também é o banco mais presente no Brasil, alcançando, em dezembro de 2013, praticamente 100% dos municípios brasileiros com 67,5 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 1 agência-barco.

O presente relatório apresentará os resultados da Caixa em 2013, os quais referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais contribuem para o crescimento do país.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Em 2013, a Caixa inaugurou sua agência de número 4.000, um importante marco para a Instituição que já abriu mais de 1.000 agências desde o lançamento do projeto de expansão da rede de atendimento, lançado em 2012. O objetivo é inaugurar 2,5 mil agências até 2015, e visa aumentar sua capilaridade e alcançar novos mercados e clientes, além de promover a inclusão bancária.

Para possibilitar essa expansão, a Caixa investiu, no ano, R$ 3,5 bilhões nesse projeto, dos quais R$ 778 milhões aplicados na abertura de novas agências e postos de atendimento e R$ 2,7 bilhões aplicados em infraestrutura de suporte aos negócios, além de R$ 74 milhões em segurança.

Com essas inaugurações, a Caixa alcançou uma rede com mais de 67,5 mil pontos de atendimento. São 4,0 mil agências e postos de atendimento, 34,1 mil correspondentes Caixa Aqui e lotéricos; 29,4 mil máquinas instaladas em postos e salas de autoatendimento; 1 agência-barco e 18 caminhões-agência.

Além da rede de atendimento física, a Caixa trabalha para que o cliente tenha à disposição atendimento 24 horas por dia nos meios digitais. Em 2013, novas funcionalidades foram implementadas no aplicativo de acesso à conta via *smartphones* e *tablets* e no Internet Banking Caixa, que resultaram em melhorias na navegação para 696,7 mil e 9,9 milhões de usuários, respectivamente.

A ampliação da rede de atendimento foi necessária para dar suporte à expansão dos negócios e melhor atender à atual base de clientes, que cresceu 9,9% em 2013, passando para 71,7 milhões de correntistas e poupadores, sendo 69,7 milhões na carteira de pessoas físicas, e 1,9 milhão na de pessoas jurídicas, crescimentos de 9,7% e 17,5% em 12 meses.

Além disso, a Caixa aprimorou suas linhas de comunicação com os clientes, criando o canal de atendimento exclusivo para usuários do Programa Minha Casa, Minha Vida – o De Olho na Qualidade do MCMV, que recebeu 155,5 mil ligações no ano, referentes a dúvidas, reclamações, elogios ou sugestões.

O SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente recebeu cerca de 24,3 milhões de chamadas e o Atendimento Caixa ao Cidadão, 56,7 milhões de ligações, que trataram sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 12 meses, os ativos da Caixa expandiram 22,1%, passando de R$ 703,2 bilhões em 2012 para R$ 858,3 bilhões em dezembro de 2013. Com R$ 494,2 bilhões, as operações de crédito representavam 57,6% deste total e os títulos e valores mobiliários, com R$ 163,3 bilhões, correspondiam a 19,0% dos ativos.

Os ativos de terceiros administrados pela Caixa somaram R$ 664,3 bilhões, com destaque para os recursos do FGTS, com saldo de R$ 365,2 bilhões, e os fundos de investimentos, com R$ 227 bilhões, crescimentos de 12,3% e 30,9%, respectivamente, em 12 meses.

O patrimônio líquido totalizou R$ 27,4 bilhões em 2013, com evolução de 13,8% no ano. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 26,2%.

Do total dos passivos, 42,0% consistiam em depósitos e 23,3% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos a prazo cresceram 17,6%.

De janeiro a dezembro, o lucro líquido da Caixa foi de R$ 6,7 bilhões, 19,2% acima do registrado em 2012 considerando os efeitos extraordinários da mudança de práticas contábeis dos passivos contingentes. O resultado líquido no trimestre foi de R$ 1,7 bilhão, alta de 9,9% se comparado ao quarto trimestre de 2012.

Indicadores (em %)	2011	2012	2013
Retorno sobre Ativo Médio	1,1	0,9	0,9
Retorno sobre o PL Médio	29,6	25,9	26,2
Índice de Solvabilidade - Basileia	13,3	13,0	15,1
Endividamento do Setor Público	31,0	29,0	24,7
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	66,8	64,7	64,0
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	108,6	105,6	102,6
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	59,0	61,2	60,3

Patrimoniais (em R$ bilhões)	2011	2012	2013
Ativos Caixa	511	703	858
Carteira de Crédito Ampliada	253	361	494
Poupança	150	176	210
Recursos Administrados (de terceiros)	484	557	664

Os fatores que mais influenciaram o resultado de 2013 foram a evolução de 13,7% no resultado da intermediação financeira, com destaque para o crescimento de 35,2% das receitas de operações de crédito, e o aumento de 14,5% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias, em 12 meses. O resultado operacional foi de R$ 5,2 bilhões, alta de 20,1% em relação a 2012.

Ao final de dezembro, o índice de Basileia era de 15,1%, superior ao percentual mínimo exigido de 11%, e 2,1 p.p. acima do índice de dezembro de 2012.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários possuía saldo de R$ 163,3 bilhões, dos quais R$ 145,0 bilhões representados por títulos públicos federais e R$ 18,0 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R$ 19,7 bilhões, 10,4% superior ao registrado no ano de 2012, influenciado pelo aumento do saldo da carteira e pela alta da taxa Selic.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a Caixa declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 46,7 bilhões, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

Em 2013, a Caixa manteve a estratégia de ampliação do portfólio de produtos e expansão da rede de atendimento visando o aumento de seus negócios. Com isso, a carteira de crédito ampliada, que inclui outros créditos com características de concessão de crédito, alcançou saldo de R$ 494,2 bilhões no ano, incremento de 36,8%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

As contratações totais aumentaram 29,8% em relação ao ano anterior e atingiram R$ 406,9 bilhões. Destacou-se a carteira de crédito habitacional, com R$ 134,9 bilhões contratados no ano, valor 26,4% superior a 2012, e acima da meta esperada para o período, que era de R$ 130,0 bilhões. Desse total, R$ 42,5 bilhões foram contratados com recursos do FGTS e R$ 61,6 bilhões com recursos do SBPE.

O saldo da carteira imobiliária alcançou R$ 270,4 bilhões em 2013, evolução de 31,4% no ano. Com esse total, a Caixa se mantém na liderança do mercado de habitação, com 68,5% de *market share,* excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

Somente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida foram contratados, em 2013, R$ 49,0 bilhões, totalizando 692,9 mil unidades habitacionais. Dessas, 48,8% foram destinadas aos beneficiários com renda de até R$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa (Faixa1).

O crédito comercial apresentou saldo de R$ 171,8 bilhões, crescimento de 41,4% em 12 meses. As contratações comerciais somaram R$ 240,4 bilhões, aumento de 33,3% em 12 meses.

As operações com pessoas físicas registraram saldo de R$ 80,9 bilhões e as com pessoas jurídicas atingiram R$ 90,8 bilhões, crescimento em 12 meses de 45,7% e 37,8%, respectivamente.

As contratações de crédito comercial com pessoas físicas totalizaram R$ 129,4 bilhões no ano, alta de 32,2% em relação a 2012, e as com PJ somaram R$ 111,0 bilhões, avanço de 34,6%.

O saldo da carteira de veículos fechou em R$ 7,4 bilhões, crescimento de 68,5% em 12 meses. As contratações, incluindo carteiras adquiridas, somaram R$ 5,6 bilhões, elevação de 57,7%, se comparado ao ano passado.

O saldo do crédito rural Caixa saiu de R$ 158,0 milhões em dezembro de 2012 para R$ 2,0 bilhões em dezembro de 2013. As contratações do período somaram R$ 1,9 bilhão. Os recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

Em relação ao segmento de comércio exterior, a Caixa contratou R$ 5,3 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à produção, alta de 247% em relação a 2012, o que reflete o aumento da sua participação no financiamento às empresas brasileiras que atuam no comércio internacional.

Também se destacaram as operações de saneamento e infraestrutura que encerraram o mês de dezembro com saldo de R$ 37,1 bilhões, crescimento de 55,2% em 12 meses. As contratações para esse segmento somaram R$ 29,7 bilhões, aumento de 13% frente a 2012.

Dos recursos contratados em infraestrutura, R$ 9,8 bilhões corresponderam a financiamentos em energia, R$ 4,3 bilhões em mobilidade urbana, R$ 2,1 bilhões em logística, R$ 2,2 bilhões em construção naval, R$ 3,1 bilhões em infraestrutura urbana e R$ 2,1 bilhões em multisetorial. Ao setor de saneamento coube R$ 6,1 bilhões.

Quanto à qualidade da carteira de crédito, ao final de dezembro, 92,7% das operações se concentravam nos *ratings* de AA a C. A qualidade da carteira reflete sua composição, com quase 80% aplicados em operações de baixo risco.

O índice de inadimplência total apresentou queda de 0,1 p.p. no trimestre, encerrando o período em 2,3%, abaixo da média apresentada pelo mercado, de 3,0%.

Já a inadimplência da carteira comercial encerrou o período em 3,5%, sendo 4,9% na carteira PF, queda de 0,2 p.p no trimestre, e 2,2% na PJ com alta de 0,2 p.p, em relação a setembro de 2013. No crédito imobiliário, esse indicador apresentou a maior queda, saindo de 1,9% em setembro para 1,7% em dezembro, redução de 0,2 p.p. no trimestre.

O índice de provisão apresentou queda de 0,67 p.p. em 12 meses, representando 4,9% do saldo da carteira de crédito em dezembro de 2013. O índice de cobertura foi de 207,7%, o suficiente para cobrir mais de duas vezes o valor do saldo inadimplente.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais atingiram, ao final de 2013, saldo de R$ 561,1 bilhões, 21,3% maior que a carteira de crédito ampliada da Caixa, o que demonstra o equilíbrio financeiro existente entre concessões e captações na Empresa.

A base de contas-correntes, em 2013, cresceu 13,0%, saindo de 22,6 milhões para 25,5 milhões, assim distribuídos: 13,1 milhões de contas PF, 2,0 milhões de contas PJ e 10,4 milhões de contas simplificadas (Caixa Fácil).

Os depósitos à vista totalizaram R$ 25,2 bilhões. Já os depósitos a prazo cresceram 17,6% em comparação ao saldo registrado em 2012, alcançando a marca de R$ 113,5 bilhões. Os recursos em CDB representavam 60,9% desse total, contabilizando R$ 69,2 bilhões e aumento de 17,2% em 12 meses.

Os depósitos judiciais aumentaram 18,1%, atingindo saldo de R$ 44,3 bilhões. Os demais depósitos encerraram o período com R$ 12,5 bilhões.

A Poupança da Caixa alcançou saldo de R$ 209,6 bilhões, crescimento de 18,9% em um ano. A captação líquida acumulada em 12 meses foi de R$ 23,0 bilhões, alta de 47,6% frente ao exercício de 2012. Com esse saldo, a Caixa se manteve na liderança do mercado com 35,1% de participação.

As contas de poupança aumentaram 11,2% em relação ao ano anterior, com a abertura de 7,9 milhões de contas, totalizando 51,9 milhões em 2013.

As Letras Imobiliárias e Financeiras encerraram o ano com captação líquida de R$ 25,7 bilhões e saldo de R$ 75,1 bilhões, aumento de 67,5%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), atingiram saldo de R$ 2,4 bilhões e a emissão internacional de R$ 6,3 bilhões em dezembro de 2013.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Com R$ 32,1 bilhões, a Caixa obteve, em 2013, a liderança na captação líquida de fundos de investimento, respondendo por aproximadamente 54,0% do valor total do mercado de fundos de investimento, segundo a Anbima.

Além disso, se manteve na quarta posição do Ranking de Administradores de Fundos de Investimento, com 8,7% de participação no mercado.

O patrimônio líquido dos fundos de investimento e carteiras administradas, em 2013, totalizou de R$ 378 bilhões. Os fundos exclusivos, com R$ 109,4 bilhões, apresentaram crescimento de 63,0% e os fundos de rede encerraram o período com R$ 93,0 bilhões, alta de 5,2% em relação a 2012.

Entre esses, os fundos de renda variável totalizaram R$ 4,9 bilhões, redução de 15,3%. Os de renda fixa encerraram o período com saldo de R$ 88,1 bilhões, crescimento de 6,7% em 12 meses.

Dois segmentos se destacaram: o de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no qual a Caixa é líder de mercado, com participação de 42,9%, e o segmento de varejo, do qual possui 20,1%, ocupando a posição de vice-líder na indústria de fundos.

Além disso, em dezembro de 2013, a Instituição conquistou a marca histórica de 1,0 milhão de cotistas em fundos de investimento. Esse recorde foi impulsionado pelo lançamento de produtos destinados àqueles que buscam aliar rentabilidade e comodidade em seus investimentos, como os fundos FIC Giro Imediato Referenciado DI, FIC Giro MPE Referenciado DI e FIC Giro Empresas Referenciado DI.

A Empresa obteve ainda o rating "Mais Alto Padrão" da Fitch Ratings, ratificando avaliação anterior da agência Moody´s Service que, de 2007 a 2013, atribuiu à Caixa o conceito MQ1, ambos aplicados a instituições com excelência na gestão de recursos de terceiros.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2013, foram realizadas 6,5 bilhões de transações bancárias, entre saques, depósitos, consultas e pagamentos, as quais geraram receitas de prestação de serviço e tarifas de R$ 16,4 bilhões, 14,5% a mais que no ano anterior.

O acréscimo da receita em relação ao ano passado decorre, principalmente, do incremento nas rendas de tarifas bancárias, do crescimento nas rendas de administração de fundos de investimento, da arrecadação de convênios e do aumento das receitas com as transações com cartão.

Além disso, por meio da parceria com o Grupo Caixa Seguros, a Instituição disponibili-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

za produtos como seguros de vida, residenciais e automobilísticos, capitalização, previdência privada e consórcios, que movimentaram recursos da ordem de R$ 3,6 bilhões em 2013, valor 13,9% superior ao volume transacionado no mesmo período de 2012. Esses produtos renderam R$ 222,3 milhões em tarifas de balcão em 2013.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Entre janeiro e dezembro de 2013, os clientes dos cartões Caixa realizaram 1,1 bilhão de transações, movimentando o volume financeiro de R$ 81,1 bilhões, evolução de 34,3% em relação ao número de transações e de 42,2% sobre o valor movimentado, se comparado ao ano de 2012.

Ao final de dezembro, os cartões de crédito registraram uma base de 11,5 milhões nas bandeiras Elo, MasterCard e Visa, incremento de 32,2% em 12 meses. Por meio desses cartões, foram realizadas mais de 275,7 milhões de transações, um crescimento de 34,1% em relação a 2012.

Os cartões de débito atingiram uma base de 79,9 milhões nas bandeiras MasterCard, Visa Electron e Elo, aumento de 6,7% em comparação ao ano anterior. Esses cartões realizaram mais de 799,5 milhões de transações, o que representou um acréscimo de 34,3% no período.

Somente os cartões de crédito e débito da bandeira Elo atingiram a marca de mais de 13,3 milhões de unidades emitidas. Essa bandeira foi criada com a finalidade de promover inclusão financeira e democratizar os meios de pagamento eletrônico.

SERVIÇOS DE GOVERNO

Os programas de transferência de renda destinados à emancipação financeira e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram cerca de R$ 26,5 bilhões em 2013, totalizando 181,2 milhões de benefícios pagos.

Somente o Bolsa Família, que completou dez anos de existência em 2013, pagou cerca de 159,7 milhões de benefícios, totalizando R$ 24,0 bilhões, alta de 18,2% em relação aos valores pagos em 2012.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, foram pagos, no ano, 169,0 milhões de benefícios, sendo 62,3 milhões de aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS; 69,3 milhões, distribuídos sob o título de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos) e 37,4 milhões referentes aos saques do FGTS. Esses benefícios pagos totalizaram R$ 179,7 bilhões, subdivididos em R$ 60,0 bilhões a aposentados e pensionistas do INSS; R$ 45,5 bilhões de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos) e R$ 74,2 bilhões de pagamentos do FGTS.

LOTERIAS

As loterias da Caixa destinaram ao Governo Federal e demais beneficiários legais R$ 4,2 bilhões, valor 10,1% superior ao registrado em 2012. Os recursos são aplicados em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança pública.

No período, as loterias pagaram prêmios da ordem de R$ 4,0 bilhões e a arrecadação alcançou R$ 11,4 bilhões, 8,8% superior ao arrecadado em 2012.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	2011	2012	2013
Destinação Social	3.547	3.780	4.162
Prêmios	3.416	3.750	4.046
Tributos	895	933	1.009
Despesas de Custeio e Manutenção	1.881	2.028	2.198
Arrecadação Total	**9.740**	**10.490**	**11.414**

Destaque para a Mega da Virada, que arrecadou R$ 758,2 milhões, com a venda de mais de 104 milhões de bilhetes em todo o país. O valor total do prêmio superou a estimativa inicial da Caixa, de R$ 200 milhões, atingindo a marca de R$ 224,6 milhões.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Caixa Participações SA – CaixaPAR, subsidiária integral da Caixa, é o braço estratégico da Instituição nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.

As principais atividades desempenhadas pela CaixaPAR são de prospecção de novos negócios, de gestão e de governança das participações societárias investidas.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	2011	2012	2013
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.404	1.919	2.082
Banco PAN	510	802	495
Capgemini	-	299	269
Elo Serviços	18	11	13
CIBRASEC - Cia. Brasileira de Securitização	7	8	7
Câmara Interbancária de Pagamento	3	3	3
BIAPE	1	1	1
FGO - Fundo de Garantia de Operações	-	113	202
FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular	-	117	167
Fundo de Investimento em Participações	-	-	39
Participações diversas	-	1	52
Outros Investimentos	189	4	11
	2.133	**3.279**	**3.341**

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A Caixa mantém escritórios de representação localizados na cidade de Tóquio - Japão, em Jersey, City nos Estados Unidos, e na cidade de Caracas, na Venezuela.

Em 2013 foi expandido o serviço de solicitação de saque do FGTS para Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria e Suíça. O serviço teve início em 2010 no Japão e já possibilitou a liberação de mais de R$ 47,0 milhões a trabalhadores brasileiros residentes no exterior, atendendo mais de 2,5 milhões de clientes em 31 postos consulares.

Também em 2013, a Caixa recebeu, pelo seu Programa de Remessas Internacionais, R$ 324 milhões (USD 148 milhões), por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros conveniados.

Na cidade de Paris - França, a Caixa e a Caisse des Dépôts et Consignations assinaram um acordo de cooperação focado na troca de experiências nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação social, mercado imobiliário e negócios.

No mesmo período, a Caixa e a Prefeitura de São Paulo assinaram acordo para a bancarização de imigrantes oriundos de países signatários do Acordo Mercosul e que fixaram residência em São Paulo. As comunidades peruana e boliviana foram as primeiras beneficiadas, usufruindo dos produtos de microcrédito, conta-corrente e poupança.

Como reconhecimento ao papel da Caixa no cenário internacional, a Instituição foi aprovada como membro do Clube de Investidores de Longo Prazo, composto, atualmente, por 15 membros representantes das maiores instituições financeiras dos países do G20, e que tem por objetivo identificar oportunidades de investimentos que se enquadrem nos critérios de solidez, retorno a longo termo e que tenham continuidade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2013 trouxe importantes avanços relacionados às práticas de governança corporativa adotadas pela Instituição. Um grande marco foi a promulgação do Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, que aprovou o novo Estatuto da Caixa, trazendo mudanças significativas para a Empresa.

As adequações permitiram o fortalecimento do sistema de governança corporativa da Instituição, além de propiciar ao Conselho de Administração e ao Conselho Diretor melhor gerenciamento e monitoramento da execução da estratégia da Caixa.

Adicionalmente, foram realizados ajustes do Modelo de Gestão da Instituição que trouxeram importantes avanços, como a criação de duas novas Vice-presidências e dos comitês delegados do conselho diretor, o que implica mais celeridade ao processo decisório da Caixa.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da Caixa (SCI Caixa) é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, forneça consistentes informações gerenciais e financeiras, tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis, e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da Caixa, estruturada de acordo com os cinco componentes do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*): ambiente de controle,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

avaliação de risco, atividades de controle e *compliance,* monitoramento, informação e comunicação.

A verificação do cumprimento da referida Política é realizada por intermédio do monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores, desenvolvidos a partir dos princípios e diretrizes da Política, mensurados e pontuados de forma a evidenciar o grau de maturidade dos controles internos da Instituição.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do SCI e a elaboração dos Relatórios de Controles Internos para atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, à Circular BACEN 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico Ibracon 003/2010, bem como à Instrução CVM 505/2011.

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de risco da Caixa está pautado em práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Realizado por meio de estruturas adequadas para o gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos.

Essas estruturas são compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas, alinhados à natureza e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Caixa.

As políticas aprovadas pelo Conselho de Administração estabelecem os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento destas categorias de risco e definem os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis considerados aceitáveis.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Os riscos inerentes a novos produtos e serviços são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela Caixa e aos limites de exposição e concentração a riscos.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir das informações de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos de carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

O gerenciamento de capital da Caixa é alinhado ao Plano de Negócios, que considera os objetivos empresariais, cenários macroeconômicos e os riscos a que a Instituição está sujeita, sendo elaborado Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos, em cenários de normalidade e estresse.

Em decorrência desse acompanhamento, os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

O aperfeiçoamento do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, em conformidade aos princípios de Basileia, foi fundamental para o avanço da gestão corporativa frente aos desafios apresentados pelo novo perfil de atuação da Caixa, de maior diversificação e sofisticação das operações e de aumento das operações de crédito.

Foi implementado o cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para adequação do modelo padronizado de risco de mercado aos padrões de Basileia III, em conformidade às normas do Banco Central.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2013, a Caixa investiu R$ 1,0 bilhão em manutenção, aumento e substituição do parque tecnológico, promovendo melhorias nos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para assegurar o crescimento e dar sustentação aos negócios.

Além disso, foi concluída a etapa de migração e sincronização das bases de dados dos sistemas sociais do sítio do Rio de Janeiro para o Datacenter Cidade Digital, em Brasília.

Avanços importantes também foram implantados no ano de 2013 nas plataformas de atendimento do Internet Banking Caixa, que passou a disponibilizar novos produtos e novas funcionalidades, além disso, melhorias foram efetuadas no aplicativo de acesso à conta para *smartphones* e *tablets,* como por exemplo a ferramenta leitor de código de barras, que facilita o pagamento de contas pelo canal.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 2013, a Caixa contratou 8,0 mil empregados, elevando o quadro de pessoal para 98,2 mil, além de 17,2 mil estagiários e aprendizes. No mesmo período, foram desligados 2,7 mil empregados, incluindo aposentadorias e rescisões.

A folha de pessoal somou, no ano, R$ 15,9 bilhões, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 2,0 bilhões e as remunerações dos empregados somados aos encargos.

A Instituição oferece aos empregados a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, com fundos de pensão, por meio de patrocínio administrado pela Fundação dos Economiários Federais – Funcef, que alcançou mais de 96% do quadro de empregados, até o final do ano.

Além disso, a Caixa busca a excelência em gestão pública, por meio do desenvolvimento de lideranças mobilizadas de pessoas e equipes, incentivando a capacitação e os processos de disseminação do desenvolvimento de habilidades.

No período, foram investidos R$ 106,4 milhões em treinamento, programas de capacitação e de elevação de escolaridade.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com uma política ambiental normatizada, a Caixa atua como indutora de práticas sustentáveis e de responsabilidade socioambiental. Por esse motivo, desde 2010, destina recursos correspondentes a até 2% do lucro para apoiar projetos socioambientais, por meio do Fundo Socioambiental Caixa.

Para mais informações sobre o tema, a Caixa disponibiliza em seu *site* na internet o Relatório de Sustentabilidade 2012, que apresenta dados com base em indicadores setoriais e de responsabilidade socioambiental.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A Caixa realiza investimentos contínuos no esporte brasileiro. Mais do que propiciar aos atletas condições essenciais de treinamento para participar de competições e torneios nacionais e internacionais, o patrocínio da Caixa valoriza a inclusão social, a educação e a descoberta de novos talentos.

Em consonância com o Plano Brasil Medalhas do Governo Federal, lançado em setembro de 2012, como patrocinadora oficial das Confederações Brasileiras de Atletismo, de Ginástica e de Lutas Associadas, a Caixa assinou contratos de patrocínio com essas Confederações para o quadriênio 2013-2016, destinando cerca de R$ 30 milhões em 2013 para o desenvolvimento destes esportes e de seus atletas.

No mesmo ano, foi assinado contrato de patrocínio para o Ciclo Olímpico 2013-2016 com a Confederação Brasileira de Ciclismo, investindo cerca de R$ 17,0 milhões no quadriênio.

Para o Comitê Paraolímpico Brasileiro foram destinados cerca de R$ 28,0 milhões em 2013, como parte de um contrato de R$ 120 milhões para o período de 2013-2016.

Foram investidos, também, cerca de R$ 48,0 milhões em corridas de rua e projetos sociais com foco em atletismo. A modalidade futebol foi consolidada entre os esportes patrocinados, como parte da estratégia de atuação da Caixa. Nesse sentido, foram investidos cerca de R$ 110 milhões em 2013, destacando-se a inclusão do patrocínio ao primeiro Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino.

Além disso, foram investidos ao longo de 2013 mais de R$ 80 milhões em patrocínios culturais.

Metade desse montante foi destinado ao patrocínio via seleção pública de projetos nos diversos segmentos artísticos para ocupação dos espaços da Caixa Cultural em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo e para projetos de recuperação e manutenção do patrimônio cultural, em festivais de teatro e dança e para o apoio a comunidades artesãs.

Com esse conjunto de ações, somado à realização de projetos em parceria com o Governo Federal e entidades culturais, a Caixa se destaca como uma das instituições que mais apoia a cultura no país.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Caixa foi novamente premiada pelo Guia Exame de Investimentos Pessoais em 2013. O guia da revista Exame traz um panorama da indústria de fundos e premia os gestores e os fundos de investimento que mais se destacaram no mercado.

Foram 51 fundos da empresa premiados, sendo que, destes, 8 foram indicados nas categorias 5 e 4 estrelas, as maiores premiações concedidas pela publicação.

A excelência da Gestão de Fundos da Caixa também foi reconhecida com o segundo lugar na categoria Melhor Gestor de Fundos de Varejo em fundos com aplicação de até R$ 50 mil.

A Caixa também recebeu dois prêmios na 26ª edição do Prêmio Marketing Best e se consagrou como uma das empresas com maior número de campanhas premiadas no evento.

As campanhas de marketing de loterias da Caixa, "Mega da Virada 2012" e "Lotofácil da Independência 2013" receberam o reconhecimento dos grandes mestres das estratégias e táticas de marketing do mercado.

Além disso, a Instituição foi reconhecida como Banco de Varejo e Instituição Financeira que mais respeitou o consumidor em 2013, em premiação promovida pela Revista Consumidor Moderno.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	**400.149.115**	**351.218.182**	**400.931.075**	**351.859.802**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**11.480.407**	**8.035.967**	**11.480.407**	**8.035.967**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**44.904.342**	**75.183.272**	**44.904.342**	**75.183.272**
Aplicações no mercado aberto	37.232.669	72.104.596	37.232.669	72.104.596
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.672.360	3.078.757	7.672.360	3.078.757
Provisões para perdas	(687)	(81)	(687)	(81)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**112.639.473**	**91.877.035**	**113.261.241**	**92.375.479**
Carteira própria - livre	58.724.773	57.146.000	59.346.541	57.644.444
Vinculados a compromissos de recompra	53.649.345	34.647.909	53.649.345	34.647.909
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	82.128	260.317	82.128
Vinculados ao Banco Central		998		998
Vinculados a prestação de garantias	5.038		5.038	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**86.740.369**	**72.880.330**	**86.740.369**	**72.880.330**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	73.327	247.478	73.327	247.478
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	86.188.520	72.199.506	86.188.520	72.199.506
Correspondentes	478.522	433.346	478.522	433.346
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**593.239**	**713.650**	**593.239**	**713.650**
Recursos em trânsito de terceiros	220	146	220	146
Transferências internas de recursos	593.019	713.504	593.019	713.504
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**104.418.611**	**72.168.700**	**104.418.611**	**72.168.700**
Setor público	3.817.686	3.032.766	3.817.686	3.032.766
Setor privado	109.483.015	77.669.528	109.483.015	77.669.528
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	585.312	366.301	585.312	366.301
Provisão para operações de créditos	(9.467.402)	(8.899.895)	(9.467.402)	(8.899.895)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**38.317.229**	**29.403.813**	**38.477.421**	**29.546.989**
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799	26.042	31.799
Carteira de câmbio	686.732	114.195	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801	2.180.487	1.764.138
Negociação e intermediação de valores	864	4.714	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906	716.094	692.906
Diversos	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Provisão para outros créditos	(275.388)	(155.276)	(275.388)	(155.276)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.055.445**	**955.415**	**1.055.445**	**955.415**
Outros valores e bens	1.020.169	798.227	1.020.169	798.227
Provisões para perdas	(31.614)	(103.028)	(31.614)	(103.028)
Despesas antecipadas	66.890	260.216	66.890	260.216
NÃO CIRCULANTE	**458.326.241**	**352.034.110**	**457.394.261**	**351.347.795**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**50.026.983**	**46.588.282**	**50.026.983**	**46.588.282**
Carteira própria - livre	14.200.836	32.586.271	14.200.836	32.586.271
Vinculados a compromissos de recompra	31.542.429	12.318.617	31.542.429	12.318.617
Vinculados ao Banco Central	944		944	
Vinculados a prestação de garantias	4.282.774	1.683.394	4.282.774	1.683.394
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**20.797.571**	**18.776.893**	**20.797.571**	**18.776.893**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	20.797.571	18.776.893	20.797.571	18.776.893
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**357.426.648**	**261.853.600**	**357.426.648**	**261.853.600**
Setor público	33.611.053	24.871.263	33.611.053	24.871.263
Setor privado	334.360.959	245.740.679	334.360.959	245.740.679
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.629.761	2.058.966	3.629.761	2.058.966
Provisão para operações de créditos	(14.175.125)	(10.817.308)	(14.175.125)	(10.817.308)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**20.241.981**	**16.560.759**	**20.241.981**	**16.560.759**
Diversos	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378
Provisão para outros créditos	(48.381)	(48.619)	(48.381)	(48.619)
PERMANENTE	**9.833.058**	**8.254.576**	**8.901.078**	**7.568.261**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**4.272.753**	**3.964.971**	**3.340.773**	**3.278.656**
Participações em coligadas e controladas:	3.897.399	3.727.613	2.965.419	3.041.298
- No país	3.896.611	3.726.366	2.964.631	3.040.051
- No exterior	788	1.247	788	1.247
Outros investimentos	455.720	256.039	455.720	256.039
Provisão para perdas	(80.366)	(18.681)	(80.366)	(18.681)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.026.322**	**2.164.942**	**3.026.322**	**2.164.942**
Imóveis de uso	770.513	310.261	770.513	310.261
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	744.011	743.272	744.011
Outras imobilizações de uso	5.667.682	4.697.398	5.667.682	4.697.398
Depreciações acumuladas	(4.155.145)	(3.586.728)	(4.155.145)	(3.586.728)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**2.533.983**	**2.122.238**	**2.533.983**	**2.122.238**
Ativos intangíveis	3.617.578	2.990.846	3.617.578	2.990.846
Amortizações acumuladas	(1.083.595)	(868.608)	(1.083.595)	(868.608)
DIFERIDO		**2.425**		**2.425**
Gastos de organização e expansão		38.466		38.466
Amortizações acumuladas		(36.041)		(36.041)
TOTAL	**858.475.356**	**703.252.292**	**858.325.336**	**703.207.597**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	**526.346.591**	**443.665.401**	**526.196.571**	**443.620.706**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**304.015.240**	**280.729.181**	**303.729.806**	**280.729.051**
Depósitos à vista	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Depósitos de poupança	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos interfinanceiros	2.226.373	10.260.691	2.226.373	10.260.691
Depósitos a prazo	56.888.921	57.516.733	56.603.487	57.516.607
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**115.453.523**	**90.984.561**	**115.368.762**	**90.785.152**
Carteira própria	82.694.499	44.478.327	82.609.738	44.278.918
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.234	32.759.024	46.506.234
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**43.595.248**	**16.835.519**	**43.595.248**	**16.835.519**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	37.263.075	13.708.836	37.263.075	13.708.836
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	6.332.173	3.126.683	6.332.173	3.126.683
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**526.624**	**372.381**	**526.624**	**372.381**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	507.669	358.957	507.669	358.957
Correspondentes	18.955	13.424	18.955	13.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**2.043.376**	**1.385.371**	**2.043.376**	**1.385.371**
Recursos em trânsito de terceiros	1.525.075	1.262.980	1.525.075	1.262.980
Transferências internas de recursos	518.301	122.391	518.301	122.391
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**893.112**	**43.300**	**893.112**	**43.300**
Empréstimos no país - Outras instituições				
Empréstimos no exterior	893.112	43.300	893.112	43.300
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**2.124.038**	**2.356.114**	**2.124.038**	**2.356.114**
TESOURO NACIONAL - PIS	641.650	348.806	641.650	348.806
BNDES	618.401	1.633.823	618.401	1.633.823
FGTS	861.689	371.285	861.689	371.285
Outras	2.298	2.200	2.298	2.200
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**89.171**	**539**	**89.171**	**539**
Instrumentos financeiros derivativos	89.171	539	89.171	539
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**57.606.259**	**50.958.435**	**57.826.434**	**51.113.279**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984	264.352	258.984
Carteira de câmbio	39.318	93.105	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias	1.993.050	1.656.481	2.212.856	1.811.050
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075	44.592	5.075
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	842.957	989.075	842.957	989.075
Recursos para destinação específica:	8.852.307	7.629.604	8.852.307	7.629.604
- Obrigações de operações com loterias	1.310.495	1.237.388	1.310.495	1.237.388
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513	7.268.366	5.893.513
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	273.446	498.703	273.446	498.703
Diversas	41.046.639	34.665.808	41.047.008	34.666.083
NÃO CIRCULANTE	**296.755.402**	**235.540.610**	**296.755.402**	**235.540.610**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**57.039.948**	**39.050.915**	**57.039.948**	**39.050.915**
Depósitos interfinanceiros	127.189	32.742	127.189	32.742
Depósitos a prazo	56.912.759	39.018.173	56.912.759	39.018.173
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**1.120.867**	**3.123.417**	**1.120.867**	**3.123.417**
Carteira própria	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**40.227.746**	**32.167.675**	**40.227.746**	**32.167.675**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	40.227.746	32.167.675	40.227.746	32.167.675
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**2.338.821**		**2.338.821**	
Empréstimos no exterior	2.338.821		2.338.821	
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**156.198.141**	**121.381.325**	**156.198.141**	**121.381.325**
TESOURO NACIONAL - PIS	17.912	406.796	17.912	406.796
BNDES	23.012.645	15.922.207	23.012.645	15.922.207
FGTS	131.870.736	104.424.931	131.870.736	104.424.931
Outras	1.296.848	627.391	1.296.848	627.391
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**39.829.879**	**39.817.278**	**39.829.879**	**39.817.278**
Fiscais e previdenciárias	154.242	162.625	154.242	162.625
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	39.675.637	39.654.653	39.675.637	39.654.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**35.373.363**	**24.046.281**	**35.373.363**	**24.046.281**
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	26.325.236	35.000.000	26.325.236
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(12.945.198)	(4.270.434)
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000		8.000.000	
Reservas de capital	167		167	
Reserva de reavaliação	392.929	423.165	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064	4.902.396	2.693.064
Ajuste de avaliação patrimonial	23.069	(698.304)	23.069	(698.304)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(426.446)		(426.446)
TOTAL	**858.475.356**	**703.252.292**	**858.325.336**	**703.207.597**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**40.623.532**	**73.049.092**	**29.594.089**	**58.147.194**	**40.623.532**	**73.049.092**	**29.594.089**	**58.147.194**
Operações de crédito (Nota 8 (e))	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			16.805	26.327			16.805	26.327
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	183.872	361.532	140.838	193.532	183.872	361.532	140.838	193.532
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(30.631.892)**	**(53.870.322)**	**(20.917.256)**	**(41.291.333)**	**(30.615.808)**	**(53.844.463)**	**(20.909.559)**	**(41.262.113)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(20.366.512)	(34.887.435)	(13.611.659)	(26.991.511)	(20.350.428)	(34.861.576)	(13.603.962)	(26.962.291)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(263.267)	(448.753)			(263.267)	(448.753)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**9.991.640**	**19.178.770**	**8.676.833**	**16.855.861**	**10.007.724**	**19.204.629**	**8.684.530**	**16.885.081**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.924.263)**	**(14.000.579)**	**(7.052.239)**	**(12.552.490)**	**(7.924.208)**	**(14.009.607)**	**(7.042.108)**	**(12.560.143)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587
Despesas de pessoal (Nota 24)	(8.412.679)	(15.926.629)	(7.300.019)	(13.518.015)	(8.413.549)	(15.928.394)	(7.301.103)	(13.519.853)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.109.768)	(9.624.458)	(4.592.214)	(8.569.418)	(5.110.073)	(9.626.397)	(4.594.547)	(8.575.612)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.281.968)	(2.409.999)	(992.759)	(2.004.511)	(1.285.560)	(2.413.643)	(997.913)	(2.010.047)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	207.315	360.793	44.067	197.042	166.786	309.699	942	139.088
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.908.744	10.225.081	4.033.444	7.455.962	4.954.095	10.274.495	4.095.275	7.519.838
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.093)	(10.394.153)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.097)	(10.394.160)
RESULTADO OPERACIONAL	**2.067.377**	**5.178.191**	**1.624.594**	**4.303.371**	**2.083.516**	**5.195.022**	**1.642.422**	**4.324.938**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(4.951)**	**(19.650)**	**(18.139)**	**(110.286)**	**(4.951)**	**(19.650)**	**(18.139)**	**(110.286)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**2.062.426**	**5.158.541**	**1.606.455**	**4.193.085**	**2.078.565**	**5.175.372**	**1.624.283**	**4.214.652**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	**2.203.339**	**2.628.137**	**1.963.046**	**2.396.523**	**2.187.200**	**2.611.306**	**1.945.218**	**2.374.956**
Tributos correntes	44.452	(548.571)	84.184	(265.684)	28.309	(565.408)	66.341	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.267.631	3.508.063	1.800.015	2.856.363	2.267.635	3.508.069	1.800.030	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.156)	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.155)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(682.995)**	**(1.063.306)**	**(656.574)**	**(950.000)**	**(682.995)**	**(1.063.306)**	**(656.574)**	**(950.000)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.582.770**	**6.723.372**	**2.912.927**	**5.639.608**	**3.582.770**	**6.723.372**	**2.912.927**	**5.639.608**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**15.154.802**			**464.595**	**1.366.024**	**2.713.757**	**(137.798)**		**19.561.380**
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							973.857		973.857
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Nota 3 (t))	**15.154.802**			**464.595**	**1.366.024**	**2.713.757**	**836.059**		**20.535.237**
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							(1.558.074)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							23.711		23.711
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				25.162					25.162
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(24.129)	(24.129)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(66.592)				66.592	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES						(2.306.561)			(2.306.561)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (t))								5.639.608	5.639.608
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					303.303			(303.303)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						521.104		(521.104)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.106.451)	(1.106.451)
Dividendos propostos								(4.082.222)	(4.082.222)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	**22.054.802**			**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(698.304)**	**(426.446)**	**24.046.281**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							584.217		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							137.156		137.156
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				8.383					8.383
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(27.217)	(27.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(38.619)				38.619	
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(1.234)	(1.234)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.723.372	6.723.372
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					336.169			(336.169)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						526.699		(526.699)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.216.534)	(1.216.534)
Dividendos propostos								(2.881.228)	(2.881.228)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**		**35.373.363**

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 3 (t))	**15.154.802**			**458.274**	**1.508.341**	**2.951.113**	**(282.493)**	**1.607.909**	**21.397.946**
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							(584.217)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							168.406		168.406
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				19.605					19.605
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(19.317)	(19.317)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(54.714)				54.714	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES						(2.306.561)			(2.306.561)
AJUSTE DO 1º SEMESTRE (Nota 3(t))								(119.667)	(119.667)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (t))								2.912.927	2.912.927
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					160.986			(160.986)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						283.748		(283.748)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(554.385)	(554.385)
Dividendos propostos								(3.768.456)	(3.768.456)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	**22.054.802**			**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(698.304)**	**(426.446)**	**24.046.281**

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	**22.054.803**			**413.750**	**1.826.357**	**1.236.581**	**(1.420.908)**	**1.501.970**	**25.612.552**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(427.680)	(427.680)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							1.443.977		1.443.977
DIVIDENDOS ANTECIPADOS 1º SEMESTRE								581.157	581.157
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				3.847					3.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(21.822)	(21.822)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(24.668)				24.668	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.582.770	3.582.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					179.139			(179.139)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						313.856		(313.856)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(597.691)	(597.691)
Dividendos propostos								(2.803.913)	(2.803.913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**22.054.803**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.901**	**23.069**		**35.373.363**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**8.910.937**	**20.376.065**	**7.367.227**	**13.201.222**	**9.048.060**	**20.621.726**	**7.479.514**	**13.592.422**
Lucro Líquido	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608
Ajustes ao Lucro Líquido:	5.328.167	13.652.693	4.454.300	7.561.614	5.465.290	13.898.354	4.566.587	7.952.814
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)
(Ganho)/Perda em Investimentos	(76.544)	53.011	(96.206)	(360.295)	20.053	247.583	(27.029)	(27.029)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(15)	(15)			(15)	(15)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	533.428	885.420	296.188	593.285	533.428	885.420	296.188	593.285
Depreciações e Amortizações	597.504	1.169.280	534.509	954.439	597.505	1.169.281	534.509	954.439
Impostos Diferidos	(2.158.887)	(3.176.708)	(1.907.742)	(2.662.207)	(2.158.891)	(3.176.714)	(1.907.757)	(2.662.227)
Despesas com provisões para causas judiciais	686.059	1.058.865	36.512	390.024	686.059	1.058.865	36.512	390.024
Resultado de Participação em Coligadas	(207.315)	(360.793)	(44.067)	(197.042)	(166.786)	(309.699)	(942)	(139.088)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(29.262.466)**	**(51.722.980)**	**5.089.609**	**17.682.248**	**(29.313.022)**	**(51.845.317)**	**5.074.835**	**18.436.155**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(8.203.886)	(9.417.930)	(9.642.509)	(9.804.752)	(8.288.181)	(9.434.940)	(9.725.269)	(9.823.606)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	6.308	(100.015)	66.308	32.004	6.308	(100.015)	66.308	32.004
(Redução) Aumento em Depósitos	17.866.761	41.275.092	34.308.969	59.933.121	17.855.053	40.989.788	34.313.878	59.950.928
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(19.747.073)	22.466.412	6.737.346	37.816.687	(19.745.807)	22.581.060	6.767.343	38.500.611
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	88.647	88.632	(21)	(288)	88.647	88.632	(21)	(288)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	894.676	2.603.326	9.368.313	10.192.482	938.857	2.668.655	9.401.393	10.263.512
Imposto de renda e contribuição social pagos	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(20.351.529)**	**(31.346.915)**	**12.456.836**	**30.883.470**	**(20.264.962)**	**(31.223.591)**	**12.554.349**	**32.028.577**
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	84.653	(234.286)	(3.452.723)	(4.049.808)	(1.914)	(357.610)	(3.550.076)	(4.215.147)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580
Juros sobre o capital próprio ou dividendos recebidos			296	296			296	296
Alienação de Imobilizado de Uso	13.742	86.228	161.008	164.245	13.742	86.228	161.008	164.245
Aquisição de Investimentos							(160)	(979.768)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)
Baixa de Intangível	14.946	14.946	90.700	139.808	14.946	14.946	90.700	139.808
Aquisição de Intangível	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(7.386.336)**	**(3.040.009)**	**5.753.232**	**7.183.814**	**(7.472.903)**	**(3.163.333)**	**5.655.719**	**6.038.707**
Captação/resgate de obrigações por dívidas subordinadas				3.000.000				3.000.000
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida		8.000.000	13.000.000	13.000.000		8.000.000	13.000.000	13.000.000
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(2.820.447)**	**3.902.238**	**6.370.597**	**8.504.766**	**(2.820.447)**	**3.902.238**	**6.370.597**	**8.504.766**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**24.580.665**	**46.572.050**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**24.580.665**	**46.572.050**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**24.580.665**	**46.572.050**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**24.580.665**	**46.572.050**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2013				2012				2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**48.651.906**		**89.703.801**		**37.514.643**		**72.812.309**		**48.960.523**		**90.016.481**		**37.576.474**		**72.876.184**	
Intermediação financeira	40.096.998		72.337.072		29.594.089		58.147.194		40.360.265		72.600.339		29.594.089		58.147.194	
Prestação de serviços com tarifas	8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.603		8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.602	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(4.869.006)		(9.190.635)		(4.044.925)		(7.679.921)		(4.869.006)		(9.190.635)		(4.044.925)		(7.679.921)	
Outras	4.903.793		10.205.431		4.534.144		8.064.433		4.949.143		10.254.844		4.595.975		8.128.309	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**25.762.886**		**44.494.201**		**16.856.510**		**33.591.098**		**25.483.535**		**44.205.075**		**16.848.813**		**33.561.879**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**10.671.241**		**20.281.464**		**9.252.132**		**17.085.274**		**10.671.545**		**20.283.402**		**9.254.468**		**17.091.471**	
Materiais, energia e outros	1.055.016		2.047.939		1.173.760		2.136.458		1.055.113		2.048.664		1.173.975		2.136.889	
Processamento de dados e comunicações	875.135		1.711.781		812.803		1.605.022		875.135		1.711.781		812.803		1.605.023	
Propaganda, publicidade e promoções	503.697		794.000		327.185		590.133		503.697		794.000		327.185		590.133	
Serviços de terceiros e especializados	1.045.618		1.969.464		920.799		1.672.788		1.045.825		1.970.677		922.916		1.678.546	
Serviços de vigilância e segurança	435.747		780.980		341.492		686.719		435.747		780.980		341.492		686.720	
Outras	6.756.028		12.977.300		5.676.093		10.394.154		6.756.028		12.977.300		5.676.097		10.394.160	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	728.546		1.415.508		624.532		1.231.986		728.546		1.415.508		624.532		1.231.986	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986		1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986	
- Descontos de operações de crédito	229.435		391.357		204.484		407.362		229.435		391.357		204.484		407.362	
- Despesas com cartão de crédito/débito	579.512		1.035.228		442.075		838.635		579.512		1.035.228		442.075		838.635	
- Benefício pós-emprego	533.428		885.420		296.188		593.285		533.428		885.420		296.188		593.285	
- Provisões operacionais diversas	2.790.767		5.566.720		2.134.973		3.945.458		2.790.767		5.566.720		2.134.975		3.945.460	
- Demais	881.582		1.667.893		1.085.683		1.702.442		881.582		1.667.893		1.085.685		1.702.446	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**12.217.779**		**24.928.136**		**11.406.001**		**22.135.937**		**12.805.443**		**25.528.004**		**11.473.193**		**22.222.834**	
5. RETENÇÕES	**597.504**		**1.169.280**		**534.509**		**954.439**		**597.504**		**1.169.280**		**534.509**		**954.439**	
Depreciação, amortização e exaustão	597.504		1.169.280		534.509		954.439		597.504		1.169.280		534.509		954.439	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**11.620.275**		**23.758.856**		**10.871.492**		**21.181.498**		**12.207.939**		**24.358.724**		**10.938.684**		**21.268.395**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**207.316**		**360.794**		**44.067**		**197.042**		**166.786**		**309.699**		**942**		**139.089**	
Resultado da equivalência patrimonial	207.316		360.794		44.067		197.042		166.786		309.699		942		139.089	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**11.827.591**		**24.119.650**		**10.915.559**		**21.378.540**		**12.374.725**		**24.668.423**		**10.939.626**		**21.407.484**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**11.827.591**	**100,00**	**24.119.650**	**100,00**	**10.915.559**	**100,00**	**21.378.540**	**100,00**	**12.374.725**	**100,00**	**24.668.423**	**100,00**	**10.939.626**	**100,00**	**21.407.484**	**100,00**
Pessoal	7.972.044	67,40	14.851.063	61,57	6.991.047	64,05	12.624.463	59,05	7.972.914	64,43	14.852.828	60,21	6.992.132	63,92	12.626.304	58,98
- Remuneração direta	6.023.495		11.150.744		5.289.780		9.612.681		6.024.325		11.152.423		5.290.825		9.614.451	
- Benefícios	1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037		1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037	
- FGTS	360.242		688.623		313.949		600.745		360.282		688.709		313.989		600.816	
Impostos, taxas e contribuições	92.004	0,78	1.810.480	7,51	223.140	2,04	1.764.165	8,25	221.990	1,79	1.941.209	7,87	246.122	2,25	1.791.268	8,37
- Federais	(53.215)		1.386.755		10.985		1.326.010		(33.484)		1.407.222		33.967		1.352.740	
- Estaduais	160		618		151		511		160		618		151		511	
- Municipais	145.059		423.107		212.004		437.644		255.314		533.369		212.004		438.017	
Remuneração de capitais de terceiros	597.051	5,05	1.151.014	4,77	481.666	4,41	923.858	4,32	597.051	4,82	1.151.014	4,67	481.666	4,40	923.858	4,32
- Aluguéis	597.051		1.151.014		481.666		923.858		597.051		1.151.014		481.666		923.858	
Remuneração de capitais próprios	3.401.604	28,76	4.097.762	16,99	2.714.932	24,87	5.188.673	24,27	3.401.604	27,49	4.097.763	16,61	2.714.932	24,82	5.188.673	24,24
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.401.604		4.097.762		2.714.932		5.188.673		3.401.604		4.097.763		2.714.932		5.188.673	
Lucros retidos	(235.112)	(1,99)	2.209.331	9,16	504.774	4,62	877.381	4,10	181.166	1,46	2.625.609	10,64	504.774	4,61	877.381	4,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal – Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do país, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho Diretor, em 11 de março de 2014, e pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2014.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detêm participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de *hedge* financeiro ou *hedge* contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de *hedge* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como:

- ***Hedge de Risco de Mercado:*** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de *hedge* contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do *hedge*.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de *hedge* contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria *hedge* de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por *hedge* é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de *swap*.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Período de atraso	Prazo em dobro(1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computados e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. O valor depreciável do ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização, estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – software	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso e intangíveis.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base pro rata dia.

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses, são apresentados na Nota 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente, da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência média são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata dia.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data das demonstrações contábeis;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 e 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o "método do corredor". A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recepcionou ofício, emitido pelo Banco Central do Brasil, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Os efeitos nas contas patrimoniais da aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2011					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	232.502.431	232.959.878	-	-	232.502.431	232.959.878
Não Circulante	278.528.617	277.253.715	-	-	278.528.617	277.253.715
Total do Ativo	**511.031.048**	**510.213.593**			**511.031.048**	**510.213.593**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	355.877.180	355.059.725	(973.857)	(973.857)	354.903.323	354.085.868
Outras Obrigações	38.585.257	38.669.072	(973.857)	(973.857)	37.611.400	37.695.215
Diversas (1)	27.560.003	27.560.027	(973.857)	(973.857)	26.586.146	26.586.170
Não Circulante	135.592.488	135.592.488	-	-	135.592.488	135.592.488
Patrimônio Líquido	19.561.380	19.561.380	973.857	973.857	20.535.237	20.535.237
Ajuste de Avaliação Patrimonial(1)	(137.798)	(137.798)	973.857	973.857	836.059	836.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**511.031.048**	**510.213.593**			**511.031.048**	**510.213.593**

(1) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos(1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista(2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança(2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas(2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas(3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial(3)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados(4)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**

(1) Impostos a compensar relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Os efeitos no resultado do 2º semestre de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Receitas da intermediação financeira	29.594.089	29.594.089	-	-	29.594.089	29.594.089
Despesas da intermediação financeira	(20.901.435)	(20.893.738)	(15.821)	(15.821)	(20.917.256)	(20.909.559)
Operações de captação no mercado	(13.595.838)	(13.588.141)	(15.821)	(15.821)	(13.611.659)	(13.603.962)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.692.654	8.700.351	(15.821)	(15.821)	8.676.833	8.684.530
Outras receitas/despesas operacionais	(6.558.471)	(6.548.340)	(493.768)	(493.768)	(7.052.239)	(7.042.108)
Despesas tributárias	(1.017.830)	(1.022.984)	25.071	25.071	(992.759)	(997.913)
Outras receitas operacionais	4.552.283	4.614.114	(518.839)	(518.839)	4.033.444	4.095.275
Resultado operacional	2.134.183	2.152.011	(509.589)	(509.589)	1.624.594	1.642.422
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.116.044	2.133.872	(509.589)	(509.589)	1.606.455	1.624.283
Imposto de renda e contribuição social	1.760.236	1.742.408	202.810	202.810	1.963.046	1.945.218
Tributos correntes	(40.743)	(58.586)	124.927	124.927	84.184	66.341
Ativo fiscal diferido	1.722.132	1.722.147	77.883	77.883	1.800.015	1.800.030
Passivo fiscal diferido	78.847	78.847	-	-	78.847	78.847
Participações dos empregados no lucro	(656.574)	(656.574)	-	-	(656.574)	(656.574)
Lucro líquido do período	**3.219.706**	**3.219.706**			**2.912.927**	**2.912.927**

Os efeitos no resultado do exercício de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	Exercício 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação Financeira	58.147.194	58.147.194	-	-	58.147.194	58.147.194
Despesas da intermediação financeira	(41.271.019)	(41.241.799)	(20.314)	(20.314)	(41.291.333)	(41.262.113)
Operações de captação no mercado	(26.971.197)	(26.941.977)	(20.314)	(20.314)	(26.991.511)	(26.962.291)
Resultado bruto da intermediação financeira	16.876.175	16.905.395	(20.314)	(20.314)	16.855.861	16.885.081
Outras receitas/despesas operacionais	(11.868.099)	(11.875.752)	(684.391)	(684.391)	(12.552.490)	(12.560.143)
Despesas tributárias	(2.038.878)	(2.044.414)	34.367	34.367	(2.004.511)	(2.010.047)
Outras receitas operacionais	8.174.720	8.238.596	(718.758)	(718.758)	7.455.962	7.519.838
Resultado operacional	5.008.076	5.029.643	(704.705)	(704.705)	4.303.371	4.324.938
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.897.790	4.919.357	(704.705)	(704.705)	4.193.085	4.214.652
Imposto de renda e contribuição social	2.118.264	2.096.697	278.259	278.259	2.396.523	2.374.956
Tributos correntes	(437.180)	(458.767)	171.496	171.496	(265.684)	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.749.600	2.749.619	106.763	106.763	2.856.363	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(194.156)	(194.155)	-	-	(194.156)	(194.155)
Participações dos empregados no lucro	(950.000)	(950.000)	-	-	(950.000)	(950.000)
Lucro líquido do período	**6.066.054**	**6.066.054**			**5.639.608**	**5.639.608**

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Total de disponibilidades (caixa)	11.480.407	8.035.967
Disponibilidade em moeda nacional	8.208.226	6.534.096
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.272.181	1.501.871
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	37.232.669	71.161.795
Total	**48.713.076**	**79.197.762**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**1 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	4.473.645	-	4.473.645	25.612.121
Letras Financeiras do Tesouro	100.997	-	100.997	5.448.911
Letras do Tesouro Nacional	2.637.397	-	2.637.397	18.993.220
Notas do Tesouro Nacional	1.735.251	-	1.735.251	1.169.990
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	32.759.024	-	32.759.024	46.492.475
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	-	11.103.849	14.485.765
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	-	10.315.230	11.295.496
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	-	11.339.945	20.711.214
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.766.652	2.905.021	7.671.673	3.078.676
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.767.169	2.905.191	7.672.360	3.078.757
Provisão para perdas em aplicação em DI	(517)	(170)	(687)	(81)
Total - ativo circulante	**41.999.321**	**2.905.021**	**44.904.342**	**75.183.272**

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Posição bancada	483.757	1.476.740	1.226.271	1.845.291
Posição financiada	3.491.621	5.441.725	2.016.339	4.262.404
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	189.592	296.056	85.035	174.339
Total	**4.164.970**	**7.214.521**	**3.327.645**	**6.282.034**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	**Carteira Própria - Livre**	**Vinculados**			**Instrumentos Financeiros Derivativos**	**Total**
		Compromisso de recompra	**Prestação de Garantias**	**Banco Central**		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	13.911.126	3.450.161	-	-	-	17.361.287
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	8.504.374	-	-	-	-	8.504.374
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	**72.925.609**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**162.666.456**
Total em 31/12/2012	**89.732.271**	**46.966.526**	**1.683.394**	**998**	**82.128**	**138.465.317**

CONSOLIDADO						
Descrição	**Carteira Própria - Livre**	**Vinculados**			**Instrumentos Financeiros Derivativos**	**Total**
		Compromisso de recompra	**Prestação de Garantias**	**Banco Central**		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	14.532.894	3.450.161	-	-	-	17.983.055
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.126.142
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	**73.547.377**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**163.288.224**
Total em 31/12/2012	**90.230.715**	**46.966.526**	**1.683.394**	**998**	**82.128**	**138.963.761**

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2013			**Ajuste**							
Descrição	**Custo**	**Ajuste Resultado[1]**	**Patrimônio líquido[2]**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Sem vencimento**	**1 - 90 dias**	**91 - 180 dias**	**181 - 360 dias**	**Acima de 360 dias**
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizados	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.181.963	257	(820.933)	17.361.287	17.361.287	8.562.903	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.288.355	-	(783.981)	8.504.374	8.504.374	8.504.374	-	-	-	-
Total – TVM	**165.002.949**	**(1.774.055)**	**(822.755)**	**162.406.139**	**161.817.778**	**8.562.903**	**25.902.516**	**10.181.209**	**21.070.429**	**96.689.082**
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.762.257	-	(822.755)	16.939.502	16.939.502	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	**260.317**	**-**	**-**	**260.317**	**260.317**		**249**	**6.182**	**6.513**	**247.373**
Total – TVM e Derivativos	**165.263.266**	**(1.774.055)**	**(822.755)**	**162.666.456**	**162.078.095**	**8.562.903**	**25.902.765**	**10.187.391**	**21.076.942**	**96.936.455**

[1] Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

[2] Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2013 Descrição	Custo	Ajuste Resultado[1]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizados	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.279.603	257	(296.805)	17.983.055	17.983.055	9.184.671	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.385.995	-	(259.853)	9.126.142	9.126.142	9.126.142	-	-	-	-
Total – TVM	**165.100.589**	**(1.774.055)**	**(298.627)**	**163.027.907**	**162.439.546**	**9.184.671**	**25.902.516**	**10.181.209**	**21.070.429**	**96.689.082**
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.859.897	-	(298.627)	17.561.270	17.561.270	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	**260.317**	**-**	**-**	**260.317**	**260.317**		**249**	**6.182**	**6.513**	**247.373**
Total – TVM e Derivativos	**165.360.906**	**(1.774.055)**	**(298.627)**	**163.288.224**	**162.699.863**	**9.184.671**	**25.902.765**	**10.187.391**	**21.076.942**	**96.936.455**

[1] Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);
[2] Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176), 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários;
Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;
Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	31/12/2013								31/12/2012		
Descrição	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.644.820	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	74.312.660	1.152.089	75.464.749
LFT	-	1.604.504	-	10.317	10.879	1.625.709	(9)	1.625.700	2.973.233	(258)	2.972.975
LTN	-	16.890.388	10.147.154	19.708.560	46.624.415	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	63.455.737	1.136.276	64.592.013
NTN	-	3.693.199	-	-	9.526	3.704.515	(1.790)	3.702.725	7.883.690	16.071	7.899.761
Títulos – Empresas	25.569	-	-	-	17.279	42.591	257	42.848	78.805	956	79.761
Debêntures	-	-	-	-	14.578	14.361	217	14.578	40.408	767	41.175
Cotas de Fundos	25.569	-	-	-	-	25.569	-	25.569	34.466	-	34.466
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.701	2.661	40	2.701	3.931	189	4.120
Total	**25.569**	**22.188.091**	**10.147.154**	**19.718.877**	**46.662.099**	**100.515.845**	**(1.774.055)**	**98.741.790**	**74.391.465**	**1.153.045**	**75.544.510**

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL										
	31/12/2013								31/12/2012	
Descrição	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.190.744	(718.408)	16.472.336
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	12.780	-	12.780
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	8.504.374	-	-	-	-	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.517.923	(798.896)	8.719.027
Total	**8.537.334**	**58.959**	**34.055**	**286.858**	**8.022.296**	**17.762.257**	**(822.755)**	**16.939.502**	**17.286.071**	**(718.011)**	**16.568.060**

[1] Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

CONSOLIDADO											
	31/12/2013								31/12/2012		
Descrição	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.327.958	(357.178)	16.970.780
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	52.351	-	52.351
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.615.566	(437.666)	9.177.900
Total	**9.159.102**	**58.959**	**34.055**	**286.858**	**8.022.296**	**17.859.897**	**(298.627)**	**17.561.270**	**17.423.285**	**(356.781)**	**17.066.504**

[1] Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176); 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários.

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	31/12/2013						31/12/2012	
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	3.655.466	-	1.064.694	41.608.508	46.328.668	45.740.302	46.058.085	54.225.211
LFT	3.055.652	-	489.916	-	3.545.568	3.545.716	3.305.191	3.305.164
LTN	599.814	-	-	9.451.281	10.051.095	10.015.601	9.037.896	9.660.211
NTN	-	-	574.778	32.157.227	32.732.005	32.178.985	33.714.998	41.259.836
Títulos – Empresas	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Total	**3.655.466**	**-**	**1.064.694**	**42.004.687**	**46.724.847**	**46.136.481**	**46.270.619**	**54.485.948**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Outros	(1.839)	(4.957)	958	1.780
Total	**6.365.604**	**9.881.604**	**6.119.094**	**12.999.670**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito da contraparte.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito da contraparte, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) *Hedge* Contábil

(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª e 2ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar. No entanto, à internalização dos recursos captados adiciona-se o risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de *swap* para a proteção destes riscos, formalizado como *hedge* de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*:% da variação do DI.

O *hedge* de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do *hedge*, conforme descrito:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- variação cambial do cupom:
  - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US$ 1 bilhão ou US$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
  - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US$ 500 milhões ou US$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022.
- variação cambial do principal:
  - 1ª série, US$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
  - 2ª série, US$ 500 milhões, com vencimento em 2022.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
  - 1ª série, US$ 2,1 milhões semestrais;
  - 2ª série, US$ 1,5 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do *Hedge*		
Notas Sêniores	**31/12/2013**	**31/12/2012**
1ª Série	2.357.153	2.048.222
2ª Série	1.153.619	1.057.725
Total	**3.510.772**	**3.105.947**

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge* e da ponta ativa do *swap,* a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002 para a efetividade do *hedge*.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Nos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013, a CAIXA realizou a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de *Swap*.

As operações foram formalmente classificadas como *hedge* contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do *Hedge*		
Letra Financeira	**31/12/2013**	**Valor na data de emissão**
15/08/2023	195.550	200.000
18/09/2023	29.789	30.000
13/11/2023	345.899	332.000
23/12/2020	10.316	10.000
Total	**581.554**	**572.000**

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge* e da ponta ativa do *swap,* a efetividade média das operações está em 94,08%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002 para a efetividade do *hedge*.

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	31/12/2013					31/12/2012
	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/Valor Referencial						
Contratos Futuros	20.813.123	9.949.570	16.748.077	46.475.278	93.986.048	67.244.406
Contratos de *Swaps*	4.750	61.954	65.737	5.604.791	5.737.232	225

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	31/12/2013					31/12/2012
	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas patrimoniais						
Swap posição comprada – a receber	249	6.182	6.513	247.373	260.317	82.128
Swap posição vendida – a pagar	185	15	224	88.747	89.171	539

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	143.000	175.396	(67)	(107)
Futuro	510.503	2.436.291	(527.162)	(1.431.143)
Total realizado	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Swap - não realizado	-	-	5.163	5.163

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos	4.288.756	1.684.392
Letras Financeiras do Tesouro	5.039	4.656
Letras do Tesouro Nacional	4.280.627	1.676.135
Notas do Tesouro Nacional	3.090	3.601

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
		31/12/2013	31/12/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.248.104	6.564.440
Compulsório sobre depósito de poupança[1]	TR + 6,17% a.a.	41.509.247	34.991.876
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.127.075	6.900.303
Recursos do crédito rural	Não remunerado	1.021.462	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.282.632	23.742.887
Total		**86.188.520**	**72.199.506**

[1] Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "Créditos vinculados - SFH" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	81.879	64.996
FCVS a receber	23.903.656	21.727.118
Não habilitados[1]	1.359.783	1.702.295
Habilitados e não homologados[2]	7.139.629	6.534.937
Habilitados e homologados[3]	15.404.244	13.489.886
Provisão FCVS a receber	(3.187.964)	(3.015.221)
Total (líquido de provisão)	**20.797.571**	**18.776.893**

[1] Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
[2] Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
[3] Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 6.658 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R$ 986.531. Para esses casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei nº 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013, este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Créditos vinculados ao BACEN	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Total	**3.587.139**	**6.486.070**	**2.663.965**	**5.686.297**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Empréstimos e títulos descontados	22.822.181	65.858.129	19.890.769	18.273.070	5.337.609	2.765.182	947.882	831.985	4.313.112	141.039.919	102.241.779
Financiamentos	9.494.740	11.725.435	2.285.523	2.249.035	2.133.694	360.116	257.954	233.370	2.265.598	31.005.465	19.589.276
Financiamentos rurais e agroindustriais	235.868	670.679	451.786	563.426	74.593	224	-	52	771	1.997.399	157.520
Financiamentos imobiliários	4.037.249	175.192.615	31.225.619	45.866.208	3.420.983	1.216.190	859.916	548.814	8.024.708	270.392.302	205.788.891
Financiamentos de infraestrutura	17.903.093	8.801.051	4.205.440	4.507.949	494.874	744.685	-	137.900	42.636	36.837.628	23.536.770
Cessão de créditos	-	4.136.333	32.324	25.018	10.565	4.465	2.657	1.897	1.814	4.215.073	2.425.267
Outros créditos (Nota 9 (d))	181.918	4.939.719	2.281.324	809.165	146.750	201.092	17.204	12.502	159.620	8.749.294	7.499.866
Total	**54.675.049**	**271.323.961**	**60.372.785**	**72.293.871**	**11.619.068**	**5.291.954**	**2.085.613**	**1.766.520**	**14.808.259**	**494.237.080**	**361.239.369**
Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.356.620)	(603.727)	(2.168.816)	(1.161.906)	(1.587.597)	(1.042.807)	(1.236.564)	(14.808.259)	(23.966.296)	(19.921.098)
Total liq. de provisões em 31/12/2013	**54.675.049**	**269.967.341**	**59.769.058**	**70.125.055**	**10.457.162**	**3.704.357**	**1.042.806**	**529.956**	-	**470.270.784**	-
Total liq. de provisões em 31/12/2012	**33.181.473**	**178.822.947**	**55.777.329**	**60.943.213**	**9.692.937**	**1.770.031**	**846.915**	**283.426**	-	-	**341.318.271**

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Empréstimos e títulos descontados	(329.291)	(198.908)	(548.192)	(533.761)	(829.555)	(473.941)	(582.390)	(4.313.112)	(7.809.150)	(6.362.200)
Financiamentos	(58.627)	(22.855)	(67.471)	(213.369)	(108.035)	(128.977)	(163.359)	(2.265.598)	(3.028.291)	(1.738.562)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(3.353)	(4.518)	(16.903)	(7.459)	(67)	-	(36)	(771)	(33.107)	(2.651)
Financiamentos imobiliários	(875.963)	(312.256)	(1.375.986)	(342.098)	(364.857)	(429.958)	(384.170)	(8.024.708)	(12.109.996)	(11.302.523)
Financiamentos de infraestrutura	(44.005)	(42.054)	(135.238)	(49.487)	(223.406)	-	(96.530)	(42.636)	(633.356)	(246.826)
Cessão de créditos	(20.682)	(323)	(751)	(1.057)	(1.340)	(1.329)	(1.328)	(1.817)	(28.627)	(64.441)
Outros créditos (Nota 9 (d))	(24.699)	(22.813)	(24.275)	(14.675)	(60.337)	(8.602)	(8.751)	(159.617)	(323.769)	(203.895)
Total	**(1.356.620)**	**(603.727)**	**(2.168.816)**	**(1.161.906)**	**(1.587.597)**	**(1.042.807)**	**(1.236.564)**	**(14.808.259)**	**(23.966.296)**	**(19.921.098)**

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013, esses contratos estão classificados como em curso normal, refletindo a atual situação das operações. Os valores de 31/12/2012 e de 30/06/2012 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
1 a 30 dias	1.938.043	9.115.128	2.149.214	2.099.854	659.315	178.150	51.040	38.143	367.977	16.596.864	12.366.352
31 a 60 dias	1.016.301	6.192.173	1.318.383	1.429.614	339.403	116.045	22.553	18.501	209.593	10.662.566	7.277.410
61 a 90 dias	845.765	5.698.527	1.245.192	1.333.390	300.883	99.640	20.664	16.688	187.509	9.748.258	6.646.099
91 a 180 dias	2.301.924	15.386.039	3.540.274	3.688.700	813.220	274.120	56.337	44.386	502.940	26.607.940	18.354.537
181 a 360 dias	4.001.470	24.988.463	5.756.857	5.826.293	1.247.525	445.920	64.407	49.654	608.893	42.989.482	30.563.924
Acima de 360 dias	43.448.823	203.227.568	36.848.693	48.115.707	4.721.901	2.099.088	359.321	157.361	4.351.963	343.330.425	252.660.073
Total	**53.552.326**	**264.607.898**	**50.858.613**	**62.493.558**	**8.082.247**	**3.212.963**	**574.322**	**324.733**	**6.228.875**	**449.935.535**	**327.868.395**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Parcelas vencidas	**5.960**	**83.403**	**477.404**	**745.768**	**867.113**	**551.289**	**510.888**	**496.343**	**2.987.698**	**6.725.866**	**4.839.051**
1 a 30 dias	5.960	83.403	399.168	290.393	355.755	67.790	43.048	38.037	245.452	1.529.006	1.284.166
31 a 60 dias	-	-	77.044	395.819	103.881	55.920	37.187	31.847	188.192	889.890	486.903
61 a 90 dias	-	-	1.192	44.170	374.227	104.350	51.986	39.946	212.905	828.776	581.120
91 a 180 dias	-	-	-	15.386	32.796	309.471	360.981	332.910	674.804	1.726.348	1.182.001
181 a 360 dias	-	-	-	-	454	13.758	17.686	53.143	1.630.032	1.715.073	1.289.982
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	460	36.313	36.773	14.879
Parcelas vincendas	**1.116.763**	**6.632.660**	**9.036.768**	**9.054.545**	**2.669.708**	**1.527.702**	**1.000.403**	**945.444**	**5.591.686**	**37.575.679**	**28.531.923**
1 a 30 dias	6.948	84.382	147.149	176.504	71.850	46.724	30.832	28.969	159.149	752.507	716.450
31 a 60 dias	6.226	80.695	142.480	142.529	68.327	44.260	29.164	27.964	149.464	691.109	581.488
61 a 90 dias	6.162	80.385	140.187	139.682	66.485	43.021	28.481	26.341	145.019	675.763	570.866
91 a 180 dias	18.442	236.690	404.172	401.373	190.731	123.405	77.740	74.993	408.682	1.936.228	1.656.441
181 a 360 dias	36.776	461.772	749.129	742.696	341.696	210.440	136.054	133.794	715.152	3.527.509	3.009.399
Acima de 360 dias	1.042.209	5.688.736	7.453.651	7.451.761	1.930.619	1.059.852	698.132	653.383	4.014.220	29.992.563	21.997.279
Total	**1.122.723**	**6.716.063**	**9.514.172**	**9.800.313**	**3.536.821**	**2.078.991**	**1.511.291**	**1.441.787**	**8.579.384**	**44.301.545**	**33.370.974**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
SETOR PÚBLICO	**37.076.753**	**27.904.029**
Administração direta	20.202.347	15.529.379
Administração indireta – Petroquímico	11.241.113	8.152.428
Administração indireta – Saneamento e infraestrutura	3.643.837	3.128.485
Administração indireta – Outros	1.989.456	1.093.737
SETOR PRIVADO	**457.160.327**	**333.335.340**
PESSOA JURÍDICA	104.196.494	73.585.184
Comércio varejista	23.923.477	14.969.525
Construção civil	11.450.176	9.120.387
Siderurgia e metalurgia	9.520.536	8.758.384
Energia elétrica	7.845.936	4.486.336
Serviços financeiros	5.081.949	5.040.876
Outras indústrias	6.800.733	4.512.659
Transporte	6.729.159	2.888.413
Agronegócio e extrativismo	4.156.287	4.518.545
Comércio atacadista	4.989.191	2.820.862
Saúde	3.393.988	2.505.327
Saneamento e infraestrutura	2.713.321	1.957.710
Petroquímico	2.190.992	1.832.630
Têxtil	1.979.412	1.403.222
Comunicação	1.672.045	1.398.838
Alimentação	1.808.854	1.234.634
Serviços pessoais	344.604	193.357
Outros serviços	9.595.834	5.943.479
PESSOA FÍSICA	352.963.833	259.750.156
Total	**494.237.080**	**361.239.369**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	13.847.803	24.971.831	9.422.097	18.098.569
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.325	30.929	434	434
Financiamentos imobiliários	10.540.603	19.280.128	7.752.941	14.852.661
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.249.843	2.201.374	672.331	1.428.464
Outros créditos	3.870	9.416	5.168	10.456
Total	**25.668.444**	**46.493.678**	**17.852.971**	**34.390.584**

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**31/12/2013**	**%**	**31/12/2012**	**%**
Principal devedor	11.241.112	2,27	8.152.429	2,26
10 maiores devedores	37.348.218	7,56	34.069.804	8,46
20 maiores devedores	48.329.868	9,78	42.701.135	10,78
50 maiores devedores	62.507.566	12,65	54.452.947	13,81
100 maiores devedores	71.162.847	14,40	61.171.521	15,67

(g) Composição da carteira de renegociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Operações renegociadas	**3.324.989**	**6.021.599**	**2.095.497**	**3.796.415**
Operações comerciais	3.210.449	5.629.490	1.584.785	2.850.959
Operações habitacionais	114.540	392.109	510.712	945.456
Operações recuperadas	**571.360**	**929.284**	**510.110**	**951.941**
Operações comerciais	543.468	843.836	152.976	300.594
Operações habitacionais	27.892	85.448	357.134	651.347

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Saldo inicial	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.331)	(15.837.093)
Constituição de provisão no período	(7.289.730)	(13.256.408)	(5.551.791)	(11.063.211)
Reversão de provisão no período	2.420.724	4.065.773	1.506.866	3.383.290
Transferência para prejuízo	2.165.468	4.770.165	1.830.158	3.595.916
Reversão de prejuízo[1]	375.253	375.272	-	-
Saldo final	**(23.966.296)**	**(23.966.296)**	**(19.921.098)**	**(19.921.098)**

[1] Recebimento de créditos com garantia do FGO.

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – nota 9 (b)	55.433.625	43.701.052
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	**58.559.210**	**45.964.572**
Ativo circulante	38.317.229	29.403.813
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.180.487	1.764.138
Dividendos e JCP a receber	160.865	140.337
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – (Nota 9 (b))	55.432.952	43.703.891
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	**58.719.402**	**46.107.748**
Ativo circulante	38.477.421	29.546.989
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	**INDIVIDUAL**		**CONSOLIDADO**	
	31/12/2013	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Créditos tributários – (Nota 20)	20.165.547	16.751.431	20.165.575	16.751.453
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	11.290.593	10.342.797	11.290.593	10.342.797
Adiantamentos e antecipações salariais	172.667	142.038	172.667	142.038
Participações pagas antecipadamente[1]	4.097.762	5.188.673	4.097.762	5.188.673
Impostos e contribuições a compensar	488.536	146.398	489.991	150.437
Cartão de crédito[2]	6.353.846	4.666.011	6.353.846	4.666.011
Prêmio em aquisição de carteiras	1.117.851	618.295	1.117.851	618.295
Seguros a receber	102.601	65.924	102.601	65.924
Créditos adquiridos	2.422.528	2.838.928	2.422.528	2.838.928
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	3.179.808	634.410	3.179.808	634.410
Valores a receber – royalties[3]	2.458.311	2.340	2.458.311	2.340
Valores a receber – FND	386.846	366.930	386.846	366.930
Valores a receber - correspondentes bancários	196.488	152.270	196.488	152.270
Valores a receber - resgate de bônus	91.515	86.034	91.515	86.034
Valores a receber - convênios de arrecadação	35.083	5.381	35.083	5.381
Valores a receber - créditos administrados	28.246	31.764	28.246	31.764
Valores a receber - planos de saúde autogestão	20.220	14.578	20.220	14.578
Valores a receber - cessão de créditos	106.375	100.330	106.375	100.330
Valores a apropriar	2.560.068	1.396.471	2.560.068	1.396.471
Outros devedores	215.763	202.638	213.607	201.416
Provisão para perdas - diversos[4]	(57.029)	(52.589)	(57.029)	(52.589)
Total	**55.433.625**	**43.701.052**	**55.432.952**	**43.703.891**
Ativo circulante	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Ativo não circulante	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378

[1] Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.
[2] Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
[3] Contrato relativo a royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDÊNCIA.
[4] Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda estrangeira	5.366	20.119
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda nacional	687.540	117.007
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda nacional	(6.174)	(22.931)
Ativo circulante	**686.732**	**114.195**
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda estrangeira	21.402	48.336
Obrigações por compras de câmbio – Moeda nacional	17.916	44.769
Passivo circulante	**39.318**	**93.105**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Receitas	**3.863.648**	**5.452.090**	**776.054**	**1.038.570**
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.863.648	5.452.090	776.054	1.038.570
Despesas	**(4.126.915)**	**(5.900.843)**	**(759.249)**	**(1.012.243)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(4.126.915)	(5.900.843)	(759.249)	(1.012.243)
Resultado de câmbio	**(263.267)**	**(448.753)**	**16.805**	**26.327**

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Créditos	**8.749.294**	**7.499.866**
Cartão de crédito	6.279.297	4.610.807
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Devedores por compra de valores e bens	21.427	18.332
Créditos adquiridos[1]	2.422.528	2.838.928
Provisão[2]	**(323.769)**	**(203.895)**
Cartão de crédito	(218.995)	(142.463)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.245)	(1.178)
Devedores por compra de valores e bens	(26.042)	(3.966)
Créditos adquiridos[1]	(77.487)	(56.288)
Créditos - líquidos de provisão	**8.425.525**	**7.295.971**

[1] Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

[2] De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Bens não de uso próprio	993.843	773.895
Imóveis patrimoniais não de uso	146.510	124.634
Imóveis adjudicados/arrematados	847.333	649.261
Despesas antecipadas	66.890	260.216
Material de consumo	26.326	24.332
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(31.614)	(103.028)
Total	**1.055.445**	**955.415**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Saldo inicial	**(26.291)**	**(103.028)**	**(113.128)**	**(122.953)**
Constituição	(14.158)	(24.193)	(8.281)	(18.662)
Baixas	8.835	95.607	18.381	38.587
Saldo final	**(31.614)**	**(31.614)**	**(103.028)**	**(103.028)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), que representa cerca de 93% dos investimentos, que no período alcançou o montante de R$ 4.272.753 (31/12/2012 – R$ 3.964.971). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R$ 360.793 (31/12/2012 – R$ 197.042).

A carteira de investimento consolidada totalizou no período o montante de R$ 3.340.772 (31/12/2012 – R$ 3.278.656). É composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	**Quantidade de ações**		**Participação**	
	O.N.	**P.N.**	**No capital votante %**	**No capital social %**
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini[1]	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações - CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2013	31/12/2012	2013 (1)		2012 (2)	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.082.025	1.918.861	328.050	642.050	296.912	534.343
Banco PAN	494.554	802.337	(145.541)	(295.557)	(271.803)	(365.991)
Capgemini	269.345	298.898	(11.737)	(29.244)	(22.772)	(22.772)
Elo Serviços	13.318	10.788	3.505	2.531	(1.633)	(7.489)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	7.692	116	325	147	834
Caixa Seguros Participações - CSP	41.138	-	3.105	3.105	-	-
Crescer	9.323	102	(10.301)	(11.849)	-	-
Branes	1.897	1.373	(122)	(303)	-	-
BIAPE	788	1.248	153	-	91	163
FGO - Fundo de Garantia de Operações	201.552	113.208	-	-	-	-
FGHAB - Fundo Garantidor Hab. Popular	166.958	117.275	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	39.029	-	(442)	(1.359)	-	-
Outros Investimentos[3]	14.014	6.874	-	-	-	-
Total	**3.340.773**	**3.278.656**	**166.786**	**309.699**	**942**	**139.088**

[1] Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2013 das investidas da CAIXAPAR.
[2] Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR.
[3] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos	Acum. 2013	Acum. 2012
Saldo anterior	**354.058**	**151.403**
Novas aquisições	-	269.707
Amortizações	(81.339)	(67.052)
Saldo atual	**272.719**	**354.058**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 12 – Imobilizado de uso

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	770.513	(182.191)	588.322	310.261	(105.760)	204.501
Edificações	713.871	(182.191)	531.680	257.059	(105.760)	151.299
Terrenos	56.642	-	56.642	53.202	-	53.202
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	(157.772)	585.500	744.011	(137.648)	606.363
Edificações	543.219	(157.772)	385.447	543.592	(137.648)	405.944
Terrenos	200.053	-	200.053	200.419	-	200.419
Outras imobilizações de uso	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078
Imobilizações em curso	41.928	-	41.928	30.959	-	30.959
Instalações, móveis e equip. de uso	1.293.521	(664.611)	628.910	1.065.680	(572.416)	493.264
Sistema de comunicação	91.387	(70.177)	21.210	84.315	(66.209)	18.106
Sistema de proc.de dados	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	3.254.641	(2.489.587)	765.054
Sistema de transporte e segurança	321.770	(223.556)	98.214	261.803	(215.108)	46.695
Total	**7.181.467**	**(4.155.145)**	**3.026.322**	**5.751.670**	**(3.586.728)**	**2.164.942**

Informações do imobilizado de uso					
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2013
Imóveis de uso	204.501	476.250	7.491	(99.920)	588.322
Edificações	151.299	472.159	8.142	(99.920)	531.680
Terrenos	53.202	4.091	(651)	-	56.642
Reavaliações de imóveis de uso	606.363	-	(1.065)	(19.798)	585.500
Edificações	405.944	-	(699)	(19.798)	385.447
Terrenos	200.419	-	(366)	-	200.053
Outras imobilizações de uso	1.354.078	978.821	(8.562)	(471.837)	1.852.500
Imobilizações em curso	30.959	19.494	(8.525)	-	41.928
Instalações, móveis e equip. de uso	493.264	227.846	(6)	(92.194)	628.910
Sistema de comunicação	18.106	7.073	-	(3.969)	21.210
Sistema de proc.de dados	765.054	664.441	(31)	(367.226)	1.062.238
Sist. de transp./segurança	46.695	59.967	-	(8.448)	98.214
Total	**2.164.942**	**1.455.071**	**(2.136)**	**(591.555)**	**3.026.322**

Com o índice de imobilização apurado de 12,85% (31/12/2012 – 12,58%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Nota 13 – Intangível e diferido

(a) Intangível

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.565.970	(909.854)	1.656.116	2.318.971	(777.678)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	324.200	(29.715)	294.485	324.200	(15.402)	308.798
Projetos logiciais - Software	727.408	(144.026)	583.382	347.675	(75.528)	272.147
Total	**3.617.578**	**(1.083.595)**	**2.533.983**	**2.990.846**	**(868.608)**	**2.122.238**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2012	31/12/2013			
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	615.255	(14.946)	(485.486)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(14.313)	294.485
Projetos logiciais - Software	272.147	382.154	-	(70.919)	583.382
Total	**2.122.238**	**997.409**	**(14.946)**	**(570.718)**	**2.533.983**

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em dezembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item "amortização", está acrescido de R$ 2.460 (R$ 31.905 – 31/12/2012) relativo à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Pessoas físicas	10.193.256	10.611.223	10.193.256	10.611.223
Pessoas jurídicas	11.822.111	12.418.171	11.822.111	12.418.167
Vinculados	1.791.248	1.567.155	1.791.248	1.567.155
Governo	1.055.105	2.128.596	1.055.105	2.128.596
Moedas estrangeiras	4.980	817	4.980	817
Instituições do sistema financeiro	40.902	34.459	40.902	34.459
Entidades públicas	152.943	553.771	152.943	553.771
Outros	110.426	71.379	110.426	71.379
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Pessoas físicas	205.688.360	173.221.588	205.688.360	173.221.588
Pessoas jurídicas	3.882.990	3.074.134	3.882.990	3.074.134
Vinculados	2.498	2.900	2.498	2.900
Depósitos interfinanceiros	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
Remuneração prefixada	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Depósitos a prazo em moeda nacional	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Remuneração pós-fixada	63.271.049	57.603.331	63.271.048	57.603.332
Depósitos a prazo em moeda nacional	18.942.280	20.078.207	18.942.280	20.078.208
Depósitos judiciais com remuneração	44.328.769	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Sem remuneração	243.494	217.020	243.494	217.020
Remuneração prefixada	452.372	406.556	452.372	406.556
Remuneração pós-fixada	9.459.261	8.643.988	9.459.261	8.643.988
Total	**361.055.188**	**319.780.096**	**360.769.754**	**319.779.966**
Passivo circulante	304.015.240	280.729.181	303.729.806	280.729.051
Passivo não circulante	57.039.948	39.050.915	57.039.948	39.050.915

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	25.170.971	-	-	-	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Depósitos de Poupança	209.573.848	-	-	-	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos Interfinanceiros	-	85.174	2.141.199	127.189	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	44.386.556	3.938.282	8.564.083	56.912.759	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
CDB	32.425	3.938.282	8.564.083	56.912.759	69.447.549	58.984.087	69.162.115	58.983.961
Depósitos judiciais	44.328.768	-	-	-	44.328.768	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Outros	25.363	-	-	-	25.363	25.695	25.363	25.695
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	-	-	-	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Total	**289.286.502**	**4.023.456**	**10.705.282**	**57.039.948**	**361.055.188**	**319.780.096**	**360.769.754**	**319.779.966**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	**(6.089.293)**	**(10.963.146)**	**(4.758.712)**	**(9.609.998)**
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.149.983)	(5.363.500)	(1.923.907)	(3.868.121)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	**(11.092.548)**	**(19.915.996)**	**(8.434.242)**	**(16.907.336)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	**(6.089.293)**	**(10.963.146)**	**(4.758.712)**	**(9.609.998)**
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.137.647)	(5.347.683)	(1.923.806)	(3.867.082)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	**(11.080.212)**	**(19.900.179)**	**(8.434.141)**	**(16.906.298)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas
Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.719.449	2.956.080
Depósitos - Especiais com remuneração	1.729.558	1.553.913
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.794.679	2.450.151
Depósitos – FISANE	8.428	7.935
Depósitos – PRODEC	49.682	46.862
Programa de Integração Social – PIS	122.945	25.706
Fundo Garantia Safra – FGS	30.527	8.877
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	76.925	294.523
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334.259	448.869
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.114	8.445
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	4.526	4.646
Depósitos – PREVHAB	523.094	486.031
Saúde CAIXA	243.494	215.002
Outros	509.447	760.524
Total	**10.155.127**	**9.267.564**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
		2013		2012	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(256.074)	(488.593)	(156.641)	(375.666)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(53.573)	(109.354)	(91.320)	(167.698)
Depósitos - FISANE	TR	(258)	(492)	(230)	(471)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.611)	(3.086)	(1.454)	(2.984)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.921)	(27.069)	(16.087)	(40.941)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.612)	(5.289)	(3.448)	(7.108)
Depósitos - FAR	Selic	(11.371)	(27.716)	(12.534)	(30.671)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.298)	(30.684)	(16.869)	(41.042)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(12.192)	(21.145)	(8.913)	(19.467)
Depósitos - FAS	TR	(7)	(7)	(1)	(8)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(24.757)	(43.278)	(18.798)	(41.603)
Depósitos - Caução	TR	(3.726)	(183.091)	(934)	(2.616)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(17.374)	(30.206)	(13.154)	(23.722)
Outros		(51.213)	(89.412)	(28.958)	(58.384)
Total		**(466.987)**	**(1.059.422)**	**(369.341)**	**(812.381)**

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, pro rata dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2013			31/12/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					136.093	1.584.128	1.720.221	640.277	1.730.744	2.371.021
Proger urbano					67.245	1.116.098	1.183.343	568.656	1.176.271	1.744.927
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	67.243	1.111.422	1.178.665	568.630	1.170.618	1.739.248
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	26	26	-	32	32
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2	4.650	4.652	26	5.621	5.647
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.120	6.735	7.855	1.154	18.503	19.657
FAT infraestrutura				-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
FAT – PNMPO				-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
Linhas de crédito especiais					299	74.159	74.458	3.758	75.372	79.130
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	299	74.159	74.458	327	74.188	74.515
FAT - giro setorial				-	-	-	-	3.431	1.184	4.615
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	2.102	711	2.813
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	1.329	473	1.802
Total					**136.392**	**1.658.287**	**1.794.679**	**644.035**	**1.806.116**	**2.450.151**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Carteira própria[1]	**83.815.366**	**47.601.744**	**83.730.605**	**47.402.335**
Letras Financeiras do Tesouro	4.627.738	5.726.127	4.627.738	5.726.127
Letras do Tesouro Nacional	49.660.494	31.323.880	49.660.494	31.323.880
Notas do Tesouro Nacional	26.052.299	10.498.921	25.967.539	10.299.512
Debêntures	3.474.835	52.816	3.474.834	52.816
Carteira de terceiros	**32.759.024**	**46.506.234**	**32.759.024**	**46.506.234**
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	14.485.341	11.103.849	14.485.341
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	11.309.679	10.315.230	11.309.679
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	20.711.214	11.339.945	20.711.214
Total	**116.574.390**	**94.107.978**	**116.489.629**	**93.908.569**
Passivo circulante	115.453.523	90.984.561	115.368.762	90.785.152
Passivo não circulante	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(3.002.098)	(5.198.342)	(1.901.866)	(3.617.312)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	**(6.398.723)**	**(10.349.600)**	**(3.840.430)**	**(7.716.761)**

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.998.350)	(5.188.300)	(1.894.270)	(3.589.130)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	**(6.394.975)**	**(10.339.558)**	**(3.832.834)**	**(7.688.579)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO Vencimento				31/12/2013	31/12/2012
		1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	600.065	600.065	568.713
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.723	12.723	12.052
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	9.913	9.913	17.958
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.691	8.691	8.236
Letra Imobiliária	CDI	4.175.747	5.698.018	11.656.523	29.501.100	51.031.388	26.586.977
Letra Financeira	CDI	1.675.799	2.768.006	10.260.036	8.112.248	22.816.089	17.626.747
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	112.598	127.487	788.861	1.395.305	2.424.251	1.055.828
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	587.701	587.701	-
Total		**5.964.144**	**8.593.511**	**22.705.420**	**40.227.746**	**77.490.821**	**45.876.511**
Passivo circulante						37.263.075	13.708.836
Passivo não circulante						40.227.746	32.167.675

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Letras Imobiliárias	(1.786.131)	(2.750.348)	(716.531)	(1.392.777)
Letras Hipotecárias	(52.358)	(92.223)	(53.820)	(98.448)
Letras Financeiras	(962.973)	(1.655.056)	(562.509)	(872.063)
Letras de Crédito do Agronegócio	(73.779)	(124.212)	(4.127)	(4.126)
Total	**(2.875.241)**	**(4.621.839)**	**(1.336.987)**	**(2.367.414)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013, a CAIXA efetuou nova emissão de títulos denominados em dólar, visando o financiamento de suas operações ativas. Foram colocados US$ 1,250 bilhões, com prazo de 5 anos e remuneração de 4,651% ao ano (cupom de juros de 4,50%).

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Título	**Moeda**	**Valor emitido**	**Remuneração a.a.**	**Data Captação**	**Vencimento**	**30/12/2013[1]**	**31/12/2012[1]**
Notas Seniores	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.878.261	2.109.985
Notas Seniores	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	2.302.609	1.016.698
Notas Seniores	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	1.151.303	-
Total						**6.332.173**	**3.126.683**

[1] Valores em milhares de R$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 2º semestre de 2013 foi de R$ 83.836 (2012 - R$ 13.415). Em 31 de dezembro de 2013, a despesa acumulada do exercício foi de R$ 126.825 (2012 – R$ 13.415).

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Repasses no país	**158.322.179**	**123.737.439**
FGTS	132.732.425	104.796.216
BNDES	23.631.046	17.556.030
Tesouro Nacional – PIS	659.562	755.602
Outras instituições	1.299.146	629.591
Empréstimos no exterior	**3.231.933**	**43.300**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	896.512	40.803
Demais linhas de crédito	2.335.421	2.497
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**161.554.112**	**123.780.739**
Passivo circulante	3.017.150	2.399.414
Passivo não circulante	158.536.962	121.381.325

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras, a juros de até 1,834% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2014. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações para empréstimos/repasses do país – Instituições oficiais

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2013**		**2012**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
FGTS	(4.011.402)	(7.437.294)	(2.819.676)	(5.793.739)
BNDES	(588.712)	(1.082.045)	(341.506)	(686.868)
Tesouro Nacional – PIS	(21.691)	(42.169)	(17.845)	(37.159)
Empréstimos no exterior	(108.203)	(191.823)	(962)	(1.591)
Fundo Marinha Mercante	(91.995)	(168.844)	-	-
Outras instituições (1)	(153.177)	(170.257)	(16.822)	(36.683)
Total	**(4.975.180)**	**(9.092.432)**	**(3.196.811)**	**(6.556.040)**

(1) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pelo diferencial de remuneração entre taxa Selic e TJLP devida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.147.292	1.819.106
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.046.639	34.665.808
Total	**97.436.138**	**90.775.713**
Passivo circulante	57.606.259	50.958.435
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.367.098	1.973.675
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.047.008	34.666.083
Total	**97.656.313**	**90.930.557**
Passivo circulante	57.826.434	51.113.279
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	176.992	162.283
COFINS	152.285	139.903
PASEP	24.707	22.380
Tributos diferidos	1.066.177	710.680
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Benefícios pós-emprego	116.805	
Tarifas a receber da União	61.033	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	**2.147.292**	**1.819.106**
Passivo circulante	1.993.050	1.656.481
Passivo não circulante	154.242	162.625

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	186.598	171.980
Imposto de renda	2.772	3
Contribuição social	3.308	4.541
COFINS	155.182	144.137
PASEP	25.336	23.299
Tributos diferidos	1.276.377	855.552
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	210.201	144.872
Ajustes ao valor mercado - *hedge* de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Outros	177.837	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	**2.367.098**	**1.973.675**
Passivo circulante	2.212.856	1.811.050
Passivo não circulante	154.242	162.625

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513
FGTS	3.664.692	2.749.577
Minha Casa, Minha Vida	2.567.678	2.209.705
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	269.911	266.760
Programas de transferência de renda	223.537	204.836
Outros fundos e programas	542.548	462.635
Fundos financeiros e de desenvolvimento	273.446	498.703
PIS	272.032	497.299
FAT	8	-
FINSOCIAL	1.406	1.404
Operações com loterias	1.310.495	1.237.388
Total	**8.852.307**	**7.629.604**

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

(d.1) Dívidas subordinadas

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada e enquadrada como Instrumento de Dívida Elegível a Capital, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Captação	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**Data captação**	**Valor emitido**	**Atualização monetária e juros**	**Amortização**	**Saldo devedor 31/12/2013**	**Saldo devedor 31/12/2012**
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/02/20	6,3%	out/05	3.439.717	2.475.626	(702.495)	5.212.848	3.083.699
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/04/26	5,996%	ago/11	3.000.000	469.062	-	3.469.062	3.266.648
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/07/32	5,082%	jun/12	3.000.000	240.169	-	3.240.169	5.840.388
Total							**11.922.079**	**12.190.735**

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

O instrumento não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 5.999.999. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 12.999.998, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em 12 de junho de 2013, por meio da Medida Provisória nº 620, foi autorizada uma nova contratação entre a CAIXA e a União no montante de R$ 8.000.000 como instrumento híbrido de capital e dívida. A operação foi realizada em 28 de junho de 2013 por meio de Letras do Tesouro Nacional, LTN com vencimento de R$ 2.000.000 em 2014, R$ 1.000.000 em 2015 e R$ 5.000.000 em 2016.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos instrumentos híbridos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Medida Provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.287.152	1.849.933
Medida Provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.640.874	2.125.600
Medida Provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	270.932	277.463
Medida Provisória nº 620/13	8.000.000	-
Atualização monetária e juros – MP nº 620/13	197.560	-
Total	**36.596.515**	**28.452.993**

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	7.174.505	7.354.728
Saúde Caixa	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.708	3.424.430
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.634	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	805	159
Total	**41.046.639**	**34.665.808**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Passivos atuariais - Benefícios pós emprego	7.174.874	7.354.728
Saúde Caixa	6.212.124	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.706	3.424.705
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.635	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	806	159
Total	**41.047.008**	**34.666.083**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3.533/2008.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Cartões de crédito	6.130.233	4.604.588
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)(1)	255.135	253.687
Fornecedores	919.673	755.547
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	499.328	495.448
Crédito comercial – repasses	118.693	395.629
Crédito imobiliário – repasses	778.327	607.165
Obrigações com a União – repasses	37.899	35.247
Outros credores – poupança simplificada	499.852	499.944
Contas a pagar(2)	1.110.288	87.317
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	43.282	34.669
Valores a restituir – penhor	142.265	147.547
Valores a apropriar	2.071.678	1.412.988
Outros credores diversos	389.490	174.609
Total	**12.996.143**	**9.504.385**

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
(2) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pela reclassificação contábil de valores devidos ao FCVS relativos a créditos novados com duplicidade no cadastro do CADMUT.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Nos termos das Medidas Provisórias nº 600, de 28 de dezembro de 2012, e nº 620, de 12 de junho de 2013, a CAIXA e a União celebraram contratos de concessão de crédito no montante de R$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais). Por meio desses contratos, a CAIXA recepcionou recursos sob a forma de títulos da dívida pública mobiliária federal interna, enquadrados como Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Principal, considerando o atendimento dos requisitos da Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,13% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva estatutária composta pelas reservas de loterias e de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Reservas de reavaliação	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064
Reserva legal	2.005.496	1.669.327
Reserva estatutária – loterias	1.454.999	928.299
Reserva estatutária – margem operacional	1.441.901	95.438

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25% após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2013, foi repassado à União o montante de R$ 4.000.000, a título de antecipação de dividendos.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Lucro líquido	6.723.372	6.066.054
Ajuste de exercício anterior	(427.681)	-
Reserva legal	(336.169)	(303.303)
Realização de reserva	11.403	42.463
Reserva de loterias	(526.699)	(521.104)
Base para cálculo dos dividendos	5.444.226	5.284.110
Dividendos declarados	4.097.762	5.188.673
Juros sobre o capital próprio	1.216.534	1.106.451
Dividendos	2.881.228	4.082.222

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R$ 1.548.179 (31/12/2012 – R$ 1.485.753) na demonstração consolidada.

Créditos Tributários

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	7.065.635	4.104.778	11.170.413	5.769.665	3.326.970	9.096.635
Provisão SFH	796.991	478.195	1.275.186	753.805	452.283	1.206.088
Provisão p/ causas judiciais	1.505.494	903.296	2.408.790	1.609.686	965.811	2.575.497
Outros	1.019.124	529.036	1.548.160	972.020	513.711	1.485.731
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.701.895	1.021.137	2.723.032	1.521.876	913.126	2.435.002
Ajuste a mercado – resultado	516.435	309.861	826.296	186.784	112.071	298.855
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	196.125	117.675	313.800	171.156	102.694	273.850
Ajuste perdas atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	**12.801.699**	**7.463.978**	**20.265.677**	**10.984.992**	**6.386.666**	**17.371.658**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.135.979)	-	(1.135.979)	(957.538)	-	(957.538)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(542.793)	(542.793)	-	(435.923)	(435.923)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(379.955)	(379.955)	-	(305.146)	(305.146)
Total	**14.639.290**	**7.866.884**	**22.506.174**	**13.001.024**	**6.971.251**	**19.972.275**

Créditos Tributários

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	PASEP	COFIN	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	12.769	78.577	91.346	3.390	20.862	24.252
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	5.348	32.910	38.258	4.667	28.720	33.387
Total	**18.117**	**111.487**	**129.604**	**8.057**	**49.582**	**57.639**

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31 de dezembro de 2013 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	234.346	121.816	104.063	7.707.542	8.167.767
2015	447.145	-	114.926	5.468.417	6.030.488
2016	699.502	-	-	432.218	1.131.720
2017	395.876	-	-	419.232	815.108
2018	-	-	-	413.838	413.838
2019 a 2023	-	-	-	2.070.721	2.070.721
Total	**1.776.869**	**121.816**	**218.989**	**16.511.968**	**18.629.642**

VALOR PRESENTE

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	231.881	120.535	102.968	7.626.472	8.081.856
2015	415.829	-	106.877	5.085.432	5.608.138
2016	610.236	-	-	377.061	987.297
2017	323.368	-	-	342.446	665.814
2018	-	-	-	316.517	316.517
2019 a 2023	-	-	-	1.372.940	1.372.940
Total	**1.581.314**	**120.535**	**209.845**	**15.120.868**	**17.032.562**

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R$ 3.774.194 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	**20.029.914**	**(3.484.346)**	**16.545.568**
Constituição de diferenças temporárias no período	3.774.188	-	3.774.188
Reversão de provisão	(1.014.115)	1.014.115	-
Constituição PASEP/COFINS	67.095	-	67.095
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	44.821	-	44.821
Const. créd. tributário - Perda atuarial CPC 33	-	-	-
Realização do crédito tributário IRPJ	(178.441)	-	(178.441)
Realização do crédito tributário CSLL	(106.870)	-	(106.870)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(74.809)	-	(74.809)
Constituição de crédito de prejuízo fiscal	93.995	-	93.995
Saldo em 31/12/2013	**22.635.778**	**(2.470.231)**	**20.165.547**

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL

Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**2.062.426**	**2.062.426**	**5.158.541**	**5.158.541**	**1.606.455**	**1.606.455**	**4.193.085**	**4.193.085**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(515.594)	(309.364)	(1.289.611)	(773.781)	(400.477)	(240.294)	(1.048.247)	(628.963)
Efeitos tributários adições e exclusões	221.668	133.321	124.872	75.573	148.927	89.569	215.932	130.157
Juros sobre o capital próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.596	83.158	276.612	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.486	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(15.353)	(15.768)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	8.768	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Despesa corrente	**35.289**	**9.163**	**(377.317)**	**(171.254)**	**59.872**	**24.312**	**(183.385)**	**(82.299)**
Ativo fiscal diferido	**1.408.287**	**859.344**	**2.268.474**	**1.239.589**	**1.300.551**	**499.464**	**2.012.754**	**843.609**
Diferenças temporárias	1.400.418	851.154	2.352.920	1.421.268	805.215	483.696	1.517.684	940.682
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	**(67.965)**	**(40.779)**	**(207.097)**	**(124.258)**	**49.280**	**29.567**	**(121.347)**	**(72.809)**
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.809)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	**1.375.611**	**827.728**	**1.684.060**	**944.077**	**1.409.703**	**553.343**	**1.708.022**	**688.501**

CONSOLIDADO

Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**2.078.565**	**2.078.565**	**5.175.372**	**5.175.372**	**1.624.283**	**1.624.283**	**4.214.652**	**4.214.652**
Encargo IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(519.639)	(311.785)	(1.293.829)	(776.306)	(404.934)	(242.969)	(1.053.638)	(632.198)
Efeitos tributários adições e exclusões	(292.754)	(175.974)	(270.557)	(162.984)	148.929	89.569	215.933	130.157
Juros sobre o Capital Próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.597	83.158	276.613	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.487	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(29.650)	(30.351)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	7.968	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Part. em coligadas e controladas	59.328	35.596	136.487	81.892	43.854	26.313	101.968	61.181
Outros	447.272	271.844	250.786	154.727	(37.419)	(13.783)	(112.445)	(63.667)
Despesa corrente	**23.422**	**4.887**	**(389.691)**	**(175.717)**	**46.756**	**19.585**	**(199.251)**	**(88.020)**
Ativo fiscal diferido	**1.408.289**	**859.346**	**2.268.478**	**1.239.591**	**1.300.563**	**499.467**	**2.012.768**	**843.614**
Diferenças Temporárias	1.400.420	851.156	2.352.924	1.421.270	805.227	483.699	1.517.698	940.687
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	**(67.965)**	**(40.779)**	**(207.097)**	**(124.258)**	**49.280**	**29.567**	**(121.347)**	**(72.808)**
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.808)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	**1.363.746**	**823.454**	**1.671.690**	**939.616**	**1.396.599**	**548.619**	**1.692.170**	**682.786**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Operações compromissadas	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Resultado de operações de câmbio	-	-	16.805	26.327
Outras	371.625	652.631	226.831	369.651
Total	**40.623.532**	**73.049.092**	**29.594.089**	**58.147.194**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.461.936)	(23.399.648)	(9.045.225)	(17.822.400)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Operações compromissadas	(6.398.723)	(10.349.600)	(3.840.430)	(7.716.761)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Depósitos especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.382)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	**(30.631.892)**	**(53.870.322)**	**(20.917.256)**	**(41.291.333)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.449.599)	(23.383.832)	(9.045.123)	(17.821.362)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Operações compromissadas	(6.394.976)	(10.339.557)	(3.832.835)	(7.688.579)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	**(30.615.808)**	**(53.844.463)**	**(20.909.559)**	**(41.262.113)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	2.782.948	5.248.388	2.516.078	4.767.373
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)[1]	1.771.786	3.463.630	1.583.961	3.091.560
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	58.174	109.419	47.252	93.292
Programa de Integração Social (PIS)	102.936	125.638	98.060	117.152
Loterias Federais	616.100	1.118.857	580.392	1.085.021
Financiamento Estudantil - (FIES)	108.001	203.162	83.940	158.042
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)[2]	40.950	84.792	46.311	92.479
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	55.036	80.526	45.616	80.336
Seguro-desemprego	28.782	59.753	29.991	59.766
Outros	1.183	2.611	555	(10.275)
Rendas de cartões	649.518	1.244.907	450.846	880.508
Operações de crédito e garantias prestadas	799.158	1.677.081	792.384	1.541.176
Cobrança	310.206	591.474	268.350	527.975
Arrecadações[2]	1.071.253	2.129.397	971.743	1.886.542
Fundos de investimentos e carteiras administradas[1]	723.668	1.372.733	598.269	1.119.831
Conta corrente	48.112	107.012	61.592	134.688
Programa de Transferência de Renda	188.344	365.151	156.767	296.018
Prestados a ligadas	309.211	572.678	249.448	525.888
Outros serviços	153.406	301.593	173.508	328.017
Total	**7.035.824**	**13.610.414**	**6.238.985**	**12.008.016**

[1] Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas com carteiras administradas de "FGTS" para "Fundos de investimentos e carteiras administradas".
[2] Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas de taxas de administração do FAR de "Arrecadações" para "FAR".

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	179.977	329.821	123.277	237.954
Operações de crédito e cadastro	384.382	726.608	350.185	685.290
Pacote de serviços	682.507	1.244.604	521.481	971.162
Contas de depósito	162.173	296.834	132.166	253.345
Transferência de recursos	69.519	133.076	60.626	114.284
Outras	5.738	10.575	4.615	10.552
Total	**1.484.296**	**2.741.518**	**1.192.350**	**2.272.587**

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.340.500)	(10.087.438)	(4.633.207)	(8.662.681)
Salários e proventos	(4.825.006)	(9.214.292)	(4.209.758)	(7.968.396)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.396)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.719)	(3.682.118)	(1.668.844)	(3.186.186)
FGTS	(360.242)	(688.623)	(313.949)	(600.745)
Previdência social	(1.123.630)	(2.138.873)	(965.545)	(1.843.550)
Prev. complementar	(333.404)	(650.650)	(282.470)	(550.020)
Outros encargos	(106.443)	(203.972)	(106.880)	(191.871)
Outros	(115.878)	(206.677)	(123.268)	(202.067)
Total	**(8.412.679)**	**(15.926.629)**	**(7.300.019)**	**(13.518.015)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.341.142)	(10.088.685)	(4.633.870)	(8.663.895)
Salários e proventos	(4.825.648)	(9.215.539)	(4.210.421)	(7.969.610)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.395)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.907)	(3.682.531)	(1.669.037)	(3.186.545)
FGTS	(360.282)	(688.709)	(313.988)	(600.814)
Previdência social	(1.123.742)	(2.139.120)	(965.667)	(1.843.768)
Prev. complementar	(333.425)	(650.699)	(282.487)	(550.065)
Outros encargos	(106.458)	(204.003)	(106.895)	(191.898)
Outros	(115.918)	(206.783)	(123.496)	(202.332)
Total	**(8.413.549)**	**(15.928.394)**	**(7.301.103)**	**(13.519.853)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.516)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.013)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.300)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.207)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.706)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.709)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.746)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.545)	(580.718)	(279.003)	(501.116)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.724)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.870)	(383.113)	(189.323)	(325.434)
Total	**(5.109.768)**	**(9.624.458)**	**(4.592.214)**	**(8.569.418)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.517)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.014)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.301)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.208)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.705)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.710)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.745)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.752)	(581.932)	(281.120)	(506.877)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.725)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.968)	(383.837)	(189.539)	(325.864)
Total	**(5.110.073)**	**(9.626.397)**	**(4.594.547)**	**(8.575.612)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos[1]	698.616	1.816.598	506.901	948.270
Reversão de outras provisões operacionais[2]	1.237.700	2.084.740	901.317	1.640.063
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.425
Receitas de dividendos	2.926	4.904	81	1.379
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.599	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil[3]	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas – repactuação IHCD[4]	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.738	316.715	90.673	156.433
Total	**4.908.744**	**10.225.081**	**4.033.444**	**7.455.962**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações – agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos[1]	695.988	1.811.224	504.518	943.366
Reversão de outras provisões operacionais[2]	1.237.700	2.084.739	901.317	1.640.088
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.424
Receitas de dividendos	50.793	62.451	64.291	73.207
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.598	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil[3]	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas – repactuação IHCD[4]	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.850	313.958	90.677	153.361
Total	**4.954.095**	**10.274.495**	**4.095.275**	**7.519.838**

[1] Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente, por: (i) recuperação de perdas com FCVS; (ii) ressarcimento das despesas de repasse ao FGO relativas a valores cobrados a concessão de empréstimos/financiamentos; (iii) recuperação de despesas com o preparo e a remessa de bloquetos na câmara de compensação interbancária; e (iv) recuperação de despesas com pessoal cedido e compensações de encargos sociais.

[2] Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente, por reversões de provisões para causas judiciais.

[3] Reversão de receita verificada no 1º sem. de 2013, decorrente dos efeitos contábeis relativos à alteração do critério de classificação do instrumento financeiro derivativo destinado à proteção da captação externa o *hedge* contábil foi reclassificado de *hedge* de fluxo de caixa para *hedge* de valor justo ou de risco de mercado (Nota 3 (f)).

[4] Reversão de despesa do 1º semestre de 2013 decorrente de repactuação da taxa contratada de contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber – provisão/ perdas	(390.592)	(765.161)	(297.100)	(402.637)
Obrigações com fundos e programas	(180.893)	(331.526)	(124.157)	(227.858)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(1.099.905)	(2.606.721)	(1.123.703)	(1.968.671)
Despesas com cartão	(579.512)	(1.035.228)	(442.075)	(838.635)
Despesas com loterias	(96.688)	(192.424)	(81.951)	(165.681)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais[1]	(1.012.758)	(2.015.173)	(888.158)	(1.674.986)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(240.725)	(480.551)	(221.819)	(449.963)
Serviços automatizados	(124.097)	(229.886)	(85.387)	(159.508)
Alavancagem de negócios	(179.561)	(324.799)	(181.723)	(281.502)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(162.015)	(314.232)	(149.962)	(292.461)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(307.872)	(545.135)	(293.351)	(470.973)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(134.345)	(237.896)	(51.275)	(87.891)
Descontos de operações de crédito	(229.435)	(391.357)	(204.484)	(407.362)
Operações de fomento – atualização monetária	(65.863)	(96.396)	(8.433)	(21.138)
Título no exterior – marcação a mercado	181.460	141.802	-	-
Desp. provisões operacionais	(417.869)	(728.542)	(430.893)	(909.742)
Provisão para causas judiciais	(686.059)	(1.058.865)	(36.512)	(390.024)
Condenações judiciais	(48.297)	(101.632)	(84.385)	(143.890)
Benefícios sociais	(37.567)	(79.755)	(32.974)	(69.189)
Benefício pós-emprego	(533.428)	(885.420)	(296.188)	(593.285)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(83.836)	(126.825)	(13.415)	(13.415)
Outras	(326.170)	(571.577)	(628.148)	(825.342)
Total	**(6.756.027)**	**(12.977.299)**	**(5.676.093)**	**(10.394.153)**

[1] Aglutinação dos itens "Correspondente não Bancário" e "Desp. Revendedor lotérico" divulgados separadamente em dezembro de 2012.

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	**225.334**	**411.780**	**277.015**	**379.841**
Lucro na alienação de valores e bens	126.131	180.658	141.263	199.820
Alienação de bens imóveis	13.925	99.279	13.109	27.179
Sobras de caixa não reclamadas	22.487	41.818	15.862	30.557
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	867	4.933	42.660	43.041
Multas e penalidades	19.374	33.014	9.280	18.882
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	36.503	40.862	45.129	45.129
Outras rendas não operacionais	6.047	11.216	9.712	15.233
Despesas não operacionais	**(230.285)**	**(431.430)**	**(295.154)**	**(490.127)**
Desvalorização de outros valores e bens	(9.183)	(12.869)	(416)	(2.470)
Indenizações por perdas e danos	(97.186)	(170.328)	(79.051)	(132.905)
Perdas em imóveis	(13.286)	(31.361)	(17.455)	(37.491)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(70.258)	(136.335)	(63.753)	(153.215)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.018)	(19.922)	(6.399)	(12.107)
Perdas em cartões de crédito	(20.793)	(41.042)	(18.592)	(36.747)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(869)	(1.883)	(59.186)	(59.186)
Perdas de capital	(1)	(4.394)	(45.085)	(45.090)
Outras despesas não operacionais	(7.691)	(13.296)	(5.217)	(10.916)
Total	**(4.951)**	**(19.650)**	**(18.139)**	**(110.286)**

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(883.667)	(1.627.565)	(689.579)	(1.354.654)
PIS/PASEP	(143.596)	(264.479)	(86.986)	(185.764)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(248.118)	(471.501)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.198)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.744	(6.773)	(33.220)
Total	**(1.281.968)**	**(2.409.999)**	**(992.759)**	**(2.004.511)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(886.618)	(1.630.554)	(693.814)	(1.358.896)
PIS/PASEP	(144.237)	(265.129)	(87.905)	(186.685)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(248.118)	(471.500)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.199)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.739	(6.773)	(33.593)
Total	**(1.285.560)**	**(2.413.643)**	**(997.913)**	**(2.010.047)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes:

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	31/12/2012	2013				31/12/2013
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões/ Baixas por pagamento	
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	24.052	14.555	56.869	(102.088)	254.259
INSS	47.682	1.111	4.918	3.456	(5.051)	52.116
ISS	155.371	5.175	6.030	41.833	(55.629)	152.780
Outros	57.818	17.766	3.607	11.580	(41.408)	49.363
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.511.622	321.724	204.240	255.288	(1.650.240)	2.642.634
Perdas e danos	1.311.473	223.274	101.531	39.646	(785.945)	889.979
Poupança	1.219.216	7.741	6.498	79.259	(583.585)	729.129
Loterias	11.586	1.010	1.233	3.294	(5.438)	11.685
Crédito imobiliário	104.094	41.624	9.309	5.147	(31.686)	128.488
Contingenciamento do FGTS	865.253	48.075	85.669	127.942	(243.586)	883.353
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.629.178	464.091	144.154	762.818	(913.508)	3.086.733
Outras (Nota 18 (e))	43.308	9.291	-	-	-	52.599
Total	**6.444.979**	**819.158**	**362.949**	**1.074.975**	**(2.665.836)**	**6.036.225**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos referem-se a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, ausência permitida para interesse particular – APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2013, correspondem ao total de R$ 1.416.310 (31/12/2012 - R$ 1.390.798), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 52.116 (31/12/2012 - R$ 47.682).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31/07/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da Federação autuaram a CAIXA sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão acerca da interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2013, corresponde ao montante de R$ 537.665 (31/12/2012 - R$ 336.734). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, a provisão constituída é de R$ 152.780 (31/12/2012 - R$ 155.371).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R$ 6.498 (31/12/2012 – R$ 6.236), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

Em 09/10/2013, foi publicada a Lei nº 12.865, que reabriu, até 31/12/2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009, prevendo, dentre outras disposições, a possibilidade de pagamento, com desconto nos encargos, de débitos relativos a tributos federais. A CAIXA, atenta a essa prerrogativa, avaliou as matérias em discussão e os respectivos impactos financeiros e contábeis, não verificando condições favoráveis para adesão ao programa.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Dezembro de 2013 constavam 56,3 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55 mil "não relevantes" e 1,3 mil "relevantes".

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2013 constavam 303 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302,5 mil "não relevantes" e 500 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2013 a provisão constituída é de R$ 729.129 (31/12/2012 - R$ 1.219.216) para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31/12/2013 para estes processos é de R$ 883.353 (31/12/2012 – R$ 865.253).

Visando reduzir o litígio judicial em 2013, a CAIXA realizou 21 mil acordos processuais, diminuindo, consequentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disso, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Demandas fiscais	4.778.552	4.761.175
Demandas cíveis	1.086.235	2.172.118
Demandas trabalhistas	-	49.449
Total	**5.864.787**	**6.982.742**

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 4.778.552, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R$ 4.761.175), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.367.141, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R$ 4.265.859), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
b) CSLL, no valor de R$ 138.338, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R$ 129.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
c) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R$ 122.196, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 – R$ 119.393), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R$ 1.086.235, classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Demandas fiscais	8.475.837	7.869.183
Demandas cíveis	666.706	592.193
Demandas trabalhistas	2.148.050	1.881.421
Total	**11.290.593**	**10.342.797**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta-corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e
- Fundação dos Economiários Federais – Funcef.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.977.657	2.789.541
Banco PAN	4.977.657	2.789.541
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992
Banco PAN	-	499.992
Rendas a receber	2.301.599	1.952.475
Caixa Seguros Holding S.A.	342	334
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.301.257	1.952.141
Créditos adquiridos	7.581.165	3.662.652
Banco PAN	7.581.165	3.662.652
Total	**14.860.421**	**8.904.660**

PASSIVOS

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos	171.758	584.727
Caixa Seguros Holding S.A.	11.680	19.015
FUNCEF	1.453	879
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	158.625	564.833
Repasses do país – instituições oficiais	(1.131)	16.528
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(1.131)	16.528
Obrigações diversas	36.867	34.213
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	36.867	34.213
Total	**207.494**	**635.468**

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS

Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de depósitos interfinanceiros	189.228	296.663	84.464	173.135
Banco PAN	189.228	296.663	84.464	173.135
Rendas de prestação de serviços	365.044	654.912	296.005	608.224
Caixa Seguros Holding S.A.	309.211	572.678	249.448	525.888
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	55.833	82.234	46.557	82.336
Outras receitas operacionais	56.897	242.453	67.667	159.885
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	56.897	242.453	67.667	159.885
Total	**611.169**	**1.194.028**	**448.136**	**941.244**

DESPESAS

Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas administrativas – aluguéis	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
FUNCEF	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
Outras despesas operacionais	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
Total	**(15.913)**	**(67.651)**	**(31.836)**	**(55.998)**

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	12.752	20.148	6.087	11.361
Proventos	9.321	14.858	4.468	8.508
Encargos sociais	3.431	5.290	1.619	2.853

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial", que apresenta o montante de R$ 2.063.622 (31/12/2012 – R$ 1.832.486) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados

Descrição	31/12/2013	30/12/2012 (Nota 3 (t))
Benefícios de curto prazo	2.488.533	2.303.841
Natureza salarial	2.063.252	1.832.211
Participação dos empregados no lucro	425.281	471.630
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.218.765	7.354.728
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	751.678	844.804
PREVHAB (cálculo atuarial)	44.260	47.570
Planos de benefícios – Previdência privada	211.072	186.188
Total	**9.707.298**	**9.658.569**

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

As provisões vinculadas aos benefícios pós-emprego são compostas por planos de aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio/cesta alimentação, conforme apresentado a seguir:

(i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – Funcef. Trata-se dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

(ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos ex-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego assumidos quando da extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH.

(iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à Funcef, ao PREVHAB, SASSE, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.

(iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas as normas e a tabela do PAMS.

(v) Os resultados atuariais do Saúde CAIXA e do PAMS são apresentados de forma agrupada, considerando tratar-se, ambos, de programas de assistência à saúde.

(vi) A CAIXA administra benefícios pós-emprego de auxílio alimentação/cesta-alimentação.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate, para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e Funcef e administrado pela Funcef. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1° de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da Funcef, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Principais premissas utilizadas						
Descrição	**REG/REPLAN**		**REB**		**NOVO PLANO**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	8,66	8,04	8,74	8,55	8,74	8,55
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	**REG/REPLAN**		**REB**		**NOVO PLANO**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Ativos	28.872	30.945	11.088	11.000	83.359	76.262
Não saldado	2.995	3.251	11.088	11.000	83.359	76.262
Saldado	25.877	27.694	-	-	-	-
Assistidos (aposentados e pensionistas)	34.775	33.099	635	638	3.634	3.093
Total	**63.647**	**64.044**	**11.723**	**11.638**	**86.993**	**79.355**

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial						
Descrição	**REG/REPLAN**		**REB**		**NOVO PLANO**	
	31/12/2013	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(40.287.215)**	**(44.902.581)**	**(501.705)**	**(596.455)**	**(491.779)**	**(487.760)**

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**41.054.966**	**45.650.669**	**299.895**	**426.035**	**271.445**	**285.802**

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[1]	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/(déficit) do plano	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo[2]	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	-	-	**(100.905)**	**(85.210)**	**(110.167)**	**(100.979)**

[1] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

[2] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Conciliação do efeito de teto de ativo		
Descrição	REG/REPLAN	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	(748.088)	(6.465.329)
Despesa com juros / Rentabilidade	(75.789)	(751.723)
Total antes da remensuração	**(823.877)**	**(7.217.052)**
Remensuração	58.966	6.445.147
Custo de Serviço líquido / Contribuições	(2.840)	23.817
Total no final do ano	**(767.751)**	**(748.088)**

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	-	**(100.905)**	**(85.210)**	**(110.167)**	**(100.979)**

(vi) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Administração do plano	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	**(4.530)**	**(13.408)**	**(50.845)**

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de risco (REB)	17.694	371	4.483
Administração	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	**18.576**	**371**	**4.706**

(vii) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	31/12/2013
REG/REPLAN							
VP1 Obrigação atuarial	39.795.582	40.761.947	40.288.732	40.286.015	39.211.646	41.369.337	40.287.215
VJ2 Ativos	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	766.234	768.951	1.843.320	(314.371)	767.751
REB							
VP1 Obrigação atuarial	504.389	498.954	506.925	496.609	484.500	520.303	501.705
VJ2 Ativos	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(207.030)	(196.714)	(184.605)	(220.408)	(201.810)
NOVO PLANO							
VP1 Obrigação atuarial	496.119	485.115	492.430	491.141	472.841	509.286	491.779
VJ2 Ativos	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(220.985)	(219.696)	(201.396)	(237.841)	(220.334)

VP1 - Valor Presente / VJ2 - Valor Justo

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras e Demográficas - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	N/A	N/A
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes do plano - EX-PREVHAB		
Descrição	**2013**	**2012**
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	68	71
Total	**68**	**71**

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - EX-PREVHAB		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(47.121)	(37.535)
Custo de juros	(4.488)	(4.127)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	2.435	(9.355)
Ajuste de experiência	(4.820)	(9.355)
Alterações premissas financeiras	7.255	-
Benefícios pagos pelo plano	3.655	3.897
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(45.519)**	**(47.120)**

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos - EX-PREVHAB		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	42.019	43.649
Receitas de juros	3.982	4.836
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	3.173	(2.570)
Benefícios pagos pelo plano	(3.655)	(3.897)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**45.519**	**42.018**

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(45.519)	(47.120)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	45.519	42.018
Superávit/ (déficit) do plano	-	(5.102)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	-	**(5.102)**

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(5.102)	3.684
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(505)	709
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	5.607	(9.495)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	**(5.102)**

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - EX-PREVHAB					
Descrição	**Tábua Biométrica**		**Taxa de Juros**		**Posição de**
	+ 1 Idade	**- 1 Idade**	**+ 0,25%**	**- 0,25%**	**31/12/2013**
VP[1] Obrigação atuarial	44.631	46.383	44.547	46.531	45.519
VJ[2] Ativos	45.519	45.519	45.519	45.519	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	-

[1]VP - Valor Presente / [2]VJ - Valor Justo

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA – um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à Funcef, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS. O custeio do plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais coparticipação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de coparticipação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade, a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 6.211.755 (31/12/2012 – R$ 6.276.166).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas Financeiras e Demográficas - Saúde CAIXA		
Descrição	**2013**	**2012**
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Aging Factor	Experiência CAIXA	
Projeção de aumento real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	3,02	3,06
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes do plano

Quantidade de participantes do plano - Saúde CAIXA		
Descrição	**2013**	**2012**
Empregados	95.243	87.510
Dependentes de empregados	132.024	128.807
Assistidos (Ex-empregados, aposentados e pensionistas)	21.997	22.135
Dependentes de assistidos	27.018	29.350
Total	**276.282**	**267.802**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Saúde CAIXA		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) do plano reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial	(6.211.755)	(6.317.036)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)
Pagamento de benefícios líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	**CPC 33 (R1)**
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)
Custo de juros líquido	(728.631)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	**(1.129.065)**

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	**CPC 33 (R1)**
Benefícios	300.885
Total dos pagamentos esperados para o plano	**300.885**

(vi) Análise de sensibilidade dos custos médicos

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Saúde CAIXA							
Descrição	**Tábua Biométrica**		**HCTR**		**Taxa de Juros**		**Posição de**
	+ 1 Idade	**- 1 Idade**	**+ 0,25%**	**- 0,25%**	**+ 0,25%**	**- 0,25%**	**31/12/2013**
Montantes do:							
VP1 Obrigação atuarial	6.054.579	6.368.710	6.219.400	6.204.100	6.005.930	6.429.483	6.211.755
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.005.930)	(6.429.483)	(6.211.755)

VP1 - Valor Presente

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do auxílio-alimentação e cesta alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014, o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 751.678 (31/12/2012 – R$ 844.804).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Premissas Financeiras e Demográficas - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**2013**	**2012**
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	N/A	N/A
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes do plano de benefícios

Quantidade de participantes dos planos - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**2013**	**2012**
Aposentados com auxílio alimentação	10.892	10.394
Aposentados com cesta alimentação	761	741
Pensionistas com auxílio alimentação	604	2.082
Pensionistas com cesta alimentação	22	71
Total	**12.279**	**13.288**

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(844.804)	(624.439)
Custo de juros	(75.413)	(68.856)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	82.387	(230.743)
Ajuste de experiência	(39.953)	(230.743)
Alterações premissas financeiras	122.340	-
Benefícios pagos pelo plano	86.152	79.234
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(751.678)**	**(844.804)**

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(751.678)	(844.804)
Superávit/ (déficit) do plano	(751.678)	(844.804)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**(751.678)**	**(844.804)**

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012 (Nota 3 (t))**
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(844.804)	(638.356)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	86.153	79.234
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(75.413)	(68.856)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	82.386	(216.826)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(751.678)**	**(844.804)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	**CPC 33 (R1)**
Custo de juros líquido	(84.876)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	**(84.876)**

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	**CPC 33 (R1)**
Normais	91.235
Total dos pagamentos esperados para o plano	**91.235**

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Auxílio e Cesta Alimentação					
Descrição	**Tábua Biométrica**		**Taxa de Juros**		**Posição de**
	+ 1 Idade	**- 1 Idade**	**+ 0,25%**	**- 0,25%**	**31/12/2013**
Montantes do:					
VP1 Obrigação Atuarial	735.703	767.382	735.362	767.696	751.678
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	(751.678)

VP1 - Valor Presente

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente, de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Administração Risco Corporativo, vinculada à Diretoria de Riscos e à Vice-Presidência de Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil – BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos e de capital como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	**31/12/2013(1)**	**31/12/2012(2)**
Patrimônio de Referência - PR	71.440.993	56.328.755
Nível I	**59.518.914**	**28.689.489**
Capital Principal - CP	34.437.984	24.386.066
Patrimônio líquido	27.373.363	25.056.944
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	(423.165)
Créditos tributários excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)
Ativo permanente diferido	-	(2.425)
Ajuste ao valor de mercado	-	(90.615)
Capital Complementar - CC	25.080.930	4.303.423
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	25.080.930	4.303.423
Nível II	**11.922.079**	**28.689.489**
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.922.079	12.190.735
Reservas de reavaliação	-	423.165
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	15.984.974
Ajuste ao valor de mercado	-	90.615
Deduções do PR	-	**(1.050.223)**
Ações emitidas por instituições financeiras	-	(1.048.975)
Participação em instituição financeira no exterior	-	(1.248)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	**472.075.444**	**433.691.244**
Risco de crédito - RWA^{CPAD}	450.874.561	410.363.711
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA^{MPAD}	1.447.893	5.126.370
Taxa de juros – RWA^{JUR}	1.447.893	5.126.370
Commodities – RWA^{COM}	-	-
Ações – RWA^{ACS}	-	-
Câmbio – RWA^{CAM}	-	-
Risco operacional - $RWAO^{PAD}$	19.752.990	18.201.163
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) - PRMR	51.928.299	47.706.037
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	3.923.466	2.473.008
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	15.589.228	6.149.710
Índice de capital principal (CP / RWA)	7,30%	5,62%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,61%	6,62%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,13%	12,99%

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até SET/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas, em 1º de março de 2013, as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais. O Regulador determinou a observação dessas normas a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como o Adicional de Capital Principal a partir de 2016.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

$$PR = Nível\ I + Nível\ II$$

$$PR = Capital\ Principal + Capital\ Complementar + Nível\ II$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/2011 e a Carta-Circular BACEN nº 3.565/12. Em SET/13, a CAIXA submeteu ao BACEN o Relatório Extraordinário ICAAP data-base JUN/13.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento, a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros, permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (*commodities*).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA essas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos. Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Apresentamos a evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade[1]		
Fatores de Risco	**31/12/2013**	**31/12/2012**
PRE	12.905	12.712
Cupom IPCA	7	5.985
Cupom SELIC	-	(3)
Cupom TR	1	6
VaR com ED	**12.913**	**18.700**

[1] Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros dessas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk.* Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de *hedge* com contratos futuros e operações de *swap,* o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Ganhos / (Perdas)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO						
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.671.673	3.078.676	7.671.035	3.078.687	(638)	11
Aplicações em Operações Compromissadas	37.232.669	72.104.596	37.229.588	72.104.596	(3.081)	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	162.406.138	138.383.189	161.826.343	146.598.519	(579.795)	8.215.330
Títulos para negociação	98.741.794	75.544.509	98.741.794	75.544.509	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.939.498	16.568.059	16.939.498	16.568.059	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.724.846	46.270.621	46.145.051	54.485.951	(579.795)	8.215.330
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	488.024.608	361.239.369	475.469.738	371.360.456	(12.554.870)	10.121.087
Comercial	172.045.384	124.413.843	177.940.009	139.088.074	5.894.625	14.674.231
Habitação	270.392.302	205.788.891	259.412.788	203.587.803	(10.979.514)	(2.201.088)
Infraestrutura/Desenvolvimento	36.837.628	23.536.769	29.367.647	21.184.713	(7.469.981)	(2.352.056)
Outros créditos	8.749.294	7.499.866	8.749.294	7.499.866	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO						
Captações de Recursos	153.295.906	108.012.976	155.484.450	111.612.392	2.188.544	3.599.416
CDB/RDB	69.472.911	59.009.782	68.403.221	59.025.574	(1.069.690)	15.792
LCI/LH	77.490.821	45.876.511	80.521.427	49.480.871	3.030.606	3.604.360
Obrigações por TVM no Exterior	6.332.174	3.126.683	6.559.802	3.105.947	227.628	(20.736)
Captação em Operações Compromissadas	116.574.390	94.107.978	116.570.767	92.167.879	(3.623)	(1.940.099)
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	141.593.461	96.968.496	113.389.821	89.987.254	(28.203.640)	(6.981.242)
Exterior	3.231.933	43.300	3.227.204	43.559	(4.729)	259
Tesouro	36.868	34.213	38.427	35.470	1.559	1.257
FGTS[1]	132.732.425	92.605.481	102.947.269	84.625.048	(29.785.156)	(7.980.433)
BNDES	4.404.660	2.526.878	6.107.360	3.636.129	1.702.700	1.109.251
Depósitos não remunerados	1.187.575	1.758.624	1.069.561	1.647.048	(118.014)	(111.576)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (1)	48.518.594	40.643.728	36.496.451	37.432.524	(12.022.143)	(3.211.204)

[1] O valor de 2012 da dívida subordinada foi reclassificado de "FGTS" para "Instrumentos de dívida elegíveis a capital" (valor contábil R$ 12.190.735; valor marcado a mercado R$ 10.479.497).

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap.*

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Esses estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais possível das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

Instrumentos Financeiros – 31/12/2013

Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(200.377)	(4.748.683)	(8.991.157)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.960)	(432.859)	(833.352)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(477.466)	(10.925.068)	(20.054.363)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(13.221)	(13.276)	(15.160)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais. A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

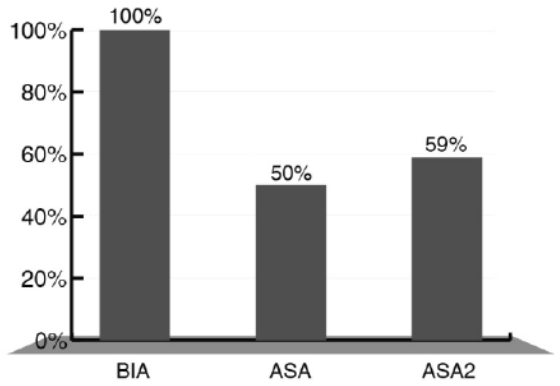
O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público-alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

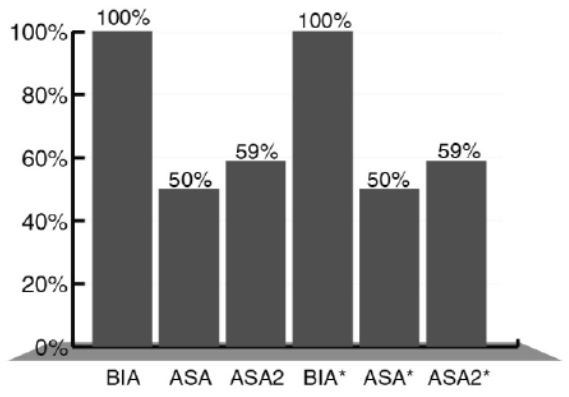
Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular nº 3.383/2008. Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

Alocação de Capital para Risco Operacional
Proporção por Abordagem BIA



Alocação de Capital para Risco Operacional
Comparativo entre as Abordagens



*Considerando o multiplicador Z

continua...

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Circular BACEN nº 3.647/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas e que deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas que auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Séries de tempo que refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, para as quais são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise, os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN 3.566/2008: CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN 3.604/2008: CPC 03 Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN 3.750/2009: CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN 3.823/2009: CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução CMN 3.973/2011: CPC 24 Evento Subsequente;
- Resolução CMN 3.989/2011: CPC 10 Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN 4.007/2011: CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro; e
- Resolução CMN 4.144/2012: CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	**31/12/2013[1]**	**31/12/2012[2]**
PIS[3]	28.415.317	28.581.836
FGTS	62.978.979	46.787.221
FAR	18.316.041	8.058.235
FDS	1.190.819	1.147.428
FAS[3]	24.495	27.953
FGS	137.246	65.540
FGHAB	1.364.939	1.207.139
CCA	45.725	33.333
CCAM	21	17
FGCN	3.941.813	3.505.323
FCE	98	15
Total	**116.415.493**	**89.414.040**
FCVS	(90.620.246)	(87.053.639)

[1] Posição de novembro de 2013.

[2] Posição de novembro de 2012.

[3] Posição de dezembro de 2013.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2012 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas", no montante de R$ 167.717 (31/12/2012 – R$ 160.608).

(f) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627 ainda não foi convertida em lei, o que é necessário para uma análise conclusiva acerca dos temas nela tratados. Não obstante, considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem destacados.

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza — Vice-presidente
Gilberto Magalhães Occhi — Vice-presidente
Joaquim Lima de Oliveira — Vice-presidente
José Henrique Marques da Cruz — Vice-presidente
José Urbano Duarte — Vice-presidente
Márcio Percival Alves Pinto — Vice-presidente
Paulo Roberto dos Santos — Vice-presidente
Raphael Rezende Neto — Vice-presidente
Roberto Derzie de Santanna — Vice-presidente
Sérgio Pinheiro Rodrigues — Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2013

O Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL desenvolveu suas atividades de forma independente, fundado essencialmente nas disposições da Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do segundo semestre de 2013, o Comitê:

i) manteve regulares encontros com diversas áreas da empresa, participou de reuniões com os Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração, ocasiões em que expôs seu posicionamento sobre diversos aspectos inerentes ao exercício de suas funções e formulou sugestões de aperfeiçoamentos;

ii) cuidou, igualmente, de discutir relatórios, planos e ações das auditorias e das áreas responsáveis pela contabilidade, controle interno e gerenciamento de riscos, avaliando informações e diagnósticos e debatendo oportunidades de aprimoramentos como resposta imprescindível ao notável crescimento, em magnitude e complexidade, da CAIXA;

iii) acompanhou recomendações emanadas dos diversos órgãos externos de fiscalização e das várias instâncias de controle, atualizando-se quanto ao estágio das ações desenvolvidas com vistas ao seu tempestivo cumprimento;

iv) atentou para os reflexos do novo modelo de gestão – em implementação – na dinâmica da atuação da Empresa, especialmente quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.

As informações colhidas em diversas dessas oportunidades, em particular aquelas produzidas pelas áreas responsáveis pelo controle interno e gerenciamento de riscos, ouvidoria e pelas auditorias independente e interna, e as recomendações/determinações oriundas dos órgãos

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

externos de fiscalização constituíram, a par de suas próprias observações e análises, a base da formação da opinião do Comitê, a seguir resumidamente estampada.

Assim, ante os elementos até aqui conhecidos e ponderadas devidamente as responsabilidades e limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê conclui que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao novo modelo de gestão, ao atual porte e à maior complexidade operacional da Empresa;
ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, não elidindo a necessidade de permanentes ações que se harmonizem ao novo patamar alcançado pela Instituição;
iii) a atuação da auditoria externa ostentou nível satisfatório, não tendo sido identificadas situações que pudessem comprometer a sua independência; e
iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação patrimonial e financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em 31/12/2013.

Brasília (DF), 12 de março de 2014.

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo José Vollet
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal – CAIXA
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7.b, que descreve que em 31 de dezembro de 2013 a CAIXA (Individual e Consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 20.798 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$7.140 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 3.188 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 15.404 milhões, em 31 de dezembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150, de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2013, a CAIXA (Individual e Consolidado) possui R$ 22.636 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 2.470 milhões. O valor líquido de R$20.166 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da Administração considerando a realização prevista para os próximos 10 exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar, da atual estimativa da Administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2013
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 2.811 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 3.t, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2014, sem modificações, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 14 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-DF

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 02/2014 - ATA Nº 648, DE 14/03/2014

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao exercício de 2013.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício de 2013. Os membros do Conselho, tendo em vista os documentos apresentados pela Empresa, a análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, nos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e considerando as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo as ênfases contidas em seu relatório, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Brasília, 14 de março de 2014.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro Suplente

ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Conselheira Suplente

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., considerando as recomendações do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2013.

Brasília, 14 de março de 2014.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 07/2012
QUALITY CCTVM S.A. E OUTROS
Objeto: Apurar eventuais irregularidades por parte de administradores, gestores e intermediários, em negócios realizados em nome de fundos exclusivos da Prece Previdência Complementar, com valores mobiliários e títulos públicos federais, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006.
Assunto: Pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogado
Aristides Campos Jannini	Dr. Daniel Martins Boulos OAB/SP 162.258
Banco Westlb do Brasil S/A (Atual Banco Mizuho do Brasil S.A.)	Dr. Leonardo Lins Morato OAB/SP 163.840
Bcsul Verax Servicos Financeiros Ltda.	Não constituiu advogado
David Jesus Gil Fernandez	Dr. Kevin Michael Altit OAB/RJ 062.437
Infinity Asset Management Adm de Recursos Ltda. (Ex-Quality Asset Management Adm De Recursos Ltda.)	Dr. Kevin Michael Altit OAB/RJ 062.437
Infinity CCTVM S.A.	Dr. Kevin Michael Altit OAB/RJ 062.437
Jose Mauricio Xando Baptista	Não constituiu advogado
Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa	Não constituiu advogado
Marcos Cesar de Cassio Lima	Dr. Kevin Michael Altit OAB/RJ 062.437
MVM Consultores e Associados Ltda.	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo formulado por BANCO MIZUHO DO BRASIL S/A (anteriormente denominado Banco Westlb do Brasil S/A) nos autos do PAS CVM nº 07/2012.

Defiro o pedido e fixo o novo prazo para apresentação de defesas em 29/04/2014 para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 08 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
1 - Processo nº: 10314.003911/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LVMH FASHION GROUP BRASIL LTDA.
2 - Processo nº: 10680.007740/2003-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CASABLANCA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
Relatora: NANCI GAMA
3 - Processo nº: 10830.005599/97-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LEVEFORT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
4 - Processo nº: 11610.003127/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE FERTILIZANTES S/A
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
5 - Processo nº: 10283.005379/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EVADIN INDUSTRIAS AMAZÔNIA SOCIEDADE ANÔNIMA
6 - Processo nº: 13116.001398/2004-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL DE ALIMENTOS LIZA LTDA. - ME
Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA
7 - Processo nº: 10680.011107/2006-29 - Recorrente: CREDIREAL ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMPLEMENTAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13819.000916/2002-67 - Recorrente: PROQUIGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
9 - Processo nº: 11128.000870/2001-58 - Recorrentes: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: Recorrentes: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10140.003320/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONORA ESTÂNCIA S/A
11 - Processo nº: 16327.001488/2004-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: THE FIRST INTERNATIONAL TRADE BANK LTDA.
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
12 - Processo nº: 10680.003147/2001-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIP EDIFICAÇÕES LTDA.
13 - Processo nº: 11075.000552/00-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IRMÃOS SCHWANCK LTDA.

DIA 08 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
14 - Processo nº: 10980.009673/2002-62 - Recorrente: NUTRIMENTAL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13808.003708/00-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE - COOPERPLUS II
16 - Processo nº: 11020.001647/98-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADARCO S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
17 - Processo nº: 10932.000016/2005-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA.
18 - Processo nº: 10932.000017/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA.
Relatora: NANCI GAMA
19 - Processo nº: 15374.000066/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FENELON MACHADO S/A EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
20 - Processo nº: 11128.004308/2003-65 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13603.000902/2001-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SILA DO BRASIL LTDA.
22 - Processo nº: 11020.002395/00-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TEDESCO EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA.
Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA
23 - Processo nº: 10880.009280/2001-04 - Recorrente: STANDARD OGILVY E MATHER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 15165.001500/2006-57 - Recorrente: BS COLWAY PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10980.009821/2002-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DELARA BRASIL LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
26 - Processo nº: 10314.002173/2005-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OCEANO INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA.
27 - Processo nº: 11131.001313/2007-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DUNAS TRADE COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - ME
28 - Processo nº: 10680.014384/2004-21 - Recorrente: MADSON ELETROMETALÚRGICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10831.004198/2003-22 - Recorrente: NUTRICAMP - PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10660.001150/99-70 - Recorrente: POSTO DO VOVÔ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10830.007345/97-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOGIANA ALIMENTOS S/A
Relator: JOEL MIYAZAKI
32 - Processo nº: 11610.003171/2001-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POMPÉIA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
33 - Processo nº: 10840.000539/96-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRANDY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
34 - Processo nº: 10840.002745/2003-26 - Recorrente: ORTOVEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
35 - Processo nº: 10209.000059/2003-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
36 - Processo nº: 10209.000348/2004-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
37 - Processo nº: 10209.000532/2004-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
38 - Processo nº: 10209.000724/2005-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S A - PETROBRAS
39 - Processo nº: 10209.000730/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S A - PETROBRAS
40 - Processo nº: 18336.000520/2003-47 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 18336.001561/2004-31 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA
42 - Processo nº: 10680.015749/2004-35 - Recorrentes: FIAT AUTOMÓVEIS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: FIAT AUTOMÓVEIS S/A e FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10980.005840/2003-87 - Recorrentes: WDL TÊXTIL LTDA. (anterior UNITED COLORS OF BENETTON DO BRASIL LTDA.) e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: WDL TÊXTIL LTDA. (anterior UNITED COLORS OF BENETTON DO BRASIL LTDA.) e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13656.000362/2002-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMÍNIO S/A
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
45 - Processo nº: 10580.013674/2002-14 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10680.006076/2003-41 - Recorrentes: FIAT AUTOMÓVEIS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: FIAT AUTOMÓVEIS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
47 - Processo nº: 10882.002693/2004-82 - Recorrente: COMPUWARE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10209.000558/2002-82 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 18336.001250/2004-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
50 - Processo nº: 10074.000316/94-72 - Recorrente: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOEL MIYAZAKI
51 - Processo nº: 10580.004945/98-30 - Recorrente: BRASKEM S/A (sucessora de TRIKEM S/A) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
52 - Processo nº: 16327.001038/2002-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

DIA 09 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
53 - Processo nº: 13873.000086/99-93 - Recorrente: CERVEJARIA BELCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: NANCI GAMA
54 - Processo nº: 10825.001735/99-88 - Recorrente: CERVEJARIA BELCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10675.720829/2010-23 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10675.720830/2010-58 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10675.720833/2010-91 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10675.720836/2010-25 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10675.720837/2010-70 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10675.720838/2010-14 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10675.720839/2010-69 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10675.720840/2010-93 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10675.720841/2010-38 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10675.720842/2010-82 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10675.720844/2010-71 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10675.720845/2010-16 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10675.720847/2010-13 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10675.905068/2009-44 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10675.905069/2009-99 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10675.905070/2009-13 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10675.905071/2009-68 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10675.905076/2009-91 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10675.905077/2009-35 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10675.905078/2009-80 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10675.905568/2009-86 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10675.905569/2009-21 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10675.906290/2009-64 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10675.906291/2009-17 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

79 - Processo nº: 10675.906292/2009-53 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10675.906293/2009-06 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10675.906294/2009-42 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10675.906295/2009-97 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10675.906296/2009-31 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10675.906297/2009-86 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10675.906298/2009-21 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
86 - Processo nº: 10675.906299/2009-75 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10675.906300/2009-61 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10675.906301/2009-14 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10675.906302/2009-51 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10675.906303/2009-03 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10675.906454/2009-53 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10675.906640/2009-92 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10675.906641/2009-37 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10675.906642/2009-81 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10675.906643/2009-26 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10675.906644/2009-71 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10675.906645/2009-15 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10675.906646/2009-60 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10675.906647/2009-12 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10675.906648/2009-59 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10675.906649/2009-01 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10675.906853/2009-14 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10675.906854/2009-69 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10675.906855/2009-11 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10675.907434/2009-08 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10675.907435/2009-44 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10675.907436/2009-99 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10675.907439/2009-22 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10675.907442/2009-46 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10675.907926/2009-95 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10675.907927/2009-30 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10675.907928/2009-84 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10675.909053/2009-55 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10675.909335/2009-52 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10675.909505/2009-07 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
116 - Processo nº: 11128.003727/2002-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BASF POLIURETANOS LTDA.
Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
117 - Processo nº: 11128.003852/2002-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BASF S/A
118 - Processo nº: 10660.000362/00-18 - Recorrente: FIVE STARS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
119 - Processo nº: 10680.008986/2002-88 - Recorrente: DERMINAS SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS
120 - Processo nº: 13807.008478/00-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFECÇÕES ELGUS LTDA. - ME
121 - Processo nº: 13688.000260/2003-04 - Recorrente: DIPAM DISTRIBUIDORA PATENSE DE AUTOMÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13804.002608/2002-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRELUDE MODAS S/A
123 - Processo nº: 11543.000506/2006-00 - Recorrente: RIO BANANAL PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA
124 - Processo nº: 13656.000144/2005-16 - Recorrente: EXPORTADORA DE CAFÉ GUAXUPÉ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13601.000426/00-55 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13601.000319/2001-05 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13827.000695/2003-17 - Recorrente: GENNARI & PEARTRE PROJETOS E SISTEMAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10508.000346/2004-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CDI BRASIL COMERCIAL LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
129 - Processo nº: 13858.000179/2002-36 - Recorrente: USINA ALTA MOGIANA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13808.003458/97-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE FERTILIZANTES S/A (sucessora de SERRANA DE MINERAÇÃO LTDA.)
131 - Processo nº: 10715.003346/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIETE AIR FRANCE
132 - Processo nº: 13002.000077/2003-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S/A - MOTRISA
Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
133 - Processo nº: 13739.000074/94-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GETEC GUANAB QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.
134 - Processo nº: 11060.002297/99-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIGORÍFICO SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
135 - Processo nº: 10660.001895/99-20 - Embargante: ORGANIZAÇÕES CARDOSO BRAGA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOEL MIYAZAKI
136 - Processo nº: 11543.007075/99-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PREFORT INDUSTRIAL E CONSTRUTORA LTDA. - EPP
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
137 - Processo nº: 13971.001617/2004-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA. HERING

DIA 10 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
138 - Processo nº: 11516.001553/2003-47 - Recorrente: COLOMBO INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA
139 - Processo nº: 13310.000034/2002-12 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13310.000044/2001-77 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13308.000086/00-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CANINDÉ CALCADOS LTDA.
142 - Processo nº: 13982.000520/2002-28 - Recorrente: CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS
143 - Processo nº: 13951.000108/2002-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA
144 - Processo nº: 13971.000818/2001-86 - Recorrente: KARSTEN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13807.009737/00-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LINHAS SETTA LTDA.
Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
146 - Processo nº: 11065.000929/98-13 - Recorrente: BOX PRINT FÁBRICA DE EMBALAGENS E ONDULADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOEL MIYAZAKI
147 - Processo nº: 10620.000024/00-99 - Recorrentes: RIO PARACATU MINERAÇÃO S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RIO PARACATU MINERAÇÃO S/A e FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11065.001206/2001-16 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCADOS MALU LTDA.
149 - Processo nº: 13804.002890/98-21 - Recorrente: SIEMENS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13836.000150/00-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERRA NEGRA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S/A
Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ
151 - Processo nº: 13808.000541/98-44 - Recorrente: COMÉRCIO E INDÚSTRIAS BRASILEIRAS - COINBRA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente da Turma

CLEUZA TAKAFUJI
Chefe do Serviço de Seção

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720043/2014-47.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000011/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Declara o Perdimento de Veículo apreendido.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720319/2013-14.

DECLARA PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000133/2013, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria da RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, e no art. 810 do Decreto nº 6.759 de 05/02/2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010, e o constante do processo nº 10120.730446/2013-82, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a Srª. KARLA REGINA VIEIRA, CPF nº 697.691.681-49.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Goiânia, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007 e, ainda, os fatos apurados no processo 10120.720971/2014-71, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 545D.097B.BC7C.1ADF emitida indevidamente em 21/11/2013 em favor do contribuinte HUGOLINE AUTOMÓVEIS EIRELI - ME, CNPJ 19.290.689/0001-64.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO (SEFIS) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso da competência delegada pelo art. 4º, inciso IX da Portaria DRF/GOI nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), fundamentado no inciso I do § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, nos arts. 200 a 206 e 209 a 210 do Regulamento do IPI (Ripi/2010), aprovado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, bem como o disposto no Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor e produz efeitos a partir da data de sua publicação.

MÍLTON ALVES PEQUENO

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produto para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDA DE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
10.609.696/0001-01	VOSNOF MAÇA VERDE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	E
10.609.696/0001-01	VOSNOF BLUE-BERRY	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	E

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Chefe da Seção de Arrecadação e Cobrança - Sarac da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sobral, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral, à Av. Eurípides Ferreira Gomes, nº 720 - Bairro - Betânia , Sobral - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das Pessoas Jurídicas excluídas

03.401.712/0001-00	-	-

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. I2 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM JUAZEIRO DO NORTE - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e na Portaria conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2013, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo único a este Ato Declaratório (ADE) tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º E facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte - CE, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte - CE localizada à rua José Andrade de Lavor, n° 2001, Bairro Santa Teresa, Juazeiro do Norte - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 32, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CÉSAR BEZERRA DE MORAIS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES).
Inadimplência de Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas:

006.479.368-01	091.978.183-72
095.484.594-34	171.947.413-34
171.947.503-25	172.069.283-15
307.560.493-34	541.175.264-72
559.499.323-15	

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.495.748/0001-02	00.700.836/0001-07
00.914.461/0001-70	01.013.924/0001-95
01.252.638/0001-82	03.405.169/0001-10
05.273.677/0001-17	06.630.016/0001-64
06.974.513/0001-80	07.434.921/0001-01
07.598.873/0001-97	07.650.542/0001-59
07.657.695/0001-28	07.825.250/0001-00
10.501.914/0001-90	12.290.086/0001-13
72.530.561/0001-03	

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pelo artigo 8º da Portaria nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31/07/2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013 e o que consta do processo nº 10480.721709/2014-54, resolve:

1.Autorizar o fornecimento de 1.735.983(um milhão, setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e três) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa DIAGEO BRASIL LTDA., CNPJ nº 62.166.848/0003-04, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/034, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BLACK & WHITE	Caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos	350.226
BUCHANAN'S AGED 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos	11.940
JW BLACK LABEL	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	53.064
JW RED LABEL	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	636.768
J&B RARE	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	7.968

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JW BLUE LABEL	Caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	2.658
WHITE HORSE FINE OLD SCTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	371.448
GRAND OLD PARR -AGED 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos	203.772
LOGAN DELUXE SCOTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 12 anos	12.492
VAT 69	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	15.924
JW GOLD LABEL RESERVE	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	4.560
OLD PARR SILVER	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	30.684
JW BLUE LABEL KING GEORGE V	Caixas de 3 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 8 anos	243
WHITE HORSE FINE OLD	Caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos	34.236

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 195, Centro, Feira de Santana-BA, ou na Agência da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes)
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

011.919.935-15	118.140.805-97	399.766.535-49
018.270.142-53	144.529.875-91	449.685.745-68
025.023.805-53	173.909.745-91	480.760.665-49
080.065.985-68	257.638.575-34	519.377.945-04
080.664.265-34	326.522.325-68	646.504.058-15
087.587.865-20	330.318.945-53	788.947.198-04
088.594.853-04	353.227.215-68	906.797.095-68
100.698.285-04	375.259.725-91	-

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.114.638/0001-53	03.375.382/0001-26	15.877.046/0001-60
00.515.877/0001-15	03.445.021/0001-09	16.053.258/0001-96
00.681.553/0001-57	03.703.250/0001-86	32.619.686/0001-90
01.752.125/0001-30	03.739.425/0001-05	32.677.239/0001-97
02.004.929/0001-14	04.113.005/0001-81	34.069.153/0001-07
02.060.779/0001-66	04.241.799/0001-69	34.113.324/0001-58
02.106.864/0001-18	04.269.576/0001-00	34.447.912/0001-28
02.120.617/0001-76	04.455.522/0001-39	40.598.476/0001-90
02.277.589/0001-03	04.681.855/0001-86	41.978.396/0001-23
02.360.804/0001-27	04.937.120/0001-70	42.006.270/0001-50
02.546.238/0001-42	04.989.523/0001-63	63.250.393/0001-01
02.556.659/0001-54	13.838.172/0001-80	96.715.578/0001-01
02.590.327/0001-96	14.146.997/0001-05	-
03.324.879/0001-15	15.634.918/0001-60	-

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal de Governador Valadares/MG, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Governador Valadares/MG, na Av. Brasil, 2866, Centro.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LACERDA MARTINS

ANEXO ÙNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

02.604.966/0001-63	25.809.591/0001-73	71.343.842/0001-94

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da sociedade abaixo, conforme os artigos 22 e 39, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, em virtude de não ter sido localizada em seu domicílio tributário:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
15463.722497/2013-73	03.792.253/0001-33	C.C.L.B. CENTRO DE CULTURA LINGUÍSTICA DE BOTAFOGO LTDA.-ME

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2o da IN RFB nº 1.183/2011, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB nº 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 02/02/2009.

EMPRESA: PVD COM. IMP. E EXP. DE ARTIGOS DE PET SHOP LTDA. - ME

CNPJ: 07.772.203/0001-45

PROCESSO: 10074.722081/2013-15

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 40, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Transfere, temporariamente, competências entre subunidades, no interesse da Administração.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8º REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 300, 301 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto n.° 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto n.° 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1° Transferir, pelo prazo de 1 (um) ano, o atendimento e atividades da Agência da Receita Federal do Brasil de Diadema para a Agência da Receita Federal do Brasil de São Bernardo do Campo, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Declaração de cancelamento de inscrições no CPF, com fundamento em decisão administrativa.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no disposto nos artigos 24, 26, II, 30, III e 31, da Instrução Normativa-IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 10880.722421/2013-11, declara:

Art. 1º - Fica CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nº 465;708.328-75,, em nome de Marcio Bruno Ribeiro de Freitas, com fundamento na decisão administrativa que foi proferida no processo acima mencionado.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 84, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoa jurídica e pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.258.349/0001-28	00.335.287/0001-00
00.737.487/0001-90	00.998.787/0001-22
01.145.288/0001-55	01.863.160/0001-27
03.301.556/0001-06	03.468.792/0001-11
44.072.023/0001-87	46.289.914/0001-15
48.207.344/0001-00	50.590.520/0001-70
52.211.828/0001-92	54.193.073/0001-76
55.819.411/0001-03	56.125.859/0001-81
57.765.224/0001-01	58.543.463/0001-80
59.436.774/0001-02	59.954.818/0001-96
62.667.928/0001-81	65.560.955/0001-49
68.155.787/0001-02	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 85, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6° a 13° da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01, de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex). Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

02.965.367/0001-75
69.145.282/0001-11

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Anula inscrições no CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 224, inciso III e IX do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º A nulidade das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificadas, com efeitos ex tunc, a partir das datas de inscrição mencionadas, tendo em vista a constatação de fraude na inscrição ou mesmo hipótese de inexistência da pessoa física, conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CPF	DATA DE INSCRIÇÃO	PROCESSO
SÍLVIO CESAR BENTO	102.024.764-99	23/07/2009	11089.720007/2014-49
SÍLVIO CEZAR BENTO	088.646.429-35	29/07/2009	11089.720011/2014-15
JESSICA CAMARGO CORDEIRO	093.863.039-30	30/07/2010	11089.720012/2014-51

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 27 DE MARÇO 2014

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 11516.720.779/2014-01, declara:

I - Inscrita no Registro especial como estabelecimento importador de bebidas alcoólicas, sob o número 09201/136, a empresa WR1 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 05.385.883/0001-19, situada na Rua Adhemar da Silva, nº 826, Sala 06, Kobrasol, Centro, São José/SC, CEP 88.101-091.

II - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ARI SILVIO DE SOUZA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007 e no artigo 243, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, a empresa RG PRODUTOS QUÍMICOS E DE LIMPEZA LTDA - ME, CNPJ nº 02.756.631/0001-60, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, na Rua Claudino Bento da Silva, 11 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 79, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE com delegação de competência constante na Resolução CG/REFIS n° 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2011, tendo em vista o disposto na Resolução CG/REFIS n° 9, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pela Resolução CG/REFIS n° 20, de 27 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964/00, de 10/04/2000, a pessoa jurídica SERRARIA RS 030 LTDA-ME, CNPJ: 88.645.684/0001-20, relatado no processo administrativo nº 11080.729809/2013-13, cuja a decisão foi emitida pelas unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante delegação de competência concedida pela Resolução CG/REFIS n° 09 de 12 de janeiro de 2001, alterada parcialmente pela Resolução C/REFIS n° 20 de 27 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Designa perito para prestação de serviço.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando a inexistência de perito credenciado para a área de engenharia industrial nesta Unidade, resolve:

Art. 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31/03/2010, o Sr. Antonio Sergio Tomazetti, CPF nº 304.333.390-04, RNP nº 2201072809 como perito na especialidade de Engenharia Industrial - Mecânica para prestação de serviço de perícia, a título precário e sem vínculo empregatício, na mercadoria objeto da Declaração de Importação nº 14/0501974-5.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADILSON VALENTE

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 144, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 4.352 (quatro mil, trezentos e cinquenta e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 407.782,40 (quatrocentos e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 43/14 e 44/14, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)	Situação do CPF/CNPJ
01/11/2012	93,70	5 anos	6% a.a.	4.352	407.782,40	Regular
Total				4.352	407.782,40	

Art. 2º Autorizar o cancelamento dos TDAs abaixo relacionados, em cumprimento a acordo judicial e despachos autorizativos, conforme os Ofícios INCRA nº 114, de 17.03.2014:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/11/2007	89,68	10 anos	3% a.a.	4.352	390.287,36
Total				4.352	390.287,36

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 145, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 27.03.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h00, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 28.03.2014;

V - data da liquidação financeira: 28.03.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2015	369	5.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.04.2016	735	2.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2018	1.375	3.500.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 27.03.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 28.03.2014;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.04.2015	369	1.000.000	1.000,000000
LTN	100000	01.04.2016	735	400.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2018	1.375	700.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 146, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, resolve:

Art. 1° Divulgar os valores nominais atualizados (VNA) e juros para os seguintes títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - DPMFI, decorrentes de dívidas securitizadas:

ATIVO	DATA DE ANIVERSÁRIO	VNA E JUROS NA DATA DE ANIVERSÁRIO EM R$
BNCC920116	16/03/2014	54,190018
CVSA970101	01/03/2014	1.821,940000
CVSB970101	01/03/2014	1.446,520000
CVSC970101	01/03/2014	1.821,940000
CVSD970101	01/03/2014	1.446,520000
ESTA980625	25/02/2014	80,720000
ESTF980615	15/03/2014	407,540000
ESTI980815	15/03/2014	950,990000
JUST920116	16/03/2014	54,188686
NUCL910801	31/03/2014	118,596740
SUMA920199	16/03/2014	54,190018

Art. 2º Os valores nominais atualizados (VNA) e juros elencados no artigo anterior referem-se à ocorrência da última data de aniversário dos respectivos títulos.

Art. 3º Os valores nominais atualizados (VNA) das seguintes Notas do Tesouro Nacional - NTN, das Letras Financeiras do Tesouro - LFT e dos Certificados do Tesouro Nacional - CFT, para o dia de referência em março de 2014, são os seguintes:

TÍTULO	DATA DE REFERÊNCIA	EMISSÃO	BASE	VENCIMENTO	VNA
CDP	01/03/2014	21/09/2000		21/09/2030	884,57
CDP	01/03/2014	17/02/2000		17/02/2030	898,18
CDP	01/03/2014	18/11/1999		18/11/2029	903,45
CDP	01/03/2014	23/09/1999		23/09/2029	940,85
CDP	01/03/2014	18/06/1999		18/06/2029	957,84
CDP	01/03/2014	22/04/1999		22/04/2029	957,50

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CDP	01/03/2014	29/12/1998		29/12/2028	990,73	CTN	01/03/2014	01/05/2001	01/05/2021	1.201,64
CDP	01/03/2014	17/12/1998		17/12/2028	996,76	CTN	01/03/2014	01/04/2001	01/04/2021	1.225,16
CDP	01/03/2014	15/10/1998		15/10/2028	996,24	CTN	01/03/2014	01/03/2001	01/03/2021	1.243,76
CDP	01/03/2014	20/08/1998		20/08/2028	1.020,31	CTN	01/03/2014	01/02/2001	01/02/2021	1.258,43
CDP	01/03/2014	19/03/1998		19/03/2028	1.084,46	CTN	01/03/2014	01/01/2001	01/01/2021	1.278,26
CDP	01/03/2014	22/03/2001		22/03/2031	879,28	CTN	01/03/2014	01/12/2000	01/12/2020	1.298,52
CDP	01/03/2014	17/05/2001		17/05/2031	880,27	CTN	01/03/2014	01/11/2000	01/11/2020	1.314,63
CDP	01/03/2014	28/03/2002		28/03/2032	889,03	CTN	01/03/2014	01/10/2000	01/10/2020	1.332,21
CDP	01/03/2014	16/08/2001		16/08/2031	876,81	CTN	01/03/2014	01/09/2000	01/09/2020	1.360,41
CFT-A1	01/03/2014	15/01/2000		diversos	3.024,09	CTN	01/03/2014	01/08/2000	01/08/2020	1.406,08
CFT-A1	01/03/2014	15/09/1999		diversos	3.245,18	CTN	01/03/2014	01/07/2000	01/07/2020	1.441,72
CFT-A1	01/03/2014	15/09/1998		15/09/2028	3.655,27	CTN	01/03/2014	01/06/2000	01/06/2020	1.467,84
CFT-A4	01/03/2014	15/07/2000		diversos	2.931,33	CTN	01/03/2014	01/05/2000	01/05/2020	1.486,30
CFT-A4	01/03/2014	15/12/1999		diversos	3.061,36	CTN	01/03/2014	01/04/2000	01/04/2020	1.503,87
CFT-A5	01/03/2014	15/09/2001	15/07/2000	15/09/2024	1.844,31	CTN	01/03/2014	01/03/2000	01/03/2020	1.520,51
CFT-A5	01/03/2014	15/04/2000		15/01/2016	690,17	CTN	01/03/2014	01/02/2000	01/02/2020	1.540,31
CFT-B	01/03/2014	01/01/2006		01/01/2036	1,086691	CTN	01/03/2014	01/01/2000	01/01/2020	1.574,17
CFT-B	01/03/2014	01/01/2005		01/01/2035	1,117482	CTN	01/03/2014	01/12/1999	01/12/2019	1.617,82
CFT-B	01/03/2014	01/01/2004		01/01/2034	1,137803	CTN	01/03/2014	01/11/1999	01/11/2019	1.672,13
CFT-B	01/03/2014	01/01/2003		01/01/2033	1,190695	CTN	01/03/2014	01/10/1999	01/10/2019	1.716,77
CFT-B	01/03/2014	01/01/2002	01/07/2000	01/01/2032	1,224065	CTN	01/03/2014	01/09/1999	01/09/2019	1.758,11
CFT-B	01/03/2014	01/01/2001		01/01/2031	1,252038	CTN	01/03/2014	01/08/1999	01/08/2019	1.802,48
CFT-B	01/03/2014	01/01/2000		01/01/2030	1,278285	CTN	01/03/2014	01/07/1999	01/07/2019	1.847,78
CFT-B	01/03/2014	01/12/1999		01/12/2029	1,282117	CTN	01/03/2014	01/06/1999	01/06/2019	1.872,03
CFT-B	01/03/2014	01/11/1999		01/11/2029	1,284679	CTN	01/03/2014	01/05/1999	01/05/2019	1.884,36
CFT-B	01/03/2014	01/10/1999		01/10/2029	1,287588	CTN	01/03/2014	01/04/1999	01/04/2019	1.915,77
CFT-B	01/03/2014	01/08/1999		01/08/2029	1,294887	CTN	01/03/2014	01/03/1999	01/03/2019	1.988,76
CFT-B	01/03/2014	01/06/1999		01/06/2029	1,302721	CTN	01/03/2014	01/02/1999	01/02/2019	2.080,15
CFT-B	01/03/2014	01/01/1999		01/01/2029	1,351525	CTN	01/03/2014	01/01/1999	01/01/2019	2.117,46
CFT-B	01/03/2014	01/11/1998		01/11/2028	1,369927	CTN	01/03/2014	01/12/1998	01/12/2018	2.147,16
CFT-B	01/03/2014	01/01/1998		01/01/2028	1,456861	CTN	01/03/2014	01/11/1998	01/11/2018	2.160,63
CFT-B	01/03/2014	01/12/1997		01/12/2027	1,475924	CTN	01/03/2014	01/10/1998	01/10/2018	2.182,84
CFT-B	01/03/2014	01/01/1997		01/01/2027	1,599415	CTN	01/03/2014	01/09/1998	01/09/2018	2.201,68
CFT-D1	01/03/2014	19/04/2002	01/07/2000	01/05/2031	1.296,33	CTN	01/03/2014	01/08/1998	01/08/2018	2.219,13
CFT-D5	01/03/2014	15/04/2000		15/01/2016	302,79	CTN	01/03/2014	01/07/1998	01/07/2018	2.236,43
CFT-E	01/03/2014	diversos	01/07/2000	diversos	2,955388	CTN	01/03/2014	01/06/1998	01/06/2018	2.266,31
CFT-E	01/03/2014	01/10/2003	01/07/2000	01/10/2016	2.159,46	CTN	01/03/2014	01/05/1998	01/05/2018	2.290,90
CFT-E	01/03/2014	01/09/2003	01/07/2000	01/09/2016	2.181,43	LFT	01/03/2014	diversos	01/07/2000	diversos	5.994,192386
CFT-E	01/03/2014	01/06/2001		01/06/2031	2,684001	LFT-A	01/03/2014	04/05/2000		04/05/2015	534,642931
CFT-E	01/03/2014	01/04/2001		01/04/2031	2,734247	LFT-A	01/03/2014	22/12/1999		22/12/2014	380,005290
CFT-E	01/03/2014	01/12/2000		01/12/2030	2,790548	LFT-A	01/03/2014	01/12/1999		01/12/2014	345,620819
CFT-E5	01/03/2014	01/06/2002	01/07/2000	01/03/2022	1.611,62	LFT-A	01/03/2014	25/08/1999		25/08/2014	241,405861
CTN	01/03/2014	01/08/2004		01/08/2024	523,56	LFT-A	01/03/2014	02/08/1999		02/08/2014	244,373022
CTN	01/03/2014	01/07/2004		01/07/2024	535,44	LFT-A	01/03/2014	05/05/1999		05/05/2014	128,651191
CTN	01/03/2014	01/06/2004		01/06/2024	547,95	LFT-A	01/03/2014	29/03/1999		29/03/2014	44,183828
CTN	01/03/2014	01/04/2004		01/04/2024	572,56	LFT-A	01/03/2014	18/03/1999		18/03/2014	44,640035
CTN	01/03/2014	01/03/2004		01/03/2024	584,54	LFT-B	01/03/2014	06/09/2000	01/07/2000	06/09/2015	5.994,192386
CTN	01/03/2014	01/02/2004		01/02/2024	594,17	NTN-A3	01/03/2014	10/12/1997		15/04/2024	2.098,003956
CTN	01/03/2014	01/09/2003		01/09/2023	645,29	NTN-A6	01/03/2014	15/10/2000		15/04/2014	59,441760
CTN	01/03/2014	01/08/2003		01/08/2023	653,89	NTN-B	15/03/2014	diversos	15/07/2000	diversos	2.392,414314
CTN	01/03/2014	01/07/2003		01/07/2023	657,35	NTN-C	01/03/2014	diversos	01/07/2000	diversos	2.955,389262
CTN	01/03/2014	01/06/2003		01/06/2023	656,93	NTN-I	15/03/2014	diversos	01/07/2000	diversos	1,313222
CTN	01/03/2014	01/05/2003		01/05/2023	661,43	NTN-I	01/03/2014	15/02/2001		diversos	1,172916
CTN	01/03/2014	01/04/2003		01/04/2023	673,85	NTN-I	01/03/2014	15/11/2000		diversos	1,200246
CTN	01/03/2014	01/03/2003		01/03/2023	690,68	NTN-I	01/03/2014	15/10/2000		diversos	1,243551
CTN	01/03/2014	01/02/2003		01/02/2023	713,18	NTN-I	01/03/2014	15/09/2000		diversos	1,273898
CTN	01/03/2014	01/01/2003		01/01/2023	736,70	NTN-I	01/03/2014	15/10/1999		diversos	1,187601
CTN	01/03/2014	01/12/2002		01/12/2022	771,58	NTN-I	01/03/2014	15/09/1999		diversos	1,233102
CTN	01/03/2014	01/11/2002		01/11/2022	819,32	NTN-I	01/03/2014	15/07/1999		diversos	1,288530
CTN	01/03/2014	01/10/2002		01/10/2022	859,13	NTN-I	01/03/2014	15/05/1999		diversos	1,408207
CTN	01/03/2014	01/09/2002		01/09/2022	888,09	NTN-I	01/03/2014	15/04/1999		diversos	1,407782
CTN	01/03/2014	01/08/2002		01/08/2022	917,31	NTN-P	01/03/2014	01/01/2011		01/01/2027	1,018641
CTN	01/03/2014	01/07/2002		01/07/2022	944,11	NTN-P	01/03/2014	01/01/2009		01/01/2025	1,032929
CTN	01/03/2014	01/06/2002		01/06/2022	967,76	NTN-P	01/03/2014	01/01/2008		01/01/2024	1,049816
CTN	01/03/2014	01/05/2002		01/05/2022	985,01	NTN-P	01/03/2014	01/01/2006		01/01/2022	1,086691
CTN	01/03/2014	01/04/2002		01/04/2022	999,89	NTN-P	01/03/2014	01/01/2005		01/01/2021	1,117482
CTN	01/03/2014	01/03/2002		01/03/2022	1.010,33	NTN-P	01/03/2014	01/01/2004		01/01/2020	1,137803
CTN	01/03/2014	01/02/2002		01/02/2022	1.020,52	NTN-P	21/03/2014	21/03/2003		21/03/2018	1,175920
CTN	01/03/2014	01/01/2002		01/01/2022	1.033,93	NTN-P	19/03/2014	19/04/2002		19/04/2017	1,215577
CTN	01/03/2014	01/12/2001		01/12/2021	1.046,04	NTN-P	04/03/2014	04/12/2001		04/12/2016	1,226421
CTN	01/03/2014	01/11/2001		01/11/2021	1.067,60	NTN-P	15/03/2014	15/02/2001		15/02/2016	1,251562
CTN	01/03/2014	01/10/2001		01/10/2021	1.090,43	NTN-P	28/03/2014	28/12/2000		28/12/2015	1,253289
CTN	01/03/2014	01/09/2001		01/09/2021	1.104,12	NTN-P	28/03/2014	28/09/2000		28/09/2015	1,257845
CTN	01/03/2014	01/08/2001		01/08/2021	1.130,04	NTN-P	16/03/2014	16/06/2000		16/06/2015	1,264708
CTN	01/03/2014	01/07/2001		01/07/2021	1.157,68	NTN-P	28/03/2014	28/12/1999		28/12/2014	1,280382
CTN	01/03/2014	01/06/2001		01/06/2021	1.180,15	NTN-P	17/03/2014	17/11/1999		17/11/2014	1,285068
						NTN-P	09/03/2014	09/07/1999		09/07/2014	1,293800
						NTN-P	15/03/2014	15/06/1999		15/06/2014	1,303167
						NTN-P	24/03/2014	24/05/1999		24/05/2014	1,300118
						NTN-P	26/03/2014	26/04/1999		26/04/2014	1,310066

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

PORTARIA Nº 147, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no incisos I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de fevereiro de 2014, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

ANEXO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, Anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da Execução Orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até 31 de janeiro. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Na fórmula da dotação inicial constam contas de detalhamento, para que seja possível evidenciar a dotação inicial detalhada, lançada no SIAFI até o nível de modalidade.

5. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento.

6. Esta publicação apresenta três situações distintas:

6.1. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais, consolidados na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

6.2. Realização das receitas e despesas de refinanciamento da dívida pública da União; e

6.3. Realização das receitas e despesas da União, excetuando-se nessas demonstrações o refinanciamento da dívida pública da União.

7. Nos Anexos 1, 2 e 7 e nas Tabelas 5, 6, 7 e 8 são destacadas as operações intra-orçamentárias às quais se referem o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 13 de julho de 2012. No Anexo III, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

8. A Tabela 4-A - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, são desvinculados vinte por cento da receita da União proveniente das seguintes contribuições sociais:

a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

b) Cota-Parte da Contribuição Sindical;

c) Contribuição sobre os Concursos de Prognósticos;

d) Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

e) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; e

Sobre as Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social não se aplica a desvinculação de recursos com base no inciso XI do art. 167 da Constituição. Por analogia, também não se aplica a mesma desvinculação sobre as receitas de Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Quanto à receita de Contribuição para o Salário-Educação, a exceção decorre do disposto no § 2º do art. 76 do ADCT. No demonstrativo consta nota explicativa com memória de cálculo das receitas desvinculadas por força de dispositivo constitucional.

9. O Anexo 12 passará a constar apenas da versão bimestral do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, por força da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, e do §3º do art. 165 da Constituição Federal.

10. O valor da coluna da previsão atualizada da receita apresenta-se menor do que o da dotação atualizada da despesa em decorrência da abertura de créditos adicionais com a utilização excesso de arrecadação e de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2013, proveniente de receitas orçamentárias previstas e efetivamente arrecadadas em exercícios anteriores a 2014.

11. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

12. A partir do Relatório de fevereiro de 2014, foi incluída a Tabela 13, com o objetivo de divulgar a evolução das despesas discricionárias e decorrentes de emendas individuais, conforme o inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013.

13. Estas informações estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorio_resumido.asp.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	1.704.809.419	1.704.809.419	272.282.495	15,97	272.282.495	15,97	1.432.526.924
RECEITAS CORRENTES	1.381.004.052	1.381.004.052	222.219.255	16,09	222.219.255	16,09	1.158.784.797
RECEITA TRIBUTARIA	443.898.115	443.898.115	76.755.446	17,29	76.755.446	17,29	367.142.669
Impostos	435.557.748	435.557.748	76.006.807	17,45	76.006.807	17,45	359.550.941
Taxas	8.340.367	8.340.367	748.639	8,98	748.639	8,98	7.591.728
RECEITA DE CONTRIBUICOES	703.128.906	703.128.906	113.640.871	16,16	113.640.871	16,16	589.488.035
Contribuições Sociais	692.056.677	692.056.677	112.077.296	16,19	112.077.296	16,19	579.979.381
Contribuições Econômicas	11.072.229	11.072.229	1.563.575	14,12	1.563.575	14,12	9.508.654
RECEITA PATRIMONIAL	100.143.658	100.143.658	14.471.549	14,45	14.471.549	14,45	85.672.110
Receitas Imobiliárias	1.463.551	1.463.551	170.865	11,67	170.865	11,67	1.292.687
Receitas de Valores Mobiliários	36.858.113	36.858.113	5.185.877	14,07	5.185.877	14,07	31.672.235
Receita de Concessões e Permissões	13.455.059	13.455.059	755.022	5,61	755.022	5,61	12.700.037
Compensações Financeiras	47.974.466	47.974.466	8.289.356	17,28	8.289.356	17,28	39.685.110
Receita de Cessão de Direitos	372.812	372.812	68.106	18,27	68.106	18,27	304.706
Outras Receitas Patrimoniais	19.657	19.657	2.322	11,81	2.322	11,81	17.335
RECEITA AGROPECUARIA	28.017	28.017	4.014	14,33	4.014	14,33	24.003
Receita da Produção Vegetal	15.581	15.581	2.036	13,07	2.036	13,07	13.545
Receita da Produção Animal e Derivados	12.427	12.427	1.977	15,91	1.977	15,91	10.450
Outras Receitas Agropecuárias	9	9	1	14,11	1	14,11	8
RECEITA INDUSTRIAL	949.366	949.366	48.314	5,09	48.314	5,09	901.053
Receita da Indústria de Transformação	949.366	949.366	48.314	5,09	48.314	5,09	901.053
RECEITA DE SERVICOS	54.645.140	54.645.140	10.056.884	18,40	10.056.884	18,40	44.588.256
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.231.711	1.231.711	75.060	6,09	75.060	6,09	1.156.651
Transferências Intergovernamentais	700	700	46	6,55	46	6,55	654
Transferências de Instituições Privadas	303.683	303.683	1.508	0,50	1.508	0,50	302.174
Transferências do Exterior	33.236	33.236	10.937	32,91	10.937	32,91	22.299
Transferências de Pessoas	645	645	92	14,27	92	14,27	553
Transferências de Convênios	893.321	893.321	62.464	6,99	62.464	6,99	830.857
Transferências para o Combate à Fome	127	127	13	10,14	13	10,14	114
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	172	0,00	172	0,00	(172)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.979.138	76.979.138	7.166.946	9,31	7.166.946	9,31	69.812.192
Multas e Juros de Mora	22.471.015	22.471.015	3.094.659	13,77	3.094.659	13,77	19.376.357
Indenizações e Restituições	8.696.517	8.696.517	1.053.790	12,12	1.053.790	12,12	7.642.727
Receita da Dívida Ativa	16.402.382	16.402.382	1.212.087	7,39	1.212.087	7,39	15.190.295
Receitas Decorrentes de Compensações ao RGPS	17.000.000	17.000.000	0	0,00	0	0,00	17.000.000
Receitas Correntes Diversas[1]	12.409.224	12.409.224	1.806.411	14,56	1.806.411	14,56	10.602.813
RECEITAS DE CAPITAL	323.805.367	323.805.367	50.063.240	15,46	50.063.240	15,46	273.742.126
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	196.369.663	196.369.663	34.725.822	17,68	34.725.822	17,68	161.643.840
Operações de Crédito Internas	194.760.407	194.760.407	34.165.490	17,54	34.165.490	17,54	160.594.917
Operações de Crédito Externas	1.609.256	1.609.256	560.333	34,82	560.333	34,82	1.048.923
ALIENACAO DE BENS	5.483.771	5.483.771	363.972	6,64	363.972	6,64	5.119.800
Alienação de Bens Móveis	1.935.519	1.935.519	348.216	17,99	348.216	17,99	1.587.302
Alienação de Bens Imóveis	3.548.253	3.548.253	15.755	0,44	15.755	0,44	3.532.497
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	36.375.883	36.375.883	6.505.806	17,88	6.505.806	17,88	29.870.077
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	101.068	101.068	41.206	40,77	41.206	40,77	59.862
Transferência de Outras Instituições Públicas	4.946	4.946	0	0,00	0	0,00	4.946
Transferências de Convênios	95.909	95.909	38.899	40,56	38.899	40,56	57.011
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	85.474.982	85.474.982	8.426.435	9,86	8.426.435	9,86	77.048.547
Resultado do Banco Central do Brasil	41.290.000	41.290.000	0	0,00	0	0,00	41.290.000
Remuneração das Disponibilidades	44.182.182	44.182.182	8.426.101	19,07	8.426.101	19,07	35.756.081
Receita da Dívida Ativa Proveniente da Amortização de Emp. e Financ	2.060	2.060	270	13,11	270	13,11	1.790
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	740	740	63	8,58	63	8,58	676
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receitas de Capital Diversas[2]	0	0	0	0	0	0,00	0

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	23.621.632	23.621.632	5.208.219	22,05	5.208.219	22,05	18.413.413
RECEITAS CORRENTES	23.621.632	23.621.632	4.618.297	19,55	4.618.297	19,55	19.003.335
RECEITA TRIBUTARIA	212	212	(59)	(27,81)	(59)	(27,81)	271
Impostos	33	33	(81)	(241,99)	(81)	(241,99)	114
Taxas	179	179	22	12,06	22	12,07	157

RECEITA DE CONTRIBUICOES	17.604.853	17.604.853	2.585.105	14,68	2.585.105	14,68	15.019.748
Contribuições Sociais	17.604.823	17.604.823	2.585.102	14,68	2.585.102	14,68	15.019.721
Contribuições Econômicas	30	30	3	9,15	3	9,15	27
RECEITA PATRIMONIAL	3.655	3.655	479	13,11	479	13,11	3.176
Receitas Imobiliárias	3.382	3.382	320	9,45	320	9,45	3.062
Receitas de Valores Mobiliários	83	83	0	0,00	0	0,00	83
Receita de Concessões e Permissões	190	190	159	84,06	159	84,06	30
RECEITA INDUSTRIAL	190.354	190.354	33.430	17,56	33.430	17,56	156.923
Receita da Indústria de Transformação	190.354	190.354	33.430	17,56	33.430	17,56	156.923
RECEITA DE SERVICOS	54.202	54.202	44.139	81,43	44.139	81,43	10.063
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.768.356	5.768.356	1.955.203	33,90	1.955.203	33,90	3.813.153
Multas e Juros de Mora	700	700	467	66,70	467	66,70	233
Indenizações e Restituições	6.333	6.333	1.722	27,19	1.722	27,19	4.611
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	5.760.833	5.760.833	1.952.840	33,90	1.952.840	33,90	3.807.993
Receitas Correntes Diversas[1]	490	490	174	35,49	174	35,49	316
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	589.922	0,00	589.922	0,00	(589.922)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	589.922	0,00	589.922	0,00	(589.922)
Operações de Crédito Internas	0	0	589.922	0,00	589.922	0,00	(589.922)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Integralização de Capital Social	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.728.431.050	1.728.431.050	277.490.714	16,05	277.490.714	16,05	1.450.940.336
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	654.746.947	654.746.947	79.429.231	12,13	79.429.231	12,13	575.317.716
Operações de Crédito Internas	654.746.947	654.746.947	79.429.231	12,13	79.429.231	12,13	575.317.716
Mobiliária	654.746.947	654.746.947	79.429.231	12,13	79.429.231	12,13	575.317.716
Operações de Crédito Externas	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Mobiliária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	2.383.177.997	2.383.177.997	356.919.945	14,98	356.919.945	14,98	2.026.258.052
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	50.716.018	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	2.383.177.997	2.383.177.997	356.919.945	14,98	407.635.963	17,10	2.026.258.052
CRÉDITOS ADICIONAIS E CRÉDITOS CANCELADOS	-	(2.383.131.381)	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		3.175.017					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		1.250					
Créditos cancelados líquidos		(2.386.307.648)					

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Nas Receitas Correntes Diversas estão incluídas as Receitas Correntes a Classificar.
[2] Nas Receitas de Capital Diversas estão incluídas Outras Receitas.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	1.692.522.766	3.175.017	1.695.697.783	890.084.867	890.084.867	228.119.080	228.119.080	13,45	1.467.578.703
DESPESAS CORRENTES	1.344.227.268	1.513.533	1.345.740.801	815.801.205	815.801.205	205.962.275	205.962.275	15,30	1.139.778.526
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.048.203	0	223.048.203	118.140.436	118.140.436	33.897.446	33.897.446	15,20	189.150.757
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	189.474.726	0	189.474.726	58.059.715	58.059.715	39.691.688	39.691.688	20,95	149.783.038
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	931.704.340	1.513.533	933.217.872	639.601.054	639.601.054	132.373.141	132.373.141	14,18	800.844.731
Transferência a Estados, DF e Municípios	303.311.186	2.350	303.313.536	240.245.347	240.245.347	40.914.893	40.914.893	13,49	262.398.643
Benefícios Previdenciários	377.212.675	0	377.212.675	254.440.699	254.440.699	65.416.333	65.416.333	17,34	311.796.342
Demais Despesas Correntes	251.180.479	1.511.183	252.691.661	144.915.008	144.915.008	26.041.916	26.041.916	10,31	226.649.746
DESPESAS DE CAPITAL	315.971.799	1.661.484	317.633.282	74.283.662	74.283.662	22.156.805	22.156.805	6,98	295.476.477
INVESTIMENTOS	81.371.053	870.091	82.241.144	8.495.696	8.495.696	535.168	535.168	0,65	81.705.976
INVERSÕES FINANCEIRAS	75.501.249	791.393	76.292.641	34.453.157	34.453.157	9.671.917	9.671.917	12,68	66.620.724
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	159.099.497	0	159.099.497	31.334.809	31.334.809	11.949.720	11.949.720	7,51	147.149.777
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.323.699	0	32.323.699	0	0	0	0	0,00	32.323.699
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (IX)	37.233.195	0	37.233.195	30.493.367	30.493.367	4.680.797	4.680.797	12,57	32.552.399
DESPESAS CORRENTES	36.911.074	0	36.911.074	30.231.515	30.231.515	4.668.630	4.668.630	12,65	32.242.444
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.955.169	0	18.955.169	12.914.507	12.914.507	2.643.454	2.643.454	13,95	16.311.715
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.955.906	0	17.955.906	17.317.008	17.317.008	2.025.176	2.025.176	11,28	15.930.730
Demais Despesas Correntes	17.955.906	0	17.955.906	17.317.008	17.317.008	2.025.176	2.025.176	11,28	15.930.730
DESPESAS DE CAPITAL	322.121	0	322.121	261.852	261.852	12.167	12.167	3,78	309.954
INVESTIMENTOS	35.024	0	35.024	14.741	14.741	12.153	12.153	34,70	22.870
INVERSÕES FINANCEIRAS	287.098	0	287.098	247.111	247.111	14	14	0,00	287.084
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.729.755.962	3.175.017	1.732.930.978	920.578.234	920.578.234	232.799.877	232.799.877	13,43	1.500.131.102
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	653.376.670	0	653.376.670	214.900.446	214.900.446	174.836.087	174.836.087	26,76	478.540.583
Amortização da Dívida Interna	647.093.236	0	647.093.236	211.345.570	211.345.570	173.411.458	173.411.458	26,80	473.681.779
Dívida Mobiliária	645.761.337	0	645.761.337	210.351.574	210.351.574	173.078.634	173.078.634	26,80	472.682.703
Outras Dívidas	1.331.899	0	1.331.899	993.996	993.996	332.823	332.823	24,99	999.075
Amortização da Dívida Externa	6.283.433	0	6.283.433	3.554.876	3.554.876	1.424.629	1.424.629	22,67	4.858.804
Dívida Mobiliária	4.379.944	0	4.379.944	2.300.000	2.300.000	1.357.459	1.357.459	30,99	3.022.485
Outras Dívidas	1.903.489	0	1.903.489	1.254.876	1.254.876	67.170	67.170	3,53	1.836.320
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.383.132.631	3.175.017	2.386.307.648	1.135.478.680	1.135.478.680	407.635.963	407.635.963	17,08	1.978.671.685
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.383.132.631	3.175.017	2.386.307.648	1.135.478.680	1.135.478.680	407.635.963	407.635.963	-	1.978.671.685

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (3/3)

RENATO PONTES DIAS
Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União
Contador - CRC-DF 11.149/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		% (b/total b)	% (b/a)	SALDO A EXECUTAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
Legislativa	6.950.840	6.950.840	5.877.548	5.877.548	978.967	978.967	0,42	14,08	5.971.873
Judiciaria	27.991.625	28.027.237	19.564.448	19.564.448	4.247.842	4.247.842	1,82	15,16	23.779.394
Essencial a Justica	5.392.089	5.396.129	2.026.963	2.026.963	811.644	811.644	0,35	15,04	4.584.485
Administracao	27.206.783	27.375.564	6.676.040	6.676.040	2.720.043	2.720.043	1,17	9,94	24.655.520
Defesa Nacional	38.569.821	38.569.821	17.216.487	17.216.487	3.890.210	3.890.210	1,67	10,09	34.679.611
Seguranca Publica	8.456.350	9.367.955	3.930.988	3.930.988	947.346	947.346	0,41	10,11	8.420.609
Relacoes Exteriores	2.072.986	2.072.986	606.086	606.086	295.660	295.660	0,13	14,26	1.777.326
Assistencia Social	68.216.344	68.617.694	58.935.517	58.935.517	10.725.690	10.725.690	4,61	15,63	57.892.004
Previdencia Social	473.509.194	473.509.194	306.421.948	306.421.948	80.944.052	80.944.052	34,77	17,09	392.565.141

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Saude	98.036.362	98.082.015	25.642.532	25.642.532	11.735.407	11.735.407	5,04	11,96	86.346.608
Trabalho	63.838.510	63.838.510	46.290.949	46.290.949	13.307.365	13.307.365	5,72	20,85	50.531.145
Educacao	83.275.927	83.287.913	39.833.721	39.833.721	8.651.399	8.651.399	3,72	10,39	74.636.514
Cultura	3.012.548	3.012.548	531.929	531.929	78.570	78.570	0,03	2,61	2.933.978
Direitos da Cidadania	1.854.108	1.854.108	443.263	443.263	71.750	71.750	0,03	3,87	1.782.358
Urbanismo	8.289.331	8.350.145	363.832	363.832	116.726	116.726	0,05	1,40	8.233.419
Habitacao	458.082	458.082	0	0	0	0	0,00	0,00	458.082
Saneamento	3.426.319	3.427.319	309.195	309.195	359	359	0,00	0,01	3.426.961
Gestao Ambiental	8.734.525	8.739.875	1.707.514	1.707.514	248.836	248.836	0,11	2,85	8.491.039
Ciencia e Tecnologia	8.997.879	8.999.372	2.156.858	2.156.858	700.929	700.929	0,30	7,79	8.298.443
Agricultura	24.439.596	24.497.372	12.220.681	12.220.681	899.250	899.250	0,39	3,67	23.598.122
Organizacao Agraria	5.156.373	5.596.373	1.335.802	1.335.802	334.526	334.526	0,14	5,98	5.261.847
Industria	2.555.003	2.555.003	715.708	715.708	313.315	313.315	0,13	12,26	2.241.689
Comercio e Servicos	5.560.101	5.611.267	3.079.905	3.079.905	39.243	39.243	0,02	0,70	5.572.025
Comunicacoes	1.637.446	1.637.446	720.653	720.653	130.843	130.843	0,06	7,99	1.506.603
Energia	2.014.306	2.024.306	730.905	730.905	125.072	125.072	0,05	6,18	1.899.234
Transporte	24.646.839	24.965.416	3.195.236	3.195.236	320.212	320.212	0,14	1,28	24.645.204
Desporto e Lazer	2.228.586	2.257.379	296.592	296.592	19.212	19.212	0,01	0,85	2.238.167
Encargos Especiais	691.650.230	692.271.252	359.746.934	359.746.934	90.145.410	90.145.410	38,72	13,02	602.125.842
Reserva de Contingencia	31.577.858	31.577.858	0	0	0	0	0,00	0,00	31.577.858
TOTAL	1.729.755.962	1.732.930.978	920.578.234	920.578.234	232.799.877	232.799.877	100,00	13,43	1.500.131.102

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		% (b/total b)	% (b/a)	SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
LEGISLATIVA	6.145.741	6.145.741	5.091.725	5.091.725	857.729	857.729	0,38	13,96	5.288.013
Acao Legislativa	943.891	943.891	571.172	571.172	0	36.349	0,02	3,85	907.541
Controle Externo	171.481	171.481	79.825	79.825	0	6.776	0,00	3,95	164.705
Administracao Geral	4.356.792	4.356.792	3.992.807	3.992.807	0	728.074	0,32	16,71	3.628.717
Tecnologia Da Informacao	10.365	10.365	0	0	0	0	0,00	0,00	10.365
Comunicacao Social	154.981	154.981	50.495	50.495	0	2.878	0,00	1,86	152.103
Atencao Basica	236.366	236.366	128.217	128.217	0	40.772	0,02	17,25	195.594
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	270.760	270.760	269.210	269.210	0	42.880	0,02	15,84	227.880
Outros Encargos Especiais	1.107	1.107	0	0	0	0	0,00	0,00	1.107
JUDICIARIA	24.878.544	24.914.155	17.085.462	17.085.462	3.759.665	3.759.665	1,65	15,09	21.154.490
Controle Externo	78.190	78.190	33.482	33.482	0	1.797	0,00	2,30	76.394
Acao Judiciaria	2.923.281	2.924.259	1.034.697	1.034.697	0	104.330	0,05	3,57	2.819.929
Administracao Geral	19.553.262	19.587.895	14.388.612	14.388.612	0	3.357.001	1,47	17,14	16.230.894
Tecnologia Da Informacao	349.463	349.463	21.610	21.610	0	4.692	0,00	1,34	344.771
Formacao De Recursos Humanos	13.632	13.632	2.697	2.697	0	3	0,00	0,02	13.629
Comunicacao Social	110.770	110.770	48.963	48.963	0	2.088	0,00	1,88	108.682
Previdencia Do Regime Estatutario	17.118	17.118	17.118	17.118	0	3.412	0,00	19,93	13.706
Atencao Basica	660.074	660.074	520.108	520.108	0	70.799	0,03	10,73	589.275
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.172.754	1.172.754	1.018.175	1.018.175	0	215.544	0,09	18,38	957.209
ESSENCIAL A JUSTICA	4.557.960	4.562.000	1.438.945	1.438.945	679.299	679.299	0,30	14,89	3.882.700
Controle Externo	39.226	39.226	6.584	6.584	0	1.643	0,00	4,19	37.583
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	781.044	784.144	122.382	122.382	0	43.258	0,02	5,52	740.886
Representacao Judicial E Extrajudicial	300.207	300.207	42.638	42.638	0	29.151	0,01	9,71	271.056
Administracao Geral	2.896.957	2.897.897	971.937	971.937	0	553.705	0,24	19,11	2.344.192
Normatizacao E Fiscalizacao	9.000	9.000	0	0	0	0	0,00	0,00	9.000
Tecnologia Da Informacao	26.100	26.100	2.173	2.173	0	0	0,00	0,00	26.100
Comunicacao Social	56.327	56.327	6.471	6.471	0	575	0,00	1,02	55.752
Previdencia Do Regime Estatutario	10.833	10.833	10.833	10.833	0	1.940	0,00	17,91	8.893
Atencao Basica	86.620	86.620	35.092	35.092	0	2.977	0,00	3,44	83.643
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	201.786	201.786	116.243	116.243	0	35.257	0,02	17,47	166.529
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	149.860	149.860	124.591	124.591	0	10.793	0,00	7,20	139.067
ADMINISTRACAO	24.401.577	24.570.358	6.038.998	6.038.998	2.386.468	2.386.468	1,05	9,71	22.183.890
Representacao Judicial E Extrajudicial	164.314	164.314	19.196	19.196	0	16.795	0,01	10,22	147.519
Planejamento E Orcamento	290.058	290.058	12.272	12.272	0	5.145	0,00	1,77	284.913
Administracao Geral	18.164.214	18.164.214	5.458.541	5.458.541	0	2.195.885	0,96	12,09	15.968.329
Administracao Financeira	68.430	68.430	8.067	8.067	0	315	0,00	0,46	68.115
Controle Interno	68.776	68.776	11.306	11.306	0	4.567	0,00	6,64	64.209
Normatizacao E Fiscalizacao	556.649	556.649	48.063	48.063	0	6.185	0,00	1,11	550.463
Tecnologia Da Informacao	1.973.929	1.973.929	132.274	132.274	0	42.942	0,02	2,18	1.930.986
Ordenamento Territorial	111.184	114.684	5.012	5.012	0	1.801	0,00	1,57	112.883
Formacao De Recursos Humanos	38.040	38.040	1.442	1.442	0	79	0,00	0,21	37.961
Administracao De Receitas	99.911	99.911	1.169	1.169	0	837	0,00	0,84	99.074
Comunicacao Social	326.006	326.006	38.583	38.583	0	146	0,00	0,04	325.860
Defesa Civil	970	970	35	35	0	11	0,00	1,11	959
Cooperacao Internacional	0	165.281	0	0	0	0	0,00	0,00	165.281
Atencao Basica	330.991	330.991	80.774	80.774	0	38.279	0,02	11,56	292.712
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	536.143	536.143	164.120	164.120	0	68.569	0,03	12,79	467.573
Relacoes De Trabalho	1.549	1.549	35	35	0	0	0,00	0,00	1.549
Ensino Superior	36.000	36.000	190	190	0	65	0,00	0,18	35.935
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	18.813	18.813	5.473	5.473	0	1.007	0,00	5,35	17.806
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	9.300	9.300	0	0	0	0	0,00	0,00	9.300
Desenvolvimento Cientifico	53.062	53.062	17.602	17.602	0	1.141	0,00	2,15	51.921
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	4.982	4.982	1.308	1.308	0	184	0,00	3,70	4.798
Producao Industrial	36.755	36.755	33.488	33.488	0	2.465	0,00	6,71	34.290
Outros Encargos Especiais	50.000	50.000	49	49	0	49	0,00	0,10	49.951
Reserva De Contingencia	1.461.502	1.461.502	0	0	0	0	0,00	0,00	1.461.502
DEFESA NACIONAL	38.116.388	38.116.388	16.961.625	16.961.625	3.826.987	3.826.987	1,68	10,04	34.289.401
Planejamento E Orcamento	1.800	1.800	88	88	0	4	0,00	0,21	1.796
Administracao Geral	18.922.164	18.922.164	10.890.624	10.890.624	0	2.921.794	1,28	15,44	16.000.370
Normatizacao E Fiscalizacao	81.889	81.889	2.733	2.733	0	550	0,00	0,67	81.339
Tecnologia Da Informacao	70.000	70.000	372	372	0	0	0,00	0,00	70.000
Formacao De Recursos Humanos	141.574	141.574	18.448	18.448	0	3.048	0,00	2,15	138.526
Comunicacao Social	2.650	2.650	276	276	0	0	0,00	0,00	2.650
Defesa Aerea	5.237.973	5.237.973	1.341.076	1.341.076	0	310.828	0,14	5,93	4.927.145
Defesa Naval	3.640.191	3.640.191	2.341.929	2.341.929	0	148.707	0,07	4,09	3.491.484
Defesa Terrestre	2.940.107	2.940.107	38.064	38.064	0	8.444	0,00	0,29	2.931.663
Informacao E Inteligencia	7.389	7.389	1.164	1.164	0	372	0,00	5,04	7.016
Cooperacao Internacional	317.709	317.709	6.587	6.587	0	3.850	0,00	1,21	313.859
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	2.000	2.000	285	285	0	50	0,00	2,48	1.950
Assistencia Comunitaria	465.915	465.915	1.813	1.813	0	276	0,00	0,06	465.640
Atencao Basica	2.086.611	2.086.611	324.998	324.998	0	158.217	0,07	7,58	1.928.394
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	51.008	51.008	4.662	4.662	0	3.102	0,00	6,08	47.906
Suporte Profilatico E Terapeutico	8.328	8.328	445	445	0	323	0,00	3,88	8.005

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.073.566	3.073.566	1.443.837	1.443.837	0	244.439	0,11	7,95	2.829.127
Empregabilidade	11.995	11.995	18	18	0	1	0,00	0,01	11.994
Ensino Profissional	139.759	139.759	10.984	10.984	0	3.003	0,00	2,15	136.756
Ensino Superior	17.800	17.800	369	369	0	4	0,00	0,02	17.796
Educacao De Jovens E Adultos	4.000	4.000	312	312	0	108	0,00	2,69	3.892
Educacao Basica	11.584	11.584	688	688	0	80	0,00	0,69	11.504
Habitacao Urbana	257.027	257.027	188.380	188.380	0	16.030	0,01	6,24	240.997
Controle Ambiental	72.010	72.010	3.998	3.998	0	1.565	0,00	2,17	70.445
Desenvolvimento Cientifico	81.750	81.750	2.006	2.006	0	508	0,00	0,62	81.242
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	437.340	437.340	334.657	334.657	0	228	0,00	0,05	437.112
Telecomunicacoes	32.251	32.251	2.809	2.809	0	1.457	0,00	4,52	30.793
SEGURANCA PUBLICA	7.668.659	8.580.264	3.385.042	3.385.042	826.939	826.939	0,36	9,64	7.753.325
Administracao Geral	4.569.187	4.571.607	2.882.985	2.882.985	0	676.347	0,30	14,79	3.895.261
Formacao De Recursos Humanos	54.833	54.833	931	931	0	508	0,00	0,93	54.325
Comunicacao Social	1.000	1.000	0	0	0	0	0,00	0,00	1.000
Policiamento	2.038.571	2.047.756	138.995	138.995	0	40.839	0,02	1,99	2.006.917
Defesa Civil	237.327	1.137.327	131.351	131.351	0	75.757	0,03	6,66	1.061.570
Informacao E Inteligencia	553.715	553.715	70.428	70.428	0	4.597	0,00	0,83	549.118
Atencao Basica	82.095	82.095	64.575	64.575	0	7.710	0,00	9,39	74.385
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	131.932	131.932	95.777	95.777	0	21.182	0,01	16,06	110.750
RELACOES EXTERIORES	1.936.997	1.936.997	547.012	547.012	277.520	277.520	0,12	14,33	1.659.477
Administracao Geral	1.110.887	1.110.887	409.695	409.695	0	168.737	0,07	15,19	942.150
Tecnologia Da Informacao	880	880	10	10	0	4	0,00	0,48	876
Formacao De Recursos Humanos	3.538	3.538	78	78	0	44	0,00	1,25	3.494
Relacoes Diplomaticas	594.599	594.599	103.169	103.169	0	96.564	0,04	16,24	498.035
Cooperacao Internacional	56.650	56.650	5.719	5.719	0	281	0,00	0,50	56.369
Atencao Basica	105.395	105.395	9.553	9.553	0	8.122	0,00	7,71	97.273
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	7.601	7.601	7.535	7.535	0	1.183	0,00	15,57	6.417
Difusao Cultural	29.100	29.100	2.284	2.284	0	1.944	0,00	6,68	27.156
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	10.996	10.996	7.433	7.433	0	265	0,00	2,41	10.730
Promocao Comercial	17.352	17.352	1.535	1.535	0	375	0,00	2,16	16.977
ASSISTENCIA SOCIAL	68.204.019	68.605.369	58.930.157	58.930.157	10.723.893	10.723.893	4,70	15,63	57.881.476
Planejamento E Orcamento	13.991	13.991	92	92	0	0	0,00	0,00	13.991
Administracao Geral	211.209	211.209	50.128	50.128	0	15.997	0,01	7,57	195.213
Normatizacao E Fiscalizacao	26.361	26.361	3.633	3.633	0	1.782	0,00	6,76	24.579
Tecnologia Da Informacao	79.613	79.613	14.026	14.026	0	4.137	0,00	5,20	75.476
Formacao De Recursos Humanos	449	449	36	36	0	12	0,00	2,71	436
Comunicacao Social	27.533	27.533	3.050	3.050	0	0	0,00	0,00	27.533
Cooperacao Internacional	4.427	4.427	0	0	0	0	0,00	0,00	4.427
Assistencia Ao Idoso	16.435.324	16.435.324	15.960.041	15.960.041	0	2.889.236	1,27	17,58	13.546.088
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	19.875.638	19.875.638	17.800.096	17.800.096	0	3.250.395	1,42	16,35	16.625.243
Assistencia Comunitaria	28.902.536	29.303.886	25.090.999	25.090.999	0	4.558.207	2,00	15,55	24.745.679
Atencao Basica	844	844	441	441	0	139	0,00	16,44	705
Alimentacao E Nutricao	1.286.645	1.286.645	5.237	5.237	0	3.376	0,00	0,26	1.283.269
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.050	3.050	2.379	2.379	0	613	0,00	20,10	2.437
Fomento Ao Trabalho	20.000	20.000	0	0	0	0	0,00	0,00	20.000
Educacao Infantil	673.400	673.400	0	0	0	0	0,00	0,00	673.400
Saneamento Basico Rural	643.000	643.000	0	0	0	0	0,00	0,00	643.000
PREVIDENCIA SOCIAL	472.645.139	472.645.139	305.598.622	305.598.622	80.808.655	80.808.655	35,42	17,10	391.836.484
Representacao Judicial E Extrajudicial	33.000	33.000	2.590	2.590	0	1.824	0,00	5,53	31.176
Administracao Geral	4.341.202	4.341.202	1.095.110	1.095.110	0	711.815	0,31	16,40	3.629.387
Normatizacao E Fiscalizacao	9.730	9.730	1.904	1.904	0	476	0,00	4,89	9.254
Tecnologia Da Informacao	290.720	290.720	80.421	80.421	0	34.987	0,02	12,03	255.733
Formacao De Recursos Humanos	31.045	31.045	2.890	2.890	0	401	0,00	1,29	30.644
Comunicacao Social	24.139	24.139	20.576	20.576	0	3.301	0,00	13,67	20.838
Informacao E Inteligencia	100.790	100.790	25.437	25.437	0	12.553	0,01	12,45	88.237
Previdencia Basica	380.746.643	380.746.643	254.998.756	254.998.756	0	65.853.161	28,87	17,30	314.893.482
Previdencia Do Regime Estatutario	83.875.820	83.875.820	46.878.634	46.878.634	0	13.697.069	6,00	16,33	70.178.751
Previdencia Complementar	1.288	1.288	106	106	0	10	0,00	0,81	1.277
Previdencia Especial	2.768.331	2.768.331	2.115.810	2.115.810	0	441.992	0,19	15,97	2.326.339
Atencao Basica	164.130	164.130	146.846	146.846	0	13.946	0,01	8,50	150.183
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	234.160	234.160	228.288	228.288	0	36.849	0,02	15,74	197.311
Normalizacao E Qualidade	24.141	24.141	1.254	1.254	0	270	0,00	1,12	23.870
SAUDE	96.520.892	96.566.545	24.226.112	24.226.112	11.511.121	11.511.121	5,05	11,92	85.055.424
Planejamento E Orcamento	29.000	29.000	9.541	9.541	0	1.646	0,00	5,68	27.354
Administracao Geral	9.367.662	9.367.662	7.106.643	7.106.643	0	1.307.206	0,57	13,95	8.060.456
Controle Interno	8.000	8.000	214	214	0	4	0,00	0,05	7.996
Normatizacao E Fiscalizacao	62.857	62.857	23.702	23.702	0	3.075	0,00	4,89	59.782
Tecnologia Da Informacao	492.287	492.287	270.611	270.611	0	6.943	0,00	1,41	485.344
Formacao De Recursos Humanos	1.224.594	1.224.594	431.319	431.319	0	116.247	0,05	9,49	1.108.347
Comunicacao Social	230.134	230.134	70.724	70.724	0	418	0,00	0,18	229.716
Atencao Basica	21.103.007	21.125.534	4.074.101	4.074.101	0	2.211.441	0,97	10,47	18.914.093
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	44.559.687	44.582.813	7.642.184	7.642.184	0	6.708.622	2,94	15,05	37.874.191
Suporte Profilatico E Terapeutico	10.960.707	10.960.707	2.468.782	2.468.782	0	666.978	0,29	6,09	10.293.729
Vigilancia Sanitaria	363.098	363.098	25.037	25.037	0	3.817	0,00	1,05	359.281
Vigilancia Epidemiologica	4.277.444	4.277.444	663.020	663.020	0	172.488	0,08	4,03	4.104.956
Alimentacao E Nutricao	51.900	51.900	0	0	0	0	0,00	0,00	51.900
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	538.284	538.284	494.651	494.651	0	80.935	0,04	15,04	457.349
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	8.000	8.000	1.117	1.117	0	752	0,00	9,40	7.248
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	134.382	134.382	38.393	38.393	0	3.418	0,00	2,54	130.964
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.018.593	1.018.593	755.516	755.516	0	207.006	0,09	20,32	811.587
Saneamento Basico Rural	215.462	215.462	21.915	21.915	0	0	0,00	0,00	215.462
Saneamento Basico Urbano	1.035.631	1.035.631	4.634	4.634	0	12	0,00	0,00	1.035.619
Preservacao E Conservacao Ambiental	10.000	10.000	62	62	0	13	0,00	0,13	9.987
Desenvolvimento Cientifico	374.366	374.366	63.928	63.928	0	17.825	0,01	4,76	356.541
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	428.097	428.097	52.214	52.214	0	495	0,00	0,12	427.602
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	27.700	27.700	7.804	7.804	0	1.779	0,00	6,42	25.921
TRABALHO	63.605.998	63.605.998	46.246.524	46.246.524	13.272.827	13.272.827	5,82	20,87	50.333.171
Administracao Geral	1.399.299	1.399.299	496.696	496.696	0	188.862	0,08	13,50	1.210.437
Administracao Financeira	12.047	12.047	243	243	0	125	0,00	1,04	11.922
Normatizacao E Fiscalizacao	35.114	35.114	6.018	6.018	0	2.039	0,00	5,81	33.075
Tecnologia Da Informacao	86.336	86.336	0	0	0	0	0,00	0,00	86.336
Formacao De Recursos Humanos	4.824	4.824	93	93	0	50	0,00	1,04	4.774
Comunicacao Social	16.250	16.250	0	0	0	0	0,00	0,00	16.250
Atencao Basica	34.066	34.066	5.906	5.906	0	5.043	0,00	14,80	29.023
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	43.042.007	43.042.007	27.771.149	27.771.149	0	5.576.939	2,44	12,96	37.465.068
Relacoes De Trabalho	20.543	20.543	11	11	0	8	0,00	0,04	20.535
Empregabilidade	237.069	237.069	658	658	0	541	0,00	0,23	236.528
Fomento Ao Trabalho	18.499.094	18.499.094	17.962.049	17.962.049	0	7.499.191	3,29	40,54	10.999.903
Educacao De Jovens E Adultos	182.531	182.531	2.161	2.161	0	0	0,00	0,00	182.531
Difusao Cultural	100	100	0	0	0	0	0,00	0,00	100
Desenvolvimento Cientifico	24.768	24.768	1.539	1.539	0	28	0,00	0,11	24.739
Promocao Industrial	11.950	11.950	0	0	0	0	0,00	0,00	11.950
EDUCACAO	78.263.067	78.275.053	35.788.489	35.788.489	7.942.818	7.942.818	3,48	10,15	70.332.235
Administracao Geral	1.857.635	1.857.635	332.680	332.680	0	54.666	0,02	2,94	1.802.969
Administracao Financeira	120.400	120.400	40.000	40.000	0	0	0,00	0,00	120.400
Formacao De Recursos Humanos	84.756	84.756	12.821	12.821	0	2.107	0,00	2,49	82.649
Comunicacao Social	31.000	31.000	0	0	0	0	0,00	0,00	31.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atencao Basica	560.751	560.751	375.173	375.173	0	76.183	0,03	13,59	484.568
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	4.431.827	4.431.827	2.618.887	2.618.887	0	528.003	0,23	11,91	3.903.824
Suporte Profilatico E Terapeutico	2.594	2.594	0	0	0	0	0,00	0,00	2.594
Alimentacao E Nutricao	3.619.357	3.619.357	0	0	0	0	0,00	0,00	3.619.357
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.315.155	1.315.155	1.011.144	1.011.144	0	207.315	0,09	15,76	1.107.840
Ensino Profissional	10.826.641	10.826.641	5.263.487	5.263.487	0	1.474.445	0,65	13,62	9.352.196
Ensino Superior	26.858.253	26.858.253	13.734.999	13.734.999	0	3.181.648	1,39	11,85	23.676.605
Educacao Infantil	3.642.796	3.642.796	0	0	0	0	0,00	0,00	3.642.796
Educacao De Jovens E Adultos	617.150	617.150	0	0	0	0	0,00	0,00	617.150
Educacao Basica	8.268.471	8.279.457	1.437.308	1.437.308	0	276.420	0,12	3,34	8.003.037
Desenvolvimento Cientifico	608.694	608.694	0	0	0	0	0,00	0,00	608.694
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	172.645	172.645	18.715	18.715	0	17	0,00	0,01	172.627
Servicos Financeiros	1.280.000	1.280.000	1.280.000	1.280.000	0	763.360	0,33	59,64	516.640
Transferencias Para A Educacao Basica	13.964.943	13.965.943	9.663.276	9.663.276	0	1.378.655	0,60	9,87	12.587.289
CULTURA	2.948.894	2.948.894	476.901	476.901	69.841	69.841	0,03	2,37	2.879.053
Administracao Geral	585.028	585.028	391.993	391.993	0	61.504	0,03	10,51	523.524
Administracao Financeira	2.600	2.600	0	0	0	0	0,00	0,00	2.600
Normatizacao E Fiscalizacao	1.000	1.000	94	94	0	0	0,00	0,00	1.000
Formacao De Recursos Humanos	5.125	5.125	787	787	0	231	0,00	4,50	4.894
Comunicacao Social	17.660	17.660	0	0	0	0	0,00	0,00	17.660
Atencao Basica	9.433	9.433	7.691	7.691	0	1.240	0,00	13,14	8.193
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	20.498	20.498	20.207	20.207	0	3.223	0,00	15,72	17.275
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	268.982	268.982	5.652	5.652	0	212	0,00	0,08	268.770
Difusao Cultural	1.385.613	1.385.613	50.478	50.478	0	3.432	0,00	0,25	1.382.181
Desenvolvimento Cientifico	8.570	8.570	0	0	0	0	0,00	0,00	8.570
Promocao Comercial	643.734	643.734	0	0	0	0	0,00	0,00	643.734
Lazer	650	650	0	0	0	0	0,00	0,00	650
DIREITOS DA CIDADANIA	1.772.597	1.772.597	367.216	367.216	60.180	60.180	0,03	3,39	1.712.418
Acao Legislativa	1.500	1.500	0	0	0	0	0,00	0,00	1.500
Administracao Geral	441.927	441.927	275.088	275.088	0	49.396	0,02	11,18	392.532
Normatizacao E Fiscalizacao	54.063	54.063	4.517	4.517	0	910	0,00	1,68	53.153
Comunicacao Social	22.890	22.890	19.000	19.000	0	0	0,00	0,00	22.890
Assistencia Ao Idoso	3.101	3.101	0	0	0	0	0,00	0,00	3.101
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	8.512	8.512	5	5	0	0	0,00	0,00	8.512
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	161.317	161.317	85	85	0	0	0,00	0,00	161.317
Atencao Basica	13.099	13.099	12.294	12.294	0	794	0,00	6,06	12.305
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	26.729	26.729	25.813	25.813	0	4.096	0,00	15,33	22.633
Custodia E Reintegracao Social	330.178	330.178	9.434	9.434	0	1.919	0,00	0,58	328.258
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	668.673	668.673	12.693	12.693	0	2.421	0,00	0,36	666.252
Assistencia Aos Povos Indigenas	40.308	40.308	8.287	8.287	0	643	0,00	1,60	39.664
Outras Transferencias	300	300	0	0	0	0	0,00	0,00	300
URBANISMO	8.196.748	8.257.562	284.037	284.037	109.421	109.421	0,05	1,33	8.148.141
Planejamento E Orcamento	2.000	2.000	0	0	0	0	0,00	0,00	2.000
Administracao Geral	503.009	503.009	197.817	197.817	0	78.351	0,03	15,58	424.658
Tecnologia Da Informacao	1.750	1.750	0	0	0	0	0,00	0,00	1.750
Formacao De Recursos Humanos	3.404	3.404	139	139	0	41	0,00	1,21	3.363
Comunicacao Social	15.190	15.190	7.227	7.227	0	125	0,00	0,82	15.065
Assistencia Comunitaria	556.767	562.267	1	1	0	1	0,00	0,00	562.266
Atencao Basica	11.347	11.347	10.264	10.264	0	2.731	0,00	24,07	8.616
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	30.546	30.546	24.479	24.479	0	5.964	0,00	19,52	24.583
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	750	750	0	0	0	0	0,00	0,00	750
Infra-Estrutura Urbana	3.705.525	3.760.839	0	0	0	0	0,00	0,00	3.760.839
Servicos Urbanos	200.229	200.229	7.520	7.520	0	7.095	0,00	3,54	193.134
Transportes Coletivos Urbanos	3.161.053	3.161.053	36.591	36.591	0	15.113	0,01	0,48	3.145.940
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	5.000	5.000	0	0	0	0	0,00	0,00	5.000
Normalizacao E Qualidade	177	177	0	0	0	0	0,00	0,00	177
HABITACAO	458.082	458.082	0	0	0	0	0,00	0,00	458.082
Administracao Geral	800	800	0	0	0	0	0,00	0,00	800
Infra-Estrutura Urbana	165.790	165.790	0	0	0	0	0,00	0,00	165.790
Habitacao Urbana	291.492	291.492	0	0	0	0	0,00	0,00	291.492
SANEAMENTO	3.426.318	3.427.318	309.193	309.193	359	359	0,00	0,01	3.426.959
Saneamento Basico Urbano	3.426.318	3.427.318	309.193	309.193	0	359	0,00	0,01	3.426.959
GESTAO AMBIENTAL	8.525.658	8.531.008	1.559.273	1.559.273	209.595	209.595	0,09	2,46	8.321.413
Administracao Geral	1.135.198	1.135.198	746.622	746.622	0	156.568	0,07	13,79	978.629
Normatizacao E Fiscalizacao	76.680	76.680	39.895	39.895	0	5.003	0,00	6,52	71.677
Ordenamento Territorial	550	550	0	0	0	0	0,00	0,00	550
Formacao De Recursos Humanos	5.154	5.154	80	80	0	44	0,00	0,85	5.111
Comunicacao Social	2.000	2.000	0	0	0	0	0,00	0,00	2.000
Atencao Basica	22.599	22.599	17.042	17.042	0	3.198	0,00	14,15	19.401
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	35.245	35.245	27.247	27.247	0	5.779	0,00	16,40	29.465
Empregabilidade	1.000	1.000	0	0	0	0	0,00	0,00	1.000
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.440.299	1.440.299	132.447	132.447	0	18.280	0,01	1,27	1.422.018
Controle Ambiental	117.456	117.456	39.456	39.456	0	3.440	0,00	2,93	114.016
Recuperacao De Areas Degradadas	10.617	10.617	229	229	0	227	0,00	2,14	10.390
Recursos Hidricos	5.671.052	5.676.402	555.926	555.926	0	17.022	0,01	0,30	5.659.380
Desenvolvimento Cientifico	2.308	2.308	43	43	0	22	0,00	0,96	2.286
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	3.401	3.401	285	285	0	11	0,00	0,34	3.390
Irrigacao	2.000	2.000	0	0	0	0	0,00	0,00	2.000
Biocombustiveis	100	100	0	0	0	0	0,00	0,00	100
CIENCIA E TECNOLOGIA	8.704.601	8.706.094	1.888.628	1.888.628	655.265	655.265	0,29	7,53	8.050.829
Administracao Geral	1.783.270	1.783.270	984.464	984.464	0	246.920	0,11	13,85	1.536.350
Normatizacao E Fiscalizacao	16.634	16.634	628	628	0	204	0,00	1,23	16.430
Tecnologia Da Informacao	17.996	17.996	45	45	0	45	0,00	0,25	17.951
Formacao De Recursos Humanos	4.173	4.173	616	616	0	511	0,00	12,24	3.662
Comunicacao Social	10.000	10.000	833	833	0	0	0,00	0,00	10.000
Defesa Civil	441	441	0	0	0	0	0,00	0,00	441
Cooperacao Internacional	6.127	6.127	557	557	0	176	0,00	2,88	5.951
Atencao Basica	33.687	33.687	30.519	30.519	0	6.625	0,00	19,67	27.062
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	73.349	73.349	48.672	48.672	0	9.248	0,00	12,61	64.101
Controle Ambiental	7.998	7.998	177	177	0	76	0,00	0,95	7.922
Recuperacao De Areas Degradadas	17.007	17.007	50	50	0	1	0,00	0,00	17.007
Transferências Para A Educação Básica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Desenvolvimento Cientifico	3.699.032	3.699.032	414.617	414.617	0	281.680	0,12	7,61	3.417.352
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.092.509	2.094.002	309.080	309.080	0	78.478	0,03	3,75	2.015.524
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	52.715	52.715	1.596	1.596	0	272	0,00	0,52	52.443
Producao Industrial	540.843	540.843	81.914	81.914	0	21.897	0,01	4,05	518.946
Mineracao	70.853	70.853	1.279	1.279	0	344	0,00	0,48	70.510
Promocao Comercial	135.366	135.366	0	0	0	0	0,00	0,00	135.366
Combustiveis Minerais	142.600	142.600	13.583	13.583	0	8.789	0,00	6,16	133.811
AGRICULTURA	23.869.387	23.927.163	11.929.704	11.929.704	779.062	779.062	0,34	3,26	23.148.101
Administracao Geral	3.928.475	3.928.475	1.236.534	1.236.534	0	587.856	0,26	14,96	3.340.619
Normatizacao E Fiscalizacao	83.420	83.420	2.973	2.973	0	1.333	0,00	1,60	82.086
Comunicacao Social	18.907	18.907	0	0	0	0	0,00	0,00	18.907
Atencao Basica	83.758	83.758	64.235	64.235	0	16.163	0,01	19,30	67.595
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	188.836	188.836	185.214	185.214	0	33.288	0,01	17,63	155.547
Preservacao E Conservacao Ambiental	3.513	3.513	16	16	0	3	0,00	0,08	3.510
Meteorologia	38.540	38.540	3.020	3.020	0	1.963	0,00	5,09	36.577
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	456.139	456.139	18.267	18.267	0	14.749	0,01	3,23	441.390

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	121.778	121.778	2.353	2.353	0	1.943	0,00	1,60	119.835
Abastecimento	9.149.191	9.149.191	6.814.691	6.814.691	0	106.984	0,05	1,17	9.042.207
Irrigacao	586.872	586.872	47.415	47.415	0	2.473	0,00	0,42	584.399
Promocao Da Producao Agropecuaria	8.957.701	8.995.877	3.541.583	3.541.583	0	8.489	0,00	0,09	8.987.388
Defesa Agropecuaria	239.250	258.850	12.649	12.649	0	3.328	0,00	1,29	255.522
Normalizacao E Qualidade	5.742	5.742	35	35	0	22	0,00	0,39	5.720
Promocao Comercial	7.265	7.265	720	720	0	466	0,00	6,42	6.799
ORGANIZACAO AGRARIA	5.059.981	5.499.981	1.248.453	1.248.453	320.740	320.740	0,14	5,83	5.179.241
Administracao Geral	718.751	718.751	473.485	473.485	0	85.056	0,04	11,83	633.695
Normatizacao E Fiscalizacao	5.690	5.690	357	357	0	28	0,00	0,49	5.662
Ordenamento Territorial	555.419	555.419	8.296	8.296	0	105	0,00	0,02	555.314
Comunicacao Social	7.000	7.000	3.928	3.928	0	0	0,00	0,00	7.000
Assistencia Comunitaria	203.000	643.000	643.000	643.000	0	225.000	0,10	34,99	418.000
Atencao Basica	20.604	20.604	18.557	18.557	0	2.671	0,00	12,96	17.934
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	33.680	33.680	32.877	32.877	0	5.323	0,00	15,80	28.357
Ensino Profissional	29.350	29.350	659	659	0	33	0,00	0,11	29.317
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	7.216	7.216	364	364	0	181	0,00	2,52	7.034
Abastecimento	58.177	58.177	0	0	0	0	0,00	0,00	58.177
Extensao Rural	1.077.429	1.077.429	20.596	20.596	0	785	0,00	0,07	1.076.644
Reforma Agraria	2.343.665	2.343.665	46.334	46.334	0	1.559	0,00	0,07	2.342.107
INDUSTRIA	2.371.407	2.371.407	639.280	639.280	288.499	288.499	0,13	12,17	2.082.908
Administracao Geral	1.358.977	1.358.977	461.239	461.239	0	165.530	0,07	12,18	1.193.446
Normatizacao E Fiscalizacao	7.520	7.520	723	723	0	214	0,00	2,85	7.306
Tecnologia Da Informacao	14.386	14.386	4.002	4.002	0	223	0,00	1,55	14.163
Ordenamento Territorial	33.251	33.251	3.846	3.846	0	1.669	0,00	5,02	31.582
Formacao De Recursos Humanos	4.378	4.378	84	84	0	41	0,00	0,93	4.337
Administracao De Concessoes	1.011	1.011	91	91	0	4	0,00	0,35	1.007
Comunicacao Social	5.000	5.000	535	535	0	0	0,00	0,00	5.000
Atencao Basica	21.750	21.750	9.114	9.114	0	2.853	0,00	13,12	18.897
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	38.856	38.856	22.919	22.919	0	5.734	0,00	14,76	33.123
Empregabilidade	25.568	25.568	0	0	0	0	0,00	0,00	25.568
Recursos Hidricos	7.349	7.349	303	303	0	87	0,00	1,19	7.262
Desenvolvimento Cientifico	540	540	0	0	0	0	0,00	0,00	540
Promocao Industrial	60.457	60.457	1.336	1.336	0	330	0,00	0,55	60.127
Mineracao	74.209	74.209	4.355	4.355	0	1.359	0,00	1,83	72.850
Propriedade Industrial	15.168	15.168	120	120	0	0	0,00	0,00	15.168
Normalizacao E Qualidade	651.458	651.458	114.539	114.539	0	110.349	0,05	16,94	541.109
Promocao Comercial	35.456	35.456	2	2	0	2	0,00	0,01	35.454
Comercio Exterior	8.000	8.000	8.000	8.000	0	0	0,00	0,00	8.000
Outros Encargos Especiais	8.073	8.073	8.073	8.073	0	104	0,00	1,29	7.969
COMERCIO E SERVICOS	5.551.930	5.603.096	3.072.072	3.072.072	38.114	38.114	0,02	0,68	5.564.982
Administracao Geral	126.497	126.497	48.818	48.818	0	9.970	0,00	7,88	116.527
Normatizacao E Fiscalizacao	1.550	1.550	388	388	0	116	0,00	7,46	1.434
Comunicacao Social	4.243	4.243	13	13	0	3	0,00	0,07	4.240
Atencao Basica	1.357	1.357	1.096	1.096	0	124	0,00	9,15	1.233
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.859	2.859	2.608	2.608	0	443	0,00	15,49	2.416
Desenvolvimento Cientifico	2.000	2.000	73	73	0	44	0,00	2,21	1.956
Promocao Comercial	98.782	102.720	10.019	10.019	0	373	0,00	0,36	102.347
Comercio Exterior	3.974.617	3.974.617	2.952.256	2.952.256	0	25.665	0,01	0,65	3.948.952
Turismo	1.340.024	1.387.252	56.800	56.800	0	1.376	0,00	0,10	1.385.876
COMUNICACOES	1.524.208	1.524.208	618.282	618.282	113.443	113.443	0,05	7,44	1.410.766
Administracao Geral	727.076	727.076	549.331	549.331	0	102.978	0,05	14,16	624.098
Normatizacao E Fiscalizacao	43.681	43.681	19.612	19.612	0	703	0,00	1,61	42.978
Tecnologia Da Informacao	60.354	60.354	2.500	2.500	0	0	0,00	0,00	60.354
Comunicacao Social	6.403	6.403	3.403	3.403	0	0	0,00	0,00	6.403
Atencao Basica	11.920	11.920	5.194	5.194	0	1.872	0,00	15,71	10.048
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	13.854	13.854	12.559	12.559	0	2.153	0,00	15,54	11.702
Desenvolvimento Cientifico	11.100	11.100	0	0	0	0	0,00	0,00	11.100
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	227.962	227.962	4	4	0	0	0,00	0,00	227.962
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	74.583	74.583	0	0	0	0	0,00	0,00	74.583
Telecomunicacoes	347.275	347.275	25.679	25.679	0	5.737	0,00	1,65	341.539
ENERGIA	1.924.121	1.934.121	643.737	643.737	109.023	109.023	0,05	5,64	1.825.098
Planejamento E Orcamento	4.765	4.765	190	190	0	110	0,00	2,30	4.656
Administracao Geral	532.746	542.746	417.862	417.862	0	85.078	0,04	15,68	457.669
Normatizacao E Fiscalizacao	111.797	111.797	54.021	54.021	0	12.288	0,01	10,99	99.509
Formacao De Recursos Humanos	7.030	7.030	1.307	1.307	0	234	0,00	3,33	6.796
Administracao De Concessoes	2.760	2.760	129	129	0	47	0,00	1,69	2.713
Comunicacao Social	2.610	2.610	0	0	0	0	0,00	0,00	2.610
Atencao Basica	3.818	3.818	2.889	2.889	0	578	0,00	15,13	3.241
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	10.141	10.141	9.675	9.675	0	1.593	0,00	15,71	8.548
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	29.311	29.311	0	0	0	0	0,00	0,00	29.311
Normalizacao E Qualidade	2.889	2.889	984	984	0	30	0,00	1,04	2.859
Energia Eletrica	1.053.348	1.053.348	18.524	18.524	0	2.563	0,00	0,24	1.050.785
Combustiveis Minerais	100.200	100.200	75.451	75.451	0	6.504	0,00	6,49	93.696
Biocombustiveis	62.707	62.707	62.707	62.707	0	0	0,00	0,00	62.707
TRANSPORTE	24.440.038	24.758.614	3.049.111	3.049.111	287.408	287.408	0,13	1,16	24.471.206
Planejamento E Orcamento	827.951	827.951	26.159	26.159	0	394	0,00	0,05	827.558
Administracao Geral	2.006.130	2.006.130	813.261	813.261	0	207.498	0,09	10,34	1.798.632
Normatizacao E Fiscalizacao	107.424	107.424	22.684	22.684	0	4.073	0,00	3,79	103.351
Formacao De Recursos Humanos	17.964	17.964	7	7	0	0	0,00	0,00	17.964
Administracao De Concessoes	1.120	1.120	160	160	0	10	0,00	0,90	1.110
Comunicacao Social	27.000	27.000	5.667	5.667	0	0	0,00	0,00	27.000
Atencao Basica	52.781	52.781	45.891	45.891	0	7.853	0,00	14,88	44.928
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	48.142	48.142	34.038	34.038	0	8.018	0,00	16,66	40.124
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	300	300	0	0	0	0	0,00	0,00	300
Desenvolvimento Cientifico	3.000	3.000	0	0	0	0	0,00	0,00	3.000
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	1.644	1.644	0	0	0	0	0,00	0,00	1.644
Promocao Industrial	4.524.129	4.524.129	44.446	44.446	0	44.446	0,02	0,98	4.479.683
Transporte Aereo	701.273	701.273	0	0	0	0	0,00	0,00	701.273
Transporte Rodoviario	12.586.887	12.710.159	1.370.637	1.370.637	0	1.650	0,00	0,01	12.708.509
Transporte Ferroviario	2.204.039	2.333.039	648.957	648.957	0	13.465	0,01	0,58	2.319.574
Transporte Hidroviario	1.071.894	1.138.198	37.205	37.205	0	0	0,00	0,00	1.138.198
Outros Encargos Especiais	258.360	258.360	0	0	0	0	0,00	0,00	258.360
DESPORTO E LAZER	2.224.516	2.253.309	292.609	292.609	17.971	17.971	0,01	0,80	2.235.338
Administracao Geral	109.247	109.247	63.032	63.032	0	6.023	0,00	5,51	103.223
Comunicacao Social	43.321	43.321	21.000	21.000	0	0	0,00	0,00	43.321
Atencao Basica	561	561	495	495	0	16	0,00	2,80	545
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.539	1.539	1.519	1.519	0	233	0,00	15,15	1.306
Desporto De Rendimento	1.093.918	1.093.918	182.387	182.387	0	0	0,00	0,00	1.093.918
Desporto Comunitario	975.931	1.004.724	24.176	24.176	0	11.699	0,01	1,16	993.025
ENCARGOS ESPECIAIS	673.078.958	673.699.980	342.367.657	342.367.657	88.186.240	88.186.240	38,66	13,09	585.513.740
Cooperacao Internacional	0	361.220	204.597	204.597	0	0	0,00	0,00	361.220
Servico Da Divida Interna	326.190.240	326.190.240	69.404.358	69.404.358	0	37.859.771	16,60	11,61	288.330.469
Servico Da Divida Externa	11.392.983	11.392.983	8.999.166	8.999.166	0	2.791.042	1,22	24,50	8.601.941
Outras Transferencias	202.483.430	202.483.430	177.465.759	177.465.759	0	25.676.097	11,26	12,68	176.807.333
Outros Encargos Especiais	87.497.058	87.756.860	40.778.529	40.778.529	0	15.086.601	6,61	17,19	72.670.259
Transferencias Para A Educacao Basica	45.515.247	45.515.247	45.515.247	45.515.247	0	6.772.728	2,97	14,88	38.742.519
RESERVA DE CONTINGENCIA	31.500.342	31.500.342	0	0	0	0	0,00	0,00	31.500.342

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Reserva De Contingencia	31.500.342	31.500.342	0	0	0	0	0,00	0,00	31.500.342
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	1.692.522.766	1.695.697.783	890.084.867	890.084.867	228.119.080	228.119.080	100,00	13,45	1.467.578.703

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%	%	SALDO A LIQUIDAR
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/total b)	(b/a)	(a-b)
LEGISLATIVA	805.099	805.099	785.823	785.823	121.239	121.239	2,59	15,06	683.861
Acao Legislativa	4.758	4.758	968	968	11	11	0,00	0,22	4.747
Controle Externo	1.344	1.344	449	449	125	125	0,00	9,26	1.220
Administracao Geral	795.647	795.647	783.242	783.242	121.024	121.024	2,59	15,21	674.622
Comunicacao Social	3.096	3.096	1.165	1.165	79	79	0,00	2,56	3.016
Atencao Basica	255	255	0	0	0	0	0,00	0,00	255
JUDICIARIA	3.113.082	3.113.082	2.478.986	2.478.986	488.178	488.178	10,43	15,68	2.624.904
Acao Judiciaria	48.844	48.844	23.236	23.236	2.680	2.680	0,06	5,49	46.164
Administracao Geral	3.054.582	3.054.582	2.447.046	2.447.046	484.528	484.528	10,35	15,86	2.570.054
Atencao Basica	9.408	9.408	8.461	8.461	949	949	0,02	10,08	8.459
Controle Externo	60	60	60	60	0	0	0,00	0,33	60
Comunicacao Social	175	175	170	170	12	12	0,00	7,12	163
Tecnologia Da Informacao	13	13	13	13	8	8	0,00	66,61	4
ESSENCIAL A JUSTICA	834.129	834.129	588.018	588.018	132.345	132.345	2,83	15,87	701.785
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	5.695	5.695	1.580	1.580	411	411	0,01	7,22	5.284
Representacao Judicial E Extrajudicial	5.435	5.435	223	223	151	151	0,00	2,77	5.285
Administracao Geral	820.449	820.449	585.180	585.180	131.721	131.721	2,81	16,05	688.728
Atencao Basica	1.298	1.298	605	605	31	31	0,00	2,35	1.267
Comunicacao Social	184	184	3	3	3	3	0,00	1,43	182
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	846	846	400	400	28	28	0,00	3,29	818
Controle Externo	222	222	27	27	1	1	0,00	0,56	221
ADMINISTRACAO	2.805.206	2.805.206	637.042	637.042	333.575	333.575	7,13	11,89	2.471.630
Planejamento E Orcamento	5.919	5.919	4	4	3	3	0,00	0,04	5.916
Administracao Geral	2.721.300	2.721.300	632.812	632.812	333.263	333.263	7,12	12,25	2.388.037
Administracao Financeira	4.503	4.503	88	88	20	20	0,00	0,45	4.483
Controle Interno	902	902	54	54	6	6	0,00	0,67	896
Normatizacao E Fiscalizacao	520	520	50	50	0	0	0,00	0,09	520
Tecnologia Da Informacao	15	15	15	15	15	15	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	3.100	3.100	123	123	19	19	0,00	0,60	3.082
Desenvolvimento Cientifico	1.268	1.268	1.250	1.250	173	173	0,00	13,67	1.094
Telecomunicacoes	55.000	55.000	2.000	2.000	0	0	0,00	0,00	55.000
Atencao Basica	10.700	10.700	468	468	65	65	0,00	0,61	10.635
Ordenamento Territorial	326	326	143	143	9	9	0,00	2,64	318
Producao Industrial	266	266	16	16	2	2	0,00	0,92	263
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	392	392	18	18	0	0	0,00	0,00	392
Representacao Judicial E Extrajudicial	900	900	0	0	0	0	0,00	0,00	900
Administracao De Receitas	89	89	0	0	0	0	0,00	0,00	89
Relacoes De Trabalho	6	6	0	0	0	0	0,00	0,00	6
DEFESA NACIONAL	453.433	453.433	254.862	254.862	63.223	63.223	1,35	13,94	390.210
Administracao Geral	354.388	354.388	243.964	243.964	58.589	58.589	1,25	16,53	295.798
Formacao De Recursos Humanos	1.045	1.045	179	179	30	30	0,00	2,83	1.016
Defesa Aerea	2.648	2.648	176	176	1	1	0,00	0,03	2.648
Defesa Terrestre	53.560	53.560	3.473	3.473	2.081	2.081	0,04	3,89	51.479
Atencao Basica	40.322	40.322	6.592	6.592	2.183	2.183	0,05	5,41	38.139
Ensino Profissional	951	951	16	16	4	4	0,00	0,41	947
Informacao E Inteligencia	30	30	30	30	3	3	0,00	9,80	27
Defesa Naval	183	183	155	155	65	65	0,00	35,21	119
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	3	3	3	3	3	3	0,00	100,00	0
Normatizacao E Fiscalizacao	3	3	3	3	0	0	0,00	0,00	3
Assistencia Comunitaria	3	3	3	3	1	1	0,00	20,00	2
Educacao Basica	19	19	1	1	0	0	0,00	0,00	19
Controle Ambiental	10	10	5	5	2	2	0,00	16,10	8
Telecomunicacoes	263	263	263	263	263	263	0,01	100,00	0
Empregabilidade	5	5	0	0	0	0	0,00	0,00	5
SEGURANCA PUBLICA	787.691	787.691	545.946	545.946	120.407	120.407	2,57	15,29	667.283
Administracao Geral	782.667	782.667	542.464	542.464	120.320	120.320	2,57	15,37	662.347
Policiamento	2.047	2.047	954	954	25	25	0,00	1,21	2.022
Informacao E Inteligencia	237	237	87	87	16	16	0,00	6,58	221
Defesa Civil	2.736	2.736	2.441	2.441	47	47	0,00	1,71	2.689
Formacao De Recursos Humanos	4	4	0	0	0	0	0,00	0,00	4
RELACOES EXTERIORES	135.989	135.989	59.075	59.075	18.140	18.140	0,39	13,34	117.849
Administracao Geral	128.769	128.769	58.439	58.439	17.706	17.706	0,38	13,75	111.063
Formacao De Recursos Humanos	466	466	47	47	46	46	0,00	9,94	420
Relacoes Diplomaticas	6.597	6.597	432	432	378	378	0,01	5,73	6.219
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	156	156	156	156	10	10	0,00	6,10	147
ASSISTENCIA SOCIAL	12.325	12.325	5.360	5.360	1.797	1.797	0,04	14,58	10.528
Administracao Geral	12.233	12.233	5.290	5.290	1.749	1.749	0,04	14,30	10.484
Alimentacao E Nutricao	90	90	68	68	48	48	0,00	53,29	42
Formacao De Recursos Humanos	2	2	2	2	0	0	0,00	0,00	2
PREVIDENCIA SOCIAL	864.055	864.055	823.325	823.325	135.397	135.397	2,89	15,67	728.657
Administracao Geral	861.794	861.794	823.144	823.144	135.387	135.387	2,89	15,71	726.407
Previdencia Basica	15	15	10	10	10	10	0,00	65,36	5
Formacao De Recursos Humanos	195	195	171	171	0	0	0,00	0,00	195
Previdencia Do Regime Estatutario	2.050	2.050	0	0	0	0	0,00	0,00	2.050
SAUDE	1.515.470	1.515.470	1.416.419	1.416.419	224.286	224.286	4,79	14,80	1.291.184
Administracao Geral	1.477.027	1.477.027	1.406.305	1.406.305	222.686	222.686	4,76	15,08	1.254.341
Normatizacao E Fiscalizacao	2.143	2.143	2.143	2.143	120	120	0,00	5,61	2.023
Formacao De Recursos Humanos	3.219	3.219	154	154	120	120	0,00	3,73	3.099
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	6.519	6.519	3.474	3.474	912	912	0,02	13,99	5.607
Suporte Profilatico E Terapeutico	109	109	1	1	1	1	0,00	1,16	108
Vigilancia Sanitaria	7.814	7.814	1.463	1.463	25	25	0,00	0,32	7.789
Desenvolvimento Cientifico	199	199	162	162	58	58	0,00	28,94	142
Vigilancia Epidemiologica	3.136	3.136	2.136	2.136	205	205	0,00	6,55	2.931
Assistencia Aos Povos Indigenas	15.007	15.007	302	302	29	29	0,00	0,20	14.978
Atencao Basica	10	10	10	10	7	7	0,00	65,20	3
Tecnologia Da Informacao	146	146	146	146	0	0	0,00	0,00	146
Comunicacao Social	122	122	122	122	122	122	0,00	100,00	0
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	18	18	0	0	0	0	0,00	0,00	18
TRABALHO	232.512	232.512	44.425	44.425	34.538	34.538	0,74	14,85	197.974
Administracao Geral	232.491	232.491	44.407	44.407	34.535	34.535	0,74	14,85	197.956
Comunicacao Social	15	15	15	15	0	0	0,00	0,00	15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fomento Ao Trabalho	3	3	3	3	3	3	0,00	100,00	0
Empregabilidade	4	4	0	0	0	0	0,00	0,00	4
EDUCACAO	5.012.860	5.012.860	4.045.232	4.045.232	708.581	708.581	15,14	14,14	4.304.279
Administracao Geral	4.219.696	4.219.696	3.518.531	3.518.531	637.044	637.044	13,61	15,10	3.582.652
Formacao De Recursos Humanos	1.961	1.961	118	118	26	26	0,00	1,33	1.935
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	87.525	87.525	85.981	85.981	23.047	23.047	0,49	26,33	64.478
Ensino Profissional	62.239	62.239	36.372	36.372	6.212	6.212	0,13	9,98	56.027
Ensino Superior	268.372	268.372	116.175	116.175	37.066	37.066	0,79	13,81	231.305
Atencao Basica	574	574	574	574	152	152	0,00	26,54	422
Educacao Basica	125.241	125.241	40.365	40.365	5.034	5.034	0,11	4,02	120.207
Servicos Financeiros	247.098	247.098	247.098	247.098	0	0	0,00	0,00	247.098
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	148	148	18	18	0	0	0,00	0,00	148
Suporte Profilatico E Terapeutico	6	6	0	0	0	0	0,00	0,00	6
CULTURA	63.654	63.654	55.027	55.027	8.729	8.729	0,19	13,71	54.925
Administracao Geral	63.170	63.170	55.011	55.011	8.728	8.728	0,19	13,82	54.442
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	23	23	2	2	1	1	0,00	4,65	22
Difusao Cultural	382	382	2	2	0	0	0,00	0,00	382
Formacao De Recursos Humanos	19	19	13	13	0	0	0,00	0,00	19
Comunicacao Social	60	60	0	0	0	0	0,00	0,00	60
DIREITOS DA CIDADANIA	81.511	81.511	76.047	76.047	11.570	11.570	0,25	14,19	69.941
Administracao Geral	79.481	79.481	75.235	75.235	11.546	11.546	0,25	14,53	67.935
Assistencia Aos Povos Indigenas	42	42	2	2	0	0	0,00	1,15	41
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	1.707	1.707	572	572	22	22	0,00	1,29	1.685
Normatizacao E Fiscalizacao	41	41	1	1	1	1	0,00	1,96	40
Custodia E Reintegracao Social	240	240	238	238	1	1	0,00	0,34	239
URBANISMO	92.583	92.583	79.795	79.795	7.306	7.306	0,16	7,89	85.277
Administracao Geral	91.890	91.890	79.525	79.525	7.121	7.121	0,15	7,75	84.768
Transportes Coletivos Urbanos	253	253	134	134	54	54	0,00	21,30	200
Atencao Basica	400	400	130	130	130	130	0,00	32,53	270
Formacao De Recursos Humanos	6	6	6	6	0	0	0,00	0,00	6
Servicos Urbanos	34	34	0	0	0	0	0,00	0,00	34
SANEAMENTO	1	1	1	1	0	0	0,00	0,00	1
Saneamento Basico Urbano	1	1	1	1	0	0	0,00	0,00	1
GESTAO AMBIENTAL	208.867	208.867	148.241	148.241	39.241	39.241	0,84	18,79	169.626
Administracao Geral	172.208	172.208	133.728	133.728	26.893	26.893	0,57	15,62	145.314
Preservacao E Conservacao Ambiental	21.150	21.150	342	342	187	187	0,00	0,88	20.964
Controle Ambiental	2.947	2.947	2.012	2.012	77	77	0,00	2,63	2.870
Formacao De Recursos Humanos	9	9	9	9	9	9	0,00	100,00	0
Recursos Hidricos	12.502	12.502	12.118	12.118	12.067	12.067	0,26	96,52	435
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	25	25	25	25	0	0	0,00	0,00	25
Normatizacao E Fiscalizacao	26	26	7	7	7	7	0,00	28,49	19
CIENCIA E TECNOLOGIA	293.278	293.278	268.230	268.230	45.664	45.664	0,98	15,57	247.615
Administracao Geral	290.917	290.917	266.591	266.591	45.298	45.298	0,97	15,57	245.619
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	1.047	1.047	346	346	244	244	0,01	23,30	803
Producao Industrial	1.274	1.274	1.274	1.274	116	116	0,00	9,07	1.158
Mineracao	0	0	0	0	0	0	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	5	5	3	3	2	2	0,00	47,60	3
Controle Ambiental	3	3	3	3	0	0	0,00	0,00	3
Atencao Basica	2	2	2	2	2	2	0,00	100,00	0
Desenvolvimento Cientifico	30	30	10	10	1	1	0,00	4,23	29
AGRICULTURA	570.209	570.209	290.977	290.977	120.188	120.188	2,57	21,08	450.022
Administracao Geral	526.673	526.673	290.042	290.042	119.516	119.516	2,55	22,69	407.158
Normatizacao E Fiscalizacao	52	52	38	38	14	14	0,00	27,52	37
Atencao Basica	130	130	123	123	114	114	0,00	87,82	16
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.301	2.301	386	386	205	205	0,00	8,89	2.096
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	333	333	48	48	46	46	0,00	13,76	287
Irrigacao	290	290	280	280	269	269	0,01	92,76	21
Abastecimento	40.000	40.000	14	14	14	14	0,00	0,03	39.986
Meteorologia	83	83	8	8	3	3	0,00	3,14	80
Promocao Da Producao Agropecuaria	192	192	11	11	4	4	0,00	2,05	188
Defesa Agropecuaria	154	154	27	27	4	4	0,00	2,70	150
Promocao Comercial	2	2	0	0	0	0	0,00	0,00	2
ORGANIZACAO AGRARIA	96.391	96.391	87.349	87.349	13.786	13.786	0,29	14,30	82.606
Administracao Geral	91.326	91.326	87.163	87.163	13.692	13.692	0,29	14,99	77.634
Reforma Agraria	1.925	1.925	25	25	0	0	0,00	0,01	1.925
Extensao Rural	310	310	150	150	92	92	0,00	29,77	218
Controle Externo	10	10	10	10	0	0	0,00	0,00	10
Ordenamento Territorial	206	206	1	1	1	1	0,00	0,41	205
Ensino Profissional	1.150	1.150	0	0	0	0	0,00	0,00	1.150
Abastecimento	1.464	1.464	0	0	0	0	0,00	0,00	1.464
INDUSTRIA	183.596	183.596	76.428	76.428	24.816	24.816	0,53	13,52	158.780
Administracao Geral	182.190	182.190	76.366	76.366	24.807	24.807	0,53	13,62	157.382
Mineracao	344	344	13	13	3	3	0,00	0,77	341
Formacao De Recursos Humanos	123	123	1	1	0	0	0,00	0,00	123
Recursos Hidricos	111	111	3	3	0	0	0,00	0,12	111
Ordenamento Territorial	419	419	2	2	0	0	0,00	0,00	419
Normalizacao E Qualidade	12	12	12	12	0	0	0,00	0,00	12
Tecnologia Da Informacao	54	54	0	0	0	0	0,00	0,50	54
Atencao Basica	30	30	30	30	5	5	0,00	17,93	25
Administracao De Concessoes	189	189	0	0	0	0	0,00	0,00	189
Empregabilidade	125	125	0	0	0	0	0,00	0,00	125
COMERCIO E SERVICOS	8.172	8.172	7.834	7.834	1.129	1.129	0,02	13,81	7.043
Administracao Geral	8.152	8.152	7.834	7.834	1.129	1.129	0,02	13,85	7.023
Turismo	20	20	0	0	0	0	0,00	0,00	20
COMUNICACOES	113.237	113.237	102.372	102.372	17.400	17.400	0,37	15,37	95.837
Administracao Geral	111.054	111.054	101.666	101.666	17.348	17.348	0,37	15,62	93.706
Normatizacao E Fiscalizacao	1.633	1.633	435	435	9	9	0,00	0,57	1.624
Telecomunicacoes	550	550	270	270	43	43	0,00	7,79	507
ENERGIA	90.185	90.185	87.168	87.168	16.049	16.049	0,34	17,80	74.136
Administracao Geral	65.572	65.572	64.772	64.772	10.431	10.431	0,22	15,91	55.142
Formacao De Recursos Humanos	301	301	4	4	1	1	0,00	0,43	300
Normatizacao E Fiscalizacao	23.615	23.615	21.696	21.696	5.589	5.589	0,12	23,67	18.026
Normalizacao E Qualidade	11	11	11	11	1	1	0,00	9,18	10
Energia Eletrica	686	686	686	686	27	27	0,00	3,97	659
TRANSPORTE	206.802	206.802	146.125	146.125	32.804	32.804	0,70	15,86	173.998
Administracao Geral	203.851	203.851	144.159	144.159	32.577	32.577	0,70	15,98	171.273
Planejamento E Orcamento	2.650	2.650	1.666	1.666	20	20	0,00	0,75	2.630
Normatizacao E Fiscalizacao	300	300	300	299	207	207	0,00	68,88	93
Transporte Rodoviario	1	1	0	0	0	0	0,00	0,00	1
DESPORTO E LAZER	4.070	4.070	3.983	3.983	1.241	1.241	0,03	30,48	2.829
Administracao Geral	3.995	3.995	3.983	3.983	1.241	1.241	0,03	31,05	2.755
Desporto De Rendimento	75	75	0	0	0	0	0,00	0,00	75
ENCARGOS ESPECIAIS	18.571.272	18.571.272	17.379.277	17.379.277	1.959.170	1.959.170	41,86	10,55	16.612.101
Outras Transferencias	72	72	45	45	13	13	0,00	18,02	59
Outros Encargos Especiais	18.571.199	18.571.199	17.379.233	17.379.233	1.959.157	1.959.157	41,86	10,55	16.612.042
RESERVA DE CONTINGENCIA	77.516	77.516	0	0	0	0	0,00	0,00	77.516
Reserva De Contingencia	77.516	77.516	0	0	0	0	0,00	0,00	77.516
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	37.233.196	37.233.196	30.493.367	30.493.367	4.680.797	4.680.797	100,00	12,57	32.552.399
TOTAL (III) = (I + II)	1.729.755.962	1.732.930.978	920.578.234	920.578.234	232.799.877	232.799.877	100,00	13,43	1.500.131.102

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAR/13 A FEVEREIRO/2014

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[5]
	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	12 MESES	
RECEITA CORRENTE (I)	84.923.816	106.198.175	93.717.811	92.472.527	104.385.052	90.745.632	90.630.451	102.448.192	107.515.335	140.280.013	132.695.099	89.524.155	1.235.536.259	1.381.004.052
Receita Tributária	27.144.607	38.629.947	29.604.748	27.790.808	30.730.162	24.864.652	26.785.927	33.881.013	29.221.237	35.783.434	49.996.768	26.758.678	381.191.981	443.898.115
Receita de Contribuições	47.338.008	51.783.598	52.064.863	47.800.013	52.774.916	50.699.050	50.126.232	54.639.628	52.942.625	76.062.907	63.794.708	49.846.162	649.872.708	703.128.906
Receita Patrimonial	3.304.659	7.558.572	4.889.450	6.294.141	9.626.636	8.050.110	4.687.744	6.875.618	18.839.481	4.405.163	8.053.909	6.417.640	89.003.122	100.143.658
Receita Agropecuária	1.822	2.060	2.391	2.018	2.599	2.111	2.294	3.136	1.713	2.230	1.851	2.163	26.387	28.017
Receita Industrial	33.195	171.792	17.369	74.584	38.233	194.539	28.543	21.709	92.591	145.496	29.342	18.971	866.364	949.366
Receita de Serviços	3.534.739	3.822.165	3.467.431	2.623.049	7.114.272	2.829.515	4.937.546	3.227.237	2.911.033	4.692.415	6.671.819	3.385.065	49.216.286	54.645.140
Transferências Correntes	13.339	30.432	30.470	35.241	35.833	55.865	34.814	32.703	156.109	169.107	34.449	40.611	668.973	1.231.711
Receitas Correntes a Classificar[1]	302	25	120	(19)	2.533	54	8	9	(12)	(3.024)	36	135	168	0
Outras Receitas Correntes	3.553.145	4.199.584	3.640.970	7.852.693	4.059.868	4.049.737	4.027.344	3.767.138	3.350.559	19.022.286	4.112.217	3.054.730	64.690.270	76.979.138
DEDUÇÕES (II)	39.900.083	37.691.758	47.302.888	43.098.245	40.293.459	45.211.058	41.643.881	42.640.222	48.087.655	85.799.734	40.687.148	52.018.780	564.374.912	637.928.361
Transf. Constitucionais e Legais[2]	12.396.110	9.408.537	18.392.695	15.045.494	11.489.151	16.162.465	12.532.311	12.929.307	17.656.680	39.849.167	9.175.461	22.505.459	197.542.837	232.539.161
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social[3]	22.618.866	23.300.132	23.641.973	23.125.985	23.769.570	23.971.956	23.971.311	24.543.766	24.701.909	38.626.114	25.752.864	24.369.649	302.394.095	334.581.348
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor[4]	737.034	792.151	910.609	811.695	781.154	778.632	794.023	777.995	1.449.910	879.556	879.569	812.715	10.405.043	11.396.533
Compensação Financeira RGPS/RPPS	722	599	485	573	110	270	90	512	91	281	225	242	4.199	13.631
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	225.266	136.855	229.294	137.958	183.330	183.383	184.014	183.773	183.526	230.453	137.895	185.071	2.200.818	2.308.950
Contribuição p/ PIS/PASEP	3.922.086	4.053.484	4.127.831	3.976.540	4.070.144	4.114.352	4.162.132	4.204.870	4.095.539	6.214.164	4.741.135	4.145.644	51.827.921	57.088.738
PIS	3.116.606	3.388.738	3.423.142	3.210.466	3.349.509	3.420.980	3.460.337	3.490.516	3.384.000	5.441.180	3.740.765	3.224.305	42.650.542	-
PASEP	805.480	664.747	704.689	766.073	720.636	693.372	701.795	714.354	711.540	772.984	1.000.370	921.339	9.177.379	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	45.023.733	68.506.417	46.414.923	49.374.282	64.091.593	45.534.574	48.986.569	59.807.969	59.427.680	54.480.279	92.007.951	37.505.375	671.161.347	743.075.691

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se a classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.
[2] Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e ao fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB) são deduzidas integralmente. Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, conforme Parecer nº 21/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
[3] Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, inclui a Receita de Contribuições sobre Espetáculos Esportivos.
[4] Deduzido com base no inciso IV, "c" do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
[5] A previsão da receita é a constante na Lei 12.952, de 20 de janeiro de 2014 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014.
Nota: a metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: www.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/receita_corrente_liquida.asp

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS1 (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	352.314.573	352.314.573	50.163.590	50.163.590	37.686.854
RECEITAS CORRENTES	352.122.129	352.122.129	50.158.711	50.158.711	37.643.934
Receitas de Contribuições	334.432.538	334.432.538	49.769.212	49.769.212	37.546.161
Dos empregadores	205.581.178	205.581.178	30.359.734	30.359.734	23.004.929
Dos trabalhadores e dos demais segurados	76.236.431	76.236.431	10.907.109	10.907.109	9.524.289
Outras Contribuições	52.614.929	52.614.929	8.502.368	8.502.368	5.016.942
Outras Receitas Correntes	17.689.592	17.689.592	389.499	389.499	97.774
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	13.631	13.631	467	467	1.304
Demais Receitas Correntes	17.675.961	17.675.961	389.033	389.033	96.470
RECEITAS DE CAPITAL	192.444	192.444	4.879	4.879	42.920
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	192.444	192.444	4.879	4.879	42.920
Outras Receitas de Capital	-	-		-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.760.832,62	5.760.832,62	1.952.840,10	1.952.840,10	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	358.075.406	358.075.406	52.116.430	52.116.430	37.686.854

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS2 (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	379.590.376	379.590.376	65.748.663	65.748.663	62.136.926
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	373.019.849	373.019.849	65.416.333	65.416.333	-
Aposentadorias	363.478.972	363.478.972	63.030.858	63.030.858	-
Pensões	8.935.417	8.935.417	1.797.638	1.797.638	-
Outros Benefícios	605.460	605.460	587.836	587.836	-
Outras Despesas	2.377.701	2.377.701	332.330	332.330	62.136.926
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	2.377.692	2.377.692	332.330	332.330	221.746
Demais Despesas	9	9	-	-	61.915.181
A detalhar	4.192.826	4.192.826	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	379.590.376	379.590.376	65.748.663	65.748.663	62.136.926
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(21.514.970)	(21.514.970)	(13.632.233)	(13.632.233)	(24.450.072)

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Constam destes valores as contribuições sociais sobre a folha de salário e sobre o faturamento (CF, art. 195), os juros, as multas e os encargos incidentes sobre as receitas previdenciárias.
[2] As despesas previdenciárias obedecem ao regime de competência; não incluem precatórios e sentenças de benefícios.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.705.483	13.705.483	2.015.360	2.015.360	1.750.339
RECEITAS CORRENTES	13.705.483	13.705.483	2.015.360	2.015.360	1.750.339
Receita de Contribuições dos Segurados	13.699.917	13.699.917	2.015.184	2.015.184	1.749.995
Pessoal Civil	11.390.967	11.390.967	1.692.218	1.692.218	1.457.133
Ativo	8.784.469	8.784.469	1.281.002	1.281.002	1.100.813
Inativo	1.997.982	1.997.982	318.248	318.248	273.013

PROIBIDA POR TERCEIROS
COMERCIALIZAÇÃO

Pensionista	608.517	608.517	92.968	92.968	83.307
Pessoal Militar	2.308.950	2.308.950	322.966	322.966	292.861
Receita vinculada	1.847.160	1.847.160	258.372	258.372	234.289
Receita desvinculada (DRU)	461.790	461.790	64.593	64.593	58.572
Outras Receitas de Contribuições (multas)	5.566	5.566	176	176	344
Receita vinculada	5.566	5.566	154	154	305
Receita desvinculada (DRU)	-	-	22	22	40
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.605.452	17.605.452	1.362.186	1.362.186	716.750
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	31.310.935	31.310.935	3.377.545	3.377.545	2.467.088

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	87.831.524	87.831.524	14.275.317	14.275.317	12.992.470
PREVIDÊNCIA	87.831.524	87.831.524	14.275.317	14.275.317	12.992.470
Pessoal Civil	55.381.857	55.381.857	9.304.830	9.304.830	8.467.841
A detalhar	16.504.215	16.504.215	-	-	-
Aposentadorias	27.644.183	27.644.183	6.435.887	6.435.887	5.808.825
Pensões	10.779.513	10.779.513	2.786.023	2.786.023	2.586.680
Outros Benefícios Previdenciários	453.946	453.946	82.920	82.920	72.336
Pessoal Militar	29.229.729	29.229.729	4.518.362	4.518.362	4.123.657
A detalhar	8.174.979	8.174.979	-	-	-
Reformas	10.715.647	10.715.647	2.386.517	2.386.517	2.181.968
Pensões	10.252.515	10.252.515	2.106.593	2.106.593	1.910.853
Outros Benefícios Previdenciários	86.587	86.587	25.252	25.252	30.836
Outras Despesas Previdenciárias	3.219.938	3.219.938	452.125	452.125	400.973
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	87.831.524	87.831.524	14.275.317	14.275.317	12.992.470
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(56.520.589)	(56.520.589)	(10.897.771)	(10.897.771)	(10.525.382)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	17.605.452	17.605.452	1.362.186	1.362.186	716.750
Receita de Contribuições - Patronal	17.604.823	17.604.823	1.362.119	1.362.119	716.739
Pessoal Civil	17.604.823	17.604.823	1.362.119	1.362.119	716.739
Ativo	17.604.823	17.604.823	1.362.119	1.362.119	716.739
Outras Contribuições (multas)	629	629	67	67	10
Receita vinculada	629	629	57	57	9
Receita desvinculada (DRU)	-	-	10	10	2
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX)	17.605.452	17.605.452	1.362.186	1.362.186	716.750

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	-	-	-	-	-

FONTE: Siafi, STN/CCONT/Geinf (2/2)

Notas:
1 - A metodologia de apuração deste demonstrativo foi em parte reformulada, no exercício de 2014, de forma a contemplar os entendimentos e determinações contidos no Acórdão nº 2059/2012 - TCU - Plenário. Assim, os valores apresentados nas colunas referentes ao exercício anterior foram recalculados conforme os critérios da metodologia atualizada, e podem, dessa forma, diferir dos valores publicados nos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária do exercício anterior. Além disso, em decorrência do acórdão da Corte de Contas, foram efetuadas algumas adaptações ao modelo do demonstrativo estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, tais como a inclusão de linhas para evidenciar a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas.
2 - A metodologia adotada para a apuração dos valores deste demonstrativo está detalhada no quadro "Memória de Cálculo" anexo.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
					Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.291.252	(137.150)	23.270.320	9.883.708	118.434.020	62.831.957	(1.229.438)	32.486.788	147.549.827
LEGISLATIVO	43.999	0	26.121	17.878	449.795	320.612	(5.300)	173.760	591.347
Câmara dos Deputados	28.399	0	18.056	10.344	292.210	273.843	(2.428)	122.887	440.737
Senado Federal	15.599	0	8.065	7.534	58.923	5.808	(1.682)	25.145	37.905
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	98.662	40.961	(1.190)	25.728	112.705
JUDICIÁRIO	183.511	(168)	68.086	115.257	1.851.496	425.440	(11.156)	575.867	1.689.912
Supremo Tribunal Federal	375	0	69	306	29.445	661	(489)	14.740	14.878
Superior Tribunal de Justiça	1.072	0	76	996	74.774	4.949	(1.734)	22.548	55.440
Justiça Federal	21.132	(3)	7.665	13.464	437.125	133.928	(1.969)	131.855	437.229
Justiça Militar	227	0	197	30	16.226	3.700	(670)	4.144	15.112
Justiça Eleitoral	20.032	(144)	10.597	9.292	333.314	150.202	(2.274)	93.518	387.724
Justiça do Trabalho	129.136	(22)	38.949	90.166	819.126	96.087	(3.703)	271.852	639.658
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	10.959	0	10.518	441	68.202	32.122	(167)	29.660	70.497
Conselho Nacional de Justiça	578	0	15	563	73.283	3.790	(148)	7.550	69.374
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5.240	(11)	3.326	1.903	358.362	93.330	(618)	73.133	377.940
Ministério Público da União	5.216	(11)	3.302	1.903	351.253	92.627	(616)	71.595	371.669
Conselho Nacional do Ministério Público	24	0	24	0	7.109	703	(2)	1.539	6.271
EXECUTIVO	33.058.502	(136.970)	23.172.787	9.748.669	115.774.368	61.992.575	(1.212.364)	31.664.027	144.890.628
Presidência da República	115.125	(30)	40.121	74.974	1.703.226	622.337	(16.258)	490.862	1.818.443
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.263	0	1.207	56	914.639	84.065	(7.717)	109.667	881.320
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.175.259	(577)	705.439	469.168	2.196.785	380.755	(11.164)	337.390	2.229.060
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.469.019	(8.805)	191.605	2.268.609	2.164.985	606.730	(137.876)	323.725	2.310.115
Ministério da Fazenda	1.761.545	(3.693)	681.814	1.076.039	22.672.284	10.766.492	(26.296)	11.506.733	21.905.746
Ministério da Educação	3.023.024	(7.836)	2.094.638	920.550	14.620.426	6.224.479	(79.745)	3.596.533	17.168.626
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	17.526	(0)	5.788	11.738	127.128	27.594	(2.342)	25.128	127.251
Defensoria Publica da União	1.711	(0)	1.461	250	22.277	0	(13)	13.644	8.620
Ministério da Justiça	177.877	(145)	39.268	138.465	1.955.170	775.912	(17.851)	182.605	2.530.625
Ministério de Minas e Energia	51.370	(253)	39.858	11.258	5.938.317	1.494.136	(3.976)	118.215	7.310.262
Ministério Previdência Social	16.041.607	(36)	15.979.374	62.196	1.685.585	128.245	(3.223)	1.104.571	706.035
Ministério das Relações Exteriores	2.374	(1)	0	2.374	39.520	29.745	(303)	27.130	41.831
Ministério da Saúde	1.958.873	(85.447)	521.116	1.352.310	7.434.010	5.119.323	(140.431)	2.688.770	9.724.132
Ministério do Trabalho e Emprego	615.963	(25)	603.232	12.706	1.724.928	2.990.533	(3.695)	938.558	3.773.207
Ministério dos Transportes	696.416	(1.866)	591.510	103.039	9.266.277	5.201.481	(72.456)	1.595.709	12.799.593
Ministério das Comunicações	9.135	0	3.955	5.181	315.748	99.513	(1.813)	42.730	370.718
Ministério da Cultura	107.341	(1.241)	10.159	95.942	1.488.287	280.333	(9.303)	128.683	1.630.633
Ministério do Meio Ambiente	23.150	(13)	8.501	14.636	634.342	70.844	(8.883)	61.954	634.348
Ministério do Desenvolvimento Agrário	130.128	(5.923)	26.717	97.489	4.852.756	2.028.512	(572.231)	974.555	5.334.482

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte	435.769	(526)	4.687	430.556	1.800.941	715.789	(3.527)	171.649	2.341.553
Ministério da Defesa	1.515.874	(746)	1.371.819	143.309	6.597.976	2.115.840	(31.841)	1.524.494	7.157.481
Ministério da Integração Nacional	2.022.006	(14.629)	112.761	1.894.616	9.987.314	5.473.213	(15.370)	1.145.854	14.299.302
Ministério do Turismo	351.592	(1.272)	13.377	336.943	1.927.991	1.907.826	(14.664)	82.195	3.738.958
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	65.734	(1)	193	65.539	1.870.551	239.615	(1.146)	412.607	1.696.412
Ministério das Cidades	275.728	(3.901)	114.613	157.213	13.674.603	14.494.872	(29.878)	4.049.689	24.089.908
Ministério da Pesca e Aquicultura	1.090	0	149	941	135.343	112.276	(343)	3.747	243.530
Advocacia-Geral da União	12.002	(6)	9.425	2.571	22.961	2.117	(17)	6.626	18.435
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	317.802	(5.896)	297.417	14.489	3.503.825	*350.453*	(6.991)	731.348	3.115.939

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO (Despesas Intra-Orçamentárias)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
					Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	317.802	(5.896)	297.417	14.489	3.503.825	350.453	(6.991)	731.348	3.115.939
LEGISLATIVO	0	0	0	0	7.571	46.430	(21)	820	53.160
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	5.836	41.652	(5)	327	47.157
Senado Federal	0	0	0	0	482	165	(17)	218	413
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	1.253	4.613	0	274	5.591
JUDICIÁRIO	7.517	0	6.956	560	56.266	181.873	(247)	16.904	220.987
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	1.343	11	0	897	457
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	227	3.290	0	74	3.443
Justiça Federal	553	0	6	547	14.589	144.328	(148)	2.556	156.213
Justiça Militar	0	0	0	0	681	13	0	14	680
Justiça Eleitoral	90	0	77	13	2.353	2.607	(17)	488	4.455
Justiça do Trabalho	4.369	0	4.369	0	36.721	30.222	(29)	11.880	55.034
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	40	15	(14)	12	30
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.504	0	2.504	0	312	1.388	(40)	983	677
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	9.534	1.110	(16)	688	9.939
Ministério Público da União	0	0	0	0	9.386	1.031	(16)	653	9.748
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	147	79	0	35	191
EXECUTIVO	310.285	(5.896)	290.460	13.929	3.430.455	121.040	(6.706)	712.937	2.831.852
Presidência da República	4.003	0	3.956	47	46.120	1.780	(60)	32.922	14.918
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.748	0	1.748	0	3.225	1.260	(9)	312	4.164
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	60.684	0	60.658	26	1.581	718	(3)	204	2.092
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.631	(216)	993	423	3.273	1.171	(9)	989	3.446
Ministério da Fazenda	87.380	(0)	79.820	7.560	2.108.407	4.965	(58)	2.959	2.110.355
Ministério da Educação	97.338	(118)	94.525	2.695	1.053.202	68.332	(5.215)	645.879	470.441
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	50	0	50	0	1.137	244	(45)	682	654
Defensoria Publica da União	1	0	0	1	108	0	0	63	45
Ministério da Justiça	1.300	0	788	512	74.447	5.608	(73)	741	79.241
Ministério de Minas e Energia	11.059	0	10.639	419	8.414	1.823	(55)	1.018	9.163
Ministério Previdência Social	291	0	288	3	2.081	42	(4)	1.377	743
Ministério das Relações Exteriores	2	0	0	2	327	81	(10)	210	188
Ministério da Saúde	27.013	(5.561)	21.449	3	17.066	11.801	(70)	3.340	25.457
Ministério do Trabalho e Emprego	14	0	12	2	3.275	42	0	43	3.273
Ministério dos Transportes	3.061	0	3.060	1	12.302	2.919	(191)	2.349	12.681
Ministério das Comunicações	456	0	456	0	771	1.602	(13)	296	2.064
Ministério da Cultura	224	0	224	0	1.390	378	(180)	323	1.264
Ministério do Meio Ambiente	3.346	0	3.346	0	1.481	513	(221)	132	1.641
Ministério do Desenvolvimento Agrário	148	0	142	6	3.191	4.805	(213)	790	6.993
Ministério do Esporte	426	0	129	297	296	131	0	0	427
Ministério da Defesa	2.709	(1)	2.286	421	76.105	9.244	(216)	16.172	68.961
Ministério da Integração Nacional	4.695	0	4.693	2	2.911	2.387	(6)	570	4.722
Ministério do Turismo	143	0	143	0	478	42	(11)	109	398
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	864	0	864	0	6.666	35	0	1.054	5.647
Ministério das Cidades	1.530	0	23	1.507	1.133	399	0	155	1.377
Ministério da Pesca e Aquicultura	0	0	0	0	934	307	(44)	245	952
Advocacia-Geral da União	171	0	171	0	133	*413*	0	3	543
TOTAL	317.802	(5.896)	297.417	14.489	3.503.825	350.453	(6.991)	731.348	3.115.939

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

RECEITAS DO ENSINO

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	447.373.973	447.373.973	77.100.284	77.109.262	17,24
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	41.033.191	41.033.191	6.502.275	6.502.275	15,85
Imposto sobre Importação - II	40.827.339	40.827.339	6.631.448	6.639.781	16,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	134.348	134.348	(130.750)	13.898	10,35
Dívida Ativa do II	45.759	45.759	654	654	1,43
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	25.746	25.746	923	923	3,58
(-) Deduções da Receita do II			0	(152.981)	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	55.271	55.271	23.922	23.922	43,28
Imposto sobre Exportação - IE	44.381	44.381	21.987	10.058	22,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	4.361	4.361	1.011	606	13,89
Dívida Ativa do IE	2.290	2.290	251	251	10,95
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	4.239	4.239	673	673	15,88
(-) Deduções da Receita do IE			0	12.334	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	312.026.998	312.026.998	57.737.078	57.746.010	18,51
Imposto sobre Rendas - IR	302.915.105	302.915.105	56.680.632	57.064.527	18,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	4.793.963	4.793.963	699.360	656.769	13,70
Dívida Ativa do IR	2.853.549	2.853.549	173.516	162.067	5,68
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	1.464.380	1.464.380	183.569	174.194	11,90
(-) Deduções da Receita do IR			0	(311.547)	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	825.576	825.576	22.421	22.421	2,72
Imposto Territorial Rural - ITR	740.594	740.594	14.556	14.558	1,97

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	72.038	72.038	5.063	5.063	7,03
Dívida Ativa do ITR	6.108	6.108	806	833	13,63
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	6.835	6.835	1.996	1.996	29,20
(-) Deduções da Receita do ITR			0	(29)	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	57.918.131	57.918.131	8.156.090	8.156.135	14,08
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	55.720.570	55.720.570	8.011.910	8.398.315	15,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	755.356	755.356	79.659	77.842	10,31
Dívida Ativa do IPI	1.074.983	1.074.983	33.813	33.784	3,14
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	367.223	367.223	30.708	30.659	8,35
(-) Deduções da Receita do IPI			0	(384.465)	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.514.807	35.514.807	4.656.470	4.656.470	13,11
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.309.793	35.309.793	4.644.451	4.635.245	13,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	101.576	101.576	11.648	10.972	10,80
Dívida Ativa do IOF	88.415	88.415	205	205	0,23
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	15.023	15.023	166	166	1,11
(-) Deduções da Receita do IOF			0	9.882	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	0	0	2.029	2.029	-
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	0	0	1.742	1.742	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	287	287	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro			0	0	-

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS* No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	79.538.203	79.538.203	12.637.194	12.637.194	15,89
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS1 (23,5% de (1.3 + 1.5))	86.937.105	86.937.105	13.224.971	13.224.971	15,21
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	5.791.813	5.791.813	616.581	616.581	10,65
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB			6.698.561	6.698.561	
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS2 (1.7)	0	0	2.170	2.170	-
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	412.788	412.788	55.500	55.500	13,45
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7)	172.679.909	172.679.909	33.234.978	33.234.978	19,25
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	274.694.064	274.694.064	43.865.306	43.874.284	15,97

RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	18.726.448	18.726.448	3.819.182	3.819.182	20,39
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0	-
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	109.215	109.215	530.553	528.937	484,31
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	18.835.663	18.835.663	4.349.736	4.348.120	23,08

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	49.444.932	49.444.932	7.895.755	7.897.371	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre**	**Até o Bimestre (e)**	**% (g)=((e+f)/d)x100**
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	681.005	681.005	16.199	16.199	2,38
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	142.796	142.796	0	0	0,00
17 - EDUCAÇÃO BÁSICA	1.366.267	1.366.267	76.905	76.905	5,63
18 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0	0,00
19 - ENSINO SUPERIOR	24.746.011	24.746.011	3.054.310	3.054.310	12,34
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.454.577	10.454.577	1.470.515	1.470.515	14,07
21 - OUTRAS	21.316.805	21.317.805	2.029.014	2.029.014	9,52
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	58.707.461	58.708.461	6.646.943	6.646.943	11,32

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37 p)**	32
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
26 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24 + 25)*	0
27 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO[3] [(22-26) / (9)] x 100%	15,15

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO BIMESTRE JANEIRO 2014 Valor (h)	JANEIRO 2014 %[4] (i)=100x(g)/(34)	FEVEREIRO 2014 Valor (j)	FEVEREIRO 2014 %[4] (l)=100x(i)/(34)	ATÉ O BIMESTRE Valor (m)
28 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	0	0	0	0
29 - OUTROS	685.827	100,00	685.827	100,00	1.355.456
30 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2014 (28 + 29)	685.827	100,00	685.827	100,00	1.355.456

LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL	ATÉ O BIMESTRE Valor (n)
31 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 7264538020)	2.179.361	16.199

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (g)=((e+f)/d)x100
32 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.827.915	7.827.915	46.452	46.452	0,59
32.1 - Educação Infantil	0	0	0	0	0,00
32.2 - Educação Básica	4.415.337	4.415.337	39.452	39.452	0,89
32.3 - Ensino Médio	0	0	0	0	0,00
32.4 - Outras	3.412.578	3.412.578	7.000	7.000	0,21
33 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0	0	0	0	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

34 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.487.583	8.498.569	270.472	270.472	3,18
34.1 - Educação Infantil	3.500.000	3.500.000	0	0	0,00
34.2 - Educação Básica	2.612.108	2.623.094	165.097	165.097	6,29
34.3 - Ensino Médio	0	0	0	0	0,00
34.4 - Ensino Superior	1.450.396	1.450.396	93.235	93.235	6,43
34.5 - Outras	925.079	925.079	12.140	12.140	1,31
35 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (32 + 33 + 34)	16.315.498	16.326.484	316.924	316.924	1,94
36 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (22 + 35)	75.022.959	75.034.945	6.963.866	6.963.866	9,28

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (p)
37 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.710	32

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".

[2] CF, art. 153 §5º.

[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[4] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual.

[5] Serão assegurados os repasses de, no mínimo, quarenta e cinco por cento da complementação anual até 31 de julho, e de cem por cento até 31 de dezembro.

[6] Dotação autorizada até o período de referência deste relatório.

* Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

** Dedução prevista no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume II, aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja 1ª edição foi aprovada pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, tendo sido submetida previamente à apreciação do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios instituído pela Portaria STN nº 135, de 6 de março de 2007. No entanto, em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo.

Notas:

i) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/a) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS LIQUIDADAS % (c/a) x 100
DESPESAS CORRENTES	95.885.391	95.885.391	32.509.127	33,90	12.874.841	13,43
Pessoal e Encargos Sociais	16.829.408	16.829.408	15.298.042	90,90	2.584.294	15,36
Juros e Encargos da Dívida	5.022	5.022	2.159	42,98	2.159	42,98
Outras Despesas Correntes	79.050.961	79.050.961	17.208.927	21,77	10.288.389	13,01
DESPESAS DE CAPITAL	10.133.873	10.179.526	334.450	3,29	22.664	0,22
Investimentos	9.816.166	9.861.819	332.390	3,37	20.604	0,21
Inversões Financeiras	100.000	100.000				
Amortização da Dívida	217.707	217.707	2.060	0,95	2.060	0,95
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	106.019.264	106.064.917	32.843.577	30,97	12.897.505	12,16

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS EMPENHADAS % (d/Ib)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/Ic)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	7.204.252	7.204.252	7.193.270	21,90	1.155.455	8,96
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	403.729	403.729	378.362	1,15	44.811	0,35
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	248.000	248.000	825	0,00	825	0,01
Recursos de Operações de Crédito	248.000	248.000	825	0,00	825	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.423.841	2.423.841	225.998	0,69	96.240	0,75
Serviço da Dívida	222.730	222.730	4.219	0,01	4.219	0,03
Outras Ações	2.201.111	2.201.111	221.779	0,68	92.022	0,71
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA1	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS2	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES3	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	10.279.821	10.279.821	7.798.455	23,74	1.297.331	10,06
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	95.739.443	95.785.096	25.045.122	76,26	11.600.174	89,94

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE4	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O BIMESTRE/2013 (f)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O BIMESTRE/2014 (g)	VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB % (h)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (i) = [(f x h / 100) + f]	VARIAÇÃO DE APLICAÇÃO % (g / f x 100)-100
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.914.400	11.600.174	10,15%	7.616.303	67,77%

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (g - i)	3.983.870

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA5	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Empenhos de 2013	6.938.168	(63.052)	2.476.706	4.398.409	6.938.168
Empenhos de 2012	2.615.445	(19.225)	178.494	2.417.725	2.615.445
Empenhos de 2011	1.662.816	(26.192)	98.463	1.538.161	1.662.816
Empenhos de 2010	586.030	(18.841)	31.122	536.068	586.030
Empenhos de 2009	424.397	(11.678)	968	411.751	424.397
Empenhos de 2008	70.928	(2)	118	70.808	70.928
Total	12.343.698	(139.464)	2.785.871	9.418.363	12.343.698

FONTE: Siafi, elaboração STN/CCONT/GEINF

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)

Não houve aplicação, neste exercício, em decorrência de cancelamentos de restos a pagar ocorridos em exercícios anteriores.

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 25	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)

Não houve, no âmbito da União, descumprimento do percentual mínimo em exercícios anteriores.

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	21.103.017	21.125.544	4.074.111	12,40	2.211.447	17,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	44.566.206	44.589.332	7.645.659	23,28	6.709.534	52,02
Suporte Profilático e Terapêutico	10.960.816	10.960.816	2.468.783	7,52	666.979	5,17
Vigilância Sanitária	370.912	370.912	26.500	0,08	3.842	0,03
Vigilância Epidemiológica	4.280.580	4.280.580	665.156	2,03	172.693	1,34
Alimentação e Nutrição	51.900	51.900	-	-	-	-
Outras Subfunções	24.685.834	24.685.834	17.963.369	54,69	3.133.009	24,29
TOTAL	106.019.264	106.064.917	32.843.577	100,00	12.897.505	100,00

FONTE: Siafi, elaboração STN/CCONT/GEINF
[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "d" ou com a coluna "d+e"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "d" ou com a coluna "d+e"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC141/2012
[5] Os valores apresentados nesse quadro representam os restos a pagar inscritos ou reinscritos (restos a pagar de exercícios anteriores ainda pendentes de pagamento) no encerramento do exercício de 2013. Os valores executados (cancelados, pagos e saldo a pagar) referem-se à execução, no exercício de 2014, desse estoque de restos a pagar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	-	2.383.177.997
Previsão Atualizada da Receita	-	2.383.177.997
Receitas Realizadas	356.919.945	356.919.945
Superávit Orçamentário	-	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	2.383.177.997

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	-	2.383.132.631
Dotação Atualizada	-	2.386.307.648
Despesas Empenhadas	1.135.478.680	1.135.478.680
Despesas Executadas	407.635.963	407.635.963
Superávit Orçamentário	-	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	920.578.234	920.578.234
Despesas Executadas	232.799.877	232.799.877

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	671.161.347

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	52.116.430	52.116.430
Despesas Previdenciárias (II)	65.748.663	65.748.663
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	(13.632.233)	(13.632.233)
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (IV)	3.377.545	3.377.545
Despesas Previdenciárias (V)	14.275.317	14.275.317
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	(10.897.771)	(10.897.771)

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Bimestre
Resultado Nominal	3.170.712
Resultado Primário	26.287.659

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.609.054	(143.045)	23.567.736	9.898.197
Poder Executivo	33.368.788	(142.866)	23.463.248	9.762.598
Poder Legislativo	43.999	0	26.121	17.878
Poder Judiciário	191.028	(168)	75.042	115.818
Ministério Público	5.240	(11)	3.326	1.903
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	185.120.256	(1.236.429)	33.218.136	150.665.766
Poder Executivo	181.318.438	(1.219.070)	32.376.964	147.722.480
Poder Legislativo	824.408	(5.321)	174.580	644.507

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário	2.515.075	(11.404)	592.771	1.910.899
Ministério Público	462.335	(635)	73.821	387.879
TOTAL	218.729.310	(1.379.475)	56.785.872	160.563.963

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 18% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.646.943	18%	15,15
Complementação da União ao FUNDEB	1.355.456	7.264.538	18,66

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Variação Nominal do PIB %	Despesas Liquidadas		Variação % de Aplicação
		ATÉ O BIMESTRE/2014	ATÉ O BIMESTRE/2013	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	10,15%	11.600.174	6.914.400	67,77%

FONTE: STN/CCONT/GEINF e STN/CESEF
¹ Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR GRUPO DE DESPESA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

GRUPO DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS¹					
			Pagos						Pagos			
	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Valor (c)	% (c/total c)	% (c) / (a+b)	A Pagar (d)	Inscritos (e)	Cancelados (f)	Valor (g)	% (g/total g)	% (g) / (e+f)	A Pagar (h)
Pessoal e Encargos Sociais	1.427.924	(13.348)	1.250.725	5,3	88,4	163.850	1.502.420	(6.043)	311.337	0,9	20,8	1.185.040
Juros e Encargos da Dívida	4.299	0	4.299	0,0	100,0	0	24.462	(21.580)	119	0,0	4,1	2.763
Outras Despesas Correntes	20.579.655	(18.313)	18.210.957	77,3	88,6	2.350.310	82.741.890	(298.340)	21.720.686	65,4	26,3	60.722.939
Investimentos	7.678.996	(105.720)	2.752.028	11,7	36,3	4.821.248	79.272.586	(339.284)	6.220.108	18,7	7,9	72.713.194
Inversões Financeiras	3.869.729	(5.664)	1.301.275	5,5	33,7	2.562.789	21.578.489	(571.182)	4.965.782	14,9	23,6	16.041.524
Amortização/Refinanciamento da Dívida	48.452	0	48.452	0,2	100,0	0	408	0	103	0,0	25,1	306
TOTAL	33.609.054	(143.045)	23.567.736	100,0	70,4	9.898.197	185.120.256	(1.236.429)	33.218.136	100,0	18,1	150.665.766

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
¹ Inclusive valores dos exercícios anteriores.
Nota: Consideram-se Restos a Pagar Processados as obrigações decorrentes da execução das despesas orçamentárias liquidadas em exercícios anteriores.

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR FONTE DE RECURSO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

FONTE DE RECURSO	RP PROCESSADOS			RP NÃO-PROCESSADOS¹				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Recursos Ordinários	8.147.129	-38.491	3.585.035	4.523.581	105.796.894	-824.383	12.432.171	92.540.363
Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	0	0	0	0	11.113.049	0	8.918.332	2.194.717
Transferência do Imposto Territorial Rural	0	0	0	0	144.517	0	56.887	87.631
Contribuição ao Fundo de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0	0	0	0	4.428	-33	1.854	2.541
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Florestais	51.492	-25	15.488	35.980	1.052.946	-4.869	190.974	857.102
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.087.335	-4.027	765.357	317.951	11.878.996	-27.599	1.459.321	10.392.076
Contribuição do Salário-Educação	777.303	-258	281.300	495.745	2.924.762	-223	917.362	2.007.177
Contribuição para os Programas Especiais (Pin e Proterra)	157	0	0	157	34.784	0	0	34.784
Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	0	0	0	0	6.328	-1.168	5.159	1
Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	68.132	-372	36.351	31.409	830.687	-7.625	39.670	783.391
Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	0	0	0	0	1.909	0	775	1.134
Custas Judiciais	8.327	0	5.627	2.700	96.384	-1.093	44.792	50.499
Recursos de Concessões e Permissões	24.509	-936	3.048	20.525	2.443.529	-595	263.817	2.179.117
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	0	0	0	0	586.791	0	28	586.762
Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	404.236	-1	113.013	291.223	443.174	-436	27.518	415.220
Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	575	0	546	29	6.245	-89	1.775	4.382
Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	19.921	-237	133	19.551	345.302	-8.154	3.576	333.573
Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	15.366	-3	989	14.374	17.572	-2.443	220	14.909
Alienação de Bens Apreendidos	964	0	953	11	36.246	0	16	36.231
Contribuições para os Programas PIS/PASEP	566.183	0	566.183	0	1.185.873	0	811.500	374.373
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	22.801	-72	10.219	12.510	1.540.968	-1.093	413	1.539.462
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	912.289	-1.559	436.878	473.852	5.282.632	-40.654	85.645	5.156.333
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da 'Dívida Pública Federal	0	0	0	0	14	0	0	14
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	0	0	0	0	898.773	-9.591	99.716	789.466
Receita da Produção de Petrólego/Gás Natural camada Pré-Sal	13.122	0	13.122	0	1.303.179	0	0	1.303.179
Operações de Crédito Externas - em Moeda	62.519	0	62.378	141	188.430	-314	23.704	164.411
Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	0	0	0	0	1.352.474	0	547.927	804.547
Recursos Próprios Não-Financeiros	169.911	-4.730	106.276	58.906	2.772.660	-37.365	630.595	2.104.699
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	1.682.918	-75.234	515.964	1.091.667	10.486.352	-84.301	1.926.842	8.475.262
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.940.772	-9.610	1.652.044	279.118	4.395.870	-36.745	1.250.497	3.108.628
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	13.339.840	0	13.291.005	48.836	40.065	-1.305	275	38.484
Contribuição sobre Movimentação Financeira	21.118	0	0	21.118	1.362	0	0	1.362
Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	2.021	-1.152	749	119	21.676	0	1.703	19.972
Receitas de Honorários de Advogados	18.846	-3	18.411	432	128.364	-89	26.078	102.197
Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	36.690	0	36.690	0	0	0	0	0
Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento	0	0	0	0	11.989	-11.989	0	0
Recursos das Operações Oficiais de Crédito	336.366	-121	328.734	7.512	678.976	0	176.165	502.811
Reforma Patrimonial - Alienação de Bens	35	0	0	35	3.758	-92	0	3.666
Títulos da Dívida Agrária	0	0	0	0	312.436	0	34.001	278.435
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	10.946	-325	3.085	7.536	64.633	-7	8.113	56.513
Outras Contribuições Econômicas	1.597.660	-1.699	39.404	1.556.557	1.035.265	-68.710	139.070	827.485
Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	52.751	0	52.751	0	0	0	0	0
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	59.343	-3.708	48.203	7.432	993.606	-14.987	137.037	841.582
Taxas por Serviços Públicos	20.742	0	20.537	205	393.010	-1.366	67.031	324.614
Outras Contribuições Sociais	44.151	-279	20.574	23.298	1.045.935	-1.395	55.068	989.471
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	634.891	0	630.227	4.663	1.480.463	-626	990.439	489.398
Recursos Próprios Financeiros	113.509	-32	32.340	81.138	1.914.088	-1.597	283.769	1.628.723
Recursos de Convênios	41.806	-65	22.088	19.654	422.643	-570	73.578	348.495
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	17.372	-40	568	16.764	73.071	-11	9.414	63.646
Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	743	-1	297	445	82.028	-1.377	32.622	48.028
Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	0	0	0	0	2.110.026	0	0	2.110.026
Outras Receitas Originárias	16.222	-6	12.477	3.738	744.133	-15	221.137	522.980
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.266.727	-57	838.112	428.558	6.201.195	-5.962	1.203.385	4.991.848
Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	452	-2	450	0	2.151	0	0	2.151

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Doações de Entidades Internacionais	216	0	5	211	17.681	0	325	17.357
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	139		126	13	169.933	-37.558	17.838	114.537
TOTAL	33.609.054	-143.045	23.567.736	9.898.197	185.120.256	-1.236.429	33.218.136	150.665.766

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Inclusive valores dos exercícios anteriores.
)

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS Valor (c)	% (c/b)	SALDO A REALIZAR (b-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	851.116.610	851.116.610	114.155.054	13,4	736.961.556
Refinanciamento da Dívida Mobiliária e Outras Dívidas (II)	654.746.947	654.746.947	79.429.231	12,1	575.317.716
Outras Operações de Crédito	196.369.663	196.369.663	34.725.822	17,7	161.643.840
Participação Percentual (II / I)	76,93	76,93	69,6	-	78,1

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS EXECUTADAS (g)	% ((g+h)/e)	SALDO A EXECUTAR (e-(g+h))
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (III)	812.476.167	812.476.167	246.235.254	186.785.807	23,0	625.690.360
Refinanciamento (IV)	653.376.670	653.376.670	214.900.446	174.836.087	26,8	478.540.583
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	650.141.281	650.141.281	212.651.574	174.436.093	26,8	475.705.188
Interna	645.761.337	645.761.337	210.351.574	173.078.634	26,8	472.682.703
Externa	4.379.944	4.379.944	2.300.000	1.357.459	31,0	3.022.485
Refinanciamento da Dívida Contratual	3.235.388	3.235.388	2.248.871	399.993	12,4	2.835.395
Interna	1.331.899	1.331.899	993.996	332.823	25,0	999.075
Externa	1.903.489	1.903.489	1.254.876	67.170	3,5	1.836.320
Outras Amortizações	159.099.497	159.099.497	31.334.809	11.949.720	7,5	147.149.777
Participação Percentual (IV / III)	80,4	80,4	87,3	93,6	-	76,5

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LDO - Lei nº 12.919, de 24/12/2013, art. 36, §5º

R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (c)	% (c/b)	Até o Bimestre (d)	% (d/b)	SALDO A REALIZAR (b-d)
RECEITAS CORRENTES	643.498.512	643.498.512	58.367.781	9,07	103.328.946	16,06	540.169.566
Receita Tributária	483.254	483.254	43.399	8,98	75.830	15,69	407.424
Receita de Contribuições	600.073.240	600.073.240	53.031.031	8,84	95.779.162	15,96	504.294.078
Receita Patrimonial	6.243.019	6.243.019	41.585	0,67	831.419	13,32	5.411.600
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita Industrial	10.254	10.254	112	1,09	116	1,14	10.138
Receita de Serviços	10.360.478	10.360.478	3.643.342	35,17	3.679.144	35,51	6.681.334
Transferências Correntes	68.167	68.167	11	0,02	23	0,03	68.144
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	26.260.100	26.260.100	1.608.302	6,12	2.963.253	11,28	23.296.848
RECEITAS DE CAPITAL	481.291	481.291	3.448	1,55	8.249	4	473.042
Operações de Crédito	258.642	258.642	0	0,00	0	0,00	258.642
Alienação de Bens	222.649	222.649	3.448	1,55	8.249	3,71	214.400
Transferências de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	643.979.803	643.979.803	58.371.229	9,06	103.337.195	16,05	540.642.608
DEFICIT (II)	-	-	-	-	8.311.188	-	-
TOTAL (I + II)	643.979.803	643.979.803	58.371.229	9,06	111.648.383	17,34	532.331.420

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (g)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (h)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (i)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (j)	% (j/f)	SALDO A EXECUTAR (f-j)
DESPESAS CORRENTES	697.315.873	697.717.223	411.978.536	429.253.924	58.562.759	111.623.888	16,00	586.093.335
Pessoal e Encargos Sociais	106.778.292	106.778.292	56.916.910	61.789.271	8.690.798	17.187.872	16,10	89.590.420
Juros e Encargos da Dívida	6.296	6.296	0	2.159	0	2.159	34,28	4.138
Outras Despesas Correntes	590.531.285	590.932.635	355.061.626	367.462.495	49.871.961	94.433.858	15,98	496.498.777
DESPESAS DE CAPITAL	15.561.079	15.607.732	117.898	724.875	8.738	24.496	0,16	15.583.236
Investimentos	15.225.200	15.271.853	115.378	715.475	8.576	21.820	0,14	15.250.034
Inversões Financeiras	118.112	118.112	2.520	7.340	162	616	0,52	117.496
Amortização da Dívida	217.767	217.767	0	2.060	0	2.060	0,95	215.707
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	252.109	252.109	0	0	0	0	0,00	252.109
SUBTOTAL (III)	713.129.061	713.577.064	412.096.434	429.978.799	58.571.496	111.648.383	15,65	601.928.680
SUPERAVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	713.129.061	713.577.064	412.096.434	429.978.799	58.571.496	111.648.383	15,65	601.928.680

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Notas:
[1]A partir do mês de abril de 2013, passamos a incluir as receitas intra-orçamentárias, para se adequar à metodologia utilizada pelo TCU, conforme observado no item 4.3 do Relatório e Parecer sobre Contas do Governo da República - Exercício 2011.
a) O valor da previsão atualizada da receita apresenta-se menor do que o da previsão inicial em decorrência de não estar adequadamente registrado por esfera orçamentária no SIAFI.
b) A Receita Industrial realizada apresenta valor negativo devido à lançamento de estorno feito incorretamente.

TABELA 4-A - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LDO - Lei nº 12.919, de 24/12/2013, art. 36, §5º

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (c)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS CORRENTES	67.569.011	4.306.995	10.790.761	56.778.250
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.774.039	4.245.944	10.675.161	55.098.878
Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	38.769.960	2.917.268	6.319.862	32.450.098
Receita de Parcelamentos - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.295.237	18.736	37.268	1.257.969
Cota-Parte da Contribuição Sindical	98.983	2.050	3.627	95.356
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	461.790	37.014	64.593	397.197
Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	93	1	5	88
Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	14.188	679	2.236	11.952
Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	6.932	110	170	6.761
Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	762.013	37.272	88.994	673.019
Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	10.792	350	713	10.079
Prêmios Prescritos da Loteria Federal	46.532	0	0	46.532
Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva - Modalidade Futebol ("Timemania")	7.154	238	403	6.751
Outros Prêmios Prescritos	1.204	0	0	1.204
Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP	11.087.326	487.049	1.046.625	10.040.701
Receita de Parcelamentos - Contribuições para o PIS/PASEP	0	2.794	5.637	(5.637)
Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	12.702.063	664.394	2.960.771	9.741.291

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Receita de Parcelamentos - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	509.772	6.373	12.799	496.973
Outras Contribuições Sociais	0	0	0	0
Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP - Intra	0	1	1	(1)
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal	0	210	421	(421)
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Bombeiros Militares do Distrito Federal	0	108	243	(243)
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	0	70.322	128.084	(128.084)
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	0	975	2.708	(2.708)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.794.972	61.051	115.600	1.679.372
Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	98.623	14.770	30.898	67.725
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	32.180	1.379	2.770	29.410
Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira	0	0	1	(1)
Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP	98.338	2.571	5.058	93.280
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP	30.249	222	447	29.802
Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	55.758	7.741	19.745	36.013
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	17.751	680	1.367	16.384
Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos	923	0	0	923
Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	14	0	0	14
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	13.973	2.188	3.017	10.956
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	21.923	588	1.185	20.738
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira	0	0	4	(4)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira	0	0	1	(1)
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	12.383	392	577	11.806
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	13.073	132	210	12.863
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	7.579	1.009	1.466	6.113
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	6.995	233	451	6.543
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	158.905	10.436	14.292	144.613
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	977.056	8.961	17.966	959.091
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	2	8	(8)
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	2	3	(3)
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	46.879	1.791	2.640	44.240
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	0	1.223	2.529	(2.529)
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	64.125	4.659	6.891	57.234
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	138.177	2.072	4.075	134.101
Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP - Intra	0	0	0	(0)
TOTAL	67.569.011	4.306.995	10.790.761	56.778.250

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS DESVINCULADAS POR FORÇA DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL

TABELA 4-A, LDO - Lei nº 12.919, de 24/12/2013, art. 36, §5º

A Tabela 4-A - Demonstrativo das Receitas da Seguridade Desvinculadas apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, são desvinculados vinte por cento das receitas da União provenientes das seguintes contribuições sociais:

a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
b) Cota-Parte da Contribuição Sindical;
c) Contribuição sobre os Concursos de Prognósticos;
d) Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
e) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas;
f) Contribuição sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Crédito de Natureza Financeira (exclusive a parcela destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza).

Sobre as Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social não se aplica a desvinculação de recursos com base no inciso XI do art. 167 da Constituição. Por analogia, também não se aplica a mesma desvinculação sobre as receitas de Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Quanto à receita de Contribuição para o Salário-Educação, a exceção decorre do disposto no § 2º do art. 76 do ADCT.

O Demonstrativo apresenta por categoria e subcategoria econômica, a previsão da receita, a realização no bimestre e até o bimestre, assim como o saldo a realizar no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e suas informações são elaboradas a partir do SIAFI Gerencial, nas seguintes naturezas de receita da seguridade social que são afetadas pela DRU, identificadas conforme a Portaria nº 1, de 3/1/2006, da SOF, e suas alterações posteriores.

RECEITAS CORRENTES
Receitas de Contribuições
12100101 Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
12100102 Receita de Parcelamentos - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
12100400 Cota-Parte da Contribuição Sindical
12101301 Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
12101302 Receita de Parcelamentos - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
12101500 Contribuição para Custeio das Pensões Militares
12101700 Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas
12101801 Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal
12101802 Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas
12101804 Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números
12101805 Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea
12101806 Prêmios Prescritos da Loteria Federal
12101808 Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva - Modalidade Futebol ("Timemania")
12101809 Outros Prêmios Prescritos
12103701 Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP
12103702 Receita de Parcelamentos - Contribuições para o PIS/PASEP
12103801 Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
12103802 Receita de Parcelamentos - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
12109900 Outras Contribuições Sociais
72103701 Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP - Intra
72103801 Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - Intra
Outras Receitas Correntes
19120101 Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
19120102 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
19120701 Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira
19120702 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira.
19123101 Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP
19123102 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP
19123201 Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
19123202 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
19123307 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos
19123600 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas
19140101 Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
19140102 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
19140301 Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira
19140302 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira
19140501 Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP
19140502 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP
19140601 Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
19140602 Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
19229900 Outras Restituições
19320201 Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
19320202 Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
19320401 Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19320402 Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
19320501 Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP
19320502 Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP
19320601 Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas
19320602 Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
79123101 Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP - Intra
79123201 Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - Intra

PREVISÃO DA RECEITA
Elabora-se a previsão da receita a partir dos valores registrados, conforme a Lei Orçamentária Anual, na equação contábil 29111.00.00 - Previsão Inicial da Receita, mais 29112.00.00 - Previsão Adicional da Receita, mais 29114.00.00 - Reestimativa da Receita, menos 29119.00.00 - Anulação da Previsão da Receita, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mês fechado no SIAFI, movimento líquido, nas naturezas de receita da seguridade social que sejam afetadas pela DRU.

RECEITA REALIZADA
Elabora-se a realização da receita a partir dos valores identificados na conta contábil 19114.00.00 - Receita Realizada, que registra os valores líquidos, ou seja, já deduzidos os Incentivos Fiscais, Retificações, Restituições, Descontos Concedidos, Deduções de Receita de Vendas e Serviços e Outras Deduções, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mês fechado no SIAFI, movimento líquido, nas naturezas de receita da seguridade social que sejam afetadas pela DRU.

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

PODER / ORGÃO (SUPERIOR DA UG EXECUTORA)[1] (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/total (d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
LEGISLATIVO	9.496.937	9.496.937	7.735.908	1.379.693	0,6	14,5	1.374.450
Câmara dos Deputados	4.533.758	4.533.758	3.988.301	670.214	0,3	14,8	665.040
Senado Federal	3.482.209	3.482.209	2.455.383	486.108	0,2	14,0	486.038
Tribunal de Contas da União	1.480.969	1.480.969	1.292.224	223.371	0,1	15,1	223.371
JUDICIÁRIO	31.577.961	31.613.572	27.530.383	6.332.741	2,8	20,0	6.296.595
Supremo Tribunal Federal	529.987	529.987	409.819	70.755	0,0	13,4	70.689
Superior Tribunal de Justiça	1.043.953	1.043.953	701.291	144.391	0,1	13,8	144.350
Justiça Federal	8.035.877	8.053.802	10.504.201	2.894.231	1,3	35,9	2.887.042
Justiça Militar	407.511	407.511	78.071	60.791	0,0	14,9	60.778
Justiça Eleitoral	5.665.646	5.678.960	3.809.750	717.418	0,3	12,6	709.360
Justiça do Trabalho	13.873.048	13.877.420	10.663.542	2.112.663	0,9	15,2	2.099.141
Justiça do Distrito Federal e Territórios	1.809.373	1.809.373	1.292.175	324.531	0,1	17,9	317.320
Conselho Nacional de Justiça	212.566	212.566	71.534	7.962	0,0	3,7	7.917
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	4.518.566	4.522.606	1.227.288	702.031	0,3	15,5	699.600
Ministério Público da União	4.440.759	4.444.799	1.214.772	694.602	0,3	15,6	692.171
Conselho Nacional do Ministério Público	77.806	77.806	12.515	7.429	0,0	9,5	7.429
EXECUTIVO	1.646.929.303	1.650.064.668	853.591.288	219.704.615	96,3	13,3	191.054.543
Presidência da República	15.336.565	15.413.504	1.704.801	408.659	0,2	2,7	398.709
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	27.307.015	27.729.886	2.973.959	671.254	0,3	2,4	665.363
Ministério da AIricultura, Pecuária e Abastecimento	13.882.974	13.939.949	1.855.897	970.761	0,4	7,0	862.628
Ministério da Ciência e TecnoloIia	9.226.558	9.228.051	2.286.173	747.583	0,3	8,1	557.270
Ministério da Fazenda	591.055.256	591.414.187	288.108.219	82.009.146	36,0	13,9	81.622.509
Ministério da Educação	102.056.301	102.068.287	53.774.635	11.448.183	5,0	11,2	11.198.372
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	2.694.628	2.694.628	493.978	232.733	0,1	8,6	232.727
Defensoria Publica da União	316.219	316.219	290.746	38.745	0,0	12,3	38.742
Ministério da Justiça	11.146.626	11.158.231	5.522.337	1.163.147	0,5	10,4	1.137.177
Ministério de Minas e EnerIia	47.346.009	47.356.009	41.021.884	4.837.884	2,1	10,2	4.817.164
Ministério da Previdência Social	400.855.199	400.855.199	292.642.523	73.738.458	32,3	18,4	46.590.936
Ministério das Relações Exteriores	2.209.092	2.209.092	820.561	321.620	0,1	14,6	321.611
Ministério da Saúde	104.449.038	104.494.691	30.972.827	12.502.053	5,5	12,0	12.424.256
Ministério do Trabalho e Emprego	67.926.810	67.926.810	46.790.776	13.486.802	5,9	19,9	13.486.233
Ministério dos Transportes	25.576.485	25.830.061	3.757.871	669.822	0,3	2,6	658.614
Ministério das Comunicações	13.074.962	13.074.962	769.965	215.557	0,1	1,6	213.114
Ministério da Cultura	3.535.849	3.535.849	609.386	92.124	0,0	2,6	90.476
Ministério do Meio Ambiente	3.282.240	3.282.240	1.355.417	268.317	0,1	8,2	263.618
Ministério do Desenvolvimento Agrário	6.043.424	6.483.424	1.662.336	393.660	0,2	6,1	388.778
Ministério do Esporte	2.406.213	2.435.006	266.358	17.586	0,0	0,7	17.264
Ministério da Defesa	72.896.887	72.896.887	35.586.472	8.839.626	3,9	12,1	8.470.301
Ministério da InteIração Nacional	24.824.534	26.135.384	12.301.081	1.605.399	0,7	6,1	1.598.378
Ministério do Turismo	1.492.743	1.539.970	126.572	13.277	0,0	0,9	12.652
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	68.595.311	68.596.661	25.149.629	4.504.644	2,0	6,6	4.504.644
Ministério das Cidades	26.611.022	26.667.337	613.594	134.634	0,1	0,5	121.514
Ministério da Pesca e da Aquicultura	423.138	423.938	59.470	8.378	0,0	2,0	8.280
Advocacia-Geral da União	2.358.204	2.358.204	2.073.823	364.561	0,2	15,5	353.213
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	1.692.522.766	1.695.697.783	890.084.867	228.119.080	100,0	13,5	199.425.188

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

PODER / ORGÃO (SUPERIOR DA UG EXECUTORA)[1] (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/total (d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
LEGISLATIVO	845.075	845.075	785.823	121.239	2,6	14,3	109.140
Câmara dos Deputados	407.868	407.868	386.288	59.720	1,3	14,6	47.621
Senado Federal	299.465	299.465	269.024	41.598	0,9	13,9	41.598
Tribunal de Contas da União	137.743	137.743	130.510	19.920	0,4	14,5	19.920
JUDICIÁRIO	3.280.588	3.280.588	2.858.014	494.370	10,6	15,1	494.272
Supremo Tribunal Federal	34.159	34.159	31.548	5.146	0,1	15,1	5.146
Superior Tribunal de Justiça	89.202	89.202	62.937	13.053	0,3	14,6	13.053
Justiça Federal	962.756	962.756	851.659	148.672	3,2	15,4	148.664
Justiça Militar	27.199	27.199	4.243	4.164	0,1	15,3	4.164
Justiça Eleitoral	411.475	411.475	359.168	62.404	1,3	15,2	62.384
Justiça do Trabalho	1.537.690	1.537.690	1.369.981	227.953	4,9	14,8	227.899
Justiça do Distrito Federal e Territórios	211.411	211.411	176.403	32.367	0,7	15,3	32.349
Conselho Nacional de Justiça	6.697	6.697	2.075	612	0,0	9,1	612
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	496.756	496.756	222.664	75.571	1,6	15,2	75.571
Ministério Público da União	491.196	491.196	221.914	74.847	1,6	15,2	74.847
Conselho Nacional do Ministério Público	5.560	5.560	749	724	0,0	13,0	724
EXECUTIVO	32.610.776	32.610.776	26.626.867	3.989.617	85,2	12,2	3.948.484
Presidência da República	365.773	365.773	208.812	47.994	1,0	13,1	35.977
Ministério do Planejamento, Orçamento e Iestão	1.798.338	1.798.338	230.232	49.637	1,1	2,8	49.631
Ministério da AIricultura, Pecuária e Abastecimento	565.075	565.075	285.937	119.860	2,6	21,2	108.626
Ministério da Ciência e TecnoloIia	293.707	293.707	268.230	45.664	1,0	15,5	39.398
Ministério da Fazenda	18.693.125	18.693.125	17.282.552	2.196.198	46,9	11,7	2.196.182
Ministério da Educação	5.317.677	5.317.677	4.047.469	709.301	15,2	13,3	705.918
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	95.298	95.298	42.333	13.014	0,3	13,7	13.000
Defensoria Publica da União	29.675	29.675	29.229	4.802	0,1	16,2	4.802

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Justiça	816.111	816.111	571.997	125.452	2,7	15,4	125.373
Ministério de Minas e EnerIia	178.473	178.473	121.344	27.882	0,6	15,6	23.105
Ministério da Previdência Social	884.581	884.581	823.325	135.397	2,9	15,3	135.385
Ministério das Relações Exteriores	135.989	135.989	59.075	18.140	0,4	13,3	18.140
Ministério da Saúde	1.584.061	1.584.061	1.414.220	223.569	4,8	14,1	223.439
Ministério do Trabalho e EmpreIo	232.518	232.518	44.422	34.535	0,7	14,9	34.534
Ministério dos Transportes	157.322	157.322	95.197	24.261	0,5	15,4	24.257
Ministério das Comunicações	60.017	60.017	53.490	9.387	0,2	15,6	9.387
Ministério da Cultura	63.721	63.721	55.026	8.728	0,2	13,7	8.528
Ministério do Meio Ambiente	199.594	199.594	136.114	27.173	0,6	13,6	27.173
Ministério do Desenvolvimento AIrário	99.781	99.781	87.349	13.786	0,3	13,8	13.785
Ministério do Esporte	4.070	4.070	3.983	1.241	0,0	30,5	777
Ministério da Defesa	453.612	453.612	257.306	63.273	1,4	13,9	62.969
Ministério da InteIração Nacional	123.699	123.699	76.125	28.125	0,6	22,7	28.123
Ministério do Turismo	7.353	7.353	6.945	948	0,0	12,9	948
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	12.325	12.325	5.290	1.749	0,0	14,2	1.749
Ministério das Cidades	92.587	92.587	79.798	7.308	0,2	7,9	5.149
Ministério da Pesca e da Aquicultura	4.959	4.959	4.944	223	0,0	4,5	223
Advocacia-Geral da União	341.338	341.338	336.125	51.971	1,1	15,2	51.905
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias)	37.233.195	37.233.195	30.493.367	4.680.797	100,0	12,6	4.627.467

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

[1] Os valores apresentados neste demonstrativo se referem aos valores executados por todas as unidades vinculadas ao Órgão em questão, incluindo-se tanto dotações próprias como créditos orçamentários recebidos de outros órgãos por meio de descentralização.

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação do respectivo órgão decorre de variação cambial e/ou de descentralização de crédito orçamentário, que é computada na execução (empenho/liquidação), mas não é computada na dotação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TABELA 6 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/total (d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
01101 - Camara Dos Deputados	4.522.246	4.522.246	3.987.661	670.126	0,3	14,8	664.953
01901 - Fundo Rotativo Da Camara Dos Deputados	11.512	11.512	640	87	0,0	0,8	87
02101 - Senado Federal	3.482.209	3.482.209	2.455.383	486.108	0,2	14,0	486.038
03101 - Tribunal De Contas Da Uniao	1.480.969	1.480.969	1.292.880	223.400	0,1	15,1	223.400
10101 - Supremo Tribunal Federal	529.987	529.987	409.819	70.755	0,0	13,4	70.689
11101 - Superior Tribunal De Justica	1.043.953	1.043.953	701.291	144.391	0,1	13,8	144.350
12101 - Justica Federal De Primeiro Grau	6.456.975	6.471.400	2.793.826	1.053.873	0,5	16,3	1.048.608
12102 - Tribunal Regional Federal Da 1A. Regiao	366.612	366.612	214.819	53.708	0,0	14,6	53.673
12103 - Tribunal Regional Federal Da 2A. Regiao	303.485	303.485	238.818	51.223	0,0	16,9	50.751
12104 - Tribunal Regional Federal Da 3A. Regiao	458.368	461.868	137.677	82.647	0,0	17,9	81.700
12105 - Tribunal Regional Federal Da 4A. Regiao	276.427	276.427	231.915	51.033	0,0	18,5	50.573
12106 - Tribunal Regional Federal Da 5A. Regiao	174.009	174.009	94.689	29.986	0,0	17,2	29.975
13101 - Justica Militar	407.511	407.511	78.071	60.791	0,0	14,9	60.778
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	1.537.590	1.537.590	293.937	41.169	0,0	2,7	40.767
14102 - Tribunal Regional Eleitoral Do Acre	38.753	39.553	30.132	5.650	0,0	14,3	5.568
14103 - Tribunal Regional Eleitoral De Alagoas	80.853	80.877	51.777	13.015	0,0	16,1	12.958
14104 - Tribunal Regional Eleitoral Do Amazonas	89.275	89.275	73.344	12.454	0,0	14,0	12.360
14105 - Tribunal Regional Eleitoral Da Bahia	215.067	217.870	187.116	38.194	0,0	17,5	38.055
14106 - Tribunal Regional Eleitoral Do Ceara	167.152	167.152	161.100	26.453	0,0	15,8	26.392
14107 - Tribunal Regional Eleitoral Do Dist. Federal	71.962	71.978	65.819	12.861	0,0	17,9	12.418
14108 - Tribunal Regional Eleitoral Do Espirito Santo	84.014	84.014	74.942	13.974	0,0	16,6	13.257
14109 - Tribunal Regional Eleitoral De Goias	128.262	128.262	50.797	19.866	0,0	15,5	19.857
14110 - Tribunal Regional Eleitoral Do Maranhao	118.035	124.258	99.359	17.732	0,0	14,3	17.732
14111 - Tribunal Regional Eleitoral De Mato Grosso	86.346	86.346	71.487	13.837	0,0	16,0	13.220
14112 - Tribunal Regional Eleitoral De Mato G. Do Sul	70.576	70.576	63.130	12.834	0,0	18,2	12.312
14113 - Tribunal Regional Eleitoral De Minas Gerais	376.978	377.918	255.046	61.688	0,0	16,3	61.642
14114 - Tribunal Regional Eleitoral Do Para	124.244	124.553	109.546	19.195	0,0	15,4	19.175
14115 - Tribunal Regional Eleitoral Da Paraiba	99.976	99.976	86.551	17.051	0,0	17,1	17.015
14116 - Tribunal Regional Eleitoral Do Parana	202.659	203.174	181.427	33.309	0,0	16,4	32.859
14117 - Tribunal Regional Eleitoral De Pernambuco	181.561	181.670	167.270	29.659	0,0	16,3	29.507
14118 - Tribunal Regional Eleitoral Do Piaui	104.200	104.200	86.067	17.344	0,0	16,6	17.344
14119 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio De Janeiro	375.862	375.937	336.402	60.459	0,0	16,1	60.246
14120 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio G.Do Norte	104.340	104.340	89.317	16.079	0,0	15,4	16.007
14121 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio G. Do Sul	185.526	185.526	167.550	35.471	0,0	19,1	34.710
14122 - Tribunal Regional Eleitoral De Rondonia	54.634	55.884	18.370	8.572	0,0	15,3	8.565
14123 - Tribunal Regional Eleitoral De Santa Catarina	131.435	130.185	118.046	23.598	0,0	18,1	21.024
14124 - Tribunal Regional Eleitoral De Sao Paulo	468.674	468.674	451.500	82.442	0,0	17,6	82.441
14125 - Tribunal Regional Eleitoral De Sergipe	61.513	61.513	49.761	10.891	0,0	17,7	10.459
14126 - Tribunal Regional Eleitoral De Tocantins	60.800	60.800	47.505	8.201	0,0	13,5	8.201
14127 - Tribunal Regional Eleitoral De Roraima	35.856	37.356	29.738	5.549	0,0	14,9	5.440
14128 - Tribunal Regional Eleitoral Do Amapa	45.168	45.168	28.380	5.405	0,0	12,0	5.365
14901 - Fundo Partidario	364.335	364.335	364.335	54.466	0,0	14,9	54.466
15101 - Tribunal Superior Do Trabalho	947.034	947.034	573.331	90.516	0,0	9,6	90.421
15102 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 1A. Regiao	1.318.124	1.318.124	926.420	212.835	0,1	16,1	212.834
15103 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 2A. Regiao	1.633.902	1.633.902	1.526.861	268.336	0,1	16,4	261.374
15104 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 3A. Regiao	1.163.443	1.163.443	914.571	197.331	0,1	17,0	196.796
15105 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 4A. Regiao	1.078.971	1.080.171	813.535	190.429	0,1	17,6	190.339
15106 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 5A. Regiao	892.580	892.580	704.325	124.550	0,1	14,0	124.488
15107 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 6A. Regiao	538.783	539.774	512.824	89.779	0,0	16,6	89.758
15108 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 7A. Regiao	263.989	263.989	193.680	45.117	0,0	17,1	45.061
15109 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 8A. Regiao	384.019	384.019	338.145	63.725	0,0	16,6	63.651
15110 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 9A. Regiao	636.014	636.014	518.995	105.633	0,0	16,6	105.419
15111 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 10A. Regiao	380.357	380.357	85.523	63.084	0,0	16,6	62.905
15112 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 11A. Regiao	315.234	315.234	270.078	51.013	0,0	16,2	51.013
15113 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 12A. Regiao	472.734	472.734	456.461	83.303	0,0	17,6	83.303
15114 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 13A. Regiao	274.955	274.955	244.282	48.668	0,0	17,7	48.665
15115 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 14A. Regiao	214.963	214.963	198.575	37.470	0,0	17,4	37.393
15116 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 15A. Regiao	1.050.212	1.050.821	958.548	182.936	0,1	17,4	181.987
15117 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 16A. Regiao	140.720	140.720	124.680	23.461	0,0	16,7	23.461
15118 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 17A. Regiao	204.672	204.672	177.316	32.895	0,0	16,1	32.869
15119 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 18A. Regiao	311.844	312.398	255.734	49.031	0,0	15,7	48.975
15120 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 19A. Regiao	151.911	151.911	132.456	25.227	0,0	16,6	24.449
15121 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 20A. Regiao	113.989	113.989	102.815	19.396	0,0	17,0	19.390
15122 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 21A. Regiao	179.402	179.402	158.669	30.644	0,0	17,1	30.636
15123 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 22A. Regiao	87.676	87.676	75.702	15.534	0,0	17,7	15.279
15124 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 23A. Regiao	194.096	195.115	153.254	32.725	0,0	16,8	32.714
15125 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 24A. Regiao	147.923	147.923	122.218	26.545	0,0	17,9	25.297
15126 - Conselho Superior Da Justica Do Trabalho	775.500	775.500	3.000	666	0,0	0,1	666
16101 - Tribunal De Justica Do Distrito Federal	1.793.522	1.793.522	1.286.807	324.075	0,1	18,1	316.864
16103 - Justica Da Infancia E Da Juventude	15.851	15.851	5.368	456	0,0	2,9	455
17101 - Conselho Nacional De Justica	212.566	212.566	71.534	7.962	0,0	3,7	7.917

20101 - Presidencia Da Republica	725.851	726.765	131.371	33.593	0,0	4,6	32.984
20118 - Agencia Brasileira De Inteligencia - Abin	459.539	459.539	416.840	71.678	0,0	15,6	71.669
20204 - Inst.Nac.De Tecnologia Da Informacao-Iti	18.888	18.888	5.305	1.254	0,0	6,6	1.254
20415 - Empresa Brasil De Comunicacao	485.142	485.142	262.062	57.759	0,0	11,9	48.862
20927 - Fundo De Imprensa Nacional	217.172	217.172	58.368	24.205	0,0	11,1	24.205
22101 - Ministerio Da Agric.Pecuaria E Abastecimento	4.538.286	4.595.262	578.774	481.032	0,2	10,5	472.613
22202 - Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuaria	2.497.052	2.497.052	604.530	302.070	0,1	12,1	259.026
22211 - Companhia Nacional De Abastecimento	2.739.665	2.739.665	644.983	180.840	0,1	6,6	126.187
22906 - Fundo De Defesa Da Economia Cafeeira	39.544	39.544	17	8	0,0	0,0	8
24101 - Ministerio Da Ciencia, Tecnologia E Inovacao	1.741.762	1.741.762	433.239	151.681	0,1	8,7	151.272
24201 - Conselho Nac.De Desenv.Cientif.E Tecnologico	1.748.823	1.748.823	373.842	288.146	0,1	16,5	190.768
24204 - Comissao Nacional De Energia Nuclear - Cnen	774.610	774.610	624.831	109.071	0,0	14,1	108.295
24205 - Agencia Espacial Brasileira - Aeb	299.337	299.337	16.932	2.997	0,0	1,0	1.592
24206 - Industrias Nucleares Do Brasil S/A - Inb	866.530	866.530	224.525	50.463	0,0	5,8	48.790
24207 - Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - Nuclep	268.019	268.019	183.157	43.125	0,0	16,1	36.683
24209 - Centro Nac De Tecn Eletronica Avancada S/A	105.624	105.624	36.129	8.074	0,0	7,6	7.805
24901 - Fundo Nacional De Desenv.Cient.E Tecnologico	3.421.853	3.423.346	393.001	93.032	0,0	2,7	11.746
25101 - Ministerio Da Fazenda	7.353.174	7.712.105	1.338.241	1.281.945	0,6	16,6	1.280.428
25103 - Receita Federal Do Brasil	8.605.409	8.605.409	1.136.064	860.643	0,4	10,0	851.562
25104 - Procuradoria Geral Da Fazenda Nacional	1.224.133	1.224.133	113.490	106.356	0,0	8,7	101.400
25201 - Banco Central Do Brasil	2.585.651	2.585.651	433.897	413.652	0,2	16,0	413.652
25203 - Comissao De Valores Mobiliarios	292.511	292.511	141.168	24.866	0,0	8,5	24.323
25208 - Superintendencia De Seguros Privados	183.683	183.683	148.136	25.830	0,0	14,1	25.806
25903 - Fundo De Compensacao E Variacoes Salariais	1.751.814	1.751.814	0	0	0,0	0,0	0
25904 - Fundo De Estabilidade Do Seguro Rural	219.929	219.929	0	0	0,0	0,0	0
25913 - Fundo Especial De Treinam. E Desenvolvimento	57.796	57.796	1.239	304	0,0	0,5	269
25914 - Fundo De Garantia A Exportacao - Fge	2.289.918	2.289.918	49	49	0,0	0,0	49
26101 - Ministério Da Educação	4.687.733	4.687.733	427.312	135.203	0,1	2,9	134.812
26104 - Instituto Nacional De Educacao De Surdos	125.100	125.100	63.143	10.723	0,0	8,6	10.368
26105 - Instituto Benjamin Constant	64.427	64.427	41.592	7.051	0,0	10,9	6.399
26201 - Colegio Pedro Ii	421.449	421.449	346.094	57.218	0,0	13,6	55.131
26230 - Fund. Universidade Federal Vale Sao Francisco	112.236	112.236	76.259	11.421	0,0	10,2	11.120
26231 - Universidade Federal De Alagoas	551.899	551.899	426.724	68.927	0,0	12,5	67.512
26232 - Universidade Federal Da Bahia	1.034.894	1.034.894	206.048	151.071	0,1	14,6	149.174
26233 - Universidade Federal Do Ceara	1.071.926	1.071.926	783.704	126.328	0,1	11,8	124.507
26234 - Universidade Federal Do Espirito Santo	638.314	638.314	507.038	85.017	0,0	13,3	83.219
26235 - Universidade Federal De Goias	840.590	840.590	155.311	117.315	0,1	14,0	109.340
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.288.425	1.288.425	1.122.982	202.473	0,1	15,7	189.473
26237 - Universidade Federal De Juiz De Fora	608.292	608.292	398.644	75.842	0,0	12,5	74.531
26238 - Universidade Federal De Minas Gerais	1.413.281	1.413.281	842.597	189.045	0,1	13,4	181.959
26239 - Universidade Federal Do Para	926.637	926.637	268.368	118.637	0,1	12,8	111.672
26240 - Universidade Federal Da Paraiba	1.050.262	1.050.262	166.888	143.208	0,1	13,6	139.789
26241 - Universidade Federal Do Parana	1.005.169	1.005.169	370.048	123.644	0,1	12,3	120.616
26242 - Universidade Federal De Pernambuco	998.875	998.875	820.579	130.826	0,1	13,1	130.038
26243 - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	1.081.997	1.081.997	270.281	136.120	0,1	12,6	132.881
26244 - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	1.271.562	1.271.562	903.423	169.961	0,1	13,4	169.482
26245 - Universidade Federal Do Rio De Janeiro	2.230.218	2.230.218	368.251	312.871	0,1	14,0	307.259
26246 - Universidade Federal De Santa Catarina	1.016.675	1.016.675	632.237	125.200	0,1	12,3	122.603
26247 - Universidade Federal De Santa Maria	758.452	758.452	606.903	105.367	0,0	13,9	102.074
26248 - Universidade Federal Rural De Pernambuco	407.245	407.245	281.207	52.102	0,0	12,8	50.844
26249 - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	431.799	431.799	359.178	57.815	0,0	13,4	57.303
26250 - Universidade Federal De Roraima	187.648	187.648	100.201	14.927	0,0	8,0	14.691
26251 - Fundacao Universidade Federal De Tocantins	220.733	220.733	155.524	24.834	0,0	11,3	22.674
26252 - Universidade Federal De Campina Grande	433.653	433.653	340.044	55.015	0,0	12,7	53.405
26253 - Universidade Federal Rural Da Amazonia	142.067	142.067	112.112	18.422	0,0	13,0	18.336
26254 - Universidade Federal Do Triangulo Mineiro	230.824	230.824	172.409	27.126	0,0	11,8	26.439
26255 - Universidade Fed.Vales Jequitinhonha E Mucuri	172.261	172.261	98.570	16.874	0,0	9,8	16.167
26256 - Centro Fed.De Educ.Tecnol.Celso S.Da Fonseca	240.818	240.818	150.971	27.887	0,0	11,6	27.660
26257 - Centro Fed.De Educ.Tecnol.De Minas Gerais	263.589	263.589	189.622	34.875	0,0	13,2	31.960
26258 - Universidade Tecnologica Federal Do Parana	552.793	552.793	322.926	63.288	0,0	11,4	63.027
26260 - Universidade Federal De Alfenas	147.494	147.494	104.712	18.747	0,0	12,7	17.345
26261 - Universidade Federal De Itajuba - Mg	148.640	148.640	107.911	17.628	0,0	11,9	17.586
26262 - Universidade Federal De São Paulo	648.460	648.460	517.741	98.135	0,0	15,1	88.208
26263 - Universidade Federal De Lavras	263.271	263.271	148.831	25.478	0,0	9,7	25.456
26264 - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido	190.197	190.197	125.217	22.299	0,0	11,7	21.675
26266 - Fundacao Universidade Federal Do Pampa	185.730	185.730	156.682	20.095	0,0	10,8	19.554
26267 - Univers. Federal Da Integ. Latino Americana	79.843	79.843	40.536	6.412	0,0	8,0	6.342
26268 - Fundacao Universidade Federal De Rondonia	199.091	199.091	35.437	19.848	0,0	10,0	19.645
26269 - Universidade Federal Do Estado Rio De Janeiro	259.286	259.286	215.341	38.366	0,0	14,8	34.735
26270 - Fundacao Universidade Do Amazonas	453.956	453.956	325.163	62.984	0,0	13,9	62.759
26271 - Fundacao Universidade De Brasilia	1.417.840	1.417.840	207.148	190.533	0,1	13,4	181.775
26272 - Fundacao Universidade Do Maranhao	496.476	496.476	162.212	58.899	0,0	11,9	58.206
26273 - Universidade Federal Do Rio Grande - Furg	324.385	324.385	258.639	42.289	0,0	13,0	41.307
26274 - Fundacao Universidade Federal De Uberlandia	642.419	642.419	571.749	94.990	0,0	14,8	90.763
26275 - Fundacao Universidade Federal Do Acre	215.696	215.696	157.978	25.579	0,0	11,9	25.380
26276 - Fundacao Universidade Federal De Mato Grosso	587.141	587.141	466.425	75.409	0,0	12,8	74.600
26277 - Fundacao Universidade Federal De Ouro Preto	276.932	276.932	232.428	42.952	0,0	15,5	38.751
26278 - Fundacao Universidade Federal De Pelotas	488.859	488.859	282.321	67.307	0,0	13,8	64.977
26279 - Fundacao Universidade Federal Do Piaui	561.365	561.365	393.997	64.458	0,0	11,5	60.482
26280 - Fundacao Universidade Federal De Sao Carlos	426.464	426.464	313.862	50.920	0,0	11,9	50.763
26281 - Fundacao Universidade Federal De Sergipe	440.166	440.166	375.616	68.063	0,0	15,5	61.554
26282 - Fundacao Universidade Federal De Vicosa	585.263	585.263	519.845	84.693	0,0	14,5	82.630
26283 - Fundacao Universidade Fed.De Mato Gros.Do Sul	464.953	464.953	354.386	55.584	0,0	12,0	54.943
26284 - Fun.Univ.Fed.De Ciencias Da Saude De P.Alegre	88.282	88.282	51.878	8.497	0,0	9,6	8.473
26285 - Fundacao Universidade Federal De S.J.Del-Rei	234.586	234.586	107.338	22.989	0,0	9,8	22.684
26286 - Fundacao Universidade Federal Do Amapa	100.367	100.367	59.285	11.075	0,0	11,0	10.654
26290 - Inep-Inst.Nac.De Estudos E Pesq.Educacionais	942.526	942.526	256.396	45.188	0,0	4,8	44.932
26291 - Fund.Coord.De Aperf.De Pessoal Nivel Superior	5.064.580	5.064.580	2.583.404	561.864	0,2	11,1	536.742
26292 - Fundacao Joaquim Nabuco	109.708	109.708	86.188	13.889	0,0	12,7	13.346
26294 - Hospital De Clinicas De Porto Alegre	734.922	734.922	613.211	93.372	0,0	12,7	92.384
26298 - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	31.953.030	31.965.016	12.025.315	2.271.820	1,0	7,1	2.270.395
26350 - Fundacao Universidade Fed. Da Grande Dourados	136.295	136.295	37.436	15.271	0,0	11,2	14.652
26351 - Universidade Federal Do Reconcavo Da Bahia	174.591	174.591	106.860	19.236	0,0	11,0	17.977
26352 - Fundacao Universidade Federal Do Abc	242.564	242.564	43.055	17.952	0,0	7,4	17.777
26358 - Hospital Universitario Prof.Alberto Nunes	88.858	88.858	68.939	11.667	0,0	13,1	11.667
26359 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufba	108.475	108.475	28.134	16.668	0,0	15,4	16.668
26362 - Hospital Universitario Valter Cantidio	95.417	95.417	75.256	14.397	0,0	15,1	14.397
26363 - Maternidade Assis Chateaubrian	53.952	53.952	16.569	7.979	0,0	14,8	7.979
26364 - Hospital Universit. Cassiano Antonio Morais	81.806	81.806	16.884	12.135	0,0	14,8	12.135
26365 - Hospital Das Clinicas Da Ufgo	145.941	145.941	80.421	14.168	0,0	9,7	14.168
26366 - Hospital Universitario Antonio Pedro	163.867	163.867	162.800	26.161	0,0	16,0	26.161
26367 - Hospital Universitario Da Ufjf	121.475	121.475	41.708	6.886	0,0	5,7	6.782
26368 - Hospital Universitario Da Ufmg	195.849	195.849	163.312	28.954	0,0	14,8	28.954
26369 - Hospital Universitario Joao De Barros Barreto	60.332	60.332	33.493	9.726	0,0	16,1	9.709
26370 - Hospital Universitario Betina Ferro Souza	9.348	9.348	4.709	1.416	0,0	15,2	1.416
26371 - Hospital Universitario Lauro Wanderley	141.818	141.818	128.150	22.271	0,0	15,7	22.271
26372 - Hospital De Clinicas Da Ufpr	171.872	171.872	162.107	26.170	0,0	15,2	26.121
26373 - Hospital Das Clinicas Da Ufpe	161.473	161.473	160.564	25.930	0,0	16,1	25.930

SEM VALOR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26374 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufrn	109.595	109.595	28.302	16.791	0,0	15,3	16.791
26378 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufrj	386.214	386.214	60.016	59.263	0,0	15,3	59.263
26385 - Hospital Universitario Da Ufgd	58.825	58.825	41.417	6.910	0,0	11,7	6.674
26386 - Hospital Univer.Polydoro Ernani De Sao Thiago	133.820	133.820	126.784	22.290	0,0	16,7	22.290
26387 - Hospital Universitario Da Ufsm	123.931	123.931	123.637	22.120	0,0	17,8	22.120
26388 - Hospital Universitario Alcides Carneiro	56.769	56.769	43.942	7.503	0,0	13,2	7.503
26389 - Hospital Universitario Da Uftm	102.694	102.694	53.132	15.997	0,0	15,6	15.997
26391 - Hospital Universitario Gaffree E Guinle	54.090	54.090	51.341	8.854	0,0	16,4	8.854
26392 - Hospital Getulio Vargas	73.167	73.167	57.962	9.175	0,0	12,5	9.097
26393 - Hospital Universitario De Brasilia	60.656	60.656	60.561	9.332	0,0	15,4	9.332
26394 - Hospital Universitario Da Fuma	62.526	62.526	61.515	10.036	0,0	16,1	10.036
26395 - Hospital Universitario Miguel Riet Junior	45.336	45.336	45.237	7.500	0,0	16,5	7.500
26396 - Hosp.Das Clinicas Da Univ.Fed.De Uberlandia	185.400	185.400	175.400	29.639	0,0	16,0	29.290
26397 - Hospital Julio Muller	84.317	84.317	37.782	5.670	0,0	6,7	5.670
26398 - Hospital Das Clinicas Da Fufpel	43.044	43.044	27.492	5.786	0,0	13,4	5.398
26399 - Hospital Universitario Da Fufpi	6.972	6.972	5.761	899	0,0	12,9	894
26400 - Hospital Universitario Da Fufse	60.429	60.429	38.807	6.557	0,0	10,9	6.557
26401 - Hospital Universitario Maria Pedrossian	88.004	88.004	84.077	11.881	0,0	13,5	11.881
26402 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Alagoas	246.680	246.680	150.935	25.693	0,0	10,4	24.066
26403 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Amazonas	241.978	241.978	117.554	19.331	0,0	8,0	18.286
26404 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Baiano	175.321	175.321	94.023	17.626	0,0	10,1	16.336
26405 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Ceara	358.537	358.537	215.162	36.631	0,0	10,2	34.243
26406 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Esp.Santo	395.724	395.724	94.145	44.163	0,0	11,2	41.419
26407 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Goiano	155.066	155.066	84.437	16.251	0,0	10,5	15.403
26408 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Maranhao	349.653	349.653	203.221	31.514	0,0	9,0	29.930
26409 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Minas Gerais	218.114	218.114	154.371	21.095	0,0	9,7	20.833
26410 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Norte De Mg	142.055	142.055	71.817	13.392	0,0	9,4	12.942
26411 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Sudeste Mg	181.149	181.149	110.368	20.360	0,0	11,2	19.866
26412 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Sul De Mg	189.308	189.308	34.780	16.475	0,0	8,7	15.450
26413 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Tria.Mineiro	121.915	121.915	80.016	13.529	0,0	11,1	13.214
26414 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Mato Grosso	282.881	282.881	140.986	24.374	0,0	8,6	23.849
26415 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Mat.G.Do Sul	81.313	81.313	6.770	5.778	0,0	7,1	5.529
26416 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Para	251.978	251.978	162.175	23.489	0,0	9,3	22.113
26417 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Da Paraiba	307.190	307.190	165.311	32.643	0,0	10,6	31.776
26418 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Pernambuco	307.763	307.763	209.383	31.971	0,0	10,4	31.365
26419 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Rs	211.726	211.726	26.677	23.701	0,0	11,2	23.063
26420 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Farroupilha	145.372	145.372	81.984	14.797	0,0	10,2	14.132
26421 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Rondonia	94.387	94.387	14.352	8.373	0,0	8,9	7.958
26422 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Catarinense	181.999	181.999	117.040	17.973	0,0	9,9	17.480
26423 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sergipe	207.175	207.175	133.472	18.975	0,0	9,2	17.430
26424 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Tocantins	135.409	135.409	21.731	12.140	0,0	9,0	11.966
26425 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Acre	50.313	50.313	29.922	4.343	0,0	8,6	4.319
26426 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Amapa	47.594	47.594	17.916	3.347	0,0	7,0	3.059
26427 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Da Bahia	298.590	298.590	163.395	39.109	0,0	13,1	37.364
26428 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Brasilia	126.748	126.748	14.117	8.820	0,0	7,0	8.758
26429 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Goias	233.048	233.048	156.348	27.925	0,0	12,0	26.686
26430 - Inst.Fed.De Ed.,Cienc.E Tec.Do S.Pernambucano	102.354	102.354	58.489	9.284	0,0	9,1	9.139
26431 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Piaui	226.816	226.816	120.504	24.157	0,0	10,7	22.868
26432 - Instituto Federal Do Parana - Ifpr	191.888	191.888	68.214	14.913	0,0	7,8	13.650
26433 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do R.De Janeiro	227.797	227.797	147.896	28.863	0,0	12,7	27.766
26434 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Fluminense	220.256	220.256	159.550	27.282	0,0	12,4	25.402
26435 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Rn	294.335	294.335	194.019	34.919	0,0	11,9	34.407
26436 - Inst.Fed.De Educ.,Cie.E Tec.Sul-Rio-Grandense	244.496	244.496	35.670	30.012	0,0	12,3	27.690
26437 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Roraima	81.880	81.880	38.873	7.156	0,0	8,7	6.783
26438 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sta.Catarina	299.456	299.456	120.521	31.552	0,0	10,5	31.177
26439 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sao Paulo	396.115	396.115	203.636	36.958	0,0	9,3	35.698
26440 - Universidade Federal Da Fronteira Sul	171.342	171.342	44.140	15.014	0,0	8,8	14.990
26441 - Universidade Federal Do Oeste Do Para	95.673	95.673	29.149	8.460	0,0	8,8	8.453
26442 - Univ.Da Integ.Intern.Da Lusof.Afro-Brasileira	83.981	83.981	25.546	5.394	0,0	6,4	4.445
26443 - Empresa Brasil.De Serv.Hospitalares - Ebserh	1.609.012	1.609.012	70.836	24.543	0,0	1,5	24.429
26444 - Hosp.E Matern.Victor Ferreira Do Amaral-Hmvfa	4.330	4.330	2.971	171	0,0	3,9	171
26445 - Hospital Universitario Da Unifesp	146.496	146.496	145.457	24.082	0,0	16,4	24.082
26447 - Universidade Federal Do Oeste Da Bahia - Ufob	36.664	36.664	2.139	1.720	0,0	4,7	1.709
26448 - Univ.Fed.Do Sul E Sudeste Do Para - Unifesspa	52.464	52.464	6.922	3.718	0,0	7,1	3.228
26449 - Universidade Federal Do Cariri - Ufca	55.567	55.567	5.010	3.843	0,0	6,9	3.809
26450 - Universidade Federal Do Sul Da Bahia - Ufesba	34.007	34.007	632	632	0,0	1,9	325
26451 - Hospital De Ensino Dr.Washington A. De Barros	2.622	2.622	1.000	694	0,0	26,5	565
28101 - Minist.Do Desenvolvimento, Indust. E Comercio	666.478	666.478	156.070	29.451	0,0	4,4	29.447
28202 - Instit.Nac. De Metrol. Qualid. E Tecnologia	1.014.512	1.014.512	154.362	149.003	0,1	14,7	148.322
28203 - Instituto Nacional Da Propriedade Industrial	364.044	364.044	104.386	37.291	0,0	10,2	37.291
28233 - Superintendencia Da Zona Franca De Manaus	501.171	501.171	72.017	17.955	0,0	3,6	17.955
28904 - Fundo De Gar.P/Promoc.Da Competitividade-Fgpc	148.423	148.423	8.082	109	0,0	0,1	109
29101 - Defensoria Publica Da Uniao - Dpu	316.219	316.219	290.746	38.745	0,0	12,3	38.742
30101 - Ministerio Da Justica	1.799.749	1.799.749	432.200	59.694	0,0	3,3	59.593
30103 - Arquivo Nacional	77.370	77.370	63.906	11.379	0,0	14,7	11.296
30107 - Departamento De Policia Rodoviaria Federal	2.826.940	2.838.545	2.401.828	405.752	0,2	14,3	402.441
30108 - Departamento De Policia Federal	4.446.596	4.446.596	2.217.065	602.130	0,3	13,5	583.208
30202 - Fundacao Nacional Do Indio	541.609	541.609	354.864	57.943	0,0	10,7	55.063
30211 - Conselho Administrativo De Defesa Economica	32.341	32.341	9.616	3.073	0,0	9,5	3.073
30905 - Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos	107.980	107.980	15	3	0,0	0,0	3
30907 - Fundo Penitenciario Nacional - Funpen	491.354	491.354	14.803	3.003	0,0	0,6	2.956
30911 - Fundo Nacional De Seguranca Publica - Fnsp	574.727	574.727	20.329	15.797	0,0	2,7	15.391
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	247.960	247.960	1.108	90	0,0	0,0	90
32101 - Ministerio De Minas E Energia	1.028.969	1.038.969	178.794	31.839	0,0	3,1	31.079
32202 - Companhia De Pesquisa De Recursos Minerais	406.284	406.284	85.577	50.797	0,0	12,5	40.443
32263 - Departamento Nacional De Producao Mineral	530.580	530.580	125.622	33.052	0,0	6,2	33.040
32265 - Agencia Nacional Do Petroleo - Anp	1.218.112	1.218.112	275.490	56.966	0,0	4,7	55.760
32266 - Agencia Nacional De Energia Eletrica - Aneel	1.315.280	1.315.280	162.427	26.244	0,0	2,0	20.551
32314 - Empresa De Pesquisa Energetica - Epe	88.302	88.302	56.136	10.575	0,0	12,0	7.990
33101 - Ministerio Da Previdencia Social	376.321	376.321	304.231	43.843	0,0	11,7	43.493
33201 - Instituto Nacional Do Seguro Social	12.132.181	12.132.181	3.810.070	1.780.201	0,8	14,7	1.611.748
33206 - Superint.Nacional De Previdencia Complementar	61.229	61.229	37.551	5.382	0,0	8,8	4.797
33904 - Fundo Do Regime Geral Da Previdencia Social	388.285.468	388.285.468	259.696.664	66.811.050	29,3	17,2	41.835.057
34101 - Ministerio Publico Federal	2.712.776	2.713.716	437.545	400.358	0,2	14,8	398.098
34102 - Ministerio Publico Militar	169.844	169.844	141.838	29.345	0,0	17,3	29.345
34103 - Ministerio Pub.Do Dist.Federal E Dos Territ.	465.701	465.701	387.782	89.402	0,0	19,2	89.402
34104 - Ministerio Publico Do Trabalho	1.079.061	1.082.161	241.444	175.141	0,1	16,2	174.971
34105 - Escola Superior Do Minist. Publico Da Uniao	13.377	13.377	6.118	374	0,0	2,8	373
35101 - Ministerio Das Relacoes Exteriores	2.192.711	2.192.711	804.349	319.616	0,1	14,6	319.607
35201 - Fundacao Alexandre De Gusmao	16.381	16.381	14.758	1.381	0,0	8,4	1.381
36201 - Fundacao Oswaldo Cruz	2.602.975	2.602.975	1.140.839	286.418	0,1	11,0	258.635
36210 - Hospital Nossa Senhora Da Conceicao S/A	871.698	871.698	147.981	129.188	0,1	14,8	127.945
36211 - Fundacao Nacional De Saude	3.808.056	3.808.056	2.198.497	360.566	0,2	9,5	360.092
36212 - Agencia Nacional De Vigilancia Sanitaria	661.619	661.619	424.952	73.444	0,0	11,1	73.356
36213 - Agencia Nacional De Saude Suplementar	226.272	226.272	115.416	27.089	0,0	12,0	25.383
36901 - Fundo Nacional De Saude	96.262.418	96.308.071	27.393.153	11.794.440	5,2	12,2	11.712.057
38101 - Ministerio Do Trabalho	6.212.501	6.212.501	992.709	398.018	0,2	6,4	397.933
38201 - Fund.Jorge Duprat Fig.De Seg.E Med.Do Trab.	91.584	91.584	59.092	10.817	0,0	11,8	10.504

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

38901 - Fundo De Amparo Ao Trabalhador	61.622.725	61.622.725	45.739.754	13.078.445	5,7	21,2	13.078.274
39101 - Ministerio Dos Transportes	3.491.388	3.491.388	1.264.660	469.007	0,2	13,4	469.006
39207 - Valec-Engenharia, Construcoes E Ferrovias S/A	2.274.586	2.403.586	715.322	34.472	0,0	1,4	24.857
39250 - Agencia Nac. De Transportes Terrestres Antt	650.744	650.744	158.987	36.147	0,0	5,6	36.084
39252 - Depto.Nac.De Infra Estrut.De Transportes-Dnit	13.846.188	13.970.764	1.520.644	79.342	0,0	0,6	78.454
39253 - Empresa De Planejamento E Logistica S.A-Epl	345.946	345.946	34.729	4.815	0,0	1,4	4.174
39901 - Fundo Da Marinha Mercante	302.226	302.226	19.083	1.593	0,0	0,5	1.592
41101 - Ministerio Das Comunicacoes	1.654.452	1.654.452	475.709	168.795	0,1	10,2	166.352
41231 - Agencia Nacional De Telecomunicacoes	4.783.858	4.783.858	294.217	46.752	0,0	1,0	46.752
41902 - Fundo De Univers.Dos Serv.De Telecomun. Fust	6.116.686	6.116.686	0	0	0,0	0,0	0
41903 - Fundo P/O Desenv.Tecnol.Das Telecom.-Funttel	343.656	343.656	39	10	0,0	0,0	10
42101 - Ministerio Da Cultura	616.201	616.201	136.331	19.688	0,0	3,2	19.659
42201 - Fundacao Casa Rui Barbosa	37.500	37.500	29.063	4.642	0,0	12,4	4.642
42202 - Biblioteca Nacional	113.757	113.757	84.579	11.109	0,0	9,8	11.099
42203 - Fundacao Cultural Palmares	29.582	29.582	12.434	1.580	0,0	5,3	1.580
42204 - Instituto Do Patrimonio Hist. E Art. Nacional	437.844	437.844	164.989	28.572	0,0	6,5	27.250
42205 - Fundacao Nacional De Artes	154.857	154.857	70.234	7.264	0,0	4,7	7.208
42206 - Agencia Nacional Do Cinema Ancine	111.715	111.715	67.666	8.676	0,0	7,8	8.465
42207 - Instituto Brasileiro De Museus	184.399	184.399	43.539	10.348	0,0	5,6	10.329
42902 - Fundo Nacional De Cultura	1.525.262	1.525.262	558	245	0,0	0,0	244
44101 - Ministerio Do Meio Ambiente	556.704	556.704	86.808	28.689	0,0	5,2	28.688
44102 - Servico Florestal Brasileiro - Sfb	69.769	69.769	21.169	3.852	0,0	5,5	3.852
44201 - Inst.Bras.Do Meio Amb.E Rec.Nat.Renovaveis	1.150.826	1.150.826	934.850	151.590	0,1	13,2	148.069
44205 - Agencia Nacional De Aguas Ana	367.841	367.841	163.286	29.466	0,0	8,0	29.357
44206 - Instituto De Pesquisas Jardim Botanico Do Rj	54.468	54.468	37.807	6.677	0,0	12,3	6.623
44207 - Inst.Chico Mendes De Conser.Da Biodiversidade	677.225	677.225	118.416	49.602	0,0	7,3	48.055
44901 - Fundo Nacional Do Meio Ambiente	15.408	15.408	90	41	0,0	0,3	41
44902 - Fundo Nacional Sobre Mudancas Do Clima	30.000	30.000	0	0	0,0	0,0	0
47101 - Ministerio Do Orcamento E Gestao	15.705.721	16.128.593	1.324.324	357.544	0,2	2,2	357.365
47205 - Fundacao Inst.Bras.De Geografia E Estatistica	1.920.060	1.920.060	1.580.278	269.392	0,1	14,0	263.606
47210 - Escola Nacional Da Administracao Publica-Enap	47.959	47.959	30.753	4.094	0,0	8,5	4.094
49101 - Ministerio Do Desenvolvimento Agrario	1.661.185	2.101.185	705.185	234.781	0,1	11,2	234.727
49201 - Instituto Nac. De Colonizacao E Ref. Agraria	3.136.239	3.136.239	1.013.201	156.620	0,1	5,0	154.199
51101 - Ministerio Do Esporte	2.260.843	2.289.636	297.347	18.410	0,0	0,8	6.760
51204 - Autoridade Publica Olimpica - Apo	13.000	13.000	0	0	0,0	0,0	0
52101 - Ministerio Da Defesa	2.448.865	2.448.865	758.392	21.365	0,0	0,9	21.022
52111 - Comando Da Aeronautica	16.305.957	16.305.957	3.314.105	2.238.421	1,0	13,7	2.036.432
52121 - Comando Do Exercito	29.578.868	29.578.868	13.989.061	4.113.232	1,8	13,9	4.090.250
52131 - Comando Da Marinha	19.474.237	19.474.237	16.477.004	2.293.813	1,0	11,8	2.175.241
52133 - Secret.Da Comissao Intermin.P/Os Rec.Do Mar	67.645	67.645	2.031	524	0,0	0,8	510
52211 - Caixa De Financ. Imobiliario Da Aeronautica	7.373	7.373	1.389	220	0,0	3,0	220
52221 - Industria De Material Belico Do Brasil-Imbel	187.550	187.550	21.573	14.557	0,0	7,8	13.899
52222 - Fundacao Osorio	13.189	13.189	8.946	1.754	0,0	13,3	1.754
52232 - Caixa De Const.De Casas Do Pessoal Da Marinha	22.033	22.033	6.492	1.122	0,0	5,1	1.118
52233 - Amazonia Azul Tecnologias De Defesa S.A.	208.202	208.202	197.713	16.051	0,0	7,7	16.027
52901 - Fundo Do Ministerio Da Defesa	2.640	2.640	269	51	0,0	1,9	51
52902 - Fundo De Adm. Do Hospital Das Forcas Armadas	206.745	206.745	29.965	26.772	0,0	12,9	24.844
52903 - Fundo Do Servico Militar	7.994	7.994	0	0	0,0	0,0	0
52911 - Fundo Aeronautico	2.274.745	2.274.745	395.410	40.606	0,0	1,8	28.026
52921 - Fundo Do Exercito	1.149.998	1.149.998	21.266	7.095	0,0	0,6	5.772
52931 - Fundo Naval	560.227	560.227	112.739	40.804	0,0	7,3	36.533
52932 - Fundo De Desenv.Do Ens.Profissional Maritimo	183.151	183.151	10.984	3.003	0,0	1,6	2.379
53101 - Ministerio Da Integracao Nacional	6.417.051	7.727.901	777.710	160.749	0,1	2,1	152.519
53201 - Companhia De Desenv. Do Vale Do Sao Francisco	1.303.664	1.303.664	341.466	41.043	0,0	3,1	38.290
53202 - Superintend.Do Desenvolv.Da Amazonia-Sudam	93.081	93.081	5.810	3.634	0,0	3,9	3.620
53203 - Superint. Do Desenvolv. Do Nordeste - Sudene	113.372	113.372	11.301	4.615	0,0	4,1	4.608
53204 - Departamento Nac. De Obras Contra As Secas	1.124.227	1.124.227	119.309	106.866	0,0	9,5	106.855
53207 - Superint. De Desenv. Do Centro-Oeste - Sudeco	143.326	143.326	1.609	1.420	0,0	1,0	1.410
54101 - Ministerio Do Turismo	1.284.534	1.331.761	35.398	5.719	0,0	0,4	5.719
54201 - Instituto Brasileiro De Turismo	172.294	172.294	91.402	7.744	0,0	4,5	7.120
55101 - Ministerio Do Desenv. Social E Combate A Fome	28.826.327	28.826.327	24.731.081	4.146.159	1,8	14,4	4.144.194
55901 - Fundo Nacional De Assistencia Social	39.768.984	39.770.334	34.449.830	6.632.747	2,9	16,7	4.630.606
56101 - Ministerio Das Cidades	24.225.184	24.281.498	339.729	8.182	0,0	0,0	8.066
56201 - Empresa De Trens Urbanos De Porto Alegre S/A	196.781	196.781	90.015	27.754	0,0	14,1	24.551
56202 - Companhia Brasileira De Trens Urbanos - Cbtu	797.118	797.118	168.679	91.605	0,0	11,5	88.810
56901 - Fundo Nacional De Seg. E Educacao Do Transito	933.857	933.857	15.171	7.093	0,0	0,8	88
56902 - Fundo Nac.De Habit.De Interesse Social-Fnhis	458.082	458.082	0	0	0,0	0,0	0
58101 - Ministerio Da Pesca E Aquicultura	423.138	423.938	59.796	8.510	0,0	2,0	8.360
59101 - Conselho Nacional Do Ministerio Publico-Cnmp	77.806	77.806	12.583	7.429	0,0	9,5	7.429
60101 - Gabinete Da Vice-Presidencia Da Republica	9.826	9.826	3.761	1.149	0,0	11,7	1.149
61101 - Secretaria De Assuntos Estrategicos	19.145	18.231	3.455	1.707	0,0	9,4	1.707
61201 - Instituto De Pesquisa Economica Aplicada	293.526	293.526	256.958	39.674	0,0	13,5	39.659
62101 - Secretaria De Aviacao Civil - Sac/Pr	34.679	34.679	12.956	2.760	0,0	8,0	2.760
62201 - Agencia Nacional De Aviacao Civil	509.324	509.324	290.872	47.401	0,0	9,3	47.401
62901 - Fundo Nacional De Aviacao Civil	3.192.273	3.192.273	20.652	188	0,0	0,0	188
63101 - Advocacia-Geral Da Uniao - Agu	2.358.204	2.358.204	2.074.080	364.561	0,2	15,5	353.213
64101 - Secretaria De Direitos Humanos - Sdh/Pr	284.642	284.642	28.670	4.577	0,0	1,6	4.574
64901 - Fundo Nac. P/A Crianca E O Adolescente - Fnca	28.380	28.380	3.000	0	0,0	0,0	0
64902 - Fundo Nacional Do Idoso - Fni	1.858	1.858	0	0	0,0	0,0	0
65101 - Secretaria De Politicas Para As Mulheres-Spm	215.948	215.948	19.355	1.936	0,0	0,9	1.933
66101 - Controladoria-Geral Da Uniao - Cgu/Pr	701.450	701.450	114.168	105.903	0,0	15,1	105.824
67101 - Sec.De Politicas De Prom.Da Igualdade Racial	55.781	55.781	3.012	1.549	0,0	2,8	1.549
68101 - Secretaria De Portos - Sep	1.197.904	1.270.904	8.875	5.024	0,0	0,4	5.024
68201 - Agencia Nac. De Transportes Aquaviarios-Antaq	97.250	97.250	62.569	12.251	0,0	12,6	11.833
69101 - Secretaria Da Micro E Pequena Empresa-Smpe/Pr	72.268	76.206	11.949	2.171	0,0	2,8	2.171
71101 - Recursos Sob Supervisao Do Mf - Efu	348.111.454	348.111.454	90.405.467	51.639.370	22,6	14,8	51.639.370
71102 - Recursos Sob Supervisao Do Mpog	864.943	864.943	43.250	41.894	0,0	4,8	41.894
71103 - Encargos Financ.Da Uniao-Sentencas Judiciais	8.768.331	8.768.331	1.535.717	399.129	0,2	4,6	397.313
71104 - Remun.De Agentes Financ. - Rec.Sob Superv./Mf	664.219	664.219	71.186	2.435	0,0	0,4	29
71117 - Recursos Sob Supervisao Do Mapa	100.000	100.000	0	0	0,0	0,0	0
71118 - Recursos Sob Supervisao Do Mme	9.000.000	9.000.000	9.000.000	1.051.816	0,5	11,7	1.051.816
71901 - Fundo Contingente Da Extinta Rffsa	66.620	66.620	0	0	0,0	0,0	0
71902 - Fundo Soberano Do Brasil	1.009.352	1.009.352	81	31	0,0	0,0	31
71903 - Fundo Social - Fs	6.715.718	6.715.718	0	0	0,0	0,0	0
73101 - Recursos Sob Supervisao Do Mf - Trf.Mf	8.111.418	8.111.418	5.528.076	759.018	0,3	9,4	759.018
73104 - Recursos Sob Supervisao Do Mme-Tr.Est.Df Mun.	33.758.481	33.758.481	30.790.875	3.575.477	1,6	10,6	3.575.477
73107 - Recursos Sob Supervisao Do Mec	11.235.869	11.235.869	11.235.869	1.785.394	0,8	15,9	1.785.394
73108 - Transf.Constitucionais-Rec.Sob Sup. M.Fazenda	173.547.082	173.547.082	173.547.082	24.678.066	10,8	14,2	24.678.066
73109 - Recursos Sob Superv.Min.Do Esporte E Turismo	132.370	132.370	132.370	10.329	0,0	7,8	10.329
73901 - Fundo Constitucional Do Distrito Federal-Fcdf	11.664.740	11.664.740	2.261.788	2.139.394	0,9	18,3	1.769.060

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

74101 - Recursos Sob Supervisao Do Mf - Ooc/Mf	15.063.628	15.063.628	13.253.323	76.476	0,0	0,5	76.476
74102 - Recursos Sob Supervisao Do Minist.Da Fazenda	170.000	170.000	0	0	0,0	0,0	0
74201 - Recursos Sob Super.Da Sup.De Seguros Privados	5.450	5.450	495	495	0,0	9,1	495
74202 - Recursos Sob Supervisao Da Ans	16.000	16.000	7.340	616	0,0	3,8	616
74203 - Recursos Sob Supervisao Do Incra/Mda	946.000	946.000	0	0	0,0	0,0	0
74204 - Rec.S/Sup. Caixa Const.Casas P/Pessoal Da Mb	196.000	196.000	188.350	16.000	0,0	8,2	16.000
74205 - Rec.Sob Sup.Caixa De Fin.Imob.Da Aeronautica	1.467	1.467	30	30	0,0	2,0	30
74901 - Recursos Sob Supervisao Do Funcafe/Mapa	3.968.427	3.968.427	23.810	4.561	0,0	0,1	4.561
74902 - Recursos Sob Supervisao Do Fies	1.400.400	1.400.400	1.320.000	763.360	0,3	54,5	763.292
74904 - Rec.Sob Superv.Do Fundo Da Mar.Mercante/Mt	4.665.406	4.665.406	44.446	44.446	0,0	1,0	44.446
74905 - Recursos Sob Supervisao Do Funttel	176.309	176.309	0	0	0,0	0,0	0
74906 - Recursos Sob Supervisao Do Banco Da Terra/Mda	300.000	300.000	0	0	0,0	0,0	0
74908 - Recursos Sob Supervisao Do Fungetur/Mtur	35.915	35.915	0	0	0,0	0,0	0
74912 - Recursos Sob Superv. Do Fundo Nac. De Cultura	324.734	324.734	0	0	0,0	0,0	0
74913 - Recursos Sob Supervisao Do Fno	2.221.393	2.221.393	2.221.393	327.527	0,1	14,7	327.527
74914 - Recursos Sob Supervisao Do Fco	2.221.393	2.221.393	2.206.028	0	0,0	0,0	0
74915 - Recursos Sob Supervisao Do Fne	6.664.179	6.664.179	6.664.179	963.548	0,4	14,5	963.548
74916 - Rec.S/Sup.Do Fundo Nac. S/Mudancas Do Clima	360.000	360.000	0	0	0,0	0,0	0
74917 - Recursos Sob Supervisao Do Fda	1.397.513	1.397.513	0	0	0,0	0,0	0
74918 - Recursos Sob Supervisao Do Fdne	2.022.482	2.022.482	0	0	0,0	0,0	0
74919 - Fundo De Desenvolvimento Do Centro-Oeste-Fdco	1.102.854	1.102.854	0	0	0,0	0,0	0
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	1.692.522.766	1.695.697.783	890.084.867	228.119.080	100,0	13,5	199.425.188

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 6 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d)/total (d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
01101 - Camara Dos Deputados	407.653	407.653	386.119	59.718	1,3	14,6	47.620
01901 - Fundo Rotativo Da Camara Dos Deputados	215	215	170	1	0,0	0,6	1
02101 - Senado Federal	299.465	299.465	269.024	41.598	0,9	13,9	41.598
03101 - Tribunal De Contas Da Uniao	137.743	137.743	130.510	19.920	0,4	14,5	19.920
10101 - Supremo Tribunal Federal	34.159	34.159	31.548	5.146	0,1	15,1	5.146
11101 - Superior Tribunal De Justica	89.202	89.202	62.937	13.053	0,3	14,6	13.053
12101 - Justica Federal De Primeiro Grau	788.766	788.766	362.751	115.298	2,5	14,6	115.297
12102 - Tribunal Regional Federal Da 1A. Regiao	34.075	34.075	20.194	5.419	0,1	15,9	5.417
12103 - Tribunal Regional Federal Da 2A. Regiao	37.354	37.354	37.076	5.091	0,1	13,6	5.091
12104 - Tribunal Regional Federal Da 3A. Regiao	53.009	53.009	9.132	8.725	0,2	16,5	8.720
12105 - Tribunal Regional Federal Da 4A. Regiao	31.535	31.535	31.391	5.113	0,1	16,2	5.113
12106 - Tribunal Regional Federal Da 5A. Regiao	18.018	18.018	12.318	2.833	0,1	15,7	2.833
13101 - Justica Militar	27.199	27.199	4.243	4.164	0,1	15,3	4.164
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	48.624	48.624	20.415	3.344	0,1	6,9	3.343
14102 - Tribunal Regional Eleitoral Do Acre	3.427	3.427	3.134	542	0,0	15,8	531
14103 - Tribunal Regional Eleitoral De Alagoas	8.064	8.064	6.807	1.291	0,0	16,0	1.291
14104 - Tribunal Regional Eleitoral Do Amazonas	8.068	8.068	7.956	1.296	0,0	16,1	1.296
14105 - Tribunal Regional Eleitoral Da Bahia	22.161	22.161	21.434	3.664	0,1	16,5	3.664
14106 - Tribunal Regional Eleitoral Do Ceara	14.774	14.774	14.774	2.454	0,1	16,6	2.454
14107 - Tribunal Regional Eleitoral Do Dist. Federal	6.096	6.096	6.049	956	0,0	15,7	955
14108 - Tribunal Regional Eleitoral Do Espirito Santo	7.997	7.997	7.997	1.321	0,0	16,5	1.321
14109 - Tribunal Regional Eleitoral De Goias	12.630	12.630	2.500	2.040	0,0	16,2	2.040
14110 - Tribunal Regional Eleitoral Do Maranhao	11.363	11.363	10.949	1.790	0,0	15,8	1.790
14111 - Tribunal Regional Eleitoral De Mato Grosso	7.722	7.722	7.664	1.281	0,0	16,6	1.280
14112 - Tribunal Regional Eleitoral De Mato G. Do Sul	7.058	7.058	7.057	1.175	0,0	16,7	1.172
14113 - Tribunal Regional Eleitoral De Minas Gerais	39.752	39.752	30.397	6.536	0,1	16,4	6.536
14114 - Tribunal Regional Eleitoral Do Para	11.079	11.079	11.029	1.831	0,0	16,5	1.831
14115 - Tribunal Regional Eleitoral Da Paraiba	10.431	10.431	10.430	1.706	0,0	16,4	1.706
14116 - Tribunal Regional Eleitoral Do Parana	19.628	19.628	19.622	3.195	0,1	16,3	3.195
14117 - Tribunal Regional Eleitoral De Pernambuco	18.084	18.084	17.953	2.851	0,1	15,8	2.851
14118 - Tribunal Regional Eleitoral Do Piaui	10.715	10.715	10.638	1.700	0,0	15,9	1.700
14119 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio De Janeiro	29.777	29.777	29.691	4.888	0,1	16,4	4.888
14120 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio G.Do Norte	9.288	9.288	9.222	1.499	0,0	16,1	1.499
14121 - Tribunal Regional Eleitoral Do Rio G. Do Sul	19.488	19.488	19.404	3.281	0,1	16,8	3.281
14122 - Tribunal Regional Eleitoral De Rondonia	5.721	5.721	5.663	901	0,0	15,8	901
14123 - Tribunal Regional Eleitoral De Santa Catarina	13.197	13.197	12.546	2.068	0,0	15,7	2.068
14124 - Tribunal Regional Eleitoral De Sao Paulo	46.237	46.237	46.153	7.772	0,2	16,8	7.772
14125 - Tribunal Regional Eleitoral De Sergipe	6.240	6.240	6.085	1.002	0,0	16,1	1.001
14126 - Tribunal Regional Eleitoral De Tocantins	6.471	6.471	6.336	892	0,0	13,8	892
14127 - Tribunal Regional Eleitoral De Roraima	3.922	3.922	3.883	591	0,0	15,1	591
14128 - Tribunal Regional Eleitoral Do Amapa	3.463	3.463	3.380	536	0,0	15,5	536
15101 - Tribunal Superior Do Trabalho	71.978	71.978	61.248	9.895	0,2	13,7	9.895
15102 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 1A. Regiao	132.366	132.366	122.032	20.930	0,4	15,8	20.930
15103 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 2A. Regiao	183.133	183.133	180.945	28.241	0,6	15,4	28.241
15104 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 3A. Regiao	129.286	129.286	105.000	20.996	0,4	16,2	20.975
15105 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 4A. Regiao	119.801	119.801	119.660	18.741	0,4	15,6	18.741
15106 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 5A. Regiao	83.392	83.392	83.312	13.147	0,3	15,8	13.147
15107 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 6A. Regiao	63.415	63.415	63.379	9.709	0,2	15,3	9.709
15108 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 7A. Regiao	30.321	30.321	30.282	4.876	0,1	16,1	4.876
15109 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 8A. Regiao	38.791	38.791	38.765	6.403	0,1	16,5	6.403
15110 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 9A. Regiao	78.447	78.447	75.598	12.359	0,3	15,8	12.359
15111 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 10A. Regiao	43.021	43.021	7.227	6.589	0,1	15,3	6.589
15112 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 11A. Regiao	36.412	36.412	36.412	5.572	0,1	15,3	5.572
15113 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 12A. Regiao	56.976	56.976	56.870	8.667	0,2	15,2	8.667
15114 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 13A. Regiao	37.580	37.580	37.453	5.773	0,1	15,4	5.770
15115 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 14A. Regiao	28.257	28.257	28.257	4.444	0,1	15,7	4.443
15116 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 15A. Regiao	127.533	127.533	127.387	19.483	0,4	15,3	19.483
15117 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 16A. Regiao	19.175	19.175	19.159	2.935	0,1	15,3	2.935
15118 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 17A. Regiao	24.737	24.737	24.641	4.129	0,1	16,7	4.129
15119 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 18A. Regiao	36.999	36.999	36.999	6.234	0,1	16,8	6.234
15120 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 19A. Regiao	19.186	19.186	19.139	2.973	0,1	15,5	2.973
15121 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 20A. Regiao	15.423	15.423	15.368	2.333	0,0	15,1	2.333
15122 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 21A. Regiao	24.515	24.515	24.515	3.850	0,1	15,7	3.850
15123 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 22A. Regiao	12.958	12.958	11.808	1.935	0,0	14,9	1.935
15124 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 23A. Regiao	27.983	27.983	27.277	4.402	0,1	15,7	4.402
15125 - Tribunal Regional Do Trabalho Da 24A. Regiao	21.934	21.934	17.017	3.338	0,1	15,2	3.309
15126 - Conselho Superior Da Justica Do Trabalho	74.072	74.072	0	0	0,0	0,0	0
16101 - Tribunal De Justica Do Distrito Federal	211.391	211.391	176.383	32.367	0,7	15,3	32.349
16103 - Justica Da Infancia E Da Juventude	20	20	20	0	0,0	0,0	0
17101 - Conselho Nacional De Justica	6.697	6.697	2.075	612	0,0	9,1	612
20101 - Presidencia Da Republica	60.815	60.815	6.729	2.784	0,1	4,6	2.784
20118 - Agencia Brasileira De Inteligencia - Abin	52.842	52.842	52.693	7.725	0,2	14,6	7.725
20204 - Inst.Nac.De Tecnologia Da Informacao-Iti	349	349	223	48	0,0	13,9	48
20415 - Empresa Brasil De Comunicacao	53.221	53.221	48.881	8.013	0,2	15,1	4.175

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20927 - Fundo De Imprensa Nacional	5.472	5.472	4.846	716	0,0	13,1	716
22101 - Ministerio Da Agric.Pecuaria E Abastecimento	276.708	276.708	41.729	39.600	0,8	14,3	39.575
22202 - Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuaria	120.487	120.487	118.287	59.010	1,3	49,0	58.926
22211 - Companhia Nacional De Abastecimento	167.879	167.879	125.852	21.202	0,5	12,6	10.099
24101 - Ministerio Da Ciencia, Tecnologia E Inovacao	110.607	110.607	102.638	17.578	0,4	15,9	17.111
24201 - Conselho Nac.De Desenv.Cientif.E Tecnologico	19.108	19.108	11.795	2.692	0,1	14,1	2.692
24204 - Comissao Nacional De Energia Nuclear - Cnen	78.342	78.342	78.253	11.804	0,3	15,1	11.803
24205 - Agencia Espacial Brasileira - Aeb	695	695	594	87	0,0	12,6	87
24206 - Industrias Nucleares Do Brasil S/A - Inb	37.145	37.145	37.145	5.541	0,1	14,9	2.853
24207 - Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - Nuclep	37.291	37.291	36.715	6.887	0,1	18,5	3.777
24209 - Centro Nac De Tecn Eletronica Avancada S/A	10.519	10.519	1.519	1.075	0,0	10,2	1.075
25101 - Ministerio Da Fazenda	119.545	119.545	11.391	11.224	0,2	9,4	11.224
25103 - Receita Federal Do Brasil	960.577	960.577	158.652	151.766	3,2	15,8	151.766
25104 - Procuradoria Geral Da Fazenda Nacional	107.593	107.593	17.119	17.085	0,4	15,9	17.085
25201 - Banco Central Do Brasil	205.499	205.499	31.618	30.947	0,7	15,1	30.934
25203 - Comissao De Valores Mobiliarios	19.739	19.739	19.321	3.151	0,1	16,0	3.151
25208 - Superintendencia De Seguros Privados	19.711	19.711	18.965	2.960	0,1	15,0	2.960
25913 - Fundo Especial De Treinam. E Desenvolvimento	2.204	2.204	161	26	0,0	1,2	26
26101 - Ministério Da Educação	534.883	534.883	89.976	13.001	0,3	2,4	12.910
26104 - Instituto Nacional De Educacao De Surdos	5.365	5.365	4.982	810	0,0	15,1	810
26105 - Instituto Benjamin Constant	2.289	2.289	2.195	442	0,0	19,3	442
26201 - Colegio Pedro Ii	31.355	31.355	31.355	4.890	0,1	15,6	4.890
26230 - Fund. Universidade Federal Vale Sao Francisco	13.816	13.816	12.431	1.937	0,0	14,0	1.937
26231 - Universidade Federal De Alagoas	49.769	49.769	48.172	7.407	0,2	14,9	7.399
26232 - Universidade Federal Da Bahia	90.113	90.113	86.405	12.761	0,3	14,2	12.717
26233 - Universidade Federal Do Ceara	82.675	82.675	82.445	12.061	0,3	14,6	12.061
26234 - Universidade Federal Do Espirito Santo	64.911	64.911	64.689	9.834	0,2	15,1	9.823
26235 - Universidade Federal De Goias	78.947	78.947	12.618	11.949	0,3	15,1	11.892
26236 - Universidade Federal Fluminense	119.311	119.311	118.820	18.634	0,4	15,6	17.974
26237 - Universidade Federal De Juiz De Fora	61.357	61.357	46.038	8.277	0,2	13,5	8.228
26238 - Universidade Federal De Minas Gerais	128.961	128.961	125.591	18.147	0,4	14,1	18.007
26239 - Universidade Federal Do Para	84.844	84.844	84.520	12.240	0,3	14,4	12.240
26240 - Universidade Federal Da Paraiba	100.603	100.603	15.198	15.159	0,3	15,1	15.159
26241 - Universidade Federal Do Parana	109.348	109.348	21.648	15.959	0,3	14,6	15.959
26242 - Universidade Federal De Pernambuco	97.234	97.234	95.002	14.721	0,3	15,1	14.719
26243 - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	88.426	88.426	88.018	13.257	0,3	15,0	13.229
26244 - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	109.879	109.879	108.308	16.897	0,4	15,4	16.895
26245 - Universidade Federal Do Rio De Janeiro	128.553	128.553	31.542	30.584	0,7	23,8	30.584
26246 - Universidade Federal De Santa Catarina	82.842	82.842	79.426	13.283	0,3	16,0	13.264
26247 - Universidade Federal De Santa Maria	73.076	73.076	69.650	10.749	0,2	14,7	10.534
26248 - Universidade Federal Rural De Pernambuco	39.955	39.955	30.984	6.230	0,1	15,6	6.230
26249 - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	45.529	45.529	45.503	3.415	0,1	7,5	3.415
26250 - Universidade Federal De Roraima	15.804	15.804	14.805	2.405	0,1	15,2	2.377
26251 - Fundacao Universidade Federal De Tocantins	24.886	24.886	24.366	3.825	0,1	15,4	3.825
26252 - Universidade Federal De Campina Grande	48.754	48.754	48.064	7.292	0,2	15,0	7.292
26253 - Universidade Federal Rural Da Amazonia	12.880	12.880	12.426	1.924	0,0	14,9	1.924
26254 - Universidade Federal Do Triangulo Mineiro	17.868	17.868	17.713	2.952	0,1	16,5	2.929
26255 - Universidade Fed.Vales Jequitinhonha E Mucuri	14.713	14.713	14.701	2.513	0,1	17,1	2.485
26256 - Centro Fed.De Educ.Tecnol.Celso S.Da Fonseca	20.640	20.640	20.209	3.001	0,1	14,5	3.001
26257 - Centro Fed.De Educ.Tecnol.De Minas Gerais	27.619	27.619	27.488	3.939	0,1	14,3	3.896
26258 - Universidade Tecnologica Federal Do Parana	71.856	71.856	11.058	10.253	0,2	14,3	10.238
26260 - Universidade Federal De Alfenas	14.398	14.398	13.859	2.205	0,0	15,3	2.168
26261 - Universidade Federal De Itajuba - Mg	15.322	15.322	14.264	2.206	0,0	14,4	2.206
26262 - Universidade Federal De São Paulo	72.386	72.386	72.124	11.060	0,2	15,3	11.060
26263 - Universidade Federal De Lavras	22.087	22.087	22.058	3.482	0,1	15,8	3.482
26264 - Universidade Federal Rural Do Semi-Arido	18.278	18.278	18.276	3.015	0,1	16,5	3.015
26266 - Fundacao Universidade Federal Do Pampa	22.413	22.413	20.846	3.704	0,1	16,5	3.642
26267 - Univers. Federal Da Integ. Latino Americana	5.232	5.232	5.230	696	0,0	13,3	696
26268 - Fundacao Universidade Federal De Rondonia	19.593	19.593	5.471	2.931	0,1	15,0	2.916
26269 - Universidade Federal Do Estado Rio De Janeiro	26.203	26.203	25.790	3.925	0,1	15,0	3.925
26270 - Fundacao Universidade Do Amazonas	47.977	47.977	43.268	7.155	0,2	14,9	7.155
26271 - Fundacao Universidade De Brasilia	157.611	157.611	157.536	30.467	0,7	19,3	29.897
26272 - Fundacao Universidade Do Maranhao	45.210	45.210	42.744	6.556	0,1	14,5	6.556
26273 - Universidade Federal Do Rio Grande - Furg	31.082	31.082	31.055	4.574	0,1	14,7	4.573
26274 - Fundacao Universidade Federal De Uberlandia	70.921	70.921	70.921	10.450	0,2	14,7	10.427
26275 - Fundacao Universidade Federal Do Acre	24.540	24.540	23.472	3.353	0,1	13,7	3.353
26276 - Fundacao Universidade Federal De Mato Grosso	59.503	59.503	58.870	8.779	0,2	14,8	8.772
26277 - Fundacao Universidade Federal De Ouro Preto	32.050	32.050	30.392	4.856	0,1	15,2	4.856
26278 - Fundacao Universidade Federal De Pelotas	49.422	49.422	29.095	7.459	0,2	15,1	7.412
26279 - Fundacao Universidade Federal Do Piaui	49.473	49.473	49.071	7.871	0,2	15,9	7.871
26280 - Fundacao Universidade Federal De Sao Carlos	46.308	46.308	46.308	6.881	0,1	14,9	6.881
26281 - Fundacao Universidade Federal De Sergipe	44.782	44.782	44.377	7.006	0,1	15,6	6.935
26282 - Fundacao Universidade Federal De Vicosa	61.757	61.757	59.010	9.448	0,2	15,3	9.444
26283 - Fundacao Universidade Fed.De Mato Gros.Do Sul	45.677	45.677	43.362	6.764	0,1	14,8	6.754
26284 - Fun.Univ.Fed.De Ciencias Da Saude De P.Alegre	7.726	7.726	6.996	1.097	0,0	14,2	1.097
26285 - Fundacao Universidade Federal De S.J.Del-Rei	22.171	22.171	16.819	3.569	0,1	16,1	3.569
26286 - Fundacao Universidade Federal Do Amapa	9.502	9.502	9.338	1.760	0,0	18,5	1.760
26290 - Inep-Inst.Nac.De Estudos E Pesq.Educacionais	132.484	132.484	46.053	5.993	0,1	4,5	5.993
26291 - Fund.Coord.De Aperf.De Pessoal Nivel Superior	11.539	11.539	1.996	1.864	0,0	16,2	1.864
26292 - Fundacao Joaquim Nabuco	10.774	10.774	9.959	1.396	0,0	13,0	1.396
26294 - Hospital De Clinicas De Porto Alegre	68.001	68.001	67.426	20.618	0,4	30,3	20.504
26298 - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	19.499	19.499	16.006	2.461	0,1	12,6	2.416
26350 - Fundacao Universidade Fed. Da Grande Dourados	14.673	14.673	14.055	2.459	0,1	16,8	2.459
26351 - Universidade Federal Do Reconcavo Da Bahia	17.007	17.007	16.939	2.668	0,1	15,7	2.668
26352 - Fundacao Universidade Federal Do Abc	20.425	20.425	3.421	3.107	0,1	15,2	3.103
26358 - Hospital Universitario Prof.Alberto Nunes	11.509	11.509	11.465	1.730	0,0	15,0	1.730
26359 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufba	19.029	19.029	18.984	2.603	0,1	13,7	2.603
26362 - Hospital Universitario Valter Cantidio	17.724	17.724	11.000	2.092	0,0	11,8	2.092
26363 - Maternidade Assis Chateaubrian	8.667	8.667	2.464	1.175	0,0	13,6	1.175
26364 - Hospital Universit. Cassiano Antonio Morais	11.595	11.595	11.560	1.665	0,0	14,4	1.665
26365 - Hospital Das Clinicas Da Ufgo	15.105	15.105	15.105	3.421	0,1	22,6	3.421
26366 - Hospital Universitario Antonio Pedro	30.117	30.117	30.104	4.572	0,1	15,2	4.572
26367 - Hospital Universitario Da Ufjf	6.814	6.814	6.812	966	0,0	14,2	962
26368 - Hospital Universitario Da Ufmg	23.230	23.230	22.731	3.218	0,1	13,9	3.217
26369 - Hospital Universitario Joao De Barros Barreto	11.929	11.929	11.929	1.609	0,0	13,5	1.609
26370 - Hospital Universitario Betina Ferro Souza	1.566	1.566	1.566	227	0,0	14,5	227
26371 - Hospital Universitario Lauro Wanderley	20.301	20.301	19.480	3.002	0,1	14,8	3.002
26372 - Hospital De Clinicas Da Ufpr	30.741	30.741	30.677	4.473	0,1	14,6	4.473
26373 - Hospital Das Clinicas Da Ufpe	21.869	21.869	21.868	3.241	0,1	14,8	3.241
26374 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufrn	20.884	20.884	20.874	3.032	0,1	14,5	3.032
26378 - Complexo Hospitalar E De Saude Da Ufrj	34.099	34.099	10.124	10.002	0,2	29,3	10.002
26385 - Hospital Universitario Da Ufgd	5.095	5.095	4.962	625	0,0	12,3	625
26386 - Hospital Univer.Polydoro Ernani De Sao Thiago	21.005	21.005	20.667	3.160	0,1	15,0	3.160
26387 - Hospital Universitario Da Ufsm	21.012	21.012	21.012	3.205	0,1	15,3	3.205
26388 - Hospital Universitario Alcides Carneiro	8.436	8.436	8.436	1.364	0,0	16,2	1.364
26389 - Hospital Universitario Da Uftm	18.352	18.352	18.322	2.784	0,1	15,2	2.784
26391 - Hospital Universitario Gaffree E Guinle	9.564	9.564	9.564	1.449	0,0	15,2	1.449
26392 - Hospital Getulio Vargas	10.080	10.080	10.080	1.413	0,0	14,0	1.413

IMPRENSA NACIONAL SERVIÇO DE ASSINANTE DIGITAL

26393 - Hospital Universitario De Brasilia	13.254	13.254	13.254	1.810	0,0	13,7	1.810
26394 - Hospital Universitario Da Fuma	13.926	13.926	13.926	1.859	0,0	13,4	1.859
26395 - Hospital Universitario Miguel Riet Junior	8.598	8.598	8.598	1.177	0,0	13,7	1.177
26396 - Hosp.Das Clinicas Da Univ.Fed.De Uberlandia	25.861	25.861	25.861	4.018	0,1	15,5	4.018
26397 - Hospital Julio Muller	8.223	8.223	7.358	1.063	0,0	12,9	1.063
26398 - Hospital Das Clinicas Da Fufpel	6.299	6.299	5.054	952	0,0	15,1	952
26399 - Hospital Universitario Da Fufpi	976	976	943	144	0,0	14,7	144
26400 - Hospital Universitario Da Fufse	7.881	7.881	7.879	1.245	0,0	15,8	1.245
26401 - Hospital Universitario Maria Pedrossian	17.803	17.803	17.803	2.208	0,0	12,4	2.208
26402 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Alagoas	20.321	20.321	19.627	3.143	0,1	15,5	3.143
26403 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Amazonas	17.088	17.088	16.996	2.521	0,1	14,8	2.517
26404 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Baiano	15.520	15.520	14.987	2.557	0,1	16,5	2.549
26405 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Ceara	33.204	33.204	32.132	4.946	0,1	14,9	4.942
26406 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Esp.Santo	37.002	37.002	36.950	5.910	0,1	16,0	5.864
26407 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Goiano	13.432	13.432	13.378	2.251	0,0	16,8	2.200
26408 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Maranhao	28.399	28.399	27.676	4.257	0,1	15,0	4.244
26409 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Minas Gerais	19.477	19.477	18.959	2.988	0,1	15,3	2.988
26410 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Norte De Mg	12.162	12.162	10.936	1.916	0,0	15,8	1.916
26411 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Sudeste Mg	16.637	16.637	16.169	2.635	0,1	15,8	2.633
26412 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Sul De Mg	10.864	10.864	4.686	2.082	0,0	19,2	2.053
26413 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Tria.Mineiro	12.684	12.684	12.332	1.955	0,0	15,4	1.953
26414 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Mato Grosso	18.224	18.224	17.893	900	0,0	4,9	898
26415 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Mat.G.Do Sul	11.873	11.873	5.637	883	0,0	7,4	883
26416 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Para	19.188	19.188	19.151	2.924	0,1	15,2	2.918
26417 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Da Paraiba	26.503	26.503	26.179	4.277	0,1	16,1	4.271
26418 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Pernambuco	26.944	26.944	6.140	4.018	0,1	14,9	4.017
26419 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Rs	20.812	20.812	3.488	3.397	0,1	16,3	3.384
26420 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Farroupilha	15.639	15.639	15.081	2.312	0,0	14,8	2.262
26421 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Rondonia	7.100	7.100	1.444	1.301	0,0	18,3	1.292
26422 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Catarinense	18.112	18.112	17.575	2.763	0,1	15,3	2.746
26423 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sergipe	13.011	13.011	12.711	2.073	0,0	15,9	2.041
26424 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Tocantins	11.974	11.974	3.244	1.918	0,0	16,0	1.917
26425 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Acre	4.639	4.639	4.341	718	0,0	15,5	718
26426 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Amapa	3.006	3.006	2.702	502	0,0	16,7	498
26427 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Da Bahia	32.183	32.183	31.522	4.972	0,1	15,4	4.970
26428 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Brasilia	8.641	8.641	1.769	1.463	0,0	16,9	1.463
26429 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Goias	24.585	24.585	24.542	3.973	0,1	16,2	3.963
26430 - Inst.Fed.De Ed.,Cienc.E Tec.Do S.Pernambucano	9.714	9.714	8.432	1.467	0,0	15,1	1.461
26431 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Piaui	18.718	18.718	18.127	2.958	0,1	15,8	2.874
26432 - Instituto Federal Do Parana - Ifpr	14.260	14.260	7.289	2.341	0,1	16,4	2.339
26433 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do R.De Janeiro	22.773	22.773	22.743	3.465	0,1	15,2	3.454
26434 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Fluminense	20.728	20.728	20.670	3.271	0,1	15,8	3.271
26435 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Rn	32.755	32.755	30.351	4.996	0,1	15,3	4.989
26436 - Inst.Fed.De Educ.,Cie.E Tec.Sul-Rio-Grandense	24.370	24.370	4.230	3.835	0,1	15,7	3.832
26437 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Roraima	6.975	6.975	6.826	1.002	0,0	14,4	1.002
26438 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sta.Catarina	28.729	28.729	15.291	4.743	0,1	16,5	4.688
26439 - Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Sao Paulo	32.764	32.764	31.424	5.526	0,1	16,9	5.419
26440 - Universidade Federal Da Fronteira Sul	14.233	14.233	14.180	2.482	0,1	17,4	2.482
26441 - Universidade Federal Do Oeste Do Para	8.897	8.897	8.833	1.355	0,0	15,2	1.355
26442 - Univ.Da Integ.Intern.Da Lusof.Afro-Brasileira	2.842	2.842	643	592	0,0	20,8	592
26443 - Empresa Brasil.De Serv.Hospitalares - Ebserh	9.479	9.479	9.479	1.086	0,0	11,5	1.086
26444 - Hosp.E Matern.Victor Ferreira Do Amaral-Hmvfa	387	387	368	3	0,0	0,8	3
26445 - Hospital Universitario Da Unifesp	31.608	31.608	31.608	4.314	0,1	13,6	4.314
26447 - Universidade Federal Do Oeste Da Bahia - Ufob	3.272	3.272	326	326	0,0	10,0	326
26448 - Univ.Fed.Do Sul E Sudeste Do Para - Unifesspa	3.921	3.921	573	531	0,0	13,5	530
26449 - Universidade Federal Do Cariri - Ufca	5.826	5.826	635	635	0,0	10,9	635
26450 - Universidade Federal Do Sul Da Bahia - Ufesba	2.418	2.418	91	91	0,0	3,7	45
26451 - Hospital De Ensino Dr.Washington A. De Barros	52	52	0	0	0,0	0,0	0
28101 - Minist.Do Desenvolvimento, Indust. E Comercio	24.880	24.880	19.586	3.006	0,1	12,1	3.006
28202 - Instit.Nac. De Metrol. Qualid. E Tecnologia	30.772	30.772	4.924	4.832	0,1	15,7	4.819
28203 - Instituto Nacional Da Propriedade Industrial	30.739	30.739	9.631	4.230	0,1	13,8	4.230
28233 - Superintendencia Da Zona Franca De Manaus	8.908	8.908	8.263	959	0,0	10,8	959
29101 - Defensoria Publica Da Uniao - Dpu	29.675	29.675	29.229	4.802	0,1	16,2	4.802
30101 - Ministerio Da Justica	33.847	33.847	30.722	4.478	0,1	13,2	4.446
30103 - Arquivo Nacional	7.159	7.159	6.784	1.573	0,0	22,0	1.573
30107 - Departamento De Policia Rodoviaria Federal	285.299	285.299	285.071	44.545	1,0	15,6	44.536
30108 - Departamento De Policia Federal	438.941	438.941	200.713	67.688	1,4	15,4	67.650
30202 - Fundacao Nacional Do Indio	47.904	47.904	46.537	6.761	0,1	14,1	6.761
30211 - Conselho Administrativo De Defesa Economica	1.105	1.105	376	109	0,0	9,8	109
30907 - Fundo Penitenciario Nacional - Funpen	241	241	238	1	0,0	0,3	1
30911 - Fundo Nacional De Seguranca Publica - Fnsp	913	913	909	0	0,0	0,0	0
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	702	702	300	0	0,0	0,0	0
32101 - Ministerio De Minas E Energia	12.368	12.368	11.796	963	0,0	7,8	963
32202 - Companhia De Pesquisa De Recursos Minerais	59.100	59.100	7.809	7.474	0,2	12,6	3.758
32263 - Departamento Nacional De Producao Mineral	29.164	29.164	26.306	4.328	0,1	14,8	4.328
32265 - Agencia Nacional Do Petroleo - Anp	49.121	49.121	47.101	10.143	0,2	20,6	9.740
32266 - Agencia Nacional De Energia Eletrica - Aneel	23.654	23.654	23.231	3.648	0,1	15,4	3.648
32314 - Empresa De Pesquisa Energetica - Epe	5.066	5.066	5.064	1.295	0,0	25,6	650
33101 - Ministerio Da Previdencia Social	14.003	14.003	14.003	1.759	0,0	12,6	1.759
33201 - Instituto Nacional Do Seguro Social	866.595	866.595	827.964	133.092	2,8	15,4	133.083
33206 - Superint.Nacional De Previdencia Complementar	3.983	3.983	3.935	621	0,0	15,6	619
34101 - Ministerio Publico Federal	310.979	310.979	44.254	43.567	0,9	14,0	43.567
34102 - Ministerio Publico Militar	14.917	14.917	14.905	2.443	0,1	16,4	2.443
34103 - Ministerio Pub.Do Dist.Federal E Dos Territ.	58.761	58.761	56.886	10.080	0,2	17,2	10.080
34104 - Ministerio Publico Do Trabalho	106.139	106.139	105.833	18.748	0,4	17,7	18.748
34105 - Escola Superior Do Minist. Publico Da Uniao	401	401	36	8	0,0	2,0	8
35101 - Ministerio Das Relacoes Exteriores	134.817	134.817	57.902	17.973	0,4	13,3	17.973
35201 - Fundacao Alexandre De Gusmao	1.173	1.173	1.173	167	0,0	14,3	167
36201 - Fundacao Oswaldo Cruz	153.883	153.883	110.169	23.785	0,5	15,5	23.783
36210 - Hospital Nossa Senhora Da Conceicao S/A	1	1	1	1	0,0	100,0	1
36211 - Fundacao Nacional De Saude	227.254	227.254	227.110	25.049	0,5	11,0	25.049
36212 - Agencia Nacional De Vigilancia Sanitaria	84.105	84.105	71.109	10.027	0,2	11,9	10.027
36213 - Agencia Nacional De Saude Suplementar	22.015	22.015	22.015	3.718	0,1	16,9	3.718
36901 - Fundo Nacional De Saude	1.096.803	1.096.803	990.276	161.721	3,5	14,7	161.318
38101 - Ministerio Do Trabalho	223.234	223.234	35.632	33.226	0,7	14,9	33.226
38201 - Fund.Jorge Duprat Fig.De Seg.E Med.Do Trab.	9.261	9.261	8.781	1.308	0,0	14,1	1.308
38901 - Fundo De Amparo Ao Trabalhador	23	23	18	3	0,0	14,3	2
39101 - Ministerio Dos Transportes	26.278	26.278	24.062	3.340	0,1	12,7	3.340
39207 - Valec-Engenharia, Construcoes E Ferrovias S/A	30.000	30.000	13.619	4.236	0,1	14,1	4.236
39250 - Agencia Nac. De Transportes Terrestres Antt	32.678	32.678	26.389	4.980	0,1	15,2	4.980
39252 - Depto.Nac.De Infra Estrut.De Transportes-Dnit	65.311	65.311	29.140	11.277	0,2	17,3	11.273
39253 - Empresa De Planejamento E Logistica S.A-Epl	2.989	2.989	2.988	430	0,0	14,4	430
39901 - Fundo Da Marinha Mercante	66	66	50	0	0,0	0,0	0
41101 - Ministerio Das Comunicacoes	13.425	13.425	9.304	1.934	0,0	14,4	1.934
41231 - Agencia Nacional De Telecomunicacoes	46.592	46.592	44.186	7.453	0,2	16,0	7.453
42101 - Ministerio Da Cultura	11.696	11.696	11.058	1.812	0,0	15,5	1.812
42201 - Fundacao Casa Rui Barbosa	3.084	3.084	3.084	397	0,0	12,9	397
42202 - Biblioteca Nacional	7.588	7.588	7.346	1.055	0,0	13,9	1.055

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

42203 - Fundacao Cultural Palmares	983	983	780	98	0,0	10,0	98
42204 - Instituto Do Patrimonio Hist. E Art. Nacional	14.269	14.269	14.256	1.097	0,0	7,7	1.097
42205 - Fundacao Nacional De Artes	4.437	4.437	4.437	607	0,0	13,7	607
42206 - Agencia Nacional Do Cinema Ancine	11.587	11.587	11.581	2.203	0,0	19,0	2.003
42207 - Instituto Brasileiro De Museus	10.077	10.077	2.574	1.460	0,0	14,5	1.460
44101 - Ministerio Do Meio Ambiente	33.447	33.447	12.611	2.278	0,0	6,8	2.278
44102 - Servico Florestal Brasileiro - Sfb	2.866	2.866	2.596	553	0,0	19,3	553
44201 - Inst.Bras.Do Meio Amb.E Rec.Nat.Renovaveis	97.445	97.445	97.418	14.615	0,3	15,0	14.615
44205 - Agencia Nacional De Aguas Ana	14.604	14.604	13.153	2.013	0,0	13,8	2.000
44206 - Instituto De Pesquisas Jardim Botanico Do Rj	6.258	6.258	6.258	848	0,0	13,5	848
44207 - Inst.Chico Mendes De Conser.Da Biodiversidade	44.936	44.936	6.928	6.908	0,1	15,4	6.908
44901 - Fundo Nacional Do Meio Ambiente	40	40	5	5	0,0	13,0	5
47101 - Ministerio Do Orcamento E Gestao	1.285.697	1.285.697	79.076	24.252	0,5	1,9	24.252
47205 - Fundacao Inst.Bras.De Geografia E Estatistica	183.031	183.031	149.754	25.041	0,5	13,7	25.035
47210 - Escola Nacional Da Administracao Publica-Enap	3.991	3.991	2.597	344	0,0	8,6	344
49101 - Ministerio Do Desenvolvimento Agrario	10.619	10.619	5.995	911	0,0	8,6	911
49201 - Instituto Nac. De Colonizacao E Ref. Agraria	89.163	89.163	84.744	12.947	0,3	14,5	12.947
51101 - Ministerio Do Esporte	4.070	4.070	3.983	1.241	0,0	30,5	777
52101 - Ministerio Da Defesa	6.813	6.813	6.803	1.406	0,0	20,6	1.406
52111 - Comando Da Aeronautica	100.950	100.950	18.941	15.720	0,3	15,6	15.708
52121 - Comando Do Exercito	134.559	134.559	100.100	16.614	0,4	12,3	16.501
52131 - Comando Da Marinha	88.734	88.734	87.053	14.105	0,3	15,9	14.071
52133 - Secret.Da Comissao Intermin.P/Os Rec.Do Mar	5	5	5	0	0,0	0,0	0
52211 - Caixa De Financ. Imobiliario Da Aeronautica	398	398	187	27	0,0	6,7	27
52221 - Industria De Material Belico Do Brasil-Imbel	31.251	31.251	7.263	6.040	0,1	19,3	6.034
52222 - Fundacao Osorio	1.553	1.553	1.462	190	0,0	12,3	190
52232 - Caixa De Const.De Casas Do Pessoal Da Marinha	213	213	213	36	0,0	16,9	36
52233 - Amazonia Azul Tecnologias De Defesa S.A.	25.001	25.001	25.001	3.923	0,1	15,7	3.923
52902 - Fundo De Adm. Do Hospital Das Forcas Armadas	22.292	22.292	4.618	3.455	0,1	15,5	3.453
52911 - Fundo Aeronautico	2.892	2.892	416	52	0,0	1,8	38
52921 - Fundo Do Exercito	30.819	30.819	309	91	0,0	0,3	47
52931 - Fundo Naval	7.180	7.180	2.479	1.562	0,0	21,8	1.530
52932 - Fundo De Desenv.Do Ens.Profissional Maritimo	951	951	16	4	0,0	0,4	3
53101 - Ministerio Da Integracao Nacional	24.135	24.135	16.750	13.438	0,3	55,7	13.392
53201 - Companhia De Desenv. Do Vale Do Sao Francisco	55.831	55.831	55.353	8.908	0,2	16,0	8.905
53202 - Superintend.Do Desenvolv.Da Amazonia-Sudam	3.766	3.766	1.080	466	0,0	12,4	466
53203 - Superint. Do Desenvolv. Do Nordeste - Sudene	4.238	4.238	608	540	0,0	12,7	540
53204 - Departamento Nac. De Obras Contra As Secas	34.076	34.076	6.060	4.463	0,1	13,1	4.463
53207 - Superint. De Desenv. Do Centro-Oeste - Sudeco	1.654	1.654	358	358	0,0	21,6	358
54101 - Ministerio Do Turismo	4.679	4.679	4.629	744	0,0	15,9	744
54201 - Instituto Brasileiro De Turismo	2.674	2.674	2.386	222	0,0	8,3	222
55101 - Ministerio Do Desenv. Social E Combate A Fome	12.325	12.325	5.360	1.797	0,0	14,6	1.775
56101 - Ministerio Das Cidades	6.720	6.720	6.305	828	0,0	12,3	828
56201 - Empresa De Trens Urbanos De Porto Alegre S/A	18.623	18.623	18.173	2.776	0,1	14,9	2.264
56202 - Companhia Brasileira De Trens Urbanos - Cbtu	67.209	67.209	55.319	3.703	0,1	5,5	2.057
56901 - Fundo Nacional De Seg. E Educacao Do Transito	35	35	1	0	0,0	0,0	0
58101 - Ministerio Da Pesca E Aquicultura	4.959	4.959	4.944	223	0,0	4,5	223
59101 - Conselho Nacional Do Ministerio Publico-Cnmp	5.560	5.560	749	724	0,0	13,0	724
60101 - Gabinete Da Vice-Presidencia Da Republica	441	441	438	69	0,0	15,7	69
61101 - Secretaria De Assuntos Estrategicos	1.646	1.646	600	160	0,0	9,7	160
61201 - Instituto De Pesquisa Economica Aplicada	25.252	25.252	25.235	3.384	0,1	13,4	3.384
62101 - Secretaria De Aviacao Civil - Sac/Pr	1.340	1.340	800	112	0,0	8,4	112
62201 - Agencia Nacional De Aviacao Civil	38.324	38.324	38.324	6.298	0,1	16,4	6.158
63101 - Advocacia-Geral Da Uniao - Agu	341.338	341.338	336.125	51.971	1,1	15,2	51.905
64101 - Secretaria De Direitos Humanos - Sdh/Pr	2.647	2.647	765	210	0,0	8,0	210
65101 - Secretaria De Politicas Para As Mulheres-Spm	1.278	1.278	1.278	324	0,0	25,4	324
66101 - Controladoria-Geral Da Uniao - Cgu/Pr	109.043	109.043	16.309	16.221	0,3	14,9	8.224
67101 - Sec.De Politicas De Prom.Da Igualdade Racial	927	927	110	90	0,0	9,7	90
68101 - Secretaria De Portos - Sep	1.163	1.163	1.150	228	0,0	19,6	228
68201 - Agencia Nac. De Transportes Aquaviarios-Antaq	10.148	10.148	10.132	1.744	0,0	17,2	1.703
69101 - Secretaria Da Micro E Pequena Empresa-Smpe/Pr	864	864	864	163	0,0	18,8	163
71101 - Recursos Sob Supervisao Do Mf - Efu	17.000.000	17.000.000	17.000.000	1.952.840	41,7	11,5	1.952.840
71103 - Encargos Financ.Da Uniao-Sentencas Judiciais	325.618	325.618	324.897	5.920	0,1	1,8	5.920
71902 - Fundo Soberano Do Brasil	3	3	3	1	0,0	35,7	1
73101 - Recursos Sob Supervisao Do Mf - Trf.Mf	180.666	180.666	26.164	26.164	0,6	14,5	26.164
73901 - Fundo Constitucional Do Distrito Federal-Fcdf	72	72	45	13	0,0	18,0	9
74902 - Recursos Sob Supervisao Do Fies	247.098	247.098	247.098	0	0,0	0,0	0
90000 - Reserva De Contingencia	77.516	77.516	0	0	0,0	0,0	0
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias)	37.233.196	37.233.196	30.493.367	4.680.797	100,0	12,6	4.627.467

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (21/21)

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TABELA 7 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR PROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

PROGRAMA (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d/total d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	84.611.666	84.611.666	47.631.132	13.823.192	6,06	16,34	13.774.163
CONTROLE EXTERNO	969.496	969.496	846.868	146.868	0,06	15,15	146.868
ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.026.942	2.026.942	1.495.135	275.720	0,12	13,60	275.651
ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	3.149.303	3.149.303	2.749.722	435.140	0,19	13,82	429.991
PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	402.705	402.705	298.272	43.953	0,02	10,91	43.887
PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	231.203	231.203	47.836	30.836	0,01	13,34	30.822

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.433.014	1.433.014	1.185.617	257.922	0,11	18,00	250.716
PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	775.533	775.533	526.234	93.625	0,04	12,07	93.584
PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	6.815.080	6.833.005	3.349.170	1.152.260	0,51	16,86	1.145.467
GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	4.476.314	4.489.628	2.847.367	530.969	0,23	11,83	523.051
PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	10.523.366	10.527.738	8.742.314	1.638.725	0,72	15,57	1.627.184
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	3.756.527	3.760.567	1.039.590	596.275	0,26	15,86	593.844
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	19.399.861	19.399.861	7.014.125	1.634.745	0,72	8,43	1.630.398
OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	30.766.630	30.766.630	30.529.826	9.569.529	4,19	31,10	9.569.461
OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEG.	235.396.153	235.396.153	222.981.007	32.448.825	14,22	13,78	32.078.491
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZACOES)	326.190.240	326.190.240	69.404.358	37.859.771	16,60	11,61	37.859.771
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZACOES)	11.392.983	11.392.983	8.999.166	2.791.042	1,22	24,50	2.791.042
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	49.580.601	49.782.251	23.424.392	12.249.920	5,37	24,61	12.194.607
OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	955.227	955.227	53.990	52.610	0,02	5,51	52.610
OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	664.219	664.219	71.186	2.435	0,00	0,37	29
OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTE.	0	584.653	204.597	0	0,00	0,00	0
RESERVA DE CONTINGENCIA	32.961.844	32.961.844	0	0	0,00	0,00	0
CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIARIO	204.212	204.212	71.534	7.962	0,00	3,90	7.917
AGRICULTURA FAMILIAR	5.180.467	5.620.467	4.369.383	228.500	0,10	4,07	228.300
AGRICULTURA IRRIGADA	588.872	588.872	47.415	2.473	0,00	0,42	1.617
AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	13.927.412	13.964.788	6.649.726	114.152	0,05	0,82	77.838
APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	84.041.507	84.087.160	15.391.163	9.865.613	4,32	11,73	9.764.080
POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO A VIOLENCI.	194.423	194.423	14.645	0	0,00	0,00	0
AVIACAO CIVIL	832.281	832.281	18.049	2.200	0,00	0,26	2.200
BIODIVERSIDADE	513.134	513.134	62.284	18.164	0,01	3,54	16.689
BOLSA FAMILIA	25.294.890	25.294.890	24.660.779	4.124.406	1,81	16,31	4.124.406
CIDADANIA E JUSTICA	482.222	482.222	295.435	39.904	0,02	8,28	39.818
CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.334.520	5.336.012	701.777	354.085	0,16	6,64	175.708
COMBUSTIVEIS	98.628	98.628	88.026	4.925	0,00	4,99	4.840
COMERCIO E SERVICOS	44.262	48.201	9.919	352	0,00	0,73	352
COMERCIO EXTERIOR	4.036.167	4.036.167	2.952.693	25.830	0,01	0,64	25.830
COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRACIA	738.006	738.006	44.170	4.326	0,00	0,59	3.821
CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	304.963	304.963	81.174	16.991	0,01	5,57	16.880
CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	2.302.536	2.302.536	56.105	3.606	0,00	0,16	3.546
DEFESA AGROPECUARIA	304.240	323.840	15.509	4.554	0,00	1,41	2.220
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA SOLIDARIA	5.861.380	5.866.880	3.330	458	0,00	0,01	458
EDUCACAO BASICA	30.605.401	30.617.387	10.921.840	1.625.236	0,71	5,31	1.611.766
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	6.931.790	6.931.790	2.082.115	807.933	0,35	11,66	770.146
EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	14.219.229	14.219.229	4.015.739	936.737	0,41	6,59	796.569
ENERGIA ELETRICA	1.085.634	1.085.634	40.465	6.316	0,00	0,58	597
ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	64.533	64.533	1.527	687	0,00	1,06	523
ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.069.848	2.098.641	206.563	11.699	0,01	0,56	372
FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCENDIOS	243.098	243.098	71.405	7.112	0,00	2,93	4.037
FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	39.415.751	39.417.101	34.125.737	6.503.909	2,85	16,50	4.501.769
DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	938.368	938.368	116.754	39.587	0,02	4,22	28.073
GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMAFINANCEIRO NACIONAL	549.581	549.581	65.398	26.413	0,01	4,81	26.404
GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	2.918.620	4.218.620	535.050	151.899	0,07	3,60	142.308
GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL	95.232	95.232	10.604	2.136	0,00	2,24	666
INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	616.355	616.355	22.677	17.632	0,01	2,86	9.855
AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	226.790	226.790	3.384	316	0,00	0,14	310
LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	40.441	40.441	5.439	974	0,00	2,41	742
MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	86.506	86.506	2.030	525	0,00	0,61	502
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	32.593	32.593	8.173	126	0,00	0,39	126
MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	3.112.871	3.112.871	22.237	7.023	0,00	0,23	18
MORADIA DIGNA	15.728.765	15.728.765	500	49	0,00	0,00	49
MUDANCAS CLIMATICAS	437.253	437.253	1.793	1.103	0,00	0,25	1.103
OFERTA DE AGUA	3.887.864	3.893.214	464.767	6	0,00	0,00	5
PESCA E AQUICULTURA	311.035	311.835	2.448	71	0,00	0,02	20
PETROLEO E GAS	151.338	151.338	83.759	10.196	0,00	6,74	10.157
PLANEJAMENTO URBANO	2.503.843	2.559.157	316	77	0,00	0,00	77
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	5.967.210	5.967.210	269.321	172.716	0,08	2,89	166.449
POLITICA ESPACIAL	359.291	359.291	6.659	1.567	0,00	0,44	178
POLITICA EXTERNA	1.013.114	1.013.114	126.111	103.030	0,05	10,17	102.928
POLITICA NACIONAL DE DEFESA	14.711.971	14.711.971	4.681.408	594.953	0,26	4,04	444.749
POLITICA NUCLEAR	658.617	658.617	56.459	21.108	0,01	3,20	20.104
COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO SOCIAL DE USUAR.	245.851	245.851	1.108	90	0,00	0,04	90
PREVIDENCIA SOCIAL	381.267.429	381.267.429	255.143.475	65.907.815	28,89	17,29	40.864.950
PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	170.560	170.560	1.455	1.360	0,00	0,80	1.360
PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	15.272	15.272	6.765	0	0,00	0,00	0
PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	96.651	96.651	2.824	17	0,00	0,02	17
PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.183.173	1.183.173	782.968	208.598	0,09	17,63	206.083
REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.478.826	2.478.826	53.202	1.640	0,00	0,07	1.289
RESIDUOS SOLIDOS	82.321	82.321	527	527	0,00	0,64	527
SANEAMENTO BASICO	3.129.236	3.130.236	90.736	389	0,00	0,01	49
SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.062.379	4.062.379	5.582	3.396	0,00	0,08	1.431
SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.912.853	2.922.038	213.271	43.398	0,02	1,49	35.400
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	43.708.890	43.708.890	27.763.741	5.572.084	2,44	12,75	5.572.058
TRANSPORTE FERROVIARIO	2.212.733	2.341.733	649.891	14.011	0,01	0,60	4.396
TRANSPORTE HIDROVIARIO	296.971	298.275	1.705	0	0,00	0,00	0
TRANSPORTE MARITIMO	633.203	698.203	0	0	0,00	0,00	0
TRANSPORTE RODOVIARIO	12.610.165	12.733.437	1.373.677	2.939	0,00	0,02	2.911
TURISMO	1.342.124	1.389.352	56.873	1.420	0,00	0,10	894
CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	73.050	73.050	12.583	7.429	0,00	10,17	7.429
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.392.854	4.392.854	2.967.897	595.177	0,26	13,55	585.630
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	58.022	58.022	28.684	4.553	0,00	7,85	4.551
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOCAO DA I.	27.548	27.548	2.272	1.328	0,00	4,82	1.328
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	21.525	21.525	4.710	1.936	0,00	9,00	1.933
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E AB.	4.122.967	4.122.967	1.428.525	628.819	0,28	15,25	569.368
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOV.	1.900.306	1.900.306	1.064.488	262.793	0,12	13,83	258.866
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	637.790	637.790	420.678	66.197	0,03	10,38	64.609
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	23.179.514	23.179.514	12.266.897	3.273.976	1,44	14,12	3.059.460
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	25.899.280	25.899.280	17.489.007	3.809.617	1,67	14,71	3.799.924
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	12.329.229	12.329.229	1.985.127	1.515.599	0,66	12,29	1.499.452
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	870.563	870.563	355.372	91.778	0,04	10,54	89.983
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	4.998.632	5.001.053	3.107.933	718.610	0,32	14,37	701.240
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCAE AQUICULTURA	97.009	97.009	57.458	8.489	0,00	8,75	8.360

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	4.753.558	4.753.558	1.460.703	761.779	0,33	16,03	760.654
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	9.657.753	9.657.753	7.993.231	1.436.862	0,63	14,88	1.427.114
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	822.148	822.148	263.526	102.703	0,05	12,49	97.308
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES	487.862	487.862	342.918	60.036	0,03	12,31	60.030
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	1.223.883	1.223.883	426.783	178.043	0,08	14,55	178.043
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA	1.122.990	1.132.990	624.364	164.805	0,07	14,55	153.098
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	780.035	780.035	528.847	93.050	0,04	11,93	91.288
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA.	924.874	924.874	310.220	98.627	0,04	10,66	98.622
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C.	266.852	266.852	57.259	17.816	0,01	6,68	17.816
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	154.668	154.668	86.046	6.272	0,00	4,06	5.950
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.206.959	1.206.959	791.066	165.694	0,07	13,73	165.356
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E.	5.813.588	5.817.088	1.752.163	416.064	0,18	7,15	410.299
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.871.305	2.871.305	614.663	159.427	0,07	5,55	157.861
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.506.552	1.506.552	518.080	201.019	0,09	13,34	200.609
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	126.840	126.840	49.871	8.895	0,00	7,01	8.796
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	1.692.522.766	1.695.697.783	890.084.867	228.119.080	100,00	13,45	199.425.188

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 7 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR PROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

PROGRAMA (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d/total d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	337.952	337.952	335.902	51.820	1,11	15,33	51.820
CONTROLE EXTERNO	131.406	131.406	130.510	19.920	0,43	15,16	19.920
ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	284.166	284.166	269.024	41.598	0,89	14,64	41.598
ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	389.527	389.527	386.288	59.720	1,28	15,33	47.621
PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	32.435	32.435	31.548	5.146	0,11	15,87	5.146
PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	25.657	25.657	4.243	4.164	0,09	16,23	4.164
PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	198.918	198.918	176.403	32.367	0,69	16,27	32.349
PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	85.338	85.338	62.937	13.053	0,28	15,30	13.053
PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	912.137	912.137	472.863	142.480	3,04	15,62	142.472
GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	389.370	389.370	359.168	62.404	1,33	16,03	62.384
PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	1.463.618	1.463.618	1.369.749	227.953	4,87	15,57	227.899
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	458.168	458.168	221.914	74.847	1,60	16,34	74.847
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	380.220	380.220	379.154	6.317	0,13	1,66	6.317
OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	247.098	247.098	247.098	0	0,00	0,00	0
OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEG.	72	72	45	13	0,00	18,02	9
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	18.190.889	18.190.889	17.000.000	1.952.840	41,72	10,74	1.952.840
RESERVA DE CONTINGENCIA	77.516	77.516	0	0	0,00	0,00	0
CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIARIO	5.608	5.608	2.075	612	0,01	10,91	612
AGRICULTURA FAMILIAR	319	319	159	101	0,00	31,77	101
AGRICULTURA IRRIGADA	290	290	280	269	0,01	92,76	267
AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	40.085	40.085	22	16	0,00	0,04	14
APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	22.031	22.031	9.808	1.568	0,03	7,12	1.164
BIODIVERSIDADE	858	858	31	29	0,00	3,42	29
CIDADANIA E JUSTICA	31.072	31.072	29.519	4.824	0,10	15,53	4.824
CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	32	32	12	1	0,00	4,05	1
COMBUSTIVEIS	23.615	23.615	21.696	5.589	0,12	23,67	5.284
COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRACIA	2.030	2.030	576	15	0,00	0,72	10
CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	466	466	81	31	0,00	6,60	18
CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	382	382	2	0	0,00	0,00	0
DEFESA AGROPECUARIA	206	206	66	18	0,00	8,91	0
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA SOLIDARIA	128	128	3	3	0,00	2,57	3
EDUCACAO BASICA	121.743	121.743	36.867	4.638	0,10	3,81	4.636
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	35.396	35.396	9.614	1.060	0,02	2,99	597
EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	229.143	229.143	79.975	30.740	0,66	13,42	28.588
ENERGIA ELETRICA	697	697	697	28	0,00	4,05	28
ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	300	300	20	0	0,00	0,05	0
ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	75	75	0	0	0,00	0,00	0
FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCENDIOS	23.235	23.235	2.300	186	0,00	0,80	186
DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	16.362	16.362	1.793	371	0,01	2,27	305
GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMAFINANCEIRO NACIONAL	2.589	2.589	89	21	0,00	0,81	21
GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	3.141	3.141	2.443	47	0,00	1,49	0
GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL	678	678	17	3	0,00	0,51	3
INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	2.822	2.822	442	253	0,01	8,98	169
LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	29	29	29	29	0,00	100,00	29
MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	34	34	0	0	0,00	0,00	0
MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	34	34	0	0	0,00	0,00	0
OFERTA DE AGUA	12.037	12.037	12.037	12.037	0,26	100,00	12.037
PESCA E AQUICULTURA	3	3	3	1	0,00	32,90	1
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	21.209	21.209	3.823	2.239	0,05	10,56	2.229
POLITICA ESPACIAL	176	176	95	0	0,00	0,00	0
POLITICA EXTERNA	7.220	7.220	636	434	0,01	6,01	434
POLITICA NACIONAL DE DEFESA	38.841	38.841	1.136	446	0,01	1,15	372
POLITICA NUCLEAR	893	893	847	122	0,00	13,72	121
COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO SOCIAL DE USUAR.	702	702	300	0	0,00	0,00	0
PREVIDENCIA SOCIAL	3.265	3.265	3.260	252	0,01	7,70	242
PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	15.113	15.113	306	32	0,00	0,21	32
REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.991	2.991	16	1	0,00	0,03	1
SANEAMENTO BASICO	1	1	1	0	0,00	0,00	0
SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.554	1.554	68	48	0,00	3,09	26
SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.334	2.334	1.235	26	0,00	1,10	16
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4	4	0	0	0,00	0,00	0
TRANSPORTE RODOVIARIO	301	301	299	207	0,00	68,71	207
TURISMO	20	20	0	0	0,00	0,00	0
CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	4.949	4.949	749	724	0,02	14,62	724
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	358.992	358.992	205.818	47.486	1,01	13,23	35.475
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	2.647	2.647	765	210	0,00	7,95	210
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOCAO DA I.	927	927	110	90	0,00	9,70	90
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	1.278	1.278	1.278	324	0,01	25,37	324

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E AB.	521.845	521.845	285.222	119.407	2,55	22,88	108.299
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOV.	290.919	290.919	266.593	45.300	0,97	15,57	39.046
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	63.250	63.250	55.024	8.728	0,19	13,80	8.528
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	394.770	394.770	250.599	60.778	1,30	15,40	60.595
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	4.379.475	4.379.475	3.671.679	672.144	14,36	15,35	671.653
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	1.610.262	1.610.262	282.227	243.285	5,20	15,11	243.272
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	106.862	106.862	63.803	15.818	0,34	14,80	15.818
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	811.414	811.414	569.664	125.105	2,67	15,42	125.035
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCAE AQUICULTURA	4.959	4.959	4.944	223	0,00	4,50	223
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	858.739	858.739	820.065	135.146	2,89	15,74	135.144
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	1.478.322	1.478.322	1.406.309	222.687	4,76	15,06	222.687
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	92.549	92.549	79.795	7.306	0,16	7,89	5.147
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES	58.381	58.381	53.055	9.378	0,20	16,06	9.378
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	128.769	128.769	58.439	17.706	0,38	13,75	17.706
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA	152.999	152.999	98.851	22.231	0,47	14,53	17.772
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	91.326	91.326	87.163	13.692	0,29	14,99	13.692
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA.	95.217	95.217	42.322	13.014	0,28	13,67	13.000
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C.	12.235	12.235	5.291	1.749	0,04	14,29	1.749
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	3.995	3.995	3.983	1.241	0,03	31,05	777
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	172.234	172.234	133.755	26.920	0,58	15,63	26.920
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E.	867.570	867.570	230.055	49.611	1,06	5,72	49.604
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES	153.969	153.969	94.898	24.054	0,51	15,62	24.050
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias)	37.233.195	37.233.195	30.493.367	4.680.797	100	12,57	4.627.467

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Notas:
a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação do respectivo programa decorre de variação cambial.

TABELA 8 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR FONTE DE RECURSO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

FONTE DE RECURSO (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d/total d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
Recursos Ordinários	295.083.117	295.466.140	104.694.259	22.682.946	9,94	7,68	21.626.555
Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	183.503.248	183.503.248	183.487.883	25.890.258	11,35	14,11	25.890.258
Transferência do Imposto Territorial Rural	752.930	752.930	752.930	12.489	0,01	1,66	12.489
Contribuição ao Fundo de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	16.336	16.336	0	0	0,00	0,00	0
Recursos do Fundo Social	6.713.933	6.713.933	884.233	164.099	0,07	2,44	157.694
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Florestais	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	45.287.101	45.287.101	24.158.351	4.971.552	2,18	10,98	4.800.719
Contribuição do Salário-Educação	18.726.448	18.726.448	11.410.189	1.831.846	0,80	9,78	1.831.846
Contribuição para os Programas Especiais (Pin e Proterra)	41.009	41.009	0	0	0,00	0,00	0
Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	54.541	54.541	47.298	14.450	0,01	26,49	14.450
Rec.oriundos contr. Voluntárias montepio civil	1.012	1.012	0	0	0,00	0,00	0
Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	3.395.595	3.395.595	1.073.911	705.173	0,31	20,77	670.719
Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	7.869	7.869	7.869	1.395	0,00	17,73	1.395
Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	620	620	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	1.847.160	1.847.160	1.706.704	1.694.027	0,74	91,71	1.694.027
Custas Judiciais	591.197	592.820	301.091	29.551	0,01	4,98	26.598
Recursos de Concessões e Permissões	2.503.458	3.204.928	323.481	124.273	0,05	3,88	115.338
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	877.034	877.034	0	0	0,00	0,00	0
Selos de Controle e Lojas Francas	475.517	475.517	0	0	0,00	0,00	0
Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	6.068.318	6.068.318	1.016.379	819.498	0,36	13,50	811.055
Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	53.521	53.521	4.222	1.490	0,00	2,78	1.414
Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.266.873	2.276.873	2.063.612	157.648	0,07	6,92	157.439
Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.137.071	3.137.071	25.008	16.744	0,01	0,53	13.678
Alienação de Bens Apreendidos	54.677	54.677	0	0	0,00	0,00	0
Contribuições para os Programas PIS/PASEP	45.800.489	45.800.489	40.531.056	10.075.394	4,42	22,00	10.075.394
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.749.861	2.749.861	2.439.091	143.407	0,06	5,22	143.134
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	36.013.582	36.013.582	26.330.259	3.279.403	1,44	9,11	3.279.403
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da 'Dívida Pública Federal	1.370.278	1.370.278	0	0	0,00	0,00	0
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	194.119.407	194.119.407	76.983.660	50.667.013	22,21	26,10	50.667.013
Fundo de combate a erradic.da pobreza-financ.	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Operações de Crédito Internas - em Moeda	6.000	6.000	0	0	0,00	0,00	0
Operações de Crédito Externas - em Moeda	560.186	560.186	6.095	829	0,00	0,15	829
Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.289.102	1.289.102	1.211.905	0	0,00	0,00	0
Recursos Próprios Não-Financeiros	12.322.463	12.322.463	1.420.111	542.363	0,24	4,40	510.440
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	51.766.254	51.766.254	22.306.237	5.074.661	2,22	9,80	4.882.337
Resultado do Banco Central	41.290.000	41.290.000	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	165.455.575	165.455.575	86.542.770	23.956.454	10,50	14,48	21.746.845
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	340.342.181	340.342.181	253.659.246	64.871.963	28,44	19,06	40.048.567
Contribuição sobre Movimentação Financeira	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	11.396.533	11.396.533	5.392.470	1.984.714	0,87	17,42	1.983.021
Receitas de Honorários de Advogados	771.188	771.188	112.573	105.760	0,05	13,71	100.804
Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	963.248	963.248	0	0	0,00	0,00	0
Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento	24.364.340	24.364.340	0	0	0,00	0,00	0
Recursos das Operações Oficiais de Crédito	2.988.960	2.988.960	1.288.594	55.994	0,02	1,87	21.511
Reforma Patrimonial - Alienação de Bens	15.483	15.483	0	0	0,00	0,00	0
Títulos da Dívida Agrária	635.000	635.000	0	0	0,00	0,00	0
Notas do Tesouro Nacional - Série "P"	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	17.603.452	17.603.452	9.254.993	2.336.364	1,02	13,27	2.333.916
Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	337.299	337.299	0	0	0,00	0,00	0
Outras Contribuições Econômicas	4.338.143	4.338.143	331.453	72.596	0,03	1,67	6.473
Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	39.279.376	39.279.376	0	0	0,00	0,00	0
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.900.139	4.900.139	1.170.403	209.563	0,09	4,28	183.245
Taxas por Serviços Públicos	889.218	889.218	93.038	4.989	0,00	0,56	4.793
Outras Contribuições Sociais	1.831.008	1.831.008	361.659	32.276	0,01	1,76	29.314
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	14.288.042	15.283.907	802.995	243.940	0,11	1,60	243.940
Fundo de combate a erradicacao da pobreza	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Recursos Próprios Financeiros	29.517.515	29.517.515	5.971.831	3.246.909	1,42	11,00	3.241.897
Recursos de Convênios	984.202	986.577	94.341	12.664	0,01	1,28	12.362
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	0	0	0	0	0,00	0,00	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	228.652	228.652	45.952	4.232	0,00	1,85	4.123
Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	3.024.513	3.024.513	0	0	0,00	0,00	0
Outras Receitas Originárias	7.184.360	7.185.853	107.993	8.781	0,00	0,12	8.781
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	38.067.988	39.147.155	794.350	49.128	0,02	0,13	49.128
Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	337.336	337.336	0	0	0,00	0,00	0
Doações para o Combate à Fome	127	127	0	0	0,00	0,00	0
Doações de Entidades Internacionais	33.449	33.449	554	10	0,00	0,03	10
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	255.228	255.228	29.812	22.237	0,01	8,71	22.237
Dividendos da União	23.744.006	23.744.006	20.844.006	1.999.998	0,88	8,42	1.999.998
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	1.692.522.766	1.695.697.783	890.084.867	228.119.080	100,00	13,45	199.425.188

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 8 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA UNIÃO POR FONTE DE RECURSO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

FONTE DE RECURSO (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% (d/total d)	% (d/b)	VALORES PAGOS (e)
Recursos Ordinários	23.592.472	23.592.472	18.492.607	3.660.228	78,20	15,51	3.611.176
Contribuição ao Fundo de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Recursos do Fundo Social	1.785	1.785	0	0	0,00	0,00	0
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Florestais	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.267.046	4.267.046	3.161.508	592.896	12,67	13,89	589.950
Contribuição do Salário-Educação	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição para os Programas Especiais (Pin e Proterra)	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	90	90	10	10	0,00	11,15	0
Custas Judiciais	920	920	636	31	0,00	3,39	31
Recursos de Concessões e Permissões	54.520	54.520	53.425	8.360	0,18	15,33	8.216
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Selos de Controle e Lojas Francas	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	1.191	1.191	107	67	0,00	5,62	67
Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	319	319	153	8	0,00	2,66	8
Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	599	599	27	8	0,00	1,37	8
Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Alienação de Bens Apreendidos	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	39	39	34	0	0,00	0,00	0
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.090	1.090	0	0	0,00	0,00	0
Recursos Próprios Não-Financeiros	291.222	291.222	65.769	28.156	0,60	9,67	27.716
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	2.409.972	2.409.972	2.230.256	360.015	7,69	14,94	359.868
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.651	18.651	2.458	775	0,02	4,16	495
Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Receitas de Honorários de Advogados	44.423	44.423	17.119	17.085	0,36	38,46	17.085
Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF	397	397	0	0	0,00	0,00	0
Recursos das Operações Oficiais de Crédito	40.000	40.000	14	14	0,00	0,03	14
Títulos da Dívida Agrária	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	2.000	2.000	0	0	0,00	0,00	0
Outras Contribuições Econômicas	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	91.792	91.792	71.255	10.865	0,23	11,84	10.572
Taxas por Serviços Públicos	6.191	6.191	3.028	70	0,00	1,14	68
Outras Contribuições Sociais	7.624	7.624	2.392	470	0,01	6,16	468
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	3.388	3.388	2.186	168	0,00	4,95	168
Recursos Próprios Financeiros	265.134	265.134	264.012	1.193	0,03	0,45	1.193
Recursos de Convênios	5.328	5.328	339	314	0,01	5,90	314
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	806	806	422	40	0,00	5,02	28
Outras Receitas Originárias	12.003	12.003	11.417	23	0,00	0,19	23
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.114.194	6.114.194	6.114.194	0	0,00	0,00	0
Doações de Entidades Internacionais	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0	0	0	0	0,00	0,00	0
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias)	37.233.195	37.233.195	30.493.367	4.680.797	100,00	12,57	4.627.467

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 9 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

LDO - Lei nº 12.919, de 24/12/2013, art. 85

R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	164.348.739	45.945.055	13.786.526	5.717.079	1.645.684	10.519.487	77.613.832	241.962.570
A detalhar	56.724.865	8.538.783	506.130	2.767.905	606.456	8.481.855	20.901.129	77.625.994
Pessoal Civil	73.204.344	37.405.882	13.278.978	2.900.070	1.039.228	1.716.503	56.340.661	129.545.005
Vencimentos e Vantagens Fixas	38.178.804	19.280.454	7.026.214	2.077.648	655.695	721.802	29.761.813	67.940.617
Outras Despesas Variáveis	297.908	169.358	88.472	60.086	74.326	7.672	399.913	697.821
Aposentadoria	15.195.274	9.643.543	3.031.948	0	0	510.370	13.185.861	28.381.135
Pensões	7.308.846	2.797.313	961.893	0	0	96.545	3.855.751	11.164.596
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	8.179	4.010	557	89.556	45.049	0	139.171	147.350
Obrigações Patronais	7.571.458	4.297.623	1.581.407	616.184	217.224	7.900	6.720.338	14.291.796
Outras Aplicações[1]	4.643.875	1.213.582	588.488	56.596	46.935	372.214	2.277.814	6.921.689
Pessoal Militar	34.419.530	390	1.417	49.104	0	321.130	372.041	34.791.571
Vencimentos e Vantagens Fixas	12.002.518	5	0	0	0	321.130	321.135	12.323.653
Outras Despesas Variáveis	421.148	0	0	0	0	0	0	421.148
Reformas	10.729.737	0	(0)	0	0	0	(0)	10.729.737
Pensões	10.600.275	0	0	0	0	0	0	10.600.275
Obrigações Patronais	293.850	385	1.392	48.918	0	0	50.695	344.545
Outras Aplicações[1]	372.001	0	25	186	0	0	211	372.212
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.801	0	0	0	0	0	0	40.801
Transferências a Estados e ao DF	40.801	0	0	0	0	0	0	40.801
TOTAL (A)	164.389.540	45.945.055	13.786.526	5.717.079	1.645.684	10.519.487	77.613.832	242.003.371

EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	23.829.036	7.438.632	2.211.364	756.561	273.390	2.031.918	12.711.864	36.540.900
Pessoal Civil	16.584.550	7.438.605	2.211.184	753.587	273.390	1.710.931	12.387.697	28.972.247
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.054.100	2.497.685	771.585	436.529	169.303	705.819	4.580.921	10.635.022
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	2.394.517	1.504.984	445.333	80.912	11.233	15.073	2.057.534	4.452.052
Outras Despesas Variáveis	48.322	32.480	15.658	13.478	29.319	7.672	98.607	146.929
Aposentadoria	3.982.066	1.968.981	513.803	0	0	510.088	2.992.872	6.974.938
Pensões	2.167.239	537.325	152.303	0	0	96.421	786.049	2.953.288

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	958	538	104	24.308	6.753	0	31.702	32.660
Obrigações Patronais	1.402.787	779.902	243.423	173.956	37.702	3.783	1.238.767	2.641.554
Outras Aplicações[1]	534.561	116.711	68.975	24.404	19.080	372.075	601.244	1.135.805
Pessoal Militar	7.244.486	27	180	2.974	0	320.987	324.167	7.568.653
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.567.329	0	0	0	0	320.987	320.987	2.888.316
Outras Despesas Variáveis	17.365	0	0	0	0	0	0	17.365
Reformas	2.390.406	0	0	0	0	0	0	2.390.406
Pensões	2.161.426	0	0	0	0	0	0	2.161.426
Obrigações Patronais	55.504	27	180	2.831	0	0	3.038	58.541
Outras Aplicações[1]	52.455	0	0	143	0	0	143	52.598
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (B)	23.829.036	7.438.632	2.211.364	756.561	273.390	2.031.918	12.711.864	36.540.900
A EXECUTAR (% A/B)	85,5	83,8	84,0	86,8	83,4	80,7	83,6	84,9

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.
[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos

TABELA 10 - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO ENTRE DESPESA DE PESSOAL E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	ACUMULADO NOS ULTIMOS 12 MESES	FEVEREIRO/2014	ACUMULADO NO EXERCÍCIO DE 2014
Receitas Correntes da União	1.235.536.259	89.524.155	222.219.255
(-) Transferências Constitucionais e Legais	197.542.837	22.505.459	31.680.920
(-) Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social	302.394.095	24.369.649	50.122.513
(-) Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor	10.405.043	812.715	1.692.284
(-) Compensação Previdenciária RGPS/RPPS	4.199	242	467
(-) Contribuição para Custeio Pensões Militares	2.200.818	185.071	322.966
(-) Contribuição para o PIS/PASEP	51.827.921	4.145.644	8.886.778
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I)	671.161.347	37.505.375	129.513.327
Despesa de Pessoal	225.988.859	17.529.885	36.540.900
(-) Inativos custeados com recursos vinculados	9.477.817	929.745	1.953.414
(-) Sentenças Judiciais de períodos anteriores ao da apuração	5.892.496	165.092	396.775
(-) Indenização por demissão	398.915	14.357	24.700
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	2.478.938	69.158	586.831
(+) Outras Despesas de Pessoal (art. 18, § 1º, LC 101/2000)	0	0	0
= DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)	207.740.692	16.351.532	33.579.179
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA DE PESSOAL SOBRE A RCL [(II) / I]	31,0	43,6	25,9

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Nota: O limite das Despesas de Pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida, definido na Lei Complementar n°101, de 4 de maio de 2000, é de 50% no exercício.

TABELA 11 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (b-c)
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	309.663	309.663	51.215	258.448
Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	25.657	(25.657)
Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social	340.342.181	340.342.181	50.122.513	290.219.668
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira[1]	0	0	0	0
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	2.308.950	2.308.950	322.966	1.985.984
Contribuição Patronal Regime Próprio de Previdência - Intraorçamentária	17.604.823	17.604.823	2.585.092	15.019.730
Contribuição Patronal Regime Próprio de Previdência	0	0	0	0
Contribuição de Servidor Ativo Regime Próprio de Previdência	8.790.035	8.790.035	1.281.068	7.508.967
Contribuição de Servidor Inativo Regime Próprio de Previdência	1.997.982	1.997.982	318.248	1.679.733
Contribuição de Pensionista Regime Próprio de Previdência	608.517	608.517	92.968	515.549
TOTAL	371.962.149	371.962.149	54.799.727	317.162.422

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADA (f)	DESPESA LIQUIDADA (g)	SALDO A EXECUTAR (e - g)
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	84.585.765	84.585.765	47.603.181	13.817.839	70.767.926
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	984.486	984.486	883.060	145.021	839.465
Previdência Social	381.270.694	381.270.694	255.146.735	65.908.066	315.362.628
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	425.289	425.289	190.703	65.151	360.138
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social	5.612.297	5.612.297	2.280.768	896.925	4.715.373
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	630.662	630.662	317.500	111.050	519.612
TOTAL	473.509.193	473.509.193	306.421.948	80.944.052	392.565.141

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] O índice de vinculação dessa receita à Previdência Social é de 0,2666666.

TABELA 12 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO, art. 39, §6º, §7º e §8º.

R$ milhares

FONTE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS ORDINARIOS	17.264.507
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	366.651
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	158.927
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	1.734
08	ROYALTIES/PE - FS	93.110
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	1.949.645
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.855.635
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	1.922.770
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	-29.433
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	488
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	4.878
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.263.092
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	3.698
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	78.102
22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.321
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	34.174
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	528.749
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	9.621.132
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	874.661
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	23.793

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	8.136.483
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	84.497
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.112.278
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	869.356
37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB.AUTOM.	398
38	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	4
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	699.590
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	2.000.217
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	654.826
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.330.526
43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	210.211.486
44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	8.455.654
45	REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.178.915
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	332.955
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.634.553
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	43.533.455
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	4.011.537
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	2.001.252
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	-2.277.120
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	188.117
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	652.448
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1.139.409
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	2.224.842
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.826.425
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	614
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	1
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	-67.850
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	41.394
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	7.478.468
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	4.728.342
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	6.797.773
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	1.145.226
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.802.933
77	FONTE A CLASSIFICAR	12.356
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	5.654.392
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	88.148.002
81	RECURSOS DE CONVENIOS	201.998
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	804.174
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	8.213
84	CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	4.846.468
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	2.529.708
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	552.463
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	3.938.634
90	RECURSOS DIVERSOS	10.920.347
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	780.524
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	652
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	69.903
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	-39.958
97	DIVIDENDOS UNIAO	1.383.990
98	DESVINCULACAO DE RECURSOS	1
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	111.788
		498.887.291

Considera os cancelamentos de RAP em 2014 nas fontes 01, 16, 34, 41 e 42.
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

TABELA 12-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO, art. 39, §6º, §7º e §8º. R$ milhares

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
08 ROYALTIES/PE - FS	93.110
Fundo Social	93.110
11 CONTRIBUIÇÃO DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	1.949.645
Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Estados/Municípios	118.299
Receita do Tesouro da União	1.831.346
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	488
Agência Nacional de Águas	488
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.263.092
Recursos Sob Supervisão do Ministério do Esporte - Estados	(5.739)
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - MJ	219
Fundo de Financ.ao Estudante do Ensino Sup./FIES - Min. da Educação	(42.376)
Fundo Nacional da Cultura - FNC	685.276
Fundo Nacional de Saúde	10.935
Fundo Nacional para a Criança e Adolescente - FNCA	233
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	629.879
Ministério da Previdência Social	1.336.010
Ministério dos Esportes	647.440
Transferência a Clubes Sociais	1.216
20 CONTR.S/ARREC.FUN.INV.REG.E S/PREM.CONC.PROG.	78.102
Fundo Nacional da Cultura	78.102
22 RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.321
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.321
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	9.621.132
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	45.736
Agência Nacional do Petróleo - ANP	161.810
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	(76.555)
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	3.487.448
Fundo Nacional da Cultura - FNC/FSA	63.762
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	26.076
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	477.882
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	1.479
Ministério dos Transportes	4.219
Receita do Tesouro da União	5.018.345
Recursos sob Supervisão do Min. Meio Ambiente - Estados/Municípios	2.203
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	4.843
Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	403.883
30 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	874.661
Fundo Nacional da Cultura - FNC/FSA	874.661
31 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	23.793
Receita Federal do Brasil/FUNDAF	23.793
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	8.136.483
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(65.096)
Receita Federal do Brasil/FUNDAF	2.875.954
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	5.325.624
34 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.112.278

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Agência Nacional de Águas - ANA/MMA	413.742
Recursos sob Supervisão do MME-Transferências para Estados/Municípios	41.003
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	130.586
Ministério de Minas e Energia	180.609
Ministério do Meio Ambiente	346.338
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	869.356
Fundo da Marinha Mercante	389.324
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	197.992
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	222.537
Fundo Naval	59.503
38 COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	4
Ministério de Minas e Energia	4
39 ALIENACAO BENS APREENDIDOS	699.590
Fundo Especial de Desenvolv. e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - SRFB	406.781
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	19.177
Fundo Nacional de Assistência Social	273.632
40 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	2.000.217
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela Abono Salarial/Seguro Desemprego)	497.794
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela destinada ao BNDES)	1.502.423
41 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	654.826
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	655.371
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia-Estados/Municípios	(54.777)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	37.547
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA	16.685
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.330.526
Agência Nacional do Petróileo - ANP	14.884.050
Comando da Marinha	952.175
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia-Estados/Municípios	506
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.057.177
Fundo Nacional de Saúde	33
Fundo Social	140.667
Ministério da Educação	99
Ministério de Minas e Energia	5.861.803
Ministério do Meio Ambiente	4.407.207
Recursos do superávit desvinculados pela Lei 12.306/2010*	26.811
45 REC.PROD.DE PETROLEO/GAS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.178.915
Comando da Marinha	92.472
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	(140.745)
Fundo Social	1.227.188
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	652.448
Defensoria Pública da União	1.238
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/FUNDAF	651.209
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1.139.409
Receita Federal do Brasil/FUNDAF	1.139.409
72 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	7.478.468
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	5.366
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	332
Empresa Brasil de Comunicação	10.047
Estados/Municípios	696.543
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	4.101.174
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.326.307
Fundo Naval	116
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	669.576
Min. Desenv., Indústria e Comércio Exterior	50
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20.878
Ministério das Minas e Energia	648.078
74 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	6.797.773
Agência Nacional de Águas - ANA	147
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC - F.Aeroviário	50.754
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.086.301
Agência Nacional de Petróleo - ANP	71.649
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	126.573
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	66.313
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	86.494
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	262.884
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	(1.187)
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	546.786
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	6.869
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3
Departamento de Polícia Federal	545.463
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	180.795
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	(4.517)
Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	4
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	12.965
Fundo Aeronáutico	464
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	46.856
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - Secretaria de Direito Econômico - MJ	248.850
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	76.509
Fundo do Exército	(960)
Fundo do Serviço Militar	2.652
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	32.851
Fundo Nacional da Cultura	11.447
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Transito - FUNSET	1.105.178
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	56.453
Fundo Naval	7.868
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal	53.459
Fundo Partidário	797
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	8.923
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	(13.932)
Instituto Chico Mendes - ICMBIO	4.402
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	66
Ministério da Educação *	2.250
Ministério da Pesca e Aquicultura	17.475
Ministério das Relações Exteriores	8.587
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	2
Ministério do Trabalho e Emprego	538.664
Receita do Tesouro da União	113.187
Secretaria de Acompanhamento Econômico - Min. da Fazenda	11.375
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	1.242.180
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	126.886
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	56.988
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	1.145.226
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	14.274
Fundo da Marinha Mercante	28.940
Fundo do Serviço Militar	5.609
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	54.859
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP	68.240
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.191

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Fazenda	1.883
Ministério da Justiça	27.922
Ministério do Trabalho	4.266
Receita do Tesouro da União	75.194
Secretaria da Receita Federal do Brasil	826.393
Superior Tribunal de Justiça	21.303
Supremo Tribunal Federal	8.153
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.802.933
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	389.488
Fundo de Amparo ao Trabalhador	910.284
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	151.104
Fundo Nacional de Assistência Social	(39.529)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.710
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	691.943
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	696.722
Ministério dos Esportes	1.210
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	5.654.392
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL *	5.975.014
Comando do Exército **	1.921
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB **	169
Conselho Nac.de Desenv.Cientif.e Tecnologico **	1.320
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa **	(25)
Fundação Oswaldo Cruz **	273
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	1.615.985
Fundo Nacional da Cultura	91.597
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	55.857
Fundo Nacional de Saúde - FNS **	(86)
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A **	85
Hospital Universit. Antônio Pedro **	6
Hospital Universit. Cassiano Antônio Morais **	62
Hospital Universit.Polydoro Ernani de São Thiago **	6
Hospital Universitário Alcides Carneiro/UFCG **	247
Hospital Universitário João de Barros Barreto **	1
Instituto Federal de Educ.,Cienc.e Tec.do Ceará **	1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS **	(1.187.004)
Justiça Federal de Primeiro Grau **	165
Ministério da Fazenda **	(87.533)
Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome **	87.533
Ministério do Turismo **	(20.000)
Receita do Tesouro da União	(670.103)
Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB **	(81.000)
Universidade Federal da Paraíba **	6
Universidade Federal de Pernambuco **	3
Universidade Federal de Santa Maria **	21
Universidade Federal do Rio de Janeiro **	81
Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A **	(130.210)
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	2.529.708
Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	61.871
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	362.480
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	22.714
Fundo Nacional de Saúde - FNS	613.624
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Transito	388.354
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	12.725
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC	1.001.770
Receita do Tesouro da União	53.166
Recursos sob Supervisão do MF - EFU	3.399
Superintendência do Desenv. do Nordeste - SUDENE	9.750
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	(144)
96 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	(39.958)
Banco Central do Brasil - BCB	1.921
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologico - CNPQ	(23.138)
Departamento da Polícia Rodoviária Federal	6
Fundação Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior - CAPES	(37.558)
Fundação Osório	44
Fundação Universidade de Brasília - FUB	176
Fundação Universidade do Amazonas	562
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	11
Fundo Nacional de Assistência Social	1.264
Fundo Nacional do Idoso	4.764
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	10.913
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	76
Hospital Universitário João de Barros Barreto	100
Ministério da Justiça	134
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	(274)
Universidade Federal da Bahia	520
Universidade Federal da Paraíba	7
Universidade Federal de Goiás	513
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	43.533.455
Agência Espacial Brasileira - AEB	64
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	97.881
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	144.055
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	33.526
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	16.568
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	1.784
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	119.003
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	27.441
Agência Nacional do Petróleo, Gás Nat. e Biocomb. - ANP	592.082
Arquivo Nacional - RJ	486
Banco Central do Brasil	1.162.939
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	10.584
Câmara dos Deputados	232
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso S.da Fonseca	2.847
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	90
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	453
Colégio Pedro II	2.381
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.160
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	82
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	143.701
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	4.177
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	4.645
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	15.333
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	92
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN	(1.163)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	12.884
Conselho Nacional de Desenv.Cientif.e Tecnológico	1.424
Conselho Nacional de Justiça	959
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	157
Defensoria Pública da União	291
Departamento de Polícia Federal	20.060
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	52.201

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Departamento Nacional de Infra Estrut.de Transportes - DNIT	224.757
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	2.570
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	29.316
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	61.383
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	11.490
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	4.290
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	13.755
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	57.151
Escola Superior do Ministério Público da União	1
Fundação Alexandre de Gusmão	338
Fundação Biblioteca Nacional	1.480
Fundação Casa Rui Barbosa	132
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	87.553
Fundação Escola Nacional de Adm. Pública - ENAP	7.784
Fundação Inst.Bras.de Geografia e Estatistica - IBGE	5.221
Fundação Joaquim Nabuco	595
Fundação Jorge Duprat Fig. de Seg. e Med. do Trab. - FUNDACENTRO	4.027
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE	974
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	8.816
Fundação Nacional do Indio	(95)
Fundação Osório	553
Fundação Oswaldo Cruz	13.847
Fundação Universidade de Brasília - FUB	21.141
Fundação Universidade do Amazonas	1.244
Fundação Universidade do Maranhão	1.794
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	(2.376)
Fundação Universidade Fed.da Grande Dourados	22
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1.967
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	(694)
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1.416
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	27
Fundação Universidade Federal de Pelotas	391
Fundação Universidade Federal de Rondônia	805
Fundação Universidade Federal de S.J.Del-Rei	340
Fundação Universidade Federal de São Carlos	1.220
Fundação Universidade Federal de Sergipe	3.692
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	947
Fundação Universidade Federal de Viçosa	(1.002)
Fundação Universidade Federal do ABC	133
Fundação Universidade Federal do Acre	8.106
Fundação Universidade Federal do Amapá	472
Fundação Universidade Federal do Pampa	423
Fundação Universidade Federal do Piauí	1.082
Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS	3.790
Fundação Universidade Federal do Tocantins	868
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	175
Fundo Aeronáutico	3.275.742
Fundo Const. de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	74.885
Fundo da Marinha Mercante	14.962
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	1.833
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2.258.503
Fundo de Compensação e Variações Salariais	4.435.889
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	13.094
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	21.548
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	5.879
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	21.615
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	518.971
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL	2.793
Fundo de Garantia a Exportacao - FGE	4.118.792
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	28.885
Fundo de Garantia para Construção Naval - FGCN	1.000.000
Fundo de Imprensa Nacional	1.158.667
Fundo de Univers. dos Serv.de Telecomunicações - FUST	4.747
Fundo do Exército	281.856
Fundo do Ministério da Defesa	14.631
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	228.574
Fundo do Serviço Militar	8.183
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - ESAF	166
Fundo Especial do Senado Federal	72.106
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP	480.000
Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR	48.479
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	26.813
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	400.163
Fundo Nacional de Cultura	88.548
Fundo Nacional de Desenvolvimento	935.583
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnol. - FNDCT	17.759
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	574.035
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	443.617
Fundo Nacional de Saúde - FNS	26.059
Fundo Nacional de Segurança e Eduacação do Trânsito - FUNSET	2.237.649
Fundo Nacional do Meio Ambiente	3.058
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	1
Fundo Naval	1.091.330
Fundo p/ o Desenv. Tecnol. das Telecom. - FUNTTEL	4.956
Fundo p/Aparelhamento e Operacion. Das Atividades-Fim da Pol. Federal	4.224
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	55.680
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	379.431
Fundo Soberano do Brasil	12.400.000
Hospital das Clínicas da FUFPEL	1
Hospital das Clínicas da UFGO	54
Hospital das Clínicas da UFU	(570)
Hospital de Clínicas da UFPE	4.819
Hospital de Clínicas da UFPR	(784)
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	4.416
Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral - UFPR	1.510
Hospital Júlio Muller	903
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	2.728
Hospital Univer. Polydoro Ernani de São Thiago	370
Hospital Universitário Alcides Carneiro/UFCG	(44)
Hospital Universitário Antônio Pedro	(228)
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	119
Hospital Universitário da FUFSE	686
Hospital Universitário da Fund. Univ. do Maranhão	406
Hospital Universitário da UFGD	117
Hospital Universitário da UFJF	139
Hospital Universitário da UFTM	26
Hospital Universitário de Brasília	202
Hospital Universitário Getúlio Vargas	60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Hospital Universitário João de Barros Barreto	4
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	109
Hospital Universitário Prof. Alberto Nunes	2.368
Hospital Universitário Walter Cantídio	149
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	10.852
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	56.989
Instituto Benjamin Constant-RJ	537
Instituto Bras.do Meio Amb.e Rec.Nat.Renováveis - IBAMA	18.000
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	731
Instituto Brasileiro de Turismo	126
Instituto Chico Mendes de Conserv. da Bio.	19.033
Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA	1.951
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ	2.107
Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional - IPHAN	541
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	927
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	827
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	493
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	3.042
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	2.201
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	223
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	139
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	681
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	8.107
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	713
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	373
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	128
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	577
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	1.051
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	290
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	428
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	2.038
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	212
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	294
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	522
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	2.129
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	183
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	219
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	448
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	896
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	759
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	1.087
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	222
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	737
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	174
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	550
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	1.191
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	1.100
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	600
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	1.246
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	433
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	436
Instituto Federal do Paraná - IFPR	919
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	182.350
Instituto Nacional de Coloniz. e Reforma Agrária - INCRA	26.248
Instituto Nacional de Educação de Surdos	464
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - INEP	43.759
Instituto Nacional de Metr.,Normal.e Qualidade Industrial - INMETRO	355.525
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	2.507
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	99.732
Justiça da Infância e da Juventude	2
Justiça Federal de Primeiro Grau	488
Justiça Militar	768
Maternidade Assis Chateubrian	35
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa	127.609
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	3.222
Ministério da Educação	5.517
Ministério da Fazenda	11.815
Ministério da Justiça	12.945
Ministério da Pesca e Aquicultura	7.237
Ministério das Cidades	(169)
Ministério das Relações Exteriores	2.156
Ministério de Minas e Energia	397.529
Ministério do Desenvolvimento Agrário	66.538
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18.950
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior - MDIC	85.270
Ministério do Meio Ambiente	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	11.801
Ministério do Turismo	(2)
Ministério dos Transportes	123
Ministério Público do Trabalho	624
Ministério Público Federal	156
Ministério Público Militar	14
Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	(18.625)
Presidência da República	1
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	2.106
Rec.s/Sup.Caixa Const.Casas p/Pessoal da MB	23.666
Receita Federal do Brasil	171.041
Recursos sob Supervisão do MF - EFU	196.525
Recursos sob Supervisão do MF - OOC/MF	1.192.297
Secretaria da Micro e Pequena Empresa-SMPE/PR	13.780
Secretaria de Portos - SEP	2.270
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	5
Superintendência da Zona Franca de Manaus	9.141
Superintendência de Seguros Privados	90.580
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	76.783
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	78.895
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	5
Superior Tribunal de Justiça	451
Supremo Tribunal Federal	2.888
Tribunal de Justiça do DF	2.207
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	5.072
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	(92)
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	1.261
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	559
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	171
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	31
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	18
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	2.006

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	714
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	5.475
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	190
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	702
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	28
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	93
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	370
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	563
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	84
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	95
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	23
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	38
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	891
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	178
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	70
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	432
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	115
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	1
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	335
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	122
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	231
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	1.123
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	686
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	1.033
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	409
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	37
Tribunal Superior do Trabalho	443
Tribunal Superior Eleitoral	13.495
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	355
Universidade Federal da Bahia	4.035
Universidade Federal da Fronteira do Sul	49
Universidade Federal da Paraíba	1.868
Universidade Federal de Alagoas	12.180
Universidade Federal de Alfenas	260
Universidade Federal de Campina Grande	3.422
Universidade Federal de Goiás	1.684
Universidade Federal de Itajuba - MG	1.834
Universidade Federal de Juiz de Fora	138
Universidade Federal de Lavras	72
Universidade Federal de Minas Gerais	1.038
Universidade Federal de Pernambuco	7.258
Universidade Federal de Roraima	(61)
Universidade Federal de Santa Catarina	691
Universidade Federal de Santa Maria	1.580
Universidade Federal de São Paulo	3.548
Universidade Federal de Viçosa	6.556
Universidade Federal do Ceará	7.887
Universidade Federal do Espírito Santo	15.252
Universidade Federal do Oeste do Pará	1.693
Universidade Federal do Pará	6.219
Universidade Federal do Paraná	35.667
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.517
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4.749
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	14.190
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	44.807
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	55
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	662
Universidade Federal Fluminense	462
Universidade Federal Rural da Amazônia	193
Universidade Federal Rural de Pernambuco	3.973
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	79
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN	778
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	5
Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	8.457
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	88.148.002
Agência Nacional de Águas - ANA	172
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	164.060
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.737
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	18.137
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	4.656.780
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	28.507
Banco Central do Brasil	657
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	39.268
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	38
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.075
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	3.077
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	12.153
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	17.720
Conselho Nacional de Desenv.Cientif.e Tecnologico	11.399
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	11
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	4.141
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	468
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	3.388
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	548
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	5.374
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	9.850
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	11.815
Fundação Inst.Bras.de Geografia e Estatistica - IBGE	1.071
Fundação Joaquim Nabuco	19
Fundação Jorge Duprat Fig. de Seg. e Med. do Trab. - FUNDACENTRO	34.224
Fundação Oswaldo Cruz	1.641
Fundação Universidade de Brasília - FUB	15.439
Fundação Universidade do Amazonas	1.265
Fundação Universidade do Maranhão	1.104
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	498
Fundação Universidade do Rio Grande - RS	1
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1.778
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	25
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	88
Fundação Universidade Federal de Pelotas	538
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	(71)
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	584
Fundação Universidade Federal do Amapá	593
Fundação Universidade Federal do Pampa	169
Fundação Universidade Federal do Piauí	32
Fundo Aeronáutico	438.998
Fundo da Marinha Mercante	305.559

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	196
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	49.955.377
Fundo de Compensação e Variação Salarial	5.061.386
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	1.162.078
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - MJ	9.127
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	169.201
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	134.845
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	109.914
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	574.136
Fundo de Garantia à Exportação - FGE - BNDES	9.276.337
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	1.120.130
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	168.870
Fundo do Exército	(10.705)
Fundo do Ministério da Defesa	3.469
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	(90.543)
Fundo do Serviço Militar	1.954
Fundo Especial do Senado Federal	2.051
Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR	134.158
Fundo Nacional da Cultura	7.775
Fundo Nacional de Assistência Social	(25)
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	237.424
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	9.980.997
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnol. - FNDCT	67.510
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.018.713
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	457.271
Fundo Nacional de Saúde - FNS	585
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	225.425
Fundo Nacional do Idoso - FNI	132
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	4.235
Fundo Naval	232.064
Fundo para o Desenv. Tecnologia das Telecomunicações - FUNTTEL	914.540
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	399.819
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	233
Fundo Soberano do Brasil	1.297.875
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	(175)
Hospital Júlio Muller	101
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	2.587
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	38
Hospital Universitário João de Barros Barreto	12
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	5.299
Instituto Brasileiro de Turismo	1.210
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	405
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	361
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	(447)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	176
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	362
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	1.391
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	179
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	(3)
Instituto Federal do Paraná - IFPR	1.402
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	50
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	209
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	81
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	252
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	38
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	107.269
Instituto Nacional de Coloniz. e Reforma Agrária - INCRA	4.101
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	82.721
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(66.127)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa	12
Ministério da Educação	(842)
Ministério da Justiça	(233)
Ministério da Pesca e Aquicultura	278
Ministério das Cidades	(242)
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.152
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.386
Ministério do Meio Ambiente	13
Presidência da República	25
Rec. sob Sup. da Caixa de Construções de Casas p/ Pessoal da MB - MD	17.911
Receita Federal do Brasil - SRFB	595
Recursos sob supervisão do Banco da Terra/MDA	5
Recursos sob Supervisão do FIES - MEC	(742.486)
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	8.202
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	218.308
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	27.994
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	309
Tribunal de Justiça do DF	13.922
Universidade Federal da Bahia	374
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA	3
Universidade Federal de Pernambuco	7.622
Universidade Federal de Santa Catarina	43
Universidade Federal de Santa Maria	684
Universidade Federal de Viçosa	863
Universidade Federal do Ceará	74
Universidade Federal do Espírito Santo	5.228
Universidade Federal do Pará	14
Universidade Federal do Paraná	13.957
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	122
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4.713
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	244
Universidade Federal Fluminense	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	59
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	708
81 RECURSOS DE CONVENIOS	201.998
Comando da Aeronáutica	129
Comando do Exército	12.093
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	361
Companhia de Desenv. dos Vales do S.Francisco e Parnaíba	24
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	329
Conselho Nacional de Desenv.Científico e Tecnologico	17.398
Departamento de Polícia Federal	17
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	2.370
Empresa de Pesquisa Energética	62
Fundação IBGE	786
Fundação Oswaldo Cruz	67
Fundação Universidade do Amazonas	1.346

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	1
Fundação Universidade Federal de Pelotas	849
Fundação Universidade Federal de Rondônia	386
Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei	1
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	14
Fundação Universidade Federal do ABC	189
Fundação Universidade Federal do Acre	19
Fundação Universidade Federal do Amapá	815
Fundação Universidade Federal do Pampa	931
Fundo Aeronáutico	2.379
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	38
Fundo Naval	468
Hosp.e Matern.Victor Ferreira do Amaral - HMVFA	1.893
Hospital das Clínicas da Univers.Federal de Uberlândia	2.120
Hospital de Clínicas da UFPR	398
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	32
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	1.529
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	2
Hospital Universitário da UFTM	677
Hospital Universitário João de Barros Barreto	62
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. Baiano	150
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. de Alagoas	1.861
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. de Brasília	83
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. de Minas Gerais	324
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. de Rondônia	14
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. do Amazonas	106
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. do Espirito Santo	671
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. do Mato Grosso	0
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. do Paraná	46
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. do Rio de Janeiro	2.825
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn. Goiano	4
Instituto Fed.de Educ.,Ciênc.e Tecn.da Bahia	173
Instituto Federal de Educ.,Cienc. e Tec.do Ceará	1.118
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15
Ministério da Pesca e Aquicultura	374
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	1.246
Receita Federal do Brasil	6.557
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	47.214
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	3.315
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1.602
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	554
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	640
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	1.530
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	7.229
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	802
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	807
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	844
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.162
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	6.173
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	1.359
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	721
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	296
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	8
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	32.670
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	48
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	833
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	786
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	3.457
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1.752
Universidade Federal da Integração Latino Americana	440
Universidade Federal da Paraíba	1.893
Universidade Federal de Pernambuco	3
Universidade Federal de Santa Catarina	53
Universidade Federal de Santa Maria	458
Universidade Federal do Espírito Santo	1.360
Universidade Federal do Pará	851
Universidade Federal do Paraná	18.277
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	888
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	550
Universidade Federal Fluminense	71

* Inclui recursos a serem transferidos ao Tesouro Nacional em razão do art. 3o, da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966.
** Valores referentes a créditos abertos e reabertos financiados com os recursos a serem transferidos ao Tesouro Nacional, em razão do art. 3º, da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

TABELA 13 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014

R$ milhares

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
JUSTICA FEDERAL	17.609	17.609	159	0	0
JUSTICA ELEITORAL	18.518	18.518	547	0	0
JUSTICA DO TRABALHO	9.793	9.793	0	0	0
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	93.368	93.368	0	0	0
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	350	350	0	0	0
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	440.903	440.903	0	0	0
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	41.649	41.649	0	0	0
MINISTERIO DA FAZENDA	100	100	0	0	0
MINISTERIO DA EDUCACAO	305.545	305.545	0	0	0
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	600	600	0	0	0
MINISTERIO DA JUSTICA	88.166	88.166	0	0	0
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	2.900	2.900	0	0	0
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	18.450	18.450	0	0	0
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	300	300	0	0	0
MINISTERIO DA SAUDE	4.478.850	4.478.850	0	0	0
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	14.176	14.176	0	0	0
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	4.800	4.800	0	0	0
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.000	1.000	0	0	0
MINISTERIO DA CULTURA	147.739	147.739	0	0	0
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	16.959	16.959	0	0	0
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	131.307	131.307	0	0	0
MINISTERIO DO ESPORTE	460.679	460.679	0	0	0
MINISTERIO DA DEFESA	283.365	283.365	0	0	0
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	254.976	254.976	0	0	0
MINISTERIO DO TURISMO	432.352	432.352	0	0	0
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	84.463	84.463	0	0	0
MINISTERIO DAS CIDADES	1.299.469	1.299.469	0	0	0
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	23.255	23.255	0	0	0
TOTAL	8.671.639	8.671.639	706	0	0
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2013)			656.094.218		
% em relação à RCL do ano anterior	1,32%	1,32%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação preliminar da Saúde no total (§ 1º do artigo 52º da LDO)	51,65%	51,65%	0,00%	0,00%	0,00%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
* Anexo incluído no mês de fevereiro de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, que determina o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 3ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA da 3ª Sessão de Turma da 80ª Caravana da Anistia, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 01 de abril de 2014, a partir das 16h00, no Armazém da Utopia, Avenida Rodrigues Alves, Armazém 6 do Cais do Porto, Rio de Janeiro/RJ, realizar-se-á Sessão da Comissão de Anistia

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator
1.	2010.01.68126	A	LEDA MONTENEGREGO RAIMUNDO	Conselheira Caroline Proner

A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.005644/2004-07
Representante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Representada: Cooperativa de Atendimentos Médicos do Sul do Estado do Espírito Santo
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 27 de março de 2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.008739/2007-17
Representante: SDE ex-officio
Representado: Unimed de Itabuna
Advogados: José Humberto Ramos Martins, Adison Santana de Araújo e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 27 de março de 2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.002716/2001-11
Representante: Walberg Comunicações Ltda.
Representada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Mariana Villela Marco Antônio Bezerra Campo, Fábio Vicenzi e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 27 de março de 2014.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.000170/2011-28
Requerentes: Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Estacionamentos Cinelândia S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antônio Tadeu Exposto Jr., Luís Bernardo Coelho Cascão e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a com a imposição das obrigações constantes do voto, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 27 de março de 2014.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 27 de março de 2014

Nº 338 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.001273/2010-24. Representante: SDE ex officio. Representados: 1) Astéria Incorporações e Construções Ltda.; 2) Aquecedor Solar Transsen Ltda.; 3) Tuma Instalações Térmicas Ltda.; 4) Associação Brasileira de Refrigeração, Ar condicionado, Ventilação e Aquecimento - Abrava; 5) Enalter Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.; 6) Bosch Termotecnologia Limitada (nova denominação de Heliotek Máquinas e Equipamentos Ltda.); 7) Sol Tecnologia em Energias Renováveis e Obras Ltda. (antiga Soletrol Tecnologia em Energias Renováveis e Obras Ltda.); 8) José Ronaldo Kulb; 9) Paulo Sérgio Ferrari Mazzon. Advogados: Kleber Leite Siqueira; Paulo Henrique de Souza Freitas; Fábio de Carvalho Caporali; Silvia Amélia Borges Pizarro Siqueira; Mauro Moreira Oliveira Freitas; Pedro Paulo Salles Cristofaro; Natalie Sequerra Mariani; Daniel Ávila Vio; José Orivaldo Peres Jr.; Sérgio Elias Aun; Stefanie Christine Schmittd; Ricardo Noronha Inglez de Souza e outros. Acolho a Nota Técnica nº 087/2014, aprovada pelo Coordenador-Geral de Análise Antitruste 6, Dr. Ravvi Augusto de Abreu C. Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 087/2014, sugiro o arquivamento do Processo Administrativo em relação a todos Representados por entender pela insuficiência de indícios necessários para a comprovação das condutas imputadas aos mesmos. Assim, nos termos do art. 74 da Lei n.º 12.529/2011 e art. 156, §1º, do Regimento Interno do Cade, remetam-se os autos ao Tribunal Administrativo do Cade para julgamento. Ao Setor Processual.

Nº 340 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.006685/2004-11. Representante: SDE ex officio. Representados: Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal - SINCODIV-DF, Roberto de Oliveira Lima, Luis Fernando Machado e Silva, Autohaus DF Comércio de Veículos e Peças Ltda., Bali - Brasília Automóveis Ltda., Brasal - Brasília Automóveis Ltda., Brasal Importados Ltda., Brasília Motors S/A, Govesa Brasília Veículos Ltda. (sucessora de Bravesa - Brasília Veículos S/A), Coima Veículos Ltda., C.V.P Comercial de Veículos e Peças Ltda., Dakar Automóveis Ltda., DF Veículos Ltda., Disbrave Dist. Brasília de Veículos S/A, Esave Veículos, Grand Premier Veículos Ltda., Jorlan S.A. - Veículos Automotores Imp., Kyoto Star Motors Ltda., Moto Agrícola Slavieiro S/A, Nara Veículos Ltda., OK Automóveis Peças e Serviços Ltda., Olympique - Distribuidora de Veículos, Orca Veículos Ltda., Planeta Veículos Ltda., Premier Veículos Ltda., Premiere Distribuidor de Veículos Ltda., Quality Hyundai Veículos Peças e Serviços Ltda., Saga S/A Goiás de Automóveis, Saint Moritz Distribuidor de Veículos, Smaff Automóveis S/A, Taguauto - Taguatinga Autom. e Serv. Ltda., Tecar DF Veículos e Serviços Ltda., Única Brasília Automóveis Ltda., Welt Motors Ltda.. Advogados: Vandir Apparecido Nascimento; Eric Hadmann Jasper e outros; Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, Raquel Cândido e outros; Sandro Ribeiro e outros; Daniele Martins Mesquita Malcotti; Patricia Limongi Pinto Coelho e outros; Luiz Gustavo Muglia e outros; Flávio Lemos Belliboni e outros; Heribaldo Macêdo e outros; Rafael Clemente Silva; Monica Ponte Soares e outros; Fabrícia de Morais Belo e outros; Hermano Camargo Jr. E outros; Carlos Eduardo de Souza Félix e outros; Flávia Alves Gomes Bezerra; Marcelo Borges Fernando e outros; Frederico Augusto Auad de Gomes e outros; Paulo Eduardo Ribeiro Soares e outros; Antonio Pompeo de Pina Neto; Rodrigo Gertrudes, Jaciara Valadares e outros; Rogério Augusto Ribeiro de Souza e outros. Acolho a Nota Técnica nº 088/2014, aprovada pelo Sr. Coordenador-Geral de Análise Antitruste 6, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 088/2014, decido: (i) pelo indeferimento do pedido de reconsideração apresentado pelo Representado Saint Moritz, por falta de amparo legal nos termos acima referidos; (ii) pelo indeferimento do pedido genérico, formulado pelo Representado Welt Motors, de depoimento pessoal de todos os Representados nos autos, dos dirigentes atuais do SINCODIV-DF e das testemunhas por não atender as especificações legais constantes no Despacho nº 150 de fls. 4661/4662, nos termos do caput do artigo 151 da Resolução CADE nº 1/2012; (iii) pelo deferimento do pedido de depoimento pessoal, formulado pelo Representado Welt Motors, dos Representados Roberto de Oliveira Lima e Luis Fernando Machado e Silva, dirigentes do SINCODIV-DF à época dos fatos; e (iv) pelo deferimento do pedido formulado pela Govesa Brasília Veículos para que as informações acrescidas pelas testemunhas Alexandre Moreira Porto, Francisco de Assis da Silva Oliveira e Carlos Alberto Lacerda Virgulino sejam prestadas por escrito e encaminhadas via postal. Com isso, determino o encaminhamento de ofícios, com os quesitos formulados pela Representada Govesa Brasília Veículos, às pessoas acima descritas e intimo os Representados Roberto de Oliveira Lima e Luis Fernando Machado e Silva para que compareçam à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, localizada na SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, 2º andar, sala de reuniões, Ed. Carlos Taurisano, Cep: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, na data de 11 de abril de 2014, às 10:00 horas e 11:00 horas, respectivamente, para prestarem depoimento pessoal. Ficam todos os Representados intimados do local, data e horário da tomada de depoimentos dos Representados supracitados. Ao Setor Processual.

Nº 341 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.000519/2014-16. Requerentes: TPI-LOG S.A. e Logz Logística Brasil S.A. Advogados: Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tamara Dumoncel Hoff e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 342 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.001530/2014-01. Requerentes: Plastic Components and Modules Automotive S.p.A. e Faurecia Automotive do Brasil Ltda. Advogados: Lauro Celidonio Neto, Frederico Carrilho Donas e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 343 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.002307/2014-73. Requerentes: Cargill Agrícola S.A. e Unilever Brasil Ltda. Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio e André Cutait de Arruda Sampaio. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 6.061, de 15 de março de 2007, e com base no Edital de Chamamento Público nº 001/2013 - SENAD/MJ torna pública a habilitação e pré-qualificação (Fase 1) do referido edital, conforme os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria Senad nº 55/2013, de 18 de setembro de 2013, retificada no DOU nº 185, de 24 de setembro de 2013 nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam habilitadas e pré-qualificadas, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2013, as seguintes entidades:

CNPJ	Nome da Instituição	Nº do Processo	Vagas*
04.327.366/0002-01	CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL BEIJA-FLOR	08129.012016/2013-53	25ADF
03.357.056/0001-96	COMUNIDADE VIDA NOVA	08129.012066/2013-31	17 ADM

*ADM: ADULTO MASCULINO. ADF: ADULTO FEMININO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 9 de julho de 2010

DESPACHO Nº 4429-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, de 21/10/2009. Protocolo nº 08708.000856/2007-12.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.
I. Trata-se de recurso interposto contra decisão em processo administrativo iniciado com o Auto de Constatação de Infração - ACI N° 016/07, lavrado pela CV/DPF/MOC/MG em face do Banco do Nordeste do Brasil - Agência Joaíma, Joaíma/MG, CNPJ: 07.237.373/0060-80, tendo em vista não ter obtido aprovação do plano de segurança apresentado, infringindo disposições da Lein° 7.102/83 (art. 1°) e da Portaria n° 387/06-DG-DPF (art. 133, inc. III). II. No parecer n° 4659/09-ASS/CCASP/CGCSP (fls. 12/14), pugnou a assessoria pela aplicação da pena de interdição do estabelecimento, sugestão acolhida pela Presidente em exercício da CCASP, ouvido o colegiado. III. Com fulcro no parecer n° 2560/2010-DELP/CGCSP, que adoto como f undamento para decidir, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, convertendo a penalidade interdição do estabelecimento financeiro em multa no importe de 11.667 UFIR. IV. Retorne-se à DPF/MOC/MG para ciência do recorrente e demais providências necessárias.

Em 20 de março de 2014

DESPACHO Nº 1440- REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n - HSBC, de 15/03/2010. Protocolo nº 08502.002413/2010-60.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO HSBC BRASIL S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 48/51, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente..

DESPACHO Nº 1441-REFERÊNCIA: Auto de Fiscalização nº 11/2010 -, de 17/02/2010. Protocolo nº 08796.000426/2010-46.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - Ag. 1631.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 49/52, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1442-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 037 - DELESP/SR/DPF/ES, de 13/04/2010. Protocolo nº 08285.022059/2010-00.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO UNIBANCO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 19/22, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1443-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº S/N - HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, de 08/03/2013. Despacho nº 490 - DIREX/DPF, de 18/03/2013. Protocolo nº 08796.001348/2010-05.ASSUNTO: Recurso hierárquico. Segurança Privada.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO - Ag. Fernandópolis.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 53/56, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1444-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 45 - CV/DPF/SJK/SP, de 29/06/2010. Protocolo nº 08514.005768/2010-71.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 17/20, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1445-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/b -, de 30/03/2010. Protocolo nº 08420.012538/2010-16.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Auto de Constatação de Infração e Notificação nº 025/2010. Segurança Privada.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A - BC Múltiplo - Ag. Mossoró/RN.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 37/41, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente..

DESPACHO Nº 1446-REFERÊNCIA: Auto de Fiscalização nº 07/2010 - DELESP/AC, de 12/04/2010. Protocolo nº 08220.005122/2010-90.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 33/37, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1447-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 02 - CV/DPF/DVS/MG, de 19/04/2010. Protocolo nº 08124.001469/2010-51.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A..
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 24/26, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF
para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1448-REFERÊNCIA: Recurso Administrativo nº s/n -, de 04/05/2010. Protocolo nº 08452.001686/2010-20.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Parecer de propositura de penalidade administrativa. Segurança Privada.
INTERESSADO: UNIBANCO - CARAZINHO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 17/20, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1450-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 027 - DELESP/SR/DPF/ES, de 19/03/2010. Protocolo nº 08285.010619/2010-75.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 21/23, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1451-REFERÊNCIA: Auto de Fiscalização nº 16 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, de 10/08/2010. Despacho nº 1449 - GAB/DPF, de 20/03/2014.
Protocolo nº 08475.020905/2010-10.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S/A - PORTO VELHO/RO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 20/23, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1452-REFERÊNCIA: Auto de Fiscalização nº 177 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 24/06/2010 Protocolo nº 08455.060466/2010-16.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: UNIBANCO S/A - Agência Barra Shopping.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 20/23, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1453-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 236 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 01/12/2009. Protocolo nº 08455.090787/2009-01.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 76/82, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1454-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 44 - DPF/URA/MG, de 23/11/2010. Protocolo nº 08353.004597/2008-39.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A(PAB FOSFERTIL - TAPIRA).
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 30/33, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1455-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 109 - SR/DPF/GO, de 14/06/2010. Protocolo nº 08295.019498/2010-16.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A- Ag. Anicuns/GO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 23/27, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente..

DESPACHO Nº 1456-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 245 - SR/DPF/RJ, de 13/07/2010. Protocolo nº 08455.067979/2010-40.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A - PAB COCA-COLA/RJ.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 22/24, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1457-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 246 - SR/DPF/RJ, de 05/11/2009. Protocolo nº 08455.081422/2009-88.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A - AG. SÃO CRISTÓVAO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 43/46, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1458-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 007 - CV/DPF/SJK/SP, de 06/01/2010. Protocolo nº 08514.000021/2010-27.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO UNIBANCO - AG. AVIBRÁS JACAREÍ.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 34/38, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1459-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 4 - DPF/UDI/MG, de 18/01/2010. Protocolo nº 08701.004286/2010-97.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: UNIBANCO S/A - PAB ARCOM.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 30/34, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1460-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 1556 - SR/DPF/MG, de 25/02/2010. Protocolo nº 08350.001556/2010-35.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A- AG. PERSONNALITE SAVASSI.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 33/36, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1461-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 259 - DELESP/SR/SP, de 23/10/2009. Protocolo nº 08512.029083/2009-05.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A - PAB IND. DE MÓVEIS BONATTO.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 70/74, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1462-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 42 - DPF/URA/MG, de 22/11/2010. Protocolo nº 08353.002175/2009-18.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 27/30, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1463-REFERÊNCIA: Auto de Fiscalização nº 024 - CV/DPF/MCE/RJ, de 16/09/2008. Protocolo nº 08461.002938/2008-12.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A..
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 30/32, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1464-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 04 - CV/DPF/ILS/BA, de 22/03/2010. Protocolo nº 08256.001296/2010-76.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A..
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 26/29, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 1465-REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 247 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 05/11/2009. Protocolo nº 08455.081419/2009-64.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S.A. - AG. SÃO LARGO DA PENHA.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 44/47, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

PORTARIA Nº 32.982, DE 25 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do senhor DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Revogar a Portaria nº 12.263/2012-CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U., em 09 de agosto de 2012, tornando-a sem efeito, determinando o arquivamento do feito em provimento ao recurso administrativo interposto pelo Banco HSBC BANK S/A BANCO MUTIPLO-PAB IND MOVEIS BONATTO, CNPJ nº 01.701.201/0200-23, com base no Parecer nº 115/2014-DELP/CGCSP/DIREX, no âmbito do processo nº 08512.029073/2009-61;

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.847, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/8352 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, CNPJ nº 42.124.693/0001-74, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 695, DE 6 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/44 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METROPOLE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.010.446/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 244/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 819, DE 13 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2894 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0196-22, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1840 (uma mil e oitocentas e quarenta) Munições calibre 38

630 (seiscentas e trinta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 825, DE 14 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1542 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALAF GASTRONOMIA E MUSICA LTDA, CNPJ nº 26.430.090/0001-44 para atuar no Distrito Federal.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 836, DE 14 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/9143 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RGB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.933.167/0001-91, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 560/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 868, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/143 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A. TOMIELO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.392.266/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 575/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 897, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/495 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORPAN - ORGANIZACAO PANAMERICANA DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.137.100/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 373/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 914, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/550 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0012-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 493/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 922, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/788 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 226/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 925, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1194 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUADALAJARA SA INDUSTRIA DE ROUPAS, CNPJ nº 06.526.131/0001-93 para atuar no Piauí.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 928, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1374 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0006-44, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 946, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2891 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, CNPJ nº 42.124.693/0001-74 para atuar no Rio de Janeiro.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 951, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10298 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0003-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 256/2014 (CNPJ nº 00.116.506/0003-22); nº 2248/2013 (CNPJ nº 00.116.506/0004-03); nº 2329/2013 (CNPJ nº 00.116.506/0022-95) e nº 2340/2013 (CNPJ nº 00.116.506/0023-76).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 954, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/707 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CVA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 05.696.910/0001-74, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 956, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2984 - DPF/ARS/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOB CONTROLE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 18.205.296/0001-42, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente WEST BRASIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.599.077/0001-79:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente WEST BRASIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.599.077/0001-79:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 958, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/919 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESQUADRAO SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 15.526.210/0001-95, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 964, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/232 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOIASFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.283.018/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 417/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 969, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/515 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTEBANCO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 86.644.697/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 339/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 971, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1830 - DPF/PCA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 09.045.127/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

20 (vinte) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 12

300 (trezentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 976, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2972 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE SEGURANÇA MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 07.258.384/0001-96, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

8 (oito) Revólveres calibre 38

54720 (cinquenta e quatro mil e setecentas e vinte) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

20000 (vinte mil) Gramas de pólvora

54720 (cinquenta e quatro mil e setecentos e vinte) Projéteis calibre 38

6498 (seis mil e quatrocentas e noventa e oito) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

6498 (seis mil e quatrocentos e noventa e oito) Projéteis calibre .380

1000 (uma mil) Buchas calibre 12

69 (sessenta e nove) Quilos de chumbo calibre 12

3612 (três mil e seiscentas e doze) Espoletas calibre 12

1000 (um mil) Estojos calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 977, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3085 - DPF/SAG/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CAMARGO & CONCEIÇÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.498.008/0001-09, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 986, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1151 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETAF CENTRO TARGET DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.114.722/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 480/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 988, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1758 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RONDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 84.649.136/0001-17, sediada em Rondônia, para adquirir:

Da empresa cedente ROCHA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.084.348/0001-30:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ROCHA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.084.348/0001-30:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 993, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10203 - DPF/MII/SP , resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUTODEFESA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.346.665/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 682/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 998, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2638 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0161-39, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

350 (trezentas e cinquenta) Munições calibre 38

300 (trezentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.003, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/530 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FLASH VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.692.312/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 251/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.005, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2430 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.229.363/0001-91, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

9 (nove) Revólveres calibre 38

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380

72 (setenta e duas) Munições calibre 12

1656 (uma mil e seiscentas e cinquenta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 1.006, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/11047 - DPF/SIC/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVIOSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.145.774/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 663/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.009, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1564 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTURION - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.968.564/0001-85, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4000 (quatro mil) Munições calibre 12
42000 (quarenta e duas mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
42000 (quarenta e dois mil) Projéteis calibre 38
8000 (oito mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.011, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1217 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURION - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.968.564/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 673/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.012, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/946 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BSA VIGILANCIA E PROTEÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 12.022.606/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 527/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.014, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1642 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASTER CENTRO AVANÇADO DE TREINAMENTO ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.989.438/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 610/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.023, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2787 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LEAO ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 04.810.550/0001-27 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.028, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4823 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa COSTÃO DO SANTINHO TURISMO E LAZER LTDA, CNPJ nº 04.908.757/0001-39, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2180/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.032, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/517 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOPEVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.014.372/0005-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 308/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.037, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1233 - DPF/MCE/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARMELO SANTOS VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA EPP, CNPJ nº 09.562.296/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 622/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.042, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2774 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 87.060.331/0001-03, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50 (cinquenta) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA Nº 65, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso XX, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, a Unidade Gestora 200229 - COEN/CGRH/PRF/MJ, situada no Setor Policial, Quadra 03, Lote 05, Complexo Sede da Polícia Rodoviária Federal, CEP: 70610-209, Brasília/DF, com a finalidade de realizar atos de gestão orçamentária e financeira, em conformidade ao Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO APARECIDO MORENO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.001451/2014-91, APROVO a transferência da nacional britânica CAROL DAWN COOPER para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenada pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 3, alínea "f", do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Transferência de Presos, assinado aos 20 de agosto de 1998 e promulgado pelo Decreto nº 4.107, de 28 de janeiro de 2002.

PAULO ABRÃO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana ROSALIA GUTIERREZ TOLA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de ROSALIA GUTIERREZ TOLA para ROSALIA GUTIERREZ DE SIRPA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Boliviano ADHEMAR GUTIERREZ FERNANDEZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de ADHEMAR GUTIERREZ FERNANDEZ para ADEMAR GUTIERREZ FERNANDEZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Chileno ERIKO PINTO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de ERIKO PINTO para ERIKO ALEXIS PINTO GUERRA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional angolana ANTONIETA JOAQUIM BRAVO DA COSTA NETO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de ANTONIETA JOAQUIM BRAVO DA COSTA NETO para ANTONIETA JOAQUIM BRAVO DA COSTA TOMAS.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional britânico LO TO WING, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de LO TO WING para TO WING LO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional francês JEAN MARIE JOLY, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de MONIQUE MADELEINE MARIE JOLY para MONIQUE MADELEINE MARIE GUÉRIN.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional mexicano ROBERTO CARLOS CHAPARRO GARCIA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de ESTHELA GARCIA OLIVA para ESTELA GARCIA OLIVA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional português GONÇALO MANUEL BATISTA DIAS GONÇALVES, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de OFELIA DA CONCEIÇÃO R B DIAS GONÇALVES para OFÉLIA DA CONCEIÇÃO RAMALHO BATISTA GONÇALVES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional boliviano JUAN RICHARD SIRPA GUTIERREZ, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de ROSALIA GUTIERREZ TOLA para ROSALIA GUTIERREZ DE SIRPA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Espanhol MIGUEL FONTANET ASIN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de JOAQUIM FONTANET RIBA para JOAQUIN FONTANET RIBA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana SANDRA ROJAS ZEGARRUNDO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de CARLOS ROJAS para CARLOS ROJAS TIPULA e LORENZA ZEGARRUNDO para LORENZA ZEGARRUNDO CHOQUE.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional equatoriano ANDRES XAVIER ANDRADE ANDRADE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de JULIO ANTONIO ANDRADE para JULIO ANTONIO ANDRADE ZAPATA e MONICA DOLORES ANDRADE para MONICA DOLORES ANDRADE CORDOVA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional francês ERWAN JOUSSELME, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome da genitora constante do seu registro, passando de ERWAN JOUSSELME para ERWAN ANDRÉ DANIEL JOUSSELME e o nome da genitora de KARINA ANDREE LUCETTE COMPAGNOT para KARINA ANDREE LUCETTE COMPAGNOT JOUSSELME.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional chinesa WU CUIFEN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de WU CUIFEN para CUIFEN WU e o nome dos genitores de WU AINAN para AINAN WU e XIA ELIAN para ELIAN XIA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional chinesa YE QINGQING, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de YE QINGQING para QINGQING YE e o nome dos genitores de YE YULIANG para YULIANG YE e WU CUIFEN para CUIFEN WU.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional chinês YE YULIANG, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de YE YULIANG para YULIANG YE e o nome dos genitores de YE ZENAN para ZENAN YE e CHEN BINGXIANG para BINGXIANG CHEN.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana JHOVANNA MOSTACEDO CONDORI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada a data de nascimento constante no seu registro, passando de 26/03/1988 para 30/03/1988.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional chilena ELBA ROSA CONTRERAS QUINTANILLA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada a data de nascimento constante no seu registro, passando de 27/06/1933 para 27/07/1933.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Venezuelano MARCOS ANTONIO VIANA LOBATO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado a nacionalidade constante do seu registro, passando de Venezuelana para Portuguesa , sem a perda da nacionalidade primitiva.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Iraquiano RAAID GEORGE HANNA, nos termos ao artigo 43, I, da Lei nº 6.815/80, a fim de que seja alterada a nacionalidade constante do seu registro, passando de Iraquiana para Sueca, sem a perda da nacionalidade primitiva.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos com Averbação de Nacionalidade formulado em favor da nacional alemã CLARA MARINA VON LOEBENSTEIN, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado a nacionalidade e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de alemã para americana, com a perda da nacionalidade primitiva e o nome dos genitores de MICHAEL VON LOEBENSTEIN para MICHAEL ALEXANDER IMRE ALFRED VON LOEBENSTEIN e PATRICIA SALDARRIAGA para PATRICIA MARIA SALDARRIAGA SASIETA.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO o pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente. Processo Nº 08506.005551/2013-11 - ERIC ROHMER.

DEFIRO o pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08460.040681/2011-02 - BARBARA RICHTER.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08311.002291/2013-00 - MARCO RATTI, até 17/12/2015

Processo Nº 08702.008293/2013-09 - MARIA CONCEPCION URANGA CANO, até 14/12/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08230.014479/2013-92 - ANYELET VALENCIA AGUILAR, até 11/02/2015

Processo Nº 08352.004975/2013-51 - DIEGO CARLOS RODRIGUEZ HERNANDEZ, até 08/11/2014

Processo Nº 08352.004976/2013-04 - AMALYN NAIN PEREZ, até 08/11/2014

Processo Nº 08352.004988/2013-21 - EDESANA SOFIA MARQUES DE PINA, até 12/09/2014

Processo Nº 08444.007864/2013-78 - QIUDI MA, até 03/10/2014

Processo Nº 08444.007947/2013-67 - DI WANG, até 05/10/2014

Processo Nº 08444.008980/2013-12 - JORGE MANUEL PABON RODRIGUEZ, até 11/11/2014

Processo Nº 08460.020819/2013-19 - MAXIME FURST, até 24/08/2014

Processo Nº 08460.020867/2013-07 - FLORIAN ALEXIS MARIE JOSEPH GIRSCHIG, até 28/07/2014

Processo Nº 08460.020882/2013-47 - MARIA INES FERREIRA DA COSTA DE ALMEIDA RIBEIRO, até 20/07/2014

Processo Nº 08460.024658/2013-24 - HANNAH MARIE COMBS, até 31/08/2014

Processo Nº 08460.024745/2013-81 - ALVARO FELIPE MACIAS ARAYA, até 03/08/2014

Processo Nº 08460.024749/2013-60 - BERNARD LAMIEN, até 11/08/2014

Processo Nº 08460.024750/2013-94 - OSKAR NORALD NYHEIM SOLBRAEKKE, até 15/08/2014

Processo Nº 08460.024768/2013-96 - JUAN MANUEL GIRAO SOTOMAYOR, até 06/08/2014

Processo Nº 08460.024820/2013-12 - MIRANDA FRANCISCO ZUA TEIXEIRA, até 04/08/2014

Processo Nº 08460.024845/2013-16 - DANIA GONZALEZ MORALES, até 10/08/2014

Processo Nº 08460.024907/2013-81 - JULIO IDALEZIO DE CARVALHO MOTA, até 31/07/2014

Processo Nº 08460.024909/2013-71 - RUI CAETANO DA ROSA BATALHA, até 31/07/2014

Processo Nº 08460.024995/2013-11 - MYO SUN KANG, até 15/08/2014

Processo Nº 08460.025006/2013-15 - JOSE MANUEL DOS SANTOS PENA, até 09/09/2014

Processo Nº 08460.028000/2013-91 - HELMUT ISAAC PADILLA CHAVARRIA, até 10/08/2014

Processo Nº 08495.004734/2013-88 - AFRANIO AGAPITO BOMBA GOMES, até 26/01/2015

Processo Nº 08495.004803/2013-53 - CLAUDIA JOSE ALCANTARA SANTOS, até 20/02/2015.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08000.005200/2012-11 - PIOTR STEFANSKI

Processo Nº 08000.005309/2012-40 - REX NOEL MARIE CARO CATAMIN

Processo Nº 08000.002945/2013-09 - JOGVAN MAGNUSSEN

Processo Nº 08000.008020/2013-63 - PIOTR ANDRZEJ TOMASZEWSKI

Processo Nº 08000.008726/2013-25 - ANDRZEJ ADAM DENISIUK

Processo Nº 08000.014690/2013-19 - PETER JAMES MCLEOD

Processo Nº 08000.015417/2012-21 - DRAGO MARINOVIC

Processo Nº 08000.015438/2012-46 - VIATCHESLAV STATSENKO

Processo Nº 08000.019716/2012-34 - THOMAS MICHAEL RYAN

Processo Nº 08000.023683/2012-27 - EDGARDO LIGUID TORRES

Processo Nº 08000.025843/2012-72 - DAMIAN TOMASZ DZIEDZIC

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.002885/2012-35 - CAO ZHIDE

Processo Nº 08000.002887/2012-24 - ZHEN LIU

Processo Nº 08000.002889/2012-13 - ZHONG XU

Processo Nº 08000.002898/2012-12 - SHEN YOUJUN

Processo Nº 08000.002915/2012-11 - SHENLI ZHANG

Processo Nº 08000.019190/2013-73 - GASANT MARQUARD

Processo Nº 08000.027315/2012-58 - DANILSON DE JESUS CABRAL MONTEIRO.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de estada no País. Processo Nº 08000.018437/2013-34 - LARS OLLE KRISTER HOGLUND.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/01/2014, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021010/2012-32 - ZELITO GABISON MABALA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/01/2014, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.017696/2012-67 - RANIE HUMABON CAGAMPANG PALAC.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/01/2014, Seção 1, pág. 31, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.009348/2013-05 - JORN HARBO PEDERSEN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/01/2014, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.015637/2012-54 - DOUG COHRS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/01/2014, Seção 1, pág. 31, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005104/2013-45 - AZAT TUREGELDIYEV.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/09/2013, Seção 1, pág. 61, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.002233/2013-81 - SUPACHAI POLSIT.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/01/2014, Seção 1, pág. 83, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005056/2013-95 - NIMA SHARIFI.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/09/2013, Seção 1, pág. 44, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.009928/2012-11 - ZBIGNIEW HOLUBOWICZ.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 26/03/2014, publicado no DOU de 27/03/2014, Seção 1, página 28, onde se lê: "MIKE E MOLLY 1ª TEMPORADA" leia-se: "MIKE E MOLLY 3ª TEMPORADA".

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 75, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Cria o Comitê Gestor do Acordo de Cooperação nº 006/2014, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura e a Empresa Norte Energia S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e o que consta do Processo n° 00350.007120/2013-91, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê Gestor do Acordo de Cooperação nº 006/2014, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura e a Empresa Norte Energia S.A, que tem como objeto a promoção do fortalecimento do setor pesqueiro e aquícola, da região sob influência da UHE Belo Monte, mediante ações estruturantes e alavancadoras detalhadas na planilha constante no anexo que compõe o respectivo Acordo.

Art. 2º Ao Comitê Gestor do Acordo compete:

I - acompanhar e implementar os projetos relacionados e derivados do Plano de Trabalho do Acordo;

II - divulgar os resultados provenientes das iniciativas propostas e desenvolvidas no âmbito do Acordo;

III - realizar ata das reuniões para encaminhamento aos partícipes; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - obedecer às disposições de seu Regimento Interno.

Art. 3º O Comitê Gestor do Acordo será composto por um representante titular e suplente, de cada órgão, entidade ou setor a seguir indicado:

I - Ministério da Pesca e Aquicultura, que o coordenará;
II - Empresa Norte Energia S.A;
III - Colônia de Pescadores Z 57 - Altamira;
IV - Colônia de Pescadores Z 12 - Vitória do Xingu;
V - Colônia de Pescadores Z 70 - Senador José Porfírio;
VI - Colônia de Pescadores Z 64 - Porto de Moz;
VII - Colônia de Pescadores Z 77 - Anapú;
VIII - Colônia de Pescadores Z 49 - Gurupá;
IX - Associação de Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira/ACEPOAT; e
X - setor aquícola, a ser indicado por uma entidade de representação regional.

§ 1º Os membros do Comitê, titulares e suplentes, depois de indicados pelos respectivos órgãos, entidades ou Comissão, serão designados por ato administrativo do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, da comunidade científica ou de entidades de classe do setor produtivo.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Comitê fica a cargo da Empresa Norte Energia, que atuará como apoio técnico e operacional e será composta por:

I - um Secretário Executivo; e
II - pessoal de apoio.

Parágrafo único. À Secretaria de que trata o caput caberá secretariar as reuniões, elaborar atas e apoiar administrativamente as atividades do Comitê Gestor do Acordo.

Art. 5º O Comitê Gestor do Acordo reunir-se-á periodicamente, no mínimo uma vez por trimestre, mediante convocação do seu coordenador.

§ 1º O Comitê Gestor do Acordo somente poderá ser instalado na presença de pelo menos metade mais um dos membros.

§ 2º As decisões do Comitê Gestor do Acordo serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 3º Os membros do Comitê Gestor do Acordo poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação, devendo assinar a Ata da respectiva reunião em até 10 (dez) dias úteis.

§ 4º As decisões do Comitê Gestor do Acordo não poderão contrariar as cláusulas dispostas no Acordo de Cooperação nº 006/2014, incluindo seu Plano de Trabalho, cronograma e orçamento previstos.

Art. 6º O Regimento Interno do Comitê Gestor do Acordo deverá ser aprovado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 7º As despesas decorrentes do desempenho das atividades do Comitê Gestor do Acordo ocorrerão por conta das dotações orçamentárias das instituições partícipes.

Art. 8º A participação no Comitê Gestor do Acordo será considerada de relevante interesse público e não ensejarão em remuneração de qualquer natureza.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do desempenho da função de membro do Comitê Gestor do Acordo ocorrerão por conta das dotações dos órgãos, instituições ou entidades que representem.

Art.9º As atividades desempenhadas no Âmbito do presente Comitê Gestor ficam vinculadas à vigência do Acordo de Cooperação nº 006/2014.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

PORTARIA N° 76, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto de 14 de março de 2014, e o que consta na Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 7.077, de 26 de janeiro de 2010, no Anexo I, da Instrução Normativa nº 10, de 14 de outubro de 2011, e no Processo nº 00350.006706/2013-38, resolve:

Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2014, conforme relação no Anexo I.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Portaria MPA nº 423, de 19 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. do dia 23 de dezembro de 2013, seção I, página 92, EXCLUINDO as embarcações: NICACIO DA COSTA, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4430111642 e ITAU COSTA II, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010471778, de propriedade de AMBELINA VALENTIM DA COSTA, CPF Nº 886.641.479-49.

Art. 3º Alterar o Anexo I da Portaria MPA nº 423, de 19 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. do dia 23 de dezembro de 2013, seção I, página 67, EXCLUINDO a embarcação: ROCHA III, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 0210984538 , de propriedade de FRANCISCO DA SILVA ROCHA, CPF Nº 166.043.421-15.

Art. 4º Alterar o Anexo I da Portaria MPA nº 05, de 16 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. do dia 17 de janeiro de 2014, seção I, página 86, EXCLUINDO a embarcação: CALAMAI II, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 3810447056, de propriedade de LUCINEIDE MARTINS DOS SANTOS, CPF Nº 417.389.937-87.

Art. 5º Habilitar as empresas para fornecimento de óleo diesel as embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, referente ao período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2014, conforme relação no Anexo II.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

ANEXO I

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Amapá - SINDIPAM				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
CLOVIS DA CRUZ CAMPOS 013.531.532-82	MARMITA 0220086087	AP00222568	21.282,30	10.875,26
EDENILTON FONTEL DE OLIVEIRA 841.679.392-15	COMTE ALEX 0220090114	AP00221030	7.203,24	3.680,86
JAZANIAS DA SILVA GARCIA 900.141.892-91	J. GARCIA 0220085820	AP00220964	5.893,56	3.011,61
JOELSON DA SILVA MENDONÇA 660.068.642-15	COMTE VINICIUS 0220086923	AP00220998	22.591,98	11.544,50
JOSE ROBERTO DA COSTA GURJAO 388.540.902-04	COMTE JHONATAN 0220078742	AP00221756	5.893,56	3.011,61
JUVENILDO VIEIRA CRUZ 662.555.202-00	COMTE MAYAN 0220092028	AP00211437	37.325,88	19.073,52
MANOEL PIRES DA COSTA 316.260.682-91	EDINHO 0220051381	AP00198986	5.893,56	3.011,61
MAURICIO DA ROCHA PINHEIRO 736.757.922-34	SIGA COM DEUS 0220067872	AP00218407	5.893,56	3.011,61
MIRIAN DO SOCORRO ASSUNCAO RIBEIRO 759.290.402-06	ANDREY NETO 0220089159	AP00221424	22.591,98	11.544,50
ROSIMAR BRANCO CARDOSO 119.009.032-53	COMTE PEDRO PAULO 0220080534	AP00218305	2.946,78	1.505,80
TOTAL	10		137.516,40	R$ 70.270,88

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Espírito Santo- Colônia de Pescadores Z-03				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADEMIR DOBROWOSKI 991.823.357-53	FERNANDO ED 3420047240	ES00077907	5.546,88	2.751,25
ANA CLÁUDIA ASSUMPÇÃO SEMIÃO 070.682.187-41	NICULAS 3420032803	ES00087928	8.580,33	4.255,84
ANDRE PRADO MARQUES DOS REIS 038.015.107-35	BLUE MARLIN I 3420048343	ES00073037	10.487,07	5.201,59
ANTONIO QUEIROZ GONCALVES 803.163.607-91	GUERREIROS DA LUZ 3410384855	ES00146537	12.203,14	6.052,76
CARLOS ALBERTO DIAS VIEIRA 808.586.357-04	TRISTAR 3420045468	ES00025450	12.480,48	6.190,32
CARLOS ANTONIO RODRIGUES CARDOSO 787.753.457-49	LAERCIO 3420043911	ES00135840	6.656,26	3.301,50
CELSON RIBEIRO PIMENTA 470.730.717-53	HELOIM 3410384341	ES00133778	4.067,71	2.017,59
CLAUDIO CAPISTRANO SIMAS 111.271.417-08	REIZINHO I 3410150099	ES00023548	5.616,22	2.785,64
CREUSA LOPES SIMAS 017.010.017-05	RENAMAR 3420045034	ES00023550	3.432,13	1.702,34
GEORGE BERNARDO MABILIO 969.565.264-68	ANNA MABILIO 3410241566	ES00109499	6.656,26	3.301,50
HILTON MOTTA FILHO 619.342.167-04	SEA DIVER 3420052626	ES00151560	10.169,28	5.043,96

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IVANILSON ALVES TEIXEIRA 103.946.277-41	IST II 3850004252	ES00080256	8.580,33	4.255,84
JOILDO DEOCLECIO BORGES 450.625.107-59	DOCE CANTO I 3410240357	ES00129027	1.637,10	812,00
JORGE IVAIR RIBEIRO 877.333.827-34	FLOR DO MAR 3420012471	ES00130958	44.375,04	22.010,02
JORGE IVAIR RIBEIRO 877.333.827-34	LEBLON 3420039751	ES00133786	3.274,20	1.624,00
JOSÉ ALTINO BONI 046.222.227-60	PANORAMA 3420042426	ES00129039	8.135,42	4.035,17
JOSÉ ALTINO BONI 046.222.227-60	PANORAMA I 3410236155	ES00131998	44.375,04	22.010,02
JOSÉ NASCIMENTO DA COSTA 621.596.907-91	CINCO IRMAOS 3420036795	ES00127027	3.389,76	1.681,32
JOÃO PEREIRA RIBEIRO 049.629.407-59	SAGU 3420045379	ES00105347	6.656,26	3.301,50
JOÃO RIBEIRO ARAGÃO 886.647.597-15	FIEL E DEUS 3410234942	ES00123055	6.656,26	3.301,50
JOÃO VICENTE COUTINHO 451.049.217-00	ADALBERTO 3420043716	ES00070905	6.656,26	3.301,50
LAUZA DOS SANTOS 001.540.057-38	AMANDA E EMILY 3420041942	ES00104709	6.656,26	3.301,50
LUCIANO DE MATOS RIBEIRO 001.770.097-30	PRINCIPE DA PAZ II 3410230432	ES00167775	29.467,80	14.616,03
LUCIANO DE MATOS RIBEIRO 001.770.097-30	PRINCIPE DA PAZ III 3410237208	ES00163759	42.564,60	21.112,04
LUIZ HENRIQUE DA SILVA 005.127.247-41	CEU MAR 3410231323	ES00042024	39.290,40	19.488,04
MARCILENE CARNEIRO CHAGAS BELO 104.055.807-03	CASO VERDADE 3420041870	ES00062080	8.580,33	4.255,84
MARCIO MASCARENHAS DE OLIVIERA 783.458.637-87	ALMIRANTE JACEGUAI 3420030118	ES00110286	7.395,84	3.668,34
MONICA FERNANDES DA SILVA VAILANT 082.150.557-29	SOL DE VERAO I 3420043953	ES00163721	10.169,28	5.043,96
NATALICIO FRANCISCO MANHAES 710.392.107-59	VERDES MARES 3420047436	ES00081038	8.580,33	4.255,84
NEIDE DUARTE 558.321.307-82	TROFÉU BRASIL 3410235841	ES00104925	7.203,24	3.572,81
RODRIGO BELLO DOS REIS 078.602.377-50	GAROTO DE CRISTO 3410386742	ES00151628	8.135,42	4.035,17
SERGIO VICENTE RIBEIRO 488.596.217-04	KAYKAN 3420039514	ES00141389	44.375,04	22.010,02
VALDEMIRO DA SILVA 479.707.407-82	TUPI DO MAR 3420040865	ES00142779	2.773,44	1.375,63
TOTAL	33		434.823,39	R$ 215.672,40

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Espírito Santo- Associação dos Pescadores Pontal - APESP

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
AGNALDO GOMES ROCHA 015.445.527-00	RUTE I 3850009751	ES00008164	6.240,24	3.095,16
ANTÔNIO CLAUDINO DE ALIARES 635.069.987-49	RUTE 3410230564	ES00008150	5.616,22	2.785,64
DEMECI RIBEIRO DOS SANTOS 493.194.777-87	MIMO 3870043148	ES00087198	7.150,28	3.546,54
EDSON DE SENA CARDOZO 008.135.687-06	CHEGADO 3420052685	ES00008256	8.580,33	4.255,84
ELIMARIO FERNANDES DE SENNA 077.632.677-55	CRUZADOR 3410232168	ES00015995	19.968,77	9.904,51
ESAU ALVES DA SILVA 031.132.047-39	AQUANALTA 3410384618	ES00136258	10.169,28	5.043,96
FRANCISCO RIBEIRO TEIXEIRA 091.593.787-51	LAURA MAR II 3420038551	ES00083990	5.893,56	2.923,21
GENIVAL COIMBRA DE SENA 009.754.597-08	VERIDIANE 3870053429	ES00008408	8.580,33	4.255,84
GEOVAN FERNANDES ALVES 117.163.917-17	SHARA 3410238310	ES00175414	27.830,70	13.804,03
GEREMILTON GOMES DA SILVA 034.629.077-51	SOL NASCENTE I 3850000451	ES00163507	10.487,07	5.201,59
GILNEI DA SILVA GARCIA 083.803.837-96	BARRA NOVA 3410231820	ES00133918	21.282,30	10.556,02
GILSON MENDES 353.892.657-34	PROVER 3420048564	ES00090165	10.487,07	5.201,59
HUMBERTO PEREIRA GONÇALVES 999.516.497-34	LORENA MAR 3410230459	ES00008318	8.580,33	4.255,84
IELSON MOTA DOS SANTOS 732.343.627-34	CHAMA VIVA 3850000150	ES00074419	28.601,10	14.186,15
IZAQUE VIANA DA ROCHA 020.124.607-47	VOO LIVRE 3420044445	ES00008198	6.864,26	3.404,67
LEANDRO MATTOS SANTOS 108.831.217-94	LUTADOR II 4030096000	ES00151588	5.546,88	2.751,25
LEVI DE OLIVEIRA FERNANDES 982.142.927-00	PROVERBIOS 3410237682	ES00101621	22.264,56	11.043,22
LUCIANO MACHADO 940.974.107-68	ILUSTRE 3420042248	ES00079977	10.487,07	5.201,59
MANOEL CARLOS DIAS CARNEIRO 947.479.547-91	PAI 3420043856	ES00088798	15.730,61	7.802,38
MARCELO PINHO MOTA 017.926.907-03	BUMERANGUE I 3410238255	ES00134936	10.169,28	5.043,96
MAURO GOMES 093.177.697-05	DAVI 3410233245	ES00008268	15.730,61	7.802,38
MILTON DE SOUZA TEIXEIRA 324.538.097-68	GUARULHOS 3420040946	ES00018209	10.296,40	5.107,01
ODAIL DOS SANTOS GOMES 751.259.357-00	MACTIRE 3420048025	ES00008326	4.766,85	2.364,36
REINALDO COIMBRA VIANA 742.791.307-87	LEAO DO MAR 3420040351	ES00008016	5.616,22	2.785,84
SEBASTIANA FERREIRA DA SILVA 022.588.227-26	BEIRA DAGUA 3410229906	ES00014851	10.296,40	5.107,01
VALCINEI PAES ARANHA 108.723.587-12	JOIA RARA 3410237674	ES00175258	24.556,50	12.180,02
VALDEMIR MARQUES MARVILLA 081.539.747-00	VALMIR I 3410241078	ES00109115	22.187,52	11.005,01

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VANEILDO MARVILA ROCHA 088.274.367-82	PORTO SEGURO I 3850010554	ES00008100	6.864,26	3.404,87
WELLINGTON MIGUEL DE PAIVA 773.004.676-87	ATLANTICO II 3850004864	ES00014611	5.616,22	2.785,64
TOTAL	29		356.461,19	R$ 176.804,75

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Ceará - COOPACE				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
EDILSON TUMAZ DOS SANTOS 382.476.663-91	LIBERDADE III 1810040914	CE00020208	12.480,48	6.346,32
FRANCISCO WELLINGTON MAIA FILHO 061.950.564-80	DIEGO 1620016940	CE00039131	34.321,32	17.452,39
JOSÉ FERREIRA DE SOUSA 002.333.583-15	IRLA VANESSA 1620016737	CE00018697	20.904,80	10.630,09
LUCIANO AFONSO DA COSTA 700.476.263-72	ISAIAS 1620003775	CE00095797	16.848,65	8.567,54
MATILDE IZIDIO MONTEIRO 164.629.633-87	MARCIO 1620013550	CE00026410	18.720,72	9.519,49
PEDRO JORGE DOS SANTOS 697.708.243-72	RAÇA NEGRA 1620022028	CE00023226	5.616,22	2.855,85
RAIMUNDO TEODORO DOS ANJOS 248.041.693-34	OS ASTROS 1620016338	CE00026496	13.104,50	6.663,64
TOTAL	07		121.996,69	R$ 62.035,32

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Pará -SINPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
J. K. PESCA LTDA 03.656.940/0001-21	TONAMI I 0210227842	PA00042334	202.591,13	103.524,06
J. K. PESCA LTDA 03.656.940/0001-21	TOYAMA 0210269286	PA00042356	202.591,13	103.524,06
J. K. PESCA LTDA 03.656.940/0001-21	TOYAMA I 0210199440	PA00006200	154.922,63	79.165,46
TOTAL	03		560.104,88	R$ 286.213,59

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Pará -SINDIPAM - PA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
JUSCELINO FIALHO DE MESQUITA 306.480.503-78	PATRÍCIA VIII 1630038776	PA00011751	36.016,20	18.404,27
JUSCELINO FIALHO DE MESQUITA 306.480.503-78	SAM SEBASTIAN II 0210298502	PA00006426	37.325,88	19.073,52
JUSCELINO FIALHO DE MESQUITA 306.480.503-78	SAN SEBASTIAN IV 0210270098	PA00101825	17.680,68	9.034,83
TOTAL	03		91.022,76	R$ 46.512,63

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Piauí - SINDIPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA 321.768.303-00	SOMARIMAR 1410107949	CE00025138	29.953,15	15.231,18
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES 462.650.073-00	SORRISO DO MAR 1410109143	PI00001764	17.160,66	8.726,19
RAIMUNDO ARAUJO ROCHA 286.189.803-82	CAIO VICTOR 1630039101	PI00017965	28.081,08	14.279,23
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	NETURNO 1630038423	PI00046528	45.241,74	23.005,42
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	PORTA DO CEU 1630040720	PI00046548	36.016,20	18.314,24
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	RAÇA DO SENHOR 1630040711	PI00046606	47.475,90	24.141,50
TOTAL	06		203.928,73	R$ 103.697,77

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Rio Grande do Norte- SINDIPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
A. A. COUTO TRANSPORTES MARITIMOS LTDA 04.372.832/0001-90	LEAL SANTOS 7 0220030413	RN00081448	139.153,50	70.759,55
A. A. COUTO TRANSPORTES MARITIMOS LTDA 04.372.832/0001-90	MUCURIPE III 0210226641	PB00118280	122.782,50	62.434,90
A. A. COUTO TRANSPORTES MARITIMOS LTDA 04.372.832/0001-90	TRANSMAR I 1610055462	RN00006798	85.129,20	43.288,20
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA 14.419.108/0001-28	NATAL PESCA IX 1610039581	PA00042178	65.215,52	33.162,09
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA 14.419.108/0001-28	RIO JAPURÁ 0210163151	PA00105889	139.153,50	70.759,55
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA 14.419.108/0001-28	TUNASA I 0210214996	RN00006214	106.411,50	54.110,25
TOTAL	06		657.845,72	R$ 334.514,55

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Rio Grande do Sul - SINDIPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
DAGOBERTO PRIETSCH PONTES 682.184.780-00	SAO PEDRO VI 4450084993	SC00047228	55.661,40	28.025,51
JADER NUNES MENDES 055.002.879-07	DOM MANOEL XVIII 4430091340	SC00146827	178.756,88	90.004,09

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JOSÉ ARTUR MOITA BICHO 123.533.100-87	DOM CAETANO IV 4610096692	RS00006088	94.951,80	47.808,23
PEDRO DIONIZIO NEITZKE RODRIGUES 594.601.990-20	IZADORA I 4610095181	RS00196808	78.580,80	39.565,43
PEDRO DIONIZIO NEITZKE RODRIGUES 594.601.990-20	LAIZ 4630034056	RS00109177	63.846,90	32.146,91
TOTAL	5		471.797,78	R$ 237.550,18

Frota Pesqueira em Operação no Estado do Rio de Janeiro -SAPERJ				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO 084.378.207-23	CALAMAI II 3810447056	RJ00170394	138.238,65	67.543,40
RONALD SOARES CAMARA E OUTROS 005.669.707-40	CENTAURO F II 3810358444	RJ00040146	143.005,50	69.872,49
TOTAL	02		281.244,15	R$ 137.415,89

Frota Pesqueira em Operação no Estado de Santa Catarina - SINDIPI				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADELSON MANOEL 826.910.459-00	FAISÃO A 4010307331	SP00038387	138.238,65	68.911,97
ALIRIO JOSE DOS SANTOS FILHO 665.114.029-91	CRISTO REI C 4430111278	SC00011157	104.774,40	52.230,04
AVIR JOSE ALVES 162.032.839-91	VÔ GENESIO 4420222883	SC00162997	98.226,00	48.965,66
DULCEMAR ANASTACIO COSTA E OUTRA 559.991.909-91	COSTA NEVES I-CN 4010471778	SC00009968	154.922,63	77.228,93
FEMEPE CAPTURA DE PESCADOS LTDA 10.013.491/0001-69	FERREIRA IX 4430079251	SC00012977	95.529,60	47.621,51
HILDO MANOEL MARQUES 288.391.889-91	WAGNER M 4430111651	SC00041408	88.403,40	44.069,09
JOSUE LOTE AMORIM 459.846.629-49	MAR DO LESTE 4430067333	SC00010205	143.005,50	71.288,24
JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS 799.724.389-53	ASTRO SOL I 4430119911	SC00011037	94.951,80	47.333,47
MARIA HELENA VITALI E OUTRA 520.669.329-49	NICACIO DA COSTA 4430111642	SC00010361	166.839,75	83.169,62
MARTINHO CESAR AUTH 894.647.619-20	EDSON MATHEUS III 4430082154	SC00013165	110.937,60	55.302,39
THOMAZ COSTA DE CARVALHO 077.749.749-20	SONI C 4010045515	SC00013189	110.937,60	55.302,39
VALMIR FABRICIO PERON 939.855.339-20	PRIMAVERA XVII 4430091056	RS00005358	138.715,34	69.149,59
VALMIR FABRICIO PERON 939.855.339-20	VO SILVESTRE I 4430091803	SC00149207	152.539,20	76.040,79
WILSON CABRAL 216.085.719-04	CABRAL VII 4430117772	SC00013259	169.488,00	84.489,77
TOTAL	14		1.767.509,46	R$ 881.103,47

Frota Pesqueira em Operação no Estado de Santa Catarina -SINPESCASUL				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
JADER NUNES MENDES 055.002.879-07	DOM MANOEL XX 4430083193	SC00041170	138.238,65	68.911,97
LAGO PESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA 78.613.486/0001-20	DOM MANOEL XXIV 4430091251	SC00093821	152.539,20	76.040,79
LAGO PESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA 78.613.486/0001-20	DOM MANOEL XXV 4430091269	SC00093835	152.539,20	76.040,79
PESCAR CAPTURA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA 17.565.548/0001-81	DOM ISAAC XIII 4410137425	SC00013095	107.856,00	53.766,22
TOTAL	4		551.173,05	R$ 274.759,77

Frota Pesqueira em Operação no Estado de Santa Catarina -Colônia de Pescadores Z-25				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADILSON LAUDELINO DA SILVA 790.092.399-34	CANOA DO TARZAN 4420183641	SC00054305	7.203,24	3.590,82
ALTAIR BERNARDO DE SOUZA FILHO 770.748.079-15	ALEXANDRA S 4430474532	SC00051205	14.733,90	7.344,85
AMILTON DOS SANTOS 690.476.189-04	EDUARDO III 4410449630	SC00055245	5.893,56	2.937,94
RONALDO GONÇALVES ROCHA 058.464.279-28	LEATRICE 4418899570	SC00157998	7.858,08	3.917,25
TOTAL	04		35.688,78	R$ 17.790,86

Frota Pesqueira em Operação no Estado de São Paulo- Colônia Z-14				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
RICARDO MARTINS 898.450.059-34	MATO VERDE 4430092699	SC00007724	21.450,83	10.588,13
TOTAL	01		21.450,83	R$ 10.588,13

Anexo II

Razão social	CNPJ	UF DE CREDENCIAMENTO
AUTO POSTO VERÃO LTDA	03.333.555/0001-43	ES
LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PE	02.805.889/0001-00	SE
POSTO DE COMBUSTIVEIS SALINAS LTDA	29.244.142/0001-86	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 423, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de dezembro de 2013, na Seção 1, páginas: 87 e 88, do Sindicato dos Pequenos Armadores dos Estados do Ceará e Piauí: Sindipesca/PI, onde se lê:" PILOTO, com previsão de consumo: 45.761,76 e previsão de valor: R$ 23.462,05", leia-se:" PILOTO, com previsão de consumo: 48.621,87 e previsão de valor: R$ 24.928,43; onde se lê:" PRINCESA YASMIN, com previsão de consumo: 45.761,76 e previsão de valor: R$ 23.462,05" leia-se:" PRINCESA YASMIN, com previsão de consumo: 54.914,11 e previsão de valor: R$ 28.154,46; onde se lê:" FALCÃO, com previsão de consumo: 38.134,80 e previsão de valor: R$ 19.551,71" leia-se:" FALCÃO, com previsão de consumo: 45.761,76 e previsão de valor: R$ 23.462,05; onde se lê:" MONTE SINAI, com previsão de consumo: 42.901,65 e previsão de valor: R$ 21.995,68" leia-se:" MONTE SINAI, com previsão de consumo: 51.481,98 e previsão de valor: R$ 26.394,81, onde se lê: "2.366.969,26", leia-se: "2.395.189,01"; onde se lê: "R$ 1.213.545,14", leia-se: "R$ 1.228.013,40",na página: 90, do Sindicato da Indústria da Pesca, Doces e Conservas do Estado do Rio Grande do Sul: Sindipesca/RS, onde se lê: "TOTAL 79", leia-se: "TOTAL 78",na página: 112, da Colônia de Pescadores Z-14/SP, no Anexo I, onde se lê: "GABRIELA XXI, inscrita na Capitania dos Portos sob o número: 4030011791 e contendo o número de inscrição RGP: SP00078351", leia-se: "GABRIELA XXI, inscrita na Capitania dos Portos sob o número: 4030117911 e contendo o número de inscrição RGP: SP00078347",

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 23, DE 12 DE MARÇO DE 2013

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, na Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, na Portaria SEMOC/MPA nº 80, de 6 de setembro de 2013, e do que consta do processo nº 00350.000371/2014-25, resolve:

Art. 1º Determinar, com fundamento no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Instrução Normativa MPA nº 15, de 22 de outubro de 2013, e na Portaria SEMOC/MPA nº 80, de 6 de setembro de 2013, o cancelamento de todas as licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, que não apresentaram recurso administrativo no âmbito do procedimento de atualização e substituição das licenças no mês de abril de 2013, em conformidade com os prazos estabelecidos nas normas.

Art. 2º A relação nominal, com o respectivo motivo do cancelamento, será divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada nas sedes das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura.

Art. 3º Nos casos em que o interessado comprove que estava limitado de exercer seus direitos civis, o cancelamento poderá ser revogado, mediante apresentação de provas documentais e justificativa chancelada por órgão público ou entidade representativa de classe.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera dispositivos dos arts. 154 e 155 da Instrução Normativa nº 45 PRES/INSS, de 6 de agosto de 2010.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Ação Civil Pública nº 2009.71.00.004103-4.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2009.71.00.004103-4, que determinou o cômputo do período de recebimento de benefício por incapacidade para fins de carência, se intercalado com períodos de atividade/contribuição, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Instrução Normativa nº 45 PRES/INSS, de 6 de agosto de 2010, renumerando-se o parágrafo único e acrescentando-se os §§ 2° e 3° ao art. 154, que passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 154.....

§ 1º Para o empregado doméstico, a comprovação do efetivo recolhimento da primeira contribuição em dia será exigida apenas para a concessão de benefício em valor superior ao mínimo legal, na forma do art. 36 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 2º Por força de decisão judicial proferida na Ação Civil Pública nº 2009.71.00.004103-4, para benefícios requeridos a partir de 19 de setembro de 2011, fica garantido o cômputo, para fins de carência, do período em gozo de benefício por incapacidade, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, desde que intercalado com períodos de contribuição ou atividade.

§ 3º Para benefícios requeridos até 18 de setembro de 2011, somente contarão para carência os períodos de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez percebidos entre 1º de junho de 1973 a 30 de junho de 1975."

Art. 2º Revoga-se o inciso II do art. 155.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 163, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com a delegação de competência concedida pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 93ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1 Prorrogar, até 31 de maio de 2014, o prazo de que trata a Portaria nº 34, de 28 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 29 janeiro de 2014, seção 1, página 57, referente à intervenção no PORTUS - Instituto de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003022/3519-79, sob o comando nº 363377618 e juntada nº 378483657, resolve:

Nº 159 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Plano de Benefícios Planprev SESI-BA - CNPB nº 2001.0002-19, o qual, doravante, passa a denominar-se Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 01 do SESI-BA, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000211/2005-31, sob o comando nº 375331997 e juntada nº 378453093, resolve:

Nº 160 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários Sicoob Multipatrocinado - CNPB nº 2006.0031-11, administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003022/3519-79, sob o comando nº 363378039 e juntada nº 378483898, resolve:

Nº 161 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios FIEBA Planprev - CNPB nº 2001.0027-11, o qual, doravante, passa a denominar-se Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 01 do FIEB/CIEB e IEL/BA - CNPB nº 2001.0027-11, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003022/3519-79, sob o comando nº 367125639 e juntada nº 378483481, resolve:

Nº 162 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Planprev SENAI-BA - CNPB nº 2001.0001-38, o qual, passa a denominar-se Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 01 do SENAI/BA - CNPB nº 2001.0001-38, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULINO SEIJI KUZUHARA

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 24 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 397ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 26 de março de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.003138/2004-98	EXCELCIOR MED S/A	DIPRO	Reduzir a capacidade de sua rede prestadora, descredenciando a unidade hospitalar Hospital Santa Genoveva, sem prévia autorização da ANS - Art. 17 da Lei 9656/98	107.728,42 (cento e sete mil setecentos e vinte oito reais e quarenta e dois centavos)
25789.012352/2010-07	H.B. SAÚDE S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Da Diretoria Colegiada - RDC N° 12, de 27 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 57, de 25 de março de 2014, Seção 1 e pág. 26,

Onde se lê:

"... a definição do tema nº. 148 na Agenda Regulatória 2013/2014, ..."

Leia-se:

"... a definição do tema nº. 140 na Agenda Regulatória 2013/2014, ..."

GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 941, DE 14 DE MARÇO DE 2014(*)

O Gerente-Geral Substituto de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 230, de 24 de fevereiro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 46 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando a Resolução da Diretoria Colegiada n° 4, de 30 de janeiro de 2014, publicada em 31 de janeiro de 2014,

e considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SIDI GARCIA

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
BIOTEC COSMÉTICOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 2.03101-5
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN ACTIVE
25351.075693/2014-13 2.3101.0115.001-9
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON WOMEN COOL BREEZE
25351.070263/2014-21 2.3101.0122.001-7
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN POWER
25351.075824/2014-11 2.3101.0116.001-4
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON WOMEN ACTIVE EMOTION
25351.075925/2014-91 2.3101.0120.001-6
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN V12
25351.075636/2014-27 2.3101.0112.001-2
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
biosystem antitranspirante roll-on women cotton
25351.070436/2014-44 2.3101.0114.001-3
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON WOMEN SENSITIVE
25351.070177/2014-51 2.3101.0113.001-8
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN SPORT
25351.075713/2014-33 2.3101.0117.001-1
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN TOUCH DRY
25351.075825/2014-00 2.3101.0118.001-5
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN V8
25351.075989/2014-74 2.3101.0121.001-1
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN V9
25351.076069/2014-20 2.3101.0123.001-2
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN ENERGY
25351.075873/2014-36 2.3101.0119.001-0
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOSYSTEM ANTITRANSPIRANTE ROLL-ON FORMEN QUANTUM
25351.075994/2014-53 2.3101.0124.001-8
UBERLÂNDIA/MG 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PRONATUS DO AMAZ.IND. COM. PROD. FARM. COSM. LTDA 2.02503-8
COPAÍBA ICE ANDIROBA GEL PARA MASSAGEM SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
25351.076054/2014-39 2.2503.0067.001-6
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.076054/2014-39 2.2503.0067.002-4
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COPAÍBA ICE ANDIROBA GEL PARA MASSAGEM PALMEIRAS FUTEBOL CLUBE
25351.075645/2014-61 2.2503.0066.001-0
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.075645/2014-61 2.2503.0066.002-9
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COPAÍBA ICE ANDIROBA GEL PARA MASSAGEM SANTOS FUTEBOL CLUBE
25351.078431/2014-66 2.2503.0069.001-7
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.078431/2014-66 2.2503.0069.002-5
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COPAÍBA ICE ANDIROBA SOCCER - FOOTBALL GEL PARA MASSAGEM
25351.078150/2014-78 2.2503.0068.001-1
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.078150/2014-78 2.2503.0068.002-1
MANAUS/AM 03/2019

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COPAÍBA ICE ANDIROBA GEL PARA MASSAGEM CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO
25351.091006/2014-35 2.2503.0070.001-2
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.091006/2014-35 2.2503.0070.002-0
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COPAÍBA ICE ANDIROBA GEL PARA MASSAGEM SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA
25351.090705/2014-82 2.2503.0071.001-8
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.090705/2014-82 2.2503.0071.002-6
MANAUS/AM 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S/A 2.01715-4
GILLETTE SPRAY ANTITRANSPIRANTE TRAINING DAY
25351.102376/2014-18 2.1715.0598.001-2
ITUPEVA/SP 03/2019
COMERCIAL 2 ANOS
ANTITRANSPIRANTE AXILAR
TUBO DE ALUMÍNIO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
AEROSOL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
LABORATÓRIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA 2.00558-6
Creastim Lotion Antichute - DUCRAY
25351.102745/2014-06 2.0558.0344.001-5
Pierre Fabre Dermo-Cosmetique/FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇÃO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
RF 80 Traitement Antichute Concentré - RENE FURTERER
25351.102731/2014-16 2.0558.0342.001-4
Pierre Fabre Dermo-Cosmetique/FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
AMPOLA
CARTUCHO DE CARTOLINA
LÍQUIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
Triphasic Sérum Régénérateur Antichute - RENE FURTERER
25351.102732/2014-11 2.0558.0343.001-1
Pierre Fabre Dermo-Cosmetique/FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
FLACONETE DE PLÁSTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LÍQUIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
bruno felipe martins - me 2.05306-7
TOP CLEAN GEL HIGIENIZANTE EXTRATO DE ALGODÃO
25351.067290/2014-19 2.5306.0029.001-2
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.067290/2014-19 2.5306.0029.002-0
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
TOP CLEAN GEL HIGIENIZANTE EXTRATO DE FRUTAS CÍTRICAS
25351.067127/2014-19 2.5306.0028.001-7
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.067127/2014-19 2.5306.0028.002-5
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
DARTH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - ME 2.04399-2
PÓ DESCOLORANTE NEW EVOLUTION WHITENING DUST FREE
25351.075962/2014-69 2.4399.0128.001-8
BRODOWSKI/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PÓ DESCOLORANTE RÁPIDO HAIR'ON
25351.075920/2014-88 2.4399.0129.001-3
BRODOWSKI/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
DESCOLORANTE CAPILAR BLONDER NOIVA EXTREME
25351.081362/2014-10 2.4399.0130.001-9
BRODOWSKI/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PÓ DESCOLORANTE PLATINUN COLOR TEC
25351.087862/2014-16 2.4399.0131.001-4
BRODOWSKI/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PÓ DESCOLORANTE MIRRA BIORESTORE
25351.093755/2014-79 2.4399.0132.001-1
BRODOWSKI/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00070-9
CASTING CREME GLOSS
723 25351.093918/2014-13 2. 0070.4152.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
534 25351.093918/2014-13 2. 0070.4152.002-3
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
FRUCTIS SHAMPOO STOP QUEDA
25351.093972/2014-53 2.0070.4155.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
XAMPU ANTICASPA/ANTIQUEDA
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
FRUCTIS CREME PARA PENTEAR STOP QUEDA
25351.093948/2014-51 2.0070.4156.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
CONDICIONADOR ANTICASPA/ANTIQUEDA
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
VICHY CAPITAL SOLEIL INVISIBLE HYDRATING MIST SPF 30
25351.093598/2014-65 2.0070.4153.001-0
VICHY LABORATOIRES/FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
TUBO DE ALUMÍNIO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
AEROSOL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
FRUCTIS CONDICIONADOR STOP QUEDA
25351.093966/2014-89 2.0070.4154.001-6
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
CONDICIONADOR ANTICASPA/ANTIQUEDA
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 2.03282-0
Pilexil Loção Antiqueda
25351.081577/2014-01 2.3282.0082.001-4
LÁCER S.A./ESPANHA 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
FRASCO DE PLÁSTICO COM GOTEJADOR
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇÃO HIDROALCÓOLICA
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
25351.081577/2014-01 2.3282.0082.002-2
LÁCER S.A./ESPANHA 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇÃO HIDROALCÓOLICA
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
COFERLY COSMETICA LTDA. 2.03597-0
TINTORETTO TINTURA CREME PROFISSIONAL AFFINITÄT 1.0 PRETO NATURAL 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-4
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
3.0 CASTANHO ESCURO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-2
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
4.0 CASTANHO MÉDIO NATURAL 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-0
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.0 CASTANHO CLARO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.004-9
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.0 LOURO ESCURO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.005-7
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.0 LOURO MÉDIO NATURAL 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.006-5
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.0 LOURO CLARO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.007-3
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
9.0 LOURO CLARÍSSIMO NATURAL 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.008-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
10.0 LOURO ULTRA CLARO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.009-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.1 LOURO NATURAL ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-0
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.1 LOURO CLARO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
9.1 LOURO CLARÍSSIMO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-2
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
10.1 LOURO ULTRA CLARO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-3
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.31 LOURO ESCURO DOURADO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-4
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.31 LOURO MÉDIO DOURADO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-5
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.13 LOURO CLARO DOURADO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-6
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
9.13 LOURO CLARÍSSIMO DOURADO ACINZENTADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-7
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.89 LOURO MÉDIO PÉROLA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-8
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
9.89 LOURO CLARÍSSIMO PÉROLA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.001-9
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
10.89 LOURO ULTRA CLARO PÉROLA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-0
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.7 CHOCOLATE ESCURO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.7 CHOCOLATE MÉDIO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-2
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.7 CHOCOLATE CLARO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-3
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.5 CASTANHO ESCURO ACAJÚ 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-4
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.66 LOURO ESCURO VERMELHO INTENSO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-5
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
55.62 AMEIXA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-6
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
66.64 CEREJA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-7
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
66.66 VERMELHO ESPECIAL SUPER INTENSO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-8
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
77.66 VERMELHO ESPECIAL MAGMA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.002-9
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
12.11 LOURO SUPER CLARO PLATINA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-0
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
12.21 LOURO SUPER CLARO PEROLA 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
12.00 LOURO SUPER CLARÍSSIMO NATURAL 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-2
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
0.00 INTENSIFICADOR DE CLAREAMENTO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-3
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
0.6 VERMELHO INTENSIFICADOR 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-4
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
0.1 CINZA INTENSIFICADOR 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-5
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.3 LOURO ESCURO DOURADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-6
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.3 LOURO MÉDIO DOURADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-7
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.3 LOURO CLARO DOURADO 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-8
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
0.22 INTENSIFICADOR VIOLET 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.003-9
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.713 CASTANHO CLARO MARROM MATE 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.004-0
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.713 LOURO ESCURO MARROM MATE 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.004-1
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.713 LOURO MARROM MATE 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.004-2
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.713 LOURO CLARO MARROM MATE 25351.094060/2014-62 2.3597.0423.004-3
COTIA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.02028-8
ADCOS SABONETE GEL SECATIVO
25351.087856/2014-11 2.2028.0325.001-1
SERRA/ES 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PRODUTO PARA PELE ACNEICA
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
ADCOS TÔNICO PURIFICANTE
25351.090721/2014-97 2.2028.0326.001-7
SERRA/ES 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PRODUTO PARA O ROSTO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
CHIMICA BARUEL LTDA 2.00105-0
DESODORANTE PARA OS PÉS BARUEL
25351.102377/2014-98 2.0105.0257.001-5
GUARULHOS/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
DESODORANTE PÉDICO INFANTIL
TUBO PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDÚSTRIA DE COMÉSTICOS CARVALHO LTDA 2.04907-7
CRÈME PRODIGIEUSE NUIT SOIN HYDRATANT DÉFATIGANT RÉNOVATEUR NUIT/ANTI-FATIGUE MOISTURIZING CREAM NIGHT RENEWER
25351.100082/2014-66 2.4907.0085.001-0
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
POTE DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
25351.100082/2014-66 2.4907.0085.002-9
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
SACHÊ
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
SÉRUM MERVEILLANCE SÉRUM RIDES D'EXPRESSION INSTALLÉES / VISIBLE EXPRESSION LINES SERUM
25351.100488/2014-07 2.4907.0086.001-6
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
BISNAGA DE PLÁSTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
CRÈME MERVEILLANCE ENRICHIE SOIN RIDES D'EXPRESSION INSTALLÉES
25351.102390/2014-14 2.4907.0089.001-2
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
POTE DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
FLUIDE MERVEILLANCE SOIN RIDES D'EXPRESSION INSTALLÉES / VISIBLE EXPRESSION LINES FLUID
25351.102388/2014-52 2.4907.0088.001-7
NUXE SA/FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
FRASCO DE VIDRO COM VÁLVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
CRÈME MERVEILLANCE SOIN RIDES D'EXPRESSION INSTALLÉES
25351.102389/2014-76 2.4907.0087.001-1
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
25351.102389/2014-76 2.4907.0087.002-1
NUXE SA /FRANÇA 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PRODUTO PARA RUGAS
POTE DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
DI FIORENA INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA EPP 2.03859-5
PÓ DESCOLORANTE AZUL MECK DUST PLATINUM MECK FIO
25351.084434/2014-11 2.3859.0425.001-0
FRANCA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
DESCOLORANTE CAPILAR
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
PÓ
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIOLAB DERMOCOSMETICOS LTDA. 2.02763-6
Photoprot Extra Sec FPS 30
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.001-3
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.002-1
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.003-1
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLÁSTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.004-8
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.005-6
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
BISNAGA DE PLÁSTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.006-4
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.097196/2014-06 2.2763.0088.007-2
TABOÃO DA SERRA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
PROTETOR SOLAR
SACHÊ
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
GEL CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON INDUSTRIAL LTDA 2.00004-1
AVON SUN+ PROTETOR SOLAR BABY FPS 40
25351.097381/2014-84 2.0004.2022.001-1
SÃO PAULO/SP 03/2019
COMERCIAL 3 ANOS
PROTETOR SOLAR INFANTIL
BISNAGA DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LOÇÃO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
BETULLA COSMÉTICOS LTDA 2.01204-9
ZOG SPORT DESODORANTE ROLL-ON ANTIPERSPIRANTE FOR MEN
25351.102740/2014-52 2.1204.0652.001-7
DIADEMA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
ZOG RAFT DESODORANTE ROLL-ON ANTIPERSPIRANTE FOR MEN
25351.102734/2014-19 2.1204.0653.001-2
DIADEMA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
NEVER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.01248-1
Anti-Séptico Bucal Nevasca
25351.090617/2014-65 2.1248.0167.001-8
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 24 MESES
ENXAGUATÓRIO BUCAL ANTISSÉPTICO
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
BIODOMANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP 2.01851-3
PEELING QUÍMICO ILUMINADOR E ANTIOXIDANTE COSMOBEAUTY
25351.100054/2014-35 2.1851.0129.001-2
SOROCABA/SP 03/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
ESFOLIANTE "PEELING" QUÍMICO
FRASCO DE VIDRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
GANESH GHAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA 2.03367-5
HENNA POWDER
. 25351.100030/2014-41 2.3367.0142.001-1
GAJRAJ MEHANDI UDYOG/ÍNDIA 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
SACO PLÁSTICO
CARTUCHO DE PAPELÃO
PÓ
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
CONCEPCION CORTEZ CHACON TONIN - ME 2.02142-0
MÁSCARA CAPILAR ANTIQUEDA L'ANGE COSMÉTICOS
25351.102743/2014-11 2.2142.0502.001-0
FRANCA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
CONDICIONADOR ANTICASPA/ANTIQUEDA
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
SHAMPOO ANTIQUEDA L'ANGE COSMÉTICOS
25351.102728/2014-16 2.2142.0501.001-5
FRANCA/SP 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
XAMPU ANTICASPA/ANTIQUEDA
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO
2002 - Registro do Produto
NÃO APRESENTA RESTRIÇÃO DE USO
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 2.02560-4
ALTAMODA É... COLORE COLORAÇÃO CREME - COLORACIÓN CREMA
1.11-PRETO AZULADO 25351.102717/2014-23 2.2560.0324.001-4
RIO DE JANEIRO/RJ 03/2019
COMERCIAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NÃO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO

(*) Republicada por saído com incorreções no DOU nº 51 - Seção 1, pág. 67 e Suplemento nº 51, pág. 94 de 17 de março de 2014.

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

DESPACHO DA GERENTE
Em 26 de março de 2014

Nº 72 - A Gerente-Geral substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 937, de 18 de junho de 2012, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: VILMAR CUNHA (NATURAL VIDA DIST. DE PROD. NATURAIS).
25351.286421/2009-14 - AIS:367451/09-7 - GFIMP/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de r$ 7.000,00 (sete mil reais).

FLÁVIA NEVES ROCHA ALVES

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DO GERENTE
Em 26 de março de 2014

Nº 73 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos administrativos sanitários abaixo relacionados:

Autuado: BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRURGICAS LTDA.
PROCESSO: 25759.519458/2012-59 - AIS: 0742955/12-0 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: DABI ATLANTE S/A INDÚSTRIAS MEDICO ODONTOLOGICA.
PROCESSO: 25759.678807/2011-36 - AIS: 953306/11-1 - GGPAF/ANVISA.
PROCESSO: 25759.678828/2011-05 - AIS: 953351/11-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA.
PROCESSO: 25767.720314/2011-70 - AIS: 095357/11-1 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. IND. DE PROD. PARA BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25759.255982/2012-11 - AIS: 0367783/12-4 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. IND. DE PROD. PARA BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25759.163138/2012-17 - AIS: 0234695/12-8 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
PROCESSO: 25759.297365/2012-66 - AIS: 0425610/12-7 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: MARIEL LOGÍSTICA LTDA-EPP.
PROCESSO: 25759.364936/2012-04 - AIS: 0521897/12-7 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.388549/2010-14 - AIS: 507257/10-3 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.379756/2010-85 - AIS: 495841/10-1 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.388211/2010-12 - AIS: 506745/10-6 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.388275/2010-30 - AIS: 506821/10-5 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.388403/2010-78 - AIS: 506966/10-1 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.388113/2010-21 - AIS: 506631/10-0 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.361673/2010-39 - AIS: 471262/10-5 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.
PROCESSO: 25351.362759/2010-71 - AIS: 472692/10-8 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Autuado: STRYKER DO BRASIL LTDA.
PROCESSO: 25759.021453/2012-13 - AIS: 0030113/12-2 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: TAKEDA PHARMA LTDA.
PROCESSO: 25759.516344/2012-14 - AIS: 0738936/12-1 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Autuado: TAM LINHAS AÉREAS S/A.
PROCESSO: 25759.334288/2012-10 - AIS: 0478535/12-5 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Autuado: TAM LINHAS AÉREAS S.A.
PROCESSO: 25759.180349/2012-65 - AIS: 0259945/12-7 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Autuado: TRANSLOSSO SERVICOS DE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - ME.
PROCESSO: 25759.531257/2012-92 - AIS: 0759638/12-3 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 768, de 28 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº43, Seção 1 de 05 de março de 2014, Pag.58 e em Suplemento Pag.93,

onde se lê:

"Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo".

leia-se:

"Art. 1º Conceder Renovação..."

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 239, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Altera a redação do Art. 1º da Portaria Conjunta nº 193/SAS/SE, de 17 de março de 2014 que regulamenta o inciso XII do art. 14 da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, quanto aos critérios técnicos para realização de testes de ácidos nucléicos em triagem de doadores de sangue.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE E O SECRETÁRIO EXECUTIVO, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 193/SAS/SE, de 17 de março de 2014 que regulamenta o inciso XII do art. 14 da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, quanto aos critérios técnicos para realização de testes de ácidos nucléicos em triagem de doadores de sangue;

Considerando a necessidade de esclarecer a definição de critério de sensibilidade a serem aplicados aos testes de ácidos nucléico; e

Considerando a necessidade de alinhamento destes critérios ao Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos, trazido pela Portaria nº 2.712/GM/MS, de 12 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria Conjunta nº 193/SAS/SE, de 15 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 52, de 18 de março de 2014, Seção 1, página 30, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica permitida a testagem de amostras ou unidades de sangue em conjunto de amostras (pool) na pesquisa de HIV e HCV pela tecnologia NAT para triagem de doadores de sangue.

Parágrafo único. O teste NAT para HIV e HCV, a ser utilizado pelos serviços de hemoterapia, deve ser capaz de detectar em 95% das vezes 100 UI/mL para HCV e 100 copias/mL para HIV (sensibilidade analítica) na amostra individual do doador."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
Secretário de Atenção à Saúde

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Secretário Executivo

PORTARIA Nº 240, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita, no âmbito da Rede Cegonha, Centro de Parto Normal Intra-hospitalar e Peri-hospitalar no município de Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 904/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 650/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os Planos de Ação regional e municipal da Rede Cegonha;

Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação Geral da Saúde das Mulheres - DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal Intra-hospitalar, com 5 (cinco) quartos PPP, pertencente à Fundação de Assistência Integral a Saúde/Hospital Sofia Feldman, da cidade de Belo Horizonte (MG), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal Dr. Davi Capistrano da Costa Filho, Peri-hospitalar, com 5 (cinco) quartos PPP, pertencente à Fundação de Assistência Integral a Saúde/Hospital Sofia Feldman, da cidade de Belo Horizonte (MG), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Ministério da Saúde acompanhará as informações sobre as ações executadas pelo Centro de Parto Normal, podendo suspender a habilitação do CPN a qualquer momento, caso constatado o não cumprimento dos requisitos de constituição e habilitação estabelecidos na Portaria nº 904/2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

CNPJ	CNES	HOSPITAL	TIPO DE CPN	CÓDIGO SCNES	MUNI-CÍPIO	UF
2545925 6000192	0026794	Fundação de Assistência Integral a Saúde/Hospital Sofia Feldman	Intra-hospitalar	14.11	Belo Horizonte	MG
			Peri-hospitalar	14.12		

PORTARIA Nº 241, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita, no âmbito da Rede Cegonha, Centro de Parto Normal Peri-hospitalar, no município de Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 904/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 650/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os Planos de Ação regional e municipal da Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha;

Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação Geral da Saúde das Mulheres - DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal Peri-hospitalar, com 5 (cinco) quartos PPP, da Unidade Mista Dr. José Carneiro, vinculado à Maternidade Albert Sabin, na cidade de Salvador (BA), a seguir relacionado:

CNPJ	CNES	HOSPITAL	CÓDIGO SCNES	MUNICÍPIO	UF
15176233000117	0006564	Maternidade Albert Sabin	14.12	Salvador	BA

Art. 2º O Ministério da Saúde acompanhará as informações sobre as ações executadas pelo Centro de Parto Normal, podendo suspender a habilitação do CPN a qualquer momento, caso constatado o não cumprimento dos requisitos de constituição e habilitação estabelecidos na Portaria nº 904/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 245, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de Goiás.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás - CIB/GO, por meio do Ofício nº 01/2014 - CIB, de 13/02/2014 e Resoluções CIB nº 009/2014, 10/2014, 11/2014, 12/2014, 13/2014, 14/2014, 25/2014, 26/2014, 27/2014, 29/2014, 30/2014 de 13/02/2014, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.016.910.527,03, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	78.242.278,40	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	905.170.770,11	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	33.497.478,52	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), no valor de R$ 6.296.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU), no valor de R$ 43.167.684,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso concedido, por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de março de 2014.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - MARÇO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	2.054.913,04
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	32.064.190,43
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	44.123.174,93
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	78.242.278,40

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - MARÇO/2014

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	202.887,01	0,00	0,00	1.762,39	0,00	0,00	0,00	0,00	204.649,40
520010	ABADIANIA	418.825,31	0,00	157.500,00	65.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	641.793,18
520013	ACREUNA	746.401,71	0,00	157.500,00	37.146,39	0,00	0,00	0,00	0,00	941.048,10
520015	ADELANDIA	15.565,71	0,00	0,00	6.829,22	0,00	0,00	0,00	0,00	22.394,93
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	175.114,16	0,00	0,00	1.338,31	0,00	0,00	0,00	0,00	176.452,47
520020	AGUA LIMPA	27.611,02	0,00	0,00	663,58	0,00	0,00	0,00	0,00	28.274,60
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	6.326.317,23	84.574,81	472.500,00	441.638,36	0,00	6.852.530,40	0,00	0,00	472.500,00
520030	ALEXANIA	890.460,21	9.448,60	157.500,00	6.244,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.652,95
520050	ALOANDIA	66.815,24	0,00	0,00	619,86	0,00	0,00	0,00	0,00	67.435,10
520055	ALTO HORIZONTE	34.832,51	0,00	0,00	791,59	0,00	0,00	0,00	0,00	35.624,10
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	128.894,49	0,00	276.300,00	2.089,79	0,00	0,00	0,00	0,00	407.284,28
520080	ALVORADA DO NORTE	396.622,09	95.644,59	157.500,00	2.148,70	0,00	0,00	0,00	0,00	651.915,38
520082	AMARALINA	6.351,73	0,00	0,00	12.837,94	0,00	0,00	0,00	0,00	19.189,67
520085	AMERICANO DO BRASIL	200.101,64	0,00	0,00	3.917,78	0,00	0,00	0,00	0,00	204.019,42
520090	AMORINOPOLIS	110.855,54	293,08	0,00	45.571,16	0,00	0,00	0,00	0,00	156.719,78
520110	ANAPOLIS	31.397.191,60	26.094.557,95	9.645.947,98	16.016.865,39	0,00	0,00	0,00	0,00	83.154.562,92
520120	ANHANGUERA	266,43	0,00	0,00	2.081,76	0,00	2.348,19	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	606.759,34	45.966,83	157.500,00	345.007,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.155.233,45

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

520140	APARECIDA DE GOIANIA	43.749.499,40	10.821.067,06	3.653.700,00	17.979.900,84	0,00	0,00	0,00	0,00	76.204.167,30
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	45.733,68	0,00	0,00	764,20	0,00	0,00	0,00	0,00	46.497,88
520150	APORE	75.510,08	0,00	0,00	144.701,69	0,00	0,00	0,00	0,00	220.211,77
520160	ARACU	72.261,20	0,00	0,00	70.728,63	0,00	0,00	0,00	0,00	142.989,83
520170	ARAGARCAS	1.037.757,06	43.512,26	157.500,00	436.813,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.675.582,40
520180	ARAGOIANIA	162.657,55	34.027,11	0,00	100.263,62	0,00	0,00	0,00	0,00	296.948,28
520215	ARAGUAPAZ	310.427,45	0,00	0,00	8.205,12	0,00	0,00	0,00	0,00	318.632,57
520235	ARENOPOLIS	68.873,84	0,00	0,00	75.284,40	0,00	0,00	0,00	0,00	144.158,24
520250	ARUANA	286.098,06	0,00	157.500,00	1.460,37	0,00	0,00	0,00	0,00	445.058,43
520260	AURILANDIA	35.531,90	0,00	0,00	4.038,95	0,00	0,00	0,00	0,00	39.570,85
520280	AVELINOPOLIS	72.943,72	0,00	0,00	10.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.244,72
520310	BALIZA	661,50	0,00	0,00	9.755,54	0,00	10.417,04	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	292.987,22	2.317,63	0,00	1.575,35	0,00	0,00	0,00	0,00	296.880,20
520330	BELA VISTA DE GOIAS	797.032,83	0,00	296.100,00	345.711,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.438.843,92
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	370.265,74	52.898,57	0,00	2.380,96	0,00	0,00	0,00	0,00	425.545,27
520350	BOM JESUS DE GOIAS	742.719,30	0,00	263.028,00	208.674,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.214.421,74
520355	BONFINOPOLIS	132.577,35	0,00	0,00	1.857,23	0,00	0,00	0,00	0,00	134.434,58
520357	BONOPOLIS	57.759,55	0,00	0,00	721,56	0,00	0,00	0,00	0,00	58.481,11
520360	BRAZABRANTES	16.280,70	0,00	0,00	2.953,87	0,00	0,00	0,00	0,00	19.234,57
520380	BRITANIA	224.388,85	0,00	0,00	25.438,85	0,00	0,00	0,00	0,00	249.827,70
520390	BURITI ALEGRE	304.634,15	0,00	0,00	53.960,04	0,00	0,00	0,00	0,00	358.594,19
520393	BURITI DE GOIAS	90.757,83	0,00	157.500,00	851,53	0,00	0,00	0,00	0,00	249.109,36
520396	BURITINOPOLIS	96.541,72	0,00	0,00	1.011,19	0,00	0,00	0,00	0,00	97.552,91
520400	CABECEIRAS	343.998,35	0,00	0,00	1.943,95	0,00	0,00	0,00	0,00	345.942,30
520410	CACHOEIRA ALTA	255.427,26	0,00	0,00	2.429,07	0,00	0,00	0,00	0,00	257.856,33
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	5.081,94	0,00	0,00	4.668,74	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,68
520425	CACHOEIRA DOURADA	243.876,49	0,00	0,00	38.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	282.273,38
520430	CACU	509.326,47	8.392,96	157.500,00	2.850,36	0,00	0,00	0,00	0,00	678.069,79
520440	CAIAPONIA	597.620,68	1.220,00	157.500,00	338.654,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.094.995,24
520450	CALDAS NOVAS	3.802.723,19	306.302,77	2.259.168,00	4.258.013,41	0,00	0,00	0,00	0,00	10.626.207,37
520455	CALDAZINHA	1.510,87	0,00	0,00	962,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.473,22
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	54.681,90	0,00	0,00	1.036,27	0,00	0,00	0,00	0,00	55.718,17
520465	CAMPINACU	120.457,66	500,00	0,00	902,22	0,00	0,00	0,00	0,00	121.859,88
520470	CAMPINORTE	194.117,27	10.841,55	0,00	2.942,61	0,00	0,00	0,00	0,00	207.901,43
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	218.472,94	8.250,00	0,00	1.268,28	0,00	0,00	0,00	0,00	227.991,22
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	62,00	0,00	0,00	91.454,08	0,00	0,00	0,00	0,00	91.516,08
520490	CAMPOS BELOS	862.565,42	513.140,19	157.500,00	5.195,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.538.400,89
520495	CAMPOS VERDES	92.207,99	0,00	0,00	49.378,01	0,00	0,00	0,00	0,00	141.586,00
520500	CARMO DO RIO VERDE	207.431,29	0,00	0,00	92.132,61	0,00	0,00	0,00	0,00	299.563,90
520505	CASTELANDIA	62.554,42	0,00	0,00	69.405,87	0,00	0,00	0,00	0,00	131.960,29
520510	CATALAO	5.670.495,53	2.393.757,10	2.010.529,92	1.066.582,99	0,00	0,00	0,00	0,00	11.141.365,54
520520	CATURAI	53.173,87	0,00	0,00	76.744,85	0,00	0,00	0,00	0,00	129.918,72
520530	CAVALCANTE	341.974,11	17.232,95	0,00	2.738,74	0,00	0,00	0,00	0,00	361.945,80
520540	CERES	1.142.386,25	4.385.153,92	2.322.351,37	9.782.787,83	0,00	0,00	0,00	0,00	17.632.679,37
520545	CEZARINA	272.837,37	0,00	0,00	1.963,08	0,00	0,00	0,00	0,00	274.800,45
520547	CHAPADAO DO CEU	251.729,65	0,00	0,00	1.430,51	0,00	0,00	0,00	0,00	253.160,16
520549	CIDADE OCIDENTAL	2.818.872,35	4.334,36	157.500,00	13.304,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.994.010,74
520551	COCALZINHO DE GOIAS	602.064,07	0,00	157.500,00	94.844,30	0,00	0,00	0,00	0,00	854.408,37
520552	COLINAS DO SUL	91.947,09	0,00	0,00	35.682,73	0,00	0,00	0,00	0,00	127.629,82
520570	CORREGO DO OURO	60.589,84	0,00	0,00	35.433,96	0,00	0,00	0,00	0,00	96.023,80
520580	CORUMBA DE GOIAS	240.700,10	0,00	0,00	2.777,82	0,00	0,00	0,00	0,00	243.477,92
520590	CORUMBAIBA	244.799,25	2.415,88	263.028,00	2.062,30	0,00	0,00	0,00	0,00	512.305,43
520620	CRISTALINA	2.486.512,14	17.438,39	342.300,00	533.573,75	0,00	0,00	0,00	0,00	3.379.824,28
520630	CRISTIANOPOLIS	48.723,56	0,00	0,00	914,53	0,00	0,00	0,00	0,00	49.638,09
520640	CRIXAS	518.112,14	5.060,91	157.500,00	449.733,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.406,51
520650	CROMINIA	79.905,36	0,00	0,00	10.342,24	0,00	0,00	0,00	0,00	90.247,60
520660	CUMARI	78.715,97	1.212,11	0,00	911,02	0,00	0,00	0,00	0,00	80.839,10
520670	DAMIANOPOLIS	149.691,40	31.646,26	0,00	867,70	0,00	0,00	0,00	0,00	182.205,36
520680	DAMOLANDIA	19.439,56	0,00	0,00	68.684,50	0,00	0,00	0,00	0,00	88.124,06
520690	DAVINOPOLIS	929,29	0,00	0,00	5.895,11	0,00	6.824,40	0,00	0,00	0,00
520710	DIORAMA	70.618,79	0,00	0,00	676,58	0,00	0,00	0,00	0,00	71.295,37
520725	DOVERLANDIA	280.090,37	20.184,88	157.500,00	2.108,54	0,00	0,00	0,00	0,00	459.883,79
520735	EDEALINA	50.042,91	0,00	0,00	1.040,53	0,00	0,00	0,00	0,00	51.083,44
520740	EDEIA	350.210,43	2.925,22	0,00	107.892,31	0,00	0,00	0,00	0,00	461.027,96
520750	ESTRELA DO NORTE	90.847,82	0,00	0,00	953,55	0,00	0,00	0,00	0,00	91.801,37
520753	FAINA	209.770,31	0,00	0,00	1.975,22	0,00	0,00	0,00	0,00	211.745,53
520760	FAZENDA NOVA	237.454,26	0,00	0,00	1.974,57	0,00	0,00	0,00	0,00	239.428,83
520780	FIRMINOPOLIS	447.463,26	33.988,19	0,00	136.482,07	0,00	0,00	0,00	0,00	617.933,52
520790	FLORES DE GOIAS	577.641,03	10.242,81	0,00	2.532,67	0,00	0,00	0,00	0,00	590.416,51
520800	FORMOSA	4.624.709,21	1.313.110,68	2.431.022,88	2.799.454,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.168.296,77
520810	FORMOSO	165.981,66	2.213,51	0,00	271.727,91	0,00	0,00	0,00	0,00	439.923,08
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	76.092,95	0,00	0,00	781,26	0,00	0,00	0,00	0,00	76.874,21
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	107.296,96	0,00	0,00	1.475,62	0,00	0,00	0,00	0,00	108.772,58
520840	GOIANAPOLIS	302.567,16	0,00	0,00	3.591,94	0,00	0,00	0,00	0,00	306.159,10
520850	GOIANDIRA	137.386,37	11.913,75	0,00	560.320,54	0,00	0,00	0,00	0,00	709.620,66
520860	GOIANESIA	2.728.715,24	272.459,05	619.500,00	568.175,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4.188.850,01
520870	GOIANIA	138.928.400,17	190.768.963,54	43.985.120,33	154.305.754,06	44.123.174,93	184.400,00	33.497.478,52	0,00	450.183.184,65
520880	GOIANIRA	1.151.201,96	48.825,34	157.500,00	66.638,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424.165,42
520890	GOIAS	1.016.704,96	701.982,37	1.123.500,00	3.876.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	6.718.583,58
520910	GOIATUBA	2.399.422,09	292.807,19	447.828,00	125.173,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.265.230,82
520915	GOUVELANDIA	56.092,83	0,00	0,00	1.100,72	0,00	0,00	0,00	0,00	57.193,55
520920	GUAPO	168.967,78	279,88	157.500,00	545.040,38	0,00	0,00	0,00	0,00	871.788,04
520929	GUARAITA	33.539,18	0,00	0,00	794,28	0,00	0,00	0,00	0,00	34.333,46
520940	GUARANI DE GOIAS	131.896,89	0,00	0,00	1.158,57	0,00	0,00	0,00	0,00	133.055,46
520945	GUARINOS	6.481,36	0,00	0,00	9.025,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.506,81
520960	HEITORAI	68.569,94	0,00	0,00	69.015,75	0,00	0,00	0,00	0,00	137.585,69
520970	HIDROLANDIA	522.319,61	0,00	157.500,00	4.163,08	0,00	0,00	0,00	0,00	683.982,69
520980	HIDROLINA	57.817,64	0,00	0,00	25.985,93	0,00	0,00	0,00	0,00	83.803,57
520990	IACIARA	654.837,44	37.990,80	0,00	93.299,64	0,00	0,00	0,00	0,00	786.127,88
520993	INACIOLANDIA	134.864,33	0,00	0,00	1.516,84	0,00	0,00	0,00	0,00	136.381,17
520995	INDIARA	490.546,61	9.586,28	157.500,00	65.006,01	0,00	0,00	0,00	0,00	722.638,90
521000	INHUMAS	1.683.806,22	96.446,64	157.500,00	3.348.266,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.286.019,34
521010	IPAMERI	934.665,88	3.265,89	263.028,00	486.939,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.687.898,99
521015	IPIRANGA DE GOIAS	9.665,73	0,00	0,00	877,43	0,00	0,00	0,00	0,00	10.543,16
521020	IPORA	1.584.248,99	702.859,82	1.281.900,00	463.136,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.032.145,77
521030	ISRAELANDIA	80.817,70	0,00	0,00	1.955,24	0,00	0,00	0,00	0,00	82.772,94
521040	ITABERAI	1.368.489,14	0,00	157.500,00	348.002,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873.991,83
521056	ITAGUARI	69.785,49	0,00	0,00	1.280,86	0,00	0,00	0,00	0,00	71.066,35
521060	ITAGUARU	150.090,04	0,00	0,00	151.985,34	0,00	0,00	0,00	0,00	302.075,38
521080	ITAJA	117.171,75	25.060,66	0,00	1.648,47	0,00	0,00	0,00	0,00	143.880,88
521090	ITAPACI	819.935,44	84.122,51	157.500,00	604.869,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.666.427,43
521100	ITAPIRAPUA	353.597,20	381,41	0,00	353.788,78	0,00	0,00	0,00	0,00	707.767,39
521120	ITAPURANGA	1.083.750,65	63.786,79	369.446,71	581.675,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.659,97
521130	ITARUMA	220.618,05	0,00	0,00	1.455,60	0,00	0,00	0,00	0,00	222.073,65
521140	ITAUCU	171.997,73	0,00	157.500,00	2.248,26	0,00	0,00	0,00	0,00	331.745,99
521150	ITUMBIARA	6.098.675,01	1.169.408,17	2.460.396,30	2.560.124,90	0,00	0,00	0,00	0,00	12.288.604,38
521160	IVOLANDIA	84.934,43	0,00	0,00	108.647,17	0,00	0,00	0,00	0,00	193.581,60
521170	JANDAIA	214.750,91	0,00	0,00	1.752,66	0,00	0,00	0,00	0,00	216.503,57

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

521180	JARAGUA	1.869.647,24	91.609,42	157.500,00	248.986,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.367.743,64
521190	JATAI	5.688.433,42	1.397.726,69	1.167.592,81	2.437.500,62	0,00	0,00	0,00	0,00	10.691.253,54
521200	JAUPACI	93.242,58	0,00	0,00	883,83	0,00	0,00	0,00	0,00	94.126,41
521205	JESUPOLIS	6.135,68	0,00	0,00	8.178,83	0,00	0,00	0,00	0,00	14.314,51
521210	JOVIANIA	166.387,61	0,00	0,00	2.019,36	0,00	0,00	0,00	0,00	168.406,97
521220	JUSSARA	824.857,31	0,00	276.300,00	130.032,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.231.189,37
521225	LAGOA SANTA	2.281,89	0,00	0,00	1.772,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.054,83
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	238.314,44	0,00	0,00	2.243,05	0,00	0,00	0,00	0,00	240.557,49
521250	LUZIANIA	10.443.811,81	1.727.346,86	2.310.600,00	461.038,53	0,00	0,00	0,00	0,00	14.942.797,20
521260	MAIRIPOTABA	52.749,04	310,00	0,00	32.480,45	0,00	0,00	0,00	0,00	85.539,49
521270	MAMBAI	297.729,90	9.925,39	0,00	1.516,58	0,00	0,00	0,00	0,00	309.171,87
521280	MARA ROSA	439.840,40	60.867,01	157.500,00	3.196,53	0,00	0,00	0,00	0,00	661.403,94
521290	MARZAGAO	35.161,57	0,00	0,00	38.182,43	0,00	0,00	0,00	0,00	73.344,00
521295	MATRINCHA	36.253,22	0,00	0,00	1.437,30	0,00	0,00	0,00	0,00	37.690,52
521300	MAURILANDIA	300.556,92	0,00	157.500,00	2.813,85	0,00	0,00	0,00	0,00	460.870,77
521305	MIMOSO DE GOIAS	21.855,86	0,00	0,00	60.618,29	0,00	0,00	0,00	0,00	82.474,15
521308	MINACU	1.453.911,87	51.057,08	157.500,00	892.979,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.555.448,05
521310	MINEIROS	2.388.623,65	56.547,67	777.900,00	283.546,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.506.617,65
521340	MOIPORA	954,03	0,00	0,00	13.443,84	0,00	0,00	0,00	0,00	14.397,87
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	150.224,23	0,00	0,00	61.754,20	0,00	0,00	0,00	0,00	211.978,43
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	308.473,50	0,00	157.500,00	8.036,51	0,00	0,00	0,00	0,00	474.010,01
521375	MONTIVIDIU	454.882,58	0,00	0,00	2.546,30	0,00	0,00	0,00	0,00	457.428,88
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	22.874,05	0,00	0,00	155.975,83	0,00	0,00	0,00	0,00	178.849,88
521380	MORRINHOS	2.263.062,63	50.437,43	263.028,00	769.918,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.346.446,31
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	33.911,54	0,00	0,00	36.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	70.709,86
521390	MOSSAMEDES	220.760,65	0,00	0,00	1.414,64	0,00	0,00	0,00	0,00	222.175,29
521400	MOZARLANDIA	312.328,45	0,00	157.500,00	3.950,96	0,00	0,00	0,00	0,00	473.779,41
521405	MUNDO NOVO	137.051,79	0,00	0,00	229.099,81	0,00	0,00	0,00	0,00	366.151,60
521410	MUTUNOPOLIS	87.223,26	0,00	0,00	56.406,29	0,00	0,00	0,00	0,00	143.629,55
521440	NAZARIO	1.390,50	0,00	0,00	217.710,51	0,00	0,00	0,00	0,00	219.101,01
521450	NEROPOLIS	2.182.637,53	156.459,13	157.500,00	6.900.438,26	0,00	0,00	0,00	0,00	9.397.034,92
521460	NIQUELANDIA	1.816.132,72	51.925,55	480.900,00	553.674,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.902.632,76
521470	NOVA AMERICA	15.634,43	0,00	0,00	91.286,19	0,00	0,00	0,00	0,00	106.920,62
521480	NOVA AURORA	6.358,67	361,09	0,00	3.750,50	0,00	0,00	0,00	0,00	10.470,26
521483	NOVA CRIXAS	323.171,92	0,00	157.500,00	3.286,15	0,00	0,00	0,00	0,00	483.958,07
521486	NOVA GLORIA	106.250,20	0,00	0,00	2.582,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.832,68
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	7.867,99	0,00	0,00	667,90	0,00	8.535,89	0,00	0,00	0,00
521490	NOVA ROMA	93.565,27	0,00	0,00	866,08	0,00	0,00	0,00	0,00	94.431,35
521500	NOVA VENEZA	150.367,79	1.952,44	0,00	10.391,33	0,00	0,00	0,00	0,00	162.711,56
521520	NOVO BRASIL	130.649,90	0,00	0,00	1.069,96	0,00	0,00	0,00	0,00	131.719,86
521523	NOVO GAMA	2.102.735,33	0,00	157.500,00	26.062,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.286.298,10
521525	NOVO PLANALTO	73.645,31	1.248,34	0,00	793,19	0,00	75.686,84	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	489.616,36	0,00	157.500,00	3.766,52	0,00	0,00	0,00	0,00	650.882,88
521540	OURO VERDE DE GOIAS	14.429,19	0,00	0,00	1.240,05	0,00	15.669,24	0,00	0,00	0,00
521550	OUVIDOR	132.620,74	0,00	0,00	24.949,20	0,00	0,00	0,00	0,00	157.569,94
521560	PADRE BERNARDO	1.331.364,15	84.739,43	157.500,00	139.962,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.713.566,42
521565	PALESTINA DE GOIAS	144.463,11	946,96	0,00	950,16	0,00	0,00	0,00	0,00	146.360,23
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	950.352,28	809,42	157.500,00	5.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113.925,70
521580	PALMELO	72.398,44	767,70	0,00	640.026,93	0,00	0,00	0,00	0,00	713.193,07
521590	PALMINOPOLIS	106.578,15	0,00	0,00	985,07	0,00	0,00	0,00	0,00	107.563,22
521600	PANAMA	69.332,46	0,00	0,00	1.264,25	0,00	0,00	0,00	0,00	70.596,71
521630	PARANAIGUARA	170.197,41	0,00	0,00	103.172,49	0,00	0,00	0,00	0,00	273.369,90
521640	PARAUNA	442.335,05	0,00	0,00	3.217,08	0,00	0,00	0,00	0,00	445.552,13
521645	PEROLANDIA	11.947,43	0,00	0,00	1.020,87	0,00	12.968,30	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	306.611,27	0,00	157.500,00	68.394,01	0,00	0,00	0,00	0,00	532.505,28
521690	PILAR DE GOIAS	4.431,13	0,00	0,00	8.393,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.825,07
521710	PIRACANJUBA	1.022.567,51	20.390,63	406.599,69	66.804,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.516.362,22
521720	PIRANHAS	380.244,92	0,00	157.500,00	3.351,04	0,00	0,00	0,00	0,00	541.095,96
521730	PIRENOPOLIS	376.781,30	0,00	157.500,00	258.262,07	0,00	635.043,37	0,00	0,00	157.500,00
521740	PIRES DO RIO	1.192.690,97	115.324,87	421.428,00	682.348,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.411.792,71
521760	PLANALTINA	4.541.806,13	60.050,31	619.500,00	434.187,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.655.543,87
521770	PONTALINA	723.181,89	83.902,66	157.500,00	94.832,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.059.417,08
521800	PORANGATU	1.888.751,76	667.278,47	1.371.600,00	1.103.735,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031.365,50
521805	PORTEIRAO	35.849,18	0,00	0,00	831,78	0,00	0,00	0,00	0,00	36.680,96
521810	PORTELANDIA	130.747,34	0,00	0,00	38.762,85	0,00	0,00	0,00	0,00	169.510,19
521830	POSSE	1.614.072,98	68.923,49	619.500,00	8.966,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.311.462,57
521839	PROFESSOR JAMIL	20.333,24	0,00	0,00	61.057,45	0,00	0,00	0,00	0,00	81.390,69
521850	QUIRINOPOLIS	2.024.023,39	39.727,33	276.300,00	270.967,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.611.017,74
521860	RIALMA	370.569,67	881,05	0,00	102.917,13	0,00	0,00	0,00	0,00	474.367,85
521870	RIANAPOLIS	53.507,63	0,00	0,00	1.236,05	0,00	0,00	0,00	0,00	54.743,68
521878	RIO QUENTE	51.973,80	0,00	0,00	809,52	0,00	0,00	0,00	0,00	52.783,32
521880	RIO VERDE	12.001.308,63	3.376.600,79	3.049.508,39	3.615.730,92	0,00	0,00	0,00	0,00	22.043.148,73
521890	RUBIATABA	780.296,95	998,94	366.000,00	68.560,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.215.856,59
521900	SANCLERLANDIA	307.680,83	0,00	157.500,00	92.141,23	0,00	0,00	0,00	0,00	557.322,06
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	87.599,79	0,00	0,00	1.587,50	0,00	0,00	0,00	0,00	89.187,29
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	27.410,65	2.140,62	0,00	106.485,11	0,00	0,00	0,00	0,00	136.036,38
521925	SANTA FE DE GOIAS	150.417,69	0,00	0,00	1.244,30	0,00	0,00	0,00	0,00	151.661,99
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.598.308,78	520.571,10	718.500,00	69.942,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.907.322,51
521935	SANTA ISABEL	9.312,77	0,00	0,00	7.649,53	0,00	16.962,30	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	75.984,60	0,00	0,00	1.523,84	0,00	0,00	0,00	0,00	77.508,44
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	6.201,23	43.118,42	0,00	882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.201,65
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	74.592,67	0,00	0,00	921,18	0,00	0,00	0,00	0,00	75.513,85
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	94.561,52	10,60	0,00	71.304,38	0,00	0,00	0,00	0,00	165.876,50
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	262.668,34	0,00	0,00	2.574,28	0,00	0,00	0,00	0,00	265.242,62
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	3.056,84	0,00	0,00	28.281,92	0,00	0,00	0,00	0,00	31.338,76
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	61.751,58	0,00	0,00	49.801,06	0,00	0,00	0,00	0,00	111.552,64
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	3.198.477,44	0,00	315.900,00	20.963,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.535.340,63
521980	SAO DOMINGOS	158.864,49	470,70	157.500,00	2.694,83	0,00	0,00	0,00	0,00	319.530,02
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	69.644,19	0,00	0,00	15.656,15	0,00	0,00	0,00	0,00	85.300,34
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	450.482,89	21.011,09	0,00	2.170,43	0,00	0,00	0,00	0,00	473.664,41
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	24.719,03	0,00	0,00	592,53	0,00	0,00	0,00	0,00	25.311,56
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.549.958,95	241.261,65	777.900,00	1.747.624,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.316.744,86
522015	SAO LUIZ DO NORTE	35.530,11	0,00	0,00	10.022,58	0,00	0,00	0,00	0,00	45.552,69
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	989.160,14	103.949,45	276.300,00	1.054.802,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2.424.212,34
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	12.039,81	0,00	0,00	99.652,39	0,00	0,00	0,00	0,00	111.692,20
522028	SAO PATRICIO	8.903,65	0,00	0,00	516,69	0,00	0,00	0,00	0,00	9.420,34
522040	SAO SIMAO	744.133,58	0,00	157.500,00	184.127,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085.760,71
522045	SENADOR CANEDO	5.960.358,64	91.469,24	342.300,00	10.539.004,38	0,00	0,00	0,00	0,00	16.933.132,26
522050	SERRANOPOLIS	180.734,03	0,00	0,00	1.558,63	0,00	0,00	0,00	0,00	182.292,66
522060	SILVANIA	657.924,02	45.598,50	157.500,00	344.988,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.206.011,05
522068	SIMOLANDIA	296.028,36	0,00	0,00	1.856,76	0,00	0,00	0,00	0,00	297.885,12
522070	SITIO D'ABADIA	20.489,07	14.097,33	0,00	740,02	0,00	0,00	0,00	0,00	35.326,42
522100	TAQUARAL DE GOIAS	68.943,32	0,00	0,00	30.445,93	0,00	0,00	0,00	0,00	99.389,25
522108	TERESINA DE GOIAS	15.034,04	0,00	0,00	942,12	0,00	15.976,16	0,00	0,00	0,00
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	78.205,20	0,00	0,00	3.847,79	0,00	0,00	0,00	0,00	82.052,99
522130	TRES RANCHOS	21.086,19	0,00	0,00	90.895,11	0,00	0,00	0,00	0,00	111.981,30
522140	TRINDADE	4.342.751,91	10.184.925,41	4.743.060,29	6.955.955,42	0,00	24.226.828,30	0,00	0,00	1.999.864,73
522145	TROMBAS	57.418,81	0,00	0,00	32.536,88	0,00	0,00	0,00	0,00	89.955,69

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

522150	TURVANIA	161.072,60	14.889,38	0,00	1.393,67	0,00	0,00	0,00	0,00	177.355,65
522155	TURVELANDIA	117.644,36	0,00	0,00	1.182,72	0,00	0,00	0,00	0,00	118.827,08
522157	UIRAPURU	31.194,10	0,00	0,00	5.284,39	0,00	0,00	0,00	0,00	36.478,49
522160	URUACU	1.704.598,89	298.903,69	777.900,00	428.109,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3.209.511,92
522170	URUANA	377.846,74	0,00	0,00	3.934,94	0,00	0,00	0,00	0,00	381.781,68
522180	URUTAI	39.224,54	0,00	0,00	916,89	0,00	0,00	0,00	0,00	40.141,43
522185	VALPARAISO DE GOIAS	4.643.166,23	360.496,04	315.900,00	423.917,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.743.479,75
522190	VARJAO	20.481,82	0,00	0,00	9.828,75	0,00	0,00	0,00	0,00	30.310,57
522200	VIANOPOLIS	439.633,96	0,00	0,00	93.560,96	0,00	0,00	0,00	0,00	533.194,92
522205	VICENTINOPOLIS	219.416,49	0,00	0,00	1.847,03	0,00	0,00	0,00	0,00	221.263,52
522220	VILA BOA	174.088,95	0,00	0,00	1.098,50	0,00	0,00	0,00	0,00	175.187,45
522230	VILA PROPICIO	97.801,95	0,00	0,00	1.378,67	0,00	0,00	0,00	0,00	99.180,62
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										905.170.770,11

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - MARÇO/2014

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLINICAS	2338424	00	01-01-2013	33.497.478,52
TOTAL						33.497.478,52

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - MARÇO/2014

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE URGENCIAS DE GOIANIA - HUGO	2338262	001/2014	12-03-2014	FES	20.238.406,38
520870 - GOIANIA	LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA - LACEN	2338343	001/2014	12-03-2014	FES	1.220.998,49
520870 - GOIANIA	HOSPITAL GERAL DE GOIANIA - HGG	2338734	001/2014	12-03-2014	FES	5.636.283,47
520870 - GOIANIA	HEMOCENTRO DE GOIAS - HEMOGO	2339072	001/2014	12-03-2014	FES	2.797.655,70
520870 - GOIANIA	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - MNSL	2339080	001/2014	12-03-2014	FES	894.821,79
520870 - GOIANIA	HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI	2339196	001/2014	12-03-2014	FES	9.060.351,51
520870 - GOIANIA	CENTRO INTEGRADO MEDICO PSICOPEDAGOGICO - CIMP	2339692	001/2014	12-03-2014	FES	82.980,88
520870 - GOIANIA	CENTRAL DE ODONTOLOGIA - CEO	2339781	001/2014	12-03-2014	FES	175.057,38
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS - HDT	2506661	001/2014	12-03-2014	FES	3.508.609,41
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE DERMATOLOGIA SANITARIA - HDS	2653818	001/2014	12-03-2014	FES	329.298,03
520870 - GOIANIA	HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA - HMA	2664836	001/2014	12-03-2014	FES	178.711,89
TOTAL						44.123.174,93

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 66, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 45/SGTES/MS, de 7 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 45/SGTES/MS, de 7 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

ANEXO

NÚMERO DO PROCESSO	NOME DO MÉDICO	RMS	UF	MUNICIPIO
25000.028138/2014-16	MARIA DE LOS ANGELES OLIVIERI	2400153	RN	MARICÁ

PORTARIA Nº 67, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 56/SGTES/MS, de 17 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 56/SGTES/MS, de 17 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

ANEXO

NÚMERO DO PROCESSO	NOME DO MÉDICO	RMS	UF	MUNICIPIO
25000.027266/2014-34	ELIETYS GOMEZ QUINTANA	5000073	MS	RIO NEGRO

PORTARIA Nº 68, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOZART JÚLIO TABOSA SALES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

SIPAR	NOME	RMS	UF	MUNICIPIO
25000.040237/2014-68	ABEL QUESADA BORROTO	5100078	MT	ARAPUTANGA
25000.040239/2014-57	ABEL ROMERO SANCHEZ	2900773	BA	AMERICA DOURADA
25000.040263/2014-96	ADIESLENNY LEYVA PALMERO	2900776	BA	JACOBINA
25000.040267/2014-74	ADNIEL MARRON LOPEZ	2700131	AL	PAO DE ACUCAR
25000.040325/2014-60	ALBERTO OTERO GONZALEZ	1100092	RO	ESPIGAO D'OESTE
25000.040339/2014-83	ALENAY CONCEPCION CUESTA	1100086	RO	ROLIM DE MOURA
25000.040341/2014-52	ALEXANDER CLARO PUPO	1500402	PA	OUREM
25000.040355/2014-76	ALEXANDER HERNANDEZ CALERO	5100076	MT	ACORIZAL
25000.040365/2014-10	ALEXEIS PEREZ NOGUEIRA	5100073	MT	JAURU
25000.040366/2014-56	ALEXEY GONZALEZ RODRIGUEZ	1100084	RO	JARU
25000.040370/2014-14	ALEXIS ANEDO RODRIGUEZ	1200098	AC	RIO BRANCO
25000.040376/2014-91	ALFREDO ERNESTO SILVA AMARGO	5100070	MT	NOBRES
25000.040451/2014-14	ALFREDO LOPEZ LOPEZ	2900784	BA	IUIU
25000.040454/2014-58	ALFREDO ZAMORA MOREJON	5100069	MT	NOVA CANAA DO NORTE
25000.040480/2014-86	AMAURIS REGALADO ALVAREZ	5000076	MS	AMAMBAI
25000.040618/2014-47	ANDRES JOANNYS HILL CORREOSO	2900789	BA	EUCLIDES DA CUNHA
25000.040659/2014-33	ANGELICA MARIA SOLA OWEN	2900795	BA	SANTO ESTEVAO
25000.040661/2014-11	ANICETA MABEL DE LA NUEZ RODRIGUEZ	5200137	GO	CATALAO
25000.040683/2014-72	ANNIA CEDENO SOULARIT	1500410	PA	BUJARU
25000.040695/2014-05	ANTONIO FELIPE GARABITO CUESTA	2900801	BA	IUIU
25000.040712/2014-04	ARACELY CANTO LOPEZ	2900802	BA	BARREIRAS
25000.040718/2014-73	ARELIS SANCHEZ OSORIO	1500414	PA	MELGACO
25000.040735/2014-19	ARIAGNE RAMIREZ PENA	1500416	PA	MARITUBA
25000.040755/2014-81	ARIEL COBO CHAVEZ	2800086	SE	NEOPOLIS
25000.040760/2014-94	ARISLEIDA HASTIE TERRERO	2900803	BA	IPIAU
25000.040777/2014-41	ARMANDO ENRIQUE PALMA MATIENZO	5100079	MT	NOVA MONTE VERDE
25000.040781/2014-18	ARMANDO MAXIMINO GIL GONZALEZ	5000077	MS	SONORA
25000.040989/2014-29	AYSEL DINORAH QUINTANA BATISTA	2900806	BA	BARREIRAS
25000.041064/2014-03	CARLOS EVELIO BENITEZ HERNANDEZ	1500421	PA	BRAGANCA
25000.041108/2014-97	CARLOS YORDANIS DOMINGUEZ RODRIGUEZ	5000088	MS	ELDORADO
25000.041128/2014-68	CLARIBEL CASTRO VIQUEIRO	3100435	MG	ARACUAI
25000.041142/2014-61	DACHELL PACHECO BALLESTER	3100434	MG	RIBEIRAO DAS NEVES
25000.041205/2014-80	DANIEL RAMIREZ SERRANO	1100088	RO	PORTO VELHO
25000.041510/2014-71	FIDEL ERNESTO DIAZ GARCIA	5100091	MT	GAUCHA DO NORTE
25000.041619/2014-17	HERIBERTO DIALEXIS HERNANDEZ HENRY	2900847	BA	ITAPETINGA
25000.043947/2014-40	JORGE LUIS DIAZ BARZAGA	5100112	MT	SAO JOSE DO POVO
25000.045371/2014-55	LISSET DUANY PULIDO	3100472	MG	SANTANA DOS MONTES
25000.045651/2014-63	LOURDES MILAGROS CABALLERO GARZON	2900902	BA	RIBEIRA DO AMPARO
25000.045657/2014-31	LOURDES SANCHEZ RIOS	1100099	RO	CACOAL
25000.045678/2014-56	LUIS ALBERTO FRANQUI VALDES	3100477	MG	BELO HORIZONTE
25000.045206/2014-01	MAGGIE MILAGROS JORGE MENDEZ	1500442	PA	MAE DO RIO
25000.045235/2014-65	MAIDELYN SUAREZ CRESPO	2900906	BA	REMANSO
25000.046734/2014-70	MARIA EMILIA GIRALT FERNANDEZ	3100568	MG	JUIZ DE FORA
25000.046749/2014-93	MARIA ESTHER FUENTES MARTINEZ	3100570	MG	TAPARUBA
25000.046640/2014-09	MARLYS MOYA CAMPOS	3500678	SP	PARIQUERA-ACU
25000.033799/2014-55	NILDA YAMINA CORDOVA VELAZQUEZ	2300538	CE	UBAJARA
25000.046283/2014-71	OSMIDES CRUZ BAREA	1600101	AP	MACAPA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

O Gerente-Geral de Fiscalização, nos termos dos arts. 82, inciso IX e 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos e as decisões finais proferidas nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

Nome	CPF/CNPJ	Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão do recurso	Decisão final	Valor (R$)	Enquadramento legal
TNL PCS S/A	04.164.616/0001-59	53504.027954/2010	400	22/01/2013	Reforma de ofício	Multa	37.344,00	Arts. 72, 99 e 102 da Resolução nº 477/2007; art. 37, II e V, 39 e 52 da Resolução nº 73/1998; art. 26, § 8º, 53 e 79 da Resolução nº 259/2001 e art. 162 da Lei n 9.472/97
Net Serviços de Comunicação S/A	00.108.786/0001-65	53504.016358/2005	384	21/01/2013	Reforma de ofício	Multa	113.800,00	Art. 55, IV, do Anexo à Resolução nº 242/2000

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 3.182, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo Processo n.º 53500.014854/2006. Aprova a posteriori a transferência de controle realiza na 5.ª Alteração Contratual da EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA., o qual passou a ser compartilhado entre o sócio AMILTON DE LUCCA e a sócia ingressante LUCIMARY DE OLIVEIRA FEITOSA. A aprovação não exime a empresa do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2013

Nº 4.267 - Processo n.º 53500.007725/2012. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

ANEXO I

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
A CENTRAL RADIO-TAXI LTDA - ME	11020489090	37.097.995/0001-60
F G F LOCAÇÃO DE TÁXI LTDA - ME	50403780098	05.586.483/0001-71
HENK TRANSPORTE LTDA ME	50405649100	04.992.868/0001-76
N. J. S. MOREIRA & COSTA LTDA	50401204863	05.747.660/0001-54
OURO TAXI RECIFE LTDA - ME	50402498968	05.493.744/0001-09
PIONEIRA RÁDIO TÁXI LTDA	50405059817	09.286.217/0001-84
RADIO TAXI BRASILIA LTDA - ME	11030267715	37.173.036/0001-87
RADIO TAXI CAPITAL LTDA ME	11020242523	32.930.273/0001-21
RADIO TAXI INTELIGENTE LTDA - ME	50404925294	05.682.491/0001-11
S KONDAK	50403683726	88.008.255/0001-41
SERVIÇOS DE TAXI AMAZONIA LTDA	50403685265	05.308.916/0001-27

ANEXO II

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
BRTÁXI COMUM RÁDIO TÁXI LTDA-ME	50405112564	04.772.385/0001-66
CARONA RADIO TAXI LTDA ME	50000522856	00.730.904/0001-72
CHAME TAXI RECIFE LTDA	50404905340	07.941.550/0001-54
EXECUTIVO RADIO TAXI LTDA	50402618378	00.859.038/0001-14
FEIRA RADIO TAXI SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA	50000016721	00.148.246/0001-05
GLOBO RADIO TAXI LTDA - ME	50406506558	06.075.449/0001-03
MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS O ANAPOLINO - ME	50013117726	01.679.273/0001-77
RADIO TAXI ALVORADA LTDA - ME	11030270260	37.990.298/0001-34
RÁDIO TÁXI AMIL LTDA	50401687996	06.067.363/0001-20
RADIO TAXI MODELO LTDA	09020268791	04.772.385/0001-66
RADIO TAXI SHALOM LTDA	11020238763	00.730.904/0001-72

ÁTILA AUGUSTO SOUTO
Substituto

Em 21 de março de 2014

Nº 1.395 - Processo nº 53500.007725/2012. O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decide, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 50/2014/COGE3/COGE, de 19 de março 2014: a) manter a decisão exarada por meio do Despacho Decisório nº 4.267, de 28 de agosto de 2013, que aplicou sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado para aquelas entidades que não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF/2011; b) reformar a decisão contida no mesmo despacho, para afastar a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço de Ra-

diotáxi Especializado para as prestadoras relacionadas no Anexo, que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF/2011 antes do trânsito em julgado do processo em epígrafe, aplicando, em substituição, a sanção de advertência.

ANEXO

Razão Social	CNPJ	FISTEL
N. J. S. MOREIRA & COSTA LTDA	5747660000154	50401204863
OURO TAXI RECIFE LTDA - ME	5493744000109	50402498968

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 4.281, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Expede autorização à STC - SISTEMA DE TRANSMISSAO CATARINENSE S.A, CNPJ nº 07.752.818/0001-00 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 4.175, DE 24 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53560002173/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - RTV - Tamboril/CE - Canal 7 - Autoriza novas características técnicas.

TALES ANTONIO CATUNDA ESMERALDO
Gerente
Substituto

ATO Nº 4.176, DE 24 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53560004051/2014 - RADIO POTY S.A - OM - Natal/RN - 1270 KHz - Autoriza novas características técnicas.

TALES ANTONIO CATUNDA ESMERALDO
Gerente
Substituto

ATO Nº 4.260, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53560002163/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXIO - RTV - Baixio/CE - Canal 2 - Autoriza novas características técnicas.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.446, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.004249/13. ASSOC. COMUNIT. CULT. E ESPORTIVA DE DOUTOR ULISSES - PARANÁ - RADCOM-Doutor Ulisses/PR-Canal 200. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.565, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.017998/2013. Expede autorização à L H DA SILVA AUTOMAÇÃO - ME, CNPJ/MF nº 17.679.633/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.566, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.001191/2014. Expede autorização à CYBER LITORAL INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.705.815/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.570, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.023611/2013. Expede autorização à ELIANE DE SOUSA LIMA DOURADO - ME, CNPJ/MF nº 12.195.714/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.571, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.020604/2013. Expede autorização à MOVER TELECOMUNICAÇÕES LTDA , CNPJ/MF nº 16.738.252/0001-52, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.724, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.028155/2013. Expede autorização à G2 XAXIM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 11.132.762/0001-68, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.088, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Processo no 53500.025169/2011. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ISIMPLES TELECOM E HARDWARE LTDA., CNPJ no 09.613.622/0001-60, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 24 de Fevereiro de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.153, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Processo no 53500.003461/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à QNET TELECOM LTDA. - ME, CNPJ no 07.648.681/0001-48, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.171, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.008309/2013. Expede autorização à K S FERREIRA - ME, CNPJ/MF nº 13.766.044/0001-79, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.231, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 42, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	18	21S5527	46W4335	1			Coordenada pré-fixada: 21S5527;46W4335 - Co-localizado com os canais 19D e 33-.
SP	Araraquara	9	21S4800	48W1100	31,6	207 337	25 10	SBTVD
SP	Araraquara	31+	21S4700	48W0933	1,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S4700;48W0933 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 17E ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Araraquara	55+	21S4705	48W0936	1,3			Coordenadas pré-fixadas: 21S4705;48W0936 - Co-localizado com o canal 40-.
SP	Araras	51	22S1533	47W2318	0,3			SBTVD
SP	Barretos	31+	20S3231	48W3348	4	70 a 78 223 a 230	2,1 1,7	SBTVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Bebedouro	50-	20S5614	48W2629	0,8	46 a 179	0,03	Coordenada pré-fixada 20S56'14";48W26'29" COLINEAR COM O CANAL36+.
SP	Franca	4	20S3200	47W2400	10	247 210	3,16 3,16	SBTVD
SP	Jaboticabal	47+	21S1548	48W1942	0,4	135 a 159 160 a 200 201 a 279 280 a 292	0,1 0,01 0,1 0,2	Coordenada pré-fixada 21S1548;48W1942 CO-LINEAR COM OS CANAIS 33+ E 54.
SP	Pirassununga	58-	21S5813	47W2514	0,7	301 a 313 243 a 275	0,2 0	Coordenada pré-fixada 21S5813;47W3514.
SP	Ribeirão Preto	5	21S0933	47W5028	44,16	41 a 80 81 a 295 296 a 19	27,4 7,9 13,61	Coordenada pré-fixada 21S0933;47W5028
SP	Ribeirão Preto	7+	21S0910	47W4948	20	153 a 167 303 a 321 15 a 47 199 a 221 122 a 138 105 a 112 170 a 182	11,5 11,5 11,5 11,5 11,5 11,5 11,5	Coordenada pré-fixada 21S0911;47W4949
SP	Ribeirão Preto	17	21S0923	47W5423	100			Coordenada pré-fixada 21S0923;47W5423
SP	Ribeirão Preto	33-	21S0912	47W4949	31,6	114 a 178 224 a 232 281 a 302 347 a 355 245 a 269	4 0,5 1 0,75 0	SBTVD
SP	Rio Claro	19	22S2540	47W3144	1	2 a 47 180 a 212 230 315	0 0 0,1 0,5	Coordenada pré-fixada 22S2540;47W3144
SP	São Carlos	6	22S0156	47W5252	5	129 a 149	3	Coordenadas pré-fixadas: 22S0156;47W5252 - SBTVD.
SP	São Carlos	48	22S0225	47W5206	1,3			Coordenadas pré-fixadas 22S0225;47W5206 - Co-localizado com o canal 34.
SP	São João da Boa Vista	47+	21S5224	46W4401	2	42 a 84	0	Coordenadas pré-fixadas 21S5224;46W4401 - Co-linear como canal 55. SBTVD.
SP	Sertãozinho	59+	21S0915	47W5651	1			Coordenada pré-fixada: 21S0915;47W5651 - Co-localizado com o canal 58D - SBTVD.

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	33-	21S5524	46W4335	0,3			SBTVD FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 32 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Águas da Prata	39+	21S5538	46W4332	0,4			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Águas da Prata	41	21S5538	46W4331	0,2			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 23 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Águas da Prata	45	21S5524	46W4335	0,2			Co-localizado com o canal 46D - SBTVD.
SP	Águas da Prata	58-	21S5533	46W4335	0,3	215 a 65	0	Coordenada pré-fixada 21S5533;46W4355 COL.CANAL 50
SP	Altinópolis	15	21S0132	47W2256	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S0132;47W2256 - Co-localizado com os canais 16D, 23 e 29 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	20	21S0130	47W2439	0,3			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 38 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	23	21S0049	47W2405	1			Co-localizado com o canal 15 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	25-	21S0135	47W2253	0,3			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 27 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	29	21S0132	47W2256	4,3			Co-localizado com os canais 15,28D,30D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	46	21S0054	47W2406	0,7			
SP	Altinópolis	48-	21S0130	47W2439	2			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Altinópolis	51	21S0132	47W2226	0,65			SBTVD.
SP	Américo Brasiliense	33+	21S4308	48W0532	1	325 a 345	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 21S4308;48W0532 - Co-locoalizado com o canal 32D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 46 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Araraquara	4+	21S4707	48W0937	0,5			SBTVD
SP	Araraquara	13+	21S4740	48W1032	10	22 211	0,1 2	SBTVD
SP	Araraquara	21	21S4659	48W0935	10	5 346	5 5	Coordenada pré-fixada: 21S4659;48W0935 - SBTVD.
SP	Araraquara	23+	21S4700	48W0935	5	306 a 330	0,8	Coordenadas Pré-ficadas: 21S4700;48W0935 - SBTVD
SP	Araraquara	29	21S4705	48W0936	5	308 a 314 334 a 354	4,97 2,25	Coordenada pré-fixada 21S4705;48W0936
SP	Araraquara	40-	21S4700	48W0935	3	32 a 50 294 a 336 196 a 211 169 a 189	1,3 1 1 1,8	Coordenada pré-fixada 21S4700;48W1000.
SP	Araraquara	43-	21S4705	48W0936	1,5	118 a 132 348 a 4 287 a 347	0,5 0,316 0,1	Coordenada pré-fixada 21S4705;48W0936 CO-LINEAR COM CANAIS 29 E 50+.
SP	Araraquara	50+	21S4649	48W0935	3,5	334 a 0	0,09	SBTVD
SP	Araras	7-	22S2017	47W2300	0,5	273 288 a 316	0 0	SBTVD
SP	Araras	15	22S2004	47W2232	0,5			Co-localizado com o canal 16D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Araras	21	22S2012	47W2242	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 22S2012;47W2242 - Co-localizado com os canais 20D e 22D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Araras	24+	22S2012	47W2246	0,2			Coordenadas pré-fixadas: 22S2012;47W2246 - SBTVD.
SP	Araras	27-	22S2013	47W2247	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 22S2013;47W2247 - Co-localizado com os canais 49- e 56D - SBTVD.
SP	Araras	41-	22S2014	47W2246	0,5			Co-localizado com os canais 27-, 42D e 49-, SBTVD - Funcionamento permitido no canal 16- até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Araras	45+	22S2012	47W2242	0,2	305	0,01	SBTVD
SP	Araras	49-	22S2028	47W2322	0,5			SBTVD
SP	Araras	57-	22S2013	47W2247	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 22S2013;47W2247 - Co-localizado com os canais 49- e 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 43- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Barretos	6	20S3236	48W3350	1			Coordenada pré-fixada 20S3236;48W3350
SP	Barretos	8	20S3232	48W3350	1	106	0,1	Coordenada pré-fixada 20S3232;48W3350
SP	Barretos	10+	20S3238	48W3401	3,16			SBTVD
SP	Barretos	12+	20S3911	48W3328	31,6			SBTVD
SP	Barretos	15+	20S3232	48W3350	1			SBTVD
SP	Barretos	23+	20S3233	48W3350	0,8			Co-localizado com os canais 15+,24D e 31+E - SBTVD.
SP	Barretos	27	20S3237	48W3347	1,3			SBTVD
SP	Barretos	45+	20S3233	48W3349	3			Co-localilzado com o canal 44D SBTVD
SP	Barretos	57+	20S3346	48W3401	1			Co-localizado com o canal 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Batatais	15-	20S5415	47W3536	1			Co-localizado com os canais 16D e 22-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Batatais	20-	20S5412	47W3531	1			Co-localizado com os canais 21D e 27-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 39 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Batatais	22-	20S5400	47W3519	0,7			Coordenadas pré-fixadas: 20S5400;47W3519 - Co-localizado com os canais 15- e 21D - SBTVD.
SP	Batatais	27-	20S5407	47W3522	1			Co-localizado com os canais 20-,28D e 41 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 58 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Batatais	33	20S5401	47W3609	1	180 a 270	0,3	Coordenadas pré-fixadas: 20S5401;47W3609 - Co-localizado com os canais 41 e 47-, SBTVD.
SP	Batatais	41	20S5407	47W3528	0,6			Co-localizado com os canais 27-,33 e 42D - SBTVD.
SP	Batatais	47-	20S5407	47W3522	1			
SP	Batatais	52	20S5408	47W3525	0,5			
SP	Bebedouro	15-	20S5804	48W2556	1			Co-localizado com os canais 16D e 30-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Bebedouro	20+	20S5806	48W2600	1	182	0,2	Coordenada pré-fixada 20S5806;48W2600. CO-LINEAR C/CANAL 28E
SP	Bebedouro	25-	20S5804	48W2556	1			Co-localizado com os canais 16D e 33+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 46+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Bebedouro	27-	20S5804	48W2556	3,6			Co-localizado com os canais 20+,26D e 28D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 23 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Bebedouro	30-	20S5804	48W2556	1			Co-localizado com os canais 15- e 38-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 28 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Bebedouro	33+	20S5641	48W2647	1	105	0,1	
SP	Bebedouro	36+	20S5613	48W2628	1	182 105	0 0,1	
SP	Bebedouro	38-	20S5804	48W2556	1			Co-localizado com os canais 30-,39D e 53-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Bebedouro	53-	20S5803	48W2555	0,3			Co-localizado com o canal 38-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 54- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Boa Esperança do Sul	39+	21S5949	48W2330	0,5			Co-localizado com o canal 54-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Boa Esperança do Sul	41+	21S5923	48W2402	0,04			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 32+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Boa Esperança do Sul	54-	22S0015	48W2311	0,04			COLINEAR COM CANAIS 51,57-.
SP	Brodowski	31	21S0257	47W4049	2			Coordenadas pré-fixadas: 21S0257;47W4049 - Co-localizado com o canal 32D - SBTVD.5 FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 25+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Brotas	29	22S1700	48W0800	0,3			Co-localizado com o canal 28D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Brotas	33	22S2128	48W0830	0,9			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Brotas	54	22S1539	48W0633	1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 55+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Buritizal	19	20S1042	47W4300	0,5			Co-localizado com o canal 50+ - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 38+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Buritizal	24+	20S1043	47W4301	0,5			Co-localizado com o canal 17+. SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Buritizal	43	20S1041	47W4247	0,5			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 27+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Buritizal	46+	20S1044	47W4304	0,5			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Caconde	22	21S3250	46W3915	0,5			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 38- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Caconde	59-	21S2631	46W3343	15,5	252 a 262 283 a 345 52 a 64 231 a 245	7 7 7 10,5	Coordenada pré-fixada 21S2629;46W3339
SP	Cajuru	44	21S1631	47W1815	0,5			Co-localizado como canal 45D - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 32 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Casa Branca	19+	21S4649	47W0413	0,3			
SP	Casa Branca	23	21S4656	47W0411	0,2			Coordenadas pré-fixadas: 21S4656;47W0411 - Co-localizado com o canal 24D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 22 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Casa Branca	41	21S4655	47W0408	0,3			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 16+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Casa Branca	53	21S4656	47W0408	0,1			Coordenadas pré-fixadas: 21S4656;47W0408 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Cássia dos Coqueiros	15-	21S2038	47W1205	5			
SP	Cássia dos Coqueiros	24+	21S2038	47W1205	5,15	124 a 156 186 a 196 208 a 224 230 a 236 257 a 351	4,5 0,7 3,2 4,5 4,5	Coordenada pré-fixada 21S2038;47W1205.
SP	Cássia dos Coqueiros	29	21S2038	47W1205	5			Coordenada pré-fixada: 21S2038;47W1205 - Co-localizado com o canal 15-. SBTVD.
SP	Cássia dos Coqueiros	41	21S2041	47W1207	4			SBTVD.
SP	Cássia dos Coqueiros	46	21S2042	47W1207	4,5			Coordenadas Pré-ficadas: 21S2042;47W1207 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Colina	36-	20S4300	48W3300	2,2			Coordenadas pré-fixadas: 20S4300;48W3300 - Co-localizado com o canal 43-. SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Colina	39+	20S4335	48W3300	0,2	155	0,1	SBTVD
SP	Colina	43-	20S4300	48W3300	0,2			Co-localizado com o canal 36-. SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 51- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Colina	59-	20S4326	48W3239	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 20S4326;48W3239 - SBTVD.
SP	Colômbia	22	20S1110	48W4115	0,0125			Co-localizado com o canal 21D. SBTVD.
SP	Cravinhos	15	21S2048	47W4347	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S2048;47W4347 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Cravinhos	25	21S1912	47W4419	0,5			Coordenadas pré-fixadas 21S1912;47W4419 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Cravinhos	51	21S2048	47W4347	0,5			
SP	Descalvado	15+	21S5300	47W3638	0,5			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 54 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Descalvado	38	21S5301	47W3639	0,5			Co-localizado com os canais 24-,52 e 39D - SBTVD.
SP	Descalvado	41+	21S5330	47W3700	0,08			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 15+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Descalvado	47+	21S5251	47W3650	0,2			Coordenadas pré-fixadas: 21S5251;47W3650 - SBTVD.
SP	Descalvado	52	21S5301	47W3639	0,7			Co-localizado com o canal 39D.
SP	Dourado	53	22S0715	48W1836	0,1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 29+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Fernando Prestes	6-	21S1627	48W4123	0,1	227	0,04	
SP	Fernando Prestes	22	21S1627	48W4123	0,0125			Co-localizado com o canal 21D. SBTVD.
SP	Franca	2	20S3023	47W2400	3,16	353 124	1 2	Coordenada pré-fixada 20S3023;47W2400
SP	Franca	6+	20S3012	47W2420	10	327	1	SBTVD
SP	Franca	7	20S3059	47W2440	1,5	260 a 34 183 a 237	0 0,025	Coordenada pré-fixada 20S3059;47W2440
SP	Franca	9+	20S3020	47W2400	10			SBTVD
SP	Franca	12	20S3023	47W2400	3,16	322 a 342	0,45	Coordenada pré-fixada 20S3023;47W2400
SP	Franca	22-	20S3017	47W2400	1	190 a 232	0,7	SBTVD
SP	Franca	33+	20S3023	47W2403	1			Coordenada pré-fixada 20S3023;47W2403 CO-LINEAR C/CANAL 41+
SP	Franca	43	20S3023	47W2403	1,5			SBTVD
SP	Franca	45	20S3017	47W2400	3,5	327	1,5	SBTVD
SP	Franca	55	20S3023	47W2403	1			Co-localizado com os canais 54D e 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guaíra	19	20S1822	48W1755	0,6			
SP	Guaíra	22-	20S1819	48W1751	0,29			Co-localizado com os canais 21D e 36-, SBTVD.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Guaíra	25+	20S1824	48W1752	0,05			Co-localizado com os canais 26D e 33-. SBTVD.
SP	Guaíra	33-	20S1822	48W1751	0,5			Co-localizado com os canais 19 e 25+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 35- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guaíra	36-	20S1822	48W1755	0,5			Co-localizado com os canais 22- e 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 40- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guaíra	38	20S1820	48W1755	0,5	261 a 275	0,2	Coordenada pré-fixada 20S1820;48W1755 CO-LINEAR C/ CANAIS 30+E,35-,40-,43-
SP	Guariba	15-	21S2217	48W1342	0,3			Coordenadas pré-fixadas 21S2217;48W1342 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 43 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	36-	21S2217	48W1349	0,1			Co-localizado com os canais 35D e 51, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 39+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	38-	21S2217	48W1349	0,5			Co-localizado com os canais 39D e 46-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	41-	21S2219	48W1355	0,3			Co-localizado com os canais 40D e 48-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 35 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	46-	21S2220	48W1355	0,5			Co-localizado com o canal 38-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 45- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	48-	21S2205	48W1400	0,1			Co-localizado com o canal 41-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 51- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Guariba	51-	21S2217	48W1349	0,3			Co-localizado com o canal 36-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	15	20S0150	47W4550	0,5			Co-localizado com o canal 16D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 45+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	25	20S0154	47W4554	0,6			Co-localizado com o canal 32 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	27	20S0150	47W4550	1,5			Co-localizado com o canal 28D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	32	20S0150	47W4550	1,5			
SP	Igarapava	38	20S0150	47W4550	0,5			Co-localizado com os canais 39D, 45 e 53+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 58+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	45	20S0155	47W4554	1			Co-localizado com os canais 38,44D e 53+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 29+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Igarapava	53+	20S0150	47W4550	0,5	270 a 90	0,1	
SP	Ipuã	41	20S2730	48W0044	0,07			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD.
SP	Itirapina	29	22S1650	47W5009	0,1			Co-localizado com o canal 28D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itirapina	46+	22S1650	47W5009	0,1			
SP	Ituverava	20+	20S2208	47W4815	1			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 19+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Ituverava	22	20S2010	47W4559	0,1			Co-localizado com os canais 21D e 29+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 16+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Ituverava	24	20S2018	47W4819	0,1			
SP	Ituverava	29+	20S2022	47W4650	1,5			Co-localizado com os canais 22, 28D, 30D e 36 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 14+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Ituverava	36	20S2208	47W4825	1			
SP	Ituverava	41+	20S2213	47W4829	1,5			Co-localizado com os canais 40D, 42D e 48-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Ituverava	48-	20S2208	47W4825	1			Co-localizado com o canal 41+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 52- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Jaboticabal	20	21S1548	48W1942	1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Jaboticabal	25+	21S1544	48W1942	0,3			Co-localizado com os canais 26D e 33+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 54 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Jaboticabal	29	21S1548	48W1942	0,2			Co-localizado com os canais 28D, 30D e 43 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 52+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Jaboticabal	31-	21S1628	48W1932	0,3			SBTVD
SP	Jaboticabal	33+	21S1548	48W1942	0,3			SBTVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Jaboticabal	43	21S1548	48W1942	0,4			Coordenadas pré-fixadas: 21S1548;48W1942 - Co-localizado com o canal 29 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 29+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Jaboticabal	50	21S1548	48W1942	1			SBTVD
SP	Leme	17-	22S0932	47W2410	1,5			Co-localizado com os canais 16D e 25-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 35- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Leme	25-	22S0923	47W2403	1,5			Co-localizado com o canal 17-. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 19- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Leme	29-	22S0925	47W2406	1,5			Co-localizado com os canais 30D e 44-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 54 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Leme	34-	22S0928	47W2408	0,8			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 22+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Leme	38+	22S0924	47W2405	0,85	114 a 142	0,5	Coordenada pré-fixada 22S0924;47W2405. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 46-.
SP	Leme	44-	22S0928	47W2409	0,75	261 332 a 24	0,1 0,1	
SP	Leme	46-	22S0924	47W2405	1,5	90 334 120 255 190	1 1 0,5 0,2 0,5	22S0924;47W2405. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 38+.
SP	Leme	53-	22S0923	47W2403	1,3			Coordenadas pré-fixadas: 22S0923;47W2403 - Co-localizado com o canal 38+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 48+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Matão	15-	21S3748	48W2008	1			SBTVD.
SP	Matão	19	21S3747	48W2006	0,3			
SP	Matão	28-	21S3747	48W2006	1,5			
SP	Matão	38-	21S3747	48W2006	0,5			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 16- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Matão	41	21S3748	48W2008	1			Co-localizado com os canais 40D e 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Matão	43-	21S3526	48W2049	0,3			Co-localizado com os canais 28-,42D e 44D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 25- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Matão	47	21S3748	48W2007	0,8	245 270	0,5 0,1	
SP	Matão	56	21S3800	48W2016	0,8			
SP	Matão	58	21S3600	48W2200	0,316	340	0,1	
SP	Miguelópolis	22-	20S1016	48W0054	0,021			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 41- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Mococa	10	21S2758	46W5616	3,16	129	1	
SP	Mococa	19	21S2948	47W0027	1			Co-localizado com os canais 26D, 25D e 27 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 30+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Mococa	21	21S2444	47W0031	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S2744;47W0031 - Co-localizado com os canais 286D, 34D e 36 - SBTVD - Funcionamento permitido no cnaal 30+ até aprovação pelo MC das novas condições de aprovação.
SP	Mococa	27+	21S2750	47W0035	1	210 325	0,2 0,5	
SP	Mococa	36	21S2948	47W0027	0,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S2948;47W0027 - Co-localizado com o canal 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Mococa	38	21S2802	47W0030	1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 54- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Mococa	40-	21S2752	47W0033	0,4	79 a 179 180 a 204	0,1 0,05	Coordenada pré-fixada 21S2752;47W0033 CO-LINEAR C/OS CANAIS48+ E 54-.
SP	Mococa	43	21S2749	47W0035	1,5			Co-localizado com os canais 36 e 57. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 16 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Mococa	48	21S2751	47W0033	1			Co-localizado com os canais 40- e 49D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 38+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Mococa	57	21S2804	47W0017	1			Co-localizado com o canal 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 48+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Monte Alto	15	21S1559	48W3009	0,8			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 24 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Monte Alto	28	21S1511	48W3046	5,5			Coordenadas pré-fixadas: 21S1511;48W3046 - Co-localizado com os canais 29D e 42 - SBTVD.
SP	Monte Alto	42	21S1512	48W3043	0,9			Co-localizado com os canais 28 e 49 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 48 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Monte Alto	49	21S1510	48W3041	1			Co-localizado com o canal 42 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 53- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Monte Alto	58-	21S1512	48W3042	1,4	158	0,3	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Morro Agudo	20	20S4408	48W0045	1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 25+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Morro Agudo	38	20S4408	48W0045	0,03			Co-localizado com os canais 39D e 45 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Morro Agudo	45	20S4322	48W0412	1			Co-localilzado com o canal 44D SBTVD
SP	Nova Europa	3	21S4642	48W3339	0,01			
SP	Nova Europa	45-	21S4639	48W3412	0,1			Co-localizado com os canais 44D e 53-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Nova Europa	53-	21S4639	48W3412	0,1			Co-localizado com o canal 45-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 36- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Orlândia	14+	20S4241	47W5322	3			Co-localizado com o canal 29 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 18 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Orlândia	20+	20S4002	47W5317	0,5			Co-localizado com o canal 34+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 56- ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Orlândia	23+	20S4241	47W5322	0,2			Coordenadas pré-fixadas: 20S4241;47W5322 - Co-localizado com o canal 24D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 16 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Orlândia	29	20S4000	47W5310	1,6	195	1	
SP	Orlândia	34+	20S4008	47W5305	2,7			Co-localizado com os canais 20+, 35D e 41-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 20 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Orlândia	41-	20S4246	47W5323	1			Co-localizado com os canais 34+, 40D e 42D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 46+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Orlândia	48+	20S4000	47W5310	1	315	0,8	
SP	Orlândia	50+	20S4313	47W5312	0,5			Co-localizado com o canal 57+.
SP	Orlândia	57+	20S4008	47W5304	2			Co-localizado com o canal 56D - SBTVD - Funcionamento permitido com o canal 54+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Patrocínio Paulista	23	20S3812	47W1802	0,03			Coordenadas pré-fixadas: 20S3812;47W1802 - Co-localizado com o canal 24D - SBTVD.
SP	Patrocínio Paulista	32+	20S3811	47W1802	0,3			
SP	Patrocínio Paulista	41+	20S3812	47W1802	0,05			Co-localizado com os canais 40D e 42D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 29+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Patrocínio Paulista	53-	20S3822	47W1654	0,3	108 a 120	0,1	
SP	Patrocínio Paulista	58	20S3811	47W1802	0,3			Co-localizado com o canal 59D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 56 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pedregulho	22+	20S1652	47W2816	0,1			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 15+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pedregulho	38+	20S1543	47W2930	0,1			Co-localizado com o canal 39D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 20+ ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pirangi	41	21S0403	48W3759	0,05			Coordenadas pré-fixadas: 21S0404;48W3759 SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 34+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pirassununga	14-	22S0000	47W2542	0,05			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pirassununga	48-	21S5946	47W2533	0,5			Co-localizado com os canais 49D e 55-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 55 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Pirassununga	55-	22S0000	47W2542	0,5			Co-localizado com os canais 48- e 54D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 47- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Pitangueiras	51+	21S0100	48W1300	0,1			Coordenadas pré-fixadas:21S0100;48W1300 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 35+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Porto Ferreira	32+	21S4053	47W2526	6			Coordenadas pré-fixadas: 21S4053;47W2526 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 53- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Ribeirão Bonito	43	22S0400	48W1034	0,1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇOES DE OPERAÇÃO.
SP	Ribeirão Bonito	52-	22S0344	48W0947	0,2			
SP	Ribeirão Preto	2-	21S0909	47W4949	10	1 a 62	6	Coordenada pré-fixada 21S0909;47W4949
SP	Ribeirão Preto	4-	21S0909	47W4949	10	1 a 62 191 a 220	6 5	Coordenada pré-fixada 21S0909;47W4949
SP	Ribeirão Preto	9-	21S0940	47W5102	0			Coordenada pré-fixada 21S0940;47W5102 VER TABELA 2
SP	Ribeirão Preto	11	21S0920	47W4954	3,3	186 356	1 1	21S0920;47W4954. SBTVD
SP	Ribeirão Preto	13-	21S0910	47W4950	10,59			Coordenadas pré-fixadas: 21S0910;47W4950 - SBTVD.
SP	Ribeirão Preto	14	21S0911	47W4957	50			COLINEAR C/CANAL 22
SP	Ribeirão Preto	19-	21S0930	47W5028	31,6	124 a 136 152 a 164 200 a 208	12 8 1,5	Coordenada pré-fixada 21S1100;47W4900 CO-LINEAR COM O CANAL33-E DE RIBEIRAO PRETO/SP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

						223 a 239 240 a 245 248 a 328 354 a 10	0,6 1 0 15	
SP	Ribeirão Preto	22	21S0941	47W5048	3,238			Co-localizado com o canal 14 - SBTVD.
SP	Ribeirão Preto	43+	21S0909	47W4949	12			Coordenadas pré-fixadas: 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 42D.
SP	Ribeirão Preto	55+	21S0940	47W4956	5	3 152 37 195	1 0,5 1 1	SBTVD
SP	Rifaina	46	20S0754	47W2714	1			Coordenada pré-fixada: 20S0754;47W2714 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 49+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Rio Claro	10	22S2541	47W3200	5	13 a 39 80 a 262	1 0	Coordenada pré-fixada: 22S2541;47W3200 - SBTVD.
SP	Rio Claro	13	22S2540	47W3144	0,1	119 a 169 152 a 246	0,01 0	Coordenada pré-fixada 22S2540;47W3144
SP	Rio Claro	25	22S2539	47W3144	1	35 126 141 156	0,5 1 1 1	COLINEAR COM CANAIS 27+,29-
SP	Rio Claro	27+	22S2539	47W3115	1			SBTVD
SP	Rio Claro	33	22S2540	47W3144	1			Co-localizado com os canais 25 e 32D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 29- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Rio Claro	35	22S2541	47W3144	1	35 90 135	0,3 0,1 0,5	Coordenada pré-fixada 22S2600;47W3200
SP	Rio Claro	53	22S2538	47W3143	1			Coordenada pré-fixada 22S2538;47W3143
SP	Rio Claro	55	22S2541	47W3144	1,2			SBTVD.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	15+	21S4850	47W1655	0,5			Co-localizado com os canais 14D e 23-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 56+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	23-	21S4850	47W1655	0,5	50 a 66	0	COL.CANAIS 21+,26-, 29+
SP	Santa Cruz das Palmeiras	25+	21S4852	47W1659	0,3			Co-localizado com o canal 24D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 21+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	27+	21S4850	47W1655	0,5			Co-localizado com o canal 34+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	34+	21S4853	47W1657	0,5			Co-localizado com o canal 27+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 29+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	51-	21S4850	47W1655	0,3			
SP	Santa Rita do Passa Quatro	20+	21S4054	47W2524	12,5	113 a 167 301 a 313	6 9	Coordenada pré-fixada 21S4054;47W2524 CO-LINEAR COM O CANAL28+
SP	Santa Rita do Passa Quatro	22	21S4055	47W2529	3,16			Coordenadas pré-fixadas: 21S4055;47W2529 - Co-localizado com o canal 36-. SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 15 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	31	21S4055	47W2527	8,8	175	8	COLINEAR C/CANAL 39-
SP	Santa Rita do Passa Quatro	33	21S4044	47W2535	10,3			
SP	Santa Rita do Passa Quatro	36	21S4054	47W2526	12,5			Coordenada pré-fixada 21S4054;47W2526
SP	Santa Rita do Passa Quatro	39-	21S4054	47W2526	8,3	208 a 246 237 a 249	3,5 3,5	Coordenada pré-fixada 21S4100;47W2500
SP	Santa Rita do Passa Quatro	43	21S4054	47W2524	5			Co-localizado com os canais 36 e 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 28+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	52	21S4054	47W2526	3			Co-localizado com o canal 53D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 49 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	57	21S4056	47W2528	3,16	65 a 69 70 a 84 85 a 115 116 a 130	1,5 1,2 0,65 1,2	Coordenada pré-fixada: 21S4056 - 47W2528
SP	São Carlos	7	22S0224	47W5207	1,73	108 a 122 123 a 159 239 a 263 295 a 323	0,16 1,2 0,316 1,45	Coordenadas pré-fixadas: 22S0224;47W5207.
SP	São Carlos	11+	22S0033	47W5209	3,16	5 139	1 0,1	SBTVD
SP	São Carlos	17-	22S0225	47W5206	6	290 a 340	2,5	Coordenadas pré-fixadas: 22S0225;47W5206 - Co-localizado com os canais 16D e 32-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 34 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Carlos	19-	22S0103	47W5327	1			Co-localizado com o canal 27 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 36- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Carlos	27	22S0225	47W5206	3,16	308 a 315	2,8	Coordenadas pré-fixadas: 22S0225;47W5206 - Co-localizado com o canal 34 - SBTVD.
SP	São Carlos	32-	22S0223	47W5205	2			Co-localizado com os canais 17- e 31D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 39 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Carlos	36-	22S0227	47W5207	2,5			Coordenadas pré-fixadas 22S0227;47W5207 - Co-localizado com o canal 35D - SBTVD.
SP	São Carlos	45+	22S0223	47W5206	1,5	119 a 137 311 a 319	0,1 1	SBTVD
SP	São Carlos	53+	22S0223	47W5205	1	13 215 318	0,1 0,5 0,1	Coordenada pré-fixada 22S0223;47W5205. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 39.
SP	São Carlos	55-	22S0225	47W5208	1			Co-localizado com os canais 54D e 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 56- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Carlos	58+	22S0100	47W5400	1	308	0,1	SBTVD
SP	São João da Boa Vista	15+	21S5023	46W4402	3,2	120 a 155 265 a 270	1 1	Coordenadas pré-fixadas: 21S5223;46W4402 - Co-localizado com o canal 16D - SBTVD.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	São João da Boa Vista	17+	21S5223	46W4356	25	285 a 317 358 a 234	16 0	Coordenada pré-fixada 21S5223;46W4356.
SP	São João da Boa Vista	21-	21S5224	46W4353	0,3			Coordenadas pré-fixadas: 21S5224;46W4353 - Co-localizado com os canais 20D, 22D e 35- SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 53- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São João da Boa Vista	25	21S5221	46W4401	10			Co-localizado com os canais 17+, 26D e 32D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 24 até aprovação do MC das novas condições de operação.
SP	São João da Boa Vista	28	21S5223	46W4355	40,1			Co-localizado com os canais 20D, 21, 35- e 42D - SBTVD.
SP	São João da Boa Vista	35-	21S5221	46W4359	16	160 a 170	8,5	Coordenadas pré-fixadas: 21S5221;46W4359 - Co-localizado com os canais 21-,27+,34D e 43- SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 14+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São João da Boa Vista	45-	21S5222	46W4401	10			Coordenada pré-fixada 21S5222;46W4401.
SP	São João da Boa Vista	55-	21S5725	46W4805	1	105	0,3	SBTVD
SP	São João da Boa Vista	59	21S5223	46W4354	7	155 a 180	2	Coordenadas pré-fixadas 21S5223;46W4354 - Co-localizado com o canal 45- SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 20 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Joaquim da Barra	15	20S3541	47W5156	1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Joaquim da Barra	25	20S3554	47W5210	0,1			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 31- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Joaquim da Barra	35	20S3538	47W5153	0,1			
SP	São Joaquim da Barra	38	20S3557	47W5213	1,1			Co-localizado com os canais 39D e 52 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Joaquim da Barra	43	20S3500	47W5133	0,1			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 23- até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	São Joaquim da Barra	47	20S3554	47W5209	0,275	272 139 a 235	0,009 0	
SP	São Joaquim da Barra	52	20S3555	47W5210	0,5			Co-localizado com o canal 38 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 51 ATE APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São José do Rio Pardo	7-	21S3448	46W5347	0,46	295	0,316	
SP	São José do Rio Pardo	15-	21S3458	46W5357	0,5			Co-localizado com os canais 23- e 29-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 52+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São José do Rio Pardo	23-	21S3438	46W5357	0,06	225 a 251	0	
SP	São José do Rio Pardo	25-	21S3458	46W5357	1			Co-localizado com os canais 24D e 26D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 49+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	São José do Rio Pardo	29-	21S3458	46W5359	1,4			Co-localizado com os canais 15-, 28D, 30D e 44-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São José do Rio Pardo	41+	21S3438	46W5343	0,47	280 a 12	0,3	Coordenada pré-fixada 21S3438;46W5343. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 49+.
SP	São José do Rio Pardo	44-	21S3458	46W5359	1			Co-localizado com os canais 29- e 45D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 36+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São José do Rio Pardo	46+	21S3458	46W5359	0,7			Coordenada pré-fixada 21S3458;46W5359
SP	São José do Rio Pardo	55-	21S3458	46W5357	1,4			Coordenadas pré-fixadas: 21S3458;46W5357 - Co-localizado com os canais 41+ e 54D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 25 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São Sebastião da Grama	5-	21S4154	46W5305	10			Coordenada pré-fixada 21S4154;46W5305
SP	Sertãozinho	20-	21S0935	47W5403	1			Coordenadas pré-fixadas: 21S0935;47W5403 - Co-localizado com os canais 21D, 27- e 34 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 46- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Sertãozinho	27-	21S0934	47W5408	5,5	343 a 223	0	SBTVD
SP	Sertãozinho	34	21S0929	47W5407	4			Coordenadas pré-fixadas: 21S0929;47W5407 - Co-localizado com os canais 20, 27-, 41 e 49-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Sertãozinho	38-	21S0935	47W5403	2,5	136 67 a 87 102 a 111	0,6 0,4 1,5	Coordenada pré-fixada 21S0935;47W5403 CO-LINEAR C/ CANAIS 30-E,46-
SP	Sertãozinho	41	21S0924	47W5406	2,2			Coordenadas pré-fixadas: 21S0924;47W5406 - Co-localizado com os canais 27-, 34, 42D e 49-, SBTVD.
SP	Sertãozinho	49-	21S0935	47W5402	100	260 a 310	30	Coordenadas pré-fixadas: 21S0935;47W5402 - Co-localizado com os canais 48D e 57+ - SBTVD.
SP	Sertãozinho	53-	21S0927	47W5406	2,2			Coordenadas pré-fixadas: 21S0927;47W5406 - Co-localizado com o canal 38-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 57+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Taquaritinga	14+	21S2147	48W3128	1			Coordenadas pré-fixadas: 21S2147;48W3128 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 18+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Taquaritinga	20-	21S2325	48W2701	0,8	8	0,2	
SP	Taquaritinga	23-	21S2149	48W3133	1,5	275 a 293 294 a 88	0,2 0	Coordenadas pré-fixadas: 21S2149; 48W3133 SBTVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Taquaritinga	25	21S2147	48W3128	1			Co-localizado com os canais 26D e 32+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Taquaritinga	27+	21S2149	48W3133	5			Coordenadas pré-fixadas: 21S2149;48W3133 - Co-localizado com os canais 20-, 26D, 28D e 34+, SBTVD.
SP	Taquaritinga	32+	21S2147	48W3128	2	13 a 190 212 a 234 286 a 310	0 0,3 0,2	Coordenada pré-fixada 21S2147;48W3128. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 18+.
SP	Taquaritinga	34+	21S2149	48W3133	3,8			Co-localizado com os canais 20-, 27+ e 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	15	20S4729	48W2019	0,3			Co-localizado com o canal 29 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 34- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	29	20S4729	48W2019	0,3			Co-localizado com os canais 15, 28D, 30D e 36 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 26 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	36	20S4729	48W2019	0,3			Coordenadas pré-fixadas: 20S4729;48W2019 - Co-localizado com os canais 29 e 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 42+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	41	20S4725	48W2004	0,3			Co-localizado com os canais 40D 49 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 45 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	45	20S4725	48W2006	0,3			Co-localizado com o canal 52 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 55- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	49	20S4725	48W2006	0,3			Co-localizado com o canal 41 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 24- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	52	20S4727	48W2005	0,3			Co-localizado com o canal 45 - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 53 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Terra Roxa	58+	20S4729	48W2019	0,8	299 a 313	0,3	Coordenada pré-fixada 20S4729;48W2019.

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Araraquara	50	21S4705	48W0936	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4705 48W0936
SP	Leme	38	22S0924	47W2405	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0924 47W2405 Co-localizado com o canal 39D.
SP	Orlândia	27	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312
SP	Ribeirão Preto	16	21S0940	47W5102	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0940 47W5102 - Reuso do canal do sítio 21S0942 47W5049
SP	Ribeirão Preto	40	21S0909	47W4949	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Terra Roxa	46	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019
SP	Araraquara	27	21S4654	48W0937	0,08			Coordenadas de sítio: 21S465400 48W093700
SP	Araraquara	38	21S4700	48W0935	0,08			Coordenadas de sítio: 21S470000 48W093500
SP	Araraquara	43	21S4707	48W0937	0,08			Coordenadas de sítio: 21S470700 48W093700 Co-localizado com o canal 42D.
SP	Araras	23	22S2004	47W2223	0,08			Coordenadas de sítio: 22S200400 47W222300 Co-localizado com o canal 22D.
SP	Batatais	43	20S5407	47W3522	0,08			Coordenadas de sítio: 20S540700 47W352200
SP	Bebedouro	43	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Franca	35	20S3219	47W2403	0,08			Coordenadas de sítio: 20S321900 47W240300
SP	Franca	43	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com os canais 42D, 44D.
SP	Guariba	27	21S2218	48W1354	0,08			Coordenadas de sítio: 21S221800 48W135400 Co-localizado com o canal 26D.
SP	Matão	32	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	28	21S3612	48W2156	0,08			Coordenadas de sítio: 21S361225 48W215661
SP	Pirassununga	28	21S5814	47W2513	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5814 47W2513
SP	Ribeirão Preto	38	21S0912	47w4946	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0912 47w4946
SP	Ribeirão Preto	27	21S0911	47W4946	0,08			Coordenadas de sítio: 21S091100 47W494600 Co-localizado com o canal 28D.
SP	Ribeirão Preto	43	21S0909	47W4949	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	47	21S0909	47W4949	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Rio Claro	33	22S2540	47W3143	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3143
	São Carlos	33	22S0225	47W5206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0225 47W5206
SP	Serrana	49	22S1209	47W3601	0,08			Coordenadas de sítio: 22S120900 47W360100
SP	Terra Roxa	39	20S4721	48W1947	0,08			Coordenadas de sítio: 20S472187 48W194707
SP	Viradouro	42	20S5200	48W1637	0,08			Coordenadas de sítio: 20S520000 48W163700

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	21	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5524;46W4335.
SP	Águas da Prata	16	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5524;46W4335.
SP	Águas da Prata	26	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5524;46W4335.
SP	Águas da Prata	46	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5524;46W4335 - Co-localizado com o canal 45.
SP	Águas da Prata	30	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5524;46W4335.
SP	Altinópolis	16	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 15.
SP	Altinópolis	39	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 40D.
SP	Altinópolis	26	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 25-.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Altinópolis	28	21S0132	47W2226	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Altinópolis	30	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Altinópolis	21	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0132;47W2226 - Co-localizado com o canal 20.
SP	Américo Brasiliense	32	21S4308	48W0532	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4308;48W0532 - Co-localizado com o canal 33+.
SP	Araraquara	18	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 17D.
SP	Araraquara	34	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 35D.
SP	Araraquara	42	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 43-.
SP	Araraquara	24	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Araraquara	28	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Araraquara	17	21S4700	48W0935	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 18D.
SP	Araraquara	14	21S4700	48W0935	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935.
SP	Araraquara	51	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 50+.
SP	Araraquara	61	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935.
SP	Araras	22	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 21+.
SP	Araras	16	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com os canais 15 e 17D - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Araras	20	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 21+.
SP	Araras	30	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S201200; 47W224200 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Araras	46	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 45+, Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Araras	42	22S2013	47W2245	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 41-, Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Araras	36	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Reuso do canal de Piracicaba/SP.
SP	Araras	48	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 49-, Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Araras	17	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 16D.
SP	Araras	56	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242 - Co-localizado com o canal 57-.
SP	Araras	60	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2012;47W2242.
SP	Barretos	14	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350 - Co-localizado com o canal 15+.
SP	Barretos	26	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Barretos	18	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350.
SP	Barretos	24	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Barretos	28	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3232;8W3350 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Barretos	32	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350 - Co-localizado com o canal 31+E.
SP	Barretos	44	20S3233	48W3349	0,8			Coordenadas do Sítio: 20S3233; 48W3349 Co-localizado com o canal 45+
SP	Barretos	56	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3232;48W3350 - Co-localizado com o canal 57+.
SP	Barretos	61	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3232;48W3350.
SP	Batatais	16	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531 - Co-localizado com o canal 15-.
SP	Batatais	18	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531.
SP	Batatais	21	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531 - Co-localizado com os canais 20- e 22-.
SP	Batatais	28	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531 - Co-localizado com o canal 27-.
SP	Batatais	59	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531.
SP	Batatais	30	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5412;47W3531.
SP	Bebedouro	16	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com o canal 15-.
SP	Bebedouro	26	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-Localizado com os canais 25- e 27-.
SP	Bebedouro	28	20S5803	48W2555	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com o canal 27-.
SP	Bebedouro	34	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com os canais 33+ e 35D.
SP	Bebedouro	48	20S5631	48W2639	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5631;48W2639.
SP	Bebedouro	35	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com os canais 34D e 36+.
SP	Bebedouro	39	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com o canal 38-.
SP	Bebedouro	21	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5803;48W2555 - Co-localizado com o canal 20+.
SP	Boa Esperança do Sul	24	21S5933	48W2327	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5933;48W2327.
SP	Boa Esperança do Sul	42	21S5922	48W2401	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S5922;48W2401 - Co-localizado com o canal 41+.
SP	Boa Esperança do Sul	51	21S5933	48W2327	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S5933;48W2327.
SP	Brodowski	32	21S0300	47W4050	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0300;47W4050 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Brotas	28	22S1703	48W0736	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S1703;48W0736 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Brotas	50	22S1703	48W0736	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S1703;48W0736.
SP	Buritizal	18	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas do Sítio. 20s1043;47w4303 - Co-localizado com os canais 17+ e 19+.
SP	Buritizal	39	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1043;47W4303 - Co-localizado com o canal 40D.
SP	Buritizal	30	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1043;47W4303.
SP	Caconde	50	21S3146	46W3838	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3146;46W3838.
SP	Cajuru	45	21S1631	47W1815	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1631;47W1815 - Co-localizado com o canal 44.
SP	Casa Branca	18	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4650;47W1815 - Co-localizado com o canal 19+.
SP	Casa Branca	24	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4650;47W0409 - Co-localizado com o canal 23.
SP	Casa Branca	42	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4650;47W0409 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Casa Branca	50	21S4650	47W0409	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S4650;47W0409.
SP	Cássia dos Coqueiros	18	21S2038	47W1205	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S2038;47W1205 - Co-localizado com o canal 19-.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Cássia dos Coqueiros	23	21S2038	47W1205	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S2038;47W1205 - Co-localizado com o canal 24+.
SP	Colina	40	20S4248	48W3227	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4248;48W3227 - Co-localizado com o canal 39+.
SP	Colina	58	20S4248	48W3227	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4248;48W3227 - Co-localizado com o canal 59-.
SP	Colômbia	21	20S1110	48W4115	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1110;48W4115 - Co-localizado com o canal 22.
SP	Cravinhos	18	21S2025	47W4346	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2025;47W4346.
SP	Cravinhos	42	21S1912	47W4418	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1912;47W4418.
SP	Descalvado	18	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5301;47W3639.
SP	Descalvado	39	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5301;47W3639 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Descalvado	42	21S5301	47W3639	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S5301;47W3639 - Co-localizado com o canal 41+.
SP	Descalvado	50	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5301;47W3639.
SP	Dourado	22	22S0715	48W1836	0,008			Coordenadas do Sítio. 22S0715;48W1836.
SP	Fernando Prestes	21	21S1627	48W4123	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S1627;48W4123 - Co-localizado com o canal 22.
SP	Franca	18	20S3023	47W2400	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400.
SP	Franca	30	20S3023	47W2400	8			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400.
SP	Franca	42	20S3023	47W2400	8			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Franca	21	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400 - Co-localizado com o canal 22-.
SP	Franca	56	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400 - Co-localizado com o canal 55.
SP	Franca	44	20S3023	47W2400	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400 - Co-localizado com os canais 43 e 45.
SP	Franca	54	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400 - Co-localizado com o canal 55.
SP	Franca	61	20S3023	47W2400	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S3023;47W2400.
SP	Guaíra	21	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1822;48W1752 - Co-localizado com o canal 22-.
SP	Guaíra	26	20S1854	48W1841	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1854;48W1841 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Guaíra	35	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1822;48W1752 - Co-localizado com o canal 36-.
SP	Guaíra	39	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1822;48W1752 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Guariba	18	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2136;48W1342.
SP	Guariba	35	21S2136	48W1342	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S2136;48W1342 - Co-localizado com o canal 36-.
SP	Guariba	39	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2136;48W1342 - Co-localizado com os canais 38- e 40D.
SP	Guariba	26	21S2218	48W1354	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2218;48W1354.
SP	Guariba	30	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2136;48W1342.
SP	Guariba	40	21S2136	48W1342	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S2136;48W1342 - Co-localizado com os canais 39D e 41-.
SP	Igarapava	19	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550.
SP	Igarapava	42	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550.
SP	Igarapava	28	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Igarapava	30	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550.
SP	Igarapava	39	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Igarapava	44	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0150;47W4550 - Co-localizado com o canal 45.
SP	Ipuã	42	20S2730	48W0044	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S2730;48W0044 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Itirapina	28	22S1650	47W5009	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3854;50W2138 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Itirapina	53	22S1650	47W5009	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3854;50W2138.
SP	Ituverava	21	20S2022	47W4650	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S2022;47W4650 - Co-localizado com os canais 20+ e 22.
SP	Ituverava	28	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2022;47W4650 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Ituverava	30	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2022;47W4650 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Ituverava	42	20S2210	47W4826	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2210;47W4826 - Co-localizado com o canal 41+.
SP	Ituverava	40	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2022;47W4650 - Co-localizado com os canais 39D e 41+.
SP	Jaboticabal	26	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Jaboticabal	28	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Jaboticabal	18	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942.
SP	Jaboticabal	39	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942 - Co-localizado com o canal 40D.
SP	Jaboticabal	40	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942 Co-localizado com o canal 39D.
SP	Jaboticabal	58	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942.
SP	Jaboticabal	30	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1548;48W1942 - Co-localizado com os canais 29 e 31-.
SP	Leme	16	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409 - Co-localizado com o canal 17-.
SP	Leme	14	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409.
SP	Leme	30	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409 - Co-localizado com o canal 29-.
SP	Leme	39	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409 - Co-localizado com o canal 38+.
SP	Leme	45	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409 - Co-localizado com o canal 44-.
SP	Leme	50	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0927;47W2409.
SP	Matão	18	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com o canal 19-.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Matão	44	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com o canal 43-.
SP	Matão	42	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com os canais 41 e 43-.
SP	Matão	40	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Matão	57	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com os canais 56 e 58.
SP	Matão	59	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3749;48W2008 - Co-localizado com o canal 58.
SP	Miguelópolis	21	20S1016	48W0054	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3854;50W2138 - Co-localizado com o canal 22-.
SP	Mococa	28	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 27+.
SP	Mococa	16	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 17.
SP	Mococa	32	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017.
SP	Mococa	30	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017.
SP	Mococa	35	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 36.
SP	Mococa	24	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017.
SP	Mococa	59	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017.
SP	Mococa	26	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 27+
SP	Mococa	49	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Mococa	56	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2804;47W0017 - Co-localizado com o canal 57.
SP	Monte Alto	18	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1540;48W2947.
SP	Monte Alto	29	21S1540	48W2947	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S1540;48W2947 - Co-localizado com os canais 28 e 30D.
SP	Monte Alto	26	21S1513	48W3043	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1513;48W3043.
SP	Monte Alto	40	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1540;48W2947.
SP	Monte Alto	30	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1540;48W2947 - Co-localizado com o canal 29D.
SP	Morro Agudo	18	20S4353	48W0328	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4353;48W0328.
SP	Morro Agudo	39	20S4353	48W0328	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4353;48W0328 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Morro Agudo	44	20S4322	48W0412	0,08			Coordenadas do Sítio: 20S4322; 48W0412 Co-localizado com o canal 45
SP	Nova Europa	44	21S4642	48W3339	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S4642;48W3339 - Co-localizado com o canal 45-.
SP	Nova Europa	51	21S4643	48W3339	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S4642;48W3339.
SP	Orlândia	35	20S4313	47W5312	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com o canal 34+.
SP	Orlândia	24	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Orlândia	28	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Orlândia	30	20S4313	47W5312	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Orlândia	42	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com os canais 41- e 43+.
SP	Orlândia	40	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4313;47W5312 - Co-localizado com o canal 41-.
SP	Orlândia	56	20S4008	47W5308	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4008;475308 - Co-localizado com o canal 57+.
SP	Patrocínio Paulista	24	20S3822	47W1654	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3822;47W1654 - Co-localizado com o canal 23.
SP	Patrocínio Paulista	40	20S3822	47W1654	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3822;47W1654 - Co-localizado com o canal 41+.
SP	Patrocínio Paulista	42	20S3813	47W1802	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3813;47W1802 - Co-localizado com o canal 41+.
SP	Patrocínio Paulista	59	20S3822	47W1654	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3822;47W1654 - Co-localizado com o canal 58.
SP	Pedregulho	21	20S1525	47W2836	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1525;47W2836 - Co-localizado com o canal 22+.
SP	Pedregulho	39	20S1525	47W2836	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1525;47W2836 - Co-localizado com o canal 38+.
SP	Pirassununga	49	22S0000	47W2542	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0000;47W2542 - Co-localizado com o canal 48-.
SP	Pirassununga	54	22S0000	47W2542	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0000;47W2542 - Co-localizado com o canal 55-.
SP	Pirassununga	59	22S0000	47W2542	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0000;47W2542 - Co-localizado com o canal 58-E.
SP	Porto Ferreira	19	21S4053	47W2526	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4053;47W2526.
SP	Ribeirão Preto	36	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 35D.
SP	Ribeirão Preto	30	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949.
SP	Ribeirão Preto	24	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949.
SP	Ribeirão Preto	42	21S0912	47W4954	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 -Co-localizado com o canal 43+.
SP	Ribeirão Preto	18	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com os canais 17 e 19-.
SP	Ribeirão Preto	28	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949.
SP	Ribeirão Preto	35	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 36D.
SP	Ribeirão Preto	56	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 55+.
SP	Ribeirão Preto	21	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 22.
SP	Ribeirão Preto	32	21S0909	47W4949	8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 33-E.
SP	Ribeirão Preto	54	21S0909	47W4949	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949 - Co-localizado com o canal 55+.
SP	Ribeirão Preto	61	21S0909	47W4949	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0909;47W4949.
SP	Rio Claro	42	22S2541	47W3200	8			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	32	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Co-localizado com o canal 33, Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	18	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Co-localizado com o canal 19E.
SP	Rio Claro	30	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	46	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	16	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	38	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144.
SP	Rio Claro	48	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144 - Reuso do canal de Limeira/SP.
SP	Rio Claro	22	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S2540;47W3144.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	18	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4850;47W1655.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Santa Cruz das Palmeiras	24	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4850;47W1655 - Co-localizado com os canais 23- e 25+.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	14	20S4850	47W1655	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4850;47W1655 - Co-localizado com o canal 15+.
SP	Santa Cruz das Palmeiras	50	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S4850;47W1655 - Co-localizado com o canal 51-.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	18	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	53	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528 - Co-localizado com o canal 52.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	42	21S4055	47W2527	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	30	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	40	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528 - Co-localizado com o canal 39-.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	56	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S4052;47W2528 - Co-localizado com o canal 57.
SP	São Carlos	42	22S0154	47W5251	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 43D.
SP	São Carlos	38	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235.
SP	São Carlos	34	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 35D.
SP	São Carlos	16	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 17-.
SP	São Carlos	56	22S0225	47W5206	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0225;47W5206 - Co-localizado com o canal 55-.
SP	São Carlos	31	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 32-.
SP	São Carlos	35	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com os canais 34D e 36-.
SP	São Carlos	47	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 48E.
SP	São Carlos	50	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235.
SP	São Carlos	54	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com os canais 53+ e 55-.
SP	São Carlos	43	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235 - Co-localizado com os canais 42D e 44D.
SP	São Carlos	60	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0153;47W5235.
SP	São João da Boa Vista	16	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 Co-localizado com os canais 15+ e 17+.
SP	São João da Boa Vista	48	21S5222	46W4401	8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com o canal 47+E.
SP	São João da Boa Vista	20	21S5222	46W4401	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com o canal 21-.
SP	São João da Boa Vista	26	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com o canal 25.
SP	São João da Boa Vista	46	21S5222	46W4401	8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com os canais 45- e 47+E.
SP	São João da Boa Vista	30	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401.
SP	São João da Boa Vista	22	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com o canal 21-.
SP	São João da Boa Vista	34	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S5222;46W4401 - Co-localizado com o canal 35-.
SP	São Joaquim da Barra	18	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5209 - Co-localizado com o canal 19.
SP	São Joaquim da Barra	42	20S3554	47W5209	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5209.
SP	São Joaquim da Barra	28	20S3554	47W5209	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5209.
SP	São Joaquim da Barra	39	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5209 - Co-localizado com os canais 38 e 40D.
SP	São Joaquim da Barra	40	20S3554	47W5209	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5209 - Co-localizado com o canal 39D.
SP	São Joaquim da Barra	30	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3554;47W5009.
SP	São José do Rio Pardo	59	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352.
SP	São José do Rio Pardo	18	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352.
SP	São José do Rio Pardo	24	21S3451	46W5352	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com os canais 23- e 25-.
SP	São José do Rio Pardo	26	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	São José do Rio Pardo	28	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com o canal 29-.
SP	São José do Rio Pardo	50	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352.
SP	São José do Rio Pardo	45	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com os canais 44- e 46+.
SP	São José do Rio Pardo	30	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com o canal 29-.
SP	São José do Rio Pardo	54	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3451;46W5352 - Co-localizado com o canal 55-.
SP	Sertãozinho	16	21S0935	47W5403	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0935;47W5403 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP.
SP	Sertãozinho	28	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0935;47W5403 - Co-localizado com os canal 27 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP.
SP	Sertãozinho	42	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0935;47W5403 - Co-localizado com o canal 41 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP.
SP	Sertãozinho	21	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0935;47W5403 - Co-localizado com o canal 20-, Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP.
SP	Sertãozinho	58	21S0915	47W5651	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0915;47W5651 - Co-localizado com o canal 59+E.
SP	Taquaritinga	35	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W3133 - Co-localizado com o canal 34+.
SP	Taquaritinga	18	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W3133.
SP	Taquaritinga	39	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W3133 - Co-localizado com o canal 40D.
SP	Taquaritinga	26	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W1333 - Co-localizado com os canis 25 e 27+.
SP	Taquaritinga	28	21S2148	48W3133	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W3133 - Co-localizado com o canal 27+.
SP	Taquaritinga	40	21S2148	48W1333	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S2148;48W3133 - Co-localizado com o canal 39D.
SP	Terra Roxa	28	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4729;48W2019 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Terra Roxa	35	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4729;48W2019 - Co-localizado com o canal 36.
SP	Terra Roxa	44	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4729;48W2019 - Co-localizado com o canal 45.
SP	Terra Roxa	40	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4729;48W2019 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Terra Roxa	30	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4729;48W2019 - Co-localizado com o canal 29.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	47	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5524 46W4335
SP	Águas da Prata	15	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5524 46W4335
SP	Águas da Prata	26	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5524 46W4335 - Reuso do canal de São João da Boa Vista/SP
SP	Águas da Prata	29	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5524 46W4335 - Reuso do canal de São João da Boa Vista/SP
SP	Águas da Prata	24	21S5524	46W4335	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5524 46W4335 - Reuso do canal de São João da Boa Vista/SP
SP	Altinópolis	16	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226
SP	Altinópolis	39	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226 Co-localizado com o canal 40D.
SP	Altinópolis	26	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226
SP	Altinópolis	29	21S0132	47W2226	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Altinópolis	30	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Altinópolis	21	21S0132	47W2226	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0132 47W2226
SP	Américo Brasiliense	41	21S4308	48W0532	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4308 48W0532
SP	Araraquara	18	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935
SP	Araraquara	34	21S4700	48W0935	8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935 Co-localizado com os canais 35D, 33D.
SP	Araraquara	42	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935 Co-localizado com o canal 43D.
SP	Araraquara	24	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935
SP	Araraquara	28	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935
SP	Araraquara	45	21S4700	48W0935	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935
SP	Araraquara	33	21S4700	48W0935	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935 Co-localizado com os canais 34D, 32D.
SP	Araraquara	32	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935 Co-localizado com os canais 33D, 31D.
SP	Araraquara	31	21S4700	48W0935	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4700 48W0935 Co-localizado com o canal 32D.
SP	Araras	22	22S2012	47W2242	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242 Co-localizado com o canal 23D.
SP	Araras	15	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	20	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	39	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	46	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	26	22S2013	47W2245	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2013 47W2245
SP	Araras	36	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	48	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	50	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	17	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Araras	31	22S2012	47W2242	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2012 47W2242
SP	Barretos	14	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Barretos	26	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Barretos	18	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350 Co-localizado com o canal 19D.
SP	Barretos	24	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Barretos	28	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Barretos	51	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Barretos	44	20S3233	48W3349	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3233 48W3349
SP	Barretos	19	20S3232	48W3350	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350 Co-localizado com o canal 18D.
SP	Barretos	31	20S3232	48W3350	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3232 48W3350
SP	Batatais	16	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531 Co-localizado com o canal 15D.
SP	Batatais	15	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531 Co-localizado com o canal 16D.
SP	Batatais	21	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531
SP	Batatais	29	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Batatais	45	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531
SP	Batatais	30	20S5412	47W3531	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5412 47W3531 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Bebedouro	16	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Bebedouro	26	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Bebedouro	28	20S5803	48W2555	0,8			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Bebedouro	34	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555 Co-localizado com o canal 35D.
SP	Bebedouro	40	20S5804	48W2556	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5804 48W2556
SP	Bebedouro	35	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555 Co-localizado com o canal 34D.
SP	Bebedouro	39	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Bebedouro	21	20S5803	48W2555	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5803 48W2555
SP	Boa Esperança do Sul	24	21S5933	48W2327	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5933 48W2327 Co-localizado com o canal 25D.
SP	Boa Esperança do Sul	25	21S5922	48W2401	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5922 48W2401 Co-localizado com o canal 24D.
SP	Boa Esperança do Sul	32	21S5933	48W2327	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5933 48W2327
SP	Brodowski	50	21S0300	47W4050	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0300 47W4050
SP	Brotas	28	22S1703	48W0736	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1703 48W0736
SP	Brotas	32	22S1703	48W0736	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1703 48W0736
SP	Buritizal	15	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1043 47W4303 - Reuso do canal de Igarapava/SP
SP	Buritizal	39	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1043 47W4303 Co-localizado com o canal 40D. - Reuso do canal de Igarapava/SP
SP	Buritizal	30	20S1043	47W4303	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1043 47W4303 - Reuso do canal de Igarapava/SP
SP	Caconde	32	21S3146	46W3838	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3146 46W3838
SP	Cajuru	44	21S1631	47W1815	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1631 47W1815
SP	Casa Branca	15	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4650 47W0409
SP	Casa Branca	23	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4650 47W0409
SP	Casa Branca	42	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4650 47W0409
SP	Casa Branca	32	21S4650	47W0409	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4650 47W0409
SP	Cássia dos Coqueiros	18	21S2038	47W1205	0,8			Coordenadas de sítio: 21S2038 47W1205
SP	Cássia dos Coqueiros	23	21S2038	47W1205	0,8			Coordenadas de sítio: 21S2038 47W1205
SP	Colina	40	20S4248	48W3227	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4248 48W3227
SP	Colina	45	20S4248	48W3227	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4248 48W3227
SP	Colômbia	21	20S1110	48W4115	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1110 48W4115
SP	Cravinhos	15	21S2025	47W4346	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2025 47W4346
SP	Cravinhos	26	21S1912	47W4418	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1912 47W4418
SP	Descalvado	15	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5301 47W3639

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Descalvado	39	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5301 47W3639
SP	Descalvado	42	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5301 47W3639
SP	Descalvado	32	21S5301	47W3639	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5301 47W3639
SP	Dourado	32	22S0715	48W1836	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0715 48W1836 - Reuso do canal de Boa Esperança do Sul/SP
SP	Fernando Prestes	21	21S1627	48W4123	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1627 48W4123
SP	Franca	18	20S3023	47W2400	8			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 19D.
SP	Franca	30	20S3023	47W2400	8			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 31D.
SP	Franca	42	20S3023	47W2400	8			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 43D.
SP	Franca	21	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 22D.
SP	Franca	19	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 18D.
SP	Franca	44	20S3023	47W2400	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 43D.
SP	Franca	22	20S3023	47W2400	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 21D.
SP	Franca	31	20S3023	47W2400	0,8			Coordenadas de sítio: 20S3023 47W2400 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Guaíra	21	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1822 48W1752
SP	Guaíra	26	20S1854	48W1841	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1854 48W1841
SP	Guaíra	35	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1822 48W1752
SP	Guaíra	39	20S1822	48W1752	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1822 48W1752
SP	Guariba	18	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2136 48W1342 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Guariba	35	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2136 48W1342
SP	Guariba	39	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2136 48W1342 Co-localizado com o canaL 40D de Taquaritinga/SP - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Guariba	26	21S2218	48W1354	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2218 48W1354 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Guariba	30	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2136 48W1342 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Guariba	40	21S2136	48W1342	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2136 48W1342 Co-localizado com o canal 39D. - Reuso do canal de Jaboticabal/SP. Reuso do canal de Taquaritinga/SP
SP	Igarapava	15	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550
SP	Igarapava	26	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550
SP	Igarapava	29	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Igarapava	30	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550 Co-localizado com o canal 29D
SP	Igarapava	39	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550
SP	Igarapava	44	20S0150	47W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0150 47W4550
SP	Ipuã	42	20S2730	48W0044	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2730 48W0044
SP	Itirapina	29	22S1650	47W5009	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1650 47W5009
SP	Itirapina	32	22S1650	47W5009	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1650 47W5009
SP	Ituverava	21	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2022 47W4650
SP	Ituverava	29	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2022 47W4650 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Ituverava	30	20S2210	47W4827	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2210; 47W4827 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Ituverava	26	20S2210	47W4826	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2210 47W4826
SP	Ituverava	40	20S2022	47W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2022 47W4650 Co-localizado com o canal 39D.
SP	Jaboticabal	26	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942
SP	Jaboticabal	28	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942 - Reuso do canal de Monte Alto/SP
SP	Jaboticabal	18	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942
SP	Jaboticabal	39	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942 Co-localizado com o canal 40D
SP	Jaboticabal	40	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942 Co-localizado com o canal 39D.
SP	Jaboticabal	45	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942
SP	Jaboticabal	30	21S1548	48W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1548 48W1942 - Reuso do canal de Guariba/SP. Reuso do canal de Monte Alto/SP
SP	Leme	16	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409
SP	Leme	28	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409
SP	Leme	30	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409
SP	Leme	39	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409 Co-localizado com o canal 38D.
SP	Leme	44	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409
SP	Leme	32	22S0927	47W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0927 47W2409
SP	Matão	18	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	44	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	42	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	40	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	49	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Matão	51	21S3749	48W2008	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3749 48W2008
SP	Miguelópolis	21	20S1016	48W0054	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1016 48W0054
SP	Mococa	28	21S2804	47W0017	0,8			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Mococa	18	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 19D. - Reuso do canal de São José do Rio Pardo/SP
SP	Mococa	50	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 49D.
SP	Mococa	30	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 - Reuso do canal de São José do Rio Pardo/SP
SP	Mococa	35	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017
SP	Mococa	23	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017
SP	Mococa	27	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com os canais 28D, 26D.
SP	Mococa	26	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Mococa	49	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 50D.
SP	Mococa	19	21S2804	47W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2804 47W0017 Co-localizado com o canal 18D.
SP	Monte Alto	18	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1540 48W2947 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Monte Alto	28	21S1540	48W2947	0,8			Coordenadas de sítio: 21S1540 48W2947 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Monte Alto	26	21S1513	48W3043	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1513 48W3043 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP.
SP	Monte Alto	40	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1540 48W2947 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Monte Alto	30	21S1540	48W2947	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1540 48W2947 - Reuso do canal de Jaboticabal/SP
SP	Morro Agudo	18	20S4353	48W0328	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4353 48W0328 - Reuso do canal de Orlândia/SP
SP	Morro Agudo	39	20S4353	48W0328	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4353 48W0328
SP	Morro Agudo	44	20S4322	48W0412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4322 48W0412
SP	Nova Europa	44	21S4642	48W3339	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4642 48W3339
SP	Nova Europa	32	21S4643	48W3339	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4643 48W3339
SP	Orlândia	35	20S4313	47W5312	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312
SP	Orlândia	24	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312
SP	Orlândia	29	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Orlândia	30	20S4313	47W5312	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Orlândia	42	20S4313	47W5312	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4313 47W5312
SP	Orlândia	40	20S4009	47W5303	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4009 47W5303
SP	Orlândia	19	20S4008	47W5308	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4008 47W5308
SP	Patrocínio Paulista	24	20S3822	47W1654	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3822 47W1654
SP	Patrocínio Paulista	40	20S3822	47W1654	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3822 47W1654
SP	Patrocínio Paulista	42	20S3813	47W1802	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3813 47W1802 - Reuso do canal de Franca/SP
SP	Patrocínio Paulista	27	20S3822	47W1654	0,08			Coordenadas de sítio: 20s3811 47w1803
SP	Pedregulho	21	20S1525	47W2836	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1525 47W2836
SP	Pedregulho	39	20S1525	47W2836	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1525 47W2836
SP	Pirassununga	48	22S0014	47W2847	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0014 47W2847
SP	Pirassununga	17	22S0000	47W2542	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0000 47W2542
SP	Pirassununga	41	22S0000	47W2542	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0000 47W2542
SP	Porto Ferreira	41	21S4053	47W2526	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4053 47W2526 Co-localizado com os canais 42D de Santa Rita do Passa Quatro/SP, 40D de Santa Rita do Passa Quatro/SP.
SP	Ribeirão Preto	33	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	30	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 31D.
SP	Ribeirão Preto	24	21S0909	47W4949	55,13			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 25D.
SP	Ribeirão Preto	25	21S0912	47W4954	8			Coordenadas de sítio: 21S0912 47W4954 Co-localizado com o canal 24D.
SP	Ribeirão Preto	17	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	28	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Ribeirão Preto	35	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	19	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	21	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 22D.
SP	Ribeirão Preto	51	21S0909	47W4949	8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949
SP	Ribeirão Preto	22	21S0909	47W4949	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 21D.
SP	Ribeirão Preto	31	21S0909	47W4949	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0909 47W4949 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Rio Claro	26	22S2541	47W3200	8			Coordenadas de sítio: 22S2541 47W3200
SP	Rio Claro	32	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Rio Claro	45	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144 Co-localizado com o canal 46D.
SP	Rio Claro	39	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Rio Claro	46	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144 Co-localizado com o canal 45D.
SP	Rio Claro	16	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Rio Claro	34	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Rio Claro	48	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Rio Claro	50	22S2540	47W3144	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2540 47W3144
SP	Santa Cruz das Palmeiras	15	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4850 47W1655
SP	Santa Cruz das Palmeiras	23	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4850 47W1655
SP	Santa Cruz das Palmeiras	28	20S4850	47W1655	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4850 47W1655
SP	Santa Cruz das Palmeiras	32	21S4850	47W1655	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4850 47W1655
SP	Santa Rita do Passa Quatro	18	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4052 47W2528 Co-localizado com o canal 19D.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	32	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4052 47W2528
SP	Santa Rita do Passa Quatro	42	21S4055	47W2527	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4055 47W2527 Co-localizado com o canal 41D de Porto Ferreira/SP.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	30	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4052 47W2528
SP	Santa Rita do Passa Quatro	40	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4052 47W2528 Co-localizado com o canal 41D de Porto Ferreira/SP.
SP	Santa Rita do Passa Quatro	19	21S4052	47W2528	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4052 47W2528 Co-localizado com o canal 18D.
SP	São Carlos	25	22S0154	47W5251	8			Coordenadas de sítio: 22S0154 47W5251
SP	São Carlos	23	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235
SP	São Carlos	34	22S0036	47W5211	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0036 47W5211
SP	São Carlos	16	22S0041	47W5322	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0041 47W5322 Co-localizado com o canal 17D.
SP	São Carlos	19	22S0225	47W5206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0225 47W5206
SP	São Carlos	47	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235 Co-localizado com o canal 48D.
SP	São Carlos	14	22S0153	47W5235	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235
SP	São Carlos	51	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235
SP	São Carlos	32	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235
SP	São Carlos	17	22S0041	47W5322	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0041 47W5322 Co-localizado com o canal 16D.
SP	São Carlos	48	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235 Co-localizado com os canais 47D, 49D.
SP	São Carlos	49	22S0153	47W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0153 47W5235 Co-localizado com o canal 48D.
SP	São João da Boa Vista	16	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	48	21S5222	46W4401	8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	20	21S5222	46W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	26	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401 Co-localizado com o canal 27D.
SP	São João da Boa Vista	29	21S5222	46W4401	8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	24	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	51	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401
SP	São João da Boa Vista	27	21S5222	46W4401	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5222 46W4401 Co-localizado com o canal 26D.
SP	São Joaquim da Barra	15	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209
SP	São Joaquim da Barra	26	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209
SP	São Joaquim da Barra	29	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209 Co-localizado com o canal 30D. - Reuso do canal de Orlândia/SP
SP	São Joaquim da Barra	39	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209 Co-localizado com o canal 40D.
SP	São Joaquim da Barra	40	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209 Co-localizado com o canal 39D. - Reuso do canal de Orlândia/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	São Joaquim da Barra	30	20S3554	47W5209	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3554 47W5209 Co-localizado com o canal 29D. - Reuso do canal de Orlândia/SP
SP	São José do Rio Pardo	27	21S3451	46W5352	0,8			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 Co-localizado com os canais 26D, 28D. - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	18	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 Co-localizado com o canal 17D. - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	23	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	26	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	28	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	32	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352
SP	São José do Rio Pardo	44	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352
SP	São José do Rio Pardo	30	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 - Reuso do canal de Mococa/SP
SP	São José do Rio Pardo	17	21S3451	46W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3451 46W5352 Co-localizado com o canal 18D.
SP	Sertãozinho	16	21S0935	47W5403	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0935 47W5403 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP
SP	Sertãozinho	28	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0935 47W5403 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP
SP	Sertãozinho	42	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0935 47W5403
SP	Sertãozinho	21	21S0935	47W5403	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0935 47W5403 - Reuso do canal de Ribeirão Preto/SP
SP	Sertãozinho	41	21S0915	47W5651	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0915 47W5651
SP	Taquaritinga	35	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2148 48W3133
SP	Taquaritinga	18	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2148 48W3133 - Reuso do canal de Monte Alto/SP
SP	Taquaritinga	39	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2148 48W3133
SP	Taquaritinga	26	21S2148	48W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2148 48W3133 - Reuso do canal de Monte Alto/SP
SP	Taquaritinga	28	21S2148	48W3133	0,8			Coordenadas de sítio: 21S2148 48W3133 - Reuso do canal de Monte Alto/SP
SP	Taquaritinga	40	21S2146	48W3129	0,8			Coordenadas de sítio: 21S2146 48W3129Co-localizado com o canal 39D de Guariba/SP.
SP	Terra Roxa	28	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019
SP	Terra Roxa	35	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019
SP	Terra Roxa	44	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019
SP	Terra Roxa	40	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019
SP	Terra Roxa	30	20S4729	48W2019	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4729 48W2019

ATO Nº 4.232, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 43, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Aparecida	59-	22S5330	45W1508	160	240 a 320	30	SBTVD
SP	Bragança Paulista	10	22S5707	46W3231	1	326 a 10 247 a 311 238 a 256 335 a 353 294 a 306	0,1 0,1 0,1 0,1 0,1	SBTVD
SP	Bragança Paulista	39	22S5744	46W3219	0,5			Coordenada pré-fixada 22S5744;46W3219
SP	Bragança Paulista	55-	22S5707	46W3231	0,5			
SP	Cachoeira Paulista	35+	22S3846	45W0446	6			Coordenada pré-fixada 22S3846;45W0446
SP	Caraguatatuba	8	23S3833	45W2556	1,5			Coordenadas pré-fixadas: 23S3833;45W2556.
SP	Caraguatatuba	15	23S4505	45W2614	20			Co-localizado com os canais 22+ e 30.
SP	Cruzeiro	32-	22S3448	44W5801	0,2			
SP	Pindamonhangaba	15-	22S4539	45W3111	50	240	31,6	SBTVD
SP	Pindamonhangaba	31	22S4600	45W3100	31,6	275	10	Coordenada pré-fixada 22S46;45W31.
SP	São José dos Campos	11-	23S1456	45W5529	3,16	71 a 75 204 a 254 27 a 33 34 a 70 71 a 82	1,4 0,1 2 1,3 1,4	SBTVD
SP	São José dos Campos	14	23S1046	45W5313	31,6	60 258	10 10	SBTVD
SP	São José dos Campos	17	23S0911	45W5423	50			SBTVD
SP	São José dos Campos	22	23S1046	45W5313	31,6	135	10	SBTVD
SP	Taubaté	3-	23S0206	45W3248	3,16	63 272 237 33	1 1 0,1 2,5	SBTVD
SP	Taubaté	6+	23S0216	45W3233	25	214	10	Coordenada pré-fixada 23S0216;45W3233

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Aparecida	9	22S5047	45W1313	2,9			Coordenadas pré-fixadas: 22S5047;45W1313 - SBTVD.
SP	Areias	7-	22S3419	44W4209	0,2	328	0	
SP	Areias	55-	22S3435	44W4150	0,1			Coordenada pré-fixada 22S3435;44W4150
SP	Atibaia	27-	23S0458	46W3334	0,5	5	0,1	SBTVD
SP	Atibaia	36-	23S0458	46W3335	0,5			SBTVD
SP	Atibaia	40	23S0455	46W3334	0,3			SBTVD
SP	Atibaia	49-	23S0458	46W3333	0,5	5	0,1	SBTVD
SP	Atibaia	52	23S0459	46W3335	0,3			SBTVD
SP	Bananal	20+	22S4027	44W1924	0,1			
SP	Bananal	48	22S4027	44W1924	0,1			
SP	Bragança Paulista	20+	22S5743	46W3220	0,153	321 a 353	0,1	Coordenada pré-fixada 22S5743;46W3220. Co-localizado com o canal 28. SBTVD
SP	Bragança Paulista	26	22S5830	46W3224	0,5			SBTVD
SP	Bragança Paulista	28	22S5800	46W3200	0,3			SBTVD
SP	Bragança Paulista	30	22S5830	46W3224	0,5			SBTVD
SP	Bragança Paulista	46	22S5830	46W3224	0,5			SBTVD
SP	Bragança Paulista	48-	22S5830	46W3224	0,5	270	0,1	SBTVD
SP	Bragança Paulista	50	22S5800	46W3200	0,5			Co-localizado com o canal 57-.
SP	Bragança Paulista	57-	22S5800	46W3200	1	175 a 199 277 a 289	0 0,1	Coordenada pré-fixada 22S5800;46W3200. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 50.
SP	Cachoeira Paulista	14-	22S3945	45W0016	0,1			SBTVD
SP	Cachoeira Paulista	48+	22S3931	45W0011	0,316	240 a 257 258 a 318 319 a 336	0,2 0,1 0,2	Coordenada pré-fixada 22S3931;45W0011
SP	Cachoeira Paulista	51-	22S3905	45W0038	1			SBTVD
SP	Campos do Jordão	18-	22S4247	45W3400	5			Co-localizado com o canal 25.
SP	Campos do Jordão	23-	22S4249	45W3356	10	64	3	Coordenada pré-fixada 22S4249;45W3356
SP	Campos do Jordão	25	22S4248	45W3359	10			Coordenadas pré-fixadas: 22S4248;45W3359 - Co-localizado com os canais 18- e 24D.
SP	Campos do Jordão	28-	22S4249	45W3356	10,5	15 a 25 301 a 313	0 0	Coordenada pré-fixada 22S4249;45W3356
SP	Campos do Jordão	35	22S4258	45W3403	5	250 a 300	2	Coordenadas pré-fixadas: 22S4258;45W3403 - Co-localizado com os canais 28- e 42.
SP	Campos do Jordão	42	22S4249	45W3356	5	31 a 93	0	Coordenada pré-fixada 22S4249;45W3356 CO-LINEAR C/CANAL 28
SP	Campos do Jordão	48	22S4508	45W3654	3,2	180 a 0	0	Coordenada pré-fixada 22S4508;45W3654
SP	Campos do Jordão	54+	22S4236	45W3422	5			Coordenada pré-fixada 22S4236;45W3422
SP	Caraguatatuba	18	23S4505	45W2614	40	241 a 268	2	Coordenada pré-fixada 23S4505;45W2614
SP	Caraguatatuba	22+	23S4459	45W2545	19	247 317 2 246	8 8 16 8	Co-localizado com os canais 15E e 30.
SP	Caraguatatuba	26-	23S4505	45W2614	16	290 315	8 4	
SP	Caraguatatuba	32	23S3707	45W2446	10			Coordenadas pré-fixadas: 23S3707;45W2446 - Co-localizado com os canais 31D e 33D.
SP	Caraguatatuba	38	23S4505	45W2614	8			Coordenadas pré-fixadas: 23S4505;45W2614 - Co-localizado com os canais 39D e 52-.
SP	Caraguatatuba	52-	23S4505	45W2614	20	335	9	
SP	Cruzeiro	4	22S3333	44W5954	0,5			
SP	Cruzeiro	5+	22S3434	44W5746	1			
SP	Cruzeiro	8	22S3454	44W5802	0,05			Coordenadas pré-fixadas: 22S3454;44W5802.
SP	Cruzeiro	22-	22S3448	44W5801	1			
SP	Cruzeiro	24-	22S3449	44W5802	25	207 222 338	0 0 10	
SP	Cruzeiro	26	22S3229	44W5733	0,7	213 a 312	0	
SP	Cruzeiro	32-	22S3448	44W5801	0,2			
SP	Guararema	26+	23S2501	46W0142	0,2			
SP	Guararema	39+	23S2502	46W0144	0,2			
SP	Guararema	42+	23S2501	46W0142	0,2			
SP	Guararema	44	23S2503	46W0139	0,2			
SP	Guararema	47+	23S2501	46W0142	0,2			
SP	Guararema	55	23S2500	46W0100	0,2	99	0,05	
SP	Guararema	57-	23S2501	46W0142	0,2			Co-localizado com os canais 42+ e 56D.
SP	Guaratinguetá	12	22S4736	45W1135	10			SBTVD
SP	Guaratinguetá	19+	22S4742	45W1132	1,91	240	1,47	SBTVD
SP	Guaratinguetá	25+	22S4736	45W1134	0,5			Co-localizado com o canal 32 - SBTVD.
SP	Guaratinguetá	27+	22S4736	45W1135	0,3			SBTVD
SP	Guaratinguetá	32	22S4851	45W1136	0,5	30 a 55	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4736;45W1134 - Co-localizado com os canais 25+ e 33D - SBTVD.
SP	Guaratinguetá	38	22S3440	45W1625	600	290 a 50	15	Coordenada pré-fixada 22S3400;45W1600
SP	Jacareí	43+	23S1819	45W5757	1	202 280 a 60	0,5 0	
SP	Lagoinha	32+	23S0526	45W1136	0,1	251	0	
SP	Lagoinha	40	23S0500	45W1200	0,051			SBTVD.
SP	Monteiro Lobato	25	22S5748	45W4920	0,4	191	0	
SP	Paraibuna	36	23S2307	45W3821	0,1			
SP	Paraibuna	40-	23S2304	45W3933	0,5			
SP	Paraibuna	49	23S2306	45W3921	0,1			
SP	Paraibuna	53	23S2306	45W3934	0,1			
SP	Pindamonhangaba	20	22S5712	45W2736	2,8	203 215 235 275 287	0,38 0,16 0 0,013 1,5	SBTVD
SP	Pindamonhangaba	44-	22S4600	45W3122	200	210 a 60	10	SBTVD
SP	Pindamonhangaba	53+	22S5723	45W2831	0,6	203	0,3	SBTVD
SP	Pindamonhangaba	56	22S5716	45W2729	3	162 a 293 294 a 25	0 0,06	Coordenada pré-fixada 22S5716;45W2729.
SP	Piquete	41-	22S3440	45W1625	17,5	228 a 258 141 a 189 281 a 345 193 a 198 1 a 13 199 a 227	0,36 9,13 8,68 3,25 3,92 0,01	Coordenada pré-fixada 22S3440;45W1625
SP	Piquete	46+	22S3453	45W1530	30	70 a 110 163 a 225	20 0,2	Colinear com canal 54-
SP	Piquete	54-	22S3500	45W1600	50	215 a 305	8	Coordenada pré-fixada 22S3500;45W1600
SP	Piquete	57-	22S3648	45W1002	0,25			SBTVD.
SP	Piracaia	43	23S0345	46W2240	0,5	265 a 287	0,25	
SP	Queluz	2-	22S3241	44W4623	0,15			
SP	Queluz	20-	22S3300	44W4700	0,1			
SP	Redenção da Serra	19	23S1445	45W3432	4,16	250 a 320	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 23S1445;45W3432.
SP	São Bento do Sapucaí	20+	22S4414	45W4818	6	105 a 145	1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4414;45W4818 - Co-localizado com o canal 28+ - Funcionamento permitido no canal 34+ até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	São Bento do Sapucaí	28+	22S4411	45W4819	6	110 a 180 350	0,01 4	
SP	São Bento do Sapucaí	36	22S4412	45W4817	6,5	155 a 355	0	Coordenada pré-fixada 22S4100;45W4400

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	São Bento do Sapucaí	39-	22S4120	45W4351	7	96 140 a 146	1 0,001	
SP	São Bento do Sapucaí	55+	22S4400	45W4800	7	118 250 290	0,9 4,8 1	Coordenada pré-fixada 22S4400;45W4800
SP	São José do Barreiro	11-	22S3823	44W3521	0,2			Coordenada pré-fixada 22S3823;44W3521
SP	São José dos Campos	9-	23S1456	45W5529	1	11 a 33 218 a 284 306 a 322	0,1 0,1 0,1	Coordenadas pré-fixadas: 23S1456;45W5529 - SBTVD.
SP	São José dos Campos	19-	23S0911	45W5427	4			Coordenadas pré-fixadas: 23S0911;45W5427 - SBTVD.
SP	São José dos Campos	20-	22S5415	45W5538	0,5	346	0	
SP	São José dos Campos	25-	23S0911	45W5442	20	270 a 70	2,5	Coordenadas pré-fixadas: 23S0933;45W5442 - Co-localizado com o canal 26D - SBTVD.
SP	São José dos Campos	27	23S0910	45W5426	5,5			SBTVD
SP	São José dos Campos	31+	23S0911	45W5455	16	265 a 70	1,6	Coordenadas pré-fixadas: 23S0911;45W5455 - Co-localizado com os canais 17, 30D e 45.
SP	São José dos Campos	35-	23S0958	45W5440	1	8	0,3	SBTVD
SP	São José dos Campos	45	23S0911	45W5455	36	269 a 299	0,74	Coordenada pré-fixada 23S0911;45W5455.
SP	São José dos Campos	48-	23S1000	45W5300	31,6	62 206 280 290	14 25 0,5 1,5	
SP	São José dos Campos	51	23S0925	45W5435	3,5	210 a 220 222 a 244 245 a 252	1,26 2,83 0,68	Coordenada pré-fixada 23S0925;45W5435 Co-localizado com o canal 59
SP	São José dos Campos	54	23S1000	45W5300	0,9			SBTVD
SP	São José dos Campos	57+	23S0926	45W5439	50	180 a 228 229 a 301 302 a 15	5,5 3 1,4	Coordenada pré-fixada 23S0926;45W5439
SP	São José dos Campos	59	23S0925	45W5435	6	42 a 96	2,5	Coordenada pré-fixada 23S0925;45W5435 Co-localizado com o canal 51
SP	São Luís do Paraitinga	24+	23S1318	45W1801	0,2			
SP	São Sebastião	16	23S4452	45W2535	5,2			Co-localizado com os canais 15D e 17D.
SP	São Sebastião	30	23S4454	45W2541	20			Coordenadas pré-fixadas: 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 29D..
SP	São Sebastião	34	23S4408	45W2011	8,6			
SP	São Sebastião	46-	23S4500	45W2544	25	240 a 266	10	Coordenada pré-fixada 23S4500;45W2544 CO-LINEAR C/CANAL 54+
SP	São Sebastião	54+	23S4431	45W2020	1			
SP	São Sebastião	56	23S4503	45W2541	10	289 a 307 304 a 316 263 a 297	0,1 0 0	
SP	São Sebastião	58+	23S4503	45W2617	37,9	210 a 230 230 a 270 270 a 340	13 11 13	Co-localizado com o canal 50+.
SP	Silveiras	10	22S4000	44W5100	0,2	77	0,01	Coordenada pré-fixada 22S4000;44W5100
SP	Taubaté	8+	23S0212	45W3240	10	10 219 299	1,6 0,4 3,16	SBTVD
SP	Taubaté	10-	23S0215	45W3240	10	178 a 205 274 a 288 206 a 232	8,11 9,53 1,73	Coordenada pré-fixada 23S0215;45W3240
SP	Taubaté	21-	23S0208	45W3240	4,5			SBTVD
SP	Taubaté	26+	23S0210	45W3239	20	100 a 240	1	Coordenadas pré-fixadas: 23S0210;45W3239 - Co-localizado com o canal 18 de Tremembé/SP.
SP	Taubaté	39+	23S0305	45W3402	1			Co-localizado com os canais 38D e 47-. SBTVD
SP	Taubaté	47-	23S0206	45W3248	6,5	132 229 245	0,1 1,4 2,5	Coordenada pré-fixada 23S0206;45W3248
SP	Taubaté	49-	23S0211	45W3240	1	185 a 207 257 a 274	0,03 0,4	Coordenadas pré-fixadas: 23S0211;45W3240 - COLINEAR COM O CANAL41.
SP	Tremembé	18	23S0216	45W3233	3,5	326 a 26	3,2	Coordenadas pré-fixadas: 23S0216;45W3233 - Co-localizado com o canal 26+ de Taubaté/SP.
SP	Ubatuba	14-	23S2747	45W0310	0,9	37 a 69 358 a 9	0,114 0,55	Coordenadas pré-fixadas: 23S2747;45W0310 - SBTVD.
SP	Ubatuba	27+	23S2736	45W0301	3,2	347	0,08	
SP	Ubatuba	34+	23S2736	45W0301	2			Coordenadas pré-fixadas: 23S2736;45W0301 - Co-localizado com os canais 27+, 33D e 49+.
SP	Ubatuba	38	23S2736	45W0301	1,2			Coordenadas pré-fixadas: 23S2721;45W0301 - Co-localizado com os canais 39D e 45-.
SP	Ubatuba	43	23S2736	45W0301	1,2			Co-localizado com os canais 51E E 57
SP	Ubatuba	45-	23S2721	45W0232	2,1			
SP	Ubatuba	47	23S2721	45W0232	12			Coordenada pré-fixada 23S2721;45W0232
SP	Ubatuba	49+	23S2736	45W0301	5	202 a 32	0,5	Co-localizado om o canal 57
SP	Ubatuba	51	23S2747	45W0311	1,2			co-localizado com o canal 43
SP	Ubatuba	57	23S2739	45W0309	3			Coordenada pré-fixada 23S2739;45W0309 Co-localizado com os canais 43 E 49+

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Campos do Jordão	14	22S4248	45W3359	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4248 45W3359
SP	Caraguatatuba	14	23S3833	45W2556	0,8			Coordenadas de sítio: 23S3833 45W2556
SP	Jacareí	26	23S1819	45W5757	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1819 45W5757 - Reuso do canal de São José dos Campos/SP
SP	São Sebastião	17	23S4408	45W2011	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4408 45W2011 - Reuso do canal de São Sebastião (SERRA DO DOM)/SP
SP	Taubaté	14	23S0210	45W3239	8			Coordenadas de sítio: 23S0210 45W3239
SP	Ubatuba	32	23S2736	45W0301	0,8			Coordenadas de sítio: 23S2736 45W0301 Co-localizado com o canal 33D.
SP	Arapeí	17	22S4012	44W2700	0,08			Coordenadas de sítio: 22S401200 44W270000 - Reuso do canal de Bananal/SP.
SP	Areias	17	22S3418	44W4201	0,08			Coordenadas de sítio: 22S341800 44W420100 - Reuso do canal de São José do Barreiro/SP
SP	Atibaia	25	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas de sítio: 23S045800 46W333300 Co-localizado com o canal 24D.
SP	Bananal	17	22S4029	44W1926	0,08			Coordenadas de sítio: 22S402900 44W192600
SP	Bragança Paulista	40	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 - Reuso do canal Do sítio 22S5743 46W3221
SP	Campos do Jordão	27	22S4247	45W3400	0,08			Coordenadas de sítio: 22S424700 45W340000
SP	Campos do Jordão	26	22S4421	45W3527	0,08			Coordenadas de sítio: 22S442169 45W352718
SP	Campos do Jordão	43	22S4422	45W3529	0,08			Coordenadas de sítio: 22S442200 45W352900
SP	Cruzeiro	27	22S3453	44W5800	0,08			Coordenadas de sítio: 22S345300 44W580000 Colocalizado com os canais 28D, 26D. - Reuso do canal de Cachoeira Paulista/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Cruzeiro	26	22S3455	44W5801	0,08			Coordenadas de sítio: 22S345500 44W580100 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Cruzeiro	41	22S3454	44W5802	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3454 44W5802
SP	Cunha	28	23S0509	44W5734	0,08			Coordenadas de sítio: 23S050900 44W573400
SP	Guararema	29	23S2455	46W0205	0,08			Coordenadas de sítio: 23S245530 46W020544
SP	Guaratinguetá	26	22S4858	45W1134	0,08			Coordenadas de sítio: 22S485887 45W113447
SP	Guaratinguetá	25	22S4739	45W1132	0,08			Coordenadas de sítio: 22S473900 45W113200
SP	Joanópolis	17	22S5329	46W1931	0,08			Coordenadas de sítio: 22S532900 46W193100
SP	Lagoinha	28	23S0538	45W1122	0,08			Coordenadas de sítio: 23S053800 45W112200
SP	Monteiro Lobato	26	22S5746	45W4919	0,08			Coordenadas de sítio: 22S574600 45W491900
SP	Monteiro Lobato	47	22S5746	45W4919	0,08			Coordenadas de sítio: 22S574600 45W491900
SP	Natividade da Serra	28	23S2212	45W2645	0,08			Coordenadas de sítio: 23S221200 45W264500
SP	Pindamonhangaba	14	22S5712	45W2736	0,08			Coordenadas de sítio: 22S571200 45W273600 - Reuso do canal de Taubaté/SP
SP	Pindamonhangaba	26	22S5527	45W2742	0,08			Coordenadas de sítio: 22S552768 45W274280
SP	Piquete	41	22S3453	45W1530	0,08			Coordenadas de sítio: 22S345300 45W153000
SP	Piracaia	47	23S0314	46W2129	0,08			Coordenadas de sítio: 23S031400 46W212900
SP	Santa Branca	17	23S2354	45W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 23S235400 45W523500
SP	São Bento do Sapucaí	47	22S4050	45W4350	0,08			Coordenadas de sítio: 22S405000 45W435000 - Reuso do canal de Campos do Jordão (ABERNESIA)/SP
SP	São José do Barreiro	27	22S3823	44W3521	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3823 44W3521
SP	São José do Barreiro	17	22S3824	44W3440	0,08			Coordenadas de sítio: 22S382400 44W344000 - Reuso do canal de Arapeí/SP
SP	São José dos Campos	45	23S0914	45W5427	0,08			Coordenadas de sítio: 23S091400 45W542700
SP	São José dos Campos	49	23S0914	45W5427	0,08			Coordenadas de sítio: 23S091400 45W542700 Colocalizado com os canais 48D, 50D.
SP	São Sebastião	46	23S4452	45W2537	0,08			Coordenadas de sítio: 23S445200 45W253700 Co-localizado com o canal 47D.
SP	São Sebastião (BOIÇUCANGA)	45	23S4700	45W3705	0,08			Coordenadas de sítio: 23S470000 45W370500 - Reuso do canal de São Sebastião (Maresias)/SP
SP	São Sebastião (Maresias)	45	23S4753	45W3305	0,08			Coordenadas de sítio: 23S475300 45W330500
SP	São Sebastião (Praia de Barequeçaba)	28	23S4942	45W2620	0,08			Coordenadas de sítio: 23S470000 45W370500 - Reuso do canal de São Sebastião (Maresias)/SP
SP	São Sebastião (BOIÇUCANGA)	28	23S4700	45W3704	0,08			Coordenadas de sítio: 23S470000 45W370500 - Reuso do canal de São Sebastião (Maresias)/SP
SP	São Sebastião (Maresias)	28	23S4753	45W3305	0,08			
SP	Silveiras	17	22S3940	44W5044	0,08			Coordenadas de sítio: 22S394000 44W504400 - Reuso do canal de Areias/SP
SP	Taubaté	30	23S0211	45W3240	0,08			Coordenadas de sítio: 23S021100 45W324000
SP	Taubaté	27	23S0214	45W3240	0,08			Coordenadas de sítio: 23S021400 45W324000 Co-localizado com o canal 28D.
SP	Taubaté	40	23S0211	45W3240	0,08			Coordenadas de sítio: 23S021100 45W324000 - Reuso do canal de Pindamonhangaba/SP
SP	Ubatuba	45	23S2747	45W0310	0,08			Coordenadas de sítio: 23S274700 45W031000
SP	Ubatuba	17	23S3122	45W1314	0,08			Coordenadas de sítio: 23S312209 45W131400 - Reuso do canal do sítio 23S2721 45W0232
SP	Ubatuba	17	23S3036	45W0812	0,08			Coordenadas de sítio: 23S303600 45W081200 - Reuso do canal do sítio 23S2721 45W0232

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Aparecida	52	22S5330	45W1508	8			Coordenadas de Sítio. 22S5330;45W1508.
SP	Areias	50	22S3435	44W4150	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3435;44W4150.
SP	Atibaia	15	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0458;46W3333.
SP	Atibaia	23	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0458;46W3333.
SP	Atibaia	17	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0458;46W3333.
SP	Atibaia	51	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0458;46W3333 - Co-localizado com o canal 52.
SP	Bragança Paulista	22	22S5743	46W3221	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	42	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	16	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	52	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	14	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	32	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	18	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	59	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Bragança Paulista	62	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5743;46W3221.
SP	Cachoeira Paulista	39	22S3905	45W0038	0,008			Coordenadas do Sítio. 22S3905;45W0038.
SP	Cachoeira Paulista	58	22S3846	45W0446	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3846;45W0446.
SP	Cachoeira Paulista	49	22S3905	45W0038	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3905;45W0038 - Co-localizado com o canal 48+.
SP	Cachoeira Paulista	16	22S3905	45W0038	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3905;45W0038.
SP	Campos do Jordão	24	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4247;45W3400 - Co-localizado com o canal 23-.
SP	Campos do Jordão	41	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4247;45W3400 - Co-localizado com o canal 42.
SP	Campos do Jordão (ABERNESIA)	47	22S4508	45W3654	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4508;45W3654 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Campos do Jordão	53	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4247;45W3400 - Co-localizado com o canal 54+.
SP	Caraguatatuba	33	23S4500	45W2601	8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Caraguatatuba	21	23S4500	45W2601	8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601 - Co-localizado com o canal 22+.
SP	Caraguatatuba	25	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601 - Co-localizado com o canal 26-.
SP	Caraguatatuba	31	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Caraguatatuba	39	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Caraguatatuba	61	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4500;45W2601.
SP	Cruzeiro	55	22S3436	44W5748	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3436;44W5748 - Co-localizado com os canais 22- e 24-.
SP	Cruzeiro	28	22S3436	44W5748	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3436;44W5748.
SP	Cruzeiro	18	22S3436	44W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3436;44W5748.
SP	Guararema	25	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2501;46W0142 - Co-localizado com o canal 26+.
SP	Guararema	51	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2501;46W0142 - Co-localizado com o canal 50D.
SP	Guararema	52	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2501;46W0142 - Reuso do canal de Mogi das Cruzes/SP. (Ato 3289, de 21/5/2010,DOU. de 24/5/2010, restabele os efeitos do Ato 7155/2009).
SP	Guararema	50	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2501;46W0142 - Co-localizado com o canal 51D.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Guararema	56	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2501;46W0142 - Co-localizado com os canais 55 e 57-.
SP	Guaratinguetá	17	22S4736	45W1135	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4736;45W1135.
SP	Guaratinguetá	21	22S4736	45W1135	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S4736;45W1135.
SP	Guaratinguetá	33	22S4736	45W1135	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S4736;5W1135 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Jacareí	61	23S1819	45W5757	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S1819;45W5757.
SP	Paraibuna	21	23S2305	45W3934	0,008			Coordenadas do Sítio. 23S2305;45W3934 - Co-localizado com o canal 20+.
SP	Paraibuna	50	23S2305	45W3934	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2305;45W3934 - Co-localizado com o canal 49.
SP	Pindamonhangaba	30	22S4546	45W3111	8			Coordenadas do Sítio. 22S4546;45W3111 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Pindamonhangaba	28	22S5712	45W2736	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S5712;45W2736.
SP	Pindamonhangaba	14	22S4546	45W3111	8			Coordenadas do Sítio. 22S4546;45W3111 - Co-localizado com o canal 15-E.
SP	Pindamonhangaba	45	22S4546	45W3111	8			Coordenadas do Sítio. 22S4546;45W3111 - Co-localizado com o canal 44-.
SP	Pindamonhangaba	48	22S5712	45W2736	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5712;45W2736.
SP	Pindamonhangaba	51	22S5712	45W2736	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S5712;45W2736.
SP	Piquete	42	22S3649	45W1034	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3649;45W1034 - Reuso do canal de Guaratinguetá/SP.
SP	Piquete	17	22S3649	45W1034	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3649;45W1034 - Reuso do canal de Guaratinguetá/SP.
SP	Piquete	55	22S3649	45W1034	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S3649;45W1034.
SP	Piquete	29	22S3649	45W1034	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3649;45W1034 - Reuso do canal de Guaratinguetá/SP.
SP	Piracaia	42	23S0345	46W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0345:46W2240 - Co-localizado com o canal43.
SP	Queluz	19	22S3241	44W4623	0,008			Coordenadas do Sítio. 22S3241;44W4623 - Co-localizado com os canais 18+ e 20-.
SP	São Bento do Sapucaí	41	22S4412	45W4818	0,8			Coordenadas do Sítio. 22S4412;45W4818.
SP	São José do Barreiro	50	22S3823	44W3521	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S3823;44W3521.
SP	São José dos Campos	36	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 35-.
SP	São José dos Campos	40	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 41D.
SP	São José dos Campos	32	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 31+ e 33D.
SP	São José dos Campos	16	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 17.
SP	São José dos Campos	34	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 33D e 35-.
SP	São José dos Campos	55	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 54 e 56D.
SP	São José dos Campos	26	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 25 e 27.
SP	São José dos Campos	50	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 51.
SP	São José dos Campos	30	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 31+.
SP	São José dos Campos	41	23S0911	45W5423	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 40D e 42D.
SP	São José dos Campos	44	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 45.
SP	São José dos Campos	53	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 54.
SP	São José dos Campos	42	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com o canal 41D.
SP	São José dos Campos	56	23S0911	45W5423	8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 55D e 57+.
SP	São José dos Campos	58	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0911;45W5423 - Co-localizado com os canais 57+ e 59.
SP	São Sebastião	15	23S4454	45W2541	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 16.
SP	São Sebastião	29	23S4454	45W2541	8			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 30.
SP	São Sebastião	59	23S4454	45W2541	8			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 58+.
SP	São Sebastião	47	23S4454	45W2541	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 46-.
SP	São Sebastião	57	23S4454	45W2541	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com os canais 56 e 58+.
SP	São Sebastião ((SERRA DO DOM))	17	23S4454	45W2541	8			Coordenadas do Sítio. 23S4454;45W2541 - Co-localizado com o canal 16.
SP	Silveiras	50	22S4000	44W5100	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S4000;44W5100.
SP	Taubaté	24	23S0211	45W3239	8			Coordenadas do Sítio. 23S0211;45W3239 - Co-localizado com o canal 23D.
SP	Taubaté	43	23S0211	45W3239	8			Coordenadas do Sítio. 23S0211;45W3239.
SP	Taubaté	46	23S0211	45W3239	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0211;45W3239 - Co-localizado com o canal 47-.
SP	Taubaté	38	23S0211	45W3239	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0211;45W3239 - Co-localizado com o canal 39+.
SP	Taubaté	29	23S0211	45W3239	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S021100; 45W323900 - Co-localizado com o canal 28D.
SP	Tremembé	23	23S0216	45W3233	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S0216;45W3233.
SP	Ubatuba	59	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S2721;45W0232 - Co-localizado com o canal 58D.
SP	Ubatuba	33	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S2721;45W0232 - Co-localizado com o canal 34+.
SP	Ubatuba	39	23S2721	45W0232	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2721;45W0232 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Ubatuba	58	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S2721;45W0232 - Co-localizado com os canais 57 e 59D.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Aparecida	19	22S5330	45W1508	8			Coordenadas de sítio: 22S5330 45W1508
SP	Areias	50	22S3435	44W4150	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3435 44W4150 - Reuso do canal de Queluz/SP.
SP	Atibaia	32	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0458 46W3333 - Reuso do canal de Bragança Paulista/SP
SP	Atibaia	24	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0458 46W3333 Colocalizado com o canal 25D. - Reuso do canal de Bragança Paulista/SP
SP	Atibaia	17	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0458 46W3333 - Reuso do canal de Bragança Paulista/SP
SP	Atibaia	21	23S0458	46W3333	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0458 46W3333 - Reuso do canal de Bragança Paulista/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Bragança Paulista	22	22S5743	46W3221	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 Co-localizado com o canal 21D.
SP	Bragança Paulista	20	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 Co-localizado com o canal 21D.
SP	Bragança Paulista	21	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 Co-localizado com os canais 22D, 20D.
SP	Bragança Paulista	36	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221
SP	Bragança Paulista	29	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221
SP	Bragança Paulista	32	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 Co-localizado com o canal 31D.
SP	Bragança Paulista	17	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221
SP	Bragança Paulista	40	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221
SP	Bragança Paulista	31	22S5743	46W3221	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5743 46W3221 Co-localizado com o canal 32D.
SP	Cachoeira Paulista	39	22S3905	45W0038	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3905 45W0038 - Reuso do canal de Cruzeiro/SP
SP	Cachoeira Paulista	27	22S3846	45W0446	0,8			Coordenadas de sítio: 22S3846 45W0446
SP	Cachoeira Paulista	34	22S3905	45W0038	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3905 45W0038 - Reuso do canal de Cruzeiro/SP
SP	Cachoeira Paulista	28	22S3905	45W0038	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3905 45W0038 - Reuso do canal de Cruzeiro/SP
SP	Campos do Jordão	24	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4247 45W3400 Co-localizado com o canal 25D.
SP	Campos do Jordão	21	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4247 45W3400
SP	Campos do Jordão (ABERNESIA)	47	22S4508	45W3654	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4508 45W3654
SP	Campos do Jordão	25	22S4247	45W3400	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4247 45W3400 Co-localizado com o canal 24D.
SP	Caraguatatuba	33	23S4500	45W2601	8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601
SP	Caraguatatuba	21	23S4500	45W2601	8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601
SP	Caraguatatuba	25	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601 Co-localizado com o canal 26D.
SP	Caraguatatuba	31	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601
SP	Caraguatatuba	39	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601
SP	Caraguatatuba	26	23S4500	45W2601	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4500 45W2601 Co-localizado com os canais 25D, 27D de São Sebastião/SP.
SP	Cruzeiro	23	22S3436	44W5748	0,8			Coordenadas de sítio: 22S3436 44W5748
SP	Cruzeiro	28	22S3436	44W5748	0,8			Coordenadas de sítio: 22S3436 44W5748 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Cruzeiro	43	22S3436	44W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3436 44W5748
SP	Guararema	14	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2501 46W0142
SP	Guararema	42	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2501 46W0142
SP	Guararema	19	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2501 46W0142
SP	Guararema	50	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2501 46W0142
SP	Guararema	21	23S2501	46W0142	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2501 46W0142
SP	Guaratinguetá	28	22S4736	45W1135	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4736 45W1135 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Guaratinguetá	46	22S4736	45W1135	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4736 45W1135
SP	Guaratinguetá	33	22S4736	45W1135	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4736 45W1135
SP	Jacareí	39	23S1536	45W5810	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1536 45W5810
SP	Paraibuna	32	23S2305	45W3934	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2305 45W3934
SP	Paraibuna	50	23S2305	45W3934	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2305 45W3934
SP	Pindamonhangaba	30	22S4546	45W3111	8			Coordenadas de sítio: 22S4546 45W3111
SP	Pindamonhangaba	28	22S5712	45W2736	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5712 45W2736 - Reuso do canal de Taubaté/SP
SP	Pindamonhangaba	41	22S4546	45W3111	8			Coordenadas de sítio: 22S4546 45W3111
SP	Pindamonhangaba	46	22S4546	45W3111	8,1			Coordenadas de sítio: 22S4546 45W3111
SP	Pindamonhangaba	40	22S5712	45W2736	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5712 45W2736
SP	Pindamonhangaba	49	22S5712	45W2736	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5712 45W2736
SP	Piquete	44	22S3440	45W1625	8			Coordenadas de sítio: 22S3440 45W1625
SP	Piquete	17	22S3649	45W1034	8			Coordenadas de sítio: 22S3649 45W1034
SP	Piquete	22	22S3649	45W1034	8			Coordenadas de sítio: 22S3649 45W1034
SP	Piquete	29	22S3649	45W1034	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3649 45W1034
SP	Piracaia	20	23S0345	46W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0345 46W2240
SP	Queluz	35	22S3241	44W4623	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3241 44W4623
SP	São Bento do Sapucaí	21	22S4412	45W4818	0,8			Coordenadas de sítio: 22S4412 45W4818
SP	São José do Barreiro	50	22S3823	44W3521	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3823 44W3521 - Reuso do canal de Areias/SP
SP	São José dos Campos	36	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	26	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 27D.
SP	São José dos Campos	32	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 33D.
SP	São José dos Campos	16	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	34	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 33D.
SP	São José dos Campos	48	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 49D.
SP	São José dos Campos	14	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	50	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com os canais 51D, 49D.
SP	São José dos Campos	30	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 29D.
SP	São José dos Campos	29	23S0911	45W5423	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 30D.
SP	São José dos Campos	51	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 50D.
SP	São José dos Campos	40	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	43	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	21	23S0911	45W5423	8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423
SP	São José dos Campos	27	23S0911	45W5423	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0911 45W5423 Co-localizado com o canal 26D.
SP	São Sebastião	15	23S4454	45W2541	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4454 45W2541
SP	São Sebastião	29	23S4412	45W2018	8			Coordenadas de sítio: 23S4412 45W2018
SP	São Sebastião	35	23S4454	45W2541	8			Coordenadas de sítio: 23S4454 45W2541
SP	São Sebastião	47	23S4406	45W2012	0,08			Coordenadas de sítio: 23S4406 45W2012- Reuso do canal de Caraguatatuba/SP
SP	São Sebastião	27	23S4454	45W2541	0,8			Coordenadas de sítio: 23S4454 45W2541 Co-localizado com o canal 26D de Caraguatatuba/SP.
SP	São Sebastião ((SERRA DO DOM))	17	23S4454	45W2541	8			Coordenadas de sítio: 23S4454 45W2541
SP	Silveiras	50	22S4000	44W5100	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4000 44W5100 - Reuso do canal de Queluz/SP
SP	Taubaté	24	23S0211	45W3239	8			Coordenadas de sítio: 23S0211 45W3239 Co-localizado com os canais 23D, 23D de Tremembé/SP.
SP	Taubaté	42	23S0211	45W3239	8			Coordenadas de sítio: 23S0211 45W3239
SP	Taubaté	46	23S0211	45W3239	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0211 45W3239
SP	Taubaté	38	23S0211	45W3239	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0211 45W3239
SP	Taubaté	35	23S0211	45W3239	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0211 45W3239
SP	Tremembé	23	23S0216	45W3233	0,8			Coordenadas de sítio: 23S0216 45W3233 Co-localizado com o canal 24D de Taubaté/SP. - Reuso do canal de Taubaté/SP
SP	Ubatuba	35	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas de sítio: 23S2721 45W0232
SP	Ubatuba	33	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas de sítio: 23S2721 45W0232 Co-localizado com o canal 32D.
SP	Ubatuba	39	23S2721	45W0232	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2721 45W0232
SP	Ubatuba	27	23S2721	45W0232	0,8			Coordenadas de sítio: 23S2721 45W0232

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 4.233, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 44, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Andradina	17+	20S5346	51W2246	1,000			SBTVD
SP	Araçatuba	7+	21S1807	50W2240	12,500	37 a 93 137 a 176 190 a 212 216 a 246 333 a 11	10 10 10 10 10	Coordenada pré-fixada 21S18'07";50W22'40"
SP	Bady Bassitt	49	20S5443	49W2657	0,400			Coordenada pré-fixada 20S54'43";49W26'57"
SP	Potirendaba	40-	21S0234	49W2238	0,500	50 a 60 353 a 3	0,04 0	
SP	São José do Rio Preto	2-	20S4803	49W2047	10,000	27 170	4 3,16	SBTVD
SP	São José do Rio Preto	7	20S4959	49W2128	80,000			Coordenadas pré-fixadas: 20S4959;49W2128. SBTVD.
SP	São José do Rio Preto	11+	20S4812	49W2047	70,000	232 a 266 66 a 94 357 a 9 316 a 330 197 a 207 83 a 93 95 a 115 125 a 139 37 a 65	20 31,6 20 50 31,6 31,6 20 10 15	Coordenada pré-fixada 20S4812;49W2047
SP	São José do Rio Preto	17-	20S4911	49W2246	10,000	220 280	2 8	SBTVD
SP	Votuporanga	55	20S2453	49W5826	3,160	51 136	2 1,5	Coordenada pré-fixada 20S2453;49W5829 - SBTVD.

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Américo de Campos	16	20S1802	49W4349	0,300			
SP	Andradina	5-	20S5338	51W2219	10,000	32	3,16	SBTVD
SP	Andradina	9	20S5834	51W2507	9,000			SBTVD
SP	Andradina	12-	20S5431	51W2141	10,000	163 218	1,2 3,16	SBTVD
SP	Andradina	14+	20S5432	51W2142	1,000			SBTVD
SP	Andradina	22+	20S5429	51W2143	1,000			SBTVD
SP	Andradina	25+	20S5429	51W2143	1,000			SBTVD
SP	Andradina	32-	20S5432	51W2141	0,310			Co-localizado com os canais 17+E.25+,31D e 33D - SBTVD.
SP	Aparecida d'Oeste	22-	20S2726	50W5414	0,100			
SP	Araçatuba	3	21S1813	50W2257	5,500	198 a 222 145 a 169 103 a 109 322 a 336 26 a 32 259 a 273	2 2 3 3 4,6 4,8	Coordenada pré-fixada 21S1813;50W2257
SP	Araçatuba	9-	21S1803	50W2226	5,500	176 a 204	0,5	Coordenada pré-fixada 21S1803;50W2226. SBTVD
SP	Araçatuba	11	21S1746	50W2319	10,000			SBTVD
SP	Araçatuba	13-	21S1806	50W2239	10,000	159 a 167 214 a 244 330 a 340	2,62 0,81 7,68	Coordenada pré-fixada 21S1806;50W2239
SP	Araçatuba	25	21S1604	50W2310	1,500			SBTVD
SP	Araçatuba	28	21S1746	50W2319	1,000			SBTVD
SP	Araçatuba	39-	21S1235	50W2622	1,000			SBTVD
SP	Araçatuba	47-	21S1806	50W2239	1,000	22 a 36	0,5	SBTVD
SP	Araçatuba	49-	21S1807	50W2240	4,000	44 a 62 63 a 79 149 a 161 227 a 265 266 a 272	3,16 0,75 0,75 3,16 1	Coordenada pré-fixada 21S1807;50W2240. Co-localizado com o canal 57+.
SP	Araçatuba	55-	21S1200	50W2600	2,500			Coordenadas pré-fixadas: 21S1200;50W2600 - SBTVD.
SP	Araçatuba	57+	21S1807	50W2240	10,000	88 105	6 8	Co-localizado com o canal 49-.
SP	Auriflama	29-	20S4100	50W3400	0,010			Co-localizado com o canal 21-.
SP	Barbosa	17	21S1558	49W5720	0,150			SBTVD.
SP	Birigui	19	21S1808	50W2140	1,000	108 216	0,5 0,5	SBTVD
SP	Birigui	22	21S1807	50W2253	3,000	178 a 198 61 a 77 158 a 174	0 2,5 0	SBTVD
SP	Birigui	44	21S1812	50W2256	0,300	312 a 324	0	Coordenada pré-fixada: 21S1812;50W2256 - SBTVD.
SP	Braúna	45+	21S3055	50W1832	0,200			
SP	Buritama	16+	21S0433	50W0805	0,100			
SP	Cardoso	16	20S0422	49W5424	0,300			

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Cardoso	19	20S0543	49W5433	0,300			
SP	Cardoso	21+	20S0455	49W5451	0,500	39 70 209 311	0 0 0,1 0,01	Colinear com canal 29
SP	Cardoso	29	20S0543	49W5433	0,180			
SP	Cardoso	32	20S0422	49W5424	1,000			
SP	Castilho (JUNQUEIRA)	23	20S5210	51W3753	0,100			Coordenada pré-fixada 20S5200;51W3700
SP	Catanduva	14+	21S1000	48W5800	1,000			SBTVD
SP	Catanduva	16-	21S0934	48W5746	2,000	25 a 81 82 a 98 99 a 209 210 a 237	0,316 0,1 0,316 0,1	Coordenada pré-fixada 21S0934;48W5746 - SBTVD
SP	Catanduva	21	21S0934	48W5746	0,300			Co-localizado com os canais 14+,20D e 35+. SBTVD.
SP	Catanduva	25	21S1000	48W5700	0,200			Co-localizado com o canal 32.
SP	Catanduva	27	21S0800	48W5800	1,500			SBTVD
SP	Catanduva	35+	21S0948	48W5744	1,000			SBTVD
SP	Catanduva	38+	21S0958	48W5748	1,000			SBTVD
SP	Catanduva	40	21S0945	48W5742	2,500			Coordenada pré-fixada 21S0945;48W5742 - Co-localizado com o canal 25. SBTVD.
SP	Catanduva	43+	21S0934	48W5746	1,000			SBTVD
SP	Catanduva	46	21S0953	48W5742	1,000			Coordenadas pré-fixadas: 21S0953;48W5742 - Co-localizado com o canal 47D.
SP	Catanduva	51+	21S0954	48W5746	1,000			SBTVD
SP	Clementina	15+	21S3314	50W2649	0,100			Co-localizado com o canal 23.
SP	Clementina	17	21S3343	50W2651	0,100			Co-localizado com o canal 32D - SBTVD.
SP	Clementina	36+	21S3345	50W2651	0,200	190	0,05	
SP	Estrela d'Oeste	5+	20S1717	50W2338	0,025			Coordenada pré-fixada 20S1700;50W2400
SP	Estrela d'Oeste	17	20S1717	50W2338	0,100			
SP	Fernandópolis	9+	20S1810	50W1440	3,160	241 267	1 0	
SP	Fernandópolis	12-	20S1814	50W1437	3,160			
SP	Fernandópolis	23	20S1727	50W1427	3,900			
SP	Fernandópolis	35	20S1759	50W1422	0,500			
SP	Fernandópolis	40	20S1813	50W1437	0,700			Coordenada pré-fixada 20S1813;50W1437.
SP	Fernandópolis	43	20S1727	50W1427	0,500			
SP	Fernandópolis	45+	20S1810	50W1436	1,000			
SP	Fernandópolis	48	20S1727	50W1427	0,500			Coordenada pré-fixada 20S1727;50W1427.
SP	Fernandópolis	51	20S1810	50W1440	0,500			
SP	Fernandópolis	53+	20S1702	50W1447	1,200			Coordenada pré-fixada 20S1811;54W1440 Colinear com canal 45+
SP	General Salgado	15-	20S3852	50W2138	0,700			
SP	General Salgado	18-	20S3845	50W2131	4,000	74 115 264 310	1,47 1,6 1,46 3	
SP	General Salgado	21	20S3900	50W2200	0,700			
SP	General Salgado	24-	20S3839	50W2133	0,700			
SP	General Salgado	28-	20S3838	50W2133	0,700	259 99	0,1 0	
SP	General Salgado	36-	20S3852	50W2138	0,060			Colinear com canal 28-
SP	General Salgado	41-	20S3842	50W2130	1,000			
SP	Guapiaçu	45+	20S4753	49W1330	0,100			SBTVD
SP	Guaraci	52	20S2951	48W5625	0,007			
SP	Guararapes	27+	21S1751	50W3549	1,500	57 197 299	0 0 1	
SP	Guzolândia	16-	20S3924	50W3938	0,500			
SP	Icém	16	20S2105	49W1120	0,100			
SP	Icém	38	20S2054	49W1130	0,500			
SP	Ilha Solteira	16	20S2558	51W2033	0,500	24 a 42	0,1	Colinear com canal 24
SP	Ilha Solteira	19	20S2400	51W2000	0,100			
SP	Ilha Solteira	21	20S2400	51W2000	1,000			Colinear com canal 29
SP	Ilha Solteira	24	20S2400	51W2000	0,300			Coordenada pré-fixada 20S2400;51W2000
SP	Ilha Solteira	29	20S2400	51W2000	0,500			Colinear com canal 21E
SP	Ilha Solteira	45	20S2351	51W2000	0,048			
SP	Irapuã	27	21S1700	49W2400	0,100			Co-localizado com o canal 26D.
SP	Itapura	40	20S4057	51W2840	0,100			
SP	Jaci	27-	20S5303	49W3353	1,500	21 a 114	0,79	Coordenada pré-fixada 20S5303;49W3353
SP	Jales	2	20S1556	50W3406	5,000	116 146	2 4	
SP	Jales	7-	20S1605	50W3051	10,000			
SP	Jales	10	20S1605	50W3102	4,000	86	1	
SP	Jales	25	20S1606	50W3107	0,500			Co-localizado com os canais 24D, 26D e 39+.
SP	Jales	31	20S1606	50W3107	0,500			Co-localizado com os canais 30D,32D e 39+.
SP	Jales	34+	20S1606	50W3105	0,900			Colinear com os canais 26+,42+
SP	Jales	39+	20S1625	50W3051	0,500			
SP	Jales	50	20S1606	50W3107	0,500			
SP	Jales	59	20S1556	50W3406	0,500			Coordenada pré-fixada 20S1556;50W3406
SP	José Bonifácio	14-	21S0355	49W4050	0,500	215 316	0,4 0,4	
SP	José Bonifácio	19	21S0338	49W4052	0,010			
SP	José Bonifácio	25-	21S0345	49W4047	0,500	215	0	
SP	José Bonifácio	29	21S0404	49W4052	0,100			Funcionamento permitido no canal 31 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	José Bonifácio	43	21S0356	49W4050	1,000	96 a 186 298 a 351 198 a 252 353 a 15	0 0,2 0,44 0,01	Coordenada pré-fixada 21S0356;49W4050; Resolução 571 (atualização coordenadas-27/12/2011)
SP	José Bonifácio	49	21S0412	49W4037	0,500			SBTVD.
SP	José Bonifácio	52	21S0354	49W4049	1,000	111 279	0,1 0,3	
SP	Mendonça	23	21S1057	49W3458	0,400			
SP	Mendonça	35	21S1054	49W3523	1,000	231 a 255	0,5	Coordenada pré-fixada 21S1058;49W3456
SP	Mendonça	48+	21S1100	49W3500	1,000			
SP	Mendonça	54	21S1042	49W3436	1,000	95	0,1	
SP	Mirandópolis (TRÊS ALIANÇAS)	15+	20S5724	51W0522	1,000			
SP	Mirandópolis	20+	21S0542	51W0950	2,900			Colinear com o canal 28+ de Mirandópolis.
SP	Mirandópolis	23+	21S0540	51W0950	1,200	290 a 308	0,7	Coordenadas pré-fixadas: 21S0540;51W0950 - Co-localizado com o canal 31+.
SP	Mirandópolis	28+	21S0525	51W0944	2,200			Colinear com o canal 20+ de Mirandópolis.
SP	Mirandópolis	31+	21S0540	51W0950	0,500	114	0,1	
SP	Mirandópolis	39	21S0525	51W0944	2,000			
SP	Monte Aprazível	19	20S4628	49W4158	0,200			Co-localizado com o canal 20D.
SP	Monte Aprazível	21	20S4632	49W4157	0,500			Co-localizado com os canais 20D e 29.
SP	Monte Aprazível	29-	20S4641	49W4201	0,500			Co-localizado com os canais 21 e 30D - SBTVD - Funcionamento permitido no 41 até a aprovação pelo MC das novas condições de operações.
SP	Monte Aprazível	31	20S4632	49W4159	0,100			Co-localizado com os canais 30D e 32D.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Monte Aprazível	40	20S4620	49W4200	0,500			
SP	Nhandeara	14+	20S4139	50W0224	0,100	353 a 39	0,06	
SP	Nhandeara	17+	20S4129	50W0322	0,100			
SP	Nhandeara	19+	20S4150	50W0232	0,050			Co-localizado com o canal 20D - SBTVD.
SP	Nhandeara	21	20S4141	50W0229	0,100			Co-localizado com o canal 20D.
SP	Novo Horizonte	25	21S2824	49W1502	0,600			Co-localizado com o canal 39+.
SP	Novo Horizonte	28	21S2800	49W1300	0,600			
SP	Novo Horizonte	33	21S2824	49W1502	0,500	274	0,1	
SP	Novo Horizonte	39+	21S2824	49W1502	1,000	36 a 48 79 a 88 91 a 122 190 a 214 356 a 12	0,7 0,7 0 0,05 0,5	Colinear com o canal 46.
SP	Novo Horizonte	41	21S2824	49W1502	1,000	270 347 327	0,5 0,5 0,5	
SP	Novo Horizonte	46	21S2824	49W1502	1,000	270 347	0,5 0,5	
SP	Novo Horizonte	49	21S2824	49W1502	1,000	128	0,8	
SP	Novo Horizonte	52-	21S2824	49W1502	1,000	45	0,15	Colinear com os canais 46,49E
SP	Olímpia	16	20S4339	48W5411	0,500			Co-localizado com os canais 24D, 30D e 31-. SBTVD.
SP	Olímpia	19+	20S4338	48W5411	1,000	162 a 178	0,5	Coordenada pré-fixada 20S4338;48W5411
SP	Olímpia	21+	20S4335	48W5411	0,500	165 315 180 61	0,1 0,1 0,2 0,033	
SP	Olímpia	29+	20S4331	48W5359	0,500	135	0,2	
SP	Olímpia	31-	20S4338	48W5411	0,500	40 a 80	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 20S4338;48W5411 - Co-localizado com os canais 30D e 32D.
SP	Olímpia	40+	20S4414	48W5453	1,000	108 a 124 313 a 25	0 0,013	
SP	Olímpia	43	20S4338	48W5411	0,500			Co-localizado com os canais 29+,35,42D, 44D e 58.
SP	Olímpia	58	20S4337	48W5408	0,100			
SP	Orindiúva	20	20S1127	49W2107	0,100			
SP	Orindiúva	29-	20S1055	49W2206	0,030			
SP	Orindiúva	39-	20S1117	49W2110	0,050			Coordenada pré-fixada 20S1117;49W2110.
SP	Ouroeste	36+	20S0015	50W2237	0,100			
SP	Palestina	19	20S2324	49W2559	0,300			
SP	Palestina	29	20S2727	49W2326	0,700			Co-localizado com o canal 30D - Funcionamento permitido no canal 42 até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Palestina	31	20S2336	49W2603	0,004			Co-localizado com os canais 30D e 32D.
SP	Paulo de Faria	18	20S0255	49W2448	0,050			
SP	Paulo de Faria	22-	20S0200	49W2438	0,300			
SP	Paulo de Faria	24	20S0204	49W2439	0,100			
SP	Paulo de Faria	45-	20S0223	49W2438	0,100			
SP	Paulo de Faria	55-	20S0207	49W2439	0,100			
SP	Penápolis	14	21S2511	50W0439	0,100			
SP	Penápolis	17	21S2542	50W0420	0,200			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD.
SP	Penápolis	21	21S2542	50W0420	0,500			Co-localizados com os canais 14, 20D e 35+ - SBTVD.
SP	Penápolis	23+	21S2541	50W0419	0,200			Co-localizado com os canais 24D e 38+ - SBTVD.
SP	Penápolis	35+	21S2544	50W0421	0,500			Co-localizado com o canal 43+.
SP	Penápolis	38+	21S2542	50W0420	0,500			
SP	Penápolis	43+	21S2542	50W0422	0,500			Co-localizado com os canais 35+ e 51+.
SP	Penápolis	54+	21S2542	50W0420	0,100			Coordenada pré-fixada 21S2542;50W0420
SP	Penápolis	56	21S2541	50W0419	0,500			
SP	Pereira Barreto	36	20S3738	51W0551	0,500			
SP	Pereira Barreto	39-	20S3748	51W0554	0,500			Co-localizado com os canais 38D e 46 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 26 até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Pereira Barreto	46	20S3838	51W0613	0,500			
SP	Pereira Barreto	49	20S3900	51W0700	0,500			Co-localizado com o canal 57-.
SP	Pindorama	45-	21S1041	48W5352	0,100			
SP	Pindorama	54+	21S1022	48W5327	0,100			Coordenada pré-fixada 21S1022;48W5327
SP	Planalto	16+	21S0302	49W5518	0,100			
SP	Poloni	45	20S4651	49W4834	0,320	6 a 80 124 a 136	0,003 0,002	Coordenada pré-fixada 20S4651;49W4834
SP	Pontes Gestal	3+	20S1000	49W4212	0,010			
SP	Riolândia	35+	19S5956	49W4207	0,500			
SP	Santa Adélia	19+	21S1419	48W4829	0,150	339 a 0	0	Coordenada pré-fixada 21S1419;48W4829
SP	Santa Albertina	38+	20S0229	50W4350	0,050			
SP	Santa Fé do Sul	4	20S1215	50W5432	5,000	113	1	
SP	Santa Fé do Sul	6-	20S1205	50W5423	1,000			
SP	Santa Fé do Sul	8	20S1213	50W5427	0,160	103	0	Coordenada pré-fixada 20S1213;50W5427
SP	Santa Fé do Sul	13+	20S1212	50W5425	0,500			
SP	Santa Fé do Sul	15	20S1210	50W5434	1,000	30 270	0,5 0,5	Coordenada pré-fixada 20S1210;50W5434. Co-localizado com o canal 23-.
SP	Santa Fé do Sul	18	20S1300	50W5600	1,000	30 270	0,5 0,5	
SP	Santa Fé do Sul	20	20S1240	50W5533	1,000	30 270	0,5 0,5	
SP	Santa Fé do Sul	23-	20S1213	50W5425	0,108			Coordenada pré-fixada 20S1213;50W5425. Co-localizado com o canal 15.
SP	Santa Fé do Sul	59	20S1209	50W5425	0,500			Coordenadas pré-fixadas: 20S1209;50W5425 - Co-localizado com o canal 58D.
SP	São José do Rio Preto	4-	20S4811	49W1620	10,000			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	5	20S4801	49W2050	3,160			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	9-	20S4841	49W2246	3,160			Coordenadas pré-fixadas 20S4841;49W2246 - SBTVD.
SP	São José do Rio Preto	13	20S4801	49W2050	3,160			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	15+	20S4801	49W2050	3,160			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	21	20S4801	49W2050	3,000			Co-localizado com os canais 20D e 22D - SBTVD.
SP	São José do Rio Preto	41+	20S4945	49W2136	2,600			Co-localizado com o canal 42D. SBTVD
SP	São José do Rio Preto	55-	20S4801	49W2050	2,000			Coordenadas pré-fixadas: 20S4801;49W2050 - Co-localizado com o canal 56D - SBTVD.
SP	São José do Rio Preto	59+	20S4804	49W2050	10,000	16 80 a 90 226	3 1,5 5	SBTVD
SP	Tabapuã	6+	20S5808	49W0220	0,025	118 a 148	0,001	Coordenada pré-fixada 20S5808;49W0220
SP	Tanabi	17	20S3607	49W3840	0,500			Co-localizado com o canal 25.
SP	Tanabi	25	20S3633	49W3933	0,500			Co-localizado com o canal 17.
SP	Tanabi	35-	20S3700	49W3900	0,500			Co-localizado com o canal 34D.
SP	Tanabi	38-	20S3724	49W3852	0,500			Coordenada pré-fixada 20S3724;49W3852.
SP	Tanabi	41	20S3616	49W3836	0,600			Coordenadas pré-fixadas: 20S3616;49W3836 - Co-localizado com o canal 42D.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Tanabi	51-	20S3700	49W3900	0,500			
SP	Uchoa	50-	20S5723	49W1118	0,050			SBTVD.
SP	Urupês	36	21S1106	49W1821	0,100			
SP	Urupês	45	21S1117	49W1820	0,100			
SP	Urupês	53+	21S1348	49W1619	0,100			
SP	Valparaíso	14	21S1322	50W5202	0,100			
SP	Valparaíso	17	21S1300	50W5200	0,100			
SP	Valparaíso	31	21S1300	50W5200	0,200			Co-localizado com os canais 17,30D,32D e 38- - SBTVD.
SP	Valparaíso	33	21S1353	50W5200	0,100			Co-localizado com os canais 32D e 34D - SBTVD.
SP	Valparaíso	38-	21S1321	50W5201	0,300			Co-localizado com o canal 31 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 48- até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Valparaíso	59-	21S1327	50W5154	0,200			SBTVD.
SP	Votuporanga	14	20S2520	49W5820	1,000	183 a 209	0	Colinear com canal 22+
SP	Votuporanga	16-	20S2453	49W5826	1,000			Co-localizado com o canal 31-. SBTVD.
SP	Votuporanga	22+	20S2434	49W5822	0,500			SBTVD
SP	Votuporanga	27	20S2435	49W5817	4,000	91 a 101 121 a 133 13 a 25	2,59 0,81 2,28	Coordenada pré-fixada 20S2435;49W5817
SP	Votuporanga	31-	20S2434	49W5812	2,000			Co-localizado com o canal 39.
SP	Votuporanga	33	20S2434	49W5820	0,500			SBTVD
SP	Votuporanga	39	20S2434	49W5820	2,000			Coordenada pré-fixada 20S2434;49W5820. Co-localizado com os canais 31- e 47-.
SP	Votuporanga	50	20S2500	49W5900	1,000	40 320	0,5 0,5	SBTVD
SP	Votuporanga	52+	20S2434	49W5820	1,000			Coordenada pré-fixada 20S2500;49W5900

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Catanduva	15	21S0953	48W5742	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0953 48W5742 Colocalizado com o canal 14D.
SP	Fernandópolis	14	20S1813	50W1440	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1813 50W1440
SP	Américo de Campos	39	20S1757	49W4354	0,08			Coordenadas de sítio: 20S175700 49W435400
SP	Américo de Campos	25	20S1757	49W4354	0,08			Coordenadas de sítio: 20S175700 49W435400
SP	Andradina	27	20S5431	51W2140	0,08			Coordenadas de sítio: 20S543100 51W214000
SP	Cardoso	51	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas de sítio: 20S045500 49W545100 Colocalizado com o canal 50D.
SP	Cardoso	50	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas de sítio: 20S045500 49W545100 Colocalizado com o canal 51D.
SP	Catanduva	45	21S0816	48W5822	0,08			Coordenadas de sítio: 21S081600 48W582200 Colocalizado com o canal 46D.
SP	Catanduva	46	21S0816	48W5822	0,08			Coordenadas de sítio: 21S081600 48W582200 Colocalizado com o canal 45D.
SP	Cosmorama	39	20S2840	49W4640	0,08			Coordenadas de sítio: 20S284000 49W464000
SP	Cosmorama	25	20S2840	49W4640	0,08			Coordenadas de sítio: 20S284000 49W464000
SP	Icém	25	20S2030	49W1142	0,08			Coordenadas de sítio: 20S203000 49W114200
SP	Itajobi	27	21S1938	49W0258	0,08			Coordenadas de sítio: 21S193800 49W025800
SP	Itajobi	21	21S1938	49W0258	0,08			Coordenadas de sítio: 21S193800 49W025800
SP	Itajobi	50	21S1938	49W0300	0,08			Coordenadas de sítio: 21S193800 49W030000
SP	Itajobi	25	21S1905	49W0316	0,08			Coordenadas de sítio: 21S190500 49W031600
SP	Itajobi	39	21S1953	49W0316	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1953 49W0316
SP	Mirandópolis	51	21S0801	51W0606	0,08			Coordenadas de sítio: 21S080100 51W060600
SP	Mirandópolis	49	21S0801	51W0606	0,08			Coordenadas de sítio: 21S080100 51W060600
SP	Nova Luzitânia	16	20S5122	50W1542	0,08			Coordenadas de sítio: 20S512200 50W154200
SP	Novo Horizonte	51	21S2805	49W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 21S280500 49W131500
SP	Novo Horizonte	49	21S2805	49W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 21S280500 49W131500
SP	Orindiúva	50	20S1056	49W2105	0,08			Coordenadas de sítio: 20S105600 49W210500
SP	Paulo de Faria	35	20S0151	49W2300	0,08			Coordenadas de sítio: 20S015100 49W230000
SP	Pereira Barreto	25	20S3818	51W0633	0,08			Coordenadas de sítio: 20S381800 51W063300
SP	Pindorama	43	21S1109	48W5426	0,08			Coordenadas de sítio: 21S110900 48W542600 Colocalizado com o canal 42D.
SP	Pindorama	21	21S1109	48W5426	0,08			Coordenadas de sítio: 21S110900 48W542600
SP	Pindorama	25	21S1109	48W5426	0,08			Coordenadas de sítio: 21S110900 48W542600
SP	Riolândia	25	19S5851	49W4055	0,08			Coordenadas de sítio: 19S585100 49W405500
SP	Riolândia	39	19S5851	49W4055	0,08			Coordenadas de sítio: 19S585100 49W405500
SP	São José do Rio Preto	36	20S4802	49W2053	0,08			Coordenadas de sítio: 20S480200 49W205300
SP	São José do Rio Preto	40	20S4801	49W2050	0,08			Coordenadas de sítio: 20S480100 49W205000
SP	Valparaíso	25	21S1340	50W5206	0,08			Coordenadas de sítio: 21S134000 50W520600
SP	Votuporanga	49	20S2522	49W5822	0,08			Coordenadas de sítio: 20S252200 49W582200

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Andradina	26	20S5403	51W2205	8			Coordenadas do Sítio. 20S5403;51W2205 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Andradina	33	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5402;51W2205 - Co-localizado com o canal 32-.
SP	Andradina	50	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5403;51W2205.
SP	Andradina	31	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5403;51W2205 - Co-localizado com o canal 32-.
SP	Araçatuba	26	21S1807	50W2240	8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Araçatuba	24	21S1807	50W2240	8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 Co-localizado com o canal 25.
SP	Araçatuba	30	21S1807	50W2240	8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240.
SP	Araçatuba	53	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com o canal 52D.
SP	Araçatuba	20	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com o canal 19 de Birigui/SP.
SP	Araçatuba	46	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com o canal 47-.
SP	Araçatuba	50	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com os canais 49- e 51D de Birigui/SP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Araçatuba	52	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com os canais 51D de Birigui/SP e 53D.
SP	Araçatuba	58	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com os canais 57+ e 59D de Birigui/SP.
SP	Birigui	51	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com os canais 50D de Araçatuba/SP e 52D de Araçatuba/SP.
SP	Birigui	48	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com os canais 47- de Araçatuba/SP e 49- de Araçatuba/SP.
SP	Birigui	59	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1807;50W2240 - Co-localizado com o canal 58D de Araçatuba/SP.
SP	Braúna	26	21S3055	50W1832	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3055;50W1832 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Cardoso	31	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0455;49W5451 - Co-localizado com os canais 30D e 32.
SP	Cardoso	30	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S0455;49W5451 - Co-localizado com os canais 29 e 31D.
SP	Castilho (JUNQUEIRA)	31	20S5210	51W3753	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5210;51W3753 - Reuso do canal de Adradina/SP.
SP	Catanduva	47	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748 - Co-localizado com o canal 46.
SP	Catanduva	32	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748.
SP	Catanduva	20	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958 48W5748 - Co-localizado com o canal 21.
SP	Catanduva	24	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Catanduva	53	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748.
SP	Catanduva	26	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748 - Co-localizado com os canais 25 e 27.
SP	Catanduva	42	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748 - Co-localizado com o canal 43+.
SP	Catanduva	44	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0958;48W5748 - Co-localizado com o canal 43+.
SP	Clementina	32	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3343;50W2651 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Clementina	26	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3343;50W2651 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Clementina	30	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S3343;50W2651 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Estrela d'Oeste	30	20S1717	50W2338	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1717;50W2338.
SP	Estrela d'Oeste	47	20S1717	50W2338	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1717;50W2338.
SP	Fernandópolis	42	20S1812	50W1438	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S1812;50W1438 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Fernandópolis	24	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1812;50W1438 - Co-localizado com o canal 23.
SP	Fernandópolis	34	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1812;50W1438 - Co-localizado com o canal 35.
SP	Fernandópolis	47	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1812;50W1438 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Fernandópolis	44	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1812;50W1438 - Co-localizado com os canais 43 e 45+.
SP	General Salgado	42	20S3854	50W2138	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3854;50W2138 - Co-localizado com o canal 41-.
SP	General Salgado	20	20S3854	50W2138	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3854;50W2138 - Co-localizado com o canal 21.
SP	Guapiaçu	32	20S4913	49W1335	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4913;49W1335.
SP	Guararapes	34	21S1540	50W3721	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1540;50W3721 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Irapuã	26	21S1646	49W2432	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S1646;49W2432 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Jaci	26	20S5303	49W3353	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S5303;49W3353 - Co-localizado com o canal 27-.
SP	Jales	30	20S1557	50W3407	8			Coordenadas do Sítio. 20S1557;50W3407 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Jales	26	20S1606	50W3105	8			Coordenadas do Sítio. 20S1606;50W3105 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Jales	24	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1606;50W3105 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Jales	32	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1606;50W3105 - Co-localizado com os canais 31 e 33D.
SP	Jales	33	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1606;50W3105 - Co-localizado com os canais 32D e 34+.
SP	Jales	58	20S1557	50W3407	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1557;50W3407 - Co-localizado com o canal 59.
SP	José Bonifácio	26	21S0345	49W4047	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S0345;49W4047 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	José Bonifácio	24	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0345;49W4047 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	José Bonifácio	30	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0345;49W4047 - Co-localizado com o canal 29.
SP	José Bonifácio	42	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0345;49W4047 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Mendonça	47	21S1055	49W3525	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1055;49W3525 - Co-localizado com o canal 48+.
SP	Mendonça	32	21S1055	49W3525	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1055;49W3525.
SP	Mirandópolis (TRÊS ALIANÇAS)	26	20S5724	51W0522	0,8			Coordenadas do Sítio. 20s5724;51w0522 - Reuso do canal de Andradina/SP.
SP	Mirandópolis	26	21S0540	51W0950	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0540;51W0950 - Reuso do canal de Andradina/SP.
SP	Mirandópolis	43	21S0540	51W0950	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0540;51W0950 - Reuso do canal de Andradina/SP.
SP	Mirandópolis	32	21S0540	51W0950	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S0540;51W0950 - Co-localizado com o canal 31+.
SP	Mirandópolis	38	21S0540	51W0950	0,8			Coordenadas do Sítio. 21S0540;51W0950 - Co-localizado com o canal 39. - Reuso do canal de Andradina/SP.
SP	Monte Aprazível	20	20S4628	49W4158	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4628;49W4158 - Co-localizado com os canais 19 e 21.
SP	Monte Aprazível	30	20S4628	49W4158	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4628;49W4158 - Co-localizado com os canais 29 e 31.
SP	Monte Aprazível	32	20S4628	49W4158	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4628;49W4158 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Nhandeara	42	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4139;50W0218 - Co-localizado com o canal 43-.
SP	Nhandeara	20	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4139;50W0218 - Co-localizado com os canais 19 e 21.
SP	Novo Horizonte	24	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Novo Horizonte	26	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Novo Horizonte	34	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502 - Co-localizado com o canal 33.
SP	Novo Horizonte	58	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Novo Horizonte	42	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Novo Horizonte	47	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2824;49W1502 - Co-localizado com o canal 46.
SP	Olímpia	26	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412.
SP	Olímpia	20	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412 - Co-localizado com os canais 19+ e 21+.
SP	Olímpia	30	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412 - Co-localizado com os canais 29+ e 31-.
SP	Olímpia	32	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412 - Co-localizado com o canal 31-.
SP	Olímpia	42	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Olímpia	44	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Olímpia	24	20S4335	48W5412	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S4335;48W5412.
SP	Orindiúva	30	20S1117	49W2110	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S1117;49W2110 - Co-localizado com o canal 29-.
SP	Ouroeste	32	20S0015	50W2237	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S0015;50W2237 - Co-localizado com o canal 33+.
SP	Palestina	30	20S2324	49W2559	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2324;49W2559 - Co-localizado com os canais 29 e 31.
SP	Palestina	32	20S2324	49W2559	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S2324;49W2559 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Paulo de Faria	26	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S0200;49W2438 - Co-localizado com o canal 25D.
SP	Paulo de Faria	25	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S0200;49W2438 - Co-localizado com os canais 24 e 26D.
SP	Penápolis	32	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	26	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	20	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Co-localizado com o canal 21. - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	42	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Co-localizado com o canal 43+. - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	24	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Co-localizado com o canal 23+. - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	30	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	34	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Co-localizado com o canal 35+. - Reuso do canal de Araçatuba/SP.
SP	Penápolis	59	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Reuso do canal de Birigui/SP.
SP	Penápolis	48	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420 - Reuso do canal de Birigui/SP.
SP	Penápolis	61	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S2542;50W0420.
SP	Pereira Barreto	38	20S3748	51W0554	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3748;51W0554 - Co-localizado com o canal 39-.
SP	Pereira Barreto	47	20S3739	51W0552	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3739;51W0552 - Co-localizado com os canais 46 e 48D.
SP	Pereira Barreto	48	20S3817	51W0633	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3817;51W0633 - Co-localizado com os canais 47D e 49.
SP	Pindorama	42	21S1041	48W5352	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S1041;48W5352.
SP	Planalto	32	21S0302	49W5518	0,008			Coordenadas do Sítio. 21S0302;49W5518 - Co-localizado com o canal 33+.
SP	Poloni	42	20S4651	49W4834	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S4651;49W4834.
SP	Santa Adélia	30	21S1419	48W4829	0,008			Coordenadas do Sítio. 21s1419;48w4829.
SP	Santa Fé do Sul	26	20S1216	50W5427	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S1216;50W5427.
SP	Santa Fé do Sul	24	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas do Sítio. 20s1216;50w5427 - Co-localizado com o canal 23-.
SP	Santa Fé do Sul	53	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1216;50W5427.
SP	Santa Fé do Sul	58	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S1216;50W5427 - Co-localizado com o canal 59.
SP	São José do Rio Preto	42	20S4945	49W2136	8			Coordenadas do Sítio. 20S4945;49W2136 - Co-localizado com o canal 41+. Funcionamento permitido no canal 35 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	São José do Rio Preto	22	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050 - Co-localizado com o canal 21.
SP	São José do Rio Preto	18	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050 - Co-localizado com o canal 17-E.
SP	São José do Rio Preto	20	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050 - Co-localizado com o canal 21.
SP	São José do Rio Preto	53	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050.
SP	São José do Rio Preto	56	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050 Co-localizado com o canal 55-.
SP	São José do Rio Preto	61	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S4801;49W2050.
SP	Tanabi	26	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3700;49W3900 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Tanabi	24	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3700;49W3900 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Tanabi	34	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3700;49W3900 - Co-localizado com o canal 35-.
SP	Tanabi	42	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3700;49W3900 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Tanabi	20	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S3700;49W3900 - Co-localizado com o canal 19-.
SP	Uchoa	32	20S5723	49W1118	0,008			Coordenadas do Sítio. 20S5723;49W1118.
SP	Valparaíso	32	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1321;50W5201 - Co-localizado com os canais 31 e 33.
SP	Valparaíso	34	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1321;50W5201 - Co-localizado com o canal 33.
SP	Valparaíso	30	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1321;50W5201 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Valparaíso	54	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas do Sítio. 21S1321;50W5201.
SP	Votuporanga	56	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com o canal 55E.
SP	Votuporanga	32	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com os canais 31- e 33.
SP	Votuporanga	34	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com o canal 33.
SP	Votuporanga	26	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Votuporanga	30	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com o canal 31-.
SP	Votuporanga	53	20S2434	49W5820	0,8			Coordenadas do Sítio. 20S2434;49W5820 - Co-localizado com o canal 52+.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Andradina	26	20S5137	51W2516	8			Coordenadas de sítio: 20S5137 51W2516
SP	Andradina	33	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5403 51W2205
SP	Andradina	14	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5403 51W2205
SP	Andradina	31	20S5403	51W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5403 51W2205
SP	Araçatuba	26	21S1807	50W2240	8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Co-localizado com o canal 27D de Birigui/SP.
SP	Araçatuba	24	21S1807	50W2240	8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240
SP	Araçatuba	30	21S1807	50W2240	8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Araçatuba	29	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Araçatuba	20	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240
SP	Araçatuba	17	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240
SP	Araçatuba	14	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Colocalizado com o canal 15D de Birigui/SP.
SP	Araçatuba	40	21S1200	50W2600	0,8			Coordenadas de sítio: 21S1200 50W2600
SP	Araçatuba	22	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240
SP	Birigui	15	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Co-localizado com o canal 14D de Araçatuba/SP.
SP	Birigui	48	21S1807	50W2240	0,8			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240
SP	Birigui	27	21S1807	50W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1807 50W2240 Co-localizado com o canal 26D de Araçatuba/SP.
SP	Braúna	26	21S3055	50W1832	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3055 50W1832 - Reuso do canal de Clementina/SP
SP	Cardoso	31	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0455 49W5451 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Cardoso	30	20S0455	49W5451	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0455 49W5451 Co-localizado com o canal 31D.
SP	Castilho (JUNQUEIRA)	31	20S5210	51W3753	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5210 51W3753
SP	Catanduva	47	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	32	21S0958	48W5748	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 33D.
SP	Catanduva	20	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	24	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	14	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 15D.
SP	Catanduva	26	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	42	21S0958	48W5748	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	44	21S0958	48W5748	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0958 48W5748
SP	Clementina	32	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3343 50W2651
SP	Clementina	26	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3343 50W2651
SP	Clementina	30	21S3343	50W2651	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3343 50W2651
SP	Estrela d'Oeste	30	20S1717	50W2338	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1717 50W2338 - Reuso do canal de Fernandópolis/SP
SP	Estrela d'Oeste	47	20S1717	50W2338	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1717 50W2338 - Reuso do canal de Fernandópolis/SP. Reuso do canal de Jales/SP
SP	Fernandópolis	42	20S1812	50W1438	0,8			Coordenadas de sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	24	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	34	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	47	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	44	20S1812	50W1438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1812 50W1438
SP	General Salgado	42	20S3854	50W2138	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3854 50W2138
SP	General Salgado	20	20S3854	50W2138	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3854 50W2138
SP	Guapiaçu	32	20S4752	49W1329	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4752 49W1329 - Reuso do canal de São José do Rio Preto/SP
SP	Guararapes	34	21S1540	50W3721	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1540 50W3721
SP	Irapuã	26	21S1646	49W2432	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1646 49W2432 - Reuso do canal de Urupês/SP
SP	Jaci	26	20S5303	49W3353	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5303 49W3353
SP	Jales	30	20S1557	50W3407	8			Coordenadas de sítio: 20S1557 50W3407
SP	Jales	26	20S1606	50W3105	8			Coordenadas de sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Jales	24	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1606 50W3105
SP	Jales	32	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 33D.
SP	Jales	33	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 32D.
SP	Jales	27	20S1606	50W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 26D.
SP	José Bonifácio	26	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0345 49W4047 - Reuso do canal de Mendonça/SP
SP	José Bonifácio	24	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0345 49W4047
SP	José Bonifácio	30	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0345 49W4047
SP	José Bonifácio	42	21S0345	49W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0345 49W4047
SP	Mendonça	47	21S1055	49W3525	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1055 49W3525 - Reuso do canal de José Bonifácio/SP
SP	Mendonça	32	21S1055	49W3525	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1055 49W3525 Co-localizado com o canal 33D. - Reuso do canal de José Bonifácio/SP
SP	Mirandópolis (TRÊS ALIANÇAS)	26	20S5724	51W0522	0,8			Coordenadas de sítio: 20S5724 51W0522 - Reuso do canal de Mirandópolis/SP
SP	Mirandópolis	26	21S0540	51W0950	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0540 51W0950
SP	Mirandópolis	43	21S0540	51W0950	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0540 51W0950
SP	Mirandópolis	32	21S0540	51W0950	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0540 51W0950
SP	Mirandópolis	38	21S0540	51W0950	0,8			Coordenadas de sítio: 21S0540 51W0950
SP	Monte Aprazível	20	20S4628	49W4158	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4628 49W4158
SP	Monte Aprazível	30	20S4628	49W4158	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4628 49W4158
SP	Monte Aprazível	32	20S4628	49W4158	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4628 49W4158
SP	Nhandeara	42	20S4139	50W0218	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4139 50W0218
SP	Nhandeara	20	20S4139	50W0218	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4139 50W0218
SP	Novo Horizonte	24	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 23D.
SP	Novo Horizonte	26	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Novo Horizonte	23	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 24D.
SP	Novo Horizonte	27	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 26D.
SP	Novo Horizonte	42	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502
SP	Novo Horizonte	47	21S2824	49W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2824 49W1502
SP	Olímpia	25	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	20	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	30	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Olímpia	32	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com o canal 33D.
SP	Olímpia	42	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	44	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	23	20S4335	48W5412	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4335 48W5412
SP	Orindiúva	30	20S1117	49W2110	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1117 49W2110
SP	Ouroeste	32	20S0015	50W2237	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0015 50W2237
SP	Palestina	30	20S2727	49W232	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2727 49W232
SP	Palestina	32	20S2324	49W2559	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2324 49W2559
SP	Paulo de Faria	26	20S0200	49W2438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0200 49W2438
SP	Paulo de Faria	24	20S0200	49W2438	0,08			Coordenadas de sítio: 20S0200 49W2438
SP	Penápolis	32	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	26	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Penápolis	20	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	42	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	24	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	30	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	34	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	27	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420 Co-localizado com os canais 26D, 28D.
SP	Penápolis	48	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420
SP	Penápolis	28	21S2542	50W0420	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2542 50W0420 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Pereira Barreto	38	20S3748	51W0554	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3748 51W0554
SP	Pereira Barreto	17	20S3739	51W0552	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3739 51W0552
SP	Pereira Barreto	48	20S3817	51W0633	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3817 51W0633
SP	Pindorama	42	21S1041	48W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1041 48W5352 Co-localizado com o canal 43D. - Reuso do canal de Catanduva/SP
SP	Planalto	32	21S0302	49W5518	0,08			Coordenadas de sítio: 21S0302 49W5518
SP	Poloni	42	20S4651	49W4834	0,08			Coordenadas de sítio: 20S4651 49W4834 - Reuso do canal de Monte Aprazível/SP
SP	Santa Adélia	30	21S1419	48W4829	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1419 48W4829 - Reuso do canal de Catanduva/SP
SP	Santa Fé do Sul	26	20S1216	50W5427	0,8			Coordenadas de sítio: 20S1216 50W5427 Co-localizado com o canal 27D.
SP	Santa Fé do Sul	24	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	16	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	27	20S1216	50W5427	0,08			Coordenadas de sítio: 20S1216 50W5427 Co--localizado com o canal 26D.
SP	São José do Rio Preto	42	20S4945	49W2136	54,77			Coordenadas de sítio: 20S4945 49W2136.
SP	São José do Rio Preto	22	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	18	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 17D.
SP	São José do Rio Preto	20	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	49	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	17	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 18D.
SP	São José do Rio Preto	28	20S4801	49W2050	0,8			Coordenadas de sítio: 20S4801 49W2050
SP	Tanabi	26	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3700 49W3900
SP	Tanabi	24	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3700 49W3900
SP	Tanabi	34	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3700 49W3900
SP	Tanabi	42	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3700 49W3900
SP	Tanabi	20	20S3700	49W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 20S3700 49W3900
SP	Uchoa	32	20S5723	49W1118	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5723 49W1118 - Reuso do canal de Guapiaçu/SP
SP	Valparaíso	32	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1321 50W5201
SP	Valparaíso	34	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1321 50W5201
SP	Valparaíso	30	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1321 50W5201
SP	Valparaíso	27	21S1321	50W5201	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1321 50W5201
SP	Votuporanga	17	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	32	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	34	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	26	20S2434	49W5820	0,8			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	30	20S2434	49W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	14	20S2434	49W5820	0,8			Coordenadas de sítio: 20S2434 49W5820

ATO Nº 4.234, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 45, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Bauru	2	22S2130	49W0618	16,2	112 119 165 350	10 10 10 6,31	SBTVD
SP	Bauru	4-	22S2136	49W0559	20,3			Coordenada pré-fixada 22S2136;49W0559.
SP	Bauru	31+	22S2122	49W0600	2	339 a 354	1,2	Coordenadas pré-fixadas: 22S2122;49W00600 - Co-localizado com o canal 32D - SBTVD.
SP	Bauru	45	22S2142	49W0554	6			Co-localizado com os canais 31+E, 38, 46D, 53+ e 59. SBTVD.
SP	Botucatu	55-	22S5144	48W2642	0,5	40 a 100 258 a 318	0,1 0,125	Coordenada pré-fixada 22S5144;48W2642 Co-localizado com o canal 54D SBTVD
SP	Jaú	12-	22S1532	48W3313	10			SBTVD
SP	Marília	31-	22S1331	49W5753	4,7			Co-localizado com o canal 46-.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Agudos	47+	22S2902	48W5942	0,1	338 a 342	0,006	Coordenada pré-fixada 22S2902;48W5942.
SP	Agudos	58+	22S2904	48W5942	0,55			
SP	Arealva	15	22S0057	48W5444	0,1			Co-localizado com os canais 14D e 22. SBTVD.
SP	Arealva	18	22S0057	48W5446	0,1			Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
SP	Arealva	22	22S0057	48W5444	0,1			Co-localizado com o canal 15. SBTVD.
SP	Arealva	43-	22S0057	48W5446	0,1			
SP	Arealva	54	22S0057	48W5444	0,4			
SP	Assis	9+	22S3902	50W2424	3,16			Colinear com canal 235
SP	Assis	15+	22S3902	50W2424	1	329	0,1	
SP	Assis	20+	22S3907	50W2429	0,71	329	0,1	
SP	Assis	23+	22S3814	50W2402	1,5			
SP	Assis	29	22S3904	50W2432	0,8			
SP	Assis	41	22S3942	50W2444	1,5			
SP	Assis	45-	22S3905	50W2429	9	128	7,5	Coordenada pré-fixada 22S3905;50W2429. Co-localizado com o canal 53+.
SP	Assis	49+	22S3942	50W2444	0,8	97 a 294	0,2	Coordenada pré-fixada 22S3942;50W2444.
SP	Assis	53+	22S3942	50W2444	3,6	15 a 82 131 a 153 240 a 262 336 a 350	1,5 1 1 0,5	Coordenada pré-fixada 25S3942;50W2444. Co-localizado com o canal 45-.
SP	Bariri	24	22S0159	48W4211	0,7			Co-localizado com o canal 23D - SBTVD.
SP	Bariri	46-	22S0156	48W4209	1			
SP	Bariri	49	22S0159	48W4211	1			Co-localizado com o canal 48D - SBTVD.
SP	Barra Bonita	21	22S3042	48W3348	0,1			Co-localizado com o canal 20D - SBTVD.
SP	Barra Bonita	25	22S3042	48W3348	0,03			Co-localizado com os canais 27D e 41. SBTVD.
SP	Barra Bonita	32	22S2519	48W3314	1,8			
SP	Barra Bonita	41	22S3050	48W3351	0,1			SBTVD.
SP	Barra Bonita	45	22S3048	48W3331	0,3			
SP	Barra Bonita	48	22S2533	48W3316	1,5			Co-localizado com o canal 49D - SBTVD.
SP	Barra Bonita	50	22S2533	48W3316	3,3			Co-localizado com o canal 49D - SBTVD.
SP	Bastos	3+	21S5354	50W4502	0,316	112	0,08	Coordenada pré-fixada 21S5300;50W4400
SP	Bastos	8+	21S5354	50W4502	0,5	80	0,316	Colinear com canal 218
SP	Bastos	52	21S5344	50W4526	1			
SP	Bastos	56+	21S5337	50W4525	0,3	94	0,2	
SP	Bastos	59	21S5307	50W4552	0,5			Co-localizado com o canal 52 - SBTVD.
SP	Bauru	5+	22S2136	49W0558	10	275	4	SBTVD
SP	Bauru	8+	22S1853	49W0338	3,16	226	0,1	SBTVD
SP	Bauru	13-	22S2139	49W0601	6,1			Coordenada pré-fixada 22S2139;49W0601
SP	Bauru	15+	22S2145	49W0554	16			Co-localizado com o canal 14D - SBTVD.
SP	Bauru	19	22S2149	49W0605	1	42	0,5	SBTVD
SP	Bauru	21+	22S2122	49W0549	1,5	216 a 224 69 a 79 145 a 159	0,3 0,1 0	SBTVD
SP	Bauru	38	22S2145	49W0554	2,5			Co-localizado com os canais 31+E, 39D, 45E e 53+ - SBTVD.
SP	Bauru	53+	22S2136	49W0558	1			Coordenada pré-fixada 22S2136;49W0558
SP	Bauru	59	22S2145	49W0554	3,16			Co-localizado com os canais 45E e 58D - SBTVD.
SP	Bofete	53-	23S0624	48W1600	0,1			
SP	Borborema	6-	21S3702	49W0528	0,05	46	0	
SP	Botucatu	14	22S5148	48W2645	2			Co-localizado com os canais 15D e 28+ - SBTVD.
SP	Botucatu	16	22S5146	48W2636	16			Co-localizado com os canais 15D, 17D, 24 e 30. SBTVD.
SP	Botucatu	18	22S5056	48W2613	0,9			Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
SP	Botucatu	24	22S5147	48W2645	15,5			Co-localizado com os canais 16, 23D e 38. SBTVD.
SP	Botucatu	28+	22S5150	48W2642	5			Co-localizado com os canais 14, 27D e 36-. SBTVD.
SP	Botucatu	30	22S5148	48W2645	2	124 338 a 2	1 1,2	SBTVD
SP	Botucatu	36-	22S5140	48W2642	2,2	229 a 255 341 a 1 24 a 38 112 a 134	1 1 0,5 1	Coordenada pré-fixada 22S5140;48W2642 Colinear com os canais 22 e 50
SP	Botucatu	38	22S5140	48W2642	1			Co-localizado com os canais 24,30 e 39D - SBTVD.
SP	Botucatu	49	22S5149	48W2641	10,5			Co-localizado com o canal 48D - SBTVD.
SP	Botucatu	58-	22S5309	48W2642	0,6			SBTVD
SP	Cafelândia	15-	21S4740	49W3612	0,2			
SP	Cafelândia	24	21S4744	49W3613	0,05			Co-localizado com o canal 23D - SBTVD.
SP	Cafelândia	34	21S4740	49W3612	0,1			
SP	Cafelândia	43	21S4740	49W3612	0,2			
SP	Cafelândia	47	21S4740	49W3612	0,05			
SP	Dois Córregos	15-	22S2236	48W2236	0,6			
SP	Dois Córregos	19	22S2236	48W2236	0,5			SBTVD.
SP	Dois Córregos	31-	22S2236	48W2236	0,7			
SP	Dois Córregos	51	22S2236	48W2236	0,1			Co-localizado com o canal 52D - SBTVD.
SP	Duartina	22	22S2251	49W2510	0,1			SBTVD.
SP	Duartina	36+	22S2355	49W2611	0,1			
SP	Duartina	43	22S2302	49W2457	0,5			Co-localizado com o canal 44D e 50+ - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 28 até a aprovaçã o pelo MC das novas condições de operação.
SP	Duartina	46+	22S2355	49W2611	0,1			
SP	Duartina	50+	22S2304	49W2456	0,1			Co-localizado com os canais 43 e 49D - SBTVD.
SP	Duartina	55	22S2303	49W2457	0,1			SBTVD.
SP	Echaporã	17	22S2553	50W1202	1			SBTVD.
SP	Echaporã	21	22S2500	50W1200	1			SBTVD.
SP	Echaporã	27	22S2600	50W1158	1,5			
SP	Echaporã	30	22S2550	50W1206	1,5			SBTVD.
SP	Echaporã	40-	22S2600	50W1158	1			
SP	Echaporã	43-	22S2550	50W1206	1			
SP	Gália	25	22S1736	49W3238	0,1			Co-localizado com os canais 26D e 32 - SBTVD.
SP	Gália	32+	22S1736	49W3238	0,1			
SP	Garça	14+	22S1241	49W3937	1			Co-localizado com o canal 22+ - SBTVD.
SP	Garça	17+	22S1241	49W3937	1	20 a 270	0,2	
SP	Garça	20	22S1241	49W3940	1			Co-localizado com o canal 27+ - SBTVD.
SP	Garça	22+	22S1240	49W3939	1			
SP	Garça	27+	22S1241	49W3937	1	247	0,5	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Garça	38	22S1241	49W3937	1	58	0,3	
SP	Garça	43+	22S1241	49W3937	1			Co-localizado com o canal 44D - SBTVD.
SP	Garça	54-	22S1243	49W3942	4,5	16 a 64	4	Coordenada pré-fixada 22S1244;49W3942
SP	Guaimbê	21+	21S5536	49W5414	0,1			SBTVD.
SP	Iacanga	57	21S5340	49W0128	0,1			
SP	Iacri	30	21S5135	50W4112	0,3			
SP	Iacri	54	21S5131	50W4139	0,3			
SP	Iacri	58	21S5131	50W4139	0,3			
SP	Ibitinga	14	21S4457	48W4716	0,5			SBTVD. Funcionamento permitido no canal 29- até aprovação pelo MC das novas condições de operação
SP	Ibitinga	19	21S4457	48W4716	1			Coordenadas pré-fixadas: 21S4457;48W4716 - Co-localizado com o canal 27 - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 16 até aprovação pelo MC das novas condições de operação
SP	Ibitinga	27	21S4457	48W4716	1			Coordenadas pré-fixadas: 21S4457;48W4716 - Co-localizado com os canais 19,26D, 28D e 41 - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 51- até aprovação pelo MC das novas condições de operação
SP	Ibitinga	32-	21S4453	48W4715	0,5			
SP	Ibitinga	38	21S4457	48W4716	0,5			Co-localizado com os canais 39D e 45 - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 40 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Ibitinga	41	21S4457	48W4716	5,09			Co-localizado com o canal 27 - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 38 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Ibitinga	45	21S4457	48W4716	1			Co-localizado com os canais 38 e 44D - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 58- até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Ibitinga	49-	21S4457	48W4716	1	309	0,5	
SP	Igaraçu do Tietê	35-	22S3050	48W3351	0,2			SBTVD.
SP	Ipaussu	52	23S0258	49W3830	0,1			
SP	Itápolis	23+	21S3555	48W4937	0,18			Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
SP	Itápolis	25+	21S3555	48W4943	0,2			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 30+ até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Itápolis	29+	21S3555	48W4937	0,3			Co-localizado com os canais 28D, 30D e 36+, SBTVD. Funcionamento permitido no canal 22+ at é aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Itápolis	36+	21S3555	48W4937	0,3			Co-localizado com os canais 29+ e 35D - SBTVD. Funcionamento permitido no canal 39 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Itápolis	55-	21S3555	48W4937	0,2			
SP	Itápolis	59-	21S3500	48W4700	0,2	225 a 255	0	
SP	Itatinga	16+	23S0605	48W3658	0,5			
SP	Itatinga	18-	23S0627	48W3658	0,5			Coordenada pré-fixada 23S0627;48W3658.
SP	Itatinga	21+	23S0627	48W3658	0,5	324 a 340	0,3	
SP	Itatinga	29-	23S0625	48W3738	0,5	255 a 263	0	
SP	Itatinga	57	23S0632	48W3647	0,5			
SP	Jaú	9+	22S1558	48W3338	3	353 a 82	0	Coordenada pré-fixada 22S1558;48W3338
SP	Jaú	34-	22S1558	48W3338	1,5	76 116	0,5 0,5	SBTVD
SP	Jaú	36	22S2531	48W3321	0,5			SBTVD
SP	Jaú	39-	22S1558	48W3338	1,5	17	0,5	SBTVD
SP	Jaú	41	22S1558	48W3338	1			SBTVD
SP	Jaú	47-	22S1558	48W3338	1	79 340	0,5 0,2	Colinear com canal 39
SP	Jaú	49	22S1523	48W3307	1			Co-localizado com o canal 48D - SBTVD.
SP	Jaú	56	22S1747	48W3328	1			SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	16	22S3450	48W4824	1,2			Co-localizado com o canal 24. SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	22	22S3449	48W4830	0,384			Co-localizado com o canal 23D - SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	24	22S3451	48W4830	0,05			Co-localizado com os canais 16 e 23D - SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	28	22S3452	48W4830	0,5			Co-localizado com o canal 27D - SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	33+	22S3600	48W4800	1			SBTVD.
SP	Lençóis Paulista	57	22S3400	48W4830	0,2			SBTVD - Funcionamento permitido no canal 23 até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Lins	8	21S4251	49W4239	2,5			Coordenada pré-fixada: 21S4252;49W4240.
SP	Lins	10-	21S4246	49W4242	3,16			
SP	Lins	12+	21S4247	49W4242	5			
SP	Lins	14-	21S4245	49W4241	1			SBTVD.
SP	Lins	25-	21S4246	49W4242	6			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD.
SP	Lins	42+	21S4246	49W4242	5	90 a 180 77	0,8 2	
SP	Lins	47+	21S4246	49W4239	1	211 33	0,1 0	
SP	Lins	50+	21S4000	49W4500	1	140	0,5	
SP	Lins	53	21S4245	49W4241	10	32 a 46 185 a 195	3,16 6,2	
SP	Lupércio	42-	22S2603	49W4930	0,1			
SP	Lutécia	39-	22S2228	50W2322	0,1			
SP	Marília	3	22S1329	49W5752	10			Coodenada pré-fixada: 22S1329;49W5752 - SBTVD.
SP	Marília	6	22S1343	49W5750	7,25	53 174 337 84 128 275	3,16 3,16 3,16 1,122 3,8 4,5	SBTVD
SP	Marília	7	22S1332	49W5758	10			SBTVD
SP	Marília	9	22S1332	49W5758	2	199 a 249 286 a 314	0 0	Coordenada pré-fixada 22S1332;49W5758
SP	Marília	11+	22S1250	49W5645	6	77 a 91 146 a 184 316 a 354	2,75 2,75 2,75	SBTVD
SP	Marília	13	22S1335	49W5758	9	300	6,65	SBTVD.
SP	Marília	15	22S1333	49W5750	10,5	231 a 236	2	Coordenadas pré-fixadas: 22S1333;49W5750 - Co-localizado com o canal 14D - SBTVD.
SP	Marília	36-	22S1331	49W5753	3,2			SBTVD
SP	Marília	41-	22S1332	49W5758	1			SBTVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Marília	46-	22S1334	49W5748	2	83 111 299	1,1 1 1,2	SBTVD
SP	Marília	49-	22S1334	49W5748	1			Coordenada pré-fixada 22S1334;49W5748 Colinear com o canal 41-.
SP	Marília	51	22S1300	49W5700	1			Co-localizado com os canais 36- e 50D - SBTVD.
SP	Marília	57-	22S1329	49W5752	1			Colinear com canal 49
SP	Ourinhos	4	22S5934	49W5047	10	48 320	3,6 3,16	
SP	Ourinhos	6-	22S5943	49W5044	1	28	0,25	
SP	Ourinhos	13+	22S5942	49W5040	3,5	326 a 336 351 a 16 35 a 65 94 a 98 100 a 110	3,16 2,5 2,5 0,05 0,25	Coordenada pré-fixada 22S5942;49W5044
SP	Ourinhos	14-	22S5942	49W5045	0,5	68	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 22S5942;49W5045 - SBTVD.
SP	Ourinhos	22-	22S5943	49W5041	0,5	68 255	0,1 0,1	
SP	Ourinhos	25-	22S5943	49W5045	0,5	68 255	0,1 0,1	
SP	Ourinhos	30-	22S5940	49W5040	1	216	0,2	Colinear com canal 22-
SP	Ourinhos	43+	22S5832	49W5210	1			
SP	Ourinhos	49	22S5840	49W5218	0,5			Co-localizado com os canais 48D e 56-. SBTVD.
SP	Ourinhos	56-	22S5941	49W5043	1			
SP	Palmital	57+	22S4749	50W1500	0,1			
SP	Paraguaçu Paulista	17	22S2607	50W3506	0,1			Co-localizado com o canal 15D - SBTVD.
SP	Paraguaçu Paulista	34	22S2555	50W3503	0,1			
SP	Paraguaçu Paulista	39	22S2550	50W3520	0,1			
SP	Paraguaçu Paulista	42	22S2608	50W3506	0,1			
SP	Paraguaçu Paulista	47	22S2553	50W3506	0,056			
SP	Pederneiras	16	22S2042	48W4612	0,006			
SP	Pederneiras	24	22S2031	48W4607	0,006			Co-localizado com os canais 16 e 23D - SBTVD.
SP	Pederneiras	29-	22S2036	48W4607	0,5			Co-localizado com o canal 43. SBTVD.
SP	Pederneiras	43	22S2031	48W4607	0,1			
SP	Pederneiras	55	22S2042	48W4607	0,1			SBTVD.
SP	Pereiras	34	23S0434	47W5755	0,03	74 a 92	0	Coordenada pré-fixada 23S0434;47W5755
SP	Piraju	21	23S1239	49W2450	1,5			Co-localizado com o canal 20D - SBTVD.
SP	Piraju	25	23S1243	49W2453	1,5	220 a 228	0	
SP	Piraju	34	23S1236	49W2451	5	95 a 28	1,5	Coordenada pré-fixada 23S1236;49W2451
SP	Piraju	38	23S1240	49W2453	1,5	346	1	
SP	Piraju	55	23S1240	49W2451	4	130 204 a 272	1 1	
SP	Pirajuí	17	21S5955	49W2540	1			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD.
SP	Pirajuí	19+	21S5954	49W2541	0,08	95 a 131	0	Coordenada pré-fixada 21S5954;49W2541.
SP	Pirajuí	22-	21S5955	49W2543	1			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
SP	Pirajuí	28+	21S5954	49W2541	0,4	173	0,1	
SP	Pirajuí	41	21S5956	49W2543	1			Co-localizado com o canal 55+ - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 50 até a aprovaçã o pelo MC das novas condições de operação.
SP	Pirajuí	45	21S5955	49W2540	0,3			
SP	Pirajuí	55+	21S5953	49W2540	1			
SP	Piratininga	10+	22S2145	49W0554	20			Coordenadas pré-fixadas: 22S2145;49W0554.
SP	Piratininga	31+	22S2446	49W0805	2	338 a 354	0,7	SBTVD
SP	Pompéia	32	22S0600	50W1100	0,1			Co-localizado com o canal 47 - SBTVD.
SP	Pompéia	47	22S0608	50W1120	0,1			Co-localizado com o canal 48D - SBTVD.
SP	Pompéia	52-	22S2205	50W1046	0,1	326 a 340 46 a 60	0 0,01	
SP	Pongaí	44	21S4454	49W2427	0,2	126	0,05	
SP	Presidente Alves	20+	22S0712	49W2702	0,1			
SP	Quatá	55+	22S1448	50W4238	0,2			
SP	Queiroz	22-	21S4807	50W1510	0,1			
SP	Reginópolis	22-	21S5324	49W1315	0,1			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
SP	Reginópolis	31	21S5324	49W1315	0,1			
SP	Reginópolis	34	21S5321	49W1516	0,1			
SP	Sabino	16	21S2800	49W3500	0,1	79 a 101	0,05	Coordenada pré-fixada 21S2800;49W3500.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	11-	22S5430	49W3817	13	252 a 56	0,1	
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	20-	22S5435	49W3822	0,5	107 a 121	0,1	
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	23-	22S5435	49W3822	0,5			
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	29+	22S5433	49W3855	0,5	159	0,1	Coordenada pré-fixada 22S5400;49W3800
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	46	22S5435	49W3822	0,5	158	0,05	
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	51+	22S5356	49W3757	0,5			
SP	Santa Maria da Serra	56+	22S3054	48W1312	2	23 a 48	0,8	
SP	São Manuel	19-	22S4334	48W3257	1	301 a 323 94 a 196 229 a 239 340 a 352	0,1 0 0,8 0,8	Coordenada pré-fixada 22S4400;48W3255
SP	São Manuel	22	22S4406	48W3248	1,5			Co-localizado com os canais 21D e 29. SBTVD.
SP	São Manuel	29+	22S4406	48W3249	1			Co-localizado com os canais 22 e 44+ - SBTVD.
SP	São Manuel	39	22S4334	48W3257	1,5			Co-localizado com os canais 38D e 47. SBTVD.
SP	São Manuel	44+	22S4400	48W3255	1,5			
SP	São Manuel	47	22S4359	48W3252	1	344 a 15 191 a 285	0,2 0,2	Coordenada pré-fixada 22S4359;48W3252.
SP	Sarutaiá	17+	23S1539	49W2848	0,1			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD.
SP	Sarutaiá	29-	23S1500	49W2930	0,1			
SP	Tarumã	48+	22S4449	50W3509	0,5			
SP	Tejupá	12-	23S2048	49W2155	0,05			
SP	Tejupá	46-	23S2034	49W2235	0,1			
SP	Tejupá	50	23S2010	49W2237	0,1			
SP	Torrinha	25	22S3054	48W1311	6			Coordenadas pré-fixadas: 22S3054;48W1311 - Co-localizado com os canais 26D e 40+, SBTVD. Funcionamento permitido no canal 14 até aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Torrinha	40+	22S2619	48W1116	1	116 291	0,1 0,1	
SP	Torrinha	43+	22S2648	48W0834	1	116 291	0,1 0,1	
SP	Tupã	2-	21S5623	50W3055	0,4			Coordenada pré-fixada 21S5623;50W3055
SP	Tupã	4	21S5621	50W3053	1	285	0,05	
SP	Tupã	5+	21S5621	50W3052	0,316			Coordenada pré-fixada 21S5621;50W3052
SP	Tupã	9-	21S4346	50W4329	0,5			Coordenada pré-fixada 21S5625;50W3042.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Tupã	12	21S5621	50W3052	4			Coordenadas pré-fixadas: 21S5621;50W3052.
SP	Tupã	14	21S5621	50W3052	0,5			SBTVD.
SP	Tupã	41	21S5623	50W3052	0,5	172	0	
SP	Tupã	49	21S5621	50W3052	1,2	160	0,5	
SP	Vera Cruz	25+	22S1314	49W4919	3,16	309 a 323 265 a 273	1,5 0,75	Coordenada pré-fixada 22S1314;49W4919.

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Arealva	33	22S0057	48W5446	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0057 48W5446
SP	Dois Córregos	35	22S2236	48W2236	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2236 48W2236 Co-localizado com o canal 36D.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	38	22S5356	49W3757	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5356 49W3757
SP	Tarumã	28	22S4449	50W3509	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4449 50W3509
SP	Bauru	33	22S1855	49W0338	0,08			Coordenadas de sítio: 22S185547 49W033842
SP	Bauru	40	22S1412	49W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 22S141200 49W131500
SP	Jaú	40	22S1525	48W3303	0,08			Coordenadas de sítio: 22S152500 48W330300
SP	Mineiros do Tietê	22	22S2415	48W2740	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2415 48W2740

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Agudos	59	22S2902	48W5942	0,08			22S290200; 48W594200 - Coordenadas do Sítio. 22S2902;48W5942 - Co-localizado com o canal 58+.
SP	Arealva	14	22S0057	48W5444	0,08			22S005700; 48W544400 - Coordenadas do Sítio. 22S0057;48W5444 - Co-localizado com o canal 15. - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Arealva	17	22S0057	48W5444	0,08			22S005700; 48W544400 - Coordenadas do Sítio. 22S0057;48W5444 - Co-localizado com o canal 18.
SP	Arealva	20	22S0057	48W5444	0,08			22S005700; 48W544400 - Coordenadas do Sítio. 22S0057;48W5444 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Arealva	42	22S0057	48W5444	0,08			0,08
SP	Arealva	30	22S0057	48W5444	0,08			22S005700; 48W544400 - Coordenadas do Sítio. 22S0057;48W5444 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Assis	44	22S3902	50W2424	0,8			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;50W2424 - Co-localizado com o canal 45-.
SP	Assis	24	22S3902	50W2424	0,08			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;502424 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Assis	16	22S3902	50W2424	0,08			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;50W2424 - Co-localizado com o canal 15+.
SP	Assis	28	22S3902	50W2424	0,08			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;50W2424 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Assis	14	22S3902	50W2424	0,08			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;50W2424 - Co-localizado com o canal 15+.
SP	Assis	51	22S3902	50W2424	0,08			0,08
SP	Assis	61	22S3902	50W2424	0,08			22S390200; 50W242400 - Coordenadas do Sítio. 22S3902;50W2424.
SP	Bariri	23	22S0159	48W4211	0,08			22S015900; 48W421100 - Coordenadas do Sítio. 22S0159;48W4211 - Co-localizado com o canal 24 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Bariri	44	22S0159	48W4211	0,08			22S015900; 48W421100 - Coordenadas do Sítio. 22S0159;48W4211 - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Bariri	48	22S0159	48W4211	0,08			22S015900; 48W421100 - Coordenadas do Sítio. 22S0159;48W4211 - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Barra Bonita	20	22S3042	48W3348	0,08			22S304200; 48W334800 - Coordenadas do Sítio. 22S3042;48W3348 - Co-localizado com o canal 21. - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Barra Bonita	26	22S3042	48W3348	0,08			22S304200; 48W334800 - Coordenadas do Sítio. 22S3042;48W3348 - Co-localizado com os canais 25 e 27D - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Barra Bonita	57	22S3042	48W3348	0,08			22S304200; 48W334800 - Coordenadas do Sítio. 22S3042;48W3348.
SP	Barra Bonita	52	22S3042	48W3348	0,08			22S304200; 48W334800 - Coordenadas do Sítio. 22S3042;48W3348.
SP	Barra Bonita	49	22S2531	48W3321	0,08			22S253100; 48W332100 - Coordenadas do Sítio. 22S2531;48W3321 - Co-localizado com os canais 48 E 50.
SP	Barra Bonita	27	22S2531	48W3321	0,8			22S253100; 48W332100 - Coordenadas do Sítio. 22S2531;48W3321 - Co-localizado com o canal 26. - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Bastos	42	21S5354	50W4502	0,8			21S535400; 50W450200 - Coordenadas do Sítio. 21S5354;50W4502.
SP	Bastos	28	21S5354	50W4502	0,08			21S535400; 50W450200 - Coordenadas do Sítio. 21S5354;50W4502.
SP	Bastos	51	21S5307	50W4525	0,08			21S530700; 50W452500 - Coordenadas do Sítio. 21S5307;50W4525 - Co-localizado com o canal 52.
SP	Bauru	27	22S2136	49W0559	12,5			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559.
SP	Bauru	30	22S2136	49W0559	8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 31+E.
SP	Bauru	23	22S2136	49W0559	8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Bauru	14	22S2136	49W0559	0,08			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 15+.
SP	Bauru	20	22S2136	49W0559	0,08			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136:49W0559 - Co-localizado com os canais 19 e 21+.
SP	Bauru	32	22S2136	49W0559	0,8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. Coordenada do Sítio 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 31+E.
SP	Bauru	39	22S2136	49W0559	0,8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Bauru	46	22S2136	49W0559	0,8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 45E.
SP	Bauru	56	22S2136	49W0559	0,08			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559.
SP	Bauru	58	22S2136	49W0559	0,8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559 - Co-localizado com o canal 59.
SP	Bauru	60	22S2136	49W0559	0,8			22S213600; 49W055900 - Coordenadas do Sítio. 22S2136;49W0559.
SP	Botucatu	15	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com os canais 14 e 16.
SP	Botucatu	17	22S5148	48W2645	0,08			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com os canais 16 e 18.
SP	Botucatu	23	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 24.
SP	Botucatu	27	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 28+.
SP	Botucatu	54	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 55-E.
SP	Botucatu	39	22S5148	48W2645	0,08			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Botucatu	48	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 49.
SP	Botucatu	46	22S5148	48W2645	0,08			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645.
SP	Botucatu	56	22S5148	48W2645	0,08			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645 - Co-localizado com o canal 55-E.
SP	Botucatu	61	22S5148	48W2645	0,8			22S514800; 48W264500 - Coordenadas do Sítio. 22S5148;48W2645.
SP	Cafelândia	16	21S4740	49W3612	0,08			21S474000; 49W361200 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;49W3612 - Co-localizado com o canal 15-. - Reuso do canal de Lins/SP.
SP	Cafelândia	23	21S4740	49W3612	0,08			21S474000; 49W361200 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;49W3612 - Co-localizado com o canal 24. - Reuso do canal de Lins/SP.
SP	Cafelândia	44	21S4740	49W3612	0,08			21S474000; 49W361200 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;49W3612 - Co-localizado com o canal 43. - Reuso do canal de Lins/SP.
SP	Cafelândia	48	21S4740	49W3612	0,08			21S474000; 49W361200 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;49W3612 - Co-localizado com o canal 47. - Reuso do canal de Lins/SP.
SP	Dois Córregos	54	22S2236	48W2236	0,08			22S223600; 48W223600 - Coordenadas do Sítio. 22S2236;48W2236.
SP	Dois Córregos	48	22S2236	48W2236	0,08			22S223600; 48W223600 - Coordenadas do Sítio. 22S2236;48W2236 - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Dois Córregos	52	22S2236	48W2236	0,08			22S223600; 48W223600 - Coordenadas do Sítio. 22S2236;48W2236 - Co-localizado com o canal 51.
SP	Duartina	20	22S2302	49W2457	0,08			22S230200; 49W245700 - Coordenadas do Sítio. 22S2302;49W2457 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Duartina	44	22S2302	49W2457	0,08			22S230200; 49W245700 - Coordenadas do Sítio. 22S2302;49W2457 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Duartina	52	22S2302	49W2457	0,08			22S230200; 49W245700 - Coordenadas do Sítio. 22S2302;49W2457.
SP	Duartina	49	22S2302	49W2457	0,08			22S230200; 49W245700 - Coordenadas do Sítio. 22S2302;49W2457 - Co-localizado com o canal 50+.
SP	Echaporã	18	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Co-localizado com o cana 17. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Echaporã	16	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Co-localizado com o canal 17. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Echaporã	28	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Co-localizado com o canal 27. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Echaporã	26	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Echaporã	24	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Echaporã	48	22S2550	50W1206	0,08			22S255000; 50W120600 - Coordenadas do Sítio. 22S2550;50W1206 - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Gália	26	22S1736	49W3238	0,08			22S173600; 49W323800 - Coordenadas do Sítio. 22S1736;49W3238 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Gália	23	22S1736	49W3238	0,08			22S173600; 49W323800 - Coordenadas do Sítio. 22S1736;49W3238 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Garça	18	22S1241	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Co-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

								localizado com o canal 17+. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	16	22S1241	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Co-localizado com o canal 17+. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	28	22S1240	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Co-localizado com o canal 27+. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	24	22S1241	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	44	22S1241	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Co-localizado com o canal 43+. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	48	22S1241	49W3937	0,08			22S124100; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Garça	26	22S1241	49W3937	0,8			22S124000; 49W393700 - Coordenadas do Sítio. 22S1241;49W3937 - Co-localizado com o canal 27+. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Iacanga	30	21S5340	49W0128	0,08			21S534000; 49W012800 - Coordenadas do Sítio. 21S5340;49W0128 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Ibitinga	58	21S4528	48W4944	0,08			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944.
SP	Ibitinga	28	21S4528	48W4944	0,08			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Ibitinga	22	21S4528	48W4944	0,08			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944.
SP	Ibitinga	39	21S4528	48W4944	0,08			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944 - Co-localizado com o canal 38.
SP	Ibitinga	26	21S4528	48W4944	0,8			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944 - Co-localizado com o canal 27.
SP	Ibitinga	44	21S4528	48W4944	0,08			21S452800; 48W494400 - Coordenadas do Sítio. 21S4528;48W4944 - Co-localizado com o canal 45.
SP	Igaraçu do Tietê	27	22S3042	48W3348	0,08			22S304200; 48W334800 - Coordenadas do Sítio. 22S3042;48W3348 - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Ipaussu	16	23S0258	49W3830	0,08			22S025800; 49W383000 - Coordenadas do Sítio. 23S0258;49W3830 - Reuso do canal de Ourinhos/SP.
SP	Itápolis	26	21S3544	48W4846	0,08			21S354400; 48W484600 - Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Itápolis	28	21S3544	48W4846	0,08			21S354400; 48W484600 - Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	35	21S3544	48W4846	0,08			21S354400; 48W484600 - Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 36+.
SP	Itápolis	30	21S3544	48W4846	0,08			21S354400; 48W484600 - Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	22	21S3544	48W4846	0,08			21S354400; 48W484600 - Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Itatinga	48	23S0627	48W3658	0,08			23S062700; 48W365800 - Coordenadas do Sítio. 23S0627;48W3658 - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	Itatinga	17	23S0627	48W3658	0,08			23S062700; 48W365800 - Coordenadas do Sítio. 23S0627;48W3658 - Co-localizado com os canais 16+ e 18-. - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	Itatinga	20	23S0627	48W3658	0,08			23S062700; 48W365800 - Coordenadas do Sítio. 23S0627;48W3658 - Co-localizado com o canal 21+.
SP	Jaú	27	22S1527	48W3311	0,08			22S152700; 48W331100 - Coordenadas do Sítio. 22S1527;48W3311.
SP	Jaú	26	22S1558	48W3338	0,08			22S155800; 48W333800 - Coordenadas do Sítio. 22S1558;48W3338 - Co-localizado com o canal 27D.
SP	Jaú	35	22S1527	48W3311	0,08			22S152700; 48W331100 - Coordenadas do Sítio. 22S1527;48W3311 - Co-localizado com os canais 34- e 36.
SP	Jaú	38	22S1558	48W3338	0,08			22S155800; 48W333800 - Coordenadas do Sítio. 22S1558;48W3338 - Co-localizado com o canal 39-.
SP	Jaú	40	22S1558	48W3338	0,8			0,8
SP	Jaú	20	22S1558	48W3338	0,08			22S155800; 48W333800 - Coordenadas do Sítio. 22S1558;48W3338.
SP	Jaú	48	22S1558	48W3338	0,08			22S155800; 48W333800 - Coordenadas do Sítio. 22S1558;48W3338 - Co-localizado com os canais 47- e 49.
SP	Jaú	53	22S1527	48W3311	0,08			22S152700; 48W331100 - Coordenadas do Sítio. 22S1527;48W3311.
SP	Jaú	61	22S1530	48W3312	0,08			22S153000; 48W331200 - Coordenadas do Sítio. 22S1530;48W3312.
SP	Lençóis Paulista	26	22S3450	48W4824	0,08			22S345000; 48W482400 - Coordenadas do Sítio. 22S3450;48W4824 - Co-localizado com o canal 27D - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Lençóis Paulista	20	22S3450	48W4824	0,08			22S345000; 48W482400 - Coordenadas do Sítio. 22S3450;48W4824 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Lençóis Paulista	23	22S3450	48W4824	0,08			22S345000; 48W482400 - Coordenadas do Sítio. 22S3450;48W4824 - Co-localizado com o canal 24. - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Lençóis Paulista	27	22S3450	48W4824	0,08			22S345000; 48W482400 - Coordenadas do Sítio. 22S3450;48W4824 - Co-localizado com o canal 28. - Reuso do canal de Bauru/Sp.
SP	Lençóis Paulista	54	22S3450	48W4824	0,08			22S345000; 48W482400 - Coordenadas do Sítio. 22S3450;48W4824 -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

								Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	Lins	46	21S4246	49W4242	0,08			21S424600; 49W424200 - Coordenadas do Sítio. 21S4246;49W4242 - Co-localizado com o canal 47+.
SP	Lins	26	21S4246	49W4242	0,8			21S424600; 49W424200 - Coordenadas do Sítio. 21S4246;49W4242 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	Lins	48	21S4246	49W4242	0,08			21S424600; 49W424200 - Coordenadas do Sítio. 21S4246;49W4242 - Co-localizado com o canal 47+.
SP	Lupércio	16	22S2603	49W4930	0,08			22S260300; 49W493000 - Coordenadas do Sítio. 22S2603;49W4930 - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Marília	18	22S1343	49W5750	8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750.
SP	Marília	59	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com o canal 58D.
SP	Marília	44	22S1343	49W5750	8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750.
SP	Marília	16	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com o canal 15.
SP	Marília	39	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750.
SP	Marília	48	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 343;49W5750 - Co-localizado com o canal 49-.
SP	Marília	58	22S1343	49W5750	0,08			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com o canal 57-.
SP	Marília	14	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com o canal 15.
SP	Marília	50	22S1343	49W5750	0,08			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com os canais 49- e 51.
SP	Marília	53	22S1343	49W5750	0,08			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750.
SP	Marília	35	22S1343	49W5750	0,08			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750 - Co-localizado com o canal 36-.
SP	Marília	61	22S1343	49W5750	0,8			22S134300; 49W575000 - Coordenadas do Sítio. 22S1343;49W5750.
SP	Ourinhos	26	22S5940	49W5040	8			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	Ourinhos	44	22S5940	49W5040	0,8			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com os canais 43+ e 45D.
SP	Ourinhos	24	22S5940	49W5040	8			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	Ourinhos	45	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 44D.
SP	Ourinhos	18	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040.
SP	Ourinhos	42	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 43+.
SP	Ourinhos	48	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 49.
SP	Ourinhos	57	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940;49W5040 - Co-localizado com o canal 56-.
SP	Ourinhos	61	22S5940	49W5040	0,08			22S594000; 49W504000 - Coordenadas do Sítio. 22S5940,49W5040.
SP	Pederneiras	23	22S2036	48W4607	0,08			22S203600; 48W460700 - Coordenadas do Sítio. 22S2036;48W4607 - Co-localizado com o canal 24. - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Pederneiras	27	22S2036	48W4607	0,08			22S203600; 48W460700 - Coordenadas do Sítio. 22S2036;48W4607 - Reuso do canal de Bauru/SP.
SP	Pederneiras	44	22S2036	48W4607	0,08			22S203600; 48W460700 - Coordenadas do Sítio. 22S2036;48W4607 - Co-localizado com o canal 43. - Reuso do canal de Jaú/SP.
SP	Piraju	26	23S1240	49W2453	0,08			23S124000; 49W245300 - Coordenadas do Sítio. 23S1240;49W2453 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Pirajuí	18	21S5954	49W2541	0,08			21S595400; 49W254100 - Coordenadas do Sítio. 21S5954;49W2541 - Co-localizado com os canais 17 e 19+.
SP	Pirajuí	27	21S5954	49W2541	0,08			21S595400; 49W254100 - Coordenadas do Sítio. 21S5954;492541 - Co-localizado com o canal 28+.
SP	Pirajuí	57	21S5954	49W2541	0,08			21S595400; 49W254100 - Coordenadas do Sítio. 21S5954;49W2541 - Co-localizado com o canal 58.
SP	Pompéia	20	22S0600	50W1100	0,08			22S060000; 50W100000 - Coordenadas do Sítio. 22S0600;50W1100 - Co-localizado com o canal 21-.
SP	Pompéia	48	22S0600	50W1100	0,08			22S060000; 50W110000 - Coordenadas do Sítio. 22S0600;50W1100 - Co-localizado com o canal 47. - Reuso do canal de Marília/SP.
SP	Pompéia	56	22S0600	50W1100	0,08			22S060000; 50W110000 - Coordenadas do Sítio. 22S0600;50W1100.
SP	Presidente Alves	21	22S0712	49W2702	0,08			22S071200; 49W270200 - Coordenadas do Sítio. 22S0712;49W2702 - Co-localizado com o canal 20+.
SP	Queiroz	32	21S4807	50W1510	0,08			21S480700; 50W151000 - Coordenadas do Sítio. 21S4807;50W1510.
SP	Reginópolis	30	21S5324	49W1315	0,08			21S532400; 49W131500 - Coordenadas do Sítio. 21S5324;49W1315 - Co-localizado com o canal 31.
SP	Sabino	15	21S2800	49W3500	0,08			21S280000; 49W350000 - Coordenadas do Sítio. 21S2800;49W3500 - Co-localizado com o canal 16.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	44	22S5430	49W3817	8			22S543000; 49W381700 - Coordenadas do Sítio. 22S5430;49W3817 - Reuso do canal de Ourinhos/SP.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	18	22S5430	49W3817	0,08			22S543000; 49W381700 - Coordenadas do Sítio. 22S5430;49W3817 - Reuso do canal de Ourinhos/SP.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	48	22S5430	49W3817	0,08			22S543000; 49W381700 - Coordenadas do Sítio. 22S5430;49W3817 - Reuso do canal de Ourinhos/SP.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Santa Cruz do Rio Pardo	16	22S5430	49W3817	0,08			22S543000; 49W381700 - Coordenadas do Sítio. 22S5430;49W3817 - Reuso do canal de Ourinhos/SP.
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	28	22S5430	49W3817	0,08			22S543000; 49W381700 - Coordenadas do Sítio. 22S5430;49W3817 - Co-localizado com o canal 29+. - Reuso do canal de Ourinhos/SP.
SP	São Manuel	21	22S4400	48W3255	0,08			22S440000; 48W325500 - Coordenadas do Sítio. 22S4400;48W3255 - Co-localizado com o canal 22. - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	São Manuel	38	22S4400	48W3255	0,08			22S440000; 48W325500 - Coordenadas do Sítio. 22S4400;48W3255 - Co-localizado com o canal 39.
SP	São Manuel	54	22S4400	48W3255	0,08			22S440000; 48W325500 - Coordenadas do Sítio. 22S4400;48W3255 - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	São Manuel	52	23S4400	48W3255	0,08			23S440000; 48W325500 - Coordenadas do Sítio. 23S4400;48W3255.
SP	Sarutaiá	26	23S1539	49W2848	0,08			23S153900; 49W284800 - Coordenadas do Sítio. 23S1539;49W2848.
SP	Tejupá	56	23S2034	49W2235	0,08			23S203500; 49W223500 - Coordenadas do Sítio. 23S2034;49W2235.
SP	Tejupá	18	23S2034	49W2235	0,08			23S203400; 49W223500 - Coordenadas do Sítio. 23S2034;49W2235.
SP	Tejupá	26	23S2034	49W2235	0,08			23S203400; 49W223500 - Coordenadas do Sítio. 23S2034;49W2235.
SP	Torrinha	26	22S2534	48W1009	0,8			22S253400; 48W100900 - Coordenadas do Sítio. 22S2534;48W1009 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Torrinha	50	22S2534	48W1009	0,08			22S253400; 48W100900 - Coordenadas do Sítio. 22S2534;48W1009.
SP	Tupã	48	21S5621	50W3053	0,08			21S562100; 50W305300 - Coordenadas do Sítio. 21S5621;50W3053 - Co-localizado com o canal 49.
SP	Tupã	61	21S5621	50W3053	0,08			21S562100; 50W305300 - Coordenadas do Sítio. 21S5621;50W3053.
SP	Vera Cruz	55	22S1314	49W4919	0,8			22S131400; 49W491900 - Coordenadas do Sítio. 22S1314;49W4919.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Agudos	22	22S2902	48W5942	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2902 48W5942 - Reuso do canal de Bauru/SP
SP	Arealva	14	22S0057	48W5444	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0057 48W5444
SP	Arealva	17	22S0057	48W5444	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0057 48W5444
SP	Arealva	20	22S0057	48W5444	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0057 48W5444
SP	Arealva		22S0057	48W5444	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S0057;48W5444
SP	Arealva	30	22S0057	48W5444	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0057 48W5444 - Reuso do canal de Iacanga/SP
SP	Assis	44	22S3902	50W2424	0,8			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	24	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	16	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	28	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	14	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	41	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Assis	31	22S3902	50W2424	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3902 50W2424
SP	Bariri	38	22S0159	48W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0159 48W4211
SP	Bariri	44	22S0159	48W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0159 48W4211
SP	Bariri	48	22S0159	48W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0159 48W4211
SP	Barra Bonita	20	22S3042	48W3348	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3042 48W3348
SP	Barra Bonita	26	22S3042	48W3348	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3042 48W3348
SP	Barra Bonita	36	22S3042	48W3348	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3042 48W3348
SP	Barra Bonita	38	22S3042	48W3348	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3042 48W3348
SP	Barra Bonita	49	22S3050	48W3351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3050 48W3351
SP	Barra Bonita	28	22S2531	48W3321	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2531 48W3321
SP	Bastos	33	21S5354	50W4502	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5354 50W4502
SP	Bastos	44	21S5354	50W4502	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5354 50W4502
SP	Bastos	22	21S5307	50W4525	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5307 50W4525
SP	Bauru	27	22S2136	49W0559	12,5			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 26D.
SP	Bauru	30	22S2136	49W0559	8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 31D.
SP	Bauru	23	22S2136	49W0559	8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 22D.
SP	Bauru	14	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559
SP	Bauru	20	22S2136	49W0559	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 19D.
SP	Bauru	32	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 31D.
SP	Bauru	39	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559
SP	Bauru	46	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559
SP	Bauru	19	22S2136	49W0559	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 20D.
SP	Bauru	22	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com o canal 23D.
SP	Bauru	31	22S2136	49W0559	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2136 49W0559 Colocalizado com os canais 30D, 32D.
SP	Botucatu	14	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	17	22S5148	48W2645	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	23	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	27	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645 Colocalizado com o canal 26D.
SP	Botucatu	36	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	39	22S5148	48W2645	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	48	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645 Colocalizado com o canal 47D.
SP	Botucatu	47	22S5148	48W2645	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645 Colocalizado com o canal 48D.
SP	Botucatu	19	22S5148	48W2645	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Botucatu	31	22S5148	48W2645	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5148 48W2645
SP	Cafelândia	16	21S4740	49W3612	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 49W3612 - Reuso do canal de Lins/SP
SP	Cafelândia	23	21S4740	49W3612	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 49W3612 - Reuso do canal de Lins/SP
SP	Cafelândia	44	21S4740	49W3612	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 49W3612 - Reuso do canal de Lins/SP
SP	Cafelândia	48	21S4740	49W3612	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 49W3612 - Reuso do canal de Lins/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Dois Córregos	36	22S2236	48W2236	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2236 48W2236 Colocalizado com o canal 35D.
SP	Dois Córregos	48	22S2236	48W2236	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2236 48W2236
SP	Dois Córregos	38	22S2236	48W2236	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2236 48W2236
SP	Duartina	20	22S2302	49W2457	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2302 49W2457
SP	Duartina	44	22S2302	49W2457	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2302 49W2457
SP	Duartina	38	22S2302	49W2457	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2302 49W2457 - Reuso do canal de Gália/SP
SP	Duartina	49	22S2302	49W2457	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2302 49W2457
SP	Echaporã	18	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Echaporã	16	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Echaporã	28	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Echaporã	26	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Echaporã	23	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Echaporã	48	22S2550	50W1206	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2550 50W1206
SP	Gália	26	22S1736	49W3238	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1736 49W3238 - Reuso do canal de Garça/SP
SP	Gália	38	22S1736	49W3238	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1736 49W3238 - Reuso do canal de Garça/SP
SP	Garça	18	22S1241	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Garça	16	22S1241	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Garça	28	22S1240	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1240 49W3937
SP	Garça	38	22S1241	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Garça	44	22S1241	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Garça	48	22S1241	49W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Garça	26	22S1241	49W3937	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1241 49W3937
SP	Iacanga	30	21S5340	49W0128	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5340 49W0128 - Reuso do canal de Arealva/SP
SP	Ibitinga	47	21S4528	48W4944	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4528 48W4944
SP	Ibitinga	45	21S4457	48W4716	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4457 48W4716 Colocalizado com o canal 44D.
SP	Ibitinga	20	21S4457	48W4716	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4457 48W4716
SP	Ibitinga	24	21S4457	48W4716	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4457 48W4716
SP	Ibitinga	26	21S4528	48W4944	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4528 48W4944
SP	Ibitinga	44	21S4528	48W4944	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4528 48W4944 Colocalizado com o canal 45D.
SP	Igaraçu do Tietê	28	22S3042	48W3348	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3042 48W3348 - Reuso do canal de Barra Bonita/SP
SP	Ipaussu	16	23S0258	49W3830	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0258 49W3830 - Reuso do canal de Santa Cruz do Rio Pardo/SP
SP	Itápolis	26	21S3544	48W4846	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3544 48W4846
SP	Itápolis	28	21S3733	48W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3733 48W4812
SP	Itápolis	35	21S3733	48W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3733 48W4812
SP	Itápolis	30	21S3733	48W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3733 48W4812
SP	Itápolis	20	21S3733	48W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3733 48W4812
SP	Itatinga	48	23S0627	48W3658	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0627 48W3658
SP	Itatinga	17	23S0627	48W3658	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0627 48W3658
SP	Itatinga	20	23S0627	48W3658	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0627 48W3658
SP	Jaú	28	22S1527	48W3311	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1527 48W3311
SP	Jaú	26	22S1558	48W3338	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1558 48W3338
SP	Jaú	35	22S1527	48W3311	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1527 48W3311 Colocalizado com o canal 34D.
SP	Jaú	39	22S1558	48W3338	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1558 48W3338
SP	Jaú	19	22S1558	48W3338	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1558 48W3338 Colocalizado com o canal 20D.
SP	Jaú	20	22S1558	48W3338	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1558 48W3338 Colocalizado com os canais 19D.
SP	Jaú	48	22S1558	48W3338	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1558 48W3338
SP	Jaú	19	22S1527	48W3311	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1527 48W3311 Colocalizado com o canal 20D. - Reuso do canal de Jaú/SP
SP	Jaú	34	22S1530	48W3312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1530 48W3312 Colocalizado com o canal 35D.
SP	Lençóis Paulista	26	22S3450	48W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3450 48W4824 Colocalizado com o canal 27D.
SP	Lençóis Paulista	20	22S3450	48W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3450 48W4824
SP	Lençóis Paulista	38	22S3450	48W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3450 48W4824
SP	Lençóis Paulista	27	22S3450	48W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3450 48W4824 Colocalizado com o canal 26D.
SP	Lençóis Paulista	36	22S3450	48W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3450 48W4824
SP	Lins	46	21S4246	49W4242	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4246 49W4242
SP	Lins	26	21S4246	49W4242	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4246 49W4242
SP	Lins	48	21S4246	49W4242	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4246 49W4242
SP	Lupércio	16	22S2445	49W4909	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2445 49W4909
SP	Marília	18	22S1343	49W5750	8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 19D.
SP	Marília	22	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750
SP	Marília	44	22S1343	49W5750	8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 43D.
SP	Marília	16	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 15D.
SP	Marília	51	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750
SP	Marília	48	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750
SP	Marília	43	22S1343	49W5750	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 44D.
SP	Marília	14	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 15D.
SP	Marília	19	22S1343	49W5750	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com o canal 18D.
SP	Marília	15	22S1343	49W5750	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750 Colocalizado com os canais 16D, 14D.
SP	Marília	35	22S1343	49W5750	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750
SP	Marília	31	22S1343	49W5750	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1343 49W5750
SP	Ourinhos	26	22S5940	49W5040	8			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	44	22S5940	49W5040	0,8			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	24	22S5940	49W5040	8			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	46	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	18	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040 Colocalizado com o canal 19D.
SP	Ourinhos	19	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040 Colocalizado com o canal 18D.
SP	Ourinhos	48	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	40	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Ourinhos	34	22S5940	49W5040	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5940 49W5040
SP	Pederneiras	38	22S2036	48W4607	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2036 48W4607
SP	Pederneiras	27	22S2036	48W4607	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2036 48W4607 Colocalizado com o canal 26D.
SP	Pederneiras	44	22S2036	48W4607	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2036 48W4607
SP	Piraju	26	23S1240	49W2453	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1240 49W2453
SP	Pirajuí	18	21S5954	49W2541	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5954 49W2541
SP	Pirajuí	27	21S5954	49W2541	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5954 49W2541 Colocalizado com o canal 26D.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Pirajuí	44	21S5954	49W2541	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5954 49W2541
SP	Pompéia	20	22S0600	50W1100	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0600 50W1100
SP	Pompéia	48	22S0600	50W1100	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0600 50W1100 Colocalizado com o canal 47D.
SP	Pompéia	47	22S0600	50W1100	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0600 50W1100 Colocalizado com o canal 48D.
SP	Presidente Alves	21	22S0712	49W2702	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0712 49W2702 - Reuso do canal de Pirajuí/SP
SP	Queiroz	16	21S4807	50W1510	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4807 50W1510
SP	Reginópolis	30	21S5324	49W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5324 49W1315
SP	Sabino	15	21S2800	49W3500	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2800 49W3500
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	44	22S5430	49W3817	8			Coordenadas de sítio: 22S5430 49W3817
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	18	22S5430	49W3817	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5430 49W3817
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	48	22S5430	49W3817	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5430 49W3817
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	16	22S5430	49W3817	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5430 49W3817
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	28	22S5430	49W3817	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5430 49W3817
SP	São Manuel	21	22S4400	48W3255	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4400 48W3255 - Reuso do canal de Botucatu/SP
SP	São Manuel	39	22S4400	48W3255	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4400 48W3255 - Reuso do canal de Botucatu/SP
SP	São Manuel	36	22S4400	48W3255	0,08			Coordenadas de sítio: 22S4400 48W3255 - Reuso do canal de Botucatu/SP
SP	São Manuel	23	23S4400	48W3255	0,08			Coordenadas de sítio: 23S4400 48W3255
SP	Sarutaiá	26	23S1539	49W2848	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1539 49W2848 - Reuso do canal de Piraju/SP.
SP	Tejupá	51	23S2034	49W2235	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2034 49W2235
SP	Tejupá	18	23S2034	49W2235	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2034 49W2235 - Reuso do canal de Sarutaiá/SP
SP	Tejupá	26	23S2034	49W2235	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2034 49W2235 - Reuso do canal de Sarutaiá/SP
SP	Torrinha	26	22S2534	48W1009	0,8			Coordenadas de sítio: 22S2534 48W1009
SP	Torrinha	21	22S2534	48W1009	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2534 48W1009
SP	Tupã	48	21S5621	50W3053	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5621 50W3053
SP	Tupã	34	21S5621	50W3053	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5621 50W3053
SP	Vera Cruz	47	22S1314	49W4919	0,8			Coordenadas de sítio: 22S1314 49W4919

ATO Nº 4.235, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 46, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Presidente Epitácio	50-	21S4548	52W0656	1			Co-localizado com os canais 49D e 57-.
SP	Presidente Prudente	2+	22S0513	51W2453	10	200	3,16	SBTVD
SP	Presidente Prudente	10+	22S0732	51W2315	31,6			SBTVD
SP	Presidente Prudente	13+	22S0723	51W2312	41			Coordenada pré-fixada: 22S0723;51W2312 - SBTVD.
SP	Tupi Paulista	50+	21S2347	51W3428	1			Co-localizado com o canal 58.

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Adamantina	21	21S4240	51W0354	0,74			
SP	Adamantina	25	21S4237	51W0318	1			Co-localizado com os canais 32, 33D e 40D - SBTVD.
SP	Adamantina	29+	21S4237	51W0320	0,5			Co-localizado com os canais 15- e 21 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 44+ até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Adamantina	32	21S4107	51W0421	0,5			Co-localizado com os canais 31D e 33D - SBTVD.
SP	Adamantina	41+	21S4107	51W0421	0,5			Co-localizado com o canal 49+.
SP	Adamantina	45	21S4237	51W0320	0,5			Co-localizado com o canal 44D - SBTVD.
SP	Adamantina	49+	21S4100	51W0400	0,5			C-localizado com os canais 41+ e 57 - SBTVD.
SP	Adamantina	57	21S4236	51W0330	0,5			Coordenada pré-fixada: 21S4236;51W0330 - Co-localizado com os canais 49+ e 56D - SBTVD.
SP	Dracena	14	21S2813	51W3137	0,5			SBTVD.
SP	Dracena	17	21S2912	51W3144	0,5			SBTVD.
SP	Dracena	19+	21S2912	51W3141	10	110 a 180	5	
SP	Dracena	27	21S2912	51W3141	0,5			
SP	Dracena	30	21S2910	51W3142	2			Co-localizado com o canal 38 - SBTVD.
SP	Dracena	38	21S2913	51W3144	0,5			Co-localizado com os canais 30,39D e 53 - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 24+ até a aprovação pelo MC das novas condições de operação..
SP	Dracena	53	21S2900	51W3200	0,5			
SP	Dracena	56-	21S2836	51W3146	1			
SP	Euclides da Cunha Paulista	26-	22S3309	52W3533	1			
SP	Flora Rica	35+	21S4103	51W2320	0,1			
SP	Iepê	27-	22S3743	51W0534	0,5	12 a 32 235 a 250	0,26	Coordenada pré-fixada 22S3743;51W0534
SP	Iepê	30+	22S3743	51W0534	1			
SP	Iepê	52-	22S3743	51W0534	1	55 a 64	0,68	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Iepê	57-	22S4000	51W0500	0,6			
SP	Junqueirópolis	59	21S3033	51W2517	0,22			
SP	Marabá Paulista	16	22S0702	51W4900	0,1			SBTVD.
SP	Marabá Paulista	33	22S0646	51W5752	0,1			
SP	Martinópolis	16+	22S0936	51W1012	0,3			Co-localizado com o canal 51D - SBTVD.
SP	Mirante do Paranapanema	35	22S1653	51W5423	0,5			
SP	Mirante do Paranapanema	38	22S1826	51W5512	0,5			
SP	Mirante do Paranapanema	48-	22S2032	51W5453	0,5			
SP	Mirante do Paranapanema	51	22S1800	51W5500	0,5			
SP	Osvaldo Cruz	16	21S4740	50W5326	0,054			
SP	Osvaldo Cruz	19	21S4746	50W5332	0,5			
SP	Osvaldo Cruz	24-	21S4743	50W5332	0,5			
SP	Osvaldo Cruz	29	21S4742	50W5328	0,5			
SP	Pacaembu	55+	21S3412	51W1428	0,1			
SP	Panorama	35-	21S2200	51W5300	0,1			
SP	Panorama	48-	21S2212	51W5305	0,1			
SP	Parapuã	40	21S4630	50W4706	0,2	51 137	0 0	
SP	Parapuã	48	21S4629	50W4704	0,15	61	0	Colinear com canal 40
SP	Parapuã	51	21S4622	50W4715	0,2	11 a 103	0	
SP	Pirapozinho	16-	22S1631	51W3000	0,037			Co-localizado com o canal 15D - SBTVD.
SP	Presidente Bernardes	25	21S5949	51W3351	0,094			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD.
SP	Presidente Bernardes	34-	21S5940	51W3401	0,5			
SP	Presidente Bernardes	46	22S0002	51W3331	0,5			Co-localizado com o canal 45D - SBTVD.
SP	Presidente Epitácio	9+	21S4855	52W0509	1	116 118 37	0 0 0,1	
SP	Presidente Epitácio	12	21S4821	52W0613	1			
SP	Presidente Epitácio	18	21S4549	52W0657	1,5			
SP	Presidente Epitácio	21+	21S4549	52W0657	2			
SP	Presidente Epitácio	23	21S4549	52W0657	0,1			SBTVD.
SP	Presidente Epitácio	29	21S4600	52W0600	0,1			
SP	Presidente Epitácio	48	21S4600	52W0600	0,1			Co-localizado com o canal 49D - SBTVD.
SP	Presidente Prudente	4+	22S0729	51W2318	5			Coordenada pré-fixada 22S0729;51W2318
SP	Presidente Prudente	6+	22S0732	51W2320	10	96 226	2 5	
SP	Presidente Prudente	7-	22S0725	51W2312	10	170	1,8	SBTVD
SP	Presidente Prudente	14-	22S0725	51W2312	1			SBTVD
SP	Presidente Prudente	20	22S0700	51W2300	1			SBTVD
SP	Presidente Prudente	22-	22S0725	51W2312	1			SBTVD
SP	Presidente Prudente	25-	22S0750	51W2330	1			SBTVD
SP	Presidente Prudente	36-	22S0732	51W2320	1	22 a 34 339 a 347	0,75 0,5	Colinear com o canal 22-E.
SP	Presidente Prudente	46	22S0700	51W2300	1			Co-localizado com os canais 45D,47D e 54 - SBTVD.
SP	Presidente Prudente	54	22S0700	51W2300	1			Co-localizado com os canais 46,53D e 55D - SBTVD.
SP	Presidente Prudente	56+	22S0728	51W2308	5	338 a 358	3,16	SBTVD
SP	Presidente Prudente	58+	22S0725	51W2312	3,16			SBTVD
SP	Presidente Venceslau	3-	21S5115	51W5019	0,316	119	0,1	
SP	Presidente Venceslau	5	21S5216	51W5022	1	2 a 44 138 a 172	 0	Coordenada pré-fixada 21S5216;51W5022.
SP	Presidente Venceslau	8-	21S5234	51W5038	3,16	119 297	1,5 1	
SP	Presidente Venceslau	14	21S5216	51W5022	0,5			Co-localizado com o canal 22 - SBTVD.
SP	Presidente Venceslau	17	21S5218	51W5023	0,5			
SP	Presidente Venceslau	24	21S5214	51W5022	0,5			Co-localizado com o canal 17 - SBTVD.
SP	Presidente Venceslau	27	21S5216	51W5022	0,5			
SP	Presidente Venceslau	48	21S5219	51W5022	0,35			Co-localizado com os canais 47D e 49D - SBTVD.
SP	Presidente Venceslau	59+	21S5216	51W5022	0,5	75 a 163	0,28	Coordenada pré-fixada 21S5216;51W5022
SP	Rancharia	14+	22S1328	50W5351	0,1			Co-localizado com o canal 22+ - SBTVD.
SP	Rancharia	17+	22S1319	50W5406	0,1			
SP	Rancharia	22+	22S1328	50W5351	0,1			
SP	Rancharia	25+	22S1328	50W5351	0,1			
SP	Rancharia	27+	22S1657	50W5332	0,1			
SP	Rancharia	32	22S1322	50W5406	0,3			Co-localizado com os canais 17+,25+ e 31D - SBTVD.
SP	Rancharia	44	22S1322	50W5408	1			Co-localizado com o canal 43D - SBTVD.
SP	Rancharia	48	22S1328	50W5351	0,1			Co-localizado com os canais 47D e 49D - SBTVD.
SP	Rinópolis	19-	21S4346	50W4329	0,15			Co-localizado com os canais 20D e 34+ - SBTVD.
SP	Rinópolis	25	21S4346	50W4329	1			SBTVD.
SP	Rinópolis	34+	21S4337	50W4325	1	241	0,1	Colinear com canal 26
SP	Rinópolis	38	21S4349	50W4331	0,5	111	0,2	Colinear com canais 34+,42-
SP	Rinópolis	50	21S4333	50W4320	1	177 a 297	0,1	Colinear com canal 42-
SP	Rinópolis	53+	21S4347	50W4329	1	190	0,7	
SP	Rosana (PORTO PRIMAVERA)	40	22S3238	52W5944	0,3			Coordenada pré-fixada: 22S3238;52W5944 - Co-localizado com o canal 39D - SBTVD.
SP	Sandovalina	26	22S2700	51W4600	0,05			
SP	Sandovalina	34	22S2605	51W4000	0,05			
SP	Sandovalina	39	22S2756	51W4510	0,05			
SP	Santo Anastácio	15	21S5851	51W3944	0,1			
SP	Santo Anastácio	52+	21S5800	51W3900	5			
SP	Taciba	18-	22S2242	51W1644	0,126			Coordenada pré-fixada 22S2242;51W1644.
SP	Teodoro Sampaio	15-	22S3132	52W1046	0,25			COLINEAR C/CANAL 23
SP	Teodoro Sampaio	18-	22S3131	52W1050	0,8			Coordenada pré-fixada 22S3131;52W1050.
SP	Teodoro Sampaio	20-	22S3132	52W1046	0,1			
SP	Teodoro Sampaio	23-	22S3138	52W1000	0,1			
SP	Teodoro Sampaio	28-	22S3133	52W1049	0,3			Colinear com o canal 20-
SP	Teodoro Sampaio	49-	22S3132	52W1046	0,35			
SP	Teodoro Sampaio	53	22S3128	52W1051	0,2			
SP	Tupi Paulista	21-	21S2300	51W3500	0,1			
SP	Tupi Paulista	44	21S2345	51W3428	0,1			Co-localizado com os canais 43D E 58 - SBTVD.
SP	Tupi Paulista	50+	21S2347	51W3428	1			Co-localizado com o canal 58.
SP	Tupi Paulista	54	21S2345	51W3428	0,1	82 a 242	0	
SP	Tupi Paulista	58	21S2347	51W3428	0,063			Coordenada pré-fixada 21S2347;51W3428, Co-localizado com o canal 50+E.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Pacaembu	39	21S3412	51W1428	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3412 51W1428
SP	Panorama	30	21S2200	51W5300	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2200 51W5300
SP	Presidente Epitácio	30	21S4600	52W0600	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4600 52W0600
SP	Rinópolis	39	21S4349	50W4331	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4349 50W4331 Co-localizado com o canal 40D.
SP	Sandovalina	30	22S2700	51W4600	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2700 51W4600
SP	Tupi Paulista	31	21S2300	51W3500	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2300 51W3500
SP	Adamantina	21	21S4107	51W0421	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4107 51W0421 Co-localizado com o canal 20D.
SP	Adamantina	50	21S4107	51W0421	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4107 51W0421
SP	Adamantina	20	21S4107	51W0421	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4107 51W0421 Co-localizado com o canal 21D.
SP	Dracena	35	21S2910	51W3142	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2910 51W3142 Co-localizado com o canal 34D.
SP	Marabá Paulista	20	22S0629	51W5745	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0629 51W5745
SP	Osvaldo Cruz	30	21S4743	50W5331	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4743 50W5331
SP	Osvaldo Cruz	43	21S4750	50W5322	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4750 50W5322
SP	Pacaembu	23	21S3344	51W1538	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3344 51W1538
SP	Panorama	23	21S2123	51W5135	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2123 51W5135
SP	Paulicéia	31	21S1843	51W5016	0,08			Coordenadas de sítio: 21S1843 51W5016
SP	Presidente Epitácio	21	21S4548	52W0656	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4548 52W0656
SP	Rancharia	29	22S1345	50W5335	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1345 50W5335 Co-localizado com o canal 30D.
SP	Sandovalina	42	22S2756	51W4510	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2756 51W4510
SP	Taciba	30	22S2243	51W1647	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2243 51W1647
SP	Tupi Paulista	29	21S2252	51W3414	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2252 51W3414

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Adamantina	44	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado co mo canl 45.
SP	Adamantina	16	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com o canal 15-.
SP	Adamantina	38	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com o canal 39+.
SP	Adamantina	31	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Adamantina	40	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com os canais 39+ e 41+.
SP	Adamantina	33	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;510330 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Adamantina	20	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com o canal 21.
SP	Adamantina	56	21S4236	51W0330	0,08			21S423600; 51W033000 - Coordenadas do Sítio. 21S4236;51W0330 - Co-localizado com o canal 57.
SP	Dracena	34	21S2816	51W3146	0,08			21S281600; 51W314600 - Coordenadas do Sítio. 21S2816;51W3146.
SP	Iepê	31	22S3742	51W0535	0,08			22S374200; 51W053500 - Coordenadas do Sítio. 22S3742;51W0535 - Co-localizado com o canal 30+.
SP	Junqueirópolis	39	21S3019	51W2605	0,08			21S301900; 51W260500 - Coordenadas do Sítio. 21S3019;51W2605.
SP	Marabá Paulista	31	22S0702	51W4900	0,08			22S070200; 51W490000 - Coordenadas do Sítio. 22S0702;51W4900.
SP	Martinópolis	15	22S0936	51W1012	0,08			22S093600; 51W101200 - Coordenadas do Sítio. 22S0936;51W1012 - Co-localizado com o canal 16+.
SP	Mirante do Paranapanema	49	22S1742	51W5449	0,08			22S174200; 51W544900 - Coordenadas do Sítio. 22S1742;51W5449 - Co-localizado com o canal 48-.
SP	Mirante do Paranapanema	52	22S1742	51W5449	0,08			22S174200; 51W544900 - Coordenadas do Sítio. 22S1742;51W5449 - Co-localizado com o canal 51.
SP	Osvaldo Cruz	15	21S4740	50W5326	0,08			21S474000; 50W532600 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;50W5326 - Co-localizado com o canal 16.
SP	Osvaldo Cruz	33	21S4740	50W5326	0,08			21S474000; 50W532600 - Coordenadas do Sítio. 21S4740;50W5326.
SP	Parapuã	41	21S4630	50W4706	0,08			21S463000; 50W470600 - Coordenadas do Sítio. 21S4630;50W4706 - Co-localizado com o canal 40.
SP	Parapuã	34	21S4630	50W4706	0,08			21S463000; 50W470600 - Coordenadas do Sítio. 21S4630;50W4706.
SP	Parapuã	38	21S4630	50W4706	0,08			21S463000; 50W470600 - Coordenadas do Sítio. 21S4630;50W4706.
SP	Pirapozinho	15	22S1631	51W0000	0,08			22S163100; 51W300000 - Coordenadas do Sítio. 22S1631;51W3000 - Co-localizado com o canal 16-.
SP	Presidente Bernardes	26	21S5949	51W3351	0,08			21S594900; 51W335100 - Coordenadas do Sítio. 21S5949;51W3351 - Co-localizado com o canal 25. - Reuso do canal de Presidente Prudente/SP.
SP	Presidente Bernardes	53	21S5949	51W3351	0,08			21S594900; 51W335100 - Coordenadas do Sítio. 21S5949;51W3351 - Reuso do canal de Presidente Prudente/SP.
SP	Presidente Bernardes	45	21S5949	51W3351	0,08			21S594900; 51W335100 - Coordenadas do Sítio. 21S5949;51W3351 - Co-localizado com o canal 46. - Reuso do canal de Presidente Prudente/SP.
SP	Presidente Epitácio	32	21S4821	52W0613	0,08			21S482100; 52W061300 - Coordenadas do Sítio. 21S4821;52W0613 - Co-localizado com o canal 33D.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Presidente Epitácio	33	21S4548	52W0657	0,08			21S454800; 52W065700 - Coordenadas do Sítio. 21S4548;52W0657 - Co-localizado com o canal 32D.
SP	Presidente Epitácio	49	21S4548	52W0657	0,8			21S454800; 52W065700 - Coordenadas do Sítio. 21S4548;52W0657 - Co-localizado com os canais 48 e 50-E.
SP	Presidente Prudente	19	22S0725	51W2312	8			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 20.
SP	Presidente Prudente	47	22S0725	51W2312	0,08			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 46.
SP	Presidente Prudente	26	22S0725	51W2312	0,08			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 25-.
SP	Presidente Prudente	35	22S0725	51W2312	0,08			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 36-.
SP	Presidente Prudente	45	22S0725	51W2312	0,08			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 46.
SP	Presidente Prudente	53	22S0725	51W2312	0,08			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com o canal 54.
SP	Presidente Prudente	55	22S0725	51W2312	0,8			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com os canais 54 e 56+.
SP	Presidente Prudente	57	22S0725	51W2312	0,8			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312 - Co-localizado com os canais 56+ e 58+.
SP	Presidente Prudente	61	22S0725	51W2312	0,8			22S072500; 51W231200 - Coordenadas do Sítio. 22S0725;51W2312.
SP	Presidente Venceslau	32	21S5216	51W5022	0,8			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022 - Co-localizado com o canal 33D.
SP	Presidente Venceslau	47	21S5216	51W5022	0,08			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Presidente Venceslau	16	21S5216	51W5022	0,08			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022 - Co-localizado com o canal 17.
SP	Presidente Venceslau	33	21S5216	51W5022	0,08			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022 - Co-localizado com o canal 32D.
SP	Presidente Venceslau	49	21S5216	51W5022	0,08			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Presidente Venceslau	54	21S5216	51W5022	0,08			21S521600; 51W502200 - Coordenadas do Sítio. 21S5216;51W5022.
SP	Rancharia	47	22S1328	50W5351	0,08			22S132800; 50W535100 - Coordenadas do Sítio. 22S1328;50W5351 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Rancharia	26	22S1328	50W5351	0,08			22S132800; 50W535100 - Coordenadas do Sítio. 22S1328;50W5351 - Co-localizado com os canais 25+ e 27+.
SP	Rancharia	31	22S1328	50W5351	0,08			22S132800; 50W535100 - Coordenadas do Sítio. 22S1328;50W5351 - Co-localizado com o canal 32.
SP	Rancharia	43	22S1328	50W5351	0,08			22S132800; 50W535100 - Coordenadas do Sítio. 22S1328;50W5351 - Co-localizado com o canal 44.
SP	Rancharia	49	22S1328	50W5351	0,08			22S132800; 50W535100 - Coordenadas do Sítio. 22S1328;50W5351 - Co-localizado com o canal 48.
SP	Rinópolis	40	21S4346	50W4329	0,08			21S434600; 50W432900 - Coordenadas do Sítio. 21S4346;50W4329.
SP	Rinópolis	33	21S4346	50W4329	0,08			21S434600; 50W432900 - Coordenadas do Sítio. 21S4346;50W4329 - Co-localizado com o canal 34+.
SP	Rinópolis	20	21S4346	50W4329	0,08			21S434600; 50W432900 - Coordenadas do Sítio. 21S4346;50W4329 - Co-localizado com o canal 19-.
SP	Rosana (PORTO PRIMAVERA)	39	22S3238	52W5944	0,08			22S323800; 52W594400 - Coordenadas do Sítio. 22S3238;50W5944 - Co-localizado com o canal 40.
SP	Sandovalina	38	22S2754	51W4512	0,08			22S275400; 51W451200 - Coordenadas do Sítio. 22S2754;51W4512 - Co-localizado com o canal 39.
SP	Santo Anastácio	16	21S5827	51W3922	0,08			21S582700; 51W392200 - Coordenadas do Sítio. 21S5827;51W3922 - Co-localizado com o canal 15.
SP	Santo Anastácio	51	21S5827	51W3922	0,8			21S582700; 51W392200 - Coordenadas do Sítio. 21S5827;51W3922 - Co-localizado com o canal 52+.
SP	Teodoro Sampaio	19	22S3132	52W1046	0,08			22S313200; 52W104600 - Coordenadas do Sítio. 22S3132;52W1046 - Co-localizado com os canais 18- e 20-.
SP	Teodoro Sampaio	16	22S3132	52W1046	0,08			22S313200; 52W104600 - Coordenadas do Sítio. 22S3132;52W1046 - Co-localizado com o canal 15-.
SP	Teodoro Sampaio	48	22S3132	52W1046	0,08			22S313200; 52W104600 - Coordenadas do Sítio. 22S3132;52W1046 - Co-localizado com o canal 49-.
SP	Tupi Paulista	43	21S2308	51W3428	0,08			21S230800; 51W342800 - Coordenadas do Sítio. 21S2308;51W3428 - Co-localizado com o canal 44.
SP	Tupi Paulista	51	21S2308	51W3428	0,08			21S230800; 51W342800 - Coordenadas do Sítio. 21S2308;51W3428 - Co-localizado com o canal 50+.
SP	Tupi Paulista	59	21S2308	51W3428	0,08			21S230800; 51W342800 - Coordenadas do Sítio. 21S2308;51W3428 - Co-localizado com o canal 58.
SP	Tupi Paulista	25	21S2308	51W3428	0,08			21S230800; 51W342800 - Coordenadas do Sítio. 21S2308;51W3428.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Adamantina	44	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	16	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	38	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	30	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	40	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	34	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Adamantina	48	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Adamantina	18	21S4236	51W0330	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4236 51W0330
SP	Dracena	34	21S2816	51W3146	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2816 51W3146 Co-localizado com o canal 35D.
SP	Iepê	31	22S3742	51W0535	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3742 51W0535
SP	Junqueirópolis	39	21S3019	51W2605	0,08			Coordenadas de sítio: 21S3019 51W2605 - Reuso do canal de Dracena/SP
SP	Marabá Paulista	30	22S0702	51W4900	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0702 51W4900
SP	Martinópolis	15	22S0936	51W1012	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0936 51W1012
SP	Mirante do Paranapanema	49	22S1742	51W5449	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1742 51W5449
SP	Mirante do Paranapanema	51	22S1742	51W5449	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1742 51W5449
SP	Osvaldo Cruz	15	21S4740	50W5326	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 50W5326
SP	Osvaldo Cruz	34	21S4740	50W5326	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4740 50W5326
SP	Parapuã	41	21S4630	50W4706	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4630 50W4706
SP	Parapuã	34	21S4630	50W4706	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4630 50W4706 - Reuso do canal de Osvaldo Cruz/SP
SP	Parapuã	38	21S4630	50W4706	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4630 50W4706 - Reuso do canal de Osvaldo Cruz/SP
SP	Pirapozinho	15	22S1631	51W3001	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1631 51W3001
SP	Presidente Bernardes	26	21S5949	51W3351	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5949 51W3351
SP	Presidente Bernardes	14	21S5949	51W3351	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5949 51W3351
SP	Presidente Bernardes	17	21S5949	51W3351	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5949 51W3351
SP	Presidente Epitácio	50	21S4821	52W0613	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4821 52W0613
SP	Presidente Epitácio	33	21S4548	52W0657	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4548 52W0657
SP	Presidente Epitácio	49	21S4548	52W0657	0,8			Coordenadas de sítio: 21S4548 52W0657
SP	Presidente Prudente	19	22S0725	51W2312	8			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	47	22S0725	51W2312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	26	22S0725	51W2312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	35	22S0725	51W2312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	17	22S0725	51W2312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	14	22S0725	51W2312	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	45	22S0725	51W2312	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	22	22S0725	51W2312	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Prudente	28	22S0725	51W2312	0,8			Coordenadas de sítio: 22S0725 51W2312
SP	Presidente Venceslau	32	21S5216	51W5022	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Presidente Venceslau	47	21S5216	51W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Presidente Venceslau	16	21S5216	51W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Presidente Venceslau	34	21S5216	51W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Presidente Venceslau	49	21S5216	51W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Presidente Venceslau	27	21S5216	51W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5216 51W5022
SP	Rancharia	47	22S1328	50W5351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1328 50W5351
SP	Rancharia	26	22S1328	50W5351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1328 50W5351
SP	Rancharia	30	22S1328	50W5351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1328 50W5351 Co-localizado com o canal 29D.
SP	Rancharia	43	22S1328	50W5351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1328 50W5351
SP	Rancharia	49	22S1328	50W5351	0,08			Coordenadas de sítio: 22S1328 50W5351
SP	Rinópolis	40	21S4346	50W4329	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4346 50W4329 Co-localizado com o canal 39D.
SP	Rinópolis	33	21S4346	50W4329	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4346 50W4329
SP	Rinópolis	48	21S4346	50W4329	0,08			Coordenadas de sítio: 21S4346 50W4329
SP	Rosana (PORTO PRIMAVERA)	39	22S3238	52W5944	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3238 52W5944
SP	Sandovalina	38	22S2754	51W4512	0,08			Coordenadas de sítio: 22S2754 51W4512
SP	Santo Anastácio	16	21S5827	51W3922	0,08			Coordenadas de sítio: 21S5827 51W3922
SP	Santo Anastácio	51	21S5827	51W3922	0,8			Coordenadas de sítio: 21S5827 51W3922
SP	Teodoro Sampaio	19	22S3132	52W1046	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3132 52W1046
SP	Teodoro Sampaio	16	22S3132	52W1046	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3132 52W1046
SP	Teodoro Sampaio	45	22S3132	52W1046	0,08			Coordenadas de sítio: 22S3132 52W1046
SP	Tupi Paulista	43	21S2308	51W3428	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2308 51W3428 - Reuso do canal de Dracena/SP
SP	Tupi Paulista	51	21S2308	51W3428	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2308 51W3428
SP	Tupi Paulista	27	21S2308	51W3428	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2308 51W3428
SP	Tupi Paulista	25	21S2308	51W3428	0,08			Coordenadas de sítio: 21S2308 51W3428 - Reuso do canal de Dracena/SP

ATO Nº 4.240, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 50, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD e de Atribuição de Canais de Televisão por Assinatura em UHF - PBTVA, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	43	20S1828	40W2028	24,900			Coordenadas de sítio: 20S1828 40W2028 Co-localizado com os canais 42D, 44.
ES	Alegre	47	20S5110	41W3710	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5110 41W3710 - Reuso do canal de Alegre/ES
ES	Alegre	23	20S4519	41W3143	0,08			Coordenadas de sítio: 20S451900 41W314300
ES	Aracruz	21	19S4933	40W1643	0,08			Coordenadas de sítio: 19S493300 40W164300 - Reuso do canal de Aracruz/ES
ES	Aracruz	39	19S4913	40W1624	0,08			Coordenadas de sítio: 19S491300 40W162400
ES	Colatina	47	19S3218	40W3756	0,08			Coordenadas de sítio: 19S3218 40W3756 - Reuso do canal de Colatina/ES
ES	Guaçuí	24	20S5117	41W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 20S511741W3722-
ES	Guarapari	22	20S4052	40W3020	0,08			Coordenadas de sítio: 20S405200 40W302000 - Reuso do canal de Guarapari/ES
ES	João Neiva	24	19S4527	40W2308	0,08			Coordenadas de sítio: 19S452700 40W230800 - Reuso do canal de João Neiva/ES
ES	Marataízes	47	22S0235	40W4927	0,08			Coordenadas de sítio: 22S0235 40W4927 - Reuso do canal de Marataízes/ES
ES	Piúma	23	20S5024	40W4254	0,08			Coordenadas de sítio: 20S502400 40W425400 - Reuso do canal de Piúma/ES
ES	Rio Novo do Sul	47	20S5054	40W5437	0,08			Coordenadas de sítio: 20S5054 40W5437 - Reuso do canal de Rio Novo do Sul/ES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ES	Santa Teresa	23	19S5602	40W3546	0,08			Coordenadas de sítio: 19S5602 40W3546 - Reuso do canal de Santa Teresa/ES
ES	Vila Velha	22	20S1947	40W1816	0,08			Coordenadas de sítio: 20S194700 40W181600
ES	Vitória	22	20S1912	40W2106	0,08			Coordenadas de sítio: 20S191200 40W210600

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Castelo	39	20S3657	41W1145	0.08			Coordenadas do Sítio. 20S3657;41W1145 - Reuso do canal de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
ES	Colatina (SERRA DA BOA ESPERANCA)	21	19S1900	40W3800	8			Coordenadas do Sítio. 19s1900/40w3800 - Co-localizado com o canal 20+.
ES	Conceição da Barra	23	18S3534	39W4358	0.08			Coordenadas do Sítio. 18S3534;39W4358 - Reuso do canal de São Mateus.
ES	Guaçuí	38	20S4634	41W4033	0.8			Coordenadas do Sítio. 20S4634;41W4033.
ES	Guarapari	38	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas do Sítio. 20S4004;40W3002 - Reuso do canal de Vitória/ES.
ES	Guarapari	16	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas do Sítio. 20S4004;40W3002 - Reuso do canal de Vitória/ES.
ES	Guarapari	46	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas do Sítio. 4004;40W3002 - Reuso do canal de Vitória/ES.
ES	João Neiva (CAVALINHO)	23	19S4136	40W2342	0.8			Coordenadas do Sítio. 19S4136;40W2342 - Co-localizado com o canal 22-. - Reuso do canal de Linhares/ES.
ES	Mimoso do Sul	22	21S0300	41W2127	0.08			Coordenadas do Sítio. 21S0300;41W2127 - Reuso do canal de Alegre/ES.
ES	São Mateus	35	18S4256	39W5130	0.8			18S4256 39W5130
ES	Vitória	38	20S1831	40W2021	80			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024.
ES	Vitória	42	20S1831	40W2024	80			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024.
ES	Vitória	16	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com o canal 15.
ES	Vitória	27	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com os canais 26- e 28.
ES	Vitória	29	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com os canais 28 e 30D.
ES	Vitória	30	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com os canais 29D e 31E.
ES	Vitória	40	20S1831	40W2024	80			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Canal para utilização após o encerramento das transmissões Analógicas.
ES	Vitória	53	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com os canais 52 e 54.
ES	Vitória	56	20S1831	40W2024	8			Coordenadas do Sítio. 20S1831;40W2024 - Co-localizado com o canal 57+.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Castelo	39	20S3657	41W1145	0.08			Coordenadas de sítio: 20S3657 41W1145
ES	Colatina (SERRA DA BOA ESPERANCA)	21	19S1647	40W3725	8			Coordenadas de sítio: 19S1647 40W3725
ES	Conceição da Barra	23	18S3534	39W4358	0.08			Coordenadas de sítio: 18S3534 39W4358
ES	Guaçuí	38	20S4634	41W4033	0.8			Coordenadas de sítio: 20S4634 41W4033 - Reuso do canal de Alegre (SERRA SANTA CATARINA)/ES
ES	Guarapari	38	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas de sítio: 20S4004 40W3002
ES	Guarapari	16	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas de sítio: 20S4004 40W3002
ES	Guarapari	48	20S4004	40W3002	0.8			Coordenadas de sítio: 20S4004 40W3002 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 48 do PBRTV
ES	João Neiva (CAVALINHO)	23	19S4245	40W2354	0.8			Coordenadas de sítio: 19S4245 40W2354 Co-localizado com o canal 22-.
ES	Mimoso do Sul	22	21S0300	41W2127	0.08			Coordenadas de sítio: 21S0300 41W2127
ES	São Mateus	35	18S4256	39W5130	0.8			Coordenadas de sítio: 18S4256 39W5130 Co-localizado com o canal 36.
ES	Vitória	38	20S1831	40W2021	80			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2021 Co-localizado com o canal 39+.
ES	Vitória	42	20S1831	40W2024	80			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com os canais 43D, 41D.
ES	Vitória	16	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com os canais 15, 17D.
ES	Vitória	27	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com o canal 26-.
ES	Vitória	29	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024
ES	Vitória	31	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 31 do PBTV
ES	Vitória	17	20S1831	40W2024	80			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com os canais 16D, 18S.
ES	Vitória	41	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com os canais 42D, 40D, 40D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 41 do PBTV
ES	Vitória	40	20S1831	40W2024	8			Coordenadas de sítio: 20S1831 40W2024 Co-localizado com os canais 41D, 39+. - Reuso do canal de Vitória/ES

ANEXO II

Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	15	20S1829	40W2028	160	345	3,16	SBTVD
ES	Vitória	26-	20S1830	40W2033	64	172 a 213 214 a 243	10,5	Coordenadas pré-fixadas:20S1830; 40W2033Co-localizado com os canais 18S e 34+ SBTVD

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	15	20S1829	40W2028	160	345	3,16	Co-localizado com o canal 16D - SBTVD.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ES	Vitória	26-	20S1830	40W2033	64	172 a 213 214 a 243	1 0,5	Coordenadas pré-fixadas: 20S1830; 40W2033 Co-localizado com os canais 18S, 25D, 27D e 34+ SBTVD

ANEXO III

1)Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	24	20S1831	40W2022	160			Coordenadas pré-fixadas: 20S1831;40W2022 - Co-localizado com o canal 31 - SBTVD.
ES	Vitória	34+	20S1838	40W2028	80	139 205 a 234	20 10	COL.C/CANAL 28 E CANAL 31E
ES	Vitória	36-	20S1835	40W2022	160			Coordenada pré-fixada 20S1900;40W2000 CO-LINEAR COM CANAIS 28,44,50
ES	Vitória	44	20S1828	40W2028	100			COLINEAR C/CANAL 52S
ES	Vitória	47+	20S1900	40W2000	64			Coordenada pré-fixada 20S1900;40W2000 CO-LINEAR COM O CANAL54.
ES	Vitória	57+	20S1825	40W2030	80			COLINEAR C/CANAL 50

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	24	20S1831	40W2022	160			Coordenadas pré-fixadas: 20S1831;40W2022 - Co-localizado com o canal 31, 25D, 39+ - SBTVD.
ES	Vitória	34+	20S1838	40W2028	80	139 205 a 234	20 10	Co-localizado com os canais 26-, 33D e 35D - SBTVD.
ES	Vitória	36-	20S1835	40W2022	160			Coordenada pré-fixada 20S1900;40W2000 - Co-localizado com os canais 26-, 33D, 35D e 44 - SBTVD.
ES	Vitória	44	20S1828	40W2028	100			Co-localizado com os canais 36-, 43D, 45D e 52S - SBTVD.
ES	Vitória	47+	20S1900	40W2000	64			Coordenada pré-fixada 20S1900;40W2000 - Co-localizado com os canais 46D e 54.
ES	Vitória	39	20S1825	40W2030	80			Co-localizado com os canais 24, 38D, 40D e 50 - SBTVD.

2)Exclusão de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	40-	20S1910	40W2016	80			Co-localizado com os canais 26-,47-E e 54 - SBTVD.

ANEXO IV

Alteração de canais do PBTVA:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	18	20S1830	40W2033	160			Coordenadas do sítio: 20S1831;40W2024 - Co-localizado com o canal 19D - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital - ERP(kW) 160,000 (analóg.), 8,000 (digital).

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
ES	Vitória	18	20S1830	40W2033	160			Coordenadas de sítio: 20S1830 40W2033 Co-localizado com os canais 19D, 17D. Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital - ERP(kW) 160,000 (analóg.), 8,000 (digital).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 4.241, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 51, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD e de Atribuição de Canais de Televisão por Assinatura em UHF - PBTVA, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Araruna	44	23S5552	52W2947	0.080			Coordenadas de sítio: 23S555200 52W294700 - Reuso do canal de Campo Mourão/PR
PR	Balsa Nova	48	28S3502	49W3808	0.080			Coordenadas de sítio: 28S350200 49W380800
PR	Barbosa Ferraz	44	24S0212	52W0041	0.080			Coordenadas de sítio: 24S021200 52W004100
PR	Boa Esperança	44	24S1439	52W4737	0.080			Coordenadas de sítio: 24S143900 52W473700
PR	Cafelândia	48	24S3834	53W1808	0.080			Coordenadas de sítio: 24S3834 53W1808 - Reuso do canal de Corbélia/PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	Campina da Lagoa	44	24S3629	52W4845	0.080			Coordenadas de sítio: 24S362900 52W484500
PR	Campo Largo	24	25S2648	49W2850	0.080			Coordenadas de sítio: 25S264800 49W285000
PR	Cascavel	17	24S5723	53W2715	0.080			Coordenadas de sítio: 24S572332 53W271567
PR	Cascavel	22	24S5716	53W2718	0.080			Coordenadas de sítio: 24S571600 53W271800 Co-localizado com os canais 23D, 21D.
PR	Cascavel	30	24S5721	53W2719	0.080			Coordenadas de sítio: 24S572100 53W271900
PR	Cianorte	18	23S3948	52W3615	0.080			Coordenadas de sítio: 23S394846 52W361595
PR	Cianorte	21	23S3912	52W3615	0.080			Coordenadas de sítio: 23S391200 52W361500 Co-localizado com o canal 22D.
PR	Corbélia	48	24S4822	53W1821	0.080			Coordenadas de sítio: 24S482200 53W182100
PR	Cruzeiro do Oeste	23	23S4631	53W0329	0.080			Coordenadas de sítio: 23S463100 53W032900
PR	Curitiba	16	25S2336	49W1659	0.080			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 17D, 15D de Rio Branco do Sul/PR.
PR	Curitiba	23	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659
PR	Engenheiro Beltrão	44	23S4723	52W1456	0.080			Coordenadas de sítio: 23S472300 52W145600
PR	Farol	44	24S0612	52W3721	0.080			Coordenadas de sítio: 24S061200 52W372100
PR	Fazenda Rio Grande	27	25S3857	49W1840	0.080			Coordenadas de sítio: 25S385700 49W184000
PR	Fênix	44	22S5457	51W5847	0.080			Coordenadas de sítio: 22S545700 51W584700
PR	Formosa do Oeste	23	24S1722	53W1840	0.080			Coordenadas de sítio: 24S172200 53W184000
PR	Foz do Iguaçu	20	25S3207	54W3433	0.080			Coordenadas de sítio: 25S320700 54W343300 Co-localizado com o canal 21.
PR	Francisco Beltrão	15	26S0454	53W0213	0.080			Coordenadas de sítio: 26S045400 53W021300
PR	Goioerê	44	24S1112	53W0050	0.080			Coordenadas de sítio: 24S1112 53W0050
PR	Guaraniaçu	33	25S0603	52W5241	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0603 52W5241
PR	Guarapuava	50	25S2343	51W2729	0.800			Coordenadas de sítio: 25S2343 51W2729 Co-localizado com o canal 51.
PR	Guaratuba	15	25S5259	48W3407	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5259 48W3407
PR	Guaratuba	22	25S5305	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S530500 48W340400
PR	Icaraíma	21	23S2337	53W3747	0.080			Coordenadas de sítio: 23S233700 53W374700
PR	Iporã	21	23S5911	53W4234	0.080			Coordenadas de sítio: 23S591100 53W423400
PR	Iretama	44	24S2543	52W0647	0.080			Coordenadas de sítio: 24S254300 52W064700
PR	Jacarezinho	34	23S0923	49W5945	0.080			Coordenadas de sítio: 23S092319 49W594564 - Reuso do canal de Santo Antônio da Platina/PR
PR	Londrina	24	23S1837	51W0945	0.080			Coordenadas de sítio: 23S183758 51W094509 Co-localizado com o canal 25D.
PR	Londrina	35	23S1837	51W0945	0.080			Coordenadas de sítio: 23S183758 51W094509
PR	Luiziana	44	24S1648	52W1629	0.080			Coordenadas de sítio: 24S164800 52W162900
PR	Mamborê	44	24S1911	52W3129	0.080			Coordenadas de sítio: 24S1911 52W3129
PR	Mariluz	44	23S5942	53W0839	0.080			Coordenadas de sítio: 23S594200 53W083900 - Reuso do canal de Moreira Sales/PR
PR	Maringá	15	23S2543	51W5734	0.080			Coordenadas de sítio: 23S254300 51W573400
PR	Maringá	24	23S2531	51W5618	0.080			Coordenadas de sítio: 23S253162 51W561851 - Reuso do canal de Maringá/PR
PR	Matinhos	22	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S504300 48W321500 - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos	34	25S4903	48W3234	0.080			Coordenadas de sítio: 25S490300 48W323400 Co-localizado com o canal 35D. - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos	35	25S4903	48W3234	0.080			Coordenadas de sítio: 25S490300 48W323400 Co-localizado com o canal 34D.
PR	Moreira Sales	44	24S0249	53W0021	0.080			Coordenadas de sítio: 24S024900 53W002100 - Reuso do canal de Goioerê/PR
PR	Morretes	22	25S2842	48W5000	0.080			Coordenadas de sítio: 25S284200 48W500000
PR	Morretes	39	25S2842	48W5000	0.080			Coordenadas de sítio: 25S284200 48W500000
PR	Nova Cantu	16	24S4019	52W3425	0.080			Coordenadas de sítio: 24S401900 52W342500
PR	Nova Cantu	41	24S4023	52W3410	0.080			Coordenadas de sítio: 24S402300 52W341000
PR	Nova Esperança	50	23S1111	52W1250	0.080			Coordenadas de sítio: 23S1111 52W1250
PR	Paranaguá	22	25S3104	48W3023	0.080			Coordenadas de sítio: 25S310400 48W302300
PR	Peabiru	28	23S5927	52W2637	0.080			Coordenadas de sítio: 23S592700 52W263700
PR	Ponta Grossa	20	25S0542	50W0943	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0542 50W0943 Co-localizado com o canal 19D.
PR	Ponta Grossa	41	25S1624	50W1354	0.080			Coordenadas de sítio: 25S162400 50W135400
PR	Ponta Grossa	46	25S0600	50W1000	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0600 50W1000
PR	Pontal do Paraná	22	25S3941	48W2650	0.080			Coordenadas de sítio: 25S394100 48W265000 Co-localizado com o canal 23 de Pontal do Paraná (BALNEÁRIO DE IPANEMA)/PR. - Reuso do canal de Paranaguá/PR
PR	Rolândia	14	23S1837	51W2206	0.080			Coordenadas de sítio: 23S183759 51W220664
PR	Roncador	44	24S3250	52W1515	0.080			Coordenadas de sítio: 24S3250 52W1515
PR	Sarandi	20	23S2637	51W5226	0.080			Coordenadas de sítio: 23S263700 51W522600
PR	Sarandi	48	23S2637	51W5226	0.080			Coordenadas de sítio: 23S263700 51W522600
PR	Siqueira Campos	26	23S3934	49W5113	0.080			Coordenadas de sítio: 23S393400 49W511300
PR	Toledo	20	24S4537	53W4418	0.080			Coordenadas de sítio: 24S453700 53W441800 Co-localizado com o canal 19D.
PR	Tupãssi	29	24S3516	53W3042	0.080			Coordenadas de sítio: 24S351600 53W304200
PR	Umuarama	44	23S4510	53W1829	0.080			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829
PR	União da Vitória	18	26S1448	51W0439	0.080			Coordenadas de sítio: 26S144800 51W043900

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Adrianópolis	41	24S4154	48W5620	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S4154;48W5620 -Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Alto Paraná	21	23S0744	52W1850	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S0744;52W1850 - Reuso do canal de Maringá/PR.
PR	Apucarana	21	23S3338	51W2630	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S3338;51W2630 - Co-localizado com o canal 20+.
PR	Apucarana	19	23S3309	51W2749	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S3309;51W2749 - Co-localizado com o canal 20+.
PR	Apucarana	49	23S3309	51W2749	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S3309;51W2749 - Co-localizado com os canais 48D e 50.
PR	Apucarana	53	23S3309	51W2749	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S3309;51W2749 - Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas.
PR	Arapongas	58	23S2452	51W2617	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S2452;51W2617.
PR	Assis Chateaubriand	22	24S2322	53W3102	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S2322;53W3102.
PR	Assis Chateaubriand	20	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S2322;53W3102.
PR	Assis Chateaubriand	24	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S2322;53W3102.
PR	Assis Chateaubriand	52	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S2322; 53W3102.
PR	Balsa Nova	54	25S3500	49W3800	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S3500;49W3800 - Co-localizado com o canal 53.
PR	Bocaiúva do Sul (TUNAS)	59	24S5726	49W0534	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S5726;49W0534.
PR	Bocaiúva do Sul	53	25S1300	49W0700	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1300;49W0700 - Co-localizado com o canal 54.
PR	Cambé	24	23S1757	51W1108	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1757;51W1108 - Co-localizado com o canal 23D de Londrina.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	Campo do Tenente	39	26S0107	49W4130	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0107;49W4130 - Co-localizado com o canal 40 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Campo do Tenente	51	26S0107	49W4130	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0107:49W4130 - Co-localizado com o canal 52.
PR	Campo Mourão	59	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S0244;52W2259.
PR	Campo Mourão	43	24S0232	52W2223	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S0232;52W2223.
PR	Campo Mourão	18	24S0232	52W2223	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S0232;52W2223 - Co-localizado como canal 19+.
PR	Campo Mourão	31	24S0244	52W2259	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S0244;52W2259 - Co-localizado com o canal 30-.
PR	Campo Mourão	45	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S0244;52W2259 - Co-localizado com o canal 46D.
PR	Campo Mourão	50	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S02344; 52W2259.
PR	Campo Mourão	57	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S0244;52W2259.
PR	Capanema	30	25S4045	53W4840	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S4045;53W4840 - Co-localizado com o canal 38.
PR	Capanema	55	25S4045	53W4840	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S4045;53W4840.
PR	Cascavel	23	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712.
PR	Cascavel	46	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712.
PR	Cascavel	21	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com os canais 20+ e 22D.
PR	Cascavel	25	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 26-.
PR	Cascavel	58	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 57D.
PR	Cascavel	57	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 58D.
PR	Cascavel	51	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 52-.
PR	Céu Azul	36	25S0740	53W4939	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S0740;53W4939 - Reuso do canal de Cascavel/PR.
PR	Chopinzinho	55	25S5132	52W3128	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5132;52W3128.
PR	Cianorte	44	23S3947	52W3637	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S3947;52W3637.
PR	Cianorte	47	23S3947	52W3637	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S3947; 52W3637 - Co-localizado com o canal 46.
PR	Cianorte	22	23S3947	52W3637	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S3947;52W3637.
PR	Clevelândia	34	26S2423	52W2213	0.800			Coordenadas do Sítio. 26S2423;52W2213 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
PR	Colorado	34	22S4945	51W5726	8.000			Coordenadas do Sítio. 22S4945;51W5726 - Co-localizado com o canal 33.
PR	Cornélio Procópio	17	23S1115	50W3855	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1115;50W3855 - Co-localizado com o canal 16.
PR	Curitiba	34	25S2336	49W1659	80.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com os canais 33D e 35-.
PR	Curitiba	36	25S2336	49W1659	80.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 35-.
PR	Curitiba	17	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 16+ e 18D.
PR	Curitiba	18	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com os canais 17D e 19-
PR	Curitiba	20	25S2359	49W1716	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2359;49W1716 - Co-localizado com os canais 19- e 21+.
PR	Curitiba	22	25S2438	49W1735	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2438;49W1735 - Co-localizado com o canal 21+.
PR	Curitiba	25	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 26+. Canal utilizado como RTVD.
PR	Curitiba	28	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 29+.
PR	Curitiba	47	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 46+.
PR	Curitiba	30	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 29+.
PR	Curitiba	56	25S2336	49W1659	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S2336;49W1659 - Co-localizado com os canais 55- e 57D.
PR	Curitiba	61	25S2359	49W1716	Especial			Coordenadas do Sítio. 25S2359;49W1716 - Co-localizado com o canal 62D.
PR	Curitiba	62	25S2359	49W1716	Especial			Coordenadas do Sítio. 25S2359;49W1716 - Co-localizado com o canal 61D.
PR	Foz do Iguaçu	57	25S3116	54W3423	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3116;54W3423 - Co-localizado com o canal 58D.
PR	Foz do Iguaçu	55	25S3116	54W3423	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S3116;54W3423.
PR	Foz do Iguaçu	58	25S3116	54W3423	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S3116;54W3423 - Co-localizado com o canal 57D..
PR	Foz do Iguaçu	53	25S3116	54W3423	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3116;54W3423 - Co-localizado com o canal 52-.
PR	Francisco Beltrão	36	26S0454	53W0211	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0454;53W0211 - Reuso do canal de Francisco Beltrão (Morro Jacutinga)/PR.
PR	Francisco Beltrão	41	26S0454	53W0211	0.800			Coordenadas do Sítio. 26S0454;53W0211 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
PR	Francisco Beltrão	34	26S0454	53W0211	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0454;53W0211 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
PR	Guaraniaçu	24	25S0601	52W5215	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S0601;52W5215.
PR	Guarapuava	56	25S2337	51W2752	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S2337;51W2752.
PR	Guaratuba	34	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Guaratuba	19	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Reuso do canal de Paranaguá/PR.
PR	Guaratuba	43	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Co-localizado com o canal 44 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Guaratuba	41	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Guaratuba	39	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Guaratuba	31	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5308;48W3404 - Reuso do canal de Matinhos/PR.
PR	Imbituva (GUAMIRANGA)	42	25S1312	50W4847	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1312;50W4847 - Reuso do canal de Ponta Grossa/PR.
PR	Inácio Martins	32	25S3416	51W0431	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S3416;51W0431 - Reuso do canal de Guarapuava/PR.
PR	Itaipulândia	58	25S0814	54W1808	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S0814;54W1808.
PR	Ivaiporã	41	24S1710	51W4253	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S1710;51W4253.
PR	Ivaiporã	59	24S1710	51W4253	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S1710;51W4253.
PR	Jacarezinho	20	23S0923	49W5948	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S0923;49W5948.
PR	Jandaia do Sul	56	23S3626	51W3857	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S3626;51W3857.
PR	Lapa	41	25S4652	49W4140	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S4652;49W4140 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Lapa	43	25S4652	49W4140	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S4652;49W4140 - Co-localizado com o canal 44-. - Reuso do canal de Curitiba/PR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	Lapa	39	25S4652	49W4140	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S4652;49W4140 - Co-localizado com o canal 38D - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Londrina	23	23S1757	51W1108	25.000			Coordenadas do Sítio. 23S1757;51W1108 - Co-localizado com o canal 24D de Cambé/PR.
PR	Londrina	47	23S1933	51W1127	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1933;51W1127 Co-localizado com o canal 46+.
PR	Londrina	19	23S1835	51W0934	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S1835;51W0934 - Co-localizado com o canal 18.
PR	Londrina	45	23S1835	51W0934	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1835; 51W0934 - Co-localizado com os canais 44 e 46+.
PR	Londrina	51	23S1933	51W1127	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1933;51W1127 - Co-localizado com o canal 52+.
PR	Londrina	55	23S1835	51W0935	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1835;51W0934 - Co-localizado com os canais 54- e 56.
PR	Londrina	57	23S1800	51W0900	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S1800;51W0900 - Co-localizado com o canal 56.
PR	Mamborê	24	24S1911	52W3129	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S1911;52W3129.
PR	Maringá	27	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com os canais 26D e 28+.
PR	Maringá	34	23S2543	51W5734	25.000			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com o canal 33D.
PR	Maringá	18	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S2536;51W5330 - Co-localizado com o canal 19.
PR	Maringá	26	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com os canais 25 e 27D.
PR	Maringá	36	23S2543	51W5734	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734.
PR	Maringá	30	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com o canal 31.
PR	Maringá	55	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com o canal 56D.
PR	Maringá	51	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com o canal 52-.
PR	Maringá	56	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S2543;51W5734 - Co-localizado com os canais 55D e 57.
PR	Mariópolis	34	26S2200	52W3400	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S2200;52W3400 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	31	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5043;48W3215 - Reuso dos canais de Guaratuba/PR e Pontal do Paraná/PR.
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	41	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5043;48W3215 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	39	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5043;48W3215 - Co-localizado com o canal 38+ - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	34	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5043;48W3215 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Matinhos	43	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5043;48W3215 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Medianeira	57	25S1750	54W0215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1750;54W0215.
PR	Medianeira	41	25S1750	54W0215	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1750;54W0215 - Co-localizado com o canal 42 - Reuso do canal de Céu Azul/PR.
PR	Palotina	55	24S1644	53W5024	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S1644;53W5024.
PR	Paranaguá	34	25S3107	48W3110	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S3107;48W3110 - Co-localizado com o canal 33-. - Reuso do canal de Curitiba/Pr.
PR	Paranaguá	19	25S3107	48W3110	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3107;48W3110 - Reuso do canal de Guaratuba/PR.
PR	Paranaguá	41	25S3056	48W3028	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3056;48W3028 - Reuso do canal de Pontal Paraná/PR.
PR	Paranaguá	47	25S3107	48W3110	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3107;48W3110.
PR	Paranavaí	47	23S0345	52W2625	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S0345;52W2625 - Reuso do canal de Terra Rica/PR.
PR	Pato Branco	34	26S1349	52W4125	8.000			Coordenadas do Sítio. 26S1349;52W4125 - Co-localizado com o canal 33-.
PR	Pérola	23	23S4819	53W4007	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S4819;53W4007.
PR	Piên	41	26S0502	49W2609	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0502;49W2609 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Pinhais	45	25S2438	49W1726	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2438;49W1726 - Co-localizado com os canais 44+ e 46+ de Curitiba/PR.
PR	Pinhais	58	25S2438	49W1726	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S2438;49W1726.
PR	Ponta Grossa	19	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 20-.
PR	Ponta Grossa	17	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 16.
PR	Ponta Grossa	23	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 22.
PR	Ponta Grossa	25	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 26-.
PR	Ponta Grossa	27	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com os canais 26- e 28.
PR	Ponta Grossa	39	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 40-.
PR	Ponta Grossa	44	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 45-.
PR	Ponta Grossa	46	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com os canais 45- e 47+.
PR	Ponta Grossa	57	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas do Sítio. 25S0555;50W0928 - Co-localizado com o canal 58-.
PR	Pontal do Paraná (BALNEA.SHANGRI-LA)	41	25S3739	48W2523	0.800			Coordenadas do Sítio. 25S3739;48W2523 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Pranchita	36	26S0015	53W4147	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0015;53W4147 - Reuso do canal de Francisco Beltrão(Morro Jacutinga)/PR.
PR	Pranchita	55	25S5937	53W4106	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5937;53W4106.
PR	Rio Branco do Sul	39	25S1149	49W2018	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1149;49W2018 - Co-localizado com o canal 38D - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Rio Branco do Sul	38	25S1149	49W2018	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S1149;49W2018 - Co-localizado com o canal 39D - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Rio Negro	39	26S0547	49W4736	0.080			Coordenadas do Sítio. 26S0547;49W4736 - Reuso do canal de Curitiba/PR.
PR	Rolândia	59	23S1849	51W2215	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S1849;51W2215.
PR	Santo Antônio da Platina	23	23S1713	50W0400	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S1713;500400 - Reuso do canal de Jacarezinho/PR.
PR	São Mateus do Sul	23	25S5206	50W2243	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5206;50W2243.
PR	São Mateus do Sul	43	25S5206	50W2243	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S5206;50W2243 - Reuso do canal de Antônio Olinto/PR.
PR	Terra Rica	34	22S4657	52W3903	0.080			Coordenadas do Sítio. 22S4657;52W3903 - Reuso do canal de Paranavaí/PR.
PR	Terra Rica	55	22S4657	52W3903	0.080			Coordenadas do Sítio. 22S4657;52W3903.
PR	Toledo	19	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	Toledo	36	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416 - Co-localizado com o canal 35D - Reuso do canal de Cascavel/PR.
PR	Toledo	44	24S4534	53W4416	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416.
PR	Toledo	21	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416.
PR	Toledo	46	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416 - Co-localizado com o canal 47.
PR	Toledo	59	24S4534	53W4416	0.800			Coordenadas do Sítio. 24S4534;53W4416 - Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas.
PR	Turvo	32	25S0256	51W3152	0.080			Coordenadas do Sítio. 25S0256;51W3152 - Reuso do canal de Guarapuava/PR.
PR	Ubiratã	55	24S3243	52W5916	8.000			Coordenadas do Sítio. 24S3243;52W5916.
PR	Umuarama	23	23S4510	53W1829	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S4510;53W1829.
PR	Umuarama	19	23S4510	53W1829	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S4510;53W1829 - Co-localizado com o canal 20.
PR	Umuarama	33	23S4510	53W1829	8.000			Coordenadas do Sítio. 23S4510;53W1829 - Co-localizado com o canal 32.
PR	Umuarama	59	23S4510	53W1829	0.800			Coordenadas do Sítio. 23S4510;53W1829.
PR	Umuarama	56	23S4510	53W1829	0.080			Coordenadas do Sítio. 23S4510;53W1829 - Co-localizado com o canal 57+.

NOVA PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Adrianópolis	41	24S4154	48W5620	8.000			Coordenadas de sítio: 24S4154 48W5620
PR	Alto Paraná	21	23S0744	52W1850	0.080			Coordenadas de sítio: 23S0744 52W1850
PR	Apucarana	21	23S3338	51W2630	8.000			Coordenadas de sítio: 23S3338 51W2630
PR	Apucarana	19	23S3309	51W2749	0.800			Coordenadas de sítio: 23S3309 51W2749
PR	Apucarana	49	23S3309	51W2749	8.000			Coordenadas de sítio: 23S3309 51W2749 Colocalizado com os canais 48D, 50D.
PR	Apucarana	50	23S3309	51W2749	0.800			Coordenadas de sítio: 23S3309 51W2749 Co-localizado com o canal 49D.
PR	Arapongas	46	23S2452	51W2617	8			Coordenadas de sítio: 23S2452 51W2617
PR	Assis Chateaubriand	48	24S2322	53W3102	0.800			Coordenadas de sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	23	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas de sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	36	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas de sítio: 24S2322 53W3102
PR	Assis Chateaubriand	25	24S2322	53W3102	0.080			Coordenadas de sítio: 24S2322 53W3102
PR	Balsa Nova	23	25S3500	49W3800	0.080			Coordenadas de sítio: 25S3500 49W3800
PR	Bocaiúva do Sul (TUNAS)	49	24S5726	49W0534	0.080			Coordenadas de sítio: 24S5726 49W0534
PR	Bocaiúva do Sul	45	25S1300	49W0700	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1300 49W0700
PR	Cambé	51	23S1757	51W1108	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1757 51W1108
PR	Campo do Tenente	39	26S0107	49W4130	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0107 49W4130 Co-localizado com o canal 40. - Reuso do canal de Rio Negro/PR
PR	Campo do Tenente	51	26S0107	49W4130	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0107 49W4130 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 51 do PBRTV
PR	Campo Mourão	44	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas de sítio: 24S0244 52W2259 Colocalizado com os canais 43D, 45D.
PR	Campo Mourão	43	24S0232	52W2223	0.080			Coordenadas de sítio: 24S0232 52W2223 Co-localizado com o canal 44D.
PR	Campo Mourão	18	24S0232	52W2223	0.800			Coordenadas de sítio: 24S0232 52W2223
PR	Campo Mourão	31	24S0244	52W2259	0.800			Coordenadas de sítio: 24S0244 52W2259
PR	Campo Mourão	45	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas de sítio: 24S0244 52W2259 Co-localizado com os canais 44D, 46D.
PR	Campo Mourão	50	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas de sítio: 24S0244 52W2259 Co-localizado com o canal 51D.
PR	Campo Mourão	51	24S0244	52W2259	8.000			Coordenadas de sítio: 24S0244 52W2259 Co-localizado com o canal 50D.
PR	Capanema	39	25S4045	53W4840	0.080			Coordenadas de sítio: 25S4045 53W4840 Co-localizado com o canal 38.
PR	Capanema	45	25S4045	53W4840	0.080			Coordenadas de sítio: 25S4045 53W4840 Co-localizado com o canal 44.
PR	Cascavel	23	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 22D.
PR	Cascavel	46	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 45D.
PR	Cascavel	21	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 22D.
PR	Cascavel	25	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 26D.
PR	Cascavel	26	24S5714	53W2712	0.800			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 25D.
PR	Cascavel	40	24S5553	53W2650	8.000			Coordenadas de sítio: 24S5553 53W2650
PR	Cascavel	45	24S5714	53W2712	8.000			Coordenadas de sítio: 24S5714 53W2712 Co-localizado com o canal 46D.
PR	Céu Azul	36	25S0740	53W4939	0.080			Coordenadas de sítio: 25S0740 53W4939
PR	Chopinzinho	50	25S5132	52W3128	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5132 52W3128
PR	Cianorte	14	23S3947	52W3637	0.800			Coordenadas de sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cianorte	47	23S3947	52W3637	0.080			Coordenadas de sítio: 23S3947 52W3637
PR	Cianorte	22	23S3947	52W3637	8.000			Coordenadas de sítio: 23S3947 52W3637 Co-localizado com o canal 21D.
PR	Clevelândia	34	26S2423	52W2213	0.800			Coordenadas de sítio: 26S2423 52W2213 Co-localizado com o canal 35.
PR	Colorado	34	22S5107	51W5459	8.000			Coordenadas de sítio: 22S5107 51W5459
PR	Cornélio Procópio	31	23S1115	50W3855	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1115 50W3855
PR	Curitiba	34	25S2336	49W1659	80.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 33D, 35D.
PR	Curitiba	36	25S2336	49W1659	80.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com o canal 35D.
PR	Curitiba	17	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 18D, 16D.
PR	Curitiba	18	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com o canal 17D.
PR	Curitiba	20	25S2359	49W1716	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2359 49W1716 Co-localizado com o canal 21D.
PR	Curitiba	22	25S2438	49W1735	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2438 49W1735 Co-localizado com o canal 21D.
PR	Curitiba	25	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com o canal 26D de Pinhais/PR. Canal utilizado como RTVD..
PR	Curitiba	28	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com o canal 29D.
PR	Curitiba	47	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com o canal 46S.
PR	Curitiba	30	25S2336	49W1659	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 29D, 31D.
PR	Curitiba	31	25S2336	49W1659	0.800			Coordenadas de sítio: 25S2336 49W1659 Co-localizado com os canais 32S, 30D.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	Curitiba	21	25S2359	49W1716	Especial			Coordenadas de sítio: 25S2359 49W1716 Co-localizado com os canais 20D, 22D.
PR	Curitiba	35	25S2359	49W1716	Especial			Coordenadas de sítio: 25S2359 49W1716 Co-localizado com os canais 34D, 36D.
PR	Foz do Iguaçu	41	25S3116	54W3423	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3116 54W3423
PR	Foz do Iguaçu	14	25S3116	54W3423	8.000			Coordenadas de sítio: 25S3116 54W3423 Co-localizado com o canal 15.
PR	Foz do Iguaçu	44	25S3116	54W3423	8.000			Coordenadas de sítio: 25S3116 54W3423
PR	Foz do Iguaçu	22	25S3116	54W3423	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3116 54W3423 Co-localizado com os canais 21, 23-.
PR	Francisco Beltrão	36	26S0454	53W0211	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão	41	26S0454	53W0211	0.800			Coordenadas de sítio: 26S0454 53W0211
PR	Francisco Beltrão	34	26S0454	53W0211	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0454 53W0211
PR	Guaraniaçu	24	25S0601	52W5215	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0601 52W5215 Co-localizado com o canal 23-.
PR	Guarapuava	26	25S2337	51W2752	0.800			Coordenadas de sítio: 25S2337 51W2752
PR	Guaratuba	34	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Guaratuba	19	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Guaratuba	43	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Guaratuba	41	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Guaratuba	39	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Guaratuba	31	25S5308	48W3404	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5308 48W3404
PR	Imbituva (GUAMIRANGA)	42	25S1312	50W4847	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1312 50W4847
PR	Inácio Martins	32	25S3416	51W0431	0.080			Coordenadas de sítio: 25S3416 51W0431 - Reuso do canal de Guarapuava/PR.
PR	Itaipulândia	19	25S0814	54W1808	0.080			Coordenadas de sítio: 25S0814 54W1808
PR	Ivaiporã	42	24S1710	51W4253	8.000			Coordenadas de sítio: 24S1710 51W4253
PR	Ivaiporã	16	24S1710	51W4253	8.000			Coordenadas de sítio: 24S1710 51W4253 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 16 do PBTV
PR	Jacarezinho	20	23S0923	49W5948	0.800			Coordenadas de sítio: 23S0923 49W5948 Co-localizado com o canal 19.
PR	Jandaia do Sul	25	23S3626	51W3857	0.080			Coordenadas de sítio: 23S3626 51W3857
PR	Lapa	41	25S4652	49W4140	0.800			Coordenadas de sítio: 25S4652 49W4140
PR	Lapa	43	25S4652	49W4140	0.800			Coordenadas de sítio: 25S4652 49W4140
PR	Lapa	39	25S4652	49W4140	8.000			Coordenadas de sítio: 25S4652 49W4140
PR	Londrina	23	23S1757	51W1108	25.000			Coordenadas de sítio: 23S1757 51W1108
PR	Londrina	47	23S1933	51W1127	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1933 51W1127
PR	Londrina	19	23S1835	51W0934	0.800			Coordenadas de sítio: 23S1835 51W0934
PR	Londrina	45	23S1835	51W0934	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1835 51W0934
PR	Londrina	40	23S1933	51W1127	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1933 51W1127
PR	Londrina	25	23S1835	51W0935	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1835 51W0935 Co-localizado com os canais 26D, 24D.
PR	Londrina	22	23S1800	51W0900	8.000			Coordenadas de sítio: 23S1800 51W0900
PR	Mamborê	38	24S1911	52W3129	0.080			Coordenadas de sítio: 24S1911 52W3129
PR	Maringá	27	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 26D.
PR	Maringá	34	23S2543	51W5734	25.000			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com os canais 33D, 35D.
PR	Maringá	18	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734
PR	Maringá	26	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734 Colocalizado com o canal 27D.
PR	Maringá	36	23S2543	51W5734	0.080			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com o canal 35D.
PR	Maringá	30	23S2543	51W5734	8.000			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734
PR	Maringá	35	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734 Co-localizado com os canais 34D, 36D.
PR	Maringá	51	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734
PR	Maringá	24	23S2543	51W5734	0.800			Coordenadas de sítio: 23S2543 51W5734
PR	Mariópolis	34	26S2200	52W3400	0.080			Coordenadas de sítio: 26S2200 52W3400 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 34 do PBRTV
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	31	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5043 48W3215 - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	41	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5043 48W3215 - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	39	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5043 48W3215 Co-localizado com o canal 38+. - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	34	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5043 48W3215 - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Matinhos	43	25S5043	48W3215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5043 48W3215 - Reuso do canal de Guaratuba/PR
PR	Medianeira	51	25S1750	54W0215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1750 54W0215
PR	Medianeira	41	25S1750	54W0215	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1750 54W0215 Co-localizado com o canal 42.
PR	Palotina	50	24S1644	53W5024	0.080			Coordenadas de sítio: 24S1644 53W5024
PR	Paranaguá	34	25S3107	48W3110	8.000			Coordenadas de sítio: 25S3107 48W3110 Co-localizado com o canal 33-.
PR	Paranaguá	19	25S3107	48W3110	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3107 48W3110
PR	Paranaguá	41	25S3056	48W3028	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3056 48W3028
PR	Paranaguá	25	25S3107	48W3110	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3107 48W3110
PR	Paranavaí	47	23S0424	52W2812	0.800			Coordenadas de sítio: 23S042452W2812.
PR	Pato Branco	34	26S1349	52W4125	8.000			Coordenadas de sítio: 26S1349 52W4125
PR	Pérola	21	23S4819	53W4007	0.080			Coordenadas de sítio: 23S4819 53W4007
PR	Piên	41	26S0502	49W2609	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0502 49W2609
PR	Pinhais	45	25S2438	49W1726	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2438 49W1726 Co-localizado com o canal 44S de Curitiba/PR.
PR	Pinhais	26	25S2438	49W1726	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2438 49W1726 Co-localizado com o canal 25D de Curitiba/PR.
PR	Ponta Grossa	19	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928 Co-localizado com o canal 20D.
PR	Ponta Grossa	17	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	23	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	25	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	27	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	40	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	44	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	49	25S0555	50W0928	0.800			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Ponta Grossa	14	25S0555	50W0928	8.000			Coordenadas de sítio: 25S0555 50W0928
PR	Pontal do Paraná (BALNEA.SHANGRI-LA)	41	25S3739	48W2523	0.800			Coordenadas de sítio: 25S3739 48W2523 - Reuso do canal de Paranaguá/PR
PR	Pranchita	36	26S0015	53W4147	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0015 53W4147
PR	Pranchita	51	25S5937	53W4106	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5937 53W4106
PR	Rio Branco do Sul	39	25S1149	49W2018	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1149 49W2018 Co-localizado com o canal 38D.
PR	Rio Branco do Sul	38	25S1149	49W2018	0.080			Coordenadas de sítio: 25S1149 49W2018 Co-localizado com o canal 39D.
PR	Rio Negro	39	26S0547	49W4736	0.080			Coordenadas de sítio: 26S0547 49W4736
PR	Rolândia	27	23S1849	51W2215	0.080			Coordenadas de sítio: 23S1849 51W2215
PR	Santo Antônio da Platina	23	23S1713	50W0400	0.080			Coordenadas de sítio: 23S1713 50W0400
PR	São Mateus do Sul	30	25S5206	50W2243	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5206 50W2243

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	São Mateus do Sul	43	25S5206	50W2243	0.080			Coordenadas de sítio: 25S5206 50W2243
PR	Terra Rica	34	22S4657	52W3903	0.080			Coordenadas de sítio: 22S4657 52W3903
PR	Terra Rica	50	22S4657	52W3903	0.080			Coordenadas de sítio: 22S4657 52W3903
PR	Toledo	19	24S4534	53W4416	0,8			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 20D.
PR	Toledo	36	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 35D.
PR	Toledo	50	24S4534	53W4416	8.000			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416
PR	Toledo	23	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 22D.
PR	Toledo	46	24S4534	53W4416	0.080			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416
PR	Toledo	22	24S4534	53W4416	0.800			Coordenadas de sítio: 24S4534 53W4416 Co-localizado com o canal 23D.
PR	Turvo	32	25S0256	51W3152	0.080			Coordenadas de sítio: 25S0256 51W3152 - Reuso do canal de Guarapuava/PR.
PR	Ubiratã	48	24S3243	52W5916	8.000			Coordenadas de sítio: 24S3243 52W5916
PR	Umuarama	21	23S4510	53W1829	0.800			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	19	23S4510	53W1829	8.000			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	33	23S4510	53W1829	8.000			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	28	23S4510	53W1829	0.800			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829
PR	Umuarama	25	23S4510	53W1829	0.080			Coordenadas de sítio: 23S4510 53W1829

ANEXO II

1)Alteração de canais do PBTV:

SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Francisco Beltrão	13	26S0452	53W0318	0.316	112 a 140	0,25	Colinear com canal 286
PR	Ivaiporã	53	24S1452	51W4105	50.000			SBTVD

NOVA PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Francisco Beltrão	13	26S0452	53W0318	0.316	112 a 140	0,25	
PR	Ivaiporã	16	24S1452	51W4105	50.000			SBTVD

2)Exclusão de canais no PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Apucarana	11	23S3338	51W2556	31,6	77 263	3,16 3,16	SBTVD
PR	Arapongas	22+	23S2453	51W2549	1			SBTVD.
PR	Assis Chateaubriand	9-	24S2307	53W3052	3,16	34 a 44 184 a 198 312 a 342	0,316 0,316 0	Coordenada pré-fixada: 24S2307;53W3052.
PR	Cambé	36-	23S1739	51W1233	1			SBTVD
PR	Campo Mourão	2-	24S0238	52W2250	10	73 143 230 327 336	1 5 0,8 5 5	SBTVD
PR	Campo Mourão	30-	24S0244	52W2259	10			Colinear com os canais 24, 36+
PR	Cascavel	6+	24S5714	53W2712	70	52 74 141 187 198	50 10 31,6 3,16 31,6	SBTVD
PR	Cascavel	10-	24S5712	53W2711	110	12 a 42 170 a 180 185 a 250 340 a 10	10 10 11 45	Coordenadas pré-fixadas: 24S5712;53W2711 - SBTVD.
PR	Cascavel	20+	24S5716	53W2718	10			Coordenada pré-fixada 24S5716;53W2718 - SBTVD
PR	Cianorte	17-	23S3921	52W3625	10			SBTVD
PR	Colorado	33	22S5021	51W5721	50	315 a 45	0,5	
PR	Curitiba	2+	25S2357	49W1715	0			Coordenada pré-fixada 25S2401,49W1714 POTENCIA ERP(KW): 1.PROTECAO.100,000 2-INTERFERENCIA: VER TABELA 1.
PR	Curitiba	4-	25S2412	49W1730	100			SBTVD
PR	Curitiba	6+	25S2332	49W1705	100	215 229	31,6 10	Coordenada pré-fixada 25S2332;49W1705
PR	Curitiba	7-	25S2355	49W1657	40	182 a 267 267 a 320 320 a 117	31,6 1 31,6	Coordenada pré-fixada 25S2355;49W1657 - SBTVD.
PR	Curitiba	9-	25S2329	49W1653	80			Co-localizado como os canais 8 e 10 - SBTVD
PR	Curitiba	12	25S2502	49W1714	316			SBTVD
PR	Curitiba	16+	25S2342	49W1704	160			Co-localizado com o canal 24 - SBTVD.
PR	Curitiba	21+	25S2437	49W1734	160			Co-localizado com o canal 35- SBTVD
PR	Curitiba	29+	25S2600	49W1600	160			SBTVD
PR	Londrina	3+	23S1759	51W1111	16,36	46 281 165	15 3 11,3	SBTVD
PR	Londrina	5	23S1757	51W1108	30	265	3,16	Coordenada pré-fixada 23S1757;51W1106
PR	Londrina	7+	23S1933	51W1127	31,6	349	14	SBTVD
PR	Londrina	13+	23S1757	51W0924	0	45 a 215,2 72 a 201,4 75 a 205,8 84 a 186,4 108 a 203,4 138 a 211,9 144 a 210,2 154 a 174,3 168 a 183,8 198 a 148,9	0,08 0,02 0,04 1,61 7,94 7,32 6,72 5,74 4,12 6,72	VER ANEXO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

						228 a 123,9 258 a 104,7 263 a 98,3 288 a 59,2 318 a 111,8 351 a 125,2	7,47 4 3,89 6,72 7,47 0,71	
PR	Maringá	6+	23S2543	51W5734	10			Coordenada pré-fixada 23S2543;51W5734
PR	Maringá	8	23S2529	51W5713	63,5			Coordenadas pré-fixadas: 23S2529;51W5714. SBTVD.
PR	Maringá	13-	23S2543	51W5736	70			SBTVD
PR	Maringá	28+	23S2545	51W5734	1,6			Coordenadas pré-fixadas: 23S2545;51W5734 - Co-localizado com o canal 27D - SBTVD.
PR	Maringá	31	23S2546	51W5727	50			SBTVD
PR	Nova Esperança	54-	23S1111	52W1250	1			
PR	Paranavaí	29	23S0434	52W2616	16,5	90 a 141 142 a 180 270 a 89	8 10 10	Coordenada pré-fixada: 23S0434;52W2616. SBTVD.
PR	Pinhais	51-	25S2437	49W1734	80			Coordenadas pré-fixadas: 25S2437;49W1734 - Co-localizado com os canais 44+ de Pinhais/PR - SBTVD.
PR	Ponta Grossa	7	25S0519	50W0932	80			SBTVD
PR	Ponta Grossa	58-	25S0555	50W0928	20			SBTVD
PR	Toledo	7	24S4534	53W4416	2	24 297	1 1	SBTVD
PR	Toledo	31+	24S4249	53W4435	20	228 a 305 336 a 36	0,5 0,316	SBTVD
PR	Toledo (VILA NOVA)	54-	24S3432	53W4805	0,166			
PR	Umuarama	45+	23S4559	53W1930	10	188 a 208	3,16	
PR	Umuarama	53+	23S4554	53W1742	3,16			Co-localizado com o canal 45+ - SBTVD.

ANEXO III

1)Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Campo do Tenente	40	26S0107	49W4130	0.100			Coordenada pré-fixada 26S0107;49W4130
PR	Campo do Tenente	52	26S0107	49W4130	1.000			
PR	Capanema	38	25S4045	53W4840	1.000			
PR	Capanema	44	25S4045	53W4840	1.000			
PR	Foz do Iguaçu	15	25S3129	54W3417	50.000			SBTVD
PR	Foz do Iguaçu	21	25S3200	54W3500	50.000			SBTVD
PR	Foz do Iguaçu	23-	25S3129	54W3417	31.600	13 a 43 70 a 80 98 a 112	1 10 10	Coordenada pré-fixada 25S3129;54W3417 Colinear com canal 15
PR	Foz do Iguaçu	49-	25S3058	54W3407	10.000			Colinear com canais 46E,52-
PR	Foz do Iguaçu	52-	25S3252	54W3517	10.000			
PR	Francisco Beltrão (MORRO JA-CUTINGA)	26	26S0436	53W1719	20.000			SBTVD
PR	Guaraniaçu	23-	25S0603	52W5241	2.000			
PR	Guarapuava	58	25S2343	51W2729	5.000			
PR	Inácio Martins	54	25S3416	51W0431	1.000			
PR	Itaipulândia	57	25S0814	54W1808	0.500			Co-localizado com o canal 58D - SBTVD.
PR	Jacarezinho	53	23S0925	49W5950	1.000			
PR	Jacarezinho	59	23S0924	49W5946	10.000			
PR	Mallet	52+	25S5240	50W4916	0.500			
PR	Mariópolis	55	26S2200	52W3400	1.000			
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	18+	25S5043	48W3215	1.000			Coordenadas pré-fixadas: 25S5143;48W3215.
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	38+	25S5045	48W3223	1.000			Coordenada pré-fixada 25S5100;48W3200
PR	Medianeira	36-	25S1750	54W0213	1.000			Colinear com os canais 30,42
PR	Palmeira	56	25S2431	50W0046	1.000			
PR	São Miguel do Iguaçu	54	25S2100	54W1422	0.050			
PR	São Miguel do Iguaçu	59+	25S2053	54W1416	0.016			
PR	Tibagi	56-	24S3049	50W2534	5.000			
PR	Vitorino	53	26S1700	52W4900	1.000			

NOVA PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Campo do Tenente	40	26S0107	49W4130	0.100			Coordenada pré-fixada 26S0107;49W4130. Co-localizado com o canal 39D
PR	Campo do Tenente	51	26S0107	49W4130	1.000			
PR	Capanema	38	25S4045	53W4840	1.000			Co-localizado com o canal 39D
PR	Capanema	44	25S4045	53W4840	1.000			Co-localizado com o canal 45D
PR	Foz do Iguaçu	15	25S3129	54W3417	50.000			Co-localizado com os canais 14D, 23-. SBTVD
PR	Foz do Iguaçu	21	25S3200	54W3500	50.000			Co-localizado com os canais 22D, 20D. SBTVD
PR	Foz do Iguaçu	23-	25S3129	54W3417	31.600	13 a 43 70 a 80 98 a 112	1 10 10	Coordenada pré-fixada 25S3129;54W3417. Co-localizado com os canais 15, 24D, 22D
PR	Foz do Iguaçu	49-	25S3058	54W3407	10.000			Co-localizado com o canal 50D
PR	Foz do Iguaçu	43	25S3252	54W3517	10.000			
PR	Francisco Beltrão (MORRO JA-CUTINGA)	26	26S0436	53W1719	20.000			Co-localizado com o canal 27D. SBTVD
PR	Guaraniaçu	23-	25S0603	52W5241	2.000			Co-localizado com o canal 24D
PR	Guarapuava	51	25S2343	51W2729	5.000			Co-localizado com o canal 50D
PR	Inácio Martins	50	25S3416	51W0431	1.000			
PR	Itaipulândia	47	25S0814	54W1808	0.500			Co-localizado com o canal 58D - SBTVD.
PR	Jacarezinho	41	23S0925	49W5950	1.000			
PR	Jacarezinho	19	23S0924	49W5946	10.000			Co-localizado com o canal 20D
PR	Mallet	51	25S5240	50W4916	0.500			
PR	Mariópolis	34	26S2200	52W3400	1.000			
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	18+	25S5043	48W3215	1.000			Coordenadas pré-fixadas: 25S5143;48W3215. Co-localizado com o canal 26- de Matinhos/PR
PR	Matinhos (BALNEARIO DE CAIOBA)	38+	25S5045	48W3223	1.000			Coordenada pré-fixada 25S5100;48W3200 Co-localizado com os canais 39D, 46 de Matinhos/PR
PR	Medianeira	36-	25S1750	54W0213	1.000			
PR	Palmeira	49	25S2431	50W0046	1.000			
PR	São Miguel do Iguaçu	39	25S2100	54W1422	0.050			
PR	São Miguel do Iguaçu	50	25S2053	54W1416	0.016			
PR	Tibagi	41	24S3049	50W2534	5.000			
PR	Vitorino	34	26S1700	52W4900	1.000			

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2) Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Alto Paraná	7	23S0759	52W1831	1.000	69 a 183	0	Coordenada pré-fixada 23S0759;52W1831
PR	Alto Paraná	27-	23S0744	52W1850	1.000			
PR	Apucarana	20+	23S3304	51W2729	10.000	42 a 52 353 a 17 355 a 41 179 a 187	1 5 5 2	SBTVD
PR	Apucarana	32-	23S3309	51W2747	3.160			Coordenada pré-fixada: 23S3309;51W2747 - SBTVD.
PR	Apucarana	38+	23S3309	51W2749	50.000			SBTVD
PR	Apucarana	50	23S3303	51W2739	50.000			SBTVD.
PR	Apucarana	53+	23S3306	51W2750	5.500			Coordenada pré-fixada 23S3306;51W2750.
PR	Arapongas	2	23S2451	51W2647	3.160	289 a 299 347 a 143	2 0	Coordenadas pré-fixadas: 23S2451;51W2547 - SBTVD.
PR	Arapongas	14-	23S2532	51W2531	0.100			SBTVD.
PR	Assis Chateaubriand	27-	24S2327	53W3047	0.170			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	39	24S2312	53W3047	1.000			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	45	24S2322	53W3102	1.000			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	47-	24S2334	53W3125	10.000			Co-localizado com o canal 39 - SBTVD.
PR	Assis Chateaubriand	50+	24S2307	53W3054	1.500			SBTVD
PR	Assis Chateaubriand	56-	24S2327	53W3047	1.000			SBTVD
PR	Balsa Nova	53	25S3500	49W3800	1.000			
PR	Bocaiúva do Sul (TUNAS)	38-	24S5726	49W0534	1.000	220	0,02	Coordenada pré-fixada 24S5726;49W0534
PR	Bocaiúva do Sul	54	25S1300	49W0700	1.000			
PR	Cafelândia	46	24S3704	53W1912	1.000			
PR	Campo Mourão	5-	24S0244	52W2259	1.500	289	0	SBTVD
PR	Campo Mourão	7	24S0216	52W2211	1.000	274 a 304 352 a 14	0,1 0	Coordenada pré-fixada 24S0216;52W2211.
PR	Campo Mourão	9+	24S0233	52W2225	0.316			SBTVD
PR	Campo Mourão	12	24S0236	52W2258	0.316			SBTVD
PR	Campo Mourão	19+	24S0216	52W2211	10.000			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD.
PR	Campo Mourão	24	24S0220	52W2228	2.300			SBTVD
PR	Campo Mourão	36+	24S0300	52W2300	50.000			SBTVD
PR	Campo Mourão	48	24S0300	52W2300	50.000			SBTVD
PR	Campo Mourão	54	24S0300	52W2300	50.000			
PR	Cascavel	3-	24S5752	53W2736	2.500			Coordenada pré-fixada 24S5752;53W2736.
PR	Cascavel	8-	24S5711	53W2728	12.000	291 a 321 322 a 326	0,1 0,316	Coordenada pré-fixada 24S5700;53W2700
PR	Cascavel	13+	24S5529	53W2653	31.600			SBTVD
PR	Cascavel	14-	24S5754	53W2658	31.600			SBTVD
PR	Cascavel	26-	24S5721	53W2719	10.000			Co-localizado com o canal 25D - SBTVD.
PR	Cascavel	43	24S5729	53W2729	10.000			SBTVD
PR	Cascavel	49	24S5528	53W2653	37.500			SBTVD
PR	Cascavel	52-	24S5721	53W2719	31.600			SBTVD
PR	Cascavel	55	24S5804	53W2707	50.000			
PR	Cianorte	35-	23S4002	52W3644	2.000			Coordenadas pré-fixadas: 23S400240;52W364400.
PR	Cianorte	40	23S4023	52W3540	1.000			SBTVD
PR	Cianorte	46	23S3921	52W3623	1.000			SBTVD.
PR	Cianorte	52	23S3700	52W3600	1.000			SBTVD
PR	Cianorte	58+	23S3948	52W3618	39.000			
PR	Cidade Gaúcha	43-	23S2230	52W5827	1.000			
PR	Colorado	49+	22S4945	51W5726	50.000			22S4945;51W5726 - SBTVD.
PR	Colorado	51-	22S5104	51W5449	0.800			
PR	Curitiba	19-	25S2341	49W1702	31.600	12 a 24	8	Coordenada pré-fixada 25S2332;49W1705 Colinear com o canal 26+.
PR	Curitiba	24	25S2336	49W1659	160.000			Co-localizado com os canais 16+ e 25D.
PR	Curitiba	26+	25S2339	49W1703	80.000			Co-localizado com o canal 25D - SBTVD.
PR	Curitiba	35-	25S2342	49W1718	27.000	11 a 27 43 a 70	10 20	Coordenada pré-fixada 25S2342;49W1718 - Co-localizado com os canais 21+,28D,34D,36D e 49-. SBTVD.
PR	Curitiba	46+	25S2355	49W1657	100.000	6 a 25 26 a 34 75 a 87 187 a 205 226 a 266 349 a 355	10 10 15 15 80 50	SBTVD
PR	Curitiba	49-	25S2332	49W1705	100.000	255 a 283 158 a 188 51 a 55 356 a 4 337 a 9	50 90 50 5 5	Co-localizado com os canais 35- E 57+S
PR	Curitiba	55-	25S2336	49W1659	8.000	27 a 69 312 a 27	5,1 2,3	Coordenadas pré-fixadas: 25S2336;49W1659.
PR	Goioerê	3	24S1115	53W0025	0.400			
PR	Goioerê	16	24S0950	53W0155	50.000			
PR	Goioerê	28	24S1121	53W0113	50.000			
PR	Goioerê	34	24S1112	53W0053	5.570			
PR	Guaratuba	14	25S5314	48W3405	1.000			
PR	Guaratuba	22+	25S5207	48W3357	1.000	187 a 237	0,1	Coordenada pré-fixada 25S5255;48W3357
PR	Guaratuba	44	25S5255	48W3357	1.000	290	0,32	
PR	Guaratuba	48	25S5322	48W3340	1.000			
PR	Guaratuba	50-	25S5305	48W3504	0.080			
PR	Guaratuba	52+	25S5259	48W3407	1.000	8 a 30	0,316	Colinear com os canais 44,48,50-.
PR	Guaratuba	56+	25S5308	48W3404	1.000			Coordenada pré-fixada 25S5308;48W3404 Colinear com canal 48
PR	Ibiporã	21-	23S1620	51W0309	1.000	20 a 34	0,316	
PR	Jandaia do Sul	59+	23S3626	51W3857	0.250			Coordenada pré-fixada 23S3626;51W3857.
PR	Loanda	6	22S5516	53W0812	1.000	325	0,63	
PR	Loanda	9+	22S5520	53W0820	0.316			
PR	Loanda	12	22S5513	53W0824	0.316	40 150	0,075 0,25	
PR	Londrina	9-	23S1848	51W0927	20.000			Coordenadas pré-fixadas: 23S1848;51W0927 - SBTVD.
PR	Londrina	18	23S1836	51W0958	10.000			Coordenada pré-fixada 23S1836;51W0958.
PR	Londrina	40+	23S1924	51W1118	50.000	57 a 91 92 a 125 130 a 146 181 a 195 214 a 234 350 a 356	3,16 5 5 20 1 3,16	Coordenada pré-fixada 23S1924;51W1118
PR	Londrina	44	23S1800	51W0900	50.000			SBTVD
PR	Londrina	46+	23S1837	51W0946	50.000	359 a 7 99 a 105 214 a 234 355 a 359 130 a 146	20 10 6 31,6 13	SBTVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	Londrina	52+	23S1933	51W1127	35.820			Coordenada pré-fixada: 23S1933;51W1127 - Co-localizado com os canais 44 e 53D - SBTVD.
PR	Londrina	54-	23S1842	51W0940	25.000			Co-localizado com os canais 46+, 53D e 55D - SBTVD.
PR	Londrina	56	23S1800	51W0900	50.000			Co-localizado com os canais 55D e 57D - SBTVD.
PR	Maringá	4-	23S2542	51W5734	25.000			Coordenada pré-fixada 23S2600;51W5600
PR	Maringá	10	23S2543	51W5734	25.000	328 a 336 85 a 127 222 a 244 185 a 199 284 a 328 5 a 39	0 0,316 10 10 0 2	Coordenada pré-fixada 23S2543;51W5734
PR	Maringá	15+	23S2543	51W5734	50.000			SBTVD.
PR	Maringá	19	23S2536	51W5330	5.000			Co-localizado com o canal 18D - SBTVD.
PR	Maringá	25	23S2542	51W5734	50.000	355	10	SBTVD
PR	Maringá	44+	23S2600	51W5600	10.000			Coordenada pré-fixada 23S2600;51W5600 Colinear com os canais 41,47+S
PR	Maringá	52-	23S2542	51W5734	10.000			Co-localizado com os canais 44+ e 53D - SBTVD.
PR	Maringá	57	23S2543	51W5734	7.500			SBTVD
PR	Nova Esperança	43+	23S1143	52W1138	1.000			
PR	Palotina	3+	24S1731	53W5032	0.250	283 a 323	0	Coordenadas pré-fixadas: 24S1731;53W5032.
PR	Palotina	12	24S1702	53W5024	0.600			
PR	Palotina	19	24S1639	53W5011	0.050			
PR	Palotina	36	24S1629	53W5026	1.000			
PR	Palotina	46+	24S1649	53W5041	1.000	312 a 56 113 a 137	0,1 0,1	
PR	Paraíso do Norte	34-	23S1651	52W3609	0.050			
PR	Paranavaí	5+	23S0423	52W2755	1.500	99 175 130	0,6 0 0,015	Coordenada pré-fixada 23S0400;52W2800
PR	Paranavaí	10-	23S0508	52W2808	3.160			
PR	Paranavaí	12-	23S0343	52W2559	1.000	25 a 43 76 a 110 272 a 294	0 0,1 0	SBTVD
PR	Paranavaí	20	23S0425	52W2830	1.000			Coordenada pré-fixadaS: 23S0425;52W2830 - SBTVD.
PR	Paranavaí	23+	23S0348	52W2654	1.000			Coordenada pré-fixada 23S0348;52W2654
PR	Paranavaí	55	23S0513	52W2801	1.000			SBTVD
PR	Pérola	21	23S4819	53W4007	0.050			
PR	Pinhais	44+	25S2429	49W1731	80.000			Coordenadas pré-fixadas: 25S2429;49W1731 - Co-localizado com o canal 51-E.
PR	Ponta Grossa	14+	25S0553	50W0929	20.000	252 a 270	5	Colinear com os canais 22,28
PR	Ponta Grossa	16	25S0555	50W0928	10.000	87 a 137	1	Coordenada pré-fixada 25S0600;50W1000
PR	Ponta Grossa	20-	25S0542	50W0943	50.000	19 a 43 75 a 79	31,6 18	Coordenada pré-fixada: 25S0600;50W1000 - Co-localizado com os canais 19D, 28 e 34.
PR	Ponta Grossa	22	25S0543	50W0938	50.000			Co-localizado com os canais 14+ e 23D - SBTVD.
PR	Ponta Grossa	26-	25S0553	50W0929	31.600	5 a 45 90 a 134	10 1	Co-localizado com os canais 25D e 27D - SBTVD.
PR	Ponta Grossa	28	25S0555	50W0928	50.000			Co-localizado com o canal 27D - SBTVD.
PR	Ponta Grossa	34	25S0542	50W0941	13.000			SBTVD
PR	Ponta Grossa	40-	25S0540	50W0930	10.000			Coordenada pré-fixada 25S0540;50W0930 Colinear com os canais 47+,26-.
PR	Ponta Grossa	45-	25S0544	50W0930				Coordenadas pré-fixadas: 25S0544;50W0930 - Co-localizado com o canal 53-, SBTVD.
PR	Ponta Grossa	47+	25S0555	50W0928	10.000	55	5	SBTVD
PR	Ponta Grossa	53-	25S0600	50W1000	3.160	33 a 41	2	Coordenada pré-fixada 25S0600;50W1000
PR	Rolândia	27+	23S1849	51W2215	1.000			Coordenada pré-fixada: 23S1949;51W2215 - Co-localizado com o canal 28D.
PR	Sertanópolis	58	23S0331	51W0211	1.000	130 a 319	0	Co-localizado com o canal 59D - SBTVD.
PR	Terra Rica	24+	22S4656	52W3903	50.000	5 a 25	45	Coordenadas pré-fixadas: 22S4657;52W3903.
PR	Terra Rica (MORRO TRES IR-MAOS)	30	22S4653	52W3859	50.000			
PR	Terra Rica	52-	22S4653	52W3859	1.500			
PR	Terra Rica	54+	22S4234	52W3701	0.500			Co-localizado com o canal 55D - SBTVD.
PR	Toledo	15-	24S4541	53W4417	1.830			SBTVD
PR	Toledo	25+	24S4536	53W4417	1.000			SBTVD
PR	Toledo	41	24S4548	53W4407	0.610			SBTVD
PR	Toledo	47	24S4540	53W4354	1.000			Co-localizado com o canal 46D - SBTVD.
PR	Toledo	53-	24S4331	53W4413	1.000			Coordenada pré-fixada 24S4300;53W4400
PR	Toledo	59-	24S4130	53W4400	3.000			Coordenada pré-fixada 24S4130;53W4400
PR	Ubiratã	4	24S3243	52W5916	10.000	257 a 281 25 a 55 150 a 160 163 a 178 336 a 20	0,316 6 6 6 2,7	Coordenada pré-fixada 24S3243;52W5916
PR	Umuarama	5+	23S4559	53W1930	10.000	45 77	1 1	SBTVD
PR	Umuarama	7-	23S4503	53W1829	10.000	50 a 62 190 a 210	8 6	SBTVD.
PR	Umuarama	11	23S4559	53W1930	1.000	349	0,5	SBTVD
PR	Umuarama	13	23S4453	53W1807	3.160	185 a 285	0,5	Coordenadas pré-fixadas: 23S4453;53W1807 - SBTVD.
PR	Umuarama	14	23S4600	53W1800	50.000	130	5	SBTVD
PR	Umuarama	20	23S4453	53W1807	50.000			SBTVD
PR	Umuarama	32	23S4600	53W1800	50.000			Co-localizado com o canal 33D - SBTVD.
PR	Umuarama	57+	23S4510	53W1829	1.000			Coordenada pré-fixada 23S4510;53W1829

ANEXO IV

Alteração de canais do PBTVA:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Curitiba	32	25S2339	49W1648	8.000			Coordenadas do Sítio: 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 33D - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital (160,00kW analóg.).
PR	Curitiba	57	25S2339	49W1648	8.000			Coordenadas do Sítio: 25S2336;49W1659 - Co-localizado com o canal 58D - Potência analógica utilizável até migração para Tecnologia Digital (160,00kW) Limitação (Azimute): 215 (ERP/kW): 80,000 analóg.
PR	Curitiba	59	25S2441	49W1728	8.000			Coordenadas do Sítio: 25S2438;49W1735 - Co-localizado com o canal 58D - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital (160,00kW analóg.).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOVA PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PR	Curitiba	32	25S2339	49W1648	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2339 49W1648 Co-localizado com os canais 33D, 31D - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital (160,00kW analóg.)..
PR	Curitiba	46	25S2339	49W1648	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2339 49W1648 Co-localizado com o canal 47D.
PR	Curitiba	44	25S2441	49W1728	8.000			Coordenadas de sítio: 25S2441 49W1728 Co-localizado com o canal 45D de Pinhais/PR.

ATO Nº 4.243, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 56, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Itapetininga	8-	23S3442	48W0211	6 a 72 92 a 116 142 a 173 205 a 233 313 a 331	3,16 20 5 4 25	31,6	SBTVD
SP	Itapetininga	44	23S3254	48W0037	18 88 215	0,7 0,2 0,2	1	Coordenada pré-fixada 23S3254;48W0037

ANEXO II

Exclusão de canais do PBRTV :

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas de Santa Bárbara	20	22S5141	49W1356	0,1			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
SP	Águas de Santa Bárbara	25	22S5158	49W1355	0,1			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD.
SP	Águas de Santa Bárbara	44	22S5157	49W1353	0,1			SBTVD - Funcionamento permitido no canal 39+ até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	Angatuba	19-	23S3020	48W1840	1			Coordenada pré-fixada 23S3020;48W1840
SP	Angatuba	45+	23S2933	48W2504	1			
SP	Angatuba	55+	23S2900	48W2500	1			
SP	Angatuba	59+	23S2933	48W2504	0,5			Co-localizado com os canais 45+ e 58D - SBTVD.
SP	Arandu	45-	23S0738	49W0039	0,1			Coordenada pré-fixada: 23S0738;49W0039
SP	Avaré	3-	23S0519	48W5502	4	72 83 313	1 1 1	
SP	Avaré	9-	23S0510	48W5415	3,16			
SP	Avaré	13+	23S0500	48W5403	3,16	274 a 56	0,01	
SP	Avaré	33-	23S0453	48W5409	1,5			Coordenada pré-fixada 23S0453;48W5409.
SP	Avaré	36	23S0506	48W5401	6,2	70 a 116 65 a 69	1,74 5,58	Coordenadas pré-fixadas: 25S0506;48W5401 - Co-localizado com o canal 43.
SP	Avaré	43	23S0506	48W5401	2,5			Co-localizado com o canal 36 - SBTVD.
SP	Avaré	48	23S0510	48W5415	1			co-localizado com o canal 49D - SBTVD.
SP	Capão Bonito	24+	24S0330	48W2307	2,5			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 16-.
SP	Capão Bonito	36+	24S0334	48W2303	10	35 a 41 155 a 306	8 1	COLINEAR C/OS CANAIS33+,41+
SP	Capão Bonito	46+	24S0330	48W2307	1			
SP	Cerqueira César	35-	23S0200	49W1000	0,06			
SP	Cerqueira César	40	23S0224	49W0944	0,5			SBTVD.
SP	Cerqueira César	51	23S0225	49W0942	0,5			Co-localizado com os canais 52D 59+ - SBTVD.
SP	Cerqueira César	59+	23S0224	49W0944	0,5	198 a 244 245 a 277	0,2 0,02	
SP	Cesário Lange	28-	23S1446	47W5708	0,1			Co-localizado com o canal 29D - SBTVD.
SP	Conchas	54-	23S0111	48W0011	0,1			
SP	Conchas	57-	23S0111	48W0011	0,1			
SP	Fartura	16-	23S2058	49W2951	0,5			
SP	Guapiara	34+	24S1139	48W3041	0,5			
SP	Guapiara	42+	24S1139	48W3041	0,5			
SP	Guareí	15-	23S2200	48W1100	0,1			
SP	Guareí	27	23S2205	48W1128	0,1			COLINEAR C/CANAL 35
SP	Itaberá	39-	23S4741	49W1201	2,4	35 75 265	1,2 1,2 1,2	
SP	Itaberá	59-	23S5143	49W0814	1,5			
SP	Itaí	14+	23S2251	49W0515	0,05			
SP	Itaí	17+	23S2329	49W0522	0,1	290 a 298	0	
SP	Itaí	22+	23S2241	49W0458	0,1			
SP	Itaí	30+	23S2500	49W0500	0,1			
SP	Itapetininga	6	23S3253	48W0035	1	5 51 308	0,316 0 0,1	SBTVD
SP	Itapetininga	10	23S3252	48W0031	3,16	51	0,5	SBTVD
SP	Itapetininga	16	23S3253	48W0035	1			Co-localizado com os canais 17D e 31. SBTVD.
SP	Itapetininga	24	23S3530	48W0311	1			Coordenada pré-fixada 23S3500;48W0300 CO-LINEAR COM O CANAL31+

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Itapetininga	29	23S3300	48W0034	1			Co-localizado com os canais 28D e 44E - SBTVD.
SP	Itapetininga	31	23S3252	48W0031	1,2			Co-localizado com o canal 16. SBTVD.
SP	Itapetininga	49	23S3254	48W0040	1,2			Co-localizado com os canais 48D e 50D - SBTVD.
SP	Itapetininga	54	23S3252	48W0031	1			SBTVD.
SP	Itapetininga	57+	23S3234	48W0040	1,8			Co-localizado com o canal 49 - SBTVD.
SP	Itapeva	25+	23S5848	48W5310	0,5			
SP	Itapeva	35+	23S5846	48W5309	0,5			
SP	Itapeva	38+	23S5845	48W5310	0,5			
SP	Itapeva	41	23S5950	48W5245	0,5			
SP	Itapeva	52	23S5843	48W5304	2			
SP	Itaporanga	18+	23S4111	49W2815	1			
SP	Itaporanga	27-	23S4111	49W2815	0,36	52	0,2	
SP	Itaporanga	52-	23S4111	49W2815	0,04			
SP	Itaporanga	57-	23S4111	49W2815	1			
SP	Itararé	5-	24S0624	49W1951	10	296	1	
SP	Itararé	13	24S0624	49W1951	0,14			
SP	Itararé	55-	24S0624	49W1951	0,3	270	0	
SP	Itararé	58	24S0624	49W1951	0,3	270	0	
SP	Laranjal Paulista	31	23S0113	47W5112	0,2			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 38- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Laranjal Paulista	41	23S0113	47W5111	0,1			Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 44- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Laranjal Paulista	55	23S0113	47W5110	0,1			
SP	Paranapanema	34	23S2250	48W4330	0,1	287	0	
SP	Paranapanema	39	23S2353	48W4537	0,1			
SP	Paranapanema	47	23S2353	48W4532	0,1			
SP	Pilar do Sul	20-	23S4955	47W4302	0,3			
SP	Pilar do Sul	22-	23S4954	47W4308	0,2			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
SP	Pilar do Sul	38+	23S4954	47W4307	0,2			
SP	Pilar do Sul	56+	23S4601	47W4356	0,4			Coordenada pré-fixada 23S4601;47W4356
SP	Porangaba	23-	23S1137	48W0814	0,1			
SP	Porangaba	49-	23S1137	48W0812	0,8			
SP	Ribeirão Branco	47+	24S1344	48W4608	1,5	317	0,5	
SP	São Miguel Arcanjo	15+	23S5144	47W5926	0,1			
SP	São Miguel Arcanjo	18+	23S5137	47W5930	0,11	281 a 121	0	Coordenada pré-fixada 23S5137;47W5930.
SP	São Miguel Arcanjo	31+	23S5144	47W5926	0,4			
SP	São Miguel Arcanjo	41	23S5139	47W5939	0,4			Co-localizado com os canais 40D e 49. SBTVD - Funcionamento permitido no canal 28+ até a aprovação pelo MC das novas condições de operação.
SP	São Miguel Arcanjo	49	23S5300	47W5900	0,1			
SP	Taguaí	21-	23S2356	49W2316	0,8			
SP	Tapiraí	21	23S5804	47W3032	0,5			Co-localizado com os canais 28 e 35+ - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 27- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tapiraí	23	23S5804	47W3032	0,5			Co-localizado com o canal 24D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 33+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tapiraí	28	23S5804	47W3032	0,2			Co-localizado com os canais 21, 29D e 35+. SBTVD.
SP	Tapiraí	41	23S5808	47W3043	7			Coordenadas pré-fixadas: 23S5808;47W3043 - Co-localizado com o canal 42D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 22- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Taquarituba	23+	23S2838	49W1835	3	309 351 334	2 2 2,5	
SP	Taquarituba	33-	23S2838	49W1835	4	33 233 238	0,5 0,5 0,5	COLINEAR C/CANAL 41-
SP	Taquarituba	41-	23S3200	49W1500	3	78 142	1 1	COLINEAR COM CANAIS 33-E,49-
SP	Taquarituba	44-	23S2839	49W1835	3	78 351	1 0	
SP	Taquarituba	49-	23S2839	49W1835	3	74 248 351 336	0,8 0,1 0,1 0,5	COLINEAR CANAL 41-
SP	Taquarituba	54+	23S2838	49W1834	3	28 269 299 311 325 193 108	0 0 0 0 0 1,2 1,5	
SP	Tatuí	22+	23S2134	47W5215	0,5			SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 20+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tatuí	25	23S2130	47W5212	0,3			Co-localizado com os canais 24D e 26D - SBTVD.
SP	Tatuí	27-	23S2146	47W5219	0,5			Coordenadas Pré-fixadas: 23S2146;47W5219 - Co-localizado com o canal 26D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 52+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tatuí	31-	23S2132	47W5212	0,5			
SP	Tatuí	43	23S2139	47W5150	0,5			Co-localizado com o canal 44D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 48- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tatuí	53-	23S2125	47W5226	0,5			Co-localizado com o canal 52D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 58+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD :

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Avaré	27	23S0453	48W5409	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0453 48W5409

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2) Alteração de canais do PBTVD :
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas de Santa Bárbara	57	22S5141	49W1356	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S5141;49W1356.
SP	Angatuba	33	23S2933	48W2504	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2933;48W2504.
SP	Angatuba	58	23S2933	48W2504	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2933;48W2504 - Co-localizado com o canal 59.
SP	Arandu	20	23S0738	49W0039	0,08			Coordenadas do Sítio. 24S0738;49W0039.
SP	Avaré	54	23S0519	48W5515	8			Coordenadas do Sítio. 23S0519;48W5502 - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	Capão Bonito	45	24S0330	48W2307	0,08			Coordenadas do Sítio. 24S0330;48W2307 - Co-localizado com o canal 46+.
SP	Cerqueira César	52	23S0224	49W0944	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0224;49W0944 - Co-localizado com o canal 51.
SP	Cerqueira César	54	23S0224	49W0944	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0224;49W0944 - Reuso do canal de Botucatu/SP.
SP	Cesário Lange	29	23S1446	47W5708	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S1446;47W5708 - Co-localizado com o canal 28-.
SP	Conchas	27	23S0111	48W0011	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S0111;48W0011.
SP	Guareí	45	23S2205	48W1128	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2205;48W1128 - Reuso do canal de Itapetininga/SP.
SP	Guareí	28	23S2205	48W1128	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2205;48W1128 - Co-Localizado com o canal 27. - Reuso do canal de Itapetininga/SP.
SP	Itaí	31	23S2506	49W0526	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2506;49W0526 - Co-localizado com o canal 30+.
SP	Itapetininga	23	23S3253	48W0035	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035 - Co-localizado com o canal 24.
SP	Itapetininga	34	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035.
SP	Itapetininga	28	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035 - Co-localizado com o canal 29.
SP	Itapetininga	45	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035 - Co-localizado com o canal 44E.
SP	Itapetininga	50	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035 - Co-localizado com o canal 49.
SP	Itapetininga	39	23S3253	48W0035	0,8			Coordenadas do Sítio. 23S3253;48W0035.
SP	Itapeva	54	23S5856	48W5232	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5856;48W5232.
SP	Itapeva	42	23S5856	48W5232	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5856;48W5232 - Co-localizado com o canal 41.
SP	Itararé	45	24S0624	49W1951	0,08			Coordenadas do Sítio. 24S0624;49W1951.
SP	Pilar do Sul	21	23S4954	47W4302	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S4954;47W4302 - Co-localizado com os canais 20- e 22-.
SP	Pilar do Sul	29	23S4954	47W4302	0,08			Coordenadas do Sítio. 22S4954;47W4302.
SP	Porangaba	25	23S1137	48W0813	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S1137;48W0813.
SP	São Miguel Arcanjo	52	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas do Sítio. 23s5144;47W5926.
SP	São Miguel Arcanjo	24	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5144;47W5926.
SP	São Miguel Arcanjo	32	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5144;47W5926 - Co-localizado com o canal 31+.
SP	São Miguel Arcanjo	40	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5144;47W5926 - Co-localizado com o canal 41.
SP	São Miguel Arcanjo	43	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5144;47W5926.
SP	Taguaí	30	23S2356	49W2316	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2356;49W2316.
SP	Tapiraí	15	23S5804	47W3032	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5804;47W3032.
SP	Tapiraí	24	23S5804	47W3032	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S5804;47W3032 - Co-localizado com o canal 23.
SP	Tatuí	24	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2128;47W5145 - Co-localizado com o canal 25.
SP	Tatuí	52	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2128;47W5145 - Co-localizado com o canal 53-.
SP	Tatuí	44	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas do Sítio. 23S2128;47W5145 - Co-localizado com o canal 43.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas de Santa Bárbara	30	22S5141	49W1356	0,08			Coordenadas de sítio: 22S5141 49W1356
SP	Angatuba	26	23S2933	48W2504	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2933 48W2504
SP	Angatuba	22	23S2933	48W2504	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2933 48W2504
SP	Arandu	20	23S0738	49W0039	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0738 49W0039 - Reuso do canal de Avaré/SP
SP	Avaré	30	23S0519	48W5515	8			Coordenadas de sítio: 23S0519 48W5515
SP	Capão Bonito	44	24S0330	48W2307	0,08			Coordenadas de sítio: 24S0330 48W2307
SP	Cerqueira César	24	23S0224	49W0944	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0224 49W0944
SP	Cerqueira César	30	23S0224	49W0944	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0224 49W0944
SP	Cesário Lange	20	23S1317	47W5732	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1317 47W5732
SP	Conchas	45	23S0111	48W0011	0,08			Coordenadas de sítio: 23S0111 48W0011
SP	Guareí	47	23S2205	48W1128	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2205 48W1128
SP	Guareí	20	23S2205	48W1128	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2205 48W1128
SP	Itaí	30	23S2506	49W0526	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2506 49W0526
SP	Itapetininga	28	23S3253	48W0035	0,8			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035
SP	Itapetininga	15	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035 Colocalizado com o canal 14D.
SP	Itapetininga	20	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035
SP	Itapetininga	33	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035
SP	Itapetininga	14	23S3253	48W0035	0,08			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035 Colocalizado com o canal 15D.
SP	Itapetininga	51	23S3253	48W0035	0,8			Coordenadas de sítio: 23S3253 48W0035
SP	Itapeva	22	23S5856	48W5232	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5856 48W5232
SP	Itapeva	43	23S5856	48W5232	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5856 48W5232
SP	Itararé	44	24S0624	49W1951	0,08			Coordenadas de sítio: 24S0624 49W1951
SP	Pilar do Sul	45	23S4954	47W4302	0,08			Coordenadas de sítio: 23S4954 47W4302
SP	Pilar do Sul	20	23S4954	47W4302	0,08			Coordenadas de sítio: 23S4954 47W4302
SP	Porangaba	26	23S1137	48W0813	0,08			Coordenadas de sítio: 23S1137 48W0813
SP	São Miguel Arcanjo	26	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5144 47W5926
SP	São Miguel Arcanjo	45	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5144 47W5926
SP	São Miguel Arcanjo	35	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5144 47W5926
SP	São Miguel Arcanjo	42	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5144 47W5926
SP	São Miguel Arcanjo	48	23S5144	47W5926	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5144 47W5926
SP	Taguaí	30	23S2356	49W2316	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2356 49W2316 - Reuso do canal de Taquarituba/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	Tapiraí	44	23S5804	47W3032	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5804 47W3032 Colocalizado com o canal 45D.
SP	Tapiraí	45	23S5804	47W3032	0,08			Coordenadas de sítio: 23S5804 47W3032 Colocalizado com o canal 44D.
SP	Tatuí	45	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2128 47W5145
SP	Tatuí	23	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2128 47W5145 Colocalizado com o canal 24D.
SP	Tatuí	24	23S2128	47W5145	0,08			Coordenadas de sítio: 23S2128 47W5145 Colocalizado com o canal 23D.

ATO Nº 4.244, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 57, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	30	27S2607	48W2831	0,8			Coordenadas de sítio: 27S2607 48W2831 - Reuso do canal de Governador Celso Ramos/SC
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	31	27S2627	48W2503	0,8			Coordenadas de sítio: 27S2627 48W2503
SC	Florianópolis (INGLESES DO RIO VERM)	33	27S2623	48W2510	0,08			Coordenadas de sítio: 27S2623 48W2510 - Reuso do canal de Florianópolis (CANASVIEIRAS)/SC
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	38	27S2547	48W2830	0,8			Coordenadas de sítio: 27S2547 48W2830
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	33	27S2607	48W2831	0,8			Coordenadas de sítio: 27S2607 48W2831
SC	Florianópolis (CAMPECHE)	33	27S4013	48W2934	0,08			Coordenadas de sítio: 27S4013 48W2934 - Reuso do canal de Florianópolis/SC
SC	Abdon Batista	23	27S3640	51W0121	0,08			Coordenadas de sítio: 27S364000 51W012100
SC	Abelardo Luz	30	26S3539	52W1923	0,08			Coordenadas de sítio: 26S353990 52W192350
SC	Abelardo Luz	46	26S3353	52W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 26S335300 52W194200
SC	Abelardo Luz	32	26S3353	52W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 26S335300 52W194200 Co-localizado com o canal 33D.
SC	Abelardo Luz	33	26S3353	52W1942	0,08			Coordenadas de sítio: 26S335300 52W194200 Co-localizado com o canal 32D.
SC	Agrolândia	45	27S2442	49W4932	0,08			Coordenadas de sítio: 27S244200 49W493200
SC	Agrolândia	24	27S2206	49W4857	0,08			Coordenadas de sítio: 27S2206 49W4857
SC	Agrolândia	27	27S2442	49W4932	0,08			Coordenadas de sítio: 27S244200 49W493200
SC	Agronômica	45	27S1554	49W4240	0,08			Coordenadas de sítio: 27S155400 49W424000 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC.
SC	Água Doce	38	26S5952	51W3322	0,08			Coordenadas de sítio: 26S595200 51W332200
SC	Água Doce	33	26S5952	51W3322	0,08			Coordenadas de sítio: 26S595200 51W332200
SC	Água Doce	30	26S5958	51W3238	0,08			Coordenadas de sítio: 26S595820 51W323870
SC	Água Doce	46	26S5952	51W3322	0,08			Coordenadas de sítio: 26S595200 51W332200
SC	Águas de Chapecó	25	27S0531	52W5821	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0531 52W5821
SC	Alfredo Wagner	35	27S4036	49W1220	0,08			Coordenadas de sítio: 27S4036 49W1220
SC	Alfredo Wagner	44	27S4201	49W2001	0,08			Coordenadas de sítio: 27S420100 49W200100
SC	Anchieta	28	26S3142	53W1947	0,08			Coordenadas de sítio: 26S314220 53W194720
SC	Anchieta	24	26S3204	53W1953	0,08			Coordenadas de sítio: 26S320400 53W195300
SC	Anchieta	38	26S3204	53W1953	0,08			Coordenadas de sítio: 26S320400 53W195300
SC	Angelina	30	27S3407	48W5907	0,08			Coordenadas de sítio: 27S340700 48W590700 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Angelina	31	27S3407	48W5907	0,08			Coordenadas de sítio: 27S340700 48W590700 Co-localizado com o canal 30D.
SC	Anita Garibaldi	30	27S4121	51W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S412100 51W074800
SC	Anita Garibaldi	40	27S4121	51W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S412100 51W074800
SC	Anita Garibaldi	45	27S4121	51W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S412100 51W074800
SC	Anita Garibaldi	32	27S4121	51W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S412100 51W074800
SC	Anitápolis	24	27S5407	49W0743	0,08			Coordenadas de sítio: 27S540700 49W074300
SC	Apiúna	32	27S0319	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S031900 49W310400
SC	Apiúna	17	27S0208	49W2323	0,08			Coordenadas de sítio: 27S020800 49W232300
SC	Armazém	21	28S1543	49W0103	0,08			Coordenadas de sítio: 28S154300 49W010300
SC	Armazém	34	28S1543	49W0103	0,08			Coordenadas de sítio: 28S154300 49W010300
SC	Arroio Trinta	30	26S5558	51W2021	0,08			Coordenadas de sítio: 26S555800 51W202100 - Reuso do canal de Videira/SC
SC	Arroio Trinta	39	26S5558	51W2021	0,08			Coordenadas de sítio: 26S555800 51W202100
SC	Arroio Trinta	23	26S5558	51W2021	0,08			Coordenadas de sítio: 26S555800 51W202100
SC	Arroio Trinta	35	26S5558	51W1902	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5558 51W1902
SC	Atalanta	25	27S2512	49W4652	0,08			Coordenadas de sítio: 27S251200 49W465200 - Reuso do canal de Trombudo Central/SC
SC	Atalanta	22	27S2512	49W4652	0,08			Coordenadas de sítio: 27S251200 49W465200
SC	Aurora	34	27S1854	49W3815	0,08			Coordenadas de sítio: 27S185400 49W381500 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC
SC	Aurora	28	27S1854	49W3815	0,08			Coordenadas de sítio: 27S185400 49W381500
SC	Aurora	45	27S1854	49W3815	0,08			Coordenadas de sítio: 27S185400 49W381500 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC
SC	Balneário Camboriú	45	26S5926	48W3805	0,08			Coordenadas de sítio: 26S592600 48W380500 Co-localizado com o canal 46D.
SC	Barra Velha	28	26S3756	48W4105	0,08			Coordenadas de sítio: 26S375600 48W410500
SC	Benedito Novo	25	26S4800	49W2218	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4800 49W2218
SC	Benedito Novo	32	26S4658	49W2152	0,08			Coordenadas de sítio: 26S465800 49W215200
SC	Benedito Novo	24	26S4658	49W2152	0,08			Coordenadas de sítio: 26S465800 49W215200 Co-localizado com os canais 25D. - Reuso do canal de Timbó/SC
SC	Benedito Novo	28	26S4658	49W2152	0,08			Coordenadas de sítio: 26S465800 49W215200
SC	Benedito Novo	30	26S4658	49W2152	0,08			Coordenadas de sítio: 26S465800 49W215200 - Reuso do canal de Timbó/SC
SC	Blumenau	30	26S4315	49W0339	0,08			Coordenadas de sítio: 26S431500 49W033900
SC	Blumenau	25	26S5509	49W0356	0,08			Coordenadas de sítio: 26S550984 49W035609
SC	Blumenau	47	26S5509	49W0356	0,08			Coordenadas de sítio: 26S550984 49W035609
SC	Blumenau	24	26S4315	49W0349	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4315 49W0349
SC	Bocaina do Sul	40	27S4858	50W1934	0,08			Coordenadas de sítio: 27S485800 50W193400
SC	Bom Jardim da Serra	33	28S2206	49W374	0,08			Coordenadas de sítio: 28S2206 49W3740
SC	Bom Jardim da Serra	23	28S2013	49W3729	0,08			Coordenadas de sítio: 28S201300 49W372900

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Bom Jardim da Serra	28	28S2013	49W3729	0,08			Coordenadas de sítio: 28S201300 49W372900
SC	Bom Retiro	39	27S4750	49W2921	0,08			Coordenadas de sítio: 27S475000 49W292100 Co-localizado com o canal 40D.
SC	Bom Retiro	40	27S4750	49W2921	0,08			Coordenadas de sítio: 27S475000 49W292100 Co-localizado com o canal 39D.
SC	Bom Retiro	30	27S4750	49W2921	0,08			Coordenadas de sítio: 27S475000 49W292100
SC	Bombinhas	28	27S0927	48W2948	0,08			Coordenadas de sítio: 27S092700 48W294800 - Reuso do canal de Porto Belo/SC
SC	Bombinhas	25	27S0832	48W3022	0,08			Coordenadas de sítio: 27S083200 48W302200
SC	Botuverá	30	27S1158	49W0429	0,08			Coordenadas de sítio: 27S115800 49W042900 - Reuso do canal de Brusque/SC.
SC	Botuverá	25	27S1158	49W0429	0,08			Coordenadas de sítio: 27S115800 49W042900
SC	Braço do Norte	28	28S1630	49W0956	0,08			Coordenadas de sítio: 28S163000 49W095600
SC	Braço do Norte	23	28S1630	49W0956	0,08			Coordenadas de sítio: 28S163000 49W095600
SC	Braço do Norte	33	28S1140	49W0515	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1140 49W0515
SC	Braço do Norte	39	28S1630	49W0956	0,08			Coordenadas de sítio: 28S163000 49W095600
SC	Brusque	33	27S0841	48W5342	0,08			Coordenadas de sítio: 27S084100 48W534200 - Reuso do canal de Brusque/SC
SC	Brusque	20	27S0841	48W5342	0,08			Coordenadas de sítio: 27S084100 48W534200
SC	Caçador	44	26S4631	51W0054	0,08			Coordenadas de sítio: 26S463100 51W005400
SC	Caibi	32	27S0418	53W1452	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041800 53W145200 - Reuso do canal de Mondaí/SC
SC	Caibi	28	27S0418	53W1452	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041800 53W145200 - Reuso do canal de Palmitos/SC
SC	Caibi	25	27S0418	53W1452	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041800 53W145200
SC	Campo Alegre	35	26S1133	49W1556	0,08			Coordenadas de sítio: 26S113300 49W155600
SC	Campo Belo do Sul	40	27S5357	50W4539	0,08			Coordenadas de sítio: 27S535700 50W453900
SC	Campo Belo do Sul	25	27S5357	50W4539	0,08			Coordenadas de sítio: 27S535700 50W453900
SC	Campo Erê	45	26S2339	53W0441	0,08			Coordenadas de sítio: 26S233900 53W044100
SC	Campo Erê	39	26S2339	53W0441	0,08			Coordenadas de sítio: 26S233900 53W044100
SC	Campos Novos	31	27S2406	51W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S240600 51W133000 Co-localizado com o canal 30D.
SC	Campos Novos	40	27S2406	51W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S240600 51W133000
SC	Campos Novos	33	27S2406	51W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S240600 51W133000
SC	Campos Novos	30	27S2406	51W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S240600 51W133000 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Campos Novos	35	27S2406	51W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S240600 51W133000
SC	Canoinhas	17	26S1038	50W2324	0,08			Coordenadas de sítio: 26S103800 50W232400 - Reuso do canal de Três Barras/SC
SC	Canoinhas	32	26S1038	50W2324	0,08			Coordenadas de sítio: 26S103800 50W232400 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Capinzal	42	27S2037	51W3643	0,08			Coordenadas de sítio: 27S203700 51W364300
SC	Capinzal	30	27S2037	51W3643	0,08			Coordenadas de sítio: 27S203700 51W364300
SC	Catanduvas	25	27S0414	51W3942	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041400 51W394200
SC	Catanduvas	32	27S0414	51W3942	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041400 51W394200
SC	Caxambu do Sul	32	27S0940	52W5243	0,08			Coordenadas de sítio: 27S094000 52W524300
SC	Caxambu do Sul	24	27S0940	52W5243	0,08			Coordenadas de sítio: 27S094000 52W524300
SC	Celso Ramos	34	27S3804	51W2011	0,08			Coordenadas de sítio: 27S380400 51W201100
SC	Coronel Freitas	19	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	46	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	35	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	46	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	35	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	24	26S5431	52W4211	0,08			Coordenadas de sítio: 26S543100 52W421100
SC	Coronel Freitas	27	26S5420	52W4229	0,08			Coordenadas de sítio: 26S542010 52W422970 - Reuso do canal de Quilombo/SC
SC	Corupá	35	26S2641	49W1316	0,08			Coordenadas de sítio: 26S2641 49W1316
SC	Criciúma	31	28S3925	49W2142	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3925 49W2142 - Co-localizado com os canais 30D e 32D.
SC	Cunha Porã	19	26S5337	53W1005	0,08			Coordenadas de sítio: 26S533700 53W100500
SC	Cunha Porã	25	26S5337	53W1005	0,08			Coordenadas de sítio: 26S533700 53W100500
SC	Cunha Porã	44	26S 5150	53W12400	0,08			Coordenadas de sítio: 26S 5150 53W12400
SC	Cunha Porã	18	26S5150	53W1239	0,08			Coordenadas de sítio: 26S515000 53W123960
SC	Descanso	28	26S4926	53W3024	0,08			Coordenadas de sítio: 26S492640 53W302440
SC	Descanso	35	26S4934	53W3006	0,08			Coordenadas de sítio: 26S493400 53W300600
SC	Descanso	32	26S4934	53W3006	0,08			Coordenadas de sítio: 26S493400 53W300600
SC	Dionísio Cerqueira	40	26S1518	53W3823	0,08			Coordenadas de sítio: 26S151800 53W382300
SC	Dona Emma	35	26S5905	49W4332	0,08			Coordenadas de sítio: 26S590500 49W433200
SC	Dona Emma	30	26S5905	49W4332	0,08			Coordenadas de sítio: 26S590500 49W433200 - Reuso do canal de Presidente Getúlio/SC
SC	Dona Emma	45	26S5905	49W4332	0,08			Coordenadas de sítio: 26S590500 49W433200 - Reuso do canal de Presidente Getúlio/SC
SC	Doutor Pedrinho	22	26S4252	49W2900	0,08			Coordenadas de sítio: 26S425200 49W290000
SC	Doutor Pedrinho	35	26S4453	49W3416	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4453 49W3416
SC	Doutor Pedrinho	34	26S4252	49W2900	0,08			Coordenadas de sítio: 26S425200 49W290000
SC	Erval Velho	31	27S1632	51W2631	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163200 51W263100 - Reuso do canal de Joaçaba/SC
SC	Erval Velho	19	27S1632	51W2631	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163200 51W263100
SC	Erval Velho	30	27S1609	51W2703	0,08			Coordenadas de sítio: 27S160960 51W270320 - Reuso do canal de Joaçaba/SC
SC	Erval Velho	35	27S1632	51W2631	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163200 51W263100
SC	Erval Velho	23	27S1632	51W2631	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163200 51W263100
SC	Faxinal dos Guedes	31	26S5110	52W1537	0,08			Coordenadas de sítio: 26S511000 52W153700 - Reuso do canal de Xanxerê/SC
SC	Faxinal dos Guedes	46	26S5110	52W1537	0,08			Coordenadas de sítio: 26S511000 52W153700
SC	Faxinal dos Guedes	28	26S5119	52W1533	0,08			Coordenadas de sítio: 26S511960 52W153390 - Reuso do canal de Xanxerê/SC
SC	Faxinal dos Guedes	25	26S5110	52W1537	0,08			Coordenadas de sítio: 26S511000 52W153700
SC	Florianópolis	34	27S2927	48W2453	0,08			Coordenadas de sítio: 27S2927 48W2453- Reuso do canal de São José/SC
SC	Florianópolis	27	27S3548	48W3257	0,08			Coordenadas de sítio: 27S354800 48W325700 Co-localizado com os canais 26D, 28D. - Reuso do canal de São José/SC
SC	Florianópolis	49	27S3524	48W3203	0,08			Coordenadas de sítio: 27S352400 48W320300 Co-localizado com o canal 48D.
SC	Fraiburgo	17	27S0134	50W5517	0,08			Coordenadas de sítio: 27S013400 50W551700
SC	Galvão	28	26S2803	52W4112	0,08			Coordenadas de sítio: 26S280370 52W411200
SC	Galvão	39	26S2718	52W4109	0,08			Coordenadas de sítio: 26S271800 52W410900
SC	Galvão	35	26S2718	52W4109	0,08			Coordenadas de sítio: 26S271800 52W410900
SC	Garopaba	23	28S0124	48W3648	0,08			Coordenadas de sítio: 28S012400 48W364800
SC	Gaspar	30	26S5551	48W5722	0,08			Coordenadas de sítio: 26S555100 48W572200 - Reuso do canal de Blumenau/SC
SC	Gaspar	38	26S5553	48W5732	0,08			Coordenadas de sítio: 26S555300 48W573200
SC	Grão Pará	25	28S0959	49W1353	0,08			Coordenadas de sítio: 28S0959 49W1353
SC	Grão Pará	33	28S1106	49W1253	0,08			Coordenadas de sítio: 28S110600 49W125300 - Reuso do canal de Braço do Norte/SC
SC	Grão Pará	38	28S1106	49W1253	0,08			Coordenadas de sítio: 28S110600 49W125300
SC	Gravatal	32	28S1952	49W0207	0,08			Coordenadas de sítio: 28S195200 49W020700
SC	Guabiruba	30	27S0509	48W5852	0,08			Coordenadas de sítio: 27S050900 48W585200 - Reuso do canal de Brusque/SC.
SC	Guabiruba	42	27S0509	48W5852	0,08			Coordenadas de sítio: 27S050900 48W585200
SC	Guabiruba	39	27S0509	48W5852	0,08			Coordenadas de sítio: 27S050900 48W585200

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	Guaraciaba	28	26S3530	53W3159	0,08			Coordenadas de sítio: 26S353000 53W315960 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de São José do Cedro/SC
SC	Guaraciaba	32	26S3557	53W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 26S355700 53W310500
SC	Guaraciaba	27	26S3557	53W3105	0,08			Coordenadas de sítio: 26S355700 53W310500 Co-localizado com o canal 28D.
SC	Guaramirim	40	26S2823	49W0010	0,08			Coordenadas de sítio: 26S282300 49W001000
SC	Guarujá do Sul	38	26S2307	53W3140	0,08			Coordenadas de sítio: 26S230700 53W314000
SC	Guarujá do Sul	28	26S2237	53W3130	0,08			Coordenadas de sítio: 26S223760 53W313010 - Reuso do canal de São José do Cedro/SC
SC	Herval d'Oeste	40	27S1137	51W2941	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113700 51W294100
SC	Ibicaré	42	27S0531	51W2154	0,08			Coordenadas de sítio: 27S053100 51W215400 - Reuso do canal de Joaçaba/SC
SC	Ibicaré	40	27S0531	51W2154	0,08			Coordenadas de sítio: 27S053100 51W215400 - Reuso do canal de Herval d'Oeste/SC.
SC	Ibicaré	30	27S0538	51W2231	0,08			Coordenadas de sítio: 27S053830 51W223170 - Reuso do canal de Joaçaba/SC
SC	Ibicaré	38	27S0531	51W2154	0,08			Coordenadas de sítio: 27S053100 51W215400
SC	Ibirama	22	27S0325	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S032500 49W310400 Co-localizado com o canal 23D.
SC	Ibirama	46	27S0325	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S032500 49W310400
SC	Ibirama	28	27S0445	49W3430	0,08			Coordenadas de sítio: 27S044500 49W343000
SC	Ibirama	30	27S0325	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S032500 49W310400
SC	Ibirama	34	27S0325	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S032500 49W310400
SC	Ibirama	23	27S0325	49W3104	0,08			Coordenadas de sítio: 27S032500 49W310400 Co-localizado com o canal 22D.
SC	Indaial	39	26S5352	49W1354	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535200 49W135400
SC	Indaial	30	26S5352	49W1354	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535200 49W135400 - Reuso do canal de Blumenau/SC.
SC	Indaial	28	26S5352	49W1354	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535200 49W135400
SC	Ipira	42	27S2413	51W4623	0,08			Coordenadas de sítio: 27S241300 51W462300 - Reuso do canal de Capinzal/SC
SC	Ipira	38	27S2413	51W4623	0,08			Coordenadas de sítio: 27S241300 51W462300
SC	Iporã do Oeste	23	26S5918	53W3207	0,08			Coordenadas de sítio: 26S591800 53W320700
SC	Ipumirim	35	27S0436	52W0808	0,08			Coordenadas de sítio: 27S043600 52W080800
SC	Ipumirim	28	27S0410	52W0801	0,08			Coordenadas de sítio: 27S041050 52W080190
SC	Irani	46	27S0129	51W5406	0,08			Coordenadas de sítio: 27S012900 51W540600
SC	Irani	25	27S0042	51W5459	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0042 51W5459
SC	Irineópolis	28	26S1522	50W4816	0,08			Coordenadas de sítio: 26S152250 50W481600
SC	Itá	42	27S1656	52W2136	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1656 52W2136
SC	Itá	23	27S1726	52W1923	0,08			Coordenadas de sítio: 27S172600 52W192300
SC	Itá	32	27S1726	52W1923	0,08			Coordenadas de sítio: 27S172600 52W192300
SC	Itá	28	27S1655	52W2135	0,08			Coordenadas de sítio: 27S165570 52W213540 - Reuso do canal de Seara/SC
SC	Itaiópolis	45	26S2011	49W5423	0,08			Coordenadas de sítio: 26S201100 49W542300
SC	Itajaí	51	27S0420	48W4608	0,08			Coordenadas de sítio: 27S042000 48W460800
SC	Itajaí	30	26S5535	48W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5535 48W3722
SC	Itapema	32	27S0525	48W3641	0,08			Coordenadas de sítio: 27S052500 48W364100
SC	Itapiranga	27	27S1058	53W4132	0,08			Coordenadas de sítio: 27S105810 53W413250 Co-localizado com o canal 28D.
SC	Itapiranga	46	27S1010	53W4244	0,08			Coordenadas de sítio: 27S101000 53W424400
SC	Itapiranga	24	27S1010	53W4244	0,08			Coordenadas de sítio: 27S101000 53W424400
SC	Itapiranga	28	27S1010	53W4244	0,08			Coordenadas de sítio: 27S101000 53W424400 Co-localizado com o canal 27D.
SC	Itapoá	18	26S0427	48W3631	0,08			Coordenadas de sítio: 26S042750 48W363180 Co-localizado com o canal 17+.
SC	Ituporanga	22	27S2417	49W3514	0,08			Coordenadas de sítio: 27S241700 49W351400
SC	Ituporanga	45	27S2452	49W3605	0,08			Coordenadas de sítio: 27S245200 49W360500 - Reuso do canal de Aurora/SC
SC	Jaborá	31	27S1033	51W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 27S103300 51W440100 Co-localizado com o canal 30D.
SC	Jaborá	42	27S1033	51W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 27S103300 51W440100
SC	Jaborá	42	27S1033	51W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 27S103300 51W440100
SC	Jaborá	46	27S1033	51W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 27S103300 51W440100
SC	Jaborá	19	27S1033	51W4401	0,08			Coordenadas de sítio: 27S103300 51W440100
SC	Jaborá	30	27S1024	51W4250	0,08			Coordenadas de sítio: 27S102440 51W425080 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Jacinto Machado	32	28S5951	49W4549	0,08			Coordenadas de sítio: 28S595100 49W454900 - Reuso do canal de Jacinto Machado/SC
SC	Jaguaruna	32	28S3654	49W0132	0,08			Coordenadas de sítio: 28S365400 49W013200
SC	Jaguaruna	40	28S3654	49W0132	0,08			Coordenadas de sítio: 28S365400 49W013200
SC	Jaguaruna	24	28S3654	49W0132	0,08			Coordenadas de sítio: 28S365400 49W013200
SC	Joaçaba	42	27S1041	51W3017	0,08			Coordenadas de sítio: 27S104100 51W301700
SC	José Boiteux	25	26S5730	49W3741	0,08			Coordenadas de sítio: 26S573000 49W374100 - Reuso do canal de José Boiteux/SC
SC	José Boiteux	33	26S5440	49W4056	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5440 49W4056 - Reuso do canal de Presidente Getúlio/SC
SC	José Boiteux	25	26S5021	49W3547	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5021 49W3547- Reuso do canal de José Boiteux/SC
SC	Lacerdópolis	23	27S1536	51W3321	0,08			Coordenadas de sítio: 27S153600 51W332100 - Reuso do canal de Erval Velho/SC
SC	Lacerdópolis	32	27S1536	51W3321	0,08			Coordenadas de sítio: 27S153600 51W332100 - Reuso do canal de Ouro/SC
SC	Lacerdópolis	35	27S1555	51W3450	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1555 51W3450 - Reuso do canal de Erval Velho/SC
SC	Laurentino	35	27S1300	49W4359	0,08			Coordenadas de sítio: 27S130000 49W435900
SC	Lebon Régis	23	26S5544	50W4143	0,08			Coordenadas de sítio: 26S554400 50W414300
SC	Leoberto Leal	28	27S3025	49W1713	0,08			Coordenadas de sítio: 27S302500 49W171300 - Reuso do canal de Vidal Ramos/SC
SC	Leoberto Leal	35	27S3025	49W1713	0,08			Coordenadas de sítio: 27S302500 49W171300
SC	Lontras	45	27S0958	49W3231	0,08			Coordenadas de sítio: 27S095800 49W323100 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC
SC	Major Gercino	25	27S2505	48W5705	0,08			Coordenadas de sítio: 27S250500 48W570500
SC	Major Gercino	30	27S2505	48W5705	0,08			Coordenadas de sítio: 27S250500 48W570500 - Reuso do canal de Angelina/SC
SC	Major Vieira	34	26S2204	50W1941	0,08			Coordenadas de sítio: 26S220400 50W194100
SC	Maracajá	45	28S5048	49W2710	0,08			Coordenadas de sítio: 28S504800 49W271000
SC	Maravilha	42	26S4539	53W1021	0,08			Coordenadas de sítio: 26S453900 53W102100
SC	Maravilha	38	26S4539	53W1021	0,08			Coordenadas de sítio: 26S453900 53W102100 - Reuso do canal de Maravilha/SC
SC	Matos Costa	32	26S2823	51W0845	0,08			Coordenadas de sítio: 26S282300 51W084500
SC	Matos Costa	30	26S2823	51W0854	0,08			Coordenadas de sítio: 26S282300 51W085400
SC	Meleiro	30	28S5009	49W3852	0,08			Coordenadas de sítio: 28S500970 49W385220
SC	Mirim Doce	22	27S1613	50W0743	0,08			Coordenadas de sítio: 27S161300 50W074300 Co-localizado com o canal 23D de Taió/SC.
SC	Modelo	27	26S4642	53W0319	0,08			Coordenadas de sítio: 26S464200 53W031900 Co-localizado com o canal 28D. - Reuso do canal de Maravilha/SC.
SC	Modelo	28	26S4651	53W0237	0,08			Coordenadas de sítio: 26S465100 53W023780 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de Maravilha/SC.
SC	Modelo	25	26S4642	53W0319	0,08			Coordenadas de sítio: 26S464200 53W031900 - Reuso do canal de Cunha Porã/SC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Mondaí	33	27S0610	53W2407	0,08			Coordenadas de sítio: 27S061000 53W240700 Co-localizado com o canal 32D.
SC	Mondaí	32	27S0610	53W2407	0,08			Coordenadas de sítio: 27S061000 53W240700 Co-localizado com o canal 33D.
SC	Mondaí	46	27S0610	53W2407	0,08			Coordenadas de sítio: 27S061000 53W240700
SC	Mondaí	27	27S0610	53W2407	0,08			Coordenadas de sítio: 27S061000 53W240700 Co-localizado com o canal 28D.
SC	Mondaí	28	27S0547	53W2340	0,08			Coordenadas de sítio: 27S054790 53W234030 Co-localizado com o canal 27D. - Reuso do canal de Caibi/SC
SC	Monte Carlo	46	27S1322	50W5847	0,08			Coordenadas de sítio: 27S132200 50W584700
SC	Monte Carlo	42	27S1322	50W5847	0,08			Coordenadas de sítio: 27S132200 50W584700
SC	Monte Castelo	17	26S2744	50W1352	0,08			Coordenadas de sítio: 26S274400 50W135200 - Reuso do canal de Papanduva/SC
SC	Monte Castelo	33	26S2744	50W1352	0,08			Coordenadas de sítio: 26S274400 50W135200
SC	Navegantes	40	26S5356	48W3915	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535600 48W391500
SC	Nova Erechim	42	26S5409	52W5421	0,08			Coordenadas de sítio: 26S540900 52W542100
SC	Nova Trento	31	27S1556	48W5449	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1556 48W54490
SC	Nova Trento	28	27S1555	48W5448	0,08			Coordenadas de sítio: 27S155560 48W544860
SC	Nova Trento	34	27S1554	48W5447	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1554 48W5447
SC	Nova Veneza	40	28S3812	49W2952	0,08			Coordenadas de sítio: 28S381200 49W295200
SC	Nova Veneza	24	28S3812	49W2952	0,08			Coordenadas de sítio: 28S381200 49W295200
SC	Orleans	38	28S2132	49W1729	0,08			Coordenadas de sítio: 28S213200 49W172900
SC	Otacílio Costa	46	27S2859	50W0719	0,08			Coordenadas de sítio: 27S285900 50W071900
SC	Ouro	32	27S2029	51W3705	0,08			Coordenadas de sítio: 27S202900 51W370500 Co-localizado com os canais 33D de Capinzal/SC, 33D.
SC	Ouro	33	27S2029	51W3705	0,08			Coordenadas de sítio: 27S202900 51W370500 Co-localizado com o canal 32D. - Reuso do canal de Capinzal/SC
SC	Ouro	40	27S2029	51W3705	0,08			Coordenadas de sítio: 27S202900 51W370500
SC	Palma Sola	25	26S2051	53W1642	0,08			Coordenadas de sítio: 26S205100 53W164200
SC	Palma Sola	28	26S2052	53W1644	0,08			Coordenadas de sítio: 26S205270 53W164440 Co-localizado com o canal 27+.
SC	Palma Sola	19	26S2051	53W1642	0,08			Coordenadas de sítio: 26S205100 53W164200
SC	Palmitos	28	27S0403	53W0940	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040300 53W094000
SC	Palmitos	45	27S0403	53W0940	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040300 53W094000
SC	Palmitos	24	27S0403	53W0940	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040300 53W094000
SC	Papanduva	25	26S2334	50W0903	0,08			Coordenadas de sítio: 26S2334 50W0903
SC	Papanduva	17	26S2213	50W0840	0,08			Coordenadas de sítio: 26S221300 50W084000
SC	Papanduva	38	26S2213	50W0840	0,08			Coordenadas de sítio: 26S221300 50W084000
SC	Papanduva	45	26S2213	50W0840	0,08			Coordenadas de sítio: 26S221300 50W084000
SC	Pedras Grandes	35	28S2609	49W1106	0,08			Coordenadas de sítio: 28S260900 49W110600
SC	Pedras Grandes	35	28S2609	49W1106	0,08			Coordenadas de sítio: 28S260900 49W110600
SC	Peritiba	31	27S2223	51W5414	0,08			Coordenadas de sítio: 27S222300 51W541400 Co-localizado com os canais 30D, 32D.
SC	Peritiba	30	27S2223	51W5414	0,08			Coordenadas de sítio: 27S222300 51W541400 Co-localizado com o canal 31D. - Reuso do canal de Piratuba/SC
SC	Peritiba	33	27S2223	51W5414	0,08			Coordenadas de sítio: 27S222300 51W541400 Co-localizado com o canal 32D.
SC	Peritiba	32	27S2223	51W5414	0,08			Coordenadas de sítio: 27S222300 51W541400 Co-localizado com os canais 31D, 33D.
SC	Petrolândia	33	27S3538	49W4416	0,08			Coordenadas de sítio: 27S3538 49W4416
SC	Pinhalzinho	27	26S5053	52W5931	0,08			Coordenadas de sítio: 26S505300 52W593100 - Reuso do canal de Modelo/SC
SC	Pinhalzinho	28	26S5009	52W5902	0,08			Coordenadas de sítio: 26S500960 52W590290
SC	Pinheiro Preto	30	27S0302	51W1351	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 51W135100 - Reuso do canal de Videira/SC.
SC	Pinheiro Preto	40	27S0302	51W1351	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 51W135100 - Reuso do canal de Videira/SC.
SC	Pinheiro Preto	32	27S0302	51W1351	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 51W135100 Co-localizado com o canal 33D.
SC	Pinheiro Preto	33	27S0302	51W1351	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 51W135100 Co-localizado com o canal 32D. - Reuso do canal de Videira/SC
SC	Piratuba	35	27S2511	51W4619	0,08			Coordenadas de sítio: 27S251100 51W461900
SC	Piratuba	30	27S2532	51W4548	0,08			Coordenadas de sítio: 27S253210 51W454890
SC	Piratuba	19	27S2511	51W4619	0,08			Coordenadas de sítio: 27S251100 51W461900
SC	Piratuba	40	27S2511	51W4619	0,08			Coordenadas de sítio: 27S251100 51W461900 - Reuso do canal de Ouro/SC
SC	Pomerode	38	26S4426	49W1037	0,08			Coordenadas de sítio: 26S442600 49W103700
SC	Pomerode	33	26S4426	49W1037	0,08			Coordenadas de sítio: 26S442600 49W103700
SC	Pomerode	31	26S4426	49W1037	0,08			Coordenadas de sítio: 26S442600 49W103700
SC	Pomerode	28	26S4426	49W1037	0,08			Coordenadas de sítio: 26S442600 49W103700 - Reuso do canal de Indaial/SC
SC	Ponte Alta do Norte	34	27S0930	50W2748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S093033 50W274855
SC	Ponte Alta	45	27S2903	50W2249	0,08			Coordenadas de sítio: 27S290300 50W224900
SC	Ponte Alta	25	27S2903	50W2249	0,08			Coordenadas de sítio: 27S290300 50W224900
SC	Ponte Serrada	30	26S5105	52W0230	0,08			Coordenadas de sítio: 26S510580 52W023010
SC	Ponte Serrada	45	26S5218	52W0057	0,08			Coordenadas de sítio: 26S521800 52W005700
SC	Ponte Serrada	33	26S5218	52W0057	0,08			Coordenadas de sítio: 26S521800 52W005700
SC	Ponte Serrada	31	26S5218	52W0057	0,08			Coordenadas de sítio: 26S521800 52W005700
SC	Porto Belo	28	27S0947	48W3158	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0947 48W3158- Reuso do canal de Tijucas/SC
SC	Porto Belo	23	27S0928	48W3311	0,08			Coordenadas de sítio: 27S092800 48W331100
SC	Porto Belo	31	27S0928	48W3311	0,08			Coordenadas de sítio: 27S092800 48W331100
SC	Porto União	30	26S1447	51W0438	0,08			Coordenadas de sítio: 26S144790 51W043890
SC	Presidente Castello Branco	25	27S1323	51W4826	0,08			Coordenadas de sítio: 27S132300 51W482600
SC	Presidente Castello Branco	30	27S1323	51W4826	0,08			Coordenadas de sítio: 27S132300 51W482600 - Reuso do canal de Jaborá/SC
SC	Presidente Castello Branco	23	27S1323	51W4826	0,08			Coordenadas de sítio: 27S132300 51W482600
SC	Presidente Getúlio	33	27S0511	49W352	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0511 49W3526
SC	Presidente Getúlio	45	27S0302	49W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 49W372200 Co-localizado com o canal 46D.
SC	Presidente Getúlio	46	27S0302	49W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 49W372200 Co-localizado com o canal 45D. - Reuso do canal de Ibirama/SC
SC	Presidente Getúlio	24	27S0541	49W3943	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0541 49W3943
SC	Presidente Getúlio	22	27S0302	49W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 49W372200 - Reuso do canal de Ibirama/SC
SC	Presidente Getúlio	30	27S0302	49W3722	0,08			Coordenadas de sítio: 27S030200 49W372200 - Reuso do canal de Ibirama/SC
SC	Presidente Nereu	33	27S1638	49W2325	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163800 49W232500
SC	Presidente Nereu	24	27S1758	49W2452	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1758 49W2452
SC	Presidente Nereu	40	27S1638	49W2325	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163800 49W232500
SC	Presidente Nereu	46	27S1638	49W2325	0,08			Coordenadas de sítio: 27S163800 49W232500
SC	Quilombo	27	26S4345	52W4329	0,08			Coordenadas de sítio: 26S434590 52W432940
SC	Quilombo	25	26S4334	52W4314	0,08			Coordenadas de sítio: 26S433400 52W431400
SC	Rancho Queimado	31	27S4145	49W083	0,08			Coordenadas de sítio: 27S4145 49W0834
SC	Rancho Queimado	38	27S4022	49W0054	0,08			Coordenadas de sítio: 27S402257 49W005422
SC	Rio das Antas	42	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	Rio das Antas	31	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800 Co-localizado com os canais 32D, 30D. - Reuso do canal de Caçador/SC.
SC	Rio das Antas	34	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800
SC	Rio das Antas	32	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Rio das Antas	40	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800 - . Reuso do canal de Videira/SC
SC	Rio das Antas	30	26S5355	51W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 26S535500 51W042800 Co-localizado com o canal 31D. - Reuso do canal de Caçador/SC.
SC	Rio do Campo	45	26S5656	50W0829	0,08			Coordenadas de sítio: 26S565600 50W082900 - Reuso do canal de Salete/SC
SC	Rio do Campo	35	26S5353	50W0433	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5353 50W0433
SC	Rio do Oeste	33	27S1133	49W4748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113300 49W474800
SC	Rio do Oeste	30	27S1133	49W4748	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113300 49W474800 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC.
SC	Rio do Sul	45	27S1251	49W3835	0,08			Coordenadas de sítio: 27S125100 49W383500
SC	Rio dos Cedros	34	26S4434	49W1407	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4434 49W1407
SC	Rio Fortuna	28	28S0752	49W0619	0,08			Coordenadas de sítio: 28S075200 49W061900 - Reuso do canal de Braço do Norte/SC
SC	Rio Fortuna	32	28S0752	49W0619	0,08			Coordenadas de sítio: 28S075200 49W061900
SC	Rio Fortuna	42	28S0752	49W0619	0,08			Coordenadas de sítio: 28S075200 49W061900
SC	Rodeio	33	26S5357	49W2214	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5357 49W2214
SC	Romelândia	28	26S4047	53W1840	0,08			Coordenadas de sítio: 26S404760 53W184000 - Reuso do canal de Maravilha/SC
SC	Salete	45	26S5848	49W5959	0,08			Coordenadas de sítio: 26S584800 49W595900 - Reuso do canal de Taió/SC
SC	Salete	38	26S5848	49W5959	0,08			Coordenadas de sítio: 26S584800 49W595900
SC	Salete	24	26S5848	49W5959	0,08			Coordenadas de sítio: 26S584800 49W595900 - Reuso do canal de Taió/SC
SC	Salto Veloso	40	26S5419	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 26S541900 51W242300 - Reuso do canal de Treze Tílias/SC
SC	Salto Veloso	32	26S5419	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 26S541900 51W242300
SC	Salto Veloso	34	26S5419	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 26S541900 51W242300
SC	Santa Cecília	28	26S5739	50W2537	0,08			Coordenadas de sítio: 26S573900 50W253700 - Reuso do canal de Santa Cecília/SC
SC	Santa Rosa de Lima	30	28S0221	49W0740	0,08			Coordenadas de sítio: 28S022100 49W074000
SC	Santa Rosa de Lima	34	28S0221	49W0740	0,08			Coordenadas de sítio: 28S022100 49W074000
SC	Santa Terezinha	22	26S4643	50W0029	0,08			Coordenadas de sítio: 26S464300 50W002900
SC	Santo Amaro da Imperatriz	24	27S4221	48W4602	0,08			Coordenadas de sítio: 27S4221 48W4602
SC	Santo Amaro da Imperatriz	27	27S4117	48W4643	0,08			Coordenadas de sítio: 27S411700 48W464300 - Reuso do canal de São José/SC
SC	São Bento do Sul	31	26S1540	49W2209	0,08			Coordenadas de sítio: 26S154050 49W220990
SC	São Bonifácio	28	27S5405	48W5545	0,08			Coordenadas de sítio: 27S540500 48W554500
SC	São Bonifácio	33	27S5405	48W5545	0,08			Coordenadas de sítio: 27S540500 48W554500 Co-localizado com o canal 32D.
SC	São Bonifácio	32	27S5405	48W5545	0,08			Coordenadas de sítio: 27S540500 48W554500 Co-localizado com o canal 33D.
SC	São Carlos	39	27S0439	53W0014	0,08			Coordenadas de sítio: 27S043900 53W001400
SC	São Cristovão do Sul	24	27S1600	50W2626	0,08			Coordenadas de sítio: 27S160000 50W262600
SC	São Domingos	30	26S3329	52W3154	0,08			Coordenadas de sítio: 26S332900 52W315400
SC	São Domingos	34	26S3329	52W3154	0,08			Coordenadas de sítio: 26S332900 52W315400
SC	São Domingos	46	26S3329	52W3154	0,08			Coordenadas de sítio: 26S332900 52W315400
SC	São Domingos	38	26S3329	52W3154	0,08			Coordenadas de sítio: 26S332900 52W315400
SC	São Joaquim	25	28S1738	49W5554	0,08			Coordenadas de sítio: 28S173800 49W555400
SC	São Joaquim	31	28S1738	49W5554	0,08			Coordenadas de sítio: 28S173800 49W555400
SC	São José do Cedro	28	26S2739	53W2949	0,08			Coordenadas de sítio: 26S273900 53W294930
SC	São José do Cedro	42	26S2718	53W2939	0,08			Coordenadas de sítio: 26S271800 53W293900
SC	São José do Cedro	46	26S2718	53W2939	0,08			Coordenadas de sítio: 26S271800 53W293900
SC	São José do Cedro	35	26S2718	53W2939	0,08			Coordenadas de sítio: 26S271800 53W293900
SC	São José do Cerrito	42	27S3947	50W3448	0,08			Coordenadas de sítio: 27S394700 50W344800
SC	São José do Cerrito	40	27S3947	50W3448	0,08			Coordenadas de sítio: 27S394700 50W344800
SC	São José do Cerrito	24	27S3947	50W3448	0,08			Coordenadas de sítio: 27S394700 50W344800
SC	São José do Cerrito	28	27S3947	50W3448	0,08			Coordenadas de sítio: 27S394700 50W344800
SC	São Lourenço do Oeste	27	26S2224	52W5057	0,08			Coordenadas de sítio: 26S222400 52W505700
SC	São Lourenço do Oeste	46	26S2133	52W5104	0,08			Coordenadas de sítio: 26S213300 52W510400
SC	São Lourenço do Oeste	35	26S2133	52W5104	0,08			Coordenadas de sítio: 26S213300 52W510400
SC	São Lourenço do Oeste	32	26S2133	52W5104	0,08			Coordenadas de sítio: 26S213300 52W510400
SC	São Ludgero	25	28S1933	49W1036	0,08			Coordenadas de sítio: 28S193300 49W103600
SC	São Martinho	24	28S0850	48W5658	0,08			Coordenadas de sítio: 28S0850 48W5658
SC	Saudades	32	26S5527	53W0011	0,08			Coordenadas de sítio: 26S552700 53W001100
SC	Saudades	24	26S5527	53W0011	0,08			Coordenadas de sítio: 26S552700 53W001100
SC	Saudades	28	26S5527	53W0011	0,08			Coordenadas de sítio: 26S552700 53W001100 - Reuso do canal de Pinhalzinho/SC
SC	Seara	19	27S0858	52W1838	0,08			Coordenadas de sítio: 27S085800 52W183800
SC	Seara	25	27S0858	52W1838	0,08			Coordenadas de sítio: 27S085800 52W183800
SC	Seara	46	27S0858	52W1838	0,08			Coordenadas de sítio: 27S085800 52W183800
SC	Seara	28	27S0807	52W1947	0,08			Coordenadas de sítio: 27S080730 52W194750
SC	Siderópolis	40	28S3552	49W2528	0,08			Coordenadas de sítio: 28S355200 49W252800 - Reuso do canal de Urussanga/SC
SC	Siderópolis	35	28S3552	49W2528	0,08			Coordenadas de sítio: 28S355200 49W252800
SC	Siderópolis	28	28S3552	49W2528	0,08			Coordenadas de sítio: 28S355200 49W252800
SC	Taió	22	27S0659	49W5953	0,08			Coordenadas de sítio: 27S065900 49W595300
SC	Taió	45	27S0659	49W5953	0,08			Coordenadas de sítio: 27S065900 49W595300
SC	Taió	30	27S0659	49W5953	0,08			Coordenadas de sítio: 27S065900 49W595300
SC	Taió	24	27S0659	49W5953	0,08			Coordenadas de sítio: 27S065900 49W595300
SC	Tangará	23	27S0617	51W1450	0,08			Coordenadas de sítio: 27S061700 51W145000 - Reuso do canal de Videira/SC
SC	Tijucas	28	27S1436	48W3755	0,08			Coordenadas de sítio: 27S143650 48W375570
SC	Timbé do Sul	35	28S4808	49W5702	0,08			Coordenadas de sítio: 28S4808 49W5702
SC	Timbó	30	26S4549	49W1223	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4549 49W1223
SC	Três Barras	42	26S0623	50W1920	0,08			Coordenadas de sítio: 26S062300 50W192000
SC	Treze de Maio	40	28S3332	49W0852	0,08			Coordenadas de sítio: 28S333200 49W085200 - Reuso do canal de Jaguaruna/SC
SC	Treze de Maio	24	28S3332	49W0852	0,08			Coordenadas de sítio: 28S333200 49W085200 - Reuso do canal de Jaguaruna/SC
SC	Treze Tílias	31	27S0006	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 27S000600 51W242300
SC	Treze Tílias	25	27S0006	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 27S000600 51W242300
SC	Treze Tílias	30	26S5929	51W2506	0,08			Coordenadas de sítio: 26S592930 51W250600 - Reuso do canal de Água Doce/SC.
SC	Treze Tílias	40	27S0006	51W2423	0,08			Coordenadas de sítio: 27S000600 51W242300 - Reuso do canal de Salto Veloso/SC
SC	Trombudo Central	30	27S1757	49W4725	0,08			Coordenadas de sítio: 27S175700 49W472500 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC.
SC	Trombudo Central	25	27S1757	49W4725	0,08			Coordenadas de sítio: 27S175700 49W472500
SC	Trombudo Central	45	27S1757	49W4725	0,08			Coordenadas de sítio: 27S175700 49W472500 - Reuso do canal de Rio do Sul/SC
SC	Tubarão	31	28S3115	49W5907	0,08			Coordenadas de sítio: 28S311500 49W590750
SC	Urubici	28	28S0054	49W3530	0,08			Coordenadas de sítio: 28S005400 49W353000
SC	Urubici	40	28S0054	49W3530	0,08			Coordenadas de sítio: 28S005400 49W353000
SC	Urubici	34	28S0054	49W3530	0,08			Coordenadas de sítio: 28S005400 49W353000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Urubici	44	28S0054	49W3530	0,08			Coordenadas de sítio: 28S005400 49W353000
SC	Urupema	45	27S5710	49W5223	0,08			Coordenadas de sítio: 27S571000 49W522300
SC	Urupema	39	27S5710	49W5223	0,08			Coordenadas de sítio: 27S571000 49W522300
SC	Urussanga	40	28S3104	49W1915	0,08			Coordenadas de sítio: 28S310400 49W191500
SC	Urussanga	24	28S3217	49W1841	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3217 49W1841 - Reuso do canal de Orleans/SC
SC	Vargeão	45	26S5149	52W0918	0,08			Coordenadas de sítio: 26S514900 52W091800 - Reuso do canal de Ponte Serrada/SC
SC	Vargeão	25	26S5149	52W0918	0,08			Coordenadas de sítio: 26S514900 52W091800 - Reuso do canal de Faxinal dos Guedes/SC
SC	Vargem Bonita	30	27S0012	51W4433	0,08			Coordenadas de sítio: 27S001210 51W443390
SC	Vidal Ramos	28	27S2331	49W2121	0,08			Coordenadas de sítio: 27S233100 49W212100
SC	Videira	33	27S0030	51W0906	0,08			Coordenadas de sítio: 27S003000 51W090600
SC	Videira	18	27S0030	51W0906	0,08			Coordenadas de sítio: 27S003000 51W090600
SC	Videira	23	27S0030	51W0906	0,08			Coordenadas de sítio: 27S003000 51W090600
SC	Vitor Meireles	42	26S5251	49W4958	0,08			Coordenadas de sítio: 26S525100 49W495800
SC	Witmarsum	34	26S5534	49W4745	0,08			Coordenadas de sítio: 26S553400 49W474500
SC	Witmarsum	30	26S5534	49W4745	0,08			Coordenadas de sítio: 26S553400 49W474500 - Reuso do canal de Dona Emma/SC
SC	Witmarsum	45	26S5534	49W4745	0,08			Coordenadas de sítio: 26S553400 49W474500 - Reuso do canal de Dona Emma/SC
SC	Xavantina	30	27S0420	52W1933	0,08			Coordenadas de sítio: 27S042070 52W193360
SC	Xavantina	46	27S0407	52W2031	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040700 52W203100 - Reuso do canal de Seara/SC
SC	Xavantina	24	27S0407	52W2031	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040700 52W203100
SC	Xavantina	32	27S0407	52W2031	0,08			Coordenadas de sítio: 27S040700 52W203100
SC	Xaxim	42	26S5742	52W3205	0,08			Coordenadas de sítio: 26S574200 52W320500
SC	Xaxim	40	26S5742	52W3205	0,08			Coordenadas de sítio: 26S574200 52W320500
SC	Xaxim	25	26S5742	52W3205	0,08			Coordenadas de sítio: 26S574200 52W320500
SC	Xaxim	32	26S5742	52W3205	0,08			Coordenadas de sítio: 26S574200 52W320500
SC	Xaxim	27	26S5742	52W3205	0,08			Coordenadas de sítio: 26S574200 52W320500

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Alfredo Wagner	30	27S4042	49W1928	0,8			27S404200; 49W192800 - Coordenadas do Sítio. 27S4042;49W1928.
SC	Araranguá	28	28S5605	49W2909	0,8			28S560500; 49W290900 - Coordenadas do Sítio. 28S5605;49W2909.
SC	Araranguá	30	28S5618	49W2819	0,08			28S561800; 49W281900 - Coordenadas do Sítio. 28S5618;49W2819.
SC	Balneário Camboriú	46	26S5916	48W3840	0,8			26S591600; 48W384000 - Coordenadas do Sítio. 26S5916;48W3840.
SC	Balneário Camboriú	28	26S5916	48W3840	0,8			26S591600; 48W384000 - Coordenadas do Sítio. 26S5916;48W3840 - Reuso do canal de Itajaí/SC.
SC	Balneário Camboriú	59	26S5916	48W3840	0,8			26S591600; 48W384000 - Coordenadas do Sítio. 26S5916;48W3840.
SC	Balneário Camboriú	31	26S5916	48W3840	0,8			26S591600; 48W384000 - Coordenadas do Sítio. 26S5916;48W3840.
SC	Balneário Camboriú	53	26S5916	48W3840	0,8			26S591600; 48W384000 - Coordenadas do Sítio. 26S5916;48W3840.
SC	Blumenau	30	26S5410	49W0331	0,8			26S541000; 49W033100 - Coordenadas do Sítio. 26S5410;49W0331 - Co-localizado com o canal 31D - Reuso do canal do sítio 26S4636;49W0148.
SC	Blumenau	47	26S5212	49W0739	0,8			26S5212 49W0739
SC	Blumenau	57	26S5613	49W0230	8			26S561300; 49W023000 - Coordenadas do Sítio. 26S5613;49W0230.
SC	Brusque	31	27S0519	48W5614	0,8			27S051900; 48W561400 - Coordenadas do Sítio. 27S0519;48W5614 - Co-localizado com os canais 30D E 32D - Reuso do canal de Blumenau/SC.
SC	Brusque	30	27S0519	48W5614	0,8			27S051900; 48W561400 - Coordenadas do Sítio. 27S0519;48W5614 - Co-localizado com o canal 31D - Reuso do canal de Blumenau/SC.
SC	Brusque	57	27S0519	48W5614	0,8			27S051900; 48W561400 - Coordenadas do Sítio. 27S0519;48W5614 - Reuso do canal de Brumenau/SC.
SC	Caçador	45	26S4629	51W0339	0,8			26S462900; 51W033900 - Coordenadas do Sítio. 26S4629;51W0339.
SC	Caçador	39	26S4629	51W0339	0,8			26S462900; 51W033900 - Coordenadas do Sítio. 26S4629;51W0339.
SC	Canoinhas	30	26S1000	50W2344	0,8			26S100000; 50W234000 - Coordenadas do Sítio. 26S1000;50W2344.
SC	Canoinhas	46	26S1000	50W2344	0,8			26S100000; 50W234400 - Coordenadas do Sítio. 26S1000;50W2344.
SC	Canoinhas	28	26S1000	50W2344	0,8			26S100000; 50W234400 - Coordenadas do Sítio. 26S1000;50W2344.
SC	Capinzal	24	27S1948	51W3704	0,08			27S194800; 51W370400 - Coordenadas do Sítio. 27S1948;51W3704 - Reuso do canal de Herval D´Oeste/SC.
SC	Catanduvas	45	27S0300	51W3900	0,08			27S030000; 51W390000 - Coordenadas do Sítio. 27S0300;51W3900 - Reuso do canal de Herval d´Oeste/SC.
SC	Chapecó	46	27S0638	52W3456	0,8			27S063800; 52W345600 - Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456.
SC	Chapecó	59	27S0638	52W3456	0,8			27S063800; 52W345600 - Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456.
SC	Chapecó	16	27S0638	52W3456	0,08			27S063800; 52W345600 - Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456 - Co-localizado com o canal 17.
SC	Chapecó	57	27S0638	52W3456	8			27S063800; 52W345600 - Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456.
SC	Concórdia	45	27S1220	52W0207	0,8			27S122000; 52W020700 - Coordenadas do Sítio. 27S1220;52W0207.
SC	Criciúma	14	28S3921	49W2150	8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150 - Co-localizado com o canal 15.
SC	Criciúma	59	28S3921	49W2150	0,8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150.
SC	Criciúma	53	28S3921	49W2150	0,8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150.
SC	Criciúma	27	28S3921	49W2150	8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150.
SC	Criciúma	46	28S3921	49W2150	8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150.
SC	Criciúma	48	28S3921	49W2150	8			28S392100; 49W215000 - Coordenadas do Sítio. 28S3921;49W2150.
SC	Cunha Porã	39	26S5207	53W1219	8			26S520700; 53W121900 - Coordenadas do Sítio. 26S5207;53S1219.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	Cunha Porã	57	26S5207	53W1219	0,8			26S520700; 53W121900 - Coordenadas do Sítio. 26s5207;53W1219 - Co-localizado com o canal 56.
SC	Curitibanos	46	27S1823	50W3401	0,8			27S182300; 50W340100 - Coordenadas do Sítio. 27S1823;50W3401.
SC	Dionísio Cerqueira	31	26S1518	53W3823	0,08			26S151800; 53W382300 - Coordenadas do Sítio. 26S1518;53W3823.
SC	Florianópolis	16	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 15- e 17D.
SC	Florianópolis	17	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 16D e 18-.
SC	Florianópolis	21	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 20- e 22D. Canal utilizado como RTVD.
SC	Florianópolis	22	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 21D e 23-.
SC	Florianópolis	26	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. 27S3524;48W3203 -Co-localizado com os canais 25- e 27D.
SC	Florianópolis	27	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 26D e 28-.
SC	Florianópolis	35	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 Co-localizado com o canal 36+.
SC	Florianópolis	40	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com o canal 41-.
SC	Florianópolis	42	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 41- e 43.
SC	Florianópolis	46	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. 27S3524;48W3203 - Co-localizado com o canal 45.
SC	Florianópolis	48	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 47+ e 49D.
SC	Florianópolis	55	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 54+ e 56D.
SC	Florianópolis	56	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 55D e 57-.
SC	Florianópolis	61	27S3524	48W3203	100			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. 27S3524;48W3203 - Co-localizado com o canal 62D.
SC	Florianópolis	62	27S3524	48W3203	100			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. 27S3524;48W3203 - Co-localizado com os canais 61D e 63D.
SC	Florianópolis	63	27S3524	48W3203	100			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. 27S3524;48W3203 - Co-localizado com o canal 62D.
SC	Fraiburgo	45	27S0206	50W5543	0,08			27S020600; 50W554300 - Coordenadas do Sítio. 27S0206;50W5543.
SC	Governador Celso Ramos	42	27S1855	48W3254	0,8			27S185500; 48W325400 - Coordenadas do Sítio. 27S1855;48W3254.
SC	Herval d'Oeste	45	27S1105	51W2116	8			27S110500; 51W211600 - Coordenadas do Sítio. 27S1105;51W2116.
SC	Imbituba	30	28S1500	48W4118	0,08			28S150000; 48W411800 - Coordenadas do Sítio. 28S1500;48W4118.
SC	Itajaí	52	26S5511	48W3947	0,08			26S551100; 48W394700 - Coordenadas do Sítio. 26S5511;48W3947.
SC	Itapema	48	27S0525	48W3641	0,8			27S052500; 48W364100 - Coordenadas do Sítio. 27S0525;48W3641 - Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas.
SC	Jacinto Machado	46	29S0158	49W4558	0,8			29S015800; 49W455800 - Coordenadas do Sítio. 29S0158;49W4558.
SC	Jacinto Machado	30	29S0158	49W4558	0,08			29S015800; 49W455800 - Coordenadas do Sítio. 29S0158;49W4558.
SC	Jaraguá do Sul	52	26S3055	49W0312	0,8			26S305000; 49W031200 - Coordenadas do Sítio. 26S3055;49W0312 - Co-localizado com o canal 53D.
SC	Jaraguá do Sul	53	26S3055	49W0312	0,8			26S305500; 49W031200 - Coordenadas do Sítio. 26S3055;49W0312 - Co-localizado com os canais 52D e 54D.
SC	Jaraguá do Sul	54	26S3055	49W0312	0,08			26S305500; 49W031200 - Coordenadas do Sítio. 26S3055;49W0312 - Co-localizado com o canal 53D.
SC	Joaçaba	39	27S1041	51W3017	0,8			27S104100; 51W301700 - Coordenadas do Sítio. 27S1041;51W3017.
SC	Joinville	40	26S1729	48W4938	0,8			26S172900; 48W493800 - Coordenadas do Sítio. 26S1729;48W4938 - Co-localizado com os canais 39 e 41.
SC	Joinville	56	26S1729	48W4938	8			26S172900; 48W493800 - Coordenadas do Sítio. 26S1729;48W4938 - Co-localizado com o canal 57.
SC	Lages	30	27S4852	50W2226	0,8			27S485200; 50W222600 - Coordenadas do Sítio. 27S4852;50W2226 - Co-localizado com o canal 31D.
SC	Lages	55	27S4913	50W1928	8			27S491300; 50W192800 - Coordenadas do Sítio. 27S4913;50W1928.
SC	Lages	31	27S4852	50W2226	0,8			27S485200; 50W222600 - Coordenadas do Sítio. 27S4852;50W2226 - Co-lcoalizado com os canais 30D e 32D.
SC	Lages	40	27S4913	50W1928	0,8			27S491300; 50W192800 - Coordenadas do Sítio. 27S4913;50W1928 - Co-localizado com o canal 41.
SC	Lages	58	27S4852	50W2226	8			27S485200; 50W222600 - Coordenadas do Sítio. 27S4852;50W2226.
SC	Laguna	54	28S2916	48W4644	0,8			28S291600; 48W464400 - Coordenadas do Sítio. 28S2916;48W4644.
SC	Laguna	35	28S2916	48W4644	0,8			28S291600; 48W464400 - Coordenadas do Sítio. 29S2816;48W4644 - Co-localizado com os canais 34D e 36D.
SC	Laguna	30	28S2641	48W5147	0,8			28S264100; 48W514700 - Coordenadas do Sítio. 28S2641;48W5147.
SC	Laguna	40	28S2916	48W4644	0,8			28S291600; 48W464400 - Coordenadas do Sítio. 28S2916;48W4644 - Reuso do canal de Tubarão/SC.
SC	Laguna	36	28S2916	48W4644	0,8			28S291600; 48W464400 - Coordenadas do Sítio. 28S2916;48W4644 - Co-localizado com o canal 35D.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Mafra	24	26S0814	49W4603	0,08			26S081400; 49W460300 - Coordenadas do Sítio. 26S0814;49W4603 - Co-localizado com o canal 25D.
SC	Maravilha	30	26S4548	53W1013	0,8			26S454800; 53W101300 - Coordenadas do Sítio. 26S4548;53W1013 - Co-localizado com o canal 31D - Reuso do canal de Cunha Porã/SC.
SC	Maravilha	23	26S4548	53W1013	0,08			26S454800; 53W101300 - Coordenadas do Sítio. 26S4548;53W1013 - Reuso do canal de Cunha Porã/SC.
SC	Maravilha	31	26S4548	53W1013	0,08			26S454800; 53W101300 - Coordenadas do Sítio. 26S4548;53W1013 - Co-localizado com o canal 30D - Reuso do canal de CunhaPorã/SC
SC	Maravilha	39	26S4548	53W1013	0,08			26S454800; 53W101300 - Coordenadas do Sítio. 26S4548;531013 - Reuso do canal de Cunha Porã/SC.
SC	Porto União	19	26S1451	51W0434	8			26S145100; 51W043400 - Coordenadas do Sítio. 26S1451;51W0434 - Co-localizado com o canal 20.
SC	Praia Grande	34	24S0118	46W2342	0,8			24S0118 46W2342 Co-localizado com o canal 33Reuso do canal de Santos/SP
SC	Rio do Sul	22	27S1333	49W3746	0,08			27S133300; 49W374600 - Coordenadas do Sítio. 27S1333;49W3746.
SC	Rio do Sul	20	27S1333	49W3746	0,8			27S133300; 49W374600 - Coordenadas do Sítio. 27S1333;49W3746.
SC	Rio do Sul	30	27S1333	49W3746	0,08			27S133300; 49W374600 - Coordenadas do Sítio. 27S1333;49W3746 - Co-localizado com o canal 31D.
SC	Rio do Sul	29	27S1251	49W3835	0,8			27S125100; 49W383500 - Coordenadas do Sítio. 27S1251;49W3835 - Co-localizado com o canal 30D - Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas.
SC	Rio Negrinho	33	26S1640	49W3100	0,08			26S164000; 49W310000 - Coordenadas do Sítio. 26S1640;49W3100.
SC	Rio Negrinho	30	26S1640	49W3100	0,08			26S164000; 49W310000 - Coordenadas do Sítio. 26S1640;49W3100 - Reuso do canal de São Bento do Sul/SC.
SC	Rio Negrinho	54	26S1516	49W3106	0,08			26S151600; 49W310600 - Coordenadas do Sítio. 26S1516;49W3106 - Co-localizado com o canal 55.
SC	São Bento do Sul	45	26S1536	49W2211	0,8			26S153600; 49W221100 - Coordenadas do Sítio. 26S1536;49W2211.
SC	São Bento do Sul	32	26S1536	49W2211	0,8			26S153600; 49W221100 - Coordenadas do Sítio. 261536;49W2211.
SC	São Joaquim	23	28S1602	49W5532	0,8			28S160200; 49W553200 - Coordenadas do Sítio. 28S1602;49W5532.
SC	São José	51	27S3524	48W3203	8			27S352400; 48W320300 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 27S3524;48W3203 - Co-localizado com o canal 50+.
SC	São José	30	27S3703	48W3803	8			27S370300; 48W380300 - Coordenadas do Sítio. 27S3703;48W3803 - Reuso do canal de Florianópolis/SC.
SC	São Lourenço do Oeste	30	26S2107	52W4831	0,8			26S210700; 52W483100 - Coordenadas do Sítio. 26S2107;52W4831 - Reuso do canal de Cunha Porã/SC.
SC	São Miguel do Oeste	23	26S4336	53W3234	0,08			26S433600; 53W323400 - Coordenadas do Sítio. 26S4336;53W3234 - Reuso do canal de Cunha Porã/SC.
SC	Sombrio	24	29S0644	49W3947	0,08			29S064400; 49W394700 - Coordenadas do Sítio. 29S0644;49W3947 - Reuso do canal de Turvo/SC.
SC	Taió	23	27S1623	50W0742	8			27S162300; 50W074200 - Coordenadas do Sítio. 27S1623;50W0742.
SC	Timbó	54	26S4547	49W1221	0,8			26S454700; 49W122100 - Coordenadas do Sítio. 26S4547;49W1221.
SC	Três Barras	18	26S0500	50W1900	0,08			26S050000; 50W190000 - Coordenadas do Sítio. 26S0500;50W1900 - Co-localizado com o canal 19+.
SC	Tubarão	40	28S3209	48W5953	0,8			28S320900; 48W595300 - Coordenadas do Sítio. 28S3209;48W5953 - Co-localizado com o canal 39.
SC	Tubarão	30	28S3116	48W5908	0,8			28S311600; 48W590800 - Coordenadas do Sítio. 28S3116;48W5908.
SC	Tubarão	18	28S3209	48W5953	0,8			28S320900; 48W595300 - Coordenadas do Sítio. 28S3209;48W5953.
SC	Tubarão	57	28S3116	48W5908	0,08			28S311600; 48W590800 - Coordenadas do Sítio. 28S3116;48W5908 - Co-localizado com o canal 58.
SC	Urubici	23	28S0713	49W2941	8			28S071300; 49W294100 - Coordenadas do Sítio. 28S0713;49W2941 - Co-localizado com o canal 22.
SC	Urupema	24	27S5522	49W5133	0,8			27S552200; 49W513300 - Coordenadas do Sítio. 27S5522;49W5133 - Co-localizado com o canal 25.
SC	Urupema	46	27S5522	49W5133	8			27S552200; 49W513300 - Coordenadas do Sítio. 27S5522;49W5133.
SC	Videira	45	26S5914	51W1014	0,08			26S591400; 51W101400 - Coordenadas do Sítio. 26S5914;51W1014 - Reuso do canal de Herval d´Oeste/SC.
SC	Xanxerê	45	26S5300	52W2438	0,8			26S530000; 52W243800 - Coordenadas do Sítio. 26S5300;52W2438.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Alfredo Wagner	28	27S4042	49W1928	0,8			Coordenadas de sítio: 27S4042 49W1928
SC	Araranguá	26	28S5605	49W2909	0,8			Coordenadas de sítio: 28S5605 49W2909
SC	Araranguá	28	28S5618	49W2819	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5618 49W2819
SC	Balneário Camboriú	46	26S5916	48W3840	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5916 48W3840 Co-localizado com o canal 45D.
SC	Balneário Camboriú	31	26S5916	48W3840	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5916 48W3840
SC	Balneário Camboriú	43	26S5916	48W3840	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5916 48W3840
SC	Balneário Camboriú	28	26S5916	48W3840	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5916 48W3840 Co-localizado com os canais 29D, 29-. - Reuso do canal de Itajaí/SC
SC	Balneário Camboriú	29	26S5916	48W3840	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5916 48W3840 Co-localizado com o canal 28D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 29 do PBRTV
SC	Blumenau	27	26S5410	49W0331	8			Coordenadas de sítio: 26S5410 49W0331
SC	Blumenau	43	26S5212	49W0739	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5212 49W0739
SC	Blumenau	29	26S5613	49W0230	8			Coordenadas de sítio: 26S5613 49W0230 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 29 do PBRTV

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	Brusque	30	27S0519	48W5614	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0519 48W5614 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Brusque	31	27S0519	48W5614	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0519 48W5614 Co-localizado com os canais 30D, 32D.
SC	Brusque	15	27S0519	48W5614	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0519 48W5614 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 15 do PBRTV
SC	Caçador	40	26S4629	51W0339	0,8			Coordenadas de sítio: 26S4629 51W0339 Co-localizado com o canal 39D.
SC	Caçador	39	26S4629	51W0339	0,8			Coordenadas de sítio: 26S4629 51W0339 Co-localizado com o canal 40D.
SC	Canoinhas	28	26S1000	50W2344	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1000 50W2344
SC	Canoinhas	40	26S1000	50W2344	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1000 50W2344
SC	Canoinhas	31	26S1000	50W2344	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1000 50W2344 Co-localizado com o canal 32D.
SC	Capinzal	33	27S1948	51W3704	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1948 51W3704 Co-localizado com o canal 32D de Ouro/SC. - Reuso do canal de Ouro/SC
SC	Catanduvas	40	27S0300	51W3900	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0300 51W3900
SC	Chapecó	46	27S0638	52W3456	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0638 52W3456 Co-localizado com o canal 47D.
SC	Chapecó	47	27S0638	52W3456	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0638 52W3456 Co-localizado com o canal 46D.
SC	Chapecó	16	27S0638	52W3456	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0638 52W3456 Co-localizado com os canais 17+, 15D.
SC	Chapecó	15	27S0638	52W3456	8			Coordenadas de sítio: 27S0638 52W3456 Co-localizado com o canal 16D.
SC	Concórdia	40	27S1220	52W0207	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1220 52W0207
SC	Criciúma	15	28S3921	49W2150	8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150 Co-localizado com o canal 14D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 15 do PBRTV
SC	Criciúma	47	28S3921	49W2150	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150 Co-localizado com os canais 46D, 48D.
SC	Criciúma	27	28S3921	49W2150	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150
SC	Criciúma	14	28S3921	49W2150	8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150 Co-localizado com os canais 15D, 15.
SC	Criciúma	46	28S3921	49W2150	8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150 Co-localizado com o canal 47D.
SC	Criciúma	48	28S3921	49W2150	8			Coordenadas de sítio: 28S3921 49W2150 Co-localizado com o canal 47D.
SC	Cunha Porã	39	26S5207	53W1219	8			Coordenadas de sítio: 26S5207 53W1219 Co-localizado com o canal 40-.
SC	Cunha Porã	15	26S5207	53W1219	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5207 53W1219 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 15 do PBRTV
SC	Curitibanos	40	27S1823	50W3401	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1823 50W3401
SC	Dionísio Cerqueira	18	26S1518	53W3823	0,08			Coordenadas de sítio: 26S1518 53W3823
SC	Florianópolis	16	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 17D.
SC	Florianópolis	17	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 16D, 18D.
SC	Florianópolis	21	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 22D.
SC	Florianópolis	22	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 21D.
SC	Florianópolis	26	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 27D.
SC	Florianópolis	28	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 29D, 27D.
SC	Florianópolis	35	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 36D de São José/SC.
SC	Florianópolis	41	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 42D.
SC	Florianópolis	42	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 41D, 43D.
SC	Florianópolis	46	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 47D.
SC	Florianópolis	18	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 17D.
SC	Florianópolis	44	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 43D.
SC	Florianópolis	14	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203
SC	Florianópolis	43	27S3524	48W3203	100			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 42D, 44D.
SC	Florianópolis	48	27S3524	48W3203	100			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 47D, 49D.
SC	Florianópolis	47	27S3524	48W3203	100			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com os canais 46D, 48D.
SC	Fraiburgo	23	27S0206	50W5543	0,08			Coordenadas de sítio: 27S0206 50W5543
SC	Governador Celso Ramos	25	27S1855	48W3254	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1855 48W3254
SC	Herval d'Oeste	45	27S1105	51W2116	8			Coordenadas de sítio: 27S1105 51W2116 Co-localizado com o canal 44- de Herval d'Oeste (MORRO DO SARANDI)/SC.
SC	Imbituba	28	28S1500	48W4118	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1500 48W4118
SC	Itajaí	31	26S5511	48W3947	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5511 48W3947 Co-localizado com o canal 32D. - Reuso do canal de Balneário Camboriú/SC
SC	Itapema	50	27S0525	48W3641	0,8			Coordenadas de sítio: 27S0525 48W3641
SC	Jacinto Machado	40	29S0158	49W4558	0,8			Coordenadas de sítio: 29S0158 49W4558
SC	Jacinto Machado	28	29S0158	49W4558	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0158 49W4558
SC	Jaraguá do Sul	18	26S3055	49W0312	0,8			Coordenadas de sítio: 26S3055 49W0312 Co-localizado com os canais 17-, 19.
SC	Jaraguá do Sul	29	26S3055	49W0312	0,8			Coordenadas de sítio: 26S3055 49W0312 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 29 do PBRTV
SC	Jaraguá do Sul	23	26S3055	49W0312	0,08			Coordenadas de sítio: 26S3055 49W0312
SC	Joaçaba	50	27S1041	51W3017	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1041 51W3017
SC	Joinville	41	26S1729	48W4938	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1729 48W4938 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 41 do PBRTV
SC	Joinville	15	26S1729	48W4938	8			Coordenadas de sítio: 26S1729 48W4938 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 15 do PBRTV
SC	Lages	31	27S4852	50W2226	0,8			Coordenadas de sítio: 27S4852 50W2226 Co-localizado com os canais 32D, 30D.
SC	Lages	21	27S4913	50W1928	8			Coordenadas de sítio: 27S4913 50W1928
SC	Lages	30	27S4852	50W2226	0,8			Coordenadas de sítio: 27S4852 50W2226 Co-localizado com o canal 31D.
SC	Lages	41	27S4913	50W1928	0,8			Coordenadas de sítio: 27S4913 50W1928 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 41 do PBRTV
SC	Lages	51	27S4852	50W2226	8			Coordenadas de sítio: 27S4852 50W2226
SC	Laguna	40	28S2916	48W4644	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2916 48W4644 Co-localizado com o canal 39D.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Laguna	35	28S2916	48W4644	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2916 48W4644 Co-localizado com o canal 34D.
SC	Laguna	30	28S2641	48W5147	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2641 48W5147 - Reuso do canal de Tubarão/SC
SC	Laguna	43	28S2916	48W4644	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2916 48W4644
SC	Laguna	39	28S2916	48W4644	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2916 48W4644 Co-localizado com os canais 40D, 38.
SC	Mafra	33	26S0814	49W4603	0,08			Coordenadas de sítio: 26S0814 49W4603
SC	Maravilha	28	26S4548	53W1013	0,8			Coordenadas de sítio: 26S4548 53W1013 Co-localizado com o canal 27D.
SC	Maravilha	46	26S4548	53W1013	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4548 53W1013
SC	Maravilha	27	26S4548	53W1013	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4548 53W1013 Co-localizado com o canal 28D.
SC	Maravilha	38	26S4548	53W1013	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4548 53W1013
SC	Porto União	26	26S1451	51W0434	8			Coordenadas de sítio: 26S1451 51W0434
SC	Rio do Sul	22	27S1333	49W3746	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1333 49W3746 Co-localizado com o canal 21-.
SC	Rio do Sul	20	27S1333	49W3746	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1333 49W3746 Co-localizado com o canal 21-.
SC	Rio do Sul	30	27S1333	49W3746	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1333 49W3746 Co-localizado com os canais 31D, 29-.
SC	Rio do Sul	26	27S1251	49W3835	0,8			Coordenadas de sítio: 27S1251 49W3835 Co-localizado com o canal 27.
SC	Rio Negrinho	34	26S1640	49W3100	0,08			Coordenadas de sítio: 26S1640 49W3100
SC	Rio Negrinho	28	26S1640	49W3100	0,08			Coordenadas de sítio: 26S1640 49W3100
SC	Rio Negrinho	23	26S1516	49W3106	0,08			Coordenadas de sítio: 26S1516 49W3106
SC	São Bento do Sul	40	26S1536	49W2211	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1536 49W2211
SC	São Bento do Sul	38	26S1536	49W2211	0,8			Coordenadas de sítio: 26S1536 49W2211
SC	São Joaquim	40	28S1602	49W5532	0,8			Coordenadas de sítio: 28S1602 49W5532
SC	São José	36	27S3524	48W3203	8			Coordenadas de sítio: 27S3524 48W3203 Co-localizado com o canal 35D de Florianópolis/SC.
SC	São José	27	27S3703	48W3803	8			Coordenadas de sítio: 27S3703 48W3803
SC	São Lourenço do Oeste	28	26S2224	52W5057	0,8			Coordenadas de sítio: 26S2224 52W5057
SC	São Miguel do Oeste	46	26S4336	53W3234	0,08			Coordenadas de sítio: 26S4336 53W3234
SC	Sombrio	24	29S0644	49W3947	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0644 49W3947 - Reuso do canal de Jacinto Machado/SC
SC	Taió	23	27S1623	50W0742	8			Coordenadas de sítio: 27S1623 50W0742 Co-localizado com o canal 22D de Mirim Doce/SC.
SC	Timbó	40	26S4547	49W1221	0,8			Coordenadas de sítio: 26S4547 49W1221
SC	Três Barras	17	26S0500	50W1900	0,08			Coordenadas de sítio: 26S0500 50W1900
SC	Tubarão	43	28S3209	48W5953	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3209 48W5953
SC	Tubarão	30	28S3116	48W5908	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3116 48W5908 Co-localizado com os canais 29D.
SC	Tubarão	14	28S3115	48W5907	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3115 48W5907
SC	Tubarão	29	28S3116	48W5908	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3116 48W5908 Co-localizado com o canal 30D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 29 do PBRTV
SC	Urubici	45	28S0713	49W2941	8			Coordenadas de sítio: 28S0713 49W2941
SC	Urupema	24	27S5522	49W5133	0,8			Coordenadas de sítio: 27S5522 49W5133 Co-localizado com os canais 25, 23D.
SC	Urupema	23	27S5522	49W5133	8			Coordenadas de sítio: 27S5522 49W5133 Co-localizado com o canal 24D.
SC	Videira	40	26S5914	51W1014	0,08			Coordenadas de sítio: 26S5914 51W1014
SC	Xanxerê	23	26S5300	52W2438	0,8			Coordenadas de sítio: 26S5300 52W2438

ANEXO II

1)Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Itajaí	21	26S5510	48W3948	10	299 a 341	3	Coordenada pré-fixada 26S5510;48W3948
SC	Rio do Sul	29-	27S1251	49W3835	16			Coordenada pré-fixada 07S1251;49W3835 CO-LINEAR C/CANAL 21-

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Itajaí	21	26S5510	48W3948	10	299 a 341	3	Coordenada pré-fixada 26S5510;48W3948. Co-localizado com os canais 22D, 36.
SC	Rio do Sul	29-	27S1251	49W3835	16			Coordenada pré-fixada 07S1251;49W3835. Co-localizado com o canal 30D.

2) Exclusão de canais no PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Florianópolis	2-	27S3600	48W3400	40			SBTVD
SC	Florianópolis	4	27S3518	48W3158	100	204 a 212 309 a 39	18 12	Coordenada pré-fixada 27S3525; 48W3157
SC	Florianópolis	6-	27S3600	48W3400	100			SBTVD
SC	Florianópolis	9	27S3519	48W3201	316	315 a 0 191 274	31,6 280 180	SBTVD
SC	Florianópolis	12-	27S3515	48W3200	316			SBTVD
SC	Florianópolis	18-	27S3600	48W3400	160			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 25-.
SC	Florianópolis	23-	27S3515	48W3201	160			SBTVD
SC	Florianópolis	28-	27S3600	48W3400	160			SBTVD
SC	Florianópolis	45	27S3524	48W3203	160			Coordenadas pré-fixadas: 27S3524;48W3203.

ANEXO III

1)Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Araranguá	52	28S5622	49W2817	1			
SC	Balneário Camboriú	56-	26S5902	48W3835	3,16	212 a 357	1	Coordenada pré-fixada 26S5902;48W3835
SC	Blumenau	40	26S5212	49W0739	10			Coordenada pré-fixada: 26S5212;49W0739 - Co-localizado com os canais 41D e 55 - SBTVD.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	Blumenau	53+	26S5613	49W0230	75			Coordenada pré-fixada 26S5613;49W0230
SC	Blumenau	55	26S5729	49W0432	1,6			Coordenada pré-fixada 26S5729;49W0432
SC	Brusque	53	27S0524	48W5552	2			Coordenada pré-fixada: 27S0524;48W5552 - SBTVD.
SC	Caçador	17+	26S4613	51W0322	1			
SC	Chapecó	17+	27S0713	52W3542	1			SBTVD
SC	Criciúma	23+	28S3922	49W2148	30			Coordenadas pré-fixadas: 28S3922;49W2148 - Co-localizado com o canal 31-. SBTVD
SC	Criciúma	29+	28S3922	49W2149	48,4			Coordenada pré-fixada 28S3922;49W2149. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 21+.
SC	Cunha Porã	36+	26S5152	53W1240	25			Coordenada pré-fixada 26S5152;53W1240
SC	Cunha Porã	47-	26S5151	53W1240	16			Coordenada pré-fixada 26S5151;53W1240 CO-LINEAR C/CANAL 54
SC	Cunha Porã	52+	26S5145	53W1240	50			
SC	Cunha Porã	54-	26S5147	53W1237	25			Coordenada pré-fixada 26S5147;53W1237
SC	Cunha Porã	56+	26S5153	53W1231	8	263 a 329 340 a 12	3,5 7	COLINEAR COM O CANAL49+.
SC	Herval d'Oeste	53-	27S1105	51W2116	150			
SC	Herval d'Oeste (MORRO DO SA-RANDI)	58-	27S1106	51W2115	50			Coordenada pré-fixada 27S1106,1;51W2115
SC	Itajaí	27-	26S5511	48W3947	1,5	274 a 300	0	Coordenada pré-fixada 26S5511;48W3947
SC	Itapoá	15+	26S0427	48W3632	0,36			Coordenada pré-fixada 26S0427;48W3632
SC	Jaraguá do Sul	17-	26S3055	49W0312	3,1			Coordenada pré-fixada 26S3055;49W0312
SC	Jaraguá do Sul	19	26S3055	49W0312	1			Coordenada pré-fixada 26S3055;49W0312.
SC	Jaraguá do Sul	43-	26S3058	49W0223	3,16	326 a 146	1	SBTVD
SC	Jaraguá do Sul	56	26S3058	49W0223	4,8			Coordenada pré-fixada 26S3058;49W0223
SC	Jaraguá do Sul	59	26S3058	49W0313	1			Coordenada pré-fixada: 26S3058;49W0313 - SBTVD.
SC	Joinville	22-	26S1718	48W4940	10			Co-localizado com o canal 29- - SBTVD.
SC	Joinville	29-	26S1730	48W4938	10	156 a 171	1,5	Coordenadas Pré-fixadas: 26S1730;48W4938 - Co-localizado com o canal 22-.
SC	Joinville	44-	26S1727	48W4936	10			Coordenada pré-fixada: 26S1727;48W4936 - Co-localizado com o canal 51 - SBTVD.
SC	Joinville	57+	26S1730	48W4938	20			Coordenada pré-fixada: 26S1730;48W4938 - Co-localizado com o canal 56D - SBTVD.
SC	Lages	17+	27S5107	50W2057	10	324 a 336 204 a 234	2,5 6,5	SBTVD
SC	Laguna	38	28S2916	48W4640	16			Coordenadas pré-fixadas: 28S2916;48W4640 - SBTVD.
SC	Mafra	55+	26S0814	49W4603	1,6	13 a 55	0,8	
SC	Mafra	57	26S0700	49W4800	1,6			
SC	Maracajá	55-	28S5040	49W2357	1,6			Coordenada pré-fixada 28S5040;49W2357 CO-LINEAR COM O CANAL 41.
SC	Palma Sola	27+	26S2033	53W1611				
SC	Penha	58+	26S4640	48W3822	1			Coordenada pré-fixada 26S4640;48W3822
SC	Rio do Sul	21-	27S1336	49W3833	1			Coordenada pré-fixada 27S1336;49W3833
SC	Rio do Sul	27	27S1335	49W3751	1			Coordenada pré-fixada: 27S1335;49W3751 - SBTVD.
SC	Rio Negrinho	44	26S1640	49W3100	1			Coordenada pré-fixada: 26S1640;49W3100 - Co-localizado com o canal 58 - SBTVD.
SC	Rio Negrinho	55	26S1516	49W3106	1			Coordenada pré-fixada: 26S1516;49W3106 - Co-localizado com o canal 54D - SBTVD.
SC	Rio Negrinho	58	26S1539	49W3112	1,6			
SC	Santa Cecília	30	26S5304	50W3057	1			Coordenada pré-fixada 26S5304;50W3057
SC	Taió	54-	27S1623	50W0742	31,6			
SC	Tubarão	58	28S3119	48W5908	1			Coordenada pré-fixad: 28S3119;48W5908 - Co-localizado com o canal 57D - SBTVD.
SC	Urupema	44	27S5521	49W5135	3,5			Coordenada pré-fixada 27S5521;49W5135
SC	Urupema	59	27S5522	49W5131	32			Coordenada pré-fixada: 27S5522;49W5131 - Co-localizado com o canal 44 - SBTVD.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Araranguá	18	28S5622	49W2817	1			
SC	Balneário Camboriú	29	26S5902	48W3835	3,16			Coordenada pré-fixada 26S5902;48W3835. Co-localizado com o canal 28D.
SC	Blumenau	40	26S5212	49W0739	10			Coordenada pré-fixada: 26S5212;49W0739. Co-localizado com o canal 41D - SBTVD.
SC	Blumenau	29	26S5613	49W0230	75			Coordenada pré-fixada 26S5613;49W0230
SC	Blumenau	51	26S5729	49W0432	1,6			Coordenada pré-fixada 26S5729;49W0432
SC	Brusque	15	27S0524	48W5552	2			Coordenada pré-fixada: 27S0524;48W5552 - SBTVD.
SC	Caçador	17+	26S4613	51W0322	1			Co-localizado com o canal 16D
SC	Chapecó	17+	27S0713	52W3542	1			Co-localizado com o canal 16D
SC	Criciúma	23+	28S3922	49W2148	30			Coordenadas pré-fixadas: 28S3922;49W2148. Co-localizado com o canal 15. SBTVD
SC	Criciúma	29+	28S3922	49W2149	48,4			Coordenada pré-fixada 28S3922;49W2149. Co-localizado com os canais 15, 21+, 30D.
SC	Cunha Porã	36+	26S5152	53W1240	25			Coordenada pré-fixada 26S5152;53W1240. Co-localizado com o canal 51+.
SC	Cunha Porã	47-	26S5151	53W1240	16			Coordenada pré-fixada 26S5151;53W1240. Co-localizado com o canal 40-.
SC	Cunha Porã	51	26S5145	53W1240	50			Co-localizado com o canal 36+
SC	Cunha Porã	40	26S5147	53W1237	25			Coordenada pré-fixada 26S5147;53W1237. Co-localizado com os canais 47-, 39D.
SC	Cunha Porã	15	26S5153	53W1231	8			
SC	Herval d'Oeste	51	27S1105	51W2116	150			Co-localizado com o canal 44-
SC	Herval d'Oeste (MORRO DO SA-RANDI)	44	27S1106	51W2115	50			Coordenada pré-fixada 27S1106,1;51W2115. Co-localizado com os canais 45D, 51-
SC	Itajaí	27-	26S5511	48W3947	1,5			Coordenada pré-fixada 26S5511;48W3947. Co-localizado com o canal 28D.
SC	Itapoá	15+	26S0427	48W3632	0,36			Coordenada pré-fixada 26S0427;48W3632. Co-localizado com o canal 18D.
SC	Jaraguá do Sul	17-	26S3055	49W0312	3,1			Coordenada pré-fixada 26S3055;49W0312. Co-localizado com os canais 18D, 16D.
SC	Jaraguá do Sul	19	26S3055	49W0312	1			Coordenada pré-fixada 26S3055;49W0312. Co-localizado com o canal 18D.
SC	Jaraguá do Sul	43-	26S3058	49W0223	3,16			Co-localizado com os canais 44D, 42D, 29
SC	Jaraguá do Sul	29	26S3058	49W0223	4,8			Coordenada pré-fixada 26S3058;49W0223. Co-localizado com o canal 43-
SC	Jaraguá do Sul	40	26S3058	49W0313	1			Coordenada pré-fixada: 26S3058;49W0313 - SBTVD.
SC	Joinville	22-	26S1718	48W4940	10			Co-localizado com os canais 21D, 29-, 15+
SC	Joinville	29-	26S1730	48W4938	10			Coordenadas Pré-fixadas: 26S1730;48W4938. Co-localizado com os canais 30D, 28D, 22-, 44-, 15+.
SC	Joinville	44-	26S1727	48W4936	10			Coordenada pré-fixada: 26S1727;48W4936. Co-localizado com os canais 51-, 29-
SC	Joinville	15	26S1730	48W4938	20			Coordenada pré-fixada: 26S1730;48W4938. Co-localizado com os canais 29-, 22-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	Lages	17+	27S5107	50W2057	10			Co-localizado com o canal 16D
SC	Laguna	38	28S2916	48W4640	16			Coordenadas pré-fixadas: 28S2916;48W4640 - SBTVD. Co-localizado com o canal 39D.
SC	Mafra	44	26S0607	49W4741	1,6			
SC	Mafra	51	26S0700	49W4800	1,6			
SC	Maracajá	27	28S5040	49W2357	1,6			Coordenada pré-fixada 28S5040;49W2357 CO-LINEAR COM O CANAL 41.
SC	Palma Sola	27+	26S2033	53W1611				Co-localizado com o canal 28D
SC	Penha	51	26S4640	48W3822	1			Coordenada pré-fixada 26S4640;48W3822
SC	Rio do Sul	21-	27S1336	49W3833	1			Coordenada pré-fixada 27S1336;49W3833. Co-localizado com os canais 20D, 22D.
SC	Rio do Sul	27	27S1335	49W3751	1			Coordenada pré-fixada: 27S1335;49W3751 - SBTVD. Co-localizado com o canal 26D.
SC	Rio Negrinho	44	26S1640	49W3100	1			Coordenada pré-fixada: 26S1640;49W3100 - SBTVD.
SC	Rio Negrinho	36	26S1516	49W3106	1			Coordenada pré-fixada: 26S1516;49W3106 - SBTVD.
SC	Rio Negrinho	20	26S1539	49W3112	1,6			
SC	Santa Cecília	30	26S5304	50W3057	1			Coordenada pré-fixada 26S5304;50W3057. Co-localizado com o canal 31D.
SC	Taió	40	27S1623	50W0742	31,6			
SC	Tubarão	29	28S3119	48W5908	1			Coordenada pré-fixad: 28S3119;48W5908. Co-localizado com o canal 30D - SBTVD.
SC	Urupema	44	27S5521	49W5135	3,5			Coordenada pré-fixada 27S5521;49W5135. Co-localizado com o canal 36.
SC	Urupema	36	27S5522	49W5131	32			Coordenada pré-fixada: 27S5522;49W5131 - Co-localizado com o canal 44 - SBTVD.

2)Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	3+	27S2607	48W2831	0,316	254 a 267	0,01	
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	5-	27S2627	48W2503	0,316	320 a 0	0	
SC	Florianópolis (INGLESES DO RIO VERM)	7+	27S2623	48W2510	0			VER ANEXO
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	10+	27S2547	48W2830	1,5	320 a 0	0	
SC	Florianópolis (CANASVIEIRAS)	13	27S2607	48W2831	1,5			
SC	Florianópolis	15-	27S3523	48W3158	50			SBTVD
SC	Florianópolis (CAMPECHE)	19	27S4013	48W2934	1,6			Coordenada pré-fixada 27S4000;48W3000
SC	Florianópolis	20-	27S3524	48W3147	160			COLINEAR COM O CANAL28-S
SC	Florianópolis	25-	27S3513	48W3156	160			Coordenada pré-fixada 27S3514;48W3156. CO-LOCALIZADO COM O CANAL 18-.
SC	Florianópolis	36+	27S3524	48W3203	80			CO-LOCALIZADO COM OS CANAIS 28-S DE TVA E 50+ SBTVD.
SC	Florianópolis	39-	27S3524	48W3203	160			Co-localizado com os canais 25-,40D,47+ e 54+.
SC	Florianópolis	41-	27S3518	48W3202	160			SBTVD
SC	Florianópolis	43	27S3525	48W3157	100			Co-localizados com os canais 28-,36+,50+ E 57-. SBTVD.
SC	Florianópolis	47+	27S3548	48W3257	80			
SC	Florianópolis	54+	27S3524	48W3153	80			COLINEAR C/CANAL 47+
SC	Florianópolis	57-	27S3600	48W3300	80			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 50+ SBTVD
SC	São José	7	27S3705	48W3805	6	359	2	SBTVD
SC	São José	50+	27S3515	48W3201	160			Coordenadas pré-fixadas: 27S3515;48W3201 - CO-LOCALIZADO COM OS CANAIS 36+,43 E 57-.
SC	São José	59	27S3705	48W3804	60			SBTVD

Tabela 1

UF	Localidade	Canal	Azimute (graus)	HSNMTmax (m)	ERP (kW)
SC	Florianópolis	7+	0	128	0,07
			30	170	0,48
			40	170	0,62
			50	162	0,7
			60	137	0,62
			90	163	0,25
			120	70	0,33
			150	167	0,7
			180	165	0,33
			210	43	0,01
			220	150	
			340	150	

ATO Nº 4.245, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 58, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alegrete	49	29S4700	55W4700	8			Coordenadas de sítio: 29S4700 55W4700
RS	Caxias do Sul	38	29S1005	51W1047	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1005 51W1047
RS	Seberi	38	27S2910	53W2333	0,08			Coordenadas de sítio: 27S2910 53W2333
RS	Agudo	28	29S3843	53W1424	0,08			Coordenadas de sítio: 29S384300 53W142400
RS	Agudo	38	29S4055	53W1227	0,08			Coordenadas de sítio: 29S405500 53W122700
RS	Agudo	19	29S4055	53W1227	0,08			Coordenadas de sítio: 29S405500 53W122700
RS	Ajuricaba	38	28S1422	53W4615	0,08			Coordenadas de sítio: 28S142200 53W461500
RS	Alecrim	25	27S3918	54W4550	0,08			Coordenadas de sítio: 27S391800 54W455000 - Reuso do canal de Alecrim/RS
RS	Alegrete	47	29S4841	55W4909	0,08			Coordenadas de sítio: 29S484100 55W490900
RS	André da Rocha	23	28S3730	51W3356	0,08			Coordenadas de sítio: 28S373000 51W335600 - Reuso do canal de Guabiju/RS
RS	Anta Gorda	22	28S5813	52W0017	0,08			Coordenadas de sítio: 28S581300 52W001700

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Antônio Prado	22	28S5130	51W1658	0,08			Coordenadas de sítio: 28S513000 51W165800 Co-localizado com o canal 23D.
RS	Antônio Prado	18	28S5130	51W1658	0,08			Coordenadas de sítio: 28S513000 51W165800
RS	Antônio Prado	23	28S5148	51W1730	0,08			Coordenadas de sítio: 28S514800 51W173000 Co-localizado com o canal 22D.
RS	Aratiba	39	27S2339	52W1801	0,08			Coordenadas de sítio: 27S233900 52W180100
RS	Arroio do Tigre	28	29S2006	53W0432	0,08			Coordenadas de sítio: 29S200600 53W043200 - Reuso do canal de Sobradinho/RS
RS	Arroio Grande	40	32S1419	53W0508	0,08			Coordenadas de sítio: 32S141900 53W050800
RS	Arroio Grande	48	32S1419	53W0508	0,08			Coordenadas de sítio: 32S141900 53W050800
RS	Arroio Grande	28	32S1419	53W0508	0,08			Coordenadas de sítio: 32S141900 53W050800
RS	Arvorezinha	21	28S5220	52W1031	0,08			Coordenadas de sítio: 28S522000 52W103100
RS	Arvorezinha	28	28S5220	52W1031	0,08			Coordenadas de sítio: 28S522000 52W103100
RS	Barra do Rio Azul	28	27S2432	52W2435	0,08			Coordenadas de sítio: 27S243200 52W243500
RS	Barra do Rio Azul	23	27S2318	52W1955	0,08			Coordenadas de sítio: 27S231800 52W195500
RS	Barra do Rio Azul	32	27S2318	52W1955	0,08			Coordenadas de sítio: 27S231800 52W195500
RS	Barracão	39	27S4018	51W2738	0,08			Coordenadas de sítio: 27S401800 51W273800
RS	Barracão	23	27S4018	51W2738	0,08			Coordenadas de sítio: 27S401800 51W273800
RS	Bento Gonçalves	24	29S1017	51W3109	0,08			Coordenadas de sítio: 29S101700 51W310900 Co-localizado com o canal 25D.
RS	Bento Gonçalves	25	29S0453	51W3830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S045351W3830 Co-localizado com o canal 24D.
RS	Bento Gonçalves	18	29S1017	51W3109	0,08			Coordenadas de sítio: 29S101700 51W310900
RS	Bento Gonçalves	16	29S1017	51W3109	0,08			Coordenadas de sítio: 29S101700 51W310900
RS	Boa Vista do Buricá	23	27S4007	54W0636	0,08			Coordenadas de sítio: 27S400700 54W063600
RS	Boa Vista do Cadeado	34	28S3449	53W4905	0,08			Coordenadas de sítio: 28S344900 53W490500
RS	Bom Jesus	21	28S4139	50W2621	0,08			Coordenadas de sítio: 28S4139 50W2621
RS	Boqueirão do Leão	35	29S2017	52W2708	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2017 52W2708
RS	Butiá	25	30S0713	51W5740	0,08			Coordenadas de sítio: 30S071368 51W574074
RS	Caçapava do Sul	39	30S3044	53W2929	0,08			Coordenadas de sítio: 30S304400 53W292900
RS	Caçapava do Sul	27	30S3044	53W2929	0,08			Coordenadas de sítio: 30S304400 53W292900
RS	Cacique Doble	33	27S4613	51W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 27S461300 51W393700 Co-localizado com o canal 32D.
RS	Cacique Doble	32	27S4613	51W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 27S461300 51W393700 Co-localizado com o canal 33D.
RS	Camargo	25	28S3514	52W1207	0,08			Coordenadas de sítio: 28S351400 52W120700
RS	Camargo	38	28S3514	52W1207	0,08			Coordenadas de sítio: 28S351400 52W120700
RS	Camargo	48	28S3514	52W1207	0,08			Coordenadas de sítio: 28S351400 52W120700
RS	Camargo	28	28S3514	52W1207	0,08			Coordenadas de sítio: 28S351400 52W120700
RS	Cambará do Sul	23	28S5708	50W0249	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5708 50W0249
RS	Cambará do Sul	21	29S0252	50W0841	0,08			Coordenadas de sítio: 29S025200 50W084100
RS	Cambará do Sul	32	29S0252	50W0841	0,08			Coordenadas de sítio: 29S025200 50W084100
RS	Cambará do Sul	23	29S0252	50W0841	0,08			Coordenadas de sítio: 29S025200 50W084100 - Reuso do canal de Cambará do Sul/RS
RS	Campina das Missões	23	27S5920	54W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 27S592000 54W502200
RS	Campinas do Sul	39	27S4257	52W3739	0,08			Coordenadas de sítio: 27S425700 52W373900
RS	Campinas do Sul	25	27S4257	52W3739	0,08			Coordenadas de sítio: 27S425700 52W373900
RS	Campo Novo	28	27S4039	53W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 27S403900 53W481200 - Reuso do canal de São Martinho/RS
RS	Campos Borges	24	28S5311	52W5953	0,08			Coordenadas de sítio: 28S531133 52W595382
RS	Candelária	25	29S4009	52W4720	0,08			Coordenadas de sítio: 29S400900 52W472000
RS	Candelária	18	29S4009	52W4720	0,08			Coordenadas de sítio: 29S400900 52W472000
RS	Capão da Canoa	32	29S4602	50W0117	0,08			Coordenadas de sítio: 29S460200 50W011700
RS	Capão da Canoa	29	29S4602	50W0117	0,08			Coordenadas de sítio: 29S460200 50W011700
RS	Capão do Cipó	42	28S5549	54W3324	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5549 54W3324
RS	Carazinho	32	28S1702	52W4711	0,08			Coordenadas de sítio: 28S170200 52W471100 Co-localizado com o canal 33D.
RS	Casca	40	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200
RS	Casca	35	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200
RS	Casca	26	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200
RS	Casca	14	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200
RS	Casca	19	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200 Co-localizado com o canal 20D.
RS	Casca	24	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200
RS	Casca	20	28S3340	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 28S334000 51W584200 Co-localizado com o canal 19D.
RS	Catuípe	38	28S1500	54W0042	0,08			Coordenadas de sítio: 28S150000 54W004200
RS	Catuípe	25	28S1500	54W0042	0,08			Coordenadas de sítio: 28S150000 54W004200
RS	Caxias do Sul	34	29S1402	51W0902	0,08			Coordenadas de sítio: 29S140200 51W090200
RS	Caxias do Sul	22	29S0915	51W1101	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0915 51W1101
RS	Cerro Largo	33	28S0855	54W4417	0,08			Coordenadas de sítio: 28S085500 54W441700
RS	Cerro Largo	21	28S0855	54W4417	0,08			Coordenadas de sítio: 28S085500 54W441700
RS	Chapada	26	28S0319	53W0404	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031900 53W040400 Co-localizado com o canal 25D.
RS	Chapada	25	28S0319	53W0404	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031900 53W040400 Co-localizado com o canal 26D. - Reuso do canal de Chapada/RS
RS	Chiapetta	28	27S5522	53W5629	0,08			Coordenadas de sítio: 27S552200 53W562900 - Reuso do canal de Santo Augusto/RS
RS	Chiapetta	33	27S5522	53W5629	0,08			Coordenadas de sítio: 27S552200 53W562900
RS	Chuí	19	33S4129	53W2721	0,08			Coordenadas de sítio: 33S412950 53W272199
RS	Ciríaco	20	28S2037	51W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 28S203700 51W523500
RS	Ciríaco	25	28S2037	51W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 28S203700 51W523500 Co-localizado com o canal 24D.
RS	Ciríaco	24	28S2037	51W5235	0,08			Coordenadas de sítio: 28S203700 51W523500 Co-localizado com o canal 25D.
RS	Constantina	23	27S4159	52W5954	0,08			Coordenadas de sítio: 27S415900 52W595400
RS	Coronel Bicaco	33	27S4256	53W4205	0,08			Coordenadas de sítio: 27S425600 53W420500
RS	Cristal	24	31S0052	52W0325	0,08			Coordenadas de sítio: 31S0052 52W0325
RS	Cruz Alta	47	28S3830	53W3627	0,08			Coordenadas de sítio: 28S383000 53W362700 Co-localizado com o canal 46D.
RS	David Canabarro	25	28S2315	51W5053	0,08			Coordenadas de sítio: 28S231500 51W505300 - Reuso do canal de Ciríaco/RS
RS	David Canabarro	30	28S2315	51W5053	0,08			Coordenadas de sítio: 28S231500 51W505300
RS	David Canabarro	32	28S2315	51W5053	0,08			Coordenadas de sítio: 28S231500 51W505300
RS	Dom Feliciano	27	30S4215	52W0627	0,08			Coordenadas de sítio: 30S421500 52W062700
RS	Dom Feliciano	24	30S4215	52W0627	0,08			Coordenadas de sítio: 30S421500 52W062700
RS	Dom Feliciano	38	30S4215	52W0627	0,08			Coordenadas de sítio: 30S421500 52W062700
RS	Dom Pedrito	39	30S5858	54W4023	0,08			Coordenadas de sítio: 30S585800 54W402300
RS	Dona Francisca	23	29S3718	53W2126	0,08			Coordenadas de sítio: 29S371800 53W212600
RS	Doutor Maurício Cardoso	28	27S3021	54W2139	0,08			Coordenadas de sítio: 27S302100 54W213900 - Reuso do canal de Horizontina/RS
RS	Doutor Maurício Cardoso	48	27S3021	54W2139	0,08			Coordenadas de sítio: 27S302100 54W213900
RS	Encantado	27	29S1410	51W5211	0,08			Coordenadas de sítio: 29S141000 51W521100
RS	Encantado	22	29S1410	51W5211	0,08			Coordenadas de sítio: 29S141000 51W521100
RS	Encantado	39	29S1350	51W5215	0,08			Coordenadas de sítio: 29S135000 51W521500
RS	Entre Rios do Sul	24	27S3141	52W4357	0,08			Coordenadas de sítio: 27S314100 52W435700
RS	Erebango	23	27S5119	52W1807	0,08			Coordenadas de sítio: 27S511900 52W180700
RS	Erval Grande	34	27S2326	52W3414	0,08			Coordenadas de sítio: 27S232600 52W341400
RS	Erval Seco	42	27S3257	53W3015	0,08			Coordenadas de sítio: 27S325700 53W301500
RS	Esmeralda	28	28S0313	51W1125	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031300 51W112500

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Esmeralda	24	28S0313	51W1125	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031300 51W112500
RS	Esmeralda	38	28S0313	51W1125	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031300 51W112500
RS	Esmeralda	21	28S0313	51W1125	0,08			Coordenadas de sítio: 28S031300 51W112500
RS	Espumoso	38	28S4329	52W5059	0,08			Coordenadas de sítio: 28S432900 52W505900 Co-localizado com o canal 39D.
RS	Espumoso	39	28S4329	52W5059	0,08			Coordenadas de sítio: 28S432900 52W505900 Co-localizado com o canal 38D.
RS	Faxinal do Soturno	25	29S3422	53W2422	0,08			Coordenadas de sítio: 29S342253W2422
RS	Faxinal do Soturno	28	29S3315	53W2543	0,08			Coordenadas de sítio: 29S331500 53W254300
RS	Flores da Cunha	27	29S0144	51W1054	0,08			Coordenadas de sítio: 29S014400 51W105400 Co-localizado com o canal 26D.
RS	Flores da Cunha	26	29S0144	51W1054	0,08			Coordenadas de sítio: 29S014400 51W105400 Co-localizado com o canal 27D.
RS	Flores da Cunha	22	29S0144	51W1054	0,08			Coordenadas de sítio: 29S014400 51W105400
RS	Flores da Cunha	32	29S0144	51W1054	0,08			Coordenadas de sítio: 29S014400 51W105400
RS	Frederico Westphalen	26	27S2133	53W2340	0,08			Coordenadas de sítio: 27S213300 53W234000
RS	Garibaldi	32	29S1522	51W3201	0,08			Coordenadas de sítio: 29S152200 51W320100
RS	Garruchos	34	28S1104	55W3817	0,08			Coordenadas de sítio: 28S110432 55W381732
RS	Garruchos	23	28S1453	55W3022	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1453 55W3022
RS	Gaurama	20	27S3503	52W0539	0,08			Coordenadas de sítio: 27S350300 52W053900
RS	Getúlio Vargas	34	27S5325	52W1339	0,08			Coordenadas de sítio: 27S532500 52W133900
RS	Getúlio Vargas	48	27S5240	52W1307	0,08			Coordenadas de sítio: 27S524000 52W130700
RS	Getúlio Vargas	38	27S5325	52W1339	0,08			Coordenadas de sítio: 27S532500 52W133900
RS	Getúlio Vargas	25	27S5325	52W1339	0,08			Coordenadas de sítio: 27S532500 52W133900 Co-localizado com o canal 24D.
RS	Getúlio Vargas	28	27S5240	52W1307	0,08			Coordenadas de sítio: 27S524000 52W130700
RS	Getúlio Vargas	30	27S5240	52W1307	0,08			Coordenadas de sítio: 27S524000 52W130700
RS	Giruá	23	28S0142	54W2059	0,08			Coordenadas de sítio: 28S014200 54W205900
RS	Glorinha	46	29S5308	50W4844	0,08			Coordenadas de sítio: 29S530800 50W484400
RS	Gramado	21	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600
RS	Gramado	30	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600
RS	Gramado	28	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600
RS	Gramado	40	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600
RS	Gramado	17	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600 Co-localizado com o canal 18D.
RS	Gramado	18	29S2243	50W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 29S224300 50W522600 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Guabiju	23	28S3227	51W4125	0,08			Coordenadas de sítio: 28S322700 51W412500
RS	Guaporé	18	28S5044	51W5325	0,08			Coordenadas de sítio: 28S504400 51W532500
RS	Guaporé	30	28S5044	51W5325	0,08			Coordenadas de sítio: 28S504400 51W532500
RS	Guaporé	25	28S5044	51W5325	0,08			Coordenadas de sítio: 28S504400 51W532500
RS	Guaporé	22	28S5044	51W5325	0,08			Coordenadas de sítio: 28S504400 51W532500
RS	Herval	48	32S0125	53W2344	0,08			Coordenadas de sítio: 32S012500 53W234400
RS	Herval	27	32S0125	53W2344	0,08			Coordenadas de sítio: 32S012500 53W234400
RS	Herval	23	32S0125	53W2344	0,08			Coordenadas de sítio: 32S012500 53W234400
RS	Herval	39	32S0125	53W2344	0,08			Coordenadas de sítio: 32S012500 53W234400
RS	Horizontina	20	27S3733	54W1828	0,08			Coordenadas de sítio: 27S373300 54W182800 Co-localizado com o canal 21.
RS	Ibiaçá	24	28S0325	51W5117	0,08			Coordenadas de sítio: 28S032500 51W511700
RS	Ibiaçá	38	28S0325	51W5117	0,08			Coordenadas de sítio: 28S032500 51W511700
RS	Ibiaçá	20	28S0325	51W5117	0,08			Coordenadas de sítio: 28S032500 51W511700 - Reuso do canal de Tapejara/RS
RS	Ibiraiaras	20	28S2212	51W3811	0,08			Coordenadas de sítio: 28S221200 51W381100
RS	Ibiraiaras	48	28S2126	51W3755	0,08			Coordenadas de sítio: 28S212600 51W375500
RS	Independência	16	27S5044	54W1133	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5044 54W1133
RS	Iraí	21	27S1137	53W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113700 53W150200
RS	Iraí	38	27S1137	53W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113700 53W150200
RS	Iraí	32	27S1137	53W1502	0,08			Coordenadas de sítio: 27S113700 53W150200
RS	Itaqui	34	29S0731	56W3311	0,08			Coordenadas de sítio: 29S073100 56W331100
RS	Itatiba do Sul	35	27S2312	52W2710	0,08			Coordenadas de sítio: 27S231200 52W271000
RS	Jacutinga	34	27S4344	52W3206	0,08			Coordenadas de sítio: 27S434400 52W320600
RS	Jaguari	42	29S2414	54W3857	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2414 54W3857
RS	Lagoa Vermelha	32	28S1231	51W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 28S123100 51W313300
RS	Lagoa Vermelha	14	28S1231	51W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 28S123100 51W313300
RS	Lagoa Vermelha	20	28S1231	51W3133	0,08			Coordenadas de sítio: 28S123100 51W313300
RS	Lavras do Sul	39	30S4847	53W5342	0,08			Coordenadas de sítio: 30S484700 53W534200
RS	Liberato Salzano	25	27S3600	53W0422	0,08			Coordenadas de sítio: 27S360000 53W042200
RS	Machadinho	25	27S3401	51W4004	0,08			Coordenadas de sítio: 27S340100 51W400400
RS	Machadinho	35	27S3401	51W4004	0,08			Coordenadas de sítio: 27S340100 51W400400
RS	Marau	14	28S2657	52W1200	0,08			Coordenadas de sítio: 28S265700 52W120000
RS	Marau	35	28S2759	52W1203	0,08			Coordenadas de sítio: 28S275900 52W120300
RS	Marau	14	28S2657	52W1200	0,08			Coordenadas de sítio: 28S265700 52W120000 - Reuso do canal de Marau/RS.
RS	Marau	20	28S2530	52W1230	0,08			Coordenadas de sítio: 28S2530 52W1230
RS	Marcelino Ramos	23	27S2742	51W5423	0,08			Coordenadas de sítio: 27S274200 51W542300
RS	Mariano Moro	23	27S2114	52W0850	0,08			Coordenadas de sítio: 27S211400 52W085000
RS	Mata	23	29S3356	54W2737	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3356 54W2737
RS	Mata	38	29S3356	54W2737	0,08			Coordenadas de sítio: 29S335600 54W273700
RS	Maximiliano de Almeida	32	27S3756	51W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 27S375600 51W481200
RS	Maximiliano de Almeida	24	27S3756	51W4812	0,08			Coordenadas de sítio: 27S375600 51W481200
RS	Morro Redondo	19	31S3518	52W3756	0,08			Coordenadas de sítio: 31S351857 52W375603
RS	Muçum	22	29S0953	51W5204	0,08			Coordenadas de sítio: 29S095300 51W520400 - Reuso do canal de Encantado/RS.
RS	Muçum	26	29S0953	51W5204	0,08			Coordenadas de sítio: 29S095300 51W520400
RS	Muçum	24	29S1032	51W54534	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1032 51W5453
RS	Muçum	28	29S0952	51W5350	0,08			Coordenadas de sítio: 29S095200 51W535000
RS	Muçum	32	29S0953	51W5204	0,08			Coordenadas de sítio: 29S095300 51W520400
RS	Nova Araçá	38	28S3934	51W4442	0,08			Coordenadas de sítio: 28S393400 51W444200
RS	Nova Araçá	24	28S3934	51W4442	0,08			Coordenadas de sítio: 28S393400 51W444200
RS	Nova Bassano	22	28S4337	51W4255	0,08			Coordenadas de sítio: 28S433700 51W425500 - Reuso do canal de Nova Prata/RS.
RS	Nova Bassano	33	28S4325	51W4217	0,08			Coordenadas de sítio: 28S432500 51W421700
RS	Nova Bassano	39	28S4337	51W4255	0,08			Coordenadas de sítio: 28S433700 51W425500 - Reuso do canal de Fagundes Varela/RS.
RS	Nova Bassano	28	28S4337	51W4255	0,08			Coordenadas de sítio: 28S433700 51W425500
RS	Nova Bréscia	33	29S1033	52W0637	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1033 52W0637
RS	Nova Bréscia	25	29S1252	52W0139	0,08			Coordenadas de sítio: 29S125200 52W013900 Co-localizado com o canal 26D.
RS	Nova Bréscia	38	29S1252	52W0139	0,08			Coordenadas de sítio: 29S125200 52W013900
RS	Nova Bréscia	40	29S1252	52W0139	0,08			Coordenadas de sítio: 29S125200 52W013900
RS	Nova Bréscia	22	29S1252	52W0139	0,08			Coordenadas de sítio: 29S125200 52W013900 - Reuso do canal de Encantado/RS.
RS	Nova Bréscia	26	29S1252	52W0139	0,08			Coordenadas de sítio: 29S125200 52W013900 Co-localizado com o canal 25D. - Reuso do canal de Muçum/RS
RS	Nova Palma	28	29S2839	53W2909	0,08			Coordenadas de sítio: 29S283900 53W290900 - Reuso do canal de Faxinal do Soturno/RS
RS	Nova Palma	24	29S2842	53W3039	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2842 53W3039
RS	Nova Palma	48	29S2839	53W2909	0,08			Coordenadas de sítio: 29S283900 53W290900
RS	Nova Palma	39	29S2839	53W2909	0,08			Coordenadas de sítio: 29S283900 53W290900
RS	Nova Petrópolis	39	29S2235	51W0652	0,08			Coordenadas de sítio: 29S223500 51W065200

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Nova Petrópolis	14	29S2235	51W0652	0,08			Coordenadas de sítio: 29S223500 51W065200
RS	Nova Prata	30	28S4633	51W3533	0,08			Coordenadas de sítio: 28S463300 51W353300
RS	Nova Prata	18	28S4702	51W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S470200 51W363600 Co-localizado com o canal 19D.
RS	Nova Prata	25	28S4702	51W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S470200 51W363600 - Reuso do canal de Nova Prata/RS
RS	Nova Prata	32	28S4633	51W3533	0,08			Coordenadas de sítio: 28S463300 51W353300
RS	Nova Prata	22	28S4702	51W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S470200 51W363600
RS	Nova Prata	19	28S4702	51W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S470200 51W363600 Co-localizado com o canal 18D.
RS	Nova Prata	48	28S4633	51W3533	0,08			Coordenadas de sítio: 28S463300 51W353300
RS	Osório	17	29S5312	50W1611	0,08			Coordenadas de sítio: 29S531200 50W161100
RS	Paim Filho	34	27S4238	51W4538	0,08			Coordenadas de sítio: 27S423800 51W453800
RS	Palmares do Sul	23	30S1528	50W3035	0,08			Coordenadas de sítio: 30S152800 50W303500
RS	Palmitinho	23	27S2118	53W3318	0,08			Coordenadas de sítio: 27S211800 53W331800
RS	Panambi	25	28S1733	53W3006	0,08			Coordenadas de sítio: 28S173300 53W300600
RS	Panambi	32	28S1733	53W3006	0,08			Coordenadas de sítio: 28S173300 53W300600
RS	Paraí	39	28S3539	51W4708	0,08			Coordenadas de sítio: 28S353900 51W470800 - Reuso do canal de Nova Bassano/RS
RS	Paraí	33	28S3600	51W4627	0,08			Coordenadas de sítio: 28S360000 51W462700 - Reuso do canal de Nova Bassano/RS
RS	Paraí	22	28S3539	51W4708	0,08			Coordenadas de sítio: 28S353900 51W470800 - Reuso do canal de Nova Bassano/RS
RS	Pedras Altas	23	31S4357	53W3455	0,08			Coordenadas de sítio: 31S435705 53W345579
RS	Pedro Osório	32	31S5151	52W4924	0,08			Coordenadas de sítio: 31S515100 52W492400
RS	Pejuçara	48	28S2524	53W3921	0,08			Coordenadas de sítio: 28S252400 53W392100
RS	Pejuçara	28	28S2524	53W3921	0,08			Coordenadas de sítio: 28S252400 53W392100
RS	Pinhal Grande	42	29S2120	53W1958	0,08			Coordenadas de sítio: 29S212053W1958
RS	Pinheiro Machado	48	31S3442	53W2252	0,08			Coordenadas de sítio: 31S344200 53W225200
RS	Piratini	19	31S2653	53W0615	0,08			Coordenadas de sítio: 31S265300 53W061500
RS	Planalto	25	27S1944	53W0331	0,08			Coordenadas de sítio: 27S194400 53W033100 - Reuso do canal de Planalto/RS
RS	Porto Alegre	34	30S0254	51W0617	0,08			Coordenadas de sítio: 30S025400 51W061700
RS	Porto Alegre	40	30S0254	51W0617	0,08			Coordenadas de sítio: 30S025400 51W061700
RS	Porto Lucena	24	27S5122	55W0059	0,08			Coordenadas de sítio: 27S512200 55W005900
RS	Porto Mauá	24	27S3431	54W4005	0,08			Coordenadas de sítio: 27S343100 54W400500
RS	Porto Xavier	23	27S5420	55W0815	0,08			Coordenadas de sítio: 27S542000 55W081500 - Reuso do canal de Porto Xavier/RS
RS	Progresso	23	29S1440	52W1840	0,08			Coordenadas de sítio: 29S144009 52W184074
RS	Putinga	32	29S0007	52W0915	0,08			Coordenadas de sítio: 29S000700 52W091500 Co-localizado com o canal 33D.
RS	Putinga	33	29S0007	52W0915	0,08			Coordenadas de sítio: 29S000700 52W091500 Co-localizado com o canal 32D.
RS	Putinga	22	29S0007	52W0915	0,08			Coordenadas de sítio: 29S000700 52W091500 - Reuso do canal de Anta Gorda/RS
RS	Quaraí	33	30S2315	56W2705	0,08			Coordenadas de sítio: 30S231500 56W270500 - Reuso do canal de Quaraí/RS
RS	Redentora	28	27S3947	53W3721	0,08			Coordenadas de sítio: 27S394700 53W372100
RS	Restinga Seca	34	29S4848	53W2230	0,08			Coordenadas de sítio: 29S484800 53W223000
RS	Rio Grande	27	32S1034	52W0955	0,08			Coordenadas de sítio: 32S103400 52W095500 - Reuso do canal de Rio Grande/RS
RS	Rio Grande	22	32S0247	52W0734	0,08			Coordenadas de sítio: 32S0247 52W0734
RS	Rio Grande	26	32S0206	52W0555	0,08			Coordenadas de sítio: 32S020600 52W055500 Co-localizado com o canal 27D.
RS	Ronda Alta	24	27S4600	52W4807	0,08			Coordenadas de sítio: 27S460000 52W480700
RS	Rondinha	38	27S4941	52W5435	0,08			Coordenadas de sítio: 27S494100 52W543500
RS	Rondinha	25	27S4941	52W5435	0,08			Coordenadas de sítio: 27S494100 52W543500
RS	Roque Gonzales	34	28S0753	55W0132	0,08			Coordenadas de sítio: 28S075300 55W013200
RS	Salto do Jacuí	25	29S0518	53W1245	0,08			Coordenadas de sítio: 29S051800 53W124500
RS	Salto do Jacuí	39	29S0518	53W1245	0,08			Coordenadas de sítio: 29S051800 53W124500
RS	Sananduva	28	27S5659	51W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 27S565900 51W482400
RS	Sananduva	23	27S5659	51W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 27S565900 51W482400
RS	Sananduva	39	27S5659	51W4824	0,08			Coordenadas de sítio: 27S565900 51W482400
RS	Santa Bárbara do Sul	28	28S2134	53W1358	0,08			Coordenadas de sítio: 28S213400 53W135800
RS	Santa Bárbara do Sul	26	28S2130	53W1450	0,08			Coordenadas de sítio: 28S213000 53W145000
RS	Santa Bárbara do Sul	30	28S2134	53W1358	0,08			Coordenadas de sítio: 28S213400 53W135800
RS	Santa Bárbara do Sul	34	28S2130	53W1450	0,08			Coordenadas de sítio: 28S213000 53W145000
RS	Santa Cruz do Sul	47	29S4303	52W2533	0,08			Coordenadas de sítio: 29S430300 52W253300 Co-localizado com o canal 48D.
RS	Santa Rosa	17	27S5217	54W2848	0,08			Coordenadas de sítio: 27S521742 54W284880 Co-localizado com o canal 16D.
RS	Santa Rosa	21	27S5052	54W2844	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5052 54W2844
RS	Santa Rosa	47	27S5215	54W2853	0,08			Coordenadas de sítio: 27S521500 54W285300
RS	Santa Vitória do Palmar	48	33S3108	53W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 33S310800 53W220500
RS	Santa Vitória do Palmar	39	33S3108	53W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 33S310800 53W220500 - Reuso do canal de Santa Vitória do Palmar/RS
RS	Santa Vitória do Palmar	24	33S3108	53W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 33S310800 53W220500 Co-localizado com o canal 25D. - Reuso do canal de Santa Vitória do Palmar/RS
RS	Santa Vitória do Palmar	25	33S3108	53W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 33S310800 53W220500 Co-localizado com os canais 24D, 24D
RS	Santana da Boa Vista	25	30S5219	53W0655	0,08			Coordenadas de sítio: 30S521900 53W065500
RS	Santiago	48	29S1130	54W5202	0,08			Coordenadas de sítio: 29S113000 54W520200
RS	Santiago	19	29S1253	54W5050	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1253 54W5050
RS	Santiago	38	29S1118	54W5119	0,08			Coordenadas de sítio: 29S111800 54W511900
RS	Santo Antônio da Patrulha	40	29S4903	50W3111	0,08			Coordenadas de sítio: 29S490300 50W311100 Co-localizado com o canal 39D.
RS	Santo Antônio da Patrulha	19	29S4903	50W3111	0,08			Coordenadas de sítio: 29S490300 50W311100
RS	Santo Augusto	21	27S5300	53W4602	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5300 53W4602
RS	Santo Augusto	38	27S5103	53W4635	0,08			Coordenadas de sítio: 27S510300 53W463500
RS	São Borja	28	28S3935	56W0009	0,08			Coordenadas de sítio: 28S393500 56W000900
RS	São Domingos do Sul	23	28S3150	51W5352	0,08			Coordenadas de sítio: 28S315000 51W535200 - Reuso do canal de David Canabarro/RS
RS	São Francisco de Assis	35	29S3301	55W0752	0,08			Coordenadas de sítio: 29S330100 55W075200
RS	São Francisco de Paula	23	29S2653	50W3501	0,08			Coordenadas de sítio: 29S265300 50W350100
RS	São Gabriel	25	30S2031	54W0555	0,08			Coordenadas de sítio: 30S2031 54W0555Co-localizado com o canal 26.
RS	São Gabriel	30	30S2005	54W1952	0,08			Coordenadas de sítio: 30S200500 54W195200 Co-localizado com o canal 29D.
RS	São Gabriel	38	30S2011	54W1912	0,08			Coordenadas de sítio: 30S201100 54W191200
RS	São José do Herval	23	29S0239	52W1743	0,08			Coordenadas de sítio: 29S023900 52W174300
RS	São José do Ouro	38	27S4610	51W3540	0,08			Coordenadas de sítio: 27S461000 51W354000
RS	São José do Ouro	42	27S4610	51W3540	0,08			Coordenadas de sítio: 27S461000 51W354000 - Reuso do canal de São José do Ouro/RS
RS	São Lourenço do Sul	28	31S2155	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 31S215500 51W584200
RS	São Lourenço do Sul	39	31S2155	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 31S215500 51W584200
RS	São Lourenço do Sul	46	31S2155	51W5842	0,08			Coordenadas de sítio: 31S215500 51W584200
RS	São Lourenço do Sul	25	31S1552	52W0258	0,08			Coordenadas de sítio: 31S155200 52W025800
RS	São Marcos	20	28S5816	51W0405	0,08			Coordenadas de sítio: 28S581600 51W040500
RS	São Marcos	26	28S5816	51W0405	0,08			Coordenadas de sítio: 28S581600 51W040500 - Reuso do canal de Flores da Cunha/RS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	São Marcos	22	28S5816	51W0405	0,08			Coordenadas de sítio: 28S581600 51W040500 - Reuso do canal de Flores da Cunha/RS
RS	São Martinho	28	27S4226	53W5807	0,08			Coordenadas de sítio: 27S422600 53W580700
RS	São Nicolau	34	28S1057	55W1602	0,08			Coordenadas de sítio: 28S105700 55W160200
RS	São Paulo das Missões	33	28S0117	54W5610	0,08			Coordenadas de sítio: 28S011700 54W561000
RS	São Vicente do Sul	28	29S4130	54W4046	0,08			Coordenadas de sítio: 29S413000 54W404600
RS	Sarandi	14	27S5638	52W5523	0,08			Coordenadas de sítio: 27S563800 52W552300
RS	Sarandi	24	27S5638	52W5523	0,08			Coordenadas de sítio: 27S563800 52W552300
RS	Sarandi	32	27S5638	52W5523	0,08			Coordenadas de sítio: 27S563800 52W552300
RS	Sarandi	26	27S5638	52W5523	0,08			Coordenadas de sítio: 27S563800 52W552300
RS	Sarandi	28	27S5638	52W5523	0,08			Coordenadas de sítio: 27S563800 52W552300
RS	Seberi	24	27S2841	53W2409	0,08			Coordenadas de sítio: 27S284100 53W240900
RS	Serafina Corrêa	34	28S4242	51W5606	0,08			Coordenadas de sítio: 28S424200 51W560600
RS	Serafina Corrêa	48	28S4242	51W5606	0,08			Coordenadas de sítio: 28S424200 51W560600
RS	Serafina Corrêa	32	28S4242	51W5606	0,08			Coordenadas de sítio: 28S424200 51W560600
RS	Serafina Corrêa	28	28S4310	51W5609	0,08			Coordenadas de sítio: 28S431000 51W560900
RS	Sertão	42	27S5847	52W1535	0,08			Coordenadas de sítio: 27S584700 52W153500
RS	Severiano de Almeida	28	27S2559	52W0658	0,08			Coordenadas de sítio: 27S255900 52W065800
RS	Severiano de Almeida	25	27S2559	52W0658	0,08			Coordenadas de sítio: 27S255900 52W065800
RS	Sinimbu	24	29S3219	52W3118	0,08			Coordenadas de sítio: 29S321900 52W311800
RS	Sobradinho	32	29S2517	53W0143	0,08			Coordenadas de sítio: 29S251700 53W014300
RS	Sobradinho	28	29S2704	53W0113	0,08			Coordenadas de sítio: 29S270400 53W011300
RS	Sobradinho	19	29S2517	53W0143	0,08			Coordenadas de sítio: 29S251700 53W014300 Co-localizado com o canal 18D.
RS	Sobradinho	18	29S2517	53W0143	0,08			Coordenadas de sítio: 29S251700 53W014300 Co-localizado com o canal 19D.
RS	Tapejara	20	28S0516	52W0100	0,08			Coordenadas de sítio: 28S0516 52W0100
RS	Tapejara	39	28S0442	52W0150	0,08			Coordenadas de sítio: 28S044200 52W015000 Co-localizado com o canal 40D.
RS	Tapejara	23	28S0405	52W0050	0,08			Coordenadas de sítio: 28S040500 52W005000
RS	Tapejara	40	28S0405	52W0050	0,08			Coordenadas de sítio: 28S040500 52W005000 Co-localizado com o canal 39D.
RS	Tapejara	26	28S0442	52W0150	0,08			Coordenadas de sítio: 28S044200 52W015000
RS	Tapejara	35	28S0405	52W0050	0,08			Coordenadas de sítio: 28S040500 52W005000
RS	Tapera	34	28S3734	52W5212	0,08			Coordenadas de sítio: 28S373400 52W521200
RS	Tapera	20	28S3734	52W5212	0,08			Coordenadas de sítio: 28S373400 52W521200
RS	Taquara	22	29S3902	50W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 29S390200 50W465000
RS	Taquara	29	29S3902	50W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 29S390200 50W465000
RS	Taquara	38	29S3815	50W4642	0,08			Coordenadas de sítio: 29S381500 50W464200
RS	Taquara	44	29S3902	50W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 29S390200 50W465000
RS	Teutônia	22	29S2653	51W4823	0,08			Coordenadas de sítio: 29S265300 51W482300
RS	Torres	21	29S2007	49W4337	0,08			Coordenadas de sítio: 29S200700 49W433700 Co-localizado com o canal 22D.
RS	Torres	33	29S1316	50W0204	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1316 50W0204
RS	Torres	14	29S1253	49W5817	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1253 49W5817
RS	Tramandaí	22	29S5905	50W0801	0,08			Coordenadas de sítio: 29S590500 50W080100
RS	Três Cachoeiras	24	29S2720	49W5528	0,08			Coordenadas de sítio: 29S272000 49W552800
RS	Três Coroas	32	29S3101	50W4640	0,08			Coordenadas de sítio: 29S310100 50W464000 - Reuso do canal de Gramado/RS
RS	Três Coroas	14	29S3101	50W4640	0,08			Coordenadas de sítio: 29S310100 50W464000
RS	Três Coroas	19	29S3101	50W4640	0,08			Coordenadas de sítio: 29S310100 50W464000
RS	Três de Maio	30	27S4624	54W1424	0,08			Coordenadas de sítio: 27S462400 54W142400
RS	Tupanciretã	19	29S0450	53W5009	0,08			Coordenadas de sítio: 29S045000 53W500900
RS	União da Serra	24	28S4727	51W5940	0,08			Coordenadas de sítio: 28S4727 51W5940
RS	Vacaria	21	28S3044	50W5602	0,08			Coordenadas de sítio: 28S304400 50W560200
RS	Vacaria	32	28S3044	50W5602	0,08			Coordenadas de sítio: 28S304400 50W560200 Co-localizado com o canal 33.
RS	Veranópolis	22	28S5610	51W3258	0,08			Coordenadas de sítio: 28S561000 51W325800 - Reuso do canal de Nova Prata/RS
RS	Viadutos	35	27S3410	52W0113	0,08			Coordenadas de sítio: 27S341000 52W011300
RS	Victor Graeff	20	28S3418	52W4423	0,08			Coordenadas de sítio: 28S341800 52W442300 - Reuso do canal de Tapera/RS
RS	Victor Graeff	28	28S3337	52W4454	0,08			Coordenadas de sítio: 28S333700 52W445400
RS	Victor Graeff	24	28S3418	52W4423	0,08			Coordenadas de sítio: 28S341800 52W442300
RS	Vila Flores	34	28S5144	51W3301	0,08			Coordenadas de sítio: 28S514400 51W330100
RS	Vila Maria	14	28S3205	52W0913	0,08			Coordenadas de sítio: 28S320500 52W091300 - Reuso do canal de Marau/RS.

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Agudo	59	29S3843	53W1424	0,8			29S384300; 53W142400 - Coordenadas do Sítio. 29S3843;53W1424.
RS	Alegrete	45	29S4959	55W4731	0,8			29S495900; 55W473100 - Coordenadas do Sítio. 29S4959;55W4731.
RS	Alegrete	58	29S4959	55W4731	0,08			29S495900; 55W473100 - Coordenadas do Sítio. 29S4959;55W4731.
RS	Antônio Prado	39	28S5148	51W1730	0,08			28S514800; 51W173000 - Coordenadas do Sítio. 28S5148;51W1730.
RS	Bagé	41	31S2017	54W0622	0,8			31S201700; 54W062200 - Coordenadas do Sítio. 31S2017;54W0622.
RS	Bagé	57	31S2103	54W0710	0,08			31S210300; 54W071000 - Coordenadas do Sítio. 31S2103;54W0710.
RS	Bento Gonçalves	59	29S1007	51W3108	0,8			29S100700; 51W310800 - Coordenadas do Sítio. 29S1007;51W3108.
RS	Bento Gonçalves	29	29S1007	51W3108	0,08			29S100700; 51W310800 - Coordenadas do Sítio. 29S1007;51W3108.
RS	Bento Gonçalves	46	29S1003	51W3022	0,08			29S100300; 51W302200 - Coordenadas do Sítio. 29S1003;51W3022 - Co-localizado com o canal 45D.
RS	Bento Gonçalves	52	29S1007	51W3108	0,08			29S100700; 51W310800 - Coordenadas do Sítio. 29S1007;51W3108.
RS	Bento Gonçalves	45	29S1003	51W3022	0,08			29S100300; 51W302200 - Coordenadas do Sítio. 29S1003;51W3022 - Co-localizado com os canais 44 e 46D.
RS	Cachoeira do Sul	45	30S0205	52W5404	0,08			30S020500; 52W540400 - Coordenadas do Sítio. 30S0205;52W5404.
RS	Cachoeira do Sul	53	30S0111	52W5336	8			30S011100; 52W533600 - Coordenadas do Sítio. 30S0111;52W5336.
RS	Cachoeira do Sul	17	30S0205	52W5404	0,8			30S020500; 52W540400 - Coordenadas do Sítio. 30S0205;52W5404.
RS	Cachoeira do Sul	57	30S0205	52W5404	0,08			30S020500; 52W540400 - Coordenadas do Sítio. 30S0205;52W5404.
RS	Camaquã	58	30S5104	51W4844	0,08			30S510400; 51W484400 - Coordenadas do Sítio. 30S5104;51W4844.
RS	Camaquã	33	30S4929	51W4807	0,08			30S492900; 51W480700 - Coordenadas do Sítio. 30S4929;51W4807.
RS	Campo Bom	49	29S4028	51W0306	0,8			29S402800; 51W030600 - Coordenadas do Sítio. 29S4028;51W0306.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Campo Bom	33	29S3818	51W0533	0,08			29S381800; 51W053300 - Coordenadas do Sítio. 29S3818;51W0533.
RS	Campo Bom	26	29S3818	51W0533	0,08			29S381800; 51W053300 - Coordenadas do Sítio. 29S3818;51W0533 - Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Candelária	50	29S4307	52W4847	0,08			29S430700; 52W484700 - Coordenadas do Sítio. 29S4307;52W4847.
RS	Canela	58	29S2300	50W5000	0,08			29S230000; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S2300;50W5000.
RS	Canela	40	29S2300	50W5000	0,08			29S230000; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S2300;50W5000 - Co-localizado com o canal 39.
RS	Canela	26	29S2211	50W4833	0,08			29S221100; 50W483300 - Coordenadas do Sítio. 29S2211;50W4833.
RS	Carazinho	33	28S1712	52W4723	8			28S171200; 52W472300 - Coordenadas do Sítio. 28S1712;52W4723 - Co-localizado com o canal 32.
RS	Carazinho	20	28S1712	52W4723	0,08			28S171200; 52W472300 - Coordenadas do Sítio. 28S1712;52W4723.
RS	Carazinho	57	28S1712	52W4723	0,08			28S171200; 52W472300 - Coordenadas do Sítio. 28S1712;52W4723.
RS	Carazinho	53	28S1712	52W4723	0,08			28S171200; 52W472300 - Coordenadas do Sítio. 28S1712;52W4723.
RS	Carazinho	45	28S1712	52W4723	0,08			28S171200; 52W472300 - Coordenadas do Sítio. 28S1712;52W4723 - Co-localizado com o canal 44.
RS	Caxias do Sul	14	29S1100	51W1200	0,08			29S110000; 51W120000 - Coordenadas do Sítio. 29S1100;51W1200.
RS	Caxias do Sul	18	29S0954	51W1032	0,8			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032 - Co-localizado com os canais 17D e 19.
RS	Caxias do Sul	54	29S0954	51W1032	0,8			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032 - Co-localizado com os canais 53D e 55-.
RS	Caxias do Sul	58	29S0958	51W1032	0,08			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0951;51W1032 - Co-localizado com o canal 57+.
RS	Caxias do Sul	38	29S0954	51W1032	0,08			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032.
RS	Caxias do Sul	45	29S0954	51W1032	0,8			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032.
RS	Caxias do Sul	53	29S0954	51W1032	8			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032 - Co-localizado com o canal 54D.
RS	Caxias do Sul	56	29S0954	51W1032	0,08			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032 - Co-localizado com os canal 55- e 57+.
RS	Caxias do Sul	17	29S0954	51W1032	0,8			29S095400; 51W103200 - Coordenadas do Sítio. 29S0954;51W1032 - Co-localizado com o canal 18D.
RS	Chapada	25	28S0457	53W0221	0,08			28S045700; 53W022100 - Coordenadas do Sítio. 28S0457;53W0221.
RS	Cruz Alta	53	28S3815	53W3636	0,08			28S381500; 53W363600 - Coordenadas do Sítio. 28S3815;53W3636.
RS	Cruz Alta	57	28S3815	53W3636	0,08			28S381500; 53W363600 - Coordenadas do Sítio. 28S3815;53W3636.
RS	Encruzilhada do Sul	21	30S3259	52W3121	0,08			30S325900; 52W312100 - Coordenadas do Sítio. 30S3259;52W3121 - Co-localizado com o canal 22.
RS	Erechim	45	27S3755	52W1640	0,8			27S375500; 52W164000 - Coordenadas do Sítio. 27S3755;52W1640.
RS	Erechim	53	27S3835	52W1525	0,08			27S383500; 52W152500 - Coordenadas do Sítio. 27S3835;52W1525.
RS	Erechim	17	27S3755	52W1640	0,8			27S375500; 52W164000 - Coordenadas do Sítio. 27S3755;52W1640.
RS	Erechim	58	27S3755	52W1640	0,08			27S375500; 52W164000 - Coordenadas do Sítio. 27S3755;52W1640.
RS	Fagundes Varela	49	28S5236	51W4150	0,08			28S523600; 51W415000 - Coordenadas do Sítio. 28S5236;51W4150.
RS	Frederico Westphalen	58	27S1900	53W2400	0,08			27S190000; 53W240000 - Coordenadas do Sítio. 27S1900;53W2400.
RS	Getúlio Vargas	24	27S5254	52W1330	0,08			27S525400; 52W133000 - Coordenadas do Sítio. 27S5254;52W1330 - Co-localizado com o canal 23.
RS	Getúlio Vargas	39	27S5254	52W1330	0,08			27S525400; 52W133000 - Coordenadas do Sítio. 27S5254;52W1330.
RS	Gramado	39	29S2259	50W5213	0,08			29S225900; 50W521300 - Coordenadas do Sítio. 29S2259;50W5213 - Co-localizado com o canal 40.
RS	Guaporé	57	28S5044	51W5325	0,08			28S504400; 51W532500 - Coordenadas do Sítio. 28S5044;51W5325.
RS	Ibiaçá	38	28S0257	51W5059	0,08			28S025700; 51W505900 - Coordenadas do Sítio. 28S0257;51W5059 - Reuso do canal de Tapejara/RS.
RS	Igrejinha	22	29S3245	50W5000	0,08			29S324500; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S3245;50W5000 - Co-localizado com o canal 23 - Reuso do canal de Três Coroas/RS.
RS	Igrejinha	28	29S3245	50W5000	0,08			29S324500; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S3245;50W5000 - Co-localizado com os canais 27 e 29 - Reuso do canal de Sapiranga/RS.
RS	Igrejinha	49	29S3245	50W5000	0,08			29S324500; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S3245;50W5000 - Reuso do canal de Três Coroas/RS.
RS	Igrejinha	44	29S3245	50W5000	0,08			29S324500; 50W500000 - Coordenadas do Sítio. 29S3245;50W5000.
RS	Ijuí	59	28S2300	53W5500	0,08			28S230000; 53W550000 - Coordenadas do Sítio. 28S2300;53W5500.
RS	Ijuí	45	28S2300	53W5500	0,08			28S230000; 53W550000 - Coordenadas do Sítio. 28S2300;53W5500.
RS	Ilópolis	59	28S5600	52W0700	0,08			28S560000; 52W070000 - Coordenadas do Sítio. 28S5600;52W0700.
RS	Ilópolis	57	28S5600	52W0700	0,08			28S560000; 52W070000 - Coordenadas do Sítio. 28S5600;52W0700.
RS	Jaguarão	57	32S3358	53W2233	0,08			32S335800; 53W223300 - Coordenadas do Sítio. 32S3358;53W2333.
RS	Lajeado	50	29S2801	51W5741	0,08			29S280100; 51W574100 - Coordenadas do Sítio. 29S2801;51W5741.
RS	Lajeado	43	29S2600	51W5800	0,08			29S260000; 51W580000 - Coordenadas do Sítio. 29S2600;51W5800 - Co-localizado com o canal 44D.
RS	Lajeado	59	29S2853	51W5904	0,08			29S285300; 51W590400 - Coordenadas do Sítio. 29S2853;51W5904.
RS	Lajeado	56	29S2801	51W5741	0,08			29S280100; 51W574100 - Coordenadas do Sítio. 29S2801;51W5741.
RS	Montenegro	54	29S4123	51W2812	0,08			29S412300; 51W281200 - Coordenadas do Sítio. 29S4123;51W2812.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Novo Hamburgo	51	29S3818	51W0535	8			29S381800; 51W053500 - Coordenadas do Sítio. 29S3818;51W0535.
RS	Novo Hamburgo	55	29S3818	51W0535	8			29S381800; 51W053500 - Coordenadas do Sítio. 29S3818;51W0535.
RS	Osório	32	29S5250	50W1711	8			29S525000; 50W171100 - Coordenadas do Sítio. 29S5250;50W1711.
RS	Osório	21	29S5250	50W1711	29,17			29S525000; 50W171100 - Coordenadas do Sítio. 29S5250;50W1711 - Co-localizado com com o canal 20.
RS	Osório	58	29S5250	50W1711	0,8			29S525000; 50W171100 - Coordenadas do Sítio. 29S5250;50W1711.
RS	Panambi	50	28S1740	53W2942	0,08			28S174000; 53W294200 - Coordenadas do Sítio. 28S1740;53W2842.
RS	Panambi	19	28S1740	53W2942	0,08			28S174000; 53W294200 - Coordenadas do Sítio. 28S1740;53W2942.
RS	Passo Fundo	14	28S1547	52W2443	0,8			28S154700; 52W244300 - Coordenadas do Sítio. 28S1547;52W2443.
RS	Passo Fundo	53	28S1547	52W2443	0,08			28S154700; 52W244300 - Coordenadas do Sítio. 28S1547;52W2443.
RS	Passo Fundo	58	28S1547	52W2443	0,08			28S154700; 52W244300 - Coordenadas do Sítio. 28S1547;52W2443.
RS	Pelotas	45	31S4555	52W2017	0,8			31S455500; 52W201700 - Coordenadas do Sítio. 31S4555;52W2017.
RS	Pelotas	17	31S4555	52W2017	0,8			31S455500; 52W201700 - Coordenadas do Sítio. 31S4555;52W2017 - Co-localizado com os canais 16+ e 18.
RS	Pelotas	57	31S4555	52W2017	0,08			31S455500; 52W201700 - Coordenadas do Sítio. 31S4555;52W2017.
RS	Piratini	56	31S2653	53W0615	0,08			31S265300; 53W061500 - Coordenadas do Sítio. 31S2653;53W0615.
RS	Porto Alegre	26	30S0449	51W1101	0			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Potência ERP (kW): 1-Proteção: 80,000 2-Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	28	30S0456	51W1057	0			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 -Potência ERP(kW): 1-Proteção: 80,000 2-Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	34	30S0449	51W1101	0			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Potência ERP(kW): 1-Proteção: 80,000 - Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	41	30S0449	51W1101	8			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101-Co-localizado com os canais 40+ e 42S.
RS	Porto Alegre	50	30S0449	51W1101	80			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101.
RS	Porto Alegre	55	30S0449	51W1101	0,8			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas.
RS	Porto Alegre	57	30S0449	51W1101	8			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101.
RS	Porto Alegre	61	30S0449	51W1101	100			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Co-localizado com o canal 62D - Potência ERP (kW): - 1 - Proteção: 100,000 - 2- Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	62	30S0449	51W1101	100			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Co-localizado com o canal 61D - Potência ERP (kW): - 1 - Proteção: 100,000 - 2 - Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	65	30S0449	51W1101	100			30S044900; 51W110100 - Coordenadas do Sítio. 30S0449;51W1101 - Potência ERP (kW): - 1 Proteção: 100,000 - 2 - Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Lucena	50	27S5108	55W0116	0,08			27S510800; 55W011600 - Coordenadas do Sítio. 27S5108;55W0116.
RS	Porto Xavier	23	27S5538	55W0852	0,08			27S553800; 55W085200 - Coordenadas do Sítio. 27S5538;55W0852 - Co-localiado com o canal 22.
RS	Quaraí	52	30S2300	56W2700	0,08			30S230000; 56W270000 - Coordenadas do Sítio. 30S2300;56W2700.
RS	Rio Grande	45	32S0206	52W0555	0,8			32S020600; 52W055500 - Coordenadas do Sítio. 32S0206;52W0555.
RS	Rio Grande	53	32S0206	52W0555	0,8			32S020600; 52W055500 - Coordenadas do Sítio. 32S0206;52W0555.
RS	Rio Grande	15	32S0206	52W0555	0,8			32S020600; 52W055500 - Coordenadas do Sítio. 32S0206;52W0555.
RS	Rio Grande	27	32S0206	52W0555	0,8			32S020600; 52W055500 - Coordenadas do Sítio. 32S0206;52W0555 - Co-localizado com o canal 28.
RS	Rio Grande	58	32S0206	52W0555	0,08			32S020600; 52W055500 - Coordenadas do Sítio. 32S0206;52W0555.
RS	Roca Sales	34	29S1935	51W5159	0,08			29S193500; 51W515900 - Coordenadas do Sítio. 29S1935;51W5159.
RS	Rolante	22	29S3922	50W3511	0,08			29S392200; 50W351100 - Coordenadas do Sítio. 29S3922;50W3511.
RS	Rolante	30	29S3922	50W3511	0,08			29S392200; 50W351100 - Coordenadas do Sítio. 29S3922;50W3511 - Co-localizado com o canal 31 - Reuso do de Santo Antônio da Patrulha/RS.
RS	Santa Cruz do Sul	48	29S4341	52W2437	0,8			29S434100; 52W243700 - Coordenadas do Sítio. 29S4341;52W2437 - Co-localizado com o canal 49.
RS	Santa Cruz do Sul	58	29S4303	52W2533	0,08			29S430300; 52W253300 - Coordenadas do Sítio. 29S4303;52W2533.
RS	Santa Cruz do Sul	50	29S4341	52W2437	0,08			29S434100; 52W243700 - Coordenadas do Sítio. 29S4341;52W2437 - Co-localizado com o canal 49.
RS	Santa Maria	53	29S3919	53W5009	0,8			29S391900; 53W500900 - Coordenadas do Sítio. 29S3919;53W5009.
RS	Santa Maria	58	29S3919	53W5009	8			29S391900; 53W500900 - Coordenadas do Sítio. 29S3919;53W5009.
RS	Santa Rosa	58	27S5158	54W2840	0,08			27S515800; 54W284000 - Coordenadas do Sítio. 27S5158;54W2840.
RS	Santa Vitória do Palmar	24	33S3146	53W2143	0,08			33S314600; 53W214300 - Coordenadas do Sítio. 33S3146;53W2143.
RS	Santana do Livramento	30	30S5349	55W3101	0,8			30S534900; 55W310100 - Coordenadas do Sítio. 30S5349;55W3101.
RS	Santana do Livramento	19	30S5349	55W3101	0,08			30S534900; 55W310100 - Coordenadas do Sítio. 30S5349;55W3101.
RS	Santana do Livramento	57	30S5314	55W3150	0,08			30S531400; 55W315000 - Coordenadas do Sítio. 30S5314;55W3150.
RS	Santana do Livramento	52	30S5314	55W3150	0,08			30S531400; 55W315000 - Coordenadas do Sítio. 30S5314;55W3150.
RS	Santiago	43	29S1118	54W5159	0,08			29S111800; 54W515900 - Coordenadas do Sítio. 29S1118;54W5159.
RS	Santo Ângelo	45	28S1754	54W1548	0,8			28S175400; 54W154800 - Coordenadas do Sítio. 28S1754;54W1548.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Santo Ângelo	57	28S1754	54W1548	0,08			28S175400; 54W154800 - Coordenadas do Sítio. 28S1754;54W1548.
RS	Santo Antônio da Patrulha	53	29S4903	50W3111	0,08			29S490300; 50W311100 - Coordenadas do Sítio. 29S4903;50W3111.
RS	Santo Antônio da Patrulha	39	29S4903	50W3111	0,08			29S490300; 50W311100 - Coordenadas do Sítio. 29S4903;50W3111 - Co-localizado com o canal 38.
RS	Santo Augusto	55	27S5112	53W4632	0,08			27S511200; 53W463200 - Coordenadas do Sítio. 27S5112:53W4632.
RS	São Borja	57	28S3943	56W0000	0,08			28S394300; 56W000000 - Coordenadas do Sítio. 28S3943;56W0000.
RS	São Gabriel	29	30S2013	54W1921	0,08			30S201300; 54W192100 - Coordenadas do Sítio. 30S2013;54W1921.
RS	São Gabriel	17	30S2013	54W1921	0,08			30S201300; 54W192100 - Coordenadas do Sítio. 30S2013;54W1921.
RS	São Gabriel	57	30S2013	54W1921	0,08			30S201300; 54W192100 - Coordenadas do Sítio. 30S2013;54W1921.
RS	São Lourenço do Sul	19	31S2200	51W5900	0,08			31S220000; 51W590000 - Coordenadas do Sítio. 31S2200;51W5900.
RS	São Luiz Gonzaga	45	28S2418	54W5713	0,8			28S241800; 54W571300 - Coordenadas do Sítio. 28S2418;54W5713.
RS	São Luiz Gonzaga	58	28S2418	54W5713	0,08			28S241800; 54W571300 - Coordenadas do Sítio. 28S2418;54W5713.
RS	Sapiranga	21	29S3644	50W5830	0,08			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localizado com o canal 22 - Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Sapiranga	26	29S3644	50W5830	0,08			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 25+ e 27-. Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Sapiranga	28	29S3644	50W5830	0,08			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 27- e 29+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Sapiranga	30	29S3644	50W5830	0,8			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localiziado com o canal 29+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Sapiranga	34	29S3644	50W5830	0,08			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localizado com o canal 33+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Sapiranga	46	29S3644	50W5830	0,08			29S364400; 50W583000 - Coordenadas do Sítio. 29S3644;50W5830 - Co-localizado com o canal 47-.
RS	Sobradinho	46	29S2517	53W0143	0,08			29S251700; 53W014300 - Coordenadas do Sítio. 29S2517;53W0143.
RS	Taquara	56	29S3815	50W4642	0,08			29S381500; 50W464200 - Coordenadas do Sítio. 29S3815;50W4642 - Reuso do canal de Três Coroas/RS.
RS	Taquari	58	49S4235	51W4859	0,8			29S423500; 51W485900 - Coordenadas do Sítio. 29S4235;51W4859.
RS	Torres	31	29S2023	49W4350	0,8			29S202300; 49W435000 - Coordenadas do Sítio. 29S2023;49W4350.
RS	Torres	34	29S2023	49W4350	8			29S202300; 49W435000 - Coordenadas do Sítio. 29S2023;49W4350.
RS	Torres	21	29S2023	49W4350	0,8			29S202300; 49W435000 - Coordenadas do Sítio. 29S2023;49W4350.
RS	Torres	29	29S2023	49W4350	0,08			29S202300; 49W435000 - Coordenadas do Sítio. 29S2023;49W4350.
RS	Tramandaí	32	30S0800	50W1100	0,08			30S080000; 50W110000 - Coordenadas do Sítio. 30S0800;50W1100 - Reuso do canal de Osório/RS.
RS	Três Cachoeiras	57	29S2702	49W5533	0,08			29S270200; 49W553300 - Coordenadas do Sítio. 29S2702;49W5533.
RS	Três Coroas	56	29S3124	50W4555	0,08			29S312400; 50W455500 - Coordenadas do Sítio. 29S3124;50W4555.
RS	Três Coroas	22	29S3124	50W4555	0,08			29S312400; 50W455500 - Coordenadas do Sítio. 29S3124;50W4555 - Co-localizado com o canal 21.
RS	Três Coroas	49	29S3124	50W4555	0,08			29S312400; 50W455500 - Coordenadas do Sítio. 29S3124;50W4555.
RS	Três Coroas	38	29S3124	50W4555	0,08			29S312400; 50W455500 - Coordenadas do Sítio. 29S3124;50W4555 - Co-localizado com o canal 39.
RS	Uruguaiana	52	29S4511	57W0505	0,08			29S451100; 57W050500 - Coordenadas do Sítio. 29S4511;57W0505.
RS	Uruguaiana	58	29S4511	57W0505	0,08			29S451100; 57W050500 - Coordenadas do Sítio. 29S4511;57W0505.
RS	Vacaria	34	28S3103	50W5541	0,08			28S310300; 50W554100 - Coordenadas do Sítio. 28S3103;50W5541 - Co-localizado com o canal 33.
RS	Vacaria	16	28S3103	50W5541	0,8			28S310300; 50W554100 - Coordenadas do Sítio. 28S3103;50W5541 - Co-localizado com o canal 17-.
RS	Vacaria	58	28S3000	50W5600	0,08			28S300000; 50W560000 - Coordenadas do Sítio. 28S3000;50W5600.
RS	Vacaria	45	28S3000	50W5600	0,08			28S300000; 50W560000 - Coordenadas do Sítio. 28S3000;50W5600 - Co-localizado com o canal 44+.
RS	Vacaria	35	28S3103	50W5541	0,08			28S310300; 50W554100 - Coordenadas do Sítio. 28S3103;50W5541 - Co-localizado com o canal 33.
RS	Venâncio Aires	15	29S3500	52W1100	0,08			29S350000; 52W110000 - Coordenadas do Sítio. 29S3500;52W1100 - Co-localizado com o canal 14D.

Tabela 1

UF	Localidade	Canal	Azimute (graus)	HSNMTmax (m)	ERP (kW)
RS	Porto Alegre	26	0 a 359	330,0	70,00
RS	Porto Alegre	28	0 a 359	330,0	70,00
RS	Porto Alegre	34	0 a 359	330,0	70,00

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Agudo	16	29S3843	53W1424	0,8			Coordenadas de sítio: 29S3843 53W1424
RS	Alegrete	44	29S4959	55W4731	0,8			Coordenadas de sítio: 29S4959 55W4731
RS	Alegrete	16	29S4959	55W4731	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4959 55W4731
RS	Antônio Prado	46	28S5148	51W1730	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5148 51W1730
RS	Bagé	40	31S2017	54W0622	0,8			Coordenadas de sítio: 31S2017 54W0622
RS	Bagé	15	31S2103	54W0710	0,08			Coordenadas de sítio: 31S2103 54W0710 Co-localizado com o canal 16.
RS	Bento Gonçalves	41	29S1007	51W3108	0,8			Coordenadas de sítio: 29S1007 51W3108

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Bento Gonçalves	29	29S1007	51W3108	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1007 51W3108 Co-localizado com o canal 30D.
RS	Bento Gonçalves	46	29S1003	51W3022	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1003 51W3022 Co-localizado com o canal 47D.
RS	Bento Gonçalves	47	29S1007	51W3108	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1007 51W3108 Co-localizado com o canal 46D.
RS	Bento Gonçalves	30	29S1003	51W3022	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1003 51W3022 Co-localizado com o canal 29D.
RS	Cachoeira do Sul	44	30S0205	52W5404	0,08			Coordenadas de sítio: 30S0205 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	46	30S0111	52W5336	8			Coordenadas de sítio: 30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	17	30S0205	52W5404	0,8			Coordenadas de sítio: 30S0205 52W5404 Co-localizado com o canal 16D.
RS	Cachoeira do Sul	16	30S0205	52W5404	0,08			Coordenadas de sítio: 30S0205 52W5404 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Camaquã	16	30S5104	51W4844	0,08			Coordenadas de sítio: 30S5104 51W4844
RS	Camaquã	42	30S4929	51W4807	0,08			Coordenadas de sítio: 30S4929 51W4807
RS	Campo Bom	17	29S4028	51W0306	0,8			Coordenadas de sítio: 29S4028 51W0306
RS	Campo Bom	33	29S3818	51W0533	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3818 51W0533 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Campo Bom	26	29S3818	51W0533	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3818 51W0533 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Candelária	50	29S4307	52W4847	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4307 52W4847 Co-localizado com o canal 51.
RS	Canela	16	29S2300	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2300 50W5000
RS	Canela	39	29S2300	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2300 50W5000
RS	Canela	49	29S2211	50W4833	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2211 50W4833
RS	Carazinho	33	28S1712	52W4723	8			Coordenadas de sítio: 28S1712 52W4723 Co-localizado com os canais 32, 32D.
RS	Carazinho	21	28S1712	52W4723	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carazinho	16	28S1712	52W4723	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1712 52W4723 Co-localizado com o canal 15+.
RS	Carazinho	46	28S1712	52W4723	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carazinho	44	28S1712	52W4723	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1712 52W4723 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 44 do PBRTV
RS	Caxias do Sul	15	29S1100	51W1200	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1100 51W1200
RS	Caxias do Sul	18	29S0954	51W1032	0,8			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Caxias do Sul	31	29S0954	51W1032	0,8			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	16	29S0958	51W1032	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0958 51W1032 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Caxias do Sul	40	29S0954	51W1032	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	44	29S0954	51W1032	0,8			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 45D.
RS	Caxias do Sul	48	29S0954	51W1032	8			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	45	29S0954	51W1032	0,08			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 44D.
RS	Caxias do Sul	17	29S0954	51W1032	0,8			Coordenadas de sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com os canais 18D, 16D.
RS	Chapada	25	28S0457	53W0221	0,08			Coordenadas de sítio: 28S0457 53W0221
RS	Cruz Alta	46	28S3815	53W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3815 53W3636 Co-localizado com o canal 47D.
RS	Cruz Alta	15	28S3815	53W3636	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3815 53W3636
RS	Encruzilhada do Sul	22	30S3259	52W3121	0,08			Coordenadas de sítio: 30S3259 52W3121 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 22 do PBRTV
RS	Erechim	44	27S3755	52W1640	0,8			Coordenadas de sítio: 27S3755 52W1640
RS	Erechim	46	27S3835	52W1525	0,08			Coordenadas de sítio: 27S3835 52W1525
RS	Erechim	17	27S3755	52W1640	0,8			Coordenadas de sítio: 27S3755 52W1640 Co-localizado com o canal 16D.
RS	Erechim	16	27S3755	52W1640	0,08			Coordenadas de sítio: 27S3755 52W1640 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Fagundes Varela	49	28S5236	51W4150	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5236 51W4150 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 49 do PBRTV
RS	Frederico Westphalen	15	27S1900	53W2400	0,08			Coordenadas de sítio: 27S1900 53W2400
RS	Getúlio Vargas	24	27S5254	52W1330	0,08			Coordenadas do Sítio. 27S5254;52W1330 - Co-localizado com o canal 23.
RS	Getúlio Vargas	14	27S5254	52W1330	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5254 52W1330
RS	Gramado	32	29S2259	50W5213	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2259 50W5213
RS	Guaporé	16	28S5044	51W5325	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5044 51W5325
RS	Ibiaçá	14	28S0257	51W5059	0,08			Coordenadas de sítio: 28S0257 51W5059 - Reuso do canal de Tapejara/RS
RS	Igrejinha	22	29S3245	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3245 50W5000 - Reuso do canal de Taquara/RS.
RS	Igrejinha	28	29S3245	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3245 50W5000
RS	Igrejinha	49	29S3245	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3245 50W5000
RS	Igrejinha	44	29S3245	50W5000	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3245 50W5000 - Reuso do canal de Taquara/RS.
RS	Ijuí	16	28S2300	53W5500	0,08			Coordenadas de sítio: 28S2300 53W5500
RS	Ijuí	44	28S2300	53W5500	0,08			Coordenadas de sítio: 28S2300 53W5500
RS	Ilópolis	16	28S5600	52W0700	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5600 52W0700
RS	Ilópolis	48	28S5600	52W0700	0,08			Coordenadas de sítio: 28S5600 52W0700
RS	Jaguarão	16	32S3358	53W2233	0,08			Coordenadas de sítio: 32S3358 53W2233
RS	Lajeado	50	29S2801	51W5741	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2801 51W5741 Co-localizado com o canal 51D.
RS	Lajeado	27	29S2600	51W5800	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2600 51W5800
RS	Lajeado	16	29S2853	51W5904	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2853 51W5904
RS	Lajeado	51	29S2801	51W5741	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2801 51W5741 Co-localizado com o canal 50D.
RS	Montenegro	46	29S4123	51W2812	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4123 51W2812
RS	Novo Hamburgo	14	29S3818	51W0535	8			Coordenadas de sítio: 29S3818 51W0535
RS	Novo Hamburgo	20	29S3818	51W0535	8			Coordenadas de sítio: 29S3818 51W0535
RS	Osório	38	29S5250	50W1711	8			Coordenadas de sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	22	29S5250	50W1711	29,17			Coordenadas de sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	16	29S5250	50W1711	0,8			Coordenadas de sítio: 29S5250 50W1711
RS	Panambi	50	28S1740	53W2942	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1740 53W2942 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 50 do PBRTV
RS	Panambi	19	28S1740	53W2942	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1740 53W2942 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 19 do PBRTV
RS	Passo Fundo	14	28S1547	52W2443	0,8			Coordenadas de sítio: 28S1547 52W2443 Co-localizado com o canal 15D.
RS	Passo Fundo	46	28S1547	52W2443	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1547 52W2443
RS	Passo Fundo	15	28S1547	52W2443	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1547 52W2443 Co-localizado com os canais 14D, 16.
RS	Pelotas	30	31S4555	52W2017	0,8			Coordenadas de sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com o canal 29D.
RS	Pelotas	17	31S4555	52W2017	0,8			Coordenadas de sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com o canal 16D.
RS	Pelotas	16	31S4555	52W2017	0,08			Coordenadas de sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Piratini	16	31S2653	53W0615	0,08			Coordenadas de sítio: 31S2653 53W0615

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Porto Alegre	26	30S0449	51W1101	0			Coordenadas do Sítio: 30S0449;51W1101 - Potência ERP (kW): 1-Proteção: 80,000 2-Interferência: Ver Tabela 1. Co-localizado com os canais 25D, 27D.
RS	Porto Alegre	28	30S0456	51W1057	0			Coordenadas do Sítio: 30S0449;51W1101 -Potência ERP(kW): 1-Proteção: 80,000 2-Interferência: Ver Tabela 1. Co-localizado com o canal 27D.
RS	Porto Alegre	34	30S0449	51W1101	0			Coordenadas do Sítio: 30S0449;51W1101 - Potência ERP(kW): 1-Proteção: 80,000 - Interferência: Ver Tabela 1. Reuso do canal de Porto Alegre/RS.
RS	Porto Alegre	41	30S0449	51W1101	8			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com o canal 42S.
RS	Porto Alegre	50	30S0449	51W1101	80			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com os canais 51D, 49D.
RS	Porto Alegre	51	30S0449	51W1101	0,8			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com o canal 50D.
RS	Porto Alegre	43	30S0449	51W1101	8			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com o canal 42S de Porto Alegre/RS.
RS	Porto Alegre	25	30S0449	51W1101	100			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com o canal 26D.
RS	Porto Alegre	49	30S0449	51W1101	100			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com o canal 50D.
RS	Porto Alegre	27	30S0449	51W1101	100			Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com os canais 26D, 28D.
RS	Porto Lucena	30	27S5108	55W0116	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5108 55W0116
RS	Porto Xavier	23	27S5538	55W0852	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5538 55W0852 Co-localizado com o canal 22.
RS	Quaraí	47	30S2300	56W2700	0,08			Coordenadas de sítio: 30S2300 56W2700 Co-localizado com o canal 48.
RS	Rio Grande	44	32S0206	52W0555	0,8			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	41	32S0206	52W0555	0,8			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	15	32S0206	52W0555	0,8			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 14D.
RS	Rio Grande	27	32S0206	52W0555	0,8			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 26D.
RS	Rio Grande	14	32S0206	52W0555	0,08			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 15D.
RS	Roca Sales	23	29S1935	51W5159	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1935 51W5159 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 23 do PBRTV
RS	Rolante	22	29S3922	50W3511	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3922 50W3511 - Reuso do canal de Taquara/RS
RS	Rolante	45	29S3922	50W3511	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3922 50W3511
RS	Santa Cruz do Sul	48	29S4341	52W2437	0,8			Coordenadas de sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 47D.
RS	Santa Cruz do Sul	15	29S4303	52W2533	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4303 52W2533
RS	Santa Cruz do Sul	50	29S4341	52W2437	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 51.
RS	Santa Maria	46	29S3919	53W5009	0,8			Coordenadas de sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Maria	14	29S3919	53W5009	8			Coordenadas de sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com o canal 15-.
RS	Santa Rosa	16	27S5158	54W2840	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5158 54W2840 Co-localizado com o canal 17D.
RS	Santa Vitória do Palmar	24	33S3146	53W2143	0,08			Coordenadas de sítio: 33S3146 53W2143
RS	Santana do Livramento	44	30S5349	55W3101	0,8			Coordenadas de sítio: 30S5349 55W3101
RS	Santana do Livramento	22	30S5349	55W3101	0,08			Coordenadas de sítio: 30S5349 55W3101
RS	Santana do Livramento	16	30S5314	55W3150	0,08			Coordenadas de sítio: 30S5314 55W3150
RS	Santana do Livramento	47	30S5314	55W3150	0,08			Coordenadas de sítio: 30S5314 55W3150
RS	Santiago	30	29S1118	54W5159	0,08			Coordenadas de sítio: 29S1118 54W5159
RS	Santo Ângelo	44	28S1754	54W1548	0,8			Coordenadas de sítio: 28S1754 54W1548
RS	Santo Ângelo	15	28S1754	54W1548	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1754 54W1548 Co-localizado com o canal 16-.
RS	Santo Antônio da Patrulha	48	29S4903	50W3111	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4903 50W3111
RS	Santo Antônio da Patrulha	39	29S4903	50W3111	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4903 50W3111 Co-localizado com o canal 40D.
RS	Santo Augusto	28	27S5112	53W4632	0,08			Coordenadas de sítio: 27S5112 53W4632 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 28 do PBRTV
RS	São Borja	16	28S3943	56W0000	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Gabriel	29	30S2013	54W1921	0,08			Coordenadas de sítio: 30S2013 54W1921 Co-localizado com o canal 30D.
RS	São Gabriel	17	30S2013	54W1921	0,08			Coordenadas de sítio: 30S2013 54W1921 Co-localizado com o canal 16D.
RS	São Gabriel	16	30S2013	54W1921	0,08			Coordenadas de sítio: 30S2013 54W1921 Co-localizado com o canal 17D.
RS	São Lourenço do Sul	19	31S2200	51W5900	0,08			Coordenadas de sítio: 31S2200 51W5900 Co-localizado com o canal 20.
RS	São Luiz Gonzaga	44	28S2418	54W5713	0,8			Coordenadas de sítio: 28S2418 54W5713
RS	São Luiz Gonzaga	16	28S2418	54W5713	0,08			Coordenadas de sítio: 28S2418 54W5713
RS	Sapiranga	22	29S3644	50W5830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	26	29S3644	50W5830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	29	29S3644	50W5830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	44	29S3644	50W5830	0,8			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	33	29S3644	50W5830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	47	29S3644	50W5830	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3644 50W5830
RS	Sobradinho	45	29S2517	53W0143	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2517 53W0143 Co-localizado com o canal 44.
RS	Taquara	16	29S3815	50W4642	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3815 50W4642
RS	Taquari	16	49S4235	51W4859	0,8			Coordenadas de sítio: 49S4235 51W4859
RS	Torres	30	29S2023	49W4350	0,8			Coordenadas de sítio: 29S2023 49W4350 Co-localizado com o canal 29D.
RS	Torres	23	29S2023	49W4350	8			Coordenadas de sítio: 29S2023 49W4350 Co-localizado com o canal 22D.
RS	Torres	22	29S2023	49W4350	0,8			Coordenadas de sítio: 29S2023 49W4350 Co-localizado com os canais 23D, 21D.
RS	Torres	29	29S2023	49W4350	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2023 49W4350 Co-localizado com o canal 30D.
RS	Tramandaí	39	30S0800	50W1100	0,08			Coordenadas de sítio: 30S0800 50W1100
RS	Três Cachoeiras	16	29S2702	49W5533	0,08			Coordenadas de sítio: 29S2702 49W5533
RS	Três Coroas	16	29S3124	50W4555	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3124 50W4555 - Reuso do canal de Taquara/RS
RS	Três Coroas	22	29S3124	50W4555	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3124 50W4555 - Reuso do canal de Taquara/RS
RS	Três Coroas	49	29S3124	50W4555	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3124 50W4555 - Reuso do canal de Canela/RS.
RS	Três Coroas	38	29S3124	50W4555	0,08			Coordenadas de sítio: 29S3124 50W4555 - Reuso do canal de Taquara/RS
RS	Uruguaiana	47	29S4511	57W0505	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	15	29S4511	57W0505	0,08			Coordenadas de sítio: 29S4511 57W0505 Co-localizado com os canais 14, 16.
RS	Vacaria	34	28S3103	50W5541	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3103 50W5541 Co-localizado com os canais 33, 35D.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Vacaria	16	28S3103	50W5541	0,8			Coordenadas de sítio: 28S3103 50W5541 Co-localizado com os canais 17-, 15D.
RS	Vacaria	15	28S3000	50W5600	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3000 50W5600 Co-localizado com o canal 16D.
RS	Vacaria	30	28S3000	50W5600	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3000 50W5600
RS	Vacaria	35	28S3103	50W5541	0,08			Coordenadas de sítio: 28S3103 50W5541 Co-localizado com o canal 34D.
RS	Venâncio Aires	39	29S3720	52W1100	0,08			Coordenadas de sítio: 29S372052W1100

Tabela 1

UF	Localidade	Canal	Azimute (graus)	HSNMTmax (m)	ERP (kW)
RS	Porto Alegre	26	0 a 359	330,0	70,00
RS	Porto Alegre	28	0 a 359	330,0	70,00
RS	Porto Alegre	34	0 a 359	330,0	70,00

3) Exclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Passo Fundo	56	28S1547	52W2443	0,08			Coordenadas de sítio: 28S1547 52W2443
RS	Rio Grande	55	32S0206	52W0555	0,08			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 56D.
RS	Rio Grande	56	32S0206	52W0555	0,08			Coordenadas de sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 55D.

ANEXO II

1)Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Sobradinho	44	29S2517	53W0143	1,6			

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Sobradinho	44	29S2517	53W0143	1,6			Co-localizado com o canal 45D.

2)Exclusão de canais no PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Bento Gonçalves	11	29S0932	51W3059	2	63 110 235	1,25 0,7 1	
RS	Bento Gonçalves	24+	29S0947	51W3012	1,6	41 a 149	0,8	Coordenada pré-fixada 29S0947;51W3112. CO-LOCALIZADO COM OSCANAIS 32 E 38.
RS	Caxias do Sul	8	29S0939	51W1017	31,6			SBTVD
RS	Caxias do Sul	27+	29S1005	51W1055	16			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 19.
RS	Caxias do Sul	31	29S0931	51W1022	16			SBTVD.
RS	Montenegro	53+	29S4119	51W2810	1			Coordenadas pré-fixadas: 29S4120;51W2810 - Co-localizado com o canal 54D - SBTVD.
RS	Novo Hamburgo (MORRO DOIS IRMAOS)	52+	29S3821	51W0538	100	25 a 54 54 a 105 105 a 120 266 a 297	12,6 70 50 42	Coordenadas pré-fixadas: 29S3821;51W0538 - Co-localizado com o canal 51D - SBTVD.
RS	Pelotas	4+	31S4504	52W1847	15			SBTVD
RS	Pelotas	7-	31S4600	52W2000	3,16	160	0,035	SBTVD
RS	Pelotas	13+	31S4555	52W2032	31,6			SBTVD
RS	Pelotas	18	31S4604	52W2028	1,6			Co-localizado com os canais 17D e 19D - SBTVD.
RS	Pelotas	30	31S4619	52W2033	1,6			Co-localizado com o canal 29D - SBTVD.
RS	Porto Alegre	2+	30S0453	51W1059	0,0001			Coordendas pré-fixadas: 30S0453;51W1059 - Potência ERP(kW) - 1-Proteção: 100,000 - 2-Interferência: ver Tabela 1 - SBTVD
RS	Porto Alegre	4-	30S0449	51W1059	0,0001			Coordenadas pré-fixadas: 30S0449;51W1059 - Potência ERP (kW): 1-Proteção: 100,000 2-Interferência: Ver Tabela 1.
RS	Porto Alegre	5	30S0453	51W1057	100			Coordenadas pré-fixadas: 30S0453;51W1057 - Potência ERP(kW): 1 - Proteção: 100,000 2 - Interferência: Ver Tabela1 - SBTVD.
RS	Porto Alegre	7	30S0200	51W1300	0			POTENCIAS ERP(KW) 1-PROTECAO:316,000 2-INTERFERENCIA: VER TABELA1.
RS	Porto Alegre	10	30S0445	51W1050	0			Coordenada pré-fixada 30S0445,51W1050. POTENCIAS- ERP(KW) 1-PROTECAO-316,00 2-INTERFERENCIA VER TABELA1
RS	Porto Alegre	12	30S0445	51W1059	0			POTENCIAS ERP(KW) 1-PROTECAO:316,000 2-INTERFERENCIA: VER TABELA1.
RS	Porto Alegre	24-	30S0159	51W1348	200			SBTVD
RS	Porto Alegre	48+	30S0451	51W1059	700			Coordenadas pré-fixadas: 30S0451;51W1059 - Co-localizado com os canais 40+ e 47D - SBTVD.
RS	Rio Grande	2	32S0100	52W0600	1			SBTVD
RS	Rio Grande	9	32S0247	52W0734	31,6			SBTVD
RS	Rio Grande	11+	32S0252	52W0829	3,16			SBTVD
RS	Taquari	25-	29S4235	51W4859	16	348 a 55	3	Coordenadas pré-fixadas: 29s4235;51W4859.

Tabela 1

UF	Localidade	Canal	Azimute (graus)	HSNMTmax (m)	ERP (kW)
RS	Porto Alegre	7	0 45 90 135 180 225 270 315	303,0 284,0 244,0 253,0 278,0 302,0 309,0 315,0	71,50 199,12 73,68 89,61 71,69 75,67 75,67 89,61
RS	Porto Alegre	10	0 45 64 77 90	326,8 319,0 246,4 261,8 268,3	452,53 32,72 25,34 35,39 57,10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			135 180 225 270 315 333 343 353	276,0 303,6 318,5 330,5 339,7 337,9 325,3 329,5	25,34 263,91 214,44 335,06 492,50 214,44 352,02 472,48
RS	Porto Alegre	12	0 8 45 49 90 135 180 225 270 315 317	316,0 319,0 297,0 301,0 256,0 264,0 292,0 284,0 320,0 323,0 331,0	262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60 262,60

ANEXO III

1)Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Antônio Prado	59+	28S5146	51W1734	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5146;51W1734.
RS	Bagé	16	31S2100	54W0709	10			Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
RS	Carazinho	15+	28S1702	52W4711	1			
RS	Carazinho	44	28S1724	52W4754	1,6			Co-localizado com o canal 45D - SBTVD.
RS	Cruz Alta	34	28S3830	53W3627	1,6			
RS	Encruzilhada do Sul	22	30S3327	52W3115	0,16			Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
RS	Espumoso	46	28S4337	52W5131	0,16			COLINEAR COM CANAIS 40,52
RS	Espumoso	52	28S4400	52W5100	0,16			COLINEAR COM CANAIS 46,58
RS	Fagundes Varela	52	28S5236	51W4150	0,16	98	0,025	Coordenada pré-fixada 28S5236;51W4150
RS	Fagundes Varela	58	28S5236	51W4150	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5236;51W4150
RS	Fontoura Xavier	58	28S5232	52W2224	0,16	303	0	Coordenada pré-fixada 28S5232;52W2224
RS	Giruá	47	28S0100	54W2100	0,16			COLINEAR COM CANAIS 41,53
RS	Horizontina	21	27S3721	54W1818	0,16			
RS	Panambi	54+	28S1733	53W3006	1,6			COLINEAR CANAL 48
RS	Panambi	58+	28S1720	53W2924	1,6	321 a 341	1	
RS	Passo Fundo	16	28S1549	52W2429	10			Coordenda pré-fixada: 28S1549;52W2429 - Co-localizado com os canais 24 e 30 - SBTVD.
RS	Passo Fundo	24	28S1549	52W2424	1,6			SBTVD
RS	Passo Fundo	28	28S1551	52W2423	1,6			Coordenada pré-fixada: 28S1551;52W2423 - Co-localizado com os canais 14+ e 27D - SBTVD.
RS	Piratini	47	31S2653	53W0615	0,16			COLINEAR CANAL 41,53
RS	Quaraí	31	30S2300	56W2700	0,16			
RS	Roca Sales	57	29S1700	51W5100	1,6			
RS	Santa Cruz do Sul	43	29S4342	52W2449	1,6			
RS	Santa Cruz do Sul	55	29S4342	52W2449	1,6			SBTVD
RS	Santa Maria	15-	29S3919	53W5000	31,6			Co-localizado com o canal 16D - SBTVD.
RS	Santo Ângelo	16-	28S1742	54W1539	10	293 a 309	1,6	Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
RS	Santo Augusto	52	27S5103	53W4635	0,16			
RS	São Gabriel	26	30S2000	54W1900	0,16			
RS	Uruguaiana	14	29S4517	57W0518	10			
RS	Uruguaiana	16	29S4530	57W0509	10			Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
RS	Vacaria	17-	28S3044	50W5602	10			
RS	Vacaria	33	28S3000	50W5600	0,16			Co-localizado com os canais 27, 34D e 39 - SBTVD.
RS	Venâncio Aires	28	29S3500	52W1100	0,16	20	0	
RS	Venâncio Aires	52	29S3500	52W1100	0,16			

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Antônio Prado	51	28S5146	51W1734	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5146;51W1734.
RS	Bagé	16	31S2100	54W0709	10			Co-localizado com os canais 17D, 15D
RS	Carazinho	15+	28S1702	52W4711	1			Co-localizado com o canal 16D
RS	Carazinho	44	28S1724	52W4754	1,6			
RS	Cruz Alta	34	28S3830	53W3627	1,6			Co-localizado com o canal 33D
RS	Encruzilhada do Sul	22	30S3327	52W3115	0,16			
RS	Espumoso	46	28S4337	52W5131	0,16			Co-localizado com o canal 40.
RS	Espumoso	51	28S4400	52W5100	0,16			Co-localizado com o canal 46.
RS	Fagundes Varela	49	28S5236	51W4150	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5236;51W4150
RS	Fagundes Varela	32	28S5236	51W4150	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5236;51W4150
RS	Fontoura Xavier	51	28S5232	52W2224	0,16			Coordenada pré-fixada 28S5232;52W2224
RS	Giruá	47	28S0100	54W2100	0,16			Co-localizado com o canal 41.
RS	Horizontina	21	27S3721	54W1818	0,16			Co-localizado com o canal 20D
RS	Panambi	50	28S1733	53W3006	1,6			
RS	Panambi	19	28S1720	53W2924	1,6			
RS	Passo Fundo	16	28S1549	52W2429	10			Coordenda pré-fixada: 28S1549;52W2429. Co-localizado com os canais 30, 24, 17D, 15D - SBTVD.
RS	Passo Fundo	24	28S1549	52W2424	1,6			Co-localizado com o canal 16
RS	Passo Fundo	28	28S1551	52W2423	1,6			Co-localizado com o canal 27D
RS	Piratini	47	31S2653	53W0615	0,16			Co-localizado com o canal 41.
RS	Quaraí	48	30S2300	56W2700	0,16			Co-localizado com o canal 47D
RS	Roca Sales	23	29S1700	51W5100	1,6			
RS	Santa Cruz do Sul	43	29S4342	52W2449	1,6			Co-localizado com o canal 51
RS	Santa Cruz do Sul	51	29S4342	52W2449	1,6			Co-localizado com os canais 43, 50D
RS	Santa Maria	15-	29S3919	53W5000	31,6			Co-localizado com os canais 16D, 14D
RS	Santo Ângelo	16-	28S1742	54W1539	10	293 a 309	1,6	Co-localizado com os canais 17D, 15D
RS	Santo Augusto	28	27S5103	53W4635	0,16			
RS	São Gabriel	26	30S2000	54W1900	0,16			Co-localizado com o canal 25D
RS	Uruguaiana	14	29S4517	57W0518	10			Co-localizado com o canal 15D
RS	Uruguaiana	16	29S4530	57W0509	10			Co-localizado com os canais 17D, 15D
RS	Vacaria	17-	28S3044	50W5602	10			Co-localizado com o canal 16D
RS	Vacaria	33	28S3000	50W5600	0,16			Co-localizado com os canais 39, 27, 34D, 32D.
RS	Venâncio Aires	28	29S3500	52W1100	0,16	20	0	Co-localizado com o canal 14
RS	Venâncio Aires	14	29S3500	52W1100	0,16			Co-localizado com o canal 28

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2)Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Bento Gonçalves	20	29S1000	51W3100	1,6			
RS	Bento Gonçalves	26	29S1000	51W3100	1,6			
RS	Bento Gonçalves	32	29S1017	51W3109	1,6	127 a 157	0,16	CO-LOCALIZADO COM O CANAL 24+.
RS	Bento Gonçalves	34+	29S1000	51W3100	1,6	56 a 75 294 a 314	0,4 0,16	Coordenada pré-fixada: 29S1000;51W3100 - Co-localizado com os canais 20,26 e 35D - SBTVD.
RS	Bento Gonçalves	36-	29S0959	51W3010	1,6	120 a 229	0,16	Coordenada pré-fixada: 29S0959;51W3010 - Co-localizado com os canais 35D e 44E - SBTVD.
RS	Bento Gonçalves	38	29S1017	51W3109	1,6			Co-localizado com os canais 24+ e 39D - SBTVD.
RS	Bento Gonçalves	44	29S1019	51W3032	1,6			Co-localizado com o canal 45D - SBTVD.
RS	Campo Bom	31+	29S3818	51W0533	5	270 a 90	0,5	Coordenadas pré-fixadas: 29S3818;51W0533 - Co-localizado com o canal 39-
RS	Campo Bom	43-	29S4014	51W0301	0,16			
RS	Campo Bom	46+	29S3818	51W0533	5			Coordenada pré-fixada: 29S3818;51W0533.
RS	Campo Bom	54+	29S4044	51W0312	0,16			SBTVD
RS	Canela	13-	29S2224	50W4826	2,6			Coordenada pré-fixada 29S2224;50W4826.
RS	Canela	21	29S2300	50W5000	0,16	160 a 270	0	
RS	Canela	39	29S2300	50W5000	0,16	160 a 270	0	Co-localizado com os canais 24 e 40D - SBTVD.
RS	Canela	53	29S2156	50W4856	0,16			SBTVD.
RS	Canoas	14-	30S0449	51W1059	100	338 a 352	75	Coordenada pré-fixada 30S0449;51W1059 - Co-localizado com o canal 15D - SBTVD.
RS	Canoas	38	30S0449	51W1113	160			Coordenada pré-fixada: 30S0449;51W1101 - Co-localizado com os canais 24-,39D e 46+ - SBTVD..
RS	Carlos Barbosa	51	29S1743	51W2952	1,6	293 a 339 340 a 354 355 a 55	0,16 0 0,16	Coordenada pré-fixada 29S1743;51W2952
RS	Caxias do Sul	7+	29S1005	51W1047	0			
RS	Caxias do Sul (Galópolis)	12-	29S1432	51W0927	0,1	130 a 226	0	Coordenadas Pré-fixadas: 29S1432;51W0927.
RS	Caxias do Sul	19	29S1005	51W1055	1,6			Co-localizado com os canais 18D e 27+E - SBTVD.
RS	Caxias do Sul	25	29S1003	51W1045	1,6			SBTVD
RS	Caxias do Sul	41+	29S1005	51W1046	1,6	130 a 150 310 a 330	0,75 0,75	29S1005;51W1046. CO-LOCALIZADO COM OS CANAIS 49+ E 55-E. SBTVD
RS	Caxias do Sul	43+	29S1005	51W1046	1,6			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 35+E.
RS	Caxias do Sul	47+	29S0939	51W1017	6	246 a 294 320 a 36	2,5 1,6	Coordenada pré-fixada 29S0939;51W1017
RS	Caxias do Sul	49+	29S1006	51W1059	20			Coordenada pré-fixada: 29S1006;51W1059 - Co-localizado com os canais 35+E,41+ e 57+.
RS	Caxias do Sul	55-	29S1005	51W1046	1,6			Coordenada pré-fixada: 29S1005;51W1046 - Co-localizado com os canais 41+,54D e 56D - SBTVD.
RS	Caxias do Sul	57+	29S1009	51W1047	10	248 a 254 243 a 269 126 a 220	0,316 0,316 3,16	Co-localizado com os canais 49+,56D e 58D - SBTVD.
RS	Cidreira	8+	30S0949	50W1236	0,316	348	0,2	Coordenada pré-fixada: 30S0949;50W1236 - SBTVD.
RS	Farroupilha	15	29S1352	51W2025	1,6	16 a 32 33 a 98 99 a 115 256 a 326	1 0,316 1 0,36	Coordenada pré-fixada 29S1352;51W2025
RS	Feliz	17	29S2516	51W1854	0,16	94 a 147	0,1	Coordenada pré-fixada 29S2516;51W1854
RS	Flores da Cunha	23-	29S0126	51W1043	1	150 a 190	0,16	Coordenada pré-fixada: 29S0126;51W1043 - Co-localizado com o canal 24D - SBTVD.
RS	Garibaldi	54	29S1540	51W3000	3			Coordenada pré-fixada 29S1540;51W3000.
RS	Gramado	28	29S2300	50W5200	0,16			Coordenada pré-fixada 29S2300;50W5200 CO-LINEAR COM CANAIS 22,34
RS	Gramado	40	29S2300	50W5200	0,16			Coordenada pré-fixada: 29S2300;50W5200 - Co-localizado com os canais 34, 39D e 46 - SBTVD.
RS	Gramado	50-	29S2301	50W5231	3,16			Coordenada pré-fixada 29S2301;50W5231
RS	Igrejinha	23	29S3245	50W5000	0,16	18 259	0 0	Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
RS	Igrejinha	27	29S3245	50W5000	0,16			Co-localizado com os canais 28D e 41 - SBTVD.
RS	Igrejinha	29	29S3245	50W5000	0,16	18	0	Co-localizado com os canais 23,28D e 35 - SBTVD.
RS	Igrejinha	41	29S3245	50W5000	0,16	18 209 a 299	0 0	Co-localizado com os canais 35, 40D e 47 - SBTVD.
RS	Igrejinha	47	29S3252	50W5001	0,16	18 221 a 185	0 0,01	COLINEAR C/OS CANAIS41,53.
RS	Igrejinha	53	29S3245	50W5000	0,16	18	0	
RS	Lajeado	9	29S2853	51W5902	3,16			Coordenada pré-fixada 29S2853;51W5902
RS	Lajeado	21	29S2755	51W5717	0,16			Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
RS	Lajeado	23+	29S2801	51W5741	0,1			
RS	Lajeado	27	29S2755	51W5717	0,16			
RS	Lajeado	29+	29S2853	51W5904	0,4			Coordenada pré-fixada 29S2853;51W5904 CO-LINEAR C/ CANAL 21
RS	Lajeado	33	29S2755	51W5717	0,16			
RS	Lajeado	39	29S2755	51W5717	0,16			C-localizado com o canal 38D - SBTVD.
RS	Lajeado	45	29S2600	51W5800	0,16			Co-localizado com o canal 44D - SBTVD.
RS	Montenegro	46	29S3952	51W2730	0,16			SBTVD
RS	Nova Petrópolis	46	29S2235	51W0652	0,16			SBTVD.
RS	Novo Hamburgo	20+	29S3818	51W0535	10			Coordenadas pré-fixadas: 29S3818;51W0535 - SBTVD
RS	Novo Hamburgo	58-	29S3818	51W0533	100	273 a 97	25	Coordenada pré-fixada 29S3818;51W0535
RS	Osório	3	29S5312	50W1611	5	210 a 50	0	
RS	Osório	6+	29S5251	50W1716	100	25 a 40 330 a 25 285 a 330 40 a 47 203 a 285	15 1 0,1 25 25	Coordenadas Pré-fixadas: 29S5251;50W1716
RS	Osório	9-	29S5312	50W1611	0			VER TABELA1.
RS	Osório	11-	29S5250	50W1711	0			VER TABELA1.
RS	Osório	13+	29S5250	50W1711	0			Coordenada pré-fixada 29S5250;50W1711 POTENCIA ERP 1)PROTE1)PROTECAO 54,000 2) INTERFERENCIA VER TABELA1.
RS	Osório	20	29S5253	50W1715	1,6	240 a 0	0	Co-localizado com o canal 21D - SBTVD.
RS	Osório	26	29S5312	50W1611	4	257 a 319	0,16	
RS	Pelotas	5	31S4620	52W2029	0,316			Coordenada pré-fixada 31S4620;52W2029
RS	Pelotas	14	31S4555	52W2032	10			SBTVD
RS	Pelotas	16+	31S4605	52W2028	4			Coordenada pré-fixada: 31S4605;52W2028 - Co-localizado com o canal 17D - SBTVD.
RS	Pelotas	24	31S4527	52W2011	1,6			SBTVD
RS	Pelotas	40	31S4619	52W2033	10			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Porto Alegre	16-	30S0446	51W1102	250	336 a 352 67 a 85	160 160	Coordenadas pré-fixadas: 30S0446;51W1102 - Co-localizado com os canais 15D, 17D e 24-. - SBTVD
RS	Porto Alegre	18+	30S0452	51W1056	150	348 a 32	96,57	Coordenada pré-fixada 30S0452;51W1056. SBTVD
RS	Porto Alegre	40+	30S0444	51W1056	160			Coordenadas pré-fixadas: 30S0444;51W1056 - Co-localizado com os canais 41D e 48+E - SBTVD.
RS	Porto Alegre	44+	30S0449	51W1101	160			Coordenadas pré-fixadas: 30S0449;51W1101 - Co-localizado com os canais 36S,45D e 59+ - SBTVD.
RS	Porto Alegre	46+	30S0449	51W1101	160			Coordenas pré-fixadas: 30S0449;51W1101 - Co-localizado com os canais 36S, 45D e 59+ - SBTVD
RS	Porto Alegre (BAIRRO DE IPA-NEMA)	59+	30S0445	51W1050	160	285 a 297 330 a 55	18 0	Coordenada pré-fixada 30S0445;51W1050.
RS	Rio Grande	6+	32S0153	52W0545	1	8 256 291	0,2 0,2 0,2	Coordenada pré-fixada 32S0153;52W0545. SBTVD
RS	Rio Grande (Cassino)	7+	32S1047	52W0934	1	249 340	0,1 0,01	Coordenada pré-fixada 32S1047;52W0934
RS	Rio Grande	17	32S0206	52W0555	0,226			Co-localizado com o canal 25-. SBTVD.
RS	Rio Grande	22	32S0100	52W0600	1,6			SBTVD
RS	Rio Grande	25-	32S0151	52W0535	10	275 a 9	1,5	Coordenada pré-fixada: 32S0151;52W0535 - Co-localizado com o canal 17.
RS	Rio Grande	28	32S0100	52W0600	1,6			Co-localizado com o canal 27D - SBTVD.
RS	Rio Grande	34	32S0152	52W0536	1,6			Co-localizado com o canal 33D - SBTVD.
RS	Rolante	19	29S3922	50W3511	0,16	311	0	
RS	Rolante	25	29S3922	50W3511	0,16	311	0	Co-localizado com o canal 26D - SBTVD.
RS	Rolante	31	29S3922	50W3511	0,16	311	0	Co-localizado com o canal 30D - SBTVD.
RS	Rolante	43	29S3922	50W3511	0,16	311	0	
RS	Rolante	49	29S3922	50W3511	0,16	311	0	
RS	Rolante	55	29S3922	50W3511	0,16	311	0	
RS	Santo Antônio da Patrulha	15-	29S4903	50W3111	0,16			
RS	Santo Antônio da Patrulha	26	29S4903	50W3111	0,16	107	0	
RS	Santo Antônio da Patrulha	32	29S4903	50W3111	0,16	268 a 317	0	
RS	Santo Antônio da Patrulha	38	29S4903	50W3111	0,16	307	0	Co-localizado com o canal 39D - SBTVD.
RS	Santo Antônio da Patrulha	44	29S4903	50W3111	0,16	307	0	
RS	Santo Antônio da Patrulha	50	29S4911	50W3117	0,16	307	0	
RS	São Francisco de Paula	54	29S2714	50W3448	0,16			Coordenada pré-fixada 29S2714;50W3448
RS	São Marcos	46	28S5743	51W0315	0,16	62 161	0 0	Coordenada pré-fixada 28S5743;51W0315 CO-LINEAR COM CANAIS 40,52E.
RS	São Sebastião do Caí	59	29S3520	51W2157	0,16			
RS	Sapiranga	22	29S3644	50W5830	0,16			Coordenada pré-fixada: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 21D e 29+ - SBTVD.
RS	Sapiranga	25+	29S3644	50W5830	0,16			Coordenada pré-fixada: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 26D e 33+ - SBTVD.
RS	Sapiranga	27-	29S3644	50W5830	0,16			Coordenada pré-fixada: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 26D e 28D - SBTVD.
RS	Sapiranga	29+	29S3644	50W5830	10	37 a 90 270 a 36	0 0,16	Coordenada pré-fixada: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 22, 28D e 30D - SBTVD.
RS	Sapiranga	33+	29S3644	50W5830	0,16			Coordenada pré-fixada: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 25+, 34D e 47- - SBTVD.
RS	Sapiranga	47-	29S3644	50W5830	0,16			Coordenada pré-fixadas: 29S3644;50W5830 - Co-localizado com os canais 33+ e 46D - SBTVD.
RS	Taquara	15	29S3812	50W4639	0,16	340 a 20	0	Coordenadas pré-fixadas: 29S3812;50W4639.
RS	Taquara	17-	29S3822	50W4645	0,16	340 a 20	0	Coordenada pré-fixada 29S3822;50W4645.
RS	Taquara	45	29S3822	50W4645	0,16	340 a 20	0	COLINEAR COM CANAIS 39,51E.
RS	Taquari	17+	29S4802	51W5154	3,16			
RS	Tramandaí (Salinas)	4	30S0800	59W1100	0			Coordenada pré-fixada 30S0800;59W1100 VER TABELA1.
RS	Três Coroas	17-	29S3124	50W4555	0,16	150 a 210	0	Coordenada pré-fixada 29S3124;50W4555
RS	Três Coroas	21	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
RS	Três Coroas	27	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	Co-localizado com os canais 21, 28D e 33 - SBTVD.
RS	Três Coroas	33	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	COLINEAR COM CANAIS 27,39.
RS	Três Coroas	39	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	Co-localizado com os canais 33, 38D e 45 - SBTVD.
RS	Três Coroas	45	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	COLINEAR COM CANAIS 39,51E.
RS	Três Coroas	51	29S3124	50W4555	0,16	275 a 355	0	

Tabela 1

UF	Localidade	Canal	Azimute (graus)	HSNMTmax (m)	ERP (kW)
RS	Osório	9-	60 90 120 150 180 210	426,0 439,0 436,0 430,0 435,0 440,0	0,156 0,278 0,178 0,178 0,278 0,156
RS	Osório	11-	0 30 60 90 105 120 150 180 210	132,0 315,0 385,0 401,0 403,0 403,0 401,0 399,0 400,0	0,84 3,63 5,95 2,92 5,95 2,92 5,95 3,63 0,84
RS	Osório	13+	40 60 90 120 150 180 210 240	300,0 398,0 398,0 398,0 398,0 398,0 398,0 398,0	0,126 5,79 6,31 6,31 5,051 6,403 2,954 0,437
RS	Tramandaí (Salinas)	4	20 50 170 200 230 350	47,0 57,0 57,0 47,0 47,0 47,0	0,141 0,056 0,056 0,141 0,056 0,056

ATO Nº 4.251, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 14, de 06 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 07 subsequente;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 8.061/2013, de 29 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 09, de 06 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 10 subsequente, e da Consulta Pública n.º 08, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD e de Atribuição de Canais de Televisão por Assinatura em UHF - PBTVA, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º. As alterações indicadas nos Anexos ficam condicionadas à publicação de cronograma a ser definido pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

1)Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Buerarema	20	14S5802	39W1542	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5802 39W1542
BA	Salvador (CAJAZEIRA-PIRAJA)	31	12S5743	38W2816	0,8			Coordenadas de sítio: 12S5743 38W2816
BA	Acajutiba	21	11S3944	38W0102	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3944 38W0102
BA	Alcobaça	25	17S3110	39W1144	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3110 39W1144
BA	Alcobaça	36	17S3110	39W1144	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3110 39W1144
BA	Alcobaça	40	17S3148	39W1137	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3148 39W1137
BA	Amargosa	22	13S0149	39W3617	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0149 39W3617
BA	Anagé	20	14S3644	41W0808	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3644 41W0808
BA	Anagé	25	14S3644	41W0808	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3644 41W0808
BA	Andaraí	25	12S4826	41W1953	0,08			Coordenadas de sítio: 12S4826 41W1953
BA	Antônio Gonçalves	31	10S3421	40W1628	0,08			Coordenadas de sítio: 10S3421 40W1628
BA	Aracatu	25	14S2539	41W2743	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2539 41W2743
BA	Araci	25	11S2000	38W5800	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2000 38W5800
BA	Aurelino Leal	22	14S1900	39W1938	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1900 39W1938 - Reuso do canal de Ibirapitanga/BA
BA	Aurelino Leal	25	14S1900	39W1938	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1900 39W1938
BA	Baixa Grande	25	11S5735	40W1005	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5735 40W1005
BA	Barra da Estiva	20	13S3734	41W1937	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3734 41W1937
BA	Barra do Choça	20	14S5252	40W3446	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5252 40W3446
BA	Barra do Mendes	25	11S4836	42W0331	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4836 42W0331
BA	Barra do Rocha	25	14S1238	39W3607	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1238 39W3607 - Reuso do canal de Ipiaú/BA
BA	Boa Nova	25	14S2145	40W1227	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2145 40W1227
BA	Boa Vista do Tupim	20	12S3937	40W3633	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3937 40W3633
BA	Bom Jesus da Lapa	25	13S1518	43W2505	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1518 43W2505 - Reuso do canal de Bom Jesus da Lapa/BA
BA	Boquira	25	12S4923	42W4350	0,08			Coordenadas de sítio: 12S4923 42W4350
BA	Botuporã	25	13S2254	42W3121	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2254 42W3121
BA	Brotas de Macaúbas	21	11S5956	42W3733	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5956 42W3733
BA	Brumado	25	14S1213	41W3955	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1213 41W3955 Colocalizado com o canal 24D.
BA	Buerarema	25	14S5734	39W1759	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5734 39W1759
BA	Buerarema	31	14S5734	39W1759	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5734 39W1759
BA	Caatiba	25	14S5836	40W2427	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5836 40W2427 - Reuso do canal de Mortugaba/BA
BA	Cachoeira	25	12S3706	38W5721	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3706 38W5721
BA	Cachoeira	29	12S3706	38W5721	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3706 38W5721
BA	Caculé	25	14S3012	42W1320	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3012 42W1320
BA	Caetité	25	14S0410	42W2830	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0410 42W2830
BA	Cafarnaum	21	11S4137	41W2806	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4137 41W2806
BA	Camacan	19	15S2509	39W2945	0,08			Coordenadas de sítio: 15S2509 39W2945
BA	Campo Formoso	21	10S3032	40W1914	0,08			Coordenadas de sítio: 10S3032 40W1914
BA	Campo Formoso	25	10S3032	40W1914	0,08			Coordenadas de sítio: 10S3032 40W1914
BA	Canarana	22	11S4105	41W4608	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4105 41W4608
BA	Canavieiras	21	15S4030	38W5650	0,08			Coordenadas de sítio: 15S4030 38W5650
BA	Candiba	25	14S2439	42W5202	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2439 42W5202
BA	Cândido Sales	25	15S3018	41W1421	0,08			Coordenadas de sítio: 15S3018 41W1421
BA	Capela do Alto Alegre	25	11S4005	39W5016	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4005 39W5016
BA	Caravelas	20	17S4355	39W1557	0,08			Coordenadas de sítio: 17S4355 39W1557
BA	Carinhanha	25	14S1817	43W4554	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1817 43W4554
BA	Castro Alves	20	12S4556	39W2542	0,08			Coordenadas de sítio: 12S4556 39W2542
BA	Castro Alves	25	12S4556	39W2542	0,08			Coordenadas de sítio: 12S4556 39W2542
BA	Catu	21	12S2111	38W2244	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2111 38W2244
BA	Catu	25	12S2111	38W2244	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2111 38W2244 - Reuso do canal de Catu/BA
BA	Catu	29	12S2111	38W2244	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2111 38W2244 - Reuso do canal do sítio 12S2100;38W2300
BA	Coaraci	21	14S3827	39W3304	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3827 39W3304
BA	Condeúba	25	14S5343	41W5807	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5343 41W5807
BA	Correntina	20	13S2036	44W3812	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2036 44W3812
BA	Correntina	31	13S2036	44W3812	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2036 44W3812
BA	Curaçá	31	08S5931	39W5429	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5931 39W5429
BA	Dário Meira	25	14S2611	39W5428	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2611 39W5428
BA	Elísio Medrado	25	12S5647	39W3118	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5647 39W3118
BA	Encruzilhada	25	15S3153	40W5434	0,08			Coordenadas de sítio: 15S3153 40W5434
BA	Entre Rios	25	11S5631	38W0504	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5631 38W0504
BA	Érico Cardoso	25	13S2523	42W0822	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2523 42W0822 - Reuso do canal de Paramirim/BA
BA	Euclides da Cunha	25	10S3030	39W0049	0,08			Coordenadas de sítio: 10S3030 39W0049
BA	Fátima	31	10S3600	38W1300	0,08			Coordenadas de sítio: 10S3600 38W1300
BA	Floresta Azul	20	14S5136	39W3935	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5136 39W3935
BA	Floresta Azul	25	14S5136	39W3935	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5136 39W3935
BA	Gandu	20	13S4438	39W2912	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4438 39W2912
BA	Gandu	25	13S4438	39W2912	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4438 39W2912
BA	Guaratinga	21	16S3502	39W4658	0,08			Coordenadas de sítio: 16S3502 39W4658
BA	Guaratinga	31	16S3502	39W4658	0,08			Coordenadas de sítio: 16S3502 39W4658
BA	Heliópolis	31	10S4100	38W1710	0,08			Coordenadas de sítio: 10S4100 38W1710 - Reuso do canal de Fátima/BA
BA	Ibicaraí	22	14S5154	39W3515	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5154 39W3515
BA	Ibicuí	25	14S5030	39W5912	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5030 39W5912
BA	Ibiquera	25	12S3904	40W5601	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3904 40W5601
BA	Ibirapitanga	22	14S0951	39W2225	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0951 39W2225
BA	Ibirataia	25	14S0401	39W3826	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0401 39W3826 - Reuso do canal de Ipiaú/BA
BA	Ibirataia	31	14S0401	39W3826	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0401 39W3826 Colocalizado com o canal 32D. - Reuso do canal de Ipiaú/BA
BA	Ibitiara	25	12S3908	42W1304	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3908 42W1304
BA	Ibititá	20	11S3250	41W5839	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3250 41W5839
BA	Igaporã	20	13S4624	42W4251	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4624 42W4251

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	Inhambupe	25	11S4704	38W2111	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4704 38W2111 - Reuso do canal de Aporá (ITAMIRA)/BA
BA	Ipiaú	25	14S0814	39W4402	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0814 39W4402
BA	Ipiaú	31	14S0814	39W4402	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0814 39W4402 - Reuso do canal de Ibirataia/BA
BA	Ipirá	20	12S0930	39W4414	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0930 39W4414
BA	Ipirá	25	12S0930	39W4414	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0930 39W4414
BA	Iramaia	25	13S1708	40W5704	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1708 40W5704
BA	Irecê	25	11S1815	41W5121	0,08			Coordenadas de sítio: 11S1815 41W5121 Colocalizado com os canais 24D, 26D.
BA	Irecê	31	11S1815	41W5121	0,08			Coordenadas de sítio: 11S1815 41W5121
BA	Irecê	35	11S1815	41W5121	0,08			Coordenadas de sítio: 11S1815 41W5121
BA	Itabuna	24	14S4708	39W1649	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4708 39W1649 Colocalizado com o canal 25D.
BA	Itaeté	25	12S5911	40W5821	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5911 40W5821
BA	Itagi	20	14S0946	40W0022	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0946 40W0022
BA	Itagi	25	14S0946	40W0022	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0946 40W0022
BA	Itagimirim	25	16S0512	39W3652	0,08			Coordenadas de sítio: 16S0512 39W3652
BA	Itaju do Colônia	25	15S0833	39W4328	0,08			Coordenadas de sítio: 15S0833 39W4328
BA	Itajuípe	20	14S4041	39W2230	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4041 39W2230
BA	Itamari	25	13S4641	39W4101	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4641 39W4101
BA	Itambé	20	15S1442	40W3728	0,08			Coordenadas de sítio: 15S1442 40W3728
BA	Itapebi	20	15S5703	39W3202	0,08			Coordenadas de sítio: 15S5703 39W3202
BA	Itaquara	25	13S2703	39W5628	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2703 39W5628
BA	Itaquara	31	13S2703	39W5628	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2703 39W5628 Colocalizado com o canal 32D.
BA	Itarantim	25	15S3935	40W0356	0,08			Coordenadas de sítio: 15S3935 40W0356
BA	Itiúba	31	10S4129	39W5112	0,08			Coordenadas de sítio: 10S4129 39W5112
BA	Ituaçu	25	13S4848	41W1748	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4848 41W1748
BA	Ituberá	21	13S4356	39W0857	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4356 39W0857
BA	Ituberá	25	13S4356	39W0857	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4356 39W0857
BA	Iuiú	20	14S2450	43W3316	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2450 43W3316
BA	Jacaraci	20	14S5059	42W2600	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5059 42W2600
BA	Jacaraci	25	14S5059	42W2600	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5059 42W2600
BA	Jaguaquara	41	13S3150	39W5815	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3150 39W5815
BA	Jaguarari	20	10S1535	40W1146	0,08			Coordenadas de sítio: 10S1535 40W1146
BA	Jaguarari	25	10S1535	40W1146	0,08			Coordenadas de sítio: 10S1535 40W1146
BA	Jiquiriçá	20	13S1524	39W3420	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1524 39W3420
BA	Jiquiriçá	25	13S1524	39W3420	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1524 39W3420 - Reuso do canal de Laje/BA
BA	Jussara	31	11S0249	41W5810	0,08			Coordenadas de sítio: 11S0249 41W5810
BA	Jussari	31	15S1129	39W2943	0,08			Coordenadas de sítio: 15S1129 39W2943
BA	Laje	21	13S1056	39W2530	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1056 39W2530
BA	Laje	25	13S1056	39W2530	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1056 39W2530
BA	Lapão	31	11S2300	41W4955	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2300 41W4955 - Reuso do canal de Irecê/BA
BA	Lauro de Freitas	25	12S5340	38W1938	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5340 38W1938
BA	Lauro de Freitas	45	12S5339	38W1938	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5339 38W1938
BA	Licínio de Almeida	21	14S4056	42W3027	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4056 42W3027
BA	Livramento de Nossa Senhora	25	13S3835	41W5026	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3835 41W5026
BA	Macajuba	21	12S0810	40W2136	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0810 40W2136
BA	Macaúbas	25	13S0110	42W4155	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0110 42W4155
BA	Macaúbas	31	13S0110	42W4155	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0110 42W4155
BA	Manoel Vitorino	21	14S0843	40W1433	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0843 40W1433
BA	Maracás	25	13S2628	40W2551	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2628 40W2551
BA	Mata de São João	21	12S3149	38W1757	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3149 38W1757
BA	Medeiros Neto	36	17S2226	40W1314	0,08			Coordenadas de sítio: 17S2226 40W1314
BA	Miguel Calmon	20	11S2544	40W3542	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2544 40W3542
BA	Miguel Calmon	25	11S2544	40W3542	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2544 40W3542
BA	Milagres	20	12S5212	39W5132	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5212 39W5132
BA	Milagres	25	12S5212	39W5132	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5212 39W5132
BA	Mirangaba	25	10S5716	40W3433	0,08			Coordenadas de sítio: 10S5716 40W3433
BA	Morpará	31	11S3331	43W1651	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3331 43W1651
BA	Morro do Chapéu	25	11S3300	41W0922	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3300 41W0922
BA	Mortugaba	25	15S0124	40W2205	0,08			Coordenadas de sítio: 15S0124 40W2205
BA	Mucuri	40	17S5619	40W1422	0,08			Coordenadas de sítio: 17S5619 40W1422
BA	Mucuri	40	18S0034	39W5144	0,08			Coordenadas de sítio: 18S0034 39W5144
BA	Mucuri	40	18S0034	39W5144	0,08			Coordenadas de sítio: 18S0034 39W5144
BA	Mundo Novo	20	11S5132	40W2821	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5132 40W2821
BA	Nova Canaã	31	14S4739	40W0833	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4739 40W0833
BA	Nova Itarana	25	13S0137	40W0407	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0137 40W0407
BA	Nova Soure	25	11S1400	38W2900	0,08			Coordenadas de sítio: 11S1400 38W2900
BA	Nova Viçosa	22	17S5331	39W2219	0,08			Coordenadas de sítio: 17S5331 39W2219
BA	Nova Viçosa	31	17S5331	39W2219	0,08			Coordenadas de sítio: 17S5331 39W2219
BA	Nova Viçosa	40	17S5324	39W5143	0,08			Coordenadas de sítio: 17S5324 39W5143
BA	Olindina	20	11S2200	38W2000	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2200 38W2000
BA	Palmas de Monte Alto	25	14S1602	43W0943	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1602 43W0943 Colocalizado com o canal 24D.
BA	Palmeiras	25	12S3144	41W3332	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3144 41W3332
BA	Paramirim	25	13S2712	42W1234	0,08			Coordenadas de sítio: 13S2712 42W1234 - Reuso do canal de Paramirim/BA. Reuso do canal de Erico Cardoso/BA
BA	Paratinga	20	12S4126	43W1103	0,08			Coordenadas de sítio: 12S4126 43W1103
BA	Paripiranga	31	10S4115	37W5142	0,08			Coordenadas de sítio: 10S4115 37W5142
BA	Pau Brasil	25	15S2751	39W3904	0,08			Coordenadas de sítio: 15S2751 39W3904
BA	Pilão Arcado	20	10S0011	42W3016	0,08			Coordenadas de sítio: 10S0011 42W3016
BA	Piritiba	25	11S4349	40W3319	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4349 40W3319 - Reuso do canal de Mundo Novo/BA
BA	Planaltino	25	13S1532	40W2208	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1532 40W2208
BA	Pojuca	21	12S2550	38W1940	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2550 38W1940 - Reuso do canal de Catu/BA. Reuso do canal de Mata de São João/BA
BA	Porto Seguro	31	16S2659	39W0353	0,08			Coordenadas de sítio: 16S2659 39W0353
BA	Potiraguá	25	15S3541	39W5236	0,08			Coordenadas de sítio: 15S3541 39W5236
BA	Prado	25	17S2028	39W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 17S2028 39W1315
BA	Prado	36	17S2028	39W1315	0,08			Coordenadas de sítio: 17S2028 39W1315
BA	Queimadas	25	10S5840	39W3728	0,08			Coordenadas de sítio: 10S5840 39W3728
BA	Remanso	18	09S3718	42W0453	0,08			Coordenadas de sítio: 09S3718 42W0453
BA	Riachão do Jacuípe	25	11S4825	39W2308	0,08			Coordenadas de sítio: 11S4825 39W2308
BA	Riacho de Santana	22	13S3633	42W5620	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3633 42W5620
BA	Riacho de Santana	25	13S3633	42W5620	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3633 42W5620
BA	Ribeira do Amparo	21	11S0250	38W2600	0,08			Coordenadas de sítio: 11S0250 38W2600
BA	Rio de Contas	22	13S3444	41W4841	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3444 41W4841
BA	Rio do Antônio	20	14S2441	42W0432	0,08			Coordenadas de sítio: 14S2441 42W0432
BA	Rio do Pires	20	13S0740	42W1731	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0740 42W1731
BA	Rio Real	41	11S2905	37W5558	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2905 37W5558
BA	Salvador	40	13S0018	38W3003	0,08			Coordenadas de sítio: 13S0018 38W3003 Colocalizado com os canais 41D, 39D, 39.
BA	Santa Cruz Cabrália	21	16S1641	39W0129	0,08			Coordenadas de sítio: 16S1641 39W0129
BA	Santa Cruz Cabrália	25	16S1641	39W0129	0,08			Coordenadas de sítio: 16S1641 39W0129

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	Santa Inês	20	13S1732	39W4908	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1732 39W4908
BA	Santaluz	25	11S1521	39W2229	0,08			Coordenadas de sítio: 11S1521 39W2229
BA	Santana	22	12S5900	44W0304	0,08			Coordenadas de sítio: 12S5900 44W0304 Colocalizado com o canal 23D.
BA	São Desidério	25	12S2148	44W5824	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2148 44W5824
BA	São Félix	21	12S3617	38W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3617 38W5820
BA	São Félix	25	12S3617	38W5820	0,08			Coordenadas de sítio: 12S3617 38W5820 - Reuso do canal de Cachoeira/BA
BA	Sátiro Dias	25	11S3600	38W3600	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3600 38W3600
BA	Seabra	25	12S2507	41W4613	0,08			Coordenadas de sítio: 12S2507 41W4613
BA	Tanhaçu	25	14S0117	41W1453	0,08			Coordenadas de sítio: 14S0117 41W1453
BA	Tanque Novo	31	13S3247	42W2929	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3247 42W2929
BA	Tanquinho	20	11S5843	39W0614	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5843 39W0614
BA	Tapiramutá	25	11S5050	40W4729	0,08			Coordenadas de sítio: 11S5050 40W4729
BA	Teixeira de Freitas	31	17S3206	39W4431	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3206 39W4431
BA	Tremedal	20	14S5833	41W2439	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5833 41W2439
BA	Tucano	25	10S5747	38W3712	0,08			Coordenadas de sítio: 10S5747 38W3712
BA	Uauá	25	09S5030	39W2856	0,08			Coordenadas de sítio: 09S5030 39W2856
BA	Ubaíra	22	13S1605	39W3946	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1605 39W3946
BA	Ubaíra	25	13S1605	39W3946	0,08			Coordenadas de sítio: 13S1605 39W3946 - Reuso do canal de Jiquiriçá/BA
BA	Ubaitaba	19	14S1845	39W1924	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1845 39W1924 Colocalizado com o canal 20D.
BA	Ubaitaba	20	14S1845	39W1924	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1845 39W1924 Colocalizado com o canal 19D.
BA	Ubaitaba	25	14S1845	39W1924	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1845 39W1924 - Reuso do canal de Aurelino Leal/BA
BA	Ubatã	18	14S1250	39W3122	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1250 39W3122
BA	Ubatã	25	14S1250	39W3122	0,08			Coordenadas de sítio: 14S1250 39W3122 - Reuso do canal de Barra do Rocha/BA
BA	Uibaí	25	11S2013	42W0757	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2013 42W0757
BA	Uma	25	15S1736	39W0431	0,08			Coordenadas de sítio: 15S1736 39W0431
BA	Urandi	22	14S4617	42W3918	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4617 42W3918
BA	Urandi	25	14S4617	42W3918	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4617 42W3918
BA	Urandi	35	14S4617	42W3918	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4617 42W3918
BA	Uruçuca	18	14S3535	39W1704	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3535 39W1704
BA	Uruçuca	21	14S3535	39W1704	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3535 39W1704
BA	Utinga	25	12S0454	41W0540	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0454 41W0540
BA	Valente	25	11S2444	39W2743	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2444 39W2743
BA	Valente	31	11S2444	39W2743	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2444 39W2743 Colocalizado com o canal 30D.
BA	Vitória da Conquista	35	14S5158	40W5022	0,08			Coordenadas de sítio: 14S5158 40W5022
BA	Wagner	25	12S1713	41W1006	0,08			Coordenadas de sítio: 12S1713 41W1006
BA	Wanderley	31	12S0712	43W5315	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0712 43W5315
BA	Wenceslau Guimarães	22	13S4113	39W2846	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4113 39W2846
BA	Wenceslau Guimarães	25	13S4113	39W2846	0,08			Coordenadas de sítio: 13S4113 39W2846 - Reuso do canal de Gandu/BA
CE	Camocim	48	02S5558	40W5130	0,8			Coordenadas de sítio: 02S5558 40W5130
CE	Maracanaú	43	03S5147	38W3545	8			Coordenadas de sítio: 03S5147 38W3545
CE	Acopiara	21	06S0600	39W2700	0,08			Coordenadas de sítio: 06S0600 39W2700
CE	Apuiarés	34	03S5656	39W2554	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5656 39W2554
CE	Aquiraz	29	03S5403	38W2308	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5403 38W2308
CE	Aracati	27	04S3809	37W5125	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3809 37W5125
CE	Arneiroz	19	06S1144	40W0923	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1144 40W0923
CE	Arneiroz	36	06S1915	40W0932	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1915 40W0932
CE	Baixio	18	06S4327	38W4255	0,08			Coordenadas de sítio: 06S4327 38W4255 - Reuso do canal de Ipaumirim/CE
CE	Brejo Santo	14	07S2600	39W0400	0,08			Coordenadas de sítio: 07S2600 39W0400
CE	Brejo Santo	48	07S2936	38W5907	0,08			Coordenadas de sítio: 07S2936 38W5907
CE	Canindé	19	04S2132	39W1842	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2132 39W1842
CE	Capistrano	34	04S2759	38W5413	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2759 38W5413 - Reuso do canal de Itapiúna/CE
CE	Cedro	17	06S3550	39W0320	0,08			Coordenadas de sítio: 06S3550 39W0320
CE	Choró	34	04S5021	39W0730	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5021 39W0730 - Reuso do canal de Quixadá (LADEIRA)/CE
CE	Crateus	39	05S1036	40W4012	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1036 40W4012 Colocalizado com o canal 40D de Crateús/CE.
CE	Fortaleza	27	03S4303	38W3236	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4303 38W3236
CE	Fortaleza	40	03S4303	38W3236	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4303 38W3236
CE	Fortim	23	04S2715	37W4746	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2715 37W4746
CE	Guaraciaba do Norte	41	04S2100	40W5100	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2100 40W5100
CE	Hidrolândia	48	04S2402	40W2335	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2402 40W2335
CE	Iguatu	27	06S2221	39W1810	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2221 39W1810
CE	Ipaumirim	18	06S4702	38W4250	0,08			Coordenadas de sítio: 06S4702 38W4250
CE	Ipaumirim	23	06S4658	38W4247	0,08			Coordenadas de sítio: 06S4658 38W4247
CE	Ipueiras	48	04S3230	40W4308	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3230 40W4308
CE	Itapipoca	27	03S3046	39W3247	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3046 39W3247
CE	Itapiúna	34	04S2803	38W5516	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2803 38W5516
CE	Itapiúna	38	04S2803	38W5516	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2803 38W5516 - Reuso do canal de Baturité/CE
CE	Juazeiro do Norte	35	07S1039	39W1927	0,08			Coordenadas de sítio: 07S1039 39W1927
CE	Juazeiro do Norte	48	07S1039	39W1927	0,08			Coordenadas de sítio: 07S1039 39W1927
CE	Lavras da Mangabeira	23	06S4459	38W5816	0,08			Coordenadas de sítio: 06S4459 38W5816
CE	Monsenhor Tabosa	19	04S4529	40W0352	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4529 40W0352
CE	Morada Nova	27	05S0539	38W2141	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0539 38W2141
CE	Nova Russas	20	04S4224	40W3347	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4224 40W3347
CE	Pacoti	33	04S1345	38W5511	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1345 38W5511 - Reuso do canal de Guaramiranga/CE
CE	Pacujá	34	03S5850	40W4145	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5850 40W4145
CE	Quiterianópolis	19	05S5035	40W4203	0,08			Coordenadas de sítio: 05S5035 40W4203
CE	Quixadá	27	04S5817	39W0055	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5817 39W0055 Colocalizado com o canal 28D.
CE	Quixeramobim	27	05S1136	39W1841	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1136 39W1841
CE	Reriutaba	19	04S0829	40W3511	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0829 40W3511
CE	Reriutaba	34	04S0829	40W3511	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0829 40W3511 - Reuso do canal de Guaraciaba do Norte/CE
CE	Russas	21	04S5403	38W0036	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5403 38W0036
CE	Russas	23	04S5403	38W0036	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5403 38W0036
CE	Santa Quitéria	21	04S1955	40W0924	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1955 40W0924
CE	Santa Quitéria	36	04S1955	40W0924	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1955 40W0924
CE	Santa Quitéria	48	04S1955	40W0924	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1955 40W0924
CE	Sobral	31	03S4028	40W1421	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4028 40W1421
CE	Sobral	35	03S4152	40W2047	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4152 40W2047
CE	Tamboril	48	04S5013	40W2017	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5013 40W2017
CE	Tianguá	14	03S4250	40W5826	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4250 40W5826
CE	Tianguá	41	03S4250	40W5826	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4250 40W5826
CE	Ubajara	14	03S4700	40W5400	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4700 40W5400 - Reuso do canal de Tianguá/CE
CE	Uruburetama	48	03S3741	39W3035	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3741 39W3035

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA	Codó	16	04S2838	43W5444	0,8			Coordenadas de sítio: 04S2838 43W5444
MA	Açailândia	30	04S5700	47W3000	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5700 47W3000
MA	Açailândia (Itinga)	31	04S2801	47W3148	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2801 47W3148
MA	Altamira do Maranhão	17	04S1000	45W2800	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1000 45W2800
MA	Alto Alegre do Pindaré	31	03S4027	45W5018	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4027 45W5018
MA	Alto Parnaíba	29	09S0600	45W5700	0,08			Coordenadas de sítio: 09S0600 45W5700
MA	Amapá do Maranhão	28	01S3407	45W5549	0,08			Coordenadas de sítio: 01S3407 45W5549
MA	Amarante do Maranhão	14	05S3200	46W4500	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3200 46W4500
MA	Anajatuba	36	03S1552	44W3711	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1552 44W3711
MA	Anajatuba	38	03S1552	44W3711	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1552 44W3711
MA	Araguanã	29	02S5712	45W3957	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5712 45W3957
MA	Araguanã	38	02S5710	45W3955	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5710 45W3955
MA	Araioses	31	02S5321	41W5418	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5321 41W5418
MA	Araioses	36	02S5202	41W5453	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5202 41W5453
MA	Araioses	38	03S2718	44W4658	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2718 44W4658 Reuso do canal de Vitória do Mearim/MA
MA	Arari	29	03S2715	44W4850	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2715 44W4850
MA	Arari	38	03S2709	44W4653	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2709 44W4653 Reuso do canal de Vitória do Mearim/MA
MA	Axixá	30	02S5108	44W0356	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5108 44W0356 - Reuso do canal de Icatu/MA
MA	Axixá	38	02S5013	44W0312	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5013 44W0312 - Reuso do canal de Icatu/MA.
MA	Bacurituba	31	02S4226	44W4353	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4226 44W4353
MA	Barão de Grajaú	38	06S4528	43W0130	0,08			Coordenadas de sítio: 06S4528 43W0130
MA	Barra do Corda	22	05S3044	45W1440	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3044 45W1440
MA	Barra do Corda	40	05S3049	45W1508	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3049 45W1508
MA	Bela Vista do Maranhão	30	03S4429	45W1507	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4429 45W1507
MA	Belágua	28	03S0918	43W3037	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0918 43W3037 - Reuso do canal de Urbano Santos/MA
MA	Benedito Leite	38	07S1322	44W3330	0,08			Coordenadas de sítio: 07S1322 44W3330
MA	Bequimão	28	02S2630	44W4700	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2630 44W4700
MA	Bequimão	38	02S2656	44W4657	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2656 44W4657
MA	Bernardo do Mearim	28	04S3506	44W4554	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3506 44W4554
MA	Boa Vista do Gurupi	28	01S4717	46W1814	0,08			Coordenadas de sítio: 01S4717 46W1814
MA	Bom Jardim	30	04S4430	44W2100	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4430 44W2100
MA	Bom Jardim	38	03S3238	45W3608	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3238 45W3608
MA	Bom Jesus das Selvas	31	04S2831	46W5131	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2831 46W5131
MA	Bom Lugar	31	04S1313	45W0223	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1313 45W0223
MA	Brejo	29	03S4004	42W4528	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4004 42W4528
MA	Brejo	36	03S4229	43W4633	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4229 43W4633
MA	Brejo de Areia	29	04S0639	45W2946	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0639 45W2946
MA	Buriti Bravo	30	05S5014	43W5001	0,08			Coordenadas de sítio: 05S5014 43W5001
MA	Buriti Bravo	36	05S5014	43W5001	0,08			Coordenadas de sítio: 05S5014 43W5001
MA	Buriti Bravo	38	05S5014	43W5001	0,08			Coordenadas de sítio: 05S5014 43W5001 - Reuso do canal de Buriti Bravo/MA
MA	Buriticupu	29	04S1926	46W2406	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1926 46W2406
MA	Buriticupu	38	04S2045	46W2404	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2045 46W2404 - Reuso do canal de Buriticupu/MA
MA	Cajapió	38	02S5251	44W4029	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5251 44W4029 - Reuso do canal de São João Batista/MA
MA	Cajari	28	03S1917	45W0041	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1917 45W0041
MA	Cajari	38	03S1915	45W0039	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1915 45W0039 - Reuso do canal de Viana/MA
MA	Campestre do Maranhão	31	06S1044	47W2216	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1044 47W2216
MA	Cândido Mendes	31	01S2850	45W4302	0,08			Coordenadas de sítio: 01S2850 45W4302
MA	Cantanhede	30	03S3800	44W2236	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3800 44W2236
MA	Carolina	30	07S2000	47W2808	0,08			Coordenadas de sítio: 07S2000 47W2808
MA	Carolina	40	07S1958	47W2810	0,08			Coordenadas de sítio: 07S1958 47W2810
MA	Carutapera	31	01S1132	46W0114	0,08			Coordenadas de sítio: 01S1132 46W0114
MA	Caxias	22	04S5134	43W2122	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5134 43W2122. Colocalizado com o canal 23D
MA	Caxias	36	04S5132	43W2122	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5132 43W2122
MA	Caxias	40	04S5000	43W2210	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5000 43W2210
MA	Cedral	38	02S0001	44W3210	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0001 44W3210 - Reuso do canal de Guimarães/MA
MA	Centro do Guilherme	28	02S2209	46W0010	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2209 46W0010
MA	Centro Novo do Maranhão	30	02S0629	46W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0629 46W0748
MA	Chapadinha	17	03S4422	43W2150	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4422 43W2150 Colocalizado com o canal 16D.
MA	Chapadinha	33	03S4430	43W2137	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4430 43W2137
MA	Cidelândia	38	05S1028	47W4654	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1028 47W4654
MA	Coelho Neto	17	04S1524	43W0046	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1524 43W0046
MA	Coelho Neto	29	04S1524	43W0046	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1524 43W0046
MA	Coelho Neto	38	04S1518	43W0030	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1518 43W0030
MA	Colinas	27	06S0200	44W3600	0,08			Coordenadas de sítio: 06S0200 44W3600
MA	Colinas	36	06S0133	44W1457	0,08			Coordenadas de sítio: 06S0133 44W1457
MA	Conceição do Lago-Açu	31	03S5015	44W5356	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5015 44W5356
MA	Coroatá	29	04S0748	44W0727	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0748 44W0727
MA	Coroatá	36	04S1500	44W0210	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1500 44W0210
MA	Coroatá	38	04S0813	44W0822	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0813 44W0822 Colocalizado com o canal 39D.
MA	Cururupu	38	01S4942	44W5206	0,08			Coordenadas de sítio: 01S4942 44W5206
MA	Dom Pedro	31	05S0258	44W2602	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0258 44W2602
MA	Dom Pedro	36	05S0200	44W2630	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0200 44W2630
MA	Esperantinópolis	28	04S5234	44W5254	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5234 44W5254
MA	Esperantinópolis	36	04S5200	44W4230	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5200 44W4230
MA	Esperantinópolis	38	04S5235	44W5254	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5235 44W5254
MA	Godofredo Viana	29	01S2451	45W4650	0,08			Coordenadas de sítio: 01S2451 45W4650
MA	Godofredo Viana	38	01S2412	45W4648	0,08			Coordenadas de sítio: 01S2412 45W4648
MA	Gonçalves Dias	38	05S0904	44W1758	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0904 44W1758
MA	Governador Archer	30	05S0120	44W1616	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0120 44W1616 - Reuso do canal de Governador Eugênio Barros/MA
MA	Governador Archer	38	05S0120	44W1616	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0120 44W1616 - Reuso do canal de Gonçalves Dias/MA
MA	Governador Eugênio Barros	30	05S1002	44W1802	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1002 44W1802
MA	Governador Eugênio Barros	38	05S1921	44W1445	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1921 44W1445
MA	Governador Luiz Rocha	29	05S2809	44W0428	0,08			Coordenadas de sítio: 05S2809 44W0428
MA	Governador Newton Bello	28	03S2536	45W4035	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2536 45W4035
MA	Governador Nunes Freire	28	02S0735	45W5309	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0735 45W5309
MA	Governador Nunes Freire	38	02S0733	45W5307	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0733 45W5307
MA	Graça Aranha	38	05S2435	44W2003	0,08			Coordenadas de sítio: 05S2435 44W2003 - Reuso do canal de Governador Eugênio Barros/MA
MA	Grajaú	36	05S4910	46W0819	0,08			Coordenadas de sítio: 05S4910 46W0819 Colocalizado com o canal 35D.
MA	Grajaú	38	05S4913	46W0804	0,08			Coordenadas de sítio: 05S4913 46W0804
MA	Guimarães	38	02S0752	44W3559	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0752 44W3559
MA	Humberto de Campos	38	02S3554	43W2740	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3554 43W2740
MA	Icatu	30	02S4617	44W0302	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4617 44W0302
MA	Icatu	38	02S4633	44W0357	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4633 44W0357
MA	Igarapé do Meio	28	03S3715	45W1338	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3715 45W1338

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MA	Igarapé Grande	30	04S3402	44W5108	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3402 44W5108 - Reuso do canal de Poção de Pedras/MA
MA	Igarapé Grande	38	04S3548	44W5156	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3548 44W5156 - Reuso do canal de Poção de Pedras/MA
MA	Imperatriz	23	05S3137	47W2840	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3137 47W2840
MA	Itapecuru Mirim	16	03S2300	44W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2300 44W2200
MA	Itapecuru Mirim	31	03S2300	44W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2300 44W2200
MA	Itapecuru Mirim	38	03S2339	44W2138	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2339 44W2138
MA	Itinga do Maranhão	38	04S2659	47W3132	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2659 47W3132
MA	Joselândia	31	04S5922	44W4402	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5922 44W4402
MA	Junco do Maranhão	29	01S5039	46W0532	0,08			Coordenadas de sítio: 01S5039 46W0532
MA	Lago da Pedra	14	04S1700	45W1400	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1700 45W1400
MA	Lago da Pedra	28	04S3121	44W5716	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3121 44W5716
MA	Lago da Pedra	38	04S3313	45W0706	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3313 45W0706
MA	Lago da Pedra	40	04S3300	45W0700	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3300 45W0700
MA	Lago do Junco	14	04S2610	44W5538	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2610 44W5538
MA	Lago do Junco	30	04S2828	44W5531	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2828 44W5531 - Reuso do canal de Igarapé Grande/MA
MA	Lago dos Rodrigues	31	04S3711	44W5855	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3711 44W5855
MA	Lago Verde	30	04S0234	44W5602	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0234 44W5602
MA	Lagoa Grande do Maranhão	29	04S4849	45W1949	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4849 45W1949
MA	Lajeado Novo	30	06S0723	46W5629	0,08			Coordenadas de sítio: 06S0723 46W5629
MA	Lima Campos	36	04S3100	44W2800	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3100 44W2800
MA	Lima Campos	38	04S3112	44W2755	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3112 44W2755 - Reuso do canal de Pedreiras/MA
MA	Luís Domingues	28	01S1608	45W5226	0,08			Coordenadas de sítio: 01S1608 45W5226
MA	Magalhães de Almeida	14	03S2300	42W1300	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2300 42W1300
MA	Maracaçumé	29	02S0302	45W5735	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0302 45W5735
MA	Marajá do Sena	31	04S3555	45W3440	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3555 45W3440
MA	Maranhãozinho	30	02S1430	45W5033	0,08			Coordenadas de sítio: 02S1430 45W5033
MA	Maranhãozinho	38	02S1720	45W5044	0,08			Coordenadas de sítio: 02S1720 45W5044
MA	Mata Roma	14	03S3715	43W0651	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3715 43W0651
MA	Mata Roma	29	03S3730	43W0640	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3730 43W0640
MA	Matinha	14	03S0614	45W0154	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0614 45W0154
MA	Matinha	30	03S0617	45W0203	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0617 45W0203
MA	Matinha	38	03S0602	45W0201	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0602 45W0201 - Reuso do canal de Viana/MA
MA	Mirador	28	06S2215	44W2147	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2215 44W2147
MA	Miranda do Norte	38	03S3348	44W3502	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3348 44W3502
MA	Mirinzal	38	02S0354	44W4703	0,08			Coordenadas de sítio: 02S0354 44W4703
MA	Monção	30	03S2931	45W1506	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2931 45W1506
MA	Monção	38	03S3233	45W1505	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3233 45W1505
MA	Montes Altos	29	05S4935	47W0427	0,08			Coordenadas de sítio: 05S4935 47W0427
MA	Montes Altos	38	05S3357	47W0958	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3357 47W0958
MA	Morros	38	02S5152	44W0222	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5152 44W0222 - Reuso do canal de Icatu/MA
MA	Nina Rodrigues	30	03S2758	43W5418	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2758 43W5418
MA	Nova Olinda do Maranhão	30	02S4432	45W4143	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4432 45W4143
MA	Olho d'Água das Cunhãs	28	04S0825	45W1044	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0825 45W1044
MA	Olho d'Água das Cunhãs	38	04S0653	45W0823	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0653 45W0823
MA	Olinda Nova do Maranhão	30	02S5954	44W5951	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5954 44W5951 - Reuso do canal de Matinha/MA
MA	Paço do Lumiar	19	02S3300	44W1039	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3300 44W1039
MA	Palmeirândia	32	02S3843	44W5342	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3843 44W5342
MA	Palmeirândia	38	02S3843	44W5342	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3843 44W5342 - Reuso do canal de São Bento/MA
MA	Paraibano	30	06S2559	43W5901	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2559 43W5901
MA	Paraibano	36	06S2559	43W5901	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2559 43W5901
MA	Paraibano	38	06S2559	59W5901	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2559 59W5901
MA	Passagem Franca	30	06S1047	43W4701	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1047 43W4701
MA	Passagem Franca	36	06S1047	43W4701	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1047 43W4701
MA	Passagem Franca	38	06S1105	43W4728	0,08			Coordenadas de sítio: 06S1105 43W4728
MA	Pastos Bons	14	06S3606	44W0436	0,08			Coordenadas de sítio: 06S3606 44W0436
MA	Pastos Bons	31	06S3606	44W0436	0,08			Coordenadas de sítio: 06S3606 44W0436
MA	Paulo Ramos	30	04S2626	45W1418	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2626 45W1418
MA	Paulo Ramos	36	04S2638	45W1426	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2638 45W1426
MA	Paulo Ramos	38	04S3938	45W1426	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3938 45W1426 - Reuso do canal de Lago da Pedra/MA
MA	Pedreiras	16	04S3430	44W3500	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3430 44W3500
MA	Pedro do Rosário	31	02S5826	45W2100	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5826 45W2100
MA	Penalva	30	03S1735	45W1030	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1735 45W1030
MA	Penalva	36	03S1739	45W1025	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1739 45W1025
MA	Penalva	38	03S1737	45W1024	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1737 45W1024
MA	Peri Mirim	38	02S3439	44W5115	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3439 44W5115 - Reuso do canal de São Bento/MA
MA	Pindaré-Mirim	31	03S3626	45W2023	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3626 45W2023
MA	Pinheiro	16	02S3108	45W0452	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3108 45W0452 Colocalizado com o canal 17D.
MA	Pinheiro	19	02S3117	45W0457	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3117 45W0457
MA	Pinheiro	36	02S3134	45W0501	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3134 45W0501
MA	Pio XII	31	03S5005	45W0907	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5005 45W0907
MA	Pio XII	38	03S5329	45W1017	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5329 45W1017
MA	Pirapemas	38	03S4339	44W1333	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4339 44W1333
MA	Poção de Pedras	30	04S4112	44W5312	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4112 44W5312
MA	Poção de Pedras	36	04S4000	44W5100	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4000 44W5100
MA	Poção de Pedras	38	04S4000	44W5100	0,08			Coordenadas de sítio: 04S4000 44W5100
MA	Porto Franco	29	06S2033	47W2350	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2033 47W2350
MA	Porto Franco	38	06S2025	47W2317	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2025 47W2317
MA	Presidente Dutra	29	05S1726	44W2926	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1726 44W2926
MA	Presidente Dutra	36	05S1506	44W3008	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1506 44W3008 - Reuso do canal de Tuntum/MA
MA	Presidente Dutra	38	05S1724	44W2924	0,08			Coordenadas de sítio: 05S1724 44W2924 - Reuso do canal de Presidente Dutra/MA
MA	Presidente Juscelino	28	03S0437	44W0210	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0437 44W0210
MA	Presidente Juscelino	38	02S5539	44W0354	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5539 44W0354 - Reuso do canal de Icatu/MA
MA	Presidente Médici	28	02S2242	45W4925	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2242 45W4925
MA	Presidente Sarney	30	02S3529	45W2151	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3529 45W2151
MA	Presidente Vargas	28	03S2425	44W0126	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2425 44W0126
MA	Presidente Vargas	38	03S2425	44W0126	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2425 44W0126
MA	Primeira Cruz	38	02S3036	43W2618	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3036 43W2618 - Reuso do canal de Humberto de Campos/MA
MA	Rosário	38	02S5604	44W1406	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5604 44W1406
MA	Rosário	40	02S5538	44W1622	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5538 44W1622
MA	Santa Helena	31	02S1352	45W1800	0,08			Coordenadas de sítio: 02S1352 45W1800
MA	Santa Inês	38	03S3949	45W2321	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3949 45W2321
MA	Santa Luzia	29	03S5837	45W3937	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5837 45W3937
MA	Santa Luzia do Paruá	30	02S3230	45W4623	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3230 45W4623

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA	Santa Luzia do Paruá	38	02S3102	45W4630	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3102 45W4630
MA	Santa Quitéria do Maranhão	38	03S3100	42W3250	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3100 42W3250
MA	Santa Rita	38	03S0837	44W1933	0,08			Coordenadas de sítio: 03S0837 44W1933
MA	Santo Antônio dos Lopes	14	04S5200	44W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5200 44W2200
MA	Santo Antônio dos Lopes	29	04S5302	44W2104	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5302 44W2104
MA	Santo Antônio dos Lopes	36	04S5200	44W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5200 44W2200
MA	Santo Antônio dos Lopes	38	04S5200	44W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 04S5200 44W2200
MA	São Benedito do Rio Preto	38	03S2012	43W3146	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2012 43W3146
MA	São Bento	29	02S4153	44W4935	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4153 44W4935
MA	São Bento	38	02S4145	44W4917	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4145 44W4917
MA	São Bento	40	02S4158	44W5026	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4158 44W5026
MA	São Domingos do Maranhão	14	05S4200	44W2212	0,08			Coordenadas de sítio: 05S4200 44W2212
MA	São Domingos do Maranhão	31	05S3452	44W2257	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3452 44W2257
MA	São Domingos do Maranhão	36	05S3433	44W2307	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3433 44W2307
MA	São Domingos do Maranhão	38	05S3445	44W2347	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3445 44W2347
MA	São Francisco do Brejão	38	05S0725	47W2309	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0725 47W2309
MA	São João Batista	38	02S5719	44W4825	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5719 44W4825 - Reuso do canal de São Vicente Ferrer/MA
MA	São João do Carú	29	03S3318	46W1523	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3318 46W1523
MA	São João dos Patos	38	06S2942	43W4208	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2942 43W4208
MA	São José de Ribamar	36	02S3256	44W0403	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3256 44W0403
MA	São José de Ribamar	41	02S2828	44W1114	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2828 44W1114 - Reuso do canal de São Luís/MA
MA	São José dos Basílios	29	05S0306	44W3504	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0306 44W3504
MA	São Luís	24	02S2933	44W1424	0,08			Coordenadas de sítio: 02S2933 44W1424
MA	São Luís	33	02S3150	44W1811	0,08			Coordenadas de sítio: 02S3150 44W1811
MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	29	04S2231	44W4004	0,08			Coordenadas de sítio: 04S2231 44W4004
MA	São Mateus do Maranhão	14	04S0230	44W2830	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0230 44W2830
MA	São Mateus do Maranhão	38	04S1459	44W4703	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1459 44W4703 - Reuso do canal de Bacabal/MA
MA	São Mateus do Maranhão	40	04S0230	44W2830	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0230 44W2830
MA	São Vicente Ferrer	38	02S5339	44W5249	0,08			Coordenadas de sítio: 02S5339 44W5249
MA	Satubinha	28	03S5054	45W1622	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5054 45W1622
MA	Sucupira do Norte	31	06S2837	44W1130	0,08			Coordenadas de sítio: 06S2837 44W1130
MA	Timbiras	29	04S1519	43W5626	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1519 43W5626
MA	Timbiras	38	04S1631	43W5621	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1631 43W5621
MA	Timon	29	05S0640	42W4944	0,08			Coordenadas de sítio: 05S0640 42W4944
MA	Trizidela do Vale	30	04S3238	44W3758	0,08			Coordenadas de sítio: 04S3238 44W3758
MA	Tufilândia	30	03S4346	45W3318	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4346 45W3318
MA	Turilândia	29	02S1205	45W2035	0,08			Coordenadas de sítio: 02S1205 45W2035
MA	Tutóia	17	02S4600	42W1700	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4600 42W1700
MA	Tutóia	28	02S4543	42W1628	0,08			Coordenadas de sítio: 02S4543 42W1628
MA	Urbano Santos	28	03S1228	43W2413	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1228 43W2413
MA	Urbano Santos	38	03S1228	43W2413	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1228 43W2413
MA	Vargem Grande	29	03S2300	43W5600	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2300 43W5600
MA	Vargem Grande	38	03S3237	43W5458	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3237 43W5458
MA	Viana	29	03S1315	45W0015	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1315 45W0015
MA	Viana	35	03S1314	45W0014	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1314 45W0014 Colocalizado com o canal 34D.
MA	Viana	38	03S1314	45W0014	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1314 45W0014
MA	Viana	40	03S1314	45W0014	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1314 45W0014
MA	Vitória do Mearim	14	03S2800	44W5400	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2800 44W5400
MA	Vitória do Mearim	17	03S2800	44W5300	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2800 44W5300
MA	Vitória do Mearim	31	03S2658	44W4308	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2658 44W4308
MA	Vitória do Mearim	38	03S2744	44W5214	0,08			Coordenadas de sítio: 03S2744 44W5214
MA	Vitorino Freire	29	04S1747	45W1456	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1747 45W1456
MA	Vitorino Freire	38	04S1741	45W1453	0,08			Coordenadas de sítio: 04S1741 45W1453
MA	Zé Doca	30	03S1607	45W3935	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1607 45W3935
MA	Zé Doca	38	03S1630	45W3930	0,08			Coordenadas de sítio: 03S1630 45W3930
PE	Caruaru	25	08S1400	35W5500	8			Coordenadas de sítio: 08S1400 35W5500
PE	Garanhuns	26	08S5330	36W3000	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5330 36W3000 Colocalizado com os canais 25-, 27D.
PE	Petrolina	26	08S2400	40W3000	8			Coordenadas de sítio: 08S2400 40W3000
PE	Afogados da Ingazeira	20	07S4503	37W3821	0,08			Coordenadas de sítio: 07S4503 37W3821 - Reuso do canal de Solidão/PE
PE	Águas Belas	43	09S0641	37W0723	0,08			Coordenadas de sítio: 09S0641 37W0723
PE	Alagoinha	46	08S2759	36W4633	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2759 36W4633 - Reuso do canal de Pesqueira/PE
PE	Altinho	43	08S2923	36W0334	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2923 36W0334
PE	Amaraji	50	08S1952	35W2929	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1952 35W2929 - Reuso do canal de Gravatá/PE
PE	Angelim	18	08S5325	36W1709	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5325 36W1709
PE	Arcoverde	27	08S2600	37W0400	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2600 37W0400 Colocalizado com o canal 28.
PE	Barra de Guabiraba	20	08S2512	35W3929	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2512 35W3929
PE	Barreiros	34	08S4906	35W1111	0,08			Coordenadas de sítio: 08S4906 35W1111
PE	Belém de Maria	20	08S3732	35W4948	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3732 35W4948
PE	Belém de Maria	35	08S3732	35W4948	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3732 35W4948
PE	Belo Jardim	19	08S2008	36W2527	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2008 36W2527
PE	Bom Conselho	18	09S1011	36W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 09S1011 36W4047
PE	Bom Conselho	21	09S1011	36W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 09S1011 36W4047
PE	Bom Conselho	27	09S1011	36W4047	0,08			Coordenadas de sítio: 09S1011 36W4047
PE	Bom Jardim	36	07S4745	35W3514	0,08			Coordenadas de sítio: 07S4745 35W3514 - Reuso do canal de Limoeiro/PE
PE	Bom Jardim	45	07S4745	35W3514	0,08			Coordenadas de sítio: 07S4745 35W3514
PE	Bonito	18	08S2813	35W4343	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2813 35W4343
PE	Brejo da Madre de Deus	19	08S0845	36W2216	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0845 36W2216
PE	Brejo da Madre de Deus	46	08S0845	36W2216	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0845 36W2216
PE	Buíque	18	08S3723	37W0921	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3723 37W0921
PE	Cabrobó	19	08S3043	39W1824	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3043 39W1824
PE	Cabrobó	43	08S3043	39W1824	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3043 39W1824
PE	Canhotinho	20	08S5256	36W1128	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5256 36W1128
PE	Carpina	34	07S5044	35W1505	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5044 35W1505
PE	Caruaru	32	08S1700	35W5834	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1700 35W5834
PE	Chã Grande	36	08S1418	35W2742	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1418 35W2742
PE	Correntes	18	09S0744	36W1949	0,08			Coordenadas de sítio: 09S0744 36W1949
PE	Cortês	35	08S2813	35W3228	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2813 35W3228
PE	Exu	18	07S3043	39W4327	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3043 39W4327
PE	Fernando de Noronha	14	03S5100	32W2510	0,08			Coordenadas de sítio: 03S5100 32W2510
PE	Floresta	19	08S3602	38W3405	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3602 38W3405
PE	Garanhuns	27	08S5325	36W2934	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5325 36W2934 Colocalizado com o canal 26D.
PE	Garanhuns	46	08S5325	36W2934	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5325 36W2934 - Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Glória do Goitá	12	08S0000	35W1716	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0000 35W1716
PE	Glória do Goitá	50	08S0000	35W1716	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0000 35W1716 - Reuso do canal de Vitória de Santo Antão/PE
PE	Gravatá	50	08S1240	35W3429	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1240 35W3429
PE	Inajá	20	08S5410	37W4936	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5410 37W4936
PE	Ipojuca	21	08S2345	35W0344	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2345 35W0344

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PE	Ipojuca	34	08S2356	35W0350	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2356 35W0350
PE	Itaíba	18	08S5651	37W2522	0,08			Coordenadas de sítio: 08S5651 37W2522
PE	Itambé	36	07S2424	35W0650	0,08			Coordenadas de sítio: 07S2424 35W0650
PE	João Alfredo	23	07S5121	35W3518	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5121 35W3518
PE	Lagoa dos Gatos	43	08S3930	35W5400	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3930 35W5400
PE	Limoeiro	32	07S5231	35W2702	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5231 35W2702
PE	Limoeiro	36	07S5231	35W2702	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5231 35W2702
PE	Macaparana	12	07S3317	35W2711	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3317 35W2711
PE	Macaparana	41	07S3317	35W2711	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3317 35W2711
PE	Maraial	18	08S4720	35W4950	0,08			Coordenadas de sítio: 08S4720 35W4950
PE	Mirandiba	17	08S0707	38W4342	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0707 38W4342
PE	Moreno	23	08S0631	35W0500	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0631 35W0500
PE	Passira	20	07S5942	35W3450	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5942 35W3450
PE	Poção	17	08S1111	36W4218	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1111 36W4218
PE	Primavera	27	08S2100	35W2200	0,08			Coordenadas de sítio: 08S2100 35W2200
PE	Quipapá	20	08S4940	36W0042	0,08			Coordenadas de sítio: 08S4940 36W0042
PE	Recife	28	08S0316	34W5254	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0316 34W5254 Colocalizado com os canais 29D, 27.
PE	Recife	38	08S0316	34W5254	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0316 34W5254 Colocalizado com o canal 39D.
PE	Recife	41	08S0257	34W5229	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0257 34W5229 Colocalizado com o canal 40D.
PE	Recife	47	08S0314	34W5252	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0314 34W5252
PE	Ribeirão	36	08S3052	35W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3052 35W2240
PE	Ribeirão	42	08S3052	35W2240	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3052 35W2240
PE	Rio Formoso	12	08S3949	35W0931	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3949 35W0931
PE	Rio Formoso	32	08S3949	35W0931	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3949 35W0931
PE	Rio Formoso	43	08S3949	35W0931	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3949 35W0931
PE	Rio Formoso	47	08S3949	35W0931	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3949 35W0931
PE	Salgadinho	12	07S5611	35W3758	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5611 35W3758
PE	Santa Cruz do Capibaribe	19	07S5727	36W1217	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5727 36W1217
PE	Santa Cruz do Capibaribe	42	07S5727	36W1217	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5727 36W1217
PE	Santa Cruz do Capibaribe	46	07S5727	36W1217	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5727 36W1217
PE	São Bento do Una	35	08S3122	36W2640	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3122 36W2640
PE	São Caitano	20	08S1937	36W0825	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1937 36W0825
PE	São Caitano	42	08S1935	36W0837	0,08			Coordenadas de sítio: 08S1935 36W0837
PE	São José do Egito	18	07S2844	37W1628	0,08			Coordenadas de sítio: 07S2844 37W1628
PE	Sertânia	18	08S0425	37W1552	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0425 37W1552
PE	Sertânia	43	08S0425	37W1552	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0425 37W1552
PE	Sertânia	46	08S0425	37W1552	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0425 37W1552
PE	Solidão	20	07S3601	37W3907	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3601 37W3907 - Reuso do canal de Afogados da Ingazeira/PE
PE	Surubim	20	07S4946	35W4526	0,08			Coordenadas de sítio: 07S4946 35W4526
PE	Tacaratu	19	09S0620	38W0900	0,08			Coordenadas de sítio: 09S0620 38W0900
PE	Taquaritinga do Norte	17	07S5411	36W0239	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5411 36W0239 Colocalizado com o canal 18D.
PE	Timbaúba	19	07S3019	35W1906	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3019 35W1906
PE	Timbaúba	23	07S3019	35W1906	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3019 35W1906
PE	Timbaúba	35	07S3019	35W1906	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3019 35W1906
PE	Triunfo	19	07S5017	38W0606	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5017 38W0606
PE	Triunfo	46	07S5017	38W0606	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5017 38W0606 - Reuso do canal de Triunfo/PE
PE	Tupanatinga	20	08S4512	37W2023	0,08			Coordenadas de sítio: 08S4512 37W2023
PE	Vitória de Santo Antão	10	08S0827	35W1704	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0827 35W1704

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Alagoinhas	31	12S0801	38W2509	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S0801;38W2509.
BA	Alagoinhas	22	12S0801	38W2510	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S0801;38W2509.
BA	Antas	53	10S2438	38W1935	0,8			Coordenadas do Sítio. 10S2438;38W1935 - Co-localizado com o canal 54.
BA	Barreiras	55	12S0910	44W5924	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S0910;44W5924.
BA	Camaçari	45	12S4115	38W1946	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S4115;38W1946 - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital (3,0kW) - SBTVD.
BA	Camaçari	55	12S4151	38W1927	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S4151;38W1927 - Reuso do canal de Salvador/BA.
BA	Conceição do Coité	21	11S3304	39W1615	0,08			Coordenadas do Sítio. 11S3304;39W1615.
BA	Conceição do Coité	56	11S3403	39W1703	0,8			Coordenadas do Sítio. 11S3403;39W1703.
BA	Eunápolis	22	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas do Sítio. 16S2221;39W3420.
BA	Eunápolis	52	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas do Sítio. 16S2221;39W3520.
BA	Eunápolis	17	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas do Sítio. 16S2221;39W3420 - Co-localizado com o canal 16+.
BA	Feira de Santana	20	12S1526	38W5722	8			Coordenadas do Sítio. 12S1526;38W5722 - Co-localizado com os canais 19+ e 21.
BA	Feira de Santana	55	12S1600	38W5800	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S1600;38W5800.
BA	Feira de Santana	58	12S1600	38W5800	0,8			Coordenadas do Sítio. 12S1600;38W5800.
BA	Floresta Azul	17	14S5107	39W3906	0,8			Coordenadas do Sítio. 14S5107;39W3906 - Reúso do canal de Ilhéus.
BA	Itabuna	21	14S4646	39W1544	0,08			Coordenadas do Sítio. 14S4646;39W1544.
BA	Itabuna	17	14S4646	39W1544	8			Coordenadas do Sítio. 14S4646;39W1544.
BA	Itabuna	19	14S4646	39W1544	0,8			Coordenadas do Sítio. 14S4646;39W1544 - Potência analógica utilizável até migração para a Tecnologia Digital (10,0kW). Quando da utilização analógica, deverá ser co-localizado com o canal 27.
BA	Itamaraju	17	17S0148	39W3236	0,08			Coordenadas do Sítio. 17S0148;39S3236 - Co-localizado com o canal 18+.
BA	Jequié	55	13S5437	40W0727	0,08			Coordenadas do Sítio. 13S5437;40W0727.
BA	Jequié	31	13S5243	40W0513	0,8			Coordenadas do Sítio. 13S5243;40W0513.
BA	Jequié	17	13S5325	40W0720	0,08			Coordenadas do Sítio. 13S5325;40W0720.
BA	Lafaiete Coutinho	55	13S3953	40W1050	0,08			Coordenadas do Sítio. 13S3953;40W1050.
BA	Luís Eduardo Magalhães	54	12S0652	45W4839	0,08			Coordenadas do Sítio. 12S0652;45W4839.
BA	Paulo Afonso	39	09S2427	38W1320	0,8			Coordenadas do Sítio. 09S2427;38W1320 - Co-localizado com o canal 40D.
BA	Paulo Afonso	40	09S2427	38W1320	0,8			Coordenadas do Sítio. 09S2427;38W1320 - Co-localizado com o canal 39D.
BA	Planalto	22	14S3953	40W2901	0,08			Coordenadas do Sítio. 14S3953;40W2901 - Reúso do canal de Vitória da Conquista.
BA	Poções	21	14S3051	40W2125	0,08			Coordenadas do Sítio. 14S3051;40W2125.
BA	Porto Seguro	20	16S2620	39W0403	0,8			Coordenadas do Sítio. 16S2620;39W0403 -Co-localizado com o canal 19+.
BA	Porto Seguro	18	16S2620	39W0403	0,8			Coordenadas do Sítio. 16S2620;39W0403 -Co-localizado com o canal 19+.
BA	Salvador	51	12S5955	38W3040	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 12S5955 - 38W3040.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	Salvador	29	13S0014	38W3041	80			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 13S0014 - 38W3041. Colocalizado com o canal 28S
BA	Salvador	22	12S5950	38W2957	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio. Coordenadas de sítio: 12S5950; 38W2957 Colocalizado com os canais 21D e 23-
BA	Salvador	55	12S5950	38W2957	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas de sítio 12S5950 - 38W2957. Colocalizado com os canais 54D e 56D.
BA	Salvador	28	13S0014	38W3041	0,8			28-S (analógico); 28S (digital). Coordenadas do sítio: 13S0014 - 38W3041. Colocalizado com o canal 29D. Potência analógica (ERP=160,0 kW) utilizável até migração para a Tecnologia Digital.
BA	Salvador	35	13S0019	38W3003	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 13S0019 - 38W3003. Colocalizado com os canais 34+ e 36-.
BA	Salvador	39	13S0019	38W3003	8			Coordenadas do Sítio. 13S0019;38W3003 - Co-localizado com o canal 38D - Potência analógica (160,000kW), utilizável até migração para a Tecnologia Digital.
BA	Salvador	52	12S5950	38W2957	8			Coordenadas do Sítio. 12S5950;38W2957 - Co-localizado com os canais 51D e53-.
BA	Salvador	54	12S5950	38W2957	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas de sítio: 12S5950 - 38W2957. Colocalizado com os canais 53- e 55D.
BA	Salvador	56	12S5950	38W2957	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 12S5950 - 38W2957. Colocalizado com os canais 55D e 57+.
BA	Salvador	61	12S5950	38W2957	100			Coordenadas do Sítio. 12S5950;38W2957.
BA	Sento Sé	55	09S4439	41W5307	0,08			Coordenadas do Sítio. 09S4439;41W5307.
BA	Serrolândia	54	11S2443	40W1803	0,08			Coordenadas do Sítio. 11S2443;40W1803.
BA	Teixeira de Freitas	21	17S3115	39W4344	0,08			Coordenadas do Sítio. 17S3115;39W4344.
BA	Teixeira de Freitas	19	17S3115	39W4344	0,08			Coordenadas do Sítio. 17S3115;39W4344.
BA	Vitória da Conquista	20	14S4957	40W5103	0,8			Coordenadas do Sítio. 14S4957;40W5103 - Co-localizado com o canal 19-.
BA	Vitória da Conquista	31	14S5216	40W5016	0,8			Coordenadas do Sítio. 14S5216;40W5016.
BA	Vitória da Conquista	18	14S4957	40W5103	0,8			Coordenadas do Sítio. 14S4957;40W5103 - Co-localizado com os canais 17+ e 19-.
BA	Vitória da Conquista	58	14S4957	40W5103	8			Coordenadas do Sítio. 14S4957;40W5103.
CE	Acopiara	50	06S0539	39W2710	0,08			Coordenadas do Sítio. 06S0539;39W2710.
CE	Fortaleza	39	03S4426	38W3059	8			Coordenadas do Sítio. 3S4426;38W3059 - Co-localizado com o canal 38+.
CE	Fortaleza	51	03S4500	38W3011	8			Coordenadas do Sítio: 03S4500; 38W3011 Colocalizado com os canais 50 e 52
CE	Fortaleza	53	03S4426	38W3059	8			Coordenadas do Sítio. 03S4426;38W3059 - Co-localizado com os canais 52 e 54S.
CE	Fortaleza	54	03S4420	38W3108	8			Coordenadas do Sítio: 03S4452;38W3049 - Co-localizado com os canais 46 e 53D - Potência analógica utlizável até migração para Tecnologia Digital - Pltência analógica:160,000kW - Potência digital:8,000kW.
CE	Fortaleza	56	03S4447	38W3001	8			Coordenadas do Sítio. 03S4447;38W3001 - Co-localizado com o canal 57E.
CE	Fortaleza	58	03S4447	38W3001	8			Coordenadas do Sítio. 03S4447;38W3001 - Co-localizado com os canais 57E e 59.
CE	Fortaleza	61	03S0447	38W3001	100			Coordenadas do Sítio. 03S0447;38W3001.
CE	General Sampaio	55	04S0310	39W2716	0,08			Coordenadas do Sítio. 04S0310;39W2716.
CE	Granjeiro	55	06S5313	39W1318	0,08			Coordenadas do Sítio. 06S5313;39W1318.
CE	Pentecoste	55	03S4700	39W1600	0,08			Coordenadas do Sítio. 03S4700;39W1600.
CE	Russas	25	04S5549	37W5917	0,8			Coordenadas do Sítio. 04S5549;37W5917.
MA	Barra do Corda	52	05S3020	45W1436	0,08			Coordenadas do Sítio. 05S3020;45W1436.
MA	Carutapera	52	01S1209	46W0115	0,08			Coordenadas do Sítio. 01S1209;46W0115.
MA	Coroatá	52	04S0751	44W0748	0,08			Coordenadas do Sítio. 04S0751;44W0748.
MA	Pinheiro	52	02S3200	45W0300	8			Coordenadas do Sítio. 02S3200;45W0300.
MA	Santa Quitéria do Maranhão	57	03S3056	42W3248	0,08			Coordenadas do Sítio. 03S3056;42W3248.
MA	São José de Ribamar	59	02S3343	44W0315	0,8			Co-localizado como canal 58.
MA	São Luís	42	02S3238	44W1743	8			Coordenadas do Sítio. 02S3238;44W1743 - Co-localizado com o canal 41D.
MA	São Luís	56	02S3309	44W1527	8			Coordenadas do Sítio. 02S3309;44W1527 - Co-localizado com o canal 55.
MA	São Luís	50	02S3144	44W1730	8			Coordenadas do Sítio. 02S3144;44W1730 -Co-localizado com os canais 49D 51D.
MA	São Luís	52	02S3238	44W1743	0,8			Coordenadas do Sítio. 02S3238;44W1743 - Co-localizado com os canais 51D e 53.
MA	São Luís	54	02S3147	44W1839	8			Coordenadas do Sítio: 02S3325; 44W1839
MA	São Luís	46	02S3309	44W1527	8			Coordenadas do Sítio. 02S3309;44W1527 - Co-localizado com o canal 45D.
MA	São Luís	61	02S3228	44W1649	8			Coordenadas do Sítio. 02S3228;44W1649.
PE	Araripina	57	07S3300	40W3400	0,08			Coordenadas do Sítio. 07S3300;40W3400.
PE	Buíque	57	08S3759	37W1000	0,08			Coordenadas do Sítio. 08S3759;37W1000.
PE	Limoeiro	57	07S5213	35W2701	0,08			Coordenadas do Sítio. 07S5213;35W2701.
PE	Nazaré da Mata	52	07S4432	35W1352	0,08			Coordenadas do Sítio. 07S4432;35W1352 - Reuso do canal de Recife/PE.
PE	Recife	19	07S5956	34W5210	80			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 07S5956;34W5210 - Co-localizado com os canais 18D e 20D.
PE	Recife	18	07S5956	34W5210	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do Sítio: 07S5956;34W5210 - Co-localizado com os canais 17 e 19D.
PE	Recife	31	08S0340	34W5253	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 08S0340;34W5253 - Co-localizado com os canais 30 e 32D.
PE	Recife	32	08S0340	34W5253	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 08S0340;34W5253 - Co-localizado com os canais 31D e 33-.
PE	Recife	48	07S5938	34W5147	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 07S5938;34W5147 - Co-localizado com o canal 49+.
PE	Recife	59	07S5938	34W5147	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 07S5938;34W5147.
PE	Recife	52	07S5952	34W5350	8			Coordenadas do Sítio. 07S5952;34W5350 - Co-localizado com os canais 51 53D.
PE	Recife	56	08S0306	34W5241	8			Coordenadas do Sítio. Coordenadas do sítio: 08S0306;34W5241.
PE	Recife	61	07S5952	34W5350	100			Coordenadas do Sítio. 07S5952;34W5350.
PE	Rio Formoso	57	08S4002	35W0901	0,08			Coordenadas do Sítio. 08S4002;35W0901.
PE	São José do Egito	57	07S2800	37W1700	0,8			Coordenadas do Sítio. 07S2800;37W1700.
PE	Vicência	27	07S3925	35W1936	0,8			Coordenadas do Sítio. 07S3925;35W1936.
PE	Vitória de Santo Antão	35	08S0700	35W1800	0,08			
RR	Boa Vista (TEPEQUEM)	57	02N4911	60W4024	8			02N491100; 60W402400 - Coordenadas do Sítio. 02N4911;60W4024.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RR	Boa Vista	52	02N4911	60W4024	8			02N491100; 60W402400 - Coordenadas do Sítio. 02N4911;60W4024.
RR	Boa Vista	61	02N4911	60W4024	8			02N491100; 60W402400 - Coordenadas do Sítio. 02N4911;60W4024.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Alagoinhas	23	12S0801	38W2509	0,8			Coordenadas de sítio: 12S0801 38W2509
BA	Alagoinhas	20	12S0801	38W2510	0,8			Coordenadas de sítio: 12S0801 38W2510
BA	Antas	31	10S2438	38W1935	0,8			Coordenadas de sítio: 10S2438 38W1935
BA	Barreiras	45	12S0910	44W5924	0,8			Coordenadas de sítio: 12S0910 44W5924
BA	Camaçari	8	12S4115	38W1946	0,8			Coordenadas de sítio: 12S4115 38W1946
BA	Camaçari	51	12S4151	38W1927	0,8			Coordenadas de sítio: 12S4151 38W1927 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 51 do PBRTV
BA	Conceição do Coité	20	11S3304	39W1615	0,08			Coordenadas de sítio: 11S3304 39W1615
BA	Conceição do Coité	44	11S3403	39W1703	0,8			Coordenadas de sítio: 11S3403 39W1703
BA	Eunápolis	39	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas de sítio: 16S2221 39W3420 Colocalizado com o canal 38-.
BA	Eunápolis	36	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas de sítio: 16S2221 39W3420
BA	Eunápolis	22	16S2221	39W3420	0,8			Coordenadas de sítio: 16S2221 39W3420
BA	Feira de Santana	19	12S1526	38W5722	8			Coordenadas de sítio: 12S1526 38W5722 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 19 do PBRTV
BA	Feira de Santana	45	12S1600	38W5800	0,8			Coordenadas de sítio: 12S1600 38W5800
BA	Feira de Santana	41	12S1600	38W5800	0,8			Coordenadas de sítio: 12S1600 38W5800 Colocalizado com o canal 42D.
BA	Floresta Azul	18	14S5107	39W3906	0,8			Coordenadas de sítio: 14S5107 39W3906 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 18 do PBRTV
BA	Itabuna	19	14S4646	39W1544	0,08			Coordenadas de sítio: 14S4646 39W1544
BA	Itabuna	21	14S4646	39W1544	8			Coordenadas de sítio: 14S4646 39W1544
BA	Itabuna	34	14S4646	39W1544	0,8			Coordenadas de sítio: 14S4646 39W1544
BA	Itamaraju	18	17S0148	39W3236	0,08			0
BA	Jequié	45	13S5437	40W0727	0,08			Coordenadas de sítio: 13S5437 40W0727
BA	Jequié	24	13S5243	40W0513	0,8			Coordenadas de sítio: 13S5243 40W0513
BA	Jequié	19	13S5325	40W0720	0,08			Coordenadas de sítio: 13S5325 40W0720
BA	Lafaiete Coutinho	33	13S3953	40W1050	0,08			Coordenadas de sítio: 13S3953 40W1050
BA	Luís Eduardo Magalhães	44	12S0652	45W4839	0,08			Coordenadas de sítio: 12S0652 45W4839
BA	Paulo Afonso	25	09S2427	38W1320	0,8			Coordenadas de sítio: 09S2427 38W1320 Colocalizado com o canal 24D.
BA	Paulo Afonso	40	09S2427	38W1320	0,8			Coordenadas de sítio: 09S2427 38W1320
BA	Planalto	21	14S3953	40W2901	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3953 40W2901
BA	Poções	20	14S3051	40W2125	0,08			Coordenadas de sítio: 14S3051 40W2125
BA	Porto Seguro	18	16S2620	39W0403	0,8			Coordenadas de sítio: 16S2620 39W0403 Colocalizado com o canal 19+.
BA	Porto Seguro	20	16S2620	39W0403	0,8			Coordenadas de sítio: 16S2620 39W0403 Colocalizado com o canal 19+.
BA	Salvador	9	12S5955	38W3040	80			Coordenadas de sítio: 12S5955 38W3040 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 9 do PBRTV
BA	Salvador	29	13S0014	38W3041	80			Coordenadas de sítio: 13S0014 38W3041 Colocalizado com os canais 28S, 30D.
BA	Salvador	23	12S5950	38W2957	8			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com os canais 24D, 22D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 23 do PBTV
BA	Salvador	27	12S5950	38W2957	8			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com o canal 28S.
BA	Salvador	28	13S0014	38W3041	0,8			Coordenadas de sítio: 13S0014 38W3041 Colocalizado com os canais 29D, 27D.
BA	Salvador	36	13S0019	38W3003	8			Coordenadas de sítio: 13S0019 38W3003 Colocalizado com o canal 35D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 36 do PBRTV
BA	Salvador	39	13S0019	38W3003	8			Coordenadas de sítio: 13S0019 38W3003 Colocalizado com os canais 38D, 40D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 39 do PBRTV
BA	Salvador	31	12S5950	38W2957	8			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com os canais 32D, 30D.
BA	Salvador	30	12S5950	38W2957	8			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com os canais 29D, 31D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 30 do PBRTV
BA	Salvador	22	12S5950	38W2957	8			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com os canais 21D, 23D.
BA	Salvador	35	12S5950	38W2957	100			Coordenadas de sítio: 12S5950 38W2957 Colocalizado com o canal 36D.
BA	Sento Sé	33	09S4439	41W5307	0,08			Coordenadas de sítio: 09S4439 41W5307
BA	Serrolândia	15	11S2443	40W1803	0,08			Coordenadas de sítio: 11S2443 40W1803
BA	Teixeira de Freitas	19	17S3115	39W4344	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3115 39W4344
BA	Teixeira de Freitas	21	17S3115	39W4344	0,08			Coordenadas de sítio: 17S3115 39W4344
BA	Vitória da Conquista	18	14S4957	40W5103	0,8			Coordenadas de sítio: 14S4957 40W5103 Colocalizado com os canais 17D, 17+.
BA	Vitória da Conquista	24	14S5216	40W5016	0,8			Coordenadas de sítio: 14S5216 40W5016
BA	Vitória da Conquista	17	14S4957	40W5103	0,8			Coordenadas de sítio: 14S4957 40W5103 Colocalizado com o canal 18D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 17 do PBRTV
BA	Vitória da Conquista	41	14S4957	40W5103	8			Coordenadas de sítio: 14S4957 40W5103
CE	Acopiara	48	06S0539	39W2710	0,08			Coordenadas de sítio: 06S0539 39W2710
CE	Fortaleza	38	03S4426	38W3059	8			Coordenadas de sítio: 03S4426 38W3059 Colocalizado com o canal 39D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 38 do PBRTV
CE	Fortaleza	51	03S4500	38W3011	8			Coordenadas de sítio: 03S4500 38W3011 Colocalizado com o canal 50.
CE	Fortaleza	39	03S4426	38W3059	8			Coordenadas de sítio: 03S4426 38W3059 Colocalizado com os canais 38D, 38+.
CE	Fortaleza	41	03S4420	38W3108	8			Coordenadas de sítio: 03S4420 38W3108
CE	Fortaleza	42	03S4447	38W3001	8			Coordenadas de sítio: 03S4447 38W3001 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 42 do PBTV
CE	Fortaleza	29	03S4447	38W3001	8			Coordenadas de sítio: 03S4447 38W3001 Colocalizado com o canal 28D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 29 do PBRTV
CE	Fortaleza	30	03S0447	38W3001	100			Coordenadas de sítio: 03S0447 38W3001
CE	General Sampaio	19	04S0310	39W2716	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0310 39W2716

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	Granjeiro	14	06S5313	39W1318	0,08			Coordenadas de sítio: 06S5313 39W1318
CE	Pentecoste	19	03S4700	39W1600	0,08			Coordenadas de sítio: 03S4700 39W1600
CE	Russas	34	04S5549	37W5917	0,8			Coordenadas de sítio: 04S5549 37W5917
MA	Barra do Corda	43	05S3020	45W1436	0,08			Coordenadas de sítio: 05S3020 45W1436
MA	Carutapera	43	01S1209	46W0115	0,08			Coordenadas de sítio: 01S1209 46W0115
MA	Coroatá	43	04S0751	44W0748	0,08			Coordenadas de sítio: 04S0751 44W0748
MA	Pinheiro	43	02S3200	45W0300	8			Coordenadas de sítio: 02S3200 45W0300
MA	Santa Quitéria do Maranhão	44	03S3056	42W3248	0,08			Coordenadas de sítio: 03S3056 42W3248
MA	São José de Ribamar	27	02S3343	44W0315	0,8			Coordenadas de sítio: 02S3343 44W0315
MA	São Luís	18	02S3238	44W1743	8			Coordenadas de sítio: 02S3238 44W1743 Colocalizado com o canal 17D. - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 18 do PBTV
MA	São Luís	21	02S3309	44W1527	8			Coordenadas de sítio: 02S3309 44W1527 Colocalizado com o canal 20.
MA	São Luís	40	02S3144	44W1730	8			Coordenadas de sítio: 02S3144 44W1730 Colocalizado com o canal 41D.
MA	São Luís	43	02S3238	44W1743	0,8			Coordenadas de sítio: 02S3238 44W1743 Colocalizado com o canal 42.
MA	São Luís	16	02S3147	44W1839	8			Coordenadas de sítio: 02S3147 44W1839
MA	São Luís	47	02S3309	44W1527	8			Coordenadas de sítio: 02S3309 44W1527
MA	São Luís	35	02S3228	44W1649	8			Coordenadas de sítio: 02S3228 44W1649 Colocalizado com os canais 34D, 36D.
PE	Araripina	27	07S3300	40W3400	0,08			Coordenadas de sítio: 07S3300 40W3400
PE	Buíque	27	08S3759	37W1000	0,08			Coordenadas de sítio: 08S3759 37W1000
PE	Limoeiro	27	07S5213	35W2701	0,08			Coordenadas de sítio: 07S5213 35W2701 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 27 do PBRTV
PE	Nazaré da Mata	44	07S4432	35W1352	0,08			Coordenadas de sítio: 07S4432 35W1352 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 44 do PBRTV
PE	Recife	19	07S5956	34W5210	80			Coordenadas de sítio: 07S5956 34W5210 Colocalizado com o canal 20D.
PE	Recife	17	07S5956	34W5210	8			Coordenadas de sítio: 07S5956 34W5210
PE	Recife	31	08S0340	34W5253	8			Coordenadas de sítio: 08S0340 34W5253 Colocalizado com o canal 30.
PE	Recife	33	08S0340	34W5253	8			Coordenadas de sítio: 08S0340 34W5253 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 33 do PBRTV
PE	Recife	45	07S5938	34W5147	8			Coordenadas de sítio: 07S5938 34W5147 Colocalizado com o canal 46.
PE	Recife	49	07S5938	34W5147	8			Coordenadas de sítio: 07S5938 34W5147 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 49 do PBRTV
PE	Recife	44	07S5952	34W5350	8			Coordenadas de sítio: 07S5952 34W5350
PE	Recife	16	08S0306	34W5241	8			Coordenadas de sítio: 08S0306 34W5241 - Utilização após o encerramento da transmissão analógica no canal 16 do PBRTV
PE	Recife	48	07S5952	34W5350	100			Coordenadas de sítio: 07S5952 34W5350
PE	Rio Formoso	27	08S4002	35W0901	0,08			Coordenadas de sítio: 08S4002 35W0901 Colocalizado com o canal 28+.
PE	São José do Egito	27	07S2800	37W1700	0,8			Coordenadas de sítio: 07S2800 37W1700
PE	Vicência	34	07S3925	35W1936	0,8			Coordenadas de sítio: 07S3925 35W1936
PE	Vitória de Santo Antão	46	08S0700	35W1800	0,08			Coordenadas de sítio: 08S0700 35W1800 Colocalizado com o canal 47.
RR	Boa Vista (TEPEQUEM)	48	02N4911	60W4024	8			Coordenadas de sítio: 02N4911 60W4024 Colocalizado com os canais 47 e 49-
RR	Boa Vista	51	02N4911	60W4024	8			Coordenadas de sítio: 02N4911 60W4024 Colocalizado com o canal 50D.
RR	Boa Vista	45	02N4911	60W4024	8			Coordenadas de sítio: 02N4911 60W4024 Colocalizado com os canais 44, 46D.

ANEXO II

1)Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Irará	54+	12S0300	38W4600	1,6			
BA	Salvador	31-	12S5600	38W3100	160			Co-localizado com o canal 39E.
CE	Fortaleza	30-	03S4500	38W3008	80	131 a 143	50	Coordenada pré-fixada: 03S4500;38W3008. Co-localizado com os canais 31D e 38+. SBTVD.
CE	Fortaleza	57	03S4600	38W3100	160			Go-localizado com os canais 56D e 58D - SBTVD.
MA	São José de Ribamar	58	02S3343	44W0315	10			Co-localizado com o canal 59D - SBTVD
PE	Recife	17	08S0400	34W5300	160			
PE	Vitória de Santo Antão	58	08S0827	35W1704	1,6			Coordenada pré-fixada 08S0827;35W1705. SBTVD

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Irará	48	12S0300	38W4600	1,6			
BA	Salvador	32	12S5600	38W3100	160			
CE	Fortaleza	31	03S4500	38W3008	80			Coordenada pré-fixada: 03S4500;38W3008. Co-localizado com o canal 32D
CE	Fortaleza	42	03S4600	38W3100	160			
MA	São José de Ribamar	50	02S3343	44W0315	10			
PE	Recife	18	08S0400	34W5300	160			
PE	Vitória de Santo Antão	32	08S0827	35W1704	1,6			Coordenada pré-fixada 08S0827;35W1705. SBTVD

ANEXO III

1)Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Camaçari	40	12S4151	38W1927	10	154 a 274	0,316	Coordenada pré-fixada 12S4151;38W1927
BA	Camaçari	50	12S4151	38W1927	3	157 a 283	1	Coordenada pré-fixada 12S4151;38W1927

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	Floresta Azul	56+	14S5100	39W3900	5	40	1	Coordenada pré-fixada 14S5100;39W3900
BA	Itabuna	54-	14S4700	39W1700	1			Coordenada pré-fixada 14S4700;39W1700. CO-LINEAR COM CANAIS 50-,58-
BA	Salvador	53-	12S5816	38W3039	75			Coordenada pré-fixada 12S5800;38W3100 - CO-LOCALIZADO COM O CANAL 39.
BA	Salvador	59+	13S0018	38W3003	158			Coordenadas pré-fixadas: 13S0018;38W3003 - Co-localizado com o canal 44.
CE	Fortaleza	43	03S4434	38W3007	160			Co-localizado com os canais 36+, 44D, 50 e 57S - SBTVD.
CE	Fortaleza	59	03S4426	38W3101	32			Co-localizado com o canal 58D - SBTVD.
PE	Limoeiro	54	07S5200	35W2700	1			Coordenada pré-fixada 07S52;35W27
PE	Palmeirina	53	08S5900	36W2000	1	210 a 90	0	Coordenada pré-fixada 08S5900;36W2000
PE	Recife	55+	08S0258	34W5230	35			

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Camaçari	44	12S4151	38W1927	10			Coordenada pré-fixada 12S4151;38W1927. Colocalizado com os canais 43D, 51
BA	Camaçari	51	12S4151	38W1927	3			Coordenada pré-fixada 12S4151;38W1927 . Co-localizado com o canal 44
BA	Floresta Azul	18	14S5100	39W3900	5			Coordenada pré-fixada 14S5100;39W3900
BA	Itabuna	48	14S4700	39W1700	1			Coordenada pré-fixada 14S4700;39W1700
BA	Salvador	30	12S5816	38W3039	75			Coordenada pré-fixada 12S5800;38W3100
BA	Salvador	50	13S0018	38W3003	158			Coordenadas pré-fixadas: 13S0018;38W3003 - Co-localizado com o canal 49D.
PE	Limoeiro	27	07S5200	35W2700	1			Coordenada pré-fixada 07S52;35W27
PE	Palmeirina	47	08S5900	36W2000	1			Coordenada pré-fixada 08S5900;36W2000. Colocalizado com o canal 46D
PE	Recife	16	08S0258	34W5230	35			

ANEXO IV

1)Alteração de canais do PBTVA:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
CE	Fortaleza	54	03S4420	38W3108	8			Coordenadas do Sítio: 03S4452;38W3049 - Co-localizado com os canais 46 e 53D - Potência analógica utlizável até migração para Tecnologia Digital - Pltência analógica:160,000kW - Potência digital:8,000kW.

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
CE	Fortaleza	41	03S4420	38W3108	8			Coordenadas de sítio: 03S4420 38W3108. Potência analógica utlizável até migração para Tecnologia Digital - Pltência analógica:160,000kW - Potência digital:8,000kW.

ATO Nº 4.266, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA, CNPJ nº 00.352.294/0001-10 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.282, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 535000007472003. Outorga autorização para uso de radiofrequência à COOPERATIVA DE RADIO TAXI DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE CAMACARI LTDA, CNPJ nº 16.054.868/0001-04, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Privado.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 4.285, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Autorizar Riedel do Brasil Comunicações Ltda, CNPJ nº 15.527.752/0001-82 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Curitiba/PR, São Lourenço da Mata/PE, São Paulo/SP, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF , no período de 26/03/2014 a 22/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 26 de março de 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	Nº DO PROCESSO	RECURSO	DATA
MT	Sorriso	Associação em Prol da Comunicação em Boa Esperança do Norte	53000.026179/2009	Conhecido e não provido	26/03/14

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 167, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.032375/2013, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria n. 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Rio Verde, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, na localidade de Rio Verde, estado de Goiás, utilizando o canal 7+ (sete decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Brasileira de Radio e Televisão Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Jataí, estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIZE MENEZES DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Instituição solicitante	Validade do Passaporte
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto	Ofício nº 18/GP, de 03 de fevereiro de 2014	Supremo Tribunal Federal	5 anos
Rita de Cássia Pinheiro de Britto	Ofício nº 18/GP, de 03 de fevereiro de 2014	Supremo Tribunal Federal	5 anos
Nara Pinheiro Reis de Britto	Ofício nº 18/GP, de 03 de fevereiro de 2014	Supremo Tribunal Federal	02/06/2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Instituição solicitante	Validade do Passaporte
Anderson Silva Machado	Telegrama nº 1487, de Brasemb Maputo, de 26 de dezembro de 2013	Ministério das Relações Exteriores	15/03/2016
Raquel Helena Iinuma Machado	Telegrama nº 1487, de Brasemb Maputo, de 26 de dezembro de 2013	Ministério das Relações Exteriores	15/03/2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Instituição solicitante	Validade do Passaporte
Antonio César Marques da Fonseca	Minimemo, DSE, de 30 de janeiro de 2014	Ministério das Relações Exteriores	6 meses

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Instituição solicitante	Validade do Passaporte
Fernanda Cruz Ribeiro	Ofício EREBAHIA nº02, de 18 de fevereiro de 2014	Ministério das Relações Exteriores	6 meses
Marcos Alexandre de Almeida Silva	Ofício EREBAHIA nº02, de 18 de fevereiro de 2014	Ministério das Relações Exteriores	6 meses

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 129, DE 27 DE MARÇO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA E DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e no art. 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta no processo nº 48000.000469/2014-89, resolvem:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo I a esta Portaria, o valor de indenização a ser pago à concessionária CESP - Companhia Energética de São Paulo, referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações, até 31 de março de 2013, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Art. 2º O recebimento da indenização, de que trata o art. 1º, dar-se-á em parcelas mensais, a serem pagas no prazo de sete anos contados da data de publicação desta Portaria, atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC relativa ao mês anterior ao do pagamento.

§ 1º As parcelas mensais, previstas no caput, serão pagas nos dias 15 de cada mês, respeitado o prazo mínimo de noventa dias para o pagamento da primeira parcela, contados do recebimento do requerimento que consta do Anexo II a esta Portaria.

§ 2º Caso venha a ocorrer a extinção da taxa SELIC, será adotada outra taxa oficial que venha a substituí-la e, na falta dessa, outra com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

Art. 3º A CESP - Companhia Energética de São Paulo deverá enviar declaração, no formato estabelecido no Anexo II, no prazo de trinta dias contados da sua publicação, para receber a indenização definida no art. 1º.

Parágrafo único. O envio, ao Ministério de Minas e Energia, da declaração prevista no caput implica reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I é suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que trata esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO
Ministro de Estado de Minas e Energia

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

Valores de indenização para Concessões de Geração de Energia Elétrica

Contrato de Concessão	Concessionária	CNPJ/MF	Usina Hidrelétrica	Potência (MW)	Indenização (R$)	Início de Operação Comercial
003/2004-ANEEL	CESP- Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Três Irmãos	807,5	1.717.362.148,59	28/11/1993

ANEXO II

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Requerimento para o recebimento de indenização

DADOS DA EMPRESA OU CONSÓRCIO REQUERENTE
1) Nome da Empresa ou Consórcio

2) CNPJ (preencher se enquadrar como Empresa) 3) Sigla da Empresa ou Consórcio

4) Nome da Pessoa para Contato 5) CPF do Contato

6) Telefone para Contato 7) E-mail do Contato

8) Endereço da Empresa ou Consórcio

9) Bairro 10) CEP 11) Cidade 12) UF

EMPREENDIMENTO INDENIZADO

Contrato de Concessão	Usina Hidrelétrica	Valor Indenização (R$) Referenciado a preços de junho de 2012
003/2004-ANEEL	Três Irmãos	1.717.362.148,59

Declaro que renuncio a qualquer direito ou, pretensão a ser exercida por meio de pleito judicial ou extrajudicial, bem como desisto de qualquer demanda administrativa ou judicial em curso relativas ao valor de indenização estabelecido, no Anexo I, para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização citada.

DADOS BANCÁRIOS
Indicar Agência e Conta Corrente para Depósito do valor da indenização (Instituição Financeira estabelecida em território nacional)
N° Banco Nome do Banco Agência Conta Corrente

Representante Empresa / Consórcio Local e Data

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 130, DE 27 DE MARÇO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA E DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e no art. 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta no processo nº 48000.000466/2014-45, resolvem:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo I a esta Portaria, o valor de indenização a ser pago à concessionária Zona da Mata Geração S.A, referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Neblina, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações, até 31 de março de 2013, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O recebimento da indenização, de que trata o art. 1º, dar-se-á em parcelas mensais, a serem pagas no prazo de sete anos contados da data de publicação desta Portaria, atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC relativa ao mês anterior ao do pagamento.

§ 1º As parcelas mensais, previstas no caput, serão pagas nos dias 15 de cada mês, respeitado o prazo mínimo de noventa dias para o pagamento da primeira parcela, contados do recebimento do requerimento que consta do Anexo II a esta Portaria.

§ 2º Caso venha a ocorrer a extinção da taxa SELIC, será adotada outra taxa oficial que venha a substituí-la e, na falta dessa, outra com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

Art. 3º A Zona da Mata Geração S.A. deverá enviar declaração, no formato estabelecido no Anexo II, no prazo de trinta dias contados da sua publicação, para receber a indenização definida no art. 1º.

Parágrafo único. O envio, ao Ministério de Minas e Energia, da declaração prevista no caput implica reconhecimento, por parte da Zona da Mata Geração S.A., de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I é suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que trata esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO
Ministro de Estado de Minas e Energia

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

Valores de indenização para Concessões de Geração de Energia Elétrica

Contrato de Concessão	Concessionária	CNPJ/MF	Usina Hidrelétrica	Potência (MW)	Indenização (R$)	Início de Operação Comercial
039/1999-ANEEL	Zona da Mata Geração S.A.	04.677.733/0001-16	Neblina	6,47	12.575.966,69	01/07/1948

ANEXO II

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Requerimento para o recebimento de indenização

DADOS DA EMPRESA OU CONSÓRCIO REQUERENTE

1) Nome da Empresa ou Consórcio

2) CNPJ (preencher se enquadrar como Empresa) 3) Sigla da Empresa ou Consórcio

4) Nome da Pessoa para Contato 5) CPF do Contato

6) Telefone para Contato 7) E-mail do Contato

8) Endereço da Empresa ou Consórcio

9) Bairro 10) CEP 11) Cidade 12) UF

EMPREENDIMENTO INDENIZADO

Contrato de Concessão	Usina Hidrelétrica	Valor Indenização (R$) Referenciado a preços de junho de 2012
039/1999-ANEEL	Neblina	12.575.966,69

Declaro que renuncio a qualquer direito ou, pretensão a ser exercida por meio de pleito judicial ou extrajudicial, bem como desisto de qualquer demanda administrativa ou judicial em curso relativas ao valor de indenização estabelecido, no Anexo I, para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização citada.

DADOS BANCÁRIOS

Indicar Agência e Conta Corrente para Depósito do valor da indenização (Instituição Financeira estabelecida em território nacional)

N° Banco Nome do Banco Agência Conta Corrente

Representante Empresa / Consórcio Local e Data

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.607, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006733/2013-76. Interessada: Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.981.751/0001-85, com sede na Fazenda Crystal, km 11,8 da estrada Perdilândia, zona rural do município de Santa Vitória - MG, a área de terra situada numa faixa de 23 m (vinte e três metros) de largura, necessária à implantação da Linha de Transmissão UTE Santa Vitória - Subestação Santa Vitória, circuito simples, 138 kV, 22,5 km (vinte e dois vírgula cinco quilômetros) de extensão, que interligará a Usina Termo Elétrica Santa Vitória, de propriedade da Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda., à Subestação Santa Vitória, de propriedade da Cemig Distribuição S.A., localizada no município de Santa Vitória, estado de Minas Gerais; (ii) fica a Interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.697, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Homologa parcialmente o Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, aprovado em sua 54ª Assembleia Geral.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 1º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 1º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 e o que consta do Processo nº 48500.001062/2005-11, resolve:

Art. 1º Homologar, na forma do Anexo, o Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parágrafo único. O referido Anexo está disponível no endereço eletrônico da ANEEL na Internet (www.aneel.gov.br) e no Processo nº 48500.001062/2005-11.

Art. 2º Fica revogada a Resolução Homologatória nº 449, de 17 de abril de 2007, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. São exigíveis os direitos e obrigações então consubstanciados no Estatuto homologado pela Resolução a que alude o caput, no seu período de vigência, e seu descumprimento enseja a imposição das sanções correspondentes.

Art. 3º A eficácia da disposição contida na alínea "f" do inciso IX do art. 24 do Estatuto Social ora homologado fica condicionada à prévia anuência da ANEEL.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de março de 2014

Nº 729 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 45 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo n. 48500.004979/2012-22 resolve: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho n° 689/2013, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que declarou o valor da Base de Remuneração da Cemig-D, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para: i) declarar o valor total da Base de Remuneração da Cemig-D para fins do 3º ciclo de Revisão Tarifária, sendo: a) Base de Remuneração Bruta da Distribuição de R$ 15.724.110.277,43 (quinze bilhões, setecentos e vinte e quatro milhões, cento e dez mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos); b) Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 5.849.143.443,00 (cinco bilhões, oitocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e zero centavos); c) Taxa de depreciação média de 3,84% a.a. (três inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento ao ano).

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 27 de março de 2014

Nº 774 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002561/2006-99, resolve declarar extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver ser tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente (desistência do pedido).

Nº 775 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002405/2012-10, resolve declarar extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 e o art. 43, incisos VII e VIII, § 3º, da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver ser tornado prejudicada por fato superveniente (a ausência de interesse de agir da Recorrente).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHOS
Em 27 de março de 2014

Nº 772 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 2.806, de 27 de agosto de 2013, com a redação dada pela Portaria ANEEL nº 3.022, de 28 janeiro de 2014, e considerando o que consta dos Processos nºs 48500.003985/2013-43, 48500.003983/2013-54, 48500.003989/2013-21, 48500.003981/2013-65, 48500.003980/2013-11 e 48500.005575/2013-37, resolve: registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico, qualificadas no ANEXO deste Despacho, foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 09/2013-ANEEL.

ANEXO

SEQ.	PROCESSO	EMPREENDIMENTO	S OCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO
1	48500.003985/2013-43	EOL VENTOS DE SANTA JOANA I	VENTOS DE SANTA JOANA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.724.929/0001-91
2	48500.003983/2013-54	EOL VENTOS DE SANTA JOANA III	VENTOS DE SANTA JOANA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.725.354/0001-21
3	48500.003989/2013-21	EOL VENTOS DE SANTA JOANA IV	VENTOS DE SANTA JOANA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.725.614/0001-69
4	48500.003981/2013-65	EOL VENTOS DE SANTA JOANA V	VENTOS DE SANTA JOANA V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.725.631/0001-04

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5	48500.003980/2013-11	EOL VENTOS DE SANTA JOANA VII	VENTOS DE SANTA JOANA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.725.315/0001-24
6	48500.005575/2013-37	EOL VENTOS DE SANTO AUGUSTO IV	VENTOS DE SANTO AUGUSTO IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 19.781.992/0001-60

Nº 773 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 2.806, de 27 de agosto de 2013, com a redação dada pela Portaria ANEEL nº 3.022, de 28 janeiro de 2014, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000301/2014-32, resolve: registrar que os documentos de constituição da Sociedade de Propósito Específico, qualificada no ANEXO deste Despacho, foi analisado e está em conformidade com o Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

ANEXO

SEQ.	PROCESSO	EMPREENDIMENTO	S OCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO
1	48500.000301/2014-32	UHE SÃO MANOEL	EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A. 18.494.537/0001-10

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 762 - Processo nº 48500.001476/2014-67. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santo Expedito 2, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, estado do Ceará.

Nº 764 - Processo nº 48500.001495/2014-93. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santo Expedito 5, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, estado do Ceará.

Nº 765 - Processo nº 48500.001492/2014-50. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santo Expedito 6, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, estado do Ceará.

Nº 766 - Processo nº 48500.001477/2014-10. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santo Expedito 7, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, estado do Ceará.

Nº 767 - Processo nº 48500.001496/2014-38. Interessado: Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Vitor 2, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Xique-Xique, estado da Bahia.

Nº 768 - Processo nº 48500.001491/2014-13. Interessado: Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Vitor 7, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Xique-Xique, estado da Bahia.

Nº 769 - Processo nº 48500.001494/2014-49. Interessado: Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Vitor 8, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Xique-Xique, estado da Bahia.

Nº 770 - Processo nº 48500.001497/2014-82. Interessado: Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Vitor 10, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Xique-Xique, estado da Bahia.

Nº 771 - Processo nº 48500.001493/2014-02. Interessado: Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Vitor 11, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Xique-Xique, estado da Bahia.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 479, de 26 de março de 2014, publicado no DOU nº 59, de 27 de março de 2014, página 110, Seção 1, onde se lê: "DESPACHO Nº 479" Leia-se "DESPACHO Nº 749".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 761 - Processo nº: 48500.000627/2008-11. Interessada: MPX Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar, junto à ANEEL, a alteração da razão social da empresa MPX Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.185.485/0002-90, autorizada a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 763 - Processo nº 48500.003900/2011-65. Interessados: Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - COOPERLUZ (compradora) e Rio Grande Energia S.A. (vendedora). Decisão: registrar o Segundo Termo Aditivo, sob nº 8.026/2006, ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCE. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 776 - Processo nº 48500.005936/2013-45. Interessada: Estação Transmissora de Energia S.A. S.A. Decisão: anuir à prorrogação do prazo, em adicionais 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 19 de abril de 2014, para implementação da transferência da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica da Interessada para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 685, de 24 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2014, Seção 1, página 34, onde se lê "compradora", leia-se "vendedora", e onde se lê "vendedora", leia-se "compradora".

No Despacho nº 695, de 24 de março de 2014, publicado no sítio eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 25 de março de 2014, cujo resumo foi publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2014, Seção 1, página 34, onde se lê: "II - negar a anuência ao pleito que envolve os imóveis de Cachoeira Dourada, dado o fato de que a pretendida transferência dos imóveis de Cachoeira Dourada da CELG D para a Companhia CELG de Participações - CELGPAR implicaria na saída de recursos do serviço público de energia elétrica, na piora da precária da situação financeira da distribuidora e em razão do não cumprimento da REN nº 20/1999 no que tange a avaliação dos imóveis em tela;" leia-se: "II - anuir ao pleito de doação dos imóveis de Cachoeira Dourada, relacionados na correspondência protocolada sob o sic 48513.000744/2014-00, da CELG Distribuição S.A. - CELG D para a CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT;".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 758 - Processo: 48500.001271/2012-10. Decisão: (i) prorrogar para 25/4/2014 o prazo estabelecido no Despacho n° 1.593, de 20 de maio de 2013, para entrega da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jacaré, no trecho entre a nascente e o remanso do reservatório da UHE Furnas, sub-bacia 61, localizado no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Grão Mogol Energia Ltda.

Nº 759 - Processo: 48500.004576/2009-88. Decisão: (i) prorrogar para 19/9/2014 o prazo estabelecido no Despacho n° 1.267, de 29 de abril de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da bacia do rio Maravilha, sub-bacia 34, localizada no Estado do Maranhão, solicitado pela empresa Consórcio PEC Energia.

Nº 760 - Processo: 48500.001995/2008-87. Decisão: (i) prorrogar para 31/12/2014 o prazo estabelecido no Despacho n° 1.213, de 24 de abril de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Crepori, sub-bacia 17, localizado no Estado do Pará, solicitado pela empresa Brasil Central Engenharia Ltda.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 8º e nos seus incisos I e XVIII da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e com base na Resolução de Diretoria nº 250, de 26 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 5º da Resolução ANP n.º 52, de 29/12/2010, a saber:

"§ 4º A partir de 1º de junho de 2014, quando não for possível atender o limite estabelecido para a característica teor de H2S do óleo combustível marítimo no tanque da refinaria, fica permitida a sua determinação no tanque do terminal marítimo ou aquaviário. Caso esteja conforme, o óleo combustível marítimo poderá ser comercializado."

Art. 2º Fica alterado até 31 de maio de 2014, o limite para a característica sulfeto de hidrogênio especificado na Tabela IV do Regulamento Técnico ANP nº 5/2010, parte integrante da Resolução ANP nº 52, de 29.12.2010, como segue:

"Tabela IV - Especificações de óleos combustíveis marítimos

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	TIPO			MÉTODO	
		OCM 120	OCM 180	OCM 380	ABNT NBR	ASTM/IP/ISO
?	?	?	?	?	?	?
Sulfeto de hidrogênio	mg/kg	Anotar			-	IP 570
?	?	?	?	?	?	?

"

Art. 3º A partir de 1° de junho de 2014, fica alterado o limite para a característica sulfeto de hidrogênio especificado na Tabela IV do Regulamento Técnico ANP n° 5/2010, parte integrante da Resolução ANP n° 52/2010, de 29.12.2010, como segue:

"Tabela IV - Especificações de óleos combustíveis marítimos

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	TIPO			MÉTODO	
		OCM 120	OCM 180	OCM 380	ABNT NBR	ASTM/IP/ISO
?	?	?	?	?	?	?
Sulfeto de hidrogênio	mg/kg	2,0			-	IP 570
?	?	?	?	?	?	?

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"

Art. 4° Fica revogado o artigo 2° da Resolução ANP n° 26, de 10 de julho de 2013.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL

Em 27 de março de 2014

Nº 398 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base no Regulamento Técnico ANP nº07/2012 aprovado pela Resolução ANP nº 47/2012, na documentação constante no Processo ANP nº 48610.001101/2014-50, e na Resolução de Diretoria nº 235, de 19 de março de 2014, torna público o seguinte ato:

1.CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIO GPMAC vinculado à instituição PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio), localizado no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.555.921/0001-70, habilitando-o para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

2.As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	069/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO GPMAC		
Instituição Credenciada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-Rio		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO (SIMULAÇÃO DE FLUXO)	Modelagem geométrica de corpos geológicos aplicados à simulação booleana para geração de cenários tridimensionais de reservatórios

3.O Laboratório GPMAC da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº07/2012, devendo demonstrar, a qualquer tempo, que continua atendendo aos requisitos técnicos e de qualificação jurídica estabelecidos no Anexo B e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento, em especial, os seguintes:

I - fornecer as informações solicitadas nos prazos estabelecidos;

II - permitir aos técnicos avaliadores da ANP, sempre que solicitado, o livre acesso às instalações e à documentação pertinente ao credenciamento, assim como, à documentação pertinente às atividades de P&D realizadas com recursos das Cláusulas de Investimento em P&D;

III - compromisso com a aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infraestrutura e de pessoal relacionados com o objeto do credenciamento.

4.O credenciamento terá validade indeterminada, ficando o Laboratório GPMAC da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio obrigado a confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 27 de março de 2014

Nº 399 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n.º 41, de 06/11/2013, tendo em vista a cassação da eficácia das inscrições estaduais no Estado de São Paulo, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0076666	ANDROMEDA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA.	11.054.369/0001-01	ITATIBA	SP	48610.012173/2009-65
SP0029380	AUTO POSTO JARDIM AEROPORTO LTDA	61.899.712/0001-89	SAO PAULO	SP	48610.013836/2002-92
PR/SP0073381	AUTO POSTO NADAL LTDA.	10.819.695/0001-91	OSASCO	SP	48610.009015/2009-28
PR/SP0086862	AUTO POSTO NOVO GIBI LTDA.	11.399.606/0001-68	BIRITIBA-MIRIM	SP	48610.013103/2010-68
SP0027741	AUTO POSTO SO ALEGRIA LTDA	02.381.901/0001-04	MOGI DAS CRUZES	SP	48610.010055/2002-46
SP0230021	CENTRO AUTOMOTIVO ÁGUAS DE AMPARO LTDA.	09.298.364/0001-74	AMPARO	SP	48610.005976/2008-82
SP0025129	CENTRO AUTOMOTIVO POA LTDA	02.972.026/0001-27	POA	SP	48610.006191/2002-31
SP0214185	CENTRO AUTOMOTIVO PONTE TORTA LTDA.	08.715.833/0001-40	JUNDIAI	SP	48610.008521/2007-38
SP0014387	POSTO DE SERVIÇOS MELHOR LTDA	01.531.773/0001-67	SAO PAULO	SP	48610.010842/2001-15
SP0203039	POSTO E SERVIÇOS ZARVOS LTDA.	08.391.264/0001-25	LINS	SP	48610.011047/2006-41
SP0231748	POSTO SANTA TEREZINHA LIMEIRA LTDA.	09.471.438/0001-22	LIMEIRA	SP	48610.007160/2008-93
SP0026561	TAUJIRO & TAUJIRO LTDA.	45.333.242/0001-35	ITUVERAVA	SP	48610.009676/2002-87
SP0192342	WIMPY POSTO DE COMBUSTÍVEIS E GNV LTDA.	06.254.714/0001-02	GUARATINGUETA	SP	48610.010214/2005-55

Em 27 de março de 2014

Nº 400 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência nas infrações previstas nos incisos IV, VI e XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº RJ0176797 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao SUPER POSTO NOTA 1000 LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.404.751/0001-24, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.000104/2012-12.

Nº 401 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/BA0119002	ALVES E DIAS LTDA.	16.542.406/0001-36	BOM JESUS DA SERRA	BA	48610.009783/2012-87
CE0196733	ANDRADE EVANGELISTA & CIA. LTDA.	07.573.769/0003-00	MOMBACA	CE	48610.005098/2006-33
PR0017146	AUTO POSTO CAIUA LTDA	79.688.362/0001-77	SAO JOAO DO CAIUA	PR	48610.018966/2001-31
SC0006814	AUTO POSTO FERA LTDA	03.097.901/0001-31	CRICIUMA	SC	48610.004761/2001-78
SP0021922	AUTO POSTO LIBERDADE DE GUAPIAÇU LTDA	01.073.906/0001-07	GUAPIACU	SP	48610.017935/2001-62
RS0196442	JOÃO AUGUSTO BENTO DA FONSECA	07.732.693/0001-56	PELOTAS	RS	48600.001265/2006-96
SP0202804	JOÃO PEDRO DOS SANTOS - COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO	04.743.883/0001-80	ARARAS	SP	48610.010886/2006-41
MG0218493	POSTO BOCAIUVA LTDA.	08.987.255/0001-00	BOCAIUVA	MG	48610.012707/2007-91
PR/SC0060864	POSTO TUPA LTDA EPP	05.879.054/0001-92	TRES BARRAS	SC	48610.009206/2008-17
AM0191262	R. S. CASTILHO	84.114.669/0002-85	NOVA OLINDA DO NORTE	AM	48610.009069/2005-61
SP0164244	REDE LK DE POSTOS LTDA.	01.820.806/0012-41	BAURU	SP	48600.003311/2003-49
PR/RS0083122	SAUGO & CIA LTDA	91.709.840/0001-83	TUCUNDUVA	RS	48610.003536/2010-13

O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PE0224825	ADENILDO FERREIRA DA SILVA COMERCIO DE GAS - ME	19.373.580/0001-90	GLORIA DO GOITA	PE	48610.003011/2014-01
GLP/SP0224826	AGROPECUARIA NOVO TEMPO COMERCIAL LTDA - ME	18.339.099/0001-16	MIRANTE DO PARANAPANEMA	SP	48610.009847/2013-21
GLP/MG0224827	ALAERTO LOPES MATA CPF 37636839687 - ME	71.473.706/0002-08	BOM SUCESSO	MG	48610.001965/2014-71
GLP/MG0224828	ALCISIO MARIANO - ME.	18.441.917/0001-97	MUTUM	MG	48610.002977/2014-13
GLP/ES0224829	ANTONIA MOREIRA CONTI 03463243784	19.268.459/0001-07	VARGEM ALTA	ES	48610.002944/2014-73
GLP/SP0224830	ARNALDO DO AMARAL - ME	96.616.495/0001-57	ITAPOLIS	SP	48610.012597/2013-14
GLP/SP0224831	AUTO POSTO PRAIA DO INDAIA LTDA	55.647.267/0001-67	CARAGUATATUBA	SP	48610.011087/2013-11
GLP/SP0224832	BADY DEPOSITO DE GAS E AGUA PANORAMA LTDA - ME	19.151.670/0001-37	BADY BASSITT	SP	48610.002757/2014-90
GLP/MG0224833	CAMILO SOUZA SENA 08673812640	12.985.538/0001-81	PORTO FIRME	MG	48610.002964/2014-44
GLP/PR0224834	CHEGAZ COMERCIO DE GAS LTDA	03.469.482/0037-22	FOZ DO IGUACU	PR	48610.002945/2014-18
GLP/MA0224835	CLEISON A. DA COSTA - ME	17.659.112/0001-51	SAO JOAO DO PARAISO	MA	48610.002974/2014-80
GLP/PR0224836	CLEUSA DOS SANTOS FERRARI - ME	04.173.034/0001-39	BOM JESUS DO SUL	PR	48610.003024/2014-72
GLP/CE0224837	COMERCIAL DE GAS OH LTDA - ME	17.932.396/0001-08	PINDORETAMA	CE	48610.012972/2013-18
GLP/PR0224838	CORREA E KRACHINSKI LTDA - ME.	14.788.407/0001-30	IMBITUVA	PR	48610.002947/2014-15
GLP/AL0224839	CYNARA SILVA MORAIS 00906946433	15.614.655/0001-27	MAJOR ISIDORO	AL	48610.011490/2012-60
GLP/AL0224840	D CAVALCANTE DA SILVA GAS - ME	19.330.837/0001-27	COITE DO NOIA	AL	48610.003020/2014-94
GLP/PE0224841	D. SILVA DE MACEDO - GAS - ME	19.386.651/0001-90	GLORIA DO GOITA	PE	48610.002597/2014-89
GLP/BA0224842	DAMERA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	19.529.909/0001-60	JEQUIE	BA	48610.002608/2014-21
GLP/RS0224843	DANIELA DE VARGAS PACHECO - ME	19.360.162/0001-69	BARRA DO RIBEIRO	RS	48610.002966/2014-33
GLP/MT0224844	DISBEMOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOLINA LTDA	08.775.117/0006-63	PEIXOTO DE AZEVEDO	MT	48610.002960/2014-66
GLP/CE0224845	DISTRIBUIDORA DE GAS E PRODUTOS VAREJISTA MASSAPEENSE LTDA - ME	18.905.006/0001-73	MASSAPE	CE	48610.002952/2014-10
GLP/PA0224846	DISTRIBUIDORA DE GAS LIMA SANTOS LTDA - ME.	19.346.582/0001-90	SANTAREM	PA	48610.002796/2014-97
GLP/GO0224847	DIVINO LOPES DA SILVA - ME	19.284.536/0001-04	GOIANIA	GO	48610.002954/2014-17
GLP/AC0224848	E. SOARES COSTA IMP. E EXP - ME	15.226.944/0001-59	RIO BRANCO	AC	48610.002792/2014-17
GLP/PR0224849	EDER JUNIOR LEAL DISTRIBUIDORA DE GAS - ME	19.347.971/0001-30	CURITIBA	PR	48610.002972/2014-91
GLP/CE0224850	EDILMA MENEZES FRANKLIN 43917852349	18.708.136/0001-16	FORTALEZA	CE	48610.002956/2014-06
GLP/SP0224851	ELENICE FERREIRA TOMAZ - ME	17.256.704/0001-22	ITARIRI	SP	48610.007884/2013-02
GLP/AL0224852	ELENILDA LOPES SILVA OLIVEIRA 01082905496	19.063.652/0001-01	ARAPIRACA	AL	48610.011795/2013-52

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/MG0224853	ELIZABETH APARECIDA DE OLIVEIRA GUIMARAES 08049226670	17.254.422/0001-96	SENADOR FIRMINO	MG	48610.012537/2013-93
GLP/AM0224854	EMERSON SOUZA DA LIMA 93335741234	16.478.328/0001-58	MANAUS	AM	48610.002790/2014-10
GLP/PE0224855	ERIVALDO LOPES VIEIRA 50785125434	19.461.306/0001-73	BELEM DE MARIA	PE	48610.002604/2014-42
GLP/RN0224856	EUDES BEZERRA DA SILVA 02159291447	15.497.693/0001-47	CARNAUBAIS	RN	48610.000571/2014-04
GLP/PA0224857	EVANDRO FERREIRA RIBEIRO - ME.	19.458.749/0001-05	CURRALINHO	PA	48610.002760/2014-11
GLP/SP0224858	FAN COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	12.086.743/0001-05	SAO PAULO	SP	48610.003037/2014-41
GLP/RN0224859	FRANCISCO DE ASSIS SEGUNDO FERREIRA DE LIMA 03824354438	18.918.119/0001-03	SERRA DE SAO BENTO	RN	48610.012876/2013-70
GLP/PE0224860	FRANCISCO FIRMINO NETO - EPP	04.279.636/0002-56	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.002613/2014-33
GLP/PR0224861	GAS MARINGA LTDA - ME	19.692.517/0001-17	PINHAIS	PR	48610.003040/2014-65
GLP/SP0224862	GASBOM PIRAJUSSARA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	14.514.451/0001-51	TABOAO DA SERRA	SP	48610.011251/2013-91
GLP/MG0224863	GENILMA MENDES RIBEIRO - ME	18.740.786/0001-49	SAO JOAO DA PONTE	MG	48610.003042/2014-54
GLP/GO0224864	GETULIO JOSE DE OLIVEIRA NETO 04236967189	19.218.980/0001-21	JANDAIA	GO	48610.002603/2014-06
GLP/MG0224865	GLAUBER PEREIRA LOPES - ME	18.730.825/0001-27	RUBIM	MG	48610.002069/2014-20
GLP/RS0224866	GREICI MICHELI STUMM - ME	18.914.138/0001-61	NAO-ME-TOQUE	RS	48610.002968/2014-22
GLP/SP0224867	IGOR ROBERTO ALVES 43126950833	19.287.455/0001-68	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	SP	48610.002193/2014-95
GLP/SP0224868	IGUATEMI AUTO SERVICE SANTA RITA LTDA	44.752.699/0001-11	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SP	48610.002606/2014-31
GLP/GO0224869	IRANI RODRIGUES DA SILVA 06567306173	19.329.589/0001-02	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	GO	48610.002596/2014-34
GLP/GO0224870	J A & CAMPOS COMERCIAL LTDA - ME.	17.402.494/0001-33	TRINDADE	GO	48610.002949/2014-04
GLP/AL0224871	J C RODRIGUES ROCHA - ME	01.463.910/0001-73	LAGOA DA CANOA	AL	48610.012745/2013-92
GLP/PR0224872	J. DA ROSA & CIA LTDA - ME	15.322.635/0001-82	BOM JESUS DO SUL	PR	48610.003039/2014-31
GLP/AL0224873	J R P CALHEIROS - ME	16.637.364/0002-06	MESSIAS	AL	48610.012676/2013-17
GLP/MG0224874	JAQUELINE APARECIDA FERREIRA & CIA LTDA - ME	05.746.068/0002-19	ARICANDUVA	MG	48610.002971/2014-46
GLP/ES0224875	J.L.ALVES GAS SERRANO - ME	17.482.979/0002-65	DOMINGOS MARTINS	ES	48610.003021/2014-39
GLP/PB0224876	JOAO ALVES NETO 02033446425	19.617.857/0001-83	AGUIAR	PB	48610.002965/2014-99
GLP/MT0224877	JOAO MARINHO.	02.378.934/0001-97	GAUCHA DO NORTE	MT	48610.002797/2014-31
GLP/PA0224878	JOSE CORDEIRO DE SOUZA 03641309204	19.380.148/0001-27	CASTANHAL	PA	48610.002765/2014-36
GLP/PB0224879	JOSE ERIVAILDO BURITI SILVA 79882110487	19.022.118/0001-49	BARRA DE SANTA ROSA	PB	48610.002755/2014-09
GLP/CE0224880	JUCAS GAS LTDA - ME	16.957.641/0001-79	JUCAS	CE	48610.002274/2014-95
GLP/AL0224881	L & A COMERCIO DE AGUA E GAS GLP LTDA - ME	13.585.624/0001-60	DELMIRO GOUVEIA	AL	48610.002969/2014-77
GLP/PB0224882	LAURIJANE HENRIQUE DE MEDEIROS	06.011.287/0001-31	ARARA	PB	48610.002763/2014-47
GLP/SC0224883	LEAL DZOBA & DIAS DE OLIVEIRA LTDA - ME	17.582.363/0001-85	JARAGUA DO SUL	SC	48610.003044/2014-43
GLP/MG0224884	LIGEIRINHO TELEGAS LTDA - ME.	18.118.824/0001-26	BELO HORIZONTE	MG	48610.002759/2014-89
GLP/PR0224885	LIQUI COMERCIO DE GAS LTDA	04.427.419/0003-47	FOZ DO IGUACU	PR	48610.003035/2014-52
GLP/PR0224886	LONDRES COMÉRCIO DE GÁS LTDA	07.809.959/0001-11	ARAPONGAS	PR	48610.002764/2014-91
GLP/AL0224887	LUCAS HENRIQUE SILVA - EPP	18.492.209/0001-85	RIO LARGO	AL	48610.000465/2014-12
GLP/GO0224888	LUCIA MARIA DA SILVA ALMEIDA 80020933134	16.524.858/0001-95	ITABERAI	GO	48610.001798/2014-69
GLP/SP0224889	LUIZ FERNANDO GOULART SILVA 35213465870	16.753.756/0001-41	SARUTAIA	SP	48610.003031/2014-74
GLP/SC0224890	M. A. COMÉRCIO DE GÁS LTDA	15.585.817/0001-46	BLUMENAU	SC	48610.009716/2012-62
GLP/MA0224891	M DO S DE OLIVEIRA SILVA - ME	07.706.903/0001-31	IMPERATRIZ	MA	48610.001758/2014-17
GLP/MG0224892	MARCIA FEREIRA DE OLIVEIRA CPF 798835916-91 - ME.	07.922.466/0001-93	DIVINOPOLIS	MG	48610.001463/2014-41
GLP/SE0224893	MARIA LUCIENE SANTOS FEREIRA 58543104572	18.991.978/0001-28	BARRA DOS COQUEIROS	SE	48610.002766/2014-81
GLP/AM0224894	MARIA ROSILENE LIZARDO REIS - ME.	13.384.716/0001-81	MANAUS	AM	48610.002583/2014-65
GLP/PE0224895	MARIANA DE GOIS MARQUES - ME	18.895.309/0001-52	IGARASSU	PE	48610.002268/2014-38
GLP/MG0224896	MARICELIA MACEDO SANTANA - ME	04.508.697/0002-48	SANTA HELENA DE MINAS	MG	48610.002970/2014-00
GLP/SP0224897	MARILDA DE ASSIS ALENCAR SILCA 20407567879	17.983.178/0001-00	GUAICARA	SP	48610.002770/2014-49
GLP/BA0224898	MARINALVA ALVES SANTOS - ME.	17.729.133/0001-04	RIBEIRA DO POMBAL	BA	48610.002572/2014-85
GLP/MT0224899	MARLUCY PEREIRA DA SILVA - ME.	18.741.789/0001-05	LUCAS DO RIO VERDE	MT	48610.003002/2014-11
GLP/MG0224900	MARTINS & SILVA E CIA LTDA - ME.	19.376.572/0001-06	PATOS DE MINAS	MG	48610.000728/2014-93
GLP/MG0224901	MAURICIO ALVES 51634287649	17.682.569/0001-87	LAGOA DA PRATA	MG	48610.003071/2014-16
GLP/MS0224902	MAURO CESAR OVANDO	11.180.707/0001-43	CAMPO GRANDE	MS	48610.001800/2014-08
GLP/PE0224903	M.C.OLIVEIRA DA SILVA GAS - ME	18.776.397/0001-73	AGUA PRETA	PE	48610.002614/2014-88
GLP/PI0224904	MEIRE BENEDITA GUIMARAES LUSTOSA - ME	08.387.327/0002-50	PARNAGUA	PI	48610.002062/2014-16
GLP/MT0224905	MERCADO VILA REAL LTDA - ME.	10.347.702/0001-08	VARZEA GRANDE	MT	48610.002959/2014-31
GLP/TO0224906	N J DE MORAIS EIRELI - ME	18.355.711/0001-44	COLMEIA	TO	48610.003041/2014-18
GLP/SC0224907	NELMAR COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA - ME	18.977.722/0001-66	GASPAR	SC	48610.002067/2014-31
GLP/BA0224908	NILSON SANTOS DA SILVA DE MUCUGE	19.620.926/0001-08	MUCUGE	BA	48610.002761/2014-58
GLP/RN0224909	O PINHEIRO DOS SANTOS - GAS - ME	16.957.481/0001-68	NATAL	RN	48610.009836/2013-41
GLP/PB0224910	PABLO ROGERIO FERREIRA DO NASCIMENTO 04433473448	19.262.560/0001-42	ARACAGI	PB	48610.002955/2014-53
GLP/SP0224911	PAULO S. ALEIXO - ME.	19.494.878/0001-59	SAO JOAO DA BOA VISTA	SP	48610.002962/2014-55
GLP/MG0224912	POSTO BOA VIAGEM LTDA	16.744.971/0001-86	BONFIM	MG	48610.007491/2012-18
GLP/RS0224913	PRATES TRANSPORTE E COMERCIO DE GAS LTDA - ME	05.108.615/0002-30	CARAZINHO	RS	48610.003016/2014-26
GLP/MG0224914	QUALY GÁS REVENDA GLP LTDA - EPP	19.234.395/0001-15	BELO HORIZONTE	MG	48610.001959/2014-14
GLP/MA0224915	RAFAEL DA S. COSTA & CIA LTDA - ME.	17.775.003/0001-08	SAO MATEUS DO MARANHAO	MA	48610.002941/2014-30
GLP/ES0224916	RAFAEL RUIS FILGUEIRA - ME	17.277.041/0001-22	ALTO RIO NOVO	ES	48610.003006/2014-91
GLP/RS0224917	ROBERTO GIOVANELLA - ME	12.740.789/0001-04	MARQUES DE SOUZA	RS	48610.002979/2014-11
GLP/ES0224918	RODRIGO PEREIRA CYPRIANO - ME	17.969.785/0001-08	VILA VELHA	ES	48610.000765/2014-00
GLP/AM0224919	ROGERIO COSTA DA SILVA ME	19.033.576/0001-83	MANAUS	AM	48610.002791/2014-64
GLP/SC0224920	ROSALINA LOUREIRA ME.	13.141.873/0001-66	SAUDADES	SC	48610.002605/2014-97
GLP/PR0224921	ROVILSON CASSIMIRO DE OLIVEIRA GAS - ME	17.234.174/0001-11	KALORE	PR	48610.000759/2014-44
GLP/MG0224922	SAMIRA HONORIA DA SILVA 12328001637	19.690.724/0001-32	TOCOS DO MOJI	MG	48610.002756/2014-45
GLP/PR0224923	SERGIO MAURO DAVID 84398655972	18.156.237/0001-21	CASCAVEL	PR	48610.002762/2014-01
GLP/GO0224924	SILVA & NAVES LTDA - ME.	18.600.077/0001-68	CALDAS NOVAS	GO	48610.002950/2014-21
GLP/BA0224925	SUPERGASBRAS REVENDEDORA DE GAS LTDA - ME.	15.702.560/0001-65	PORTO SEGURO	BA	48610.002119/2014-79
GLP/PR0224926	TIAGO ORTIZ - GAS - ME.	19.440.345/0001-94	SAO JOSE DA BOA VISTA	PR	48610.002961/2014-19
GLP/SP0224927	VALDEVINO VIEIRA DE ALCANTARA - ME	07.403.766/0001-66	ARACATUBA	SP	48610.002289/2014-53
GLP/MG0224928	VANESSA DA COSTA ROCHA 07337995660	19.182.516/0001-22	IAPU	MG	48610.003038/2014-96
GLP/RN0224929	ZENATIE BARROS DE MORAIS 81352255472	18.813.406/0001-59	JUCURUTU	RN	48610.003065/2014-69

Nº 403 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0187163	ADILSON APARECIDO DO AMARAL	04.249.472/0002-14	PATOS DE MINAS	MG	48610.008401/2010-36
GLP/SP0214105	ALENCAR & SILVA LTDA	10.705.381/0001-68	GUAICARA	SP	48610.008617/2011-82
GLP/SP0188141	ANTONIO AUGUSTO PERES - ME.	08.757.865/0001-09	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	SP	48610.010314/2010-49
GLP/PR0202114	BELMIRA CAVALHEIRO CAGORNI.	04.788.195/0001-37	CURITIBA	PR	48610.013880/2010-11
GLP/AL0180748	C P DA SILVA COMÉRCIO - ME	10.829.318/0001-33	RIO LARGO	AL	48610.013075/2009-45
GLP/SC0207184	CLEOMAR PARNOFF	05.549.848/0001-98	CHAPECO	SC	48610.005480/2011-12
GLP/SP0184581	DANIELA MIRON LIGGI RODRIGUES MORALES	10.841.557/0001-09	SARUTAIA	SP	48610.003204/2010-21
GLP/SP0182091	DAVID CALADO GOES - ME	10.213.347/0001-76	MIRANTE DO PARANAPANEMA	SP	48610.015417/2009-61
GLP/BA0179042	FARIAS ARAÚJO COMÉRCIO TRANSPORTE E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.889.333/0001-86	ITABUNA	BA	48610.009273/2009-12
GLP/SC0207193	FLÁVIA MACHADO - ME	07.115.240/0001-80	FLORIANOPOLIS	SC	48610.009408/2005-16
GLP/SP0177221	GH1 COMÉRCIO DE GAS E CONVENIÊNCIAS LTDA	07.591.588/0003-06	PERUIBE	SP	48610.002651/2009-29
GLP/PE0009309	HUMBERTO DO CARMO COELHO GAS	07.748.176/0001-75	PAULISTA	PE	48610.010637/2006-56
GLP/GO0004491	HUMBERTO FRANCISCO DOS SANTOS	06.269.198/0001-90	CAIAPONIA	GO	48610.004521/2005-13
GLP/RN0002146	J M BEZERRA & CIA LTDA.	08.510.133/0005-43	AFONSO BEZERRA	RN	48610.009165/2004-27
GLP/RN0202704	J M L AUTO POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	40.796.146/0001-00	PENDENCIAS	RN	48610.015534/2010-69
GLP/SP0004151	LARGO DO GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	01.161.677/0002-55	TABOAO DA SERRA	SP	48610.003396/2005-16
GLP/PB0009633	LAURIJANE HENRIQUE DE MEDEIROS	06.011.287/0002-12	ARARA	PB	48610.011253/2006-51
GLP/MG0183734	LIGEIRINHO GAS LTDA	03.659.813/0001-86	BELO HORIZONTE	MG	48610.001761/2010-15
GLP/PE0017660	MISLENE DE G. MATIAS - GÁS ME.	08.633.599/0001-02	IGARASSU	PE	48610.011189/2007-99
GLP/SP0011535	PAUL LEWIS DOSHER - ME.	05.428.584/0001-14	ITARIRI	SP	48610.001191/2007-51
GLP/MG0173649	PRETO GÁS LTDA.	08.079.906/0001-55	BELO HORIZONTE	MG	48610.011653/2008-28
GLP/MT0188257	RENATO PEREIRA DOS SANTOS - ME	09.238.179/0002-75	PEIXOTO DE AZEVEDO	MT	48610.010965/2010-39
GLP/GO0172815	SONIA TEREZINHA DOS SANTOS	09.496.403/0001-48	MINEIROS	GO	48610.009697/2008-98
GLP/SC0215638	SUPERMERCADO JONE KAL BENTO LTDA EPP	09.109.105/0001-58	JARAGUA DO SUL	SC	48610.006570/2012-01
GLP/SP0221467	VALDEVINO VIEIRA DE ALCANTARA - ME	07.403.766/0002-47	ARACATUBA	SP	48610.005011/2013-57

Nº 404 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PE0153664	A. P COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	70.081.880/0001-53	BREJAO	PE	48610.002917/2014-09
PR/RS0148722	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS SALIM LTDA.	88.226.840/0001-18	GRAVATAI	RS	48610.012600/2013-91
PR/PI0128425	ALMEIDA & NOBREGA LTDA	13.412.054/0001-06	CAMPO MAIOR	PI	48610.014716/2012-84
PR/MA0151542	ANTONIO LEITE MIRANDA - EPP	17.335.307/0001-46	BACABAL	MA	48610.001409/2014-03
PR/PA0146423	AUTO POSTO BONITO LTDA - EPP	07.307.223/0002-26	OUREM	PA	48610.011051/2013-38
PR/SP0150102	AUTO POSTO CINQUENTÃO LTDA.	12.939.264/0002-75	PEREIRA BARRETO	SP	48610.115757/2013-78
PR/SP0153522	AUTO POSTO CONCHAL LTDA- EPP	19.359.715/0001-63	CONCHAL	SP	48610.002908/2014-18
PR/PA0115105	AUTO POSTO J RODRIGUES EIRELI EPP	15.162.054/0001-20	CANAA DOS CARAJAS	PA	48610.006797/2012-49

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR/PI0152603	AUTO POSTO LIDER LTDA	12.868.867/0001-42	PARNAIBA	PI	48610.001936/2014-18
PR/SC0149603	AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA.	03.455.338/0025-01	CRICIUMA	SC	48610.013092/2013-69
PR/RJ0126642	AUTO POSTO PEDRO LESSA LTDA	01.706.669/0001-66	BELFORD ROXO	RJ	48610.013569/2012-25
PR/GO0149982	AUTO POSTO TERRA SANTA LTDA - EPP	18.326.361/0001-98	TRINDADE	GO	48610.000141/2014-84
PR/SP0153542	AUTO POSTO ZANI BADY BASSITT LTDA	18.097.069/0001-40	BADY BASSITT	SP	48610.002894/2014-24
PR/PR0153422	B F TONIN & CIA LTDA	19.023.212/0001-12	MISSAL	PR	48610.002674/2014-09
PR/SC0148282	CESCA & CIA LTDA.	80.979.107/0005-96	PONTE ALTA	SC	48610.012492/2013-57
PR/BA0153502	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SS LTDA - ME	17.830.719/0001-52	SAO GABRIEL	BA	48610.002911/2014-23
PR/MG0130485	COMERCIAL OLIVEIRA & BRANT LTDA	03.086.069/0002-59	BOCAIUVA	MG	48610.000551/2013-44
PR/PR0146003	COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS RUFATTO LTDA	17.658.656/0001-07	MARIOPOLIS	PR	48610.011014/2013-20
PR/RS0151042	COOPERATIVA MISTA TUCUNDUVA	98.244.577/0029-44	TUCUNDUVA	RS	48610.000942/2014-40
PR/SP0152082	CUPECE COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS EIRELI	17.962.000/0001-75	SAO PAULO	SP	48610.001783/2014-09
PR/RJ0153462	ECOBARRA COMBUSTIVEIS LTDA	19.251.177/0001-99	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.002844/2014-47
PR/MG0147723	ELIANA MOREIRA ME	04.116.106/0001-06	BORDA DA MATA	MG	48610.011916/2013-66
PR/PB0152702	FRANCISCO JANDILSON LOURENÇO DE SOUSA	15.596.886/0001-55	SAO DOMINGOS DE POMBAL	PB	48610.002035/2014-35
PR/RS0153562	GBI COMBUSTIVEIS LTDA.	90.589.698/0010-06	PELOTAS	RS	48610.002904/2014-21
PR/SP0144103	GMX COMBUSTIVEIS LTDA EPP	17.656.108/0001-30	VARGEM GRANDE PAULISTA	SP	48610.009966/2013-83
PR/PR0153683	IRMÃO VALERA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	17.847.222/0001-47	SAO JOAO DO CAIUA	PR	48610.002898/2014-11
PR/SP0147243	JORDÃO AUTO POSTO GUAPIAÇU - EIRELI - EPP	18.270.733/0001-01	GUAPIACU	SP	48610.011379/2013-54
PR/BA0153682	L. V. COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.040.294/0001-73	TUCANO	BA	48610.002893/2014-80
PR/BA0153342	LEONARDO MENDES AMANCIO	12.957.770/0001-06	JAGUARARI	BA	48610.002675/2014-45
PR/PA0152202	LUCILENE DOTTO NICOLODI	04.190.866/0001-63	URUARA	PA	48610.001330/2014-74
PR/PA0149344	M. BATISTA DA SILVA COMERCIO ME	03.274.715/0001-20	MONTE ALEGRE	PA	48610.012942/2013-10
PR/BA0153442	MAGALHAES COMERCIAL DE DERIV. PETROLEO E SERVIÇOS LTDA	04.741.011/0002-64	CAMACARI	BA	48610.002869/2014-41
PR/MA0149349	MANOEL COMBUSTIVEL LTDA - EPP	18.465.502/0001-53	SAO LUIS	MA	48610.012940/2013-12
PR/MG0145602	MEDINA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	18.180.746/0001-90	MEDINA	MG	48610.010720/2013-54
PR/RN0107887	MIGUEL SOARES DE MOURA E CIA LTDA ME	13.938.876/0001-25	SERRA DO MEL	RN	48610.001332/2012-00
PR/ES0148106	NOVA ALMEIDA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	17.930.767/0001-12	SERRA	ES	48610.012054/2013-99
PR/BA0153402	POSTO ALTO DA BARRA LTDA- ME	18.319.729/0001-90	BARRA DA ESTIVA	BA	48610.002586/2014-07
PR/CE0153322	POSTO BRAGA & MENEZES LTDA- ME	15.051.291/0001-14	ARATUBA	CE	48610.002676/2014-90
PR/RS0153104	POSTO DE GASOLINA SÃO CRISTOVÃO LTDA	87.553.566/0001-29	BENTO GONCALVES	RS	48610.002387/2014-91
PR/PA0153046	POSTO EXEMPLO COMÉRCIO LTDA.	06.164.013/0002-63	BELEM	PA	48610.002476/2014-37
PR/RN0153482	POSTO MONTE BELO IV COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.711.375/0001-98	MACAIBA	RN	48610.002845/2014-91
PR/CE0153062	POSTO PADRE CICERO E FREI DAMIÃO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA- ME	18.921.790/0001-03	ABAIARA	CE	48610.002393/2014-48
PR/MG0153582	POSTO RAMPA LTDA - EPP	19.676.969/0001-05	JOAQUIM FELICIO	MG	48610.002847/2014-81
PR/AL0153543	POSTO REFORÇO 6 LTDA	11.377.428/0001-74	RIO LARGO	AL	48610.002866/2014-15
PR/CE0153684	POSTO RODOVIA PADRE CÍCERO LTDA - ME	11.460.989/0001-32	LAVRAS DA MANGABEIRA	CE	48610.002913/2014-12
PR/PR0151862	POSTO SERINGUEIRA LTDA	81.311.326/0002-12	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.001658/2014-91
PR/SC0147982	POSTO ZAKA LTDA	17.571.583/0001-03	TRES BARRAS	SC	48610.012056/2013-88
PR/MA0124542	PT EMPREENDIMENTOS LTDA	16.904.664/0001-15	ITAPECURU MIRIM	MA	48610.012239/2012-12
PR/AM0124102	ROGEL DA COSTA CASTILHO	16.623.102/0001-01	NOVA OLINDA DO NORTE	AM	48610.011910/2012-16
PR/MS0150502	SHIRAISHI & CIA LTDA	18.605.914/0001-41	CAMPO GRANDE	MS	48610.002441/2014-06
PR/SP0149402	SIBERIA POSTO DE SERVIÇOS - EIRELI	17.333.812/0001-51	NOVA ODESSA	SP	48610.012952/2013-47
PR/MA0147625	VERÔNICA FERREIRA COSTA-EPP	07.612.057/0002-71	PAULO RAMOS	MA	48610.011587/2013-53
PR/SC0153045	XAVIER & DEGGERONE LTDA.	08.844.129/0001-98	LAGES	SC	48610.002474/2014-48

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 131, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.001196/2014-10, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa PGS Investigação Petrolífera Ltda., com sede na Rua Victor Civita, 77, Bloco 1, 4º andar, Condomínio Rio Office Park - Barra da Tijuca, CEP: 22775-044 - Rio de Janeiro - RJ, autorizada a realizar reprocessamento de dados sísmicos (mistos) 3D PSDM, em bases não exclusivas, com fins comerciais, dos programas sísmicos 3D 0268_BC600 e 0268_BM_C_4, da Bacia de Campos. O polígono do projeto é limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	-21:40:42,968	-39:56:27,109
2	-21:40:42,968	-39:39:40,148
3	-21:25:01,678	-39:39:27,014
4	-21:25:01,678	-39:05:39,958
5	-21:40:42,968	-39:05:39,958
6	-21:40:47,346	-38:52:23,145
7	-22:03:20,176	-38:52:23,145
8	-22:03:20,176	-39:05:48,714
9	-22:09:14,801	-39:05:48,714
10	-22:09:19,179	-39:49:04,922
11	-22:00:51,321	-39:49:04,922
12	-22:00:46,943	-39:56:27,109
13	-21:40:42,968	-39:56:27,109

Datum: SAD 69

Artt. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a PGS Investigação Petrolífera Ltda. compromissada a enviar a ANP:

I - Notificação de Início de Reprocessamento dos Dados;

II - Relatório Mensal de Reprocessamento, até o dia 10 do mês subsequente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Reprocessamento de Dados

IV - Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda;

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III e IV estão disponíveis na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_tecnicos@anp.gov.br.

Art. 3º - De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos entregues pela PGS Investigação Petrolífera Ltda. deverão ser identificados com o código «ETS-R0014» e os dados resultantes do reprocessamento deverão estar nos seguintes formatos:

I - Dados Sísmicos e auxiliares, segundo as especificações contidas no padrão ANP1B:

a)Arquivos Resumidos de posicionamento com a batimetria;

b)Arquivo em formato SEGY com a versão final das velocidades médias quadráticas, "root mean square" (RMS), antes de aplicada a migração;

c) Versão final dos dados migrados, tal como destinada à interpretação, correspondendo ao cubo 3D com os afastamentos "full", "near", "intermediate" e "far".

II - Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados não exclusivos reprocessados, no prazo máximo de até 60 dias contados da data da conclusão das atividades de reprocessamento e/ou interpretação dos dados.

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft".

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf ».

Art. 4º Fica a PGS Investigação Petrolífera Ltda. obrigada a observar na internet, endereço http://www.anp.gov.br/petro/petroleo.asp, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Art. 5º- Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de reprocessamento de dados sísmicos 3D dos projetos descritos no Art. 1º acima.

Art. 6º - A presente autorização é válida pelo período de 6 meses.

Art. 7º - A empresa fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP uma cópia do produto gerado pelo referido reprocessamento, bem como todos os dados e informações por ele gerado, inclusive relatório descritivo do reprocessamento, ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no art. 19º, inciso VII da Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011.

Art. 8º Esta autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
Em 27 de março de 2014

Nº 397 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 220, de 19 março de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 748, de 19 de março de 2014, com base na Proposta de Ação nº 1311, de 22 de novembro de 2013, resolveu Conhecer do pedido de reconsideração da empresa Petróleo Brasileiro S/A referente à Resolução de Diretoria n° 01/2013 e, no mérito, dar provimento parcial, determinando: I) a perfuração de um poço ADR em 2014 para avaliação dos arenitos Namorado; II) a perfuração do poço RO-78 em 2014 para avaliação dos carbonatos Macaé/Alfa 3; III) a perfuração do poço RO-79 em 2014 para avaliação dos carbonatos Macaé/Alfa 2; IV) a perfuração de um poço produtor no Bloco Alto até 2014, devendo ser considerada a drenagem da área mapeada com óleo móvel residual na zona 330i; V) a perfuração de um poço produtor na área Norte do Bloco Baixo até 2014, devendo ser considerada a drenagem da área mapeada com óleo móvel residual na zona 310, atualmente produzida pelo poço RO-103DA; VI) a perfuração de dois poços produtores na área sul do Bloco Baixo até 2015, de maneira a drenar as áreas mapeadas com óleo móvel residual nas zonas 210, 320 e 330, devendo ser considerada a região atualmente produzida pelo poço RO-17D e a borda sul do bloco; VII) o aumento dos volumes de injeção de água no Bloco Baixo de Roncador, de maneira que o balanço de injeção-produção acumulado se torne positivo, incluindo a perfuração de poços injetores na área até 2015, englobando um poço injetor na região drenada pelo poço RO-19HA e outro na região do poço RO-26H; VIII) a realização de vistoria especial pela classificadora e a execução dos reparos necessários para a continuidade da operação do FPSO Brasil no campo de Roncador, ou a substituição imediata por uma unidade de produção equivalente, uma vez que resta clara a necessidade de mais do que as quatro plataformas previstas para o campo de Roncador; IX) a apresentação de estudos em 2014 para a instalação de uma nova unidade de produção no campo de Roncador, visando à maximização da produção no Campo de Roncador dentro do período contratual; X) a instalação de um novo manifold de gás lift para maximização da produção da P-52 até dezembro de 2014; e XI) a apresentação de revisão do Plano de Desenvolvimento até 31 de dezembro de 2014, contendo: i) a inclusão dos projetos complementares referentes aos reservatórios Namorado, Marlim, Macaé/Alfa 2 e Macaé/Alfa 3, além das zonas RO200 e RO300 do bloco Alto de Roncador; ii) os resultados do poço RO-78 e o compromisso de início de produção dos reservatórios Macaé/Alfa 3 em 2015; iii) os resultados do poço RO-79 e o compromisso de início de produção dos reservatórios Macaé/Alfa 2 em 2015; iv) o compromisso de início de produção das zonas RO200 e RO300 do Bloco Alto em 2016; v) a previsão de imediata produção dos reservatórios Namorado e Marlim; vi) a revisão do modelo geológico e de fluxo dos reservatórios de Roncador, incluindo os estudos relacionados à redução das incertezas geológica e geofísica das áreas de bordas, a avaliação da comunicação entre as zonas RO200 e 300 na área do RO-09D, as alternativas de produção da área do RO-75HP e de drenagem da zona 400 do bloco Baixo; e vii) a apresentação dos estudos do pré-sal, incluindo os mapas estruturais e os volumes estimados.

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nª 39/2014 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
866.506/2008-AMAZÔNIA CAPITAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-Nos termos dos pareceres da Diretoria de Gestão de Títulos Minerário e da Coordenação de Assuntos Minerários da Procuradoria Federal/DNPM, constantes de fls. 85 e 87, que ora aprovo, MANTENHO o indeferimento publicado no D.O.U. de 06/11/2008.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

868.004/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.005/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.006/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.007/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.008/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.009/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.010/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.011/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.012/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

868.013/2011-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto ao PARECER Nº 320/2012/HP/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado e, NEGO PROVIMENTO ao pedido de reforma, para efeito de ser mantida a decisão que indeferiu o requerimento da autorização de pesquisa.

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho publicado(256)

860.190/2009-GEDEON SILVA DOS SANTOS FILHO-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe quanto a NOTA Nº 1201/2013/LM/PF-DNPM-DF-PGF/AGU, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pelo interessado de fls.98/133, e MANTENHO a decisão do Superintendente que declarou a nulidade do alvará de pesquisa, de fls. 84, publicado no D.O.U. de 18/08/2011.

Fase de Concessão de Lavra

Despacho publicado(508)

830.737/1983-S.A. MINERAÇÃO DA TRINDADE-SAMITRI-Nos termos da manifestação do Senhor Procurador-Chefe, quanto ao PARECER nº 134/2014/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento, INDEFIRO o Pedido de Desmembramento e averbação de cessão em favor de José Benício Ribeiro do Vale.

SERGIO AUGUSTO DAMASO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Adeucio Bautz - 896010/09 - A.I. 222/14

Adilson Grillo - 896137/09 - A.I. 224/14

Adriana Ferreira Batista - 896620/09 - A.I. 230/14

Carlos Augusto Leite me - 896468/08 - A.I. 221/14

Luiz Bernardino - 896591/09 - A.I. 227/14, 896593/09 - A.I. 228/14

Merçon Extração de Areia Ltda me - 896273/09 - A.I. 226/14

Troyannos Minérios e Metais Ltda me - 896244/09 - A.I. 225/14

Unitelha Produtos Cerâmicos Ltda Epp - 896607/09 - A.I. 229/14

Votorantim Cimentos Brasil s a - 896134/09 - A.I. 223/14

RELAÇÃO Nº 46/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: a. l. Granitos LTDA. ME. Cpf/cnpj :02.093.001/0001-53 - Processo minerário: 890196/86 - Processo de cobrança: 996254/14 Valor: R$.15.921,19

Titular: Audebir Alves da Silva me Cpf/cnpj :04.395.500/0001-20 - Processo minerário: 896284/97 - Processo de cobrança: 996236/14 Valor: R$.18.473,22

Titular: Britamar Industria e Comercio Ltda Cpf/cnpj :01.439.591/0001-60 - Processo minerário: 813258/76 - Processo de cobrança: 996205/14 Valor: R$.268.436,78

Titular: Cafelandia Extração de Granitos Ltda me Cpf/cnpj :05.008.188/0001-38 - Processo minerário: 890004/89 - Processo de cobrança: 996239/14 Valor: R$.38.384,33

Titular: Ceramica Sao Francisco Industria e Comercio LTDA. me Cpf/cnpj :29.983.897/0001-00 - Processo minerário: 896251/03 - Processo de cobrança: 996246/14 Valor: R$.10.673,78

Titular: Comercial Barro Branco Ltda Cpf/cnpj :36.319.044/0001-26 - Processo minerário: 890068/79 - Processo de cobrança: 996231/14 Valor: R$.898,49

Titular: Comil Cotaxé Mineração Ltda me Cpf/cnpj :39.313.937/0001-52 - Processo minerário: 890478/87 - Processo de cobrança: 996206/14 Valor: R$.49.289,91

Titular: Elogran Mineração de Granitos Ltda Cpf/cnpj :03.776.300/0001-55 - Processo minerário: 890485/85 - Processo de cobrança: 996264/14 Valor: R$.22.099,80

Titular: Empresa de Mineração Lambari Mármores e Granitos Ltda Cpf/cnpj :30.561.823/0001-57 - Processo minerário: 890542/89 - Processo de cobrança: 996207/14 Valor: R$.8.732,54, Processo minerário: 890522/89 - Processo de cobrança: 996204/14 Valor: R$.45.495,81, Processo minerário: 890484/89 - Processo de cobrança: 996202/14 Valor: R$.6.829,18, Processo minerário: 896467/00 - Processo de cobrança: 996214/14 Valor: R$.16.405,25

Titular: fm Mineração Ltda me Cpf/cnpj :03.491.379/0001-78 - Processo minerário: 890247/82 - Processo de cobrança: 996245/14 Valor: R$.8.431,40

Titular: Grangold Granitos Ltda Cpf/cnpj :05.989.247/0001-04 - Processo minerário: 896390/99 - Processo de cobrança: 996258/14 Valor: R$.33.737,22

Titular: Granitos e Marmores Machado LTDA. Cpf/cnpj :32.476.996/0001-00 - Processo minerário: 890029/86 - Processo de cobrança: 996260/14 Valor: R$.19.206,80, Processo minerário: 890004/87 - Processo de cobrança: 996261/14 Valor: R$.7.553,97, Processo minerário: 896099/00 - Processo de cobrança: 996262/14 Valor: R$.4.669,81

Titular: Granitos Itaguacu LTDA. Cpf/cnpj :39.377.775/0001-16 - Processo minerário: 890527/85 - Processo de cobrança: 996247/14 Valor: R$.11.797,16

Titular: Granitos Zambaldi Ltda Cpf/cnpj :00.960.572/0001-12 - Processo minerário: 896141/01 - Processo de cobrança: 996237/14 Valor: R$.11.811,52

Titular: Gransaf Granitos São Francisco Ltda Cpf/cnpj :02.609.799/0001-43 - Processo minerário: 890343/88 - Processo de cobrança: 996243/14 Valor: R$.7.748,32

Titular: Guarapari Granitos Ltda Cpf/cnpj :31.809.841/0001-78 - Processo minerário: 890379/88 - Processo de cobrança: 996213/14 Valor: R$.41.735,10, Processo minerário: 890115/82 - Processo de cobrança: 996212/14 Valor: R$.60.174,24

Titular: Igram Granitos e Marmores Ltda ME. Cpf/cnpj :00.556.989/0001-14 - Processo minerário: 890603/93 - Processo de cobrança: 996250/14 Valor: R$.21.874,61

Titular: Imerys do Brasil Comércio de Extração de Minérios LTDA. Cpf/cnpj :61.327.904/0001-10 - Processo minerário: 818555/71 - Processo de cobrança: 996255/14 Valor: R$.1.891,54, Processo minerário: 806814/71 - Processo de cobrança: 996256/14 Valor: R$.7.566,00

Titular: Imetame Granitos Ltda Cpf/cnpj :06.003.046/0001-40 - Processo minerário: 890240/80 - Processo de cobrança: 996263/14 Valor: R$.14.860,22

Titular: Ivil Industria Vale do Itapemirim Ltda Cpf/cnpj :27.191.899/0001-23 - Processo minerário: 803625/71 - Processo de cobrança: 996249/14 Valor: R$.30.248,38

Titular: Jasmin Jaspe Mineração Ltda Cpf/cnpj :35.990.662/0001-30 - Processo minerário: 890087/87 - Processo de cobrança: 996253/14 Valor: R$.5.499,53

Titular: Linhagua Mineração Ltda Cpf/cnpj :27.275.643/0001-02 - Processo minerário: 804929/76 - Processo de cobrança: 996238/14 Valor: R$.18.098,87

Titular: Margrancil Mármores e Granitos LTDA. Cpf/cnpj :31.482.433/0001-54 - Processo minerário: 890136/87 - Processo de cobrança: 996257/14 Valor: R$.4.929,20

Titular: Messi Marmores e Granitos LTDA. Cpf/cnpj :03.510.923/0001-81 - Processo minerário: 890234/91 - Processo de cobrança: 996242/14 Valor: R$.11.794,57

Titular: Mindep-mineração Independência Ltda Cpf/cnpj :36.004.083/0001-34 - Processo minerário: 890713/89 - Processo de cobrança: 996251/14 Valor: R$.14.410,71

Titular: Mineração Apiaká LTDA. me Cpf/cnpj :03.145.862/0001-09 - Processo minerário: 896223/98 - Processo de cobrança: 996234/14 Valor: R$.974,19

Titular: Mineração Claros Dias LTDA. Cpf/cnpj :01.967.050/0001-05 - Processo minerário: 8786/56 - Processo de cobrança: 996252/14 Valor: R$.16.580,84

Titular: Mineração Espiríto Santo LTDA. Epp Cpf/cnpj :27.185.172/0001-33 - Processo minerário: 7387/58 - Processo de cobrança: 996210/14 Valor: R$.28.078,36

Titular: Mineração Estrela do Norte Ltda - ME. Cpf/cnpj :05.254.386/0001-81 - Processo minerário: 890345/90 - Processo de cobrança: 996229/14 Valor: R$.1.000,49

Titular: Mineração Romana Ltda me Cpf/cnpj :27.578.459/0001-23 - Processo minerário: 896449/00 - Processo de cobrança: 996244/14 Valor: R$.479,07

Titular: Mineraçao Triunfo Ltda Cpf/cnpj :39.805.130/0001-37 - Processo minerário: 896093/00 - Processo de cobrança: 996211/14 Valor: R$.201.150,29

Titular: Minerbon Mineração Bonadiman Ltda Cpf/cnpj :08.032.703/0001-03 - Processo minerário: 890651/88 - Processo de cobrança: 996232/14 Valor: R$.8.779,10

Titular: Norte Rochas Extração e Comércio de Granitos LTDA. Cpf/cnpj :04.040.118/0001-02 - Processo minerário: 890313/92 - Processo de cobrança: 996203/14 Valor: R$.68.441,44

Titular: Ornato S.a Industrial de Pisos e Azulejos Cpf/cnpj :28.167.955/0001-57 - Processo minerário: 890284/80 - Processo de cobrança: 996230/14 Valor: R$.6.815,05

Titular: Stone Mineração Ltda Cpf/cnpj :35.986.181/0001-51 - Processo minerário: 890010/87 - Processo de cobrança: 996241/14 Valor: R$.35.908,30

Titular: Thorgran Granitos Ltda Cpf/cnpj :03.980.822/0001-74 - Processo minerário: 896356/01 - Processo de cobrança: 996240/14 Valor: R$.24.186,96

Titular: Tracomal Mineração S/a Cpf/cnpj :00.450.220/0001-17 - Processo minerário: 890648/94 - Processo de cobrança: 996233/14 Valor: R$.4.527,61, Processo minerário: 891529/94 - Processo de cobrança: 996235/14 Valor: R$.494,76

Titular: Transporterra Extração, Comércio e Transporte de Produtos Minerais Ltda Cpf/cnpj :04.737.150/0001-33 - Processo minerário: 802916/78 - Processo de cobrança: 996248/14 Valor: R$.19.056,89

Titular: Vale s a Cpf/cnpj :33.592.510/0001-54 - Processo minerário: 990329/89 - Processo de cobrança: 996266/14 Valor: R$.738.780,41

Titular: Xuap Indústria e Comércio Ltda Cpf/cnpj :06.006.503/0001-50 - Processo minerário: 811828/70 - Processo de cobrança: 996259/14 Valor: R$.32.963,02

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 7/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Francisco Alves Mendes - 960638/13 - R$ 2.884,78 Incrição N.83159/2014, 960555/13 - R$ 2.895,54 Incrição N.83238/2014, 960636/13 - R$ 4.249,79 Incrição N.83162/2014, 964508/12 - R$ 6.718,54 Incrição N.75483/2014, 964604/12 - R$ 3.542,89 Incrição N.76714/2014, 964516/12 - R$ 5.030,99 Incrição N.75474/2014

Francisco de Paula da Silva - 961220/13 - R$ 5.449,81 Incrição N.85769/2014

Noesio Peres da Costa - 950049/13 - R$ 283,30 Incrição N.80474/2014, 950048/13 - R$ 283,30 Incrição N.80477/2014

Otton Nunes Pinheiro - 964512/12 - R$ 3.475,33 Incrição N.75480/2014

Sonia Aparecida Ramos Santos - 964033/13 - R$ 8.877,59 Incrição N.83921/2014

Sussuapara Mineração Ltda - 964381/12 - R$ 272,99 Incrição N.75138/2014

MARCO ANTÔNIO ADDAD ABED

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2014

Nº 32/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

806.155/2008-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.

806.225/2008-GEOACTIVA GESTÃO MINERAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

806.200/2009-CERÂMICA BALSAS LTDA-OF. N°0119; 0120; 0121/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.099/2013-MARFIM CONSTRUÇÃO DE MARMORE GRANITO PREMOLDADOS LTDA-Registro de Licença N°005/2014 de 12 DE FEVEREIRO DE 2014-Vencimento em 16 DE OUTUBRO DE 2016
806.182/2013-PAULISTÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°010/2014 de 21 DE MARÇO DE 2014-Vencimento em 26 DE AGOSTO DE 2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.664/2011-R. DE J. M. DIAS CERÂMICA OURO BRANCO-OF. N°300/2014
806.088/2013-WW DE MELO MUNIZ-OF. N°302/2014
806.138/2013-SANTA FÉ PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME-OF. N°315/2014
806.182/2013-PAULISTÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°316/2014
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
806.134/2013-E. CABRAL SILVA EPP

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda - 848279/10 - A.I. 134/14

RELAÇÃO Nº 48/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Cerâmica sm Comércio e Locações Ltda me - 848267/12
Junior Bezerra Alves - 848085/13
Marcio Cristian Filgueira Mendes - 848380/12
Oswaldo Antonio Nogueira Barreto - 848044/12, 848045/12

RELAÇÃO Nº 52/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848664/10, 848666/10, 848097/11, 848110/11, 848580/11, 848198/12

RELAÇÃO Nº 53/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Dantas, Gurgel & Cia Ltda - 848006/98 - Not.33/2014 - R$ 2.861,19

RELAÇÃO Nº 54/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Cerâmica sm Comércio e Locações Ltda me - 848267/12
Francisco de Assis Silva - 848109/12, 848110/12, 848111/12
Marcio Cristian Filgueira Mendes - 848380/12
Ronaldo Diniz de Almeida - 848604/11
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848201/13

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Labore IND. e COM. de Equipamentos Industriais Ltda - 810671/06, 810672/06, 810673/06, 810674/06, 810675/06, 810676/06, 810677/06, 810678/06
Leandro Afonso Koetz ME. - 811251/12

SÉRGIO BIZARRO CÉSAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Anderson Ávila Apolinário - 890776/10 - Not.30/2014 - R$ 643,93
Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 890309/09 - Not.28/2014 - R$ 90,47
Francinir Antonio Sanches - 890190/09 - Not.31/2014 - R$ 84,30
Heitor de Almeida Lopes Silveira - 890431/09 - Not.34/2014 - R$ 102,10
João Luiz Vieira - 890350/09 - Not.33/2014 - R$ 356,37
Maria Das Graças Agrícola de Paula - 890377/09 - Not.32/2014 - R$ 2.357,25

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
820.617/2004-ADEMIR MATHEUS
820.775/2010-W.J.N. PARTICIPAÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.202/2002-HILDEMAR MARTIM-OF. N°277/14 - DFISC/DNPM/SP -13.03.14
820.288/2006-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°308/14-DFISC/DNPM/SP, de 14.03.14
820.016/2007-ROSA HELENA SARDINHA-OF. N°311/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
820.792/2008-AFONSO PAGAN FERREIRA ME-OF. N°278/14-DFISC/DNPM/SP-13.03.14
821.069/2008-MINERADORA SANTA TEREZA GUAPIARA LTDA-OF. N°357/14-DFISC/DNPM/SP, de 24.03.14
820.061/2009-EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS IGARATÁ LTDA-OF. N°358/14-DFISC/DNPM/SP, de 24.03.14
820.598/2009-CLUBE DR ANTONIO AUGUSTO REIS NEVES-OF. N°364/14-DFISC/DNPM/SP, de 25.03.14
820.952/2009-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.-OF. N°355/14-DFISC/DNPM/SP, de 24.03.14
820.164/2010-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-OF. N°356/14-DFISC/DNPM/SP, de 24.03.14
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.852/2002-JOÃO THOMAZELLA ME- Área de 625,59 hectares para 49,97 hectares-Argila (cerâmica vermelha)
820.532/2004-CERÂMICA NOVA CONQUISTA DE TATUÍ LTDA EPP- Área de 709,75 para 65,97-Argila
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.810/2008-FONTE AZUL CELESTE ESTRAÇÃO E COMERCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA -Alvará N°14.973/2008
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.578/2010-LUCASAN EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-areia (construção civill) e cascalho (construção civil)
820.579/2010-LUCASAN EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-areia (construção civill) e cascalho (construção civil)
820.580/2010-LUCASAN EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-areia (construção civill) e cascalho (construção civil)
820.581/2010-LUCASAN EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-areia (construção civill) e cascalho (construção civil)
820.582/2010-LUCASAN EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-areia (construção civill) e cascalho (construção civil)
820.399/2011-CERÂMICA ALFAGRÊS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-argila (industrial)
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.241/2009-SOCAL MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
820.289/2006-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-ALVARÁ N°5.825/2010
820.326/2006-MARIO CASTELLANO PIERONI-ALVARÁ N°7.819/2008
820.346/2006-MARIO CASTELLANO PIERONI-ALVARÁ N°7.820/2008
820.833/2007-STAVIAS STANOSKI TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.-ALVARÁ N°1.252/2009
820.554/2008-EDVALDO JOSÉ PASCON-ALVARÁ N°2.410/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.599/2009-CLUBE DR ANTONIO AUGUSTO REIS NEVES-OF. N°363/14 e 365/14-DFISC/DNPM/SP, de 25.03.14
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.312/1974-EMPRESA DE MINEAÇÃO SANTANA DE SERRA NEGRA LTDA- Fonte Santa Terezinha (Poço) - Marca: Serra Negra Biovida - Recipientes de 510mL e 1,5L sem gás.- SERRA NEGRA/SP
810.695/1975-MINERAÇÃO SANTA MARGARIDA- Fonte: Santa Margarida - marcas: Viva Leve e Santa Margarida - garrafões de 10 e 20 L- CAMPINAS/SP
820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-Fonte do Maestro - marca: Bonafont Água Leve e Fonte Paineira I - marca: Bonafont Água Leve- SÃO LOURENÇO DA SERRA/SP, ITAPECERICA DA SERRA/SP
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA- Fonte das Flores (Poço) - Marca: Petra - Recipientes de 350mL, 510mL e 1,5L sem gás e gaseificada artificialmente.- POTIRENDABA/SP
821.056/2002-FONTE TIBET ENGARRAFADORA LTDA-Fonte Topázio (Poço) - Marca: Petra - Recipientes de 350mL e 1,5L sem gás e Recipientes de 350mL, 510mL e 1,5L gaseificada artificialmente.- BRAGANÇA PAULISTA/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
007.545/1959-ÁGUA UBÁ EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP- AI Nº 176/09-DFISC/DNPM/SP - 11.03.09
820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-AI Nº 562/13-DFISC/DNPM/SP - 26.12.13
820.223/1986-FIASIL LTDA EPP- AI Nº 570/13-DFISC/DNPM/SP, de 16.10.13, publicado no DOU de 26.12.13.
821.337/1999-ROSAMAR EXTRATORA E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- AI Nº 588/13 e 589/13-DFISC/DNPM/SP, publicado no DOU de 26.12.2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
009.579/1943-LINDOIANO FONTES RADIOATIVAS LTDA-OF. N°271/14 e 272/14-DFISC/DNPM/SP, de 12.03.14
007.545/1959-ÁGUA UBÁ EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°312/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
007.545/1959-ÁGUA UBÁ EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°312/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
812.594/1970-MACIEL GRANITOS LTDA-OF. N°375/14-DFISC/DNPM/SP, de 26.03.14
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.-OF. N°269/14 e 270/14-DFISC/DNPM/SP, de 11.03.14
824.549/1972-ÁGUAS PRATA LTDA.-OF. N°362/14-DFISC/DNPM/SP, de 25.03.14
810.312/1974-EMPRESA DE MINEAÇÃO SANTANA DE SERRA NEGRA LTDA-OF. N°352/14-DFISC/DNPM/SP, de 24.03.14
807.144/1977-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS S A-OF. N°255/14-DFISC/DNPM/SP - 06.03.14
820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-OF. N°249/14-DFISC/DNPM/SP - 06.03.14
820.223/1986-FIASIL LTDA EPP-OF. N°263/14-DFISC/DNPM/SP, de 07.03.14
820.701/1987-MINERADORA PORTLUC LTDA-OF. N°310/14-DFISC/DNPM/SP -14.03.14
820.267/1992-JOSÉ BAUER DE ATAYDE & CIA LTDA EPP-OF. N°345/14 e 347/14-DFISC/DNPM/SP, de 21.03.14
820.980/1997-FONTE VERONICA DE SERRA NEGRA LTDA-OF. N°261/14-DFISC/DNPM/SP, de 07.03.14
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°267/14-DFISC/DNPM/SP - 11.03.14
821.904/1998-MINERAÇÃO ÁGUAS DE SOCORRO LTDA-OF. N°315/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
821.904/1998-MINERAÇÃO ÁGUAS DE SOCORRO LTDA-OF. N°315/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°262/14-DFISC/DNPM/SP, de 07.03.14
820.682/2000-MINERADORA DE ÁGUAS SERRA DE SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°317/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14
820.568/2001-ÁGUA MINERAL SELICA LTDA-OF. N°275/14 e 276/14-DFISC/DNPM/SP, de 13.03.14
820.258/2003-BARROFORTE COMERCIO, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°340/14-DFISC/DNPM/SP - 24.01.14
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
820.267/1992-JOSÉ BAUER DE ATAYDE & CIA LTDA EPP-OF. N°346/14-DFISC/DNPM/SP, de 21.03.14
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1246/13-DFISC/DNPM/SP - 15.04.13
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
807.144/1977-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS S A-OF. N°266/14-DFISC/DNPM/SP (reitera) 07.03.14
821.904/1998-MINERAÇÃO ÁGUAS DE SOCORRO LTDA-OF. N°314/14-DFISC/DNPM/SP - 17.03.14

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
864.068/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.240/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

864.306/2012-RONY FELIX RODOVALHO
864.098/2013-FREDERIC JORGE VANDEROOST
864.109/2013-BARNABÉ MIRANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
864.191/2013-AGUAS DO ARAGUAIA INCORPORAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.161/2013-MÁRCIO SOARES SANTANA-OF. N°1.080/2014 - DNPM/TO
864.175/2013-MÁRCIO SOARES SANTANA-OF. N°1.086/2014 - DNPM/TO
864.181/2013-CJPX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.081/2014 - DNPM/TO
864.438/2013-CJPX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.083/2014 - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
864.206/2012-QUANTUM FERTILIZANTES DO TOCANTINS LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.004/2011-TITO JÉZER DE MELO BRITO- Cessionário:Laurentino Dias Filho- CPF ou CNPJ 403.140.061-68- Alvará n°8.428/2011
864.191/2011-JOSÉ LUIZ ROSSATTI- Cessionário:Mineração Santa Luzia Limitada- CPF ou CNPJ 19.791.590/0001-46- Alvará n°10.343/2011
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
864.065/2011-MARCIO CESAR DAMASCENO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.134/1985-GESSO NORTEDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°699/2014 - DNPM/TO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
864.053/1998-MARCONCELOS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.262/2014 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.100/2002-JOSE ALBERTINO DOS SANTOS ME-OF. N°1.084/2014 - DNPM/TO
Despacho publicado(756)
864.340/2012-OSVALDO JOSE DA SILVA-Não acato o pedido de cancelamento de registro de licença, interposto por Marco Aurélio Góis, falta de previsão legal.
Determina a cassação da anuência prévia de cessão de direitos(1185)
864.666/2007-JOSÉ RANULPHO DE S. SANTOS- Cessionário:-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.015/2014-ANTONIO OLIVEIRA ALENCAR ME-Registro de Licença N°17/2014 de 25/03/2014-Vencimento em 20/01/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.482/2013-NOVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.094/2014 - DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
864.109/2012-JULIANE BARROS SOARES-OF. N°2.394/2013 - DNPM/TO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
864.723/2011-TECIL TOCANTINS CERAMICA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
864.724/2011-TECIL TOCANTINS CERAMICA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
864.378/2012-REZENDE & RODRIGUES LTDA.
864.413/2012-FRANCISCO NANZIOZENO PAIVA
864.485/2012-BARRA DO OURO MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA. ME
864.520/2012-CERÂMICA CAMPO ALEGRE LTDA
864.180/2013-EDMILSON GOMEZ DE SOUZA
864.313/2013-AGROINDUSTRIA PIRIPIRI LTDA.
864.356/2013-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.157/1999-INVESTCO S/A

RELAÇÃO Nº 39/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
O2iron Mineração Ltda - 864494/06, 864613/08, 864614/08, 864615/08, 864616/08, 864617/08, 864618/08, 864396/11, 864397/11, 864398/11

RELAÇÃO Nº 40/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Guilherme César de Melo Sena - 864391/11

RELAÇÃO Nº 41/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Marilene Dos Santos Costa - 864506/10 - A.I. 720/14

RÔMULO SOARES MARQUES

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 21, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e das atribuições previstas na Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil, e observado ainda o disposto no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em especial no que se refere à identificação do agricultor familiar, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

Art. 2º Para os fins desta Portaria considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Rural - o conjunto composto pela família e eventuais agregados, abrangido também o caso de indivíduo sem família e eventuais agregados, tidos em sua coletividade como agricultores familiares e que explorem uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à própria subsistência e/ou a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços, e, ainda:

a) morem na mesma residência;

b) explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família; e,

c) dependam da renda gerada pela Unidade Familiar de Produção Rural, seja no estabelecimento ou fora dele.

II - Estabelecimento - a quantidade de superfície de terra, contíguas ou não, à disposição da Unidade Familiar de Produção Rural, sob as mais diversas formas de domínio ou posse admitidas em lei;

III - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas;

IV - DAP principal - utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural;

V - DAP acessória - utilizada para identificação dos filhos e das mulheres agregadas a uma Unidade Familiar de Produção Rural. Deve, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal;

VI - DAP jurídica - utilizada para identificar e qualificar as formas associativas das Unidades Familiares de Produção Rural organizadas em pessoas jurídicas;

VII - DAP última versão - emitida e registrada mais recentemente na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

VIII - DAP válida - aquela, cujos dados utilizados no processo de identificação e qualificação das Unidades Familiares de Produção Rural passaram por análise de consistência assecuratória da condição de agricultor familiar;

IX - DAP ativa - a que possibilita o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais e combine ainda dois atributos: última versão e válida;

X -Unidades Familiares de Produção Rural dos Grupos "A" e "A/C" - assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;

XI -Unidades Familiares de Produção Rural do Grupo "B" - aquelas com renda bruta até R$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

XII - Demais Unidades Familiares de Produção Rural - aquelas com renda bruta de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Art. 3º São identificados também pela DAP, para as finalidades estabelecidas nesta Portaria, os seguintes públicos:

I - pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

IV - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m3 (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

V - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos;

VI - indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; e

VII - assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

CAPÍTULO II

DAS CARACTERÍSTICAS DA DAP

Art. 4º A DAP registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constitui instrumento hábil de identificação dos agricultores familiares e suas organizações, e apresentam as seguintes características:

I - Unidade Familiar de Produção Rural:

a) unicidade - a Unidade Familiar de Produção Rural deve ter apenas uma única DAP principal ativa;

b) dupla titularidade - a partir da união estável ou casamento civil, a DAP deve obrigatoriamente identificar cada um dos responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Rural, sem hierarquização nessa titularidade;

c) validade - três anos, a contar da data de emissão;

d) origem - vinculada ao município utilizado para residência permanente do agricultor familiar; e

e) identificação com a produção rural - na emissão da DAP deve ser observado se a atividade desenvolvida é rural, não importando se a localização se dá em ambiente geográfico estritamente rural ou urbano.

II - Pessoas Jurídicas:

a) unicidade - cada forma associativa e de empreendimentos de agricultores familiares deve ter apenas uma DAP Jurídica ativa; e

b) Validade - válidas por três anos ou em prazo inferior no caso de não ser atendida a obrigação prescrita no § 2º do artigo 8º.

§ 1º A DAP identifica a Unidade Familiar de Produção Rural e não apenas as pessoas físicas que a integram.

§ 2º A DAP é voluntária e os dados necessários para sua emissão são fornecidos unilateralmente pelo interessado, o que não impede o Poder Público a qualquer tempo confrontar os dados e elementos apresentados e promover os atos e diligências necessários à apuração da sua veracidade, e se for o caso, promover o respectivo cancelamento.

§ 3º A emissão da DAP é gratuita não podendo os emissores credenciados cobrarem quaisquer custas pela sua emissão ou condicionarem seu fornecimento a qualquer exigência de reciprocidade, vínculo ou filiação, sob pena de descredenciamento e demais sanções legais cabíveis.

§ 4° - A DAP da Unidade Familiar de Produção Rural e a de pessoas jurídicas de modelos anteriores permanecem válidas até a expiração do prazo estabelecido originalmente pelos normativos vigentes à época da sua emissão, observado o disposto no § 2º do artigo 8º.

§ 5° - Para permitir o acesso às ações e políticas públicas dirigidas a agricultores familiares e suas organizações, haverá a necessidade de obter a DAP ativa.

CAPÍTULO III

DOS BENEFICIÁRIOS E EXIGÊNCIAS PARA A EMISSÃO DE DAP

Art. 5º As Unidades Familiares de Produção Rural serão identificadas por uma única DAP principal.

§ 1º A identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural deve observar os seguintes critérios:

I - área do estabelecimento;

II - quantitativo da força de trabalho familiar e da contratada;

III - renda de origem no estabelecimento e fora dele; e

IV - local de residência.

§ 2º Cabe à SAF regulamentar os parâmetros de aferição dos critérios do § 1º deste artigo, a forma de apuração e a operacionalização do atendimento de cada um dos critérios de identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural e estabelecer os casos excetuados da sua incidência.

§ 3° No caso de imóvel em condomínio, para cada condômino será emitida uma DAP principal, devendo a fração ideal ser registrada como a área do estabelecimento do condômino.

§ 4° Ao agricultor familiar, quando solicitado, cabe a apresentação da documentação necessária e pertinente à emissão da DAP, em consonância com o § 2º do artigo 4º desta Portaria, sob pena do agente emissor negar-se a emitir o referido documento.

Art. 6° O jovem, filho de agricultores familiares, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, poderá obter uma DAP acessória, vinculada a uma DAP principal da Unidade Familiar de Produção Rural de origem.

Art. 7º A mulher agregada poderá obter uma DAP acessória vinculada à uma DAP principal da Unidade Familiar de Produção Rural a qual encontra-se ligada.

Art. 8º A emissão de DAP para as formas associativas dos agricultores familiares e para o Empreendimento Familiar Rural, de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, na forma de pessoa jurídica, deverá observar os seguintes parâmetros de identificação:

I - Empreendimento Familiar Rural ou a pessoa jurídica, constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento e comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores detentores de DAP válida de Unidade Familiar de Produção Rural;

II - Cooperativas (singulares ou centrais), aquelas que comprovem que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus associados são agricultores familiares com DAP válida de Unidade Familiar de Produção Rural; e

III - Associações da Agricultura Familiar, aquelas que comprovem, no mínimo, que 60% (sessenta por cento) de seus participantes são agricultores familiares com DAP válida de Unidade Familiar de Produção Rural.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º Cabe à SAF regulamentar os parâmetros complementares de aferição dos critérios dos incisos, a forma de apuração e a operacionalização do atendimento de cada um dos critérios de identificação e qualificação das formas associativas dos agricultores familiares e do Empreendimento Familiar Rural, bem como estabelecer os casos excetuados da sua incidência.

§ 2º Nos casos dos incisos II e III deste artigo, ocorrendo variação do número de associados ou cooperados em mais de 10% (dez por cento), a pessoa jurídica titular da DAP deverá fornecer ao agente emissor, no prazo de 30 (trinta) dias, a relação das filiações e desfiliações ocorridas, sob pena de cancelamento.

§ 3º A pessoa jurídica deve apresentar ao agente emissor da DAP a documentação comprobatória, a ser definida pela SAF, das exigências contidas neste artigo, sob pena de não emissão do referido documento pelo agente emissor.

§ 4º Não constarão da DAP de pessoa jurídica de agricultores familiares as exigências adicionais de qualificação para acesso às linhas de crédito previstas no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, em seu capítulo 10, quais sejam:

I - limite mínimo de 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada serem oriundos de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf;

II - patrimônio líquido mínimo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e

III - tenham, no mínimo, um ano de funcionamento.

§ 5º Os dados previstos no §2º deste artigo devem constar dos respectivos projetos de crédito integrantes das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

CAPÍTULO IV

DA REDE AUTORIZADA DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES EMISSORAS DE DAP

Art. 9º É criada a rede de órgãos públicos e entidades emissores de DAP.

Parágrafo único. Os órgãos públicos e entidades, desde já autorizados a comporem a rede emissora de DAP, condicionada a sua eficácia ao competente credenciamento pela SAF, na forma desta Portaria e respectiva regulamentação, atuarão segundo as suas competências materiais, atuação territorial e os grupos de enquadramento ao Pronaf, consoante o que segue:

I - A emissão de DAP para os agricultores familiares dos Grupos "A" e "A/C" é efetuada pelos seguintes órgãos públicos e entidades:

a) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou ainda, por órgão público ou entidade a ele conveniado para essa finalidade; e

b) A Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA - por intermédio da Unidade Técnica Estadual ou da Unidade Técnica Regional, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para tal finalidade.

II - A emissão de DAP para os demais agricultores familiares, incluídos aqueles do Grupo "B", é efetuada pelos seguintes órgãos públicos e entidades:

a) As Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;

b) A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) por meio de suas unidades operacionais - os escritórios locais;

c) A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas Federações Estaduais por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos a elas formalmente filiados;

d) A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos e Associações a ela formalmente filiados;

e) A Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA) por meio de suas unidades operacionais - as Associações ou Sindicatos a ela formalmente filiados;

f) A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CAPB) por meio de suas unidades operacionais - os Sindicatos a ela formalmente filiados;

g) A Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp;

h) A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por meio de suas unidades operacionais - as suas representações regionais e locais - que somente poderão emitir DAP principal e acessória dos povos indígenas e, ainda, a DAP jurídica desde que a pessoa jurídica beneficiária seja composta exclusivamente por indígenas;

i) O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) por meio de suas unidades operacionais e por entidades por ele reconhecidas que somente poderão emitir DAP principal e acessória para pescadores artesanais e aquicultores e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores artesanais e aquicultores ;

j) A Confederação Nacional dos Pescadores e suas Federações Estaduais por meio das unidades operacionais - as Colônias de Pescadores a elas formalmente filiados; e os Institutos de Pescas Estaduais por meio de suas unidades operacionais - seus escritórios regionais e locais; que somente poderá emitir DAP principal e acessória para pescadores artesanais e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por pescadores artesanais;

k) A Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas, somente poderá emitir DAP principal e acessória para integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais;

l) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio de suas unidades operacionais ou por meio das entidades por ele reconhecidas, somente poderá emitir DAP principal e acessória para extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por extrativistas;

m) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por meio de suas unidades operacionais ou por meio das entidades por ele reconhecidas, poderá emitir DAP principal e acessória para agricultores familiares:

1) Assentados em projetos de reforma agrária do INCRA e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária do INCRA; e

2) Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares - FCP e, ainda, a DAP Jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais.

n) A Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA - por intermédio da Unidade Técnica Estadual ou da Unidade Técnica Regional, ou ainda, por Órgão ou Entidade a ela conveniada para essa finalidade, somente poderá emitir DAP principal e acessória para agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por agricultores familiares beneficiários do PNCF;

o) A Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu - AMIQCB - para atuação exclusiva com extrativistas;

p) O Instituto Estadual de Florestas - IEF - para atuação exclusiva no Estado do Amapá;

q) O Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ - com atuação exclusiva junto aos assentamentos estaduais de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro; e

r) A Associação Camponesa Nacional - ACAN - por meio de suas unidades operacionais - as Associações ou Sindicatos a ela formalmente filiados, para emissão de DAP exclusivamente no Estado de Goiás;

§ 1º A autorização conferida à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CAPB não abrange a competência para a emissão de DAP para os agricultores familiares do Grupo "B".

§ 2º A emissão de DAP pelas unidades operacionais pertencentes aos órgãos públicos e entidades autorizados a emitir DAP é restrita a sua área legal, regimental ou estatutária de atuação territorial, conforme o caso.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE DAP A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES

Art. 10. Outros órgãos públicos e entidades poderão solicitar autorização para atuar como emitentes de DAP.

§ 1º Fica delegada ao Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência para autorizar a inclusão de novos órgãos públicos ou entidades integrantes da rede emissora de DAP.

§ 2º As Prefeituras, demais órgãos e entidades vinculadas municipais e as entidades privadas com finalidade lucrativa não podem ser autorizadas a emitir DAP.

§ 3º O INCRA e a SRA podem indicar à Secretaria de Agricultura Familiar - SAF quaisquer órgãos públicos ou entidades para emissão da DAP dos beneficiários do âmbito de suas competências materiais, desde que atendam os critérios de credenciamento para o exercício desta atividade, conforme esta portaria e correlata regulamentação.

CAPÍTULO VI

DO CREDENCIMENTO E DESCREDENCIAMENTO DOS EMISSORES DE DAP

Art. 11. A eficácia das autorizações de que tratam os arts. 9º e 10 são condicionadas ao cadastramento válido junto à SAF de toda a estrutura organizacional desses órgãos públicos e entidades, até suas respectivas unidades operacionais, com a identificação das pessoas físicas que irão atuar como agentes emissores.

§1º Os órgãos públicos e entidades autorizados a emitirem DAP deverão atender no ato do respectivo cadastramento, os seguintes requisitos básicos:

I - possuir personalidade jurídica;

II - acolher expressamente entre as atribuições e objetivos do seu regimento interno, estatuto ou contrato social:

a) a representação social dos agricultores familiares; ou

b) a prestação de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural aos agricultores familiares e às suas formas associativas.

III - o exercício mínimo de um ano, devidamente comprovado, das atribuições e objetivos regimentais ou sociais voltados aos agricultores familiares.

Art. 12. A SAF estabelecerá outros critérios e procedimentos a serem observados no cadastramento de que trata o art. 11.

Parágrafo único. A não formalização e instrução do cadastramento com os elementos necessários a sua realização caracteriza a desistência do órgão público ou entidade da autorização para a emissão de DAP.

Art. 13. Os órgãos públicos e as entidades, inclusive os previstos no artigo 9º desta Portaria, somente estarão habilitados a emitir DAP após a sua inclusão na relação de emissores autorizados e respectiva publicação na rede mundial de computadores no sítio da SAF/MDA.

§ 1º A SAF divulgará em seu sítio "www.mda.gov.br/saf" a relação dos órgãos públicos e entidades autorizados a emitir DAP com suas respectivas unidades operacionais, agentes emissores e respectivas áreas de atuação.

§ 2º Os órgãos públicos e entidades autorizados a emitir DAP devem manter atualizados os cadastros de suas unidades vinculadas e agentes emissores.

§3º A SAF atualizará e divulgará na forma do caput deste artigo a relação de órgãos públicos e entidades autorizados a emitir a DAP ao final de cada trimestre do ano civil.

Art. 14. O descumprimento dos dispositivos contidos nesta Portaria e nos demais regulamentos que disciplinam a emissão de DAP por órgão público ou entidade, autorizado a emitir o referido documento, implica no seu descredenciamento.

Parágrafo único. Cabe à SAF a instauração de processo administrativo para a apuração dos fatos e a adoção das providências cabíveis, estabelecendo os procedimentos necessários à tramitação do referido procedimento de descredenciamento, respeitada a ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO VII

DA COMPETÊNCIA NA EMISSÃO E VALIDADE DO DOCUMENTO DE DAP

Art. 15. A fixação da competência do agente para a emissão da DAP deve observar rigorosamente o município de residência do agricultor familiar.

Art. 16. Quando o regimento interno, estatuto ou contrato social não relacionar o âmbito territorial de atuação, será considerado exclusivamente o município sede da entidade autorizada a emitir a DAP, até que a SAF seja oficialmente informada da relação dos municípios da área de atuação.

Parágrafo único. Nos casos em que a área de atuação do órgão público ou entidade abranja mais de um município será exigida a relação, arredondada para baixo, de um técnico para cada um inteiro e trinta e quatro centésimos de municípios da área de atuação.

Art. 17. O documento da DAP da Unidade Familiar de Produção Rural, emitido e assinado pelo agente emissor, vinculado a órgão ou entidade, credenciado para esse fim, também deverá ser assinado pelo(s) respectivo(s) titular(es) para ser válido, excetuados os casos em que o titular seja solteiro ou viúvo ou não tenha vínculo conjugal estável, quando assinará sozinho o documento de DAP com o agente emissor competente.

Parágrafo único. Os documentos de DAP acessórias para os jovens e para as mulheres agregadas a um estabelecimento de agricultura familiar devem ser assinados pelo respectivo beneficiário, por um dos titulares da DAP principal de vinculação e pelo agente emissor do órgão público ou entidade devidamente habilitada a emitir o referido documento.

Art. 18. A DAP Jurídica, emitida conforme o estabelecido no art. 8º, deve ser assinada pelo representante legal da pessoa jurídica beneficiária e pelo agente emissor do órgão público ou entidade devidamente autorizada a emitir o correspondente documento.

Art. 19. A DAP jurídica somente será emitida eletronicamente, registrada e validada diretamente na base de dados da SAF, através de aplicativo desenvolvido e por ela disponibilizado para utilização dos órgãos públicos e das entidades autorizados a atuarem como agentes emissores de DAP.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE SOCIAL

Art. 20. A regularidade da DAP está sujeita ao controle social, observados os procedimentos a serem estabelecidos pela SAF.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Cabe à SAF a adoção da regulamentação e das medidas complementares necessárias ao cumprimento desta Portaria, especialmente no que se refere:

I - à definição do que são agregados da Unidade Familiar de Produção Rural;

II - à definição dos modelos de DAP principal, acessória e jurídica e daquele a ser utilizado no caso de estrangeiro naturalizado;

III - à definição dos procedimentos a serem considerados no processo de emissão de DAP; e

IV - à operacionalização das ações de cadastramento, suspensão e descredenciamento dos órgãos públicos e entidades autorizadas a emitirem DAP.

Art. 22. A SAF poderá acionar as Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário a fim de que procedam as diligências e demais atos necessários à elucidação de fatos e instrução de processo administrativo, na hipótese do §1º do artigo 14 desta portaria e aqueles destinados à apuração da regularidade na emissão e cancelamento da DAP.

Art. 23. Com a finalidade de agilizar a formalização de operações de crédito ao amparo do Pronaf, os beneficiários deverão providenciar, junto aos agentes autorizados, a emissão da DAP com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da data ideal para o acesso tempestivo aos recursos financeiros.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 25. Fica revogada a Portaria n° 102, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2012, Seção 1, páginas 233 a 235.

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 149, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras das Comunidade dos Remanescentes de Alto Alegre e Adjacências e Comunidade Remanescente dos Quilombos da Base, elaborado pela Comissão instituída pela Ordens de Serviços INCRA/SR-(02)G/N°26/2007, N°08/2008 e N°74/2007;

Considerando os termos da Ata de 13 de novembro de 2009, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-02 no Estado do Ceara, que aprovou o citado Relatório Técnico e da Ata de 7 de novembro de 2013, da 20ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-02 no Estado do Ceará, que alterou a área inicialmente identificada;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-02/CE nº. 54130.004882/2005-49 e INCRA/SR-02/CE nº.54130.001693/2006-03, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 132, de 13 de fevereiro de 2012, publicada no DOU nº 33, de 15 de fevereiro de 2012, que reconheceu e declarou como terras das Comunidades dos Remanescentes de Alto Alegre e Adjacências e Remanescentes dos Quilombos da Base, a área de 588,2774 ha, situadas nos Municípios de Horizonte e Pacajus, no Estado do Ceará

Art. 2º Reconhecer e declarar como terras das Comunidades dos Remanescentes de Alto Alegre e Adjacências e Remanescentes dos Quilombos da Base, a área de 498,3168 ha, situadas nos Municípios de Horizonte e Pacajus, no Estado do Ceará, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARIO GUEDES DE GUEDES

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO
TERRITÓRIO QUILOMBOLA: ALTO ALEGRE E ADJACENCIA - BASE
MUNICÍPIO: PACAJUS/HORIZONTE
ESTADO: CEARÁ
ÁREA DO TERRITÓRIO: 498,3168 há
PERÍMETRO: 10.470,23 m
ÁREA EXCLUIDA DO CANAL DA INTEGRAÇÃO: 31,8419 ha
ÁREA TOTAL: 530,1587 ha
LIMITES E CONFRONTAÇÕES
NORTE: RUA FERNANDO AUGUSTO, RUA MARIA JOSÉ NOGUEIRA E RUA MANOEL FELICIANO.
SUL: TERRAS DA FAZ. TIRIRICA DE PEDRO JOSÉ FILOMENO GOMES.
LESTE: TERRAS DO GRUPO JOSIDITH, CANAL DA INTEGRAÇÃO, TERRAS DA VISÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. E TERRAS DE ANTONIO ALVES DA SILVA.
OESTE: AÇUDE QUEIMADAS, TERRAS DO ESPÓLIO DE JOAQUIM NOGUEIRA, RIACHO ERERE, CANAL DA INTEGRAÇÃO, TERRAS DE GILBERTO NOGUEIRA, RUA CAZUZA BENTO.
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
Inicia o perímetro do imóvel no ponto P01, de coordenadas UTM E = 555.370,17 m e N = 9.543.197,42 m, situado na esquina da Rua Cazuza Bento com a Rua Fernando Augusto, deste, segue confrontando com a Rua Fernando Augusto com azimute de 102º56´00" e distância de 349,89m, até o P02; deste, segue confrontando com as Ruas Maria José Nogueira e Rua Manoel Feliciano, com azimute de 137º34´18" e distância de 797,27m, até o P03; deste, segue confrontando a Rua Manoel Feliciano com azimute de 102º05´40" e distância de 404,68m, até o P04; deste, segue confrontando com terras do Grupo Josidith Ltda, com os seguintes azimutes e distâncias: 207º37´33" e 743,87m, até P05; deste, segue confrontando com o Canal da Integração, com azimute 203º07'28" e distância de 276,98m, até o P06; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Visão Empreendimentos Ltda., com os seguintes azimutes e distâncias: 209º07´42" e 925,24m, até o P07; 203º 15'18" e 244,06m, até o ponto P08; 121º11'25" e 40,32m, até o ponto P09; 197º39'24" e 92,42m, até o ponto P10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Alves da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 287º32'23" e 208,48m, até o ponto P11; 210º41'54" e 95,86m, até o ponto P12; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da fazenda Tiririca de Pedro José Filomeno Gomes, com os seguintes azimutes e distâncias: 285º26'21" e 1.005,65m, até o ponto P13; 188º34'20" e 122,77m, até o ponto P14; 284º49'20" e 116,88m, até o ponto P15; 284º25'04" e 694,09m, até o ponto P16; deste, segue pela margem da bacia do açude queimadas, com uma distância de 1.369,70m, até o ponto P17; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Espólio de Joaquim Nogueira, com os seguintes azimutes e distâncias: 99º57'37" e 182,00m, até o ponto P18; 22º32'10" e 1.049,69m, até o ponto P19; deste, segue pela margem esquerda do riacho Erere, no sentido montante-jusante com uma distância de 785,02m, até o ponto P20, situado na margem esquerda do Canal da Integração; deste, segue confrontando com o referido Canal da Integração, com azimute 32º43'19" e distância de 206,82m, até o P21; na margem direita do Canal da Integração; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Gilberto Nogueira, com azimute de 32º43'14" e 612,65m, até o ponto P22; deste, segue por linha seca, confrontando coma Rua Cazuza Bento, com azimute de 31º29'41" e 181,94m, até o ponto P01, inicio da descrição do perímetro.
Responsável Técnico: Marcos A. B. Mascarenhas
CREA: 68TD- 9ª Região
Fortaleza, 31 de outubro de 2013

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 46, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.006642/2014, apresentados por Urano Indústria de Balanças e Equipamentos Eletrônicos Ltda.;

Considerando os termos da Portaria Inmetro/Dimel nº 231, de 16 de dezembro de 2004, que aprova a família de modelos UR 10000, de instrumento de pesagem não automático, marca URANO;

Considerando os termos da Portaria Inmetro/Dimel nº 084, de 12 de abril de 2007, aditivo da Portaria Inmetro/Dimel nº 231/2004, resolve:

Autorizar, como opcional, a inclusão de régua de escala antropométrica nos instrumentos incluídos na portaria Inmetro/Dimel nº 231/2004 pela Portaria Inmetro nº 084/2007 (Modelos UR 10000 LIGHT).

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 47, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Sistema Distríbuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, aprovado pelas Portarias Inmetro nº 371/2007 e nº 011/2009;

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.004687/2014, com vistas às alterações da Portaria Inmetro/Dimel n° 62, de 22 de março de 2013, que aprova os modelos SIM SEDNA GPRS e SIM SEDNA RF, de Sistema Distribuído de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, classe de exatidão A, marca NANSEN;

Considerando as necessárias atualizações das informações sobre os modelosSIM SEDNA GPRS e SIM SEDNA RF aprovados pela Portaria Inmetro/Dimel n° 62, de 22 de março de 2013, resolve:

Autorizar a atualização no plano de selagem interno do concentrador, nos modelos SIM SEDNA GPRS e SIM SEDNA RF, de Sistema Distríbuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, classe de exatidão A, marca NANSEN, fabricado por NANSEN S/A INSTRUMENTOS DE PRECISÃO, na Portaria Inmetro/Dimel n° 62, de 22 de março de 2013, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PROJETOS

PORTARIA Nº 79, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 028/2014 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) do produto TELEVISOR EM CORES - Código Suframa n° 0004, aprovado mediante Portaria nº 0001, de 03/01/2006, para o produto RÁDIO COM REPRODUTOR DE DVD BLU-RAY COMBINADO COM AMPLIFICADOR "HOME THEATER" - Código Suframa n° 1916, aprovado por meio da Resolução nº 0312, de 10/12/2009, em nome da empresa SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0771.01-9 e CNPJ nº 00.280.273/0001-37.

Art. 2º ESTABELECER que a SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da concessão do remanejamento, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização, em cumprimento ao que preceitua o Art. 32, da Resolução nº 203/2012 para o produto RÁDIO COM REPRODUTOR DE DVD BLU-RAY COMBINADO COM AMPLIFICADOR "HOME THEATER" - Código Suframa n° 1916.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 81, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art.14 e § 2º da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 025/2014 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 1,445,654.50 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro dólares norte-americanos e cinquenta centavos) correspondente a 50% da cota do 2º ano acrescido de remanejamento antecessor do produto CONVERSOR CA/CC PARA MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL - "NOTEBOOK" - Código Suframa nº 1847, aprovado por meio da Resolução nº 0018, de 28/02/2012, emitida em nome da empresa FLEX IMP., EXP., IND. E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA., com inscrição Suframa nº20.0690.01-9.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 72, de 07 de março de 2014, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, publicada no DOU n° 50, Seção 1, sexta-feira, de 14 de março de 2014, pág. 68, onde se lê: "(dois milhões, duzentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e seis e cinco centavos de dólares norte-americanos e dois centavos)" leia-se: "dois milhões, duzentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e seis dólares norte-americanos e cinquenta centavos)".

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS INDUSTRIAIS

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 13/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa FLEX IMP., EXP., IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 013/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONVERSOR CA/CC PARA MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL - "NOTEBOOK", para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os limites anuais de importação de insumos abaixo:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CONVERSOR CA/CC PARA MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL - "NOTEBOOK"	3,685,386	4,422,463	5,306,955

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 178, de 28 de agosto de 2008;

II o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 29, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subseqüente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o cumprimento das regras firmadas no Termo de Compromisso nº 09/2012 e os avanços na implementação das ações para a consolidação do Parque Nacional do Cabo Orange, com base nas folhas 167 a 178 dos autos nº 02070.000645/2011-13, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir do dia 21 de março de 2014, o prazo do Termo de Compromisso nº 09/2012 celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Colônia de Pescadores de Oiapoque/AP, observada a Cláusula Vigésima Primeira, de não contemplar a permissão de cata de caranguejos na área do Parque Nacional do Cabo Orange.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 30, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Soldadinho-do-araripe, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA nº 3, de 27 de maio de 2003, que reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes de sua lista anexa;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria ICMBio nº 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012 que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando o disposto no Processo n° 02070.002655/2010-02, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para Conservação do Soldadinho-do-araripe - PAN Soldadinho-do-araripe.

Art. 2º O PAN Soldadinho-do-araripe tem como Objetivo Geral "Garantir hábitat para o aumento populacional do Soldadinho-do-araripe".

§ 1º O PAN Soldadinho-do-araripe estabelece ações de conservação para uma espécie ameaçada de extinção, Antilophia bokermanni.

§ 2º Para atingir o Objetivo Geral previsto no caput, serão promovidos esforços para o cumprimento dos seguintes Objetivos Específicos:

I - Proteção da área de ocorrência do Soldadinho-do-araripe;

II - Compatibilizar a gestão dos recursos hídricos com a conservação do Soldadinho-do-araripe;

III - Incremento do hábitat reprodutivo do Soldadinho-do-araripe;

IV - Sensibilização ambiental e envolvimento das comunidades.

§3º O PAN terá vigência até agosto de 2015 e será supervisionado e monitorado anualmente.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do PAN Soldadinho-do-araripe, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação, realizar monitoria e avaliação do PAN Soldadinho-do-araripe.

Art. 4º O PAN Soldadinho-do-araripe deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 95, de 27 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2010, seção 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 31, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Lobo-guará - PAN Lobo-guará, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo, com base na monitoria, seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece 627 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria ICMBio nº. 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando o disposto no Processo n° 02070.004223/2010-28, que apresenta os resultados da monitoria, realizada em maio de 2012, resolve:

Art. 1º O Plano de Ação Nacional para Conservação do Lobo-guará - PAN Lobo-guará passa a vigorar com os dispositivos seguintes, com base nos ajustes realizados no processo de monitoria, quando foram efetuadas alterações no objetivo geral e nos objetivos específicos.

Art. 2º O PAN Lobo-guará tem como objetivo geral "Reduzir, em cinco anos, a perda de indivíduos das populações de lobo-guará decorrente da perda e alteração de hábitats adequados e conflitos com atividades antrópicas.

§ 1º O PAN Lobo-guará abrange uma espécie ameaçada de extinção: Chrysocyon brachyurus.

§ 2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Lobo-guará, com prazo de vigência até junho de 2017 e com supervisão e monitoria anual, possui os seguintes objetivo específicos:

I - Promover a integração entre instituições de pesquisa, agências de fomento e de financiamento, poder público, organizações da sociedade civil e instituições mantenedoras;

II - Caracterizar, avaliar e gerir o impacto de alterações ambientais sobre as populações de lobo-guará;

III - Aumentar a efetividade da educação para a conservação do lobo-guará;

IV - Reduzir conflitos entre as comunidades e o lobo-guará.

§3º O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação e realizar monitoria do PAN Lobo-guará.

Art. 3º O PAN Lobo-guará deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 46, de 2 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de abril de 2012, seção 1, pág. 172.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 32, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos - PAN Pequenos Felinos, contemplando quatro espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece 627 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria ICMBio nº 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando o disposto no Processo n° 02070.001040/2012-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos.

Art. 2º O Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos tem como objetivo geral "Reduzir a vulnerabilidade de pequenos felinos nos diferentes biomas por meio de ampliação do conhecimento aplicado à conservação, da proteção de habitats, da minimização de conflitos com atividades antrópicas e de ações políticas efetivas, em cinco anos".

§ 1º O PAN Pequenos Felinos contempla quatro espécies ameaçadas de extinção sendo elas: Leopardus pardalis, Leopardus trigrinus, Leopardus colocolo e Leopardus wiedii.

§ 2º O PAN também beneficia outras duas que ocorrem no território nacional: Leopardus geoffroyi e Puma yagouaroundi.

§ 3º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Pequenos Felinos, com prazo de vigência até junho de 2018 e com supervisão e monitoria anual, possui os seguintes objetivos específicos:

I - Compreender com a caça e o abate por retaliação afetam as diferentes populações de pequenos felinos em cada bioma, em cinco anos.

II - Reduzir a remoção ilegal (caça, abate, retirada de animais vivos) de indivíduos das diferentes populações de pequenos felinos, em cinco anos.

III - Dimensionar e minimizar os impactos da coocorrência entre pequenos felinos e animais domésticos e exóticos, em cinco anos.

IV - Ampliar o conhecimento sobre os impactos das doenças na saúde das populações de pequenos felinos, em cinco anos.

V - Manter e ampliar a conectividade entre populações de pequenos felinos e reduzir os processos de fragmentação e perda do hábitat das suas áreas de ocorrência, considerando os impactos nas diversas escalas, em cinco anos.

VI - Estimular a criação e implementação de políticas públicas que determinem a redução da fragmentação e perda de hábitat em toda área de distribuição de pequenos felinos, em cinco anos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - Realizar estudos que avaliem de que forma os diferentes processos naturais e antrópicos influenciam a conservação das populações de pequenos felinos, em cinco anos.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - CENAP a coordenação do PAN Pequenos Felinos, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

§ 1º Deverão ser indicadas as metas para alcance de cada objetivo específico.

§2º O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação e realizar a monitoria do PAN Pequenos Felinos.

Art. 4º O PAN Pequenos Felinos deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação da Arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari), espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo, objetivos específicos, metas, prazo, abrangência e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece 627 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria ICMBio nº. 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando a Instrução Normativo ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando o disposto no Processo n° 02070.002414/2009-11, que apresenta os resultados da monitoria, realizada em maio de 2013, resolve:

Art. 1º O Plano de Ação Nacional para Conservação da Arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) passa a vigorar com os dispositivos seguintes, com base nos ajustes realizados no processo de monitoria, quando foram efetuadas alterações nos objetivos específicos II, III e IV.

Art. 2º O PAN Arara-azul-de-lear tem o objetivo de manter o crescimento populacional da arara-azul-de-lear até 2017, garantindo e incrementando a qualidade do hábitat e envolvendo as comunidades da área de ocorrência da espécie na sua conservação.

§ 1º O PAN Arara-azul-de-lear abrange uma espécie ameaçada de extinção, Anodorhynchus leari.

§ 2º Para a persecução do objetivo previsto no caput, o PAN Arara-azul-de-lear, com prazo de vigência até fevereiro de 2017 e com supervisão e monitoria anual, possui os seguintes objetivos específicos:

I - Até 2017, Programa de Educação Ambiental Integrado específico para a Arara-azul-de-lear implementado na área de ocorrência da espécie, em pelo menos sete municípios, que promova o envolvimento das comunidades no Programa de Conservação e Manejo da Arara-azul-de-lear;

II - Hábitat da Arara-azul-de-lear incrementado em qualidade até 2017;

III - Programa de Conservação e Manejo da Arara-azul-de-lear integrado e fortalecido até 2017 para gerar, sistematizar e divulgar informação técnica necessária para o manejo da espécie e seu hábitat, abordando os temas-chave definidos nas ações;

IV - Conflitos (prejuízos) causados por ataques de Araras-azuis-de-lear em cultivos de milho minimizados em todos os municípios dentro da área de ocorrência da espécie;

V - Aumento de ações de fiscalização e combate ao tráfico.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do PAN Arara-azul-de-lear, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Arara-azul-de-lear.

Art. 4º O PAN Arara-azul-de-lear deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 19, de 17 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de fevereiro de 2012, seção 1, pág. 66.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal - PAN Aves do Cerrado e Pantanal, contemplando 47 táxons estabelecendo seu objetivo, objetivos específicos metas, prazo, abrangência e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA n°3, de 27 de maio de 2003, que reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes de sua lista anexa;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria ICMBio nº. 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 abril de 2012 que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando o disposto no Processo n° 02061.000009/2013-54, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal - PAN Aves do Cerrado e Pantanal.

Art. 2º O PAN Aves do Cerrado e Pantanal tem o objetivo de diminuir a perda de habitats e de populações de aves, incentivar a recuperação ambiental e produzir conhecimento sobre as espécies do PAN.

§ 1º O PAN Aves do Cerrado e Pantanal abrange 21 espécies ameaçadas de extinção: Nothura minor, Taoniscus nanus, Penelope ochrogaster, Tigrisoma fasciatum, Harpyhaliaetus coronatus (Urubitinga coronata), Columbina cyanopis, Anodorhynchus hyacinthinus, Pyrrhura pfrimeri, Eleothreptus candicans (Hydropsalis candicans, Caprimulgus candicans), Cercomacra ferdinandi, Scytalopus iraiensis, Geositta poeciloptera (Geobates poeciloptera), Synallaxis simoni, Culicivora caudacuta, Alectrurus tricolor, Sporophila nigrorufa, Sporophila palustris, Sporophila cinnamomea, Sporophila melanogaster, Sporophila maximiliani (Oryzoborus maximiliani) e Coryphaspiza melanotis.

§ 2º Há também 26 espécies beneficiadas pelo plano: Conothraupis mesoleuca, Scytalopus novacapitalis, Agamia agami, Ara chloropterus, Celeus obrieni, Micropygia schomburgkii, Alipiopsitta xanthops, Asthenes luizae, Harpia harpyja, Ibycter americanus, Pyrrhura devillei, Pyrrhura molinae, Accipiter poliogaster, Cypseloides fumigatus, Falco deiroleucus, Laterallus xenopterus, Phaethornis nattereri, Phaethornis subochraceus, Phyllomyias reiseri, Piculus leucolaemus, Sporophila melanops, Suiriri islerorum, Syndactyla dimidiata, Sporophila hypochroma, Sporophila hypoxantha e Sporophila ruficollis.

§ 3º Para a persecução do objetivo previsto no caput, o PAN Aves do Cerrado e Pantanal, com prazo de vigência até janeiro de 2019 e com supervisão e monitoria anual, possui os seguintes objetivos específicos:

I - Reduzir o número de aves retiradas da natureza em decorrência do tráfico e da caça;

II - Reduzir a perda e melhorar a qualidade de habitat para a conservação das espécies do PAN;

III - Diminuir os impactos negativos de atividades do agronegócio sobre as espécies do PAN;

IV - Reduzir os impactos negativos decorrentes da ocupação humana e de empreendimentos de infraestrutura e exploração de recursos naturais;

V - Aumentar o conhecimento científico sobre as espécies do PAN.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do PAN Aves do Cerrado e Pantanal, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Aves do Cerrado e Pantanal.

Art. 4º O PAN Aves do Cerrado e Pantanal deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves da Amazônia ameaçadas de extinção, PAN - Aves da Amazônia, contemplando quarenta e seis espécies, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 21, VII, do Anexo I do Decreto n° 7.515, de 08 de julho de 2011, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece 627 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que instituiu o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria ICMBio nº 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuições;

Considerando o disposto no Processo nº 02061.000007/2012-84, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Amazônia.

Art. 2º O PAN Aves da Amazônia tem o objetivo geral de reduzir a perda e degradação de habitat e o declínio populacional das aves amazônicas ameaçadas de extinção até 2018.

§ 1º O PAN Aves da Amazônia abrange 46 (quarenta e seis) espécies de aves, sendo 09 (nove) espécies ameaçadas de extinção, quais sejam: Phlegopsis nigromaculata paraensis, Dendrexetastes rufigula paraensis, Dendrocolaptes medius, Pteroglossus bitorquatus bitorquatus, Crax fasciolata pinima, Psophia obscura, Pyrrhura lepida lepida, Dendrocincla merula badia, Guaruba guarouba e 37 espécies avaliadas em algum grau de ameaça durante as oficinas de avaliação do estado de conservação das aves da Amazônia realizadas em 2011 e 2012, quais sejam: Aratinga solstitialis, Chamaeza nobilis fulvipectus, Neomorphus squamiger, Neomorphus geoffroyi amazonicus, Phaethornis bourcieri major, Phlegopsis nigromaculata confinnis, Tangara velia signata, Clytoctantes atrogularis, Hylopezus paraensis, Hylophilus ochraceiceps rubrifrons, Lepidothrix iris iris, Lepidothrix vilasboasi, Rhegmatorhina gymnops, Crax globulosa, Harpia harpyja, Morphnus guianensis, Penelope pileata, Phaethornis aethopygus, Piculus paraensis, Picumnus varzeae, Psophia dextralis, Pyrilia vulturina, Tinamus tao, Hypocnemis ochrogyna, Capito dayi, Cranioleuca muelleri, Thamnophilus nigrocinereus tschudii, Procnias albus wallacei, Synallaxis kollari, Myrmotherula klagesi, Hylexetastes brigidai, Piprites chloris grisescens, Xiphocolaptes carajaensis, Aratinga solstitialis, Sporophila crassirostris, Stigmatura napensis napensis, Lophornis gouldii.

§ 2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Aves da Amazônia, com prazo de vigência até fevereiro de 2018 e com supervisão e monitoria anual, possui os seguintes objetivos específicos:

I - Redução das taxas de desmatamento, de conversão de habitats naturais e do risco de poluição nas áreas de ocorrência das aves alvo do plano.

II - Redução dos impactos negativos causados pela implementação de hidrelétricas sobre as aves alvo do plano.

III - Redução da retirada ilegal da natureza de exemplares de aves alvo do plano.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a Coordenação e ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - CEPAM a Coordenação Executiva do PAN Aves da Amazônia, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação, da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação e realizar a monitoria do PAN Aves da Amazônia.

Art. 4º O PAN Aves da Amazônia deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 36, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas, espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo, objetivos específicos, ações estratégicas para a conservação ex situ da espécie.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando a Instrução Normativa MMA n 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes de sua lista anexa;

Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando a Portaria ICMBio nº 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuição;

Considerando a Portaria ICMBio nº 20, de 17 de fevereiro de 2012, que aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Mutum-de-alagoas (Pauxi mitu), estabelecendo seu objetivo de implementação e supervisão;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 22, de 27 de março de 2012, que estabelece os procedimentos para os Programas de Cativeiro de Espécies Ameaçadas;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Portaria n° 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando o disposto no Processo nº 02061.000016/2013-56, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas.

Art. 2º O Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas tem como objetivo ampliar a população cativa viável, manejada genética e demograficamente, visando à reintrodução da espécie na sua área de distribuição original até 2016.

§1º O Programa de cativeiro do Mutum-de-alagoas abrange a espécie ameaçada de extinção Pauxi mitu.

§2º Para a persecução do objetivo previsto no caput, o Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas, possui os seguintes objetivos específicos:

I - Manejar a população cativa de forma a aumentar o número de indivíduos puros da população em cativeiro em termos de viabilidade genética e demográfica até 2018.

II - Produzir, aprimorar e divulgar o conhecimento sobre técnicas de manejo alimentar, reprodutivo, sanitário em cativeiro, além de técnicas para habilitação das aves para reintrodução na natureza.

III - Fornecer espécimes para reintrodução na sua área de ocorrência original até 2015.

IV - Estabelecer uma população de Mutum-de-alagoas na natureza, até 2020.

Art. 3° Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas, com supervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Art. 4º O Programa de Cativeiro será apoiado por um Grupo de Trabalho a ser designado por ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes.

Parágrafo único. A participação no Grupo de Trabalho do Programa de Cativeiro do Mutum-de-alagoas não ensejará qualquer tipo de remuneração e será considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 5º O Manejo dos indivíduos cativos no âmbito do Programa de Cativeiro deverá obedecer a toda a legislação aplicada ao transporte e manutenção de animais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data se sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 37, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Volta do Rio.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.000535/2013-13, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Volta do Rio, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Sítio Volta do Rio, situado no Município de Rio de Contas, no estado da Bahia, matriculado no registro de imóveis da comarca de Rio de Contas/BA, sob a matrícula nº. 3.195, registro número 1 do livro de registro geral nº 2, em 02 de janeiro de 2001.

Art. 2º A RPPN Volta do Rio com área de 103,14 ha (cento e três hectares e quatorze ares), definida dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A reserva inicia-se a descrição do perímetro no vértice EYG-M-0581, de coordenadas (N=8.502.526,21; E=184.214,05), situado na margem direita do rio Brumado com o limite da propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE; deste, segue confrontando com a propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE com os seguintes azimutes e distâncias: 96°25'45" - 42,39m, até o vértice EYG-M-0513, de coordenadas (N=8.502.521,46;E=184.256,18); 134°03'57" - 197,83m, até o vértice EYG-M-0556, de coordenadas (N=8.502.383,87;E=184.398,33); 94°31'11" - 43,82m, até o vértice P-01 de coordenadas (N=8.502.380,42;E=184.442,01), situado no limite da propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE com o limite da ESTRADA DE ACESSO do Sítio Volta do Rio; deste, segue confrontando com o limite da ESTRADA DE ACESSO com os seguintes azimutes e distâncias: 195°50'33" - 39,29m, até o vértice P-02, de coordenadas (N=8.502.342,62;E=184.431,29); 178°43'42" - 106,62m, até o vértice P-03, de coordenadas (N=8.502.236,03;E=184.433,66); 166°26'10" - 11,59m, até o vértice P-04, de coordenadas (N=8.502.224,76;E=184.436,37); 190°18'19" - 12,21m, até o vértice P-05, de coordenadas (N=8.502.212,75;E=184.434,19), situado no limite da ESTRADA DE ACESSO com o limite da ÁREA DE CULTIVO-01; deste, segue confrontando com a ÁREA DE CULTIVO-01 com os seguintes azimutes e distâncias: 241°16'59" - 25,82m, até o vértice EYG-P-0700, de coordenadas (N=8.502.200,35;E=184.411,55); 169°41'05" - 141,21m, até o vértice EYG-P-0708, de coordenadas (N=8.502.061,42;E=184.436,83); 135°14'33" - 75,38m, até o vértice EYG-P-0707, de coordenadas (N=8.502.007,89;E=184.489,91); 61°49'52" - 96,00m, até o vértice P-06, de coordenadas (N=8.502.053,21;E=184.574,54), situado no limite da ÁREA DE CULTIVO-01 com o limite da ESTRADA DE ACESSO; deste, segue confrontando com a ESTRADA DE ACESSO com os seguintes azimutes e distâncias: 153°19'21" - 25,47m, até o vértice P-07, de coordenadas (N=8.502.030,46;E=184.585,97); 160°44'11" - 85,10m, até o vértice P-08, de coordenadas (N=8.501.950,12;E=184.614,05); 119°28'59" - 63,63m, até o vértice P-09, de coordenadas (N=8.501.918,80;E=184.669,44); 123°36'08" - 68,70m, até o vértice P-10, de coordenadas (N=8.501.880,78;E=184.726,66); 96°44'23" - 43,12m, até o vértice P-11, de coordenadas (N=8.501.875,72;E=184.769,48); 97°30'38" - 30,14m, até o vértice P-12, de coordenadas (N=8.501.871,78;E=184.799,36); 85°18'24" - 47,04m, até o vértice P-13, de coordenadas (N=8.501.875,63;E=184.846,25); 106°16'57" - 19,75m, até o vértice P-14, de coordenadas (N=8.501.870,09;E=184.865,21); 123°42'58" - 18,84m, até o vértice EYG-P-0709, de coordenadas (N=8.501.859,63;E=184.880,88), situado no limite da ESTRADA DE ACESSO com o limite da ÁREA DE CULTIVO-02; deste, segue confrontando com a ÁREA DE CULTIVO-02 com os seguintes azimutes e distâncias: 214°49'39" - 11,16m, até o vértice EYG-P-0714, de coordenadas (N=8.501.850,47;E=184.874,50); 260°46'52" - 16,88m, até o vértice EYG-P-0713, de coordenadas (N=8.501.847,77;E=184.857,84); 173°09'38" - 40,30m, até o vértice EYG-P-0712, de coordenadas (N=8.501.807,76;E=184.862,64); 106°36'43" - 58,66m, até o vértice EYG-P-0711, de coordenadas (N=8.501.790,98;E=184.918,86); 49°51'11" - 24,90m, até o vértice P-15, de coordenadas (N=8.501.807,04;E=184.937,89), situado no limite da ÁREA DE CULTIVO-02 com o limite da ESTRADA DE ACESSO; deste, segue confrontando com a ESTRADA DE ACESSO com os seguintes azimutes e distâncias: 103°48'40" - 118,33m, até o vértice P-16, de coordenadas (N=8.501.778,79;E=185.052,79); 148°03'39" - 19,91m, até o vértice P-17, de coordenadas (N=8.501.761,90;E=185.063,33); 84°56'05" - 17,78m, até o vértice P-18, de coordenadas (N=8.501.763,46;E=185.081,03); 113°26'08" - 14,83m, até o vértice P-19, de coordenadas (N=8.501.757,57;E=185.094,64); 162°25'53" - 9,90m, até o vértice EYG-P-0728, de coordenadas (N=8.501.748,13;E=185.097,63), situado no limite da ESTRADA DE ACESSO com o limite da ÁREA DE CULTIVO-03; deste, segue confrontando com a ÁREA DE CULTIVO-03 com os seguintes azimutes e distâncias: 191°15'32" - 30,14m, até o vértice EYG-P-0727, de coordenadas (N=8.501.718,57;E=185.091,75); 174°20'41" - 29,44m, até o vértice EYG-P-0726, de coordenadas (N=8.501.689,27;E=185.094,65); 182°24'37" - 46,98m, até o vértice EYG-P-0725, de coordenadas (N=8.501.642,33;E=185.092,67); 118°24'15" - 65,50m, até o vértice EYG-P-0724, de coordenadas (N=8.501.611,17;E=185.150,29); 76°28'53" - 40,02m, até o vértice EYG-P-0723, de coordenadas (N=8.501.620,52;E=185.189,20); 37°32'33" - 35,91m, até o vértice EYG-P-0722, de coordenadas (N=8.501.649,00;E=185.211,08); 19°53'06" - 61,21m, até o vértice EYG-P-0721, de coordenadas (N=8.501.706,56;E=185.231,90); 314°30'04" - 71,37m, até o vértice EYG-P-0720, de coordenadas (N=8.501.756,59;E=185.181,00); 40°51'02" - 49,47m, até o vértice EYG-P-0719, de coordenadas (N=8.501.794,00;E=185.213,36); 299°17'46" - 23,22m, até o vértice EYG-P-0718, de coordenadas (N=8.501.805,37;E=185.193,11); 260°52'40" - 56,40m, até o vértice EYG-P-0717, de coordenadas (N=8.501.796,42;E=185.137,42); 186°27'47" - 25,49m, até o vértice EYG-P-0716, de coordenadas (N=8.501.771,10;E=185.134,55); 256°21'21" - 31,20m, até o vértice EYG-P-0715, de coordenadas (N=8.501.763,74;E=185.104,23); 202°55'11" - 9,25m, até o vértice P-20, de coordenadas (N=8.501.755,22;E=185.100,63), situado no limite da ÁREA DE CULTIVO-03 com o limite da ESTRADA DE ACESSO; deste, segue confrontando com a ESTRADA DE ACESSO com os seguintes azimutes e distâncias: 342°25'53" - 6,32m, até o vértice P-21, de coordenadas (N=8.501.761,25;E=185.098,72); 293°26'08" - 18,38m, até o vértice P-22, de coordenadas (N=8.501.768,56;E=185.081,86); 264°56'05" - 15,98m, até o vértice P-23, de coordenadas (N=8.501.767,15;E=185.065,95); 328°03'39" - 18,87m, até o vértice P-24, de coordenadas (N=8.501.783,16;E=185.055,96); 283°48'40" - 118,35m, até o vértice P-25, de coordenadas (N=8.501.811,41;E=184.941,03); 327°36'42" - 16,47m, até o vértice P-26, de coordenadas (N=8.501.825,32;E=184.932,21); 306°46'04" - 23,88m, até o vértice P-27, de coordenadas (N=8.501.839,62;E=184.913,08); 312°53'05" - 26,32m, até o vértice P-28, de coordenadas (N=8.501.857,53;E=184.893,80); 302°58'02" - 31,51m, até o vértice P-29, de coordenadas (N=8.501.874,67;E=184.867,37); 286°16'57" - 21,47m, até o vértice P-30, de coordenadas (N=8.501.880,69;E=184.846,76); 265°18'24" - 47,43m, até o vértice P-31, de coordenadas (N=8.501.876,81;E=184.799,49); 277°30'38" - 29,64m, até o vértice P-32, de coordenadas (N=8.501.880,68;E=184.770,10); 276°44'23" - 41,96m, até o vértice P-33, de coordenadas (N=8.501.885,61;E=184.728,44); 303°36'08" - 67,69m, até o vértice P-34, de coordenadas (N=8.501.923,07;E=184.672,06); 299°28'59" - 61,93m, até o vértice P-35, de coordenadas (N=8.501.953,55;E=184.618,15); 340°44'11" - 83,55m, até o vértice P-36, de coordenadas (N=8.502.032,41;E=184.590,59); 333°19'21" - 25,13m, até o vértice P-37, de coordenadas (N=8.502.054,87;E=184.579,31); 348°24'03" - 19,29m, até o vértice P-38, de coordenadas (N=8.502.073,76;E=184.575,43); 332°44'47" - 21,33m, até o vértice P-39, de coordenadas (N=8.502.092,72;E=184.565,66); 310°57'18" - 36,50m, até o vértice P-40, de coordenadas (N=8.502.116,65;E=184.538,09); 332°42'13" - 30,36m, até o vértice P-41, de coordenadas (N=8.502.143,63;E=184.524,17); 314°48'44" - 26,43m, até o vértice P-42, de coordenadas (N=8.502.162,25;E=184.505,42); 308°37'01" - 84,19m, até o vértice P-43, de coordenadas (N=8.502.214,79;E=184.439,64); 10°18'19" - 10,28m, até o vértice P-44, de coordenadas (N=8.502.224,90;E=184.441,48); 346°26'10" - 12,11m, até o vértice P-45, de coordenadas (N=8.502.236,68;E=184.438,64); 358°43'42" - 105,33m, até o vértice P-46, de coordenadas (N=8.502.341,98;E=184.436,30); 15°50'33" - 39,54m, até o vértice P-47, de coordenadas (N=8.502.380,02;E=184.447,10), situado no limite da ESTRADA DE ACESSO com o limite da propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE; deste, segue confrontando com a propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE com os seguintes azimutes e distâncias: 94°31'11" - 331,67m, até o vértice EYG-M-0549, de coordenadas (N=8.502.353,88;E=184.777,74); 133°22'18" - 485,92m, até o vértice EYG-M-0515, de coordenadas (N=8.502.020,19;E=185.130,96); 142°48'51" - 725,94m, até o vértice EYG-M-0503, de coordenadas (N=8.501.441,84;E=185.569,72), situado no limite da propriedade de ARGEMIRO JOSÉ DA TRINDADE com o limite do SÍTIO AVE NATURA, de propriedade de JORGE ANTÔNIO CUNHA VEIGA SÁ E MARIA APARECIDA PEREIRA; deste, segue com azimute e distância de 152°13'47" - 233,56m, até o vértice EYG-M-0523, de coordenadas (N=8.501.235,18;E=185.678,55), situado no limite do SÍTIO AVE NATURA com o limite da propriedade de JOSÉ MANOEL DOS SANTOS; deste, segue confrontando com a propriedade de JOSÉ MANOEL DOS SANTOS com os seguintes azimutes e distâncias de 217°01'19" - 146,50m, até o vértice EYG-M-0512, de coordenadas (N=8.501.118,21;E=185.590,33); 291°18'45" - 1.855,08m, até o vértice EYG-M-0527, de coordenadas (N=8.501.792,45;E=183.862,12); 26°01'01" - 85,74m, até o vértice EYG-M-0518, de coordenadas (N=8.501.869,50;E=183.899,73), situado no limite da propriedade de JOSÉ MANOEL DOS SANTOS com o limite do RIO BRUMADO; deste, segue confrontando com o RIO BRUMADO com os seguintes azimutes e distâncias de 65°13'29" - 434,24m, até o vértice EYG-P-0515, de coordenadas (N=8.502.051,47;E=184.294,00); 350°26'27" - 481,42m, até o vértice EYG-M-0581, de coordenadas (N=8.502.526,21; E=184.214,05), vértice inicial desta descrição". Datum: WGS 84, Projeção UTM e Fuso 24.

Art. 3º A RPPN Volta do Rio será administrada por Albertinho Barreto de Carvalho e Janete Medrado Ferreira.

Parágrafo único. Os administradores referidos no caput serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN Volta do Rio sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 104, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista nos arts. 10 e 11 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de 140 (cento e quarenta) candidatos aprovados no concurso público para cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, autorizados pela Portaria MP nº 114, de 23 de abril de 2013, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Autorizar a nomeação de 70 (setenta) candidatos aprovados e não convocados, nos concurso público para cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, autorizado pela Portaria MP nº 114, de 23 de abril de 2013, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos nos arts. 1º e 2º deverá ocorrer a partir de abril de 2014, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 4º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para nomeação dos candidatos a que se referem os arts. 1º e 2º será do Presidente do IBGE, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargos	Decreto nº 6.944/2009		Total
	Art.10	Art. 11	
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas	20	10	30
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	60	30	90
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	60	30	90
Total	140	70	210

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 16, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Atualização dos valores limites para contratação de serviços de Limpeza e conservação em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 14, de 10 de junho de 2013, para a Unidade Federativa do Mato Grosso, Portaria nº 6, de 3 de abril de 2013, para a Unidade Federativa do Mato Grosso do Sul e Portaria nº 5, de 19 de março de 2013, para as Unidades Federativas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, conforme o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, e no artigo 54 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualização dos valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 14, de 10 de junho de 2013, para a Unidade Federativa do Mato Grosso, Portaria nº 6, de 3 de abril de 2013, para a Unidade Federativa do Mato Grosso do Sul e Portaria nº 5, de 19 de março de 2013, para as Unidades Federativas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas com produtividade de 600 m² (seiscentos metros quadrados);

II - áreas externas com produtividade de 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados);

III - esquadrias externas com produtividade de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados); e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 110 m² (cento e dez metros quadrados).

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o inciso XXI, art. 37 da Constituição Federal assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art. 4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos acordos, dissídios ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º Os valores mínimos estabelecidos nesta Portaria visam garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 29, da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

Art. 8º A SLTI/MP poderá disponibilizar no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LORENI F. FORESTI

ANEXO I

SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÂO
Limites Mínimo e Máximo para Contratação dos Serviços

Em R$/ m²

UF	ÁREA INTERNA Produtividade 600 m²		ÁREA EXTERNA Produtividade 1.200 m²		ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco Produtividade 220 m²		FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa com exposição a situação de risco Produtividade 110 m²	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
MG	3,70	4,50	1,85	2,25	0,84	1,02	0,19	0,23
MS	3,24	3,96	1,62	1,98	0,74	0,90	0,16	0,21
MT	3,60	4,42	1,80	2,21	0,82	1,01	0,19	0,25
PR	4,06	4,93	2,03	2,47	0,93	1,12	0,19	0,24
RS	4,00	4,86	2,00	2,43	0,91	1,11	0,22	0,27

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 09, no seu art. 2º, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção1, pág. 100, de 26 de março de 2014, onde se lê "O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, para construção da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC" leia-se "O presente imóvel destinou-se à implantação da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC, e que por força do Decreto nº 7.952, 12 de março de 2013, ficaram as EMARCs vinculadas ao Ministério da Educação, passando a integrar aos Institutos Federais de Educação e Tecnologia".

Na Portaria nº 10, no seu art. 2º, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção1, pág. 100, de 26 de março de 2014, onde se lê "O imóvel objeto desta Portaria destina-se à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, para construção da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC" leia-se "O presente imóvel destinou-se à implantação da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC, e que por força do Decreto nº 7.952, 12 de março de 2013, ficaram as EMARCs vinculadas ao Ministério da Educação, passando a integrar aos Institutos Federais de Educação e Tecnologia".

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÃO

Esta retificação refere-se à Portaria nº 12, de 29 de julho de 2013, publicada no DOU nº 150 de 6 de agosto de 2013, Seção 1, pág. 70 e tem a finalidade específica de retificar a área constante da referida Portaria. Assim, onde se lia "com área de 5.000.000,00m², leia-se com área de 9.235,48m², parte integrante de uma área maior de 5.000.000,00m²", objeto da matrícula nº 16.364 CRI da Comarca de Corumbá/MS.

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 3, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA, no uso da competência que lhe foi delegado pelo art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, em conformidade com o disposto no art. 1º, inciso I, e no art. 32, inciso II, do Regimento Interno da SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, aprovado pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005, em consonância com o art. 1º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando o disposto no art. 6º e incisos III e IV e II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos art. 1º e 5º, do Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e nos art. 5º, inciso LXXVIII e 37/CF, bem como nos elementos que integram o processo nº 05310.000241/2012-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o Governo do Estado de Rondônia, com sede na Avenida Farquar, s/n, Bairro Pedrinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.585/0001-71, a realizar Obras para a construção de uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, no Município de Porto Velho. A construção a ser realizada é dentro da área de domínio da União, sob jurisdição da Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia e o empreendimento será realizado em uma área de 20.000m², parte integrante do imóvel com área total de 210.336,00m², situado na Estrada da Areia Branca, Gleba Candeias, Zona Rural do Município de Porto Velho, o qual contém os seguintes limites e confrontações: ao Norte com Lote 09 do INCRA, ao Sul com Lote 11 do INCRA, a Leste com o Igarapé Areia Branca e a Oeste com o Lote 02 do INCRA. Dados do Perímetro: Frente 249,44m; Fundos 185,07m; Lado Direito 1.037,12m e Lado Esquerdo 980,24m, contendo conforme Planta de Localização - Croqui nº 107/2013 e Memorial Descritivo nº 003/2014/CICAP/SPU.

Parágrafo Único - A área do imóvel possui as seguintes coordenadas geográficas: D9Y-M-B097, Este 400611,71 e Norte 9023021,77; D9Y-M-B096, Este 399621,02 e Norte 9022714,92; D9Y-M-B001, Este 399636,74 e Norte 9022899,32; D9Y-M-B002, Este 400547,14 e Norte 9023262,71 de acordo com a Planta do Imóvel Georreferenciado.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à construção de um Centro de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes em Conflito com a Lei conforme recurso disponibilizado na Lei Orçamentária Anual de 2013, qual seja, Lei nº 2.961, de 28 de dezembro de 2012, de acordo com o Código 21.001.06.243.2019.1527 constante do Decreto nº 18.283 indicando a FONTE 116 (contrapartida do Estado) e no Decreto nº 18.291 conforme FONTE 3212 (Repasse da União).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo Primeiro - A autorização somente terá vigor, mediante a aprovação do projeto pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente, bem como, não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área ou a qualquer tipo de indenização.

Parágrafo Segundo - A autorização de Obra fica condicionada a apresentação das Licenças Prévias emitidas pelos demais órgãos competentes.

Art. 3º O prazo da presente Autorização finaliza-se após a efetivação da destinação do imóvel ao Estado.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Durante o período a que se refere a presente Autorização de Obra fica a permissionaria obrigada a afixar na área em que se realizará a obra, e, em local visível ao público, uma (1) placa ou banner horizontal, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDISCIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU"

ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 385, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Excepcionalmente autoriza a dilação de prazo para recepção de solicitações do benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em Unidades da Federação atingidas por calamidades climáticas com interdição de Unidade de Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do prazo final para recepção dos requerimentos do Benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em 30 dias após o término dos defesos instituídos pelas portarias IBAMA, a seguir:

I - Portaria 48, Defeso 64 (Amapá), e

II - Portaria 73, Defeso 19 (Amapá)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

PORTARIA Nº 386, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Excepcionalmente autoriza a dilação de prazo para recepção de solicitações do benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em Unidades da Federação atingidas por calamidades climáticas com interdição de Unidade de Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do prazo final para recepção dos requerimentos do Benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em 30 dias após o término dos defesos instituídos pelas portarias IBAMA, a seguir:

I - Portaria 48, Defeso 63 (Rondônia),

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

PORTARIA Nº 387, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Excepcionalmente autoriza a dilação de prazo para recepção de solicitações do benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em Unidades da Federação atingidas por calamidades climáticas com interdição de Unidade de Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do prazo final para recepção dos requerimentos do Benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em 30 dias após o término dos defesos instituídos pelas portarias IBAMA, a seguir:

I - Portaria 48, Defeso 65 (Acre) e Defeso 66 (Acre);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

PORTARIA Nº 388, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Excepcionalmente autoriza a dilação de prazo para recepção de solicitações do benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em Unidades da Federação atingidas por calamidades climáticas com interdição de Unidade de Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do prazo final para recepção dos requerimentos do Benefício Seguro-Desemprego para Pescadores Artesanais, em 30 dias após o término dos defesos instituídos pelas portarias IBAMA, a seguir:

I - Portaria 48, Defeso 62 (Pará), e Defeso 67 (Pará);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 27 de março de 2014

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000554/2011-11	017304644	Arquiec - Arquitetura, Engenharia e Construção Ltda.	AL
2	46201.000081/2012-24	017346703	Liga Alagoana Contra a Tuberculose	AL
3	46202.008945/2010-84	018701507	Laurimar Vinhote de Souza	AM
4	46202.008946/2010-29	018691234	Laurimar Vinhote de Souza	AM
5	46202.008951/2010-31	018705031	Laurimar Vinhote de Souza	AM
6	46202.008952/2010-86	018705049	Laurimar Vinhote de Souza	AM
7	46205.008997/2011-10	020291981	Apiguana Máquinas e Ferramentas Ltda.	CE
8	46205.025491/2011-67	020330812	Construtora Engeterra Ltda.	CE
9	46205.015006/2009-22	017462622	Eficaz Engenharia e Serviços Ltda.	CE
10	46205.005148/2011-04	020299060	GR Indústria e Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.	CE
11	46205.025522/2011-80	020330677	Hi End Distribuidora de Móveis e Eletros Ltda.	CE
12	46205.014244/2009-11	017541123	Mais Sabor Indústria e Comércio de Refrigerantes Ltda.	CE
13	46206.022412/2012-37	025127004	Amigo Fiel Comércio de Rações e Pet Shop Ltda. ME	DF
14	46206.013699/2012-12	024264504	Babilônia Materiais de Construção, Construtora e Transportadora Ltda. - ME	DF
15	46206.016584/2012-71	024260673	Cascol Combustíveis para Veículos Ltda.	DF
16	46206.015238/2012-76	017164788	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	DF
17	46206.015240/2012-45	017164796	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	DF
18	46206.016588/2012-50	024260711	Conver Combustíveis Automotivos Ltda.	DF
19	46206.025044/2012-89	025129627	CTIS Tecnologia S.A.	DF
20	46206.016587/2012-13	024260703	Lubrificantes Gasol Indústria e Comércio Ltda.	DF
21	46206.016592/2012-18	024260754	Mitra Arquidiocesana de Brasília	DF
22	46206.016593/2012-62	017163269	Mitra Arquidiocesana de Brasília	DF
23	46208.006284/2011-83	020401019	Maria Teodora Castilho	GO
24	46223.007582/2011-01	020093047	Carrel Engenharia Ltda.	MA
25	46223.007583/2011-47	020093039	Carrel Engenharia Ltda.	MA
26	46223.007584/2011-91	020093055	Carrel Engenharia Ltda.	MA
27	46223.007585/2011-36	020093021	Carrel Engenharia Ltda.	MA
28	46223.007588/2011-70	020093063	Carrel Engenharia Ltda.	MA
29	46243.000885/2010-75	022195360	2 RL Comércio de Indústria de Bombas Hidráulicas Ltda.	MG
30	47747.004537/2010-69	024092010	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática Ltda.	MG
31	47747.006693/2011-45	022244220	ArcelorMittal Brasil S.A.	MG
32	46245.004040/2010-39	024028630	Banco ABN AMRO Real S.A.	MG
33	46240.000234/2012-77	022486461	Bati Bokas 2 Restaurante Ltda.	MG
34	46240.000235/2012-11	022486470	Bati Bokas 2 Restaurante Ltda.	MG
35	46243.001811/2011-37	022480455	Binotto S.A. Logística Transporte e Distribuição	MG
36	46237.000041/2010-11	019636083	Catuaba Cristal Ltda.	MG
37	46237.000042/2010-58	019636113	Catuaba Cristal Ltda.	MG
38	46237.000043/2010-01	019636105	Catuaba Cristal Ltda.	MG
39	46243.001167/2008-00	014701391	Central Beer Ltda.	MG
40	46243.001168/2008-46	014701383	Central Beer Ltda.	MG
41	46243.001170/2008-15	014701375	Central Beer Ltda.	MG
42	47747.001833/2013-51	200.331.230	Chopplandia Ltda.	MG
43	47747.001844/2013-31	200.332.406	Chopplandia Ltda.	MG
44	46243.001485/2011-68	022281614	Cia. São Geraldo de Viação	MG
45	46234.001463/2011-15	022267255	CJ - Consultora Juliana Ltda.	MG
46	47747.006178/2010-84	021927693	Condomínio do Edifício San Diego	MG
47	47747.006179/2010-29	021927715	Condomínio do Edifício San Diego	MG
48	47747.005306/2011-53	022446214	Condomínio do Shopping Center de Belo Horizonte	MG
49	47747.000645/2012-24	022507388	Copil Construtora Piranguinhos Ltda.	MG
50	47747.000646/2012-79	022507396	Copil Construtora Piranguinhos Ltda.	MG
51	47747.000647/2012-13	022507400	Copil Construtora Piranguinhos Ltda.	MG
52	47747.009509/2009-02	019495714	Desenvolvedores Informática Ltda.	MG
53	47747.0095208/2009-50	019495706	Desenvolvedores Informática Ltda.	MG
54	46243.000750/2011-91	022280308	Frigorifico Alvorada Ltda.	MG
55	46504.000579/2012-82	022521852	Gerdau Açominas S.A.	MG
56	46504.000596/2012-10	022521720	Gerdau Açominas S.A.	MG
57	46504.000597/2012-64	022521739	Gerdau Açominas S.A.	MG
58	46504.000598/2012-17	022522018	Gerdau Açominas S.A.	MG
59	46504.000599/2012-53	022522026	Gerdau Açominas S.A.	MG
60	46504.000600/2012-40	022522000	Gerdau Açominas S.A.	MG
61	46504.000601/2012-94	022521690	Gerdau Açominas S.A.	MG
62	46504.000602/2012-39	022521682	Gerdau Açominas S.A.	MG
63	46504.000603/2012-83	022522050	Gerdau Açominas S.A.	MG
64	46504.000604/2012-28	022522085	Gerdau Açominas S.A.	MG
65	46504.000605/2012-72	022521674	Gerdau Açominas S.A.	MG
66	46504.000606/2012-17	022521666	Gerdau Açominas S.A.	MG
67	47747.006187/2011-56	022446818	Global Serviços de Cobrança Ltda.	MG
68	47747.007378/2011-35	02413710	Henrique & Henrique Engenharia Ltda.	MG
69	47747.007379/2011-80	024137928	Henrique & Henrique Engenharia Ltda.	MG
70	47747.007381/2011-59	024137871	Henrique & Henrique Engenharia Ltda.	MG
71	46241.000896/2009-31	019692951	Industrial Pedra Azul Ltda.	MG
72	46241.000897/2009-86	019692960	Industrial Pedra Azul Ltda.	MG
73	46241.000898/2009-21	019692978	Industrial Pedra Azul Ltda.	MG
74	46243.000396/2012-85	022433872	Isel Usinagem e Mecânica em Geral Ltda.	MG
75	464580.000129/2011-24	022311335	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
76	46480.000085/2011-32	022147675	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
77	46480.000087/2011-21	022147713	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
78	46480.000088/2011-76	022147683	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
79	46480.000089/2011-11	022233822	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
80	46480.000091/2011-90	022310380	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
81	46480.000092/2011-34	022233776	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

82	46480.000094/2011-23	022147705	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
83	46480.000095/2011-78	022310410	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
84	46480.000096/2011-12	022148019	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
85	46480.000097/2011-67	022148027	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
86	46480.000102/2011-31	022233873	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
87	46480.000103/2011-86	022311297	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
88	46480.000104/2011-21	022312293	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
89	46480.000105/2011-75	022312323	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
90	46480.000106/2011-10	022310398	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
91	46480.000107/2011-64	022292195	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
92	46480.000108/2011-17	022233814	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
93	46480.000109/2011-53	022233849	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
94	46480.000110/2011-88	022233792	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
95	46480.000119/2011-99	022311327	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
96	46480.000120/2011-13	022312307	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
97	46480.000121/2011-68	022312331	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
98	46480.000122/2011-11	022311300	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
99	46480.000123/2011-57	022310371	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
100	46480.000130/2011-59	022233857	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
101	46480.000131/2011-01	022312358	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
102	46480.000132/2011-48	022233768	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
103	46480.000135/2011-81	022292217	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
104	46480.000271/2011-71	022077804	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. - EPP	MG
105	46480.000098/2011-10	022147721	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
106	46480.000099/2011-56	022147756	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
107	46480.000100/2011-42	022310436	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
108	46480.000124/2011-00	022292209	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
109	46480.000125/2011-46	022233581	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
110	46480.000126/2011-91	022312285	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
111	46480.000127/2011-35	022311319	Lufi Mineração e Beneficiamento Ltda. EPP	MG
112	46245.001176/2011-78	022161600	Marsan Artigos para Festa Ltda.	MG
113	47747.002698/2012-80	022537880	MRV Engenharia e Participações S.A.	MG
114	46243.001884/2011-29	022361960	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
115	46243.001885/2011-73	022361979	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
116	46243.001886/2011-18	022361987	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
117	46243.001887/2011-62	022361995	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
118	46243.001888/2011-15	022362002	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
119	46243.001925/2011-87	024138266	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
120	46243.001926/2011-21	024138274	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
121	46243.001927/2011-76	024138282	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
122	46243.001928/2011-11	024138290	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
123	46243.001929/2011-65	024138304	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
124	46243.001930/2011-90	024138312	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
125	46243.001931/2011-34	024138320	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
126	46243.001932/2011-89	024138339	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
127	46243.001933/2011-23	024138347	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
128	46243.001934/2011-78	024138797	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
129	46243.001935/2011-12	024138800	Plena Indústria Metalúrgica Ltda.	MG
130	46504.001819/2011-85	022466231	Samarco Mineração S.A.	MG
131	46504.001820/2011-18	022466240	Samarco Mineração S.A.	MG
132	46242.001159/2011-61	022328289	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
133	46242.001160/2011-95	022353798	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
134	46242.001161/2011-30	022353801	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
135	46242.001162/2011-84	022329048	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
136	46242.001163/2011-29	022353780	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
137	46242.001167/2011-15	022087907	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
138	46242.001172/2011-10	022354549	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
139	46242.001173/2011-64	022354557	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
140	46242.001174/2011-17	022354565	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
141	46242.001175/2011-53	022354573	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
142	46238.000327/2012-41	022047670	Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Patos de Minas I - SPE Ltda.	MG
143	47747.006289/2011-71	021943311	Tripoli Comércio Ltda.	MG
144	47747.006290/2011-04	021943303	Tripoli Comércio Ltda.	MG
145	47747.006291/2011-41	021943281	Tripoli Comércio Ltda.	MG
146	46242.000256/2012-17	024123668	Usina Caeté S.A. - Unidade Delta	MG
147	46242.000257/2012-61	022493590	Usina Caeté S.A. - Unidade Delta	MG
148	46242.000258/2012-14	022323805	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
149	46242.000260/2012-85	022323830	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
150	46242.000261/2012-20	022126686	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
151	46242.000262/2012-74	022126694	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
152	46242.000263/2012-19	022126708	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
153	46242.000265/2012-16	024123633	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
154	46242.000270/2012-11	024120693	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
155	46242.000277/2012-32	024120669	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
156	46242.000281/2012-09	022493565	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
157	46242.000283/2012-90	022493573	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
158	46242.000285/2012-89	022323783	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
159	46242.000287/2012-78	022493557	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
160	46242.000289/2012-67	022323848	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
161	46242.001288/2012-12	022493581	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	MG
162	47747.003909/2012-00	022539409	V & M do Brasil S.A.	MG
163	47747.003910/2012-26	022539417	V & M do Brasil S.A.	MG
164	47747.003911/2012-71	022539425	V & M do Brasil S.A.	MG
165	47747.003912/2012-15	022539433	V & M do Brasil S.A.	MG
166	47747.003934/2012-85	024132420	V & M do Brasil S.A.	MG
167	47747.003936/2012-74	024132411	V & M do Brasil S.A.	MG
168	46241.001611/2011-02	022440585	VRG Linhas Aéreas S.A.	MG
169	47747.000280/2012-38	022503102	Yakult S.A. Indústria e Comércio	MG
170	46312.002560/2013-17	012292968	Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda.	MS
171	46312.002591/2013-60	012252689	Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda.	MS
172	46300.000997/2012-66	018197795	Energética Santa Helena S.A.	MS
173	46300.001534/2013-01	012252832	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
174	46300.001536/2013-91	012252841	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
175	46300.001537/2013-36	012252824	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
176	46300.001540/2013-50	012252794	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
177	46300.001542/2013-49	012252883	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
178	46300.001543/2013-93	012252891	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
179	46300.001552/2013-84	012252972	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
180	46300.001556/2013-62	012253014	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
181	46300.001567/2013-42	012253120	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
182	46300.001573/2013-08	012253189	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
183	46300.001574/2013-44	012253197	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
184	46300.001581/2013-46	012253260	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
185	46300.001585/2013-24	012253308	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
186	46300.001586/2013-79	012253316	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
187	46300.001587/2013-13	012253324	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
188	46300.001588/2013-68	012253332	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
189	46300.001589/2013-11	012253341	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
190	46300.001592/2013-26	012253375	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
191	46300.001594/2013-15	012253391	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
192	46300.001596/2013-12	0122534413	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
193	46300.001597/2013-59	012253421	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
194	46300.001598/2013-01	012253430	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
195	46300.001599/2013-48	012253448	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
196	46300.001603/2013-78	012253481	Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.	MS
197	46306.000389/2010-30	019899637	Erillon Rodrigo Fagundes de Freitas e Cia. Ltda.	MT
198	46306.000390/2010-64	019899629	Erillon Rodrigo Fagundes de Freitas e Cia. Ltda.	MT
199	46210.003530/2009-81	018776353	Ótica Matiz Ltda.	MT
200	46210.003531/2009-26	018776345	Ótica Matiz Ltda.	MT
201	46210.003533/2009-15	018776370	Ótica Matiz Ltda.	MT
202	46210.002438/2009-02	019159994	Perdigão Agroindustrial S.A.	MT
203	46213.014874/2007-24	016849833	Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife	PE
204	46213.017546/2008-61	016834135	Interiorana Serviços e Construções Ltda.	PE
205	46213.016631/2007-21	016853806	Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.	PE
206	46213.016633/2007-10	016853997	Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.	PE
207	46214.005751/2007-51	014135990	Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN	PI
208	46214.003991/2010-58	018249990	Construtora Guadalupe e Empreendimentos Ltda.	PI
209	46214.005366/2009-15	018239935	M. E. Coelho de Sá ME	PI
210	46214.003793/1999-17	003796485	Sistema Meio Norte de Comunicações Ltda.	PI
211	46228.002034/2008-31	015180166	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool	RJ
212	46205.003121/2012-50	021294755	Jorge F. Saad (Locaban)	RJ
213	46871.001509/2010-00	023025565	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
214	46871.001510/2010-26	023025573	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
214	46871.001511/2010-71	023025581	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
215	46871.001513/2010-60	023025603	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
216	46871.001514/2010-12	023025611	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
217	46871.001515/2010-59	023025620	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
218	46871.001516/2010-01	023025638	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
219	46871.001518/2010-92	023025654	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
220	46871.001519/2010-37	023025662	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
221	46871.001520/2010-61	023025670	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
222	46871.001524/2010-40	023025719	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
223	46871.001525/2010-94	023025727	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
224	46871.001526/2010-39	023025735	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
225	46871.001527/2010-83	023025743	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
226	46871.001529/2010-72	023025760	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
227	46871.001530/2010-05	023025778	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
228	46871.001531/2010-41	023025786	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
229	46871.001532/2010-96	023025794	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
230	46871.001533/2010-31	023025808	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
231	46871.001534/2010-85	023025816	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
232	46871.001535/2010-20	023025824	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
233	46871.001536/2010-74	023025832	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. ME	RJ
234	46215.112985/2010-81	023118229	Nextel Telecomunicações Ltda.	RJ
235	46215.112987/2010-70	023118202	Nextel Telecomunicações Ltda.	RJ
236	46215.113171/2010-63	023024011	Nextel Telecomunicações Ltda.	RJ
237	46215.113761/2010-96	023024097	Nextel Telecomunicações Ltda.	RJ
238	46232.004716/2010-33	023100648	Plenaplan Serviços de Terraplenagens Ltda.	RJ
239	46232.004717/2010-88	023100656	Plenaplan Serviços de Terraplenagens Ltda.	RJ
240	46232.004718/2010-22	023100664	Plenaplan Serviços de Terraplenagens Ltda.	RJ
241	47427.002170/2010-61	020050755	Trans-Expert Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	RJ
242	46217.006526/2010-49	018361544	JMT Service Locaçao de Mão de Obra Ltda.	RN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

243	46617.004184/2010-10	019966377	Alberto Pasqualini - Refap S.A.	RS
244	4617.002335/2011-86	002181967	ASM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RS
245	46617.002334/2011-31	002181975	ASM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RS
246	46617.002336/2011-21	002181959	ASM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RS
247	46617.012954/2011-89	023617721	Brasilata S.A. Embalagens Metálicas	RS
248	46617.012955/2011-23	023617730	Brasilata S.A. Embalagens Metálicas	RS
249	46617.012956/2011-78	023617748	Brasilata S.A. Embalagens Metálicas	RS
240	4617.003165/2012-38	023703466	Osnei Elio Turski	RS
241	46617.005758/2011-58	023563036	Rio Grande Energia S.A.	RS
242	46220.003135/2011-02	020714548	Arthur Lundgren Tecidos S.A.	SC
243	46220.004299/2011-49	020819048	Companhia Melhoramentos da Capital - Comcap	SC
244	46220.004300/2011-35	020819030	Companhia Melhoramentos da Capital - Comcap	SC
245	47620.000245/2011-64	016246314	Frame Madeiras Especiais Ltda.	SC
246	46220.001311/2011-63	020670559	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	SC
247	46220.002200/2011-74	016226925	H G Têxtil Ltda.	SC
248	46301.002050/2011-07	020688091	Janete Rauber ME	SC
249	46220.002237/2011-01	020831919	Pesqueira Pioneira da Costa S.A.	SC
250	46221.007492/2011-21	017970938	TW Construções Ltda. - ME	SE
251	46473.002367/201-63	023911263	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
252	46473.002368/2011-16	023911280	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
253	46473.002369/2011-52	023909250	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
254	46473.002370/2011-87	023911271	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
255	46473.011356/2008-79	015760723	Ângelo Amato Vincenzo de Paola	SP
256	46473.007990/2011-11	021427143	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
257	46473.001050/2011-18	023907924	BMA Comercial Ltda.	SP
258	46473.003777/2011-21	023913150	Casa de Saúde Santa Rita S.A.	SP
259	46472.003858/2010-51	019399723	Fundação Zerbini	SP
260	46472.003859/2010-03	019399715	Fundação Zerbini	SP
261	46473.002640/2012-31	021423423	Hospitalita - Atendimento Domiciliar em Saúde Ltda.	SP
262	46473.003379/2012-96	023811986	Office Shopping Propaganda S/C Ltda.	SP
263	46473.002393/2012-72	015763943	Raizen Combustíveis S.A.	SP
264	46473.007811/2011-37	021426430	RGB Restaurante Ltda.	SP
265	46473.007810/2011-92	021426449	RGB Restaurantes Ltda.	SP
266	46473.007814/2011-71	021426473	RGB Restaurantes Ltda.	SP
267	46473.007815/2011-15	021426457	RGB Restaurantes Ltda.	SP
268	46256.003569/2011-97	019836210	Vesato Construtora Ltda.	SP
269	46256.003648/2011-06	019838387	Vesato Construtora Ltda.	SP
270	46256.003649/2011-42	019837429	Vesato Construtora Ltda.	SP
271	46256.003650/2011-77	019837437	Vesato Construtora Ltda.	SP
272	46256.003651/2011-11	019837445	Vesato Construtora Ltda.	SP
273	46256.003651/2011-11	019837445	Vesato Construtora Ltda.	SP
274	46256.003652/2011-66	019837453	Vesato Construtora Ltda.	SP
275	46256.003654/2011-55	019837470	Vesato Construtora Ltda.	SP
276	46256.003655/2011-08	019837488	Vesato Construtora Ltda.	SP
277	46256.003656/2011-44	019837496	Vesato Construtora Ltda.	SP
278	46256.003657/2011-99	019837500	Vesato Construtora Ltda.	SP
279	46256.003658/2011-33	019838263	Vesato Construtora Ltda.	SP
280	46256.003663/2011-46	019838271	Vesato Construtora Ltda.	SP
281	46256.003664/2011-91	019838280	Vesato Construtora Ltda.	SP
282	46256.003665/2011-35	019838298	Vesato Construtora Ltda.	SP
283	46256.003667/2011-24	019838310	Vesato Construtora Ltda.	SP
284	46256.003668/2011-79	019838328	Vesato Construtora Ltda.	SP
285	46256.003669/2011-13	019838336	Vesato Construtora Ltda.	SP
286	46256.003670/2011-48	019838344	Vesato Construtora Ltda.	SP
287	46256.003722/2011-86	019838723	Vesato Construtora Ltda.	SP
288	4267.002195/2011-63	021707200	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
289	46267.000394/2012-18	023845074	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
290	46267.002192/2011-20	021707308	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
291	46267.002193/2011-74	021707332	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
292	46267.002194/2011-19	021707340	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
293	46267.002196/2011-16	021707219	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
294	46267.002198/2011-05	021707235	Wood Work Ind. e Comércio de Pré-Frezado e Componentes para Calçados Ltda. ME	SP
295	46226.006463/2011-01	018482198	Banco Bradesco S.A.	TO
296	46226.012593/2012-55	018492878	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
287	46226.012596/2012-99	018492924	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
298	46226.012598/2012-88	018492916	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
299	46226.012600/2012-19	018492894	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
300	46226.012601/2012-63	018492886	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
301	46226.012602/2012-16	018492771	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
302	46226.012603/2012-52	018492851	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
303	46226.012605/2012-41	018492835	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
304	46226.012606/2012-96	018492827	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
305	46226.012607/2012-31	018492819	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
306	46226.012609/2012-20	018492797	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO
307	46226.012610/2012-54	018492789	Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.008954/2010-75	506.430.812	Laurimar Vinhote de Souza	AM
2	46202.008955/2010-10	100.173.624	Laurimar Vinhote de Souza	AM
3	47747.009510/2009-29	506.337.375	Desenvolvedores Informática Ltda.	MG
4	46241.000924/2009-11	100.146.635	Industrial Pedra Azul Ltda.	MG
5	46218.002844/2011-10	506.462.617	ASM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RS
6	46218.002845/2011-56	100.184.651	ASM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RS
7	46254.001888/2012-69	506.621.961	Frigorifico Vangelio Mondelli Ltda.	SP
8	46472.003860/2010-20	506.384.829	Fundação Zerbini	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.006180/2010-53	021927707	Condomínio do Edifício San Diego	MG
2	47747.006181/2010-06	021927723	Condomínio do Edifício San Diego	MG
3	47747.00644/2012-80	022507370	Copil Construtora Piranguinhos Ltda.	MG
4	46210.002985/2009-80	019173016	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	MT
5	46871.001512/2010-15	023025590	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda ME	RJ
6	46871.001528/2010-28	023025751	Lojas Mak's Comércio de Artigos do Vestuário Ltda ME	RJ
7	46473.008494/2008-71	015765261	Ângelo Amato Vincenzo de Paola	SP
8	46473.009703/2007-12	015759369	Booz Allen Hamilton Consultores Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.007239/2010-36	019754892	Localcred Meval Assessoria e Cobrança Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.008088/2007-05	505.963.019	HKS Serviços de Vigilância Ltda.	BA
2	46205.006736/2010-76	506.396.983	Copy Systems Sistemas Gráficos Ltda. ME	CE
3	46205.006737/2010-11	100.165.583	Copy Systems Sistemas Gráficos Ltda. ME	CE
4	46219.011845/2005-99	505.498.707	Centro Educacional Julio Verne S/C Ltda.	SP
5	46269.000325/2008-16	100.112.153	Ideal Luminosos do Brasil Ltda.	SP

1.4 Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46201.000553/2011-68	017304636	V2 Construções Ltda.	AL
2	46208.009769/2010-48	020341504	Matinha Multimarcas e Serviços Ltda.	GO
3	46208.009770/2010-72	020341512	Matinha Multimarcas e Serviços Ltda.	GO
4	46208.004366/2011-93	020354886	Mineração HP Ltda.	GO
5	46617.009243/2011-27	019330979	Costa Pinho e Cia. Ltda.	RS
6	46617.009244/2011-71	019330961	Costa Pinho e Cia. Ltda.	RS
7	46617.010325/2011-14	023570431	Costa Pinho e Cia. Ltda.	RS
8	46220.002882/2011-15	020664974	Havan Lojas de Departamentos Ltda.	SC
9	46254.001146/2012-33	017418399	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
10	46254.001147/2012-88	017418402	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
11	46254.001148/2012-22	017418453	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
12	46254.001149/2012-77	017418411	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
13	46254.001150/2012-00	017418429	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
14	46254.001151/2012-46	017418437	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
15	46254.001152/2012-91	017418445	Avicola 3 Irmãos de Bariri Ltda. ME	SP
16	46254.000791/2012-39	024176710	Estoril Churrascaria e Restaurante Ltda.	SP
17	46254.000792/2012-83	024176702	Estoril Churrascaria e Restaurante Ltda.	SP
18	46254.000794/2012-72	024176516	Estoril Churrascaria e Restaurante Ltda.	SP
19	46254.001381/2012-13	024177806	Estoril Churrascaria e Restaurante Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46281.001049/2007-56	505.927.748	Escola Yac de Ensino Fundamental Ltda.	BA
2	46208.000805/201-70	506.584.615	Pastifício Araguaia Ltda.	GO
3	46262.004264/2012-02	200.029.568	Brademaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. EPP	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.006509/2011-61	017345324	Hospital Ortopédico de Maceio	AL
2	46201.006510/2011-96	017345332	Hospital Ortopédico de Maceio	AL
3	46201.006511/2011-31	017345341	Hospital Ortopédico de Maceio	AL
4	46201.006512/2011-85	017345359	Hospital Ortopédico de Maceio	AL
5	46551.000335/2010-72	024057843	Comercial Supermor Ltda.	MG
6	46236.000643/2010-71	021909660	Plantão Serviços de Vigilância Ltda.	MG
7	46210.000926/2008-96	018035281	Solidez Transportes Ltda.	MT
8	46297.000256/2012-81	018604072	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
9	46214.005091/2011-26	018274790	Sandra Siomaria Santana	PI
10	46317.002187/2011-84	023371978	Medeiros Aquicultura Ltda.	PR
11	46215.011462/2011-07	023235691	C & A Modas Ltda.	RJ
12	46215.012997/2011-97	023205938	De Millus S.A. Indústria e Comércio	RJ
13	46215.012998/2011-31	023205920	De Millus S.A. Indústria e Comércio	RJ
14	46215.006819/2011-27	023182377	Moderatto Materiais de Construção Ltda.	RJ
15	46215.043667/2011-43	022908374	Rio Mix Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	RJ
16	46215.043669/2011-32	022908285	Rio Mix Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	RJ
17	46215.043681/2011-47	022908293	SNL Indústria e Comércio Têxtil Ltda.	RJ
18	46215.043686/2011-70	022908315	SNL Indústria e Comércio Têxtil Ltda.	RJ
19	46215.107576/2010-62	022936858	Supermercados Zona Sul S.A.	RJ
20	46216.005133/2011-17	022731733	Jefferson L. Pasa & Cia. Ltda.	RO
21	46473.004676/2011-78	023913720	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
22	46473.004677/2011-12	023904518	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
23	46473.004678/2011-67	023904542	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
24	46473.004679/2011-10	023904534	Alpes Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47747.007995/2010-50	506.439.488	Dalmonte Prestação de Serviços de Montagem de Estruturas Metalicas Ltda.	MG

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000078/2012-19	017347203	Pousada Marahuab Ltda. ME	AL
2	46201.000077/2012-66	017347190	Yoshida & Bloisi Restaurante Ltda. ME	AL
3	46208.005205/2012-06	020467303	Assemp Gestão Empresarial Ltda.	GO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4	46290.001025/2012-55	020442432	Ferreira Serviços de Limpeza, Transportes e Comércio de Petróleo Ltda.	GO
5	46208.010811/2011-54	020411014	João Eduardo Pereira de Almeida	GO
6	47747.008074/2010-12	021913846	Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais - AEBMG	MG
7	47747.00873/2010-60	021913838	Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais	MG
8	46213.014229/2009-73	016907990	MS Gomes Facunde - ME	PE
9	46297.000245/2012-00	018603963	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
10	46297.000246/2012-46	018603971	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
11	46297.000247/2012-91	018603980	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
12	46297.000248/2012-35	018603998	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
13	46297.000249/2012-80	018604005	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
14	46297.000257/2012-26	018604081	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
15	46297.000258/2012-71	018604099	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
16	46297.000260/2012-40	018604111	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
17	46297.001261/2012-94	018604129	Poupec Plus Participações Ltda.	PE
18	46215.013517/2011-13	023233389	Agro Química São Gabriel S.A.	RJ
19	46230.004856/2011-11	023203617	Carta Goiás e Comércio de Papéis Ltda.	RJ
20	46215.002689/2011-53	023111933	Casa e Vídeo Rio de Janeiro Ltda.	RJ
21	46215.013019/2011-62	023034904	Estaleiro Cassinu Ltda.	RJ
22	46215.013020/2011-97	023034912	Estaleiro Cassinu Ltda.	RJ
23	46666.003026/2008-42	015197476	Fundação Hospital Maternidade Santa Therezinha	RJ
24	46215.013380/2011-99	020035691	Hospital Norte D'or de Cascadura Ltda.	RJ
25	46871.000413/2011-05	023029420	Ibeg - Imbé Engenharia Ltda.	RJ
26	46215.006818/2011-82	023238518	Moderatto Materiais de Construção Ltda.	RJ
27	46215.006748/201-43	022891153	Nova Rio Serviços Gerais Ltda.	RJ
28	46215.037132/2011-33	023128909	Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A.	RJ
29	46215.007500/2011-19	023034424	Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura - SUESC	RJ
30	46215.007505/2011-41	023034378	Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura - SUESC	RJ
31	46215.038011/2011-17	023070129	VMS Serviços e Empreendimentos Ltda.	RJ
32	46617.007121/2012-87	023778296	Centro de Formação de Condutores de Canguçu Ltda.	RS
33	466617.007118/2012-63	023576995	Centro de Formação de Condutores de Canguçu Ltda.	RS
34	46617.006320/2011-97	023591781	EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda.	RS
35	46617.006321/2011-31	023591790	EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda.	RS

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46213.001385/2006-21	505.638.975	Condomínio do Edifício Bosque de Lyon	PE
2	46218.007696/2011-11	506.488.284	EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda.	RS
3	46218.008798/2011-54	100.195.423	EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda.	RS
4	46473.009704/2007-67	505.994.747	Booz Allen Hamilton Consultores Ltda.	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.007185/2009-60	019692358	Construtora Épora Ltda.	MG
2	46239.000405/2010-35	019639503	Instituto Educacional Meta Ltda.	MG
3	46245.001587/2010-82	022002405	José Geraldo Pereira	MG
4	47747.002860/2010-06	014845989	L/MG-600 Serviços de Limpeza Ltda.	MG
5	47747.007421/2009-48	019694326	Linea Obras & Construções Ltda.	MG
6	46245.001279/2010-57	022006362	Manufatura de Estojos Baldi Ltda.	MG
7	46247.000096/2010-02	019657609	Teixeira e Chaves Ltda.	MG
8	46617.006322/2011-86	023591773	EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda.	RS

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47747.006874/2010-91	506.429.423	ACR Contábil Ltda.	MG
2	46239.000610/2010-09	506.382.672	Conel Serviços e Obras Ltda.	MG
3	47747.007191/2009-17	100.147.313	Construtora Epura Ltda.	MG
4	46240.001755/2010-80	100.173.420	Fanuel Materiais de Saneamento Ltda.	MG
5	46502.000085/2010-56	506.353.362	Fraile Promoções Empreendimentos Editoração Ltda.	MG
6	46239.001990/2009-57	100.154.778	Indústria de Calçados 3 Irmãos Ltda.	MG
7	46241.000923/2009-76	506.290.263	Industrial Pedra Azul Ltda.	MG
8	47747.002538/2010-79	506.375.641	Ki Pão Bom Ltda.	MG
9	47747.002861/2010-42	506.376.737	L/MG-600 Serviços de Limpeza Ltda.	MG
10	46551.000038/2012-99	506.582.884	Luciane do Carmo Dias - ME	MG
11	46237.001335/2011-33	506.532.631	Rádio Sociedade Caratinga Ltda.	MG
12	47747.004392/2009-62	506.247.490	S.A. Tubonal	MG
13	47747.007303/2010-73	506.435.288	Sarmento e Paiva Comércio de Roupas Ltda.	MG
14	47747.000167/2010-91	506.349.497	Theorema Assessoria Contabil Ltda.	MG
15	46222.010184/2006-14	505.772.728	R S Monteiro Comércio - ME	PA
16	46317.000194/2012-51	506.577.449	João Rodrigues Fernandes ME	PR
17	47533.006358/2012-33	705.050.904	Marie Malurice Kamilos Hakme - Confecções	PR
18	47747.007424/2009-81	506.295.818	Fundação Zerbini	SP
19	47999.004563/2002-15	505.072.670	Hotel Refúgio na Serra Ltda.	SP

3- Pelo arquivamento em razão de:

3.1- Incidência da prescrição prevista do art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.009461/2009-79	016554981	Energest S.A.	ES
2	46223.005345/2009-82	017574081	Maria J. Araújo	MA
3	46246.000384/2000-52	001020161	CSS - Consultoria Silva Sena Ltda.	MG
4	46246.000385/2000-15	001020153	CSS - Consultoria Silva Sena Ltda.	MG
5	46246.000386/2000-88	001020145	CSS - Consultoria Silva Sena Ltda.	MG
6	47747.007462/2003-49	009894420	Gutierrez Indústria do Churrasco Ltda.	MG
7	46243.001684/2010-95	024002518	Profarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos S.A.	MG
8	46243.001685/2010-30	024002526	Profarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos S.A.	MG
9	46213.022884/2004-91	009568077	Indústria e Com. Portofix Ltda. ME	PE
10	46213.009216/2006-30	013686666	Inexport - Importação e Exportação Ltda.	PE
11	46213.001465/2005-04	009565132	ITB - Indústria Técnica de Borracha Ltda.	PE
12	46295.003010/2005-52	002541769	Maria Zezinha de Lima Cordeiro	PE
13	46213.012945/2007-54	013682997	Pontes & Carvalho Confecções Ltda.	PE
14	46213.005381/2007-01	013695789	Signus Móveis & Utilidades Domésticas Ltda. - ME	PE
15	46213.010785/2007-17	016823028	Transportadora Pernambucana Ltda.	PE
16	33904.000182/2005-15	002557487	Urnas Master Ltda.	PE
17	46213.003109/2008-60	016866061	Usina Salgado S.A.	PE
18	46213.010912/2007-70	016823052	WCN Empreendimentos e Serviços Ltda.	PE
19	46215.041779/2000-15	001649973	ABC Supermercados S.A.	RJ
20	46314.018364/1999-26	001614011	Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. - Telerj	RJ
21	46473.009700/2007-89	015759334	Booz Allen Hamilton Consultores Ltda.	SP
22	46473.005519/2006-12	008438404	Clarus Consultoria Ltda.	SP
23	46473.005520/2006-47	006438412	Clarus Consultoria Ltda.	SP
24	46473.005650/2006-80	008438421	Clarus Consultoria Ltda.	SP
25	46473.008213/2006-18	013407911	Clarus Consultoria Ltda.	SP
26	46473.008214/2006-62	013407945	Clarus Consultoria Ltda.	SP
27	46473.008215/2006-15	013407929	Clarus Consultoria Ltda.	SP
28	46473.008216/2006-51	013407937	Clarus Consultoria Ltda.	SP
29	46473.008261/2006-14	013407988	Clarus Consultoria Ltda.	SP
30	46473.008262/2006-51	013407996	Clarus Consultoria Ltda.	SP
31	46250.004040/198-49	000643629	Cruzauto Cruzeiro Automóveis Ltda.	SP
32	46255.001719/2006-71	012049794	Irmãos Russi Ltda.	SP
33	47999.003225/2007-71	013670549	N.F.N. Brasil Serviços S/C Ltda.	SP
34	47999.002922/2004-61	012180301	Norte Capixaba Obras e Serviços Ltda.	SP
35	47999.002419/2005-97	011869828	Segvap Segurança do Vale do Paraíba S/C Ltda.	SP
36	46226.000177/2006-66	012217026	Socic Sociedade Comercial Irmão Claudino	TO
37	46226.002349/2006-36	012228397	V.F. Rocha Viana e Cia. Ltda.	TO
38	46226.002350/2006-61	012228401	V.F. Rocha Viana e Cia. Ltda.	TO

3.2- Incidência da prescrição prevista do art. 1º-A da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.005698/2004-76	010244476	Porto Seguro Armazéns Gerais Ltda.	ES
2	33904.000264/2004-71	002565234	J.M.B. Transporte e Locação de Veículos Ltda.	PE
3	46213.016171/2005-79	009565728	Port Line Agenciamento e Serviços Ltda.	PE
4	46213.000455/2005-43	009564110	SD Serviços e Soluções Tecnológicas Ltda.	PE
5	46736.001247/2005-62	008139610	Camargos Serviços Terceirização Ltda.	SP

3.3- Reformando a decisão de arquivamento.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46205.003436/2006-59	007713886	Antônio Hélio Lima da Silva	CE
2	46205.009183/2005-46	005291925	Antônio Hélio Lima da Silva	CE

3.3 - Remissão prevista no art. 14 da Lei 11.941/2009.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46215.023174/1994-43	1538360663	Garagem Benfica Ltda.	RJ

3.4- Incidência da prescrição trintenária

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.026662/1993-55	07277	Component Peças Plasti Mecânicas Ltda.	SP

ROBERTO CAVALCANTE LEÃO BORGES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 25 de março de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria nº. 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria nº. 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estutária dos sindicatos abaixo relacionados, em observância o 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46215.007785.2012-79
Entidade	Sindicato dos Empregados em Hotéis, Meios de Hospedagens e Gastronomia de Niterói.
CNPJ	30.132.815/0001-95
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 443/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria nº. 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria nº 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do sindicato abaixo relacionado, em observância o 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46212.003327-2012-91
Entidade	Sindicato Profissional dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Luiziana
CNPJ	09.169.570/0001-84
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 437/2014/CGRS/SRT/MTE

Processo	46871.002200/2011-18
Entidade	SISEMP- Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Celetistas e Estatutários, Ativos Inativos do Município de Porciúncula
CNPJ	39.217.914/0001-44
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 438/2014/CGRS/SRT/MTE

Processo	46223.000028/2011-94
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Centro do Guilherme/MA
CNPJ	00.483.912/0001-61
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 439/2014/CGRS/SRT/MTE

Processo	46223.001687/2012-29
Entidade	SINTRASEMBAC - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Barra do Corda/MA
CNPJ	11.923.285/0001-59
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 440/2014/CGRS/SRT/MTE

Processo	46222.002236/2012-19
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Altamira
CNPJ	14.256.765/0001-00
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 441/2014/CGRS/SRT/MTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo	46223.001851/2012-06
Entidade	SINDRACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde da Regional de Codó/MA
CNPJ	07.680.109/0001-66
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 442/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013."

Processo	46201.000969/2012-67
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, Analistas, Técnicos e Auxiliares de Contas de Alagoas - SINDICONTAS/AL
CNPJ	41.186.081/0001-43
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Alagoas
Categoria Profissional	Profissional dos Servidores efetivos, Ativos, Inativos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

Processo	46217.001965/2012-27
Entidade	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE BONES E CHAPEUS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SINDIBONES
CNPJ	14.984.612/0001-70
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio Grande do Norte
Categoria Econômica	Indústrias da Fabricação de Bonés e Chapéus do Estado do Rio Grande do Norte

Processo	46219.001735/2010-86
Entidade	SINSSP - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ	11.398.782/0001-85
Abrangência	Estadual
Base Territorial	São Paulo
Categoria Profissional	Categoria profissional dos trabalhadores públicos em instituições do seguro social e previdência social

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 20, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria MTE nº 714, de 05 de agosto de 1992 e Portaria nº 02, de 25 de março de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho, resolve:

Ar. 1º Aprovar a homologação do Plano de Cargos, Carreira e Salários da entidade INSPETORIA SALESIANA MISSIONÁRIA DA AMAZÔNIA, para aplicação nas seguintes Unidades: a) UNIDADE - LESTE DA FSDB-FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO - CNPJ 04.373.163/0007-66 e b) FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO CNPJ- 04.373.163/0103-03, conforme o que consta do processo 46202.000853/2014-80.

DERMILSON CARVALHO DAS CHAGAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 35, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, tendo em vista o que consta no Processo nº 46207.001639/2014-09, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada no DOU do dia 30 de maio de 2006, resolve

Art. 1º -Homologar o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Docente da mantida CENTRO EDUCACIONAL DE ARACRUZ, sediada à Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº 180, Centro, Aracruz/ES, CEP 29.194-910, inscrita no CNPJ sob o nº 27.450.709/0001-45, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER

PORTARIA Nº 36, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, tendo em vista o que consta no Processo nº 46207.001639/2014-09, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/Nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada no DOU do dia 30 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Carreira do Corpo Técnico-Administrativo e Operacional da FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA, sediada à Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº 180, Centro, Aracruz/ES, CEP 29.194-910, inscrita no CNPJ sob o nº 27.450.709/0001-45, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER

PORTARIA Nº 37, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n° 375, de 02 de março de 2014, publicada no D.O.U. em 24 de março de 2014 e em face do que consta no processo n° 47207.002517/2014-21, resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para funcionamento aos domingos e feriados civis e religiosos, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, CNPJ n° 76.490.184/0034-45, exclusivamente em relação às atividades consideradas no Relatório Técnico n° 000.042/14, emitido pelo INT, que apresentam necessidade de adoção de turnos ininterruptos, referente ao estabelecimento situado na Rodovia BR 101, Km 139, Fazenda Giuclube, s/nº, no Bairro Canivete, Linhares - ES, nos termos dos artigos 68 e 70 da Consolidação das Leis do Trabalho e as disposições da Lei 605, de 05/01/49.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na legislação em comento.

ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 155, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010 e considerando o que consta dos autos do Processo nº 46303.001382/2013-16, protocolado no dia 03/10/2013, resolve:

Conceder autorização à empresa FORFEST INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA-ME. inscrita no CNPJ sob o nº 08.266.046/0001-69, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Estrada Geral, Seis Marias, s/n, caixa postal 125, na cidade de Orleans (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 156 - Conceder autorização à empresa CONFECÇÕES CRISMAIRA LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob o nº 74.196.171/0001-74, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Patrimônio, 720, bairro Patrimônio, na cidade de Massaranduba (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46305.000050/2014-77, protocolado no dia 30/12/2013.

Nº 157 - Conceder autorização à empresa PORCELANAS INDUSTRIAIS GERMER S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 86.378.189/0001-76, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Navegantes, 196, bairro Quintino, na cidade de Timbó (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46305.002443/2013-34, protocolado no dia 16/12/2013.

Nº 158 - Conceder autorização à empresa VALPARAÍSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 73.258.386/0001-00, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Antonio Zendron, 625, bairro Valparaíso, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46305.000011/2014-70, protocolado no dia 09/01/2014.

ALBERTO ROBERGE CAUSS

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 159 - Conceder autorização à empresa STAR LUCK LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.396.670/0001-02, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Ladeira, Serra Geral, 19, bairro Canta Galo, na cidade de Rio do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.007259/2013-11, protocolado no dia 22/11/2013.

Nº 160 - Conceder autorização à empresa FIOBRAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.475.188/0001-97, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dr. Blumenau, 2725, bairro Encano, na cidade de Indaial (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46305.002403/2013-92, protocolado no dia 19/12/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 161 - Conceder autorização à empresa SOMELOS TECIDOS BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.875.138/0001-22, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Alberto Muller, 4887, na cidade de Brusque (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.007443/2013-61, protocolado no dia 12/12/2013.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 27 de março de 2014

Processo ANTT nº 50500.122460/2013-58.
Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Assunto: Concessão para Exploração de Trechos de Rodovias Federais. Despacho: Considerando a Nota Técnica emitida pelo Departamento de Concessões da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e a manifestação emitida pela Consultoria Jurídica, e tendo em vista o disposto no inciso III do §8º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e na Portaria MT nº 106, de 26 de julho de 2013, resolvo:

1. Aprovar o Plano de Outorga apresentados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que visa à concessão para exploração da Rodovia BR-153/TO/GO, no trecho entre Anápolis e Aliança do Tocantins, compreendendo a extensão de 624,8 km.

2. Tornar sem efeito a aprovação do item 2 do Despacho de 30 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2013, Seção 1, página 114.

3. Alterar, na forma abaixo, a tabela constante do Despacho de 29 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2013, Seção 1, página 108, que aprovou os valores devidos, a título de ressarcimento, pelos estudos técnicos preparatórios para a concessão das rodovias BR-101/BA, BR-262/ES/MG, BR-060/153/262 DF/GO/MG, BR-050/MG/GO, BR-163/MS, BR-163/MT e BR-153/TO/GO:

CONCESSÃO	Extensão (km)	Valor (R$)
BR-101/BA	772,3	R$ 5.281.406,00
BR-262/ES/MG	375,6	R$ 2.568.556,38
BR-060/153/262 DF/GO/MG	1.176,5	R$ 8.045.544,69
BR-050/MG/GO	436,6	R$ 2.985.707,45
BR-163/MS	847,2	R$ 5.793.612,80
BR-163/MT	850,9	R$ 5.818.915,41
BR-153/TO/GO	624,8	R$ 4.272.721,06
TOTAL	5.083,9	R$ 34.766.463,79

CÉSAR BORGES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

DELIBERAÇÃO Nº 49, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 023, de 13 de março de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.088951/2007-14, delibera:

Art. 1º Aprovar o novo Regulamento da Revista ANTT, anexo à Deliberação nº 70, de 1º de abril de 2009, que passa a vigorar conforme texto anexo da presente Deliberação.

Art. 2º Alterar os arts. 3º e 4º da Deliberação nº 70, de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A revista da ANTT terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Núcleo Editorial; e

II - Corpo Técnico." (NR)

"Art. 4º Os membros que comporão a estrutura de que trata o inciso I do art. 3º serão indicados nos termos do referido regulamento e nomeados por ato do Diretor-Geral." (NR)

Art. 3° Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art. 1º da Deliberação nº 63, de 17 de março de 2010.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

REGULAMENTO DA REVISTA ANTT

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO DA REVISTA

Art. 1º A Revista ANTT é uma publicação técnico-científica da Agência Nacional de Transportes Terrestres, registrada com o ISSN (International Standard Serial Number)2177-6571 em formato eletrônico e ISSN 2176-2597 na versão impressa, publicada no website http://www.antt.gov.br/revistaantt e em volume impresso.

§ 1º A publicação da Revista ANTT dar-se-á semestralmente, podendo tal periodicidade ser alterada a critério do Núcleo Editorial.

§ 2º Além da divulgação eletrônica, a Revista ANTT estará disponível para impressão, sendo vedada a sua comercialização.

Art. 2º A Revista ANTT é de acesso livre e gratuito.

Art. 3º Os documentos, trabalhos e textos de cada publicação serão inseridos nas seguintes seções:

I - Artigos, classificados em três tipos:

a) Especiais: solicitados a profissionais renomados sobre os temas de interesse do setor de transportes terrestres e da própria ANTT;

b) Técnico-científicos: trabalhos de natureza técnico-científica de caráter original, que não tenham sido submetidos para publicação em qualquer outro veículo de divulgação; e

c) Resenhas Bibliográficas: análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, editados no Brasil ou no exterior, reconhecidos como sendo de interesse para o conhecimento dos transportes e áreas associadas.

II - Entrevistas: consiste em opiniões de profissionais gabaritados referentes a temas de interesse da ANTT, com o intuito de esclarecer diferentes perspectivas e experiências vividas; e

III - Reportagens: seção de conteúdo jornalístico, contendo interpretação e discussão de situações em perspectivas atuais, permitindo que o leitor enriqueça seu entendimento acerca do tema proposto.

§ 1° Enquadram-se na seção prevista no inciso III deste artigo relatos breves das atividades realizadas durante congressos, simpósios, seminários e outros tipos de eventos na área de transportes, analisando os principais acontecimentos e apresentando um sumário das conclusões mais importantes.

§ 2° Se não houver trabalhos enquadráveis em uma das seções, esta será suprimida, sem prejuízo das demais.

Art. 4º O financiamento da Revista ANTT é de responsabilidade desta Agência, que especificará, anualmente, dotação orçamentária para este fim.

Parágrafo único. O Núcleo Editorial da Revista ANTT poderá aceitar auxílio financeiro de entidades públicas para fins de incentivo a difusão do conhecimento técnico científico e publicação da revista.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos da Revista ANTT:

I - divulgar e publicar as produções técnico-científicas do setor de transportes terrestres, com total imparcialidade, transparência e neutralidade;

II - disseminar o conhecimento técnico-científico, tendo como público-alvo servidores e colaboradores da ANTT, estudiosos, acadêmicos, pesquisadores e profissionais que atuem no setor de transportes terrestres; e

III - ser "referência" técnico-científica no setor de transportes terrestres.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 6º A Revista ANTT terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Núcleo Editorial, responsável pela publicação da Revista ANTT e formado por representantes da Superintendência de Estudos e Pesquisas e da Assessoria de Comunicação Social; e

II - Corpo Técnico, composto por no mínimo dez membros, escolhidos entre profissionais da área dos transportes terrestres, tendo como critério o notório saber na área.

§ 1° O presidente do Núcleo Editorial da Revista ANTT será indicado pelo Superintendente de Estudos e Pesquisas.

§ 2° O Núcleo Editorial da Revista ANTT será coordenado pela Superintendência de Estudos e Pesquisas - SUEPE.

Art. 7º Compete ao Núcleo Editorial:

I - mobilizar os recursos financeiros, materiais e administrativos para a edição da Revista ANTT;

II - avaliar se os artigos submetidos estão de acordo com este Regulamento;

III - representar a Revista ANTT;

IV - exercer as funções de edição da Revista ANTT;

V - providenciar e orientar a diagramação e a composição gráfica da publicação;

VI - estabelecer relacionamento com instituições congêneres e permutas com outros periódicos científicos do Brasil e do exterior;

VII - zelar pela periodicidade da publicação;

VIII - elaborar anualmente relatório administrativo à Diretoria da ANTT sobre as atividades realizadas;

IX - receber os trabalhos enviados para publicação e orientar os autores no processo de submissão;

X - distribuir os trabalhos a serem avaliados aos avaliadores especialistas nas respectivas áreas de conhecimento ou de pareceristas do Corpo Técnico;

XI - propor à Diretoria alterações na composição e no número de membros do Núcleo Editorial;

XII - convidar, estimular e solicitar a elaboração de trabalhos para publicação; e

XIII - intermediar qualquer tipo de contato com os autores dos artigos submetidos.

Art. 8º Compete ao Corpo Técnico:

I - sugerir, ao Núcleo Editorial, a seleção de artigos que comporão determinada edição;

II - indicar ao Núcleo Editorial a oportunidade de encomendar artigos a autores nacionais ou estrangeiros;

III - selecionar, com base na qualidade técnica, os artigos a serem submetidos ao Núcleo Editorial, para publicação;

IV - emitir pareceres sobre trabalhos relativos a temas de sua especialidade, opinando sobre sua qualidade e relevância; e

V - convidar, estimular e solicitar a elaboração de trabalhos para publicação.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Art. 9º As colaborações para a Revista ANTT podem ser enviadas a qualquer tempo, obedecendo às normas estabelecidas pelo Núcleo Editorial.

§ 1º O autor receberá o resultado da avaliação do seu trabalho por e-mail.

§ 2° Serão aceitos artigos científicos que se enquadrem nas áreas temáticas de transportes terrestres, dentre eles transporte ferroviário, de passageiros, transporte de carga, infraestrutura rodoviária, concessões públicas, aspectos ambientais, regulação, logística, tecnologias, estudos de casos resultantes de métodos quantitativos e qualitativos aplicados ao sistema de transporte.

§ 3º Os trabalhos devem ser originais e inéditos, de forma a oferecer contribuições teórico-metodológicas ou empíricas substantivas para o progresso e desenvolvimento do setor de transportes terrestres.

Art. 10 Os originais deverão respeitar as normas de publicação definidas pelo Núcleo Editorial, sob pena de serem rejeitados.

§ 1º As normas para publicação serão divulgadas no portal da Revista ANTT, no endereço eletrônico www.antt.gov.br/revistaantt.

§ 2º O Núcleo Editorial poderá devolver ao autor, para as necessárias modificações, o texto que estiver em desacordo com as normas sobre a publicação da Revista ANTT.

Art. 11 Os textos enviados à Revista ANTT deverão ser submetidos a, pelo menos, dois pareceristas do Corpo Técnico, designados pelo Núcleo Editorial, sem identificação do autor, respeitando a avaliação por pares cegos, para assegurar a imparcialidade e neutralidade.

Parágrafo único. Cada parecerista finalizará sua apreciação com uma das seguintes conclusões:

I - aceito;

II - aceito condicionalmente; ou

III - recusado.

Art. 12 O(s) autor(es), cujo texto seja recusado ou aceito condicionalmente, receberá(ão) os pareceres emitidos sem a identificação dos pareceristas.

Parágrafo único. O(s) autor(es) do texto cuja aceitação for condicional deverá(ão) proceder às devidas correções antes de sua ressubmissão.

Art. 13 Na revista constará que os artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião da ANTT, e as opiniões e conceitos emitidos nos textos são de responsabilidade dos autores.

Art.14 A Revista ANTT não terá espaço destinado a críticas e opiniões em relação ao conteúdo publicado, tampouco à instituição realizadora.

Art. 15 Somente serão aceitos textos inéditos, sendo o autor responsável, exclusiva, legal e administrativamente, por essa condição, bem como por qualquer infração à Lei de Direitos Autorais.

Art. 16 Durante o processo de submissão do artigo, feito no portal da Revista, o(s) autor(es) deverá(ão) concordar com as condições e com o termo em que retém(êm) seus direitos, cedendo os direitos de primeira publicação à ANTT.

Art. 17 Será permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que citada a fonte.

Art. 18 Serão aceitas colaborações escritas somente em português.

Art. 19 A revista não tem caráter lucrativo, não podendo qualquer pessoa ou servidor envolvido na sua publicação auferir vantagem pecuniária a seu favor ou de outrem.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Este Regulamento será alterado mediante proposição do Núcleo Editorial à Diretoria da ANTT.

Art. 21 Os casos omissos e dúvidas decorrentes da aplicação deste Regulamento serão dirimidos pelo Núcleo Editorial.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.294, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Autoriza as empresas VIACAP - Viação Capital Ltda., CNPJ nº 11.260.994/0001-00, e UTB - União Transporte Brasília Ltda., CNPJ nº 37.098.480/0001-85, a operarem, sob o regime de Autorização Especial, os serviços regulares de transporte semiurbano interestadual de passageiros, indicados na presente Resolução

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 010, de 27 de março de 2014, no que consta do Processo nº 50500.030225/2014-31; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a Viação Anapolina Ltda., CNPJ nº 01036755/0001-09 e Viação Luziânia Ltda., CNPJ nº 00164699/0001-25, não estão prestando de forma adequada o s serviços entre o Distrito Federal e Cidade Ocidental (GO), Lago Azul (GO), Novo Gama (GO), Luziânia (GO) e Valparaiso de Goiás (GO) a elas outorgado (processo nº 50500.103481/2013-74 e anexos);

CONSIDERANDO que os serviços acima citados constituem serviços de transporte interestadual semiurbano de passageiros, com características urbanas, portanto de caráter essencial para a população daquelas localidades; e

CONSIDERANDO o resultado final do Chamamento Público nº. 01/2014, que teve como objeto a seleção de empresas para prestação, em caráter de autorização especial, dos serviços acima citados, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa UTB - União Transporte Brasília Ltda., CNPJ nº. 37.098.480/0001-85, a operar os serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros entre o Distrito Federal e Céu Azul (GO), Cidade Ocidental (GO) e Valparaíso de Goiás (GO), em caráter precário, sob o regime de Autorização Especial, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, até finalização do processo licitatório do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros da Região do Distrito Federal e dos Municípios de seu Entorno, operado por Ônibus do Tipo Urbano, que se dará com o início da operação pelo Licitante Vencedor.

Art. 2º Autorizar a empresa VIACAP - Viação Capital Ltda., CNPJ nº. 11.260.994/0001-00, a operar os serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros entre o Distrito Federal e Luziânia (GO), Lago Azul (GO), Novo Gama (GO), Parque Estrela D'Alva (GO) e Parque Industrial Mignone (GO), em caráter precário, sob o regime de Autorização Especial, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, até finalização do processo licitatório do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros da Região do Distrito Federal e dos Municípios de seu Entorno, operado por Ônibus do Tipo Urbano, que se dará com o início da operação pelo Licitante Vencedor.

Art. 3º As empresas deverão operar nas regiões do Distrito Federal de acordo com o estabelecido pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros, bem como deverão observar o regime tarifário, quadro de tarifa, percurso, esquema operacional e quadro de horários aplicáveis aos serviços, admitida alterações conforme resoluções da ANTT.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.295, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Autorizar a empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda., CNPJ nº 72.543.978/0001-00, a operar a linha Tupã (SP) - Maringá (PR).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 011, de 27 de março de 2014, no que consta do Processo nº 50500.028695/2014-35;

CONSIDERANDO a necessidade de a ANTT observar, como entidade da Administração Pública Indireta, os princípios da continuidade e da regularidade da prestação dos serviços públicos; e

CONSIDERANDO que a população de Tupã/SP e Maringá/PR, em razão da paralisação temporária dos serviços prestados pela Expresso Adamantina Ltda., não pode ficar desprovida de serviço adequado, e em virtude do caráter essencial dos serviços de transporte interestadual de passageiros, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda., CNPJ nº 72.543.978/0001-00, a operar a linha Tupã (SP) - Maringá (PR), pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 56, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 012, de 27 de março de 2014, no que consta do Processo 50500.026082/2014-63, e

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Instrução Normativa nº 72 (altera a IN 63/2010), na Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, na Portaria nº 175, de 09 de julho de 2013 e na Portaria CGU 133/2013, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas Anual da Agência Nacional de Transportes Terrestres, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 52, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50500.184446/2013-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, no trecho entre o km 629+250m e o km 629+430m, na Pista Norte, em São José dos Pinhais/PR, de interesse do Posto Tio Zico 1.

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, o Posto Tio Zico 1 deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Posto Tio Zico 1 não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Posto Tio Zico 1 assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Parágrafo único. Caberá ao Posto Tio Zico 1 providenciar, com máxima urgência, a remoção das ocupações irregulares existentes na área non aedificandi, ficando, a Autopista Litoral Sul S/A, responsável pelas tratativas necessárias e demais providências cabíveis para a concretização da regularização.

Art. 6º O Posto Tio Zico 1 deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 03 (três) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Posto Tio Zico 1 verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Posto Tio Zico 1 deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Posto Tio Zico 1 abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 180, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.160106/2013-21, resolve:

Art. 1º Conhecer do pedido de reanálise interposto pela empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda. e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida na Portaria nº 959, de 02 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 181, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.160105/2013-87, resolve:

Art. 1º Conhecer do pedido de reanálise interposto pela empresa Guerino Seiscento Transportes Ltda. e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida na Portaria nº 955, de 29 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 30, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação Nº 158/2010, alterada pela Deliberação Nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos abaixo listados, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação dos Projetos de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionados, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise dos respectivos processos.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A
1.Processo: 50500.010714/2014-77
Nota Técnica: 28/GPFER/SUFER/2014
Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia Elétrica no KM 133+509, em Cruz Alta/RS.
Interessado: CEREALISTA ENGEGRAN LTDA
Concessionária: ALLMS
Contrato n°: 026/NN/GRIP/14
Tipo de Contrato: Isento
Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.
Tipo de reajuste: Não se aplica
Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não há
Início: Após a autorização da ANTT.
Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

2.Processo: 50500.007078/2014-04
Nota Técnica: 25/GPFER/SUFER/2014
Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia Elétrica no KM 445+185, em Erechim/RS.
Interessado: TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S/A
Concessionária: ALLMS
Contrato n°: 148/NN/GRIP/13
Tipo de Contrato: Isento
Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.
Tipo de reajuste: Não se aplica
Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não há
Início: Após a autorização da ANTT.
Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º As Concessionárias deverão encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Portaria e, dos aditivos, se houver, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Parágrafo único: Na cláusula referente à contrapartida pelo uso da faixa de domínio deve constar que a travessia é não onerosa (isenta), em consonância com o Decreto 84.398/1980.

Art. 4º A Concessionária deverá informar à ANTT a data (dia/mês/ano) de início e fim da obra, em até 10 dias após sua conclusão, bem como qualquer alteração no projeto autorizado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 31, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013, que altera a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.113932/2011-10, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 174, de 27 de junho de 2012, que autorizou a Global Village Telecom - GVT a implantar trêsocupações longitudinais subterrâneas e aéreas de fibra óptica do Km 262+375 ao Km 334+480, do Km 334+480 ao Km 458+000 e do Km 463+736 ao Km 625+000, na área concedida à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, nos municípios de Ponta Grossa/PR, Ipiranga do Sul/PR e Ortigueira/PR.

Parágrafo único. A obra supramencionada não foi realizada e o seu cancelamento foi formalizado pela ALLMS através da Carta nº 2710/GRIP/13, informando o cancelamento do pleito a pedido do solicitante.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÕES DE 27 DE MARÇO DE 2014

Recurso Interno no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000320/2014-73
Requerente: Isabel da Costa Franco Santos
Requerido: Ministério Público do Rio Grande do Sul

DECISÃO

(...) Dessa forma, não demonstrada a situação objetiva indicativa de perigo de dano irreparável, ou seja, o perigo da demora, um dos requisitos a ensejar o deferimento da medida, o pedido de efeito suspensivo não pode ser conferido ao recurso em foco.

Também, seria incoerente este relator, que arquivou monocraticamente por manifesta improcedência, reconhecer a fumaça do bom direito, requisito igualmente exigido para concessão de liminar ou efeito suspensivo.

Acrescento que em sendo reformada a decisão, nada obsta que a recorrente seja empossada em momento posterior dentro do prazo de validade do concurso.

Isso posto, recebo a insurgência recursal aviada para processamento no efeito devolutivo.

Intime-se o recorrido da presente decisão, bem como para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 154, § 1º, do RICNMP.

Dê-se ciência à recorrente.

Conselheiro MARCELO FERRA DE CARVALHO
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA N.º 0.00.000.000026/2014-61
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
REQUERENTE: OSVALDINO LIMA SOUSA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

(...) Diante do exposto, determino o arquivamento do presente procedimento, por inequívoca perda de seu objeto, nos exatos termos do art. 43, inc. IX, "b", do RICNMP.

Dê-se a devida baixa e comunique-se ao Plenário, na primeira sessão subsequente, a teor do que disposto no art. 43, §2º, do RICNMP.

Publique-se. Notifique-se.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 20 DE MARÇO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001285/2012-48
RECLAMANTE: MARCOS APARECIDO DOS SANTOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que foi suficiente a atuação do órgão disciplinar de origem.

Brasília, 12 de março de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 88/90, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 80, parágrafo único, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se e,
Registre-se.

Brasília, 20 de março de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000127/2013-51
RECLAMANTE: JOSÉ DANIEL TOALDO
RECLAMADOS: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo fato não constituir infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 99/101, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 20 de março de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000941/2012-95
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Decisão: (...)

Tendo em vista a informação de fl. 702/709, sugere-se o arquivamento da presente reclamação displinar diante da decisão do Plenário do CNMP acerca da ausência de ilícito funcional pelo Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima.

Brasília, 17 de março de 2014
HUMBERTO EDUARDO PUCINELLI
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do membro auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 20 de março de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 21 DE MARÇO DE 2014

RECLAMAÇÕES DISCIPLINARES Nº 0.00.000.000949/2013-32 E 1114/2013-08
RECLAMANTE: ALCIR LUIZ LOPES COELHO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: (...)

Ante o exposto, diante da atuação suficiente da Corregedoria de origem apontando a ausência de razões para justificar a continuidade da persecução administrativa em face de integrante do Ministério Público Federal, sugere-se, com fundamento no artigo 80, parágrafo único, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar.

Brasília, 17 de março de 2014
HUMBERTO EDUARDO PUCINELLI
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 77/89, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 80, parágrafo único, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e aos interessados, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de março de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000276/2014-00
RECLAMANTE: LUIZ ANTÔNIO SASDELLI PRUDENTE
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 76, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 19 de março de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 176/179, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 76, parágrafo único, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário e ao reclamante, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de março de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 6, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 57, de 21 de março de 2014, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 51, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro 2014.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art.3º Fica revogada a Portaria PGR nº 81, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 31, Seção 1, de 13 de fevereiro de 2014.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.1E30.0001 - Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional	3.3.90.00	100	3.000.000
	4.4.90.00	100	3.331.453
03.122.0581.3752.0001 - Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional	3.3.90.00	100	3.750.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	4.4.90.00 4.5.90.00	100 100	2.850.000 900.000
03.125.0581.2508.0001 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional	3.3.90.00 4.4.90.00	100 100	3.000.000 4.500.000
T O T A L			21.331.453

34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.12DN.3341 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ	4.4.90.00	100	2.948.538
T O T A L			2.948.538

34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.13C1.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	3.467.777
T O T A L			3.467.777

34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.7E48.1048 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE - No Município de Fortaleza - CE	4.4.90.00	100	6.490.492
03.122.0581.7U73.3273 - Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES	4.5.90.00	100	2.366.402
03.122.0581.13CB.5027 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS	4.4.90.00	100	741.771
03.122.0581.14LU.0111 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná - RO - No Município de Ji-Paraná - RO	4.4.90.00	100	74.177
03.122.0581.13CD.1695 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife - PE - No Município de Recife - PE	4.4.90.00	100	4.923.502
03.122.0581.13CA.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	278.164
03.122.0581.14PM.0795 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Bom Jesus - PI - No Município de Bom Jesus - PI	4.4.90.00	100	92.721
03.122.0581.7T93.0421 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO	4.4.90.00	100	74.177
03.122.0581.13CG.0269 - Reforma, Adaptação e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Belém - PA - No Município de Belém - PA	4.4.90.00	100	35.374
03.122.0581.7772.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	927.213
03.122.0581.7U75.2261 - Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA	4.4.90.00	100	3.337.967
03.122.0581.150C.0734 - Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís - MA - No Município de São Luís - MA	4.5.90.00	100	1.483.541
T O T A L			20.825.501

34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.11EQ.5664 - Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	69.356
T O T A L			69.356
T O T A L G E R A L			48.642.625

ANEXO II
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2014
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ MARÇO	977.949.511	317.250.734
ATÉ ABRIL	1.247.949.511	425.607.377
ATÉ MAIO	1.517.949.511	533.964.020
ATÉ JUNHO	1.787.949.511	642.320.663
ATÉ JULHO	2.057.949.511	750.677.306
ATÉ AGOSTO	2.327.949.511	859.033.950
ATÉ SETEMBRO	2.597.949.511	967.390.593
ATÉ OUTUBRO	2.867.949.511	1.075.747.236
ATÉ NOVEMBRO	3.297.949.511	1.184.103.879
ATÉ DEZEMBRO	3.597.186.502	1.292.460.522

Nota 1: Esta programação contém reabertura de créditos especiais e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

DECISÃO DE 21 DE MARÇO DE 2014

Processo Administrativo nº 1.00.000.007738/2013-75. INTERESSADO: Embratel S/A. ASSUNTO: Recurso Administrativo.

Acolhendo a manifestação da Assessoria Jurídica Administrativa desta Secretaria Geral, e no uso da atribuição prevista no art. 23, inc. X, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, recebo o presente Recurso Hierárquico no efeito devolutivo e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão do Secretário de Administração (fl. 148), que aplicou a penalidade de multa correspondente a R$40.559,27, à Empresa Brasileira de Comunicações S/A.

Publique-se. Comunique-se. Registre-se.

À Secretaria de Administração para providências e posterior arquivamento.

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 182ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014

Hora: 09h.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Torre A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala 1223, Asa Sul, Brasília, DF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1ª Parte - Expediente.
a) Aprovação da ata da 181ª sessão ordinária
b) Comunicados e Proposições:
1 - Presidente do CSMPT.
2 - Secretaria do CSMPT.
3 - Conselheiros.
c) - Comunicados:
1 - Corregedoria do MPT.
2 - Ouvidoria do MPT.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR REMANESCENTE - (181ª Sessão Ordinária)
01 - Processo CSMPT nº 08130.004941/2012.
Interessada: Corregedoria do MPT.
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar.
Relator: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
Decisão Anterior: Adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária, em razão do baixo quórum decorrente da declaração de impedimento do Conselheiro José Neto da Silva e de suspeição dos Conselheiros Otavio Brito Lopes, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas e Ronaldo Curado Fleury. Determinou-se a convocação de eventuais suplentes.
II - PROCESSO COM VISTA REGIMENTAL
02- Processo CSMPT nº 2.00.000.030032/2013-51.
Interessada: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Assunto: Requer elaboração, implementação e execução de um Plano de Segurança Institucional no âmbito do MPT.
Relator: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.
Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas
Decisão anterior: Após o relator votar no sentido de aprovar a proposta de resolução que dispõe sobre o Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Otavio Brito Lopes e José Neto da Silva. O Conselheiro Otavio Brito Lopes requereu juntada de cópia de todo o processo que conduziu a criação do Setor de Inteligência na sua gestão como Procurador Geral do Trabalho. Ausente, momentânea e justificadamente, o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 180ª sessão ordinária, 04/02/2014.
Decisão anterior: Prosseguiu a vista regimental com o Conselheiro Otavio Brito Lopes.
II - PROCESSOS DESTA SESSÃO
03 - Processo CSMPT nº 08130.005880/2011.
Interessado: Conselho Administrativo da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU.
Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 90/2010.
Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.
Revisor: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.
04 - Processo CSMPT nº 2.00.000.029282/2013-49.
Interessado: Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Formação de lista tríplice destinada à promoção por merecimento ao cargo de Procurador Regional do Trabalho.
Relator: Conselheiro Otavio Brito Lopes.
Revisor: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.
05 - Processo CSMPT nº 2.00.000.023023/2013-12.
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região.
Assunto: Pedido de revisão/reconsideração da decisão do CSMPT que não autorizou a Procuradora Regional do Trabalho Margaret Matos de Carvalho oficiar em 1º grau.
Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 394, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando que, a partir de fiscalização promovida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, constatou-se que a pessoa jurídica de direito privado IMG COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.654.752/0001-20, com sede na Rua Luciana de Abreu, 364, Térreo, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90.570-060, Porto Alegre/RS, estaria se deixando de observar e cumprir uma série de obrigações legais impostas pela ordem jurídica, como a) a concessão de intervalo entre jornadas mínimo de onze horas consecutivas; b) a concessão de intervalo intrajornadas para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora e, no máximo, duas horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas; c) a concessão de descanso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas; d) o fornecimento gratuito aos empregados de equipamento de proteção individual adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento; e) a realização de análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores ou realizar análise ergonômica do trabalho que não aborde aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais e/ou ao mobiliário e/ou aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e/ou à organização do trabalho; f) a instalação de proteção fixa ou proteção móvel intertravada com chave de segurança de duplo canal e monitorada por relé de segurança do duplo canal na zona perigosa da bacia de amassadeira; e g) a falta de informação aos trabalhadores acerca dos meios para prevenir e limitar riscos que possam originar-se nos locais de trabalho e as medidas adotadas pela empresa;
que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições do artigo 5º, incisos XV e XXII, da Constituição Federal, dos artigos 66, 67, 71, caput, 157, inciso I, 186 e 200, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, do integral teor da Lei nº 605/49, bem como do item 6.3 da NR-06, item 17.1.2 da NR-17 e do item 2.3 do anexo VI da NR-12, todas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;
que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;
que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;
a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:
I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de IMG COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;
II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000571.2014.04.000/8;
III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 127, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando notícia anônima, e ainda o conteúdo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000701.2013.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (não anotação de CTPS) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar: a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de AUTOMOBILE MULTIMARCAS., pessoa jurídica de direito privado.

EMERSON ALBUQUERQUE RESENDE

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 327ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. Mário Sérgio Marques Soares (Membro) e Dra. Anete Vasconcelos de Borborema (Membro). Aberta a Reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Instrução Provisória de Deserção 000242-57.2011.7.01.0201. (MPM 0100/2014).
Origem: 2ª Auditoria da 1ª CJM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: IPD. Prática do *crime de deserção*. Trânsfuga não apresentado. Promoção de arquivamento fundada na situação de *arrimo de família* e desincorporação do serviço militar. Divergência do Juiz-Auditor. Ausente condição de procedibilidade para ação penal. Não confirmação do arquivamento. Manutenção dos autos acautelados no Juízo *a quo*, aguardando-se a definição da situação militar do indiciado, oportunidade em que deverá atuar outro Membro do *Parquet*..
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oficiar nos autos .

1.2. Processo: Peça de Informação - PAVPM 0000072-87.2013.1501. (MPM 3017/2013).
Origem: PJM Curitiba/PR.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar. Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR. Inspeção de dependências carcerárias do 10º Batalhão de Engenharia de Construção (Lages/SC), destinadas a presos disciplinares e de Justiça. Cumprimento da Resolução 56/CNMP e Recomendações da Corregedoria do MPM. Entrevista com presos. Recomendações da PJM para melhoria da segurança interna. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000003-42.2011.1303. (MPM 2284/2013).
Origem: PJM Santa Maria/RS.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PIC. Doação de mercadorias apreendidas pela Receita Federa às Forças Armadas. Matéria normatizada em Portaria. Procedimento Investigatório Preliminar arquivado na Justiça Federal. Não conhecimento dos autos em face da atribuição originária do Chefe do MPM. *Declínio de atribuições* da CCR em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, considerando que a investigação ocorreu em OM comandada por Oficial-General.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, não conheceu dos autos e decidiu *declinar das atribuições* em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, considerando que a investigação ocorreu em OM comandada por Oficial-General.

1.4. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000030-89.2011.1105. (MPM 2957/2013).
Origem: PJM Curitiba/PR.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PIC. Denúncia encaminhada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM. Suposta punição indevida de militar por falta ao serviço. Militar dispensado por atestado médico. Matéria do âmbito administrativo. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Peça de Informação - PAVPM 0000075-37.2013.1501. (MPM 0049/2014).
Origem: PJM Curitiba/PR.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar. Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR. Inspeção de dependências carcerárias do 27º Batalhão Logístico (Curitiba), destinadas a presos disciplinares e de Justiça. Cumprimento da Resolução 56/CNMP e Recomendações da Corregedoria do MPM. Recomendações da PJM para melhoria da segurança interna. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Peça de Informação - Notícia Crime 0000007-04.2013.1103. (MPM 2327/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 3º Ofício.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Representação de ex-militar. Irregularidades no cumprimento da pena em regime semiaberto. Diligências. Aplicação de disposições legais em vigor. Outras questões já estão sendo apuradas em IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Peça de Informação 0000007-52.2011.1105. (MPM 2946/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de ex-militar. Supostas irregularidades em documentos oficiais. Diligências. Decisão de arquivamento que não apreciou a totalidade dos fatos. (inserção de informação no Quadro Organizacional da OM). Restituição do feito à PJM de origem para manifestação sobre todos os fatos objeto da investigação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela restituição dos autos à origem para que seja complementada a Decisão de Arquivamento proferida na instância, com referência a outro fato objeto da investigação (inserção de dados falsos no Quadro Organizacional da OM).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.8. Processo: Peça de Informação - PAVPM 0000079-35.2013.1501. (MPM 0052/2014).
Origem: PJM Curitiba/PR.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar. Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR. Inspeção de dependências carcerárias do 5º Batalhão Logístico (Curitiba), destinadas a presos disciplinares e de Justiça. Cumprimento da Resolução 56/CNMP e Recomendações da Corregedoria do MPM. Recomendações da PJM para melhoria da segurança interna. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Peça de Informação - Representação 0000025-17.2013.2001. (MPM 2380/2013).
Origem: PJM Fortaleza/CE.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Representação de militar. Pedido de anulação de licenciamento e custeio de tratamento médico pela OM. Diligências. Matéria do âmbito administrativo. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Peça de Informação 0000011-96.2013.1201. (MPM 0001/2014).
Origem: PJM São Paulo - 1º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de suposto superfaturamento em evento patrocinado por Unidade Militar. Diligências. Matéria de âmbito administrativo. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Peça de Informação 0000014-49.2013.1103. (MPM 2576/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 3º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: P.I. Representação de civil. Supostas irregularidades em *Pregão eletrônico* realizado em OM do Exército. Desclassificação de empresa concorrente. Recurso indeferido. Fatos objeto de Procedimento arquivado no MPM. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Peça de Informação - Representação 0000028-03.2013.1601. (MPM 2796/2013).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: Peça de Informação. Representação de ex-militar. Alegação de licenciamento indevido das Forças Armadas . Diligências. Dispensa regular do Serviço Militar. Fato objeto de processo na Justiça Federal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Peça de Informação 0000008-55.2013.1102. (MPM 0039/2014).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia encaminhada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM. Supostos abusos cometidos contra discentes de estabelecimento militar. Diligências. Representante anônimo. Fatos suficientemente apurados. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000105-73.2012.1105. (MPM 2760/2013).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Representação anônima. Pagamento do auxílio-transporte com base na tarifa de *bilhete-único*. Orientação normativa do Ministério da Defesa para servidores das Forças Armadas. Matéria do âmbito administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Peça de Informação - Notícia-Crime 0000032-28.2013.1301. (MPM 3075/2013).
Origem: PJM Porto Alegre/RS.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de fraude em processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário das Forças Armadas. Diligências. Conduta circunscrita a esfera administrativa. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Peça de Informação - Expediente 0000071-48.2012.1701. (MPM 0045/2014).
Origem: PJM Recife/PE.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia anônima encaminhada ao Ministério Público Federal. Nepotismo em processo seletivo para Oficiais Temporários da Marinha. Diligências. Não há impedimento na participação de candidato apenas por ter grau de parentesco com Oficiais inativos. Inexistência de crime militar. Improcedência. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000022-58.2013.2101. (MPM 2979/2013).
Origem: PJM Brasília - 1º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PIC. Representação de civil. Notícia de fraude praticada contra a Administração Militar. Indenização de auxílio-funeral. Ressarcimento do pagamento indevido. Inexistência de prejuízo. Não configuração de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Peça de Informação - Representação 0000011-84.2013.1302. (MPM 0054/2014).
Origem: PJM Bagé/RS.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia encaminhada ao *Disque Direitos Humanos* da Presidência da República. Militar alega suposta perseguição no Exército. IPM instaurado. Fatos já apreciados na esfera judicial. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000039-98.2013.2101. (MPM 0034/2014).
Origem: PJM Brasília - 1º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PIC. Representação de civil. Irregularidades em *Pregão Eletrônico* de OM do Exército. Suspensão *ex officio* do procedimento licitatório. Matéria do âmbito administrativo. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Peça de Informação 0000073-16.2011.1106. (MPM 0042/2014).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 6º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia anônima. Suposto crime de corrupção por parte de militares lotados em Delegacia de Capitania dos Portos, Organização Militar da Marinha. Diligências. Ausência completa de indícios ou informações para sugerir a investigação direta. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Peça de Informação - Representação 0000035-48.2013.1601. (MPM 0065/2014).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia de ex-militar. Suposta prática de *maus-tratos* e irregularidades na prestação de contas da "Operação Pipa". Diligências. Ausência de indícios ou informações para sugerir a investigação direta. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Peça de Informação - Representação 0000027-52.2013.1601. (MPM 2929/2013).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peça de Informação. Representação de Soldado. Aplicação de sanções pelo Comando do Batalhão. Folha de Alterações com histórico de *mau comportamento* e sucessivas transgressões disciplinares. Condutas infracionais objetivamente apuradas de acordo com a lei. Ampla defesa exercida no processo administrativo, inclusive por meio de Advogado constituído. Inexistência de abuso dos meios de disciplina. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Peça de Informação 0000059-50.2010.1106. (MPM 0087/2014).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 6º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Mensagem eletrônica encaminhada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM. Denúncia de jornada excessiva de trabalho aos militares. Ausência de elementos mínimos para lastrear a procedência da notícia. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Peça de Informação 0000023-87.2013.1105. (MPM 0090/2014).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Mensagem eletrônica enviada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM. Questionamento sobre o pagamento de auxílio-transporte pelo sistema de tarifas denominado *bilhete-único*. Diligências. Ausência de prejuízo aos militares e menor custo para a Administração. Eventual incorreção nos cálculos do pagamento do benefício consubstancia matéria de natureza cível-administrativa. Não há vislumbre de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Peça de Informação 0000039-10.2013.2001. (MPM 0095/2014).
Origem: PJM Fortaleza/CE.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Denúncia anônima à Ouvidoria do MPM. Suposto uso indevido de bem pertencente à União. Diligências. Observância da legalidade e publicidade do ato. Inexistência de indícios da prática de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000011-12.2013.2102. (MPM 0106/2014).
Origem: PJM Brasília - 2º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PIC. Denúncia de excesso nas escalas de serviço dos militares em OM. Diligências. Atividades internas previstas e publicadas em documento oficial do Regimento. Fatos do âmbito administrativo. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Peça de Informação - PAVPM 0000008-62.2013.2102. (MPM 0127/2014).
Origem: PJM Brasília - 2º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar. Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF. Inspeção de dependências carcerárias da Brigada de Operações Especiais (Goiânia/GO) e do 22º Batalhão de Infantaria (Palmas/TO), organizações militares do Exército. Inexistência de irregularidades. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000022-55.2013.2102. (MPM 0152/2014).
Origem: PJM Brasília - 2º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PIC. Denúncia de ex-militar. Suposto abuso do poder disciplinar exercido por superior hierárquico. Aplicação de sanção por *falta ao expediente*. Diligências. Fato disciplinar apurado na conformidade da lei. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Peça de Informação - Representação 0000031-50.2013.1601. (MPM 0195/2014).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peça de Informação. Representação. Supostas irregularidades nas condições das viaturas e acomodações de militares designados para atividades no período da Copa das Confederações. Diligências. O MP na instância verificou *in loco* o estado geral das viaturas. Problemas existentes foram devidamente solucionados. Inexistência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.30.	Processo:	Procedimento Investigatório Criminal 0000024-54.2013.2102. (MPM 0109/2014).
	Origem:	PJM Brasília - 2º Ofício.
	Relator:	Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
	Ementa:	PIC. Denúncia anônima encaminhada ao Serviço de Atendimento ao Cidadão do MPM. Suposta irregularidade no pagamento de diárias aos militares que trabalharam na Copa das Confederações. Diligências. O MP na instância determinou o arquivamento por ausência de indícios de conduta delituosa. A CCR decide *declinar das atribuições* em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar considerando que os critérios contestados foram decididos por Oficial-General.
	Decisão:	A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu *declinar das atribuições* em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, considerando que os critérios contestados foram decididos por Oficial-General.
1.31.	Processo:	Peça de Informação 0000034-36.2013.1201. (MPM 0235/2014).
	Origem:	PJM São Paulo - 1º Ofício.
	Relator:	Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
	Ementa:	Peça de Informação. Denúncia de suposta irregularidade no procedimento de desembarque de passageiro notório no terminal da Base Aérea de São Paulo. Diligências. Ausência de dolo ou má-fé. Não há elementos que indiquem comportamento a ser reprovado na esfera judicial. Recomendação de que tal procedimento somente ocorra por iniciativa das autoridades aeroportuárias e em atendimento aos protocolos de segurança. Arquivamento homologado.
	Decisão:	A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ

Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ

Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS
NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PORTARIA Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O Promotor de Justiça da Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos do MPDFT e o Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos de 129, II e III, da CF, 7º, I, e 39, III, da LC 75/93, e nos termos da Portaria PGJ n. 1572/2005, resolve instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob n. 08190.021264/14-15, que tem como objetivo esclarecer e acompanhar a situação dos Programas de Atenção Integral às Pessoas Vítimas de Violência (os PAVs) da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, quanto ao serviço prestado às vítimas de violência (criança, adolescente, mulheres, idosos).

THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA
Promotor de Justiça da Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos

JAIRO BISOL
Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 67, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Promove limitação de empenho e movimentação financeira nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28, incisos XXXIV e XXXIX, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), combinado com o art. 51 da Lei nº 12.919, de 2013 (LDO), resolve:

Art. 1º Fica indisponibilizado, para empenho e movimentação financeira, o valor constante do Anexo I desta Portaria, referente às ações consignadas ao Tribunal de Contas da União, na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (LOA de 2014), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do primeiro bimestre de 2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo o valor total da limitação acumulado até o 1º bimestre demonstrado no Anexo II.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade a que se refere o art. 1º, o Anexo I do Cronograma Anual de Desembolso Mensal, objeto da Portaria-TCU nº 34, de 3 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo III desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

ANEXO I

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Limitação de empenho e movimentação financeira

Em Reais

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.00 4.4.90.00	0100 0100	2.000.000,00 9.017.537,00
Total			11.017.537,00

ANEXO II

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Demonstrativo da dotação orçamentária aprovada na LOA 2014 e limitação de empenho e movimentação financeira acumulada até o 1º bimestre

Em Reais

Ação	Natureza de Despesa	Dotação Aprovada	Limitação de Empenho e Movimentação Financeira
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.00 4.4.90.00	138.868.748,00 33.956.192,00	2.000.000,00 9.017.537,00
TOTAL		172.824.940,00	11.017.537,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Dotação Total Aprovada	Limitação de Empenho e Movimentação Financeira
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.618.711.662,00	11.017.537,00

ANEXO III

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Outras Despesas Correntes e Investimentos

Em Reais

Mês	Fonte 0100 Outras Despesas Correntes (ODC)	Fonte 0100 Outras Despesas Correntes (ODC) Montepio Civil	Fonte 0100 ODC-Benefícios	Fonte 0100 ODC-Benefícios Auxílio Funeral	Fonte 0150 Outras Despesas Correntes (ODC)	Fonte 0100 Investimentos	Fonte 0100 Inversões Financeiras
Janeiro	10.847.724,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	-	-
Fevereiro	11.447.203,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	4.719.472,00	-
Março	11.447.203,00	5.055.851,00	5.307.394,00	51.422,00	-	4.719.472,00	-
Abril	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Maio	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Junho	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Julho	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Agosto	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Setembro	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Outubro	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Novembro	11.224.980,00	-	5.307.394,00	51.422,00	-	3.717.524,00	-
Dezembro	11.224.978,00	-	5.307.386,00	51.422,00	1.575.000,00	3.717.519,00	12.000.000,00
Total	134.766.948,00	5.055.851,00	63.688.720,00	617.064,00	1.575.000,00	42.896.655,00	12.000.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 9 (ORDINÁRIA)

Sessão em 1º de abril de 2014, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-001.712/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Romero Lopes e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.800/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Farias Diniz e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.811/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adirley Pio Nonimo Filho e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.817/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Jose Rossi e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.825/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Mara Bandeira Santos e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.831/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almedson Ferreira da Silva e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.842/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Ferrari Lima e outros
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.851/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adonias Osias da Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.852/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Xavier dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.854/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adrya da Silva Figueiredo e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.860/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Teresa dos Santos Marques e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.866/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Albuquerque Paim Paes Landim e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.871/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Leonardi e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.872/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra Oliveira dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.905/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Eloy Sacramento e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.907/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cintia Mesquita Correia e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.909/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Teresinha Basso e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.917/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Prochnow e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.019/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elisete Figueiredo de Souza Freitas e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.762/2013-2
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Amazonas
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.450/2013-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Augusta Lourdes Pretti Fraga
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.942/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcino Torres e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.341/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mateus Carvalho Leite
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.480/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arthur Francisco Fortes Drummond
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.697/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Roberto Bessa Buriti
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.899/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ailo Valmir Saccol
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.253/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Áurea Falcão da Cunha
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.272/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elaine Mary de Lima Barbosa e outros
Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.561/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Bráulio Alves e outros
Órgão/Entidade: Fundo Especial de Assistência Financeira Aos Partidos Políticos - Fundo Partidário; Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
Advogados constituídos nos autos: Wylkyson Gomes de Sousa, OAB/TO 2.838, Elisângela Mesquita Sousa, OAB/TO 2.250; Joan Rodrigues Milhomem, OAB/SP 223.033 e OAB/TO 3.120-A; Alessandro de Paula Canedo, OAB/TO 1334-4; Denise Marins Sucena Pires, OAB/TO 1609; Patrícia Soares Dourado, OAB/TO 5707.

TC-016.937/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Laura Pereira de Souza e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.967/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luise Santos de Oliveira Sales
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.811/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco José da Silva Fernandes
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.508/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Isaura Maria Gama Torres
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.035/2012-4
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2011
Responsáveis: Maria Magna Alencar Pinheiro e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.284/2008-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Anízio Costa Pedreira e outros
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins
Advogados constituídos nos autos: Pedro Martins Aires Júnior (OAB/TO 2.389) e Solano Donato Carnot Damacena (OAB/TO 2.433).

TC-032.625/2013-8
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo - AP
Responsável: Emanuel Alves de Moura
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.778/2012-9
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2011
Responsáveis: Alexandra Reschke e outros
Órgão/Entidade: Fundo de Compensação de Variações Salariais
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.721/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: não há.
Responsáveis: Anauá Taxi Aéreo Ltda. e outros
Advogados constituídos nos autos: José Ruyderlan Ferreira Lessa (OAB/RR 386 - N) e outros

TC-022.493/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Interessado: João Rocha Cavalcante
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.605/2012-7
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2011
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio Grande do Sul
Responsáveis: Antonio Carlos Boszko e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-041.651/2012-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2011
Órgão/Entidade: Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS
Responsáveis: Carla Magda Allan Santos Domingues e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-004.330/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno Lucas Souto Lepesqueur e outros
Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-020.644/2013-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Fábio Kirzner Ejchel e outros
Unidade: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 8ª Região Fiscal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.873/2012-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Responsáveis: Alfredo Souza de Moraes Júnior e outros
Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-003.001/2014-8
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado de São Paulo (Senac/SP).
Representante: Ideorama Comunicação Ltda. - EPP
Advogado constituído nos autos: Roberto Moreira da S. Lima (OAB/SP 19.993); Denise Lomabard Branco (OAB/SP 87.281).

TC-008.916/2005-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Bernardo Lucidio de Caldas Brito e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Advogados constituídos nos autos: Alfredo Brandão (OAB/DF n° 4.624); André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF nº 20.596); Carolina Pieroni (OAB/DF n° 17.512); Eduardo I-Ian (OAB/DF n° 11.714); Emanuelle Dias Weiler (OAB/DF n° 26.208); Francisco de Souza Lopes (OAB/DF n° 19.304); Jonas Cecílio (OAB/DF n° 14.344); Juliana Tavares Almeida (OAB/DF nº 12.794); Marcella Souza Carneiro (OAB/DF n° 29.335): Marcelo Jaime Ferreira (OAB/DF n° 15.766); Márcio I-Ierley Trigo de Loureiro (OAB/DF n° 11.712); Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF n° 3.373); Marília de Almeida Maciel Cabral (OAB/DF n° 11.166): Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF n° 111.400); Mauro Porto (OA B/DF n° 12.878); Miyeko Chayamite (OAB/DF n° 24.326); Renato Parente Santos (OAB/DF n° 25.815); Vera Maria Barbosa Costa (OAB/DF n° 17.697) e Rodolfo Gil Moura Rebouças (OAB/DF nº 31.994).

TC-012.803/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Farnei Ferreira Felipe
Órgão/Entidade: Conselho Federal de Medicina
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.931/2013-8
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: João Bosco Pinto Saraiva, Prefeito
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Baturité/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.059/2011-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Ana Clara Neves Pereira da Luz e outros
Interessados: Cicero Vieira da Cruz e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jardim - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.378/2012-8
Natureza: Representação
Interessado: Prefeitura Municipal de Santana - BA
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana - BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.635/2013-0
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaporanga D'ajuda - SE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.776/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Anete Peres Castro Pinto e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM.
Advogado constituído nos autos: Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes (OAB/AM 3339).

TC-037.461/2011-7
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Ricardo de Pina Cabral e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piracanjuba/GO.
Advogados constituídos nos autos: Pedro Nunes Nóbrega (OAB/GO 4.183) e Rodrigo Mota Nóbrega (OAB/GO 22.176).

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-002.365/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
Responsável: Gil Braz Morais de Luna.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.201/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Interessados: Letícia Mangualde de Araujo, Gustavo Mangualde Araujo e Neide Maria das Graças Santos Araujo, pensionistas de Jose Geraldo de Araújo; Ângela Dolores Gomes Freire, pensionista de Francisco de Paula Freire.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.127/2013-3
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Universidade Federal do Paraná
Interessados: Maria da Silva, pensionista de Cecilia Witkowski Szast; Noely Ricetti Xavier de Nazareno Landarin, Valéria Nazareno Landarin, Victor Nazareno Landarin e Wagner Nazareno Landarin, pensionistas de Miguel Landarin Neto; Luis Alberto Souza Santos, pensionista de Neusa dos Santos; Maria do Rocio Negoceke, pensionista de Vilma Cordeiro Napoleão
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.262/2013-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - MEC.
Interessado: Edson Vieira Passos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.949/2013-8
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - MEC.
Interessados: Clarice da cruz mendes, Luiz Henrique dos Santos Silva e Eretiana Silva e Silva, pensionistas de Elson da Costa Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.612/2012-0
Natureza: Representação
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Interessados: 5ª. Bateria de Artilharia Antiaérea Leve; AM Sec de Administração Gab do Secretário; Fundação Alfredo da Matta; Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do AM; Fundação Hospital Adriano Jorge; Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas; Fundação de Medicina Tropical; FVS-fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas; Prefeitura Municipal de Coari - AM; Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira - AM; Prefeitura Municipal de Tabatinga - AM; Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas; Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Estado da Educação - AM; Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Responsável: Maria Inês Belém da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.619/2014-1
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas.
Interessados: Amara Maria dos Santos; Claudio da Rocha Sousa; Fabia Jacinta Rego Calestino; Jessica Karla Medeiros Cavalcante de C. Souza; Joao Claudio Medeiros Cavalcante de C. Souza; Junielle Mayara Medeiros Cavalcante de C. Souza; Lucas Fernando Cavalcante Sarmento; Marcell Cardoso Silva Almeida; Marcello Cardoso Silva Almeida; Natalia Ferreira de Melo; Paula Aguiar Araujo Dantas Batista
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.422/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Cametá - PA.
Responsáveis: José Rodrigues Quaresma; Prefeitura Municipal de Cametá - PA
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.820/2013-2
Natureza: Representação.
Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - MAPA.
Representante: Aero Cargas Transporte e Logísticas Ltda.
Advogado constituído nos autos: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444), e outros

TC-012.105/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá - PA.
Responsável: Raimundo Celso Rodrigues da Cruz
Interessado: Seng Engenharia Ltda.
Advogado constituído nos autos: Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/PA 9.206) e outros

TC-019.851/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Ananindeua - PA.
Responsável: Joaquim Alcides Coelho Queiroz
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: Dennis Verbicaro Soares (OAB/PA 9.685) e outros

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-012.252/2012-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre José Lessa, Eunice Sarmento de Lucena e Maria do Carmo dos Santos
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.998/2006-5
Apenso: TC 030.941/2007-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)
Recorrentes: Expedito Pereira de Souza, ex-Prefeito; Erenilton Cavalcante da Silva, Francisco de Sales Pereira e João Nunes Neto, ex-Secretários Municipais de Infraestrutura; e José Geraldo Pereira de Lima, engenheiro-fiscal de obra
Unidade: Prefeitura Municipal de Bayeux/PB
Advogados constituídos nos autos: Carlos Pereira de Sousa (OAB/PB 9.436), Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho (OAB/DF 34.472) e Arielle Silva Vieira (OAB/DF 34.431)

TC-018.176/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Gilberto de Oliveira Tenório, ex-Prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Matões/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.652/2006-6
Natureza: Pedido de reexame em processo de admissão
Recorrente: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI
Interessados: Ana de Assunção Leôncio Marculino, José Carlos Vieira de Oliveira, Leila Leal Leite, Liline Maria Soares Martins, Maria Saraiva de Moura, Maria do Perpétuo Socorro Moura Coimbra, Sidronia Coelho Costa, Silvia Leticia Rosmann e Vilma de Brito Lima Pena
Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-021.324/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco José Ribeiro Bezerra e José de Ribamar Costa Filho (ex-prefeitos)
Unidade: Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA
Advogado constituído nos autos: Antino Correa Noleto Júnior (OAB/MA 8.130)

TC-021.602/2013-1
Natureza: Representação
Representante: Fundo Nacional de Saúde (FNS)
Responsável: Ana Cristina Cadó Lul, Secretária Municipal de Saúde
Unidade: Prefeitura Municipal de São Borja/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.105/2011-7
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao TCU
Responsável: Ricardo Leyser Gonçalves (Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento)
Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro (COB)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.996/2011-9
Natureza: Monitoramento (em Representação)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsável: Luiz Antônio Rodrigues Elias (Secretário Executivo)
Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-013.906/2012-7
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto
Responsáveis: Marcos Eugênio Leite Guimarães Nunes; Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.364/2012-1
Natureza: Embargos de Declaração
Unidade: Município de Acarape/CE
Responsável: José Acélio Paulino de Freitas
Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-035.773/2012-0
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Fundação Ecológica da Amazônia
Responsáveis: Fundação Ecológica da Amazônia; Romeu Cordeiro da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.814/2012-4
Natureza: Embargos de Declaração
Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Recorrente: Humberto Luciano Schloegl
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 27 de março de 2014.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 9 (ORDINÁRIA)
Sessão em 1º de abril de 2014, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-002.569/2014-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Arthur Ferreira Soares e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.575/2014-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Andre Amaro Pereira e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.578/2014-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Jacob Arnaldo Campos Farache e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.607/2009-7
Natureza: Pensão civil
Interessado: Angecila Santos Correia
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.855/2004-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osmar Ferreira de Lima
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.558/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gilberto Alves Teixeira
Entidade: Gerência Executiva do Inss - Aracaju/SE - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.561/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adão Cesar Gonçalves
Entidade: Gerência Executiva do Inss - Londrina/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.562/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Renato Teixeira de Freitas
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Curitiba/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.565/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Roberto Tiburcio
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Goiânia/GO - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.900/2014-2
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Bruno Antonio Freire de Araujo e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.902/2014-5
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Anderson Renan Will
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.384/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Janice Marques Bastos e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.385/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana de Campos Simião Enz e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.386/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Gorete Barizon Martins e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.388/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvimar Vitorino da Silva e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.390/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Faridio Bichara da Silva e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.391/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose de Lima Machado e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.393/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria da Silva Pinheiro e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.394/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Paula Rollo de Abreu e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.395/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gerusa Rodrigues Soares
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.397/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Neide Capelari Lahoz e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.398/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Hortência Queiroz Cabral
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.399/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Celi Maia de Miranda e outros
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.400/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Vagneci Teixeira Cunha e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.405/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lenine Garcia
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.995/2013-2
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Alexandre Magno Calegari Paulino; Pulsar Organização Social/MS
Entidade: Pulsar Organização Social do Mato Grosso do Sul.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.472/2013-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Heitor Gutemberg Belarmino de Souza e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.012/2011-8
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Acre
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.371/2013-8
Natureza: Pensão civil
Interessados: Angela Brandão de Padua Ordones; Farlene Ermelinda dos Santos; Maria Bernadete de Oliveira Franca; Swam Alves Guimarães; Verediana Sales Corrêa
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Divinópolis/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.955/2011-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.370/2013-9
Natureza: Pensão civil
Interessados: Cristina Maria Quintas Carneiro e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.016/2008-6
Natureza: Pensão civil
Interessado: Odair Cordeiro Pimenta de Carvalho
Órgão: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.755/2009-2
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: George Morais Ferreira; Klass Comércio e Representações Ltda.; Luiz Antônio Trevisan Vedoin
Entidade: Prefeitura de Trindade - GO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-046.905/2012-0
Natureza: Prestação de contas -
Exercício: 2011
Responsáveis: Marcos Amorim da Silva, João Batista de Oliveira Lemos, Jean Jackes do Carmo, Flavia Chaves Fehlberg, Moyses Feres Zarour, Pedro Jamil Nadaf, Hermes Martins da Cunha, Roberto Peron, Manoel Procópio da Silva Filho, Mohamed Rahim Farhat, Álvaro José Bicalho Cançado, João Flávio Barbosa Sales, Ponciano Ramos Bispo, Aldo Pascoli Romani, José Pereira Filho, Aldo Locatelli (48.704.019-91), Valdiney Antonio de Arruda, Juliano Bortoloto, Divino Marques Braga e Jocelino Soares de Amorim, Emir Luiz Telo, Alfredo Ribeiro Primo, Paulo Sérgio Ribeiro, Antonio Ademar Vidotti, Marco Sérgio Pessoa, Antonio Albino Rafaeli da Costa, Mauro Antonio Rodrigues, Francisco Antonio de Almeida, Vicente Vidal Fernandes, Bruno Borges, Wlaudecyr Antonio Goulart, José Wenceslau de Souza Junior e Valdir Lauriano da Silva
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.918/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Bispo Bodnar e outros
Unidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.375/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deisy Azevedo Mandarino e outros
Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.700/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Anna Maria Biolchini da Silva Gonçalves
Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.323/2013-6
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2012
Responsáveis: Aliathar Gibson Tavares Lima e outros
Unidade: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-007.323/2007-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Jovilia Ferreira Freitas.
Órgão: Superior Tribunal Militar (STM).
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-013.476/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Carlos Tossulino
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.910/2011-8
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2010)
Responsáveis: Allan Cesar Predebon; Francisco Holanildo Silva Lima; Jose Pinto de Oliveira; Marco Antônio Stangherlin; Moisés Sousa Santos; Raul Dias de Moura; Valdir Cabreiras da Silva.
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (Secex-MT).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.956/2012-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União - TCU.
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.045/2011-7
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2010)
Responsáveis: Brasília Maria Chiari; Manoel João B. C. Girão; Marcelo C. M. Fonseca; Ricardo Luiz Smith; Vilnei Mattioli Leite; Walter Manna Albertoni.
Entidade: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/MEC).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.423/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Cipriano de Sousa Lira
Entidade: Município de Paes Landim/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-038.198/2012-6
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2011)
Responsáveis: Alete Maria de Oliveira; Divina das Dores de Paula Cardoso; Edward Madureira Brasil; Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; Gisele de Araújo Prateado Gusmão; Orlando Afonso Valle do Amaral.
Entidade: Universidade Federal de Goiás (UFG/MEC).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex-GO).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-002.963/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Annie Larissa Garcia Neves Pontes; Antonia Camargo de Almeida; Antonio Pedro Ruschel Montera; Arnaldo Tomé de Souza Santos; Aroldo Luis Leonardo; Arthur Corrêa do Nascimento; Ataualpa da Silva Agostinho; Aurinete Oliveira Martins; Beatriz Piantoni Gonçalves; Bernardo Ferreira Lessa Lima; Bianca Beatriz Silva de Souza; Bianca Nascimento Ignácio dos Santos; Brasilicio Francisco Campos Neto; Brenda Neves Rodrigues Quadros; Breno D'oliveira Vilela; Breno Garcia Carneiro; Bruna Maria Guimarães Pereira; Bruna de Oliveira; Bruno Botto de Barros da Silveira; Bruno Carneiro Tavares Barcellos; Bruno Cesar Peixoto dos Santos; Bruno Ferraz Valle; Bruno França Guedes; Bruno Gil de Oliveira Machado; Bruno Gonçalves de Araujo; Bruno Leonardo da Silva Guimarães; Bruno Messias Mendes; Bruno Rabinovici Gherman; Byanca de Fátima Martins Lopes; Bárbara Taciana de Vasconcelos Cavalcanti; Caio Betini Geraldo; Caio Cesar Barbosa Fonseca; Caio Henrique Barbosa; Caio Macedo Athayde Bonadio; Caio Rodrigo de Araújo Porto; Calisto Miranda de Paschoa Filho; Camila Fernandes Franco da Rocha; Camila Moraes Albuquerque; Camila Yukie Iguchi; Camila da Silva Luz; Camila de Magalhães de Sá; Camila de Mattos Anusz; Camila de Sousa Flôres; Camilla Alves Janott Sarlo; Camilla Monteiro de Paula Nery; Camilla Nunes Proença Formoso; Camilla Sgarbi Capilé; Camilla Thomaz da Silva; Carina Corrêa Bonates; Carla Anastacia Rodrigues Daniel; Carla Araujo Porto; Carla Carolina Borges Montagnini; Carla Luzia Lima Marques; Carla Monique Costa de Lima Gusmão; Carla Regina Köhler; Carla de Souza Torres Monteiro da Silva; Carlos Augusto Barbosa da Silveira Barros; Carlos Augusto Nogueira Pinto; Carlos Eduardo Barata Bacellar de Mattos; Carlos Victor Silva Menezes de Souza; Carmen Aragão Silva; Carolina Borba Maranhão Sampaio; Carolina Bragança Sobreira; Carolina Holanda Camilo; Carolina Tavares de Oliveira Ribeiro; Carolina de Morais Marques; Caroline Bueno Salazar; Caroline Catherine Lacerda Elias; Caroline Hallal Reydams; Caroline Siqueira de Almeida; Cassandra Barroso Rangel da Silva; Cassia Cristina Pereira de Brito; Cassio Aguiar Coelho; Catarina Maria Torres Silva Xavier; Catiano Cristian de Luca; Cecilia Rezende da Silva Cunha; Celso Santos Leite; Cesar Luis Marcio; Charles Almeida da Luz; Charoline Stuart da Silva Bitencourt; Cinthia Ladeira da Silva; Cintia Dias Bermudes Lino; Ciro Costa Saraiva e Santos; Clara Caroline Araujo Lemos; Clarice Dutra de Azevedo; Clarissa Danielle Mendonça de Oliveira; Clarissa Horst Delduque Salem; Claudia Barcelos de Aquino de Souza; Claudia Fernanda Beserra; Claudia Ribeiro Dias Porto da Luz; Claudia da Silva Araújo; Claudiane de Oliveira Bessa; Cláudia Moraes do Nascimento; Cláudio César Martins de Oliveira; Conceição Conde Guimarães; Conrado Groth Couto; Cristiane Ramos Sayão Pachalski; Cristiane da Vitória Silva; Cícero Bezeruska; Árdala Ariane Triburtino de Sousa.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.964/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Senra Lima; Dafne Sampaio Almeida; Daiana Villas Bôas Taranto; Daiane Prediger; Daily Chrystine Vasconcelos Ramalho; Dalton Pereira da Silva; Daniel Facó da Silveira Santos; Daniel Gonçalves Antunes; Daniel Lopes Pimentel; Daniel Marzulo Reis; Daniel Sales Lins; Daniel Siqueira Vasconcellos Pereira; Daniel de Almeida Braga; Daniel de Souza Borges; Daniela Costa Pinto; Daniela Cunha Rangel; Daniela Falci Pereira; Daniela Hae Chuong Oh; Daniela Maciel Munhoz da Silva; Daniela Maria Gomes Nóbrega; Daniela Vasconcelos de Souza Brito; Daniella Barbosa Vieira; Daniella Guedes Rocha Malito; Danielle Caranha Bastos; Danielle Crespo Rangel Barcellos; Danielle Darski Constantino Contarini; Danielle Magalhães de Lima; Danielle Raphael do Nascimento; Danielle Rodrigues Barretto Cabral; Danielle Terra Alvim; Danielle Vanessa Miranda de Holanda Pinheiro; Danúbia Michetti Silva; Darlene Lucas de Farias Silva; David Jhanny de Lima Basilio; David Julio da Costa; Dayvid Saint-clair da Silva Sinval Versolati; Deise de Avila Silva; Delane Michele de Negreiros Barbeitas; Demétrio da Cruz Souza Vieira; Denis Braz Rolim; Diana Patricia da Silva Hernandez; Diego Henrique Cavalcante Santos; Diego Neves Carvalho; Diego Pontes Valle Coello Vargas; Dimitri Lovisaro Rumiantzeff; Dino Bandiera de Oliveira Santos; Diogo Thomaz Kawachi; Diogo Trindade Bastos; Dióscuro José Ferreira Secchin; Douglas Sani Pimenta; Douglas de Souza Camilo; Dáfne Gonzalez Botelho; Débora Carneiro de Lima e Silva; Débora Chaves Barbosa; Débora Igreja de Vilhena; Débora Rodrigues Telles Menezes; Débora Soares da Silva; Débora Taíse Araújo de Lucena; Eda Carolina Monteiro Leitão; Ederson Ribeiro; Edmari dos Santos Ferreira Mendes; Edmo Rodrigues de Oliveira; Edna Batista da Silva; Edna Maria de Souza Mafra; Eduardo Caldeira Estrela; Eduardo Felipe de Carvalho Chaves; Eduardo Fernandes Andrade; Eduardo Freire de Carvalho; Eduardo Miranda Neves da Rocha;Eduardo Paes Barreto; Eduardo Picelli Vicentim; Eduardo Silva Freire; Eduardo Telles de Menezes; Eduardo da Costa Bueno; Eduardo da Costa Martins; Eduardo de Almeida Rocha Junior; Ekaterine Araújo Dias; Elianderson Pedroza dos Santos; Eliane Pinheiro Ferreira; Elielton Bezerra Pupo; Elisa Cristina Gnoatto; Elisabete Barros da Silva; Elisangela Nobre Rabelo; Elisangela Silvana Cardoso; Elisângela Teixeira da Silva; Elizabete Aparecida dos Santos; Elizandra Barroso do Nascimento; Ellen Juliane Hauschildt Dias; Ellen Monteiro Campos; Emanuele Bitencourt Neves Camani; Emerson Emanuel Pinheiro de Moura; Enio Marques Júnior; Erica Kilma Cristina da Silva; Erika Ferreira Pinheiro Guimarães Suzana; Erika Thadeu de Freitas; Estia Karina Sales Noblat; Éder Chicareli Balestri; Érica de Oliveira Rainho; Érico Fernandes Tavares; Érika Ferreira Fraga Bettio.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.967/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Chagas Oliveira (CPF 820.186.855-20); Gustavo José Seco Junior (CPF 072.856.647-82); Gustavo Moruzzi Caldas (CPF 282.230.978-77); Halliny Siqueira Ruela (CPF 055.281.116-50); Heloisa dos Santos Chasse Medeiros (CPF 087.384.107-70); Helton Jefferson Damasceno Perez (CPF 514.677.982-15); Helton Ronald Souza Sodré (CPF 653.719.172-68); Henrique Vieitas Braga (CPF 097.003.097-54); Hilton Luis Alves Filho (CPF 023.752.801-05); Ilana Fukelman (CPF 094.166.667-00); Ingrid Caroline Baia de Souza (CPF 887.215.582-72); Ingrid Lopes Silveira Vianna Corrêa (CPF 024.127.679-98); Iris Maria Lima e Silva Dalston (CPF 098.681.167-08); Irys Carolyne Barros Campelo (CPF 648.531.363-04); Isabela Coube Rodrigues (CPF 090.955.497-80); Isabella de Sousa Neves (CPF 006.389.925-67); Isabelle Caroline da Silva Vieira (CPF 707.498.412-49); Isac Velozo de Castro Aguiar (CPF 826.911.935-00); Isney Mota de Almeida (CPF 001.775.425-94); Itana Naiara Costa Ribeiro (CPF 033.232.725-60); Ivana Coutinho Soter (CPF 071.773.677-64); Izabela de Faria Batista Toledo (CPF 105.288.027-47); Jackson Nogueira Alves (CPF 057.085.397-47); Jacqueline Katherine Bentes de Jesus (CPF 947.885.882-34); Jamile de Sousa da Silva (CPF 106.554.047-75); Janina Ferreira Loureiro Huguenin (CPF 036.804.499-84); Janine Duarte Presideu (CPF 076.403.837-06); Jaqueline Pinheiro Candeias (CPF 110.877.647-77); Joelson Soares dos Santos (CPF 826.701.292-34); Joice Aparicio Pacheco de Souza (CPF 093.535.117-55); Jomar Leite Carvalho Neto (CPF 946.452.305-06); Josane Cerqueira dos Santos Santana (CPF 784.758.485-91); José William Gonçalves dos Passos (CPF 229.912.408-06); José de Anchiêta Tavares Júnior (CPF 046.999.674-93); Joyce Mota Rodrigues (CPF 988.258.873-53); João Bernardo Antunes de Azevedo Guedes (CPF 083.960.207-36); João Francisco Pires do Rego (CPF 008.147.024-06); João Luiz Moreira Santos Silva (CPF 022.037.205-57); João Márcio da Silva Correia (CPF 109.665.967-06); João Vinicius Schiavon Neves (CPF 344.640.288-88); Juliana Amaral Rodrigues (CPF 785.726.651-53); Juliana Barbosa Ribeiro Trevisan (CPF 225.080.058-86); Juliana Lopes de Aguiar (CPF 009.851.014-23); Juliana Machado Monteiro (CPF 723.311.861-20); Juliana Pereira Gontijo Borges (CPF 003.229.351-80); Juliana Sayuri Carvalho da Silva (CPF 014.719.639-69); Juliana Vicente da Silva (CPF 079.640.227-25); Juliana da Costa Quintão (CPF 080.516.367-08); Juliano Carlos de Oliveira (CPF 301.349.638-06); Júlio César dos Santos Alves (CPF 363.360.088-43); Kamila Machado Paschoal (CPF 103.998.867-96); Kamila Rodrigues do Valle Temponi (CPF 086.581.477-54); Karen Levy Delmaschio (CPF 102.020.237-88); Karen Ramos Barifouse Ramada (CPF 118.768.127-02); Karina Dutra Pessoa (CPF 855.484.052-68); Karina Vieira Branco (CPF 098.607.077-74); Karine Isabel de Sousa (CPF 042.561.276-74); Karinna Helenna Menezes Carvalho de Souza (CPF 108.426.377-70); Karla Cristina Ribeiro de Almeida Dominguez (CPF 098.850.617-38); Karlos Kemps Lima da Silva (CPF 674.551.822-87); Katia Milene Sodeyama (CPF 302.014.268-70); Katiuci Hilário Chaves (CPF 011.241.070-70); Kelly da Costa Machado (CPF 916.927.410-04); Keyte da Silva Cunha (CPF 622.760.422-49); Klaus Kennedy Santos Cavalcante de Oliveira (CPF 033.558.655-40); Klenya Pinheiro Gurgel de Freitas Araújo (CPF 052.936.454-98); Klésia dos Reis Santos (CPF 017.907.851-89); Krause Cristina da Silva Salles (CPF 104.870.677-03); Laine Santos Fiscina (CPF 031.848.635-06); Larissa Telles Barreto Carvalho (CPF 084.049.057-70); Larissa de Cássia Pinto dos Santos (CPF 124.984.897-03); Larissa de Oliveira Fraga (CPF 967.302.425-15); Larissa de Souza Mello (CPF 129.176.347-31); Laura Lemos Vilaça (CPF 121.657.847-86); Laura Puhl Miron Degani Cardozo de Aguiar (CPF 008.791.820-08); Layanne Viana Medeiros Nunes (CPF 007.182.223-26); Laísa de Albuquerque Fioravante Silvestre (CPF 027.443.211-09); Leandro Aparecido Rossetto Alves (CPF 371.825.048-98); Leandro Gualberto Martins Ferreira (CPF 094.113.007-07); Leandro Mendes da Silveira (CPF 082.467.637-84); Leonardo Barbosa Pimentel (CPF 809.414.785-72); Leonardo Martins Gomes (CPF 711.182.681-72); Leonardo Zimmermann de Souza (CPF 009.895.780-54); Leonardo de Carvalho Pinheiro (CPF 324.874.268-29); Lessandro Corrêa Nunes (CPF 044.840.856-23); Letícia Cleto Duarte (CPF 319.762.038-05); Letícia Ribeiro Cardoso (CPF 084.698.757-01); Lia Almeida Pinto (CPF 013.524.776-45); Liana Dias Martins da Rocha (CPF 106.636.297-13); Lianna de Oliveira Nunes (CPF 110.548.857-88); Ligia Cristina D'aloia Lulio (CPF 338.714.668-08); Ligia Lopes Balsalobre Trevizan; Lilia Pereira Abreu Ferro; Lázaro Silveira Santos Junior; Ítalo José Mesquita Cavalcante
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.972/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Miliane Guilhermino Pereira da Silva; Monica dos Santos Pereira; Moniky Moreira Carvalhaes de Oliveira; Monique Correa Neves Alves; Monique Motta Varela; Monique Nascimento dos Santos Farias; Mylene Costa e Silva; Naira de Almeida Scartezzini; Natali de Souza Holanda; Natalia Kondo Monteiro; Natalia Santos Pereira Vidal; Natally Karen Sampaio da Silva; Nataly da Rocha Queiroz; Natascha Silva Sandy; Natasha Hartmann; Natasha de Alencar Henrique Paes Leme; Nathalia Asfor Parente; Nathalia Pinto de Oliveira; Natália Arnaud da Rocha Mendes; Natália Ferreira da Costa; Natália Santos Lopes; Natália Silva de Oliveira Barbosa; Nayana Fonseca Vaz; Nayara de Araújo Cordeiro; Nayra do Nascimento Silva; Neilton Barbosa de Asis; Nilsilene da Silva Costa; Nisley de Sousa Tocchio dos Anjos; Nuria Sales Fonseca; Orlando Sandoval Farias Junior; Osvail Batista dos Santos Júnior; Pablo Franco; Paloma Bahia Navegantes; Patricia Cunha da Silva; Patrick Moraes Vilão; Patrícia Andréia Rodrigues Ferreira; Patrícia Corrêa Azevedo; Patrícia França Gomes; Patrícia Pereira Carvalho; Patrícia Santos de Souza; Paula Costa Leite; Paula Medeiros Sabino; Paula Naves Wermelinger; Paula Selvatice Pereira; Paula da Silva Machado; Paulo Eduardo Darski Rocha; Paulo Hemerson de Moraes; Paulo Henrique da Silva Mota; Paulo Sergio de Souza Torquato; Paulo Vinicius Franchin; Pedro Américo Padula Ribeiro; Pedro Augusto Bulhões Curioso; Pedro Figueiredo Neto; Pedro Klarner de Rezende; Pedro Murilo Moreira Pantoja; Pedro Pereira Nunes Filho; Pedro Ricciardone; Pedro da Rocha Rolins Neto; Poliana de Jesus Penha da Silva; Priscila Chagas Oliveira; Priscila Luise Peral Ferreira Pinto; Priscila Rodrigues Guimarães; Priscilla Gonçalves Lomardo; Pâmera Ferreira Santos; Pérola Damiana Dangelis Alberto de Assis; Quelly Christina França Alves Schiave; Rafael Cardoso de Vasconcellos; Rafael Fernandes Barbosa; Rafael Freitas de Andrade Neri; Rafael Garcia Alves; Rafael Gravina Fortini; Rafael Leite Freitas; Rafael Luís Ferreira Netto Cardoso; Rafael Pedro Campos; Rafael Santana Batista Soares; Rafael Scher Rosa; Rafael de Abreu Rodrigues; Rafaella Ripper Fernandes; Raoni Pinto Veludo Gouveia; Raphael Inacio de Abreu Ferreira; Raphael Marques Bragança Milagres; Raquel Girão Alves dos Santos; Raquel Rosa Regadas; Raquel da Costa Martins; Raquel de Ávila Santos; Raquel dos Santos Pinheiro; Rayane Zuilla Fernandes de Menezes; Regina Celer Levorato; Rejane Veiga de Almeida; Renan Gomes Carneiro; Renata Barbosa da Silva; Renata Brasil Santoro Nunes; Renata Espínola de Carvalho; Renata Ferreira Leite; Renata Ferreira da Silva Moreira; Renata Moraes Amaral; Renata Oliveira Cunha; Renata Oliveira dos Santos Menezes; Renata Ribeiro Fonseca; Renato Augusto de Campos
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-000.440/2014-0
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
Representante: H. Aidar Pavimentação e Obras Ltda.
Advogado constituído nos autos: Rodrigo Aidar Moreira, OAB/SP n. 263.513.

TC-001.019/2013-9
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Sandra Terezinha Gomes Zappa e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-001.147/2014-5
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Unidade: Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SGL do Estado do Tocantins.
Representante: Sérgio Vieira de Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.233/2014-9
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessado: Judite dos Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.685/2014-7
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Lucas de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.735/2014-4
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 10º Batalhão de Infantaria - MD/CE.
Interessados: André Luís Ribeiro de Carvalho Jùnior e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.736/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE.
Interessados: Alexandre Palma da Silveira Júnior e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.746/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército - MD/CE.
Interessados: Igor José Santos Miguel da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.776/2014-2
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola de Formação Complementar do Exército - MD/CE.
Interessados: Ernani Marques de Almeida e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.812/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 4º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE.
Interessado: Marvin Daniel Martins Peçanha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.814/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 14º Grupamento de Artilharia de Campanha - MD/CE.
Interessados: Igor Soares Kaltner e Mário Alexandre Antunes do Carmo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.831/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Insituto Militar de Engenharia - MD/CE.
Interessado: Rafael de Paula Paiva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.835/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel.
Interessados: Alan Frias Coelho da Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.848/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Agência Nacional das Águas - ANA.
Interessados: César Eduardo Bertozzo Pimentel e Priscila Monteiro Gonçalves.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.937/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 6º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.
Interessado: Sidnei de Mello Nunes Jùnior.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.938/2014-2
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.
Interessado: Anderson Lucas dos Santos Diehl.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.542/2014-5
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria Dalva Peixoto Fontoura.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.599/2014-7
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Isaura Antônia Orlandi e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.839/2012-1
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Unidade: Colégio rui Barbosa de Aparecida de Goiânia/GO e Secretaria de Estado da Educação de Goiás.
Representante: Adriana Pereira Maia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.938/2013-8
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessada: Severina Batista de Santana.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.128/2013-0
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria Regina Goggi de Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.540/2013-1
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Rio Grande do Norte - Ibama/RN.
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.705/2008-9
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB.
Interessada: Secretaria de Controle Externo na Paraíba - Secex/PB.
Advogados constituídos nos autos: Francisco de Assis Almeida e Silva, OAB/PB n. 9.276; e Bruno Augusto Albuquerque da Nòbrega, OAB/PB n. 11.642.

TC-015.493/2012-1
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura de Cromínia/GO.
Responsável: José Januário de Menezes Neto.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.782/2010-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Michelle Clavery Holanda e Sandra Leila Clavery Braga.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.283/2013-6
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria de Almeida Ribeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.361/2013-0
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Monte Santo do Tocantins - TCE/TO.
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.230/2010-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Hermínio Manoel dos Santos Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.277/2010-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Luiz Antônio Pitanga e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.765/2013-2
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Marlene roriz do Nascimento e Marli Roriz alves da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.676/2013-3
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Edinea de Carvalho Santana e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.857/2011-9
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW - MD/CE.
Responsáveis: Roberto Escoto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.882/2011-3
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista - CEBW - MD/CE.
Responsáveis: Carmo Antônio Russo e Fernando José Lavaquial Sardenberg.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.914/2013-9
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Amapá - Sescoop/AP.
Responsáveis: Gilcimar Barros Pureza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.337/2010-0
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2009.
Entidade: Emp-resa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.
Responsáveis: Marco Arildo Prates da Cunha e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.045/2013-8
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Entidade: Serviço Nacional de aprendizagem Comercial - Departamento Regional em Roraima - Senac/RR.
Responsáveis: Antônio Airton Oliveira Dias e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.492/2013-8
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessada: Severina Gonçalves de Azevedo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.524/2013-7
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria José de Jesus.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.034/2013-3
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessado: Adenison Noel Marcelino da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-038.288/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE/SC.
Responsáveis: Alberto Causs Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: Ricardo de Souza Waick, OAB/SC n. 19.527.

TC-045.505/2012-8
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Representação.
Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
Representante:
Advogado constituído nos autos: Éder Mendonça de Abreu, OAB/TO n. 1.087.

TC-046.427/2012-0
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2011.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Goiás - Senar/GO.
Responsáveis: José Mário Schreiner e Marcelo Costa Martins.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.602/2012-7
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2011.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional no Estado de Alagoas - Secoop/AL.
Responsáveis: Marcos Antônio Braga da Rocha e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-000.735/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Moraújo - CE
Responsável: Francisco Odernes Vasconcelos
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-004.937/2014-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep/MCTI
Interessada: MXM Sistemas e Serviços de Informática S/A
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.006/2014-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Carauari - AM
Interessado: Mirtyl Levy Junior, Secretário do Tribunal Pleno - Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.671/2013-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.795/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de São Raimundo Nonato - PI
Responsável: José Herculano de Negreiros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.790/2009-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Município de Vitória - ES
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.622/2013-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Fortaleza - CE
Interessada: Nilce Cunha Rodrigues, Procuradora da República no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.467/2013-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.982/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo
Responsáveis: Antônio Carlos Pimentel Mello e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.203/2013-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Mombaça - CE
Interessado: Ecildo Evangelista Filho, Prefeito do Município de Mombaça - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.757/2009-1
Apensos: TC-000.478/2012-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-000.476/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-000.477/2012-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Irauçuba - CE
Responsáveis: Antonio Evaldo Gomes Bastos e outros
Advogados constituídos nos autos: Sebastião Ferreira Leite (OAB/GO 11.381) e outros.

TC-024.962/2010-4
Apenso: TC-005.425/2008-0 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural Com Interação Solidária - Central Cresol Baser e Fundação da Universidade Federal do Paraná - Funpar
Responsáveis: Alípio Santos Leal Neto e outros
Advogados constituídos nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Fausto Pereira de Lacerda Filho (OAB/PR 5.491); Renato Andrade (OAB/PR 10.517); Daniel Wunder Hachem (OAB/PR 50.558) e outros.

TC-028.585/2013-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Companhia Docas do Maranhão - Codomar
Responsáveis: Alessandra de Jesus Lopes e outros
Interessado: Deputado Federal Marcos Rogério da Silva Brito Advogados constituídos nos autos: Getúlio Humberto Barbosa de Sá (OAB/DF 12.244) e outros

TC-033.332/2013-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de São Francisco do Piauí - PI
Interessado: José Ademir Ramos de Souza, Chefe do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.035/2011-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-046.845/2012-7
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I)
Natureza: Agravo (Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas) -
Exercício: 2012
REVISOR: Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA (Ata 5/2014)
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional.
Responsáveis: Agamenon Leite Coutinho; Alex Sandro Gonçalves Pereira; Alfredo Souza de Moraes Júnior; Antonino Falchetti; Aécio Pereira Júnior; Daniel Amin Ferraz; Deuseles Rosa da Silva; Edivaldo Del Grande; Erikson Camargo Chandoha; Geci Pungam; Gilson Alceu Bittencourt; Guntolf Van Kaick; Ismael Silva Lisboa; Jose Gerardo Fontelles; João Batista Ferri de Oliveira; Lucas Vieira Matias; Luís Tadeu Prudente Santos; Marcio Lopes de Freitas; Raimundo Sergio Campo; Remy Gorga Neto; Ricardo Saud; Roberto Marazi; Rose Mary Oliveira; Ruiter Luiz Andrade Padua; Wagner Guerra da Fonseca.
Advogados constituídos nos autos: Paulo Roberto Galli Chuery (OAB/DF 20.449); João Felipe Cunha Pereira (OAB/RJ 131.197) e outros.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-007.300/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA).
Responsáveis: Bernardes Martins Lindoso; Maria Auxiliadora Souza dos Anjos; Maria Francisca Tereza Martins de Souza; Maria Gabriela Cabral Monteiro de Azevedo Berger; Paulo Bernardo Antunes Lindoso; Sérgio Cabeça Braz; Tania do Valle Antunes Lindoso. Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos Cereja (OAB 6977/PA), João Ricardo Jordão (OAB/SP 228.091), Jorge Yoshiyuki Taguchi (OAB/SP 207.090), Maria Lúcia de Souza Lima Rossi (OAB/SP 232.827), Átila Gonçalves de Carvalho (OAB/SP 187.320).

TC-012.270/2007-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
Interessados: Abel Carlos Avancini, Ana Neli Mendonça Pinheiro, Clélia Maria Paixão Pereira, Eliane Terezinha do Amaral Campello, Fausto Wittee Neetzow, Fernando Paulo Cunha, Francisco Guaraci Gomes Silveira, Gilca Martins Gatti, Giovanni Baruffa, Marco Aurélio de Magalhães Fonseca, Maria de Lourdes da Rocha Piragine, Maria Mercedes Solis Rivero, Neuza Maria Cofia de Mello Nunes da Silva, Otacílio Luiz de Mello, Ricardo Claudio Saldana Oliveri, Ruda Kalikoski de Carvalho e Vera Maria Cousen.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-012.798/2013-4
Natureza: Solicitação.
Entidade: Prefeitura Municipal de Cruzeta - RN.
Interessada: Prefeitura Municipal de Cruzeta - RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.238/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Gonçalo Curvo da Silva.
Advogados constituídos nos autos: Analady Carneiro da Silva (OAB/MT 9.840) e outros.

TC-037.289/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Município de Marechal Thaumaturgo/AC.
Responsáveis: Itamar Pereira de Sá, América Indústria e Comércio Ltda. e Município de Marechal Thaumaturgo/AC.
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-001.492/2009-2
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo.
Interessados: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e Luiz Celso Calvi.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.071/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Olho D'Água do Casado (AL)
Responsável: Wellington Damasceno Freitas, ex-Prefeito.
Advogados constituídos nos autos: Não há

TC-016.715/2012-8
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Recorrente: Ivone Alves Arantes Torres
Advogado constituído nos autos: Maria Henriqueta de Almeida, OAB/MS 4.364-B (peça 12)

TC-022.328/2006-3
Natureza: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de São Mateus do Maranhão (MA)
Interessado: Francisco Rovélio Nunes Pessoa
Advogado constituído nos autos: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341)

TC-023.574/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Interessado: Luzia Americano
Advogado constituído nos autos: José Marcos do Prado, OAB/SP 103.251

TC-041.791/2012-6
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - BELÉM/PA - INSS/MPS
Recorrente: Marco Antonio Coimbra Lage da Silva, pensionista de Estrophe Gonçalves Campos da Silva, representado por sua Curadora, Therezinha de Jesus Coimbra Lage da Silva.
Advogado constituído nos autos: Deusdedith Freire Brasil, OAB/PA 920 D 21, e outros.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-009.888/2011-0
Apenso: TC 014.040/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT).
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), Lourival Mendes de Oliveira Neto, Presidente da ASBT; Global Serviços Ltda.; Valéria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - V&M; Avalanche Produções Ltda.; Classe A Produções e Eventos Ltda; Lima & Silva Representações de Bebidas Ltda. - sucessora da DMS Produtora Publicidade e Eventos Ltda.; Planeta Empreendimentos e Serviços Ltda; I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda; Rdm Art Silk Signs Comunº Visual Ltda.; Sergipe Show Propaganda e Prod. Art. Ltda.; Triunfo Prod. de Eventos e Serv. Ltda.; Wd Produções e Eventos; José Augusto Celestino Oliveira, membro da Comissão Especial de Licitação da ASBT; Maria José Oliveira Santos, membro da Comissão Especial de Licitação da ASBT; Maria Virgínia Bispo da Silva, membro da Comissão Especial de Licitação da ASBT; Adriano Rodrigues Pereira, Coordenador Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação do MTur à época; Airton Nogueira Pereira Junior, Secretário Nacional de Políticas de Turismo à época; Carla de Souza Marques, Assessora da Coordenação-Geral de Análise de Projetos do Mtur à época; Carlos Alberto da Silva, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do MTur à época; Cláudia de Alencar Carvalho, Técnica do MTur à época; Daniel Mendes Guedes, Técnico Especializado do MTur à época; Dorvalino Santana Alvarez, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do MTur à época; Eugênio da Costa Arsky, Coordenador de Prestação de Contas do MTur à época; Gilvana Pereira de Sousa Fernandes, Assistente Técnica do MTur à época; Janaina Cristina Machado Pinto Amazonas; Junia Cristina Franca Santos Egidio, Coordenagora-Geral de Convênios do MTur à época; Ludmila Sara de Oliveira, Agente Administrativo do MTur à época; Marcio Ferreira do Nascimento, Diretor de Maketing e Promoção do MTur à época; Mario Augusto Lopes Moyses; Marisa da Silva Chaves, Técnica do MTur à época; Marta Feitosa Lima Rodrigues, Coordenadora-Geral de Análise de Projetos à época; Paulo Pires de Campos, Chefe de Assessoria do MTur à época; Ricardo Cardoso dos Santos, Diretor de Gestão Estratégica Substituto do MTur à época; Rubens Portugal Bacellar, Diretor de Gestão Interna no MTur à época; Soemes Castilho da Silva, Técnica do MTur à época; Walber Henrique Chagas Martins, Agente Administrativo do MTur à época; Yvelise Bleyer Martins Costa, Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios do MTur à época;
Advogados constituídos nos autos: Andressa Neves Vieira (OAB/DF 26.994); Karla da Silva Lima (OAB/DF nº 27.776); Andrea Sobral Vila-Nova de Carvalho (OAB/SE 2.484); Márcio Macedo Conrado (OAB/SE nº 3806); Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14265); Leandro Costa Coppi (OAB/DF 18991); Emerson Franco de Menezes (OAB/SP 133.039).

TC-011.403/2010-1
Apenso: TC 026.904/2008-9
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Recorrentes: Cobra Tecnologia S/A, Samuel Costa Neto e Emerson Brandão dos Santos
Advogados constituídos nos autos: Miriam Auxiliadora Romanholli (OAB/RJ 163.389), Lincoln de Souza Chaves (OAB/DF 1.398-A e OAB/RJ 34.990), Sérgio Ricardo Fier (OAB/DF 33.866) e Glauco Pereira Brandão (OAB/DF 34.169)

TC-011.449/2011-0
Natureza Pensão Civil
Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Interessadas: Maria da Gloria Gomes Lobo; Maria das Graças Silva de Medeiros; Rita Costa de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-019.276/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Pau D'Arco - PA.
Responsável: João Monteiro de Souza, ex-Prefeito
Advogado constituído nos autos: não atuou.

TC-024.568/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Interessada: Sonia Maria Martins Pereira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.623/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Agricolândia - PI
Responsáveis: Antonio Ribeiro Barradas; Manoel Valdemiro Francalino da Rocha
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-004.682/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.
Unidade: Superintendência Regional em Mato Grosso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR-13/Incra).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.632/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Anael Robson Ramos Farias e Tamma Produções Artísticas Ltda.
Unidade: Município de Nova Módica/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.907/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Elimarcius Lacerda Costa
Unidade: Município de Água Boa/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.724/2012-9
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Francisco Alves Pereira Filho.
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Cefet/BA. Advogada: Cristina Menezes Pereira Doto (OAB/BA 14.258)

TC-012.804/2007-3
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Maria Fátima Santos e Maria Madalena da Silva.
Unidade: Ministério das Comunicações.
Advogado constituído nos autos:

TC-012.924/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Silveira Brandão
Unidade: Município de Prudente de Morais/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.659/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Tania Marli Ribeiro Yoshida
Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe - BA.
Advogado constituído nos autos: Joel de Souza N. Júnior (OAB/BA 21.118)

TC-028.160/2013-4
Natureza: Representação.
Representante: Priscila Silva Morais
Unidade: Companhia Docas do Pará - CDP
Advogados constituídos nos autos: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/MG 56.543) e outros.

TC-028.716/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Messias Ferreira Mendes
Unidade: Município de Buritama/SP.
Advogados constituídos nos autos: Alexandr Douglas Barbosa Lemes (OAB/SP 216.467) e outros.

TC-031.156/2013-4
Natureza: Representação
Representante: WellPark Estacionamentos e Serviços Ltda.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.547/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Inês Botelho.
Unidade: Município de Mandaguari/PR.
Advogados constituídos nos autos: Wedson José Pierobon (OAB/PR 11.835) e outros.

TC-032.066/2010-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - Sebrae/RO.
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - Sebrae/RO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.326/2011-8
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Emílio Mameri Neto.
Unidade: Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais/UFES. Advogada constituída nos autos: Deborah Maria Akel Mameri (OAB/ES 14.598).

TC-033.481/2013-0
Natureza: Representação
Representante: General Water S.A.
Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp. Advogados constituídos nos autos: Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (OAB/SP 123.916) e outros.

TC-033.584/2013-3
Natureza: Representação
Representante: Décio Freire & Advogados Associados.
Unidade: Companhia Docas do Ceará - CDC.
Advogados constituídos nos autos: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/MG 56.543) e outros.

TC-033.672/2013-0
Natureza: Representação
Representante: Mactecnology Comércio de Informática Ltda.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.980/2013-6
Natureza: Representação
Representante: GMC Alimentos do Brasil Ltda.
Unidade: Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro - COM/RJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.255/2013-3
Natureza: Representação
Representante: Endoimplantes Comércio de Produtos para a Saúde Ltda. - EPP.
Unidade: Hospital Militar de Área de São Paulo/Ministério da Defesa.
Advogado constituídos nos autos: Frederico Antonio Carneiro de Moraes (OAB/RJ 117.836).

TC-034.471/2011-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Carlos Hermano Albuquerque Baumert
Unidade: Município de Maragogipe/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.520/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Bruno Nogueira de Oliveira, Thiago José Gomes Faria e José Rogério Moura de Almeida Filho
Unidade: Município de Valença/RJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.480/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antenor de Assis Karitiana e Almir Narayamoga Suruí
Unidade: Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas - Cunpir/RO.
Advogado constituído nos autos: Manoel Hipólito Mantovani (OAB/RO 4572).

TC-037.706/2012-8
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
Unidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-012.505/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Ministério do Turismo - MTur.
Responsáveis: Instituto de Apoio Técnico Especializado a Cidadania - IATEC, Anacleto Julião de Paula Crespo e Pedro Ricardo da Silva.
Advogado constituído nos autos: Francisco Adriano Bezerra de Menezes, OAB/PE n. 8237.

TC-013.466/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão - Sescoop/MA.
Responsáveis: Adalva Alves Monteiro, Bento dos Santos da Silva Neto, Edvaldo Souza dos Passos, Faustino Aragão Câmara, Lilian Freire Fonseca, Lourival Ferreira Brasil, Márcia Tereza Correia Ribeiro, Maria Eufrásia Campos, Mariano Rodrigues da Silva, Rocimary Câmara de Melo e Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.720/2012-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Colinas do Sul/GO.
Responsável: Ozamir Ferreira da Silva.
Advogado constituído nos autos: Eder da Silva Coelho, OAB/GO n. 27.844.

TC-023.013/2013-3
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Escola de Instrução Especializada.
Embargante: Toalheiros Real Ltda..
Advogado constituído nos autos: Patrick Granados da Mata Machado, OAB/RJ n. 129.107.

TC-024.023/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Flores/PE.
Responsável: Gilmar de Queiros, ex-Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.100/2013-5
Natureza: Representação.
Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel.
Interessadas: Ponto Rápido Ltda. e Real Time Ltda..
Advogado constituído nos autos: René Dellagnezze, OAB/SP n. 62.436.

TC-041.851/2012-9
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Sergipe - Core/SE.
Embargantes: Gilberto dos Santos e José Reinaldo Macedo.
Advogado constituído nos autos: Maria da Purificação Oliveira Santos, OAB/SE n. 1.346.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.933/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Responsáveis: Associação Mãos da Terra de Pedro II- PI e Ronan Ronald Galvão Brandão
Advogado constituído nos autos: Josino Ribeiro Neto (OAB/PI nº 748) e outros

TC-006.311/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibicuitinga - CE
Responsável: Francisco Anilton Pinheiro Maia
Advogado constituído nos autos: José Moreira Lima Júnior (OAB/CE nº 6.986) e outros

TC-006.710/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Canavieira - PI
Responsável: José Donato de Araújo Neto
Advogado constituído nos autos: Hillana Martina Lopes Neiva (OAB/PI nº 6544)

TC-006.764/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Ministério da Cultura (vinculador)
Responsáveis: Armênio Graça Filho e Instituto Brasileiro de Arte, Ação, Educação e Estudos Culturais - Ibraec
Advogado constituído nos autos: Douglas Ramos Alves Costa, OAB/RJ 143.910.

TC-018.320/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Piauí Turismo - Piemtur/PI
Responsável: José do Patrocínio Paes Landim
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.102/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Sento Sé/BA
Responsáveis: Juvenilson Passos dos Santos
Advogado constituído nos autos: Miucha Bordoni, OAB/BA 25.538.

TC-033.434/2011-5
Apenso: TC-028.087/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Icó - CE
Responsáveis: Fernando Cavalcante do Nascimento; Gildomar Ferreira Gonçalves; Marcos Eugenio Leite Guimaraes Nunes; Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda e Zuila Maria Maciel de Melo Peixoto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.456/2012-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 1ª Região/RJ
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Casimiro Vale da Silva e Manoel da Silveira Mala
Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF nº 6.098) e outros.

Secretaria das Sessões, 27 de março de 2014.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 5, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Indisponibiliza valor, para empenho, e movimentação financeira, e altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), no art. 51 da Lei n.º 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO/2014), no Decreto de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Indisponibilizar para empenho e movimentação financeira no orçamento do Órgão 01.000 - Câmara dos Deputados o valor de R$29.960.627,00 (vinte e nove milhões, novecentos e sessenta mil e seiscentos e vinte e sete reais).

Art. 2º Alterar o Cronograma de Desembolso da Câmara dos Deputados, em razão do crédito suplementar aberto por meio do Decreto de 21 de março de 2014, no valor de R$11.444.566,00 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais) e da indisponibilização para empenho e movimentação financeira (contingenciamento), no valor de R$29.960.627,00 (vinte e nove milhões, novecentos e sessenta mil e seiscentos e vinte e sete reais).

Art. 3º O cronograma anual de desembolso mensal da Câmara dos Deputados, para gastos nos grupos Outras Despesas Correntes, Investimentos e Pessoal e Encargos Sociais, passa a ser o constante dos Anexos I e II, nos termos do disposto nos arts 1º e 2º

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

ANEXO I

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2014
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS

R$ 1,00

MÊS	LIMITE MENSAL
Janeiro	90.313.000
Até fevereiro	180.626.000
Até março	267.943.000
Até abril	355.260.000
Até maio	442.577.000
Até junho	529.894.000
Até julho	617.211.000
Até agosto	704.528.000
Até setembro	791.845.000
Até outubro	879.162.000
Até novembro	966.479.000
Até dezembro	1.053.798.525

ANEXO II

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2014
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R$ 1,00

MÊS	LIMITE MENSAL
Janeiro	405.180.000
Até fevereiro	721.930.000
Até março	1.039.824.000
Até abril	1.342.718.000
Até maio	1.645.612.000
Até junho	1.948.506.000
Até julho	2.251.400.000
Até agosto	2.554.294.000
Até setembro	2.857.188.000
Até outubro	3.160.082.000
Até novembro	3.462.976.000
Até dezembro	3.869.311.523

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, os PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL e DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 51, caput e parágrafos 1º e 3º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 e na Mensagem nº 56, de 21 de março de 2014, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo a esta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União na Lei n° 12.952, de 20 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Min. MARCO AURÉLIO
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. FELIX FISCHER
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. DÁCIO VIEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO

LIMITE INDISPONÍVEL PARA EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

R$ 1,00

Órgão		Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal	1.425.716
11.000	Superior Tribunal de Justiça	801.960
12.000	Justiça Federal	51.730.532
13.000	Justiça Militar da União	1.848.653
14.000	Justiça Eleitoral	44.248.217
15.000	Justiça do Trabalho	54.122.204
16.000	Justiça do DF e Territórios	554.430
17.000	Conselho Nacional de Justiça	14.986.200

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 175, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das respectivas atribuições, com base no artigo 12 da Lei nº 8.112/1990, no subitem 14.9 do Edital nº 1/TSE, de 11 de novembro de 2011, e considerando o disposto no Procedimento Administrativo nº 43.258/2010, resolve:

Prorrogar, por dois anos, a partir de 13 de abril de 2014, o prazo de validade de concurso público realizado por este Tribunal para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa e Área Apoio Especializado, especialidade Programação de Sistemas, cujos resultados finais foram homologados pelo Edital nº 10/TSE, de 10 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 13 de abril de 2012.

Min. MARCO AURÉLIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 5038840-02.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NEUZA MARIA MARQUES FAGUNDES
PROC./ADV.: GASPAR PEDRO VIECELI
OAB: RS-17092
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado em-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

bargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001603-86.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SILBERTO SCHEER
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
OAB: RS-34712
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal "accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002906-29.2011.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SADI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS HUGO DELLA LATTA
OAB: RS-31698
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA INTERNET

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007458-82.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SILVIO LENGER
PROC./ADV.: DIEGO DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

Comercialização PROIBIDA POR TERCEIROS

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000275-26.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELMA SUEMA TREVISAN
PROC./ADV.: DIEGO DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000328-07.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MIRIAM ELIZABETH PAVANI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007438-91.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DALVAN JOSE REINERT
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.089.720/RS, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES. TURMA RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES DO JULGADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO JULGADO PARA QUE A TURMA DE ORIGEM APRECIE FACTUALMENTE A CAUSA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO FIRMADA PELO STJ.

1. Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou procedente "os pleitos formulados na inicial, para: a) reconhecer que as parcelas auferidas a título de juros moratórios não compõem a base de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Física na Reclamatória Trabalhista nº 00272.701/90-04; e b) condenar a União a restituir à parte autora a importância obtida a partir da sistemática de cálculo discriminada no tópico acima "FORMA DE CÁLCULO DO VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO PROFERIDA NESTA SENTENÇA", concernente ao Imposto de Renda retido a maior por inobservância do que se expôs no item anterior."

2. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista em decorrência de rescisão contratual. Transcrevo: Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas física: I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado; II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho; III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau; IV - as indenizações por acidentes de trabalho; V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

3. No julgamento do Recurso Especial 1.227.133, o STJ havia iniciado o processo de formação do futuro precedente, que, finalmente, seria adotado no RESP 1.089.720 (Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques). Naquela assentada, com efeito, a Corte havia decidido caso específico em que não seria exigível o IR; mas não adotou a futura regra geral, posteriormente fixada: é exigível o IRPF sobre os juros de mora, ainda que estes incidam sobre verbas perseguidas em reclamação trabalhista, excetuando-se as hipóteses de(1) demissão do empregado e (2) quando a verba trabalhista, per se, é isenta do IR. O que define a incidência da regra legal de isenção, dessarte, é a rescisão do contrato de trabalho.

4. Já no julgamento do REsp 1.089.720/RS, julgado nos termos do Art. 543-C do CPC, a Primeira Seção do STJ firmou em definitivo a orientação interpretativa que deveria ser emprestada ao assunto, dizendo que em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - accessorium sequitur suum principale; e b) os juros mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda.

5. A tese foi, inclusive, reafirmada integralmente nos embargos de declaração que se seguiram ao REsp 1.089.720/RS e que agora transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Sem subsistência questão de ordem para levar à Corte Especial tema de competência da Primeira Seção que por ela já foi enfrentado em outras oportunidades e que neste processo já se encontra em sede de embargos de declaração. 2. O acórdão decidiu sobre as regras da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas em atraso. A discussão a respeito da aplicação da tese referendada a situações particulares deverá ser travada caso a caso nas ações próprias à medida em que as discussões surjam no Poder Judiciário. O Poder Judiciário não é órgão de consulta. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no Ag. n. 616.328/MG, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 16.10.2012; REsp. n. 1.177.893/ES, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 23.08.2011; REsp. n. 848.397/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.09.2010; AgRg no REsp. n. 663.164/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 21.10.2004. 3. É clara a identidade entre as expressões "contexto da perda do emprego" e "término do contrato de trabalho", utilizadas no acórdão embargado. Não há aqui qualquer obscuridade ou omissão. 4. Em relação à perda do emprego no curso da demanda, de ver que as situações fáticas ocorridas após o ajuizamento da demanda podem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário na forma do art. 462, do CPC, bastando para isso serem regularmente submetidas e demonstradas. 5. O acórdão embargado foi claro ao afirmar ser indiferente para a identificação da natureza jurídica dos juros de mora o regramento estabelecido pelo novo Código Civil, já que os juros moratórios sempre tiveram a mesma natureza indenizatória de lucros cessantes antes e depois do seu advento. 6. Conhecida a lição doutrinária de que juros de mora são lucros cessantes: "Quando o pagamento consiste em dinheiro, a estimação do dano emergente da inexecução já se acha previamente estabelecida. Não há que fazer a substituição em dinheiro da prestação devida. Falta avaliar os lucros cessantes. O código os determina pelos juros de mora e pelas custas" (BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, V. 4, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 221). 7. A compatibilidade do art. 16, da Lei n. 4.506/64 com o art. 43, do CTN foi expressamente enfrentada no acórdão embargado ao situar os juros de mora como acréscimos patrimoniais (proventos de qualquer natureza), não se amoldando à hipótese prevista no inciso I, mas sim no inciso II do citado art. 43, do CTN. 8. Não há qualquer incompatibilidade entre o julgado embargado e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.227.133/RS (1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011). 9. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 06/03/2013)

Comercialização PROIBIDA POR TERCEIROS

6. No caso ora julgado, observa-se que o precedente da da 3ª. Turma Recursal dos JEFs/RS analisou o tema da isenção do Imposto de Renda sobre os juros de mora de modo genérico, sem levar em consideração o fato de que a jurisprudência da 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia enfrentado e se pronunciado sobre a questão nos termos acima detalhados. Em sendo assim, ou seja, aplicando a possibilidade de isenção de forma genérica, sem se atentar para as limitações previstas em lei ou pela jurisprudência, a solução que melhor se ajusta é que determina o retorno do processo à origem recursal para que se extraia novo julgamento levando em consideração os balizamentos ora afirmados.

7. Situação idêntica já foi objeto de pronunciamento pela pela Segunda Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.234.377/RS, da Relatoria do Min. Hermann Benjamin, como adiante se vê: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Conforme dispõe o art. 6º, V, da Lei 7.713/1988, não incide imposto de renda sobre juros de mora oriundos de decisão judicial condenatória proferida em Reclamação Trabalhista, no contexto de rescisão contratual. 2. Orientação firmada no julgamento do Recurso Especial 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do CPC. 3. No RESP. 1.089.720/RS, a questão voltou a ser apreciada e ganhou contornos definitivos, adotando-se o seguinte entendimento: a) regra geral - recai imposto de renda sobre juros de mora nos termos do art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/1964: "Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo"; b) primeira exceção - não há imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/1988; c) segunda exceção - são isentos da exação os juros de mora sobre verba principal isenta ou fora do campo do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. 4. Hipótese em que o Tribunal de origem julgou a causa exclusivamente sob o enfoque da natureza dos juros moratórios, concluindo tratar-se de verba indenizatória, e, portanto, não sujeita a tributação.

5. Necessidade de anulação do acórdão, para que outro seja prolatado à luz das premissas estabelecidas no RESP 1.089.720/RS, notadamente quanto à rescisão ou não do contrato de trabalho. 6. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado. (REsp 1234377/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 12/06/2013).

8. Com essas considerações, dou parcial provimento ao incidente de uniformização de jurisprudência para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que o reexamine em atenção à premissas fixadas no RESP 1.089.720?RS, decidido sob o rito do art. 543-C do CPC, além de outras questões de direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5038640-33.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JUSTINO SCHINZEL DE SOUZA
PROC./ADV.: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
OAB: SP-299126
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IRRF. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA. CONTRIBUIÇÃO. PARADIGMA DIVERGENTE DO ACÓRDÃO DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO.

1. O autor da demanda em primeiro grau busca a modificação do acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, o qual negou provimento a recurso inominado. Por entender primeiro, que o pedido autoral não é propriamente para a devolução de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria; mas para a devolução do aludido imposto retido por ocasião das contribuições para o fundo de aposentadoria complementar pertinente. Ademais, por reconhecer incidente a prescrição no tocante às parcelas retidas no período contributivo questionado.

2. Nessa linha, considerou, ao contrário da tese recursal, que quando da retenção o imposto de renda em tela era devido. Assim julgou, ante a compreensão que o combatido bis in idem da exação somente se configurou no momento da percepção do benefício ou do regate. Vale dizer, que a repetição pode ser exigida sob a alegação de duplicidade de recolhimento por ocasião do recebimento do benefício, até o montante pago quando da formação do fundo correspondente. Mas, contudo, não é esse o pedido inicial.

3. O PEDILEF não foi admitido na Turma Recursal de origem. Mas, em virtude de agravo, o Ministro Presidente desta Turma Nacional de Uniformização admitiu o incidente.

4. Pretende demonstrar a divergência jurisprudencial a partir do cotejo do acórdão recorrido, com aresto da Turma Recursal do Distrito Federal assim ementado:

RECURSO Nº 2004.34.00.914656-5/DF RELATORA: JUÍZA DANIELE MARANHÃO COSTA. E M E N T A TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES. COMPLEMTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. LEIS 7.713/1988 E 9.250/1995. ISENÇÃO. MP Nº 2.159-70/2001 (ORIGINÁRIA Nº 1.459/1996). PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTES DO STJ.

Trata-se de recurso interposto pela União contra sentença que julgou procedente em parte o pedido de restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de imposto de renda incidente sobre o regate antecipado das contribuições ou complementação de aposentadoria do seu Plano de Previdência Privada, na vigência da Lei nº 7.713/88.

A recorrente sustenta, como prejudicial de mérito, a prescrição quinquenal. No mérito, aduz ser devida a tributação.

O prazo para que seja pleiteada a restituição de imposto de renda incidente sobre os benefícios e resgate de complementação de proventos paga por planos de previdência privada começa a fluir decorridos 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um quinquênio, computados desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o quantum devido a título de tributo. Em se tratando de lançamento tributário por homologação, o prazo decadencial sé se inicia quando decorridos 05 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um quinquênio, a contar-se da homologação tácita do lançamento.

Importante salientar que a Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, teve limitada sua incidência às demandas ajuizadas após sua entrada em vigor (09 de junho de 2005), em homenagem, entre outros, ao princípio da segurança jurídica.

Entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 748438/SP, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 24/10/2005 e AgRg nos Edcl no Resp 659208/SP, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 12/09/2005, dentre outros). Prejudicial de prescrição que se rejeita.

Em se tratando de contribuições recolhidas à entidade de previdência privada no período de vigência da Lei nº 7.713/88, não tem cabimento a cobrança de imposto de renda sobre ulterior rsgate ou recebimento do benefício, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário sob a égide daquele diploma legal, uma vez que naquele período (janeiro de 1989 a dezembro de 1995) o tributo incidiu sobre as contribuições recolhidas em favor das entidades e novo desconto caracteriza evidente bis in idem" [REsp 879550/RJ, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ 17.05.2007]. Na repetição de indébito ou na compensação, com o advento da Lei 9.250/95, a partir de 01/01/96, os juros de mora passaram a ser devidos pela taxa SELIC a partir do recolhimento indevido, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (REsp 913913/DF, Relator Ministro Teori Zavascki, 1ª Turma, DJ de 14.06.2007). Recurso improvido. Honorários pela recorrente, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, devidamente corrigido. (à unanimidade) [Grifo não original]

5. Com efeito, a análise das duas posições contrapostas revela que o constructo erigido pelo recorrente não evidencia os elementos indispensáveis à demonstração de dissonância lógico-jurídica de modo a justificar a atuação uniformizadora desta TNU.

6. Isso porque, conforme já mencionado, o acórdão atacado decidiu pleito recursal atinente à restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre as contribuições para a formação do Fundo de Previdência Privada, em perfeita congruência com o pedido expresso na inicial.

7. Enquanto que o acórdão adotado como paradigma - e transcrito acima - julgou no sentido do não cabimento da incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento de benefício, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário sob a égide daquele diploma legal, uma vez que no período (janeiro de 1989 a dezembro de 1995) o tributo incidiu sobre as contribuições recolhidas em favor da entidade e, novo desconto caracteriza bis in idem.

8. Já em relação ao segundo ponto abordado na controvérsia recursal (a prescrição), a posição referida neste PEDILEF além de não se apresentar em termos de cotejo analítico para daí se verificar quanto à similitude fática e jurídica, há que se considerar que o acórdão recorrido o referiu, de passagem. Vale dizer - como não constou das razões do recurso inominado -, apenas aludiu como reforço secundário de argumento.

9. Assim sendo, além da ausência de similitude fática e jurídica, o incidente desatende ao requisito de admissibilidade posto no § 2º do art. 14, da Lei nº 10.259/2001, quadro que faz incidir as Questões de Ordem nºs 10 e 22 : "Não cabe incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a turma Recursal no acórdão recorrido." E: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática com o acórdão paradigma.", respectivamente.

10. Nessas condições, voto para não conhecer deste Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal - PEDILEF.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, não conhecer do recurso da União, nos termos da fundamentação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001484-15.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIANA MARLOVA TOIGO
PROC./ADV.: CANDIDO MENDES NETO
OAB: PR-24793
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. EMPREGADOS CELETISTAS. STF. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL [RE 593.068/SC]. SOBRESTAMENTO DO PEDILEF [Art. 8º, inciso VIII, do RI/TNU]. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. A União busca modificar o acórdão que reformou a sentença, por entender que não incide contribuição previdenciária sobre o adicional do terço constitucional de férias para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Nesse rumo, invoca arestos do Superior Tribunal de Justiça para demonstrar a contrariedade jurisprudencial.

2. Como é do conhecimento da comunidade jurídica, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional sobre a matéria em foco, Recurso Extraordinário nº 593.068/SC, Decisão pelo Plenário Virtual em 08/05/2009, DJe 22/05/2009, ora sob a relatoria do Ministro ROBERTO BARROSO.

3. Assim sendo, consoante voto do eminente Juiz Federal GLÁUCIO MACIEL nesta assentada (PEDILEF 5001446-03.2012.4.04.7010), o quadro põe-se sob o domínio do art. 8º, inciso VIII, do RI/TNU ("Art. 8º. Compete ao relator: (...) VIII - determinar a devolução dos feitos às Turmas de origem para sobrestamento, na forma como disciplinado no art. 15 deste Regimento, quando a matéria estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, de forma que promovam a confirmação ou adaptação do julgado após o julgamento dos recursos indicados").

4. Portanto, proceda a Secretaria desta Turma Nacional, na forma do art. 8º, inciso VIII, c/c o art. 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno (Resolução/CJF nº 22/2008 e da Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado, ao encaminhamento do feito à origem para sobrestamento, até ulterior Decisão do Supremo Tribunal Federal.

5. É o voto.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, não conhecer do recurso da União, nos termos da fundamentação.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009800-95.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELESTE AUGUSTA PEREIRA FERNANDES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. LANÇAMENTO. NATUREZA JURÍDICA. DESCONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA ASSENTE DO STJ E DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. NÃO CONHECIMENTO.

1. Busca-se nesta sede desconstituir parte do acórdão de origem, relativamente à natureza ex officio e não por homologação, do lançamento da contribuição de servidor público incidente sobre terço constitucional de férias. Nesse rumo, diferentemente do que assentou o acórdão, visa a afastar a regra prescricional do art. 168, inciso I, do Código Tributário Nacional.

2. O incidente foi admitido na origem, bem como pelo Ministro Presidente desta TNU.

3. Verifico, desde logo, que o trânsito da causa de pedir e das razões deste incidente encontra óbice na jurisprudência assente desta Turma Nacional, bem como do Superior Tribunal de Justiça, conforme, v.g., encontra-se nos: PEDILEF 201071520034660, relator Juiz Federal PAULO RICARDO ARENA FILHO, julgado em 11/10/2011, DJe 18/11/2011; PEDILEF 20067195022445, relatora Juíza Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, julgado em 02/12/2010, DJe 11/03/2011; e PEDILEF 200932007039962, relator Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, julgado em 29/02/2012, DJe 23/03/2012.

4. Assim sendo, em consonância com a Questão de Ordem nº 13 , não conheço do incidente.

5. É o voto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, não conhecer do recurso da União, nos termos da fundamentação.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000329-89.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CONCHITA SOUZA CABISTANI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. JUROS DE MORA. FGTS. VERBAS DE NATUREZA REMUNERATÓRIA, INDENIZATÓRIA E ISENTA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (REsp n. 1.089.720/RS). QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. PARCIAL PROVIMENTO.

1. A Fazenda Nacional objetiva modificar acórdão da Turma Recursal-RS pelo qual considerou inexigível imposto de renda tendo como fato imponível verbas recebidas a título de juros de mora e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS de direitos trabalhistas. Alega a recorrente, em resumo, que é devido imposto de renda sobre juros moratórios, em virtude da natureza salarial dos valores recebidos. Invoca o entendimento exposto no STJ/REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. No pedido de reconsideração citou também como paradigma o REsp 1.089.720/RS, dentre outros, asseverando que o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça é de que recai imposto de renda sobre as verbas em questão.

O incidente não foi admitido na origem. O agravo pertinente foi inicialmente improvido pelo Ministro Presidente desta TNU. Vieram embargos de declaração e Sua Excelência entendeu que o imposto de renda em tela recaiu sobre verbas remuneratórias e indenizatórias, bem como sobre verba isenta (FGTS), pelo que determinou a tramitação da matéria.

2. Com razão, em parte, a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei nº 4.506/1964, até mesmo em reclamatórias trabalhistas. A Corte Superior assentou que há apenas duas exceções: (i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e (ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal).

Nesse sentido, são os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon.

3. Neste caso, cuidam-se de valores pagos no âmbito de ação trabalhista, aí incluídos juros de mora e FGTS, mas que precisam ser de per si identificadas as efetivas naturezas dessas parcelas, de modo a aferir quanto incidência do imposto de renda ou não, sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por alguma isenção. Aplica-se, assim, a regra geral constante do art. 16 da Lei nº 4.506/1964. Assim colocado, percebe-se que a egrégia Turma Recursal de origem não tratou da matéria com esse foco.

4. Sendo assim, incide a Questão de Ordem nº 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado.

5. Julgamento em conformidade com o art. 46 da Lei nº 9.099/1995.

6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal de origem, para nova decisão, vinculada ao entendimento ora assentado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009814-79.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FLAVIO DESESSARDS DE LA CORTE
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N° 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte recorrente contra acórdão que reformou parcialmente a sentença de procedência de primeiro grau, e reconheceu que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. O recorrente sustenta que a contribuição previdenciária é tributo sujeito a lançamento por homologação e que o prazo prescricional para postular a repetição de indébito é de 10 anos (5+5), por meio da aplicação dos artigos. 156, VII, c/c arts. 150, § 4º e 168, I, do CTN. Cita como julgado paradigma para sustentar sua tese o processo 2006.34.00.914656-2 da Turma Recursal do Distrito Federal

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Embora tenha sido comprovada a divergência, constato que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal. (Precedentes PEDILEF 201071520034660, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 18/11/2011; PEDILEF 200932007039962, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 23/03/2012; PEDILEF 5009805-20.2013.4.04.7102, Relator Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, sessão de julgamento 14/02/2014 e REsp 1216237/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/03/2011).

5. Incidência da Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).

6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009807-87.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LARRY MARCOS CASSOL ARGENTA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N° 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte recorrente contra acórdão que reformou parcialmente a sentença de procedência de primeiro grau, e reconheceu que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. O recorrente sustenta que a contribuição previdenciária é tributo sujeito a lançamento por homologação e que o prazo prescricional para postular a repetição de indébito é de 10 anos (5+5), por meio da aplicação dos artigos. 156, VII, c/c arts. 150, § 4º e 168, I, do CTN. Cita como julgado paradigma para sustentar sua tese o processo 2006.34.00.914656-2 da Turma Recursal do Distrito Federal

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Embora tenha sido comprovada a divergência, constato que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal. (Precedentes PEDILEF 201071520034660, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 18/11/2011; PEDILEF 200932007039962, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 23/03/2012; PEDILEF 5009805-20.2013.4.04.7102, Relator Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, sessão de julgamento 14/02/2014 e REsp 1216237/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/03/2011).

5. Incidência da Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).

6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 5009813-94.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIETE MARISTELA KASSIC SANTOS
PROC./ADV.: MILTON BOZANO FAGUNDES
OAB: RS-14 332
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União contra acórdão que manteve a sentença de procedência de primeiro grau, e reconheceu que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento por homologação, com prescrição decenal.

2. A recorrente sustenta que a contribuição previdenciária é tributo sujeito a lançamento de ofício e, que, o prazo prescricional para postular a repetição de indébito é de 05 anos. Cita como precedentes os seguintes julgados oriundo do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no Resp 1104514/PE; AgRG nos EDcl no REsp 990.098/SP e AgRg no Resp 1096074/SP.

3. Comprovada a divergência jurisprudencial, o incidente merece ser conhecido.

4. No mérito, constato que o acórdão recorrido de fato encontra-se em dissonância com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal. (Precedentes PEDILEF 201071520034660, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 18/11/2011; PEDILEF 200932007039962, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 23/03/2012; PEDILEF 5009805-20.2013.4.04.7102, Relator Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, sessão de julgamento 14/02/2014 e REsp 1216237/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/03/2011).

5. Incidente conhecido e provido, para o fim de determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização, conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 0000024-31.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: AMARIVALDO SOARES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE. REJEIÇÃO.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos tempestivamente pela parte autora-recorrente contra acórdão deste Colegiado que indeferiu inicial de mandado de segurança contra ato de Ministro do STJ, que na qualidade de Presidente da Turma Nacional de Uniformização, não admitiu Incidente de Uniformização por ela interposto, com base na Súmula 42/TNU (julgado na sessão de 13/11/2013).

1.1. Propósito de prequestionamento para futura interposição de recursos. Requer manifestação quanto aos seguintes dispositivos legais: art. 5º, inciso LIX; LV e LIII e art. 93, IX, todos da Constituição Federal.

2. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais. Também a jurisprudência os admite para a correção de erro material e para fim de prequestionamento.

3. No caso, não há omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

4. Também não é o caso de acolhimento dos aclaratórios para fins de prequestionamento. Se as normas apontadas pelo embargante não foram explicitamente abordadas na decisão é porque se entendeu que não foram violadas, por incabíveis a sua incidência.

5. Não há obrigatoriedade de o julgador analisar individualmente cada dispositivo legal ou constitucional arguido pelas partes, desde que encontre fundamento jurídico suficiente para proferir sua decisão, pois "os embargos de declaração não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida ou dirimida, muito menos fica o juiz obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu" (STJ, AgRg no EDcl no REsp 741.659/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 12.09.2006)

6. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0000069-35.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ANTÔNIO DOS SANTOS VIEIRA
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
OAB: PA-12651
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO IRRECORRÍVEL. TERATOLOGIA NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE PROCESSAMENTO. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA.

1. Cuida-se de mandado de segurança interposto contra decisão do Ministro-Presidente da Turma Nacional de Uniformização (TNU) que não conheceu do agravo interposto pelo impetrante de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional. Alega ser cabível a demanda (MS), porque a decisão impugnada, além de irrecorrível, possui caráter teratológico, porque não existe lei que impeça ao jurisdicionado ter acesso a uma decisão do colegiado da TNU. Com isso, estaria sendo violado o inciso LV do art. 5º da Constituição, que garante à parte no processo o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

2. É, em tese, cabível o mandado de segurança contra a decisão que não admite agravo interno interposto contra inadmissão de incidente de uniformização, tendo em vista não ser passível de revisão por meio de outro recurso, por força do § 1º do art. 7º da Resolução CJF 163/11. Assim, afasta-se, de início, o óbice constante do inciso II do art. 5º da Lei 12.016/09.

3. No entanto, a interposição do mandado de segurança contra decisão judicial irrecorrível fica condicionada, ainda, à existência de teratologia ou abuso da autoridade dita coatora, o que não se verifica no caso dos autos. O § 10 do art. 14 da Lei 10.259/01 autoriza a expedição de normas procedimentais relacionadas ao processamento e o julgamento do pedido de uniformização de jurisprudência. Com base nessa permissão legislativa, foi editada a Resolução CJF 163/11 que, em seu art. 7º, § 1º, veda a interposição de agravo interno contra a decisão do Presidente da TNU que inadmite o pedido de uniformização de jurisprudência.

4. Dita autorização está em consonância, ainda, com a norma constitucional que estabeleceu procedimentos oral e sumaríssimo para os juizados especiais (art. 98, I). É possível extrair do legislador constituinte a intenção de estabelecer um procedimento diferenciado, mais célere, distanciado do procedimento comum, para o julgamento das causas dos juizados especiais. A Resolução CJF 163/11 nada mais fez do que abarcar esse espírito de simplificação, pondo um fim a infindáveis recursos que poderiam ter interponíveis contra decisões judiciais.

5. A decisão combatida, que inadmitiu agravo interno contra o trancamento do pedido de uniformização, não é ilegal. Portanto, a teratologia que permitiria o manejo do mandado de segurança contra ato judicial não existiu.

6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

7. Petição inicial indeferida, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/09. Arquivem-se os autos

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais indeferir a petição inicial, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

GLÁUCIO MACIEL
Juiz Relator

PROCESSO: 0504647-64.2010.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VILSON ANTONIO AGUIAR
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. SUPRESSÃO. MP 2.131/00. LEGALIDADE. DECESSO REMUNERATÓRIO NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO E AOS CRITÉRIOS QUE DETERMINARAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO OU DOS PROVENTOS, ASSEGURADA A IRREDUTIBILIDADE DOS GANHOS ANTERIORMENTE PERCEBIDOS. STF. STJ. TNU. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESTABELECIDA.

1. Sentença reformada pela Turma Recursal de Sergipe para julgar procedente o pedido de pagamento a militar do adicional de inatividade, abolido pela MP n. 2.131/00, além das respectivas parcelas vencidas, observada a prescrição qüinqüenal.

2. Incidente de uniformização interposto pela União ao argumento de que o acórdão diverge do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que reconhecem a liberdade do legislador para estabelecer nova fórmula de composição remuneratória, desde que mantenha o valor nominal das parcelas eventualmente suprimidas, uma vez que não há direito adquirido a regime jurídico.

3. Incidente de uniformização não admitido na origem. Encaminhado a esta TNU pela vía do agravo.

4. O incidente de uniformização merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O cotejo dos julgados paradigmas com o acórdão censurado não deixa dúvidas quanto à divergência instaurada. Observa-se que o entendimento encampado pela Turma Recursal sergipana não se harmoniza com a jurisprudência da TNU e do STF sobre o tema. Em caso semelhante, esta Turma Nacional assim se manifestou:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. SUPRESSÃO. MP Nº 2.131/2000. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE PROVENTOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO. 1. Pretende a União a modificação de acórdão que reconheceu o direito da parte autora ao restabelecimento do adicional de inatividade, suprimido por força da MP nº 2.131/2000. Alega que a jurisprudência do eg. STJ, assim como a da excelsa Suprema Corte, teria se firmado no sentido da ausência de direito adquirido do servidor público a regime jurídico, assegurada apenas a irredutibililidade de vencimentos. 2. Razão assiste à recorrente. A orientação tanto da Suprema Corte quanto do eg. STJ sobre a matéria consolidou-se no sentido de que o servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico, podendo as parcelas que integram a sua remuneração ser modificadas por lei, desde que não resulte em redução do seu valor nominal total. No caso específico da supressão da parcela denominada "adicional de inatividade" dos proventos dos militares da reserva, por força da MP nº 2.131/2000, a jurisprudência das Cortes Superiores é pacífica no sentido de que tal mudança não implicou decesso remuneratório. Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes que ilustram o entendimento cristalizado: Agravo regimental no agravo de instrumento. Militar. Adicional de inatividade. Supressão. MP nº 2.131/2000. Direito adquirido a regime jurídico. Impossibilidade. Princípio da irredutibilidade de vencimentos. Violação. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, devendo ser preservado o valor nominal da remuneração, sob pena de ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimento. 2. A supressão do adicional de inatividade pela MP nº 2.131/2000 não afronta o princípio do direito adquirido, uma vez que não houve decesso na remuneração dos agravantes, conforme consignou o Tribunal de origem. 3. Agravo regimental não provido. (AI 632933 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 07/02/2012, DJe 15/03/2012) ADMINISTRATIVO. MILITAR. ADICIONAL DE INATIVIDADE MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. ACÓRDÃOS ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA 13/STJ. 1. É descabida a alegação de existência de direito adquirido, uma vez que a irredutibilidade dos vencimentos foi assegurada pela nova sistemática de remuneração instituída pela Medida Provisória 2.131/2000. Precedentes do STJ. 2. Acórdãos oriundos do mesmo Tribunal não se prestam à configuração de dissídio jurisprudencial (Súmula 13/STJ). 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 67.423/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/02/2012, DJe 12/04/2012) 3. No caso concreto dos autos, o MM. Juiz sentenciante afirmou, expressamente, que a "supressão [do adicional de inatividade] não acarretou redução de vencimentos do autor". O acórdão recorrido não afasta esta conclusão, reformando a sentença apenas por força de posicionamento diverso adotado em julgamento de Recurso Extraordinário. Logo, considerada a situação fática apurada, de que não houve decesso remuneratória com as modificações introduzidas pela MP nº 2.131/2000, não há que se falar em ilegalidade na supressão da parcela vindicada, já que a reestruturação da carreira trouxe compensações diversas. 4. Incidente provido, para restabelecer a sentença monocrática, que julgou improcedente o pedido inicial. É como voto.ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, dar provimento a este Incidente de Uniformização, termos do voto da Relatora. Brasília, 15 de maio de 2012.

(PEDILEF 05051481820104058500, JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, TNU, DOU 08/06/2012.)

7. Na sentença, o magistrado prolator, analisando os autos, foi enfático ao consignar que a supressão do chamado "adicional de inatividade" não acarretou decesso remuneratório, senão vejamos:

"[...] não há que se falar em inconstitucionalidade da supressão do adicional de atividade dos militares da reserva, a uma porque tal supressão não acarretou redução de vencimentos do autor, a duas porque, conforme aqui já explicitado não há direito a regime jurídico."

8. Não evidenciado que a parte autora sofreu decréscimo nominal em seus proventos e assentado o entendimento quanto a inexistência de direito adquirido a regime jurídico e aos critérios que determinaram a composição da remuneração ou dos proventos - assegurada a irredutibilidade dos ganhos anteriormente percebidos, não há se falar em ilegalidade do ato de supressão do chamado "adicional de inatividade".

9. Ante o exposto, dou provimento ao incidente para restabelecer a sentença proferida na instância singela.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004864-92.2010.4.01.3904
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: JACIRENE BARATA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA DE PROVAS. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que reformou sentença de procedência de pedido de aposentadoria por idade rural.

1.1 Restou consignado no voto proferido pelo Juiz Relator: Os documentos apresentados, mormente espelho de cadastro expedido pela Justiça Eleitoral (fl.09), no qual consta que a autora transferiu seu domicílio eleitoral de Belém para Igarapé-açu em 2009, ano que completou a idade mínima para aposentar-se, bem como uma revisão em 2010, pouco antes do requerimento administrativo (fl.04), logo não servindo para comprovar o período de carência da aposentadoria por idade, deixando de configurar como razoável início de prova material, nos termos da Súmula 34 da Turma Nacional de Uniformização. Ressalta-se que os demais documentos colacionados ao autos não produzem início de prova material , pois ou são documentos de cunho pessoal sem qualquer referência a profissão do autor, ou são documentos particulares desprovidos de fé pública.

2. Argumenta a recorrente que o acórdão contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da admissibilidade de documentos, como certidão de cartório eleitoral, como início de prova material e cita como paradigma Ação Rescisória 1427 e precedente desta Turma Nacional de Uniformização, PEDILEF 200381100275720, que refere possibilidade de aceitação de documentos como certidão de casamento e recibos do programa hora de plantar da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. O acórdão recorrido foi extremamente detalhado e reformou a sentença a partir do cotejo da prova material apresentada. Não houve a mera desqualificação dos documentos trazidos à colação , como quer fazer crer a recorrente, e sim fragilidade da prova como um todo, conforme se extrai do trecho do voto supra transcrito.

5. Desta forma, não há similitude fático-jurídica entre os julgados invocados como paradigmas e o acórdão recorrido.

6. Ademais, extrai-se do incidente de uniformização que a pretensão da parte recorrente - reapreciação dos documentos carreados ao processo - envolve reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula n. 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

7. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0502630-52.2010.4.05.8501
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIONOR DOS SANTOS
PROC./ADV.: VIVIANE SANTOS GAMA CAMPOS
OAB: SE-2763
REQUERIDO(A): RENILDE DOS SANTOS
PROC./ADV.: VIVIANE SANTOS GAMA CAMPOS
OAB: SE-2763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. PENSÃO POR MORTE RURAL. MENOR IMPÚBERE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ART. 198, I, CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE DO ART. 74, II. LBPS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA TNU E HARMÔNICA COM O ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de pensão por morte reformada pela Turma Recursal de Sergipe por reconhecer presente o início de prova material da qualidade de segurado especial do instituidor do benefício, ampliada pelas testemunhas ouvidas na fase própria.

2. Incidente de uniformização interposto pelo INSS ao argumento de que o autor, ao completar dezesseis anos de idade e à luz do disposto no art. 74, I, da Lei 8.213/91, dispunha do prazo de trinta dias para requerer o benefício, sob pena de este somente passar a ser devido a partir do requerimento administrativo (art. 74, II). Olvidada essa providência, sustenta não ser devido o pagamento da pensão a contar da data do óbito.

3. Aduz que o acórdão censurado conflita com o entendimento da Turma Recursal de Goiás, razão por que deve o incidente ser conhecido e, ao final, provido nos termos dos argumentos expendidos.

4. Incidente de uniformização admitido na origem.

5. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. Conquanto se verifique dissonância entre os julgados sob cotejo, não se deve perder de vista o enunciado da Questão de Ordem TNU n. 13 , que não admite o manejo de incidente de uniformização nos casos em que a jurisprudência da TNU se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

8. Essa é precisamente a situação verificada nestes autos. A TNU já assentou entendimento de que o prazo contido no art. 74, II, da LBPS, não se aplica aos menores impúberes, por se tratar de verdadeiro prazo prescricional, consoante dispõe o art. 198, I, do Código Civil. Verificado que o acórdão vergastado se harmoniza com essa compreensão, não há espaço para o processo do incidente. A propósito, confira-se:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR IMPÚBERE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 198, I DO CÓDIGO CIVIL E ARTIGO 79 DA LEI N. 8.213/91. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 74, II DA LEI N. 8.213/91. BENEFÍCIO DEVIDO DESDE O ÓBITO. PRECEDENTES DA TNU. 1. Tanto o Código Civil quanto a Lei n. 8.213/91 garantem ao menor que os prazos prescricionais e decadenciais não correm enquanto perdurar a menoridade. O fato de a genitora dos autores ter apresentado requerimento após o prazo de trinta dias previsto no artigo 74, II da Lei n. 8.213/91 não pode ser utilizado em seu desfavor, pois tal dispositivo deve ser analisado em conjunto com aqueles que protegem o direito do menor. 2. "Já se encontra pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização o entendimento no sentido de que diante da evidente natureza jurídica pres-cricional, é certa a impossibilidade do curso do prazo previsto no art. 74 da Lei nº 8.213/91, em relação aos incapazes" (PEDIDO 200770510061755, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, j. 11-10-2010, DOU de 25-3-2011). No mesmo sentido: PEDIDO 200770640000262, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, j. 13-9-2010, DOU de 31-1-2011). 3. Incidente a que se dá provimento para: [a] fixar a premissa jurídica de que contra os menores impúberes não corre o prazo do artigo 74, II da Lei n. 8.213/91; e [b] deferir o benefício de pensão por morte a partir do óbito do instituidor para os autores menores impúberes, observada a sua quota parte e também a disposição do artigo 77, §1º da Lei n. 8.213/91 ("reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar"). 4. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.ACÓRDÃO - Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sessão de agosto de 2012. (PEDILEF 05085816220074058200, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DJ 11/10/2012.)"

9. Isto posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505981-45.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AVANI DE ALBUQUERQUE LUCENA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NÃO COMPROVADA. BENEFÍCIO DENEGADO. FUNGIBILIDADE DO PEDIDO PARA BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SEGUROS PARA SE AFERIR A RENDA FAMILIAR DA POSTULANTE. JURISPRUDÊNCIA. STJ. DIVERGÊNCIA NÃO VERIFICADA. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte ao fundamento de que, malgrado induvidosa a invalidez da requerente, não restou comprovada a sua condição de segurada especial. Negou também o pedido de substituição para o benefício assistencial - LOAS, por não existir informações concretas que possibilitem a aferição da renda familiar da postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisprudência dominante, segundo diz, aponta no sentido da concessão do melhor benefício ao segurado/requerente, bastando que ele preencha os requisitos legais para isso.

3. Postula a concessão de benefício assistencial, argumentando que os requisitos estão presentes.

4. Incidente não admitido na origem. Encaminhado a esta TNU pela via do agravo.

5. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. No caso em apreço, não se constata desarmonia entre o acórdão recorrido e aqueles apontados como paradigma da divergência. Os julgados do STJ tratam da fungibilidade do pedido de benefício previdenciário sem que isso configure julgamento ultra ou extra petita, não olvidando a indispensável presença dos requisitos legais do novo benefício.

8. O aresto censurado, de seu turno, não ignorou a possibilidade de substituição do pedido. Não o fez porque ausentes os requisitos tanto do pedido originário (auxílio-doença) quanto do subseqüente (benefício assistencial). Nesse ponto, a Turma Recursal potiguar assim consignou:

"[...] a sua condição de segurada especial não foi comprovada, pois, além de a sua documentação ser frágil, ela não reside na zona rural na cidade, (sic) merecendo destaque o depoimento testemunhal que mencionou que seu cônjuge trabalha há vários anos com frete. - Outrossim, destaque-se que, muito embora haja provas da incapacidade da autora, inexistem dados sobre a sua renda familiar, requisito este indispensável à análise do pedido de LOAS em substituição ao benefício previdenciário inicialmente pleiteado; muito embora os Tribunais venham entendendo viável tal substituição, nos autos não existem informações concretas que possibilitem a aferição da renda familiar da autora, de modo que necessário se faz novo pedido administrativo junto ao INSS, mediante a comprovação dos requisitos legais para a sua concessão.

9. É importante registrar que não é vedado ao magistrado conhecer do pedido de benefício assistencial em substituição ao de aposentadoria, caso vislumbre a possibilidade de estarem presentes os requisitos legais deste último benefício. Ao contrário, é até recomendável que o faça, tendo em vista os princípios orientadores dos JEF`s, sobretudo a economia processual. Todavia, tal conversão somente será admitida mediante requerimento da parte interessada, na petição inicial ou a qualquer momento antes de encerrada a fase de instrução, em primeiro grau. A pretensão de conversão de pedidos em sede recursal é totalmente fora de propósito, tendo em vista a impossibilidade de reabertura da instrução na segunda instância.

10. Nesse passo, não demonstrada a divergência, nos termos exigidos pelo art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001, o não conhecimento do incidente é medida que se impõe. Ademais, o acórdão hostilizado foi contundente quanto à ausência de elementos seguros para se aferir a renda familiar da postulante, com prejuízo para a análise do benefício assistencial, de modo que atender à sua postulação consistiria em flagrante ofensa à Súmula 42 desta TNU, o que não se admite.

11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517321-47.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DA CONCEIÇÃO ALVES SOARES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. INDENIZAÇÃO. DÉBITO EM CONTA CORRENTE NÃO RECONHECIDO PELA TITULAR. USO DE CARTÃO MAGNÉTICO E SENHA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA. DIREITO BÁSICO DO CONSUMIDOR. CDC, ART. 6º, VIII. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS SOMENTE PASSÍVEL DE SER ILIDIDA NAS HIPÓTESES DO § 3º, ART. 14, CDC. JURISPRUDÊNCIA STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JEF PARA REABERTURA DA FASE COGNITIVA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de indenização por dano moral e material mantida pela Turma Recursal do Ceará por seus próprios e jurídicos fundamentos.

2. O acórdão censurado encampou a tese do magistrado singular no sentido de denegar a inversão do ônus da prova (CDC, art. 6º, VIII) por ausência de verossimilhança das alegações da parte autora, e afastar a aplicação da responsabilidade objetiva da instituição financeira (CDC, art. 14).

3. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal do Rio de Janeiro e do Superior Tribunal de Justiça, que reconhecem, segundo diz, a responsabilidade objetiva das instituições financeiras nos casos de saques em conta-corrente que não tenham sido reconhecidos pelos respectivos titulares, com a regular inversão do ônus da prova.

4. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

5. Presentes os requisitos de admissibilidade, o incidente merece ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. O STJ já firmou entendimento no sentido da possibilidade de inversão do ônus da prova (CDC, art. 6º, VIII) em favor do consumidor quando constatada a sua hipossuficiência. Assentou, também, que em casos envolvendo instituições financeiras, precisamente naqueles relacionados à retirada de numerários da conta bancária do cliente, por este não reconhecida, a responsabilidade é objetiva, o que somente pode ser afastado nas hipóteses do §3º, do art. 14, do CDC. A propósito:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA DE SAQUES INDEVIDOS DE NUMERÁRIO DEPOSITADO EM CONTA POUPANÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. POSSIBILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS. ART. 14 DO CDC.

1. Trata-se de debate referente ao ônus de provar a autoria de saque em conta bancária, efetuado mediante cartão magnético, quando o correntista, apesar de deter a guarda do cartão, nega a autoria dos saques.

2. O art. 6º, VIII, do CDC, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação por ele apresentada seja verossímil ou quando for constatada a sua hipossuficiência.

3. Reconhecida a hipossuficiência técnica do consumidor, em ação que versa sobre a realização de saques não autorizados em contas bancárias, mostra-se imperiosa a inversão do ônus probatório.

4. Considerando a possibilidade de violação do sistema eletrônico e tratando-se de sistema próprio das instituições financeiras, a retirada de numerário da conta bancária do cliente, não reconhecida por esse, acarreta o reconhecimento da responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, somente passível de ser ilidida nas hipóteses do § 3º do art. 14 do CDC.

5. Recurso especial não provido. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012)"

8. Extrai-se do inteiro teor do acórdão acima citado a compreensão de que o sistema bancário de movimentação financeira, mediante o uso de cartão magnético e senha, não está imune a falhas, cabendo à instituição financeira, à luz do disposto no art. 14, caput, do CDC, produzir prova capaz de confrontar a tese do consumidor. Os fundamentos foram assim colocados pela eminente Ministra Relatora:

"[...] é falaciosa a tese de que apenas com o uso de cartão magnético e aporte de senha pessoal é possível se fazer retiradas em conta corrente. A tese não passa de dogma que não resiste a singelo perpassar de olhos sobre a crescente descoberta de fraudes e golpes contra correntistas e instituições financeiras, fato admitido, inclusive, pela própria entidade representativa deste segmento, como se observa de excerto extraído do site da Febraban - Federação Brasileira de Bancos [...]. Sob esse prisma, impõe-se reconhecer que:

a) o sistema é suscetível de falhas que, se ocorrerem, podem dar azo a enormes prejuízos para o consumidor;

b) tratando-se de sistema próprio das instituições financeiras e geridos pelas mesmas, ocorrendo retirada indevida de numerário da conta corrente do cliente, não se vislumbra nenhuma possibilidade deste ilidir a "presunção de culpa" que deseja construir a instituição bancária.[...].

Dessa forma, mesmo que não se aplicasse a inversão do ônus da prova, a redação do art. 14, caput, do CDC, tomada isoladamente, também seria meio hígido para afirmar que compete ao fornecedor a produção de prova capaz de confrontar a tese do consumidor.[...]."

9. A par do regramento impositivo do art. 14, do CDC, as regras ordinárias de experiência permitem concluir que uma idosa, com 68 anos ao tempo dos fatos (2007), não se prestaria a movimentar o aparato policial e a estrutura do Poder Judiciário para reaver a importância de R$ 797,00 caso não estivesse na efetiva condição de vítima de fraude bancária. Conquanto a parte autora assuma ter repassado seu cartão magnético e senha ao operador de caixa da agência lotérica, a pedido deste, isso não autoriza concluir que o saque foi por ela mesma implementado. A conduta da autora, ainda que mereça censura, não revela caso isolado entre os idosos atendidos nas agências, postos de atendimento bancário, bancos postais e lotéricas dos esquecidos rincões deste País. Portanto, atribuir à autora, sem nenhum respaldo probatório, a culpa exclusiva pelo dano sofrido, equivale a retirar das instituições financeiras a responsabilidade pelo constante aprimoramento de seus procedimentos e inequívoca identificação do responsável pelo uso do cartão magnético, o que não se admite.

10. Firmadas essas premissas, não prevalece a conclusão da sentença e do acórdão quanto ao afastamento, a priori, da responsabilidade objetiva da ré. Por outro lado, ao julgar antecipadamente a lide, o magistrado singular privou as partes da produção probatória, o que, ante as conclusões já assentadas, exige a reabertura da fase cognitiva, oportunidade em que a instituição financeira poderá buscar ilidir sua responsabilidade nos termos previstos pela legislação consumerista.

11. Incidente de Uniformização conhecido e parcialmente provido para anular a sentença e o acórdão e devolver os autos ao JEF de origem para prosseguimento do feito.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.51.030535-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARLENE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: RICARDO EURICO RIBEIRO ROCHA
OAB: RJ - 30.428
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RESPONSABILIDADE CIVIL. CEF. ROUBO DE CARTÃO. SAQUE FRAUDULENTO. CAUSA EXCLUDENTE DO DEVER DE INDENIZAR. CULPA EXCLUSIVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE COM CASO EM QUE FOI RECONHECIDA CULPA CONCORRENTE. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de condenação em danos materiais e morais, mantida pela 4ª Turma Recursal do Rio de Janeiro, sob o entendimento de que o comportamento da autora, ao manter o número de sua senha pessoal anotada junto ao cartão, bem como por ter demorado três dias para solicitar o cancelamento deste, viabilizando a ação do assaltante, configurou "causa de exclusão do nexo de causalidade.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento desta TNU no sentido de que eventual concorrência do cliente deve ser levada em consideração para efeito de fixação da indenização, mas nunca para afastar a responsabilidade da prestadora de serviço, como fez o V. acórdão, ora recorrido.

3. Incidente admitido na origem por entender o Juiz Federal Coordenador das Turmas Recursais do Rio de Janeiro configurada a divergência.

4. O incidente de uniformização, todavia não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso em apreço é perceptível, de plano, a absoluta falta de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma da TNU. No acórdão recorrido houve reconhecimento de que o fato de a autora manter a senha do cartão anotada juntamente com este foi determinante para viabilizar os saques fraudulentos por parte do ladrão, ao passo que no acórdão trazido como paradigma da alegada divergência a senha sigilosa não foi disponibilizada aos responsáveis pelos saques, os quais a obtiveram por meio de fraude. Isso é o que se extrai do relatório do voto condutor do acórdão paradigma:

"O Acórdão proferido na Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido da autora de reparação por danos materiais contra a CEF por saques realizados em sua conta corrente cuja autoria imputou a terceiros que teriam furtado seu cartão e obtido ilicitamente sua senha quando do seu uso no mesmo dia do furto nos termos de boletim de ocorrência policial sob o entendimento da inexistência de colaboração ativa ou passiva, doloso ou culposa do agente financeiro no fato narrado e nesta linha pela inexistência de ato ilícito a ele imputável."

7. E mais, no caso dos autos a 4ª Turma Recursal do Rio de Janeiro entendeu que a conduta da autora foi determinante para a ocorrência do dano sofrido por ela, classificando tal comportamento como "causa excludente do nexo de causalidade". Diferentemente, no aresto da TNU a conclusão foi de que o comportamento da vítima teria apenas concorrido para o evento danoso o que, por certo, comprova a diversidade das situações fático-jurídicas postas.

8. Com efeito, no acórdão recorrido o voto do Relator foi vazado nos seguintes termos:

"A guarda do cartão magnético e o zelo pelo sigilo da senha pessoal e intransferível são de responsabilidade do correntista, sendo certo que os saques e movimentações em questão foram efetuados com o uso do cartão magnético e da respectiva senha, por ação de terceiros.

Sendo assim, não há que se falar em indenização por dano moral ou material, comprovada a ocorrência de uma causa de excludente do nexo de causalidade, ficando assim afastada a responsabilidade civil da CEF."

9. Já no acórdão apontado como paradigma da divergência há reconhecimento expresso da concorrência de culpas. Senão vejamos:

"Claro que não se podem desconhecer os deveres próprios do cliente de guarda e zelo do seu cartão, de uso responsável e da adoção das medidas de segurança pessoal razoáveis em uma sociedade cada vez mais insegura. Todavia, neste âmbito, não se afigura adequado retirar qualquer responsabilidade do agente financeiro, ainda mais quando está atuando sob o risco empresarial, sendo detentor, ademais, do poder econômico destacado na relação jurídica firmada com os seus clientes. Portanto, a solução mais adequada na interpretação da legislação, na hipótese para assegurar a responsabilidade objetiva do agente financeiro no dano suportado pelo correntista conduz à aplicação, na hipótese da culpa concorrente entre o correntista e o agente financeiro no evento danoso, de forma a partilharem o dano decorrente do saque indevido com o uso de cartão magnético furtado".

10. Percebe-se, claramente, destarte, que em um caso se trata de causa de exclusão do dever de indenizar, baseado na ausência de culpa por parte da instituição financeira e pela culpa exclusiva da vítima, ao passo que no outro caso houve reconhecimento da culpa concorrente, situação bem distinta, motivo pelo qual não é possível conhecer do incidente, nos termos da QO n. 22 , da TNU.

11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502048-18.2011.4.05.8501
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DAYANE DE JESUS LIMA
PROC./ADV.: CARLOS ADILSON SANTOS
OAB: SE-6073
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR DE VINTE E UM ANOS. PRORROGAÇÃO. CONCLUSÃO DE CURSO UNIVERSITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SÚMULA TNU N. 37. PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESTABELECIDA.

1. Sentença reformada pela Turma Recursal de Sergipe para julgar procedente o pedido de prorrogação do benefício de pensão por morte a filha maior de 21 anos, até que ela conclua o curso universitário ou complete 24 anos.

2. Incidente de uniformização interposto pela União ao argumento de que o acórdão diverge do entendimento da Turma Recursal de Goiás, do STJ e da TNU (Súmula 37), que têm por incabível a prorrogação da pensão até os 24 anos por ausência de expressa previsão legal.

3. Incidente de uniformização admitido na origem.

4. O incidente de uniformização, com efeito, merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O cotejo dos julgados paradigmas com o acórdão censurado não deixa dúvidas quanto à divergência instalada. Observa-se que o entendimento encampado pela Turma Recursal sergipana não se harmoniza com a pacífica jurisprudência da TNU e do STJ sobre o tema. Vale ressaltar que esta Turma Nacional consagrou sua posição por meio do enunciado da Súmula TNU n. 37, reconhecendo que "A pensão por morte, devida ao filho até os 21 anos de idade, não se prorroga pela pendência do curso universitário."

7. Ante o exposto, dou provimento ao incidente para restabelecer a sentença proferida na instância singela.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502613-86.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA HELENA SOMBRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
OAB: CE-19570
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL QUE NÃO CONTEMPLA TODO O PERIODO DE CARÊNCIA. EXIGÊNCIA DE AMPLIAÇÃO PELA PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 42/TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Sentença de improcedência do pedido de salário maternidade, mantida pela Turma Recursal do Ceará ao fundamento da ausência de comprovação do labor rural em regime de economia familiar pelo período de tempo mínimo exigido para a concessão do benefício.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora sob a alegação de que o acórdão contraria jurisprudência da TNU. Ressalta que a lei não exige que o início de prova material se refira a todo o período de carência e que os documentos apresentados são suficientes para o deferimento do benefício.

3. Incidente inadmitido na origem. Encaminhado a esta TNU pela via do agravo.

4. O incidente, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Conquanto não haja dúvidas de que os elementos documentais apresentados pela recorrente se prestam a configurar o início de prova material (certidão de nascimento do filho; cadastro em sindicado rural), o entendimento do STJ e da TNU é no sentido de que para os casos em que esses elementos probatórios não correspondam a todo o período requerido, deve haver robusta prova testemunhal que sustente a prova documental apresentada, o que não se verificou no caso em exame.

7. A propósito, trago excerto de julgado desta Corte Nacional que, a par do início de prova material, exige sua ampliação pela prova testemunhal:

"EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL.[...]. Dado o seu caráter meramente indiciário, o acolhimento do pedido dependerá ainda da produção de outras provas, especialmente a testemunhal, para ampliar a sua força probante para o período de carência que se quer demonstrar. [...]. (PEDILEF 200932007043945, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 28/10/2011.)"

8. O magistrado singular, no tocante aos elementos colhidos da prova testemunhal, assim consignou:

"[...].Além do mais, a autora vive na Vila Pantanal, periferia de Senador Pompeu, embora afirme que trabalhava no Sítio Varginha, ao tempo da gravidez. Contudo, o aludido sítio, conforme a testemunha da autora, fica distante 05 léguas da cidade, sendo que a autora não demonstrou ter conhecimento de atividade agrícola, pois, perguntada, não soube sequer explicar como se dá o plantio de feijão em lastro. [...]."

9. Não preenchidos os requisitos necessários ao deferimento do Salário-Maternidade, deve ser mantido o acórdão que o denegou. Ademais, a pretensão recursal exige o reexame da matéria fática, inadmissível em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 desta TNU.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504285-35.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LILIANE DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
OAB: CE-19570
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL NÃO RECONHECIDO NAS INSTÂNCIAS INFERIORES. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. CF. ART. 93, IX. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO. COMPROVAÇÃO DE LABOR RURAL. ADMISSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROVA. PROSSEGUIMENTO DO FEITO PARA COLHEITA DA PROVA TESTEMUNHAL. QO N. 20. SENTENÇA E ACÓRDÃO ANULADOS. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de salário maternidade, mantida pela Turma Recursal do Ceará ao fundamento da ausência de comprovação do labor rural em regime de economia familiar pelo período de tempo mínimo exigido para a concessão do benefício.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora sob a alegação de que o acórdão contraria jurisprudência da TNU. Ressalta que a lei não exige que o início de prova material se refira a todo o período de carência e que os documentos apresentados consubstanciam o início de prova material suficientes para o deferimento do benefício.

3. Incidente inadmitido na origem. Encaminhado a esta TNU pela via do agravo.

4. Presentes os requisitos de admissibilidade, o incidente, com efeito, merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Compulsando os autos, observa-se que a parte autora apresenta diversos documentos buscando demonstrar sua condição de segurada especial e aptidão para o recebimento do benefício, dentre eles a certidão de nascimento da filha; a CCIR do proprietário da terra em que ela exerceu suas atividades, com declaração a seu favor; ficha de inscrição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracuru - Ceará, entre outros.

7. Esta TNU já firmou entendimento no sentido de que a existência de documentos em nome de terceiros também são hábeis a comprovar o labor rural (PEDILEF 200381100129635, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 30/08/2011), o que não dispensa sua ampliação por meio do depoimento pessoal e da prova testemunhal, o que somente se mostra possível com a instrução do feito.

8. Verificado que a sentença e o acórdão destoam dessa premissa, consignando, de forma genérica e sem discriminação, que "...os documentos apresentados não representam início material de prova do alegado trabalho como agricultora...", prescindindo da audiência e sem considerar toda a situação fática existente, o retorno dos autos ao JEF de origem, à luz do enunciado da Questão de Ordem TNU n. 20 , é medida que se impõe.

8. O aresto hostilizado, ao afastar de modo largo os documentos apresentados sem declinar as razões de convicção quanto a inaptidão deles para a configuração do início de prova material, desatendeu o dever de fundamentação das decisões judiciais (CF, art. 93, IX), inquinando-o de nulidade.

9. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso para decretar a nulidade da sentença e do acórdão, oportunidade em que determino o retorno dos autos à origem para que retome seu curso regular e, ao final, seja proferida nova sentença.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502169-26.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALDA DOS ANJOS SANTOS
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
OAB: RN-4741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DE SERINGUEIRO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. PARADIGMA STJ. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. QUESTÃO DE ORDEM N. 5. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de procedência do pedido de restabelecimento do benefício de aposentadoria por invalidez, reformada pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte ao fundamento da impossibilidade de cumulação da pensão mensal vitalícia de seringueiro, já percebida pela postulante, com qualquer outro benefício previdenciário.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência com jurisprudência do STJ e do TRF da 5ª Região, que admitem tal cumulação.

3. Incidente admitido na origem e remetido a esta TNU.

4. O recurso, contudo, não merece ser conhecido. Explico.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012), pelo que deixo de considerar os apontados paradigmas do TRF5.

7. No que diz respeito aos julgados do Superior Tribunal de Justiça, que estariam a amparar a tese defendida pela parte autora (REsp. n. 501.035/CE e EREsp. n. 23.387/SP), observa-se que eles não atendem ao requisito exigido pela legislação para fins de processamento do incidente. O Recurso Especial n. 501.035/CE, conquanto se harmonize com a pretensão da recorrente, não veicula jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, o que impede o processamento do incidente, consoante inteligência da Questão de Ordem / TNU n. 5 . O segundo recurso (EResp. 23.387/SP), de seu turno, sequer guarda pertinência temática com o aresto censurado, o que dispensa maiores considerações quanto à sua imprestabilidade para o fim pretendido.

8. Esta Corte Nacional já teve oportunidade de se manifestar em caso semelhante, conforme se extrai do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. DEPENDENTE DE SERINGUEIRO. SOLDADO DA BORRACHA. CUMULABILIDADE COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE URBANA TITULARIZADO PELO DEPENDENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente contra acórdão que, apesar de ter reconhecido o direito da autora à pensão vitalícia especial prevista no art. 54 do ADCT, na qualidade de dependente, declarou que referida pensão é inacumulável com benefício de aposentadoria por idade urbana percebida pela autora e facultou a opção pelo benefício mais vantajoso. 2. Argumenta a recorrente que o acórdão diverge do posicionamento do STJ, espelhado no RESP 501.035, que afirma a inexistência de vedação legal à percepção simultânea desses benefícios. Afirma que este também é o posicionamento dos Tribunais Regionais Federais da 1a e 5ª Regiões. 3. Entendo que o presente incidente não deve ser conhecido, tendo em vista que não foi demonstrado o dissenso jurisprudencial na forma exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01. 4. A recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 6ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma evocado pelo recorrente não atende a nenhum desses pressupostos. 5. Os julgados oriundos de Tribunais Regionais Federais não foram invocados como paradigmas. De todo modo, não caracterizam divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. 6. Incidente de Uniformização não conhecido.Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(PEDILEF 00165020320104013200, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 31/05/2013 pág. 133/154.)

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505791-79.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO PAIVA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE NÃO CONSTATADA EM EXAME PERICIAL. MATÉRIA DE FATO. PECULIARIDADES DE CADA CASO. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 42 DA TNU. CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. EXAME NÃO OBRIGATÓRIO. TNU. SÚMULA N. 77. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laboral do postulante, consoante conclusão da perícia judicial a que ele se submeteu.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, alegando que o acórdão recorrido é divergente do entendimento da Turma Recursal de Mato Grosso, do TRF1 e desta TNU (Súmula 47), pois deixou de considerar suas condições pessoais.

3. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).

7. O recorrente também aponta como paradigma da divergência, julgado da TR/MT sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 13, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), o que impede o processamento do incidente.

8. Ademais, a tese de que as condições socioeconômicas deveriam ter sido consideradas para efeito de definição da incapacidade laboral também não pode ser aceita para efeito de conhecimento do incidente. É que no caso a perícia foi contundente quanto à ausência de incapacidade laboral do recorrente. Incide, portanto, a inteligência da mais recente súmula deste Colegiado (Súmula 77) no sentido de que: O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual. Por conseguinte, não há se falar, também, em ofensa à Súmula TNU n. 47 , justamente porque não reconhecida a incapacidade.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503548-29.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EUDENILSON MENDES DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO
OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE AFASTADA NA PERICIA. ARESTO PARADIGMA. AUSÊNCIA DE SIMULITUDE FÁTICO-JURÍDICA. TNU. QO N. 22. SÚMULA TNU N. 77. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laboral do autor, consoante conclusão da perícia judicial a que ele se submeteu.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento desta Turma Nacional de Uniformização segundo a qual, na análise da incapacidade, devem ser consideradas as circunstâncias pessoais e/ou sociais do caso concreto.

3. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame do conjunto probatório, consoante súmula STJ nº 7, aplicada por analogia.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Examinando os autos, mostra-se nítida a ausência de similitude fático-jurídica entre os arestos sob cotejo, o que prejudica o conhecimento o incidente (Questão de Ordem TNU n. 22). O acórdão paradigma parte da constatação da incapacidade parcial e evolui para o exame das condições pessoais e sociais do postulante. O julgado sob censura, de seu turno, nega o benefício ao fundamento da ausência de incapacidade. Nesse quadro, não há se falar em exame das circunstâncias periféricas, consoante enunciado da Súmula TNU n. 77 , o que evidencia a dissonância entre os julgados

7. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511022-25.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA EDUARDA GARCES SOUZA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. RECURSO EM QUE SE DEFENDE RENDA PER CAPITA DE ½ SALÁRIO MÍNIMO. TESE JURÍDICA INOVADORA. TEMA NÃO ENFRENTADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 10. JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que, apesar de comprovada a deficiência, a renda per capita do núcleo familiar supera o limite de ¼ de salário mínimo, pelo que não configurada a situação de miserabilidade da postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados da Turma Recursal do Mato Grosso, que se vale do critério de renda familiar per capita de ½ (meio) salário mínimo para análise do requisito da miserabilidade.

3. Incidente não admitido na origem. Encaminhado a esta Turma pela via do agravo.

4. O incidente de uniformização, com efeito não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Sem delongas, vale registrar que a parte recorrente apresenta nos autos tese jurídica inovadora, a saber, a possibilidade de aferição da miserabilidade com fundamento na renda per capita familiar não superior a ½ (meio) salário mínimo, o que se mostra vedado no enunciado da Questão de Ordem n. 10 , desta Corte Nacional.

7. No caso em exame, a questão da utilização, como critério para aferição da miserabilidade familiar, da quantia de ½ (meio) salário mínimo per capita, não foi trazida na inicial, no recurso inominado e, por isso mesmo, não enfrentado nas fases anteriores do processo. Desse modo, defeso se mostra à parte inaugurar discussão em sede de incidente de uniformização, porquanto não se valeu das vias ordinárias para, no mínimo, prequestionar a matéria. Nesse sentido é o entendimento desta TNU, senão vejamos:

"4.2 O entendimento da TNU é no sentido de que: "Tal como se dá nos recursos especial e extraordinário, o Pedido de Uniformização de Jurisprudência submete-se à exigência do prequestionamento. É que a ausência de exame, pela decisão impugnada, da legislação federal que se pretende ver interpretada no pedido de uniformização impossibilita a própria caracterização da contrariedade da decisão frente à jurisprudência do STJ ou a divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, pressupostos para a admissibilidade do incidente. Neste sentido, a Questão de Ordem nº 10: 'Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido'." (PEDILEF 200472950029336, DJU 06/07/2005). 5. Incidente de Uniformização não conhecido.Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(PEDILEF 200738007197510, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 23/04/2013.)"

8. Portanto, seja por ausência de prequestionamento seja por inovação recursal, o recurso não pode ser conhecido.

9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500968-85.2012.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SANDRO JOSÉ DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE MENOR. SENTENÇA CONFIRMADA PELA TR-PE. MÁ FORMAÇÃO CONGÊNITA NOS PÉS. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PRESENTE. LIMITAÇÕES E CUIDADOS ESPECIAIS. TNU. PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE PERÍCIA SOCIAL. QO TNU N. 20. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E DO ACÓRDÃO. RETORNO DOS AUTOS A ORIGEM PARA AFERICÃO DO REQUISITO DA MISERABILIDADE E PROLAÇÃO DE NOVA SENTENÇA, A PARTIR DA PREMISSA DE INCAPACIDADE FIXADA POR ESTA CORTE NACIONAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, mantendo a sentença denegatória do pedido de benefício assistencial ao deficiente sob o fundamento de que o laudo pericial não atestou a presença de incapacidade total para exercício dos atos da vida civil.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgado desta TNU que, segundo diz, tem por devida a concessão de benefício assistencial ao menor portador de deficiência que implique em limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social compatíveis com sua idade.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo provimento do recurso, porquanto presente a incapacidade do autor.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O cotejo da decisão atacada com o julgado paradigma revela divergência entre eles. Explico. O acórdão sob censura consigna que apesar da má formação congênita dos pés, não há incapacidade total do autor, menor, para o exercício das atividades laborativas. Por outro lado, o entendimento firmado nesta Corte Nacional, no tocante a concessão de benefício assistencial ao menor deficiente, é de que a incapacidade, autorizadora do benefício, deve implicar limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com a idade do postulante, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos, sem descurar, ainda, da confirmação da situação de miserabilidade.

7. É certo que o incidente não deve ser conhecido unicamente com fundamento na má apreciação da prova (error in judicando), pois a TNU não é corte de apelação. A TNU tem por propósito exclusivo a uniformização de entendimentos em questões de direito material, sendo-lhe vedada a reapreciação de matéria de fato (Súmula 42). Ocorre que nos presentes autos, a despeito da evidência em relação à deficiência de que é portador o recorrente, ocasionando-lhe restrições ainda que parciais, conforme admitido implicitamente na sentença e no acórdão, nenhuma prova da miserabilidade foi produzida. Aliás, o requisito econômico sequer foi enfrentado nas fases anteriores do processo. Por isso o acórdão recorrido se mostra em total desacordo com a jurisprudência deste Colegiado, no sentido de que o julgador é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais, quando reconhecer que existe incapacidade parcial.

8. Em tais situações esta TNU tem determinado o retorno dos autos à origem a fim de que seja aferida a miserabilidade, indispensável à análise do benefício vindicado. Nesse sentido é o seguinte julgado:

[...]. 5. Com efeito, para a concessão de benefício assistencial, de caráter não contributivo e voltado para o atendimento das necessidades básicas do postulante, há que se ter devidamente comprovada a situação de miserabilidade. Desse modo, para sua aferição, faz-se necessária a elaboração de laudo sócio-econômico por profissional legalmente habilitado e, na impossibilidade dessa confecção, a coleta de prova em Juízo pelos meios legalmente admitidos e não defesos moralmente. 6. Ressalvado entendimento pessoal (de que a prescindibilidade do laudo sócio econômico somente se dá quando inviável a produção dessa perícia), esta Turma Uniformizadora fixou entendimento pela inexigibilidade do laudo sócio-econômico, posto que a miserabilidade pode ser aferida por quaisquer meios de prova (PEDILEF 20083300795126, Rel. Paulo Arena). No entanto, como exposto, nos presentes autos, nenhuma prova da miserabilidade foi produzida, seja por laudo social, seja por outros meios de prova (como juntada de documentos, certidão de oficial de justiça, prova testemunhal). In casu, sob o fundamento de o benefício ter sido

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

indeferido pela via administrativa em razão da não comprovação do requisito incapacidade, não se oportunizou a realização daquela prova. 7. Em situações similares, esta Corte determinou a realização de colheita de prova da hipossuficiência, com a dispensa do laudo sócio econômico (PEDILEF nº 200781005165005 e PEDILEF nº 200581100546980, ambos da Relatoria do Juiz Federal Paulo Arena). 8. Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido para, nos termos da Questão de Ordem n.º 20, anular o acórdão, e determinar reabertura de instrução probatória para a comprovação da miserabilidade, seja esta por laudo sócio-econômico ou outros meios de prova legalmente admitidos e sob o crivo do contraditório.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

(PEDILEF 200739047030133, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 23/04/2013.)

9. Dessarte, conquanto confirmada a incapacidade do autor, o requisito econômico deixou de ser apreciado nas instâncias inferiores, razão por que a anulação do acórdão e da sentença é medida necessária, nos exatos termos do enunciado da Questão de Ordem TNU n. 20 .

10. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido para anular o acórdão e a sentença prolatados e determinar o retorno dos autos ao órgão jurisdicional de origem para aferição do requisito da miserabilidade, sob o crivo do contraditório, prosseguindo com novo juízo delibatório a partir da premissa fixada por esta Corte Nacional.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5011538-59.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIAS FREITAS SCHMIDT
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BORRÉ
OAB: RS-39 679
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE AFASTADA. PROVENTOS SIGNIFICATIVOS DO GENITOR. DEVER SUBSIDIÁRIO DO ESTADO. OBRIGAÇÃO PRIMEIRA DA FAMÍLIA. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QO TNU N. 22. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente.

2. O magistrado singular, seguido pela Corte Recursal, consignou que apesar de comprovada a incapacidade e ausência de renda no grupo familiar (mãe e autor), os autos revelam que o genitor do postulante recebe proventos suficientes para assistir sua prole (benefício previdenciário no valor de R$ 2.591,39), e que o dever do Estado é subsidiário frente à obrigação da família.

3. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados de Turmas Recursais de São Paulo que, segundo diz, se valem de outros elementos de prova para aferição da miserabilidade, considerando as condições pessoais do requerente.

4. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

5. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo provimento do recurso.

6. O incidente, com efeito, não merece ser conhecido, com a devida vênia aos fundamentos invocados pelo D. Presidente deste Colegiado, conforme será demonstrado.

7. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

8. No caso em apreço é perceptível, de plano, a absoluta falta de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação. In casu, como relatado, o benefício assistencial foi denegado em razão de prova infirmando a miserabilidade, a saber, a possibilidade de o genitor do postulante assisti-lo, ressaltada, por isso mesmo, a obrigação subsidiária do Estado em face da obrigação primeira da família, nos exatos termos do disposto no art. 20, caput, da Lei 8.742/93. Os julgados paradigmas, de seu turno, superam o requisito legal objetivo da renda per capita familiar por meio da análise das condições pessoais e sociais do postulante. Desse modo, enquanto no caso dos autos a realidade fática afasta a carência econômica, nos julgados paradigmas ela reforça a hipossuficiência. Ademais, o tema relativo à obrigação subsidiária do Estado não restou enfrentado nos julgados paradigmas, o que evidencia a ausência de similitude fático-jurídica entre os arestos comparados.

9. Comprovada a diversidade das situações fático-jurídicas postas, não há espaço para o conhecimento do incidente, consoante dispõe o enunciado da QO n. 22 , da TNU.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507015-46.2010.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ERONILDES SANTANA NETO
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA
OAB: AL 5.777
PROC./ADV.: MONIKI BOMFIM COSTA SOARES
OAB: AL-7 651
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MENOR. EPILEPSIA. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES PRÓPRIAS DA IDADE. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL DO POSTULANTE. ACÓRDÃO PARADIGMA. TNU. SIMILITUDE FÁTICA NÃO VERIFICADA. MENOR. EPILEPSIA E RETARDO MENTAL. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE. LIMITAÇÕES E CUIDADOS ESPECIAIS. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 22. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas, em juízo de retratação (RITNU, art. 15, § 3º) , mantendo a sentença denegatória do pedido de beneficio assistencial ao deficiente sob o fundamento de que o laudo pericial não atestou a incapacidade do postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgado desta TNU que, segundo diz, tem entendimento no sentido de ser devido o benefício assistencial ao menor quando o grau de sua limitação exigir cuidados especiais, limitando o desempenho de suas atividades e restringindo sua participação social.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo não conhecimento do incidente em razão da ausência similitude fático-jurídica.

5. O incidente, com efeito, não merece ser conhecido, com a devida vênia aos fundamentos invocados pelo D. Presidente deste Colegiado, conforme será demonstrado.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. O cotejo dos julgados paradigmas revela inegável ausência de similitude fático-jurídica entre eles. Explico. Enquanto o acórdão sob censura consigna que o laudo pericial foi categórico quanto a ausência de incapacidade do menor com diagnóstico de epilepsia, no aresto paradigma a conclusão foi em sentido oposto, ressaltando que o postulante, também menor e com quadro epiléptico, é portador de retardo mental, o que exige cuidados especiais de seus responsáveis. Voltando os olhos para o laudo médico do caso em exame, observa-se nas declarações da genitora do menor que as crises epiléticas somente ocorrem na ausência do medicamento Carbamazepina 200 mg, oportunidade em que o perito afirma que "Não há incapacidade para atividades próprias da idade do periciado e não há limitações para seu desenvolvimento físico e mental."

8. Demonstrado que o julgado paradigma apresenta realidade fático-jurídica distintas da verificada no caso em exame, impossibilitado está o conhecimento do incidente, consoante Questão de Ordem TNU nº 22 .

9. Ademais, não evidenciado que o postulante demande cuidados especiais, sofra limitação no desempenho de suas atividades ou restrição em sua participação social, não há se falar em divergência com o entendimento desta TNU. Assim, observa-se que o recorrente não se desincumbiu da prova do dissenso, nos termos exigidos pelo art. 13, caput, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), o que igualmente impede o processamento do incidente.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5026275-06.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DOUGLAS DE SOUZA LOPES REP. LEGAL CLAUDIA ROZANE DE SOUZA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. RESTABELECIMENTO DENEGADO NA ORIGEM. MISERABILIDADE AUSENTE. CONCEITO DE FAMÍLIA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA RENDA PER CAPITA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ACÓRDÃO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO. REQUISITO FORMAL DESCUMPRIDO. INOVAÇÃO RECURSAL. QO N. 10. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença de improcedência do pedido de Benefício Assistencial ao Deficiente mantida pela 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul pelos próprios e jurídicos fundamentos.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento do TNU no tocante ao conceito de família, uma vez que considerou rendas que não fazem parte do grupo familiar dela.

3. Incidente não admitido na origem ao fundamento da impossibilidade de reexame do conjunto probatório. Recurso remetido a esta TNU pela via do agravo.

4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Sem delongas, vale ressaltar que o tema referente ao conceito de família para fins de aferição da renda per capita, conquanto apresentado no recurso inominado, não foi apreciado no acórdão, olvidando a parte autora em opor os necessários embargos declaratórios. Diante disso, tem-se por não cumprido requisito formal indispensável à admissão do incidente de uniformização, a saber, o prequestionamento da legislação federal que se busca ver interpretada por meio do incidente. Não é outro o entendimento desta Corte Nacional, senão vejamos:

"[...].4.2 O entendimento da TNU é no sentido de que: 'Tal como se dá nos recursos especial e extraordinário, o Pedido de Uniformização de Jurisprudência submete-se à exigência do prequestionamento. É que a ausência de exame, pela decisão impugnada, da legislação federal que se pretende ver interpretada no pedido de uniformização impossibilita a própria caracterização da contrariedade da decisão frente à jurisprudência do STJ ou a divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, pressupostos para a admissibilidade do incidente. Neste sentido, a Questão de Ordem nº 10: Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.' (PEDILEF 200472950029336, DJU 06/07/2005). 5. Incidente de Uniformização não conhecido.Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(PEDILEF 200738007197510, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 23/04/2013.)"

7. Ademais, o tema não examinado no acórdão e não atacado por embargos declaratórios passa a configurar inovação recursal, o que impede o processamento do incidente por esta Corte Nacional, consoante Questão de Ordem TNU n. 10 . (PEDILEF 200738007197510, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 23/04/2013.)

8. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0511456-94.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MANOEL INÁCIO DA CUNHA NETO
PROC./ADV.: FLÁVIO AURELIANO DA SILVA NETO
OAB: PB-12 429
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. STF. RE 567.985/MT. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20, § 3º, DA LOAS. EXIGÊNCIA DE VALORAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE, AINDA QUE A RENDA PER CAPITA ULTRAPASSE ¼ SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO QUANTITATIVO NÃO CONFIGURA ELEMENTO ÚNICO DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que reformou a sentença para denegar o pedido de beneficio assistencial ao deficiente sob o fundamento de que, apesar de configurada a deficiência, a renda do pai do promovente é bastante elevada, descaracterizando, assim, a situação de hipossuficiência do postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados desta TNU, que se vale de outros elementos para aferição da miserabilidade.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

5. O cotejo dos julgados paradigmas com o acórdão censurado não deixa dúvidas quanto à divergência entre as decisões. Explico. Esta Corte Nacional, uma vez comprovada a incapacidade e na linha de entendimento do STJ, admite a superação do limite legal objetivo da renda per capita familiar por meio da análise das condições pessoais e sociais do postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

6. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

7. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

8. Como já registrado em linhas volvidas, não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada, senão vejamos:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

9. No caso em apreço é perceptível, de plano, que o pedido de benefício assistencial foi denegado com fundamento exclusivo na regra do art. 20, § 3º, da LOAS, o que não se harmoniza com a compreensão desta TNU, do STJ e do STF. O acórdão, apontando para vínculos pretéritos do genitor do promovente, constantes do CNIS, afirma a existência de renda elevada sem, contudo, discriminar seu quantitativo, sua divisão per capita, ou indicar qualquer outro elemento seguro para descaracterizar a hipossuficiência do postulante. O magistrado singular, nesse ponto, assim se manifestou:

"[...]. Quanto à hipossuficiência, motivo do indeferimento do beneficio na esfera administrativa, o grupo familiar da parte autora é formado, nos termos da legislação previdenciária, pelo promovente, sua genitora e dois irmãos menores, e a renda advém do "bolsa família" recebido, além do dinheiro enviado pelo pai das crianças, quando quer.

Ademais, cumpre destacar que a tela do CNIS em nome do genitor do promovente [anexo 05, fl. 12], indica vínculo empregatício no período de 01.08.2007 a 12.2008, e contribuições vertidas em novembro de 2009 e novembro de 2010, não influindo no estado de miserabilidade em que vive o autor, sobretudo porque seu pai é casado e tem quatro filhos com sua esposa, segundo alegado na peça inaugural."

10. Reafirma-se, pois, o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita ultrapassa ¼ (um quarto) do salário mínimo, pois o critério quantitativo não configura elemento único de comprovação da miserabilidade.

11. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao incidente para restabelecer a sentença proferida na instância singela.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500142-59.2012.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA LETICIA FEITOZA
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA
OAB: AL 5.777
PROC./ADV.: MONIKI BOMFIM COSTA SOARES
OAB: AL-7.651
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE MENOR. VISÃO MONOCULAR. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES PRÓPRIAS DA IDADE. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÕES PARA AS ATIVIDADES ESTUDANTIS. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. TNU. DIVERGÊNCIA INEXISTENTE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas, mantendo a sentença denegatória do pedido de beneficio assistencial ao deficiente sob o fundamento de que o laudo pericial não atestou a presença de patologia incapacitante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados desta TNU que, segundo diz, tem por devida a concessão de benefício assistencial ao menor portador de visão monocular.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo provimento do recurso a fim de que se permita a realização de perícia social, objetivando verificar o "impacto que a deficiência visual da recorrente deflagra em sua vida social".

5. O incidente, todavia, não merece ser conhecido, com a devida vênia aos fundamentos invocados pelo D. Presidente deste Colegiado, conforme será demonstrado.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. O cotejo da decisão atacada com os julgados paradigmas não revela divergência entre eles. Explico. O acórdão sob censura consigna que o laudo pericial foi enfático quanto à ausência de patologia incapacitante, destacando as palavras do perito no sentido de que a visão monocular não impede a recorrente, atualmente com nove anos de idade, de realizar atividades comuns à sua faixa etária, e também não a incapacita para as atividades estudantis. Por outro lado, o entendimento firmado nesta Corte Nacional, no tocante a concessão de benefício assistencial ao menor deficiente, é de que a incapacidade, autorizadora do benefício, deve implicar limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com a idade do postulante, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos, sem descurar, ainda, da confirmação da situação de miserabilidade.

8. A análise dos autos não revela a presença de qualquer dos requisitos mencionados por esta TNU como autorizadores do benefício assistencial ao menor deficiente. O exame pericial não revelou a existência de restrições para a menor, além da visão monocular, disfunção esta que não tem potencial para interferir negativamente, seja na sua vida pessoal, escolar ou social. Como registrado em linhas volvidas, o médico perito consigna que a deficiência da infante não a retira das atividades comuns da idade e também não a incapacita para as atividades estudantis. Ao que se depreende, a jurisprudência desta Turma Nacional se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, o que reclama a incidência da Questão de Ordem TNU n. 13 , com impedimento ao conhecimento do incidente.

9. Por conseguinte, observa-se que a recorrente não se desincumbiu da prova do dissenso, nos termos exigidos pelo art. 13, caput, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), o que, igualmente, impede o processamento do incidente.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500233-98.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCELIO DE CASTRO LIMA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
OAB: CE-11410
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO
OAB: CE-23 523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. STF. RE 567.985/MT. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20, § 3º, DA LOAS. VALORAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE, AINDA QUE A RENDA PER CAPITA ULTRAPASSE ¼ SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO QUANTITATIVO NÃO CONFIGURA ELEMENTO ÚNICO DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU. RETORNO DO FEITO À CORTE DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO A ESTA PREMISSA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIAMENTE PROVIDO.

1. Acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que, apesar de comprovada a deficiência, a renda per capita do núcleo familiar supera o limite de ¼ de salário mínimo, pelo que não configurada a situação de miserabilidade da postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados desta TNU, que se vale de outros elementos para aferição da miserabilidade.

3. Incidente não admitido na origem dada a impossibilidade de reexame de matéria de fato (TNU, Súmula n. 42).

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O cotejo do acórdão censurado com o paradigma da TNU não deixa dúvidas quanto à divergência ocorrida. Esta Corte Nacional, uma vez comprovada a incapacidade e na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, supera o requisito legal objetivo da renda per capita familiar por meio da análise das condições pessoais e sociais do postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

7. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

8. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

9. Não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada. Confira-se:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

10. No caso em apreço é perceptível, de plano, que o pedido de benefício assistencial foi denegado com fundamento exclusivo na regra do art. 20, § 3º, da LOAS, o que não se harmoniza com a compreensão desta TNU e do STF. Reafirma-se, pois, o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita ultrapassa ¼ (um quarto) do salário mínimo, pois o critério quantitativo não configura elemento único de comprovação da miserabilidade.

11. Ante o exposto, conheço e dou parcial provimento ao incidente para determinar o retorno dos autos à Corte de Origem a fim de que promova a adequação do julgado, consoante baliza já fixada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5062830-22.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS ALEXANDRE GODOI KREMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. STF. RE 567.985/MT. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20, § 3º, DA LOAS. EXIGÊNCIA DE VALORAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE, AINDA QUE A RENDA PER CAPITA ULTRAPASSE ¼ SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO QUANTITATIVO NÃO CONFIGURA ELEMENTO ÚNICO DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA.

1. Acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que reformou a sentença para denegar o pedido de benefício assistencial ao deficiente sob o fundamento de que, apesar de configurada a deficiência, a renda per capita do núcleo familiar supera o limite de ¼ de salário mínimo, pelo que não estaria configurada a situação de miserabilidade do postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados desta TNU, do STJ e do STF, que se valem de outros elementos para aferição da miserabilidade.

3. Incidente admitido na origem.

4. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo conhecimento e provimento do incidente.

5. Presentes os requisitos de admissibilidade, o recurso merece, efetivamente ser conhecido.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. O cotejo dos julgados paradigmas com o acórdão censurado não deixa dúvidas quanto à divergência entre as decisões. Explico. Esta Corte Nacional, uma vez comprovada a incapacidade e na linha de entendimento do STJ, admite o afastamento do limite legal objetivo da renda per capita familiar como critério único para aferir a miserabilidade, por meio da análise das condições pessoais e sociais do postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

8. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

9. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

10. Como já registrado em linhas volvidas, não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada, senão vejamos:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

11. No caso em apreço é perceptível, de plano, que o pedido de benefício assistencial foi denegado com fundamento exclusivo na regra do art. 20, § 3º, da LOAS, o que não se harmoniza com a compreensão desta TNU, do STJ e do STF. O acórdão, apontando unicamente para o rendimento mínimo do genitor do promovente, conclui pelo não atendimento do requisito quantitativo legal, sem qualquer valoração dos demais elementos probatórios constantes dos autos. O magistrado singular, nesse ponto, assim se manifestou:

"[...]. Foi determinada a realização de perícia médica (evento 16), onde foram respondidos os quesitos formulados pelo Juízo, assim como os apresentados pelas partes. A averiguação socioeconômica cuja certidão, juntada no evento 18, descreveu a situação do autor. No caso em tela, verifico que o autor possui 01 ano de idade, reside com seus pais em uma pequena casa de alvenaria com boas condições de higiene. A renda mensal é proveniente do trabalho em serviços gerais do pai, R$ 545,00. Vejo que à parte autora logrou êxito em demonstrar que não possui meios próprios para o seu sustento, como também o grupo familiar no qual está inserido não possui condições de mantê-lo dignamente sem o apoio do Estado. A respeito do parecer médico a autora apresenta CID 10: Q 76.3, escoliose congênita por má formação da coluna e Q 71.3, ausência de metacarpo bilateral, com incapacidade total e temporária, o autor deverá ser submetido à cirurgia e reabilitação em por até um ano. Considerando, além de sua condição a sua idade, a incapacidade que apresenta constitui deficiência, tornando-o incapaz para a vida independente e para o trabalho. Assim, tenho que o autor logrou êxito em demonstrar a existência dos requisitos necessários à concessão do benefício assistencial pretendido."

12. Reafirma-se, pois, o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita ultrapassa ¼ (um quarto) do salário mínimo, pois o critério quantitativo não configura elemento único de comprovação da miserabilidade, o que se vê cumprido no provimento jurisdicional de 1º grau.

13. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao incidente para restabelecer a sentença proferida na instância singela.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501283-16.2012.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: LAURA REGINA SILVA MOURA
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA
OAB: AL 5.777
PROC./ADV.: MONIKI BOMFIM COSTA SOARES
OAB: AL-7 651
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE MENOR. VISÃO MONOCULAR. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES PRÓPRIAS DA IDADE. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÕES PARA AS ATIVIDADES ESTUDANTIS. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. TNU. DIVERGÊNCIA INEXISTENTE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas, mantendo a sentença denegatória do pedido de benefício assistencial ao deficiente sob o fundamento de que o laudo pericial não atestou a presença de patologia incapacitante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados desta TNU que, segundo diz, tem por devida a concessão de benefício assistencial ao menor portador de visão monocular.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. Parecer da Subprocuradoria-Geral da República pelo provimento do recurso a fim de que se permita a realização de perícia social, objetivando verificar o "impacto que a deficiência visual da recorrente deflagra em sua vida social".

5. O incidente, todavia, não merece ser conhecido, com a devida vênia aos fundamentos invocados pelo D. Presidente deste Colegiado, conforme será demonstrado.

6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

7. O cotejo da decisão atacada com os julgados paradigmas não revela divergência entre eles. Explico. O acórdão sob censura consigna que o laudo pericial foi enfático quanto à ausência de patologia incapacitante, destacando as palavras do perito no sentido de que a visão monocular não impede a recorrente, atualmente com onze anos de idade, de realizar atividades comuns à sua faixa etária, e também não a incapacita para as atividades estudantis. Por outro lado, o entendimento firmado nesta Corte Nacional, no tocante a concessão de benefício assistencial ao menor deficiente, é de que a incapacidade, autorizadora do benefício, deve implicar limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com a idade do postulante, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos, sem descurar, ainda, da confirmação da situação de miserabilidade.

8. A análise dos autos não revela a presença de nenhum dos requisitos mencionados por esta TNU como autorizadores do benefício assistencial ao menor deficiente. O exame pericial não revelou a existência de restrições para a menor, além da visão monocular, disfunção esta que não tem potencial para interferir negativamente,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seja na sua vida pessoal, escolar ou social. Como registrado em linhas volvidas, o médico perito consigna que a deficiência da infante não a retira das atividades comuns da idade e também não a incapacita para as atividades estudantis. Ao que se depreende, a jurisprudência desta Turma Nacional se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido, o que reclama a incidência da Questão de Ordem TNU n. 13 , com impedimento ao conhecimento do incidente.

9. Por conseguinte, observa-se que a recorrente não se desincumbiu da prova do dissenso, nos termos exigidos pelo art. 13, caput, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), o que, igualmente, impede o processamento do incidente.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009419-85.2009.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: GERISVALDO SOARES DE ANDRADE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

ACÓRDÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE INDEFERIDO. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. TNU. SUMULA 48. INEXIGÊNCIA DE INCAPACIDADE PERMANENTE. RETORNO DO FEITO À CORTE DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO A ESTA PREMISSA. NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DO REQUISITO SOCIO-ECONÔMICO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIAMENTE PROVIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente sob o fundamento de que a incapacidade não é permanente.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados de Tribunais Regionais Federais, da TNU e do STJ, para os quais, segundo diz, não há exigência de que a incapacidade seja permanente para o deferimento do benefício assistencial.

3. Incidente não admitido na origem. Recurso encaminhado a esta TNU pela via do agravo.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).

7. Por outro lado, o cotejo do acórdão censurado com os julgados paradigmas da TNU não deixa dúvidas quanto a ocorrência da divergência. Esta Turma Nacional já firmou entendimento no sentido de que a incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial, sendo essa, inclusive, a dicção da Súmula TNU n. 48 . Também nesse sentido é o seguinte julgado:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA INDEPENDENTE. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 48/TNU. RETORNO À ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de auxílio-doença e, alternativamente, de benefício assistencial ao deficiente. 2. Sentença de improcedência do pedido. Segundo o juízo monocrático, o auxílio-doença seria indevido porque a demandante não teria satisfeito o requisito carência na data de início da incapacidade fixada pelo perito. Já quanto ao benefício assistencial, tendo o perito afirmado que a autora sofria de episódio depressivo e que estaria novamente apta ao trabalho em 3 meses, entendeu o juiz sentenciante que a temporariedade do estado incapacitante seria óbice à concessão do benefício. 3. No tocante ao auxílio-doença a 2ª Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos. A respeito do benefício assistencial, o colegiado referiu que o entendimento vigente naquela Turma era no sentido de que a incapacidade temporária não constituiria obstáculo à concessão da prestação, todavia no caso dos autos "a permanência da incapacidade é extremamente curta". 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente de precedentes desta TNU e das Turmas Recursais do Mato Grosso e de São Paulo, segundo os quais a incapacidade temporária não poderia ser considerado motivo para o improvimento do pedido de benefício assistencial. 6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato. 7. Agravo na forma do RITNU. 8. A questão cerne da controvérsia é objeto de súmula por parte dessa TNU: "Súmula 48 - A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada". Assim, entendo que pouco importa que a temporariedade do quadro incapacitante seja demasiada curta ou mais extensa, visto que a jurisprudência desta Turma não estabelece um parâmetro. 9. Voto por reafirmar a jurisprudência sumulada desta Turma Nacional de Uniformização no sentido de que para fim de concessão de benefício assistencial é desnecessário que o estado de incapacidade laboral seja permanente. 10. Tendo em vista o disposto na Questão de Ordem 20/TNU e que a concessão ou não do benefício ainda carece da análise do requisito socioeconômico, determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado. 11. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido.Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação. (PEDILEF 50364169320114047000, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, TNU, DOU 22/03/2013.)"

8. No caso em exame, o magistrado singular, seguido pela Corte Recursal, conquanto tenha relatado o quadro sócio-econômico da parte autora, não se pronunciou quanto ao atendimento desse requisito para fins de deferimento do benefício assistencial. Limitou-se a denegá-lo em razão do caráter temporário da incapacidade, o que, como visto, diverge do posicionamento pacífico desta TNU.

9. Verificado que o acórdão hostilizado está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional no tocante à incapacidade, e que não há manifestação judicial quanto ao requisito sócio-econômico, o retorno dos autos à Turma Recursal é medida que se impõe, consoante inteligência do disposto no art. 8º, X , do RITNU (Resolução/Cojef n. 22, de 04/09/2008).

10. Ante o exposto, conheço e dou parcial provimento ao incidente para determinar o retorno dos autos à Corte de Origem a fim de que promova a adequação do julgado, consoante baliza já fixada por esta Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500825-11.2012.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ EVERALDO DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. EPILEPSIA. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE ANTERIORMENTE EXERCIDA (REPOSITOR DE MERCADORIAS). INEXISTÊNCIA DE OUTRAS LIMITAÇÕES FÍSICAS E MENTAIS DO POSTULANTE. ACÓRDÃO PARADIGMA. TR-GO. SIMILITUDE FÁTICA NÃO VERIFICADA. EPILEPSIA. ANALFABETO, IMPOSSIBILITADO DE FREQUENTAR A ESCOLA E DE TRABALHAR EM FUNÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE E QUADRO SOCIAL. QUESTÕES DE ORDEM TNU N. 13 E 22. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, mantendo a sentença denegatória do pedido de beneficio assistencial ao deficiente sob o fundamento de que o laudo pericial não atestou a incapacidade do postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgado da Turma Recursal de Goiás que, segundo diz, tem entendimento no sentido de ser devido o benefício assistencial ao portador de epilepsia, considerando outros pontos relativos ao caso concreto.

3. Incidente inadmitido na origem. Interposto agravo, foi ele provido pelo Min. Presidente desta TNU, que determinou a imediata distribuição do feito.

4. O incidente, com efeito, não merece ser conhecido, com a devida vênia aos fundamentos invocados pelo D. Presidente deste Colegiado, conforme será demonstrado.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. O cotejo entre o julgado sob censura e o paradigma apontado revela inegável ausência de similitude fático-jurídica entre eles. Explico. Enquanto o acórdão sob censura consigna que o laudo pericial foi categórico quanto à ausência de incapacidade para a atividade laboral anteriormente exercida pelo autor (repositor de mercadorias), no aresto paradigma a conclusão foi em sentido oposto, ressaltando que o postulante, também com quatro epilético, é analfabeto, não freqüentou a escola ou trabalhou devido ao seu estado de saúde.

7. Nesse ponto, vale transcrever a conclusão do médico perito que examinou o autor, assim redigida: "O periciado tem epilepsia controlável com terapia clínica disponível no SUS. Há, ainda, nítido componente psicogênico e parte dos eventos descritos decorre de somatização (quadro sem base orgânica). Houve nítida exacerbação na frequência informada de crises. Não há incapacidade para a função de repositor de mercadorias." (grifei)

8. Demonstrado que o julgado paradigma apresenta realidade fático-jurídica distinta da verificada no caso em exame, inviável se torna o conhecimento do incidente, consoante Questão de Ordem TNU nº 22 .

9. Ademais, observa-se que o recorrente não se desincumbiu da prova do dissenso, nos termos exigidos pelo art. 13, caput, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008), o que igualmente impede o processamento do incidente.

10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5029206-88.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NILSON FERREIRA
PROC./ADV.: UIVERSON HORNING MENDES
OAB: -
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. VALORAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA PELA SENTENÇA E ACÓRDÃO. CONFIRMAÇÃO DA AUSÊNCIA DE MISERABILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento da não comprovação do requisito da miserabilidade, ressaltando que o conjunto probatório revelou não se encontrar o grupo familiar em situação de risco social.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados das Turmas Recursais de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, do TRF4, da TNU e do STJ, que se valem de outros elementos de prova para aferição da miserabilidade.

3. Incidente não admitido na origem. Recurso encaminhado a esta TNU pela via do agravo.

4. O incidente, com efeito, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).

7. No tocante aos demais julgados paradigmas, observa-se que as respectivas Cortes de Justiça afastaram o limite legal objetivo da renda per capita familiar como critério único para aferição da miserabilidade, por meio da análise das condições pessoais e sociais do postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

8. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

10. Não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada. Confira-se:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

11. Ocorre que o acórdão hostilizado não se desviou desse entendimento, ao contrário, com amparo analógico no art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003, afastou, antes da aferição da renda per capita familiar, benefício previdenciário de valor mínimo recebido pela genitora do autor, remanescendo, contudo, benefício de pensão por morte por ela mesma recebido. A sentença, mantida em seus fundamentos pelo julgado sob censura, foi analítica ao detalhar as despesas e receitas do grupo familiar, as condições de moradia, concluindo, a par do critério legal, que não se encontram em situação de risco social. Resta claro, portanto, que o conjunto probatório foi regularmente valorado, na esteira do entendimento consolidado por esta Turma Nacional e pela Excelsa Corte.

12. Verificado que a jurisprudência da Turma Nacional se firmou no mesmo sentido do aresto recorrido, descabe o manejo de incidente de uniformização, consoante enunciado da Questão de Ordem / TNU n. 13 .

13. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5032821-77.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REGINA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. STF. RE 567.985/MT. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20, § 3º, DA LOAS. EXIGÊNCIA DE VALORAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE, AINDA QUE A RENDA PER CAPITA ULTRAPASSE ¼ SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO QUANTITATIVO NÃO CONFIGURA ELEMENTO ÚNICO DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU. RETORNO DO FEITO À CORTE DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO A ESTA PREMISSA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que, apesar de configurada a deficiência, a renda per capita do núcleo familiar supera o limite de ¼ de salário mínimo, pelo que não estaria configurada a situação de miserabilidade da postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região e do STJ, que se valem de outros elementos para aferição da miserabilidade.

3. Incidente admitido na origem.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Analisando os julgados paradigmas, observa-se que as Cortes de Justiça, uma vez comprovada a incapacidade total e na linha de entendimento do STJ, afastaram o limite legal objetivo da renda per capita familiar como critério exclusivo para aferição da miserabilidade, por meio da análise das condições pessoais e sociais da postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

7. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

8. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

9. Não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada. Confira-se:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

10. No caso em apreço é perceptível, de plano, que o pedido de benefício assistencial foi denegado com fundamento exclusivo na regra do art. 20, § 3º, da LOAS, o que não se harmoniza com a compreensão desta TNU e do STF. Reafirma-se, pois, o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita ultrapassa ¼ (um quarto) do salário mínimo, pois o critério quantitativo não configura elemento único de comprovação da miserabilidade.

11. Ante o exposto, conheço e dou parcial provimento ao incidente para determinar o retorno dos autos à Corte de Origem a fim de que promova a adequação do julgado, consoante baliza já fixada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509205-25.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LENIRA CRUZ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. MISERABILIDADE. RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. STF. RE 567.985/MT. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 20, § 3º, DA LOAS. VALORAÇÃO DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE, AINDA QUE A RENDA PER CAPITA ULTRAPASSE ¼ SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO QUANTITATIVO NÃO CONFIGURA ELEMENTO ÚNICO DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA TNU. RETORNO DO FEITO À CORTE DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO A ESTA PREMISSA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença denegatória do pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que, apesar de configurada a deficiência, a renda per capita do núcleo familiar superava o limite de ¼ de salário mínimo, pelo que não estaria configurada a situação de miserabilidade da postulante.

2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação da existência de divergência entre o acórdão censurado e julgados da Turma Recursal de Goiás, do TRF3 e do STJ, que se valem de outros elementos para aferição da miserabilidade.

3. Incidente admitido na origem.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. Como decorrência lógica, os julgados dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma em incidente de uniformização (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).

7. No tocante ao acórdão paradigma da Turma Recursal de Goiás, observa-se que a Corte goiana, uma vez comprovada a incapacidade total e na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, superou o requisito legal objetivo da renda per capita familiar por meio da análise das condições pessoais e sociais da postulante, nos exatos termos do consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal.

8. A propósito, a Excelsa Corte, em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567.985 / MT - trânsito em julgado em 11/12/2013), reconheceu a inconstitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS, que considera incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Verificou-se, segundo o STF, a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro).

9. A compreensão da máxima Corte de Justiça brasileira, ao declarar a inconstitucionalidade da sobredita norma sem pronúncia de sua nulidade, é de que o critério legal objetivo do art. 20, § 3º, da LOAS, não mais pode, por si só, fundamentar juízo denegatório do benefício assistencial a título de ausência de comprovação da situação de miserabilidade.

10. Não é outra a posição desta TNU, conforme se extrai de recente julgado em que a questão foi examinada. Confira-se:

"[...].10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. (PEDILEF 05042624620104058200, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134.)

11. No caso em apreço é perceptível, de plano, que o pedido de benefício assistencial foi denegado com fundamento exclusivo na regra do art. 20, § 3º, da LOAS, o que não se harmoniza com a compreensão desta TNU e do STF. Reafirma-se, pois, o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita ultrapassa ¼ (um quarto) do salário mínimo, pois o critério quantitativo não configura elemento único de comprovação da miserabilidade.

12. Ante o exposto, conheço e dou parcial provimento ao incidente para determinar o retorno dos autos à Corte de Origem a fim de que promova a adequação do julgado, consoante baliza já fixada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0067188-22.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JOSÉ ROBERTO PADILHA
OAB: SP-41822
REQUERIDO(A): EDNEIA MONTEIRO NOGUEIRA
PROC./ADV.: ROGÉRIO CEZÁRIO
OAB: SP-188395
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. ATRASO NA ENTREGA DE SEDEX. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTENDIMENTO DOMINANTE NO STJ. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM POSICIONAMENTO DA TNU. REEXAME DE PROVAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela ECT contra acórdão que manteve sentença de parcial procedência, condenando a empresa recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e morais em decorrência de atraso na entrega de passagens rodoviárias encaminhadas ao destino através de contrato SEDEX.

2. Sustenta a recorrente que se faz necessária a comprovação do conteúdo do objeto postal remetido para que seja possível a aferição do quanto devido e da extensão do dano causado em decorrência do inadimplemento contratual com relação a condenação por danos morais. Cita como precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o Resp nº 730.855/RJ e vários outros precedentes, todos oriundos da Terceira Turma.

3. O incidente não merece ultrapassar a fase de conhecimento.

4. Em relação aos julgados do STJ, não foi comprovado tratar-se de jurisprudência dominante. Para tanto, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". Os paradigmas invocados pelo recorrente, oriundos da Terceira Turma, não atendem a nenhum desses pressupostos.

5. De todo modo, verifica-se que o posicionamento adotado no acórdão recorrido encontra-se em consonância com recente entendimento desta Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que os danos morais são presumidos em razão da falha do serviço prestado (PEDILEF 0016233-59.2010.4.01.4300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013).

6. Por fim, conclui-se que modificar as conclusões exaradas pela sentença monocrática confirmada pelo acórdão recorrido implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula nº 42 desta TNU.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504642-29.2011.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IZABEL CORDEIRO DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PELA TURMA RECURSAL DA PARAÍBA. VOTOS COLHIDOS ORALMENTE, CONFORME CONSTA DO TERMO DA SESSÃO. INEXISTÊNCIA DO ARQUIVO DE ÁUDIO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. NECESSIDADE DE NOVO JULGAMENTO. ANULAÇÃO DE OFÍCIO. UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADA.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente em face de acórdão que reformou sentença monocrática de procedência de pedido de benefício de aposentadoria por idade rural.

2. Argumenta a parte autora-recorrente que deve ser decretada a nulidade do acórdão por falta de fundamentação e, caso não reconhecida tal nulidade, pretende a reforma do julgado e concessão do benefício previdenciário postulado nos autos.

3. Extrai-se do acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que: em conformidade com o voto oral do relator e os votos orais dos demais membros, constantes da sessão, por unanimidade, em face de (a) não haver nos autos início de prova material que aponte a qualidade de segurada especial da parte autora, já que os documentos apresentados poucos, recentes e em nomes de terceiros e mesmo que houvesse prova documental suficiente apontando indícios da qualidade de segurada especial da parte autora, seria necessário a sua complementação e corroboração pela prova oral, incluindo o contado físico com o juiz e a oitiva de testemunhas; (b) a prova oral não ter sido satisfatória na medida em que o contato físico com o julgador e os depoimentos colhidos não foram favoráveis à parte autora; rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO ENTE PÚBLICO para, reformando a sentença, deixar de reconhecer o direito da parte autora ao benefício de aposentadoria por idade rural outrora concedido. (destaquei)

4. Diante da fundamentação genérica e imprecisa do acórdão, foi exarado despacho em 24 de outubro de 2013 com determinação para que a Turma Recursal de origem providenciasse a anexação do áudio da sessão de julgamento respectivo. Em cumprimento à determinação, foi emitida certidão pela Secretaria da Turma Recursal da Paraíba informando a impossibilidade de cumprir a diligência, em virtude de não terem sido localizados os áudios da sessão.

5. Esta TNU tem reiteradamente decidido que : "... A ausência de uma fundamentação específica, da ponderação das provas concretas dos autos, não satisfaz a obrigação constitucional de fundamentação das decisões judiciais, impedem o correto entendimento das partes e de eventuais terceiros interessados dos motivos do julgamento e levam à irresignação..." (PEDILEF 0504394-63.2011.4.05.8202, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, sessão realizada em 14/02/2014).

6. Diante do exposto e ausentes os áudios do acórdão recorrido, relatos essenciais para o julgamento do incidente, é de ser reconhecida a nulidade do julgado por ausência de fundamentação, nulidade esta passível de ser declarada de ofício, determinando-se a remessa dos autos à Turma de origem para que seja proferido novo julgamento.

7. Pedido de Uniformização prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500114-79.2012.4.05.8310
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GERMANA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 10. NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora em face de acórdão que manteve sentença de improcedência de concessão de aposentadoria por idade rural. O acórdão encontra-se fundamentado nas seguintes conclusões: a) a autora não tinha direito ao benefício de aposentadoria por idade rural em 1987, ano em que completou a idade, porque seu marido já recebia tal benefício desde o ano de 1983, e de acordo com a Lei Complementar n.° 11/71 e o Decreto n.° 83.080, de 24.01.1979, tal direito somente contemplava ao arrimo de entidade familiar e b) ainda que fosse o caso de se aplicar a Lei n.º 8.213/91, o benefício não poderia ser igualmente concedido, uma vez que não ficou demonstrado, nos autos, a prova do exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.

2. O incidente não merece ser conhecido.

3. A recorrente sustenta no pedido de uniformização que, comprovada a qualidade de segurada especial à época da concessão da renda mensal vitalícia, não poderia ser reconhecida a perda da qualidade de segurada para a concessão da aposentadoria por idade rural. Todavia, tal questão não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido e a parte autora não interpôs embargos de declaração com o intuito de obter manifestação expressa do Colegiado acerca de tal questão, ponto este fundamental para viabilizar o pedido de uniformização (Questão de Ordem nº 10)

4. Ademais, não há qualquer similitude no julgado apontado como paradigma (REsp 855.208/SP) e o acórdão recorrido. Isto porque o acórdão analisou questão atinente à concessão de benefício de aposentadoria por idade rural e o precedente do STJ trata da possibilidade de conversão da espécie renda mensal vitalícia em aposentadoria por invalidez, desde que cumpridos os requisitos legais.

4.1. Os demais julgados citados pela recorrente, além de tampouco guardarem similitude com o acórdão recorrido, também não podem ser admitidos pelas seguintes razões: os paradigmas oriundos da Turma Recursal de Minas Gerais (autos nº 2005.01.99.058287-2 e 2006.01.99.033901-2, não são documentos extraídos dos autos originários, mas sim de julgados obtidos por meio da internet, e não foi indicada a fonte de pesquisa (Questão de Ordem nº 03); b) a ementa extraída dos autos 200004010680548, refere-se a acórdão exarado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o que não configura divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01 e, c) o paradigma desta TNU, PEDILEF 200483200003087, trata de matéria da distinta da veiculada no presente pedido, especificamente concessão de benefício assistencial à segurado que preenchia requisitos para concessão de auxílio-doença e, posteriormente, aposentadoria por invalidez na data do óbito.

5. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500284-52.2010.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ELISANGELA MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE ANTERIOR AO INGRESSO NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que confirmou a sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença a trabalhadora rural, sob o fundamento de que a doença já havia sido diagnosticada e vinha sendo tratada desde 2002 (transtorno esquizoafetivo do tipo misto) sendo, portanto, preexistente em relação à filiação ao RGPS no ano de 2008.

2. A parte autora-recorrente alega que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da Turma Recursal do Mato Grosso, que admite a concessão de benefício por incapacidade nos casos em que já havia patologia, porém a mesma não era incapacitante à época de filiação ao regime geral. Cita como paradigmas os processos 20073600702761-6 e 2007.36.00.702953-4.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, se pretende nova análise dos fatos que geraram o reconhecimento da incapacidade laborativa da autora antes de sua filiação ao regime geral da previdência social. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

5. Incidente não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503492-63.2009.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LINDALVA RAIMUNDO ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO BARBOSA
OAB: PE- 24 839
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 10. INCIDENTE NÃO CONHECIDO .

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão lavrado em sessão datada de 11/10/2011 que reformou sentença de improcedência e concedeu benefício assistencial desde o requerimento administrativo formulado em 11/2000.

2. O recorrente alega a ocorrência de prescrição das parcelas vencidas no quinquênio imediatamente anterior à propositura da ação e que tal prejudicial ao mérito deveria ter sido reconhecida de ofício . Invoca como paradigma a Súmula 15 oriunda da Turma Recursal de São Paulo, redigida nos seguintes termos: "Em consonância com o art. 103 , parágrafo único , da Lei nº 8.213 /1991, o juiz deverá, de ofício, reconhecer a prescrição qüinqüenal nas ações pertinentes às parcelas vencidas de benefícios previdenciários, inclusive em grau recursal". (Origem Enunciado 19 do JEFSP).

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A questão relativa a ocorrência da prescrição não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido. Ocorre que a parte autora não interpôs embargos de declaração com o intuito de obter manifestação expressa do Colegiado acerca de tal questão, ponto este fundamental para viabilizar o pedido de uniformização (Questão de Ordem nº 10)

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507955-72.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCA IZABEL PATRIOTA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente em face de acórdão que manteve sentença de improcedência de concessão de benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência.

1.1 Consignou a sentença mantida (proferida em sistema áudio mp3), em síntese, que a incapacidade da parte autora estava comprovada no processo, contudo, o grupo familiar era composto por três pessoas, sendo que o marido da autora, no desempenho da atividade como pedreiro, auferia renda equivalente a um salário-mínimo e meio, o que afasta a situação de miserabilidade e a possibilidade de concessão do benefício pretendido.

2. A parte autora sustenta que o acórdão afronta jurisprudência do STJ (AgRG no Ag 946710/PR) e da TR/MT (processo 2008.36.00.700052-6), no sentido de que o critério econômico eleito pela legislação de regência não é absoluto, podendo a miserabilidade ser comprovada por outros meios.

3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001 em relação ao julgado da TR/MT.

4. Esta Turma Nacional de Uniformização vem firmando o entendimento de que para aferição da miserabilidade deve ser analisado o conjunto probatório formado ao longo da instrução mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo. Neste sentido, cito como precedentes os recentes julgados: PEDILEF 0506899-67.2010.4.05.8200, Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro e PEDILEF 0501179.24.2012.4.05.8306, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, ambos da sessão de 14.02.2014.

5. Diante da necessidade de exame da matéria fática, o que pressupõe a reabertura da instrução processual para verificação da situação sócio-econômica da postulante. Aplicação da Questão de Ordem n° 20 desta TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito."

6. Incidente conhecido e parcialmente provido, para o fim de determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer o incidente de uniformização e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0517981-52.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: YTALO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto contra acórdão que reformou sentença de procedência de concessão de benefício assistencial ao portador de deficiência, sob o fundamento de que o Estado é um ente subsidiário, sendo dever de a família prover a subsistência de seus familiares. Afirma o acórdão que deve a representante ingressar com uma ação de alimentos para que o pai promova o sustento da menor.

2. A parte autora-recorrente alega que seu grupo familiar é composto por duas pessoas que sobrevivem de renda exclusiva oriunda do Programa Bolsa-Família e, eventual recebimento de pensão alimentícia não seria suficiente para desconstituir seu direito ao benefício pretendido, em decorrência da renda do pai ser equivalente ao salário-mínimo e este possuir outra família. Invocou como paradigma o processo 2008.35.00.901778-8, oriundo da Tuma Recursal de Goiás, que concedeu benefício de amparo assistencial ao idoso, após análise da renda final do autor, considerando no cálculo eventual colaboração a título de alimentos pelos filhos adultos.

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Extrai-se do incidente de uniformização que a pretensão da parte recorrente - análise da renda do grupo familiar considerando a renda do pai- envolve reexame de provas, o que não é admitido pela Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003104-59.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LÍDIA MARIA FROEHLICH SENGER
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. PARADIGMAS DE TURMAS RECURSAIS DA MESMA REGIÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora contra acórdão que manteve, por seus próprios fundamentos, sentença que deixou de reconhecer como especial atividade desempenhada pela autora no período de 22/08/1988 a 09/02/2006. O Juiz monocrático assim fundamentou a sentença: Em relação a este período a parte autora trouxe aos autos PPP (DOC6), relativo ao período de 22.08.1988 a 09.02.2006, onde consta que a parte autora estava exposta ao ruído até 30.04.1992, e ao ruído, calor e produtos químicos (acetato de etila, etanol e tolueno) até 30.07.1999 e a partir de então, apenas ao ruído. Ocorre que não foi juntado aos autos laudo que comprove a exposição aos agentes nocivos acima apontados, e pelo que se depreende do PPP a empresa possui laudo técnico, já que há responsável pelos registros ambientais. Observo que o ônus de comprovar a especialidade da atividade é da autora, cabendo a esse juízo, excepcionalmente, diligenciar para a obtenção de provas apenas se, comprovadamente, isso não for possível a quem incumbe tal ônus. Ocorre que a parte autora não apresentou qualquer comprovação da impossibilidade de obtenção deste documento. Portanto, descabe a realização de perícia, no caso concreto, conforme requereu a postulante. Portanto, não há laudo que comprove os níveis de pressão sonora incidentes na função do autor. O calor somente e considerado nocivo para fins previdenciários se superior a 28ºC, cód. 1.1.1 do Dec. 53.831/64, e em relação aos produtos químicos, não há referência ao modo de exposição a essas substâncias, que deverá ser habitual e permanente, como exige o § 3º do art. 57 da Lei nº 8.213/91. Diante deste quadro, não há como albergar a pretensão da parte autora.

2. Argumenta a parte autora-recorrente que o julgado afronta jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Turma Recursal de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no tocante a questão atinente à realização de prova pericial. Argumenta, ainda, que o acórdão contraria posicionamento da TNU e do STJ no tocante a possibilidade de conversão de atividade especial após 28/05/1998. Contudo, tal questão sequer foi tratada na sentença confirmada pelo acórdão recorrido.

3. Os precedentes de Turmas Recursais da mesma região não configuram a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

4. Ainda que assim não fosse, extrai-se da análise dos julgados apontados como paradigmas e do acórdão recorrido que não há similitude fático-jurídica. Isto porque o acórdão recorrido confirmou sentença monocrática que não reconheceu atividade especial por ausência de apresentação pela parte autora de laudo técnico pericial complementar ao Perfil Profissiográfico Profissional, partindo da premissa que a recorrente tinha acesso a tal documento em poder de sua empregadora e não produziu tal prova. Por outro lado, os acórdãos paradigmas tratam de elaboração de laudo técnico quando da impossibilidade de aferição das reais condições do labor empregado em seu efetivo local de trabalho, no caso, de empresas extintas ou desativadas.

5. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.63.04.005481-7
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ELZA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUCIANA ROSA CHIAVEGATO
OAB: SP-237598
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. REJEIÇÃO.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra acórdão deste Colegiado que conheceu do incidente de uniformização, nos seguintes termos: Em sendo assim, com base na inteligência da Súmula 24 desta Turma Nacional e, igualmente, reafirmando a tese jurídica consolidada por este Colegiado no PEDILEF 200770550015045, da Relatoria do Juiz Federal José Antônio Savaris, DOU 11/03/11, no sentido de que somente o tempo de serviço do empregado rural prestado após 1991, ou anterior, se empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, pode ser computado para efeito de carência da aposentadoria por idade urbana, CONHEÇO E DOU INTEGRAL PROVIMENTO ao presente Pedido de Uniformização do INSS para REFORMAR o v. acórdão e, por consectário lógico, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido constante da inicial.

2. Embargos de declaração opostos tempestivamente. Alegação de omissão na decisão tendo em vista que não foram invertidos os ônus sucumbenciais.

3. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.

4. Não há omissão no julgado, não sendo cabível a inversão de ônus sucumbenciais, porque a parte autora não apresentou nenhuma espécie de recurso no presente processo. Assim, à luz do princípio da causalidade, as despesas processuais e os honorários advocatícios somente devem recair sobre aquele que deu causa à instauração de incidente processual. Deste modo, a decisão proferida por esta Turma Nacional somente dispensa o INSS do pagamento de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

honorários advocatícios, ônus este a que foi condenado quando do julgamento proferido pelo Colegiado da Turma Recursal de São Paulo.

5. Embargos Declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

A Turma rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501706-50.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: SELMO MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE F COSTA
OAB: AL-3747
REQUERIDO(A): FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. ÍNDICE URP DE ABRIL E MAIO DE 1988 (3,77%). PAGAMENTO DE DIFERENÇAS ENTRE RUBRICAS EM FOLHA DE PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE ERRO NO CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL TRABALHISTA TRANSITADA EM JULGADO. VENCIMENTO E REFLEXOS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor-recorrente em face de acórdão que reformou sentença de procedência do pedido, ao fundamento de que a forma de cálculo do reajuste pela URP (expurgos) perpetrada pela FUNASA não causou qualquer prejuízo à parte autora, estando corretos os valores pagos.

2. A parte autora sustenta que o acórdão afronta jurisprudência do TRF da 5a Região, Turma Recursal de Alagoas e do STJ, no sentido de que as parcelas relativas à URP têm natureza de vencimento e deveriam ser incorporadas e refletidas nos demais adicionais. Sustenta, ainda, que "a URP (Planos Econômicos) deve perpetuar nos vencimentos dos servidores que tiveram seus direitos reconhecidos através de decisão judicial transitada em julgado, mesmo após a revisão de vencimentos, visto que na sentença não restou determinada a limitação temporal do reajuste".

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. No caso dos autos, os arestos apontados como paradigmas - e a própria tese do pedido de uniformização - não guardam relação com o que foi decidido no acórdão recorrido.

4. Registro que o acórdão não foi extrapetita, e decidiu a matéria posta na inicial, nos seguintes termos: "(...) Cabe salientar que o fato de existir uma rubrica própria (decisão transitada em julgado), para dar cumprimento à decisão trabalhista no sentido de incorporar o valor do expurgo inflacionário (URP) à remuneração dos servidores, não modifica a sua natureza jurídica, pois apenas criou-se um mecanismo contábil para cumprimento daquela decisão, mas, no seu conteúdo material, deve se entender aquela parcela como sendo de vencimento básico, adicional de tempo de serviço e Gratificação de Atividade Executiva, na proporção existente no momento em que se determinou o congelamento - implantação nominal apenas. Isso é relevante não só para se compreender que não cabe majoração desta rubrica quando há alteração no patamar remuneratório do servidor, como também para aferir os reflexos de outras verbas sobre parte da aludida parcela, já que aquelas verbas que incidem sobre o vencimento básico, por exemplo, adicional de insalubridade, deverão levar em conta também a parcela da correspondente rubrica "decisão transitada em julgado" referente à URP com natureza de vencimento. Isso porque, frise-se, tal parcela ("decisão transitada em julgado"referente à URP) não tem natureza jurídica própria, mas se compõe das rubricas vencimento básico, adicional de tempo de serviço e Gratificação de Atividade Executiva. 5. Ademais, não é razoável que, pelo simples fato de ter sido reconhecido judicialmente o direito à reposição de um determinado índice inflacionário, os beneficiários da decisão adquiram o direito a receber, em caráter perpétuo, remuneração superior à dos demais integrantes da categoria, desprezando-se as reestruturações de carreira supervenientes, bem como o erro de interpretação cometido pela administração. (TRF 5ª R. - AGTR 2005.05.00.030012-3 - 1ª T. - PE - Rel. Des. Fed. Francisco Wildo Lacerda Dantas - DJU 15.12.2005 - p. 572). (...)".

5. Os julgados apontados como paradigmas, por serem provenientes de TRF e de turmas recursais da mesma região do acórdão recorrido, não servem para demonstrar a divergência. De qualquer sorte, todos passam ao largo da discussão travada nos presentes autos. O mesmo ocorre com os acórdãos provenientes do Superior Tribunal de Justiça: enquanto o Resp 604.880/SE trata da coisa julgada em ações envolvendo o índice de fevereiro de 1989, o Resp 728779/RJ discute reconhecimento de decisão extra-petita.

6. Assim, seja por falta de demonstração da divergência, seja por ausência de similitude ou cotejo, o incidente não tem como ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0004135-09.2009.4.03.6309
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JORGE ALVES DIAS
OAB: SP-127814
REQUERIDO(A): ANÁSIA CAETANO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: DANIELA DELFINO FERREIRA
OAB: SP-245614
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM RAZÃO DE EXTRAVIO DE ENCOMENDA. FALHA NO SERVIÇO. DESNECESSIDADE DA PROVA DO CONTEÚDO. INCIDENTE NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela ECT contra acórdão que manteve sentença de parcial procedência, condenando a empresa recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e morais em decorrência de extravio de encomenda encaminhada via SEDEX.

2. Sustenta a recorrente que a não comprovação do dano e do nexo causal entre este a falha no serviço afastam a indenização por dano moral e que a prova do conteúdo da postagem é indispensável para tal. Nesse sentido traz diversos paradigmas da TR-MT, TR-RJ, TR-PA e, em especial, Resp 731.333/RS, 4a Turma, Min. Jorge Scartezzini. Divergência demonstrada.

3. Em recente julgado, o C. STJ entendeu que o mero extravio de correspondência registrada acarreta dano moral em razão da falha na prestação do serviço. A situação do SEDEX em tudo se assemelha a da carta registrada, razão pela qual o mesmo entendimento deve ser aqui aplicado. Do inteiro teor do voto do Min. Raul Araújo, relator para o acórdão, extrai-se que:

"(...) Se se estivesse falando em dano material, haveria, efetivamente, a necessidade de comprovação do montante do dano ocorrido em função de um valor patrimonial envolvido com o extravio da missiva. Mas, no caso, tem-se uma alegação de dano moral, que, se sabe, em alguns casos, pode ser reconhecido ipso facto. O chamado dano moral in re ipsa.

A perda de uma correspondência é algo que normalmente acarreta aborrecimento, não para ensejar indenização em milhões de reais, mas, como bem fixou a instância federal, num montante razoável, de R$ 1.000,00 (mil reais). Até em termos pedagógicos, é importante reconhecer o dano moral, para que os Correios não fiquem tão descuidados na entrega das correspondências.

Cabe lembrar que, às vezes, leva-se horas escrevendo uma carta de conteúdo meramente pessoal, sem valor econômico algum, mas de imenso valor sentimental. A pessoa destinatária de tal missiva jamais saberá o lhe fora escrito e o missivista dificilmente conseguirá reproduzir fielmente o que antes escreveu.

O consumidor pode enviar uma correspondência simples ou registrada. Nesse segundo caso, ele tem provável interesse no rastreamento e na efetiva comprovação da entrega da missiva.

Desse modo, se o consumidor escolhe enviar a carta registrada, os Correios têm que apresentar o aviso de recebimento para quem fez a postagem, de maneira que o simples fato da perda da correspondência, nessa hipótese, acarreta dano moral (...)". (Resp 1097266/PB, 4a Turma, Dje 23/08/2013).

4. O acórdão recorrido também está em consonância com o entendimento desta TNU, no sentido da autonomia do dano moral em relação aos danos materiais, não havendo que se falar em comprovação de conteúdo para a configuração do primeiro. A ocorrência do dano moral se dá pela falha do serviço em si e a compensação não guarda relação com o valor dos bens supostamente postados (PEDILEF 0016233-59.2010.4.01.4300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013). Portanto, ainda que a declaração do conteúdo ou a prova - por qualquer outro meio - dos bens postados possam interferir na fixação do valor da indenização, não são absolutamente condição para sua caracterização.

5. Incidente conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.70.60.001839-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO BEREJANSKI
PROC./ADV.: RUI MAURO SANTOS
OAB: PR-35594
PROC./ADV.: LIVIA RAIZER MENDES
OAB: PR-36570
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE URBANA CONCOMITANTE AO LABOR RURAL. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo autor contra acórdão que reformou sentença de procedência de pedido de aposentadoria por idade rural.

2. A Turma Recursal concluiu que houve atividade urbana concomitante à rural e que isso impediria, por si só, a concessão do benefício.

3. Argumenta o recorrente que tal entendimento encontra-se em dissonância com jurisprudência oriunda de outras turmas recursais, segundo a qual a atividade urbana, ainda que em período significativo, não afasta a condição de trabalhador rural.

3.1. Está demonstrada divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito. Enquanto o acórdão recorrido fixou a premissa de que o requerente exerceu atividade urbana no período em que recolheu contribuições como empresário (período de 13/5/1999 a 10/1/2007) e considerou que isso descaracterizou peremptoriamente a condição de segurado especial, os acórdãos paradigmas (TR-GO, TR-TO) admitiram que a atividade rural pode ser descontínua ou que a atividade rural concomitante à urbana pode ser computada para efeito de benefício de trabalhador rural se ficar demonstrada a indispensabilidade para a subsistência.

4. A jurisprudência da TNU consolidou-se no sentido de que a descontinuidade da atividade rural admitida pela legislação é aquela que não representa uma ruptura definitiva do trabalhador em relação ao campo, situação que deve ser aferida em cada caso concreto (Precedentes PEDILEF 2007.82.01.501836-6, DOU 15/06/2012; PEDILEF 0004050-20.2004.4.02.5050, DOU 27/04/2012; PEDILEF 2007.83.05.500279-7, DOU 20/04/2012 e PEDILEF 2008.70.57.001130-0, DOU 31/05/2013).

5. Incidente conhecido e parcialmente provido para determinar que a Turma Recursal de origem promova a adequação do acórdão recorrido à tese de que o exercício de atividade urbana intercalada ou concomitantemente à rural não impede a concessão aposentadoria por idade rural "pura", assim considerada aquela prevista no artigo 48, §2º, da Lei 8213/1991, desde que a atividade rural do segurado permaneça comprovadamente sendo essencial ao sustento pessoal e de sua família, não sendo permitido, para fins de preenchimento da carência, computar-se tempo remoto anterior ao marco inicial da carência.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.40.00.703019-9
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS ABREU
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. CARTEIRA DE FILIAÇÃO DE SINDICATO RURAL EM NOME DO COMPANHEIRO DA AUTORA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. QUESTÃO DE ORDEM N. 20. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A autora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, negando provimento a seu recurso inominado, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade de segurada especial. Alega, em suma, que a decisão impugnada contraria o entendimento desta Turma e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é admissível como início de prova material para comprovação da atividade rural documentos expedidos em nome de terceiros, como pais, filhos, cônjuge ou qualquer outro membro do grupo familiar. Cita como paradigmas os seguintes arestos: AgRg no REsp 496.394/MS, Pedilef 2008.70.95.00.0175-3 e Pedilef 2005.81.10.015769-0. O incidente foi admitido na origem.

2. Com razão a recorrente. Esta Turma firmou já entendimento de que os documentos apresentados em nome de terceiros (pai, filho, cônjuge) são hábeis a comprovar o exercício da atividade rural desenvolvido pelos demais membros do grupo que trabalham em regime de economia familiar. E também que, a despeito de ser exigida a contemporaneidade de tal prova para a concessão da aposentadoria rural por idade, não é necessário que ela corresponda a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

todo o período de carência do benefício. Nesse sentido, além das Súmulas 6 e 14 desta Turma, o acórdão prolatado no Pedilef 05025490520114058102 (DJ: 20-2-2013), de relatoria do Sr. Juiz Herculano Nacif.

3. No presente caso, em relação aos documentos mencionados no acórdão, a carteira de filiação a sindicato rural, em nome do companheiro da recorrente, com data de 27-10-1980, é hábil à demonstração do labor rural.

4. Resta claro, portanto, que o acórdão recorrido, ao desconsiderar como início de prova material o documento acima elencado, violou, em tese, o direito da segurada, contrariando tanto a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça quanto deste Colegiado.

5. Nos termos da Questão de Ordem n. 20, quando não produzidas provas nas instâncias inferiores, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado.

6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

7. Incidente conhecido e parcialmente provido para anular a sentença e o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal de origem para que possibilite a produção de prova testemunhal, não colhida nem no primeiro grau.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

GLÁUCIO MACIEL
Juiz Relator

PROCESSO: 0014572-79.2009.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDEMIR BATISTA CABRAL
PROC./ADV.: ROSILENE DOS REIS
OAB: TO-4360
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. NATUREZA DE TRATO SUCESSIVO. DIFERENÇA DE PARCELA EM ACORDO ADMINISTRATIVO. INICIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 85 DO STJ E DE PRECEDENTE DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. PARCIAL PROVIMENTO.

A causa de pedir deste PEDILEF é a cobrança de índice de correção monetária incidente sobre parcela paga em virtude de acordo na esfera administrativa, a título de reajuste remuneratório no percentual 28,86% (Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993).

A autarquia recorrente alega que, por se tratar de prestações de trato sucessivo, incide a prescrição quinquenal, a contar da data de pagamento de cada parcela do acordo em questão.

Enquanto que o acórdão recorrido decidiu que, o termo inicial para a contagem da prescrição coincide com a data do pagamento da última parcela do acordo.

O incidente de uniformização foi admitido na origem, bem como pelo Ministro Presidente nesta TNU.

Passo ao voto.

O ponto controvertido reside: (i) na compreensão expressada pela Turma Recursal/TO no sentido de que o acordo administrativo em apreço, embora faticamente cindível, consubstancia obrigação una. Daí entender que o marco para a contagem do prazo prescricional é o pagamento da última parcela do ajuste; e (ii) no entendimento do INSS o acordo configura obrigação de trato sucessivo, e por isso submetido à regra consagrada na Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, em conjugação com julgados desta TNU.

Acha-se assim, demonstrada a divergência prevista no § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

Considere-se que, na medida em que as parcelas oriundas do rejuste remuneratório no percentual de 28,86% (Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993) tem reconhecida a natureza jurídica de obrigação de trato sucessivo; elas não perdem esse caráter quando objeto de acordo de parcelamento. Mantém a mesma expressão ontológico-jurídica, assim como suas derivações.

Entendimento diverso, respeitosamente, importa romper com a unidade de significado assente na jurisprudência trazida ao debate; e expressa, v.g., no PEDILEF 05026228320074058500, relator Juiz Federal JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, julgado em 11/09/2012, DJe 28/09/2012 e no PEDILEF 200834007007487, relatora Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, julgado em 17/05/2013, DJe 31/05/2013.

Consigne-se, a respeitável idéia de unidade do parcelamento administrativo, apresenta-se, tal como formulada, para justificar especificamente o critério de contagem do prazo prescricional em debate. Mas, adotar-se-ia o mesmo raciocínio, tratando-se da mesma matéria, acaso houvesse obediência pelo INSS ao índice da UFIR a partir da quinta parcela do acordo - causa de pedir da demanda?

A resposta conduz à compreensão, segundo a qual a posição que se apresenta como juridicamente adequada, não é a inovação "casuística" em virtude da apuração de diferença pela Contadoria, resultante da aplicação de índice diverso de correção monetária ao longo do parcelamento.

De sorte que, efetivamente, não obstante a autoridade dos julgados destacados no acórdão recorrido (AC 200830000035620, Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, TRF1 - Segunda Turma, e-DJF1 Data: 14/02/2012, p. 474 e no enunciado nº 92 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro), a matéria se subsume ao entendimento consolidado na Súmula nº 85 do STJ.

Nessas condições, voto para dar parcial provimento ao PEDILEF e, anular o acórdão recorrido, em consonância com a posição desta TNU, porquanto tem a natureza de trato sucessivo, as prestações alusivas ao reajuste no percentual de 28,86% (Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993). Portanto, consoante o teor da Questão de Ordem nº 20 desta TNU , o feito deverá retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, segundo as premissas estabelecidas precedentemente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em dar parcial provimento ao incidente, conforme o voto do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504070-24.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS ANSELMO DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS DESTACADOS. NÃO CONHECIMENTO.

1. O autor da demanda em primeiro grau busca a modificação do acórdão recorrido, o qual negou provimento a recurso inominado. Por entender aquele colegiado recursal, em resumo, que a reestruturação remuneratória das carreiras do Poder Executivo Federal disciplinadas nas Leis nº 1.091/2005 e nº 11.784/2008, gera a absorção do reajuste no percentual de 28,86% em debate. Assim sendo, negou provimento ao recurso inominado.

2. O PEDILEF não foi admitido na Turma Recursal de Alagoas. Mas, em virtude de agravo, o Ministro Presidente desta Turma Nacional de Uniformização admitiu o incidente.

3. Pretende demonstrar a divergência jurisprudencial a partir do cotejo do acórdão recorrido, com aresto do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1349178/PR e AgRg no REsp 1115256/AL. Nessa perspectiva, sustenta que aos servidores públicos civis é assegurado o reajuste no percentual de 28,86% em seus vencimentos, por força das Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993, vedada a compensação com verbas auferidas em virtude de progressão funcional; eis que compensáveis apenas os aumentos concedidos com base nas duas últimas Leis.

4. Conforme já assentado por esta TNU (PEDILEF 0507181-16.2012.4.05.8013, relator Juiz Federal GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, Sessão realizada em 12/012/2013), os paradigmas apontados trataram, em suma, da compensação do reajuste de 28,86% com eventuais aumentos posteriores ao advento das Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993, concedidos a tal título, e ainda, que outras vantagens de caráter pessoal e a progressão funcional, não poderiam ser abatidas do índice de reajuste em questão. Enquanto que o julgado de origem, não discutiu nem decidiu a compensação, mas que o aumento combatido acha-se integralmente absorvido pela reestruturação remuneratória objeto das Leis nº 11.091/2005 e nº 11.784/2008.

5. Portanto, a análise das duas posições postas em destaque revela que o constructo erigido pelo recorrente não evidencia os elementos indispensáveis à demonstração de dissonância lógico-jurídica de modo a justificar a atuação uniformizadora desta TNU.

6. Assim sendo, o quadro faz incidir a Questão de Ordem nº 22 : "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática com o acórdão paradigma.".

7. Nessas condições, voto pelo não conhecimento do PEDILEF.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, não conhecer do recurso, nos termos da fundamentação.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.60.004050-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSÂNGELA ALVES LEITE PEREIRA
PROC./ADV.: REGIANE ALVES LEITE
OAB: RS-41300
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCOPO MODIFICATIVO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

Pela segunda vez neste PEDILEF cuida-se de embargos de declaração, desta vez assentado na motivação a seguir realçada, verbis:

01. No caso em tela, essa Egrégia Turma Nacional de Uniformização em sede de Embargos de Declaração, votou no sentido de dar provimento aos embargos de declaração para sanar a contradição no acórdão embargado e não conhecer do pedido de uniformização.

Nos termos do R. Voto, constou que seguindo o raciocínio do acórdão embargado, o certo seria dar provimento aos embargos e reconhecer que a decadência do direito da Administração de anular ato administrativo é, em tese, aplicável.

Destacou, que o acórdão recorrido prolatado pela Turma Recursal havia negado a possibilidade de aplicação do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/99 ao caso concreto.

Do mesmo modo, constou que para afastar a decadência, o acórdão recorrido alinhou um segundo motivo: a falta de comprovação do termo inicial do prazo decadencial. (Grifei) Transcreveu o teor do acórdão recorrido da turma recursal:

"(...) ressalto que não há nos autos, elementos que digam, com certeza plena, qual tenha sido a data da cessação dos pagamentos, a fim de aferir com propriedade o escoamento do prazo. Ademais, entendo que o ato nulo por excelência (e não anulável, segundo a teoria dos atos administrativos) não estando, pois, sujeito ao prazo decadencial do art. 54, da Lei 9784/99"

De outro lado, constou que a requerente arguiu divergência jurisprudencial apenas em relação a um fundamento do acórdão proferido pela Turma Recursal.

Nos termos do R. Voto, constou que a recorrente não questionou a falta de comprovação de que já teriam transcorrido os cinco anos do prazo decadencial.

Destacou, que nesse contexto, é inútil, em termos práticos, reconhecer a aplicabilidade, em tese, do art. 54 da Lei 9.784/99, porque, em concreto, a Turma Recursal já considerou faltar subsídios para comprovar que o prazo decadencial de cinco anos na lei estaria consumado.

Do mesmo modo, constou aplica-se a Questão de Ordem nº 18 da TNU: "È inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

Por fim, votou no sentido de dar provimento aos embargos de declaração para sanar a contradição no acórdão embargado e não conhecer do pedido de uniformização.

02. Com efeito, se coloca a essa insigne Turma Nacional de Uniformização, é que nos termos do R. Voto, houve equívoco, com relação a afirmação de que a recorrente, não questionou a falta de comprovação de que já teriam transcorrido os cinco anos do prazo decadencial."

Nesse passo, pugna pela anulação do acórdão da Turma Recursal de origem e, subsidiariamente, seja reconhecido que a recorrente não questionou a falta de comprovação de transcurso do prazo decadencial de cinco anos, sobre o qual entende que a TR-RS não se pronunciou.

Passo a votar.

A matéria vertida neste novo recurso foi objeto de embargos de declaração nesta TNU, bem como de ampla e profunda análise, com voto vencido da eminente relatora Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, e voto vencedor do eminente Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, tendo o este Colegiado Nacional, por maioria, dado provimento aos embargos assim ementado: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CORREÇÃO DE CONTRADIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.

Noutro ângulo, diante das alegações da embargante transcritas acima, em cotejo: (i) com o teor da sentença, (ii) do acórdão do recurso inominado de origem e (iii) com o acórdão resultante dos embargos de declaração correspondente, no qual acha-se pontualmente tratada a questão atinente ao prazo decadencial do art. 54 da Lei nº 9.7841999, sobre a qual a TR-RS se posicionou, à unanimidade, no sentido de considerar o ato em debate nulo por excelência (e não anulável, segundo a teoria dos atos administrativos). Assim sendo, não remanesce dúvida quanto à adequada e suficiente análise dos pontos enfatizados pela embargante.

O que se observa, desta feita, é que a embargante irresignada com o julgamento desfavorável desta TNU, pretende reabrir a discussão da causa, mesmo diante da clareza do entendimento assentado no julgamento.

Com efeito, isso não é mais possível. O acórdão embargado analisou e decidiu a questão de forma analítica, esclarecedora e suficientemente fundamentada, conforme retratam os elementos do julgado precedentemente realçados; com o enfrentamento de toda a matéria lançada, conforme a ementa acima. Essa realidade recursal de modo algum conduz à imprescindibilidade de novo pronunciamento para aclarar ou integrar os aspectos reprisados pela embargante

Nessas condições, voto para desprover os embargos de declaração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em desprover os embargos de declaração, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000375-51.2006.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AUREA DE ABREU SOARES
PROC./ADV.: ERICO LAFRANCHI CAMARGO CHAVES
OAB: SP-240354
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESÍDUO DE 11,98%. PENSIONISTA DE MILITAR. ESCOPO MODIFICATIVO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Embargos de declaração oferecidos em razão do acórdão deste Colegiado Nacional, com o propósito de reverter o julgado; inquinando-o de omissão e contradição. O acórdão embargado baseou-se em jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de ser indevida a diferença no percentual de 11,98% a pensionista de militar, eis que pertencente ao Poder Executivo.

2. Aduz a embargante, que o entendimento assentado por esta TNU conflita com o posicionamento do STJ externado no AgRg no Ag 860757/MA, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, julgado em 26/06/2007, DJe 06/08/2007, p. 667.

3. O julgado embargado, da relatoria do Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES tem o seguinte teor: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO. PENSIONISTA DE MILITAR. 11,98%. DIFERENÇA INDEVIDA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ.

1. A sentença condenou a União a incorporar aos vencimentos de uma pensionista do Ministério da Defesa o percentual de 11,98%, excluído por ocasião da conversão em Unidade Real de Valor em março de 1994. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. A União interpôs pedido de uniformização de jurisprudência alegando contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. Com efeito, está pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que os servidores públicos vinculados ao Poder Executivo não possuem direito à reposição do resíduo de 11,98%, o qual é devido tão-somente aos servidores públicos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, uma vez que somente eles recebiam remuneração no dia 20 de cada mês, por força do art. 168 da Constituição Federal. Precedentes da Quinta Turma: REsp 951255, DJ 19/11/2007; AGA 787394, DJ 01/10/2007; AGA 775297, DJ 2/4/2007; AGREsp847242, DJ 14/5/2007; REsp 825128, DJ 19/6/2006; AGEDAG 695840, DJ 1/2/2006. Precedente da Sexta turma: AGREsp 860135, dje 16/11/2010.

3. Sendo a autora pensionista de militar, não tem direito à doferença de 11,98%. O julgamento precisa ser adequado à jurisprudência consolidada do STJ. Uniformizado o entendimento de que os servidores públicos vinculados ao Poder Executivo não possuem direito à reposição do resíduo de 11,98% decorrente da conversão em Unidade Real de Valor em março de 1994.

4. Pedido provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a demanda.

4. Assim sendo, analisou e decidiu a questão de forma analítica, esclarecedora e suficientemente fundamentada.

5. Noutro ângulo, o julgado invocado pela embargante para respaldar sua tese (AgRg no Ag 860757/MA, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, julgado em 26/06/2007, DJe 06/08/2007, p. 667) cuida de matéria inteiramente diversa da tratada no acórdão em questão. Vale dizer, cuidou de situação fático-jurídica de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (item "2"). Portanto, ressalte-se, o entendimento que o norteou é, em realidade, o mesmo que embasou o julgado ora recorrido.

6. Portanto, o cotejo dos pontos realçados pela embargante, com o enfrentamento analítico da matéria lançada, conforme a ementa acima, de modo algum conduz à imprescindibilidade de pronunciamento para aclarar ou integrar os aspectos em apreço, os quais, em realidade veiculam o propósito de precisamente rediscutir o julgado. Objetivo incompatível com o momento processual e com a via eleita.

7. Nessas condições, voto para desprover os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em desprover os embargos de declaração, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0525517-35.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MOISES MONTEIRO NETO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. INCIDE A SÚMULA 85/STJ NA COBRANÇA DAS DIFERENÇAS REFERENTES A 7/30 DA URP DOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 1988, CORRESPONDENTES AO ÍNDICE DE 3,77%. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA (STJ. TERCEIRA SEIÇÃO. PET N. 7.154/RO, REL. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO). INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDE QUESTÃO DE DIREITO TOTALMENTE DIVERSA DAQUELA DEBATIDA NOS AUTOS. PREJUÍZO NO EXAME DE ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 17/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO-EMENTA PROFERIDO PELO JUIZ FEDERAL RELATOR.

1. O em Min. Presidente desta Turma Nacional assim resumiu a controvérsia, ao prover o recurso de agravo (Art. 7o., VII, d, RITNU): "Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará. O Juízo singular julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do percentual equivalente a 7/30 (sete trinta avos) de 16,19%, o que equivale ao percentual correspondente a 3,77%, incidentes sobre a remuneração de abril e de maio de 1988, pela ocorrência da prescrição. A Turma de origem negou provimento ao recurso da parte autora, acolhendo a preliminar de prescrição do direito à repetição do indébito tributário da contribuição para o FUSEX/FUSMA/FUNSA. Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77% . Aduz, ainda, não ter havido absorção dessa perda pelos planos de carreira supervenientes. Decido. Em virtude do evidente equívoco no julgamento proferido pela Turma Recursal, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador (QO 17/TNU)".

2. Acerca da matéria objeto do pedido vestibular, o C. STJ já uniformizou a sua jurisprudência: (1) "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PERCENTUAL CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16,19%. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO (PET N. 7.154/RO). 1. A pretensão referente aos 7/30 dos 16,19%: "não gira em torno do direito à vantagem, mas à percepção de diferenças pecuniárias dela decorrentes, guardando, portanto, natureza de prestações de trato sucessivo, em relação à qual, não havendo expressa negativa da Administração Pública ao direito vindicado, há contínua renovação do marco iniciativo do prazo prescricional" (Pet nº 7.154/RO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 5/11/2010). 2. Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp 1207900/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 17/06/2013); (2) DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. 1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior. 2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, publicado no DJ de 05/11/2010. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg na Pet 7.553/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 08/04/2011)".

2. No caso sub judice, bem notou o em. Ministro Presidente da Turma, o acórdão recorrido não analisou, nem julgou, como lhe competia, o recurso inominado interposto pela parte recorrente: "O Juízo singular julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do percentual equivalente a 7/30 (sete trinta avos) de 16,19%, o que equivale ao percentual correspondente a 3,77%, incidentes sobre a remuneração de abril e de maio de 1988, pela ocorrência da prescrição. A Turma de origem negou provimento ao recurso da parte autora, acolhendo a preliminar de prescrição do direito à repetição do indébito tributário da contribuição para o FUSEX/FUSMA/FUNSA".

2.1. Tal nulidade impede o adequado e regular trâmite do pedido de uniformização, tanto o seu conhecimento, como o eventual julgamento do mérito, pelo que é possível anular, ex officio, o aresto vergastado, aplicando-se a QO n. 17/TNU ("Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado."), determinando que os autos retornem à Turma Recursal de origem, para que proceda a novo julgamento.

2.2. Esta egr. Turma Nacional já firmou o entendimento segundo o qual "4. O silêncio do acórdão em enfrentar a questão suscitada pelo requerente frustrou a possibilidade de se configurar divergência jurisprudencial em torno da questão de direito material. Como essa nulidade influencia no juízo de admissibilidade do pedido de uniformização, pode ser reconhecida de ofício pela TNU. O acórdão recorrido deve ser anulado, cabendo à Turma Recursal refazer o julgamento sem deixar de enfrentar todas as questões suscitadas pela recorrente. 5. Acórdão anulado de ofício. Prejudicado o pedido de uniformização de jurisprudência. [...] . (PEDILEF 50102600720124047009, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 28/06/2013 pág. 114/135.)".

3. Impõe-se, destarte, anular ex officio do acórdão recorrido, declarar prejudicado o incidente de uniformização, e determinar que os autos retornem à Turma Recursal de origem, para que proceda a novo julgamento.

ACÓRDÃO

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em conhecer e dar parcial provimento ao pedido de uniformização, para anular o acórdão recorrido, declarar prejudicado o incidente de uniformização e determinar que os autos retornem à Turma Recursal de origem, para que proceda a novo julgamento, nos termos do voto do Relator e manifestações gravadas.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004643-75.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SIMONE VIEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. RENDIMENTO MENSAL PER CAPITA. ART. 203, V, DA CF/88. ART. 20 DA LEI 8.742/93. SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE NÃO ANALISAM AS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA PARTE AUTORA. SENTENÇA E ACÓRDÃO ANULADOS DE OFÍCIO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TURMA NACIONAL.

1. A parte Recorrente afirma ser portadora de epilepsia e apresentar crises convulsivas, com uso frequente do fármaco "carbamazepina", doença que a impede de exercer qualquer tipo de atividade laborativa que lhe garanta subsistência; aduz também ser miserável, incapaz para a vida independente, assim como para o trabalho. Ajuizou ação previdenciária com vistas à concessão do benefício assistencial de prestação continuada (Art. 20, Lei 8.742/93 e Art. 2o., Decreto 1.744/95), porquanto não lhe é possível prover ao seu próprio sustento, nem tampouco pode vir a tê-lo provido por sua Família.

2. O Magistrado de 1a. Instância, ao julgar improcedente o pedido vestibular, sustentou sua argumentação em dois argumentos, que reputou comprovados pela prova pericial: a perícia médica neurológica concluiu que a autora é portadora de epilepsia, porém controlada por medicamentos, não havendo incapacidade objetiva para trabalho, podendo, inclusive, exercer atividades domésticas; não haveria incapacidade para o trabalho, à exceção de atividades de risco; (2) auferir-se-ia, das respostas fornecidas pela assistente social, que a situação social e econômica da Família da autora não permite a proteção assistencial perseguida, uma vez que a renda familiar ultrapassa o limite de ¼ do salario mínimo per capita.

3. A Turma Recursal da SJ-SC manteve, à unanimidade de votos, a sentença recorrida, forte nas conclusões da perícia médica. As conclusões do Acórdão, além disso, deixam explícito que: "não obstante tenha decidido a Turma Nacional de Uniformização que o requisito econômico estabelecido pela legislação para aferição da miserabilidade (renda mensal per capita inferior a ¼ de um salario mínimo) não deve ser utilizado como único critério válido para verificação de tal condição, no caso concreto as demais circunstâncias não permitem concluir que a família vive em estado de extrema fragilidade social".

4. O Incidente de Uniformização foi admitido na origem. Afirmou a Recorrente que a 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, no exame do recurso inominado, manteve o entendimento exposto na sentença, analisando a questão da miserabilidade e da incapacidade unicamente sob o aspecto objetivo. Entende, por seu turno, que a decisão recorrida diverge da jurisprudência dominante da TNU, do STJ e da Turma Recursal de Mato Grosso, quando afasta o entendimento da possibilidade de obtenção do benefício da prestação continuada em casos em que a renda mensal familiar supere aquele limite objetivo descrito no art. 20, §3º da Lei nº 8.742/93, bem como quando não exclui os gastos com medicamento da renda mensal per capita, sendo certo que a Turma Nacional de Uniformização como o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Superior Tribunal de Justiça firmaram que o critério objetivo estabelecido pela Lei nº 8.742/93 (artigo 20, §3º) não exclui outros elementos de prova para aferição da condição sócio - econômica da requerente e sua família.

5. No caso sub judice, a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina concluiu que a Família da recorrente não vive em estado de "extrema fragilidade social", a partir das conclusões da sentença monocrática. No entanto, o Juiz Federal de 1a. Instância, não analisou as circunstâncias pessoais da promovente (idade, família, despesas médicas, despesas comuns, escolaridade, local de residência, etc.), segundo as peculiaridades de caso concreto, optando por acostar-se apenas à perícia médica e às conclusões sobre a renda familiar.

6. Em recente julgado, esta egr. Turma Nacional assentou o seguinte entendimento: "EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INCAPACIDADE PARCIAL RECONHECIDA PELA PERÍCIA JUDICIAL. SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE NÃO ANALISAM AS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA PARTE AUTORA. SENTENÇA E ACÓRDÃO ANULADOS DE OFÍCIO. 1. Acórdão confirmou a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão de auxílio-doença à parte autora, sob o fundamento de que o laudo pericial atestou a possibilidade de desempenho de outras atividades por parte do segurado. 2. Ausência de análise das condições pessoais do segurado, a fim de constatar se a incapacidade parcial reconhecida em perícia, impede de forma total o retorno do segurado ao mercado do trabalho. 3. Esta Turma de Uniformização já firmou entendimento no sentido de que, reconhecida a incapacidade parcial, devem ser analisadas os aspectos pessoais da parte autora, para se aferir a extensão de sua incapacidade laborativa. 4. Sentença e Acórdão que se anula de ofício, com o retorno dos autos à origem, para que se proceda a novo julgamento. ACÓRDÃO Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, ANULAR DE OFÍCIO A SENTENÇA E O ACÓRDÃO constantes dos presentes autos e, ainda, considerar PREJUDICADA a análise do presente Pedido de Uniformização, com base no voto do Juiz Federal Relator. Brasília/DF, 24 de novembro de 2011. (PEDILEF 200771950278554, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 09/12/2011.) ".

6.1. Também o C. STJ assim decidiu: "PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 203, V, DA CF/88. ART. 20, § 3º, DA LEI 8.742/93. INCIDÊNCIA DOS VERBETES SUMULARES 7 E 83/STJ. PRECEDENTES. 1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal, no âmbito da Quinta e da Sexta Turma, consolidou entendimento de que a comprovação do requisito da renda familiar per capita não-superior a ¼ (um quarto) do salário mínimo não exclui outros fatores que tenham o condão de aferir a condição de miserabilidade da parte autora e de sua família, necessária à concessão do benefício assistencial. 2. A reapreciação do contexto fático-probatório em que se baseou o Tribunal de origem para deferir o benefício pleiteado, pela via do recurso especial, esbarra no óbice do enunciado sumular nº 7/STJ.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 529928/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2005, DJ 03/04/2006, p. 389)"; "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. RENDIMENTO MENSAL PER CAPITA. ART. 20 DA LEI 8.742/93. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. PROVIMENTO NEGADO. 1. O julgador está autorizado a deferir benefício diverso do requerido na exordial, ao verificar que o autor enquadra-se nos requisitos legais de outro benefício, sem que isto configure julgamento extra petita. O magistrado não precisa se ater ao argumento e ao enquadramento legal apontado pela parte. Mihi factum dabo tibi ius e jura novit curia. [...] 3. A comprovação da situação econômica do requerente e sua real necessidade não se restringe a hipótese do artigo 20, § 3º, da Lei 8.742/93, que exige renda mensal familiar per capita não superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, pois tal condição pode ser verificada por outros meios. 4. Decisão monocrática confirmada, agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no Ag 540835/SP, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 05/09/2005, p. 507)".

7. Postas estas razões, o caso vertente, atrai a aplicação da Questão de Ordem n. 20/TNU, com anulação do acórdão para adequação do julgado ao direito material.

8. Conheço do Pedido de Uniformização e, na esteira dos precedentes desta turma Nacional, dou-lhe parcial provimento, para ANULAR DE OFÍCIO a SENTENÇA e o ACÓRDÃO constantes dos presentes autos, determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de Origem para novo julgamento, nos termos deste voto-ementa e da jurisprudência do STJ e da TNU, sobre a matéria, além de outras questões de Direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao Incidente de Uniformização, para ANULAR DE OFÍCIO a SENTENÇA e o ACÓRDÃO constantes dos presentes autos, e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de Origem para novo julgamento, nos termos deste voto-ementa e da jurisprudência da TNU, além de outras questões de Direito que, a partir daí, tenham aplicação necessária, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2013.

BRUNO LEONARDO CÂMRA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.33.00.703099-5
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADAILSON FONSECA GALINDO OLIVEIRA
PROC./ADV.: MANOEL DA SILVA
OAB: BA-826-B
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR. HABILITAÇÃO TARDIA. BENEFÍCIO DESDOBRADO. DIB FIXADA NA DATA DO ÓBITO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS em face de acórdão que determinou o pagamento de pensão por morte a menor com DIB na data do óbito, a despeito de a habilitação do herdeiro ter se dado tardiamente (óbito em 04/11/1990; nascimento do autor em 17/02/1990; DER em 14/11/2003).

2. Sustenta o INSS que o acórdão recorrido afronta jurisprudência firmada no âmbito da TR/AL (0510813-21.2010.4.05.8013), no sentido de que, nos termos do art. 76 da Lei n° 8.213/91, a habilitação tardia de dependentes só produzirá efeitos a partir da data da habilitação e que entender de maneira diversa implicaria impor ao INSS o pagamento dúplice do benefício, concedido aos demais dependentes. Cita, exemplificativamente, julgado desta TNU (PEDILEF 200261840021304).

3. O incidente não merece ser conhecido.

4. Em relação ao julgado da TR/AL, a cópia do paradigma apresentada não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não é documento extraído dos autos originários. Trata-se de julgado obtido por meio da internet e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa que permita o acesso direto. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado.

5. Por outro lado, ainda que se tome o julgado da TNU, citado exemplificativamente, como paradigma, entendo que também não é possível o conhecimento do incidente.

5.1. De fato, falta similitude fático-jurídica entre o julgado paradigma e o acórdão recorrido. Em que pese ambos tratem de caso de habilitação tardia de herdeiro, o paradigma julgado pela TNU apresenta peculiaridade relevante, que foi decisiva para o deslinde daquele feito. Naquele caso, a primeira dependente habilitada era genitora do dependente habilitado tardiamente, de modo que o benefício concedido primariamente à genitora também fora revertido em benefício do menor não habilitado. Nos presentes autos, ao contrário, o dependente tardiamente habilitado faz parte de núcleo familiar diverso dos demais dependentes que percebiam o benefício desde o óbito. Não se pode pretender a mesma solução jurídica para contexto totalmente diverso.

6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 0510528-74.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CARMÉLIO CORREIA DE AQUINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. PERDA DE QUALIDADE DE SEGURADO. INCAPACIDADE PREEXISTENTE. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 35. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de auxílio-doença.

2. Sustenta que não foi analisado pelo Colegiado a possibilidade de concessão do benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência, pleito formulado em sede de recurso. Cita como acórdãos paradigmas, no sentido de que deve ser concedido o benefício mais adequado e justo para cada caso, os processos oriundos do Superior Tribunal de Justiça, REsp 541.553/MG e AgRg no REsp 801.193/MG.

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido.

4. Entendo que caberia à parte autora o prequestionamento da matéria na instância inferior. O ponto suscitado no incidente de uniformização - possibilidade de ser concedido o benefício assistencial ao portador de deficiente em razão da fungibilidade recursal- deveria ter sido debatido mediante provocação do órgão jurisdicional de origem (Turma Recursal) , o que não ocorreu no caso. O acórdão somente confirmou a sentença e reconheceu que a incapacidade era preexistente ao reingresso no regime geral da previdência social, motivo este que ensejou o indeferimento do pedido de auxílio-doença. Assim, somente após o debate da nova pretensão veiculada pela parte autora pelo Colegiado de origem é que se torna possível saber qual é seu entendimento para que possa ser uniformizada a jurisprudência nesta instância.

4.1 Incidência da Questão de Ordem 35: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".

5. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília , 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 0519798-88.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ MENDES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ALEGAÇÃO DE NOVA CIRCUNSTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO DO INSTITUIDOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM 35. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora contra acórdão que manteve sentença de improcedência de pedido de pensão por morte.

2. Sustenta a parte autora que o falecido preenchia os requisitos para obtenção de aposentadoria por idade rural desde o ano de 2002, tendo formulado requerimento administrativo que foi indeferido pelo INSS. Por esta razão, o pedido de pensão por morte não poderia ter sido rejeitado ao argumento da perda da qualidade de segurado do instituidor quando do óbito. Apresenta, nessa linha, paradigmas de Turma Recursal de São Paulo (processo 00021779220084036318) e desta TNU (PEDILEF 000202002), que reconhecem, respectivamente, a possibilidade de deferimento da pensão, se restar comprovado o atendimento dos requisitos à concessão de aposentadoria, antes da data do óbito; e o fato da perda da qualidade de segurado não ensejar o indeferimento da pensão por morte, desde que os requisitos para a sua concessão tenham sido preenchidos antes da perda dessa qualidade.

3. O pedido de uniformização não merece ser conhecido.

4. Entendo que caberia à parte autora o prequestionamento da matéria na instância inferior. O ponto suscitado no incidente de uniformização - cumprimento dos requisitos de aposentadoria por idade antes do óbito- deveria ter sido debatido mediante provocação do órgão jurisdicional de origem (Turma Recursal) , o que não ocorreu no caso. Aliás, a parte autora sequer menciona tal questão na inicial. Assim, somente após o debate da nova pretensão veiculada pela parte autora pelo Colegiado de origem é que se tornaria possível saber seu entendimento para que pudesse ser uniformizada a jurisprudência nesta instância.

4.1 Incidência da Questão de Ordem 35: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".

5. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília , 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 5008460-81.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELZA MARIA CORDEIRO
PROC./ADV.: ALDO BATISTA SOARES NOGUEIRA
OAB: RS 41.750
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PEDIDO DE COMPANHEIRA. DATA DE INÍCIO DO PAGAMENTO DOS ATRASADOS: INSCRIÇÃO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. PAGAMENTO DE RETROATIVO. INVIABILIDADE. RECEBIMENTO DA PENSÃO INTEGRAL NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE MENORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Se o acórdão recorrido impôs ao INSS o cumprimento de obrigação de dar e fazer, típica dos provimentos judiciais condenatórios, a matéria de fundo vai além da natureza processual, não obstante o fato de o pedido inicial ter se limitado à inclusão da autora como dependente previdenciária no benefício de pensão por morte, sem efeitos condenatórios pretéritos.

2. Nos casos de deferimento judicial da pensão por morte à companheira, que, na condição de representante legal dos filhos menores, já auferiu o valor integral do benefício de pensão por morte desde a data do óbito do instituidor, não há que se falar em efeitos financeiros retroativos. O benefício foi por ela recebido integralmente e representou tudo o que poderia ser pago pelo INSS. Impor novo pagamento caracterizaria pagamento em dobro pela autarquia previdenciária e enriquecimento ilícito pela parte autora.

3. É de registrar-se que o pedido inicial se limitou à inclusão da autora como dependente previdenciária no benefício de pensão por morte. Daí o reconhecimento da procedência do pedido pelo INSS. Se inexistiu pretensão condenatória, é indevida a condenação do INSS ao pagamento de parcelas atrasadas.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. Pedido de uniformização conhecido e provido para excluir o pagamento de parcelas pretéritas do reconhecimento do direito à pensão por morte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, conhecer do pedido de uniformização e, por maioria, dar-lhe provimento, nos termos do voto divergente do Juiz Gláucio Maciel, designado para lavrar o acórdão.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

GLÁUCIO MACIEL
Juiz relator para o acórdão

PROCESSO: 2007.38.00.740109-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA MARIA NEIVA CAMPOS
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ PINTO
OAB: MG 94.551
PROC./ADV.: WERNER ISLEB
OAB: MG-94954
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA - MP 242/05 - REJEIÇÃO PELO SENADO FEDERAL.REVOGAÇÃO.INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - RECÁLCULO DA RMI DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO PERÍODO DE 28/03/2005 a 20/07/2005 - INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. PROCESSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo INSS contra acórdão que limitou os efeitos da MP nº 242/2005 ao dia 31/06/2005, sob o fundamento de que esta teve sua eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal a partir de 01/07/2005.

2. Alega a parte recorrente que o julgado recorrido diverge do entendimento da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina (processo 2007.72.50.002461-4), no qual restou firmada a tese de que o cálculo da RMI deve observar a lei vigente na data da concessão do benefício, sob o princípio do tempus regit actum, sendo que no caso dos autos isso significa a observância da redação imposta pela MP 242/2005 desde a data de concessão do benefício.

3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2° Lei n° 10.259/2001, devendo o pedido ser conhecido.

4. A Medida Provisória nº 242/05, através da inclusão do §10 no artigo 29 da Lei nº 8.213, determinava que a renda mensal do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, calculada de acordo com o inciso III do mesmo artigo, não poderia exceder a remuneração do trabalhador, considerada em seu valor mensal, ou seu último salário de contribuição, no caso de remuneração variável, violando, desta forma, diversos preceitos constitucionais, especialmente o §11 do artigo 201 da Carta Magna.

5. Esta Turma Nacional de Uniformização já possui entendimento firmado em relação à questão, no sentido de que é devida a revisão do benefício de auxílio-doença concedido pela sistemática da Medida Provisória nº 242/2005, aplicando-se a Lei nº 8213/91, em sua redação anterior ao advento da referida medida provisória. Precedentes PEDILEF 200770660005230, Relator Juiz Federal Ronivon de Aragão, pub DOU 04/05/2012 e PEDILEF 200670590023231, Relatora para acórdão Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira.

6. Pedido de uniformização não provido.

7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer o incidente de uniformização e negar-lhe provimento, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500944-24.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA BATISTA CARLOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL ANALISADO. CONTRARIEDADE À SÚMULA Nº 42. NÃO CONHECIMENTO.

1. Pretende-se a modificação do acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará, o qual confirmou, pelos próprios fundamentos, a sentença de improcedência do pedido de benefício de salário-maternidade. Na sentença mantida vê-se a fundamentação fático-jurídica in verbis:

"(...) Os documentos apresentados pela postulante, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período mínimo exigido por lei, qual seja, nos dez meses imediatamente anteriores ao início do benefício, ainda que de forma descontínua.

Ressalte-se que os documentos juntados ou são de época anterior ao período em que se deve comprovar a atividade rural da requerente ou são recentes e posteriores ao parto, fato gerador do benefício em tela, motivo pelo qual não têm o condão de provar que a parte autora trabalhou na agricultura de subsistência nos dez meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, ainda que de forma descontínua, consoante do art. 25, III, c/c o art. 39, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.

Importante notar que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral.

Ressalte-se que eventual dependência econômica da autora em relação a seus pais não restou suficientemente comprovada, seja pela ausência de prova material, seja pelos frágeis depoimentos tomados em juízo.

Prova disso é a afirmação da parte autora em audiência no sentido de que conviveu com o companheiro e pai da menor durante oito anos, tendo se separado há apenas dois, posteriormente ao nascimento de sua filha. [grifei]

2. O incidente não foi admitido na origem, inicialmente. A seguir, em virtude da interposição de agravo, foi apresentado a esta Turma Nacional de Uniformização. Aqui, o Ministro Presidente determinou a distribuição para melhor exame.

3. Para a demonstração da divergência jurisprudencial, a recorrente, em termos bastante contundentes, alega incongruência do acórdão recorrido com julgado da 1ª Turma Recursal da 4ª Região, no processo nº 0500796-11.2010.4.05.8502, em 19/05/2010, relator Juiz Federal CARLOS REBÊLO JÚNIOR, e com o decidido no REsp 331900/SP, RECURSO ESPECIAL 2001/0094095-0, relator Ministro PAULO GALLOTTI, julgamento em 23/10/2001, DJe 24/03/2003, p. 293.

4. Registre-se, o julgado da 1ª Turma Recursal da 4ª Região expressa entendimento no sentido de mitigar a contemporaneidade de início de prova material, e a aceitação de declarações e outros documentos, no caso, certidão de título de eleitor onde consta a profissão da recorrente como sendo trabalhadora rural, como início razoável de prova. Enquanto que o julgado emanado do REsp 331900/SP tem a seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO, INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA AOS FATOS ALEGADOS. POSSIBILIDADE.

1. É possível reconhecer-se o tempo de serviço para fins previdenciários quando há razoável prova material contemporânea aos fatos alegados.

2. O título de eleitor, no qual consta expressamente a profissão do segurado, é considerado início de prova documental para fim de reconhecimento e averbação de tempo de serviço. (GRIFO NOSSO)

3. Precedentes..."

Passo ao voto.

5. O cotejo da fundamentação do julgado a partir da sentença integralmente confirmada; revela de plano, que tanto a sentença, quanto o acórdão confirmatório ultrapassaram a discussão fática atinente à valoração dos documentos oferecidos como início razoável de prova material, e adentrou (acórdão) o conjunto das demais provas produzidas em audiência. Dessa forma, além de o entendimento expresso no REsp 331900/SP não ser inteiramente favorável à tese da recorrente - pois exige a contemporaneidade de documentos [item "1"] - ambos os julgados paradigmas tratam de premissas e realidades diversas do quadro fático analisado e decidido no acórdão combatido.

6. Assim é, tendo em conta que a premissa dos paradigmas é a discussão acerca da aceitação ou não dos documentos ali mencionados para permitir adentrar a conjugação com outros elementos de prova. Diferentemente do acórdão hostilizado, o qual expressa entendimento firmado a partir da análise do conjunto fático-probatório dos documentos apresentados pela recorrente, em conjugação com as provas colhidas em audiência.

7. Portanto, o trânsito deste incidente encontra óbice na Súmula nº 42 - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

8. Nessas condições, voto pelo não conhecimento.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001741-62.2010.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: SILVANIA RODRIGUES ALVES
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CÂMARA
OAB: TO-3058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE TEMPERADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Pretende-se a modificação do acórdão da Turma Recursal do Tocantins, o qual confirmou, pelos próprios fundamentos, a sentença de improcedência do pedido de benefício de salário-maternidade. Do acórdão vê-se a fundamentação fático-jurídica in verbis:

"(...) Acostado aos autos como início razoável de prova material de efetivo exercício de atividade rural: Certidão de nascimento do filho Gherbson Vicente Alves (03/08/2008) qualificando os pais como lavradores; Declaração de exercício de atividade rural do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Lagoa do Tocantins, referente ao período de janeiro de 1999 a 30/09/2009; certidão eleitoral, qualificando a eleitora como trabalhadora rural. A certidão de nascimento do filho em questão não pode ser considerada isoladamente como início de prova material, porque é documento produzido após o período da carência. A prova exclusivamente testemunhal é insuficiente para a comprovação da atividade laborativa do rurícola, a qual deve estar sustentada por início razoável de prova material. No caso, não há nos autos qualquer documento hábil, que configure início de prova material, a embasar a pretensão da parte autora. Não comprovada a qualidade de trabalhadora rural por prova material, a segurada não tem direito ao salário maternidade.

2. O incidente foi admitido na origem. Aqui, o Ministro Presidente igualmente o admitiu.

3. Para a demonstração da divergência jurisprudencial, a recorrente transcreveu o acórdão do Superior Tribunal de Justiça no AGRESP 200800842183 - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1049607, relator o Desembargador convocado do TJ/AP HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO, Quinta Turma, DJe 29/11/2010. E ainda, acórdão da 5ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, no processo nº 00032163220094036305, relator Juiz Federal PETER DE PAULA PIRES, DJF3 de 06/06/2012; o qual trata da questão com maior profundidade e amplitude, mas sem destoar, em suas vertentes básicas, da tese defendida neste incidente.

4. Identifico similitude fática e jurídica nos acórdãos cotejados, isso fundamentalmente, porque tanto o aresto recorrido, quanto os paradigmas partem do mesmo quadro atinente à demonstração de início de prova material a partir de documentos que refiram à condição de lavrador (a) dos pais de criança, cujo nascimento ensejou requerimento de salário-maternidade perante o INSS.

5. Não se pode olvidar que se cuida de questões recorrentes num contexto fático permeado pela informalidade, elemento conatural aos usos e costumes campesinos. E, nesse cenário, recomenda-se - resguardada a segurança das informações apresentadas - que se tempere, caso a caso, o rigor formal de modo a não se contribuir com a continuidade de práticas excludentes.

6. Ressalte-se, este posicionamento tem como foco apenas oportunizar a aferição ampla e profunda da condição ou não, de rurícola no período da carência específica, mediante a análise de conjunto probatório adequado. Na medida em que se cuida de início razoável de prova material para conjugação com outros meios não exaustivos de prova.

7. Nessa perspectiva, calha realçar o que ficou assentado no (PEDILEF 200870510050002, relatora Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DJU 05/04/2013.) o qual alberga o entendimento acerca da contemporaneidade do início de prova material, questão valorada no acórdão recorrido, e que conflita com os arestos paradigmas referidos no item "3'. O PEDILEF em apreço, tem o seguinte teor:

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS NÃO CONTEMPORÂNEOS. QUESTÃO DE ORDEM N° 18. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA PARTE, PROVIDO. 1. Período de 28/08/1965 a 31/12/1968: 1.1 Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001. 1.2 "Certidões do registro civil (nascimento, casamento ou óbito) em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar servem como início de prova material, independentemente de serem contemporâneos aos fatos que se pretendem comprovar. Precedente desta TNU (PEDILEF 200670950141890)". (PEDILEF 200932007044100, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 14/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 22/07/2011, SEÇÃO 1). Não se exige o início de prova material referente a cada ano em que se pretenda o reconhecimento de atividade rurícola. Ainda que intervalados no tempo, tais documentos não deixam de retratar o exercício de atividade rurícola,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

que se presume contínua. 2. Período de 01/01/1983 a 28/02/1989: 2.1 Nos termos da Questão de Ordem nº 18. "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles." 2.2 No caso, a Turma Recursal de origem entendeu pela improcedência do pedido em razão da (1) ausência de início de prova material e também (2) ausência de prova testemunhal para o período, uma vez que as testemunhas ouvidas teriam presenciado o labor rurícola da autora apenas até o ano de 1982. O incidente de uniformização, todavia, insurge-se tão somente sobre a possibilidade de nova valoração jurídica da prova material, circunstância que, ainda que acolhida, não modificaria o julgamento da demanda. 3. Incidente conhecido em parte, e na parte conhecida, provido parcialmente, para o fim de anular o acórdão e determinar à Turma Recursal de origem novo julgamento do feito com base nas premissas de direito acima expostas (Questão de Ordem n° 20/TNU).Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização CONHECER EM PARTE do incidente de uniformização e, na parte conhecida, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[grifo não original]

8. Noutro ângulo, em situações deste jaez o conteúdo da Súmula nº 34 desta TNU vem sendo mitigado tendo em vista dificuldades e peculiaridades do meio rural (PEDILEF 05031649420084058200, relator Juiz Federal HERCULANO MARTINS NACIF, DJe 03/05/2013).

9. Assim sendo, a Questão de Ordem nº 20/TNU aplica-se a este caso, porquanto a peculiar informalidade no meio rural, não se harmoniza com o entendimento combatido, a priori, quanto à ausência de contemporaneidade da certidão de nascimento para servir, nas circunstâncias, de início de prova material.

8. Incidente parcialmente provido para anular o acórdão recorrido, e devolver o processo à Turma Recursal de origem, para novo julgamento segundo o entendimento ora reafirmado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500732-48.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SOCORRO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. ATIVIDADE RURAL. INDÍGENA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SINGULARIDADE. CONTEMPORANEIDADE RELATIVIZADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Pretende-se a modificação do acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará, o qual confirmou a sentença de improcedência do pedido de benefício de salário-maternidade. Do acórdão vê-se a fundamentação fático-jurídica in litteris:

"(...) A condição legal de segurada especial, apta a conferir o direito à percepção de salário-maternidade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período aquisitivo de (10 meses antes do parto), detinha a condição de segurada especial.

Esta soma de requisitos não se perfez na espécie, além de não ser possível a comprovação do exercício da atividade rural através de prova exclusivamente testemunhal (súmula 149/STJ).

Observe-se que o início de prova material deve ser necessariamente complementado por prova pericial testemunhal, a qual, uma vez contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe, torna vulnerável a documentação apresentada. Ressalte-se, ademais, que deve ser considerada a eventual contraprova apresentada pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.

Destarte, em face do acervo probatório anexado aos autos, impõe-se a manutenção da sentença de improcedência do pedido, cujos fundamentos adoto como razão para decidir."

2. O incidente não foi admitido na origem. Foi encaminhado ante a regra do art. 7º, inciso VI, desta Turma Nacional de Uniformização. Aqui, o Ministro Presidente determinou a distribuição para melhor exame.

3. Para a demonstração analítica da divergência jurisprudencial, a recorrente transcreveu o acórdão, unânime, proferido no processo nº 2007.81.00.500732-1, relator Juiz Federal IVORI LUIS DA SILVA SCHEFFER, da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, cuja ementa assentou, in litteris:

"PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INDÍGENA. SEGURADA ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECURSO PROVIDO.

I - O regime geral de previdência é extensivo aos indígenas nos termos do art. 55 da Lei 6.001/73.

II - Certidão expedida pelo Chefe do Posto Indígena da FUNAI tem presunção de veracidade e legitimidade típica dos atos administrativos, ainda mais em se tratando de atividade rural exercida por indígena em reserva delimitada e protegida pelo Poder Público.

Considerando, ainda, o regime de informalidade que é peculiar aos indígenas que residem nessas reservas, deve-se reconhecer à certidão da FUNAI valor suficiente para dar ensejo à apreciação dos demais elementos de prova.

III - Para a concessão do salário-maternidade é necessária a presença dos requisitos legais na data do parto, idade mínima de 14 anos até a vigência da Lei nº 8.213/91, e, após a vigência da Lei nº 11.718/2008, a a idade mínima de 16 anos, mais a carência cumprida a partir da idade mínima exigida na legislação vigente."

4. Identifico similitude fática e jurídica nos acórdãos cotejados, isso fundamentalmente, por que tanto o aresto recorrido, quanto o paradigma partem da mesma questão atinente à validez de certidão e da declaração expedidas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI como início de prova material a ser conjugada com outros elementos probatórios. É certo que o acórdão paradigma não faz referência expressa à contemporaneidade do documento, tal como aludido na sentença confirmada pelo acórdão recorrido. Mas essa circunstância, diante da especialidade do contexto fático envolvendo indígena, há de se ter em conta que a atividade rural é característica inerente à cultura e sobrevivência indígenas - salvo situação de inteira integração, por hipótese, e de eventual afastamento do ambiente silvícola e de seus usos, costumes e tradições no tocante ao trabalho (art. 14 da Lei nº 6.001, de 19.12.1973 - Estatuto do Índio). E assim sendo, o aspecto contemporaneidade há de ser aferido segundo essa contextura especial.

5. Nesse diapasão, calha realçar o que ficou assentado no (PEDILEF 05002377820104058106, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DJe 01/06/2012) a seguir transcrito:

"EMENTA-VOTO - PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. SALÁRIO MATERNIDADE. ACÓRDÃO PARADIGMA REFERENTE A BENEFÍCIO DIVERSO. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. PEDIDO NÃO CONHECIDO. 1. Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma". 2. Ressalvado o entendimento pessoal do relator, "a jurisprudência desta Turma é no sentido de que paradigmas de aposentadoria rural por idade não podem ser usados para confrontar decisão de salário-maternidade, por terem substrato fático diferenciado. Naqueles se objetiva a comprovação de toda uma vida dedicada ao labor no campo. Nesse tipo de demanda esta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência vem, de fato, flexibilizando a necessidade de contemporaneidade do início de prova material, uma vez que se busca a contrapartida a toda uma vida de trabalho rural, no momento da velhice. Deste modo, certidões muito antigas, de casamento, nascimento de filhos ou óbito do cônjuge, vem sendo admitidas como início de prova e tendo a sua eficácia estendida por todo o período de carência. Diversamente, em feitos nos quais se busca a concessão de salário-maternidade, a contemporaneidade do início de prova material não pode ser examinada com a mesma flexibilidade, uma vez que se trata de benefício que praticamente substitui a momentânea impossibilidade de trabalho derivada do parto, possuindo, portanto, natureza quase que salarial" (TNU, PEDILEF 05040027120074058103, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, Sessão de 29-3-2012). 3. Incidente de uniformização não conhecido.ACÓRDÃO - Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização, por unanimidade, não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sessão de 15 de maio de 2012." [Grifo não original]

6. Não obstante, conforme aludido no item "4", a especialidade da condição indígena recomenda maior acuidade probatório-contextual aí incluída a natureza e a contemporaneidade da certidão e da declaração expedidas pela FUNAI, com vistas a aferir o exercício ou não, de atividade rural da recorrente nos últimos 10 (dez) meses imediatamente anteriores, no caso, ao nascimento do filho, ainda que de forma descontínua .

7. Contudo, não é o que se observa no julgado recorrido, a sentença proferida em audiência, sem transcrição nos autos, assentou seu respeitável entendimento na ausência de contemporaneidade da documentação expedida pela FUNAI e, a priori, não a reconheceu como início de prova material e assim, não examinou outros aspectos probatórios. Nessa perspectiva, foi confirmada pelo acórdão recorrido, o qual, em suma, após discorrer sobre os requisitos genéricos indispensáveis à obtenção do benefício em questão, baseou seu entendimento na afirmação: Destarte, em face do acervo probatório anexado aos autos, impõe-se a manutenção da sentença de improcedência do pedido, cujos fundamentos adoto para decidir.

8. Respeitosamente, sem que se pretenda de modo algum valorar prova ou adentrar questões de fato, certo se me afigura que a especialidade do quadro merece receber, ao menos, a demonstração de que, naquela situação, dada a condição especial de indígena da recorrente, a contemporaneidade dos documentos pode, e até deve, ser relativizada. Assim se me afigura, tendo como horizonte a melhor demonstração das razões da procedência ou da improcedência do pleito.

9. Ressalte-se, ademais, que em situações envolvendo não índio, o conteúdo da Súmula nº 34 desta TNU vem sendo mitigado, tendo em vista dificuldades e peculiaridades do meio rural (PEDILEF 05031649420084058200, relator Juiz Federal HERCULANO MARTINS NACIF, DJe 03/05/2013). Esses motivos aparecem potencializados, claro, em relação ao ambiente indígena.

10. Assim sendo, incide a Questão de Ordem nº 20/TNU , porquanto a condição de indígena da recorrente e a peculiar informalidade no meio onde vive; independentemente da data da certidão e da declaração expedidas pela FUNAI, não se compatibilizam com o entendimento a priori, quanto à ausência de contemporaneidade para servir, nas circunstâncias, de início de prova material.

8. Incidente parcialmente provido para assentar: (i) em se tratando de indígena, a contemporaneidade de certidão e de declaração expedidas pela FUNAI pode, caso a caso, ser relativizada de modo a permitir a conjugação com outros elementos de prova do exercício ou não, de atividade rural; e (ii) anular o acórdão recorrido, e devolver o processo à Turma Recursal de origem, para novo julgamento segundo o entendimento ora firmado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao incidente, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 12 de março de 2014.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.65.001852-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELSA SILITA MORAES
PROC./ADV.: ALCESTE JOÃO THEOBALD
OAB: RS-43386
PROC./ADV.: FABIO SCHEUER KRONBAUER
OAB: RS-077946
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DO REsp Nº 1.348.130/SP REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, § 2º, DO CPC). INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL PARA O PLEITO DE SOBRESTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS DESPROVIDOS.

Nestes embargos de declaração a União pretende o sobrestamento do processo, ao argumento, em suma, de que a matéria acha-se afeta à Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, mercê do REsp nº 1.348.130-SP (2012/0214191-7), representativo de controvérsia, pela relatoria do Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA.

Nesta TNU pelo voto condutor do Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, julgou-se, verbis:

"(...) Uma vez proclamada a existência de início de prova material idôneo, deverão os autos retornar à Turma de origem, para que extraia da prova as suas conseqüências, seja pela procedência, seja pela improcedência do pedido (Questão de Ordem nº 6 da TNU). Não cabe à TNU decidir se, no caso concreto, o autor tem mesmo direito à averbação do tempo de serviço rural.

Isto posto, dou parcial provimento ao pedido: (a) reafirmar a tese de que a eficácia do início de prova material pode ser estendida retroativamente, se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica; (b) admitir a possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço rural em período anterior à data de emissão do documento mais antigo; (c) determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido ao critério jurídico de valoração da prova uniformizado."

Passo a votar.

Ressalte-se, a matéria não apresenta o perfil fático-jurídico tratado, v.g., na respeitável Decisão no Processo nº 0014295-94.2011.4.01.3200, da lavra do Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, do seguinte teor:

"Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42/TNU e da jurisprudência iterativa da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto "a questão tratada no incidente (reconhecimento do período de labor rural anterior ao documento mais antigo apresentado como início de prova material) ainda não foi decidida pelo STJ, eis que, em 11/4/13, o Ministro Arnaldo Esteves Lima afetou o Recurso Especial 1.348.130/SP como representativo da controvérsia, estando este, ainda, pendente de julgamento".

.....omissis

Decido.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Com efeito, verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.348.130/SP, de minha relatoria, sob o rito dos recursos repetitivos. Confira-se:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AVERBAÇÃO DE TRABALHO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL RELATIVO A CADA PERÍODO PLEITEADO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/91. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA. AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ART. 543-C, § 2º, DO CPC C.C O 2º DA RESOLUÇÃO 8/08 DO STJ. (DJe 17/4/13)

Desse modo, prudente que se aguarde o exame da matéria pelo STJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar o sobrestamento do feito.

Intimem-se. Concluído o julgamento do mencionado REsp, retornem-me os autos conclusos. Brasília, 16 de dezembro de 2013."

Assim sendo, seja pelo fato de a TNU ter conhecido e julgado a matéria; seja por que a própria Turma Recursal de origem poderá proceder, em sendo o caso, ao sobrestamento quando do cumprimento do julgado da TNU. Certo é que não se conclui pela realização da hipótese tratada no art. 8º, inciso VIII, do Regimento Interno deste Colegiado Nacional; nem se cuida, sobretudo, da alegada omissão no julgado embargado.

Nessas condições, voto para desprover os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em desprover os embargos de declaração, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 12 de março de 2014

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502278-52.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JACQUELINE DOS SANTOS SOBRAL FREITAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. INVIABILIDADE. MATÉRIA JÁ ANALISADA EM TODA A SUA EXTENSÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DESPROVIDOS.

Nestes embargos de declaração a instituição financeira pretende, ao argumento de ocorrência de contradição no julgado, em decorrência da inobservância pontual ao princípio da congruência, na mediada em que decidiu em maior extensão à questão posta em debate.

Oportuno transcrever parte da arguição da embargante, após esta transcrever passagens da petição inicial e de petição de agravo e as comentar, in litteris:

"(...) É nítida a mudança do discurso. As instâncias ordinárias se vieram provocadas por uma causa de pedir que não trazia em seu bojo fatos ou argumentos que conduzissem à idéia de venda casada. A situação exposta era outra, diversa e, com arrimo nesta, restou decidido pela improcedência dos pedidos autorais. Agora, em esfera recursal, os fatos foram invertidos para que esta Turma Nacional pudesse exercer sua jurisdição e uniformizar em entendimento que não se aplica e não guarda qualquer consonância com o cenário fático dos autos.

Sabe-se, como muito bem pontuou a decisão ora atacada, que não é papel desta Turma Nacional preocupar-se com fatos e provas, mas tão somente definir e uniformizar teses jurídicas. A fixação da tese jurídica por parte da TNU independe do conjunto fático-probatório dos autos, porém, não pode esta decidir acerca de tema estranho ao processo que chega a sua apreciação, sob pena de ir de encontro ao princípio da congruência...."

Por sua vez, a ementa do acórdão da lavra do Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES tem o seguinte teor:

EMENTA

"CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. ABERTURA DE CONTA-CORRENTE. VENDA CASADA. NULIDADE.

1. A iniciativa da instituição bancária em condicionar a contratação de cartão de crédito à abertura de conta-corrente configura o que se costuma chamar de "venda casada". Trata-se de conduta abusiva, porque infringe o art. 39, I, do Código de Defesa Consumidor. Essa circunstância torna nula a contratação da conta-corrente, tornando irrelevante o fato de a requerente ter tomado ciência da tarifa de manutenção da conta no momento da contratação.

2. Pedido parcialmente provido para reiterar a tese de que á nula a contratação de conta-corrente bancária quando imposta como condição para contratação de qualquer outro serviço bancário."

Passo a votar.

O cotejo da análise pormenorizada, e do entendimento assentado na realidade jurídica destacada no voto, com as razões dos embargos; de modo algum conduz ao entendimento de inobservância ao princípio da congruência.

Com efeito, entender de modo contrário, importaria impedir o relator - após se aprofundar em todo o conteúdo recursal submetido ao colegiado nacional - de realçar os aspectos que seu livre convencimento motivado considera relevantes, e tratá-los segundo o que expressam ontologicamente. Vale dizer, ficaria tolhido de chamar as "coisas" naturalmente identificadas na causa, pelo nome.

Nessas condições, por inexistir a alegada contradição no julgado, voto para desprover os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em desprover os embargos de declaração, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 12 de março de 2014

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.62.002956-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AGRIPINA SANTOS DOS ANJOS
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
OAB: SC-24692
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JULGADO EM ESTREITA CORRESPONDÊNCIA COM O OBJETO DO INCIDENTE. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

Nestes embargos de declaração a União contrapõe-se à ausência de similitude fático-jurídica reconhecida no julgado da TNU, sob a alegativa da ocorrência de omissão, conforme a seguir resumido, in verbis:

"(...) 2. SIMILITUDE FÁTICA

Em que pese as considerações do Excelentíssimo Juiz Relator, o v. acórdão foi omisso quanto às alegações da União de que o dissídio jurisprudencial suscitado diz respeito a saber, ainda, o exato momento em que se considera preenchidos os requisitos para obtenção do benefício da pensão por morte e qual o ¬normativo aplicável, sendo certo que referido tema foi objeto do paradigma colecionado."

Por seu turno, o acórdão embargado assentou: (i) que não se demonstrou divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material; (ii) anulou o acórdão recorrido na parte em que condenou a União a pagar diferenças anteriores à instituição da pensão; e (iii) reiterou a uniformização do entendimento de que a Lei nº 11.960/2009 tem aplicação imediata na regulação dos juros de mora em condenações contra a fazenda pública, independentemente da data do ajuizamento da ação.

Já o requerimento expresso no incidente de uniformização foi para, verbis:

" - reconhecimento da nulidade do acórdão recorrido, pois referenda, mediante meras razões remissivas, sentença ultra petita, determinando-se, nos termos da jurisprudência dessa Turma Nacional, o retorno dos autos à Turma Recursal para enfrentamento das questões postas nos embargos declaratórios interpostos nos Eventos 63;

- sucessivamente, por força da nulidade apontada, reformar o acórdão local a fim de que (a) sejam afastadas da condenação as parcelas anteriores à instituição do benefício de pensão, eis que não postuladas; (b) seja julgada improcedente a demanda no tocante às parcelas posteriores ao pensionamento, pois ausente a paridade remuneratória no caso concreto e (c) na hipótese de manutenção da condenação, em qualquer de suas parcelas , seja admitida a incidência das disposições do art. 1º-F da L. 9.494/97, conforme redação dada pela L. 11.960/09, admitindo-se, a partir de então, os atuais critérios de correção monetária e juros moratórios imputados à Fazenda Pública."

Passo a votar.

Tal como realçado acima, o inconformismo da embargante reside na alegação de que o colegiado nacional não se manifestou sobre: o exato momento em que se considera preenchidos os requisitos para obtenção do benefício da pensão por morte e qual o normativo aplicável. Isso porque referido no aresto paradigma.

Ressalte-se, além de o órgão julgador não ser obrigado a tratar um a um, dos pontos argumentativos utilizados pelas partes, mas a expor fundamentadamente seu livre convencimento motivado acerca da matéria submetida a julgamento, como também neste caso; o aspecto destacado como causa de pedir destes embargos, tem índole eminentemente fática. Esbarraria, em tese, no conteúdo da Súmula nº 43: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Portanto, inexistente a alegada omissão no julgado, voto para desprover os embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em desprover os embargos de declaração, com base no voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 12 de março de 2014

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5011645-18.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DEBORA PAREDE BASTILHA
PROC./ADV.: LEANDRO LISKOSKI
OAB: RS-61406
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. DESPEDIDA INVOLUNTÁRIA DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que manteve por seus próprios fundamentos sentença que julgou procedente o pedido de concessão de salário maternidade ao entendimento que o pagamento (repasse) do salário maternidade apenas cabe à empresa no caso das seguradas empregadas gestantes, o que não ocorre no caso, já que a autora não estava empregada no momento do parto.

2. Alega o INSS que ao contrário do entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, a responsabilidade pelo pagamento do salário maternidade é exclusivamente do empregador em caso de despedida involuntária realizada durante o período gestacional. Na mesma linha de sua argumentação apresenta como paradigma decisão proferida nos autos 0516863-97.2009.4.05.8013, oriunda da Turma Recursal de Alagoas.

3. Embora tenha sido comprovada a divergência, tenho que o incidente não merece prosperar porque o acórdão recorrido encontra-se em consonância com posicionamento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização no processo representativo PEDILEF 2010.71.58.004921-6, Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, julgado na sessão de 13.11.2013 e pub no. DOU 18.11.2013, cuja ementa segue transcrita: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO DENTRO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. PAGAMENTO DEVIDO. ART. 71 DA LEI 8213/91. DEVER DO EMPREGADOR DE REALIZAR O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO MEDIANTE COMPENSAÇÃO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL. MODIFICAÇÃO DO CARÁTER PREVIDENCIÁRIO PARA DIREITO TRABALHISTA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE DO BENEFÍCIO A CARGO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ART. 6º CAPUT, E ART.201, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

4.Incidente conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal

PROCESSO: 0504972-60.2010.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA XAVIER
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. LABOR RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. RAZÕES DE DECIDIR DISSOCIADAS DAS RAZÕES DE RECURSO. DESRESPEITO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reformou sentença de procedência de pedido de concessão de benefício de salário maternidade.

2. O magistrado de primeiro grau proferiu sentença gravada em áudio MP3, mencionando que havia início de prova documental e que o depoimento pessoal da autora e de suas testemunhas o convenceu do desempenho de atividade rural, em companhia de seu marido, no período de carência necessário para concessão do benefício. Por seu turno, no acórdão que reformou a decisão, constou que: os documentos apresentados pela parte autora serem escassos ou muito próximos ou posteriores à data de nascimento de seu filho (a), não servindo de início de prova material do exercício de atividade rural e (b) mesmo diante da realização de prova oral, não ser admitida a comprovação de atividade agrícola através de prova exclusivamente testemunhal, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO ENTE PÚBLICO para, reformando a sentença, deixar de reconhecer o direito da autora à percepção do benefício de salário-maternidade outrora concedido. (destaque no original).

3. A recorrente alegou, em síntese, que a decisão contrariou a jurisprudência do STJ e desta Turma Nacional de Uniformização, que considera como início de prova material do labor rurícola declaração emitida por sindicato, certidão eleitoral e documentos em nome de terceiros.

4. O acórdão recorrido é deficiente em sua fundamentação e merece ser anulado. A recorrente sequer tem ciência de quais documentos foram desqualificados pela Turma Recursal julgadora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa da parte sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010).

6. Tenho que a deficiência da motivação do acórdão recorrido frustrou o próprio manejo adequado do presente pedido de uniformização.

7. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE 21 DE MARÇO DE 2014

Presidente da Turma: Senhor Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 15:59 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO - PROCESSO VIRTUAL

PROCESSO: 0507855-92.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIA LUCIMAR RODRIGUES CAVALCANTE MOTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço como aluno aprendiz - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília-DF, 21 de março de 2014.
MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

REPUBLICAÇÃO(*)

Republicado por ter saído, no DOU, Seção 1, no dia 25/03/2014, Pág. 63, com incorreção no cabeçalho, ausência do nome do(a) advogado(a):.

PROCESSO: 2013.51.51.125781-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CAROLINE MEDEIROS E SILVA
PROC./ADV.: MARILZA FERREIRA DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela FAZENDA NACIONAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU, Seção 1, de 15-5-2012, pág. 147, com incorreção no original.

PROCESSO: 0063183-20.2009.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ COSTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JUTISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto com fundamentos no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.O acórdão recorrido manteve a sentença consignando o entendimento de que, de acordo com a prova parcial produzida nos autos, não ficou evidenciada a incapacidade da parte requerente para o trabalho.

4.A suposta nulidade do acórdão impugnado a necessidade de nova perícia constituem matéria de natureza processual, sendo incabível a apreciação de tal questão na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissibilidade do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

5.Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de Uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n 42. E 43 o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de Origem").

6.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14,§ 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 209.39.00.700387-8/PA, relatora juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 23.3.2012.

7.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devam observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B,§§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPD e 7, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

8.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º. VII, "C", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

9.Devolução dos autos à Turma Recursal de Origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de abril de 2012.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

DECISÕES

PROCESSO: 0005985-17.2012.4.02.5050
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PFN
REQUERIDO(A): CLÁUDIA GIESTAS DE AZEVEDO BIANCHI
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017204-77.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILMAR JOSÉ GIACOMETTI
PROC./ADV.: GABRIEL RODRIGUES GARCIA OAB: RS 51.016
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PFN

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0011932-14.2009.4.04.7051
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): EDINEIA UNTALLER REZENDE
PROC./ADV.: THAISA CRISTINA CANTONI OAB: CE-20701

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização em razão da não observância ao art. 6º, inciso III, da Resolução 22/08 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, pois apontou paradigmas oriundos da TRCE e da TRRJ..

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

Decido.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Depreende-se, todavia, que não ocorreu o vício alegado, mas que busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.40.00.712942-2
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO ARAÚJO
PROC./ADV.: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA OAB: CE 14.458
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0005829-58.2009.4.04.7255
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): TEÓFILO BOLL
PROC./ADV.: MARCELO RICARDO MAES OAB: SC-9510

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão que negou provimento ao agravo em pedido de uniformização em razão da incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto o PEDILEF 2009.71.62.001838-7 foi objeto de PU dirigido ao STJ, aguardando julgamento pelo Ministro Sérgio Kukina (PET 10.262).

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se a existência de omissão na decisão embargada.

Dessa forma, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para admitir o incidente de uniformização, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506169-19.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ADRIANO SOBRAL FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que ausente a qualidade de segurado do demandante.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.51.51.055033-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: RENILDES DE MIRANDA DANTAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que ausente a qualidade de segurado do de cujos quando do óbito, bem como que não fazia jus a aposentadoria.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0005114-69.2011.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ARCE DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY OAB: AM 4.271

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0005950-80.2010.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANÍZIO PALACINI STEINKOPF
PROC./ADV.: PAULO JOSÉ PEREIRA DA SILVA OAB: SP 281.702
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0011639-95.2006.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA HELENA MARCELINO
PROC./ADV.: MAISA CARMONA MARQUES OAB: SP 302.658
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do São Paulo.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0042773-74.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ALFREDO DE SANTANA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500612-07.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANTÔNIO DE ARAÚJO SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.

Decido.

O inconformismo não prospera.

A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500756-56.2010.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DAMIANA BELO DE LIMA
PROC./ADV.: MARIA CLAUDINO OAB: PB 5.775
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500894-50.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARLUCE PEREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE 20.304
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503014-16.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARLUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20.417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503657-03.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IRIOSVALDO MOREIRA DE LACERDA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que ausente a qualidade de segurado do demandante.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504392-08.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRAN SOARES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504418-97.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: REGINA FAUSTINO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PB 4.007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504731-18.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEBASTIÃO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA OAB: PB 11.454
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001061-40.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE DA ROSA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB:RS 56.506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A análise acerca da possibilidade de admissão de provas anexadas em sede de embargos de declaração encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508540-98.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARLUCE ARAGÃO LIMA SOUZA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO OAB: AL 3.300
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509073-87.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA VILANIR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE 6.593
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A parte suscitante não promoveu o necessário cotejo analítico, porquanto sequer acostou o inteiro teor de acórdãos que entende divergentes.

Dessa forma, não há como verificar a ocorrência dos elementos necessários à comprovação do dissídio jurisprudencial deduzido, a saber, semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e divergência entre teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509767-09.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ERONITA DE SOUZA PIMENTEL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20.417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510966-86.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANA LÚCIA PAIVA CAVALCANTI MELO
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN 9.002
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN 491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UFRN, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510973-78.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUCI FRANCISCA DA SILVA
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN 9.002
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN 491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UFRN, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511006-68.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA CARMOZI DE SOUZA GOMES
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN 9.002
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN 491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UFRN, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511097-61.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IOLANDA BRITO GUMARAES
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN 9.002
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN 491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UFRN, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511098-46.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA JOANA D'ARC SILVEIRA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN 491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UFRN, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0525093-90.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VERA LÚCIA DA SILVA MIRANDA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6.656
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7.068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0533048-96.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ FELIX DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

Inicialmente, o paradigma apresentado oriundo da Turma Recursal do Goiás não se presta à demonstração da divergência jurisprudencial, eis que meramente juntado sem a indicação da sua fonte, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0533120-83.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ CLÓVIS DE ATAÍDE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pernambuco.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000021-13.2013.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADEJIR LEONARDI
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE OAB:RS 15.022
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5065070-13.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARNALDO RIBEIRO MARQUES
PROC./ADV.: RACHEL TIECHER SILVEIRA OAB: RS 78.476
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001836-76.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLECI PIRES RODRIGUES
PROC./ADV.: NARA DONETE MACHADO DA ROCHA OAB: RS 36.497

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002069-68.2011.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LIAMAR TOMANZINI KRUGER
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON OAB: RS 36.152
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ OAB: RS 61.344
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002493-84.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVAIR RIZZARDO
PROC./ADV.: WAGNER SEGALA OAB: RS 60.699
PROC./ADV.: HENRIQUE OLTRAMARI OAB: RS 60.442
PROC./ADV.: ANA PAULA LONGO OAB: RS 82.166
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, modificando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos, negando à parte autora, entretanto, o pedido de aposentadoria por invalidez.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Outrossim, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004479-20.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FLAVIO TADEU ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006642-14.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITÓRIA MACHADO GOMES
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS 59.469
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010386-35.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MIRIAN VIVIANE DOS SANTOS MACHADO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE OAB: RS 59.707
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5015042-85.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NICIA ROZALINA DA SILVA COSTA
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS 59.469
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5019268-89.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FELIPE LORO DA SOLEDADE DIAS
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS OAB: RS 49.153
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504060-35.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO EDSON ROCHA ARAÚJO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6.656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7.128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7.068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000937-72.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização no qual se discute a incidência ou não de contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de terço de férias para os trabalhadores do regime celetista.

A incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias é matéria cuja repercussão geral foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 593.068/SC, em decisão plenária publicada em 22 de maio de 2009.

Nos termos do art. 8º, inciso VIII, do RI/TNU, "Compete ao relator: (...) VIII - determinar a devolução dos feitos às Turmas de origem para sobrestamento, na forma como disciplinado no art. 15 deste Regimento, quando a matéria estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, de forma que promovam a confirmação ou adaptação do julgado após o julgamento dos recursos indicados".

Assim sendo, determino a devolução dos autos à origem para sobrestamento até que sobrevenha decisão final no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Cumpra-se. Intimem-se.

São Paulo, 19 de março de 2014.

KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

DESPACHOS

PROCESSO: 5000185-64.2012.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZAIR DOS SANTOS MARTINS
PROC./ADV.: GERALDO FRANCISCO GUEDES
OAB: SC-15 731
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Trata-se de ação proposta por servidor público aposentado e /ou pensionista da União Federal, na qual se pretende a declaração do direito de perceber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte (GDPGTAS) na mesma pontuação devida aos servidores ativos.

A Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina confirmou parcialmente a sentença de primeiro grau, determinando, no que tange aos consectários legais, a aplicação integral dos índices da poupança (Lei n. 11.960/09), independente da data da citação, ressaltando que os juros e correção monetária devem incidir de forma capitalizada.

No recurso, a União insurge-se contra o acórdão quanto à questão atinente à interpretação do modo de cálculo dos juros de mora e da correção monetária, fixados pela Lei n. 11.960/09, alegando que a instância julgadora deferiu a fixação de juros sobre juros e de juros antes da citação, divergindo, assim, de orientação firmada por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo (Processo 00099778520094036303), segundo a qual a correção monetária e os juros devem seguir a Resolução n. 134 do Conselho da Justiça Federal (Manual de Cálculos da Justiça Federal), que determina que a correção seja feita pela Taxa Referencial (TR), índice de remuneração básica das cadernetas de poupança, enquanto a capitalização deve respeitar o percentual de 0,5% ao mês.

O pedido de uniformização recebeu juízo positivo de admissibilidade pela Turma Recursal de origem.

Entendo oportuno destacar que a questão relativa aos consectários legais encontra-se sob os cuidados do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425, cujo julgamento foi realizado em 14/03/2013, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional nº 62/09, assentando a invalidade de regras jurídicas que agravem a situação jurídica do credor do Poder Público além dos limites constitucionalmente aceitáveis.

Ocorre que, a Suprema Corte até a presente data não se pronunciou sobre o preciso alcance de sua decisão, conforme constou expressamente em despacho proferido pelo Ministro Relator Luiz Fux, em 11/04/2013.

Sendo assim, entendo que os autos deverão permanecer sobrestados até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal nas ADI' s 4.357 e 4.425.

Determino, pois, a restituição dos autos à Secretaria da Turma Nacional, para providências a seu encargo.

De Curitiba para Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009874-59.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RICARDO AUGUSTO LUCAS VAZ
PROC./ADV.: PAULO AUGUSTO VAZ
OAB: DF-13 306
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Trata-se de ação proposta por servidor do quadro de pessoal da Justiça do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, na qual se pretende a declaração do direito de receber diferenças relativas à auxílio-alimentação.

A Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina confirmou a sentença de procedência, determinando, no que tange aos consectários legais, a aplicação integral dos índices da poupança (Lei n. 11.960/09), de forma capitalizada, desde quando devido o débito.

A União Federal interpôs pedido de uniformização regional, pedido de uniformização nacional e recurso extraordinário.

O pedido de uniformização nacional recebeu juízo positivo de admissibilidade pela Turma Recursal de origem e os autos foram remetidos a esta Turma Nacional de Uniformização.

Todavia, não foi efetuado juízo de admissibilidade em relação ao pedido de uniformização regional.

Nos termos da Questão de Ordem nº 28, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Deste modo, pendente juízo de admissibilidade e, sendo o caso, julgamento pela Turma Regional de Uniformização, determino a remessa dos autos à Turma Recursal de origem para as providências necessárias.

De Curitiba para Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5001470-68.2011.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NEUSA BOF CANCELLI
PROC./ADV.: MAURO CAVALCANTE DE LIMA
OAB: PR 13.096
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Trata-se de ação proposta por servidor público aposentado e /ou pensionista da União Federal, na qual se pretende a declaração do direito de perceber a Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária (GDAFAZ) na mesma pontuação devida aos servidores ativos.

A Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina confirmou parcialmente a sentença de primeiro grau, determinando, no que tange aos consectários legais, a aplicação integral dos índices da poupança (Lei n. 11.960/09), independente da data da citação, ressaltando que os juros e correção monetária devem incidir de forma capitalizada.

No recurso, a União insurge-se contra o acórdão quanto à questão atinente à interpretação do modo de cálculo dos juros de mora e da correção monetária, fixados pela Lei n. 11.960/09, alegando que a instância julgadora deferiu a fixação de juros sobre juros e de juros antes da citação, divergindo, assim, de orientação firmada por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo (Processo 00099778520094036303), segundo a qual a correção monetária e os juros devem seguir a Resolução n. 134 do Conselho da Justiça Federal (Manual de Cálculos da Justiça Federal), que determina que a correção seja feita pela Taxa Referencial (TR), índice de remuneração básica das cadernetas de poupança, enquanto a capitalização deve respeitar o percentual de 0,5% ao mês.

O pedido de uniformização recebeu juízo positivo de admissibilidade pela Turma Recursal de origem.

Entendo oportuno destacar que a questão relativa aos consectários legais encontra-se sob os cuidados do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425, cujo julgamento foi realizado em 14/03/2013, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional nº 62/09, assentando a invalidade de regras jurídicas que agravem a situação jurídica do credor do Poder Público além dos limites constitucionalmente aceitáveis.

Ocorre que, a Suprema Corte até a presente data não se pronunciou sobre o preciso alcance de sua decisão, conforme constou expressamente em despacho proferido pelo Ministro Relator Luiz Fux, em 11/04/2013.

Sendo assim, entendo que os autos deverão permanecer sobrestados até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal nas ADI' s 4.357 e 4.425.

Determino, pois, a restituição dos autos à Secretaria da Turma Nacional, para providências a seu encargo.

De Curitiba para Brasília, 12 de março de 2014.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

ATO ORDINATÓRIO

O(s) processo(s) abaixo relacionado(s) encontra(m)-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração:
PROCESSO: 2009.38.11.702380-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
EMBARGANTE: ISOLINA ROSÁRIA DA SILVA
PROC./ADV.: ADRIANA DE LOURDES FERREIRA
OAB: MG-72463
PROC./ADV.: RENÉ GUALBERTO DANTAS
OAB: MG-91447
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0502160-53.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
EMBARGANTE: RUTE VIEIRA FRANÇA DE CARVALHO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO
OAB: SE-461-A
EMBARGADO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL SE SERGIPE - UFS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
PROCESSO: 2008.39.01.712978-4
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE: MARIA DE NAZARÉ SANTANA PROTÁSIO
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO
OAB: GO-23053
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
O(s) processo(s) abaixo relacionado(s) encontra(m)-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO: 0510960-39.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
SUSCITANTE: ALFREDO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
OAB: PB-1995
PROC./ADV.: VERONICA LEITE
OAB: PB-2212
SUSCITADO(A): FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
PROCESSO: 0000068-50.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
EMBARGANTE : JERÔNIMO PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
OAB: PA-12651
EMBARGADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
O(s) processo(s) abaixo relacionado(s) encontra(m)-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:
PROCESSO: 0023494-66.2009.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SÉRGIO DA SILVA ANTUNES
PROC./ADV.: BRUNO LEONARDO FOGAÇA
OAB: SP-194818
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESTATÍSTICA - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (JUDICIAL)

Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Estatística - Movimentação Processual (Judicial)

Ano	Mês	Tipo Processo
2014	Fevereiro	Judicial

		Saldo Anterior	Entradas								Total Entradas	Saídas									Total Saídas	Saldo Atual	Ajuste		Tram. Ajustada
		REM	A	B	C	D	EA	EC	F	RE	TE	G	H	I	J	L	MA	MC	N	RS	TS	TRAM	O	P	TA
Órgão	Relator	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd	Qtd
Tribunal Pleno	ABEL GOMES	2																				2			2
	ALBERTO NOGUEIRA	0							1		1									1	1	0			0
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	3														1					1	2			2
	ANDRÉ FONTES	3																				3		2	1
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	2														1					1	1			1
	CLAUDIA NEIVA	1								1	1											2			2
	FREDERICO GUEIROS	4																				4			4
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	4																				4			4
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	2						1			1											3	2		1
	GUILHERME DIEFENTHAELER	4								1	1											5	1	1	3
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	2	1					1			2	1									1	3			3
	JOSE F. NEVES NETO	10														1					1	9			9
	LANA REGUEIRA	4																				4			4
	LILIANE RORIZ	1																		1	1	0			0
	LUIZ ANTONIO SOARES	3																				3			3
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	2																				2			2
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	3																				3	1		2
	MARCUS ABRAHAM	2										1									1	1			1
	MARIA HELENA CISNE	1														1					1	0			0
	MESSOD AZULAY NETO	3	1								1											4	2		2
	NIZETE LOBATO CARMO	1																				1			1
	PAULO ESPIRITO SANTO	1																				1			1
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	1							1		1								1	1	2	0			0
	REIS FRIEDE	1	1								1											2			2
	RICARDO PERLINGEIRO	9																				9	1		8
	SALETE MACCALÓZ	3														1					1	2			2
	SERGIO FELTRIN CORREA	3																				3			3
	SERGIO SCHWAITZER	2																				2	1		1
	SIMONE SCHREIBER	0								1	1								1		1	0			0
	THEOPHILO MIGUEL	0					1				1											1			1
	VERA LÚCIA LIMA	6																				6			6
	Tribunal Pleno Total	83	3				1	2	2	3	11	2				5			2	3	12	82	8	3	71
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	54	1					3		1	5	2				3				1	6	53	8		45
	ANDRÉ FONTES	45	4								4	2								3	5	44			44
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	56	3					3	1		7					1		1		1	3	60	15		45
	LILIANE RORIZ	5																				5	4		1
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	19	1						1		2	1								12	13	8	4		4
	MESSOD AZULAY NETO	46						1		2	3					4				1	5	44	8	2	34
	NIZETE LOBATO CARMO	2																				2	2		0
	PAULO ESPIRITO SANTO	56	3					4	1	1	9					3			1		4	61	22		39
	SIMONE SCHREIBER	20					1			9	10									2	2	28			28
	1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total	303	12				1	11	3	13	40	5				11		1	1	20	38	305	63	2	240
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	13								1	1						1			1	2	12			12
	JOSE F. NEVES NETO	22	1							1	2								1		1	23	2		21
	LANA REGUEIRA	23								1	1											24			24
	LUIZ ANTONIO SOARES	23	1							2	3	1									1	25	2		23
	PAULO BARATA	2																				2	2		0
	RICARDO PERLINGEIRO	23						1		2	3					1				3	4	22	2		20
	TANIA HEINE	0							1		1							1			1	0			0
	THEOPHILO MIGUEL	11	2				1			2	5									3	3	13			13
	2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total	117	4				1	1	1	9	16	1				1	1	1	1	7	12	121	8		113
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	26	1					1		1	3											29			29
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	12	2					1		4	7					1			4		5	14			14
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	12					2		1	7	10					4			6	1	11	11			11
	GUILHERME DIEFENTHAELER	54						1		3	4								2	4	6	52		1	51
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	22	1					1		1	3	1							1	2	4	21			21
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	16					3	1	1	2	7					3			5		8	15			15
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	18						1		8	9											27			27
	MARCUS ABRAHAM	60								2	2					2			3	1	6	56	1		55
	MARIA HELENA CISNE	19	1								1											20			20
	NIZETE LOBATO CARMO	23	2						1	2	5					4			1	1	6	22			22
	POUL ERIK DYRLUND	1																				1			1
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	14														1				9	10	4			4
	REIS FRIEDE	19	1				3			3	7								4	1	5	21			21
	SERGIO FELTRIN CORREA	1																				1		1	0
	SERGIO SCHWAITZER	1																				1			1
	VERA LÚCIA LIMA	48						1			1	1				3					4	45			45
	3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total	346	8				8	7	3	33	59	2				18			26	19	65	340	1	2	337
Presidência	PRESIDENTE	7	1								1					3					3	5			5
	Presidência Total	7	1								1					3					3	5			5
Vice-Presidência	ARNALDO LIMA	3			1						1	1									1	3	1		2
	CARREIRA ALVIM	3		2					2		4	3									3	4			4
	CHALU BARBOSA	6										1									1	5	1		4

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	FERNANDO MARQUES	25		1	4				2		7	10								19	29	3			3
	FREDERICO GUEIROS	11		2	3						5	5					1				6	10	2		8
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	4										1									1	3			3
	VERA LÚCIA LIMA	50							2		2	9									9	43	4	3	36
	VICE-PRESIDENTE	27.589	5	60	65				143	1.552	1.825	539	17	41		9	23	3	23	145	800	28.614	370	10	28.234
	Vice-Presidência Total	27.691	5	65	73				149	1.552	1.844	569	17	41		9	24	3	23	164	850	28.685	378	13	28.294
1a.Turma	CHALU BARBOSA	2																				2			2
	JULIETA LIDIA LUNZ	1																				1			1
	SIMONE SCHREIBER	3																				3			3
	1a.Turma Total	6																				6			6
4a.Turma	FERNANDO MARQUES	1																				1			1
	4a.Turma Total	1																				1			1
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	1.635	75				1	2	1	19	98	96				12	1	2		34	145	1.588	19	21	1.548
	ALUISIO MENDES / no afast. Relator	0							1		1						1				1	0			0
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	2.262	75				2	2	1	8	88	57				8	2	2		14	83	2.267	15	18	2.234
	MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator	1														1					1	0			0
	MARIA HELENA CISNE	0	1								1											1			1
	PAULO ESPIRITO SANTO	1.366	71					3	1	7	82	142				5	1	4		42	194	1.254	29	42	1.183
	1a.TURMA ESPECIALIZADA Total	5.264	222				3	7	4	34	270	295				26	5	8		90	424	5.110	63	81	4.966
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	2.357	68					1	4	10	83	117				5		2	3	83	210	2.230	25		2.205
	LILIANE RORIZ	2							1		1					2		1			3	0			0
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	2.994							4		4	73				4				1.860	1.937	1.061	5		1.056
	MESSOD AZULAY NETO	1.428	71				3	4	1	16	95	83				4	2	9	1	87	186	1.337	15	1	1.321
	NIZETE LOBATO CARMO	1																				1			1
	SIMONE SCHREIBER	181	74				1	2		1.787	1.864					3		2	2	6	13	2.032	8		2.024
	2a.TURMA ESPECIALIZADA Total	6.963	213				4	7	10	1.813	2.047	273				18	2	14	6	2.036	2.349	6.661	53	1	6.607
3a.TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	2																				2			2
	CLAUDIA NEIVA	5.756	181				5			157	343	112					6		1	205	324	5.775			5.775
	FERNANDO MARQUES	3																				3			3
	JOSE F. NEVES NETO	2																				2	2		0
	JOSE NEIVA/no afast. Relator	1																				1	1		0
	LANA REGUEIRA	6.611	186				2	1	8	15	212	196					2			129	327	6.496	1	4	6.491
	RICARDO PERLINGEIRO	7.437	171				4	2	1	30	208	65					2	1		96	164	7.481	4		7.477
	SALETE MACCALÓZ	16							2		2	2						2		2	6	12	1		11
	THEOPHILO MIGUEL	9																				9	1	1	7
	3a.TURMA ESPECIALIZADA Total	19.837	538				11	3	11	202	765	375					10	3	1	432	821	19.781	10	5	19.766
4a.TURMA ESPECIALIZADA	ALBERTO NOGUEIRA	1							1		1						1				1	1			1
	GUILHERME DIEFENTHAELER	1																				1			1
	JOSE F. NEVES NETO	7.388	195				3	6	6	3	213	264				3	5	7	2	103	384	7.217			7.217
	JULIETA LIDIA LUNZ	2							2		2									2	2	2			2
	LANA REGUEIRA	3																				3			3
	LUIZ ANTONIO SOARES	4.288	192				1	2	4	22	221	330				7	17	2		108	464	4.045	1		4.044
	THEOPHILO MIGUEL	7.928	180				5		1	29	215	317				6	13			138	474	7.669			7.669
	4a.TURMA ESPECIALIZADA Total	19.611	567				9	8	14	54	652	911				16	36	9	2	351	1.325	18.938	1		18.937
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	2.590	84				8	3	2	5	102	220					4	3	3	79	309	2.383	384		1.999
	ANTÔNIO CRUZ NETTO	0							2		2						1		1		2	0			0
	FERNANDO MARQUES	3							2		2									1	1	4	2		2
	GUILHERME DIEFENTHAELER	4.694	81				6	10	2	91	190	231					5	11		146	393	4.491	375	37	4.079
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0							1		1						1				1	0			0
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0							2		2									2	2	0			0
	MARCUS ABRAHAM	4.036	80				7	2	1	4	94	273					1	1		69	344	3.786	232	38	3.516
	RICARDO PERLINGEIRO	1							1		1							1			1	1			1
	VERA LÚCIA LIMA	2																				2	2		0
	5a.TURMA ESPECIALIZADA Total	11.326	245				21	15	13	100	394	724					12	16	4	297	1.053	10.667	995	75	9.597
6a.TURMA ESPECIALIZADA	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	2																				2			2
	FREDERICO GUEIROS	1							1		1									1	1	1			1
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	1.415	79				7	2	5	10	103	178				8	1	2		57	246	1.272	339		933
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	826	91				6	1	1	7	106	166		2		15	1	4		81	269	663	127		536
	NIZETE LOBATO CARMO	1.917	84				1	2	2	1	90	160				13	4	2		59	238	1.769	427		1.342
	6a.TURMA ESPECIALIZADA Total	4.161	254				14	5	9	18	300	504		2		36	6	8		198	754	3.707	893		2.814
7a.TURMA ESPECIALIZADA	JOSÉ ANTONIO NEIVA	1.176	83				5	1	4	4	97	117		1		7		1	1	53	180	1.093	147		946
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	1.748	79				6	3	4	6	98	114				3	4	3		53	177	1.669	245		1.424
	REIS FRIEDE	1.017	84				5	3	2	6	100	137				8	2	2		55	204	913	190	2	721
	SALETE MACCALÓZ	0							1		1									1	1	0			0
	7a.TURMA ESPECIALIZADA Total	3.941	246				16	7	11	16	296	368		1		18	6	6	1	162	562	3.675	582	2	3.091
8a.TURMA ESPECIALIZADA	MARCELO PEREIRA DA SILVA	573	78				4	2		2.580	2.664	1						1			2	3.235	1	1	3.233
	MARCELO PEREIRA/no afast. Relator	2							2		2						1				1	3			3
	MARIA HELENA CISNE	1.813	77				6			6	89	58				2		1		28	89	1.813	3	3	1.807
	POUL ERIK DYRLUND	1							4		4									5	5	0			0
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	3.489							1		1	67				6		1		2.595	2.669	821	2	1	818
	SERGIO SCHWAITZER	0							1		1											1			1
	VERA LÚCIA LIMA	3.212	89				6	1	4	7	107	82				7	2	2	1	33	127	3.192	174	6	3.012
	8a.TURMA ESPECIALIZADA Total	9.090	244				16	3	12	2.593	2.868	208				15	3	5	1	2.661	2.893	9.065	180	11	8.874
Total geral		108.747	2.562	65	73		105	76	242	6.440	9.563	4.237	17	44		176	105	74	68	6.440	11.161	107.149	3.235	195	103.719

Legenda:

REM = Remanescentes no Início do Período
Entradas:
A = Distribuídos
B = Devolvidos pelo STF
C = Devolvidos pelo STJ
D = Devolvidos por outro Juízo/Tribunal
EA = Mudanças de Assunto
EC = Mudanças de Classe
F = Reativados e Outras Entradas
RE = Redistribuídos - Entradas
TE = Total de Entradas

Saídas:
G = Baixados à Origem
H = Remetidos ao STF
I = Remetidos ao STJ
J = Remetidos a outro Juízo/Tribunal
L = Arquivados
MA = Mudanças de Assunto
MC = Mudanças de Classe
N = Outras Saídas
RS = Redistribuídos Saídas
TS = Total de Saídas

TRAM = Tramitação no Final do Período
O = Suspensos
P = Aguardando o Julgamento do Agravo
TA = Tramitação Ajustada

Fórmulas:
TE = A+B+C+D+EA+EC+F+RE
TS = G+H+I+J+L+MA+MC+N+RS
TRAM = REM + TE - TS
TA = TRAM - O - P

Fonte: Portal de Estatísticas - NUEST/PRES
Mês/Ano das Informações: Fevereiro/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ESTATÍSTICA - ATIVIDADES (JUDICIAL)

Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Estatística - Atividades (Judicial)

Ano	Mês	Tipo Processo
2014	Fevereiro	Judicial

		Indicadores											
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	TJ	TJI
Órgão	Relator Fase	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos	Eventos
Tribunal Pleno	ANTONIO IVAN ATHIÉ									1			
	LUIZ ANTONIO SOARES									1			
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO						1						1
	Tribunal Pleno Total						1			2			1
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES									1			
	ANTONIO IVAN ATHIÉ							1		1			
	PAULO ESPIRITO SANTO							5					
	SIMONE SCHREIBER									2			
	1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total							6		4			
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA									1			
	JOSE F. NEVES NETO							1					
	LANA REGUEIRA									1	1		
	LUIZ ANTONIO SOARES										1		
	2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total							1		2	2		
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	1	1				3			1	3	2	5
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	1					1	1		3	1	1	2
	GUILHERME DIEFENTHAELER						2				3		2
	JOSÉ ANTONIO NEIVA						2						2
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO		3				1	1		2	3	3	4
	MARCELO PEREIRA DA SILVA						2	1			2		2
	MARCUS ABRAHAM		1				2				2	1	3
	MARIA ALICE PAIM LYARD						2				2		2
	MARIA HELENA CISNE		1									1	1
	MAURO LUIS ROCHA LOPES									1			
	NIZETE LOBATO CARMO		2				2				4	2	4
	REIS FRIEDE	2	2				1	1		2	2	4	5
	SIMONE SCHREIBER									1			
	VERA LÚCIA LIMA							1		1			
	3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total	4	10				18	5		11	22	14	32
Presidência	POUL ERIK DYRLUND	1										1	1
	PRESIDENTE									4	1		
	SERGIO SCHWAITZER	2										2	2
	Presidência Total	3								4	1	3	3
Vice-Presidência	LANA REGUEIRA							1					
	VICE-PRESIDENTE	199						127	708	75		199	199
	Vice-Presidência Total	199						128	708	75		199	199
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	1	40	5		2	10	13		1	24	41	51
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	26	155	1	31	18	33	24		25	154	181	214
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	3	154	4	41		40	13		3	98	157	197
	PAULO ESPIRITO SANTO	8	252	1	22	91	80	33		7	29	260	340
	1a.TURMA ESPECIALIZADA Total	38	601	11	94	111	163	83		36	305	639	802
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES		10		28		9	1		5	211	10	19
	HELENA ELIAS PINTO	3	119				31	8		3		122	153
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	17	2							136	126	19	19
	MESSOD AZULAY NETO	2	145				39	2		4	151	147	186
	SIMONE SCHREIBER	1	37				4	10		2		38	42
	2a.TURMA ESPECIALIZADA Total	23	313		28		83	21		150	488	336	419
3a.TURMA ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	154	39			2	150	22		47	80	193	343
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO		8				15			120	105	8	23
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	46	30			1	68	87			21	76	144
	LANA REGUEIRA	32	288			1	118	11		28	273	320	438
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	2	33				19			2	11	35	54
	RICARDO PERLINGEIRO	23	248			5	8	22		25	21	271	279
	SALETE MACCALÓZ										1		
	3a.TURMA ESPECIALIZADA Total	257	646			9	378	142		222	512	903	1.281
4a.TURMA ESPECIALIZADA	BOAVENTURA JOAO ANDRADE	69						7		158		69	69
	JOSE F. NEVES NETO	136	101	4		1	289	39		60	106	237	526
	LANA REGUEIRA					1							
	LUIZ ANTONIO SOARES	35	601	5			186	60		33	567	636	822
	SANDRA CHALU BARBOSA	4	12				37	1		2	29	16	53
	THEOPHILO MIGUEL	514	18			11	451	38		515	249	532	983
	4a.TURMA ESPECIALIZADA Total	758	732	9		13	963	145		768	951	1.490	2.453
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	15	277			1	79	2		27	456	292	371
	ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA										6		
	GUILHERME DIEFENTHAELER	1	112	1		20	43	3		1	44	113	156
	HELENA ELIAS PINTO		39			5	6	4			97	39	45
	MARCUS ABRAHAM	16	215			1	80	5		19	313	231	311
	MARIA AMELIA SENOS DE CARVALHO										4		
	MAURO LUIS ROCHA LOPES		2	1							1	2	2
	SIMONE SCHREIBER		1									1	1
	5a.TURMA ESPECIALIZADA Total	32	646	2		27	208	14		47	921	678	886
6a.TURMA ESPECIALIZADA	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	18	123			11	24	6		12	92	141	165
	GUILHERME COUTO DE CASTRO		2							21	82	2	2
	MARIA ALICE PAIM LYARD	60	72				65	4		47	88	132	197
	MAURO LUIS ROCHA LOPES	1	27			3	3	2		14	97	28	31
	NIZETE LOBATO CARMO	46	183			4	54	4		36	211	229	283
	6a.TURMA ESPECIALIZADA Total	125	407			18	146	16		130	570	532	678
7a.TURMA ESPECIALIZADA	JOSÉ ANTONIO NEIVA	32	88				45	18		18	57	120	165
	JOSÉ ARTHUR DINIZ BORGES	8	23				19	3		17	120	31	50
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	33	147		1		39	17		39	163	180	219
	REIS FRIEDE	93	17				100	27		124	103	110	210
	7a.TURMA ESPECIALIZADA Total	166	275		1		203	65		198	443	441	644
8a.TURMA ESPECIALIZADA	MARCELO PEREIRA DA SILVA	8	59			9	31	7		8	50	67	98
	MARIA HELENA CISNE	12	7				60	2		12		19	79
	SIMONE SCHREIBER	9						4		15	58	9	9
	VERA LÚCIA LIMA	14	76			2	24	40		16	134	90	114
	8a.TURMA ESPECIALIZADA Total	43	142			11	115	53		51	242	185	300
Total geral		1.648	3.772	22	123	189	2.278	679	708	1.700	4.457	5.420	7.698

Legenda:

A = Decisões Monocráticas Terminativas
B = Julgamentos em Sessão
C = Votos-Vista
D = Votos-Revisores
E = Votos-Vencidos
F = Julgamentos de Incidentes
G = Decisões Interlocutórias
H = Decisões em Recursos aos Tribunais Superiores
I = Decisões Monocráticas Terminativas Publicadas
J = Acórdãos Publicados
TJ = Total de Julgamentos no Período
TJI = Total de Julgamentos com Incidentes

Fórmulas:

TJ= A + B
TJI= A + B + F

Fonte: Portal de Estatísticas - NUEST/PRES
Mês/Ano das Informações: Fevereiro/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Aprova o regulamento do XVi concurso público para provimento de cargo de juiz federal substituto da 4ª região e determina a abertura do concurso, mediante edital a ser publicado na forma do regulamento.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com o decidido pelo Conselho de Administração, em sessão realizada no dia 24/03/2014, em cumprimento ao disposto nos arts. 41, inc. XVII, e 364 do Regimento Interno deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região;

Art. 2º Determinar a abertura do Concurso, mediante Edital de Abertura a ser publicado na forma deste Regulamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TADAAQUI HIROSE

ANEXO

REGULAMENTO DO XVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da abertura do concurso

Art. 1° A habilitação para o provimento de cargo de Juiz Federal Substituto far-se-á mediante concurso público, realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de acordo com os arts. 93, inc. I, e 96, inc. I, letra "c", da Constituição Federal, na forma deste Regulamento e do Edital de Abertura, em conformidade com as Resoluções nº 75, de 12 de maio de 2009, e nº 118, de 03 de agosto de 2010, do Conselho Nacional de Justiça e com as Resoluções nº 67, de 03 de julho de 2009, nº 94, de 17 de dezembro de 2009, e nº 121, de 27 de outubro de 2010, do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. O provimento dos cargos será feito de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade do serviço.

Art. 2º A realização do concurso público, observadas a dotação orçamentária e a existência de vagas, iniciar-se-á com a constituição da respectiva Comissão de Concurso, mediante resolução aprovada pelo Plenário do Tribunal.

Parágrafo único. À Comissão de Concurso incumbirá a adoção de todas as providências necessárias à organização e à realização do certame.

Art. 3º Às vagas existentes e indicadas no edital, poderão ser acrescidas outras que surgirem durante o prazo de validade do concurso.

Seção II

Das etapas e do programa do concurso

Art. 4° O concurso desenvolver-se-á sucessivamente de acordo com as seguintes etapas:

I - primeira etapa - uma prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório;

II - segunda etapa - duas provas escritas, de caráter eliminatório e classificatório;

III - terceira etapa - de caráter eliminatório, com as seguintes fases:

1.sindicância da vida pregressa e investigação social;

2.exames de sanidade física e mental;

3.exame psicotécnico;

IV - quarta etapa - uma prova oral, de caráter eliminatório e classificatório;

V - quinta etapa - avaliação de títulos, de caráter classificatório.

§ 1º A participação do candidato em cada etapa ocorrerá, necessariamente, após habilitação na etapa anterior.

§ 2º O Tribunal poderá realizar, como etapa do certame, curso de formação inicial, de caráter eliminatório ou não.

Art. 5º As provas da primeira, da segunda e da quarta etapas versarão, no mínimo, sobre as disciplinas constantes no Anexo I deste Regulamento. As provas da segunda e da quarta etapas também versarão sobre o programa discriminado no Anexo II deste Regulamento e no Edital do Concurso.

Seção III

Da classificação e da média final

Art. 6º A classificação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem decrescente da média final, observada a seguinte ponderação:

I - da prova objetiva seletiva: peso 1;

II - da primeira e da segunda prova escrita: peso 3 para cada prova;

III - da prova oral: peso 2;

IV - da prova de títulos: peso 1.

Parágrafo único. Não haverá arredondamento de nota ou de média final, desprezadas as frações além do centésimo, nas avaliações de cada etapa do concurso.

Art. 7º A média final, calculada por média aritmética ponderada que leve em conta o peso atribuído a cada prova, será expressa com 3 (três) casas decimais.

Art. 8º Para efeito de desempate, prevalecerá a seguinte ordem de notas:

I - as das duas provas escritas somadas;

II - a da prova oral;

III - a da prova objetiva seletiva;

IV - a da prova de títulos.

Parágrafo único. Persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

Art. 9º Considerar-se-á aprovado para provimento do cargo o candidato que for habilitado em todas as etapas do concurso.

Parágrafo único. Será eliminado o candidato que:

I - não obtiver classificação, observado o redutor previsto no art. 42, ficando assegurada a classificação dos candidatos empatados na última posição de classificação;

II - for contraindicado na terceira etapa;

III - não comparecer à realização de qualquer das provas (objetiva seletiva, escritas e oral), no dia, na hora e no local determinados pela Comissão de Concurso, munido de documento oficial de identificação;

IV - for excluído do certame por comportamento inconveniente, a critério da Comissão de Concurso.

Art. 10. Aprovado o quadro classificatório pela Comissão de Concurso, o resultado final do concurso será submetido à homologação do Tribunal.

Parágrafo único. A ordem de classificação prevalecerá para a nomeação dos candidatos.

Seção IV

Da publicidade

Art. 11. O concurso será precedido de edital expedido pela Presidente do Conselho de Administração do Tribunal, cuja divulgação dar-se-á mediante:

I - publicação integral, uma vez, no Diário Oficial da União e, se for o caso, também em todos os Estados em que o Tribunal exerce a jurisdição;

II - publicação integral nos endereços eletrônicos do Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça;

III - afixação no quadro de avisos, sem prejuízo da utilização de qualquer outro tipo de anúncio subsidiário, a critério da Comissão de Concurso.

Art. 12. Constarão do edital, obrigatoriamente:

I - o prazo de inscrição, que será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da última ou única publicação no Diário Oficial da União;

II - o local e o horário de inscrições;

III - o conteúdo das disciplinas objeto de avaliação no certame, observada a respectiva relação mínima de disciplinas, constante dos Anexos I e II;

IV - o número de vagas existentes e o cronograma estimado para a realização das provas;

V - os requisitos para ingresso na carreira;

VI - a composição da Comissão de Concurso, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e os respectivos suplentes;

VII - a relação dos documentos necessários à inscrição;

VIII - o valor da taxa de inscrição;

IX - a fixação objetiva da pontuação de cada título, observado o art. 66.

§ 1º A prova objetiva seletiva e as provas escritas serão realizadas nas cidades de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). A prova oral será realizada exclusivamente em Porto Alegre.

§ 2º No momento da inscrição preliminar, via Internet, o candidato indicará obrigatoriamente, no formulário "Requerimento de Inscrição Preliminar", a sua opção de cidade para realização das provas objetiva seletiva e escritas, não sendo permitida a alteração do local escolhido, em hipótese alguma, após a efetivação da inscrição.

§ 3º Todas as comunicações individuais e coletivas aos candidatos inscritos serão consideradas efetuadas, para todos os efeitos, por sua publicação em edital no órgão da imprensa oficial do Tribunal e no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs.

§ 4º Qualquer candidato inscrito no concurso poderá impugnar o respectivo edital, em petição escrita e fundamentada, endereçada ao Presidente da Comissão de Concurso, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do período para a inscrição preliminar ao concurso, sob pena de preclusão.

§ 5º A Comissão de Concurso não realizará a primeira prova enquanto não responder às eventuais impugnações apresentadas na forma do parágrafo anterior.

§ 6º Salvo nas hipóteses de indispensável adequação à legislação superveniente, as regras sobre os requisitos para provimento do cargo, os conteúdos programáticos e os critérios de aferição das provas e de aprovação para as etapas subsequentes, previstos no edital do concurso, não serão alterados após o início do prazo das inscrições preliminares.

§ 7º O edital do concurso não poderá estabelecer limite máximo de idade inferior a 65 (sessenta e cinco) anos.

§ 8º A mãe lactante deverá indicar essa condição à Presidência da Comissão de Concurso com antecedência de 5 (cinco) dias úteis a qualquer das provas, para a organização de atendimento compatível com a necessidade, sendo vedada, no recinto do concurso, em qualquer hipótese, a entrada de pessoas estranhas ao certame.

Art. 13. As alterações de datas e/ou locais de realização de cada etapa previstos no edital serão comunicadas aos candidatos.

Seção V

Da duração e do prazo de validade do concurso

Art. 14. O concurso deverá ser concluído no período de até 18 (dezoito) meses, contado da inscrição preliminar até a homologação do resultado final.

Art. 15. O concurso terá o prazo de validade de dois anos, contado da data da publicação do edital com a relação dos aprovados, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Seção VI

Do custeio do concurso

Art. 16. O valor da taxa de inscrição será de R$ 190,00 (cento e noventa reais), cabendo ao candidato efetuar o recolhimento na forma estabelecida pelo Edital de Abertura e por este Regulamento.

Parágrafo único. O valor referente à taxa de inscrição preliminar não será devolvido em nenhuma hipótese, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

Art. 17. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2008.

Parágrafo único. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES

Seção I

Da composição, do quórum e dos impedimentos

Art. 18. O concurso desenvolver-se-á exclusivamente perante a Comissão de Concurso.

Art. 19. A Comissão de Concurso será composta de 05 (cinco) titulares, sendo 02 (dois) membros do tribunal, 01 (um) juiz federal de 1º grau, 01 (um) professor de faculdade de Direito oficial ou reconhecida e 01 (um) advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como pelos respectivos suplentes, nessa qualidade, cabendo a presidência ao Desembargador Federal Diretor da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (art. 366, § 1º, do Regimento Interno do TRF da 4ª Região).

§ 1º Os magistrados componentes da Comissão de Concurso, em cada etapa, salvo na prova oral, poderão afastar-se dos encargos jurisdicionais por até 15 (quinze) dias, prorrogáveis, para a elaboração das questões e para a correção das provas. O afastamento, no caso de membro do Tribunal, não alcançará as atribuições privativas do Tribunal Pleno ou do Órgão Especial.

§ 2º Os suplentes serão convocados automaticamente, ocorrendo vaga, impedimento ou falta eventual de integrantes da Comissão, e também poderão sê-lo para auxiliar nos seus encargos.

Art. 20. A Comissão de Concurso deliberará com a presença de, pelo menos, três integrantes, deliberando por maioria de votos, salvo nas hipóteses de atribuições de notas e julgamentos de recursos, quando se exigirá a presença de todos os seus componentes.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga, impedimento ou falta eventual de membro da Comissão de Concurso, considerar-se-á convocado, automaticamente, o respectivo suplente da classe do substituído. Se a vaga, o impedimento ou a falta eventual for do Presidente, suas atribuições serão exercidas pelo Desembargador Federal mais antigo, considerada a composição originária da Comissão de Concurso, seja qual for a antiguidade no Tribunal do suplente que vier a ser convocado.

Art. 21. O Presidente da Comissão de Concurso designará o Secretário da Comissão.

Parágrafo único. Serão lavradas atas das reuniões com indicação sintética dos assuntos tratados.

Art. 22. Na prova objetiva seletiva e nas provas escritas, a Comissão de Concurso será representada por órgão local de execução e fiscalização, constituído pelo Juiz Federal Diretor do Foro, que o presidirá, por 01 (um) Procurador da República e por 01 (um) Advogado (com seus respectivos suplentes), indicados, respectivamente, pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República e pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante designação pelo Tribunal.

Art. 23. Aplicam-se aos membros das Comissões os motivos de suspeição e de impedimento previstos nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil.

§ 1º Constituem também motivos de impedimento:

I - o exercício de magistério em cursos formais ou informais de preparação a concurso público para ingresso na magistratura, até 03 (três) anos após cessar a referida atividade;

II - a existência de servidores funcionalmente vinculados ao examinador ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida;

III - a participação societária, como administrador ou não, em cursos formais ou informais de preparação para ingresso na magistratura, até 03 (três) anos após cessar a referida atividade, ou o parentesco com pessoas nessas condições, até terceiro grau, em linha reta ou colateral.

§ 2º Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão de Concurso, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial.

Seção II

Das atribuições

Art. 24. Compete à Comissão de Concurso:

I - elaborar o edital de abertura do certame;

II - fixar o cronograma com as datas para realização de cada etapa;

III - receber e examinar os requerimentos de inscrição preliminar, deliberando sobre eles;

IV - emitir documentos;

V - prestar informações acerca do concurso;

VI - cadastrar os requerimentos de inscrição;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - homologar o resultado do curso de formação inicial;
VIII - aferir os títulos dos candidatos e atribuir-lhes nota;
IX - julgar os recursos interpostos pelos candidatos contra o indeferimento de inscrição preliminar, o gabarito da prova objetiva seletiva e a não aprovação ou não classificação nas provas escritas;
X - ordenar a convocação do candidato para comparecer em dia, hora e local indicados para a realização das provas;
XI - preparar e aplicar a prova objetiva seletiva;
XII - preparar, aplicar e corrigir as provas escritas;
XIII - arguir os candidatos submetidos à prova oral, de acordo com o ponto sorteado do programa, atribuindo-lhes notas;
XIV - julgar os recursos interpostos pelos candidatos;
XV - velar pela preservação do sigilo das provas escritas até a identificação da autoria, durante a realização da sessão pública;
XVI - apresentar a lista de aprovados ao Presidente do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
XVII - apreciar outras questões inerentes ao concurso.

CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

Art. 25. A inscrição preliminar deverá ser requerida ao Presidente da Comissão de Concurso do TRF da 4ª Região, conforme disposto nos incisos I e II, a seguir:

I - O candidato deverá preencher o formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, disponível no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs, a partir das 13 horas do dia 07 de abril de 2014 até as 18 horas do dia 06 de maio de 2014, horário de Brasília, lançando corretamente todos os dados solicitados, selecionando as Declarações que se adequarem ao seu caso e clicando no botão "Enviar Requerimento" para finalizar essa etapa do processo.

O candidato, ao preencher e enviar o formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, deverá declarar, sob as penas da lei:

1. que é cidadão brasileiro;

2. que é bacharel em Direito e atenderá, até a data da inscrição definitiva, a exigência de 03 (três) anos de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito;

3. que está ciente de que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado pelo Ministério da Educação, e a não comprovação da atividade jurídica, no ato da inscrição definitiva, acarretarão a sua exclusão do processo seletivo;

4. se for o caso, que é pessoa com deficiência e que carece - ou não - de atendimento especial nas provas, em conformidade com o Capítulo X deste Regulamento;

5. se for o caso, que é candidato comprovadamente sem recursos e que se enquadra no disposto no art. 17 do Regulamento e do subitem 2.4 do Edital de Abertura;

6. que aceita as demais regras pertinentes ao concurso consignadas neste Regulamento e no Edital de Abertura do XVI Concurso.

II - Após o envio dos dados do candidato por meio do formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, será gerada automaticamente uma página de confirmação de recebimento de dados com um link direcionando para a Guia de Recolhimento da União (GRU). Essa guia, no valor de R$ 190,00 (cento e noventa reais), constitui, quando devidamente autenticada ou acompanhada do respectivo comprovante de quitação, a única prova de pagamento da taxa de inscrição e deverá ser impressa e paga, impreterivelmente, até o dia 07 de maio de 2014, somente no Banco do Brasil.

Art. 26. Somente serão aceitos os requerimentos de inscrição preliminar encaminhados conforme o disposto no Regulamento e no Edital de Abertura do XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região (arts. 17, 25 e 73 deste Regulamento).

Art. 27. Concluído o prazo de inscrição preliminar, o Presidente da Comissão de Concurso expedirá edital com a relação dos candidatos cujas inscrições foram deferidas.

§ 1º A inscrição preliminar deferida habilita o candidato à prestação da prova objetiva seletiva.

§ 2º Caberá recurso à Comissão de Concurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos casos de indeferimento de inscrição preliminar.

Art. 28. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e das condições estabelecidas, das quais não poderá alegar desconhecimento.

CAPÍTULO IV
DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO
Seção I
Da prova objetiva seletiva

Art. 29. A prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de três blocos de questões (I, II e III), discriminados no Anexo I, vedada qualquer consulta.

Art. 30. As questões da prova objetiva seletiva serão formuladas de modo que, necessariamente, as respostas reflitam a posição doutrinária dominante ou a jurisprudência pacificada dos Tribunais Superiores.

Parágrafo único. A prova objetiva seletiva, com duração de 05 (cinco) horas, será composta de 100 (cem) questões, sendo 35 (trinta e cinco) questões para o bloco I, 35 (trinta e cinco) questões para o bloco II e 30 (trinta) questões para o bloco III.

Art. 31. O ingresso dos candidatos nas respectivas salas de aplicação das provas será permitido mediante a identificação pelo fiscal da sala com a conferência do documento de identidade do candidato, que deverá conter, necessariamente, foto recente.

Art. 32. Durante a realização da prova objetiva seletiva, não serão permitidos:

I - qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;

II - o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações;

III - o porte de arma.

§ 1º O candidato poderá ser submetido ao detector de metais durante a realização da prova.

§ 2º O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul indelével fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da inscrição e do documento de identidade original com foto recente.

Art. 33. Iniciada a prova e no curso desta, o candidato somente poderá ausentar-se acompanhado de um fiscal.

§ 1º É obrigatória a permanência do candidato no local por, no mínimo, 01 (uma) hora.

§ 2º Após o término da prova, o candidato não poderá retornar ao recinto em qualquer hipótese.

Art. 34. O candidato somente poderá apor seu número de inscrição, seu nome ou sua assinatura em lugar especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação da prova e consequente eliminação do concurso.

Art. 35. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial do seu nome, do seu número de inscrição e do número de seu documento de identidade.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da folha de respostas, conforme as especificações nela constantes, constituindo-se no único documento válido para a correção da prova, não sendo permitida a sua substituição em caso de marcação incorreta.

Art. 36. As questões objetivas serão agrupadas por disciplina e nos respectivos blocos, devidamente explicitados.

Parágrafo único. Se a questão for elaborada sob a forma de exame prévio de proposições corretas ou incorretas, constará, de cada uma das alternativas de resposta, expressa referência, em algarismos romanos, à assertiva ou às assertivas corretas, vedada qualquer resposta que não indique com precisão a resposta considerada exata.

Art. 37. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

Art. 38. Finda a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal da sala o caderno de questões e a folha de respostas devidamente preenchida.

Art. 39. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que:

I - não comparecer à prova;

II - for encontrado, durante a realização da prova, portando qualquer um dos objetos especificados no art. 84, mesmo que desligados ou sem uso;

III - for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas;

IV - não observar o disposto no art. 32.

Art. 40. O gabarito oficial da prova objetiva seletiva será publicado, no máximo, 03 (três) dias após a realização da prova, no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs.

§ 1º Nos 02 (dois) dias seguintes à publicação do gabarito da prova objetiva seletiva, o candidato que realizar a prova poderá ter vista da folha de respostas no Sistema de Consulta Online, em www.trf4.jus.br/concursojfs, e, em igual prazo, nesse mesmo endereço eletrônico, utilizando a ferramenta disponível no referido sistema, encaminhar recurso dirigido à Comissão de Concurso, não se admitindo nenhuma outra forma.

§ 2º Os recursos deverão ser motivados, não cabendo recurso da decisão da Comissão de Concurso que os apreciar. A fundamentação constitui pressuposto para o conhecimento do recurso, devendo o candidato ser claro, consistente e objetivo. Recurso inconsistente, intempestivo ou cujo teor desrespeite a Comissão de Concurso será, liminarmente, indeferido.

§ 3º Em caso de anulação de questão, ela será considerada correta para todos os candidatos.

§ 4° Em caso de erro material da publicação do gabarito, será procedida alteração do gabarito com a publicação da alternativa correta, reabrindo-se, neste caso, o prazo de 2 (dois) dias a contar da publicação, para interposição de recurso contra essa questão, no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs.

Art. 41. Será considerado habilitado, na prova objetiva seletiva, o candidato que obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de acertos das questões em cada bloco e a média final de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas dos três blocos.

Art. 42. Classificar-se-ão para a segunda etapa:

I - nos concursos com até 1.500 (mil e quinhentos) inscritos, os 200 (duzentos) candidatos que obtiverem as maiores notas após o julgamento dos recursos, nos termos dos arts. 40 e 41 deste Regulamento;

II - nos concursos que contarem com mais de 1.500 (mil e quinhentos) inscritos, os 300 (trezentos) candidatos que obtiverem as maiores notas após o julgamento dos recursos, nos termos dos arts. 40 e 41 deste Regulamento.

§ 1º Todos os candidatos empatados na última posição de classificação serão admitidos às provas escritas, mesmo que ultrapassado o limite previsto no caput.

§ 2º O redutor previsto nos incisos I e II não se aplica aos candidatos que concorram às vagas destinadas às pessoas com deficiência, as quais serão convocadas para a segunda etapa do certame, em lista específica, desde que tenham obtido a nota mínima exigida para todos os outros candidatos, sem prejuízo dos demais 200 (duzentos) ou 300 (trezentos) primeiros classificados, conforme o caso.

Art. 43. Apurados os resultados da prova objetiva seletiva e identificados os candidatos classificados, o Presidente da Comissão de Concurso fará publicar edital com a relação dos habilitados a se submeterem à segunda etapa do certame.

CAPÍTULO V
DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO
Seção I
Das provas

Art. 44. A segunda etapa do concurso será composta de 02 (duas) provas escritas, podendo haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, exposição de motivos, transcrições jurisprudenciais ou súmulas.

§ 1º As partes dos textos cuja consulta não é permitida deverão vir isoladas, por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização.

§ 2º Será permitida consulta a textos de legislação esparsa impressos em apenas uma face, desde que não ultrapassem 20 (vinte) folhas, em fonte Times New Roman, tamanho 12.

§ 3º Fica expressamente vedada a consulta a obras doutrinárias.

§ 4º Durante a realização das provas escritas, a Comissão de Concurso permanecerá reunida em local previamente divulgado, para dirimir dúvidas porventura suscitadas.

Art. 45. A primeira prova escrita será discursiva e consistirá em:

I - questões relativas a noções gerais de Direito e formação humanística, previstas no Anexo II;

II - questões sobre quaisquer pontos do programa específico do Anexo I.

Art. 46. A Comissão de Concurso deverá considerar, em cada questão, o conhecimento sobre o tema, a utilização correta do idioma oficial e a capacidade de exposição.

Art. 47. Serão utilizados na realização da segunda etapa do certame, no que couber, os procedimentos estabelecidos para a aplicação da prova objetiva seletiva, constantes da Seção I do Capítulo anterior.

Art. 48. A segunda prova escrita será prática de sentença, envolvendo temas jurídicos constantes do programa, e consistirá na elaboração, em dias sucessivos, de 02 (duas) sentenças, de natureza cível e criminal.

Parágrafo único. Em qualquer prova, considerar-se-á, também, o conhecimento do vernáculo.

Seção II
Dos procedimentos

Art. 49. Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o Presidente da Comissão de Concurso convocará, por edital, os candidatos aprovados na prova objetiva seletiva para realizarem as provas escritas em dia, hora e local determinados, nos termos do edital.

Art. 50. O tempo de duração de cada prova será de 04 (quatro) horas.

Art. 51. As provas escritas da segunda etapa do concurso realizar-se-ão em dias distintos, preferencialmente nos finais de semana.

Art. 52. As provas escritas serão manuscritas, com utilização de caneta fabricada em material transparente, de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.

§ 1º As questões serão entregues aos candidatos já impressas, não se permitindo esclarecimentos sobre o seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.

§ 2º As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação das provas escritas, que serão corrigidas sem qualquer identificação do nome do candidato. As folhas para rascunho no caderno de provas são de uso facultativo e não valerão para tal finalidade.

§ 3º Não haverá substituição das folhas de textos definitivos por erro do candidato.

§ 4º Nas provas escritas, é vedado ao candidato, sob pena de nulidade da prova, inserir no corpo delas seu nome, sua assinatura ou qualquer outra anotação ou sinal que o possa identificar.

§ 5º A correção das provas dar-se-á sem identificação do nome do candidato.

§ 6º A correção da prova prática de sentença dependerá da aprovação do candidato na prova discursiva.

Art. 53. A nota final de cada prova será atribuída entre 0 (zero) e 10 (dez).

§ 1º Na prova discursiva, exigir-se-á, para aprovação, nota mínima de 6 (seis), atribuindo-se a cada uma das quatro questões discursivas o valor máximo de 2,5 (dois e meio).

§ 2º Na prova de sentença, exigir-se-á, para aprovação, nota mínima de 6 (seis) em cada uma delas.

Art. 54. A identificação das provas e a divulgação das notas serão feitas pela Comissão de Concurso em sessão pública no Tribunal, para a qual serão convocados os candidatos, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mediante edital veiculado no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs.

Art. 55. Apurados os resultados, o Presidente da Comissão de Concurso mandará publicar edital no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs, contendo a relação dos aprovados.

§ 1º Nos 02 (dois) dias seguintes à publicação, o candidato poderá requerer vista da prova na Secretaria da Comissão de Concurso e, em igual prazo, poderá encaminhar recurso dirigido à Comissão de Concurso.

§ 2º Os recursos deverão ser motivados, não cabendo recurso da decisão da Comissão de Concurso que os apreciar. A fundamentação constitui pressuposto para o conhecimento do recurso, devendo o candidato ser claro, consistente e objetivo. Recurso inconsistente, intempestivo ou cujo teor desrespeite a Comissão de Concurso será, liminarmente, indeferido.

§ 3º Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão de Concurso por meio do endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs, utilizando-se a ferramenta disponível no referido sistema, não se admitindo nenhuma outra forma.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 56. Julgados os eventuais recursos, o Presidente da Comissão de Concurso fará publicar edital de convocação dos candidatos habilitados a requererem a inscrição definitiva, que deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos locais indicados. O edital deverá conter os pontos da prova oral.

CAPÍTULO VI

DA TERCEIRA ETAPA

Seção I

Da inscrição definitiva

Art. 57. Os candidatos aprovados nas provas escritas serão convocados, mediante edital, para requererem a inscrição definitiva no concurso público, no prazo de 15 (quinze) dias úteis e nos dias, horários e locais especificados no referido edital.

§ 1º Qualquer cidadão poderá representar contra os candidatos habilitados a requerer inscrição definitiva, até o término do prazo desta, assegurados o contraditório e a ampla defesa (cf. art. 57, parágrafo único, da Resolução nº 118, de 03 de agosto de 2010, do CNJ).

§ 2º A inscrição definitiva será solicitada ao Presidente do Conselho de Administração do Tribunal, mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs, no período determinado para tal.

I - Os candidatos deverão entregar, pessoalmente ou por procurador, na sede da Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região, sita na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300, Prédio Administrativo, 6º andar, ou encaminhar via Sedex, postados impreterivelmente até a data fixada no Edital, para a Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região, no endereço acima mencionado, CEP 90010-395, os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas de documento que comprove a cidadania brasileira e do CPF;

b) cópia autenticada de diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado pelo Ministério da Educação;

c) certidão ou declaração idônea que comprove haver completado, à data da inscrição definitiva, 3 (três) anos de atividade jurídica (efetivo exercício da advocacia ou de cargo, emprego ou função na área) exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito, mediante:

c.1) certidão expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, comprobatória do tempo de inscrição e do efetivo exercício, com a especificação de eventuais períodos de suspensão, impedimento ou outras causas de interrupção do exercício profissional; ou

c.2) certidão revestida de fé pública, expedida por órgão competente, comprobatória do exercício funcional relacionado a cargo para o qual se exija o diploma de bacharel em Direito, no caso de candidato servidor público em incompatibilidade com o exercício da advocacia; ou

c.3) certidão comprobatória do exercício de magistério jurídico superior; ou

c.4) certidão revestida de fé pública, comprobatória do exercício de outras atividades técnico-jurídicas;

d) cópia autenticada de documento que comprove a quitação de obrigações concernentes ao serviço militar, se do sexo masculino;

e) cópia autenticada de título de eleitor e de documento que comprove estar o candidato em dia com as obrigações eleitorais, ou certidão negativa da Justiça Eleitoral;

f) certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Militar dos lugares onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;

g) folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;

h) os títulos definidos no art. 66;

i) declaração assinada pelo candidato, com firma reconhecida, da qual conste nunca haver sido indiciado em inquérito policial ou processado criminalmente, ou, em caso contrário, notícia específica da ocorrência, acompanhada dos esclarecimentos pertinentes;

j) certidão da Ordem dos Advogados do Brasil com informação sobre a situação do candidato advogado perante a instituição;

k) declaração, em ordem cronológica, dos períodos de atuação como Magistrado, Membro do Ministério Público, Advogado ou titular de função técnico-jurídica, pública ou privada, com o local e a época de exercício de cada um desses cargos, assim como a indicação das principais autoridades com as quais serviu ou esteve em contato, inclusive com os seus endereços atuais e respectivos números de telefone.

§ 3º As certidões deverão ter sido expedidas com prazo inferior a 02 (dois) meses, contados do pedido de inscrição definitiva, salvo se houver informação de validade expressa no documento pelo órgão expedidor com outro prazo.

Art. 58. Considera-se atividade jurídica, para os efeitos do art. 57, § 2º, inc. I, alínea "c":

I - aquela exercida com exclusividade por bacharel em Direito;

II - o efetivo exercício de advocacia, inclusive voluntária, mediante a participação anual mínima em 05 (cinco) atos privativos de advogado (art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994), em causas ou questões distintas;

III - o exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico;

IV - o exercício da função de conciliador junto a tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, no mínimo, por 16 (dezesseis) horas mensais e durante um ano;

V - o exercício da atividade de mediação ou de arbitragem na composição de litígios;

§ 1º É vedada, para efeito de comprovação de atividade jurídica, a contagem do estágio acadêmico ou de qualquer outra atividade anterior à obtenção do grau de bacharel em Direito.

§ 2º A comprovação do tempo de atividade jurídica relativamente a cargos, empregos ou funções não privativos de bacharel em Direito será realizada mediante certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, indicando as respectivas atribuições e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, cabendo ao Conselho de Administração do Tribunal, em decisão fundamentada, analisar a validade do documento.

Seção II

Dos exames de sanidade física e mental e psicotécnico

Art. 59. O candidato aprovado nas provas escritas receberá da Secretaria da Comissão de Concurso instruções para submeter-se aos exames de saúde e psicotécnico.

§ 1º Os exames de saúde destinam-se a apurar as condições de higidez física e mental do candidato. O exame psicotécnico avaliará as condições psicológicas do candidato, devendo ser realizado por médico psiquiatra ou por psicólogo.

§ 2º O candidato fará os exames de saúde e psicotécnico com profissionais do próprio Tribunal, ou por ele contratados, que encaminharão laudo à Comissão de Concurso.

§ 3º Os exames de que trata o caput não poderão ser realizados por profissionais que tenham parente até o terceiro grau dentre os candidatos.

Seção III

Da sindicância da vida pregressa e da investigação social

Art. 60. O Presidente do Conselho de Administração encaminhará ao órgão competente do Tribunal os documentos mencionados no § 2º, inc. I, do art. 57, com exceção dos títulos, a fim de que se proceda à sindicância da vida pregressa e à investigação social dos candidatos.

Art. 61. O Presidente do Conselho de Administração poderá ordenar ou repetir diligências sobre a vida pregressa, a investigação social, os exames de saúde e o exame psicotécnico, bem como convocar o candidato para submeter-se a exames complementares.

§ 1º O Tribunal poderá, em situações excepcionais e devidamente justificadas, a critério do Presidente do Conselho de Administração, arcar com as despesas decorrentes do caput.

Seção IV

Do deferimento da inscrição definitiva e da convocação para prova oral

Art. 62. O Presidente da Comissão de Concurso fará publicar edital com a relação dos candidatos cuja inscrição definitiva haja sido deferida pelo Presidente do Conselho de Administração, ao tempo em que os convocará para a realização do sorteio dos pontos para a prova oral, bem como para a realização das arguições, na cidade de Porto Alegre, sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com a indicação de data, hora e local do sorteio e da realização da arguição para cada grupo em que forem distribuídos.

CAPÍTULO VII

DA QUARTA ETAPA

Art. 63. A prova oral será prestada em sessão pública, na presença de todos os membros da Comissão de Concurso, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato.

Parágrafo único. Haverá registro em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução.

Art. 64. Os temas e as disciplinas objeto da prova oral são os concernentes à segunda etapa do concurso (art. 45), cabendo à Comissão de Concurso agrupá-los, a seu critério, para efeito de sorteio, em programa específico.

§ 1º A Comissão de Concurso realizará, em sessão pública, o sorteio do ponto para cada grupo, com antecedência de vinte e quatro horas da prova.

§ 2º A arguição do candidato versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados ao ponto sorteado, cumprindo à Comissão avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

§ 3º Cada examinador disporá de até 15 (quinze) minutos para a arguição do candidato, atribuindo-lhe nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez). Durante a arguição, o candidato poderá consultar códigos ou legislação esparsa não comentados ou anotados, a critério da Comissão de Concurso.

§ 4º A nota final da prova oral será o resultado da média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores.

§ 5º Recolher-se-ão as notas em envelope, que será lacrado e rubricado pelos examinadores, imediatamente após o término da prova oral.

§ 6º Os resultados das provas orais serão divulgados e publicados pelo Presidente da Comissão de Concurso, no prazo fixado pelo edital.

§ 7º Considerar-se-ão aprovados e habilitados para a próxima etapa os candidatos que obtiverem nota não inferior a 6 (seis).

CAPÍTULO VIII

DA QUINTA ETAPA

Art. 65. Após a publicação do resultado da prova oral, a Comissão de Concurso avaliará os títulos dos candidatos aprovados.

§ 1º A comprovação dos títulos far-se-á no momento da inscrição definitiva, considerados, para efeito de pontuação, os obtidos até então.

§ 2º É ônus do candidato produzir prova documental idônea de cada título, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim.

Art. 66. Constituem títulos, com a seguinte pontuação:

I - exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito pelo período mínimo de 01 (um) ano:

a) Judicatura (Juiz): até 03 (três) anos - 2,0 pontos; acima de 03 (três) anos - 2,5 pontos;

b) Pretoria, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União, Procuradoria (Procurador) de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: até 03 (três) anos - 1,5 ponto; acima de 03 (três) anos - 2,0 pontos;

II - exercício do Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 5 (cinco) anos:

a) mediante admissão no corpo docente por concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos - 1,5 ponto;

b) mediante admissão no corpo docente sem concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos - 0,5 ponto;

III - exercício de outro cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito não previsto no inciso I, pelo período mínimo de 01 (um) ano:

a) mediante admissão por concurso: até 03 (três) anos - 0,5 ponto; acima de 03 (três) anos - 1,0 ponto;

b) mediante admissão sem concurso: até 03 (três) anos - 0,25 ponto; acima de 03 (três) anos - 0,5 ponto;

IV - exercício efetivo da advocacia pelo período mínimo de 03 (três) anos: até 05 (cinco) anos - 0,5 ponto; entre 05 (cinco) e 08 (oito) anos - 1,0 ponto; acima de 08 (oito) anos - 1,5 ponto;

V - aprovação em concurso público, desde que não tenha sido utilizado para pontuar no inciso I:

a) Judicatura (Juiz/Pretor), Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União, Procuradoria (Procurador) de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: 0,5 ponto;

b) outro concurso público para cargo, emprego ou função privativa de bacharel em Direito não constante do subitem V, "a": 0,25 ponto;

VI - diplomas em curso de Pós-Graduação:

a) Doutorado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - 2,0 pontos;

b) Mestrado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - 1,5 ponto;

c) Especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de trezentas e sessenta (360) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso: 0,5 ponto;

VII - graduação em qualquer curso superior reconhecido ou curso regular de preparação à Magistratura ou ao Ministério Público, com duração mínima de 01 (um) ano, carga horária mínima de 720 (setecentas e vinte) horas-aula, frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e nota de aproveitamento: 0,5 ponto;

VIII - curso de extensão sobre matéria jurídica de mais de cem (100) horas-aula, com nota de aproveitamento ou trabalho de conclusão de curso e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento): 0,25 ponto;

IX - publicação de obras jurídicas:

a) livro jurídico de autoria exclusiva do candidato com apreciável conteúdo jurídico: 0,75 ponto;

b) artigo ou trabalho publicado em obra jurídica coletiva ou revista jurídica especializada, com conselho editorial, de apreciável conteúdo jurídico: 0,25 ponto;

X - láurea universitária no curso de Bacharelado em Direito: 0,5 ponto;

XI - participação em banca examinadora de concurso público para o provimento de cargo de magistratura, Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública ou de cargo de docente em instituição pública de ensino superior: 0,75 ponto;

XII - exercício, no mínimo durante 01 (um) ano, das atribuições de conciliador nos juizados especiais, ou na prestação de assistência jurídica voluntária: 0,5 ponto.

§ 1º Os títulos deverão ser apresentados com índice e relação descritiva impressos, numerados, agrupados por espécie e ainda com a indicação do valor que, no entender do candidato, deve ser atribuído ao título, da seguinte forma:

I - os do item I, mediante certidão circunstanciada expedida pelo órgão competente, com especificação do período em que exerceu o cargo ou a função;

II - os do item II, mediante certidão circunstanciada com a especificação do cargo que exerce ou exerceu, a matéria lecionada e o respectivo período da efetiva atividade;

III - os do item III, mediante certidão circunstanciada expedida pelo órgão competente, com especificação do período em que exerceu o cargo ou a função privativa de bacharel em Direito;

IV - o do item IV, mediante certidão ou ata de audiência expedida pela Secretaria ou pelo Cartório do juízo, especificando a participação anual mínima em 05 (cinco) atos privativos de advogado (Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, art. 1º) em causas ou questões distintas, devidamente indicadas;

V - os do item V, mediante certidão que mencione a natureza das provas exigidas e as notas de aprovação;

VI - os do item VI, mediante histórico em que conste a carga horária cumprida e o aproveitamento; cópia autenticada do diploma ou certificado de conclusão do curso; quando for o caso, exemplar impresso de tese, dissertação ou monografia (trabalho final de curso) com a aprovação;

VII -o do item VII, mediante histórico em que conste a carga horária cumprida e o aproveitamento; cópia autenticada do diploma ou certificado de conclusão do curso; quando for o caso, exemplar impresso de monografia (trabalho final de curso) com a aprovação;

VIII - os do item VIII, mediante histórico em que conste a carga horária cumprida e o aproveitamento; cópia autenticada do diploma ou certificado de conclusão do curso; quando for o caso, exemplar impresso de monografia (trabalho final de curso) com a aprovação;

IX - os do item IX, mediante exemplar impresso de cada obra, comprovada a sua autenticidade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - o do item X, mediante certidão ou exibição do respectivo título;

XI - os do item XI, mediante certidão expedida pelo órgão competente, com especificação do ato de designação, da autoridade que o expediu, da(s) disciplina(s) examinada(s) pelo candidato e do início e do término do concurso;

XII - os do item XII, mediante certidão circunstanciada expedida pelo órgão competente, indicando a atividade e o respectivo período de exercício.

§ 2º A pontuação atribuída a cada título considera-se máxima, não sendo computado qualquer valor ao título apresentado quando outro título da mesma natureza já houver sido considerado na pontuação.

§ 3º De acordo com o gabarito previsto para cada título, os membros da Comissão de Concurso atribuirão ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo esta a nota máxima, ainda que a pontuação seja superior.

Art. 67. Não constituirão títulos:

I - a simples prova de desempenho de cargo público ou função eletiva;

II - trabalhos que não sejam de autoria exclusiva do candidato;

III - atestados de capacidade técnico-jurídica ou de boa conduta profissional;

IV - certificados de conclusão de cursos de qualquer natureza, quando a aprovação do candidato resultar de mera frequência;

V - trabalhos forenses (sentenças, pareceres, razões de recursos, etc.).

Art. 68. Nos 02 (dois) dias seguintes à publicação do resultado da avaliação dos títulos no Diário Oficial da União, o candidato poderá requerer vista e apresentar recurso.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS

Art. 69. O candidato poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do dia imediatamente seguinte ao da publicação do ato impugnado.

§ 1º É irretratável em sede recursal a nota atribuída na prova oral.

§ 2º O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso, nos locais determinados no edital, incumbindo-lhe, em 48 (quarenta e oito) horas, submetê-lo à Comissão de Concurso.

§ 3º O candidato identificará somente a petição de interposição, vedada qualquer identificação nas razões do recurso, sob pena de não conhecimento do recurso.

Art. 70. Os recursos interpostos serão protocolados após numeração aposta pela Secretaria, distribuindo-se à Comissão de Concurso somente as razões do recurso, retida a petição de interposição.

Parágrafo único. A fundamentação é pressuposto para o conhecimento do recurso, cabendo ao candidato, em caso de impugnar mais de uma questão da prova, expor seu pedido e respectivas razões de forma destacada para cada questão recorrida.

Art. 71. A Comissão, convocada especialmente para julgar os recursos, reunir-se-á em sessão pública e, por maioria de votos, decidirá pela manutenção ou pela reforma da decisão recorrida.

Parágrafo único. Cada recurso será distribuído por sorteio, alternadamente, a um dos membros da Comissão, que funcionará como relator, vedado o julgamento monocrático.

CAPÍTULO X

DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 72. As pessoas com deficiência que declararem tal condição no momento da inscrição preliminar terão reservados, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das vagas previstas no Edital de Abertura e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, vedado o arredondamento superior.

§ 1º Para efeitos de reserva de vaga, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se amoldam às categorias relacionadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

§ 2º A avaliação sobre a compatibilidade da deficiência com a função judicante deverá ser empreendida no estágio probatório a que se submeterá o candidato aprovado no certame.

Art. 73. Além das exigências comuns a todos os candidatos para a inscrição no concurso, o candidato com deficiência deverá, no ato de inscrição preliminar:

I - em campo próprio do formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, declarar a opção por concorrer às vagas destinadas a pessoas com deficiência, conforme edital, bem como enviar para a Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região (Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Edifício Desembargador Eli Goraieb, Prédio Administrativo - 6º andar - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS) cópia simples do CPF e atestado médico original ou em cópia autenticada em cartório que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou nível da deficiência de que é portador, a CID (Classificação Internacional de Doenças) e a provável causa dessa deficiência.

II - preencher outras exigências ou condições constantes do edital de abertura do concurso.

§ 1º A data de emissão do atestado médico referido no inciso I deste artigo deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de publicação do edital de abertura do concurso.

§ 2º A não apresentação, até o prazo estabelecido no Edital de Abertura do certame, de qualquer um dos documentos especificados no inciso I implicará o indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga de que trata o presente Capítulo, passando o candidato automaticamente a concorrer às vagas com os demais inscritos não portadores de deficiência, desde que preenchidos os outros requisitos previstos no edital.

Art. 74. O candidato com deficiência submeter-se-á, em dia e hora designados pela Comissão de Concurso, sempre antes da prova objetiva seletiva, à avaliação da Comissão Multiprofissional quanto à existência e à relevância da deficiência, para os fins previstos neste Regulamento.

§ 1º A Comissão Multiprofissional, designada pela Comissão de Concurso, será composta por 03 (três) médicos, 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil e 02 (dois) membros do Tribunal, cabendo ao mais antigo destes presidi-la.

§ 2º A Comissão Multiprofissional, necessariamente até 03 (três) dias antes da data fixada para a realização da prova objetiva seletiva, proferirá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como pessoa com deficiência e sobre os pedidos de condições especiais para a realização das provas.

§ 3º A seu juízo, a Comissão Multiprofissional poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada, os quais não terão direito a voto.

§ 4º Concluindo a Comissão Multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.

Art. 75. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 (sessenta) minutos.

§ 1º Os candidatos com deficiência que necessitarem de alguma condição ou atendimento especial para a realização das provas deverão indicá-la no momento do preenchimento do formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, descartada, em qualquer hipótese, a realização das provas em local distinto daquele indicado no edital.

§ 2º Adotar-se-ão todas as providências que se façam necessárias a permitir o fácil acesso de candidatos com deficiência aos locais de realização das provas, bem como durante o curso de formação e o estágio probatório, sendo de responsabilidade daqueles, entretanto, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à elaboração das provas, previamente autorizados pelo Tribunal.

Art. 76. A cada etapa a Comissão de Concurso fará publicar, além da lista geral de aprovados, listagem composta exclusivamente dos candidatos com deficiência que alcançarem a nota mínima exigida.

Parágrafo único. As vagas não preenchidas reservadas aos candidatos com deficiência serão aproveitadas pelos demais candidatos habilitados, em estrita observância da ordem de classificação no concurso.

Art. 77. A classificação de candidatos com deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

Art. 78. A publicação do resultado final do concurso será feita em 02 (duas) listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a de pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos, os quais serão chamados na ordem das vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Art. 79. O grau de deficiência de que for portador o candidato ao ingressar na magistratura não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80. As sessões públicas para identificação e divulgação dos resultados das provas serão realizadas na sede do Tribunal.

Art. 81. Não haverá, sob nenhum pretexto:

I - devolução de taxa de inscrição em caso de desistência voluntária;

II - publicação das razões de indeferimento de inscrição e de eliminação de candidato.

Art. 82. Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso de que trata este Regulamento, tais como gastos com documentação, material, exames, viagem, alimentação, alojamento, transporte ou ressarcimento de outras despesas.

Art. 83. O Tribunal suportará as despesas da realização do concurso.

Art. 84. Durante a realização das provas, o candidato, sob pena de eliminação, não poderá utilizar-se de telefone celular, pager ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive tablets, palms ou similares e máquina datilográfica dotada de memória ou não.

Art. 85. As embalagens contendo os cadernos de provas, preparados para aplicação, serão lacradas e rubricadas pela Secretária do Concurso.

Art. 86. A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre dos malotes, mediante termo formal e na presença de, no mínimo, 02 (dois) candidatos, nos locais de realização da prova.

Art. 87. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas fixadas para o concurso contidas neste regulamento, nos editais, nos comunicados e em outros atos a serem publicados.

Art. 88. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico Administrativo da Justiça Federal da 4ª Região e/ou na Internet, no endereço eletrônico www.trf4.jus.br/concursojfs.

Art. 89. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horário de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do art. 88.

Art. 90. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, portando seu comprovante de inscrição e o documento de identidade original.

Art. 91. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação, no modelo com foto.

Art. 92. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira nacional de habilitação sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, tampouco documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

Art. 93. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

Art. 94. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no art. 91 deste Regulamento, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do concurso público.

Art. 95. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de imagens, de assinaturas e/ou de impressão digital em formulário próprio.

Art. 96. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

Art. 97. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

Art. 98. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

Art. 99. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

Art. 100. A inobservância do artigo anterior (art. 99) acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no concurso público.

Art. 101. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em nenhuma hipótese.

Art. 102. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização:

I - for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

II - utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou se comunicar com outro candidato;

III -for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bipe/pager, telefone celular, reprodutor analógico ou digital de áudio e vídeo (como tocador de MP3, MP4 e/ou MP5), agenda eletrônica, notebook, netbook, tablet, leitor de livros digitais (e-reader), palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha;

IV -faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

V - fizer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

VI -não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

VII - afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

VIII - ausentar-se da sala a qualquer tempo portando folha de respostas e/ou de texto definitivo;

IX - descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas e/ ou nas folhas de texto definitivo;

X -perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

XI - utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;

XII - não permitir a coleta de sua assinatura.

Art. 103. Também ocorrerá a eliminação do candidato que:

I -for considerado inapto na terceira etapa;

II - não comparecer à realização de qualquer das provas (objetiva seletiva, escritas e oral), no dia, na hora e no local determinados pela Comissão de Concurso, munido de documento oficial de identificação com foto recente.

Art. 104. É vedado ao candidato assistir à sessão pública da prova oral antes de sua arguição.

Art. 105. Durante as provas orais, é vedado à assistência fazer anotações ou gravações por quaisquer meios.

Art. 106. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, seu telefone e seu endereço de correio eletrônico perante a Comissão de Concurso enquanto estiver participando do certame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

Art. 107. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso.

Art. 108. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

BLOCOS DE DISCIPLINAS PARA AS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA SELETIVA DA JUSTIÇA FEDERAL

BLOCO UM

Direito Constitucional
Direito Previdenciário
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Econômico e de Proteção ao Consumidor

BLOCO DOIS

Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito Empresarial
Direito Financeiro e Tributário

BLOCO TRÊS

Direito Administrativo
Direito Ambiental
Direito Internacional Público e Privado

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Poder constituinte: originário e derivado. Direitos Humanos. Hermenêutica constitucional. O constitucionalismo brasileiro. A ordem constitucional vigente. Emendas à Constituição. Disposições gerais e transitórias. República e federação no Direito Constitucional em geral. Sistema brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente.

2.Os Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados-membros, no Distrito Federal e nos Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios.

3.Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo. Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.

4.Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar, poder regulador e agências administrativas. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional.

5.Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. O princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual e a direito coletivo. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. O Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

6.O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

7.Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Administração Púbica. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas.

8.Da defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma.

9.Processo eleitoral. Plebiscito.Referendum. Iniciativa popular. Direitos e garantias individuais. O rol da Constituição brasileira. Direitos explícitos e implícitos. Classificação dos direitos explícitos. Abuso de direito individual ou político.

10.Direito de propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação judicial. Usucapião. Regime das jazidas. Direito urbanístico. Ordem Econômica. Princípios. Intervenção no domínio econômico. Formas e limites de intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Empresa pública e sociedade de economia mista. Da comunicação social. O planejamento na ordem constitucional. Os direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Família, Educação e Cultura. Da Ciência e da Tecnologia. Da criança, do adolescente e do idoso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo - constitucionais e legais, explícitos e implícitos. A reforma do Estado brasileiro. Os quatro setores e suas características. A publicização do terceiro setor (as organizações sociais e as OSCIPS).

2.Administração Direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime); Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Principais características de cada uma e regime jurídico. O regime das subsidiárias. Direito Administrativo Econômico. As formas de intervenção do Estado. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas.

3.Direito Administrativo Regulador. Agências: Reguladoras e Executivas. O regime jurídico das Agências Reguladoras: natureza jurídica, características, contrato de gestão, pessoal e poder normativo. A concessão de serviços. Conceito, características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. As permissões e autorizações. As parcerias da Administração Pública. Parcerias público-privadas.

4.Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. Fundamentos e requisitos constitucionais para as desapropriações. Espécies de desapropriações. Desapropriações por utilidade ou necessidade pública ou por interesse social, desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária. O art. 243 da CF/88. Retrocessão. Desapropriação indireta. Procedimento expropriatório.

5.Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Conceito e teorias. A responsabilidade por ação e por omissão. Evolução histórica no Direito brasileiro. Elementos. A reparação do dano. Ação regressiva e litisconsórcio. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.

6.Servidores públicos. Regime constitucional. Regimes jurídicos: o servidor estatutário e o empregado público. Cargos e Funções. Direitos e deveres dos servidores estatutários. Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O novo regime previdenciário. O sistema de previdência complementar. Regime e processo disciplinar.

7.Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Improbidade administrativa.

8.Licitações. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. O registro de preços. Contratos administrativos: conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos.

9.Poder regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/88 quanto aos limites do poder regulamentar. Poder de polícia. Conceito. Características. Origem e função. Limites, extensão e controle. Poder de polícia e regulação. Distinções.

10.Domínio público. Conceito. Bens públicos. Conceito e características, regime e espécies. Regime jurídico dos recursos minerais. Terras devolutas. Terrenos de marinha e seus acrescidos.

11.Sistema Financeiro de Habitação.

DIREITO PENAL

1.Introdução ao Direito Penal. Conceito, caracteres e função do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e política criminal. Criminologia. Crimes contra a pessoa. Crimes de Imprensa. Crimes de manipulação genética. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial: crimes contra a propriedade intelectual e crimes contra o privilégio de invenção, contra as marcas e patentes e de concorrência desleal.

2.A lei penal: características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Crimes de abuso de autoridade. Crimes nas licitações e contratos da Administração Pública.

3.Teoria geral do crime: conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Erro. Concurso de crimes e crime continuado. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes (Código Penal). Crime de corrupção de menores. Crimes contra a criança e o adolescente. Crimes contra a família. Estatuto do Idoso. Crimes de produção, uso e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

4.Concurso de agentes: autoria e participação. Conduta delituosa. Resultado. Relação de causalidade. Imputação. Direitos humanos. Crimes de genocídio. Crime contra o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Crimes contra os índios. Crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Crimes contra portadores de deficiência física. Crimes de tortura. Crimes contra a fé pública.

5.Teoria do tipo. O tipo do crime doloso e o tipo do crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e crimes omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade.Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes hediondos.

6.Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal; e exercício regular de direito. Crimes na exploração e na utilização de energia nuclear. Crimes contra a segurança nacional. Crimes relativos a minas terrestres antipessoais. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

7.Teoria geral da culpabilidade: fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Crimes contra o serviço postal e o serviço de telegrama. Crimes contra os serviços de telecomunicações. Infrações penais no estatuto do estrangeiro. Crimes contra a seguridade social.

8.Direito Penal e Constituição. A parte especial do Código Penal e os crimes em espécie. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. A proteção de acusados ou condenados colaboradores. Crimes contra o sistema financeiro. Crimes contra o mercado de capitais.

9.Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Os fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes na direção de veículos automotores. Crimes contra a paz pública. Ações praticadas por organizações criminosas. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Armas de fogo.

10.Direito Penal Econômico. Bem jurídico supraindividual. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a economia popular. Crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor. Crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo. Crimes contra a ordem econômica e o Sistema de Estoques de Combustíveis.

11.Lei de Entorpecentes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Normas das convenções e dos tratados de Direito Internacional relativos ao Processo Penal e tratados bilaterais de auxílio direto. Convenção da ONU contra a corrupção. Cooperação Internacional - tratados bilaterais celebrados pelo Brasil em matéria penal.

2.Persecução penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Curador do réu menor. Auxiliares da justiça. Assistentes. Peritos e intérpretes. Serventuários da justiça. Impedimentos e suspeições. Instrumentos legais de obtenção de prova: delação premiada, infiltração de agente policial em organizações criminosas, ação controlada.

3.Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, do STJ e do STF.Perpetuatio jurisdictionis.Conflito de competência. Procedimento da ação penal originária nos tribunais. Julgamento por colegiado de juízes (Lei nº 12.694/2012): competências e estrutura de funcionamento.

4.Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento. Alienação antecipada de bens. Provas. Procedimento probatório. Classificação. Prova testemunhal. Documental. Material. Ônus. Presunções. Indícios. Valoração. Provas ilícitas.

5.Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimentos: crimes apenados com reclusão, crimes apenados com detenção, contravenções, crimes de abuso de autoridade, crimes de responsabilidade, crimes contra o meio ambiente, entorpecentes, crimes contra a economia popular, crimes de imprensa, crimes contra o sistema financeiro nacional, homicídio e lesão corporal culposos, júri, crimes contra a honra. Os Juizados Especiais Federais Criminais - aplicação na Justiça Federal. Atos processuais. Forma. Lugar. Tempo. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Comunicações, forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia. Fixação da pena. Nulidades.

6.Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de pronúncia, decorrente de sentença. Medidas cautelares diversas da prisão. Princípio da necessidade, prisão especial, prisão albergue, prisão domiciliar e liberdade provisória. Fiança. Execução das penas e das medidas de segurança. Execução penal: evolução e regressão, regimes de cumprimento da pena e incidentes; suspensão condicional da pena; livramento condicional; graça; indulto; anistia; reabilitação. Incidentes da execução. Remição. Inclusão e transferência de presos para presídios federais.

7.Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradição. Expulsão. Deportação. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Recurso especial e extraordinário. Agravo em execução penal. Coisa julgada. Revisão criminal.

8.Nulidades. Rol legal. Súmulas dos Tribunais Superiores.Habeas corpus. Competência. Natureza jurídica. Cabimento. Requisitos. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Mandado de segurança em matéria penal. Cautelar em matéria penal.

9.Juizados Especiais Federais Penais. O Conciliador. Quebra de sigilo: requisitos e limites. Quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados. Interceptações de comunicação.

10.Processo nos crimes de abuso de autoridade, de entorpecentes, de falência, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra.

DIREITO CIVIL

1.Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais: personalidade e capacidade, direitos da personalidade, morte presumida, ausência, tutela, curatela. Pessoas jurídicas: conceito, classificação, registro, administração, desconsideração da personalidade jurídica, associações, fundações.

2.Domicílio. Bens. Negócios jurídicos: conceito. Representação. Condição. Termo. Encargo. Defeitos. Invalidade. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

3.Prescrição e decadência. Prova.

4.Obrigações: conceito. Elementos constitutivos. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e extinção. Inadimplemento.

5.Contratos em geral: teoria geral dos contratos. Princípios. Elementos constitutivos. Pressupostos de validade. Revisão. Extinção.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.Contratos em espécie: compra e venda. Permuta. Contrato Estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais: promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.

7.Responsabilidade civil. Elementos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade por fato da coisa. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil. Dano moral e material. Indenização.

8.Posse. Definição. Natureza jurídica. Classificação de posse. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Composse. Proteção possessória. Perda da posse. Propriedade. Definição. Elementos. Classificação. Extensão da propriedade. Restrições à propriedade. Aquisição ou constituição da propriedade. Propriedade imóvel. Propriedade móvel. Propriedade resolúvel e fiduciária. Perda da propriedade móvel e imóvel. Função social da propriedade. Política agrícola e reforma agrária.

9.Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor. Hipoteca. Registros públicos. Estatuto da Terra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária, princípios, estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça), equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional propriamente dita (controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, respectivos conceitos, natureza, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento); jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos (habeas corpusno processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança,habeas data, ação popular, ação civil pública), respectivos conceitos, naturezas, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.

2.Competência: conceito, critérios de distribuição, espécies; identificação do foro competente; modificações (conexão, continência, prevenção),perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Ação: classificação das ações e critérios identificadores. Defesa: natureza, conceito, espécies; sua inserção entre as bases fundamentais do Direito Processual. Processo: natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão e fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.

3.Sujeitos do processo: o juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição; parte e respectivos conceitos material e processual, espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária; sujeitos especiais do processo; o Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição; a advocacia, privada e estatal, inclusive a defensoria pública. Deveres das partes, seus procuradores e demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica. Litisconsórcio: conceito, espécies, a problemática da unitariedade e da necessariedade. Intervenção de terceiros: conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide, chamamento ao processo) e atípicas, conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais. Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo. Procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário); procedimentos especiais. Ato processual: conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação e convalidação); prazos (classificação e modos de contagem); fases procedimentais.

4.Fase postulatória: inicial, requisitos, pedido (alteração, aditamento, cumulação); pedidos alternativo e sucessivo; resposta (contestação, reconvenção, exceções); ação declaratória incidental; razões finais. Fase instrutória: conceito e características; prova: conceito, sistemas, ônus e sua distribuição, princípios aplicáveis ao tema; a vedação constitucional das provas ilícitas; classificação dos meios probatórios. Meios de prova em espécie (depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia, inspeção), natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, procedimentos respectivos, incidentes. Fase decisória: sentença, natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, eficácia natural e autoridade. Coisa julgada: natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos. Desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória: conceito, natureza, cabimento, condições específicas, juízos rescindente e rescisório, aspectos competenciais, procedimento, tutela de urgência na hipótese; a relativização da coisa julgada. Processo nos tribunais. Coisa julgada inconstitucional.

5.Recursos: natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória. Recursos em espécie (apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência): natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazos, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas.

6.Execução: natureza, conceito e espécies; execução de títulos judiciais e extrajudiciais, princípios, pressupostos, condições, regras gerais; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo, seus detalhes procedimentais (instrução, penhora, avaliação, arrematação, satisfação, pagamento, adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, remissão e remição); liquidação; a defesa na execução, exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução. Cumprimento de sentença. Processo sincrético.

7.Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias.

8.Tutela jurídica e tutela jurisdicional, tutela processual e tutela satisfativa, tutela inicial e final; tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade; antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites; tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; poder geral de cautela; cautelares inominadas, pressupostos, espécies, procedimento cautelar; cautelares nominadas (arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado), detalhes, procedimento.

9.Procedimentos especiais: visão geral, características, procedimentos especiais de jurisdição voluntária (incluída a discussão sobre a real natureza dessa espécie jurisdicional) e de jurisdição contenciosa; tipos codificados (consignação em pagamento; tutela interdital e não interdital da posse: interdito proibitório, ações de manutenção e reintegração de posse, embargos de terceiro, usucapião; a problemática do confronto entre ações petitórias e possessórias; ação monitória) e não codificados (desapropriação, ação de improbidade, reclamação constitucional), natureza e conceito de cada um, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais.

10.Juizados Especiais Cíveis: caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o sistema processual geral; especificidades, diferenciações e semelhanças entre os Juizados Estaduais e Federais; estrutura orgânica (Juizados, Turmas Recursais, Turmas de Uniformização Regionais e Turma Nacional), princípios, características, espécies, competência (inclusive a real natureza desta e a discussão sobre possível descompasso entre o critério constitucional e o legal); procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, execução, questões controvertidas, possibilidade de utilização, dentro dos Juizados, de meios processuais que não lhes são específicos (p. ex., mandado de segurança, procedimentos de jurisdição voluntária, etc.).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1.Seguridade. Natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de Seguridade.

2.Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda.

3.Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência. Distinções.

4.Previdência Social Rural e Previdência Social Privada. Regimes especiais. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência complementar.

5.Custeio. Salário de contribuição. Limites. Reajustes.

6.Prestação. Carência. Benefícios. Renda Mensal Inicial. Aposentadorias, auxílios e pensões. Prescrição.

7.Cálculo de benefícios. Valores mínimo e máximo. Reajustes, revisões e valor real.

8.Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social.

9.Contribuições sociais. Natureza e espécies.

10.Ação previdenciária. Justificação. Tempo de serviço e tempo de contribuição. Juizado Especial Federal: questões previdenciárias.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1.Atividade Financeira do Estado. Finanças públicas na Constituição de 1988.

2.Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos.

3.Despesa pública. Conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios.

4.Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas.

5.Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária. Crédito público. Conceito. Dívida pública: conceito.

6.O Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. A repartição de competências na federação brasileira. Delegação de arrecadação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Legislação sobre o Sistema Tributário Brasileiro. Definição de tributo. Espécies de tributos.

7.Competência tributária plena. Indelegabilidade da competência. Não exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Princípios da legalidade e da tipicidade. Princípio da anualidade. Proibição de tributos interlocais. Imunidade e isenção. Uniformidade tributária. Tributação das concessionárias. Sociedades mistas e fundações. Imunidade recíproca. Extensão da imunidade às autarquias.

8.Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior. Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF). Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).

9.Imposto de renda. Regimes jurídicos. Imposto de renda pessoas jurídicas. Imposto de renda pessoas físicas.

10.Fato gerador. Taxas e preços públicos. Taxas contratuais e facultativas. Contribuições para a Seguridade Social. Contribuição sobre o lucro, o faturamento/receita e a folha. O regime do PIS e da COFINS. A CIDE e o seu regime. Empréstimo compulsório. As limitações constitucionais do empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988.

11.Fontes do Direito Tributário. Conceito de fonte. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Conceito. Lei, Tratados e Convenções Internacionais. Normas Complementares. Leis Complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração da Legislação Tributária. Tratados internacionais e legislação interna. A perda de eficácia dos tratados. Os tratados sobre matéria tributária e o art. 98 do CTN. Vigência do tratado.

12.Obrigação principal e acessória: fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade por infrações.

13.Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão do crédito tributário.

14.Extinção do crédito tributário. Pagamento. Compensação. Restituição. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Conversão do depósito em renda. Consignação em pagamento. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Restituição do tributo transferido. Restituição de juros e multas. Correção monetária. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário.

15.Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de consignação em pagamento.

16.Administração Tributária. Procedimento fiscal. Sigilo fiscal e prestação de informações. Dívida ativa. Certidões e cadastro.

DIREITO AMBIENTAL

1.Direito Ambiental. Conceito. Objeto. Princípios fundamentais.

2.O Direito Ambiental como Direito Econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental.

3.Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.

4.Repartição de competências em matéria ambiental.

5.Zoneamento ambiental. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza.

6.Poder de polícia e Direito Ambiental. Licenciamento ambiental. Biossegurança. Infrações ambientais.

7.Responsabilidade ambiental. Conceito de dano. A reparação do dano ambiental.

8.Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.

9.Estudo de impacto ambiental. Conceito. Competências. Natureza jurídica. Requisitos.

10.Biodiversidade. Principais instrumentos de proteção internacional. Acesso. Política nacional. Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado.

11.Proteção às florestas.

12.Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.

13.Modificação dos genes pelo homem e meio ambiente.

14.Proteção química das culturas e meio ambiente.

15.Produtos tóxicos. Controle. Transporte.

16.Recursos hídricos.

17.Mineração.

18.Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente: Poder Judiciário, Ministério Público e Administração Pública.

19.Política energética e meio ambiente.

20.Os indígenas e as suas terras.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

1.Direito Internacional Público. Conceito. Fontes. Princípios.

2.Atos Internacionais. Tratado. Conceito. Validade. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro e publicidade. Vigência contemporânea e diferida. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito entre tratado e norma de Direito Interno. Extinção.

3.Atos internacionais. Convenção. Acordos. Ajuste. Protocolo.

4.Personalidade internacional. Estado. Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas.

5.Personalidade internacional. Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies.

6.Personalidade internacional. População. Nacionalidade. Princípios. Normas. Tratados multilaterais. Estatuto da igualdade.

7.Personalidade internacional. Estrangeiros. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradição. Conceito. Fundamento jurídico. Reciprocidade e controle jurisdicional. Asilo político. Conceito. Natureza e disciplina.

8.Personalidade internacional. Pessoa jurídica. Conceito de nacionalidade. Teorias e legislação. Empresas binacionais.

9.Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. Noções gerais.

10.Conflitos internacionais. Meios de solução: diplomáticos, políticos e jurisdicionais. Cortes internacionais.

11.Direito Comunitário. Formas de integração. Mercado Comum do Sul. Características. Elementos institucionais. Tratado de Assunção. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Olivos. Protocolo de Las Leñas. Autoridades centrais.

12.Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Alto-mar. Rios internacionais.

13.Domínio público internacional. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves. Espaço extra-atmosférico.

14.Direito Internacional Privado brasileiro. Fontes. Conflito de leis no espaço. Normas indiretas. Qualificação prévia. Elemento de conexão. Reenvio. Prova. Direito estrangeiro. Interpretação. Aplicação. Exceções à aplicação.

15.Responsabilidade internacional. Ato ilícito. Imputabilidade. Dano. Formas e extensão da Reparação.

16.Processo internacional. Competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro. Cartas rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17.Contratos internacionais. Cláusulas típicas.

18.Métodos de solução alternativa de controvérsias. Arbitragem.

19.Prestação de alimentos. Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no estrangeiro. Decreto Legislativo n. 10/58 e Decreto n. 56.826/65. Noções gerais. Competência da Justiça Federal. Hipóteses. Procedimento.

20. Tribunal Penal Internacional. Evolução histórica. Competência. Procedimento. Natureza das decisões. Delitos internacionais.

DIREITO EMPRESARIAL

1.Direito Comercial: origem. Evolução histórica. Autonomia. Fontes. Características. Empresário: caracterização. Inscrição. Capacidade. Teoria da empresa e seus perfis.

2.Teoria geral dos títulos de créditos. Títulos de créditos: letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais.

3.Espécies de empresa. A responsabilidade dos sócios. A distribuição de lucros. O sócio oculto. Segredo comercial.

4.Teoria geral do Direito Societário: conceito de sociedade. Personalização da sociedade. Classificação das sociedades. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperada, sociedades coligadas. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização.

5.Sociedade Limitada. Sociedade Anônima.

6.Estabelecimento empresarial. Institutos complementares do Direito Empresarial: registro, nome, prepostos, escrituração, propriedade industrial.

7.Contratos empresariais: compra e venda mercantil. Comissão. Representação comercial. Concessão comercial. Franquia (franchising). Distribuição. Alienação fiduciária em garantia. Faturização (factoring). Arrendamento mercantil (leasing). Cartão de crédito.

8.Contratos bancários: depósito bancário. Conta-corrente. Aplicação financeira. Mútuo bancário. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário.

9.Sistema Financeiro Nacional: Constituição. Competência de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Sistema Financeiro da Habitação.

10.Recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

11.Propriedade industrial. Noções gerais. Regime jurídico. Invenção. Desenho industrial. Modelo de utilidade. Marca.

12.A relação de consumo no Direito do Espaço Virtual. Comércio eletrônico.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

1.Constituição Econômica Brasileira. Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. Tipologia dos sistemas econômicos.

2.Ordem jurídico-econômica.

3.Conceito. Ordem econômica e regime político.

4.Sujeitos econômicos.

5.Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção. Intervenção no direito positivo brasileiro.

6.Lei Antitruste. Disciplina jurídica da concorrência empresarial. Princípios. Infrações contra a ordem econômica. Concorrência ilícita e desleal. Repressão do poder econômico pelo Estado. Abuso do poder econômico. Práticas desleais de comércio:dumping. Disciplina das medidas de salvaguarda.

7.Mercosul. Gatt. OMC. Instrumentos de defesa comercial.

8.Direito do Consumidor. Elementos integrantes da relação jurídica de consumo. Sujeitos: conceitos de consumidor e de fornecedor. Objetos: conceito de produto e de serviço. Vínculo: conceito de oferta e de mercado de consumo.

9. As principais atividades empresariais e sua relação com o regime jurídico das relações de consumo: os serviços púbicos, a atividade bancária, a atividade securitária, a atividade imobiliária, a atividade do transportador aéreo, os consórcios.

ANEXO II

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

A) SOCIOLOGIA DO DIREITO

1.Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.

2.Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e o Direito.

3.Direito, Comunicação Social e opinião pública.

4.Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.

B) PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

1.Psicologia e comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

2.Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

3.Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

4.O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

C) ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

1.Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

2.Direitos e deveres funcionais da magistratura.

3.Código de Ética da Magistratura Nacional.

4.Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

5.Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

6.Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

D) FILOSOFIA DO DIREITO

1.O conceito de justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

2.O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.

3.A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

E) TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

1.Direito objetivo e direito subjetivo.

2.Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula Vinculante.

3.Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito Brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

4.O conceito de Política. Política e Direito.

5.Ideologias.

6.A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 416, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, combinado com o art. 4º da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 10, de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito suplementar no valor de R$ 116.512.689,00 (Cento e dezesseis milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e oitenta nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 116.512.689,00 (Cento e dezesseis milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e oitenta nove reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DACIO VIEIRA

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							116.506.897
		ATIVIDADES							
02 122	0567 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							98.013.699
02 122	0567 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	98.013.699
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							6.000.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	F	3	2	90	0	100	6.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0567 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							12.493.198
02 122	0567 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	12.493.198
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							5.792
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 274	0909 0536	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							5.792
09 274	0909 0536 0053	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	5.792
TOTAL - FISCAL									116.506.897
TOTAL - SEGURIDADE									5.792
TOTAL - GERAL									116.512.689

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							6.005.792
		ATIVIDADES							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							6.005.792
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	6.005.792
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							110.506.897

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações								12.493.198
28 846	0909 00H7 0053	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100		12.493.198
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações								98.013.699
28 846	0909 0C04 0053	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100		98.013.699
TOTAL - FISCAL										116.512.689
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										116.512.689

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 268, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 18 de março de 2014, resolve:

Art. 1º - O inciso V do art. 1º da Resolução CONFEF nº 182, de 06 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - [...]

[...]

V - Documento da instituição de ensino superior indicando a data de autorização e/ou reconhecimento do curso, a data de ingresso e conclusão do referido curso, bem como a base legal do respectivo curso de Educação Física;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Acórdão n° 319 de 18 de março de 2014, publicado no DOU nº. 59, de 27/03/2014, Seção 1, páginas 130 e 131, no primeiro parágrafo do DISPOSITIVO onde se lê: CONSELHO FEDERAL DE FISITERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 7ª REGIÃO, leia-se CONSELHO REGIONAL DE FISITERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 7ª REGIÃO. E no segundo parágrafo onde se lê: "31/03/2013", Leia-se: "31/03/2014".

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, nos termos do art. 100, III, do Regulamento Geral da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), convoca Sessão Extraordinária do Conselho Pleno, a ser realizada no dia sete de abril de dois mil e quatorze, a partir das dezoito horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 3º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, quando será julgado o seguinte processo, incluído em pauta, ficando os interessados notificados: Medida Cautelar n. 49.0000.2014.003139-0/COP. Origem: Diretoria do Conselho Federal da OAB. Memorando n. 036/2014-GPR. Assunto: Representações. Pedido de Intervenção. Medida Cautelar. Requerimentos. Liminar. Art. 81, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Requerentes: Advogados Aldivino Antônio de Souza Neto OAB/MS 7828; André Luís Xavier Machado OAB/MS 7676; André Stuart Santos OAB/MS 10637; André Vicentin Ferreira OAB/MS 11146-B; Ary Raghiant Neto OAB/MS 5449; Carlos Alberto de Jesus Marques OAB/MS 4862; Carmelino de Arruda Rezende OAB/MS 723; Cleiry Antônio Ávila OAB/MS 6090; Denner de Barros Mascarenhas Barbosa OAB/MS 6835; Elenice Pereira Carille OAB/MS 1214; Evandro Ferreira de Viana Bandeira OAB/MS 1861-B; Felipe Cazuo Azuma OAB/MS 11327-A; Geraldo Escobar Pinheiro OAB/MS 2201; Jayme Neves Neto OAB/MS 11484; José Sebastião Espíndola OAB/MS 4114; Jully Heyder da Cunha Souza OAB/MS 8626; Leonardo Avelino Duarte OAB/MS 7675; Luiz Henrique de Lima Gusmão OAB/MS 10717; Márcio Antônio Torres Filho OAB/MS 7146; Marcio Ricardo Gardiano Rodrigues OAB/MS 7527-B; Marco Túlio Murano Garcia OAB/MS 6322; Mônica Barros Reis OAB/MS 4694; Rachel de Paula Magrini OAB/MS 8673; Vladimir Rossi Lourenço OAB/MS 3674; Wellington Morais Salazar OAB/MS 9414. Requerido: Presidente da OAB/Mato Grosso do Sul Júlio Cesar Souza Rodrigues OAB/MS 4869. Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC).

Brasília, 27 de março de 2014.
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

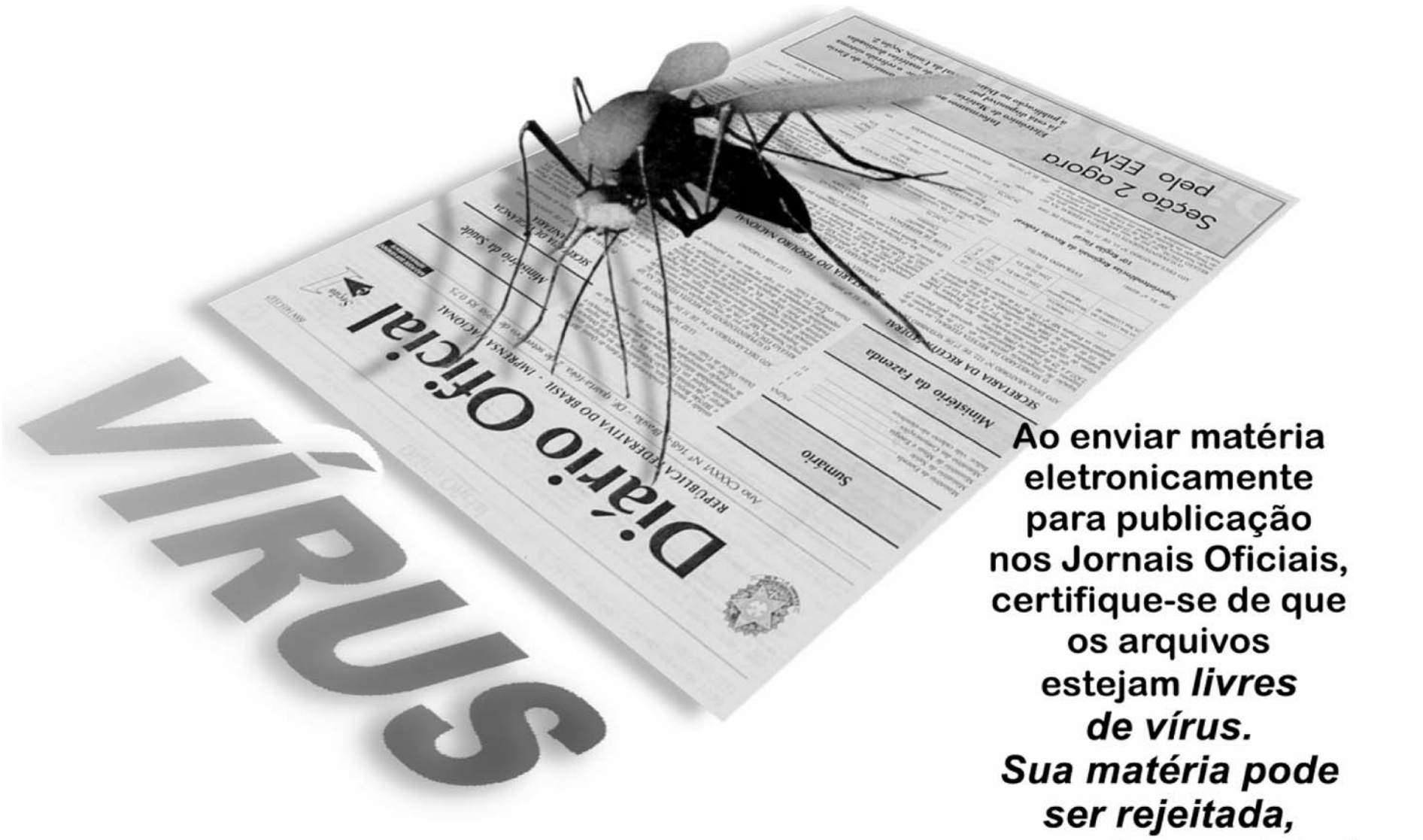
...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores.
Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014032800332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.